



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MEMÓRIAS CONSOLIDADAS
DO PROCESSO PARTICIPATIVO DO PDU

SÃO PAULO
JUNHO 2022



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
MEMÓRIA DAS OFICINAS REGIONAIS	7
I. REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	8
I.1. OFICINA REGIONAL DE CRUZEIRO	9
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DO GESP	9
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	9
PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS E SUGERIDOS PELOS PARTICIPANTES NA ABERTURA E NAS DUAS SALAS TEMÁTICAS	10
DEBATE NA SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	12
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTE MOBILIDADE E LOGÍSTICA	13
I.2. OFICINA REGIONAL DE GUARATINGUETÁ	18
REPRESENTAÇÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DO GESP	18
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	18
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	19
SALA 2: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, MOBILIDADE E TRANSPORTE	22
PROPOSTAS	28
DEMANDAS DA FIPE AOS PARTICIPANTES	28
I.3. OFICINA REGIONAL DE TAUBATÉ	29
REPRESENTAÇÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DO GESP	29
REPRESENTAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	29
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MOBILIDADE URBANA	33
I.4. OFICINA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	38
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E GESP	38
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	38
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	41
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTE E MOBILIDADE	48
I.5. OFICINA REGIONAL DE CARAGUATATUBA	57
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DO GESP	57
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	57
II. REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ	65
II.1. OFICINA REGIONAL DE JUNDIAÍ	66
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	66
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	66
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	67
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MOBILIDADE	72
III. AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA	80
III.1. OFICINA REGIONAL DE ITUVERAVA	81
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DO GESP	81
REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	81
ABERTURA/DEBATES	81
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	82
PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS PELOS PARTICIPANTES	83
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTES, MOBILIDADE E LOGÍSTICA	85
III.2. OFICINA REGIONAL DE FRANCA	93
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	93
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	93
PRINCIPAIS DESTAQUES FEITOS PELOS PARTICIPANTES	94
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTES, MOBILIDADE E LOGÍSTICA	97
IV. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA	104
IV.1. OFICINA REGIONAL DE PIRACICABA	105
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	105

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL	105
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.....	105
PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS NO DEBATE	106
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTE, MOBILIDADE E LOGÍSTICA	110
IV.2. OFICINA REGIONAL DE RIO CLARO	121
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	121
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	121
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.....	121
PRINCIPAIS DESTAQUES DO DEBATE	122
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTES, MOBILIDADE E LOGÍSTICA.....	124
IV.3. OFICINA REGIONAL DE LIMEIRA	127
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E GESP	127
REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL	127
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.....	127
PRINCIPAIS DESTAQUES DO DEBATE	128
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTES, MOBILIDADE E LOGÍSTICA.....	130
V. REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO.....	134
V.1. OFICINA REGIONAL DE JABOTICABAL	135
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E DO GESP	135
PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS NOS DEBATES:.....	136
SALA 1 – DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	136
SALA 2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTE, MOBILIDADE E LOGÍSTICA	139
V.2. OFICINA REGIONAL DE MOCOCA	143
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	143
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.....	143
SALA 2: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, TRANSPORTE E MOBILIDADE.	145
V.3. OFICINA REGIONAL DE BATATAIS	147
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	147
SALA 1: DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE.....	147
SALA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTE, MOBILIDADE E LOGÍSTICA	147
V.4. OFICINA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO	151
REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS	151
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	151
PRINCIPAIS PONTOS DO DEBATE.....	152
SALA 2 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, TRANSPORTES, MOBILIDADE E LOGÍSTICA.....	159
MEMÓRIA DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1ª RODADA.....	167
1. GRUPO TÉCNICO DE MACROZONEAMENTO.....	168
2. GRUPO TÉCNICO DE MACROZONEAMENTO.....	193
3. GRUPO TÉCNICO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA.....	217
4. GRUPO TÉCNICO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE.....	232
5. GRUPO TEMÁTICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	245
6. GRUPO SETORIAL DE AGRICULTURA.....	263
MEMÓRIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	275
MEMÓRIA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, REALIZADAS NO PERÍODO DE 11/1/2021 A 4/2/2022	276
I. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA	276
I.1. SUB-REGIÃO DE LIMEIRA	276
I.2. SUB-REGIÃO DE PIRACICABA	294
I.3. SUB-REGIÃO RIO CLARO.....	307
II. REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	323
II.1. SUB-REGIÃO DE CRUZEIRO	323
II.2. SUB-REGIÃO GUARATINGUETÁ.....	336
II.3. SUB-REGIÃO TAUBATÉ.....	349
II.4. SUB-REGIÃO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	361
II.5. SUB-REGIÃO CARAGUATATUBA	373

III. AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA	382
III.1. SUB-REGIÃO DE ITUVERAVA	382
III.2. SUB-REGIÃO DE FRANCA	395
IV. REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ	407
IV.1. SUB-REGIÃO JUNDIAÍ	407
V. REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO.....	426
V.1. SUB-REGIÃO BATATAIS.....	426
V.2. SUB-REGIÃO JABOTICABAL.....	444
V.3. SUB-REGIÃO RIBEIRÃO PRETO: 28/1/2022	457
MEMÓRIA DAS CÂMARAS TEMÁTICAS	476
AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA	477
REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ.....	493
REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA.....	499
REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE	509
MEMÓRIA DOS GRUPOS TEMÁTICOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2ª RODADA.....	530
GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS.....	531
GT – TRANSPORTE E LOGÍSTICA (2ª RODADA)	531
GT – INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE	549
GT – TRANSPORTE E MOBILIDADE.....	579
GT – HABITAÇÃO.....	600
GT – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	615
EQUIPE TÉCNICA.....	634

APRESENTAÇÃO

Durante os 12 meses de construção dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) da Aglomeração Urbana de Franca e das regiões metropolitanas de Jundiaí, de Piracicaba, de Ribeirão Preto e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o processo participativo, como estabelece a Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da MetrÓpole), foi fundamental para ouvir quem vive o dia a dia das regiões estudadas, levantar os principais problemas e apontar propostas para soluções compartilhadas.

Além dos desafios inerentes ao trabalho, o projeto desenvolvido pelos técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) contou com um desafio extra: o da necessidade de isolamento na pandemia. O trabalho precisava ser desenvolvido: havia um prazo a ser cumprido e a alternativa para estimular a participação das prefeituras, dos técnicos e da sociedade civil foi a realização de reuniões à distância, a criação de plataformas digitais para cada região, em que fosse possível receber propostas, e, já na fase final, quando era permitido encontros presenciais, com reuniões híbridas, com controle de presença e transmissão pela internet.

Dessa forma, foi assegurada a participação do maior número possível de pessoas no processo de construção dos cinco PDUIs contratados à Fipe pelo Governo de Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). A tecnologia foi fundamental nesse processo de diálogo com todos os envolvidos, ou seja: representantes dos poderes públicos estadual e municipais, de instituições diversas e de entidades representativas da sociedade civil e do cidadão comum. Todos tiveram a oportunidade de opinar, discutir e enviar suas propostas, conteúdos que podem ser consultados neste Caderno de Memórias Consolidadas do Processo Participativo do PDUI.

O trabalho, iniciado em agosto de 2021, teve como propósito preliminar integrar todos os agentes comprometidos com a construção de um desenvolvimento regional planejado. Com sinergia, a Fipe envolveu no processo o poder público, a sociedade civil organizada, o cidadão individual e o Ministério Público: todos juntos trabalhando por um futuro sustentável para o Estado de São Paulo.

Considerando a complexidade de seu objeto e seu formato interfederativo (participativo e democrático), buscou-se consensos entre os diversos entes – o que exigiu a definição de mecanismos de participação, negociação e pactuação necessários à criação dos planos. E, para estabelecer um diálogo permanente, foram disponibilizados os seguintes instrumentos e meios de comunicação: plataforma digital, oficinas regionais, grupos de trabalho, audiências públicas e câmaras temáticas, além de reuniões realizadas por demanda de entidades públicas e não governamentais.

Importante enfatizar que, em atendimento ao art. 10º § 40 do Estatuto da MetrÓpole, a sociedade civil organizada em entidades e o cidadão individual tiveram a oportunidade de participar e de enviar suas contribuições por meio dos canais e mecanismos de participação disponibilizados. Por outro lado, houve um esforço de comunicação compartilhado entre Estado e municípios para divulgação do calendário de eventos com a devida antecedência, explicando a finalidade do PDUI, as etapas do processo, os critérios e métodos adotados, garantindo máxima transparência ao processo.

Para compor um quadro de participação efetivo e equilibrado, inicialmente foram identificados os segmentos técnicos das prefeituras, a partir de um esforço de interação com os governos municipais. Primeiro, por meio de correspondência enviada aos prefeitos pelo então Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, em que ele apresentava o projeto e solicitava a participação de

seus técnicos no processo de elaboração do PDUI. Na sequência, o Coordenador Geral do Projeto Fipe-SDR, Andrea Calabi, também por meio de correspondência dirigida aos secretários municipais, solicitava a indicação de representante técnico de suas pastas para participar da construção do PDUI.

Assim, desde o início do processo participativo, a equipe da Fipe organizou extensa rede de contatos, integrada por prefeitos, secretarias municipais, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos. O levantamento e a coleta de informações envolveu a consulta aos sites das 124 prefeituras municipais que compõem as cinco Unidades Regionais, além da busca, avaliação e seleção de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil (universidades, categorias profissionais, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, associações, etc.) para compor um *mailing list* representativo, por meio do qual foram enviados convites para as oficinas regionais, audiências públicas, grupos de trabalho setoriais e câmaras temáticas.

Essas iniciativas permitiram consolidar um *mailing list* de potenciais participantes nos debates programados, resultando num total de 2.107 referências (1.568 do poder público e 539 da sociedade civil). A abrangência do *mailing list*, continuamente atualizado, associada ao alcance e à interação permitidos pelas plataformas digitais (construídas para cada uma das URs), possibilitou o acesso de 2.394 pessoas às atividades realizadas até o final do processo, entre representantes do poder público (estadual e municipais), da sociedade civil, da Fipe, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Ministério Público.

Neste Caderno estão disponibilizadas as memórias, na íntegra, de cada uma das oficinas regionais, dos grupos de trabalho, das audiências públicas e das câmaras temáticas, por região, registros que podem ser acessados em cada uma das plataformas digitais.

- Aglomeração Urbana de Franca – <https://auf.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana de Ribeirão Preto – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana de Piracicaba – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana de Jundiaí – <https://rmj.pdui.sp.gov.br/>
- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>

Memória das oficinas regionais

- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Região Metropolitana de Jundiaí
- Região Metropolitana Ribeirão Preto
- Região Metropolitana Piracicaba
- Aglomeração Urbana de Franca

Memória dos Grupos Temáticos do Governo do Estado de São Paulo – 1ª rodada

- GT1 Macrozoneamento
- GT2 Macrozoneamento
- GT Transporte e Logística
- GT Transporte e Mobilidade
- GT Desenvolvimento Econômico
- GT Agricultura

Memória das audiências públicas

- Região Metropolitana de Piracicaba
- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Aglomeração Urbana de Franca
- Região Metropolitana de Jundiaí
- Região Metropolitana de Ribeirão Preto

Memória das Câmaras Temáticas

- Aglomeração Urbana de Franca
- Região Metropolitana de Ribeirão Preto
- Região Metropolitana de Jundiaí
- Região Metropolitana de Piracicaba
- Região Metropolitana de do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Memória dos Grupos Temáticos do Governo do Estado de São Paulo – 2ª rodada

- Transporte e Logística
- Infraestrutura e Meio Ambiente
- Transporte e Mobilidade
- Habitação
- Desenvolvimento Econômico e Turismo

OFICINAS REGIONAIS

Memória das oficinas regionais, realizadas de 05 a 21/10/2021:

- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Região Metropolitana de Jundiaí
- Região Metropolitana Ribeirão Preto
- Região Metropolitana Piracicaba
- Aglomeração Urbana de Franca

MEMÓRIA DAS OFICINAS REGIONAIS

I. REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

SUB-REGIÃO CRUZEIRO

SUB-REGIÃO GUARATINGUETÁ

SUB-REGIÃO TAUBATÉ

SUB-REGIÃO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SUB-REGIÃO CARAGUATATUBA

I.1. Oficina Regional de Cruzeiro

Data: 05/10/2021

Horário: 14h às 17h

Municípios: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz e São José do Barreiro.

Representantes das Prefeituras Municipais e do GESP

- Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Prefeito de São José do Barreiro
- Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AgemVale)
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Codivap)
- Secretário de Políticas Públicas de Cruzeiro
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDET) de Cruzeiro

Representantes da Sociedade Civil

- Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Paraíba do Sul
- Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap
- Conselheiro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Paraíba do Sul

A abertura da oficina foi feita pelo representante do Conselho de Desenvolvimento da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, ASB, que saudou a todos e incentivou os prefeitos da região a participarem do projeto. Na sequência, o diretor executivo da Agência do Vale do Paraíba e Litoral Norte cumprimentou o coordenador da subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e todos os presentes, elogiando a iniciativa da secretaria de Desenvolvimento Regional, ressaltando que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é um processo de planejamento importante para a retomada do crescimento econômico da região.

Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes e a realização do PDUI.

O início dos trabalhos técnicos coube à coordenação da Unidade Regional (UR) que destacou ser o objetivo das oficinas regionais a mobilização dos municípios – por meio das prefeituras municipais e da sociedade civil – para uma participação efetiva na construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, encaminhando críticas, propostas e sugestões sobre o território, a partir de um documento preliminar, Panorama Regional, elaborado pela equipe da Fipe.

Na sequência, a coordenação apresentou o documento contendo dados e informações relevantes sobre a região de Cruzeiro relativos à dinâmica urbana e centralidades; gestão federativa; estrutura urbana e uso do solo; expansão da mancha urbana; cobertura da terra; formações florestais nativas, unidades de conservação e terras indígenas; assentamentos precários em áreas de risco; sub-bacias hidrográficas (Paraíba do Sul e Mantiqueira); áreas prioritárias para

restauração e conservação da cobertura vegetal; pagamento por serviços ambientais; saneamento, abastecimento de água, esgoto e disposição final de resíduo sólidos e por fim, dinâmicas econômica e social.

Após a apresentação técnica foi aberto um espaço para que os participantes pudessem opinar.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Principais pontos debatidos e sugeridos pelos participantes na abertura e nas duas salas temáticas

O debate teve início com a colocação do representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Paraíba do Sul, **engenheiro LRB** que demonstrou preocupação sobre o macrozoneamento no que diz respeito ao entendimento dos municípios sobre o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e como ele pode ser incorporado ao PDUI. Disse achar relevante ter um debate sobre isso com os municípios.

Ressaltou a importância do Monumento Natural Estadual Mantiqueira (Mona), criado pelo **Decreto nº 65.457 de 5/01/2021**. Inicialmente, vários municípios ficaram interessados, mas no final, apenas Cruzeiro e Piquete ficaram no decreto. O Mona tem uma área de 10.300 hectares e é importante incluir como áreas de preservação da região, a Pedra da Mina e o Parque da Bocaina. “Cruzeiro precisa explorar esse potencial”.

A coordenadora da UR pontuou que a questão central é ouvir dos municípios o que, do ponto de vista do macrozoneamento, a equipe da Fipe deve agregar como atributos do território, quais elementos estruturais e equipamentos poderão entrar no desenho do macrozoneamento regional. E ir além colocando a proposta de criação das Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs), definindo diretrizes e ações para esse projeto acontecer. Poderá ser uma primeira ação para uma governança interfederativa.

MC-Fipe comentou que essa questão das AIMs é importante porque o processo de metropolização nessa sub-região não ocorre de forma clássica. “É importante identificar núcleos urbanos e rurais desconectados da mancha urbana. É preciso responder como essa ocupação ocorre e que tipo de atividade induz a essa ocupação irregular”.

O representante **Profº PR**, do Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap, colocou que foi convencido de ser cabível o processo de metropolização pela leitura de um texto de Sandra Lencioni e outro de Roberto Montemor que destacam não ser preciso ter metrópole para ter um processo de metropolização extensiva porque ela está relacionada à expansão da lógica metropolitana. Outra questão levantada por ele diz respeito ao macrozoneamento: “É preciso olhar a taxa de mortalidade e natalidade decrescente, mesmo tendo demandas migratórias. É usual se falar em crescimento com expansão urbana, mas é preciso pensar em sustentabilidade e na transformação das cidades em compactas. Isso fica atrelado ao que se entende sobre desenvolvimento urbano que hoje é a consolidação da capacidade das prefeituras municipais de atrair investimentos”. Segundo ele, os dados têm demonstrado que quanto mais uma cidade recebe investimentos, mais ela empobrece porque a maior parte da população não se beneficia desses investimentos. “Isso influencia no zoneamento e no macrozoneamento”.

Ele apontou ainda que ao explicar o que é desenvolvimento urbano usando a lógica do desenvolvimento nacional dá para dizer que existe pouquíssima ação efetiva. “É preciso refletir sobre a função social da propriedade. Não assumi-la resulta na ocupação indevida”.

Engenheiro LRB-Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Paraíba do Sul falou sobre a melhoria da qualidade de vida e o envelhecimento das cidades. Disse existir um paradigma porque o centro acaba se envelhecendo e não há investimento público que oferte a infraestrutura nesses locais. “Os investimentos são canalizados para locais mais distantes, sem infraestrutura, deixando o centro abandonado”.

Outra questão abordada é que para solucionar com mais racionalidade esses graves problemas, as regiões precisam de ferramentas que permitam a formação de consórcios, mas, às vezes, esses acertos não costumam respeitar os arranjos metropolitanos.

MC-Fipe comentou que existem vários fatores determinantes para configurar o território como região metropolitana e um deles é a conurbação. A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi a primeira constituída não considerando a conurbação. Foram priorizados os fluxos de integração entre os municípios, tais como, no eixo da rodovia Dutra, hospitais regionais, centros turísticos, centros educacionais, ativos ecológicos.

Na revisão da Lei nº 760 não se fala em critérios de conurbação urbana, mas de fluxos de integração. É o que acontece na Europa com o trem-bala. “É preciso considerar os arranjos de articulação entre as cidades como critério fundamental para formar uma região metropolitana. A Associação de Municípios do Vale do Paraíba (Codivap) colaborou muito na criação da Região Metropolitana do Vale. Os critérios utilizados foram a ligação Rio-São Paulo, a conurbação dos eixos interligando a Rodovia Dutra ao litoral e a preservação ambiental do maior ativo ambiental do estado que é a Serra da Mantiqueira. Sobre o desenvolvimento urbano que o **Profº P** coloca, destaca-se a dinamização das potencialidades. É preciso identificar e equacionar os desafios regionais. Há uma constatação de que os municípios menores estão perdendo a população jovem porque eles saem em busca de trabalho e estudo e não retornam. Essas cidades estão se transformando em cidades de idosos. O envelhecimento da população faz com que o número de pessoas dependentes seja maior que o da população ativa. São necessárias políticas públicas que revertam essa situação, criando atrativos para os jovens voltarem para as suas cidades. Não dá mais para ter um modelo de cidades polo que causam o empobrecimento das cidades do entorno”.

Foi destacado ainda ser importante a dinamização das pequenas cidades e que existe na região uma potencialidade grande para se explorar o turismo, o artesanato, a agropecuária e a gastronomia. “São fatores endógenos que podem ajudar os pequenos centros urbanos a investir nas suas potencialidades”.

Sobre as AIMs, ainda citou como um bom exemplo para se pensar o Porto Seco que o macrozoneamento precisa definir a localização junto com grupos de logística, empresas e as prefeituras municipais. Outro projeto de integração é a linha férrea entre a Rodovia Dutra e o Porto de São Sebastião.

O diretor executivo da AgemVale colocou que São José dos Campos e Jacareí estão interessados em um polo logístico de integração com o Porto de São Sebastião. São José dos Campos participa

de grupo de trabalho sobre a privatização do Porto de São Sebastião. O BNDES foi contratado para elaborar os estudos sobre a privatização.

“A região precisa de investimentos para, além do Porto, privatizar o aeroporto e fazer um corredor logístico ligando o Vale ao Porto. A linha férrea também está em discussão, mas ela envolve uma atuação integrada para ligar o Porto de São Sebastião ao Porto de Santos”.

MC-Fipe comentou que esse projeto é grandioso e que essa logística para a integração entre o Porto de São Sebastião e o Porto de Santos não está definida. “Pode ser por meio de um teleférico ou pela via férrea”.

Debate na Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Após a apresentação regional, os debates foram abertos.

Engenheiro LRB-Comitê da Bacia Hidrográfica do Vale do Rio Paraíba do Sul disse ser importante destacar que a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) que aconteceu no Estado de São Paulo foi da Pedra da Mina que fica em Cruzeiro e que existe o Parque Nacional da Bocaina, na cidade de Cunha que, no enquadramento de áreas de preservação ambiental, ele não localizou essas duas unidades. Quanto ao balanço hídrico, comentou que está em curso uma revisão do Plano de Bacias e que em uma visão anterior, o Comitê de Bacias se confundia com o Comitê de Integração de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) por ser cabeceira.

“Tinha um entendimento de que o principal corpo d’água era o Rio Paraíba do Sul e se fazia, em cima dele, todos os cálculos do balanço hídrico. Acontece que o domínio do Paraíba do Sul é federal e não estadual. No plano em curso, o Comitê está fazendo o balanço estadual de cada bacia hidrográfica. Por exemplo, Cruzeiro não se utiliza de abastecimento do Paraíba do Sul, mas estão sendo negociados recursos do Ceivap para mudar a captação para o Paraíba do Sul. Quanto ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o entendimento do Ceivap é de que o importante não é só fazer o pagamento, mas capacitar os proprietários e os produtores para que o retorno seja sustentável”.

Ele ainda questionou que não são só 39 municípios na Unidade Regional, pois estariam faltando alguns da bacia do Paraíba do sul e da Serra da Mantiqueira. Foi esclarecido que o PDUI seguirá o recorte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Quanto à disposição final de lixo, diz que é diversa sendo que São José dos Campos possui aterro sanitário, Caraguatatuba joga serra acima, outros levam para Jambeiro, Cachoeira Paulista, Tremembé e Barra Mansa.

Profº PR questionou o pouco tempo para realizar o PDUI considerando todos os problemas que precisam ser solucionados. Disse ser preciso levar em conta que os dados do Censo de 2010 não refletem a realidade atual e citou como exemplo, o fato de que a pandemia aumentou muito o número de assentamentos precários. “Na perspectiva de um desenvolvimento regional, os mapas e dados de 2010 não refletem a realidade” e sobre o uso do solo, na leitura do território os métodos de análise territorial são diferentes existindo planejamento regional com um forte traço de municipalismo e nacionalismo.

Outra questão levantada diz respeito às duas audiências públicas sobre o Projeto de Regionalização da secretaria de Desenvolvimento Regional que os prefeitos conjuntamente levantaram macro questões que deveriam ser incorporadas ao PDUI. Macro demandas foram apresentadas no

programa Novo Vale, como saúde, hospitais regionais, monitoramento de câmeras de segurança. Questões pontuais.

Em resposta às colocações apresentadas por **Profº P**, a coordenadora técnica do projeto disse que a gestão do processo de planejamento tem que ser contínua e que a Agem poderá ajudar muito a enfrentar esse desafio. “O PDUI é um plano de longo prazo que será feito a cada 10 anos. Com a falta dos dados censitários foram usadas as projeções do Seade e dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Destacou que as Unidades Regionais trazem dinâmicas e demandas não resolvidas que o PDUI terá que resolver. “As análises estão sendo elaboradas numa perspectiva de curto prazo, olhando questões como as transformações ocorridas pela pandemia, as mudanças climáticas, adução de água usando o Aquífero Guarani que é tudo o que as operadoras de água e alguns ambientalistas não querem. Várias dessas questões estão se arrastando historicamente e o PDUI tem que pensar em quais propostas de médio e longo prazo vão priorizar porque não há orçamento – público ou privado – que conseguiram dar conta dos déficits do passado”.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transporte Mobilidade e Logística

Após a apresentação regional, os debates foram abertos.

Transporte, mobilidade, acessibilidade e qualidade do transporte coletivo foram questões debatidas. Foi esclarecido que não atende às necessidades da região de Cruzeiro. Regionalmente possuem apenas uma empresa de ônibus o que prejudica alguns municípios como Areias que tem muita dificuldade para se locomover. É fundamental ter um transporte que dê suporte ao turismo, por exemplo, para o Vale Histórico.

LG-Secretário de Turismo de Cruzeiro discorreu sobre o transporte coletivo, principalmente depois da mudança para região metropolitana. Salientou ser possível ver, na prática, uma repaginada externa nos ônibus que passaram a ter uma identidade visual única, mas que, efetivamente, não foi sentida alteração na qualidade desse transporte. A prefeitura pode disponibilizar dados de qualidade da mobilidade que poderão contribuir para o desenvolvimento do PDUI.

Outro problema levantado foi sobre a carência na saúde. Nos municípios do Vale Histórico, o mais estruturado é Queluz que possui um hospital. Cruzeiro tem uma Santa Casa que é referência e atrai grande fluxo de pessoas. Ainda assim, não possui todas as complexidades da saúde, o que faz com que as pessoas busquem atendimento nos municípios de Taubaté, São José dos Campos e Lorena.

O transporte de saúde é basicamente por meio de ônibus, ambulância e van, e este é um tema que merece atenção. Quanto ao Programa de saúde da família, cada município tem uma realidade e a prioridade é sempre comprar ambulância.

Segundo o secretário de Turismo de Cruzeiro, está havendo uma parceria entre a secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Sebrae para a elaboração de um pacote de serviços, código de obras, desenvolvimento do turismo, desenvolvimento sustentável na agropecuária e produção de leite em São José do Barreiro. O Sebrae vai ajudar a fazer um plano de ação.

“A região precisa de incentivo ao turismo. Tem um grande potencial natural para ser explorado e atrativos culturais e religiosos. É possível desenvolver uma cadeia para turismo e produtos

artesanais. Associar o produto artesanal ao turismo e comercializar. Mas os representantes das prefeituras colocam que é fundamental, para o desenvolvimento do turismo, a capacitação de mão de obra”.

Outro ponto debatido foi a produção rural do leite. Cruzeiro, São José do Barreiro e Silveiras são produtores e devem explorar mais essa atividade. É importante pensar uma cadeia de valor a partir da produção leiteira. O Sebrae vai ajudar na elaboração de um programa de capacitação e dar suporte ao plano de turismo.

Quanto à indústria, Cruzeiro é o principal polo de desenvolvimento da região e o parque é referência para a região porque é um polo gerador que está se fortalecendo. Há uma discussão forte sobre o uso da ferrovia para um projeto logístico intermodal para Cruzeiro, que vem do Porto Seco de Minas. Isso vai fortalecer o município e ser um carro-chefe para emprego e renda.

Cruzeiro, antes do Monumento Natural Municipal do Pico de Itaguapé, cuidou das questões ambientais propondo indústrias com sustentabilidade para diminuir o impacto ambiental.

Concluíram que é preciso criar uma cadeia para turismo e produção leiteira para superar os gargalos do desenvolvimento industrial.

Sobre isso e, fortalecendo a fala do **KPV-secretário de Políticas Públicas de Cruzeiro** sobre a capacitação, há uma escola do Senai muito boa na cidade de Cruzeiro e que atende a região como um todo, mas que tem um viés muito mais voltado à indústria, devido ao parque industrial. Este serviço foi contratado pelo governo do estado, via Sebrae, com um pacote de capacitações não condizentes com as demandas do município. Busca-se aproximação com o Senai para que seja possível alinhar a capacitação às necessidades locais. Não há uma estratégia na região para formação profissional.

Por exemplo, existe uma sala descentralizada do Centro Paula Souza, em Bananal, que tem formação técnica de turismo e, agora, será iniciada em Cruzeiro uma formação técnica em gastronomia, mas como foi mencionado, para o setor efetivo do turismo, pensando que essa já é a demanda e a lógica levantadas pelos dados do desenvolvimento econômico da região, é necessário um olhar específico de capacitação que deve ser alinhada ao perfil local.

RN-Fipe referiu-se ao Vale Histórico – que tem dados socioeconômicos comparativamente muito baixos – e a principal função é a dos ativos do ponto de vista de patrimônio natural. Isso impacta a questão do turismo que foi levantada, e deve ser construído em conjunto. Os dados mostram que a produção leiteira é importante para alguns municípios e talvez deva ser pensado em uma cadeia de valor a partir dessa produção. “Cunha está fazendo queijos e vimos 15 queijos premiados no Brasil. Apesar da bacia leiteira ser gado ainda, deve-se pensar como associar e agregar valor à essa produção, abrindo uma cadeia de um produto local, que requer capacitação, e fazermos seu mapeamento na sub-região. Além disso, juntar a produção agrícola, que é típica, agregando valor para ser consumida inicialmente no circuito turístico que extrapolará a sub-região, a região e o próprio estado, se a capacidade de oferta dessa produção for sustentável”.

Perguntou ainda se isso faz sentido para os representantes, pois envolve trazer a capacitação tecnológica das Fatecs e Etecs e isso atrai jovens. “Pensando na pirâmide etária em que vemos a diminuição dessa faixa etária, uma política de retenção seria com o que é agradável, que é promissor, o que o turismo sempre foi, e juntar atividades econômicas para além do turismo. A outra

característica da região é o turismo religioso, sendo necessário organizar essa cadeia de turismo integralmente”.

LG-secretário de Turismo de Cruzeiro diz fazer todo sentido, inclusive está em concordância com o que estão iniciando. No que diz respeito ao leite e à produção do queijo artesanal – muito fortes na região – ele disse haver dificuldade no processo de legalização do produto artesanal de origem animal.

“Em Cruzeiro e mais um município, existe o sistema de inspeção municipal. Pensando nesse produto artesanal associado ao turismo com fonte de desenvolvimento econômico, se não houver suporte técnico, a partir do momento em que se consorciarem, será gerada uma demanda para poder comercializar por toda a região coberta pelo consórcio, mas que, devido à legislação federal, do Ministério da Agricultura de 2019, todo município participante de um consórcio, tem até três anos para adaptação ao selo, que é uma realidade diferente do sistema de inspeção municipal”. Isso demandaria uma certa estrutura, que no seu entendimento, um município como Arapeí, por exemplo, não tem para se beneficiar desse suporte.

“A ideia então é pensar em algum tipo de suporte que pudéssemos incluir no Plano de Desenvolvimento, inclusive orçamentário, para que tivéssemos uma instituição responsável pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), por meio de um município que tenha estrutura (equipamentos, viaturas etc.) para atender a região como um todo. Pelos dados que foram levantados, hoje no estado de São Paulo, apenas seis municípios conseguiram aderir ao SISBI-POA, pela sua complexidade. Cunha, por exemplo, que tem *know-how* do setor agropecuário leiteiro, não conseguiu por falta de suporte técnico. Isso é muito importante para que se possa seguir por essa linha.

D-Fipe complementou e perguntou se a questão do turismo ecológico e histórico dos municípios, que outrora foram o centro da produção de café, tem relevância nessa conjuntura econômica ou é tão imperceptível que está sendo substituída pelas novas atividades do setor do turismo.

KPV-secretário de Políticas Públicas de Cruzeiro respondeu que, ao falar de turismo no âmbito do PDUI, cujo objetivo é integrar, tem que regionalizar. “Com a criação do Consórcio Intermunicipal, se identifica que muitos municípios têm potencial turístico, ou seja, são vocacionados para o turismo, mas existe uma diferença muito grande entre potencial e produto. Os municípios precisam desenvolver produtos turísticos para serem colocados à disposição do turismo, porque hoje o Vale Histórico é muito rico, tem um acervo histórico, natural, cultural e rural enorme com fazendas do café, igrejas, Serra da Mantiqueira, Parque Nacional da Bocaina, a nascente do Rio Paraíba no município de Areias, e isso é importantíssimo.

Tem grutas, cachoeiras, tropeirismo em Silveiras, a Revolução de 32 em Cruzeiro, que devem ser trabalhados de forma integrada, como por exemplo, a nascente do Rio Paraíba, que ajustado a outros atrativos, outros produtos, pode ser o grande diferencial para a região. Mas é preciso se atentar para a capacitação profissional porque há várias etapas a serem seguidas no planejamento da atividade turística, como infraestrutura, capacitação de mão de obra, transformar o potencial em produto para depois comercializar, justamente para não frustrar a experiência do turista que vem para conhecer o Vale Histórico”.

ML-Fipe colocou que, com tantos atrativos, o PDUI pode dar contribuição interessante para organizar essa cadeia produtiva do turismo, pensar não só na cadeia principal, mas na infraestrutura

dos eventos, organização, rede hoteleira, bares, restaurantes, nas cadeias que são os serviços terceirizados, o comércio, empresas de entretenimento, para que funcione satisfatoriamente e traga desenvolvimento econômico e emprego para a região. Acredita que esse tema é bastante promissor.

HG-Fipe colocou que sob os aspectos formais têm muita indústria e perguntou aos participantes como está essa transição, pois nos vínculos fortes têm uma presença relevante, Cruzeiro em especial. “Essa questão está sendo discutida, as empresas estão trazendo o assunto?”

LG-secretário de Turismo de Cruzeiro citou o setor industrial que, para Cruzeiro hoje, é o principal no desenvolvimento, e acaba sendo para a região, pois no aspecto do transporte regional urbano coletivo, está extremamente ligado ao setor da indústria já que há um fluxo de trabalhadores na cidade vindos de Bananal e Cruzeiro é um polo gerador de empregos no setor industrial e, de certa forma, enxerga-se o turismo como uma indústria de desenvolvimento, mas ainda vão fortalecer o processo de desenvolvimento industrial, tanto no contexto histórico, como da lógica da região.

“Há indústrias muito fortes, como a Maxion com aproximadamente 7 mil funcionários em períodos de pico. O parque industrial é regional. Uma das demandas, por exemplo, desenhada na audiência pública da AgemVale, foi a questão da infraestrutura de acessibilidade do distrito industrial que está em uma rodovia estadual e tem impactos regionais, como na geração de empregos nas cidades menores. Estão discutindo a questão da logística na região, por estarem no eixo São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com o uso da ferrovia. Estão em conversas com a secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado e com as concessionárias sobre um projeto grande que estão tentando capitalizar para o município de Cruzeiro porque a segunda opção é Barra Mansa para ter um centro logístico intermodal recebendo toda a produção de café e a produção vinda do Porto Seco de Minas, conectando com a malha rodoviária, o que potencializa a atração para a região. A indústria para Cruzeiro e, de certa forma para a região, é o principal carro-chefe para a geração de emprego.

HG-Fipe perguntou se os municípios estão tratando os aspectos dos impactos nos ativos ambientais e das mudanças climáticas.

LG-secretário de Turismo de Cruzeiro disse que sim, principalmente antes da instituição do Monumento de Itaguaré, que faz parte do Monumento Natural Mantiqueira Paulista (Mona). Cruzeiro delimitou a área municipal e criou o monumento municipal com vistas à questão ambiental e o avanço industrial dentro das normas ambientais. Citou a produção de macaúba e a prospecção de biodigestores, por meio de uma empresa de tecnologia de Israel que já importa para o Brasil.

Por fim, **RN-Fipe** fez uma síntese da discussão afirmando que ao longo do debate, foi possível percorrer os temas mais centrais da região sobre a questão do transporte e da atividade econômica da indústria do município de Cruzeiro, em particular.

Quanto ao turismo, é necessário organizar e melhorar a cadeia da atividade e tentar articular a produção leiteira, que tem grande peso, não só sub-regional, como estadual, e ainda que a perspectiva de industrialização ou superação dos gargalos, para o reforço da industrialização de Cruzeiro como polo da região. Isso envolve infraestrutura e apoio técnico para a superação dos gargalos voltados à atração dessa atividade industrial na região. Apontou que a discussão forne-

ceu insumos bastante claros para um Plano de Desenvolvimento Integrado. Agradeceu a todos pela participação e pelas informações trazidas à reunião.

Propostas

- Incentivar a formação de consórcios. Mas, às vezes, esses acordos não costumam respeitar os arranjos metropolitanos.
- Deixar claro para os municípios o que é o Zoneamento Econômico Ecológico, como ele se integra ao macrozoneamento e como ele pode ser incorporado ao PDUI.
- Incluir nas áreas de preservação ambiental o Mona, a região da Pedra da Mina e o Parque da Bocaina. Cruzeiro precisa explorar esse potencial.
- Incentivar o turismo criando uma cadeia integral. A região tem um grande potencial natural para ser explorado e atrativos culturais e religiosos. É possível desenvolver uma cadeia para turismo e produtos artesanais e, com isso, associar o produto artesanal ao turismo e comercializar.
- Criar uma cadeia de valor a partir da produção leiteira para superar os gargalos do desenvolvimento industrial.
- Capacitar profissionalmente a mão de obra para as várias etapas a serem seguidas no planejamento da atividade turística, como infraestrutura, transformar o potencial em produto para depois comercializar, justamente para não frustrar a experiência do turista que vem para conhecer o Vale Histórico.
- Macrozoneamento tem que definir a localização do Porto Seco, junto com grupos de logística, empresas e as prefeituras municipais.

I.2. Oficina Regional de Guaratinguetá

Data: 07/10/2021

Horário: 14h às 17h

Municípios: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira.

Representação das Prefeituras Municipais e do GESP

- Ex-prefeito de Guaratinguetá e representante da AgemVale
- Ex-prefeito de Piracicaba
- Prefeitura Municipal de Aparecida
- Prefeitura Municipal de Cunha
- Prefeitura de Potim/Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Potim
- Prefeitura Municipal de Potim:
- AgemVale – Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Representantes da Sociedade Civil

- OAB-SP - Guaratinguetá / Vice-presidência das RPPN do Estado de São Paulo
- Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap
- CBH Serra da Mantiqueira / Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)/ABRHidro

Nas salas para os debates temáticos os participantes foram divididos da seguinte maneira:

- ❑ Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – 17 pessoas
- ❑ Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social – 16 pessoas.

O representante da AgemVale abriu a reunião ressaltando a importância do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUi) para a região. Agradeceu ao secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi por ter viabilizado uma demanda antiga da região que é a elaboração do plano.

Na sequência, o ex-prefeito de Piracicaba **BN** saudou os participantes. Destacou a importância econômica da região no PIB do Estado de São Paulo e solicitou uma ampla participação das prefeituras municipais e da sociedade civil no PDUi. “A região tem uma vasta extensão territorial e precisa trabalhar de forma integrada”.

Saudaram, também, os participantes o coordenador do projeto, Andrea Calabi, da Fipe, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

Após a abertura da reunião, a coordenadora **ZA-Fipe** e a técnica **HG-Fipe** apresentaram o panorama regional, primeiro documento produzido com dados, informações e mapas sobre desenvolvimento urbano, meio ambiente, economia e questões sociais.

Profº PR, coordenador do Núcleo de Extensão em Cartografias Sociais da Univap, destacou algumas questões sobre a apresentação. Sugeriu a atualização dos dados sobre habitação a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida e levantou uma preocupação sobre o modelo de desenvolvimento baseado na expansão do crescimento e negócios, o que não minimiza as desigualdades sociais.

A coordenadora técnica **RN-Fipe** destacou que o PDUI tem limites sobre algumas questões de desigualdade. “O PDUI trabalha a desigualdade no acesso da população aos serviços públicos e na governança do acesso a esses serviços”.

Outros assuntos destacados no debate foram: gestão participativa da sociedade em prol do meio ambiente e as Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). “Tem mais RPPNs do que estão sendo destacadas na apresentação (como em Lavrinhas, Bananal, APA Federal na Serra da Mantiqueira etc.” O representante da cidade de Potim também citou a deficiência na área de descarte para inertes. Tem muitos resíduos sólidos jogados na cidade. Os participantes colocaram-se à disposição para disponibilizar dados, informações e documentos que possam subsidiar a elaboração do PDUI.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Sala 1: Desenvolvimento urbano e Meio Ambiente

O macrozoneamento foi apresentado pela técnica **CG-Fipe** que ressaltou a importância das prefeituras se envolverem na discussão porque será muito importante para a elaboração ou atualização dos planos diretores.

LRB-Comitê de Bacia Hidrográfica falou da experiência com o comitê de algumas demandas acumuladas quanto ao saneamento rural. “O Comitê tem patrocinado, principalmente nas regiões de Guaratinguetá, Cruzeiro e Lorena, áreas com produção de subsistência, pequenas propriedades que ainda geram renda para subsistência de populações. Isso aí, na parte da bacia a jusante em direção ao Rio de Janeiro tem se apresentado bastante”.

Informou que tem um centro dentro do Parque Tecnológico de São José que trabalha com saneamento e possui diversos projetos para pequenas cidades que têm problemas em não usar as fossas sépticas e têm a agricultura de subsistência. Ressaltou ser importante durante esse processo visitar o local e trazê-los para expor o trabalho que estão fazendo, inclusive o de aumentar a vida útil de aterro sanitário. “Estão fazendo um trabalho imenso de limpeza do Rio Pinheiros. Bastante coisa interessante para se conhecer dentro do Parque Tecnológico”.

O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) tem um programa de incubadora dentro de Parque Tecnológico sobre o controle de perdas, importante porque tem municípios no Vale com perdas de 50%. Não é só um desperdício do recurso, mas sim porque a população acaba pagando e não se utilizando, são perdas financeiras não desejáveis. “O Ceivap tem patrocinado essas ações, mas é preciso que as cidades entendam que isso precisa ser resolvido. Vamos conversar em Redenção da Serra que tem outro problema de abastecimento. Algumas cidades têm o Ministério Público cobrando as prefeituras para fazerem sistemas próprios e controle de perdas e não têm mecanismo ou não têm disponibilidades e motivação para solucionar. Eles estão do lado da represa. São desafios para que os municípios melhorem e usem os mecanismos disponíveis”.

CG-Fipe disse que o Ceivap e mais 180 municípios estão monitorando a perda de águas.

ZA-Fipe quero saber da agricultura, das atividades sobre a produção de arroz e mineração que ocorrem na planície do Paraíba do Sul.

Prof^a C respondeu que a primeira pergunta é sobre o macrozoneamento porque a parte da mancha urbana e rural é bastante ampla. Questionou se há previsão de algumas áreas dentro macrozona regional. “Na leitura unificada, a dúvida é sobre a legenda como uso sustentável e rural. A resposta é uma das três macrozonas do Macrozoneamento Regional. Essa já é outra etapa. A leitura unificada são nove macrozonas”.

ZA-Fipe afirmou ser essa a proposta preliminar das macrozonas regionais. “A experiência de outros PDUIs, como São Paulo, Sorocaba foram elaborados assim. Haverá uma aproximação para eventualmente definir subáreas dentro dessas áreas maiores? A recomendação da Emplasa é de não criar muitas divisões de áreas, que sejam no máximo quatro, duas urbanas e duas ambientais/ rurais. Nós estudamos duas áreas urbanas e uma com esse perfil ambiental/rural porque estamos falando de um macrozoneamento regional. Um outro nível acima do municipal. Outra figura que está no Estatuto da Metrópole são as Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs). Ela não tem uma definição legal. No caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a equipe chegou a propor a Várzea do Tietê como uma AIM estratégica para a região. No caso do Vale, mas também com parte no Litoral Norte. Na oficina de Cruzeiro foi dito que seria interessante pensar no Porto Seco e uma estrutura logística importante para aquela região que teria conexão com a região portuária”.

Prof^a C indagou sobre conflitos entre expansão urbana e áreas de interesse ambiental e tem uma discussão frequente no Vale a respeito da Várzea do Rio Paraíba do Sul. “Existem discussões para verificar como, a partir dessa várzea, tornar algumas áreas de preservação ambiental. Tem mapeamento para isso? Poderia entrar como área de interesse por conter um conflito. Outra questão é a capilaridade do sistema viário. Seria bom que os prefeitos falassem sobre as estradas vicinais. Não se dispõe do mapeamento delas”.

Comentou ainda que tem uma pessoa fazendo pós-doutorado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que fez um mapeamento pelo *streetview*, mas é uma questão mais da informação. “Me preocupa a produção da informação até mesmo entendida como uma função de interesse comum para quem não conhece o território e não conhece a capilaridade do sistema viário. Em Jacareí, na região Noroeste eu tenho um aluno que estudou algumas estradas rurais e viu que tem um problema de cerceamento das estradas rurais. Algumas localidades rurais que têm os seus caminhos cerceados, por exemplo, por condomínios que obrigam a criar caminhos ou uma ponte quebrada”.

ZA-Fipe disse que um tema estratégico do PDUI é definir diretrizes de âmbito regional para mobilidade, transporte e logística.

LRB-Comitê de Bacia Hidrográfica falou da questão da plantação de arroz e disse que o ex-prefeito de Guaratinguetá poderia ajudar porque o município é um dos principais produtores. “Inclusive tem uma colônia com diversos produtores que têm um conflito pelo uso da água. Tanto que, na colônia tem uma regra que dá suporte ao uso de água para dar sustentabilidade a toda produtividade de uso coletivo. No Vale além de Guaratinguetá, Tremembé produz bastante arroz de forma significativa. Com relação a ocupação de várzeas, temos um problema sério que é o avanço

da urbanização em cima das várzeas. Locais que eram de produtores rurais, hoje estão virando loteamentos. Existe licenciamento pelos órgãos de aprovação em áreas que eram ocupadas por enchentes sazonal. Agora, pelas diversas crises hídricas e atmosférica essas áreas ficaram mais amenizadas, mas ainda tem ocupação de várzea, marginal, processos de desocupação de áreas ocupadas, demolição de casas. São José tem problemas de ocupação de marginais de rios e corpos d'água. Isso acontece no Vale de forma intensa. Quanto a atividade minerária, ainda existe no Vale. São José teve muita exploração em cava, hoje não é permitido. Praticamente, existem alguns locais com licenciamento. É uma situação que o zoneamento minerário poderia ajudar nessa visão do todo junto com o zoneamento municipal. Devem fazer uma leitura específica em cada região para que esses conflitos de ocupação e meio ambiente não existam”.

Disse haver espaço apropriado para o crescimento da cidade que poderia evitar uma especulação indiscriminada em todos os espaços. “Em alguns lugares tem problemas de recarga de aquíferos. São José teve um mapeamento que foi feito no plano de bacias. Existe um levantamento que vai dar sustentabilidade para os recursos hídricos. Isso tem que ser considerado no planejamento das cidades da região”.

PC disse que, por meio do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) e da AgemVale, o município está tentando conseguir uma Estação de Tratamento de Esgoto. “Conseguimos uma ajuda do comitê. Tudo o que foi pontuado envolve Cunha que praticamente, é uma área de APP. Temos um ponto de alagamento na cidade que é uma área de várzea e estamos trabalhando para resolver um problema de vazão, ampliando a vazão de uma parte da cidade onde há alagamento que é uma várzea. Quanto à mobilidade, as estradas vicinais de Cunha têm mais de 3.000 Km e a população sofre muito com a precariedade. Quanto a ligação de Cunha a Parati, melhorou, foi feita a pavimentação o que aumentou muito o fluxo turístico. Hoje, a cidade é considerada mais agrícola, logo o turismo agrícola superará a agricultura”.

ZA-Fipe perguntou sobre qual a atividade agrícola mais expressiva em Cunha. “Tem um colar junto a serra”.

P respondeu que é a agropecuária com gado de corte. Bastante produção de hortaliças. “Muitos produtores rurais ligados a produção de queijo, apicultura. Variedade grande e a secretaria da Agricultura está planejando criar um queijo de Cunha”.

LRB-Comitê de Bacia Hidrográfica disse que em Piquete a rodovia é federal e teve melhorias que terminaram há 2 anos. “Essa estrada foi melhorada no trecho Paulista e uma ligação com o Sul de Minas. Quanto à mobilidade, a região tem duas rodovias concorrentes: a rodovia Dutra e a Carvalho Pinto/Airton Sena que vai até Taubaté. Dali para frente não tem nada. Tem alguma utilidade de algumas estradas antigas principalmente a estrada velha de São Paulo que fica na margem esquerda do Paraíba que dá continuidade e seria uma penetração com uma oferta diferenciada de rodovia. Daria para sair de onde ela termina que é Taubaté e Tremembé, contornando pelo outro lado do Paraíba chegando até a divisa do Rio de Janeiro. Tendo um interesse especial do turismo religioso que passa pela Dutra e que poderia mudar para outra rodovia do porte da Dutra até Aparecida. São centros de turismo histórico e religioso que só têm avenidas municipais que poderiam ser resgatadas para se fazer melhorias viárias para melhorar o desenvolvimento da região. Hoje as cidades esquecidas são aquelas que estão sem acessibilidade por estarem fora da Dutra. Criar um vetor de crescimento para o desenvolvimento e criar uma oferta seria uma solução estadual

para mobilidade que pode ser melhorada com uma obra regional. De repente, a margem de São José e Taubaté vai atingido as outras cidades. É preciso democratizar as opções de transporte. A questão da mobilidade das cidades pode ser melhorada com uma articulação entre elas que seria uma obra metropolitana, juntando as cidades com uma organização diferente”.

CG-Fipe falou da importância da mobilidade para o desenvolvimento do turismo histórico e religioso. “Um exemplo é o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)”.

Profª C ficou interessada pelos estudos com mobilidade pendular. Observou que Lorena se tornou uma nova centralidade para o ensino superior. Fez pesquisas com dados do IBGE e da UNIFATAE e constatou a intensidade dos fluxos com o pessoal que vem do Sul de Minas para estudar em Lorena, considerada uma nova centralidade nesse aspecto do ensino. Outra questão a ser abordada é sobre o transporte. Demonstrou dúvida com relação a regional de saúde e a organização da rede de saúde. Mas o PDUI tem algumas interfaces considerando o acesso dos pequenos municípios. E do lado dos municípios, a questão do transporte é que ele é quem tem que providenciar para os pacientes. É possível pensar no transporte como interesse comum.

CG-Fipe disse que são as prefeituras responsáveis e é feito de forma amadora. Informou que tem um estudo feito pela AgemVale para criar uma condução comum para todos. “Tem linhas de ônibus da EMTU, mas há possibilidade de ampliar o transporte de âmbito regional. A região tem três hospitais regionais e ampliação das AMEs, mas não sei como a equipe do PDUI conversa com a DRS 17 Regional”. Também citou os aspectos da distribuição e acesso a essa rede. É uma questão da rede urbana como instrumento de planejamento para organizar os serviços. E saúde é um dos mais básicos e que está melhor organizado pelo Plano Regional de Saúde.

ML-Fipe falou que são os municípios que identificam as áreas para intervenção urbana e, para isso, precisam identificar instrumentos do Estatuto das Cidades que são complexos, porém, ele não tem força política ou econômica para levar adiante. “Uma vez identificadas essas áreas no nível regional, elas podem munir o município de informações técnicas e de suporte do poder público. Por exemplo, o município de São Paulo usa os instrumentos, mas muitos outros também podem utilizar. A definição das Áreas de Interesse (AIMs) pode ajudar a compartilhar estratégias com os vizinhos.

Outros assuntos discutidos: saneamento básico e abastecimento de água e a importante atuação do Ceivap que tem uma incubadora de controle de perdas de água. Conflito no uso da água para a agricultura que não é sustentável. As AIMs porque as vezes o município identifica essas áreas, mas não tem força para tocar para frente. Tem que ser uma proposta regional.

Sala 2: Desenvolvimento Socioeconômico, Mobilidade e Transporte

Após as apresentações dos participantes e a apresentação específica pela técnica da Unidade Regional (UR) **HG**, o debate teve início.

HG-Fipe perguntou sobre como são avaliadas as questões das atividades econômicas da região. “Como enxergam a dinâmica econômica da sub-região, para além dos dados que apresentamos. Tem algum setor não destacado? Como observar alguma transição econômica, olhando para o mercado formal de trabalho e para o empreendedorismo? Em especial para daqui a 10, 15 anos? Podemos começar com Aparecida, visto que a questão do turismo é bem forte nesse município”.

HVT-secretário de Planejamento de Potim esteve acompanhando a apresentação da equipe e disse ter visto vários dados de Potim. “Grande parte deles de 2018 não tão favoráveis ao município porque é pequeno, bastante carente em relação à situação econômica. De 2018 para cá teve uma evolução em ascendência muito grande, seja na evolução per capita, seja no crescimento da própria cidade, e esses dados a gente não observou na apresentação”.

Em relação à atividade do turismo, pelo que foi apresentado, o município está praticamente zerado, está próximo de virar um Município de Interesse Turístico (MIT). E quando se fala de turismo religioso da fé, o município de Potim hoje é a última cidade de passagem para o Santuário de Aparecida. “Potim vem trabalhando muito forte nesse sentido, tanto que no ano anterior à pandemia chegou próximo de 90 mil pessoas/ano passando pela cidade, o que nos alertou para alguns pontos: questões de assistencialismo das gestões anteriores, não tinha um plano de desenvolvimento, era praticamente um bairro de Guaratinguetá, mesmo após ser emancipado. Atualmente o município tem todos os planos em vigor: Plano Diretor, Plano de Turismo, de saneamento, de macro e micro drenagem que norteiam a cidade ao desenvolvimento ascendente. Foi iniciado na gestão atual com, aproximadamente, 19.460 munícipes da cidade e neste ano, 2021, estamos próximos de 24.873 munícipes, e quando isso se transforma em crescimento, é observado que o município teve um avanço populacional de praticamente 1.000 pessoas/ano. Para um município de pequeno porte como Potim, o índice é muito grande. E isso é um reflexo da criação de todos os planos. Hoje a cidade é delimitada em macrozona urbana, macrozona rural, tem os traçados urbanísticos de infraestrutura, mobiliário urbano, saúde, regionalização tanto social quanto industrial. Potim é fronteiro a quatro municípios: Roseira, Aparecida, Guaratinguetá e Pindamonhangaba e beira a parte de cima de Campos do Jordão”.

Ainda sobre Potim, foi dito que desde 2009 tenta-se um acesso próprio para a Rodovia Dutra. “Para acessar Potim tem que passar por Aparecida, Guaratinguetá, ou por Pindamonhangaba, o que dificulta o crescimento industrial, apesar de termos a delimitação de área industrial de pequeno e grande porte no plano diretor. Por mais que o município dê incentivos fiscais para atrair empresas, esbarra na questão da falta de acesso direto”.

Outro ponto analisado foi sobre o turismo. O Plano Diretor abriu duas vertentes para a cidade de Potim: 30% indústria e 70% turismo. Alguns estudos identificaram que Aparecida já está restrita no âmbito de crescimento de edificações e de expansão urbana. Guaratinguetá já está com a sua urbanização e o representante de Potim disse que a cidade não quer ser cidade dormitório de Aparecida porque o turismo dessa cidade passa por Potim, mas esses turistas não ficam naquela cidade, e hoje, estão procurando pontos de referência mais afastados de Aparecida, como Potim e Guaratinguetá, que tem como referência o Gomeral [bairro no alto da Serra da Mantiqueira]. Esses turistas vêm à procura do ecoturismo apesar do turismo religioso ser muito presente na região, o que identifica que Potim não tem uma cultura definida. Já ocorreram eventos de Rodeio muito forte, mas acabou. Tenta-se agora trazer um pouco para feira do artesanato, mas não foi adiante. “O que vimos em Potim foi uma carência muito grande de famílias. No ano passado foi inaugurada uma praça de aproximadamente 10.000 m², que está em fase de expansão. Foi identificado com isso, que todos os municípios da região, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira, e demais municípios próximos, estão vindo buscar lazer aqui porque é um diferencial. E, agora, Potim busca desenvolver o segmento gastronômico e boêmio que não tem nas proximidades da região. Foi buscar profissionais em Gramado para trazer, novamente, a cultura do Natal para a região do

Vale. Assim, o município iniciou um planejamento, desde a Planta de Valores Genéricos, o Código Tributário, o Plano Diretor e o desenvolvimento final para despertar interesse para o município de Potim. No momento está em fase final um grande projeto, o “Natal Luz Potim”, por exemplo. O município está desenvolvendo uma política que percorre desde a parte econômica, financeira, de incentivos fiscais, até o desenvolvimento familiar. Potim é muito carente no que diz respeito à questão populacional, por isso é preciso renovar esse tipo de atração turística. Para o próximo ano, Potim vai começar a trabalhar com isenções fiscais de IPTU, não só junto aos comerciantes, como também com os munícipes, para que no período natalino iluminem a cidade para resgatar essa cultura. O que queremos trazer hoje a essa reunião, é em relação ao crescimento do turismo, o tema de investimentos de empresas voltados para a expansão urbana – hoje temos sete empresas interessadas em loteamentos no município. Tivemos a presença do IBGE recentemente, devido ao crescimento ascendente do município, pois temos uma expectativa de crescimento populacional de 38 mil habitantes até o final da gestão atual, o que causa preocupação, pois é um crescimento muito grande para o município no que diz respeito a emprego e renda, pois existe o movimento de trabalhadores residentes em Potim que saem para Aparecida e Guaratinguetá. Mas esbarramos na falta de acesso direto a Rodovia Dutra, o que é um impeditivo para impulsionar o crescimento da cidade, apesar do trabalho de planejamento que é feito”.

HVT-secretário de Planejamento de Potim colocou a questão da deficiência em relação a áreas de descarte para resíduos inertes na região, que acredita ser pertinente a essa discussão, para pensar em estratégia regional numa tentativa de solucionar o problema. Aparecida, Potim, Roseira, Guaratinguetá, e os municípios mais afastados como Lorena, Cruzeiro, por exemplo, estão saturados.

RN-Fipe esclareceu que essa questão do aterro e do material inerte é pertinente porque se trata de função pública e pergunta se existe algum estudo quantitativo da produção desse tipo de material para poder dimensionar o tipo de aterro para o descarte desses resíduos. Não exclusivamente Potim, mas essa articulação porque o que vamos fazer são diretrizes, mas vocês podem, no âmbito da governança metropolitana, criar uma câmara temática para fazer um projeto. “Será necessário ter uma avaliação dessa produção de material inerte para dimensionar a capacidade do aterro, a identificação do local das restrições ambientais, que é mais difícil, porque tem que passar por processo de licenciamento. O mais importante é que vocês tenham a dimensão porque esse passa a ser um serviço prestado pelo setor privado e ele precisa fazer contas”.

A esse respeito, **HVT-secretário de Planejamento de Potim** colocou que iniciaram conversas na gestão passada com os municípios vizinhos – Aparecida, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, a princípio, depois com Roseira. E não tiveram muita informação sobre isso. Informa que não tem nenhuma documentação em mãos, mas que conseguirá esse quantitativo e entregará à equipe do PDUI. Informa ainda que na época Guaratinguetá gerava em média 900 toneladas mês de resíduos sólidos. Guaratinguetá tem um centro de transbordo e triagem, tem maquinários na Companhia de Desenvolvimento de Guaratinguetá (CODESG) onde fazem a trituração dos resíduos para utilizar na recuperação das estradas vicinais para calçamento etc. Diz que para Guaratinguetá o problema maior é o ambiental, por falta de uma área de transbordo. “Potim tem uma área grande para expansão e iniciaram conversas com Guaratinguetá que aderiu, mas tem o impeditivo da distância. Surgiu também o impasse da localização mais adequada para essa área de transbordo. Outra questão relacionada ao tema é a do cadastramento, problema relacionado à locação das

caçambas, que não tem local apropriado para descarte e são colocados em terrenos, muitas vezes clandestinamente, o que gera impactos ambientais, como entulhos nas ruas, problemas com drenagem, esgoto, dentre outros. “A questão do resíduo é complicada porque não vem limpo, ele é misto, composto de mato, terra, material de construção, tinta, o que dificulta a segregação para o reaproveitamento. E, muitas vezes, têm que ser deixado em uma área de transbordo e triagem, ou área de inertes para decomposição natural, para possibilitar a segregação desse material”.

Outro ponto é a necessidade de se trabalhar com a educação ambiental nessa cadeia de separação e tratamento dos resíduos sólidos.

RN-Fipe reforçou que essa questão dos resíduos é claramente uma função pública de interesse comum, sendo necessário ter uma estratégia para o tema, e solicita a Potim a reunião dos dados quantitativos desses resíduos de três ou cinco municípios e que sejam enviados à equipe do PDUI para justificar uma proposta para essa demanda dos municípios da sub-região.

Na sequência **HG-Fipe** leu a colocação de Aparecida no chat, que são elementos que talvez Potim possa complementar, que é em relação a parte econômica sobre a característica apontada de acordo com a situação atual, que é aderente, porém o intuito de um futuro já alterando esse cenário, ou seja, Aparecida está buscando envolver a área rural do município, também está trazendo a questão da mão de obra informal, que ainda é forte e com maior incidência e crescimento devido à pandemia. Com base nisto está para apresentação na Câmara municipal a revisão do Plano Diretor na data de 27 de outubro e complementa a fala de Potim, a utilização diária prevendo futuras demandas da parte de economia, mas também concordando sobre a mão de obra migratória, ou seja, o fluxo de pessoas dentro da sub-região que existe entre os municípios limítrofes.

ML-Fipe perguntou se em relação ao acesso direto de Potim à Dutra, há um planejamento do Dnit voltado a esse acesso ou se está fora do orçamento federal. Pergunta ainda como está o transporte coletivo intermunicipal na sub-região, como as pessoas se transportam para trabalho, lazer, cultura, compras, como os participantes caracterizariam esse transporte, essa mobilidade na sua região e quais as deficiências?

HVT-Fipe disse que, em relação ao acesso de Potim à Dutra, começaram uma tratativa de acesso à Rodovia Dutra em 2002 e foram orientados a fazer a contratação de uma empresa, a própria Dnit, por meio de edital, para elaboração de um projeto de acesso a essa rodovia. “O projeto ficou pronto, finalizado e aprovado em dezembro de 2012. Se articularam para que fosse previsto o acesso à Potim. Na ocasião foram informados que devido ao quantitativo populacional ser pequeno e, por não terem uma delimitação clara no Plano Diretor de Desenvolvimento, o município não atendia às condições mínimas para aprovação do pleito, ainda que estivesse dentro do raio de atendimento da concessionária. O município então desenvolveu todos os planos necessários, inclusive o macrozoneamento, mas nesta segunda revisão, Potim ficou fora do acesso à Rodovia Dutra.

Com relação ao transporte público, **HV-secretário de Planejamento de Potim** disse que a cidade possui duas linhas de transporte que interligam o município à Aparecida e Guaratinguetá com intervalo a cada hora. É um transporte privatizado, não é da prefeitura, e a EMTU é responsável por esse transporte.

HG-Fipe perguntou sobre a questão da saúde. “Vimos algumas centralidades, mas como os usuários acessam os equipamentos? Como é feito acesso ao transporte por esses usuários? Como é a dinâmica na região?”

HVT-secretário de Planejamento de Potim disse que o município tem unidades básicas de saúde, mas não tem hospital, UPA ou AME e, para os atendimentos mais complexos, como cirurgias e atendimento especializado, recorrem à rede de saúde de Aparecida, Lorena, Roseira e Caragatatuba e Taubaté.

JSM-OAB sobre a questão da saúde, citou como exemplo o ocorrido de um colega com problema de leucemia e necessitou de transfusão de sangue, teve de recorrer a Taubaté, e esse é um problema que afeta Guaratinguetá, Aparecida, Potim, Lorena, Cunha. As pessoas têm que se deslocar para Taubaté quando é relacionado ao hemogrupo. Essa questão da saúde é uma bandeira da OAB e disse que faz muita falta a questão do hemogrupo, da coleta de sangue já que as pessoas têm que se deslocar até Taubaté para doar sangue assim como a questão da radioterapia e quimioterapia, que também deixou de ser feita em Guaratinguetá. “Parece que esse tipo de atendimento foi transferido para Taubaté. Questão de divisão do estado, e isso seria importante para o município e para toda a região”.

Colocou ainda que seria necessário a presença de mais cursos e capacitação profissionalizante para os jovens, pois há muitos jovens ociosos. Poderia ter mais oferta de cursos profissionalizantes, como guia turístico.

HG-Fipe relatou a fala de **M Prefeitura de Aparecida** pelo chat, que diz que o município de Aparecida atualmente conta apenas com a Santa Casa que conta com apoio público e o principal ponto de atendimento, mas é sabido que até pelo município ser uma referência na região para Roseira, Potim entre outros, além de receber anualmente um grande número de turistas romeiros, haveria a necessidade de um aprimoramento dessa rede.

HG-Fipe perguntou aos participantes sobre a questão da qualificação profissional, se existe política pública de qualificação profissional, principalmente para os jovens, frente às demandas dos municípios.

JSM-OAB colocou que faltam muitos cursos, por exemplo em Guaratinguetá, Aparecida, Cachoeira, para o circuito da fé, turismo ambiental ecológico, há necessidade de capacitação de jovens, não só como guias de turismo, mas capacitação para outros segmentos, a fim de melhorar o atendimento à população e ao turista.

RN-Fipe reforçou e esclareceu que, das questões de interesse comum que estão na legislação da região do Vale do Paraíba, que cria a região metropolitana, falamos em trabalhar bem a cadeia de turismo, especialmente o turismo da fé e o ecológico, e para isso precisamos olhar a cadeia e identificar os gargalos de capacitação de mão de obra. A outra questão é de acessibilidade entre alguns municípios, especialmente a questão de Potim com a Dutra, que foge à perspectiva do PDUI, mas que ele pode apontar essa necessidade no diagnóstico e enfatiza que o PDUI não tem interferência, uma vez que a Dutra é uma via concedida via contrato, e que os momentos de revisão são propícios para que as negociações sejam feitas. Disse ainda que essa é uma negociação que o plano estadual não altera o contrato entre o governo federal e a concessionária, então sempre indicar que o plano sugere que na revisão das concessões sejam consideradas vias marginais, acesso aos municípios que estão com taxas de crescimento demográfico crescente. “Isso faz parte do nosso diagnóstico, e do qual os municípios podem se valer para pleitear na revisão do contrato de concessão”.

Outra questão colocada por **RN** dizia respeito ao serviço oferecido pela EMTU, considerando o deslocamento de mão de obra entre Guaratinguetá, Aparecida e Potim, se atende às demandas

da população no deslocamento para o trabalho e de acesso a bens e serviços que estão em Guaratinguetá. “Esse serviço entra no escopo do PDUI, pois trata-se do estado, e que ainda que trabalhando com permissionárias, quais são as perspectivas de revisão. E a questão do aterro, do resíduo inerte também é pertinente ao PDUI”.

Sobre a questão de saúde, pelo que se pode perceber, na realidade a rede é privada, da Santa Casa, mas que tem leitos SUS. Pediu para os representantes esclarecerem se em Guaratinguetá tem hospital regional público ou se é a Santa Casa de Misericórdia que tem a estrutura de UPAS e UBS em Aparecida. Cita como referência o Plano Diretor de Saúde estabelecido pelo estado, que faz uma hierarquização desses serviços e isso é bem refletido para aumentar a contratação de leitos Sistema Único de Saúde (SUS), seja na rede privada, seja na rede pública, se ela for estadual municipal.

HVT-secretário de Planejamento de Potim complementou dizendo que Guará não tem hospital regional, de público é a Santa Casa e agora um federal que está atendendo casos de COVID. Todas as demandas passaram para Taubaté.

RN-Fipe pediu confirmação de que a sub-região então não tem um Hospital Regional. O serviço mais complexo é atendido pela Santa Casa de Misericórdia de Aparecida e, também, de Guaratinguetá provavelmente e aí na realidade são disponibilizados uma quantidade de leitos SUS?

HVT-secretário de Planejamento de Potim esclareceu que na última reunião do Codivap foi levantada essa questão do Hospital Regional com o secretário Marco Vinholi. Pelo que entendeu Lorena, Cruzeiro e Guaratinguetá estavam em tratativas e que o prefeito Thales já está em conversa adiantada com os demais municípios e com o estado. Disse ainda, que o assunto estava entrando para a pauta do governador João Dória para a definição das diretrizes de atendimentos desse hospital, pois tem a questão da maternidade e o nível de complexidade de atendimento.

RN-Fipe perguntou se, em geral, são quatro especialidades: ginecologia e obstetrícia, pediatria, cardiologia e trauma.

HVT-secretário de Planejamento de Potim respondeu que sim, que estavam definindo essas questões da subdivisão

RN-Fipe disse que a equipe vai atrás dessa informação no estado para que essa questão seja incorporada ao diagnóstico do PDUI. Pede ainda aos participantes que falem sobre a questão da EMTU.

HVT-secretário de Planejamento de Potim explicou que, com relação a EMTU, em Potim não há atendimento na íntegra no que diz respeito aos horários muito espaçados – a cada uma hora. Há um ponto em Potim e dois pontos em Guaratinguetá, um no centro e outro no terminal rodoviário. Os ônibus não circulam na cidade toda de Guará e os usuários são levados a usar uma outra linha.

RN-Fipe colocou ser preciso uma racionalidade do sistema municipal para os pontos de interligação metropolitana, porque o ônibus metropolitano não percorre bairros, ele coleta o agrupamento, a consolidação referente àquele ponto. Disse que terão a oportunidade de ver com a EMTU essas informações para entender a rede municipal, e como alimenta a rede que chamamos de troncal e atende aos municípios.

HG-Fipe relatou a colocação de **M. Prefeitura de Aparecida** pelo chat, que diz que Aparecida se enquadra no mesmo caso com relação à circulação de ônibus: uma cobertura mais marginal, sendo priorizado o trajeto em torno ao santuário nacional.

RN-Fipe fez a última colocação dizendo que temos que ter clareza entre o que é o sistema metropolitano, sua capilaridade é de trazer o sistema municipal até um determinado ponto e ele poder circular entre os municípios, claro com uma frequência dos horários de pico porque em intervalos pequenos a circulação é feita em nível municipal, olhando os deslocamentos para trabalho e para escola. “Esses são os horários de pico, considerando universidades, mesmo porque no ensino fundamental a criança não pode estar a mais de 500 metros da sua residência, caso contrário a secretaria de Educação teria que dispor de transporte para criança, um transporte especial. Vamos ver com a EMTU como está essa operação.

Em resumo, a capilaridade do sistema viário e o cerceamento das estradas rurais que são precárias. “Necessidade de ações para melhorar a mobilidade implantando novas rodovias para atender osromeiros e estimular o turismo agrícola e religioso da região. Quanto ao uso do solo, há grande ocupação na margem das várzeas e outro problema a ser resolvido é a mineração sem licenciamento. Na área de saúde a mobilidade para atender pacientes que precisam ir para outras cidades é bastante precária.

Não havendo mais colocações, **RN** agradeceu aos participantes e encerrou a reunião.

Propostas

- Atualizar os dados sobre habitação a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- Criar um vetor de crescimento para o desenvolvimento com uma solução estadual para mobilidade que pode ser melhorada com uma obra regional, metropolitana.
- Definir ações para melhorar a mobilidade implantando novas rodovias para atender osromeiros e estimular o turismo agrícola e religioso da região.
- Levantar dados sobre o zoneamento minerário para ajudar na definição do zoneamento municipal visando eliminar conflitos de ocupação e meio ambiente.
- Criar no âmbito da governança metropolitana uma câmara temática para elaborar um projeto sobre a produção de material inerte para dimensionar a capacidade do aterro e identificar as restrições ambientais.
- Planejar cursos e capacitação profissionalizante para os jovens, pois há muitos jovens ociosos. Poderia ter mais oferta de cursos profissionalizantes, como guia turístico.
- Trabalhar a cadeia de turismo, especialmente o turismo da fé e o ecológico.

Demandas da Fipe aos participantes

- Esclarecer se em Guaratinguetá tem hospital regional público ou se é a Santa Casa de Misericórdia que tem a estrutura de UPAS e UBS em Aparecida.
- Esclarecer sobre a circulação de ônibus tanto municipal como intermunicipal e a cobertura marginal.
- Esclarecer se a sub-região não tem um Hospital Regional. O serviço mais complexo é atendido pela Santa Casa de Misericórdia de Aparecida e de Guaratinguetá e são disponibilizados uma quantidade de leitos SUS?
- Esclarecer a problemática dos resíduos de inertes. É uma função pública de interesse comum, sendo necessário ter uma estratégia para o tema, e solicita a Potim a reunião dos dados quantitativos desses resíduos de três ou cinco municípios, e que sejam enviados à equipe do PDUI, para justificar uma proposta para essa demanda dos municípios da sub-região.

I.3. Oficina Regional de Taubaté

Data: 08/10/2021

Horário: 9h às 12h

Municípios: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé.

Representação das Prefeituras Municipais e do GESP

- Prefeitura de Tremembé
- Prefeitura de Natividade da Serra
- Prefeitura de Lagoinha
- Prefeitura de Paraibuna
- Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AgemVale)

Representações da Sociedade Civil

- Universidade Paulista (Unip)
- Universidade de Taubaté (Unitau)
- Universidade do Vale do Paraíba
- Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)
- Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)
- Corredor Ecológico do Vale do Paraíba
- Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap
- CBH Serra da Mantiqueira/Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes)/ABRHidro

A reunião contou com 48 participantes.

Nas salas para os debates temáticos os participantes foram divididos da seguinte maneira:

- Sala 1: Meio Ambiente – 19 pessoas
- Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social – 18 pessoas.

Após a saudação dos dois prefeitos, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Na sequência, foi apresentado o Panorama Regional pela coordenadora da Unidade Regional ZA e sua equipe.

Os representantes das prefeituras municipais e da sociedade civil presentes ficaram entusiasmados com as apresentações e destacaram o uso de dados recentes utilizados em algumas planilhas e se mostraram interessados em passar dados, informações e planos municipais existentes para colaborar com a definição do macrozoneamento da região. Todos concordaram que os grandes problemas não são locais e, sim, regionais e que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) ajudará no enfrentamento dos desafios que a região possui.

O ex-prefeito de Piracicaba, BN, fez a abertura da Oficina Regional. Encarregado de apoiar, junto com a Fipe, as oficinas regionais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, BN destacou que a região tem um papel significativo na economia do estado, seja em população, seja em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Só perde para as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas. “Cada região tem a sua peculiaridade, mas, é preciso uma participação efetiva de todas as autoridades locais, principalmente os prefeitos, a Câmara de Vereadores, as universidades, as associações comerciais, órgãos de classe, pois têm um papel importante para detectarmos os problemas comuns de uma cidade em relação a outra. Em geral, quando se faz uma reunião, o prefeito, o técnico, o secretário, cada um traz o seu problema, seja de saúde, educação, meio ambiente e, às vezes, eles não têm relação com o desenvolvimento regional. Num primeiro momento se discute que a questão regional é disposição final de lixo, aterro sanitário, resíduos sólidos, rede hospitalar, entre outros. E se justifica porque não dá para ter um hospital em cada município. Dessa maneira, a rede hospitalar, a oferta de leitos e a escassez de recursos hídricos precisam ser analisadas no âmbito regional e nessas Oficinas Regionais, os secretários municipais e os prefeitos precisam se mobilizar bastante para que cada município da região tenha uma participação efetiva. Sempre que tiver um tema que não seja de abrangência regional é preciso anotar, porque num segundo momento, após a aprovação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado esses temas podem ser debatidos nas câmaras temáticas. Por exemplo, turismo, educação, saúde, mortalidade infantil, como tratar com morador de rua e tantas outras questões de âmbito municipal que serão tratadas nas câmaras temáticas. Daí, a importância do papel dos técnicos das prefeituras participarem para contribuir com o estudo da Fipe”.

Destacou ainda que, recentemente, a criação de algumas regiões metropolitanas como Jundiaí e Piracicaba, passaram de aglomerado urbano para região metropolitana. “É uma tendência que aponta no estado de São Paulo e, por essa razão, é importante a participação dos municípios nesse processo porque, embora a secretaria de Desenvolvimento Regional tenha uma articulação muito boa com a Fundação Seade que fornece dados municipais e regionais, a Fipe necessita da contribuição das prefeituras municipais e do envolvimento das Câmaras Municipais. Há, inclusive, a proposta de instalação dos Parlamentos Regionais onde a participação de todos vai permitir que se elabore um Plano Diretor bastante integrado e que possa apontar, no curto e médio prazo, a redução dos desequilíbrios regionais e dos desequilíbrios dos indicadores sociais”.

ZA-Fipe explicou que a análise preliminar da região elaborada pela equipe técnica da Fipe é o resultado de dois meses de trabalho de pesquisa, levantando dados, atualizando e analisando. “É o que trazemos para vocês nas oficinas para que apontem quais os melhores caminhos para construção desse plano regional. Precisamos saber o que está certo, onde estamos errando, o que devemos complementar. Para isso, contamos com a participação de vocês”.

Em seguida, aconteceu a apresentação da dinâmica urbana, ambiental, econômica e social e na sequência a proposta preliminar do Macrozoneamento.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Na sequência, começaram os debates:

Profº PR-Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap fez um destaque sobre a elaboração da cartografia. Disse ser professor de planejamento urbano da Univap e que iria colocar questões pontuais sobre qual tipo de contribuição poderia dar a essa primeira leitura sobre o território feita pela Fipe. “É sobre cartografia. Não sei se haverá condição de ser produzida, mas eu considero importante. Tem uma cartografia que fala de unidades de conservação e assentamentos precários, não é? Acho que seria importante uma outra cartografia. A gente está cansado de saber que quando se aproxima das realidades municipais que, entre aquilo que está no escopo da lei das obrigações ou restrições, e aquilo que os municípios cumprem, depende de qual é o nível econômico do empreendedor ou o da população que se assentará em determinado local. Há uma tradição histórica brasileira do que a gente chama de aplicação arbitrária da lei. Acho que poderia ter um mapa que mostrasse onde é que estão os loteamentos fechados de alto padrão, cruzando com as unidades de conservação e áreas de fragilidade ambiental porque a gente está cansado de saber que há uma relação que, muitas vezes, não aparece.

Ou na cartografia ou no debate, geralmente há uma tendência de se falar em assentamento precário em área ambiental frágil, mas a gente também sabe e eu acho que seria importante até para verificar se isso se confirma ou não, como é que a gente pode ver se tem esse cruzamento. Nunca esquecendo que todos os municípios brasileiros praticaram uma ilegalidade que é permitir loteamento fechado, o que contradiz com a Lei nº 6.766 e agora isso ganhou uma nova conotação com a **Lei nº 1.346**. No geral são loteamentos de alto padrão não compatíveis com a **Lei nº 6.766**, mas que estão em todas as cidades brasileiras e, muitas vezes, em áreas não apropriadas do ponto de vista ambiental”.

O professor também comentou sobre a Função Pública de Interesse Comum (FPIC). “O que mais está sendo discutido no mundo – e no Brasil – é a crise sanitária e a maneira de investigar o saneamento, talvez não seja só pela quantidade de oferta. Mas não sei se é possível obter-se o indicativo. Tem coisas que, às vezes, não são possíveis, mas um plano regional tem que dialogar com as informações municipais. Quando se fala de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado é preciso verificar qual tem sido a qualidade do serviço prestado porque é possível ter uma cidade coberta por 90% de serviço de água, mas, de repente, vai ter bairros com uma oferta de qualidade muito pior. Então, estar atendido é uma coisa, mas com qual qualidade é outra bem diferente. É fundamental direcionar investimentos para melhor suprimento na condição sanitária que se mostra bastante grave”.

Outro ponto destacado por ele foi sobre quando estava na Unitau. “Assessoramos a Prefeitura Municipal de Tremembé na elaboração do plano diretor em 2006 e existe uma discussão bastante interessante sobre conurbação na confluência de Taubaté, Pindamonhangaba e Tremembé. Pode parecer não muito relevante, mas ali existe uma área de concentração por conta de terras do estado, áreas de presídio que as pessoas tinham um certo preconceito e as desqualificavam. É o chamado Triângulo das Bermudas porque como ali tem o preço da alta periculosidade e as pessoas ficarão décadas presas, suas famílias se mudam para essa área. Como tem muita unidade prisional e as terras são do estado, criou-se uma concentração que se transformou numa microrregião”.

LRB-CBH Serra da Mantiqueira/Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental disse que primeiro faria algumas considerações sobre as apresentações. “Quero resgatar que apesar de Campos do Jordão ter uma paisagem exuberante da Pedra do Baú, ela pertence a São Bento do Sapucaí. É o Monumento Natural Estadual da Pedra do Baú (Mona)”.

Falou também que São Luiz do Paraitinga sofreu com a catástrofe de 2010 – enchentes de grande magnitude – que provocou perdas no patrimônio histórico, além de outros prejuízos materiais e, cinco anos, depois teve uma grave crise hídrica. “Esses dois eventos foram muito perto e na verdade até hoje essa crise hídrica permanece. Quem julgou que estaria sendo recuperada a capacidade da região, hoje percebe que está em declínio novamente. São eventos climáticos de longa duração que precisamos estar atentos e planejando porque isso não para: é o ciclo da Terra que é diferente do ciclo do ser humano”.

Comentou ainda que sobre o que levantado sobre o saneamento, existe uma questão muito acentuada que são as áreas rurais e as urbanas-rurais que existem, principalmente, na Serra da Mantiqueira que são comunidades isoladas que não têm atendimento de saneamento, abastecimento precário e tratamento de efluentes praticamente inexistente. “Isso se repete nas propriedades rurais do Vale do Paraíba onde não existe uma carência de investimento de conhecimento, mas sim, de soluções para esse tipo de problema. Daí o município não consegue atender com os sistemas tradicionais de saneamento. Nessa sub-região, ou se não no Vale como um todo, mas principalmente na sub-região 2, tem essa demanda que é emergente no ambiente do Comitê de Bacias onde problemas dessa natureza são debatidos”.

DC-ex-prefeito de Natividade da Serra demonstrou interesse em participar quando tiver a oficina com o Litoral Norte porque o município faz divisa com Ubatuba e Caraguatatuba. “A região do Pouso Alto, que é um bairro grande, com comércio forte, é muito ligado a Caraguatatuba, tem até linha de ônibus diária para lá. A ligação é maior com Caraguatatuba do que com Taubaté e isso não aparece nos mapas apresentados. Quanto aos recursos hídricos, tinha um planejamento na década de 40 de utilização das áreas do Paraíba do Sul, mas para que isso fosse possível, foi preciso projetar a represa de Paraibuna. Era para ser uma usina de reversão, jogar e puxar água. Isso ficou esquecido, mas os 120 km do município de Natividade da Serra não são atingidos pela Represa de Paraibuna que representa a maior caixa d’água de todo Paraíba do Sul, o que impactou no município de maneira muito forte e fez com que a população de 13 mil habitantes caísse para 7 mil e continua com esse número de habitantes até hoje”.

Ele levantou outro problema sério que o município tem em torno de 100 loteamentos clandestinos e não consegue controlar, tanto na região sul, como na divisa com Caraguatatuba. “É muito difícil controlar. Com a pandemia isso aumentou muito a ponto de faltar bloco e pedreiro. Tem muita gente morando na zona rural em assentamentos irregulares. Na cidade estamos tentando acertar a legalização, mas se as pessoas estão saindo das grandes cidades para locais mais isolados e vão construindo, comprando um sítio e dividindo, teremos cada vez mais problemas. O acesso à energia elétrica e à internet estimulou as pessoas, durante a pandemia, a deixar de morar na cidade o que está mudando bastante a realidade em Natividade da Serra e de várias cidades que vão sofrer com isso”.

RN-Fipe observou que a questão levantada por **DC** é importantíssima no âmbito do PDUI e orientou que na sala 1 os participantes teriam oportunidade de aprofundar a discussão dessas questões, especialmente no que diz respeito às estratégias de ação que precisam ser adotadas a partir do macrozoneamento proposto.

Fez uma observação com relação à questão que o **Profº PR** colocou sobre condomínios e loteamentos de alto padrão. “Em geral estão dentro do grupo AB e, dependendo do porte deles, o empreendimento precisa passar pelo grupo AB para estar no grupo que as prefeituras têm que identificar o licenciamento”.

Ressaltou que é importante que as prefeituras passem para a equipe da Fipe os condomínios de alto padrão fora da mancha urbana ou dentro das áreas de preservação porque em geral são loteamentos formais e estão dentro da regulação da prefeitura. “Nem sempre os proprietários quando compram, estão interessados na regularidade porque o valor é menor pela ilegalidade do empreendimento. Ressaltou que as prefeituras podem passar os dados para a equipe Fipe por eles estarem acontecendo à margem da legislação. “É preciso saber se estão fora do padrão de tamanho exigente para se fazer um dimensionamento melhor. Estamos com acesso aos dados da precariedade que são do IBGE sobre os assentamentos subnormais, que estão no programa Cidade Legal já conveniados com a secretaria de Habitação que também está nos passando dados”.

Foi explicado que pelos núcleos que estão no programa Cidade Legal é possível entender melhor qual é o tipo de regularização fundiária que requerem infraestrutura nesses territórios e para esclarecer se os condomínios de alto padrão que existem podem estar nas unidades de conservação.

TM-São Luiz do Paraitinga esclareceu que trabalham com planejamento estratégico da paisagem de conexão de fragmentos isolados no Vale e ficou feliz por participar do debate. Comentou que na Região Metropolitana de Campinas eles usaram a metodologia implementada em São Luiz para tentar fazer a formação dos corredores e já tem esse estudo feito no Vale do Paraíba, mas está desatualizado porque foi feito em 2010. “Indicamos nessa bacia os corredores prioritários ligando os municípios com o olhar para a questão hídrica no que diz respeito a restauração das nascentes prioritárias de abastecimento público. Neste ano já tem um corredor funcionando. Quanto aos desastres naturais, a Unesp atualizou esse estudo para o Vale do Paraíba. Dessa maneira, o município está com um estudo bem atualizado quanto a questão hídrica, o que permite detectar nas pastagens quais as áreas de pasto estão sendo utilizadas, quais não estão e como é possível combinar esses estudos para elaborar um planejamento da paisagem dos municípios do Vale”.

As questões levantadas pelo Comitê de Bacia são fundamentais para todos os municípios irem direcionando as suas áreas prioritárias de restauração, combinando com a expansão urbana. Foi feito agora em Jacareí com base na nossa metodologia de linhas de conectividade para indicar as áreas prioritárias para convergir com compensação ambiental, olhando para as áreas de nascentes prioritárias de abastecimento público. “Foi feita uma parceria com a prefeitura de Jacareí e eles estão fazendo a compensação ambiental das obras e estão com um passivo de compensação ambiental muito grande. Seria interessante replicar esse olhar”.

Ele explicou que no Vale, a questão hídrica é prioritária nesse momento e daqui para frente vai ser, cada vez mais, porque além dos 15 milhões de habitantes que são abastecidos, ainda tem São Paulo e Rio de Janeiro. “Também está acontecendo a transposição e esse planejamento é muito importante”.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico, Social e Mobilidade Urbana

Após as apresentações de cada participante, GC, professor de planejamento urbano da Unip de São José dos Campos, agradeceu a oportunidade de colaboração e destacou a importância deste processo de grande importância para a região.

DZ, representante da Unip destacou que o Plano Diretor de São Luís do Paraitinga está sendo revisado e que, apesar das dificuldades em confrontar as legislações de proteção ambiental, nos níveis municipal, estadual e federal, esses conflitos têm implicações no desenvolvimento e expansão da área urbana, sobretudo na preservação do patrimônio arquitetônico, tema que deve ser levado em consideração em razão da importância histórica da região, considerando inclusive tombamentos desse acervo arquitetônico. São Luís do Paraitinga, em especial, possui o maior núcleo tombado do estado, com mais de 270 edificações nessa condição.

Ressaltou também a necessidade do tema da preservação do patrimônio histórico e ambiental da região ser tratado de forma integrada, levando em consideração o impacto que tem nas atividades turísticas e no desenvolvimento econômico, como o contraste entre os municípios do eixo da Rodovia Dutra e as questões sociais ligadas a degradação desse patrimônio.

Sobre a preservação do patrimônio e os contrastes existentes na região, **GC-Unip** colocou que existe uma dependência dos municípios em relação ao Estado, pois são municípios que apresentam estagnação de crescimento econômico e decréscimo populacional, o que pressiona a preservação desse patrimônio arquitetônico e ambiental. “É importante colocar que esses municípios são os que mais necessitam de incentivos e orientações quanto às possíveis alternativas de atividades econômicas, e os que mais sofrem pressões e fragmentação de crescimento na zona rural”.

Em relação à colocação do **GC-Unip** sobre o decréscimo populacional, **RN-Fipe** ressaltou que essa questão impacta nos municípios que possuem atividade turística sazonal como, por exemplo, das festas religiosas e do carnaval de Paraitinga, que precisam suprir as demandas de serviços e não contam com mão de obra qualificada local suficiente.

RN-Fipe esclareceu que o PDUI é um plano que define um conjunto de diretrizes e propostas a serem trabalhadas pelas câmaras setoriais para formulação de políticas públicas. A questão do patrimônio histórico, até para desenvolvimento turístico que traz desenvolvimento econômico, pode ser objeto de câmara temática, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da região, juntamente com a agência regional. Reforçou que sobre o conjunto arquitetônico histórico advindo do período do café, serão colocadas estratégias de ação para uso sustentável desse patrimônio, sob lógica de desenvolvimento, de preservação e valorização desse patrimônio, além de recomendar ações que deverão ser tratadas num plano de resgate dessa memória e de agregação de valor para a região.

HG-Fipe questionou se os participantes identificaram algum setor não destacado na apresentação dos dados sobre concentração de atividades econômicas e se existe potencial para diversificação econômica.

DZ-representante da Unip disse que foi identificada em São Luís do Paraitinga a necessidade de regularizar o que chamam de agrovilas, que é uma proposta diferente de ecovila. Agrovilas são várias propriedades que formariam um conjunto. Informou ainda que tem as atas das reuniões com grupo gestor da revisão do Plano Diretor, em que os representantes apresentaram a vontade da população. Esse grupo representa as comunidades que levaram uma possível leitura do zoneamento rural, e que essa proposta surgiu em algumas entidades. Informa que estão pesquisando como essa questão poderia se transformar em uma diretriz para nortear, inclusive a prefeitura. “Estão fazendo um levantamento em outras localidades do estado, do país e de modelos internacionais para estabelecer os critérios de implantação dessa proposta”. Informou também sobre o impasse com o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pois várias unidades ultrapassam o que pode ser considerado como área para lote urbano, o que inibe, de certa maneira, a ação da prefeitura.

Sobre essa questão **GB-Unip** colocou que essa ocupação rural acentuada não é só de pessoas nativas. “É uma ocupação rural com características urbanas, cada vez mais fragmentada. Não se trata só de gerar emprego e renda, mas também aponta para uma outra questão, que é a migração dos grandes centros urbanos para os pequenos municípios, o que reflete inclusive na rede de saúde do município, além das demandas por infraestrutura”.

MB-Unitau destacou o impacto na região, especialmente em Taubaté, com a saída da Ford e da LG, mas que é possível repensar o município em outras atividades econômicas, a cultura, a literatura infantil, Monteiro Lobato. Disse ainda ser necessário entender a atividade econômica nesses municípios e incentivá-los a buscar alternativas além da indústria e da atividade ceramista.

RN-Fipe enfatizou que os temas da agricultura urbana, hortas comunitárias, identidade econômica, com realce aos municípios que apresentam diferenciais de cultura, como Monteiro Lobato, reforçam que estes temas devem ser bem planejados e, portanto, podem ser focadas no PDUI.

Quanto às questões de logística e transporte, **MB-Unitau** destacou que, no âmbito dos estudos e diagnósticos que estão sendo realizados na região pelo grupo de pesquisa de planejamento e desenvolvimento regional da Unitau, observou-se maior qualidade, facilidade e frequência do transporte oferecido para os municípios do eixo da Rodovia Dutra e inferior/deficitária para os municípios mais afastados desse eixo. Informou ainda que estão finalizados os diagnósticos de Jacareí, São José dos Campos, Taubaté, Ilhabela e Pindamonhangaba, outros estão em fase de finalização, e que os estudos serão colocados à disposição da equipe do PDUI.

Ainda em relação ao tema, **GC-Unip** colocou que sendo o eixo muito importante e denso em relação à circulação, cabe ressaltar que a região necessita de alternativas para o transporte de massa, a fim de favorecer os deslocamentos dentro do eixo e sua ramificação para outras regiões do Vale.

A esse respeito, **S. Sindareia** considera que a ferrovia é uma forma de conexão entre as cidades e vetor de desenvolvimento para a sub-região, e que além de operar com carga, poderia ser utilizada para transporte de passageiros também, uma vez que essa rede corta o centro da região. Colocou que seria interessante aproveitar este momento em que a concessionária MRS, operadora dessa rede ferroviária, está pleiteando a antecipação da renovação da concessão para tratar deste tema. Pensa que o PDUI pode ser um instrumento indicativo da necessidade de um estudo efetivo para viabilizar o transporte de passageiros pela rede ferroviária. Informou ainda que na região existem várias iniciativas de transporte de minério e de agregados para construção para São Paulo, via rede ferroviária, o que julga ser mais adequado ao transporte de grandes volumes. Colocou que existem dois terminais – em Cruzeiro e Pindamonhangaba – que operam no transporte ferroviário de carga para construção civil com destino a São Paulo.

MB-Unitau complementou dizendo que existem estudos da Univap de movimentos pendulares na RMVale que podem contribuir para a questão da mobilidade. Para tanto, disponibilizará tais estudos à equipe do PDUI. **MB** reforçou ainda a questão do sistema ferroviário subutilizado e chamou a atenção para um ponto de carga de equipamentos de outros setores que saem de Caçapava.

Na sequência, **GC-Unip** chamou a atenção para a questão dos atropelamentos que ocorrem em períodos específicos, como o das romarias, e que deve ter atenção especial, ao que **RN-Fipe** in-

formou que o IPEA tem estudos que analisam as mortes por acidentes nas rodovias brasileiras, e que este é um tema pertinente para o PDUI.

Sobre o tema da saúde, Taubaté e São José dos Campos apresentam grande fluxo de atendimentos, uma vez que seus hospitais representam referência para os municípios mais distantes, atraindo inclusive pacientes do sul de Minas Gerais.

AB-Prefeitura de Tremembé falou sobre a falta de hospitais nos municípios menores e mais distantes do fundo do Vale, o que impacta nos deslocamentos, em especial para o Hospital Regional de Taubaté e para São José dos Campos. Muitos pacientes saem de Areias, Arapeí, de madrugada e retornam à noite para suas cidades por não terem hospital na região de Cruzeiro, Lavrinhas. Diz que tem acompanhado os planos de governos anteriores que projetam a construção de hospitais, mas que ainda não foram concretizados. Os participantes apontaram a necessidade de ampliação de equipamentos hospitalares na região.

AB-Prefeitura de Tremembé citou ainda o grande deslocamento de estudantes do litoral, de cidades do sul de Minas e de outras cidades da região para Taubaté, além da própria cidade de São Paulo

Sobre o tema da educação, além do fluxo intenso de estudantes vindos de outras regiões, destacou-se a falta de qualificação – tanto em nível superior, como em nível técnico – além de ser importante trazer cursos para o pequeno empreendedor voltado a outros setores da economia local, que não só a indústria. A disparidade de oferta de equipamentos educacionais entre os municípios, o que também reflete na questão dos deslocamentos para os centros metropolitanos, e a necessidade de uma distribuição equitativa, de modo a atender as cidades menores e mais distantes do eixo, também foram citados.

Tremembé tem realizado bastante cursos de qualificação, mas são focados em grandes indústrias e fábricas. “A geração de renda, hoje em dia, é empreendedorismo, falta foco na qualificação em gestão, principalmente para o pequeno empreendedor. Também falta algo voltado mais para o agro: não tem apoio na agricultura, já que a relevância é menor que da indústria. É importante trazer mapeamento de onde estão os equipamentos de qualificação”.

Sobre os cursos de qualificação, é preciso fazer ponte com o mercado. “As indústrias não são mais as responsáveis pela arrecadação do município, precisam de alternativas”.

Por fim, os participantes agradeceram a oportunidade de colocarem suas percepções e propostas e se comprometeram a disponibilizar os estudos citados ao longo do debate.

Proposta

- Inserir mapa indicando a localização dos loteamentos de alto padrão, cruzando com as unidades de conservação e áreas de fragilidade ambiental. No geral são loteamentos de alto padrão não compatíveis com a Lei nº 6.766.

Encaminhamentos para os municípios

- Planejar os temas da agricultura urbana, hortas comunitárias, identidade econômica, com realce aos municípios que apresentam diferenciais de cultura, como Monteiro Lobato, a serem tratados no PDUI.
- Definir estratégias de ação para uso sustentável, de preservação e valorização do patrimô-

nio histórico e arquitetônico; recomendar ações, que deverão ser tratadas num plano de resgate dessa memória e de agregação de valor para a região.

Encaminhamentos para a Sociedade Civil

- DP** (representante do IAB e Unip): fornecer cópia das Atas de reuniões do grupo gestor do Plano Diretor e documentos sobre as questões do patrimônio arquitetônico.
- Unitau: enviar estudo sobre transporte e deslocamentos de doutoranda da Universidade de Taubaté que tem dados do fluxo de transporte de Cruzeiro.
- Univap: enviar estudos sobre Movimentos pendulares na região.

I.4. Oficina Regional de São José dos Campos

Data: 14/10/2021

Horário: 14h às 17h

Municípios: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, São José dos Campos.

Representantes das Prefeituras Municipais e GESP

- Prefeito de Guaratinguetá
- Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente de São José dos Campos
- Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato
- Defensoria Pública
- Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AgemVale
- Parque Tecnológico de São José dos Campos

Representantes da Sociedade Civil

- Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo
- Univap/PPGLUR
- LiSS/INPE

Sala 1: 25 participantes

Sala 2: 11 participantes

A abertura foi realizada pelo subcoordenador da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria e Desenvolvimento Regional que saudou os participantes e agradeceu a presença de todos e a disposição dos municípios em fazer o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região como parceiros da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da Fipe.

O ex-prefeito de Piracicaba, **BN**, também saudou os participantes. Na sequência, a coordenadora técnica do projeto falou sobre a importância do trabalho conjunto e explicou que os documentos a serem apresentados estarão disponíveis na plataforma digital de cada unidade territorial para serem avaliados, questionados, corrigidos e adequados a cada realidade local. Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

- A coordenadora da Unidade Regional (UR) fez a apresentação do Panorama Regional esclarecendo que se trata de um documento preliminar. Alguns **destaques** foram feitos pelos participantes.

O **Profº PR Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap** destacou a importância de a equipe produzir mapas sobre os conflitos reais sobre uso e ocupação do solo que existem no território e como o município lida com a ocupação desenfreada e sem planejamento do mercado imobiliário. A cartografia não representa uma verdade. “Pode revelar muitas coisas e pode revelar o que se deseja e o que não se deseja ou pode construir uma outra linha de leitura. Tem grupos de planejamento que trabalham com uma linha que chamam de “produzir mapa de conflito” e nas apresentações isso quase não aparece nos mapas das sub-regiões.

Sugere que seja superada a dicotomia entre preservação ambiental e unidade de conservação. A ocupação da população pobre, numa leitura mais desavisada, pode sugerir que os grandes problemas de dano ambiental são resultado da ocupação da população de baixa renda”.

Fez uma observação sobre o mapeamento que quando se falou dos empregos de alta ou melhor remuneração ou pessoas que estão formalmente empregadas, se mostrou o desempenho de São José, Jacareí e outros. “Seria importante mostrar isso no mapa. Quais os municípios têm os maiores índices de precarização do trabalho? Essa é uma informação importante. Por último, quanto aos equipamentos educacionais, inclusive de nível superior, faço uma observação sobre a ausência das três universidades: Anhanguera, Univap e Unip nos equipamentos escolares. Sendo que Anhanguera e a Unip estão praticamente na margem da rodovia Dutra e a Univap está mais na zona Oeste da cidade, talvez num dos bairros nobres da cidade que faz limite com os fundos da Unip. Inclusive, se discute a possibilidade de eventual conexão que poderia até criar outras perspectivas de conurbação. Por isso, fica uma dica para a inserção na produção de cartografia”.

Quanto ao zoneamento, comentou que quando se vê a produção de loteamentos, conclui-se que se os municípios continuarem aprovando uma grande quantidade de loteamentos é porque alguém tem que ganhar dinheiro. “Não à urbanização extensiva que terminará e não haverá ônus para a própria administração pública de fazer avenida, esgoto, água, ônibus etc. Os municípios devem fazer um pacto com a sociedade e não com o capital imobiliário”.

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos comentou primeiro sobre os mapas. “Na questão ambiental, embora a gente reconheça que o trabalho em escala é difícil, é sempre importante assegurar o reconhecimento da fisionomia do cerrado que eu não vi descrita no Panorama. Inclusive, São José dos Campos, em breve, vai lançar uma nova Unidade de Conservação de Proteção Integral ainda neste ano, justamente para valorizar o cerrado que é o principal bioma da região”.

Ressaltou ainda um contexto que é muito importante e que tem interface com a gestão hídrica é a nova situação atribuída pela transposição das águas do Reservatório Jaguari e na apresentação, na definição de áreas prioritárias, não aparece a importância desse manancial. “O Reservatório Jaguari é uma bacia prioritária porque é formadora da Bacia do Paraíba e da Bacia do Paraitinga, bacias do sistema do Paraíba do Sul. O contexto dá nova configuração para as águas do manancial Jaguari, em termos de indicação de áreas prioritárias de intervenção e proteção. Quero corrigir um dado sobre o aterro de São José dos Campos porque ele não tem expectativa de 2 anos de vida útil, ele já tem um trabalho grande em 3 fases que atribuem uma expectativa de 5 anos”.

Revelou ainda que, recentemente, a prefeitura entrou com uma solicitação de licenciamento para uma ampliação que deve colocar esse aterro com uma expectativa de 10 anos.

Complementou falando sobre os quadros sobre mineração. “Se eu entendi direito, quando se fala em lavras em 2021, isso remete ao entendimento de que se tratam de jazidas abertas em exploração e eu acredito que não seja essa a informação trazida nessa apresentação porque são apenas pesquisas e licenças de lavra e não lavras abertas. Por exemplo, em São Francisco Xavier está cheio de mineração, mas, na verdade elas não existem de fato”.

ZA-Fipe colocou a importância dessas contribuições que já foram registradas.

ML-Fipe respondeu ao **Profº PR** que essa primeira etapa é do panorama da região, mas na elaboração do diagnóstico, a proposição é fazer mapas sínteses que retratem esses conflitos em cada unidade regional.

ZA-Fipe perguntou se a Unidade de Conservação de Proteção integral ainda é um projeto. “Já foi aprovada? A gente tem como ter alguma informação sobre ela para incluir na nossa base?”

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos respondeu que a destinação dominial já está definida e serão 30 hectares no lançamento. “Estamos preparando a equipe do departamento de ação ambiental para a consulta pública. Faremos uma audiência pública como exige o rito, mas existe a expectativa de que tenhamos o lançamento oficial dessa unidade de conservação no final de novembro deste ano. É uma área urbana bastante interessante, mas eu não posso disponibilizar para vocês porque ela está na iminência de se concretizar. É uma área de cerrado com uma qualidade muito grande. Ela foi proposta no plano diretor 2018 como uma diretriz, posso mandar isso para a equipe Fipe o polígono previsto no plano diretor como área de proteção de cerrado e os resultados desses caminhos que nós estamos consolidando agora”.

LC-Assessora de Gestão Estratégica da Prefeitura de São José dos Campos ressaltou que se falou um pouco de mudança climática, mas que sentiu falta de um diagnóstico maior quando se discute a região metropolitana com tantas emissões. “Por exemplo, vocês colocaram os reflexos dos deslocamentos e a questão da mobilidade, mas como se vê isso do ponto de vista de emissões de gases de efeito estufa dessa região metropolitana? Um perfil de desenvolvimento com as estratégias, por exemplo, quando se fala de conservação da biodiversidade, da recuperação das áreas vegetadas a gente está falando de carbono como parte de vulnerabilidade. O Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do Estado traz um diagnóstico das mudanças climáticas. Por causa das mudanças do clima temos vários diagnósticos de risco de inundação e deslizamento sem nenhuma perspectiva de solução. O ZEE do Estado será uma referência para o diagnóstico? Como que vocês veem no diagnóstico essa questão do risco climático?” **ZA-Fipe** colocou que quanto ao ZEE do estado houve três reuniões entre as equipes da FIPE e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA). “Eles estão numa fase de conclusão, de validação então a gente não pode divulgar as informações agora para vocês, mas já estamos usando-as. Eles estão numa fase de conclusão de uma série de diagnósticos, levantamentos e análises e estão fechando essa etapa para poder propor o zoneamento da região. Com relação, especificamente, ao ZEE do litoral que é de 2017, nós já estamos incorporando nos trabalhos. Quanto a questão da qualidade do ar e da emissão de gases do efeito estufa, recebemos recentemente a base de dados da própria SIMA e, também, está no nosso horizonte incorporar elementos que devem ter importância estratégica para os municípios dessa sub-região e do eixo da rodovia Dutra como as áreas mais urbanizadas e a interface com a questão da vulnerabilidade e as mudanças climáticas. Super relevante e nós

estamos, de alguma forma, incorporando isso nessa fase inicial que é a elaboração desse primeiro documento que é o panorama da região para depois fazermos os cruzamentos no segundo documento que é o chamado diagnóstico”.

Considerou muito interessante a contribuição do **Profº PR** e esclareceu que serão realizadas reuniões de grupos de trabalho com as secretarias estaduais e serão aprofundados o debate sobre cidade legal com a secretaria de Habitação. “Com certeza essa contribuição do P e as demais contribuições que estão vindo das oficinas regionais vão enriquecer os grupos de trabalho com as secretarias de estado”.

A seguir, os participantes foram divididos nas duas salas de debates de acordo com o interesse de cada um.

As apresentações estão disponíveis para download na Plataforma digital da Unidade Regional <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

ZA-Fipe disse que foi preparado para a abertura dessa sala um material que retrata o esforço da equipe no levantamento dos dados e do macrozoneamento tomando como base o PDUI da Região Metropolitana de São Paulo e de outras regiões que a Emplasa desenvolveu. “O primeiro passo foi levantar o que os municípios têm de zoneamento, planos diretores, lei de uso do solo, suas leis municipais. O segundo passo foi fazer a leitura unificada desse material e uma proposta de reclassificação numa legenda para a região. A proposta é transformar a sopa de letrinhas dos municípios em uma única legenda com nove macrozonas e o terceiro passo e, mais desafiador, é transformar isso e, não só isso, como um dos elementos para gerar um macrozoneamento regional do PDUI. Esse é o material que será apresentado a seguir. Após abriremos o debate para todos os temas da questão ambiental”.

Após a apresentação, as perguntas para as orientadoras foram colocadas e o debate foi aberto.

LC-Assessora de Gestão Estratégica da Prefeitura de São José dos Campos levantou a questão do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) que está sendo discutido e o zoneamento. “Estamos vendo aqui que em relação a São José dos Campos é um diferencial do nosso Plano Diretor que pela primeira vez trouxe o macrozoneamento rural dentro da visão do PDPA. Nós temos uma área de proteção dos recursos hídricos que vocês trouxeram com essa visão de proteção ambiental, junto com as APAS e quando se olha para os mapas, chama atenção porque o restante de todos os outros municípios é tudo rural, porém, os municípios não se debruçam para fazer um zoneamento rural. É importante entender qual é a vocação desse rural dentro da macrorregião, dada questões como produção de água, de resiliência, de clima, até para o desenvolvimento econômico porque o valor adicionado da área é muito pequeno. Olhando para o rural são essas questões que eu coloco. Essa diferenciação tão grande de São José é porque fizemos esse trabalho de olhar para o macrozoneamento rural. Ainda que a gente esteja no nível de diretrizes, sabemos, efetivamente, que essas macrozonas ainda não se diferenciam. Chama atenção porque só São José está no mapa todo verdinho e o restante não, embora existam outros locais de proteção ambiental nos municípios. Essa metodologia que vocês adotaram de baixo para cima é válida, mas de cima para baixo também, como por exemplo, a do PDPA e do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE). É importante saber como se faz esse balanço porque os municípios acabam olhando

só para as suas necessidades e na discussão do PDUI a questão é macro, tem que considerar as áreas de proteção não unidades de conservação como vocês trouxeram. A integração das áreas verdes dentro da cidade, a questão do Paraíba do Sul, enfim, temos várias questões dentro do ambiente urbano, mas, dado o nível de detalhe do macrozoneamento, não seria a melhor pauta. Mas precisamos pensar, principalmente no Paraíba do Sul, na macrodrenagem, se existe alguma coisa específica importante em termos de macrozoneamento para a região”.

ZA-Fipe colocou que gostaria de saber da **LC** sobre a mobilidade versus emissão de gases e mudanças climáticas.

OV-secretário Adjunto de Urbanismo e Sustentabilidade levantou uma dúvida sobre a adequação dos planos diretores ao macrozoneamento. “Olhando para o mapa a dúvida é sobre o significado do termo consolidação ou adensamento. Nós tratamos a área consolidada onde existe toda a infraestrutura instalada, onde a cidade já ocorreu, nós entendemos que é uma zona de consolidação voltada para o adensamento, ou seja, para a verticalização em alguns bairros que vem perdendo população e que tem infraestrutura instalada. Onde está pautado o adensamento no nosso território é uma área onde nós estamos favorecendo um parcelamento do solo com uma taxa de ocupação menor do que seria a área de consolidação. Isso que eu não entendi. O desenho está correto, mas o direcionamento me causou dúvida. Onde a gente quer de fato que a cidade adense e que se leve mais pessoas para evitar a periferização que tem sido uma tônica nos últimos anos é exatamente a área chamada como consolidada e a área que falaram como adensamento é uma área onde a gente admite a ocupação dentro dos novos loteamentos, mas com uma densidade inferior àquela da área consolidada”.

Em relação a fala da **LC**, destacou que é uma coisa que estão se deparando na zona rural, fora a questão da proteção e de todo um regramento que já existe e que está se intensificando com o PDPA. “Em boa parte do território, tem falta de vocação da terra rural e no passado havia uma pressão imobiliária para produção de lotes de interesse social para as pessoas que não conseguiam adentrar no mercado imobiliário da área urbana. Só que agora isso se inverteu, essa falta de vocação da terra rural em São José tem se pautado por uma segunda moradia de uma classe média que está sendo um vetor forte. Então, a preocupação que temos com essa zona rural é da urbanização já que não é mais do interesse daquelas pessoas que não tem poder aquisitivo para adquirir o lote urbano, mas sim, daquele que já tem uma moradia urbana e busca outra no meio rural. Isso acontece em São José e não sei se Jacareí e Caçapava têm sofrido esse processo. Muitas vezes a segunda moradia é num módulo inferior ao módulo do Incra. Não estamos conseguindo administrar nos últimos anos essa vocação da terra rural. Há um certo esvaziamento econômico dessas terras e, agora, ainda mais forte como um parcelamento de classe média. Mas ao recebermos o material, vamos analisar e voltamos a conversar.

ZA-Fipe observou que tinha essa expectativa de que com a pandemia isso ia piorar e parece que vem acontecendo porque com o trabalho remoto esse movimento se acentuou e parece que o novo formato do trabalho vai ser mantido. “As empresas estão trabalhando com um sistema híbrido o que estimula a procura de moradia em áreas fora do urbano. Esse é um problema que eu me lembro como diretora da Secretaria de Planejamento de Campinas, nós vivenciamos isso na área de Área de Proteção Ambiental (APA). Chegamos a fazer uma ação junto com o Ministério Público com o objetivo de coibir, mas é muito complicado. Também tive a oportunidade de trabalhar num projeto que tentava reverter essa tendência de uma outra forma que foi na prefeitura de São Paulo

que era justamente do fortalecimento da atividade rural nas zonas rurais que São Paulo tem e que é quase um terço do território da cidade. É preciso fortalecer o produtor rural com vários mecanismos, entre eles, o pagamento por serviços ambientais e mesmo recursos para ele se manter lá, fazer uma conversão para orgânico, enfim, várias formas de tentativas. É um grande desafio”.

CG-AgemVale esclareceu para **OV-Secretário Adjunto de Urbanismo e Sustentabilidade** a questão da área de adensamento e da área de consolidação. Recomendou a leitura das nove zonas da Emplasa que foi o primeiro modelo de classificação utilizado.

JS-Defensor Público iniciou elogiando e dizendo da dificuldade de construir um panorama diante da precariedade de dados em função da não realização do Censo. “Imagino o esforço de vocês para poder compatibilizar todas essas informações que são muito interessantes. Como **o Profº PR** comentou, quando a gente traça um panorama ou estabelece alguns modos de recorte da realidade, a gente pode tender a dar evidência para alguns aspectos e invisibilidade para outros. Nesse aspecto, eu como defensor público, ligado à área jurídica, sou quase que adestrado para fazer uma leitura do Direito e aqui nós estamos falando da adaptação de uma região a uma e lei que é o Estatuto da Metrópole. Mas como defensor público, fazemos a leitura do ordenamento jurídico a partir da Constituição Federal. E ela é muito clara com relação aos objetivos do planejamento e os próprios objetivos de para que esse país existe. Os objetivos do país estão na Lei, na Constituição que é nossa lei maior. E os objetivos são simples. São cinco ou seis objetivos que estão no preâmbulo da lei que são construir uma sociedade justa, livre e solidária. Garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Para isso o Brasil existe. Então, acho um equívoco, mas acho que ouvi aqui alguém falar em desenvolvimento com melhora social. Não. Desenvolvimento é econômico e social. Não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social e a gente preza muito por isso por conta de que todas essas mazelas vão parar na curva do rio da Defensoria Pública, nós é que temos que administrar as mazelas sociais que são geradas por um modelo de desenvolvimento”.

Fez um destaque sobre a fala do **OV** e da **LC** sobre vocação. “Na verdade, a vocação você nasce com ela, mas tem as vocações que são criadas, por exemplo, após a destruição de todos os córregos e rios da macrometrópole, ela vem buscar água na nossa região. Mas a nossa vocação não é fornecer água para a Macrometrópole que, se tivesse cuidado dos seus rios não precisava vir buscar água aqui na região. Hoje, temos essa realidade imposta que foi feita por uma luta muito grande de entidades ambientalistas, prefeituras, defensoria, mas é uma realidade que está sendo imposta. Da mesma forma que estamos olhando para o futuro do planejamento que, para o poder público, é obrigatório; a Constituição estabelece como obrigatório o planejamento e ele pressupõe escolha. Nós temos uma Região Metropolitana com 39 municípios absolutamente desiguais, realidades completamente distintas com uma heterogeneidade muito grande e municípios com instrumentos muito avançados, apesar da leitura do índice de vulnerabilidade do município. Não interessa só a produção de renda, mas como está a distribuição de renda nesses municípios. São José é um município riquíssimo. Mas como é a distribuição de renda nesse município? Se a gente for ver a distribuição de renda é preciso observar esse índice escolhido para a parte do desenvolvimento social”.

Alertou ainda que sentiu falta de dados sobre habitação de interesse social dizendo que os dados utilizados estão bem desatualizados. “O **Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos** falou bem. Também senti falta do cerrado que é um bioma muito

importante para São José porque ele garante a produção de água no município, para a região e outros estados. As nascentes dos nossos rios estão, uma boa parte, nesse bioma”.

Ainda se colocou à disposição para fazer esse olhar da população de baixa renda, especialmente na questão de assentamentos precários e núcleos irregulares. “Temos que tomar cuidado nessa classificação. Me chamou atenção também as áreas de risco. São José tem um plano municipal de redução de riscos muito bem-feito, tudo mapeado, inclusive a macrodrenagem e a classificação das áreas de riscos não são necessariamente associados a pobreza que é uma associação que foi feita automaticamente aqui. Pelo que eu entendi na cartografia que foi apresentada, é óbvia a situação de vulnerabilidade para o sistema de autoconstrução e a falta de assistência técnica faz com que a população de baixa renda tenda a ter uma vulnerabilidade maior nas suas construções, mas os fatores de riscos têm outros critérios que são determinados por esses estudos. Estou ansioso pelo diagnóstico porque aí a gente vai ter uma leitura mais concreta. A leitura geral foi apresentada e parabéns a equipe pelo trabalho, mas quero chamar atenção para os aspectos sociais, a não dissociação de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, senão vamos mergulhar na lógica da competitividade entre cidades que é a chamada guerra de lugares e aí não chegaremos a lugar nenhum enquanto região. As cidades vão continuar se desenvolvendo num ritmo maior, as desigualdades sociais vão se acentuar e não vai focar no interesse principal do Estatuto da Metrópole que são as Funções Públicas de Interesse Comum tais como os resíduos sólidos, saúde etc.”

Ressaltou ainda que quanto a saúde tem um equívoco porque está fazendo remissão a 2010 do deslocamento por internações, mas é porque o município de São José sustentava sozinho o atendimento regional. “O hospital regional, se não me falha a memória foi inaugurado há pouco tempo. Não é de 2010. Depois é que esse fluxo foi conduzido para o hospital regional, mas antes, era o hospital municipal de São José que servia de referência ao atendimento de toda a região. E está certo, tem que ser porque o SUS foi feito para isso”.

ZA-Fipe esclareceu que com relação aos dados do deslocamento por internações, o mapa é do DataSUS 2020. “Outros aspectos estou de pleno acordo com relação a esses temas que você levantou, especialmente o desenvolvimento econômico e social que é fundamental. A lei de criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte indica para o Conselho a definição das Funções Públicas de Interesse Comum dentro de um conjunto de 10 campos temáticos bastante vastos, mas a questão social está lá colocada e é fundamental para o PDU”.

Profº PR declarou que assinava embaixo de todas as falas do defensor público, mas que faria um comentário sobre algo que foi falado na sala de abertura e que acontece quando se faz comentários de realidades vivenciadas, mas, em lados diferentes de como se estava enxergando a realidade. “Muitas vezes, o poder público tem uma tendência de observar a realidade de uma maneira que é própria e, que muitas vezes, fica confundido e é muito difícil separar. Vamos assistir um desafio que é separar a ideia de um planejamento, seja ele de um Plano Diretor ou vinculado a um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para 10 anos, do projeto de um governo enquanto gestão. Isso é um problema seríssimo que temos no Brasil. O prefeito quer fazer o plano dele como ele acha que a cidade supostamente deve ser porque ele foi eleito por X e Y pessoas, então é isso o que a cidade quer. O que implica na construção de verdades sobre as quais qualquer antagonismo, e isso não é uma questão teórica acadêmica, é a construção de uma espécie de civismo urbano baseado na ideia de que qualquer pessoa que levante uma série de dados para questionar a lógica do desenvolvimento proposto pelo prefeito de plantão é anticidade, quase antipatriota”.

Esclareceu que quando a **ZA** falou que se interessava por saber sobre a emissão de partículas e mobilidades, São José, nas audiências públicas do Plano Diretor. “Um companheiro nosso de luta levantou essa questão e não sei quantas vezes ele pegou o microfone para perguntar onde estão os dados e quando será feito um Plano Diretor para emissão de partículas e nunca teve essa resposta. Orientei uma dissertação de mestrado, recentemente sobre São José, e verificamos que o Estado de São Paulo tem, em média, 34% da população que se locomove de automóvel e, São José, 44,5%. Ela é uma cidade feita para andar de carro. Então, como vai diminuir as partículas se a prefeitura municipal faz cada vez mais pontes, avenidas e viadutos por que tem que privilegiar quem tem carro? Tem que linkar a mobilidade à lógica de ocupação do solo, de expansão de loteamentos fechados para áreas distantes que vão pressionar o poder público a fazer avenidas, alargar avenidas. Em São José dos Campos milhares de pessoas de baixa renda foram removidas de lugares que deveriam ter sido urbanizados para favorecer uma espécie de reordenamento de território que o exemplo a gente sabe qual é. Sugiro a vocês, porque talvez seja muito interessante, convidar em todas as oficinas dessa região, a Convap que é a associação de construtores. É quase um governo paralelo. Para algumas cidades do Vale eles são muito determinantes naquilo que as municipalidades fazem para prover o território de áreas de investimento imobiliário com obra pública e dinheiro público. Pede para mostrar o orçamento público de grandes cidades do Vale para ver onde o dinheiro está sendo gasto. Isso não é teoria, não é tese, é dado de orçamento que mostra para onde a cidade está crescendo. Por isso, vou voltar na questão do que é desenvolvimento. Vou dizer, por antecipação, que não é fazendo uma linha verde ligando duas áreas da cidade por um trem movido a energia elétrica que vai fazer algo sustentável e vai diminuir emissão de partículas e ser um grande projeto de mobilidade. Isso é muito mais marketing urbano do que solução de problema de mobilidade e sustentabilidade. Nós que estamos envolvidos com a realidade local temos muito a dizer, mas já sabemos por várias experiências que o olhar do poder público sobre a sua verdade é bem outro”.

ZA-Fipe agradeceu dizendo que é importantíssimo estar ouvindo o entendimento de como esse tema da mobilidade, transporte e logística e não só a mobilidade por veículos deveria estar contemplada no PDUl porque ele é múltiplo e tem múltiplas facetas.

LL-CAU observou que quanto ao Macrozoneamento Regional, existe a dificuldade dos municípios menores de avançarem no planejamento tanto urbano como rural. “Embora meu conhecimento seja sobre cidades, estou aqui representando o CAU da cidade de São José dos Campos tentando ter um olhar um pouco mais amplo. Fiquei pensando o quanto os municípios menores como Santa Branca e Paraibuna que já têm dificuldade com planejamento urbano, terão com o rural”.

Ainda pontuou que na ausência desse planejamento municipal, a existência da APA Federal do Paraíba do Sul poderia servir como uma das bases de planejamento, embora seja uma APA sem um detalhamento de planejamento, sem um plano de manejo, mas que abrange diversos municípios da região metropolitana. “No território de São José dos Campos existe um planejamento municipal que é mais detalhado do que isso, mas nos municípios onde falta esse planejamento, o perímetro da APA poderia ser usado, especialmente em Santa Branca que está dentro dessa APA. Poderia ser utilizado nesse macrozoneamento com alguma ênfase sobre as questões ambientais. Pela ausência de representantes nessas oficinas, proponho validar essa proposta com os municípios ausentes que têm essas manchas da APA federal”.

ZA-Fipe esclareceu que foi feito um levantamento extenso de todas as unidades de conservação e tem um número expressivo delas que não tem um plano de manejo porque não tem conselho

gestor, o que é um problema que torna mais complexa a sua proteção e o monitoramento. “Sobre a dinâmica das oficinas, é uma primeira oportunidade de troca com vocês e a gente pede que registrem no chat os seus e-mails para que possamos continuar a nossa comunicação. Teremos outras oportunidades e vamos ter uma plataforma digital que será um espaço de colaboração virtual. Toda a documentação produzida estará disponível em um formato que permitirá às pessoas colaborarem virtualmente”.

LC-Assessora de Gestão Estratégica da Prefeitura de São José dos Campos colocou que a questão dos gases de efeito estufa para diferenciar um pouco porque a pauta de poluição e poluentes atmosféricos é uma pauta local que tem de ser tratada junto com as mudanças climáticas, uma questão mais global. “Quando as pautas se juntam, quando se fala em queima de combustíveis fósseis, mobilidade seria importante pensar com um olhar macro essa questão das emissões porque tem coisas que a organização de uma região metropolitana facilita para resolver. No diagnóstico, vocês mostraram várias questões que tem essa pauta climática por trás e elas podem ajudar a resolver alguns problemas ou não. Vocês citaram, por exemplo, o recurso para pagamento dos recursos ambientais. Esses recursos só estão vindo por causa da agenda climática. Então, a região metropolitana, principalmente essa área rural que estamos falando, pode muito potencializar o que tem. Se ela passa a se reconhecer como uma área de proteção, não só de biodiversidade, mas também de carbono e traz recursos para a região se desenvolver dessa forma. Do ponto de vista do desenvolvimento regional é importante a questão dos deslocamentos, do fluxo de veículos da Rodovia Dutra, a interligação desses municípios, como está o transporte público dentro desses municípios, tudo isso também tem uma pauta climática secundária junto que também faz parte. Eu coloquei no chat a Plataforma Seeg (<https://plataforma.seeg.eco.br/cities#>) que tem um banco de dados das emissões de todos os municípios. Pode-se fazer uma análise da região metropolitana, ver como cada município emite e onde são feitas essas remoções de gases de efeito estufa, seria mais um dado para compor as análises que vocês fizeram vinculadas ao eixo da Rodovia Dutra. Talvez isso vá caminhando para uma estrutura que é a questão dos resíduos que vocês já colocaram. Ele passa por uma junção que só se viabiliza numa estrutura mais ampla, principalmente para os municípios menores e vai ter a questão da disposição que vai para outro município e continua gerando emissões dependendo do tipo de tratamento que está sendo adotado. É interessante pensar na estrutura de consórcios e como estamos falando de meio ambiente, não sei o quanto está na pauta de vocês, mas nós estamos mobilizando uma estrutura de consórcio de licenciamento ambiental no Vale do Paraíba. É uma estrutura interessante e tem a perspectiva de ter uma sede junto com a AgemVale, o que vai favorecer bastante a proximidade. Uma das perspectivas que nós colocamos com relação ao consórcio foi que cada município irá licenciar as suas atividades dentro do seu território e, quando se consegue licenciar via consórcio, ganha-se escala e dá para entender a inter-relação, ainda que seja nesse impacto local, de uma forma mais abrangente”.

ZA-Fipe destacou que **CG-AgemVale** fez uma rodada de reuniões nessa região e tinha levantado essa questão do licenciamento ambiental. “Esse seu olhar regional para ele é fundamental para ter uma harmonização da região para os empreendimentos que precisam se licenciar.

OV-Secretário Adjunto de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos esclareceu que as Várzeas do Paraíba do Sul estão no ambiente urbano de São José dos Campos, mas tem legislação desde o início dos anos 90 buscando a proteção delas, principalmente no que

diz respeito a especulação imobiliária, tentando evitar a ocorrência de um padrão de urbanização que esteja em desacordo com o ambiente que a várzea propicia a cidade.

“Não só o Banhado de São José dos Campos, mas todas as planícies que estão à margem direita ou esquerda do Rio Paraíba que hoje estão no território urbano, mas com uma restrição ao uso urbano. Elas estão hoje com uma Área de Proteção Ambiental, parte dela sobrepõe a APA do estado e parte soma um rigor municipal, mas ambas carecem de um plano de manejo como já foi citado. Outros municípios ao lado acabam tendo um olhar diferente sobre essas várzeas. O macrozoneamento vai uniformizar esse tratamento ou vai continuar tendo um entendimento diferente de acordo com o interesse de cada município sobre as suas várzeas? Porque apesar de ter os limites municipais, a várzea é um território que ultrapassa esses limites e a proteção do ecossistema a meu ver é muito importante. Então eu pergunto que tipo de proteção e que tipo de utilização é possível dar para que o proprietário não fique sem possibilidade nenhuma de aproveitamento econômico, evitando o processo de urbanização por entender que ela tem um serviço ambiental importante para a cidade? Mas, às vezes eu não vejo isso ao longo do Rio Paraíba nas outras cidades. Minha dúvida é, nós vamos ter um olhar do ponto de vista do estado para essas áreas, ou muitas vezes, o interesse municipal pode se sobrepor ou não? Acho importante olhar diferente para essas áreas, independente dos municípios. É uma luta em São José, principalmente a Vargem Grande, Eugenio de Melo, Fazenda Sanguimura que são áreas importantes para o ecossistema e que tem um serviço para a cidade, mas ao mesmo tempo a gente esvazia economicamente, tendo muitas vezes um conflito com o proprietário de terra. Daí tem alguns lugares com tendência a parcelamento clandestino. Mas eu vejo que outros municípios têm um olhar diferente. Mas é uma calha do rio e deveríamos ter um pensamento igual sobre ele. E qual seria do ponto de vista do Estado? É só uma provocação”.

LC-Assessora de Gestão Estratégica da Prefeitura de São José dos Campos complementou **OV**. “Em relação a várzea, ela é um ambiente que tem estoque de carbono, tem a drenagem, o tratamento da qualidade do rio, enfim, tem uma série de funcionalidades que, às vezes, a gente acha que se perde e que é esse olhar histórico de proteção que São José tem e que nós esperamos que o plano possa ter uma visão uniforme. Inclusive o nosso plano de macrodrenagem tem uma perspectiva de discutir do ponto de vista regional como se responde a urbanização dos municípios a montante e a jusante”.

ZA-Fipe perguntou se seria possível a equipe da Fipe ter acesso ao plano de macrodrenagem.

LC-Assessora de Gestão Estratégica da Prefeitura de São José dos Campos respondeu que está sendo publicado essa semana, mas ele fez a exclusão da área do Paraíba do Sul porque não tem urbanização lá. “Essa discussão da drenagem deveria ser feita numa modelagem regional e não só municipal”.

CG-AgemVale colocou que a equipe não está querendo falar de área de conflito. “As divisas das cidades terão que ser decididas no macrozoneamento regional. O que o **OV** falou é extremamente importante porque o meio ambiente não tem essa divisa das cidades”.

ZA-Fipe observou que a questão da várzea é muito desafiadora. “No PDUI de São Paulo, lançamos como desafio a proposta de que a primeira Área de Interesse Metropolitano é justamente a área da várzea do Tietê e poderíamos discutir isso porque essa é uma figura que, para além do macrozoneamento regional, a gente pode lançar mão de áreas de interesse ou áreas de interesse

metropolitano e, nesses documentos que vamos disponibilizar nas plataformas, explicamos um pouco melhor o que é isso e, como por exemplo, a área do Porto Seco também pode ser pensada como uma área de interesse metropolitano. É uma discussão muito importante. Essa questão foi levantada na discussão sobre o ZEE, inclusive sobre São José dos Campos que protege a atividade mineral. E como fica essa atividade que para a região tem a sua importância econômica? Essas questões são desafiadoras”.

Profº PH colocou que a equipe da Fipe está procurando conhecer algumas coisas a partir dos levantamentos que conseguiram fazer e não tinha como chegar tão perto a não ser nas oficinas. “Quero levantar uma questão sobre determinados tipos de ocupação em áreas que o defensor público falou sobre a questão das leis. Eu acho que tem questões bastante indiscutíveis que o poder público municipal continua a discutir sobre vários critérios que permitem e devem promover regularização fundiária e urbanística de assentamentos irregulares, mesmo aqueles em determinadas condições de áreas de preservação ambiental que é o caso do banhado que é objeto de uma Ação Civil Pública que eu posso dizer porque fiz parte de um projeto com uma equipe técnica que tem estudos demonstrando que não existe nenhuma fração do território da cidade que a prefeitura municipal tenha feito um levantamento tão cuidadoso e profundo como foi feito pela universidade com financiamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, um edital do CAU. Tem todas as provas técnicas e de várias naturezas de critérios para que se realize a regularização fundiária e urbanística do Banhado em uma área central da cidade e que sabemos que é de altíssima valorização imobiliária. Portanto, tem alguns conflitos que nós precisamos superar no que se refere a olhar para a lei de maneira arbitrária e dizer que para certas coisas a lei se aplica e, para outras, eu interpreto. Quero dizer que como professor universitário, participante e responsável técnico de um projeto financiado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo e premiado internacionalmente, o Banhado tem um projeto de regularização fundiária e urbanística que se enquadra dentro da lei, sim. Para completar, em relação a mapas, tem uma coisa importante a aparecer aí que vai ter que descer no nível das sub-regiões que é saber qual é o tipo de política pública de regularização fundiária urbanística em atendimento a Lei nº 13.465 que os municípios estão fazendo, principalmente a Regularização Fundiária Urbana (REURB), com dinheiro público”.

ZA-Fipe esclareceu que a equipe está tentando obter os dados do programa Cidade Legal que é uma parte dessa realidade.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transporte e Mobilidade

HG-Fipe perguntou se alguém tinha alguma colocação sobre as perguntas de 1 a 5 (aspectos ambientais), antes que se passasse para as questões econômicas.

MPM-secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos observou que se começar pelas perguntas de 1 a 5, o tempo se esgotaria porque são questões muito provocativas, interessantes e desafiadoras. “Em São José, preciso contextualizar que estamos muito aquecidos com relação a discussão de planejamento territorial porque, desde 2017, estamos num contínuo de revisão das políticas públicas de ordenamento territorial da cidade, fazendo as leituras de território, de cenários de desenvolvimento para elaborar o novo plano diretor que fizemos em 2018, o novo zoneamento da cidade em 2019, e outras políticas públicas que agora estão oferecendo condições de termos um olhar para alguns desses desafios e, como eu disse, é muita provocação para pouco tempo. Por exemplo, a **LC** (assessora de gestão estratégica de São José) tem coordena-

do várias frentes de provocações multitemáticas como, por exemplo, o plano municipal de adaptação às mudanças climáticas que estamos fazendo há um ano e meio. Estamos discutindo o plano de macrodrenagem, e agora, tivemos os recursos do Fehidro para desenvolver um plano de drenagem inovador com uma nova leitura para a cidade. A questão 4, se existem conflitos entre expansão urbana e áreas de interesse ambiental, as estratégias de proteção e conservação de áreas, manchas urbanas, a questão da conurbação é um cenário muito imediato, a questão dos desafios de um ambiente dotado de tamanha especificidade que se chama várzea do rio Paraíba do Sul, frente a esses cenários de mudanças climáticas, frente a essa capacidade de adaptação e resiliência para uma região que tem característica de um vale. Então, toda molécula d'água da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar se encontram nesse mesmo ambiente e vários municípios de calha, principalmente, tem nos seus planos diretores de zoneamento a expectativa de expansão urbana sobre a área de várzea. Então esses conflitos, só para citar um, poderíamos colocar também a questão da poluição atmosférica e outros dados que nós excluimos da nossa discussão aqui em São José dos Campos, justamente porque elas vestem de interesse da Região Metropolitana, não são temas de debate de domínio de uma cidade, mas da região como um todo. Esses assuntos estão muitos aquecidos aqui na prefeitura e estamos dispostos a discutir esses pontos”.

DA-Fipe complementou dizendo que a sala tem essa temática mais direcionada a desenvolvimento econômico, transportes e mobilidade e isso foi aplicado desde a primeira oficina com os técnicos de outras prefeituras. “Em Cruzeiro, o interessante foi o olhar sobre o território e o que ele considera importante naquele território, por exemplo a sub-região 4”.

HG-Fipe complementou dizendo que esse é um aspecto para ser considerado, inclusive na discussão sobre desenvolvimento econômico, sobre a oferta de equipamentos, mobilidade. “São assuntos que se conversam, que é um dos objetivos de sempre colocarmos as perguntas dos dois grupos para mostrarmos essa transversalidade”.

HG-Fipe passou o debate para as questões do desenvolvimento econômico destacando alguns setores e perguntou a M como avaliava a dinâmica econômica na região, podendo trazer o aspecto ambiental, de sustentabilidade. “Existe uma perspectiva, olhando para esses vetores econômicos do incentivo a essas atividades para que consigam contribuir para a mitigação das mudanças climáticas?”

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos fez uma manifestação dizendo que, com relação ao item 6 das perguntas, procura fazer uma provocação de forma incisiva da gestão territorial e seus efeitos. “Como movimento histórico do Vale do Paraíba, sendo importante contextualizar as razões que definiram esse perfil, o domínio das cidades de calha sobre as cidades de encosta, e quando vocês falam de algum setor não destacado, a pergunta é o que se chama de destaque. Não destacado pela sua pujança? Não destacado pela sua importância ou por que ele está esquecido? Eu faço uma referência à importância estratégica para a região metropolitana do Vale do Paraíba da retomada, da alavancagem, do resgate histórico da atividade rural e da viabilidade dos municípios de encosta. Digo isso porque ele tem interface com todas as outras questões, envolve principalmente as questões ambientais, mas envolve melhor o equilíbrio do funcionamento que ocorre entre cidades ‘capitais’ e cidades satélite. Então, o setor não destacado, numa primeira pincelada, é essa herança, que hoje devemos ter outro olhar sobre essa relação com a atividade rural no Vale do Paraíba. O setor merece ter um destaque. Quando olhamos o valor adicionado e vemos, que salvo raros alguns poucos municípios tem lá seu 5%,

São José dos Campos, por exemplo, na sua tabela apresentada é zero. Isso é um fator de extrema preocupação porque em termos de gestão territorial, em termos de percepção de um Vale como um organismo vivo, não podemos ter as duas encostas padecendo no seu desenvolvimento socioeconômico numa erosão humana absurda nessa atividade que é histórica, que promove a ilusão social de pessoas que vêm em busca de emprego e renda e que tem boas referências históricas. É importante essa compreensão. Então, para essa primeira questão de setor não destacado, nós não podemos incorrer no erro estratégico de que o traço do rural – e que a situação hoje é de abandono da área rural – que por não se destacar, não ser trabalhada devidamente, penso que é exatamente o contrário que o desafio exige”.

HG-Fipe perguntou se olhando para essa questão da preocupação ambiental, um tema que surgiu nas outras sub-regiões, como está o ecoturismo, se existem ferramentas e formas de trazer essa questão do desenvolvimento, tirando a dicotomia econômico x meio ambiente, se existem dispositivos e estratégias para esse fim. “Essa questão tem surgido nas discussões?

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos respondeu que em poucos dias aconteceria a primeira grande reunião entre equipes porque o município conseguiu um recurso também do Fehidro para fazer o primeiro plano de gestão distrital, um dos primeiros do país, que vai tratar do plano diretor de São Francisco Xavier diante dessa nova realidade. “E o termo de referência que nos tornou elegíveis para a obtenção desse recurso e vamos operar a construção dessa política pública em parceria com a fundação Toyota e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (Fundepag) que estão há três anos desenvolvendo um trabalho bastante interessante que se chama Águas da Mantiqueira. Eles fizeram um trabalho com Plano Diretor de Santo Antônio do Pinhal, Sapucaí-Mirim e Gonçalves. Então, nós alinhamos uma parceria estratégica entre prefeitura e Fundação Toyota para que possamos desenvolver um plano de gestão distrital dotado de muito ineditismo nesse caminho e optamos por chamar de “Nova bioeconomia”, mas a propositura de um plano que costumo chamar de ‘justiça socioambiental’ porque a questão ambiental é impositiva e nós nunca soubemos trabalhar a gestão de bacia hidrográfica de uma maneira de parceria, de o PSA é o primeiro passo fora da caixa no comando e controle que já tem os seus resultados bastante importantes, mas nunca soubemos trabalhar na devida escala na devida mesa de negociação da justiça socioambiental para, por exemplo, a dona Maria o seu José terem dignidade de vida no ambiente rural porque eles preservam as nossas águas e nós somos beneficiados do serviço ambiental deles. Por isso, temos que ter atenção para essa situação de transposição de águas para São Paulo porque é uma outra relação, um outro momento. Então, temos que ser estrategistas para colocarmos os mecanismos de negociação devida, pois precisamos prover de desenvolvimento humano essas regiões produtoras de mananciais e o plano de gestão distrital de São Francisco se propõe a isso. Estamos chamando a ‘nova bioeconomia’, que é um conceito que veste bem isso, em que a biodiversidade e a água são fatores de alavancagem para o desenvolvimento humano. Queremos, com isso, atingir o seu Zé e a dona Maria que, ao preservar a água, vai ter boa escola para o neto, acesso à saúde, a dignidade de vida porque ela participa de um processo extremamente fundamental para uma das regiões mais pujantes da América Latina, que é o Vale do Paraíba e a conurbação composta por três regiões metropolitanas. Então, hoje temos essa água que nasce na dona Maria e que abastece 25 milhões de habitantes. São três regiões metropolitanas, o eixo urbano, comércio e indústria mais importantes da América Latina. Acredito que nas participações que tivermos nas oficinas, na construção do PDUI, vamos sempre destacar, puxar a

oportunidade que temos de colocar um plano inovador corajoso para que tenhamos a oportunidade de prover a bioeconomia, o turismo rural, o ecoturismo, como queira chamar. É um caminho muito sólido para desenvolvimento dessa estratégia”.

ML-Fipe colocou que **MPM** tem toda razão e pelas oficinas que já ocorreram na região foi possível perceber que o Vale tem uma potencialidade de escala, seja do lado da inovação da indústria que tem um grande potencial, seja do lado da tradição, da cultura, da geografia. “É uma região que de fato tem tudo para alinhar projetos de naturezas distintas, mas que tragam uma coesão territorial para todos os municípios participantes. A questão do turismo, **MPM**, surgiu com bastante força nas outras oficinas regionais que fizemos nas sub-regiões, então essa pauta de desenvolvimento, turismo e conservação ambiental é única no Vale do Paraíba e temos que potencializar essa questão nas diretrizes do plano desenvolvimento urbano”.

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos complementou dizendo que, do ponto de vista do turismo ambiental (ecoturismo), o turismo rural tem essa outra característica extremamente importante, porque ele é capaz, como bom pagador que é. O eixo turismo é bom pagador no mundo inteiro, de trazer a oportunidade para a produção rural local. Então, o turismo rural é um outro caminho. Ele também tem essa capacidade muito forte de oferecer emprego e renda, oportunidades de processamento de alimento que, aliás, já está começando. Então vemos com uma expectativa muito grande a produção rural do Vale do Paraíba que pode encontrar um outro momento histórico, como por exemplo, o queijo paulista premiado esse ano, é o segundo melhor queijo do mundo e só perde para o queijo francês, um queijo produzido em Caçapava. A pecuária leiteira, antes tida como desestimulada, está encontrando um novo caminho favorável”.

HG-Fipe perguntou a **D.H.** como era vista a mobilidade e a oferta de transporte público dentro da sub-região em relação às outras.

DH-AgemVale disse que em São José é usuária do transporte público e que ele atende bem, não é uma dificuldade, mas a ligação entre os outros municípios da região é mais escassa, mais difícil.

HG-Fipe perguntou se a AGEM, de alguma maneira tem olhado para o planejamento de mobilidade, seja dentro da região, ou para região metropolitana como um todo.

DH-AgemVale respondeu existir um projeto nessa questão de mobilidade, mas de uma maneira mais específica ligada à área de saúde. “Existe a ideia de um projeto chamado de transporte sanitário. Tem um projeto que foi iniciado há muito tempo, mas agora está meio parado”.

HG-Fipe disse que pela visualização dos dados, a saúde atrai bastante fluxo dentro da sub-região e da região metropolitana como um todo, especialmente para São José.

DH-AgemVale confirmou que os outros municípios vão todos para São José.

HG-Fipe perguntou como esses outros municípios fazem com transporte. “Eles têm dificuldade? Como vocês enxergam essa mobilidade relacionada à saúde na região, já que você trouxe esse ponto de destaque?”

DH-AgemVale respondeu que atualmente cada município, cada prefeitura, faz o transporte à sua maneira. “Geralmente as pessoas vão de carro, de ambulância, ônibus ou micro-ônibus. Vou dar como exemplo o Vale Histórico: as pessoas têm exames para fazer em São José, em Taubaté, São

Paulo e usam uma van que sai de lá 5 horas da manhã, vai deixando essas pessoas até o destino final. Espera o último fazer o seu exame às 4 horas da tarde e volta recolhendo os usuários nos pontos em que foram deixados para retornar à cidade de origem. As pessoas estão indo fazer exames são doentes, fazem hemodiálise, tratamento para câncer etc. Por este motivo é levantada a possibilidade de diminuir esse tempo de locomoção e de espera de forma regionalizada. Mas é um projeto que ainda não avançou”.

DA-Fipe perguntou se **MPM** poderia comentar esses projetos estruturais, como o VLT e se conseguiria trazer a visão de projeto e falar sobre qual a perspectiva regional para esse projeto de mobilidade.

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos respondeu que vai tentar fazer uma conjunção sobre o que foi colocado. “Nós identificamos nos diagnósticos para o plano diretor, no zoneamento, enfim, para a topografia da cidade, que esse turismo de saúde me surpreendeu. Eu nunca imaginaria que o turismo mais forte de São José dos Campos fosse o turismo da saúde, que são os deslocamentos que as pessoas fazem em busca de um acesso a melhores equipamentos ou atendimento específico, e acabam, no dia a dia, consumindo na cidade. Enfim, me surpreendeu bastante – não tinha ideia – que o acesso aos equipamentos de saúde tanto em Taubaté como em São José dos Campos, que são as duas referências, acontecia dessa maneira. Agora tem mais hospital regional, não sei se Guaratinguetá já tem. Isso é uma demanda importante na cidade.

Quanto à mobilidade, nós estamos tratando em várias frentes. Essa questão é um tema central, eixo de política pública para desenvolvimento da cidade que é multifacetada. Uma grande conquista que tivemos foi exatamente no Plano Diretor. Fizemos assentar um grande pacto com Joseense e lá se foram mais de 150 reuniões públicas, proporcionalmente, conversamos mais com a população do que o Plano Diretor de São Paulo e o de Campinas. Então, foi uma coisa muito transparente, democrática e aberta, mas para a definição do modelo de cidade é preciso ter uma política de planejamento urbano para o desenvolvimento da cidade de uma forma mais equilibrada, usando os conceitos da cidade a pé e conceitos dos bairros-cidades. Definimos e espalhamos novas centralidades distribuídas na cidade porque uma das pranchas apresentadas nos documentos preparatórios mostra bem o movimento pendular entre os municípios. Tivemos essa percepção de que há um grande fluxo de pessoas entre 6 e 8h30/9 horas da manhã, saindo da região leste vindo para a região central, e da região sul para a região central. É justamente nesse eixo que ocorre o Veículo Leve sobre Pneus (VLP). Foi uma negociação bastante favorável porque nós estamos ocupando uma área – antes nobre e de pouco uso – que são os linhões. Fizemos uma estratégia de negociação muito hábil para a prefeitura adquirir um trecho grande desses linhões e estamos implementando já. Acho que em janeiro começa a operar um metrô de superfície, que são os ônibus elétricos, que atendem da região sul para a região central, cerca de 60% da população de São José dos Campos que são os grandes usuários de transporte público. Estamos descentralizando a oferta de comércio, serviços e educação, promovendo centralidades espalhadas em várias regiões da cidade como política pública do Plano Diretor, e de fato estamos investindo no transporte de massa, no modal elétrico não poluente que atende a maior densidade habitacional da cidade em São José dos Campos. Temos um grande desafio que é a dependência da Via Dutra e da Rodovia Carvalho Pinto que formam um grande eixo de ligação entre as cidades do Vale do Paraíba. Passamos agora por uma discussão bastante quente, interessante, em que

o prefeito participou pessoalmente sobre a nova concessão da Rodovia Dutra dentro desse eixo único de interligação entre os municípios. Mas precisamos avançar porque temos a mesma compreensão há 50 anos de que a concessão da Rodovia Dutra, as operadoras de ônibus definem essa malha de comunicação e mobilidade entre as cidades, mas precisamos ir para muito além disso. Precisamos tratar desse assunto com mais agressividade, com mais gestão e mais criatividade porque essa dependência se torna muito restrita, ela inibe demais.

DA-Fipe dirigiu-se à MPM dizendo que essa questão de mobilidade foi retomada na última oficina porque ela apontada como um tipo de retomada da questão das ferrovias. “Isso não se insere em nenhum momento ou vocês têm algum apontamento porque a pessoa que entrou na sala da oficina de Taubaté comentou exatamente sobre o desafogo da Dutra para transporte de carga pesada, já reativando o uso de ferrovias para isso. Você tem essa expertise para nos falar sobre isso?”

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos respondeu que sim. “A ferrovia é quase uma utopia porque é tão difícil falar em ferrovia aqui no Brasil. E quando nós discutimos o Plano Diretor, o Vale do Paraíba tem um hoje um cenário de diversificação de atividades econômicas em municípios específicos e hoje temos um setor chegando muito forte no Vale do Paraíba, que é a logística. Hoje o mercado responde ao mercado das 24 horas. Quem estiver fora de 24 horas de entregas está fora. Nós temos o processo de concessão do aeroporto e se você olhar quem são as pessoas, quem são os representantes que estão vindo debater sobre essa concessão do aeroporto, é o Mercado Livre, Ali Baba, Amazon; são essas grandes redes pujantes de entregas que vão dominar esse tipo de segmento. E eles terem uma operação de um aeroporto, para vocês terem uma ideia, o custo do aeroporto é troco para eles. Foi implantado em São José dos Campos o projeto do macroeixo de exportação paulista. Felizmente, um dos casos de sucesso de planejamento que começou com a duplicação da Rodovia Dom Pedro, no final da década de 1980, começo da década 1990, a ampliação da estrutura portuária do aeroporto de Viracopos, a duplicação da Tamoios e as alças e a duplicação do Porto de São Sebastião. Esse é o grande projeto da macroexportação paulista que vai unir o aeroporto de Viracopos às vias duplicadas e ao Porto de São Sebastião. São José dos Campos – e o seu aeroporto – está no meio desse complexo viário. O prefeito conseguiu, através de estratégias bem-sucedidas, dinamizar e vamos fazer a concessão, no primeiro semestre do ano que vem e esse aeroporto será concedido. Isso fez com que nós pensássemos no Plano Diretor – acho que o PDUI também deverá ter essa mesma percepção –, ou seja, quais são as localidades em que devemos reservar áreas. Criamos a Macrozona de Ocupação Controlada (MOC) que não permite residencial, não permite parcelamento de solo, não permite a chegada do morador porque toda franja da Rodovia Carvalho Pinto, que eu chamo de uma esquina de potencial no Brasil, que é a Tamoios com a Carvalho Pinto, nós vedamos esses assentamentos porque temos que reservar a área para chegada dos grandes grupos de logísticas. É uma percepção que nós temos que ter, e eu vou chegar na ferrovia, desculpa ter dado uma volta muito longa, mas esse setor da logística, em reunião preparatória do Plano Diretor de São José, eu estive reunido com cerca de 40 operadores desse sistema, empresários que têm galpões em 80, 90 países, e a referência que eles fizeram foi essa: reservem áreas ao longo da ferrovia. Vai chegar um momento que teremos que otimizar o uso da malha de ferrovias já implementada. Ela vai ter que ter uma outra pegada, um outro olhar. Esse é um cenário do Plano Diretor 2018-2028. Para São José dos Campos, nossa expectativa, é que algo acontecerá se potencializarmos a ferrovia para o trans-

porte de cargas. Talvez ampliar duas, três linhas de trilhos. Ela irá se viabilizar em atenção a essa pujante chegada do setor de logística de 24 horas”.

HG-Fipe pediu que os participantes comentem sobre os equipamentos da educação em relação à mobilidade discutida anteriormente, da qualificação profissional, educação superior, oferta e o acesso, não só em São José, mas da sub-região como um todo. “Falem também sobre a educação vinculando ao ponto inicial da economia, sua diversificação, a retomada de atividades econômicas que foram esquecidas, sobre esse tema frente às mudanças climáticas, além da oferta de qualificação profissional e as demandas atuais, e o que está se construindo para o futuro, especialmente do ensino médio profissionalizante e ensino superior”.

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos comentou que sobre as perguntas serem suficientes, a resposta vai ser sempre não. “Quero trazer um outro olhar, principalmente para a questão da educação. Com o legado da pandemia, nós temos que contabilizar que a expressão não seria suficiência de equipamento. A pergunta seria a suficiência de sistemas porque essa nossa reunião é um exemplo do que toda a tecnologia aportada hoje possibilita. Como reflexo na mobilidade, o legado pandêmico vai deixar que 35% das reuniões presenciais não voltem mais. Por exemplo, como secretário de São José, eu ia uma vez por semana para São Paulo para ter reuniões na Cetesb e nunca mais fui. Meu carro da prefeitura nunca mais contabilizou no trânsito, emissão de poluentes etc. Quando a gente fala de equipamento de educação, essa educação não precisa retomar. Ou seja, não vou à escola, não vou utilizar equipamento, vou utilizar o sistema. Acho que cabe essa provocação, o quanto ela vai disponibilizar de sistemas, se são suficientes e até um detalhismo maior, se eles são de qualidade. A questão da saúde é a mesma coisa. Por exemplo, meu filho se formou em robótica e está trabalhando aqui no parque tecnológico com o desenvolvimento de sistemas de saúde. Os equipamentos de saúde não vão na mesma velocidade como o da educação, mas ele caminha, também, para esses diagnósticos por sistemas. A minha contribuição social, acho que é olhos nos olhos, é insubstituível. O que eu tenho para dizer é que os indicadores de São José dos Campos estão bastante evoluídos. Em média comparativa aos índices do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), tanto do estado de São Paulo como nacional, para usar uma referência de escola pública e saúde também, mas teria que conversar com os especialistas, secretário de Saúde, de Educação para que eles possam contribuir nessa discussão”.

HG-Fipe perguntou de que maneira Santa Branca e Igaratá conseguiram se destacar com índice de distorção idade/série no ensino médio muito baixo. “Vemos essa pujança na região e, ao mesmo tempo, desigualdade em alguns municípios em certas temáticas que em um primeiro momento saltam aos olhos. Vocês têm algum processo de articulação, algum processo de parceria, de diálogo para resolver essa questão? Por que essas desigualdades são um impacto para a região como um todo? O quanto sobrecarrega as políticas públicas dessas centralidades da região? Como estão conduzindo já que São José ser a capital da região metropolitana e da sub-região? Vocês lideram algum tipo de processo nesse aspecto?”

MPM-Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade da Prefeitura de São José dos Campos pediu desculpas pelo que chamou de “abordagem elitista, classista e de certa forma arrogante”. “Eu não posso colocar indicadores de São José dos Campos, falar da questão dos sistemas, quando nem em São José dos Campos estamos no mesmo patamar. Volto ao tema rural, pois tínhamos em São José dos Campos, até pouco tempo atrás, classes multisseriadas para atender ao cidadão

de segunda categoria, que é como nós tratamos o cidadão rural. Tem experiências exitosas, como por exemplo, o Consórcio Intermunicipal, o SAMU, o serviço ambulatorial, que as prefeituras que têm mais recursos atendem às suas prefeituras irmãs no entorno, mas eu não saberia dizer em que pé está esse consórcio. Eu sei que tem esse consórcio, nós estamos até utilizando esse modelo na criação de um novo consórcio para licenciamento ambiental no Vale do Paraíba. É o primeiro consórcio dessa natureza no Estado de São Paulo, é o primeiro do Brasil nesse formato. Nós utilizamos o modelo estrutural desse consórcio SAMU que atende algumas prefeituras. Sei que Monteiro Lobato utiliza esse consórcio para deslocamento das pessoas em atendimento médico”.

ML-Fipe interferiu dizendo que para dar um fechamento, **MPM** apresentou questões relevantes do ponto de vista metropolitano, um olhar bastante acurado sobre o conflito entre expansão urbana e a área ambiental, os desafios em relação às mudanças climáticas, sempre pensando numa escala regional. “A preocupação com a parceria estratégica da prefeitura com a Fundação Toyota na questão da preservação em São Francisco Xavier e pensando no tema de bioeconomia, biodiversidade como fatores fundamentais do desenvolvimento econômico, que é uma pauta para toda a região. O **MPM** tocou também na questão do turismo, realçando algumas particularidades, como a produção de um queijo e no PDUI temos que pensar algumas agregações de valor a essa produção leiteira, bastante importante, a questão da mobilidade da saúde que já tínhamos percebido na oficina de Cruzeiro, a questão do trânsito de ambulâncias que saía cedo, levava os pacientes para São José ou para Taubaté, questão que vocês estão pensando e parabéns por essa corajosa atitude da criação de novas centralidades em São José dos Campos, pensando exatamente o que o moderno urbanismo preconiza, que são as novas centralidades, descentralizando um pouco a oferta de serviço e trabalho e gerando transporte de massa nesses locais. Foi muito boa a oficina, do que eu ouvi foram essencialmente esses os desafios que vocês colocaram, a **DH** também colocou a questão da mobilidade, como é que as pessoas se deslocam a gente vê que, preferencialmente, em São José tem uma estrutura viária bastante poderosa, mas tem um problema em relação aos outros municípios”.

ML-Fipe perguntou se **HG e DA** queriam colocar mais alguma questão.

HG-Fipe disse que as perguntas e dúvidas que tinha foram contempladas e as contribuições de **MPM e DH** foram proveitosas e muito ricas para ter um olhar da sub-região e de suma importância para a região metropolitana como todo. “É importante colocar essa relevância em nível estadual e, em alguns aspectos, até nacional”.

DA-Fipe complementou dizendo que é uma representação micro na escala macro. “Pegando oito municípios com suas diversidades e que representam tão bem o Vale do Paraíba na sua totalidade e trazendo essa leitura que está centrada na pessoa do **MPM** em São José que trouxe contribuições de outros municípios que ele tem conhecimento, contribuiu bem para termos esse fechamento dos municípios que estão na Bacia do Paraíba do Sul”.

MPM agradeceu e disse que foi uma honra participar de uma construção há muito aguardada, necessária e que participará com bastante atenção naquilo que for possível contribuir. Colocou a área de geoprocessamento à disposição da equipe do PDUI.

ML e HG-Fipe agradeceram a participação e informaram que a plataforma do PDUI on-line estaria disponível em breve para receber as contribuições de todos. “Será uma forma de coletar dados e informações, além de toda a agenda de interlocução que temos pela frente”.

Propostas dos Participantes

- Mostrar no mapeamento quais os municípios que têm os maiores índices de precarização do trabalho.
- Superar a dicotomia entre preservação ambiental e Unidade de Conservação. A ocupação da população pobre, numa leitura mais desavisada, pode sugerir que os grandes problemas de dano ambiental são por causa da ocupação da população de baixa renda.
- Inserir nos equipamentos educacionais, as universidades Univap e Unip. Elas não aparecem no Panorama Regional.
- Assegurar o reconhecimento da fisionomia do Cerrado que não foi descrita no Panorama. O Cerrado é o principal bioma da região porque garante a produção de água no município, para a região e outros estados. As nascentes dos rios nascem, uma boa parte nesse bioma.
- Incluir na definição de áreas prioritárias o Reservatório Jaguari, importante manancial da região.
- Incluir dados sobre habitação de interesse social.

Sugestão para a equipe da Fipe

- Consultar a Plataforma Seeg (<https://plataforma.seeg.eco.br/cities#>) que tem um banco de dados das emissões de todos os municípios. Pode-se fazer uma análise da região metropolitana, ver como cada município emite e onde são feitas essas remoções de gases de efeito estufa, seria mais um dado para compor as análises vinculadas ao eixo da Dutra.

Encaminhamentos para os municípios

- Mobilidade:** interlocução com as áreas de educação e saúde para a questão de mobilidade; na área da saúde: criação de novas centralidades, descentralizando serviços, gerando transporte de massa; pensar soluções para os municípios fora do eixo da Via Dutra.
- Des. Econômico:** pensar nos desafios das mudanças climáticas-parceria com Fundação
- Toyota para preservação ligada ao Desenvolvimento Econômico;
- Turismo:** pensar em agregação de valor à produção leiteira (Queijo de Caçapava);

I.5. Oficina Regional de Caraguatatuba

Data: 14/10/2021

Horário: 9h às 12h

Municípios: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba

Representantes das Prefeituras Municipais e do GESP

- Ex-prefeito de Guaratinguetá
- Ex-prefeito de Natividade da Serra
- Secretário de Urbanismo de Caraguatatuba
- Secretário Adjunto de Urbanismo da Prefeitura de São Sebastião
- Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AgemVale)

Representantes da Sociedade Civil

- Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap
- IAB

A abertura foi realizada pelo subcoordenador da subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da secretaria de Desenvolvimento Regional que saudou os participantes e agradeceu a presença de todos e a disposição dos municípios em fazer o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região como parceiros da secretaria e da Fipe.

O ex-prefeito de Guaratinguetá também saudou os participantes e comentou que o PDUI é uma necessidade que todos os municípios têm, mas que havia muitas dificuldades para fazê-lo. “A partir do momento em que a secretaria abraça a responsabilidade da execução, juntamente com a Fipe que é ligada à Universidade de São Paulo, sem dúvida nos dá uma tranquilidade muito grande de podermos fazer o melhor possível, ajudando os municípios menores a participar do processo”.

Na sequência, a coordenadora técnica do projeto falou sobre a importância do trabalho conjunto e explicou que os documentos apresentados são preliminares e que a avaliação, as sugestões e críticas dos municípios serão muito bem-vindas. Fez uma avaliação muito positiva das oficinas regionais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e informou que os documentos estarão disponíveis na plataforma digital de cada unidade territorial.

Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes. A coordenadora da Unidade Regional (UR) fez a apresentação do panorama regional reforçando que se trata de um documento preliminar a ser analisado pelos municípios.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Nesta oficina, os debates sobre desenvolvimento urbano e meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico, logística, mobilidade e transporte ocorreram em uma única sala com a presença de todos os participantes.

A apresentação foi feita pelas técnicas da equipe **ZA e HG-Fipe** e foi dividida em quatro temáticas: Dinâmicas Urbanas, Meio Ambiente, Dinâmica Econômica e Questões Sociais.

O secretário de Urbanismo de Caraguatatuba-**WC** questionou a falta de atualização dos dados, mas considerou que a pandemia modificou os dados oficiais. Sentiu falta de referência sobre a construção civil, que é um potencial gerador de empregos e renda em todo o Litoral Norte. Ele sugeriu destacar a invasão de áreas verdes no desenvolvimento social e urbano em Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

A coordenadora da UR **ZA-Fipe** respondeu que a equipe está fazendo um esforço grande para atualizar, mas tem problemas sérios porque os dados oficiais não refletem, por exemplo, o que a pandemia provocou ao longo do ano passado.

A técnica **HG-Fipe** esclareceu que, em relação à construção civil, ela é de fato um dos indicadores que não apresentam essa alta relevância nos dados que foram colhidos até essa data. “Mas isso é um ponto muito importante e solicitamos contribuições”.

O **Profº PR-Observatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Univap** destacou que o Litoral Norte tem especificidades que, talvez, as faixas litorâneas de muitas cidades têm. São tipos de impactos causados pelo movimento turístico sobre a população residente e a flutuante e como isso se reflete na construção civil e no mercado imobiliário.

“É muito relevante avaliar uma relação que pouco se vê e eu não estou falando especificamente aqui da nossa sub-região. É sobre o quanto o mercado da construção civil defende a ideia de que construir promove desenvolvimento. Se pegarmos o padrão médio de salário dos trabalhadores da construção civil para ver onde eles moram, verificamos que não são nos melhores lugares das cidades. Questiono sobre quem ganha dinheiro com a construção civil. O trabalhador não mora bem e daí assenta de forma irregular. Um plano regional tem que ter um olhar especial para essa questão”.

Comentou, também, que em Caraguatatuba tem um movimento migratório e, provavelmente, por incrível que pareça, se explica a grande dinâmica da construção civil. O que não significa que a cidade estava planejada para absorver essa demanda de população que vai trabalhar nesse mercado. “Daí acontece a invasão de terra. Mas onde é que está o planejamento para assentar como política pública de habitação, esse monte de trabalhador que é atraído para construção civil?”, questionou.

Outro detalhe que talvez seja importante observar no litoral norte ou em litorais brasileiros é o quanto os proprietários privados de grandes áreas ou de alta renda se apropriam de terras públicas e da marinha.

“Fala-se muito de ocupações irregulares pela população de baixa renda, mas precisávamos de dados sobre quanto a população de alta renda, tipo Riviera de São Lourenço e de outras regiões do Litoral Norte, se apropriam de terra de área ambientalmente frágil e parte de terra pública, principalmente faixa de marinha, mas ninguém acha isso um problema, ninguém chama isso de invasão de terra. É uma questão bastante importante. Coloquei aqui no chat uma sugestão de leitura de um diagnóstico da Polis que analisa o desenvolvimento urbano e ambiental das cidades

do Litoral Norte, trata-se de um trabalho sobre o pré-sal. É muito interessante porque ele tem um olhar sobre uma prospectiva do que poderia acontecer”.

Sobre o pré-sal, a **coordenadora técnica RN-Fipe** colocou que o importante agora é olhar se o que projetaram aconteceu. Quanto e onde as prefeituras investiram os royalties do pré-sal. Comentou que quando estava na Emplasa foi chamada a discutir com eles as propostas derivadas do projeto e achou bastante curioso que era um trabalho contratado pelo governo federal, mas na realidade, todos os encargos ficavam nas costas do governo do Estado de São Paulo. Ou seja, a Petrobras faria alguns investimentos ali e os rebatimentos de mitigação ficaram todos na conta do estado.

“Hoje o importante não é olhar o trabalho em si, a sua metodologia, mas sim olhar se aquilo que eles disseram que seria impacto, de fato aconteceu. Já se passaram 8 anos e o pré-sal já está em operação e os municípios do litoral, em especial Ilhabela, recebem royalties. O que eles projetaram de fato aconteceu?”

Segundo o **Profº PR** tem uma outra coisa que precisa ser levada em conta. “Eu não li exatamente as notícias, mas está circulando alguma coisa que, se não me engano, vem do governo federal de talvez rever essa questão da distribuição dos royalties nos municípios e estados e, se isso acontecer, as coisas podem se complicar”.

A coordenadora técnica RN-Fipe disse que comentou sobre a repartição dos royalties lá atrás, na briga de Rio de Janeiro e Espírito Santo que perderam a briga na distribuição dos royalties. “Quem ganhou foi São Paulo”.

Na sequência foi apresentada a proposta de macrozoneamento que suscitou um debate sobre várias questões.

A coordenadora da UR, ZA, destacou que a proposta do macrozoneamento está colocada para ser avaliada, comentada e complementada pelos municípios que vão ter acesso a todo esse material por meio das plataformas digitais.

“Precisamos de contribuições para construir o macrozoneamento da região. Que elementos de relevância da região precisam ser considerados? Tem a questão dos recursos hídricos, a rede de mobilidade de transportes e logística, as áreas de risco”.

O Profº PR se manifestou dizendo que por ter participado de todas as oficinas foi amadurecendo algumas ideias sobre as dinâmicas relevantes para pensar o macrozoneamento.

“Me deparei mais uma vez com uma verdade sobre questões estruturais e, mesmo sabendo que nenhum plano resolve todas as coisas ao mesmo tempo, é hora definir prioridades. É preciso pensar o desenvolvimento com melhoria social, com distribuição de renda e de riqueza. São três questões relevantes para pensar o macrozoneamento com qualidade social: saneamento ambiental, acesso à terra e acesso à moradia. O acesso à terra e à moradia, por exemplo, a moradia é a primeira chave ou a chave que abre a porta de todos os outros direitos à cidade? Partindo dessa questão obviamente tem duas situações que a gente pode tratar da questão da moradia: com produção habitacional e com regularização fundiária. Indo para as macrozonas, talvez o nível de generalização possa atingir três macrozonas. Eu acho que é um espectro muito ampliado para algumas particularidades que, às vezes, podem acontecer. Mesmo que fosse uma submacrozona, mas eu não vi onde está uma coisa chamada macrozona de interesse social que é algo fundamental e que tem em todos os municípios, dado o quadro típico da urbanização brasileira. Outra questão é

que quando se fala de macrozona alguém já pensaria diretamente se vamos regularizar tudo que é irregular na periferia, não só essa macrozona, ou parte dela. Nem sei se chamaria de macrozona e, sim, pensar em outro instrumento como algo de interesse social porque elas deveriam estar estritamente associadas. Existem as zonas de consolidação urbana porque todo mundo tem praticado algo que não está escrito no Estatuto da Cidade que é como transformar loteamento irregular periférico. Mas as áreas centrais estão vazias, subutilizadas e infraestruturadas. Então por que não promover o adensamento de população de baixa renda em áreas centrais? Mas como é que se faz isso? Como o município pode ter dinheiro para fazer isso se essa proposta não se discute? Pergunto: Para que ter um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano para possibilitar fazer um banco de terras por que o capital imobiliário não vai especular terra quando alguém vai lá e compra a terra? E compra aplicando os instrumentos do Estatuto. É preciso definir área de zoneamento de interesse social para fins de moradia com infraestrutura, além de se fazer regularização fundiária e prever as áreas consideradas centrais subutilizadas e vazias. Pergunto: onde é que está o lugar do pobre na cidade brasileira?”

Disse ser complicado pensar o tema da habitação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e não ter essa questão em nenhum macrozoneamento. “Outra questão, quando a gente pensa em PDUI: nós estamos pensando em cidades para pessoas com mais idosos? É com essa perspectiva de menor crescimento sociodemográfico que a gente vai continuar mantendo tanta área vazia urbana e só pensando em indicadores de expansão urbana? Essa é uma equação que precisa ser resolvida porque a tendência do crescimento sociodemográfico não mostra que a cidade precisa se expandir tanto”.

ZA-Fipe disse que durante o levantamento feito dos planos diretores e leis de uso e ocupação do solo as áreas de ZEIS. “Elas estão identificadas naquilo que foi possível identificar. Agora, como isso entra no macrozoneamento regional também está em aberto e suas observações são importantíssimas”.

WC-Secretário de Urbanismo de Caraguatatuba fez um adendo ao que foi dito sobre regularização fundiária: “por falta de áreas urbanas centrais, a pessoa que tem o seu imóvel regularizado, acaba vendendo porque ele valoriza um pouco mais e essa pessoa vai ocupar outro espaço que é irregular”.

ZA-Fipe disse ser relevante o que foi colocado por WC. “É um debate interessante porque essa pessoa talvez não pudesse perder uma oportunidade que talvez seja a única na vida dele de ter algum rendimento imobiliário”.

ML-Fipe afirmou que sobre a temática levantada pelo **Profº PR**, pensa que, talvez, o macrozoneamento não seja a melhor ferramenta para tratar dos instrumentos do Estatuto da Cidade. “Foi um ponto de debate nas oficinas do Vale do Paraíba e litoral Norte”.

Explicou que as áreas de interesse metropolitano também podem ser áreas de intervenção, dependendo da sua natureza. “O próprio Estatuto da Metrópole fala no seu capítulo dos instrumentos da necessidade de previsão de zonas ou recortes para aplicação compartilhada dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Nós sabemos que são instrumentos muito complexos que precisam de uma compreensão das condições locais. Dessa maneira, eu acho que essas áreas de interesse metropolitano, área de intervenção metropolitana podem ser uma sobreposição ao macrozoneamento. Elas surgirão nas próximas etapas de trabalho e necessariamente vão ser perímetros de

recortes muito menores. E podem dar origem a um debate mais específico sobre quais instrumentos utilizar. Esses recortes presentes no plano regional podem instruir um debate posterior de âmbito municipal local para ativação efetiva desses instrumentos que, no fundo, terão que derivar dos regramentos municipais”.

ZA-Fipe disse que o tema ainda não havia sido abordado, mas citou que **M-Fipe** lembrou bem que são as áreas de interesse ou áreas de intervenção metropolitana. “Como conversamos, elas podem ser na várzea do Paraíba do Sul com toda a sua diversidade e conflitos, como foi proposto para São Paulo na Várzea do Tietê, caracterizada como uma área estratégica. O Porto Seco é no Planalto e com todas as suas implicações para a região, a discussão está em aberto. Pode receber também um tratamento como área de interesse social dando um caráter regional que é uma questão muito importante para a região, em especial, para o Litoral Norte”.

LRB-CBH destacou a questão da infraestrutura que atende a região do Litoral Norte. “A sazonalidade é crítica em toda a região metropolitana em função da população flutuante. O Litoral Norte, como toda faixa litorânea, tem restrições, tem uma capacidade hídrica muito pequena para o abastecimento. Pelo relatório que vocês mostraram, a região do São Francisco, em São Sebastião, já está crítica. Ilhabela também tem dificuldades de abastecimento porque é uma área restrita, ela não tem território com grandes bacias para que haja disponibilidade de reserva para distribuição. É muito complexo. Uma solução para as áreas litorâneas seria a dessalinização da água para abastecimento público. Mas temos uma alternativa que é a caixa d’água que está lá em cima da Serra que já está disputada pela Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, além da própria bacia do Paraíba do Sul. Mas são soluções de abastecimento que a gente tem que pensar muito já que a população flutuante causa impacto muito grande nessa região. E, às vezes, não existem alternativas de escala para buscar soluções”.

Outro aspecto levantado foi a articulação entre as cidades. “A obra dos contornos de Caraguatatuba, vindo pela Tamoios, acaba trazendo uma solução para ligação São Sebastião-Caraguatatuba, mas Ubatuba ainda vai ser o grande gargalo de transporte. O dia a dia já é um problema. Acho que é preciso pensar essa articulação com o desenvolvimento da região do litoral, trazer melhoria da rodovia por conta daquela solução da concessão da nova Dutra pegando um trecho da Rio-Santos que usa a ligação para o lado de fora do estado, pega para o lado de Parati que não tem tanto trânsito e é um trecho mais fácil de ser resolvido, com menores investimentos. O trecho crítico mesmo é Ubatuba-Caraguatatuba”.

ZA-Fipe disse que recentemente o governo do estado noticiou uma antecipação da previsão de entrega dessas obras dos contornos para Ubatuba e passou a palavra para a **ML-Fipe** complementar a informação sobre ZEIS, como estão sendo incorporadas ao macrozoneamento, para esclarecer ao **Profº PR**.

ML-Fipe disse que dos planos diretores, São Sebastião aprovou este ano a lei e o plano está adequado ao Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). “Em Ubatuba, ainda que a lei seja um pouco mais antiga, não identificamos pontos de verificação. Nosso entendimento é que ele foi fruto de muitos anos de trabalho conjunto com as prefeituras. Foi o que aconteceu com o macrozoneamento da Baixada Santista.

Com relação às funções públicas de interesse comum é um desafio, até porque, vale lembrar que elas ainda não foram definidas nos campos funcionais como **Profª C** lembrou. Estão na lei de criação da região metropolitana, mas as funções propriamente ditas ainda estão em aberto”.

JM-prefeitura de Ubatuba esclareceu que a prefeitura de Ubatuba está começando a revisão do seu plano diretor. “Iniciou em 2019, mas com a pandemia, tivemos sérios problemas, mas já temos um primeiro esboço desse plano. Estamos retomando agora”.

ML-Fipe comentou que as ZEIS no método de trabalho da Fipe classificam as nove macrozonas, de acordo com o trabalho da Emplasa, que tem uma macrozona específica chamada macrozona urbana de requalificação onde geralmente entram a ZEIS.

“Nos planos entrava esse tipo de classificação que fica dentro daquelas cinco macrozonas urbanas. Daí, para a classificação de macrozoneamento regional, essa macrozona urbana de requalificação entra na macrozona de consolidação da urbanização. Nós fizemos esse primeiro levantamento de agregação que é uma primeira leitura do macrozoneamento regional. Decidimos não detalhar tanto essa macrozona de consolidação da urbanização para que a gente pudesse discutir com os municípios o ZEE e receber colaborações para ver de forma mais detalhada qual seria o melhor desenho para esse macrozoneamento”.

Explicou ainda que para colaborar com os municípios e a região no geral, junto com a ZEIS, foram vistas Zonas de Interesse Ambiental (ZEIA). “Consideramos inclusive esses dois tipos de zonas que estão bem detalhadas nos relatórios de trabalho que vocês vão receber para colaborar com a equipe”, disse.

ZA-Fipe perguntou se **Profº PR** queria comentar.

Profº PR disse que seu pensamento poderia ser estendido para toda a região metropolitana, mas talvez tenha uma especificidade maior no Litoral Norte. “O plano de desenvolvimento urbano integrado vem do estatuto da metrópole e é coordenado pelo governo do estado, assim como o plano de gerenciamento costeiro do qual derivou o ZEE. Mas o Estatuto da Cidade é uma lei federal, embora gestada pelo município é aquilo que o M estava dizendo, quando a gente pega os instrumentos urbanísticos, cabe toda cidade. Eles fazem parte das atribuições constitucionais da municipalidade. Como vocês vislumbram essa perspectiva? Porque vai ter que ter algum grau de aderência, digamos assim, dessa compatibilização entre o macrozoneamento, seja qual for que venha a ser definido, e o Zoneamento Econômico Ecológico ZEE. Como o plano regional e local dialoga com essas duas dimensões? Ao longo de todas as oficinas vimos falas sobre a tentativa de encontrar o macrozoneamento síntese. Eu estou tentando vislumbrar a relação do macrozoneamento com o ZEE. O macrozoneamento síntese é essa agregação com a questão das funções públicas de interesse comum? As dinâmicas urbanas são muito calcadas na perspectiva de zoneamento e macrozoneamento que é um uso do solo”.

Ele ainda questionou sobre as funções públicas de interesse comum. “Como é que vocês resolvem esses dois desafios? Por exemplo, no macrozoneamento de Cruzeiro, do Litoral Norte as aderências e as possibilidades reais de implementação têm relação com o macrozoneamento síntese e as funções públicas de interesse comum? É uma dúvida minha”.

ZA-Fipe disse que está sendo considerado o terrestre. “Entendemos que temos de, de alguma forma, avaliar o quanto aquilo que está no zoneamento marinho, poderia auxiliar nesse desenho do macrozoneamento regional. Mas de alguma forma a gente fez essa sobreposição e identificou pontos de verificação com Ilhabela e Caraguatatuba que está num processo de revisão do plano diretor. Estamos acompanhando pelo site da própria prefeitura e Ilhabela. É fundamental nosso contato com as prefeituras porque estão fazendo revisão e atualização”.

ML-Fipe comentou sobre essa relação do macrozoneamento com as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). “Acho que um cruzamento não é suficiente para lidar com as funções de interesse comum. Alguns planos diretores mais recentes, pensando no municipal, tenderão a se converter numa instância de autoaplicabilidade. É de regramento de uso e ocupação do solo. São Paulo fez isso, alguns municípios têm feito isso, mas de novo, é como se puxasse para o âmbito do macrozoneamento em uma escala municipal, parâmetros de uso e ocupação que tradicionalmente estão na lei de parcelamento de uso e ocupação do solo em geral. Então, o macrozoneamento da forma como a gente está compreendendo inicialmente é uma coisa para ser debatida ao longo do processo. É que de certa forma se restringe às questões de uso e ocupação pelos planos diretores e as leis correlatas dos municípios. As funções de interesse comum eu acredito que elas têm que lançar mão de outros instrumentos e ferramentas visando a sua implementação. Por exemplo, a Região Metropolitana de São Paulo, criou no plano uma figura de gestão das FPICs porque boa parte delas vão ter que se desdobrar em obras, em programas, em coisas que não tem, talvez, uma relação direta. Para o desenvolvimento futuro, acho que o macrozoneamento, por si só, não vai conseguir fazer isso”.

LFS-secretário Adjunto de Urbanismo de São Sebastião disse ter visto nos estudos da prefeitura de São Sebastião que a cidade tem duas leis de ocupação do solo, da Costa Norte e a da Costa sul. “Está até em processo de unificação e atualização dessas leis após aprovação do plano diretor”.

ZA-Fipe questionou se São Sebastião tem duas leis.

LFS-secretário Adjunto de Urbanismo de São Sebastião explicou que o plano diretor foi aprovado este ano – 2021 –, mas o município sempre teve duas leis de uso e ocupação do solo. “Agora, depois do Plano Diretor, a gente está trabalhando para unificar as leis”.

Profº PR quis fazer mais um comentário baseado na questão colocada por **M**. “No cronograma de elaboração do PDUI, quando terminar o Projeto de Lei, vai para a Assembleia Legislativa, mas talvez quando falarmos de função pública de interesse comum, fico pensando, pelo pouco que eu conheço, que muitas prefeituras não têm uma vivência do que sejam as Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC). Caberia umas oficinas de capacitação sobre o que é função pública de interesse comum porque não é um dado compreensível”.

Ele ainda comentou que existe uma lei no Brasil – de 2005 – sobre os consórcios públicos municipais que é pouco desenvolvida. “Talvez porque ela possa também ter dificuldades de ser realizada, mas independentemente do PDUI, algumas funções públicas de interesse comum também poderiam ser tratadas por meio de consulta pública municipal. Para uma perspectiva futura desse diálogo de planejamento regional eu acho que primeiro todo mundo tem que entender do que está falando quando se fala de função pública”.

Disse ainda entender a fala de **JF** sobre a questão municipal, mas muitas vezes uma perspectiva municipalista no Brasil tem impedido muito o pacto federativo. “Precisamos avançar um pouco nessas discussões da compreensão mais coletiva”.

ZA-Fipe enfatizou que o debate está em aberto para a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte. “Ontem, a representante da prefeitura de São José dos Campos comentou sobre um esforço que está sendo feito no sentido de se formar um consórcio de licenciamento ambiental com uma parceria com a AgemVale. Parece muito importante. Para uma discussão, além do limite do município, o licenciamento ambiental de empreendimento é, especialmente, de impacto regional. É

fundamental e nós estamos realmente precisando debater mais essa questão de consórcio. Trata-se de um caminho muito interessante porque é uma estrutura mais ágil”.

HG-Fipe disse que não se consegue esgotar todas as provocações trazidas pela equipe da Fipe. “Especificamente para sala 2, mas elas permearam a discussão de hoje de alguma maneira. Tem bastante contribuição do que a gente ia discutir na sala. Parabéns, eu fiquei com vontade agora de me dividir em 2 e estar nas duas salas porque a discussão, além de ser muito rica, tem essa proximidade com o tema de economia e a questão social muito forte, independentemente se a gente está olhando para macrozoneamento, para a questão do desenvolvimento urbano e todos esses tópicos que foram colocados aqui. Foi muito rico participar para entender mais o dia a dia da sala um e como, também, podemos aprimorar nossa análise econômica e social frente às discussões que foram trazidas aqui”.

ZA-Fipe agradeceu **HG** e parabenizou todos que estavam na oficina: representantes das prefeituras, instituições e, de maneira especial, P e C que estão acompanharam todas as Oficinas Regionais e ao **LRB e CBH**. “As contribuições têm sido muito importantes para o nosso trabalho”.

A coordenadora técnica do projeto **RN** disse que a Fipe fará um plano participativo colaborativo e todos poderão contribuir com propostas através da plataforma digital. “As ações em curso que estão sendo feitas em cada sub-região e os documentos já produzidos, o levantamento de dados e as análises preliminares estarão disponíveis na plataforma para o acompanhamento e interação do poder público e da sociedade civil com a equipe da Fipe”.

II. REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ

OFICINA REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ

II.1. Oficina Regional de Jundiaí

Data: 06/10/2021

Horário: 14h às 17h

Municípios: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista

Representantes das Prefeituras Municipais

- Representante do presidente do Conselho de Desenvolvimento do Aglomerado de Jundiaí
- Prefeitura de Jundiaí-Diretoria do Departamento da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
- Prefeitura de Cabreúva
- Prefeitura de Campo Limpo Paulista – Diretoria de Trânsito e Transporte
- Prefeitura de Itatiba – Assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
- Prefeitura de Louveira – Secretaria de Programas e Projetos
- Prefeitura de Várzea Paulista – Vice-prefeito e Gestor de Desenvolvimento Econômico
- Gestão Executiva de Fazenda Pública da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Fazenda

Representantes da Sociedade Civil

- Instituto de Pesquisa Ambiental de Louveira (IPPAL)

Nas salas para os debates temáticos os participantes foram divididos da seguinte maneira:

- Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – 16 pessoas.
- Sala 2: Desenvolvimento Socioeconômico, Transporte e Mobilidade – 28 pessoas.

Após a saudação dos dois prefeitos, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

Na sequência, foi apresentado o Panorama Regional pela coordenadora da UR **SS-Fipe**. O debate sobre Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi centralizado na importância de preservação das Unidades de Conservação Ambiental porque a região possui as Apas de Cabreúva e Jundiaí, o maciço de Jundiaí e Cabreúva, a Reserva Biológica Municipal da Serra do Japi. Os representantes municipais citaram a importância da Serra dos Cocais que não foi inserida no Panorama Regional. A região tem boa cobertura de abastecimento de água e rede de esgoto, mas todos têm problemas com a disposição final de resíduos sólidos.

Todos os municípios possuem Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e enviarão os documentos para a equipe da Fipe elaborar o macrozoneamento colado com a realidade da região.

Um debate interessante ocorreu sobre a questão do zoneamento de Jundiaí porque a área do município e de Cabreúva estão 100% dentro da Apa de Jundiaí e Cabreúva. A Prefeitura Municipal quer discutir os atributos que determinam a criação das Apas. Dizem que tem muita burocracia. Outra questão debatida foi a grande clandestinidade no uso e ocupação do solo. Essa é uma das razões do espalhamento da mancha urbana apresentado em um mapa na exposição da Fipe.

Outro destaque foi sobre a importância do Rio Jundiaí que corta toda a região e pode se tornar um corredor de integração dos municípios, propiciando melhor qualidade de vida à população.

Os representantes municipais se comprometeram a enviar para a equipe da Fipe o mapeamento e os documentos existentes para subsidiar a elaboração do PDUI da região.

Após a apresentação da coordenadora da UR Sarah Santos, as técnicas **LT** e **MY** detalharam a questão ambiental da região e a proposta preliminar do macrozoneamento.

As apresentações estão disponíveis em áudio na plataforma digital. <https://rmj.pdui.sp.gov.br>

LT-Fipe observou que alguns dos presentes participaram do início do PDUI quando a responsabilidade da elaboração estava com a Emplasa. Na fase atual a Fipe fez uma atualização no Panorama Regional elaborado para a Região Metropolitana de Jundiaí porque o texto e as análises já tinham sido aprovados pela região.

Também explicou a organização das apresentações: primeiro o Panorama Regional discutindo os dados relativos ao desenvolvimento ambiental e ao desenvolvimento urbano da região. Na segunda parte, foi apresentada a proposta preliminar do macrozoneamento.

“Sintam-se à vontade para opinar e trazer sugestões ou complementações que vocês acham que não foram contempladas”.

Principais destaques do debate:

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

LT-Fipe destacou que uma pessoa de Jundiaí comentou pelo chat que a lei de 2012 de Jundiaí que consta do quadro apresentado foi revogada e o plano diretor de 2019 já está englobando a lei de uso do solo. Então essa lei de uso do solo de Jundiaí que está apontada em 2012 tem que ser considerada como sendo de 2019.

AG-IPPAL comentou que sentiu falta no quadro das Unidades de Conservação da Serra dos Cocais em Louveira.

LT-Fipe explicou que objetivo da Oficina é mostrar um trabalho preliminar da equipe que precisa ser avaliado e atualizado pelos municípios. “Se não inserimos uma unidade de conservação ambiental, é importante vocês fazerem essas observações. Temos dificuldade com os limites, sobretudo das unidades de conservação porque quando consultamos a base do ministério do Meio Ambiente e a base da secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente, algumas unidades ficam por conta do órgão gestor. Tentamos entender razão disso, mas, tem algumas unidades que ficam no âmbito da gestão municipal. Então, solicitamos a vocês que mandem esses limites ou indiquem onde podemos encontrar porque, muitas vezes, se não estiver tão evidente nas legislações dos municípios, isso pode acabar passando. Vamos precisar do auxílio dos municípios, não só para atualizar esse dado, mas também para os demais que compõem o Panorama Regional”.

SS-Gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiaí fez uma observação sobre o mapa das APAs apresentado pela equipe e explicou que após a instituição da APA de Jundiaí e Cabreúva e depois do decreto que a regulamentou, foi inserido no mesmo zoneamento do decreto uma parte do município de Itupeva e do município de Jarinu na zona de conservação.

“Hoje nessa APA, quando o conselho gestor se reúne, já conta com representantes desses municípios. Se pegarmos a lei da APA Jundiaí, Cajamar também aparece porque compartilham um pedaço do território da Serra do Japi. Mas a APA de Cajamar ainda não tem zoneamento. Essa é uma observação importante que tem que ser considerada”.

Ele destacou que tomaram conhecimento de uma iniciativa do governo do estado que é a criação de um distrito turístico na divisa com Itupeva. O território de Jundiaí está inteiro dentro da APA de Jundiaí e Cabreúva e a intenção do estado é pegar parte desse território para estimular o assentamento desse distrito turístico. “Não sabemos ainda o que significa, mas acho que deveria ser considerado nesse estudo do macrozoneamento. Também a compatibilização com a APA quando vocês falam, por exemplo, no macrozoneamento sobre as zonas de preservação e as zonas de interesse de desenvolvimento urbano. Por exemplo, em Jundiaí, do ponto de vista do zoneamento o que faz a diferença é que a cidade toda é uma APA. Recentemente houve um evento para discutir e comemorar os 43 anos da APA. Nesse evento fizemos uma reflexão sobre uma proposta enviada para o pessoal da Fundação Florestal sobre a Serra do Japi. A APA de Jundiaí e Cabreúva foi criada por uma série de motivos, mas, sem dúvida os nossos principais desafios são a preservação da Serra do Japi e o outro é a questão hídrica”.

Foi explicado ainda que na administração municipal é possível sentir a presença da APA justamente na zona de restrição moderada que é na zona urbana, nos procedimentos de licenciamento de coisa pequena, o que acaba significando mais burocracia e pouca efetividade em relação aos atributos que determinaram a criação da APA. “Essa é uma reflexão que propusemos a eles, no sentido de saber, por exemplo, se o território da Serra do Japi como é uma APA é suficiente para garantir a proteção, o zoneamento”.

Comentou-se, também, sobre a clandestinidade no parcelamento do solo na região. Esse é um problema sério que é preciso ser incluído no gráfico apresentado no Panorama Regional.

“Houve uma evolução de loteamento no grupo de condomínios de novas urbanizações e um espraiamento da mancha urbana. A urbanização existente tem sido feita, predominantemente, a partir da irregularidade e isso pode ser visto ao comparar o número de metros quadrados, o número de lotes e o número de unidades habitacionais geradas clandestinamente, com o mesmo número gerado regularmente. A irregularidade vem crescendo e é um fator que deve ser considerado. A política habitacional talvez seja um dos fatores que determina isso porque o preço da terra na região é muito elevado e acaba sendo inacessível para uma grande parcela da população. Precisaria ter uma lente de aumento sobre essa questão da clandestinidade que ataca principalmente as áreas rurais.

Em Jundiaí, 90% da capacidade está na zona rural enquanto nas outras cidades que também têm clandestinidade, acontece dessa maneira.

Esses são temas que precisam ser tratados com bastante cuidado na hora de fazer o macrozoneamento e a proposta de vocês está baseada, predominantemente, nas informações que saem da própria legislação, das APAs ou dos planos diretores das cidades. Mas, agora, é uma oportunidade para fazer uma reflexão sobre a efetividade ou acerto dessa visão: ela está correta e deve ser

mantida? Onde é preciso fazer algum ajuste? Precisa ter um olhar sobre o território, de fato, sem estar escondido atrás da legislação e levar isso em conta na hora de fazer o macrozoneamento”.

LT-Fipe observou que no zoneamento do plano de manejo das APAs não tinha menção de Itupeva e Jarinu e levantou a necessidade de conseguir material para extrair essa informação.

SS-Gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiaí disse existir um mapa feito pela própria Fundação Florestal que mostra esses limites e ficou de encaminhar para a equipe da Fipe. Continuou dizendo que existe um outro fator importante sobre o Rio Jundiaí que passa, segundo o mapa projetado, que é uma imagem de satélite, no centro de gravidade da região mais densa do aglomerado. “Vou tentar mostrar o mapa que eu tenho em mãos. Temos uma proposta para fazer com que o trecho do Rio Jundiaí, dentro do município que tem 28 km de extensão, seja um fator de promoção de qualidade de vida, seja um corredor de mobilidade, não uma rodovia que divide o município, mas, um corredor onde possa ter todos os modais de mobilidade e lazer e que nós possamos tornar o rio mais acessível para que ele seja mais protegido. Talvez uma proposta seria fazer com que o Rio Jundiaí sirva também, como um fator integrador desses municípios, além de promoção de qualidade de vida da região adjacente que é mais densamente ocupada”.

MY-Fipe argumentou que o Vale do Rio Jundiaí poderia ser tratado como uma Área de Interesse Metropolitano (AIM), o que permitiria a integração de todos os municípios e, também, possibilitaria o uso de instrumentos da política urbana que estão no Estatuto da Cidade, de repente, uma grande operação urbana consorciada nessa região.

SS-Gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiaí concordou. “É exatamente o que nós pensamos”.

AG-IPPAL fez várias observações sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Capivari. “Represento uma entidade da sociedade civil que faz parte daquele conselho gestor que começou a discutir, anteriormente, o PDUI da Região Metropolitana de Jundiaí. Mas também estou ocupando um cargo público no município de Louveira. Com relação à questão dos atributos ambientais, seria melhor a secretaria de Gestão Ambiental participar. De qualquer maneira, vou colocar algumas questões. Tem que lembrar que em relação à última proposta, sabemos da importância do Rio Jundiaí, mas Louveira não fica nesse eixo, fica na periferia dele. Ele está inserido totalmente na Bacia Hidrográfica do Rio Capivari. Vai ter um divisor de águas lá em cima em relação a Atibaia, junto a Itatiba e o Pinheirinho que é um dos braços do Atibaia na cidade de Vinhedo”.

Explicou ainda que a Serra dos Cocais está inserida na pauta do Condephaat em um estudo que teve várias discussões e o Instituto Florestal emitiu um parecer técnico sobre qual seria a mancha e acabou excluindo alguns municípios, entre eles Louveira. “Não concordamos porque entendemos que Louveira está inserida. A região do Cofre está inserida na Bacia Hidrográfica do Cofre que é um dos braços formador do Rio Capivari que, por sua vez, tem outro braço que vem de Jundiaí onde ele se encontra com a Bacia do Santo Antônio. Na realidade, é um outro córrego que vai juntar o Santo Antônio com o Traviu. São três principais cursos d’água que formam o Rio Capivari, com leito um pouco mais denso no sentido Vinhedo. É um rio de importância regional com grandes problemas de loteamentos clandestinos, principalmente na cidade de Jundiaí. O aparecimento desses parcelamentos clandestinos no solo tem trazido grandes problemas para a região, principalmente nessas áreas frágeis e de importância ambiental. Louveira também tem isso na Bacia do Santo Antônio que é do outro lado da Anhanguera. Essas questões são fundamentais em

relação aos recursos hídricos e em relação aos fragmentos. Temos estudos do Instituto Econômico sobre as bacias hidrográficas de Louveira já realizados. Estamos encaminhando ao IPT e já temos a ordem de serviço para atualizar um estudo feito em 2007 sobre a Bacia do Santo Antônio. Eles encerraram o trabalho na semana passada e o Instituto Econômico está sendo contratado novamente para atualizar os estudos anteriores. Nós podemos contribuir porque, provavelmente, vamos iniciar a revisão do plano diretor e das demais leis urbanísticas do município”.

Ele apontou ainda ser uma questão regional e que existem outros projetos com a APA da Várzea do Rio Capivari que estão em estudo. “A própria questão da Serra dos Cristais deve ter no futuro uma assembleia para debater essa questão. Temos que aproveitar tudo o que já foi discutido porque várias reuniões foram realizadas junto com esse conselho gestor que foi ampliado com vários grupos. Entendo que esse histórico das reuniões realizadas que a Emplasa estava coordenando junto com a secretaria de Desenvolvimento Regional é muito importante para ser inserido nesse novo patamar como região metropolitana”.

LT-Fipe agradeceu e se comprometeu a enviar e-mail para envio de material. Ainda explicou que o material produzido antes do aglomerado se tornar Região Metropolitana foi resgatado para a elaboração dessa primeira proposta para fomentar o debate e fazer uma leitura diferente desse território a partir dos apontamentos feitos nas oficinas.

AG-IPPAL sugeriu o convite à Associação Mata Ciliar para contribuir na elaboração do PDUI. Citou um projeto, em nível federal, junto ao Ibama sobre o corredor de fauna que protege as onças. Ressaltou a importância de serem aproveitados os projetos que estão sendo debatidos há muito tempo. Citou como que no corredor de fauna já tem um local estratégico em relação a soltura e preservação desses animais.

MY-Fipe observou que quanto à questão ambiental, pretende-se estudar o que os municípios estão indicando como áreas de uso sustentável ou de proteção ambiental nos planos diretores. Ou também em áreas como foi citado pelo **AG** que não tem a legislação, mas que são bastante importantes para fazer parte da macrozona de uso sustentável e rural do Macrozoneamento Regional. “A equipe está começando esses estudos e é importante os municípios apontarem essas questões relevantes ambientais”.

Eng. M-Prefeitura Municipal de Cabreúva demonstrou preocupação com o fato de Cabreúva ser 100% APA e a população vem sofrendo algumas consequências. “Observamos o crescimento de parcelamento clandestino, principalmente, nas áreas rurais e estamos com dificuldade de fiscalização porque temos apenas um fiscal para coordenar tudo. Isso é muito preocupante porque ele acaba próximo da região da Serra do Japi e todos sabem que ela já passou por um incêndio há uns dias, quando ficou 15 dias queimando bastante, em torno de 12 milhões de metros quadrados”.

Ele disse ainda que algumas leis que já foram revogadas ainda devem estar na lista da Fipe, mas se ofereceu para encaminhá-las como forma de atualização

“Quanto à questão hídrica em Cabreúva, a Sabesp está fazendo uma obra do lado de reversão do Rio Jundiuvira porque vai ser destinado ao nosso Ribeirão Piraí. A Sabesp já iniciou essa obra. Hoje não é possível fazer loteamento na Bacia do Piraí devido ao enquadramento da Estação de Tratamento de Esgoto. A previsão de término dessa obra é 2024. Sobre a questão hídrica, essa obra vai favorecer por estarmos localizados na fronteira da região metropolitana e o Ribeirão Piraí que acaba servindo Itu e Indaiatuba. Essa obra, em fase de execução na barragem do Ribeirão

Piraí, vai favorecer outras cidades vizinhas a Cabreúva. O Rio Jundiuvira deságua hoje no Rio Tietê, próximo da região do Bananal. Já começou a circulação e vai fazer a inversão para lançar na ETA do Ribeirão Piraí. Inclusive, solicitamos à Sabesp, o assoreamento e ampliação da captação. Quanto ao plano diretor tem um processo estadual para revisão de algumas áreas”.

LT-Fipe destacou o comentário feito no chat pelo representante do município de Itupeva que estava sem microfone.

A-Município de Itupeva ressaltou que está sendo elaborada pela agência PCJ um plano de macrodrenagem do Rio Jundiá em que foram indicadas as áreas de inundação ao longo da calha do Rio Jundiá e sugere que seja inserido neste estudo. Completou dizendo que em Itupeva foi criado o distrito turístico com usos urbanos previamente definidos na Lei nº 474 de 2019. Em relação ao macrozoneamento, sentiu falta do que realmente será contemplado em cada um deles.

LT -Fipe perguntou se **A-Município de Itupeva** está falando das macrozonas ou das camadas apresentadas na proposta em que o macrozoneamento foi dividido em macrozonas, as estratégias e as áreas de intervenção. “Por exemplo, macrozoneamento de uso sustentável poderia contemplar quais usos?”

A-Município de Itupeva questionou como ter conhecimento sobre a possibilidade de possível proteger as áreas que necessitam de preservação, principalmente com relação a ocupação irregular do solo.

LT-Fipe solicitou o estudo de macrodrenagem ou pelo menos o título para solicitar ao Comitê de Bacia. “É importante porque se casa, talvez, com uma proposta conjunta de uma análise mais ampla do Vale do Rio Jundiá. E o que está contemplado na macrozona de uso do solo de uso sustentável são as unidades de conservação de uso sustentável, áreas importantes rurais estabelecidas pelos municípios”.

Para montar a proposta, a equipe leu a distribuição das propriedades rurais. “No entanto, só aquelas cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) de áreas que têm uma amplitude boa, mas, talvez não a totalidade, até porque umas propriedades são dispensadas. Basicamente, é isso nessa primeira proposta, mas também poderia ser um item de discussão para nós, os inputs de informação em cada uma das macrozonas, além do que a gente já convervou aqui. E essa questão Sicar-de pensar em uma proteção maior-vai ao encontro do que **SS-Gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiá** falou sobre aquela área de Cabreúva e Jundiá e outras áreas que têm importantes fragmentos ou que oferecem importantes serviços ecossistêmicos. Então, é preciso pensar em trazê-las num nível mais restritivo para o macrozoneamento para quando os municípios forem fazer as suas revisões já incorporarem essa restrição, juntamente com um sistema de fiscalização efetivo”.

MY-Fipe disse que a questão das áreas de inundação que **A-Município de Itupeva** destacou da calha do Rio Jundiá, tem um outro material que deve ser usado neste trabalho que são as cartas de suscetibilidade a inundação e a escorregamento que foram produzidas pelo Serviço Geológico do Brasil-CPRM e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

“Já conferimos e parece que todos os municípios da aglomeração já fizeram essas cartas. Pretendemos utilizar para ajudar nesse estudo, tanto das macrozonas, ou talvez numa área estratégica só para a questão das áreas de risco”.

LT-Fipe frisou ser importante pensar mais nos inputs de informação das macrozonas e que a fala do **SS-Gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiaí** é muito importante sobre ser feita uma leitura do território sem ter esse primeiro pano da legislação e ver uma forma de conciliar os interesses a partir disso porque devem existir muitos conflitos apontados na legislação urbana. “É um nível que não podemos decidir, mas podemos pensar em dar o pontapé inicial e isso ser inserido em uma discussão muito maior com todos os sujeitos que atuam nessa região. É fundamental recebermos informações que possamos incluir em cada macrozona para que possa ser feita uma leitura mais próxima da realidade”.

Reforçou que o nível de estratégias vai ser muito importante para o macrozoneamento, inclusive para trazer um caráter propositivo para a região.

“Estabelecer esses territórios identificados como sendo importantes na conexão da fauna e flora e corredores ecológicos, o próprio Vale do Jundiaí, trazendo áreas que a própria **A-Itupeva** destacou. “Trazer esse cenário do turismo que tem uma interface muito grande com o próprio desenvolvimento econômico, um turismo de base sustentável, mas que pode gerar renda e atração para os municípios, sempre tomando cuidado e tendo clareza do que se quer daquele território”.

AG-IPPAL colocou que existem dois processos de revisão da legislação urbanística judicializados na região: um é o de Louveira e outro de Campo Limpo Paulista. O procurador-geral ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a modificação da lei feita em 2019. “Nas reuniões do Região Metropolitana de Jundiaí, o promotor de Justiça participou das discussões do PDUI. Ele participou através do Gaema. Sugiro que vocês convidem o representante da nossa bacia hidrográfica e o procurador para participar dessas discussões e chamar também, o Gaema e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo”.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transporte, Logística e Mobilidade

Participantes:

- Vice-prefeito e gestor de Desenvolvimento Econômico de Várzea Paulista: Fernando Pasqualino
- Prefeitura de Várzea Paulista: Carlos Teixeira da Silva - gestor Executivo de Fazenda Pública na secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Fazenda
- Prefeitura de Jundiaí: Guilherme Lima - diretor de Departamento da Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
- Prefeitura de Campo Limpo Paulista: Margarete - diretora de Trânsito e Transporte
- Prefeitura de Cabreúva: Henri Perkis
- Prefeitura de Louveira: Paulo O. Franzini - secretário de Programas e Projetos
- Prefeitura de Itatiba: Rebecca Padovani - assessora na Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Após uma breve apresentação dos representantes dos municípios, **BN, ex-prefeito de Piracicaba**, cumprimenta a todos e diz que está colaborando com a secretaria de Desenvolvimento Regional, auxiliando também a Associação Paulista de Municípios, que está fazendo uma arti-

culação em todo o estado junto com a União dos Vereadores de São Paulo para poder criar os Parlamentos Regionais.

“A região de Jundiaí é uma região muito próspera, tem bons indicadores socioambientais, mas quando se compara com outros municípios, evidentemente, tem algumas disparidades, de modo que a presença política dos prefeitos e a presença dos técnicos das secretarias fornecendo informações para verificar quais são os principais problemas e quais são as ações de interesse coletivo vai auxiliar na definição diretrizes do PDUI a serem adotadas ao longo do tempo, tanto pelas prefeituras, como pelas secretarias estaduais, para um desenvolvimento mais harmônico na região de Jundiaí. Trata-se de uma região que ficou pouco tempo como aglomerado urbano e que pela sua riqueza e dinamismo, foi transformada rapidamente em uma região metropolitana sendo, juntamente com Campinas e Santos, a de maior expressão econômica”.

Em seguida, as coordenadoras apresentaram os dados específicos da sub-região e deram início aos debates com as questões relacionadas aos desafios relativos à potencialização das atividades produtivas na região, tanto na consolidação das vocações.

Foi ressaltado que foi observada essa mudança do perfil, a produção agrícola que é pequena, mas tem o desenvolvimento da questão da fruticultura e pensar como potencializar e qualificar essa atividade ou outros arranjos produtivos que possam existir.

Outro ponto importante é a questão da articulação das dinâmicas locais, a convergência de projetos, que por vezes ocorrem isoladamente no município, e a questão dos sistemas unificados de gestão para os serviços, para tocar juntos projetos em comum.

RN-Fipe levantou algumas questões sobre os eixos viários aproveitando a presença de representantes da secretaria de Transporte. Destacou que o panorama econômico apresentado mostra que a mancha urbana acompanha os eixos viários que são um elemento importante da estrutura urbana da região levando em conta que a região é um hub de logística e transporte no contexto do estado.

Questionou se esse sistema-com a mudança de padrão da atividade econômica-com forte presença da indústria, não estaria saturado. “As estradas estão concessionadas, foram feitos vários investimentos de transposição nas vias mas, na avaliação de vocês, esse sistema viário está satisfatório para o perfil econômico dessa região? Especialmente olhando que aí é um hub de logística, sendo Louveira e Vinhedo de empresas muito fortes, fora a atividade industrial?”, questionou.

Além desse destaque, foi levantada a questão da mobilidade da população entre as cidades, especialmente com relação à Jundiaí. Uma dúvida foi colocada também com relação à Várzea, se ela de fato está referenciada à Jundiaí ou à Região Metropolitana de São Paulo para atendimento de serviços, especialmente os serviços mais especializados.

RN-Fipe relatou a explicação do representante de Cabreúva enviada pelo chat já que esse representante estava sem áudio. Ele refere à distribuição do emprego apresentado em Cabreúva que tem um percentual alto devido aos centros logísticos na cidade e não pelo plantio ou produção de frutas. Tem logística de empresas como a Avon, DHL, Zaraplast e outros.

RN-Fipe solicitou que os representantes falassem sobre essas questões e a coordenadora da UR complementou pedindo que também fosse falado sobre o novo aeroporto que foi concedido e que também tem um papel sobre a carga de alto valor, e o trem intercidades, que está previsto para o ano que vem.

Se isso ajuda e como isso chega para somar na região, lembrando desses grandes fluxos de transporte coletivo que tem entre Jundiaí, Várzea e Campo Limpo, com destaque para a linha 7 da CPTM e, também, os grandes movimentos pendulares que tem na aglomeração de Jundiaí com Campinas e com São Paulo, uma vez que essas indústrias de Jundiaí, recebem pessoas de várias cidades não só da região.

M-de Campo Limpo Paulista respondeu que em relação às vias, a principal ligação é Avenida Marginal que liga Várzea a Jundiaí e que está totalmente saturada. “Temos que pensar em conjunto entre as três cidades, como é possível melhorar essa situação, porque essa é a principal ligação de transporte. Temos muitas reclamações junto a Artesp. A Rodovia SP 354 que corta a cidade e que é a principal ligação entre São Paulo e Jarinu está com muito caminhões e apresenta um grande desafio. A Avenida Marginal, que é a avenida principal e liga Campo Limpo a Várzea e que chega a Jundiaí, é do município, e a SP 354 ainda é do DER”.

SM-Fipe perguntou se o que **M-de Campo Limpo Paulista** estava falando era sobre o conflito entre o sistema viário urbano com transporte de carga e da saturação desse viário urbano que faz o papel de um viário principal. E o outro ponto foi sobre a questão do transporte, como acontece e qual é o principal meio do transporte coletivo intermunicipal.

M-de Campo Limpo Paulista informou que o principal meio é por transporte coletivo, ônibus.

RN-Fipe perguntou se tem linhas regulares de deslocamento entre municípios. **M-de Campo Limpo Paulista** disse que sim e que é fiscalizado pela Artesp e acrescentou que esse transporte é feito pela marginal e por dentro passando por Várzea Paulista. Além disso, complementou dizendo que o transporte não é suficiente e que apresenta muitas reclamações de lotação. “Fizemos contagem visual e se apresentou lotação excessiva”.

C-de Várzea Paulista disse que na questão das rodovias que cortam a região, elas favorecem mais as cidades de Jundiaí e Louveira, mas esse eixo, tanto a Bandeirantes, quanto a Anhanguera não favorecem muito a região de Várzea e, conseqüentemente, Campo Limpo, porque os caminhões e os veículos teriam que cruzar as cidades com as suas cargas, o que torna inviável esse uso, pelo menos até o momento.

“Campo Limpo e Várzea são cidades que se referenciam à Jundiaí, e por isso há um grande volume de transporte de Campo Limpo em direção a Jundiaí, o que provoca uma saturação do meio de transporte por ônibus. É uma linha que liga Campo Limpo à Jundiaí, passando por Várzea e que é muito utilizada pelos moradores de Várzea, inclusive tem diversas linhas intermunicipais que começam nos bairros desse município em direção a Jundiaí, que não saem de um único ponto e, sim, de diversos pontos da cidade. Por este motivo, traz uma dificuldade porque é uma cidade com economia per capita baixa e tem concorrência hoje pelo meio transporte por trem que liga e passa pelas três cidades. Campo Limpo conta com duas estações ferroviárias, a de Botujuru e a do centro de Campo Limpo. No entanto, o custo que isso gera para o usuário inviabiliza a utilização massiva nesse trajeto-de Campo Limpo para Jundiaí-é mais usado por quem vai de Jundiaí e Várzea para São Paulo e pouco utilizada na própria região”.

A solução seria ter uma integração dos meios de transporte para que as ferrovias fossem mais utilizadas, desafogando um pouco o transporte rodoviário. Se a prioridade é do transporte rodoviário, o cidadão utiliza o que for mais econômico.

“Ele pega o ônibus rodoviário porque existe uma integração entre a passagem urbana e interurbana de Campo Limpo, modalidade que também existe em Várzea, então é mais barato pegar o transporte urbano por ônibus do que pegar o trem, que não tem integração com ônibus, aumentando o custo para o usuário. O que também afeta a decisão das empresas em contratar pessoas destas cidades pelo custo de subsídio de transporte. Precisamos nos debruçar sobre essas situações, pois além de melhorar a qualidade, temos que olhar para o custo, que por mais que tenhamos qualidade, se o custo for elevado, esse transporte não será utilizado, e estamos falando de duas cidades que têm renda per capita baixa. Então, as rodovias no momento não favorecem muito essas cidades do outro eixo. No entanto, tem a Rodovia Marco Zamboto que é mais próxima dessas duas cidades e é um bom meio de transporte e poderia desafogar o centro da cidade. Inclusive foi construído um viaduto com essa finalidade, passando pela estrada velha de Campo Limpo, mas não resolveu todo o problema. Têm os problemas de qualidade em alguns trechos dessa rodovia. Tem a questão da mobilidade das pessoas, como também o transporte de carga, e que temos que nos debruçar nos próximos anos para trazer uma qualidade de vida para os nossos municípios”.

RN-Fipe perguntou à **C-de Várzea Paulista e M-de Campo Limpo Paulista**, sobre a desarticulação do modal trem que abriga três cidades que poderiam ter uma demanda se a tarifa fosse integrada. “No modal existe tarifa diferenciada para o usuário da região no deslocamento entre eles?”

C-de Várzea Paulista respondeu que não. “É o mesmo valor. É a mesma tarifa que se inicia em Francisco Morato, onde se faz uma baldeação, é a mesma tarifa para as três cidades”.

RN-Fipe colocou que é possível imaginar possibilidade da tarifa diferenciada para quem se desloca só na região. “Essa poderia ser uma proposta a ser discutida, fora a integração com sistema de transporte público. Uma outra questão é se essas vias citadas por **M-de Campo Limpo Paulista e por C-de Várzea Paulista** têm faixa para corredor de ônibus?”

C-de Várzea Paulista respondeu que não.

RN-Fipe perguntou se a faixa da avenida não permite um corredor.

C-de Várzea Paulista colocou que em termos de faixa de rodagem elas são boas em termos de largura porque são duplas, uma de cada lado da margem do Rio, então existem dois viários: são quatro faixas, duas para ida e duas para volta, mas a qualidade do asfalto é muito ruim. “Não vejo que a questão seja de aumentar a velocidade do ônibus, mas a qualidade do asfalto”.

RN-Fipe perguntou se o gargalo não seria a qualidade da pavimentação, e não a de oferta do serviço de transporte.

C-de Várzea Paulista disse que é a oferta e a qualidade. “Tem grande quantidade de pessoas se deslocando e poucos ônibus”.

RN-Fipe quis esclarecer o assunto: “então tem problema de oferta de ônibus e tem problema de pavimentação?”

C-de Várzea Paulista confirmou que é isso o que acontece. “Temos uma rodovia ruim de rodagem e uma deficiência de transporte na oferta de vagas, que é muito pequena. Sem contar os atrasos, inúmeros problemas que a operadora traz para as duas cidades”.

RN-Fipe perguntou se essas rodovias são permissionárias da prefeitura, ao que **M-de Campo Limpo Paulista** responde que elas são da Artesp. Diz ainda que existe um outro problema de gar-

galo na marginal quando chega na cidade de Jundiaí porque ela recebe Campo Limpo e Várzea, além dos carros de Jundiaí que tanto travam a cidade.

C-de Várzea Paulista informou ser um trecho de uso comum, onde os moradores da região de Jundiaí usam um mesmo trecho na chegada de Campo Limpo e Várzea. “Quando falo de Campo Limpo, são dos moradores também de Atibaia e de Jarinu porque ali existe um ponto de ônibus que é utilizado por esses moradores”.

SM-Fipe colocou que o **C-de Várzea Paulista** trouxe pontos importantes de diferentes ordens: uma delas se refere à integração intermodal, que é uma discussão pertinente para o PDUI, e a outra é a questão relativa a diferenciar os custos, visto que o atendimento dessa linha ocorre desde Francisco Morato para São Paulo.

Para facilitar essa locomoção interna-e o **C-de Várzea Paulista** mencionou que, inclusive, tem reflexo na questão do emprego, visto que o custo de contratação aumenta pelo maior valor de tarifa de transporte. “Outra questão é o gargalo causado por um transporte insatisfatório, que por sua vez, causa congestionamento em Várzea, Campo Limpo e Jundiaí. Essas questões são pertinentes para discutirmos e colocarmos propostas de ajustes nesses setores do transporte de carga, do transporte local e coletivo”.

HP-secretário de Mobilidade de Cabreúva comentou que a distribuição do emprego na região não se vincula com a produção do plantio de frutas, mas sim, pela logística, a ponto de, Cabreúva em 2014 ter registrado desemprego devido a logística que existe na região.

“Representei Cabreúva entre 2016 e 2017, e essa região de Várzea Paulista e Campo Limpo, realmente não tem uma grande diferença, o que aconteceu foi que nos últimos anos, na via Anhanguera, foi feita a alça de acesso próxima ao Carrefour, o que de certa forma, desafogou bastante o tráfego na Avenida Jundiaí para quem vem de Itupeva e Cabreúva. O gargalo hoje é somente na Coca-Cola, região que é parte da Fazenda Grande. O crescimento de Itupeva deu origem a esse gargalo na região até o aeroporto ou até a Anhanguera, devido à grande quantidade de empresas na região”.

S-Fipe agradeceu a participação de **HP-secretário de Mobilidade de Cabreúva** e focou o debate nas questões de atendimento social que o PDUI deve tratar sobre o tema relativo à saúde e educação, como por exemplo, o planejamento integrado da segurança pública, da cultura, da defesa civil. “Sabemos que na região há uma rede hospitalar que conta com sete hospitais gerais, oito prontos-socorros gerais e 92 UBS, sendo 40 em Jundiaí”. Diante disso, perguntou se diante dos dados apresentados, a rede hospitalar é satisfatória e se a distribuição das UBS atende às necessidades da região.

Outra questão levantada foi sobre a segurança pública já que existe o Gamesp, que é o órgão de gestão da segurança pública e um sistema integrado de monitoramento de segurança.

RN-Fipe complementou trazendo o caso de Campinas que tem uma poderosa infraestrutura viária, com uma capilaridade para além da região metropolitana e tinha um problema de roubo de carga acoplado a densidade econômica da região. Perguntou se isso seria um problema ou não, e se existe algum programa integrado de segurança.

GL-PM Jundiaí falou da questão dos hospitais. “Depois que passamos pela pandemia e com as mudanças que tiveram, todo o sistema público, na verdade, ficou um pouco defasado porque com

a perda do poder aquisitivo e a perda dos empregos tudo sobrou para o serviço público, seja escola, hospital, tudo que foi possível, quem pode deixar o serviço particular, foi para o público. Temos discutido no PPA e na LOA para o ano que vem que houve uma migração e essa migração é muito clara no aumento do uso, principalmente da saúde e das escolas. Em relação a primeira pergunta, nunca vai ser suficiente. É claro que o sistema está se adequando, está ocorrendo um investimento maciço na saúde, mas ele ainda está se adequando e é óbvio que precisa aumentar, tanto no que diz respeito ao atendimento nos bairros com os postos de saúde, quanto de grandes hospitais. Com relação ao roubo de cargas, é alguma coisa integrada eu não saberia informar, mas eu posso levantar e tentar trazer essas informações para vocês”.

RN-Fipe comentou que o sistema de saúde é muito hierarquizado, então os hospitais regionais de referência, vão ter alguns na região, claro que não vão estar em todos os municípios e questionou se a rede básica e o programa de agentes de saúde do programa saúde da família está funcionando em todos os municípios.

C-de Várzea Paulista disse que a cidade tem uma equipe saúde da família em operação, mas é insuficiente. “A rede de UBS da cidade é bem capitalizada, as instalações físicas são adequadas, mas, ainda persiste a questão do profissional. Demandam-se muitos profissionais, tanto em nível auxiliar, como profissional com formações superiores, e os municípios, principalmente, os que têm uma arrecadação menor acabam tendo um conflito entre o que pode gastar em mão de obra e a necessidade. Tem que haver um equilíbrio porque acaba tendo ausência de profissionais de algumas áreas vitais. Esse é um gargalo, pelo menos no caso de Várzea, que tem uma baixa arrecadação, um baixo índice per capita, o que traz uma dificuldade na contratação de pessoal”.

RN-Fipe questionou se o problema estava então na falta de pessoas com capacidade técnica.

C.-de Várzea Paulista disse ser difícil contratar médico na região. “Não há recurso suficiente na receita do município para bancar essas despesas que acabam conflitando com o total de salário que pode ser pago. Mesmo que tenhamos em outros lugares, não podemos contratar mais porque estamos com no limite de gastos”.

M-de Campo Limpo Paulista afirmou que o município tem um hospital, mas não tem pronto-socorro o que cria uma dependência da cidade de Jundiaí. “Com a pandemia foi instalado um hospital no município, mas agora foi retirado e estamos tentando esse recurso. Mas não existem recursos financeiros para manter uma UTI dentro da cidade. Isso tem um custo muito alto e dependemos de ajuda do estado ou do governo federal. O hospital foi construído, temos esse espaço, mas precisamos de recursos para mantê-lo. Em relação às UBS, são insuficientes”.

H.P.-de Cabreúva explicou que em Cabreúva, os pacientes que precisavam de UTI para os casos de Covid, tinham a vaga em Itupeva, do contrário tinham que ser transferidos para Jundiaí. “Jundiaí, como todos sabem, tem o Hospital São Vicente e os hospitais particulares e eles transformaram o pronto-socorro em unidade de Covid. Foram aplicadas as verbas do governo federal e do governo estadual para o combate a pandemia. No pós-Covid, vamos enfrentar uma piora porque, além do paciente com Covid, tem os outros que tinham sua cirurgia agendada. Soma-se a isso, a questão do transporte porque as pessoas precisam se locomover e o transporte público, seja ele rodoviário ou ferroviário, principalmente nessa região de Jundiaí, temos o trem, que sempre será um gargalo porque vai ter sempre uma demanda muito grande do transporte público. É uma solução que tentamos amenizar, mas ela não tem uma solução”.

Na questão da segurança, foi dito que houve a criação de Centro de Operações da Polícia Militar (Copom) que atende toda a região. “Cabreúva, por exemplo, não tem, mas quando ligamos para o 190, a chamada é direcionada para a companhia em Campinas que é a central do Copom. Os roubos de carga e tudo que acontece nas rodovias da região, Campinas criou junto com a polícia civil e a polícia militar uma equipe especializada, não só nas rodovias, mas é uma equipe especializada que trata do roubo de carga, que é o que acontece muito na nossa região, principalmente porque a região é de logística”.

RN-Fipe questionou se existe uma central de vagas da rede hospitalar na região.

SB-Fipe complementou a pergunta de **RN** e questionou se em termos de planejamento, todos os municípios estão referenciados a Campinas.

RN-Fipe perguntou se existe, dentro da região, algum outro mecanismo em que os sete municípios se articulem de alguma maneira, ou seja, quase uma sub-regionalização. Disse que isso poderia ajudar para ampliar e garantir um salto de qualidade na utilização da rede para resolver esses problemas, como na falta de vaga. “Como é que se referencia, como é que compartilha demandas?”

C-de Várzea Paulista respondeu que seria necessário ter um hospital do porte do São Vicente para poder ter uma rede que foi chamada de “paralela ao SUS”. “Pelo que eu entendi seria uma rede de compartilhamento só da região metropolitana”.

SB-Fipe disse que para atendimentos, por exemplo, o mapa que a coordenadora da Fipe mostrou não tem UPA na região. “Significa que os municípios estão referenciados à DRS, mas, como não tem na região, em que medida esse fechamento de lacunas permitiria quase que uma sub-regionalização do atendimento da saúde até um determinado nível de complexidade, obviamente?”

C-de Várzea Paulista informou que Várzea tem uma UPA e está no projeto uma função de hospital novo. “Mas é como a **M-de Campo Limpo Paulista** diz, a dificuldade são as UTIs. O que pode melhorar é compartilhar estruturas de diagnóstico, estruturas de apoio, mas não a de tratamento intensivo. Hoje o tratamento intensivo é basicamente no São Vicente. É o que está dentro da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (Cross). Para que a gente não use o São Vicente ou não use o Cross, teria que ter uma outra unidade com tal capacidade de atendimento de UTI”.

HP-de Cabreúva sobre a situação da DRS de Campinas, disse que o próprio prefeito fez uma solicitação quando o governador João Dória instituiu na fase vermelha, a emergencial para um desmembramento da diretoria regional de saúde, que é vinculada à Campinas. “Naquele momento o governador não permitiu, mas deixou as portas abertas para que houvesse um estudo da área de saúde, não só para o Região Metropolitana de Jundiaí, do qual fazem parte esses sete municípios, mas também para os outros. Houve uma discussão para uma divisão em que a diretoria de Campinas não fosse mais a regional de Jundiaí. Essa questão ainda está em discussão na área de saúde para que os hospitais da região não sobrecarreguem mais o São Vicente e, para isso, teriam que fazer nos seus municípios alguma coisa que, de certa forma iria desafogar esse hospital. Seria um investimento em cada município, não só Cabreúva, mas os outros municípios para não haver mais dependência da DRS de Campinas”.

Não havendo mais colocações, **SM-Fipe** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Encerramento

RN-Fipe Coordenadora técnica do projeto

Agradeceu a participação de todos e reforçou que os documentos que estão sendo produzidos serão disponibilizados para que os municípios possam acompanhar os trabalhos da equipe da Fipe. Lembrou que será mantida uma interlocução com os municípios por meio da Plataforma digital para o encaminhamento de propostas que sejam absorvidas no PDUI da Região Metropolitana de Jundiaí. Uma proposta seria fazer com que o Rio Jundiaí sirva como um fator integrador desses municípios, além de promoção de qualidade de vida da região adjacente que é mais densamente ocupada.

Propostas feitas pelos participantes da Oficina Regional

- Inserir a Serra dos Cocais em Louveira, nas Unidades de Conservação.
- Considerar nos estudos do macrozoneamento o assentamento de um distrito turístico em parte do território dentro da APA de Jundiaí e Cabreúva, que já tem uma proposta do próprio governo do estado.
- Incluir no gráfico apresentado no Panorama Regional sobre ocupação do solo o sério problema da região de clandestinidade no parcelamento do solo.
- Convidar a Associação Mata Ciliar para contribuir na elaboração do PDUI porque é uma entidade que tem muito a contribuir e, também, o Promotor de Justiça que participou das discussões anteriores do PDUI, o representante da Bacia Hidrográfica e o Gaema.
- Inserir no estudo da Fipe o Plano de Macrodrenagem do Rio Jundiaí, elaborado pela agência PCJ, que indica as áreas de inundação ao longo da calha do Rio Jundiaí.

Propostas

- Aprofundar a análise, na discussão sobre o ordenamento territorial que está sendo proposto para o Vale do Rio Jundiaí, sobre a possibilidade de ser tratado como uma Área de Interesse Metropolitano (AIM) que permite a integração de todos os municípios e que possibilita a utilização de instrumentos da política urbana que estão no Estatuto da Cidade, de repente, uma grande operação urbana consorciada nessa região.
- Fazer com que o Rio Jundiaí sirva como um fator integrador dos municípios, além de promoção de qualidade de vida da região adjacente que é mais densamente ocupada.

III. AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA

SUB-REGIÃO ITUVERAVA

SUB-REGIÃO FRANCA

III.1. Oficina Regional de Ituverava

Data: 06/10/2021

Horário: 9h às 12h

Municípios: Aramina, Buritizal, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis, São Joaquim da Barra

Representantes das Prefeituras Municipais e do GESP

- Prefeito de Ituverava
- Prefeito de Franca e Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Aglomerado de Franca
- Prefeitura de Franca - Escritório Regional de Desenvolvimento
- Prefeitura de Guaíra
- Prefeitura de Miguelópolis - Secretário de Esportes de Miguelópolis
- Prefeitura de São Joaquim da Barra - Chefe de Governo
- Ex-prefeito de Piracicaba

Representação da Sociedade Civil

- Engenheiro Civil de Ipuã
- Diretor FAJOB- Faculdade São Joaquim da Barra

Nas salas para os debates temáticos os participantes foram divididos da seguinte maneira:

- Sala 1: Meio Ambiente-19 pessoas.
- Sala 2. Desenvolvimento Econômico e Social-18 pessoas.

Após a saudação dos dois prefeitos, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

Na sequência, a coordenadora da Unidade Regional (UR), FC, junto com sua equipe, apresentou o panorama regional; e a coordenadora CL mostrou a proposta de macrozoneamento.

Os representantes das prefeituras municipais que estavam presentes ficaram entusiasmados com as apresentações e destacaram a utilização de dados recentes que constam em algumas planilhas. Eles se mostraram interessados em passar dados, informações e planos municipais existentes para colaborar com a definição do macrozoneamento da região. Todos concordaram que os grandes problemas não são locais e, sim, regionais e, dessa forma, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) ajudará no enfrentamento dos desafios que a região possui.

Abertura/Debates

A abertura foi realizada pelos prefeitos de Franca e de Ituverava que cumprimentaram os participantes e demonstraram interesse em apoiar a realização do PDUI da região. O prefeito de Franca

que, também, é o presidente do Conselho de Desenvolvimento da região se comprometeu a mobilizar todos os prefeitos.

Na sequência, o ex-prefeito de Piracicaba, **BN**, se manifestou:

“Quero dizer a vocês que estão com uma equipe da melhor qualidade da Fipe, coordenada por técnicos que podem auxiliar muito na elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região. Mas isso só será possível se tiver a participação e a liderança dos prefeitos, dos seus secretários e, sobretudo, dos técnicos da prefeitura.

Em uma oficina de trabalho, a participação do técnico que trabalha com transporte urbano coletivo, que conhece a questão ambiental, os problemas com os recursos hídricos e resíduo sólido. Enfim, os problemas que são resolvidos de âmbito regional porque têm funções comuns, de interesse comum e é fundamental para a elaboração do plano. Os técnicos têm o domínio do que acontece no dia a dia. Essas informações que eles conhecem são fundamentais para um plano regional.

Quem conhece bem a região são os prefeitos, suas lideranças e, sobretudo, os técnicos que vão ajudar a definir as diretrizes que vão apontar soluções para os próximos anos.

O PDUI tem que reduzir os desequilíbrios regionais e sociais entre uma cidade e outra. Eu desejo a vocês um bom trabalho e quero dizer que a União dos Vereadores de São Paulo está acompanhando de perto esse trabalho, por conta também da criação do Parlamento Regional, assim como a Associação dos Municípios Paulistas que também está acompanhando e fazendo a integração com os prefeitos”.

Na sequência, a coordenadora da Unidade Regional do Aglomerado Urbano de Franca **FC-Fipe** fez a apresentação do panorama regional destacando a importância das Oficinas Regionais para estimular o diálogo entre as prefeituras, a sociedade civil e o Estado na construção conjunta do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Ela explicou a organização da oficina e, na sequência, fez a apresentação do panorama regional produzido pela equipe da Fipe ressaltando que na oficina seria apresentado um panorama da região que deverá ser avaliado, questionado e atualizado pelos municípios. Na sequência, fez a apresentação do panorama produzido pela equipe da FIPE.

Após a exposição da Coordenadora da UR, deu-se início a apresentação da dinâmica ambiental pelo técnico da **FD-Fipe** que é engenheiro ambiental, com experiência em desenvolvimento ambiental, desenvolvimento urbano e planejamento de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos.

Na sequência, a técnica **F-Fipe** que é bióloga, especialista em gestão ambiental fez uma apresentação sobre o tema saneamento básico nos seus quatro elementos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da UR <https://auf.pdui.sp.gov.br>

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

CL-Fipe sugeriu que os participantes avaliassem com calma as apresentações e encaminhassem as questões que julgassem importante para serem analisadas conjuntamente.

Na sequência, aconteceu a apresentação da metodologia do Macrozoneamento, em conjunto com a técnica da **IV-Fipe**. Foi destacado que o PDUI é um instrumento novo e o macrozoneamento regional também é uma figura nova, por isso, é um desafio fazer um plano regional e o macrozoneamento.

IV-Fipe. Geógrafa, especialista em geoprocessamento expôs sobre o passo a passo da elaboração do macrozoneamento e do zoneamento municipal.

Principais pontos discutidos pelos participantes

E-Prefeitura Municipal de Ituverava elogiou as apresentações que continham muitos dados sobre o aglomerado o que permitirá a elaboração de um estudo bem real. Destacou a importância das queimadas levantadas na apresentação porque os dados são de 2020 e 2021. Ituverava tem queimadas terríveis que passaram por Buritzal, Miguelópolis, Guaíra, Guara. Esses dados são importantíssimos. “Já participei de várias apresentações onde os dados não eram atualizados. Quanto ao macrozoneamento, quando todos os municípios enviarem a legislação municipal, vai ser um trabalho muito importante”, disse o prefeito de Ituverava.

FD-Fipe esclareceu que os especialistas precisam dos dados atualizados e há uma dependência dos dados oficiais, por exemplo do IBGE, que são do Censo de 2010 e trazem uma defasagem muito grande. Sobre as queimadas, foram usadas a base de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que mapeia por imagem de satélite, atualizados dia a dia, o que dá uma segurança na informação.

Foi informado que as prefeituras vão receber o panorama regional e poderão fazer o acompanhamento por município. Nem sempre se consegue ter informações atualizadas tão rápidas.

Houve o reforço que os temas trabalhados até o momento foram levantados para elaborar o panorama regional, mas o próximo passo será a elaboração do diagnóstico que incluirá as informações encaminhadas. “Uma das questões a ser debatida de forma mais profunda são os recursos hídricos porque os últimos dados utilizados são do Comitê de Bacia Hidrográfica e eu pergunto se tem alguém do comitê presente para discutirmos sobre a escassez de recursos hídricos na região”.

E-Prefeitura Municipal de Ituverava respondeu que as reuniões do comitê estão sendo retomadas. “A região está passando por uma crise hídrica muito intensa. Os municípios já estão racionalizando o uso da água porque têm a dependência total do Rio do Carmo e a captação da água já está com o nível baixíssimo. Embora exista a disponibilidade hídrica favorável, não reflete a realidade. Por exemplo, Franca está com a segunda captação em desenvolvimento pela Sabesp, no Sapucaí-Mirim, uma obra em elaboração que está com três anos de atraso. A previsão era de captação em 2021, mas isso não aconteceu. Agora, essa crise hídrica pegou a cidade de surpresa porque se houvesse a segunda captação, a cidade não estaria passando por esse problema”.

FD-Fipe esclareceu que a disponibilidade é sempre um dado difícil de se utilizar porque não reflete esses pontos que se tem de escassez. Sempre é uma média geral por região para a bacia o que dificulta a análise dos pontos mais críticos.

E-Prefeitura Municipal de Ituverava comentou que o Comitê de Bacias da região tem muitos recursos e que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) tem muita influência na Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRH 8). “Muitas prefeituras têm as suas captações superficiais e subterrâneas melhoradas com recurso do Fehidro. Nosso Comitê é muito atuante”, disse.

FD-Fipe comentou que a UGRH 8 abrange toda a aglomeração e é importante que a gente tenha essa sobreposição.

L-Prefeitura de Guará disse que o município de Guará também faz parte da UGRH 8. O comitê está tentando resolver o problema da crise hídrica.

CL disse que a equipe da Fipe se dispõe a entrar em contato, principalmente com os municípios que têm poucas informações, mas solicita que todos encaminhem contatos com outros técnicos especializados em determinados temas nas prefeituras municipais e indiquem entidades da sociedade civil que possam colaborar com a construção do PDUI da região.

“Precisamos dos Planos Diretores, leis de parcelamento e uso do solo. Quanto antes recebermos as informações, mais rápido teremos um quadro da região. Trabalhamos com arquivos digitais, mas sabemos que os planos mais antigos estão em PDF. Mesmo assim é importante recebermos”.

FD-Fipe solicitou, também, informações sobre áreas protegidas e unidades de conservação e solicita que enviem para a equipe da Fipe. Ela explicou que são usados dados da secretaria do Meio Ambiente, mas, às vezes, tem alguma área que está em processo de institucionalização e é importante recebermos essas informações, tanto para o macrozoneamento como para a análise ambiental.

CL-Fipe esclareceu que está insistindo nos planos diretores e na legislação municipal porque é o primeiro passo já que o macrozoneamento é construído com outras informações importantes como as das áreas de risco que ninguém melhor do que as prefeituras conhecem porque lidam com essa realidade cotidianamente. Nós dependemos muito de vocês para termos um quadro bem realista do território para fazer um macrozoneamento que ajude no ordenamento e apoie as prefeituras porque sabemos que é difícil fazer isoladamente. “Pode ser que alguns municípios tenham uma realidade tranquila, mas tem municípios pequenos, bastante rurais que não têm essas questões tão dramáticas como conflitos de conurbação urbana. Alguns só têm a lei de perímetro urbano. Dessa maneira, o que vocês puderem levantar de informações e localizar pessoas responsáveis para conversarmos facilitará a criação de um bom diálogo entre nós”, destacou.

L-Secretaria de Meio Ambiente de Ituverava sugeriu que para a elaboração do plano, e para auxiliar as prefeituras na legislação de uso e ocupação do solo, ordenamento territorial, existem alguns softwares livres e gratuitos de geoprocessamento que podem ajudar os municípios pequenos que estão sofrendo muito pela falta de verba para fazer o plano. Ele lembrou que algumas prefeituras estão sucateadas e a capacitação dos servidores em geoprocessamento com softwares livres pode ajudar muito e fazer todos andarem junto na região de Franca. “Hoje se fala muito nos consórcios e eu acho que a solução desses problemas são eles”, afirmou. Destacou que os dados apresentados, principalmente, os de queimadas do Inpe são muito relevantes e que poderia ser feito levantamentos sobre recursos hídricos, mas, muitas vezes, as ferramentas usadas pelos municípios não representam a realidade. Por isso, ele considera que o uso dos softwares livres, levando em conta a situação de alguns municípios com problemas graves financeiros, podem ajudar muito.

CL complementou que o PDUI terá um passo seguinte que é a implantação das plataformas digitais que brevemente estarão disponíveis e vão ajudar muito no encaminhamento de propostas destacando que a fala já configura uma proposta para o PDUI. Ela explicou que no final, haverá um caderno de propostas para serem implementadas e que serão encaminhadas para o Conselho de Desenvolvimento para viabilizá-las. Após a aprovação o PDUI deverá ter um sistema de acompanhamento para monitorar as metas e a implementação das propostas, por isso, é importante a prefeitura se reunir e ver o que é importante para o município e o que pode ter um impacto regional e registrar propostas na plataforma digital. As propostas serão sistematizadas e a equipe

irá auxiliar para dar um formato final. A capacitação pode virar um programa e como o PDUI está acontecendo dentro da secretaria de Desenvolvimento Regional que já tem uma atuação junto aos municípios, pode facilitar a viabilização.

E-Prefeitura Municipal de Ituverava perguntou se além do Plano Diretor e do zoneamento, vai ser solicitado das prefeituras que já têm Plano Diretor, algum item específico ou é para mandar o plano todo com todas as informações.

CL-Fipe reiterou que será preciso o máximo de informações possíveis.

IV-Fipe destacou que o envio dos mapas que geralmente ficam nos anexos do plano diretor são importantes porque ajudam a espacializar e desenhar o zoneamento.

F-Fipe sinalizou que as prefeituras comecem a pensar em algumas questões tais como, água e esgoto porque a equipe percebeu que existe o novo Marco Regulatório e a região tem característica agrícola que são áreas rurais muito grandes que usam soluções tipo fossas sépticas ou minas d'água e poços porque não possuem o serviço de saneamento. Com relação ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário alguns municípios possuem situações individuais, mas, que muitas vezes não atingem qualidade nos serviços e é importante receber o serviço da concessionária, da rede de abastecimento de água e rede de esgoto, por isso, é preciso pensar propostas ou desafios para solucionar esses dois problemas da região. Muitas prefeituras têm o serviço operado pela própria prefeitura e não pela Sabesp, então é fundamental as prefeituras pensarem o que falta para universalizar o serviço, quais os principais entraves e como isso pode virar proposta dentro do PDUI.

Foi destacado ainda que, em relação aos resíduos sólidos, foi verificado que grande parte dos problemas podem ser resolvidos ou minimizados com a formação de arranjos tipo consórcios já que muitos municípios não dispõem de recursos ou são muito pequenos e possuem um volume pequeno para reciclar ou para fazer um acordo setorial para a gestão daquele resíduo. A solução nesses casos seria a junção dos municípios porque sozinhos não têm força política ou econômica para resolver.

Como faz pouco tempo que o Sistema Nacional de Informações faz coleta das informações desse componente e existe pouca informação disponível já que poucos municípios responderam, ele solicitou documentos municipais como plano de drenagem.

Ele explicou que são informações importantes para se pensar em medidas para drenagem urbana, mesmo que os municípios não tenham graves problemas sobre alagamentos porque é importante pensar a longo prazo. O PDUI está fazendo o retrato agora da situação, porém, visa minimizar problemas que podem ocorrer e que se consegue vislumbrar olhando para a região nesse momento. As propostas encaminhadas serão inseridas na Plataforma digital da região.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transportes, Mobilidade e Logística

Após uma breve apresentação dos participantes e a apresentação do panorama da sub-região, a coordenadora de OR, **FC**, dá início à oficina.

RN-FIPE pediu esclarecimento sobre o oleoduto que aparece na apresentação. A dúvida é se ele corta longitudinalmente e faz a distribuição da refinaria de Paulínia levando até Brasília.

HG-Fipe respondeu afirmativamente à questão.

RN-Fipe conclui que, na realidade, a região não se beneficia necessariamente desse oleoduto que só passa por ela.

HD-Fipe disse que foi pesquisado, mas não foi identificado nada que beneficie a região. “Talvez, isso aconteça porque em Ribeirão Preto tem os tanques e alguma instalação da Petrobras o que, em termos logísticos, não faria tanto sentido para a própria Petrobras”.

RN-Fipe destacou que essa é uma questão que pode ser esclarecida com os colegas da prefeitura que talvez possam dizer se tanto oleoduto quanto etanolduto, por cortarem a região, pagam algum royalty por essa passagem. Explicou ser preciso esclarecer essa dúvida para que possa pensar em algumas alternativas de propostas de recursos para financiar o transporte coletivo. Existe ausência de transporte coletivo em alguns municípios conforme foi apresentado.

AL-(TOCA)-FAJOB comentou que o gasoduto passa, mas não contribui também para a industrialização. Fica em Ribeirão e em Uberaba. Muitas empresas poderiam estar se instalando no município, mas não estão porque tem um vazio, não tem a alternativa de energia que é o gaseoduto. “Essa questão é séria e precisa ser resolvida. Ele passa por aqui, mas não temos nada a ofertar para alguma empresa ou para alguma indústria se instalar na região. Estamos num deserto de possibilidades energéticas”.

HD-Fipe comentou sobre uma pesquisa da qual participou sobre um projeto de um gaseoduto que passaria pela faixa de domínio, que hoje é compartilhada entre o oleoduto e o etanolduto na região, que se chamaria Gasub, um gasoduto que conectaria também a refinaria de Paulínia e seguiria em direção a Uberaba e, depois, Brasília. Atualmente é somente um oleoduto por onde passam combustíveis para abastecer o centro do país. Em princípio, esse Gasub teria uma importância porque existe uma indústria próxima a Aramina que fica em Minas Gerais, nas margens da represa do Rio Grande, indústria de fertilizantes. Esse Gasub daria acesso para um projeto de uma planta industrial de amônia, mas ele que estava pronto desde 2010, já tinha licença ambiental, está em *stand by* por parte da Petrobras e outras empresas da região, a Gás Brasileiro. “Precisamos de um retorno de vocês se essa informação procede. De fato, eles não estabelecem muita interação? Vemos que no mapa tem uma ferrovia, o gaseoduto o etanolduto, é uma região bem servida de infraestrutura, tem um potencial, mas pouca interação. Com exceção da logística do Centro Integrador de Guará da VLI”.

AL-(TOCA)-FAJOB esclareceu que é muito específico, só tem uma parte da cadeia, que é o açúcar a granel, mas não tem mais nada, nenhuma ação que possa melhorar a atividade econômica. “Estamos num vazio estrutural de infraestrutura e as indústrias têm uma série de problemas. Se tivéssemos a possibilidade de ter gás, que é uma fonte mais barata de energia, poderíamos aumentar a participação da indústria”. Ele destacou esse ponto porque disse não existir infraestrutura energética na região.

HD-Fipe ponderou que a região tem uma importância relevante na produção sucroalcooleira.

AL-(TOCA)-FAJOB disse que o transporte existe. Em Ituverava passam duas malhas ferroviárias. “Não tem razão para não termos outra fonte de energia”.

Após as colocações sobre alguns pontos durante a apresentação, HD-Fipe pontua as perguntas norteadoras do debate, quais sejam:

Como vocês avaliam as conexões viárias, infraestrutura viária, a circulação de cargas e rodovia, se o escoamento da produção agrícola é atendido satisfatoriamente, se o transporte coletivo intermunicipal é integrado e atende satisfatoriamente aos polos geradores de trabalho da produção agrícola, os deslocamentos entre os municípios, quais são os principais, se a oferta de transporte coletivo atende às demandas.

RN-Fipe solicitou aos representantes de Guaíra, Miguelópolis e da FAJOB que falassem um pouco em cima da leitura da região que a equipe da Fipe fez.

AL-(TOCA)-FAJOB São Joaquim da Barra coloca que são uma instituição de ensino superior que vem desenvolvendo uma análise socioeconômica da região há pelo menos 20 anos, inclusive participando de reuniões de alguns planos diretores e se ofereceu para fornecer alguns dados que foram coletados durante esse período.

Demonstrou preocupação com a questão da mão de obra da região já que os dados levantados pela equipe da Fipe indicam que a região tem atividades econômicas que exigem pouco da mão de obra, razão pela qual a indústria não se interessa pela região. Ele disse que tem sido feita uma pesquisa com as indústrias da região e o que mais se escuta é sobre a ausência de mão de obra qualificada. Não existe atrativos para a instalação de indústria e ela é a grande empregadora da região.

Ele ressaltou ainda que as empresas da agroindústria, como por exemplo, São José da Boa Vista está perto de um frigorífico e muitos deles vão trabalhar nesses frigoríficos que disponibilizam transporte. As usinas também disponibilizam transporte, então esse pessoal é transportado via empresa na maioria das vezes.

Acontece que os pequenos municípios que não têm oferta nenhuma de emprego, tem o grande empregador que, por incrível que pareça, é o poder público, a prefeitura. “Temos pessoas saindo do ensino médio, mas sem capacitação para se empregarem nas indústrias. Existem as atividades econômicas que cada vez menos utilizam mão de obra como é o caso da indústria 4.0. A própria indústria canavieira está diminuindo a contratação porque está se modernizando”, disse.

Outro tema abordado foi o transporte. O município tem o transporte oferecido por indústrias e empresas. Em relação aos pequenos municípios, quando há a necessidade de ir para Ribeirão ou Franca, é preciso se deslocar para outros municípios um pouco maiores ou as pessoas vão para a beira da estrada pegar o ônibus. “Temos um problema sério de falta de planejamento. Também não vejo um planejamento regional para atividade econômica, e penso que passou da hora de discutirmos. Estou me baseando em dados socioeconômicos que coletamos e estamos muito preocupados com essas questões, a nossa instituição está preocupada com isso”, afirmou. Ele lembrou ainda que as cidades estão envelhecendo, os jovens não conseguem emprego e vão embora e a cidade não vai conseguir sustentar as atividades econômicas num futuro próximo.

RN-Fipe solicitou o comentário de outros participantes para, em seguida, expor em cima da fala do **AL-(TOCA)-FAJOB**, assim como outros também têm oportunidade de complementar ou tirar dúvidas com relação a fala dele. **SB-Miguelópolis** e **VC-Guaíra** gostariam de contribuir?

SB-Miguelópolis disse que a cidade também tem um cenário bem semelhante com a prefeitura sendo um dos maiores empregadores. “Temos várias usinas na região que empregam a maioria dos trabalhadores, principalmente as usinas de Guaíra, São Joaquim da Barra, Conceição das Alagoas. Devido a modernização do trabalho do campo e da indústria, a mão de obra antiga que

era formada, inclusive por pessoas que vinham de outras partes do Brasil para trabalhar nas usinas da região, ficou bastante prejudicada. Foi substituída pela máquina que exige uma certa qualificação e este cenário tem mudado toda a região”.

Destacou um fator interessante e importante que pode fazer a região crescer e evoluir: o turismo em Miguelópolis tem sido um dos grandes geradores de emprego e renda. Porém, falta planejamento, investimento alto em infraestrutura para crescer de forma segura e correta. É um setor da cidade que tem despontado e ajudado muito o comércio e tem gerado muito emprego, mas o investimento em infraestrutura ainda é precário. Ele destacou que em Miguelópolis tem transporte coletivo entre municípios, e as próprias empresas fornecem transporte aos trabalhadores.

RN-Fipe perguntou quais são os principais atributos turísticos da cidade para que possamos pensar. É turismo de aventura?

SB-Miguelópolis destacou o turismo ecológico e a pesca. “Estamos às margens da represa Volta Grande, no Rio Grande. É uma região bem privilegiada, muito bonita e hoje tem mais de 1.000 ranchos na orla da represa, além de hotéis e pousadas. Mas essa estrutura hoteleira é um dos grandes fatores que está pecando porque não é formalizada. Estamos trabalhando para poder regularizar loteamentos e várias outras coisas na beira do rio. Acho que com o tempo a coisa vai melhorar muito para nós aqui”.

VC-Guaíra comentou que no município de Guaíra, a atividade é mais voltada para o agronegócio. “Há alguns anos podíamos falar que era agricultura, mas é agronegócio. Temos três usinas de açúcar dentro do município. Usina Guarani, Mandú e Terreroza que empregam também munícipes de Barretos, mas a maioria é a população local. Temos uma fábrica de botões que exporta. Temos uma filial da Só Fruta, a Predilecta, que é de Matão. Temos a indústria Mina Mercantil. Todas são geradoras de emprego. No turismo, temos o segmento voltado a eventos e alguns pontos turísticos. Hoje somos **MIT, Município de Interesse Turístico** e começamos a receber recursos do governo para investimento no setor”.

Com relação ao transporte intermunicipal, disse que até onde tem informação, é feito pelas empresas. “Eu não sei e gostaria de perguntar se o número de transporte apresentado, engloba também transporte coletivo e escolar?”

HD-Fipe respondeu que sim e completa explicando que está sendo considerado ônibus e micro-ônibus, mas, não sabe se pertence ou não ao transporte coletivo de empresas, que a prefeitura faz a concessão para prestação do serviço ao município. “São dados do Denatran que foram cruzados com os dados do IBGE para ver se de fato tem ou não o serviço de transporte coletivo”.

VC-Guaíra esclareceu que se o usuário precisar se deslocar para um bairro mais distante mesmo pagando, ou com o subsídio da prefeitura, não tem. “A maioria do transporte é fornecido pelas empresas, usinas e indústrias”.

Ele abordou a questão da qualificação da mão de obra, todos os municípios sofrem com isso. “Tem as pessoas que se formaram fora porque o município não tem universidade, somente EAD, e elas ficam por lá. São pessoas saindo do município para trabalhar fora, por exemplo, alguns da área de saúde vão para Barretos. Absorvemos bastante mão de obra local que são trabalhadores sem qualificação profissional. Temos uma demanda grande de mão de obra qualificada. Trabalhamos bastante em cima dessa questão. Nesse período de pandemia surgiram vários convênios, cursos à distância, e temos

trabalhado muito para poder atender a essas demandas de vagas de emprego no comércio, na área de alimentação. Inclusive recentemente, tivemos a abertura de um supermercado e conseguimos empregar cerca de 300 pessoas. O que importa para o município é a qualificação da mão de obra. O município tem uma fatia grande de empregabilidade, em torno de 1.400 funcionários. Sobre o turismo de eventos, a cidade tem o Carnaval Popular e a Festa do Peão que apresentaram uma grande queda na pandemia. Enfim, eu não sabia o que esperar dessa primeira oficina e, confesso que não sabia o que era o PDUI, mas foi muito interessante e queria saber se teremos acesso a esses materiais, aos gráficos, que são importantes para nós, pois trazem informações que eu desconhecia”.

RN-Fipe respondeu serem importantes as colocações e disse ser possível perceber que Guaíra é uma cidade que atrai mão de obra do seu entorno para esse conjunto de atividades das usinas, da indústria de alimentos e do turismo. “Pelo que entendi, não existe transporte público municipal. A operação, é sempre feita pelas empresas, dos seus funcionários, e o transporte individual de cada cidadão acontece via carro ou moto. O município não tem sistema de transporte público, é isso?”, questionou.

VC-Guaíra confirmou que não existe transporte público.

HD-Fipe perguntou como funciona já que Guaíra não tem o transporte intramunicipal, mas existe o transporte intermunicipal para acessar Barretos, Ribeirão Preto ou Franca. “As pessoas usam carro ou moto?”

VC-Guaíra explicou que para Guaíra, as pessoas que trabalham em Barretos, tem um tipo de coletivo. “Vão de carro, fazem lotação, fazem revezamento com colegas de trabalho, tem muitas pessoas da área de saúde em Barretos que usam o próprio carro, ou o ônibus privado fretado-da empresa Santa Maria-de 30 ou 40 minutos de intervalo. O município de Guaíra não tem transporte para trabalhadores”.

RN-Fipe fez algumas considerações sobre as questões levantadas e observa que, com relação a qualificação da mão de obra, a apresentação da **Fipe** indica que a região tem Etec e Fatec e gostaria de saber como acontece essa relação de demanda de qualificação específica com o perfil econômico do agronegócio, das atividades de usina, no serviço que é entregue pela Fatec e Etec. “Tem alguma articulação das prefeituras no conjunto ou isso ocorre só onde essas escolas estão localizadas?”, perguntou.

ML-Fipe perguntou aos participantes se eles identificam uma falta de sincronia entre a qualificação que é demandada para a mão de obra e a qualificação técnica que as Etecs e Fatecs da região oferecem. “A outra questão, que talvez não consigamos responder agora, mas serve para pensar um pouco, é detalhar um pouco mais sobre qual seria o perfil de qualificação, um estudo técnico ligado a indústria de alimentos, pois poderíamos delinear uma política dentro do PDUI específica para essa qualificação da mão de obra”.

VC-Guaíra respondeu que tem uma sala descentralizada da Etec Rafael Brandão de Barretos na cidade. Ele explicou que a mão de obra citada está voltada para as indústrias, principalmente, e que existem parcerias com Senai e Senac. Segundo ele, a mão de obra qualificada que falta é a de mecânico industrial, eletricitista industrial, mais voltada à área técnica.

Verona-SDR perguntou ao representante de Guaíra se existe demanda desses trabalhadores técnicos [mecânicos, eletricitistas] para essas qualificações nas escolas técnicas. “As pessoas procuram esse tipo de curso?”

VC-Guaíra respondeu que sim e que, recentemente, em parceria com o governo do estado, foram levados cursos na área de instalação e manutenção de refrigeração e climatização e três turmas foram formadas. “Sempre que fazemos parcerias entre prefeitura, empresas, conseguimos atingir o objetivo que é capacitar pessoas. A procura por cursos é constante”. Ele disse ainda que havia um curso de soldador de alumínio programado, mas foi suspenso devido a pandemia, mas os municípios procuram por capacitação, seja com objetivo de inserção no mercado de trabalho, seja para complementar renda ou melhorar o desempenho na empresa.

AL-(TOCA)-FAJOB disse que ao olhar os dados apresentados, percebe-se duas cidades mais industrializadas: Guaíra e São Joaquim da Barra. São poucos destaques de indústrias, algumas indústrias que são pontuais. Ele citou como exemplo, Igarapava que tem uma indústria de caldeiraria e, em Guará, uma indústria de alta tecnologia que faz usinas de algodão, sendo uma das maiores produtoras de usinas de algodão do mundo. Tem outra área industrial em São Joaquim da Barra, uma indústria de formulação de defensivos agrícolas, então há uma demanda muito grande de mão de obra. “Não se trata de instalar uma Etec porque não tem Etec de formação de mão de obra de mecânica. Temos Fatec em Franca, a única cidade que tem Fatec. Temos algumas Etecs em São Joaquim da Barra, em Ituverava, em Miguelópolis na parte de técnico agropecuário, mas não para indústria”. Ele enfatizou que a demanda é de mão de obra qualificada. “Ou fazemos isso ou haverá sempre uma concentração em algumas cidades e as pessoas não vão querer morar em cidades pequenas porque não têm como sobreviver. Guaíra é uma cidade que tem um PIB super alto, salvo engano, só perde para Franca. Abriga três usinas. Existe dentro da região alguns pontos que são bem desenvolvidos e outros não. É isso que temos que discutir e planejar”.

RN-Fipe concordou e disse ser preciso planejar a demanda por perfil de qualificação. Para a Etec organizar a oferta, precisa conhecer claramente a demanda. Pelo que o que foi colocado eles fazem demandas direto na Etec de Barretos, que está fora da região, quando eles poderiam estar usando Etecs que estão na região. Foi explicado que não se pode alegar problema de infraestrutura viária porque a região tem alta capilaridade como foi possível ver no mapa de infraestrutura viária. “Nesse PDUI, uma das propostas é exatamente essa: organizar a demanda pelo perfil de atividade e dimensionar essa demanda de alunos ou de mão de obra, porque há um conjunto de municípios nessa região de população muito pequena e não tem sentido colocar técnico em tudo quanto é município, mas você pode ofertar essa qualificação de forma sub-regional com determinados perfis. Vimos que a atividade industrial é bem centrada na indústria de alimentos e no setor de couros e precisamos olhar qual é essa qualificação”.

AL-(TOCA)-FAJOB afirmou que essa é uma característica de Franca.

RN-Fipe disse que a de alimentos está também em Guaíra e que o açúcar entra em alimentos na classificação da indústria.

AL-(TOCA)-FAJOB respondeu concordar, mas colocou ser preciso diversificar. “Se não criarmos alternativas, haverá concentração só em algumas. Temos que propor alternativas econômicas para a região. A minha pergunta é vamos deixar uma cidade de 5 mil habitantes ficar desse tamanho ou vamos propor alternativas para que as pessoas vivam de forma decente?”

RN-Fipe respondeu que o tamanho da população não necessariamente tem a ver com a atividade econômica porque o que faz a cidade crescer é a decisão da família de crescer, que é a taxa de fecundidade e essa caiu no Brasil inteiro e na região.

FC-Fipe disse poder mostrar esses dados. “Quando a economia tem atratividade é pela migração, mas a migração também acontece no país. Para se ter uma ideia, a cidade de São Paulo perdeu fator de atratividade migratório.

Pelo último censo, 20 mil pessoas saíram da cidade, então tem outros fatores que são determinantes do crescimento demográfico ou econômico da cidade ou da região que não são determinados por, necessariamente, se fazer a mudança da atividade econômica, porque ela tem uma dinâmica que é regional e está sempre ligada a uma cadeia econômica. No passado era o café e agora é o açúcar”.

AL-(TOCA)-FAJOB questionou se nunca será proposto nada diferente. “Vamos ficar esperando esse ciclo acabar?” Ele ainda exemplificou com as cidades que estão na beira da Anhanguera e questionou se não seria possível planejar alguma coisa para tentar reativar a economia dessas localidades. “Olhando por uma outra perspectiva: se sou de uma região produtora de álcool e açúcar e o mundo inteiro vai me sinalizar que eu vou ter carro elétrico e vou comer menos açúcar. Como é que ficamos? Não vamos nem discutir isso?”

BB-Fipe comentou sobre o papel do PDUI nesse cenário. “Sua preocupação é válida e é claro que é preciso olhar o futuro e as potencialidades que a região têm. É uma região com uma economia bastante interessante porque apesar de apontarmos os grandes números, por exemplo, a indústria calçadista ou a sucroalcooleira, tem uma economia muito diversificada, tem máquinas agrícolas, instrumentos de precisão, medicamentos-acho que veterinários-e outras áreas que também estão representadas na região. Quando pensamos a política pública, e aí o PDUI, é claro que não podemos determinar qual empresa vai se localizar em determinado lugar, isso é uma decisão das empresas. O que podemos fazer é ofertar as melhores condições para que elas se instalem na região. Uma coisa que você já tinha colocado que é a oferta de mão de obra qualificada, é uma coisa muito boa que podemos olhar no PDUI. A questão da infraestrutura que foi colocada do oleoduto, a questão do escoamento da produção, todas essas áreas. E o que podemos fazer é ofertar as melhores condições para que essas empresas, ao tomarem suas decisões locais, considerem a região de Franca como destino de seus investimentos. Infelizmente não chega ao nível de decidir qual setor vai crescer ou qual setor vai se instalar”.

AL- (TOCA)-FAJOB disse ter ficado feliz por, pelo menos uma vez, poder discutir essas questões regionalmente. Afirmou ficar muito angustiado com essa situação porque as cidades estão padecendo e acha que essa situação se resolve com planejamento. “O que estamos pedindo é só uma discussão sobre planejamento. Estou feliz que vamos ter um plano que a gente nunca teve e isso tem um grande impacto”.

FC-Fipe perguntou a **FAJOB** se tem Ciesp em Franca.

AL-(TOCA)-FAJOB confirmou a existência de Ciesp. “Estamos conversando com eles sobre a questão da formação de mão de obra. É uma coisa que nos preocupa muito é a formação educacional”.

HD-Fipe perguntou se existia a percepção de necessidade de melhoria viária do ponto de vista regional para melhorar as conexões entre as cidades. “Tem a Anhanguera, a Cândido Portinari, mas vocês acham que o viário da região se conecta bem, para ter uma integração mais regional entre os municípios da região? Existe algum ponto crítico de conexão viária que de alguma forma atrapalha a questão econômica de locomoção pelo transporte coletivo?”

RN-Fipe perguntou aos representantes de Guaíra e Miguelópolis se havia alguma demanda com relação aos gargalos de conectividade do transporte.

SB-Miguelópolis apontou que existe um projeto de uma terceira faixa na rodovia que liga Miguelópolis a Ituverava. “Com relação a isso a região está desenvolvendo bem, tem projetos de duplicação no sentido Guaíra–Barretos, Guaíra–Miguelópolis. Pelo menos as autoridades estão pleiteando, não sei se sai do papel a curto prazo”.

HD-Fipe disse ter a percepção que o eixo mais central da Aglomeração Urbana de Franca tem estradas que passam pelos municípios menores, mas que são estradas bem simples não havendo uma articulação no meio regional dessas duas rodovias mais significativa. “São estradas que estão marcadas no mapa, mas elas têm um caráter vicinal para atender a questão do escoamento da produção agrícola. Vocês têm essa percepção?”

FC-Fipe disse observar que talvez eles não tenham essa percepção porque a FIPE está olhando do ponto de vista regional e eles ainda estão olhando mais localmente ou nos municípios mais próximos. “Seria interessante deixar como uma questão que eles pudessem nos devolver em outro momento”.

RN-Fipe falou de capilaridade. “Como os fluxos de pessoas são baixos, na realidade essas estradas atendem ao escoamento da produção”.

Agradeço aos representantes das prefeituras pelas contribuições neste debate.

Propostas dos participantes

- Utilizar softwares livres e gratuitos de geoprocessamento que possam ajudar os municípios pequenos que estão sofrendo muito pela falta de verba para fazer o plano.
- Estudar a possibilidade de os municípios terem gás, que é uma fonte mais barata de energia para aumentar a participação da indústria. Os municípios não possuem uma infraestrutura energética na região.
- Detalhar um pouco mais sobre qual seria o perfil de qualificação de mão de obra. Por exemplo, um estudo técnico ligado a indústria de alimentos. Poderíamos delinear uma política dentro do PDUI específica para qualificação da mão de obra?

III.2. Oficina Regional de Franca

Data: 07/10/2021

Horário: 9h às 12h

Municípios: Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista.

Representantes das Prefeituras Municipais

- Prefeito de Franca e Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Aglomerado de Franca Secretária Municipal de Desenvolvimento de Franca
- Secretário de Meio Ambiente de Franca
- Presidente da Empresa de Desenvolvimento Econômico de Franca – EMDEF
- Secretário do Meio Ambiente de Rifaina
- Assessor de Gabinete da Prefeitura Municipal de Guairá
- Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista
- Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente
- Prefeitura Municipal de Ipuã

Representantes da Sociedade Civil

- Representante do IAB Brasil
- Vice-Reitor do Centro Universitário Municipal
- Associação comercial e Industrial de Franca

Nas salas, para os debates temáticos, os participantes foram divididos da seguinte maneira:

- Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – 24 pessoas.
- Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social – 22 pessoas.

O prefeito de Franca abriu a reunião ressaltando a importância do trabalho conjunto que está sendo realizado na construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Para ele, o importante é ter um plano que seja executável e permita criar melhores condições de vida para a população.

Após a abertura feita pelo prefeito de Franca, saudaram os participantes da Oficina o ex-prefeito de Piracicaba, BN, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi.

Antes do início da apresentação dos técnicos detalhando o tema Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o representante da Prefeitura Municipal de Ipuã perguntou sobre a fonte dos dados com relação a hospitais e ao Transporte. A dúvida foi esclarecida por um membro da equipe da Fipe.

Antes da apresentação do Panorama Regional, o prefeito de Franca, AF, se manifestou.

AF-prefeito de Franca e presidente do Conselho de Desenvolvimento do Aglomerado de Franca disse que os prefeitos da região o colocaram como presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional para que os interesses da região fossem unificados em um núcleo que permita um acesso mais rápido e mais fácil aos recursos e as soluções que serão propostas a partir das reuniões com o próprio conselho e com a Fipe.

Afirmou que para implementar as propostas, havia a necessidade de um diagnóstico situacional da região para que fosse conhecido o que ela precisa e onde os recursos devem ser prioritariamente ser aplicados. “É um prazer contar com o Luiz da região de Ituverava que é um prefeito que tem uma experiência muito grande em administração pública e, portanto, tem condição de fazer com que a nossa região seja cada vez mais forte”.

Lembrou ainda que a região conta com o Consórcio de Municípios da Alta Mogiana e o Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM). “Esses dois consórcios congregam perto de 55 a 60 a municípios. Precisamos trabalhar juntos para fortalecer a região”.

JJ-SSAM/SDR disse que a aproximação que o prefeito de Franca tem feito com os consórcios municipais em torno da Aglomeração Urbana de Franca é importante. “Essas oficinas são o início do trabalho da Fipe e se você conseguir trazer esses agentes regionais para o processo, eles serão bem-vindos para que a gente possa construir esse plano de uma forma que sai a contento de todos”.

Na sequência foi apresentado o Panorama Regional pela coordenadora da UR **FC-Fipe**. A seguir, a equipe composta pelos técnicos **FD e F** detalharam as questões relativas ao desenvolvimento urbano e meio ambiente e posteriormente, a coordenadora **CL-Fipe** e a técnica **IM-Fipe** apresentaram o diagnóstico do Macrozoneamento.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional. <https://auf.pdui.sp.gov.br>

Principais destaques feitos pelos participantes

JBC-vice-reitor do Centro Universitário Municipal destacou que em relação aos recursos hídricos, Franca tem uma população grande e os mananciais estão muito distantes. Existe um Plano de Revegetação do Rio Canoas que precisa ser viabilizado para que ele seja preservado e ajude a região a evitar a ocupação indevida. “Esse plano já está em discussão no Conselho Municipal do Meio Ambiente. Essa bacia é o principal manancial da cidade”. Acrescentou que o plano foi muito bem elaborado e precisa de 500 mil árvores em áreas de preservação e nascentes. Tem entre 160 e 170 nascentes mapeadas com coordenadas. “Essa questão é muito relevante e precisa ficar destacada como uma grande necessidade do município de Franca que tem o saneamento universalizado há mais 20 anos. É uma referência nacional. Mas nem por isso não sofre com dificuldades”.

Complementou dizendo que Franca tem um mapeamento das áreas verdes urbanas. São quase 500 hectares de áreas verdes urbanas, mas, muitas delas precisam de manutenção. “A prefeitura tem trabalhado nisso, mas tem muita coisa para ser feita, particularmente na bacia do Rio Canoas. O Plano de Preservação tem que ser implementado para que os recursos não se esgotem.

Ele tem imagens e mapeamento na escala 1: 2000 da bacia inteira, tudo quantificado, a questão é organizar e tocar para frente.

Registrou outro problema regional que são os resíduos sólidos e nesse caso, a gestão regional é fundamental, não dá para o município cuidar sozinho da disposição final. “Todos os municípios da região têm problemas com a destinação final de resíduos sólidos e concordam que precisa de uma solução regional”. Ele ainda informou que o esgotamento sanitário em Franca é operado pela Sabesp. Quanto ao abastecimento de água, a população urbana é atendida pelo sistema público. “Se a gente conseguir atingir a meta do marco regulatório nas áreas urbanas do Brasil inteiro, seria muito bom”.

FD-Fipe esclareceu que a equipe analisou os indicadores e verificou que, realmente, a região tem um baixo índice de cobertura vegetal.

ML-Fipe perguntou se não seria uma questão bastante específica, mas disse achar que esse contato com os municípios ajuda a equipe a escolher algumas informações e dados que aparecem nas análises. “Sei que historicamente Franca tem um processo bastante conflituoso de expansão de loteamentos e um processo erosivo nas franjas. Eu queria entender se esse processo ainda é uma questão em Franca e se o regramento urbanístico municipal, em geral, dá conta de responder satisfatoriamente esse conflito.

JBC-vice-reitor do Centro Universitário Municipal respondeu que essa questão do planejamento no município de Franca está sendo trabalhada agora pela prefeitura junto com o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

“Essa bacia do Rio Canoas é um manancial de Franca e tem uma forte pressão de ocupação por loteamentos. Não tem uma legislação municipal que proteja e controle isso até hoje, mas, estamos trabalhando no desenvolvimento de um termo de referência para contratar um plano que defina onde pode ocupar e qual é a compensação que deve ser feita. Esse plano foi previsto no plano diretor do município há 15 anos. Agora, o município está efetivamente buscando desenvolver esse plano de revegetação da bacia do Rio Canoas”.

ESB-secretário de Meio Ambiente de Franca agradeceu o esclarecimento prestado por JBC e ressaltou que com o conhecimento que ele tem, Franca hoje alcança altos índices de saneamento básico graças ao trabalho dele nesse plano de revegetação. Informou que a pressão imobiliária que a bacia vem sofrendo também está no Condema que reservou uma pequena parcela de um recurso que tinha disponível no fundo municipal para fazer esse estudo.

Sobre a ocupação irregular, informou que se reuniu com o prefeito, secretários e dois promotores de justiça para começar a enfrentar com mais força esse problema.

G-Prefeitura de Ipuã destacou que o tema que vai falar é um pouco polêmico porque em todo lugar que fala sobre a questão gera um certo descontentamento de algumas pessoas, mas, é mais importante até do que o desenvolvimento urbano. É a questão de ampliação de loteamento. “A população vai aumentando e precisa ter onde morar. É necessário pensar uma solução sustentável. Isso me preocupa muito”.

Levantou outro grave problema que é a monocultura na região. “Trata-se de uma região de predominância de cerrado e tem queimada sempre com muita intensidade. Quando se queimava cana que não era cortada com máquina era uma queima controlada, hoje com a mecanização do corte, as quei-

madras ficaram fora de controle e estão acabando com o bioma da região. Se esse problema não for solucionado, com certeza, no futuro, haverá falta de água, principalmente por causa da destruição do bioma. É importante levantar essa discussão, antes que seja tarde demais. Não sou contra o agronegócio de maneira alguma, mas sou a favor do desenvolvimento sustentável. De Franca para Ituverava, nas estradas só dá cana. Será que a gente está caminhando para o rumo certo? Será que a gente pode fazer algo a mais com planejamento para evitar esse problema no futuro? Senão, tudo indica que em alguns anos chegaremos a um clima de deserto. Pensar em água é pensar no futuro da nossa nação”.

FD-Fipe perguntou sobre o processo de queimadas e comentou que hoje não tem mais o controle que existia anterior a mecanização. “Hoje em dia você atribui esse aumento a alguma condição específica da agricultura?”

G-prefeitura de Ipuã respondeu que embora não seja permitido, tem muito mais queimada do que quando a agricultura não era mecanizada. “Então, a população tem que proibir a queima da cana. As queimadas acontecem e acabam destruindo as matas e a biodiversidade”.

FD-Fipe explicou que avançaria para o outro tema porque tem um período para fazer as apresentações e, talvez, no próximo tema também haja esse debate que a gente fez aqui, que é o processo de construção do PDUI. “Fizemos esse levantamento dos dados para discutir nessas oficinas e teremos um período para vocês poderem incluir as propostas importantes para a região na plataforma digital. Esse debate é para começarmos a delinear o que seria uma proposta de âmbito regional que pode ser incorporada no plano”.

Na sequência a coordenadora da UR **CL-Fipe** e a geógrafa **IM-Fipe** apresentaram a proposta do Macrozoneamento e os participantes levantaram algumas questões.

JBC-vice-reitor do Centro Universitário Municipal sugeriu que valeria a pena **IM** dar uma olhada no Código do Meio Ambiente do município que classifica a Bacia do Canoas como Área de Proteção Ambiental. As implicações disso podem ser vistas no próprio Plano Diretor do município, mas, tem algumas áreas identificadas que precisam de uma gestão integrada. Acrescentou a necessidade de desenvolver um plano de gestão integrada da bacia do Rio Canoas.

“Uma delas não sei se está como área de ocupação restrita no quadro do Panorama Regional. Tem um parceiro do Rio Canoas e mais umas outras áreas que demandam elaboração desse plano, valeria a pena depois vocês buscarem para destacar”.

CL-Fipe disse que essa colocação traz uma questão bem importante para a equipe da Fipe e isso aconteceu em outras regiões. “Muitas vezes, um município já trabalha com uma gama de questões muito mais complexas do que os outros. Então, realmente esses planos diretores têm que ser vistos com mais detalhes porque, muitas vezes, eles trazem pistas e indicações. Alguns municípios tratam no seu plano diretor, de questões que muitos outros, menores, de forma isolada ainda não trataram e, isso, vai se extrapolando para o restante da região porque essas questões são mais prementes e mais presentes no município mais complexo. É muito importante a gente dar esse destaque, não que um município tenha uma importância maior que outro, mas porque os planos diretores em geral são mais complexos e mais detalhados”.

Esclareceu para **R-prefeitura de Patrocínio Paulista** que a informação no mapa do município consta como não tendo Plano Diretor, mas, na relação da equipe já consta a existência do plano e o que precisa é da lei de uso e ocupação do solo.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transportes, Mobilidade e Logística

Após a apresentação específica da sub-região de Franca pela coordenadora **FC** e os técnicos **BB** e **HD** e uma breve apresentação dos representantes dos municípios, **RN-Fipe** deu início ao debate com as perguntas norteadoras que foram:

Dinâmica Econômica e infraestrutura:

- Qual o perfil predominante da atividade econômica nas regiões e os desafios à potencialização das atividades produtivas.
- Desequilíbrios no acesso ao emprego; necessidade de acesso aos equipamentos de capacitação de mão de obra (Etecs, Fatecs, Senai); identificação de cadeias produtivas na região.

Transporte, Mobilidade e Logística:

- Como avaliam os eixos rodoviários conectados a UR?
- Como é a circulação de cargas nas rodovias; o transporte coletivo intermunicipal é integrado e atende aos polos geradores de emprego e às áreas de produção agrícola?
- Qual a qualidade desse transporte? Quais os principais deslocamentos entre os municípios?
- O serviço de transporte coletivo supre as demandas de deslocamento?

CN-ACIF sugeriu que a prefeitura e a secretaria de Desenvolvimento poderiam falar melhor sobre essas questões. “Essas informações são muito relevantes para o nosso trabalho e se a equipe do PDUI precisar de alguma informação, temos o Instituto de Economia da Associação Comercial e, podemos integrar essas informações”.

LP-Franca disse que sobre a questão do Porto Seco, ele foi desativado. “Esse Porto Seco, o setor passadista funcionava no local de um polo esportivo, a parte de Franca, mas em 2011, 2012 teve uma ação junto ao governo e ele foi desativado”.

HD-Fipe afirmou que algumas das informações encontradas sobre o Porto Seco estavam desconstruídas, dizia que foi desativado, mas ao consultar o site do Ministério da Infraestrutura aparece como ativo e houve dúvidas. “Na época houve um pedido do Sindicato das Indústrias Calçadistas da região para o não fechamento, pois dava suporte a importação de insumos para a indústria local. Parece que foi destinado para o Porto Seco de Ribeirão Preto, mais distante da região de Franca”.

RN-Fipe questionou o motivo do Porto Seco ter sido fechado. “Parece que tem alguma questão e gostaríamos de saber o porquê da desativação, visto que esse Porto Seco é importante. Foi uma medida da Receita Federal porque a demanda não justificava a presença?”

LP-Franca respondeu que não houve acompanhamento do desfecho. “Como as pessoas que estavam aqui na ocasião não estão presente nesta oficina-até chamei o diretor de indústria para nos relatar, apesar de que ele também não estava presente no Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SindiFranca)-a determinação foi junto à Receita Federal pelas informações que temos, mas vamos buscar essa informação e repassamos para vocês”.

RN-Fipe colocou que nos dados apresentados fica claro que a indústria do setor de alimento e couro tem uma presença significativa na região. “Vocês identificam essas duas atividades como centrais da indústria?”

CN-ACIF respondeu que sim. “São tipos de segmentos muito fortes na cidade, inclusive a indústria de construção e a área de tecnologia, que também está em alta na cidade. Temos inclusive uma central do Magazine Luiza, que está absorvendo toda a mão de obra disponível. Inclusive, por conta disso, estamos com problemas na cidade na área de tecnologia. Eles criaram a central de relacionamento do Magazine Luiza, como resolvem o suporte para as lojas, que é um centro muito grande. É de Franca e trouxeram uma parte da tecnologia para cá”.

RN-Fipe perguntou se existe demanda de mão de obra qualificada.

CN-ACIF confirmou que sim e que está deficitária porque as pequenas empresas de tecnologia não estão conseguindo mão de obra. “Essa área está em alta no mundo todo”.

RN-Fipe perguntou se o fato de ter uma central de tecnologia depende da comercialização virtual. “Uma coisa é callcenter e outra é e-commerce. Existe alguma iniciativa junto com o Sebrae, com as Fatecs, as Etecs na qualificação de mão de obra ou não?”

CN-ACIF respondeu que sim e que todos estariam envolvidos para que se tenha mais mão de obra, mesmo assim, é muito pouco. “A Fatec tem um curso de tecnologia, mas não é suficiente. Nós temos as universidades, a particular que tem o curso, mas também é insuficiente”.

RN-Fipe colocou outra questão sobre a articulação de transporte a partir de Franca com os outros municípios. “A questão é para Franca especialmente, mas depois eu queria que São José da Boa Vista, Ipuã e Rifaina também se manifestassem sobre esses deslocamentos internos em função daquele dado apresentado que mostra deslocamento de 40% da população que sai do seu município para trabalhar em outro estabelecimento. Que nível de articulação já foi pensada, quais propostas, as prefeituras pensaram com relação a ter um transporte que não seja só aqueles ofertados pelas empresas. Queríamos ouvir as prefeituras se existe alguma iniciativa nessa linha, se isso faz sentido como propostas para o PDUI porque essa questão é relevante para conectividade e para integração dos municípios”.

ADS-Rifaina explicou que Rifaina é uma cidade 90% turística com pequena atividade agrícola e como atividade industrial existe somente um frigorífico de pescados. “Temos um lago para criação de tilápia que é industrializada e levada ao mercado dos grandes centros e para o exterior. Como Rifaina tem um potencial turístico, as pessoas buscam alternativas de trabalho em outros locais. Quem se forma em outras áreas que não no turismo, busca outros municípios da região para trabalhar. O município não dispõe de transporte público, não foram criadas alternativas para esses deslocamentos. Hoje o município recebe funcionários de Pedregulho e Igarapava para atuar na indústria de Rifaina, no pescado também. Esse transporte é pago pela iniciativa privada e não pelo município. O que necessitamos é mão de obra qualificada para esses setores porque a indústria, o pescado, estão buscando essa qualificação em outros municípios. Rifaina é um município pequeno e não temos essa mão de obra qualificada. Rifaina recebe mais pessoas do que as que saem daqui para trabalho”.

HD-Fipe perguntou se as empresas fornecem o transporte para seus funcionários.

ADS-Rifaina explicou que o transporte desses funcionários é dividido entre as prefeituras de Pedregulho e Igarapava. “Se a empresa privada paga a metade e os outros municípios ajudam com algum custo, mas, não sei se eles têm autorização por lei, pelo legislativo para esse custeio”.

HD-Fipe perguntou se existe no município transporte intermunicipal, se existe uma empresa de transporte coletivo que opera no intermunicipal e conecta Rifaina a quais seriam esses municípios.

ADS-Rifaina disse o esse transporte é operado pela viação São Bento, via Cândido Portinari no trajeto Rifaina-Franca, passando por Pedregulho e Cristais Paulista.

BB-Fipe falou da dificuldade em encontrar mão de obra qualificada. “Qual a qualificação que as empresas buscam? Mão de obra técnica, superior? Quais as áreas que apresentam maior dificuldade, já que tem uma indústria específica ligada ao pescado?”

ADS-Rifaina explicou que a produção no frigorífico precisa de mão de obra operacional ligada à filetagem do pescado. “Filetagem é transformar a tilápia em filé. O carregamento sai de Rifaina e chega aos Estados Unido bem fresco. A maioria da mão de obra daqui não é qualificada para esse tipo de filetagem. Tentamos parceria com o Senac em curso de filetagem. Por ser um município pequeno, de 40 mil habitantes, essa mão de obra não existe mais, somente quem já trabalha nessa área. Essa é uma indústria brasileira com sede no município de São Paulo”.

RN-Fipe perguntou se I gostaria de ser manifestar sobre essas questões.

HD-Fipe explicou que iriam responder as perguntas por e-mail, pois estavam com problemas no microfone.

RN-Fipe disse querer ouvir **MA-Franca** sobre o monitoramento de rodovias, pois existem duas rodovias e uma ferrovia importante, em geral são regiões com grande fluxo de cargas com risco de roubo de carga. “Como é esse monitoramento, é satisfatório na perspectiva regional, há programas de videomonitoramento das vias mais estruturantes?”

BB-Fipe relatou a resposta de **MA-Franca** foi via chat e explicava: “não temos monitoramento com vistas às rodovias, mas, existe projeto de expansão do monitoramento no interior da cidade com câmeras nas entradas e saídas da cidade”.

BB-Fipe chamou atenção para a Plataforma do PDUI que estaria disponível em breve para a comunicação com as prefeituras e a sociedade civil no que diz respeito às propostas, dúvidas e sugestões. “Essa plataforma abrigará e disponibilizará todos os documentos produzidos ao longo do processo”.

MH-Fipe perguntou sobre a área econômica, se as atividades do polo diamantário de Franca ainda permanecem porque, em análises anteriores, ela aparecia como uma atividade, inclusive como polo, se procede, se é uma atividade pungente sob o ponto de vista de atividade econômica regional.

BB-Fipe disse que pelos dados levantados ainda não foi um setor que despontou com grande relevância. “Como estamos olhando os dados muito agregados, não chama atenção. Alguns outros setores muito grandes, como o de alimentos, de confecções, saltam aos olhos, mas essa informação é interessante para olharmos com mais cuidado e até conhecer o histórico de importância desse polo e sua importância hoje”.

MH-Fipe afirmou que em análises anteriores ela aparecia como um polo que é uma figura um pouco mais forte sobre o ponto de vista de uma atividade econômica que está sendo desenvolvida. “De repente, sumiu da tela, quer dizer, existe, sei que é uma atividade um pouco complicada, inclusive sob o ponto de vista da legislação, de tributação. Queria perguntar se a secretaria de Desenvolvimento Econômico de Franca registra essa atividade no portfólio de ações econômicas que possa estar internalizada no âmbito da região”.

LP-Franca respondeu a pergunta de **MH-Fipe** e disse que essa questão pode ser uma demanda para a Fipe trazer um pouco esse contexto. “Não temos registro na secretaria de Desenvolvimento

Econômico de uma representatividade significativa desse setor, porém temos conhecimento que isso é tradicional na cidade, no histórico da cidade. Se a Fipe conseguir um estudo sobre a questão, seria bem interessante, pois faz parte da história de Franca e saber como está a evolução ou regressão desse setor para a economia nos interessa”.

Afirmou que um dos grandes desafios em Franca é relacionado à defasagem de qualificação da mão de obra para o setor de serviços. “Nas informações da apresentação, 85% da empregabilidade está em setores com baixa densidade tecnológica, e temos uma contramão de Franca ranqueando o comércio eletrônico. Percebe-se que há um distanciamento muito grande da qualificação profissional. Como apresentado, 40% dos estudantes de Franca saem para trabalhar em outra região, é isso?”

HD-Fipe disse que 40% de São José da Bela Vista. São dados de deslocamento para trabalho. “No caso de Franca, 2,3% dos trabalhadores se deslocavam para trabalhar em outro município. Pelo percentual maior, talvez eles se destinem a trabalhar aí no município, na cidade de Franca”.

ML-Fipe colocou a questão da indústria calçadista e pediu que os representantes dos municípios comentassem se percebem uma reconfiguração geográfica dessa indústria em relação a ida de algumas empresas para Minas Gerais e como consideram a importância desse setor dentro da economia da aglomeração urbana.

LP-Franca disse que a empregabilidade de Franca ainda está na indústria calçadista que representa significativamente para a economia local. “Recentemente fizemos a solicitação de um estudo sobre o impacto dessa guerra com Minas Gerais para a economia de Franca. Não temos como competir sem a presença do estado, não temos argumentos para manter algumas empresas porque Minas Gerais favorece mais em termos fiscais. Contudo, estamos articulando junto ao Governo do Estado a diminuição do ICMS para termos competitividade no mercado e estimule a permanência das empresas. Não houve mudança geográfica, grande parte das empresas estão em Franca. As que foram para Minas mantiveram alguns tipos de instrumentos em Franca”.

MB-EMDEF comentou a questão do transporte coletivo intermunicipal e explicou que ele é integrado e atende os polos geradores de trabalho, que são as cidades vizinhas, e as áreas de produção agrícola. O transporte coletivo é voltado à acessibilidade e Franca tem o atendimento de vans adaptadas para deficientes físicos que pegam as pessoas em casa e as levam para tratamentos médicos ou escola. “Temos o *Citamobi*, aplicativo que permite ao usuário o acompanhamento de trajeto, horário e tempo de deslocamento do ônibus. A integração entre o intermunicipal e o transporte coletivo ocorre no terminal Ayrton Senna localizado no centro da cidade e concentra todo o transporte coletivo municipal e intermunicipal”.

Acrescentou ainda que os principais deslocamentos ocorrem entre os municípios de Patrocínio Paulista, Itirapuã, Restinga, Cristais Paulista, Pedregulho, Rifaina e São José da Bela Vista, são essas cidades que têm o maior fluxo dentro da cidade. Quanto à oferta de serviços de transporte coletivo para suprir as demandas de deslocamento variou muito no período da pandemia.

“Houve uma mudança significativa no transporte coletivo que teve queda de 80%. Em 2019, a média era de 60 mil passageiros/dia. No período da pandemia foram 8 mil pessoas/dia e hoje está chegando a 30 mil pessoas/dia. O município está aumentando a oferta de linhas, de carros gradualmente. Hoje são 26 linhas, 48 carros para atender a população. É uma única empresa, a Viação São José, concessionada, que atende Franca. Para os demais municípios, o transporte

intermunicipal é feito pela empresa Cristalense e pela São José. Os municípios mais distantes, como Guará, Ituverava e São Joaquim da Barra têm ligação com Franca pela rodoviária, assim como para todo o estado e a nível nacional. Vamos deixar nosso e-mail para compartilhar essas informações com a equipe do PDUÍ”.

BB-Fipe pediu dados a C-ACIF dados sobre os investimentos recentes do e-commerce, sobre a central do Magazine Luiza. “Essas são mudanças recentes, mas muito importantes para serem colocadas no estudo”.

Outra questão que complementa a pergunta da ML-Fipe, diz respeito a dois setores tradicionais com muito peso, principalmente no município de Franca, que são o calçadista e o de café, que boa parte das notícias, das análises realizadas falam como esses setores estão buscando agregar valor e diferenciação. “O setor calçadista por meio de design, o setor de café por meio de iniciativas de cafés especiais da região da Alta Mogiana. Como estão essas iniciativas, existem dados, se existe retorno delas na região?”

FC-Fipe disse ter lido sobre a dificuldade da indústria calçadista em Franca com incorporação de tecnologia. “Isso também eu gostaria de entender. Qual a dificuldade, se é um problema de investimento ou é um problema de mão de obra”.

LP-Franca perguntou se **BB-Fipe** falava especificamente do grupo Magazine Luiza e o impacto desses investimentos para a economia local.

BB-Fipe disse que o investimento do Magazine Luiza pareceu ser o maior. “Recentemente esse setor tem se desenvolvido muito e está demandando mão de obra. Vocês têm dados para que possamos entender melhor essa questão?”

LP-Franca disse que foram feitos levantamentos dessas informações junto ao Comecon, que é um grupo que trabalha comércio eletrônico. “Eles não têm dados estatísticos formais, de modo que não temos e precisamos de informações. Temos levantado informações sobre geração de emprego nesses setores. O Magazine Luiza, que é mais estruturado, nos fornece, mas eles não passam o seu faturamento. Falam que precisam de emprego, mas não formalizam, não oficializam. Não são fontes confiáveis, temos apenas relatos e informações muito crescentes de muitas empresas, do setor tecnológico inclusive, sendo compradas pelo grupo Magazine Luiza. Recentemente, cinco empresas foram compradas pelo próprio grupo. Percebemos demandas de empresas da base tecnológica solicitando incentivos fiscais para expandirem, mas nada oficial. Existe a especulação de empresas do ramo de tecnologia vindo para Franca de uma maneira muito forte, contratando terceiros. Estamos buscando mecanismos para compilar todas essas informações e ter o retrato do comércio eletrônico. O Comecon tem nos auxiliado, eles têm trabalhado fortemente com arrematação dessas empresas, da formação desse grupo, estamos trabalhando em parceria para formação de mão de obra, de modo a atender esse grupo, mas, existem muitas empresas que ainda não estão com alteração de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs). Em suma, estamos estudando o setor.

HD-Fipe perguntou qual a estrutura do Magazine Luiza em Franca e tinham alguma estrutura relevante além da loja. “A sede é em Franca?”

LP-Franca disse que a loja matriz e o polo de tecnologia são em Franca. “O polo é recente, abriu em 2018”.

MH-Fipe quis saber se o laboratório de pesquisas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) que estava desenvolvendo um trabalho referente a questão da produção calçadista permanecia na região como uma atividade de pesquisa.

LP-Franca confirmou que sim e que são parceiros de pesquisa dentro da plataforma cidades inteligentes. “Inclusive estão pleiteando junto ao governo do estado trazer um hub na base tecnológica para outras áreas, para incubadora na área tecnológica, na área de startups. Ficaram um tempo sem recursos, mas agora tem os recursos e estão se colocando à disposição dos municípios. Inclusive articulamos para que eles tivessem parceria com o Sindicato Calçadista de Franca (SindiFranca) para propor soluções para as questões de resíduos.

MH-Fipe gostou da informação e disse que a equipe imaginava que essa atividade é diferencial, não só na pesquisa, mas no próprio desenvolvimento da região. “Participei de trabalhos anteriormente em que seria possível ter Franca como um polo de design calçadista, e que também busca se adequar ao perfil de consumo Internacional para ser um promotor das exportações. Ficamos otimistas com a participação do IPT”.

Sobre a questão do turismo como atividade econômica, disse que a região tem diversos potenciais, o turismo cultural com as obras de Cândido Portinari e outras cidades como Brodowski, Batatais, que detém essas obras. “Existe uma espécie de migração também, para as cidades que envolvem o turismo rural e o turismo de lazer, como Rifaina e outras tantas. Vocês têm alguma informação sobre isso no âmbito regional? Sendo mais específico, sabemos que existe uma potencialidade muito grande do turismo em termos regionais, não só pela questão das hidrelétricas, dos lagos, mas as questões que envolvem o turismo rural em Rifaina, Miguelópolis, entre outros. Gostaria de saber se vocês têm algum estudo, alguma análise mais aprofundada sobre a questão do turismo para que possamos eventualmente captar o sentimento local dessa atividade turística como desenvolvimento da região e como organização territorial do turismo, já que não se localiza exclusivamente no município de Franca”.

LP-Franca explicou que, especificamente, existe o Conselho Municipal de Turismo (Comtur) que está sendo reativado agora.

“Ficou parado na gestão passada e os conselheiros foram divididos para investigação e melhor estruturação das áreas de turismo em Franca, turismo religioso que é forte aqui e as rotas rurais. Pleiteamos junto ao Governo do Estado um assessoramento para essa questão das rotas rurais porque vemos que é uma vocação, mas não há uma estrutura, não tem um guia. “Essa questão está sendo estudada. Vemos muito forte o turismo de aventura, sabemos que existe, mas falta estruturação e contamos com a região para trabalharmos em conjunto em favorecimento de todos como um todo. Temos que pensar regionalmente. O turismo rural, por exemplo, Franca tem pouco. O desenvolvimento do turismo é uma questão que está em fase de estudo na revisão do Plano Diretor de Franca”.

HD-Fipe questionou se existe alguma demanda de melhoria do sistema viário, de duplicação de estradas, de conectividade, de escoamento da produção.

FC-Fipe relatou a colocação de MA-Franca que disse necessitar de duplicação da rodovia Cândido Portinari.

RN-Fipe falou da demanda de Cristais Paulista até divisa do estado na cidade de Rifaina e pergun-

tou se MB-EMDEF conhecia alguma demanda que tenha sido articulada nos dois consórcios da região com relação a essa questão.

MB-EMDEF explicou que essa questão é do âmbito da secretaria de infraestrutura e concordou com MA-Franca de que são esses pontos de maior tráfego e que necessitam de duplicação. “Patrocínio Paulista, Itirapuã já tem duplicação em alguns pontos”.

FC-Fipe relatou a colocação de MA-Franca que diz existir uma demanda muito grande de transportes de carga e turismo.

RN-Fipe agradeceu a participação e contribuição de todos e reforçou que o diálogo continua via Plataforma do PDUI que todos receberiam o link de acesso em breve.

Propostas

- ❑ **JBC-vice-reitor do Centro Universitário Municipal** sugeriu que valeria a pena a geógrafa **IM** dar uma olhada no Código do Meio Ambiente do município que classifica a Bacia do Canoas como Área de Proteção Ambiental porque tem algumas áreas identificadas que precisam de uma gestão integrada. Acrescentou que precisa ser desenvolvido um plano de gestão integrada da bacia do Rio Canoas. Uma delas não sei se está como área de ocupação restrita no quadro do Panorama Regional. “Tem um parceiro do Rio Canoas e outras áreas que demandam elaboração desse plano, valeria a pena depois vocês buscarem para destacar”.
- ❑ **ACIF-Associação comercial e Industrial de Franca**, por meio do seu Instituto de Economia se dispôs a passar informações para a equipe da Fipe.
- ❑ **EMDEF-Empresa de Desenvolvimento Econômico de Franca** se propôs a compartilhar informações sobre transporte coletivo intermunicipal com a equipe do PDUI.

IV. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

SUB-REGIÃO PIRACICABA

SUB-REGIÃO RIO CLARO

SUB-REGIÃO LIMEIRA

IV.1. Oficina Regional de Piracicaba

Data: 13/10/2021

Horário: 14h às 17h

Municípios: Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard. Rio das Pedras, Saltinho

Representantes das Prefeituras Municipais

- Prefeitura Municipal de Saltinho
- Prefeitura de Mombuca
- Secretário de Meio Ambiente de Capivari
- Secretária de Meio Ambiente de Rio das Pedras
- Secretário de Projetos, Convênios e Captação de Recursos de Capivari:
- Secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Capivari
- Chefe do Departamento de Meio ambiente de Rafard

Representante da Sociedade Civil

- Presidente do Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba-IPPLAP

Sala1: 16 participantes

Sala 2: 10 participantes

A abertura foi realizada pela coordenadora técnica do projeto **RN-Fipe** que ressaltou a importância da parceria da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Fipe com os municípios que compõem a unidade regional de Piracicaba para se obter, por meio do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), um resultado que reflita a realidade dos municípios da região.

Na sequência o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes. A coordenadora da UR, **SR-Fipe**, fez a apresentação do panorama regional e, em seguida, os participantes foram divididos nas duas salas de debates de acordo com o interesse de cada um.

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Os 8 municípios da sub-região estavam participando dos debates

As técnicas da Fipe **LT e MY** apresentaram dados, informações e mapeamento sobre a questão urbana e ambiental. Os debates focaram na proposta de macrozoneamento e nas principais questões urbanas e ambientais dos municípios. As técnicas destacaram que a região tem como um dos principais problemas a ocupação desordenada do solo e é preciso resolver com urgência a questão da regularização fundiária.

A equipe Fipe colocou que o panorama regional é uma análise preliminar do território e precisa ser validado pelos municípios. Quanto ao macrozoneamento, ele será um instrumento que dará muitos subsídios na revisão dos planos municipais. Os representantes se comprometeram a levantar o estado da arte de cada município quanto a revisão do plano municipal. Foi acatada com muito entusiasmo a parceria dos municípios com a Fipe/SDR para elaborar um PDUI compartilhado e transparente.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional. <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Principais questões levantadas no debate

RB-Secretaria de Meio Ambiente de Rio das Pedras disse que em Rio das Pedras é muito importante tomar contato com as questões relativas às macrozonas porque são estratégias para ação na região metropolitana porque o Plano Diretor do município, apesar de muito amplo, é muito limitado nas informações visuais.

“Acabamos sofrendo muito para utilizar informações para desenvolver os vetores de crescimento do município. Se nós pudermos desenvolver uma ferramenta em conjunto, com a criação dessas novas subdivisões, ajudaria muito. Estamos iniciando os estudos para fazer a revisão do Plano Diretor e estamos querendo inovar um pouco nessas questões. Mas é muito difícil, por exemplo, tentamos aplicar uma métrica que é definida no Plano Diretor que está descrita nos anexos, porém, esses anexos não foram localizados. Eles, também contêm orientações do plano diretor para a instalação de indústrias, mas, quando a gente vai buscar nos anexos não tem nada. Temos alguns conflitos importantes sobre as manchas urbanas onde não constam as áreas consolidadas. A região sofre de uma epidemia de parcelamento irregular de solo. Então, a regularização dessas áreas teria que ser tratada de imediato. Estamos tentando fazer um projeto piloto de regularização fundiária para as áreas que têm problemas sociais mais graves. Estimamos ter cerca de 3 mil imóveis irregulares no município que tem 14 mil imóveis regulares. Acredito que outros municípios da região também devam sofrer desse mesmo problema. Considero que este deve ser o ponto central da nossa discussão”.

LT-Fipe comentou que quando trabalhou, anteriormente, desenvolvendo o plano para o aglomerado, isso apareceu de forma muito evidente em todas as oficinas e em todos os grupos de trabalho. “Mas não é só no município de Rio das Pedras, basicamente todos os municípios estão sofrendo com o parcelamento irregular, com a forma desordenada de crescimento das cidades e sabemos o quanto essa irregularidade impacta fortemente no ordenamento territorial nos municípios”.

LFR-Secretário de Projetos, Convênios e Captação de Recursos de Capivari disse concordar com o representante de Rio das Pedras no que diz respeito a ter uma ferramenta para fazer a revisão do plano diretor e que o macrozoneamento poderia ajudar nessa revisão, na Lei de Uso do Solo e, até mesmo, no Código de Obras. Enfim, tudo o que tem a ver com a edificação de construção e expansão urbana do município.

“Estamos enfrentando problemas porque o empreendimento imobiliário acaba se sobrepondo as vontades do município e, muitas vezes, por falta de ferramentas o poder público não avança. Inclusive, uma colega da prefeitura de Rafard, NS, está aqui e sabe bem das dificuldades que eles tiveram no passado para regularizar tudo. Estamos na mesma situação, mas, felizmente, a

administração de Capivari está priorizando a regularização fundiária e acredito que o macrozoneamento vai ajudar muito na revisão da legislação municipal. Recentemente, eu estive no cartório de registro de imóveis do município e a própria oficial me questionou sobre a regularização fundiária dos loteamentos irregulares e clandestinos. Capivari possui 33 imóveis que estão com uma Ação Civil Pública em andamento. Precisamos regularizar, mas, a carência de pessoal e a falta de ferramentas impossibilitam o início desse processo. Vocês podem esclarecer se a Fipe presta assessoria para auxiliar os municípios na elaboração e acompanhamento de planos diretores? Eles precisam ser revistos, mas a dificuldade é colocar em prática o que cria problema para o próprio município. Precisamos de ferramentas que ajudem na implementação do plano, aerofotogrametria para fazer um diagnóstico, melhorar as leis municipais, principalmente a de regularização fundiária, e tratá-la como uma lei municipal para caracterizar e dar condições de ser aplicada no futuro”.

Declarou ter gostado da apresentação. “São dados que mostram a importância do macrozoneamento. Estou à disposição para participar, até de outras reuniões, independentemente, dessas organizadas pelo estado para discutirmos, conjuntamente, porque às vezes a dúvida de um município pode ser de muitos outros”.

LT-Fipe esclareceu que esse é um ponto de bastante atenção porque o macrozoneamento vai ter o rebatimento nas legislações municipais. Citou como Capivari que tem os mesmos problemas de outros municípios, por isso seria preciso fazer um exercício de trazer essas questões para o macrozoneamento porque quando forem revisar as leis municipais isso já deve estar posto na legislação regional.

LFR-Secretário de Projetos, Convênios e Captação de Recursos de Capivari Concordou que isso consegue nortear os municípios no sentido até político da situação. “Às vezes, nós que somos técnicos, não temos o viés político da situação. Precisamos caminhar para um sentido e acabamos sendo engolidos pela política e pelos relacionamentos. Precisamos de um instrumento forte para, em conjunto com os outros municípios, conseguir avançar. Queremos melhorar para poder atuar”.

MY-Fipe ressaltou que esse é o objetivo principal do ordenamento territorial da região metropolitana. “Dar orientação e diretrizes amplas para os municípios, principalmente, aqueles que não têm ainda o seu próprio regramento ou que estão desatualizados e precisam aprimorar esses instrumentos. Com relação a essa questão da regularização fundiária, o plano diretor e o ordenamento territorial são fundamentais, mas não são suficientes. É preciso trabalhar, também, a questão da fiscalização e de repente, pensar juntos em propostas de fiscalização integrada, nas áreas estratégicas da região metropolitana”.

LT-Fipe disse que iria confirmar junto a Fipe a possibilidade de assessoria para a revisão dos planos diretores e a resposta seria retornada por e-mail.

AM-prefeitura de Saltinho comentou que já estão fazendo a revisão do Plano Diretor.

LT-Fipe propôs aos participantes pensar uma situação hipotética em que seria colocada uma área rural em Saltinho no local em que o município está colocando como industrial no Plano Diretor. “Se houver esse tipo de conflito e vocês aprovarem antes Plano, depois vão precisar rever. Então, esse debate com vocês sobre o que estão pensando enquanto revisam o plano é importante porque, se fizer sentido, do ponto de vista territorial das funções, a gente já incorpora isso de alguma forma para que o plano não precise ser revisto novamente num curtíssimo prazo”.

Destacou ainda que com relação ao abastecimento de água, a concessão é da Sabesp, mas a prefeitura não possui dados e informações.

LT-Fipe observou que essa informação foi uma surpresa para a equipe porque tem alguns municípios que, mesmo sendo concedidos para a Sabesp, a informação está disponível. “Vamos procurar saber e se conseguirmos passaremos para vocês”.

AM-prefeitura de Saltinho disse que na região tem outros municípios concedidos para a Sabesp que são da mesma regional, mas, o cadastro é preenchido só nos itens drenagem urbana e resíduos sólidos.

LT-Fipe comprometeu-se a procurar saber por que a Sabesp não preencheu.

F-prefeitura de Mombuca informou que o município não preencheu e essa pode ser a causa de não aparecer e propõe pegar as informações com a Sabesp e preencher o cadastro.

AM-prefeitura de Saltinho comentou que Mombuca é o município mais novo da região que entrou na concessão e teriam que pedir direto para a Sabesp repassar as informações.

LT-Fipe esclareceu que para a equipe da FIPE o importante é o percentual de atendimento, tanto do abastecimento, quanto da coleta e do tratamento do esgoto, além da extensão da rede.

“Basicamente são esses os dados que precisamos para uma análise regional. Se vocês conseguirem isso mais rápido, passem para gente e se a gente conseguir mais rápido passaremos para vocês”. Perguntou ainda sobre o que acharam da segunda parte da exposição da **MY-Fipe** sobre as informações complementares. “Há, por exemplo, uma macrozona de proteção integral de uso sustentável que vocês acham que faz sentido ou não, ou seria legal trazer uma outra informação? A gente precisa muito desse feedback de vocês”.

Em relação ao macrozoneamento, **LFR-secretário de Projetos, Convênios e Captação de Recursos de Capivari**, opinou que seria preciso filtrar quais municípios já estão revisando o Plano. “É o caso do RB que já está em contratação e da AM que também disse que já estão revisando. Não sei até que ponto isso pode interferir nessa revisão deles e daqueles que estão ainda em busca de uma proposta de revisão, que é o caso de Capivari. É importante discutirmos o macrozoneamento para não termos que fazer as revisões novamente. Sabemos da dificuldade para a aprovação na Câmara, portanto, acho que seria interessante fazer esse levantamento de quem está revendo o plano para orientá-los. Com relação a questão ambiental, notei na apresentação que Capivari tem, por exemplo, uma área de preservação que vocês destacaram em rosa que é a Reserva Legal. Somos cobertos por ela e, isso inclusive, pode nos nortear na expansão do município. Ou seja, se nós determinarmos dessa maneira, vai impactar lá na frente no processo da malha viária e no desenvolvimento urbano do município. Proponho que a gente faça essa análise para ver o que se adequa, para quem e como conseguiremos, até mesmo, ver dessas propostas que vocês fizeram, quanto que nós vamos conseguir executar. O que o grupo vai entender como necessário para gente ter um diagnóstico. Acho que seria importante fazer esse levantamento e queria propor para os demais municípios para enviarmos as informações adicionais para vocês. Precisamos fazer um filtro do que falta com relação a dados, informações e legislação e encaminhar, se possível, fazendo reuniões periódicas. O agendamento de outras reuniões-não sei se partiria de nós ou de vocês-essa foi a razão da minha pergunta a respeito da Fipe sobre a assessoria. Então, acho que se vocês puderem dar essa devolutiva para a gente, é interessante”.

LT-Fipe concordou e solicitou para que fosse enviada uma listagem de quem está em processo de revisão ou contratação e se já tiverem algum material produzido dessas revisões – e puderem enviar – vai incrementar as análises.

LFR-secretário de Projetos, Convênios e Captação de Recursos de Capivari disse que os técnicos não terão muito o que agregar a essas estatísticas que estão sendo levantadas, mas confirmou que existe material disponível. “Temos que partir dessas revisões para começar a melhorar, mas, não posso passar informações que não condizem mais com a realidade hoje”.

MY-Fipe informou que no chat, o **DR-IPPLAP** que estava com problema de áudio e vídeo propôs a criação de um grupo para discutir a questão da regularização fundiária, por ser muito complexa. “Comentei que ainda teremos a etapa de audiências públicas e vamos desenvolver e aprofundar mais todas essas questões”.

LT-Fipe comentou que por ser um problema muito acentuado da região talvez valesse a pena também **DR-IPPLAP** levar essas questões junto aos prefeitos, por mais que eles já saibam.

“Uma forma para levar essas discussões é no Conselho de Desenvolvimento Metropolitano que terá uma reunião no dia 19/10. Todos os prefeitos foram convidados e vão discutir questões importantes em nível regional. A reunião será em Piracicaba e o próprio conselho pode criar uma câmara temática específica para fazer essas discussões de forma mais frequente. Portanto, é importante vocês levarem isso para os prefeitos para que eles se manifestem no conselho”.

ML-Fipe colocou que foi levantada a enorme dificuldade em conseguir aprovar um zoneamento municipal. “Em função de preço e sobretudo pela pressão do setor imobiliário que já tem setores de expansão de loteamento muito definidos, às vezes, em conflito com áreas ambientalmente protegidas”. Acrescentou ainda que o macrozoneamento regional ajuda no sentido de que existe uma peça legal aprovada em âmbito estadual que é consenso entre os municípios.

“De certa forma, isso cria uma camada a mais para ajudar na argumentação local. Pela minha experiência, nos municípios que não tinham qualquer tipo de proteção em âmbito estadual e federal ficava muito difícil conseguir fazer frente a pressões do setor produtivo imobiliário local. E aí tem uma outra questão que é o zoneamento municipal que tanto quanto o regional podem estar Ok, com macrozonas muito coerentes do ponto de vista de proteção e expansão etc. mas, isso não quer dizer que o processo de urbanização vai respeitar. Por isso, concordo que a regularização fundiária é um tema importante. Para nós, é muito importante fazer uma leitura muito correta do processo, de como que se dá essa expansão irregular, se ela é de baixa renda ou não, se acontece por núcleos organizados urbanos ou por parcelamento rural; em pequenos bairros ou descolados da mancha urbana. Às vezes se dá por um parcelamento de chácaras que é um processo quase pré-urbano e assim a coisa vai evoluindo e, de repente, vira um bairro urbano onde é preciso botar infraestrutura e, muitas vezes, em locais que não teriam essa vocação. Ao longo desse processo que começa agora é muito importante que vocês nos ajudem a caracterizar com bastante clareza que processo de expansão é esse, como se dá e qual é o tipo de irregularidade que tem, se é urbana ou rural, se é baixa, média ou alta renda, enfim, como se dá esse processo na região de vocês”.

LT-Fipe destacou que DR está falando que na área deles é rural, de média e alta renda. A expansão irregular é na área urbana com população de baixa renda.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transporte, Mobilidade e Logística

Após uma breve apresentação dos participantes, a apresentação do panorama da sub-região e os objetivos da oficina, a coordenadora de OR, SM deu início aos debates.

SM-Fipe colocou os temas a serem discutidos que são os desafios para a potencialização das atividades produtivas da região, consolidação das vocações industrial, agrícola, de turismo, questões ambientais, dinâmicas locais, convergência de projetos, sistemas unificados de gestão de serviços de segurança, saneamento, sistema viário e suas conexões, transportes, saúde, educação e capacitação de mão de obra.

RN-Fipe colocou que queria tirar algumas dúvidas, pois, pelos números obtidos e as análises feitas até o momento, a região metropolitana de Piracicaba é uma região dentro do contexto regional com nível de satisfação dos perfis econômicos e demográficos bons considerando o tanto que a economia brasileira é cíclica. Explicou considerar que parte disso se deve à produção agrícola que é muito voltada para exportação já que o Brasil vem passando por uma fase de grande exportação de commodity e o açúcar é um produto importante na pauta do estado e, também, na região de Piracicaba.

“Mas essa região é mais do que produtora de commodities, ela tem um segmento industrial muito dinâmico, um segmento de bens de capital e isso é importante porque ela produz máquinas para outras atividades daí decorrentes, e isso detém empresas, indústrias na área de bens de capital, além do polo cerâmico, que também tem a sua importância na economia regional. Do ponto de vista econômico e dos impactos para o PDUI, é importante saber o quanto essa atividade econômica está impactando em determinadas infraestruturas na região, pois pelo que a SM colocou na apresentação, o balanço hídrico já está apresentando sinais de esgotamento. Uma outra questão que quero abordar, remetendo a trabalhos anteriores que vimos, é o quanto que essa dinâmica econômica impacta no sistema viário pelo escoamento da produção. Face a esse perfil econômico diversificado e dinâmico, a região está encontrando dificuldades com mão de obra capacitada? A rede de ensino técnico de Fatecs e Etecs é satisfatória e atrelada ao perfil das atividades econômicas da região?”

JM-secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Capivari destacou que vem da gestão pública e que trabalhou como secretário de esportes nos últimos 8 anos, e agora como secretário de desenvolvimento econômico e uma das dificuldades que vem encontrando desde janeiro é ter dados mensuráveis para analisar a situação da cidade.

“Os dados apresentados da região metropolitana, lógico que separados por cidade, ajudam bastante na questão do desemprego. Sobre a questão da Etec, o município tem uma sala descentralizada de Piracicaba em Capivari com dois cursos técnicos em logística e em administração. Esses cursos já vêm acontecendo, mas, poucas pessoas conseguem uma colocação porque talvez sejam cursos que não atendam as principais demandas da cidade. Para eu conseguir entender melhor sobre qual é a real necessidade de Capivari, estamos desenvolvendo junto às empresas o Projeto Qualifica Capivari, para saber que tipo de mão de obra os prestadores de serviços, as indústrias e o comércio realmente precisam. Com esse retorno faremos um estudo qualitativo e quantitativo para mensurar a questão e poder, junto com parceiros e entidades como Sesc, Senai, as Carretas Via rápida, oferecer cursos de acordo com o perfil econômico da cidade”.

Quanto aos dados gerais de outras áreas, de outros segmentos eu não tenho tanta propriedade para afirmar, mas seria interessante que nas próximas reuniões ter a participação de outros secretários, de planejamento, captação de recursos, desenvolvimento urbano.

SM e MB-Fipe disseram que após as provocações feitas pela equipe da Fipe gostariam de ouvir deles sobre as questões que eles dominam.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba explicou que existe o Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba e observaram durante o diagnóstico da revisão do Plano Diretor, quanto ao desenvolvimento econômico, que no Brasil, o setor dos serviços tem disparado em relação à indústrias e como foi colocado no gráfico, o segmento de serviços está muito crescente e a indústria apresenta uma certa retração.

“Isso observamos no Brasil como um todo. A Região Metropolitana de Piracicaba tem um potencial turístico muito grande que devemos atentar, pois pode haver um desenvolvimento muito grande dessa área. Outra questão diz respeito a cidades inteligentes. Estamos começando a elaborar o plano de cidade inteligente, inclusive teremos a 7ª Conferência da Cidade de Piracicaba, cujo tema será esse plano de cidade inteligente. Será o primeiro encontro com a sociedade civil para debatermos esse assunto. Outro tema importante é o transporte, o fluxo de carga, a continuação do anel viário que já tem uma parte conectada a partir da rodovia do açúcar que liga Piracicaba a Sorocaba pela estrada que vai para Rio Claro. Precisamos continuar esse anel viário. Tem essa projeção e o plano de mobilidade está em andamento, sendo finalizado projetando uma ligação também com São Pedro. Com isso, tiraríamos grande parte do fluxo de caminhões de dentro da cidade, o que melhoraria a logística das empresas. Quanto às questões sociais, usamos no plano diretor o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social para localizarmos área de intervenção prioritária, usando os índices 5 e 6 de vulnerabilidade alta e muito alta, junto com áreas de favelas que foram delimitadas como áreas de intervenção prioritária de vulnerabilidade social”.

SM e MB-Fipe disseram que o IPVS é de 2010 e é um dos assuntos que devem entrar no PDUI. “Essas áreas, na discussão do macrozoneamento entram num item que são as estratégias para ação. A sua proposta de ordenamento territorial abrange, não só o macrozoneamento-como as estratégias para ação metropolitana –, como também, áreas de interesse metropolitano e uma das áreas a serem definidas para uma ação são essas áreas de intervenção. Essa questão é importante. Vocês já estão colocando no plano diretor? Isso será levado em conta. Esse plano diretor a que você se referiu é o atual?”

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba confirmou que sim. “Quando começou o aglomerado nós estávamos com o plano antigo. Já encaminhei para vocês o plano novo com todo o mapeamento do zoneamento”.

SM-Fipe disse que o mapeamento já está sendo levado em conta no macrozoneamento regional em que é feita a compatibilização de áreas semelhantes nos diferentes municípios.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba falou de outra questão que considera primordial: as bacias produtoras de água. “Com essa escassez e com São Paulo retirando a nossa água, colocamos no zoneamento as zonas de proteção hídrica, tanto no urbano quanto no rural. É uma questão essencial porque alguns municípios são dependentes de outros porque as nascentes estão nos primeiros, e depende muito da recomposição de toda APP e de melhorias para que o abastecimento não seja prejudicado.

SM-Fipe disse que o assunto é diretamente ligado à uma questão metropolitana, mas, quis perguntar um pouco mais sobre a questão do turismo. A **RN-Fipe** tem uma colocação e depois voltamos a discutir a questão.

RN-Fipe quis que MBSDS falasse mais sobre a essa zona de proteção hídrica que foi proposta no Plano Diretor, que é tanto para a área rural quanto urbana. “Qual é a diretriz que o plano diretor está colocando, se tem alguns programas que já estão definidos, do que deve acontecer nessa região? Qual é a diretriz para essa zona, porque não basta dizer zona de proteção, mas o que o proprietário rural ou o proprietário urbano tem que fazer para se comprometer com essa proteção hídrica”.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba respondeu que existe o Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais (PSA) em que aquela propriedade que mantém e recom põe a sua APP recebe do município um pagamento pelos serviços ambientais.

DG-Rio das Pedras disse que o município de Rio das Pedras tem hoje aproximadamente 37 mil pessoas, 35 mil no último de 2020 e, também, tem algumas dificuldades. “Uma delas é sem dúvida nenhuma relativa à água, mas que também como vocês devem ter acompanhado nas reportagens, nós estamos fazendo um rodízio hoje de 12h x 36 horas, porque as nossas captações são de represas. Estamos sofrendo bastante em virtude da seca de nossas minas”.

Sobre a Etec, disse sentir falta de novos cursos, principalmente na área de metalurgia, que é o forte hoje da cidade. “Temos grandes empresas como Painco, Manetoni, que representa a Belgo e a inclusão de cursos voltados a esse perfil na Etec seria o ideal para nossa cidade”.

Sobre o esgoto, explicou que não há tratamento, é jogado céu aberto, mas está acontecendo a construção de uma estação de tratamento de esgoto, com previsão de término até dezembro ou final de janeiro, o que é considerado uma grande conquista. “Participei de administrações anteriores e fui um dos responsáveis pela regulamentação da documentação. O município vai ganhar muito com isso porque nós temos um córrego que hoje corta a cidade e toda a água é desperdiçada porque não é armazenada e, infelizmente, no final do curso do rio tem uma represa grande com muito lixo acumulado, em consequência do esgoto não tratado. Como é jogado a céu aberto gera um acúmulo de lixo muito grande e o custo para limpeza é muito alto. Pelas análises feitas desse material detectou-se chumbo. Seria necessário ter um local de descarte especializado, provavelmente em Paulínia. A princípio tínhamos um acordo com agricultores para ver a possibilidade de descartar esse material na agricultura em forma de adubo, mas foi totalmente descartado, devido ao tipo de material. Enfim, temos essa dificuldade e estamos correndo para tentar minimizar o impacto, tanto da água, quanto do esgoto, que a nosso ver são as duas prioridades da cidade”.

ML-Fipe complementou dizendo que na linha do desenvolvimento econômico queria que os representantes falassem um pouco sobre ciência e tecnologia. “Sabemos que tem um parque tecnológico em Piracicaba e que teve a instalação da AgTech Valley, que é o vale do Piracicaba. Queria saber se vocês acham que essas iniciativas de políticas de ciência e tecnologia voltadas para o setor do agronegócio têm centralidades que podem atrair investimentos para a cidade e consolidar uma posição de destaque, mesmo que seja ainda incipiente”.

RN-Fipe dirigiu-se a MBSDS acrescentando que Piracicaba tem um parque tecnológico privado ligado à Cosan. “A **ML-Fipe** se referiu a uma outra iniciativa, e você como técnica do Instituto de Planejamento desde a criação do parque tecnológico, próximo da própria Universidade Luiz de Queiróz, percebe algum adensamento de empresas em torno desse parque ou desses centros de inovação tecnológica ao longo do tempo, como Piracicaba está acompanhando, avaliando essa questão?”

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba explicou que esse parque tecnológico deu um impulso e, também, teve a vinda da Hyundai e de outras empresas, mas a pandemia

atrapalhou um pouco após essas instalações. “Eu não sou a pessoa mais indicada para falar sobre como está a situação”.

RN-Fipe perguntou se alguém da prefeitura de Piracicaba poderia conversar com a equipe do PDUI sobre essa questão já que foi dito sobre o Programa Cidades Inteligentes. “Imagino que esse programa vai possibilitar a cidade ter serviços públicos mais digitais. Aproveitando, em que nível digital as três prefeituras presentes nesta oficina se encontram na gestão pública?”

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba disse que poderia falar sobre o Cidade Inteligente. “Ela é mais do que uma cidade digital, seu objetivo é o cidadão, é a melhoria dos cidadãos do município como um todo. É bem mais abrangente, claro temos que começar com toda a parte digital para conectar todas essas informações. Temos muita coisa por fazer. Nessa primeira reunião que mencionei anteriormente, vamos ouvir também a sociedade civil, com o que temos, o que queremos e o que podemos, por onde começar e aquilo que podemos, que é essencial, que seja compartilhado com a sociedade”.

SM e MB-Fipe pediu que MBSDS falasse do potencial turístico. “Os municípios presentes nesta oficina se referiram a ele e queríamos saber o que falta para esse potencial ser uma atividade para trazer renda para a população, principalmente nesses municípios de Piracicaba Capivari e Rio das Pedras”.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba lembrou que Brotas não faz parte da região, mas São Pedro sim. “Grande parte das cachoeiras exploradas por Brotas pertence ao município de São Pedro. Portanto, São Pedro deveria fazer um marketing melhor e intensificar as ações de turismo. Outros pontos, por exemplo, a Unesp de Rio Claro e Unicamp têm um projeto de Ecoparque do Corumbataí que pega toda a Bacia do Corumbataí. É um geoparque, que se instalado, pode ter a chancela da Unesco. A formação começa no Rio Corumbataí e termina no Rio Piracicaba, dentro da área urbana, quase no centro da cidade. No meio desse percurso do rio se vê pelo barranco todos os períodos da terra. Temos fósseis nesse local. O professor Perinotto da Unesp disse que tem uma sala no Museu Natural de Nova Iorque com os fósseis daqui, com as pedras, então por que não explorar isso? Esse rio pode até ser navegável para uso turístico, com explicações sobre os fósseis e toda a formação geológica existente. Temos a rua do Porto, o projeto Beira-Rio de Piracicaba, com uma rua gastronômica que recebeu investimento para revitalização da área. Descendo o Rio Piracicaba temos o Tanquã, o mini Pantanal Paulista. Quanto ao desenvolvimento econômico dessa região, lógico que temos que fazer a regularização fundiária levando em consideração o Marco desde 2016, para que haja investimento, e possamos regularizar essa situação. Mas não é interesse social, logo não é o poder público quem vai fazer a regularização, é o interesse privado específico. São eles que têm que arcar com essa regularização. Temos ainda na região um apelo para cavalgadas, que envolve Piracicaba, São Pedro. Temos a Rota do Sol que passa por Piracicaba, as rotas religiosas, o engenho central em que foi construído um teatro que poderia ser um ponto de partida e um ponto de chegada com feiras, cutelaria e um ponto gastronômico na chegada em Águas de São Pedro e São Pedro olhando para outros municípios também no percurso do Rio Corumbataí. Já existem alguns percursos informais de bicicleta, as rotas rurais, o Trentino Tirolesa na parte do Corumbataí. Poderia interligar com Águas de São Pedro por meio de um circuito para conhecer a migração italiana no município. É necessário interligar os municípios, verificar os pontos turísticos, fazer essa conexão organizá-las para que realmente haja desenvolvimento nesse segmento”.

SM-Fipe questionou se a ideia era criar uma espécie de Plano Diretor de Turismo da região metropolitana com diferentes circuitos para potencializar o que já existe.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba confirmou que essa é a ideia. “Inclusive circuitos de caminhada porque temos regiões muito interessantes para visitaçãõ”.

SM-Fipe questionou porque os circuitos não acontecem. “Quais são as carências, por que não tem a interligação? Essa proposta de alinhavo das diferentes atividades seria muito bom e ajudaria na divulgação. Tem infraestrutura para receber o turista, tem gente para trabalhar nesses hotéis, nessas áreas que deveriam ser criadas, como que isso se encontra na região?”

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba afirmou que como havia dito anteriormente, para se fazer visitasões no Tanquã ou receber pessoas, é necessário ter infraestrutura, mas primeiro tem que fazer a regularização fundiária.

RB e MB-Fipe questionou se a fala sobre qual era o ponto concreto em relação a regularização fundiária.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba exemplificou sobre o que acontece em Piracicaba sobre regras para poder construir um hotel.

RN-Fipe perguntou se a área é pública.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba disse que a referida área é rural, mas tem pessoas morando nessa região.

RN-Fipe perguntou se essa regularização fundiária não seria então um problema de uso urbano em área rural.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba concordou. “Exatamente, é uso urbano no rural. Isso independe também de ter um hotel no rural, isso é permitido”.

RN-Fipe disse que no Plano Diretor é uma área em Piracicaba.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba responde que não está no Plano Diretor, existe apenas um apontamento e que existe um plano turístico que está sendo revisto. “Não estou falando só de Piracicaba, estou estendendo aos outros municípios, é algo integrado”.

RN-Fipe enfatizou então que o que estava questionando sobre regularização fundiária era, na realidade, a possibilidade de licenciar e usos urbanos em área rural.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba respondeu que sim já que existem alguns restaurantes e as pessoas acabam não investindo muito porque não tem a propriedade. “É um assunto bem mais amplo”.

SM-Fipe ponderou que a discussão poderia ser demanda para diretriz presente no Plano Diretor da região metropolitana. “O que você está colocando como dificuldade para potencializar o turismo é que grande parte dele está afeito a atividades rurais, ao espaço rural, e isso precisaria ser contemplado de alguma forma”.

DG-Rio das Pedras disse que em Rio das Pedras tem o Caminho do Sol que faz parte de alguns trajetos da cidade e que também existem algumas matas fechadas. “O que falta é estrutura para avançar em um projeto turístico porque geralmente as fazendas são particulares. Hoje o que existe são muitas bicicletas e quadriciclos que circulam imensamente pelas áreas rurais e que

se tivéssemos uma estrutura mais bem implantada, com certeza seria um turismo muito forte na nossa região. O movimento é muito grande nos finais de semana e feriados na zona rural com cavalos e bicicletas. Falta uma ação macro para divulgar e interligar esses municípios”.

JM-secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Capivari ainda quis destacar a questão cultural já que em Capivari cresceu muito o número de pessoas que anda de bicicleta nas áreas rurais que estão todas interligadas, Capivari, Rio das Pedras e Piracicaba.

“Em Capivari tem mais de 67 grupos com 50 a 60 pessoas em cada um. Sobre os roteiros gastronômicos, se conseguíssemos desenvolver algo semelhante a Piracicaba na região metropolitana como a Rua do Porto, seria interessantíssimo para todos. Funciona bem para todo mundo da região. Capivari explora, mas não da maneira correta a arte da Tarsila do Amaral, pintora Capivariana. Não temos um roteiro, porque é interligado com Capivari e Rafard. Ela nasceu em Rafard que era um bairro de Capivari. Mas, não conseguimos atrair público de fora. Poderia ter uma visita organizada. Também tem a estação da Sorocabana que é um prédio antigo e que hoje abriga a Secretaria de Cultura. No entorno dessa estação tem um gramado grande e nesse ano estão conseguindo recursos estaduais e federais para colocar uma pista de skate e ao lado quadras, parques, salas de teatro etc. Recentemente, a prefeitura conseguiu a doação dos trechos da antiga linha da Fepasa que também pode ser usada com atividades culturais. A região tem que inserir uma proposta para explorar o turismo nos planos diretores”.

Disse que ainda há um aprendizado sobre as cidades inteligentes. “Visitei o Instituto Tecnológico em Sorocaba para pegar ideias e dar um start. Como MBSDS falou, temos que ouvir a população. Na saúde por exemplo, com os atendimentos que a prefeitura ofereceu na pandemia, como por exemplo, WhatsApp, um e-mail mais acessível ou outras ferramentas digitais, melhorou muito”.

RN-Fipe perguntou sobre a infraestrutura de tecnologia na questão das cidades inteligentes. “A internet na região é satisfatória? Na região não exclusiva do município, quando circulam entre os municípios, vocês têm frequência da internet?”

JM-secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Capivari disse achar satisfatória.

Para **MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba** os serviços de internet não estão muito bons. “Nas residências temos ouvido muita reclamação”.

RN-Fipe perguntou se o acesso nas escolas era bom. “A pandemia foi um bom teste porque muitos serviços começaram a ser prestados on-line e as operadoras vendem banda para quem compra e, também, tem um problema de renda, às vezes a pessoa não está disposta a comprar pacotes muito caros. Quando o setor público oferece serviços para a população, o sistema funciona, as aulas on-line funcionaram, os atendimentos de saúde com marcações eletrônicas existem na região?”

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba disse não ser da sua área, mas estava sendo feita coleta de todos esses dados, mas cada um ficou responsável por uma parte. “Então, não sou a pessoa mais indicada para responder sobre esse assunto”.

DG-Rio das Pedras disse que no município a internet é bastante usada nas escolas e é razoável, mas, precisa melhorar bastante para poder atender de uma forma totalmente satisfatória.

SM-Fipe falou da questão do viário e do impacto dos transportes pesados de carga. “**MBSDS** falou da importância do rodoanel que está sendo feito em Piracicaba. E nos municípios de vocês tem

alguma colocação, alguma necessidade de melhoria do sistema viário, seja porque não suportam ou não estão preparados para receber o volume de carga, o volume do diário médio de veículos, seja porque utilizam o viário local como se fosse a estrada, existem esses conflitos? Como que se dá esse problema entre o viário urbano regional ou viário principal rodoviário e a questão da carga com o transporte individual?”

DG-Rio das Pedras relatou que os caminhões pesados que saem das fazendas usam as estradas vicinais o município para se locomoverem até as usinas e acabam causando transtornos. “Sentimos falta do entorno, alguma coisa em volta do município para nos ajudar porque, às vezes, grandes caminhões passam em algumas vias no centro da cidade, o que, além de atrapalhar o trânsito, também é prejudicial para a estrutura, que não suporta tanto peso. Existe um projeto de um anel viário aqui em torno da cidade de Rio das Pedras para tentar tirar o fluxo de caminhões pesados de dentro cidade”.

SM-Fipe perguntou se as estradas vicinais suportam bem esse trânsito das usinas ou também estão inadequadas a esse transporte.

DG-Rio das Pedras destacou que, de maneira geral, as estradas vicinais, estão bem e são recapeadas com uma certa frequência, o estado geral delas é bom, e as distâncias das usinas são pequenas, em torno de 3 a 4 km, uma da outra, deve ser cerca de 10 km, não é uma distância grande.

ML-Fipe questionou **DG** se a mobilidade da população para polos de saúde de serviços como Piracicaba, é boa ou você vê precariedade nessa mobilidade da população.

DG-Rio das Pedras disse ver uma certa dificuldade porque a referência é Piracicaba, que também já atende a várias cidades da região, e o atendimento de Rio das Pedras é básico. “Toda complicação com algo diferente do normal é Piracicaba ou região. Nós temos veículos da prefeitura que circulam por Piracicaba, Rio Claro e São Paulo e com grande frequência por Campinas e Ribeirão Preto, são as cidades que nos atendem dependendo da necessidade da saúde”.

JM-secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Capivari revelou que há cerca de duas ou três semanas antes, houve uma reunião com o pessoal da concessionária da Rodovias do Tietê sobre as estradas.

“Nossa grande dificuldade é a falta de previsão da duplicação, tanto da Rodovia do Açúcar, da SP 308 e da SP 101. Eles nos deram um prazo até o final de 2024, início de 2025, terminariam a grande maioria das obras de duplicação. Tem um grande problema no trevo da entrada de Capivari por não ter uma alça de acesso para o Corte Preto que é um distrito particular, e muitas mortes acontecem. A concessionária tenta melhorar as rodovias do Tietê, mas infelizmente, ainda acabam acontecendo mortes frequentes nesses locais. Esse é um problema grave e que será uma das últimas etapas porque só depois da duplicação que vão fazer esse acesso. Enfim, essa é uma cobrança da microrregião para agilizar essas obras”.

SM-Fipe perguntou aos participantes se havia mais alguma questão com relação ao desenvolvimento econômico, algum desafio específico que a região detém, porque muitas das coisas que foram faladas são comuns a vários municípios e a diretriz do plano regional é orientar o município em si mas, também, nos temas e as áreas que são de interesse metropolitano, que extrapolam a questão municipal. “Várias questões que vocês colocaram realmente podem melhorar a solução se tiver uma articulação entre os municípios. As questões sobre o atendimento social, vocês também gostariam de trazer para o debate?”

RN-Fipe sintetizou as questões colocadas dizendo que do ponto de vista econômico existem algumas preocupações que podem se tornar gargalos estruturantes. Inicialmente foi citada a questão da adução de água na região.

“Piracicaba adotou um programa de pagamentos por serviços ambientais, que provavelmente, por ter um orçamento que o favorece, permite esse tipo de procedimento. Para esses programas acontecerem, uma das possibilidades iniciais é vocês fazerem parcerias com grandes agentes financeiros internacionais que estão preocupados com essa temática Internacional, e pensar um programa regional de pagamento por serviços ecossistêmicos voltado ao aumento da produção de água, que a meu ver é uma questão que pode ser tratada regionalmente. A outra questão é mapear concretamente os ativos de turismo. Foram vários, e acho que as prefeituras têm que dizer claramente quais são os ativos com potencial turístico para que a gente possa ter um plano de turismo já que a diretriz do PDUI é adoção de um plano de turismo considerando tais ativos e esse plano tem que observar a infraestrutura de turismo, capacitação da mão de obra, gestão desse turismo do ponto de vista regional e uma agenda anual de divulgação. Esta seria uma das questões que o PDUI poderia tratar no que diz respeito a turismo, incluindo as obras da Tarsila do Amaral, aproveitando a comemoração dos 100 anos do modernismo pois ela é um expoente. Outra questão são alguns gargalos que precisam ser negociados com as empresas concessionárias de vias de acesso e articulações entre municípios. Outro ponto importante – que é parte disso – é a complementação do anel viário que é uma recomendação que o PDUI também tem que fazer, lembrando que as concessionárias têm contratos com o estado e em cima desses contratos é que ela executa, mas o PDUI não tem nenhuma possibilidade de alterar esses contratos, porém, pode reforçar essas questões. Outra perspectiva é de pensar de forma articulada a ideia de cidades inteligentes entre esses municípios com alguns serviços que tem a ver com atendimento social, especialmente saúde e educação no médio e longo prazo, porque vimos que em 2030 a região terá mais velhos do que jovens e essa infraestrutura tem que ser pensada para uma população que, provavelmente, hoje ainda não têm familiaridade com o acesso virtual. Portanto, é necessário trabalhar no centro de atendimento a capacitação do futuro usuário de 2030 e essa tecnologia deverá ser disseminada de forma mais homogênea entre os municípios com possibilidade de melhorar o acesso. Por exemplo, centrais de vaga, alocação de leitos de UTI, a forma de controle nos prontuários eletrônicos porque a pessoa chega da UBS de um município no hospital do outro e não tem o histórico de saúde, ou seja, implantar determinados serviços de forma integrada para que as cidades inteligentes de fato se tornem uma região inteligente no que diz respeito a serviços sociais”.

ML-Fipe aproveitou para colocar uma outra questão: a adequação da capacitação técnica às vocações de alguns municípios, por exemplo, a necessidade da Etec fornecer curso voltado a metalurgia na região, ou seja, ajustar o perfil das Etecs às vocações dos municípios.

SM e RN-Fipe elogiaram o resumo feito, mas destacaram a importância de ouvir as considerações de cada um, se tem mais alguma complementação.

DG-Rio das Pedras também elogiou a síntese da **RN-Fipe** e afirmou que, com certeza, todos os municípios giram ao redor de Piracicaba. O resumo sintetiza as necessidades do município. “Para os municípios menores existe uma certa dificuldade por falta de recursos financeiros e de infraestrutura, então eles sofrem um pouco mais, mas eu acho que vendo como metrópole ou na região toda, nós temos mais possibilidades de conseguir nossos objetivos num todo”.

JM-Secretário de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Capivari também destacou o resumo.

ML complementou falando justamente da questão que, pelo menos em Capivari, a qualificação profissional em todos os níveis, não só a nível técnico da qualificação profissional, mas, para qualquer profissão é fundamental. “Foram abertas muitas vagas no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) mas, não teve demanda suficiente para preencher por falta de qualificação. Foram realizadas entrevistas, utilizando algumas salas do PAT convidando de 30 a 40 pessoas, mas, compareceram de 5 a 10 pretendentes, sendo que, apenas uma pessoa estava apta para ocupar a vaga. A região tem grande dificuldade nesse aspecto, mas, do restante, como DG comentou, esse processo de discussão do PDUI será muito importante para nossa região, essas discussões são totalmente válidas e espero que caminhem para o bem de todos.

MBSDS-Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba disse que **RN-Fipe** costurou muito bem todas as falas e eu espero que essa questão de capacitação técnica em todos os níveis, que é muito importante, seja assumida pelos municípios porque no aglomerado urbano a participação efetiva foi de apenas três. “Espero que realmente todos estejam engajados porque a partir do momento que se faz um plano envolvendo todos os municípios, em que todos terão que seguir as diretrizes, o que se espera é participação. Caso contrário fica muito difícil. Bom trabalho a todos”.

SM-Fipe destacou que a fala de MBSDS foi muito importante. “É óbvio que a gente sabe das dificuldades, e às vezes algumas cidades têm mais disponibilidade para participar, mas a importância da participação de todos é o que torna o plano da região e não um plano que acaba focando a problemática mais particular de determinados setores ou de determinadas áreas da região. Como é uma região rica, mas é uma região com muitas diferenças internas, a importância da participação é essa: a gente conseguir ter uma proposta que faça sentido para todos os municípios da região e nessa linha queremos lembrar que as contribuições por escrito poderão ser feitas pelas plataformas digitais que serão abertas para receber as colaborações e as complementações que vocês puderem enviar”.

Destacou ainda que vão acontecer audiências públicas e outras reuniões, mas é muito importante que essa contribuição concreta venha também pela plataforma digital.

RN-Fipe antes de falar sobre as plataformas, fez uma colocação sobre a fala da MBSDS. “Quero dizer que gestão metropolitana não é uma questão, uma pauta fácil em nenhum lugar do mundo”. Foi citado que a participação é pequena, mas isso é verdade para vários lugares brasileiros e, também, fora do Brasil, e o que mobiliza os prefeitos e os gestores municipais a participarem é a perspectiva do benefício. “Cursos, em geral, mobilizam porque é necessário sentar-se na mesa de forma conjunta e nisso o PDUI vai ajudar vocês a detalharem as diretrizes e a elaborar um plano executivo. No formato de gestão de regiões metropolitanas tem as chamadas Câmaras Temáticas e por exemplo, para criar uma câmara temática de transporte e logística vocês têm que se sentar juntos, não adianta, como o **JM** falou, pegar três prefeituras para falar com a concessionária. É preciso que as 24 prefeituras chamem todas as concessionárias e falem que no contrato de todos os projetos assumidos por elas, as prefeituras querem estabelecer as prioridades porque a economia dessa região precisa melhorar o escoamento. Quem tem que pautar as prioridades são os municípios, sentando-se na mesa, em cima de um plano hierarquizado completo, coisa que o PDUI não faz, o PDUI aponta gargalos existentes, que podem ser superados com negociações com a concessionária em

cima de prioridades. É o que o PDUI pode fazer porque é um plano de diretrizes que aponta ações estratégicas para o conjunto dos municípios que se sentarem na mesa. Aqueles municípios que não se sentarem juntos não vão entrar no plano de prioridade, e, quando virem que estão de fora, no próximo eles virão, porque eles foram chamados, não participaram porque não quiseram, não acharam relevante, e quando perceberem que ficaram de fora da estratégia regional, no próximo participarão. Tem algumas questões como a da água, por exemplo, que tem limites orçamentários de alguns municípios, mas vocês podem captar parcerias internacionais, há os agentes de fomento que são governos progressistas eu diria, o Fundo Soberano da Amazônia, são fundos de governo internacional, quer dizer, se vocês criam um projeto de aumento da adução de água envolvendo uma ação interfederativa, certamente isso terá muito mais apelo para ser atendido internacionalmente porque vocês têm limitações orçamentárias para pagar pelos serviços ecossistêmicos”.

Destacou ainda que Piracicaba não, mas pode ser que Rio das Pedras, Rafard e outros municípios tenham, mas, se escreverem um projeto em conjunto para apresentar internacionalmente, certamente terão muito mais força para conseguir implementar o projeto com esses recursos que o orçamento não permite.

“Utilizando os fundos internacionais, certamente vocês terão visibilidade mostrando força política institucional para desenhar um projeto conjunto para captação de recursos, para isso tem que ter um projeto bem estruturado. É um processo, não pode desanimar. Em alguns casos, o município grande não dá bola para os pequenos, que é o caso da Região Metropolitana de São Paulo, então é o contrário, ele só se senta com os pequenos quando ele está sendo pressionado pelos pequenos, e precisa atender essa distensão da pressão”.

Ressaltou a importância da plataforma digital onde estarão todos os documentos que a equipe FIPE está produzindo para construção desse PDUI e um formulário para todos encaminharem propostas on-line que serão sistematizadas.

“Sempre que as propostas não forem aceitas, por terem caráter muito municipal e não regional, daremos uma devolutiva para que vocês saibam por que aquela proposta não foi incorporada. Em janeiro e fevereiro terão as audiências públicas e é importante que vocês indiquem quem são os representantes da sociedade civil que a gente deve chamar, se vocês puderem nos mandar por e-mail, agradecemos. É muito importante que a sociedade civil legitime também este plano para que eles sejam aliados de vocês nas formulações decorrentes do PDUI. Então é bom que eles conheçam e que participem porque eles serão aliados dos municípios na execução desse plano. Vamos registrar no Chat nossos e-mails para contatos. Nesse meio tempo, antes das audiências públicas, vamos nos relacionando por meio das plataformas, inclusive avisando por e-mail sobre novos documentos disponíveis para avaliação e concordância de vocês”.

SM-Fipe agradeceu a participação de todos. “Esse debate é o início de uma discussão, agora virtual, com continuação pelas plataformas para fechar esse plano. Chegou a hora de finalizar essa proposta que já foi iniciada anteriormente para que o plano seja enviado para Assembleia Legislativa para depois a região dar continuidade às suas ações”.

Encerramento

RN-Fipe agradeceu a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil dizendo que foi muito oportuna a discussão sobre desenvolvimento socioeconômico, mobilidade e

transporte. “Fizemos uma boa interlocução para entender melhor algumas demandas da região. Brevemente a plataforma digital estará disponível e vocês poderão anexar documentos que vocês acham que a gente precisa conhecer. Poderão encaminhar propostas, além de terem acesso a tudo o que está sendo produzido. Os powerPoint que foram apresentados hoje o geral e os das duas salas vão estar na plataforma e quem quiser olhar o dado mais de perto vai poder, por meio dos documentos gerados nesse trabalho, que são cinco relatórios: o panorama regional, o diagnóstico e todos os estudos para o macrozoneamento. Estarão disponíveis no final de outubro e com esse material vocês poderão apresentar propostas que serão discutidas nas audiências públicas que vão ocorrer em janeiro, fevereiro e março. Esse cronograma foi definido para não coincidir com o processo eleitoral. Embora o trabalho seja sobre política pública, não pode ser confundido com política partidária. Essa é a razão de estarmos correndo e a contribuição de vocês é fundamental, seja pela plataforma digital ou pelos nossos contatos por e-mail e dos nossos técnicos com vocês por telefone. É valiosíssima para que a gente consiga chegar a bom termo nas audiências públicas, com os documentos consistentes e com o reconhecimento de vocês de que as informações estão corretas do ponto de vista dos conteúdos apresentados”.

Demandas dos municípios para a equipe da Fipe

- Esclarecer se a Fipe presta assessoria para auxiliar os municípios na elaboração e acompanhamento de planos diretores.
- Conseguir dados e informações da Sabesp sobre abastecimento de água.

Encaminhamentos para os municípios

- PSA:** verificar se tem orçamento. Opção é fazer parcerias com entidades internacionais e pensar o Programa em nível regional;
- Turismo:** mapear os ativos de turismo; Prefeituras devem apontar quais são para inserir no Plano de Turismo; pensar quais as necessidades de infraestrutura e capacitação de mão de obra e como se dará a gestão;
- Sistema viário:** apontar os gargalos, negociar conjuntamente com as concessionárias os anéis viários, acessos e conexões aos municípios;
- Atendimento social:** refletir sobre o tema das cidades inteligentes voltados aos serviços de atendimento social da saúde e educação, incluindo os idosos; capacitação tecnológica de futuros usuários; acesso a serviços de saúde e outros serviços de forma integrada entre os municípios;
- Capacitação de mão de obra:** adequação da capacitação técnica às vocações dos municípios, ou seja, ajustar os cursos técnicos oferecidos ao perfil econômico de cada município.

IV.2. Oficina Regional de Rio Claro

Data: 20/10/2021

Horário: 14h às 17H

Municípios: Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro

Representantes das Prefeituras Municipais

- Secretário de Obras de Santa Gertrudes
- Coordenador de Meio ambiente de Iracemápolis
- Secretaria de Obras, Projetos, Saneamento e Meio Ambiente de Ipeuna
- Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Iracemápolis
- Prefeitura Municipal de Rio Claro
- Secretaria de Administração de Águas de São Pedro
- Prefeitura Municipal de Santa Maria da Serra

Representantes da Sociedade Civil

- CONDEMA e Superintendente do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro

- Sala 1: 20 participantes
- Sala 2: 21 participantes

A abertura foi realizada pela coordenadora técnica do projeto RN-Fipe que ressaltou a importância da parceria da secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe com os municípios que compõem a Unidade Regional de Piracicaba para se obter, por meio do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) um resultado que reflita a realidade dos municípios da região.

Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

A coordenadora da Unidade Regional (UR) SM fez a apresentação do Panorama Regional e, a seguir, os participantes foram divididos nas duas salas de debates de acordo com o interesse de cada um.

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Os oito municípios da sub-região estavam participando dos debates

As técnicas da Fipe LT e MY apresentaram dados, informações e mapeamento sobre a questão urbana e ambiental. Os debates focaram na proposta de macrozoneamento e nas principais questões urbanas e ambientais dos municípios. Destacaram que a região tem como um dos principais

problemas a ocupação desordenada do solo. Ressaltaram a necessidade de resolver com urgência a questão da regularização fundiária.

A equipe Fipe colocou que o Panorama Regional é uma análise preliminar do território e precisa ser validado pelos municípios. Quanto ao macrozoneamento, os participantes concordaram ele será um instrumento que dará muitos subsídios na revisão dos planos municipais. Os representantes se comprometeram a levantar o estado da arte de cada município quanto a revisão do plano municipal. Foi acatada com muito entusiasmo a parceria dos municípios com a Fipe e com a secretaria de Desenvolvimento Regional para elaborar um PDUI compartilhado e transparente.

As apresentações estarão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Principais destaques do debate

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro elogiou a excelente atualização do PDUI iniciado pela Emplasa. Ressaltou o bom *start* para os municípios que precisam revisar seus planos diretores com o olhar regional que deve ser alinhado.

Destacou a importância de inserir no panorama o Geoparque que alinha o turismo regional com a agricultura local tradicional. Sentiu falta da Bacia do Rio Corumbataí. Informou que há um estudo da Unesp propondo a criação de um Porto Seco em Rio Claro cuja logística poderá, no macrozoneamento, promover uma integração dos municípios da região. Levantou dúvidas sobre o atendimento do hospital regional sobre qual município será atendido pelo maior número de leitos Rio Claro ou Piracicaba e sobre o aeroporto regional destacou a importância de conciliar qual é a melhor localização. Solicitou à equipe da Fipe mapa dos municípios com o macrozoneamento em outra escala.

FP-PM de Santa Gertrudes observou a importância do levantamento realizado da legislação urbanística e destacou que a revisão do plano diretor, o zoneamento municipal e o macrozoneamento têm que chegar logo na Câmara Municipal. Se comprometeu a atualizar dados e informações assim que recebesse o material.

LN-PM Iracemápolis informou que a prefeitura está com um projeto para criar um banco de dados geográfico e farão uma atualização da ocupação rural e urbana. Se comprometeu em atualizar os dados e informações e complementar, se for o caso.

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro indagou como foram mapeadas as Áreas de Proteção Permanente (APP) porque as prefeituras não possuem essa informação.

LT-Fipe informou que as APPs não serão mapeadas em nível regional. Serão colocadas nas diretrizes das macrozonas e ressaltou que precisa ser reforçado tudo o que rege o Código Florestal.

FP-PM de Santa Gertrudes disse que em Limeira, por meio de um mapeamento, verificou-se que tem áreas de APP ocupadas irregularmente. “Nos municípios maiores, principalmente as chácaras de turismo também ocupam irregularmente. Isso será incorporado no PDUI? Como os municípios tratam e controlam essa situação? Santa Gertrudes não tem casos de parcelamento irregular de ocupação”.

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro se posicionou sobre o limite do Polo Cerâmico. “Só tem os municípios que integram o Polo, mas não tem um polígono aproximado. No Plano Diretor Minerário do IPT também não tem uma delimitação territorial”.

F-Santa Gertrudes colocou a importância de inserir no macrozoneamento as zonas de exploração mineral porque elas interferem muito no crescimento urbano. Ficou de pegar mais informações com os geólogos que fazem licenciamento dessas áreas. Questão séria a mineração na região.

RV-PM Iracemápolis disse que em Iracemápolis também tem um condomínio irregular que foi alvo de denúncia bem no início e está na justiça.

F-PM de Santa Gertrudes comentou que a exploração mineral só pode acontecer na zona rural, mas, é possível pegar informações na Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (Aspacer).

ML-Fipe disse que nas unidades mais próximas de Piracicaba a conurbação não é o principal elemento da urbanização. “O que não quer dizer que a urbanização a partir do viário não exista. A leitura da mancha urbana foi feita a partir de dados do Graprohab mas, são muito gerais. Mas, é possível verificar ocupação irregular pela proximidade com os eixos rodoviários. É importante caracterizar a expansão da urbanização”.

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro disse ser urgente debater entre os municípios o processo de urbanização e o controle sobre ele. “É difícil lidar com isso. Colocar essa temática no PDUI ajudará muito os municípios na revisão dos planos diretores”.

Felipe-PM de Santa Gertrudes disse que em municípios menores é muito difícil controlar. “Santa Gertrudes tem uma comissão de técnicos que analisam todos os processos de licenciamento”.

ML-Fipe informou que a competência para legislar sobre o uso do solo é do município, mas, se o PDUI colocar a visão regional fortalece a revisão dos planos municipais.

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro disse ser importante envolver os vereadores antes das audiências públicas.

ML-Fipe informou que o macrozoneamento vai resolver as Funções Públicas de Interesse Comum (FP-CIs) e olhar para a dimensão territorial. “As FP-CIs vão além, tem outras iniciativas. O conjunto de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) não pode ser uma macrozona. Vai ter perímetros que sobrepõem o macrozoneamento. É importante a demarcação das zonas para cumprir o Estatuto da Cidade. As Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs) podem ser uma semente do PDUI, mas ainda é muito complexo”.

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro observou que o sistema de planejamento a ser implantado é muito importante e é preciso usar as ferramentas do Estatuto da Cidade. “As leis complementares devem ser discutidas de forma integrada. Os planos diretores em revisão devem conter o zoneamento. A discussão do macrozoneamento vai dar um suporte, tanto para o plano diretor, como para o zoneamento municipal”.

LT-Fipe destacou a importância do sistema de acompanhamento permanente da implementação do PDUI. “Tem que ser um instrumento vivo. Por exemplo, São Paulo criou câmaras temáticas no conselho de desenvolvimento que vão acompanhar a implementação”.

MCBF-Arquivo Público e Histórico de Rio Claro sugeriu à equipe da Fipe convidar o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) para as reuniões e audiências públicas e chamar o Ministério Público (MP).

F-PM de Santa Gertrudes comentou que em Santa Gertrudes o MP atua muito na questão da poluição do ar por conta do polo cerâmico.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transportes, Mobilidade e Logística

Após breve apresentação dos participantes e a apresentação do panorama da sub-região, a coordenadora deu início ao debate.

A reunião teve como destaque os temas de economia, transporte, mobilidade e acesso viário, trabalho, educação, saúde e turismo.

ACAC-Santa Gertrudes disse que sobre conexões entre municípios, existe uma interação forte entre Santa Gertrudes e Rio Claro, um grande fluxo por parte do Bairro Jardim Flórida. “Existe ainda uma tendência de conurbação com Cordeirópolis, que vem chegando. A interação entre esses municípios se dá pelo comércio, serviços e educação de Santa Gertrudes”.

Sobre a questão da educação e capacitação, falou sobre os estudos de viabilidade de uma sala descentralizada de Etecs para o município, com cursos que se adequem às necessidades de Santa Gertrudes, em especial para o setor ceramista. São 130 adolescentes estudantes do Senai que se deslocam de Santa Gertrudes para Rio Claro. A prefeitura é a responsável por fornecer o transporte para esses estudantes.

Sobre transporte coletivo, disse que o município não possui transporte intermunicipal.

Falou ainda que seria importante a integração dos municípios na questão da segurança pública, como monitoramento e a necessidade dos municípios pequenos se estruturarem.

Citou as conquistas no que se refere a pavimentações e estradas vicinais, o que ajudará na locomoção de carga, em especial da indústria ceramista.

Sobre a saúde disse que dependem de Hospital Regional e que as prefeituras fazem o transporte das pessoas.

Quanto ao turismo, citou apenas a Fazenda Gertrudes, mas que não tem muito foco nesse segmento.

RN-Fipe chamou atenção para as salas descentralizadas das Etecs e perguntou se está claro para os municípios qual a demanda de capacitação, se média e baixa tecnologia. Se os municípios sabem identificar qual a demanda de qualificação de mão de obra para suas atividades econômicas e se a análise feita pela equipe está correta.

EC-Rio Claro disse que fez sentido a apresentação da equipe, que o município verificou a parte econômica, a pujança em Rio Claro e que os gráficos sobre as indústrias, o comércio, são semelhantes. Disse ainda ser necessária a implantação de monitoramento integrado para melhorar a comunicação entre as guardas e a segurança pública.

IR-Águas de São Pedro colocou que Águas de São Pedro é uma cidade pequena e possui características que a diferenciam dos outros municípios: não tem agroindústria (tem pouco agro). Por ser fronteira a São Pedro, a cidade foi planejada para receber as pessoas, tratar a saúde e jogar – a cidade possui um cassino e balneário de cura e uma estrutura hoteleira. Para Águas de São Pedro, o desenvolvimento regional é importante, especialmente para a área do turismo. Chamar atenção dos turistas para outros atrativos da região impulsionaria a economia do município, uma vez que possui a estrutura hoteleira citada anteriormente.

Em relação a malha viária, colocou que a SP 304, corta a cidade, o que é ruim, pois caminhões de carga passam pela cidade. Informou que no Plano Diretor consta a construção de um anel viário e

que pela concessão tem até 8 anos para conclusão. Disse ainda que poderia ser executado como o sistema Anchieta-Imigrantes, direcionar o fluxo de carga pesada para outra via e que o assunto está sendo discutido no município.

Sobre Cidades Inteligentes colocou que poderiam ser desenvolvidos sistemas integrados em várias vertentes do serviço público, como na saúde, além da segurança, com instalação de câmeras inteligentes, cujas informações iriam para a Prodesp, seriam armazenadas na nuvem, o que possibilitaria a detecção, a identificação rápida de roubos, por exemplo.

A implementação de um comando regionalizado da Polícia Militar, com estrutura de monitoramento inteligente, com suporte de bases locais.

SC-Santa Maria da Serra colocou que Santa Maria está em vias de execução do censo, que a cidade está defasada e que seus índices não refletem a Santa Maria hoje.

Sobre turismo, disse que Santa Maria tem peculiaridade da agro, mas tem potencial turístico muito forte. Com Projeto Município Turístico, vão se valer da rede hoteleira de outros municípios que possuem esse tipo de estrutura.

Possuem o turismo rural, de pesca, cachoeiras, a barragem próxima, a Serra do Itaqueri, a Festa da mandioca – Santa Maria é conhecida como a capital da Mandioca, a produção de eucalipto para produção do óleo. Existem muitos atrativos a serem explorados e podem agregar valor com outro segmento econômico. Santa Maria também produz eucalipto para fabricação do óleo.

Reforçou a necessidade de descentralização de salas das Etecs de acordo com as demandas dos municípios e colocou ainda que vão participar do polo tecnológico para alavancar, resgatar o município e tentar reverter os índices ruins de Santa Maria, mas que não tem nada pontual ainda.

Quanto à questão da saúde, o município tende a buscar atendimento em Botucatu.

RN-Fipe colocou a necessidade de organização da cadeia de turismo, listar os potenciais, elaborar um calendário do turismo e divulgar. Já tem o Salão do Humor em Piracicaba, turismo rural em Santa Maria. Pensar quais os eventos que atrairão ao longo do ano, criar um circuito metropolitano de turismo.

RN-Fipe abordou outra questão relevante: as vias estruturais que já estão concedidas e são objeto de contrato e tem 8 anos de prazo para o anel viário. “Podemos tratar no PDUI, colocar como diretriz as prioridades de investimentos que os municípios demandam, também para contornar as questões urbanas. Podemos listar um anel viário, classificar investimentos prioritários, que impactam algum segmento. PDUI pode dizer a ordem de prioridade das cidades ou da região. Podemos indicar como diretriz. O anel viário tem caráter regional, tem impacto no dia a dia na cidade e pode fazer parte do diagnóstico. As vias têm que ter prioridade para tirar o transporte de carga da cidade e levar para outras vias pelo entorno”.

ML-Fipe perguntou aos participantes se poderiam falar um pouco sobre a questão da mobilidade: como se dá o deslocamento dentro do município, qual o modal e o deslocamento intramunicipal, se o transporte é eficiente, se tem integração, horários compatíveis. Como é a mobilidade inter-regional.

AACAC-Santa Gertrudes disse que o município não tem transporte público municipal, só tem intermunicipal. “Muitas pessoas vêm trabalhar em Santa Gertrudes na cerâmica. Tem os ho-

rários de turnos em que se vê mais motocicletas e bicicletas. Os horários dos intermunicipais atendem bem no itinerário Santa Gertrudes-Rio Claro. Algumas empresas fretam e conduzem os seus funcionários, e o mesmo ocorre em Cordeirópolis: usam fretados para o deslocamento de seus funcionários. Muitas pessoas saem de Santa Gertrudes por uma estrada interna duplicada para trabalhar em Rio Claro. Nesse itinerário usam moto ou bicicleta. Para Cordeirópolis a moto é mais utilizada”.

Revelou ainda que Santa Maria dispõe de ciclovia que corta a cidade toda. “O município faz um trabalho de educação para o trânsito com as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) com o objetivo de conscientizar os funcionários e evitar acidentes nas vias, principalmente no horário das 22 horas”.

SC-Santa Maria da Serra disse ter estudos que apontam a capacidade de Rio Claro ter o Porto Seco, na região sentido Piracicaba, entre a Washington Luis e a Wilson Finardi. “Além das rodovias, temos as ferrovias”. Informou que o estudo foi feito pela Unesp.

RN-Fipe perguntou se poderiam enviar esse estudo da Unesp para a equipe do PDUI e qual o escopo do produto a ser desembaraçado.

SC-Santa Maria da Serra comentou sobre transporte e mobilidade dizendo que a cidade é muito pequena, não tem transporte municipal, tem o intermunicipal, mas que é insuficiente. “O transporte sentido Botucatu, tem final em Santa Maria, é o final da linha, e não atende como deveria”.

Em relação aos atendimentos da saúde coloca que os municípios utilizam transporte próprio para atendimento em outras cidades.

Propostas

- Inserir no Panorama Regional o Geoparque que alinha o turismo regional com a agricultura local tradicional.
- Aprofundar no PDUI as ocupações irregulares, principalmente em áreas de APP.
- Inserir no macrozoneamento as zonas de exploração mineral porque elas interferem muito no crescimento urbano.
- Convidar o Gaema e o MP para as reuniões e audiências públicas.
- Envolver os vereadores nas discussões antes das audiências públicas.

Demandas

- Disponibilizar mapa dos municípios com o macrozoneamento em outra escala.

IV.3. Oficina Regional de Limeira

Data: 21/10/21

Horário: 14h às 17h

Municípios: Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição.

Representantes das Prefeituras Municipais e GESP

- Secretário de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Limeira
- Secretário de Urbanismo de Limeira
- Assessora da Prefeitura Municipal de Pirassununga
- Secretaria de Planejamento de Leme
- SIMA/CPLA
- Centro de Promoção Social Municipal (CEPROSOM)

Representante da Sociedade Civil

- Unicamp Limeira

- Sala 1: 10 participantes
- Sala 2: 11 participantes

A abertura foi realizada pela coordenadora técnica do projeto **RN-Fipe** que ressaltou a importância da parceria da secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe com os municípios que compõem a Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Apresentou a equipe técnica e explicou que as análises que seriam apresentadas foram elaboradas a partir de dados secundários e que precisam ser atualizadas e complementadas pelos municípios.

Acrescentou ainda que nessa fase inicial dos trabalhos a Fipe quer saber: Essas análises estão corretas? Qual a principal demanda, em nível regional que deve ser enfrentada? Em seguida falou sobre a organização da Oficina Regional.

Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

A coordenadora da UR SM fez a apresentação de uma visão geral da região e, seguida, os participantes foram divididos nas duas salas de debates de acordo com o interesse de cada um.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Participaram os seguintes municípios: Limeira, Pirassununga e Leme

As técnicas da Fipe **LT e MY** apresentaram o panorama regional que contém dados, informações, o mapeamento sobre a questão urbana e ambiental e a proposta de macrozoneamento.

Os principais pontos debatidos foram sobre o macrozoneamento e o zoneamento municipal. Os representantes de Limeira apontaram conflitos entre a área de proteção aos mananciais de Limeira e a área rural no limite do município de Araras, de Limeira com Cordeiro e de Limeira com Cosmópolis.

Há um conflito entre a zona sustentável de Limeira com área rural e proximidade com distrito industrial, no limite dos municípios. A questão levantada foi sobre o que deve ser priorizado Macrozona de Uso Sustentável. Comentaram que o grande problema dos municípios é a regularização fundiária. “Trata-se de um problema que precisa ser resolvido em âmbito regional pelo poder público. O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) pode ajudar na definição de diretrizes que possam subsidiar a revisão dos planos municipais.

Limeira tem mais de 350 núcleos irregulares de ocupação indevida na área de proteção aos mananciais e, atualmente, não são núcleos de baixa renda. A maior parte possui chácaras para aluguel e condomínios de classe média. Isso cria problema para a prefeitura porque nesses locais é preciso levar infraestrutura. Limeira tinha uma agricultura forte que foi acometida por pragas e as plantações acabaram. Nesses locais surgiram núcleos urbanos sem infraestrutura. Esses lotes são vendidos por criminosos, sem licenciamento.

Dessa maneira, desenhar uma proposta regional de regramento dará amparo aos prefeitos que necessitam de apoio do poder público estadual. Defender os limites municipais é uma questão a ser resolvida num plano regional. A representante de Leme colocou que um dos problemas do município é a grande quantidade de novos loteamentos que estão entrando na prefeitura para licenciamento e o desdobro de lotes.

Foi solicitado aos representantes municipais avaliar o conteúdo do Panorama Regional, atualizar e enviar documentos para subsidiar o PDUI.

Principais destaques do debate

MF-representante de Limeira ressaltou que o grande problema a ser enfrentado é a falta de regularização fundiária. “O município tem 350 núcleos irregulares na região de proteção aos mananciais. Não são núcleos só de baixa renda. A maior parte são chácaras para aluguel na zona rural”.

AL-Pirassununga comentou que recentemente, uma tempestade atingiu fortemente a cidade. “Estão trabalhando com o Plano Diretor antigo até que a revisão termine”. Considerou a conservação da biodiversidade uma ação que a prefeitura tem que priorizar.

MF-prefeitura Limeira sugeriu uma clareza maior nos mapas que identificam a macrozona de uso sustentável e macrozona de proteção aos mananciais. Também mapas de conflito entre Limeira e Araras e limite da área de proteção aos mananciais e a agropecuária. Comentou que há um alto uso para desenvolvimento industrial dentro da área de proteção aos mananciais. Perguntou como tratar a área de conflito entre Limeira/Araras e Limeira/Cordeirópolis. “Qual permanecerá? Uso sustentável ou proteção aos mananciais?” Sugeriu formulação das diretrizes da macrozona de uso sustentável e estratégias de ação na revisão do Plano diretor.

LT-Fipe lembrou que os dados utilizados nessa primeira são brutos e precisam ser detalhados a partir do contato com os municípios. Ressaltou a importância da revisão dos planos diretores e o quanto o plano regional pode subsidiar esse trabalho.

MF-prefeitura Limeira ressaltou que um grande problema da região é o crescimento de grandes loteamentos horizontais e a expansão dos condomínios de logística. Isso cria uma nova leitura de expansão urbana. Preocupa-se também com os 350 lotes irregulares na área de proteção aos mananciais que hoje são núcleos de baixa renda. Informou que havia um programa da prefeitura para solucionar essa questão, mas, foi retirado.

“Uma boa parte desses lotes são chácaras para aluguel. Tem núcleos de moradia, mas na zona rural, tudo sem regularização. Precisa de uma fiscalização mais eficiente. É na área de proteção aos mananciais que a ocupação é irregular. O eixo de expansão urbana licenciada está na região Sul”.

JFA-secretário de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Limeira destacou que Limeira tinha uma agricultura forte, mas, teve uma praga que praticamente dizimou as plantações. Observou que é muito difícil tirar a ocupação irregular e, também, levar infraestrutura para lá. “A tônica da questão fundiária é que quem ganha dinheiro com a venda de lotes irregulares são criminosos”.

MF-prefeitura Limeira disse que a divisão e a desvalorização da terra, somada com a decadência da agropecuária gera núcleos urbanos sem infraestrutura. “Como trabalhar isso? Como o principal problema é o preço da terra, talvez, seja melhor retomar a agricultura”.

JFA-secretário de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Limeira falou que existe um problema político que julga poder ser resolvido com o desenho de um regimento regional para tirar do poder público local a atribuição de resolver a questão fundiária. Daí o prefeito deixa de ser o vilão.

ML-Fipe observou que o plano regional pode ajudar a defender os limites municipais, como uma questão regional. “O preço da terra não se resolve só com lei. As FPCIS têm que pensar estratégias não só de caráter territorial, mas, também, econômicas”.

ADB-prefeitura de Leme informou que em Leme a questão da regulação fundiária não é crítica. “Os novos loteamentos passam por análise com base nas Zonas Especiais Interesse Social (ZEIS).

Tem o problema do desdobro que faz com que um lote vire dois. As regiões são bem definidas e as ZEIS ficam nas franjas do município. Existem quatro regiões mais distantes do aglomerado urbano, mas, são caracterizadas como urbanas. A legislação municipal existe separada, parcelamento do solo, zoneamento municipal e código de obras, sendo que, no zoneamento contém diretrizes para áreas rurais”. Se comprometeu a enviar para a equipe da Fipe.

R-estudante da Unicamp disse que Limeira tem muito a oferecer. Pode ajudar muito fornecendo dados e informações. Se comprometeu a encaminhar contatos da universidade que podem ajudar nas análises e na elaboração do diagnóstico.

ML-Fipe encerrou a discussão dizendo que foi muito produtiva e resumiu dizendo que é importante uma articulação das prefeituras da região para potencializar o turismo de negócios e de lazer porque tem muitas cachoeiras. “É preciso pensar como que o PDUI pode ajudar a definir diretrizes para resolver a questão da regularização fundiária na macrozona de uso sustentável. O crescimento desordenado surgiu em todas as oficinas da região”.

Comentou ainda que o macrozoneamento precisa, também, pensar no enfrentamento do conflito do transporte rodoviário que uso o viário urbano.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transportes, Mobilidade e Logística

Após a apresentação do panorama específico da sub-região pela coordenadora da região de Piracicaba, SM, foi dado início aos debates com as seguintes questões norteadoras:

- ❑ Quais os desafios à potencialização das atividades produtivas na região: consolidação de vocações, articulação das dinâmicas locais, convergência de projetos, sistemas unificados de gestão de serviços.
- ❑ Dificuldades do sistema viário e transportes: quais as conexões viárias intrarregião e do transporte coletivo e intermunicipal, relação viário urbano com viário principal e transporte de cargas.
- ❑ Demandas de atendimento social: se a rede hospitalar é satisfatória, equipamentos de qualificação de mão de obra (Ectcs, Fatecs, Senai) se adequados às demandas, planejamento integrado e segurança pública.
- ❑ Cidades inteligentes: existem programas e ações para centros de monitoramento de segurança e transporte, iluminação inteligente, espaço de inovação, *coworking*.

As questões sobre transporte e mobilidade tiveram grande destaque. Sobre esse tema, **MR-Limeira** chamou a atenção para o conflito entre rodovias e vias urbanas, como por exemplo, o eixo da Anhanguera que faz ligação com a Região Metropolitana de Campinas (RMC) e parte dos municípios da região. “Existem conflitos no trecho de Mogi Mirim-Limeira, em que é necessário circundar a rodovia para a chegada em Limeira, momento em que ocorrem fugas de pedágio e que, para sanar esse problema, foi criado um pedágio na estrada que liga Limeira-Cordeirópolis. Diz que foi apresentada uma proposta de um rodoanel para conexão da SP 133 com a SP 147 e que entendem que este deva ser estadual Campinas-Piracicaba sem passar pelo viário de Limeira, o que possibilitaria maior capilaridade. Mesmo assim, na rota leste-oeste é necessário passar pelo anel viário de Limeira, que é intraurbano.

RN-Fipe colocou que a questão apresentada por MR-Limeira sobre a ligação de Limeira a Campinas e pergunta se a SP 147 é concedida.

MR-Limeira respondeu que a SP 147 cruza o anel viário com a Rodovia do Açúcar e que não está concedida, pertence ao DER. Complementou dizendo que a interligação sul americana-Santa Bárbara, parte sudeste de Limeira e Piracicaba são muito conectados e existe uma simbiose mais concentrada na parte sul. Ainda sobre a questão do sistema viário, disse que o município de Pirassununga possui anel viário, igualmente gerador de grande conflito, pois passa pela área urbana, que não suporta a circulação de veículos de carga. “Foi elaborado um projeto para alteração do sentido do anel viário, porém não foi implantado”.

Outra questão diz respeito ao aeroporto regional de Viracopos, que está muito próximo a Limeira, mas cujo foco é a logística.

Falou ainda sobre a ideia de uma rodoviária interligada e intermodal: ferroviário e rodoviário. Sobre o aeródromo de Limeira, está desativado, mas há proposta de instalação em local isolado da área urbana, buscam-se recursos federais para sua continuidade.

RN-Fipe colocou que a região de Piracicaba tem oito aeródromos e perguntou se entraram na concessão.

MR-Limeira informou que o aeródromo de Limeira está desativado e que existe uma proposta de mudança de local desse aeródromo. “Será em uma área isolada da área urbana, uma área pública, que parte da pista já está implantada, mas que a prefeitura busca recursos junto a um dos ministérios para continuação da obra. Todos os licenciamentos foram feitos e o Plano Diretor já indica essa área como macrozona aeroportuária. A ideia é de concessão”.

ML-Fipe perguntou se existem estudos de projeção de demanda para esse aeródromo.

MR-Limeira respondeu que não tem estudos a esse respeito e disse que a ideia era de transporte de carga e de passageiros, mas prevaleceu o foco no transporte de cargas.

Ainda sobre o tema de transporte informou que estavam estudando a possibilidade de reativar o trem entre os municípios de São Paulo e Americana e que Limeira queria que essa linha fosse até o município.

Além disso, Limeira está com a ideia de criar uma rodoviária interligada e intermodal. O objetivo é fazer outra rodoviária do lado oposto a ferroviária, que teria função de terminal intermodal com eixo ferroviário e receberia as linhas que não vem a Limeira ou que vêm com grande espaçamento de horários. Esperam que com a criação da Região Metropolitana de Piracicaba (RM) exista a possibilidade de o modal ferroviário chegar até Limeira.

RN-Fipe colocou que o trem não virá até Americana, somente até Campinas. Que o projeto foi revisto e só haverá uma estação que irá até Campinas, pois não há demanda suficiente para suportar a tarifa. Disse ainda que a proposta de Limeira pode até ser apresentada, mas neste PDUI não há possibilidade de levar essa linha até Americana, menos ainda até Limeira e que a questão pode ser colocada futuramente como revisão do PDUI.

MR-Limeira ponderou que sobre a questão das concessões as negociações são fundamentais, disse que em Limeira, na concessão da Autoban, houve deficiência das tratativas que são políticas e Limeira ficou de fora de algumas obras. “Nas renovações das concessões é importante negociar, acesso, marginais, novos prolongamentos, anéis viários. Sobre o anel viário de Campinas, deve acontecer a integração entre os secretários, provavelmente as propostas se fortalecerão, pois a integração entre os municípios em nível mais amplo e integrado, tem mais peso”.

MR-Limeira disse que sobre o tema da regularização fundiária, informou que Limeira tem lei específica, mas não trata de interesse social. Não possuem favelas, tem pouca incidência de parcelamento de solo irregular.

“Os maiores problemas são na área rural, cuja característica de ocupação é voltada às chácaras de lazer, demandadas de Campinas”. Ressaltou que é uma questão séria e importante. “Hoje Limeira não é mais a capital da laranja, que agora está em Batatais e Matão. Que essa região outrora de Limeira, não tem outro uso, fato que abriu espaço para os parceladores ilegais, não para produção, mas para parcelamento imobiliário”.

Outro destaque envolveu o tema do turismo na região, que é diversificado.

MR-Limeira colocou que Limeira tem classificação de cidade de interesse turístico e que o forte do município é o turismo de negócios. “Polo de turismo de negócios devido a que outras cidades

próximas a rodovia Anhanguera têm produção e venda de joias folheadas”. Informou ainda que Limeira tem Plano de Turismo e que será compartilhado com a equipe do PDUI.

JFA-Limeira disse que a iniciativa de regionalização já existe e citou a região turística da Serra do Itaqueri que é uma das regiões mais destacadas na articulação do turismo. Disse ainda que estão fazendo as rotas de turismo na tentativa dessa regionalização, como por exemplo, as rotas de alambiques e que isso pode ser potencializado.

MR-Limeira afirmou que Limeira tem UPA ativa, além dos hospitais. Chamou atenção para a falta do ícone relacionado a presença dessas UPAs no mapa apresentado da região pela equipe.

EOL-Pirassununga colocou que o turismo de Pirassununga provém mais de relatos. O município fazia parte do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) em 2021 e foi elaborado um projeto com melhorias nesse aspecto. “Pirassununga possui a Cachoeira das Emas, que hoje abriga a festa da morte do Padre Donizete e turistas de Tambaú vêm para a cachoeira”. Informou que nunca fizeram um levantamento de pessoas que passavam por esse trajeto, mas que está por volta de 40, 50 mil pessoas. “Contingente grande para um local sem estrutura, sem investimento. Fizemos um projeto para embarque e desembarque, mas não foi implementado. O projeto foi terceirizado e, antes mesmo de iniciar, houve falha no cumprimento do contrato”.

Em relação ao circuito de destilarias, afirmou que foi elaborado com a inclusão da academia da força aérea. “Hoje a entrada na academia é restrita, necessita de autorização. Embora a presença da academia dê destaque para a cidade, causa certo impacto, como por exemplo, a questão da frota de Pirassununga que chega a mais de 55 mil, somando a frota da academia, da USP, das pessoas de fora, o que impacta no sistema viário, atendimento na área de trânsito-temos apenas três agentes de trânsito, uma pessoa que faz a sinalização e estrutura precária”.

Em suma, Pirassununga é mais voltada ao turismo ambiental, como a Cachoeira de Emas, e turismo festivo, circuito dos alambiques, mas que necessitam maior articulação entre os municípios próximos.

Sobre a questão do turismo, RN e SM-Fipe colocaram que é importante que o PDUI receba das prefeituras a relação desses ativos identificados e classificados e que o PDUI pode fazer propostas sobre o calendário turístico, as insuficiências para as estruturas, como áreas de estacionamento, de apoio, mão de obra capacitada, dentre outras.

Disseram ainda ser necessária a integração entre os municípios, o que cada um pode fornecer, seja a festa propriamente dita, a infraestrutura de hotéis, limpeza, via de chegada. Para tanto, os municípios devem elaborar um mapa de turismo para que sejam pensadas propostas a serem incluídas no PDUI.

EOL-Pirassununga, em relação ao tema viário e transportes colocou que a realidade de Pirassununga é bem diferente de Limeira. A cidade possui anel viário, mas cresceu desordenadamente. O anel viário corta o centro da cidade, a carga é escoada pelo centro, o que causa retrabalho relativo aos reparos constantes das vias.

Informou que foram feitos estudos e elaboração de um projeto para alteração do sentido do anel viário que passaria pela USP, mas que não foi implantado por falta de recursos e viabilidade política.

Disse ainda que está constando do Plano Diretor o estabelecimento de horários para carga e descarga das carretas que circulam pela cidade durante o dia e que não é suportada pela estrutura.

Sobre os temas de saúde, educação e segurança, **EOL-Pirassununga** disse que estes serviços no município são satisfatórios, porém existe um problema com a Santa Casa.

“No geral o atendimento é bom, a cidade está em desenvolvimento, com investimentos e loteamentos”.

Quanto à segurança pública, Pirassununga tem base da Polícia Militar, Civil, exército e Guarda Municipal muito atuantes, e cujo índice de criminalidade é baixo.

Ao final a coordenadora da região, **SR**, diz que a reunião foi rica, apesar de termos apenas dois representantes de municípios presentes. Levantou-se a questão dos sistemas viário e transportes, os conflitos existentes entre sistema viário urbano, a necessidade de anéis viários para contornar as cidades, conflitos entre transporte de carga e área urbana, além dos temas de regularização fundiária e turismo. Agradeceu a participação de todos e encerra a última oficina regional.

Encaminhamentos

- Macrozoneamento Regional:** ver como o PDUI pode ajudar a definir diretrizes sobre a questão da regularização fundiária na macrozona de uso sustentável.
- Transporte:** pensar plano de mobilidade de transporte, mobilidade e logística com vistas a solução dos conflitos viário/urbano; articulação de projetos de proposta para o conjunto dos municípios da região; necessidade de os municípios negociarem com as concessionárias.
- Turismo:** listar e classificar o conjunto de ativos de turismo; apontar infraestruturas já existentes e as necessárias; elaboração de roteiros, propor um calendário de eventos; articulação entre prefeituras pensar propostas regionalmente.
- Documentação:** representantes das prefeituras presentes ficaram de enviar os Planos de Turismo à coordenação do PDUI.
- Representantes de Limeira e Leme ficaram de encaminhar a legislação municipal disponível.

Encaminhamentos da reunião

- Municípios identificarem as demandas de qualificação de mão de obra de acordo com as atividades econômicas.
- Organizar a cadeia de turismo, listar os potenciais, elaborar calendário do turismo para divulgação.
- Anel viário regional: definir as prioridades de investimento alinhadas com as demandas dos municípios.
- Santa Maria da Serra enviar à equipe do PDUI o estudo da Unesp sobre o Porto Seco.

V. REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO

SUB-REGIÃO JABOTICABAL

SUB-REGIÃO MOCOCA

SUB-REGIÃO RIBEIRÃO PRETO

SUB-REGIÃO BATATAIS

V.1. Oficina Regional de Jaboticabal

Data: 13/10/2021

Horário: 9h às 12h

Municípios: Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva, Taquaral.

Representantes das Prefeituras Municipais e do GESP

- Prefeito de Jaboticabal
 - Secretário de Infraestrutura de Pitangueiras
 - Ex-Prefeito de Piracicaba
-
- Sala 1: 19 participantes
 - Sala 2: 10 participantes

A abertura da oficina foi feita pelo prefeito de Jaboticabal que apoiou o projeto do Governo do Estado de São Paulo sobre a nova regionalização destacando a importância do PDUI na busca de solução para os principais problemas da região. Ele ressaltou que a integração entre os municípios e deles com o Estado, viabiliza a ação concreta a partir da realidade local. Por solicitação de vários prefeitos da RMRP, informou o desejo de que o PDUI insira nos debates propostas sobre Cultura. Todos sugerem um aprofundamento nas análises sobre esse tema.

O ex-prefeito de Piracicaba, BN, saudou a todos e convocou os prefeitos da região para participem efetivamente do processo de elaboração do PDUI, indicando técnicos das prefeituras municipais para comporem as câmaras temáticas. Ele lembrou que os planos mais recentes e a legislação sobre planejamento urbano indicam que os grandes problemas são regionais. Daí a importância do trabalho integrado.

Na sequência, houve a saudação do coordenador do projeto, Andrea Calabi, e do secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi. Após a abertura, a coordenadora da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, **CL-Fipe**, fez a apresentação do Panorama Regional e os técnicos da equipe da Fipe, **FD, F e IV** detalharam as seguintes temáticas: Dinâmica Ambiental, Saneamento e Recursos Hídricos e Macrozoneamento.

O debate suscitou dúvidas sobre o cálculo apurado sobre o índice de perdas no abastecimento de água de Pitangueiras. Foi esclarecido que os dados utilizados são os oficiais e que esse Panorama Regional tem que ser avaliado pelos municípios, pois trata-se de documento elaborado pela equipe da Fipe para ser modificado e alimentado pelas prefeituras com dados da realidade.

A coordenadora da UR destacou que o importante é trabalhar em parceria com os municípios. Por exemplo, na elaboração do macrozoneamento, a participação compartilhada é fundamental para que ele possa ser utilizado na revisão dos planos municipais. Embora legislar sobre o uso do solo urbano seja de competência do município, as questões regionais poderão ser contempladas nos planos municipais. A equipe da Fipe também esclareceu que a leitura unificada da legislação tem que ser validada pelo município e que o próximo passo será enviar aos municí-

pios o documento produzido para ser avaliado e sofrer as adequações necessárias de acordo com cada realidade local.

O fechamento foi realizado pelo prefeito de Jaboticabal que se comprometeu a incentivar a participação dos prefeitos da RMRP.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional: <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Principais questões levantadas nos debates:

Sala 1 – Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

A coordenadora da UR, **CL-Fipe** explicou aos participantes os objetivos da oficina e o processo de trabalho conjunto que a Fipe propõe aos municípios para a construção do PDUI da região e fez a apresentação do Panorama Regional.

CL-Fipe explicou que o maior objetivo é trabalhar com as informações levantadas e, dependendo do componente do trabalho, algumas são mais escassas ou tem problemas de metodologia.

“Dessa maneira, a nossa posição não é trazer uma análise como uma questão fechada, pelo contrário, a análise foi elaborada com as informações que conseguimos obter até o momento. Mas, realmente tudo o que precisamos é que as prefeituras nos alimentem com informações porque ninguém sabe melhor o que acontece em cada município do que vocês que estão na linha de frente, lidando no dia a dia com as questões locais”, enfatizou.

Ela explicou ainda que todas as contribuições vão gerar um segundo documento que é o diagnóstico que trará elementos mais consistentes sobre o que ocorre na região. “Portanto, fiquem à vontade para questionar e criticar a nossa análise porque o que importa é fazer essa troca que julgamos bastante rica. Nós fomos atrás de referências bibliográficas, banco de dados, mas algumas questões, só os municípios podem dizer o que é certo ou errado”, destacou.

FD-Fipe complementou dizendo que apesar de terem usado informações oficiais das bases da secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, muitas vezes, estão desatualizadas com relação ao que está em desenvolvimento no município. Por isso, a contribuição de vocês é fundamental para a alimentação e atualização dessas bases.

F-Fipe disse ainda ser importante que os técnicos fossem alertados caso tenha alguma questão que não tenha sido abordada-e que seja importante para caracterizar a região. “Tragam que nós vamos atrás das informações e se vocês enviarem dados mais atualizados do que esses que estão disponíveis hoje, podemos agregar na análise”.

CL-Fipe citou como exemplo, as áreas de unidade de conservação. “Se o município tem áreas, mesmo que ainda não estejam legisladas, mas que sejam relevantes podemos incorporar no trabalho”.

Vamos iniciar a apresentação dos especialistas que vão mostrar com mais detalhe as questões que só falei de forma muito geral. Vamos começar com Felipe que é especialista em planejamento e gestão do território e que vai falar sobre a dinâmica ambiental da região.

FD-Fipe. “Este é o momento de intensificarmos a visualização dessas informações. Vamos apresentar a dinâmica ambiental, algumas características mais gerais da região e falar também sobre saneamento básico e depois apresentaremos a proposta de macrozoneamento”, explicou.

Após a apresentação da dinâmica ambiental, **F-Fipe**, especialista em gestão ambiental, apresentou os dados e informações sobre saneamento básico.

F-Fipe começou a apresentação, explicando o trabalho elaborado sobre saneamento básico com seus quatro componentes abastecimento de água: esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. Esclareceu que dúvidas e complementações podiam ser feitas durante a exposição e que os participantes podiam usar o chat para comunicação.

Após a apresentação desses dois blocos-dinâmica ambiental e saneamento básico-foi aberto um espaço para debate.

RAT-secretário de Infraestrutura de Pitangueiras Pergunta no chat como foi apurado o índice das perdas no abastecimento de água de Pitangueiras.

F-Fipe esclareceu que dados foram retirados do Sistema Nacional de Informações (SNIS) que é formado por informações autodeclaradas pelos municípios. Sobre o tratamento, a fonte foi a tabela da Cetesb que consta do Relatório de Qualidade de Água que é um dado fornecido pelo próprio município. Quanto às perdas, os dados foram retirados do Sistema Nacional de Informações (SNIS) de 2019 que é o último levantamento disponível no site. A situação pode ter sido alterada em vários municípios.

RAT-secretário de Infraestrutura de Pitangueiras perguntou, via chat, se não seria possível ter uma metodologia única para todos os municípios.

F-Fipe explicou que o SNIS traz uma metodologia, mas o entendimento de um município pode ser diferente de outro e isso pode gerar discrepâncias entre municípios. No próprio relatório do sistema, ele aponta essa diferença de entendimento.

“Seria excelente ter uma metodologia única porque tem pouca informação sobre saneamento e as que existem divergem porque não há um entendimento único para todos os municípios. Muitas vezes, o sistema é alimentado de forma deficitária. A plataforma digital abrindo, também será um canal de comunicação que vocês poderão utilizar para enviar questões, propostas e anexar documentos”, destacou.

CL-Fipe disse ser possível combinar de fazer essa ponte por meio da plataforma digital porque ela está praticamente pronta e será um espaço de contato. “Todos poderão preencher o formulário e anexar documentos que julguem importante, além da comunicação direta com a nossa equipe. Vocês também devem envolver outros técnicos especialistas em determinados assuntos para participarem desse projeto”, disse. Ele apresentou a geógrafa, especialista em geoprocessamento, **IV-Fipe**, que apresentou o que a equipe conseguiu fazer sobre o macrozoneamento. “Até agora, eu falei mais dos conceitos, do que se trata, mas ela vai mostrar a proposta de macrozoneamento que também necessita de uma avaliação e de informações dos municípios. Essa etapa é da leitura unificada da legislação existente.”

IV-Fipe esclareceu que a leitura unificada é só um facilitador para poder fazer a análise regional dos dados de todos os municípios posteriormente, não sendo, portanto, o macrozoneamento em si.

RAT-secretário de Infraestrutura de Pitangueiras pediu, por meio do chat, informação sobre a participação dos municípios no macrozoneamento e como fazer a unificação com o mapeamento do zoneamento municipal.

CL-Fipe esclareceu que o processo do macrozoneamento começa com o levantamento da legislação municipal, mas o Macrozoneamento Regional não é uma transcrição direta dos planos diretores, ele é elaborado em outra escala por tratar de questões regionais. “Tem que ser feito em parceria com os municípios, tanto que cada relatório da leitura unificada dos municípios é validado com a prefeitura por meio de um documento formal que é enviado por e-mail e que, depois de ser avaliado, deverá ser devolvido com as observações que julgarem pertinentes. Ele só é aprovado quando há um consenso entre o que nós entendemos e o que a prefeitura entende da leitura unificada. O macrozoneamento é um passo seguinte e ele será parte integrante da lei do PDUI que deverá ser aprovada na Assembleia Legislativa”.

Foi explicado que os municípios terão que fazer uma adequação, caso seja necessário, porque como é um trabalho em parceria, é possível que alguns ajustes precisem ser feitos dentro de um determinado prazo. “Não tenho certeza, mas parece que o prazo para os municípios se adequarem é de 3 anos após a publicação da lei do Plano. Isso é normal acontecer, por exemplo, na Região Metropolitana de São Paulo em que alguns municípios terão de se adequar na área de proteção aos mananciais”.

Nessas áreas, as leis específicas são desenvolvidas em parceria com os municípios e se chega a um consenso, com uma visão regional pactuada entre todos os municípios que, posteriormente, incorporam em seus planos diretores. “A experiência mostrou que quando esse processo é feito de forma realmente compartilhada, o resultado que se chega é fruto de um consenso de todos.

Muitos planos diretores estão em fase de revisão, então, é uma oportunidade dos municípios se sentirem mais apoiados nesse processo de construção do PDUI para terem elementos que vão ajudar no embasamento dessa visão regional. Alguns municípios fizeram revisão do Plano Diretor recentemente e os elementos contidos nesses planos dão algumas pistas regionais. Por exemplo, Ribeirão Preto tem uma proteção da área de recarga do Aquífero Guarani, mas, após a aprovação da lei do PDUI, os municípios vão ter um prazo para compatibilizar os seus planos diretores com o macrozoneamento. Necessariamente, vai ser raro que uma macrozona definida regionalmente seja muito contraditória com o que um município definir. A tendência é que haja uma coerência com relação às macrozonas que o município indica e o que o macrozoneamento propõe. Mas, de qualquer maneira, essa é a importância de termos esse diálogo constante com os municípios. Não faremos um plano de gabinete. Queremos trabalhar em parceria”.

Foi explicado ainda que em um cruzamento regional na Região Metropolitana de São Paulo – que tem 39 municípios com uma realidade extremamente complexa – foi possível fazer o macrozoneamento com muita participação dos municípios. “Não é uma responsabilidade de um ente federado porque quem tem a competência – pela Constituição – para legislar sobre o uso e ocupação do solo é o município.

RAT-secretário de Infraestrutura de Pitangueiras perguntou, via chat, quais são os próximos passos.

CL-Fipe. “Estamos reforçando esse pedido de documentos para as prefeituras e quando forem encerradas as quatro oficinas regionais da região, a equipe de macrozoneamento fará novamente o levantamento do que a gente tem e o que falta”.

Foram feitas várias ligações quando os convites ainda não tinham sido enviados, daí fica um pouco mais difícil, mesmo assim recebemos muitas respostas e quando conseguimos falar com a área responsável, a resposta vem rápida.

“Então, o próximo passo é encaminhar todos os documentos para cada município avaliar e se apropriar da leitura e do entendimento que tivemos. Vamos encaminhar o relatório e a planilha do macrozoneamento para cada município validar. Precisamos saber se estamos entendendo a mesma coisa. Depois disso, será elaborado o Macrozoneamento Regional. Se tiver alguma incoerência, será feito contato com os municípios para fazer esse ajuste”.

Sala 2. Desenvolvimento Econômico e Social, Transporte, Mobilidade e Logística

Após uma breve apresentação dos participantes e a apresentação do panorama da sub-região pela coordenadora de OR, **FC**, e os técnicos **BB** e **HD**, foram colocadas as perguntas norteadoras sobre dinâmica econômica e infraestrutura, transporte, mobilidade e logística, e começou o debate.

FC-Fipe perguntou se alguém gostaria de fazer algum comentário sobre o que foi dito nas apresentações citando nominalmente o atual prefeito e o ex-prefeito, BN.

PERC-Jaboticabal disse que os dados são importantes porque com números, tanto na parte da quantificação quanto da qualificação, é impossível qualquer prefeito se direcionar para estabelecer política pública, seja no seu município, seja pensando numa perspectiva mais macro. “Assustei com os dados, inclusive sobre a questão do automóvel porque até imaginei que era mais em Jaboticabal, apesar de, como foi dito, são situações que podem variar de município para município, de ano para ano. Nós achávamos que em Jaboticabal, os dados registrados no departamento de trânsito municipal – cerca de 62 mil veículos cadastrados para uma população de 78.028 habitantes – um número maior do que este que foi apresentado aqui. Outra questão que me surpreendeu – que é um confronto de informações – foi o número do percentual econômico em relação a produção agrícola em Jaboticabal que, aqui no município, quase equiparamos essa situação. Estamos aqui tratando de uma relação mais macro que é a região metropolitana, então não posso ficar trabalhando apenas com o localismo, temos que pensar numa perspectiva maior, que é macro. Fico imensamente feliz com as informações e, de fato, essa é uma situação que percebemos hoje de como fazer com que os municípios que se encontram em situações divergentes, como foi apresentado, os vulneráveis, os equitativos, aqueles que se encontram numa linha mais difícil, e os que estão dinâmicos como Jaboticabal, como fazer eles se integrem. Percebemos que um dos setores que mais cresceu na pandemia foi a produção agropecuária, nós entendemos dessa maneira. Na nossa região a vocação é agroindustrial. Com relação a educação, temos quatro grandes universidades importantes, duas públicas e duas privadas em Ribeirão Preto e Jaboticabal, sem falar das faculdades de tecnologia como as de São Paulo, Distrito Federal entre outras, que auxiliam muito nessa formação profissional, tais como as Etecs e as escolas do Senai, Sesc, Senac. O que chama atenção é o que vamos pensar pós-pandemia, o que os municípios poderão fazer, quais serão os desafios, quais as possibilidades para fazer com que os setores econômicos se sintam atraídos pelos municípios. Como prefeito de primeiro mandato tenho uma série de dificuldades no município, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico. Temos uma população hoje, cerca de 3 mil pessoas que vive em um núcleo populacional, com uma média de 247,00 reais para sobreviver por dia. Temos que levar um alento para essas famílias. Estamos falando de Jaboticabal, obviamente, mas pensando numa relação macro porque as cidades vizinhas não fogem a essa situação”.

HD-Fipe respondeu ao prefeito: “Para elucidar, o senhor comentou sobre o número de veículos, mas na apresentação que fizemos, esses dados se referem apenas a automóvel particular. O número de carros em Jaboticabal, o carro particular que as pessoas têm em casa era de 31 mil. De fato, é como o senhor falou, e o senhor conhece, temos dados de Jaboticabal no ano de 2020 é um total de 60.409 veículos, que inclui todos, moto, ônibus ou transporte agrícola, o senhor está certíssimo. São 31 mil automóveis, é um número significativo para cidade, tem bastante impacto”.

BN-Fipe convidou alguém para fazer um comentário sobre as questões colocadas. “Não sei se ele está na sala, aparentemente sim”.

PERC-Jaboticabal questionou se os slides serão disponibilizados aos prefeitos para subsidiar possíveis discussões?

FC-Fipe respondeu que sim. “O material ficará na plataforma digital que será o instrumento de comunicação entre nós, os prefeitos, o poder público, a sociedade civil e a população. Nela ficarão as apresentações e todos os documentos produzidos pela equipe da Fipe. Na Região Metropolitana de Ribeirão Preto faremos quatro oficinas: Jaboticabal, de Ribeirão Preto, Mococa e Batatais e todo o material ficará disponível para que possamos trocar informações, inclusive essas questões que foram colocadas nas apresentações sobre a dinâmica econômica, transporte, dentre outros, com destaque, pois temos questões a serem respondidas pelos senhores. A plataforma irá ao ar nos próximos dias”.

ML-Fipe explicou ao prefeito que é o responsável pelo Panorama Regional junto com os técnicos de cada unidade regional. “Em novembro traremos um panorama completo de todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, objeto desse estudo. Queremos saber sobre a questão do transporte, se Jaboticabal, como um centro da sub-região, tem deficiências, gargalos, seja de mobilidade das pessoas para trabalho, estudo ou lazer e carga. O senhor poderia falar um pouco desse panorama da sub-região, dos gargalos que existem e que podem ser tratados pelo PDUI?”

PERC-Jaboticabal respondeu que em Jaboticabal, quanto à questão da mobilidade do transporte, sempre se buscou apoio de profissionais que trabalham no departamento de trânsito do município, proprietários de autoescolas, engenheiros de trânsito do município e do pessoal do DER que tem contribuído bastante.

“Jaboticabal é uma cidade que, apesar de apresentar no seu plano diretor diretrizes bonitas, não sentimos isso na prática. A cidade cresceu de maneira desordenada e as diretrizes de acessibilidade ao transporte só foram aplicadas porque algumas empreendedoras da área de loteamento, por exemplo, tiveram a sensibilidade e a sensatez de apresentar malhas viárias mais adequadas e, também, a possibilidade, por exemplo, de ciclovias, ciclofaixas, pedestre. Fizeram uma organização junto com a empresa exploradora permissionária do transporte coletivo para transportar a população, por exemplo, para o distrito industrial, que é um local onde grande parte da população trabalha. Temos três distritos industriais com logística adequada. Ficam fora do perímetro urbano da cidade, mas constam do zoneamento municipal. Um deles fica bem posterior à principal via, Brigadeiro Faria Lima, rodovia que passa por Jaboticabal. Como esse distrito industrial fica ao lado, é mais fácil transportar a população até lá com ampla capacidade de locomoção. O município tem grandes dificuldades. Destaco o que acontece no Centro da cidade que tem ruas estreitas porque são de 1928, quando o bairro foi organizado o que dificulta fazer com que Jaboticabal tenha uma cultura de rotatividade de veículos no centro ou com área azul, ou então com os estaciona-

mentos privados. Jaboticabal, para terem ideia, por três vezes foram instaladas e desinstaladas área azul, porque não tivemos a capacidade de gestão do deslocamento de veículos centrais. A cidade, apesar de ter o plano direto, cresceu de maneira desordenada para atender a interesses particulares de grupos, o que a levou a uma situação de desorganização. Um exemplo, pela primeira vez depois de dez anos, conseguimos organizar algo simples, que é a Onda Verde, abertura dos semáforos de maneira sincronizada. Mas não temos os corredores de ciclismo no centro da cidade, o que dificulta o estímulo aos usuários desse modal ou qualquer outro semelhante. Além disso, os nossos moradores passaram, nos últimos tempos, muita dificuldade com o transporte coletivo. Tivemos a quebra de uma empresa de Piracicaba que nos servia há muito tempo, que é a Piracema. Houve uma ruptura do contrato dessa permissionária por uma série de problemas no período da pandemia e ficamos sete meses e 28 dias sem transporte coletivo.

Depois, a gestão anterior criou um projeto chamado Tarifa Zero que fazia a gestão do Fundo Municipal de Transporte Coletivo e gerenciaria os recursos, inclusive dos trabalhadores que têm o direito do passe pela indústria e pelos prestadores de serviço. Mas esse fundo não foi regulamentado e, no final, a prefeitura, sem o fundo regulamentado e já com uma dívida muito grande, teve que fazer uma reorganização para que fosse rompido o programa Tarifa Zero e voltasse a ser cobrada uma tarifa social adequada com uma contrapartida do município. Mas ainda precisamos melhorar. Estamos com esse sistema emergencial aqui em Jaboticabal. Agora estamos num processo licitatório em curso para que possamos ter a exploração definitiva de uma futura permissionária”.

O prefeito expôs a dificuldade de interligação no quesito mobilidade. “Em 2010 tivemos a apresentação do projeto do anel viário que contornaria a cidade. Esse projeto, salvo engano, foi concluído apenas em 33,36%, de modo que há uma grande demanda para que esse anel viário aconteça definitivamente e atenda às necessidades de deslocamento. A cidade tem dificuldade para fazer essa interligação. Tem, ao mesmo tempo, facilidade e dificuldade geográfica de interligação dos bairros ao centro. Facilidade porque todos os bairros foram constituídos em torno do centro da cidade como todas as cidades do interior, nesse modelo de colonização portuguesa que começa na igreja matriz central e vão crescendo nas localidades próximas. Porém, a dificuldade se torna grande porque com um número enorme de veículos circulando no município, não conseguimos colocar todos os veículos no centro da cidade ao mesmo tempo, consequentemente, os corredores adjacentes desse bairro também ficam prejudicados. A propósito, temos que mudar algumas culturas, alguns pensamentos dos moradores de Jaboticabal com relação ao centro da cidade. Temos que explorar outros modelos sustentáveis como transporte coletivo, desde que o transporte coletivo também seja sustentável, que não seja apenas de combustível fóssil. O ciclismo é forte no município, mas a topografia da cidade não ajuda muito por ser bem acidentada. Esse fato causa certa dificuldade para a volta das pessoas aos bairros situados em pontos mais elevados, o que desestimula o uso da bicicleta para o centro. O que temos feito é levar os equipamentos sociais, os equipamentos públicos para os bairros para atendê-los em suas demandas”.

HD-Fipe perguntou ao prefeito se a cidade conta com uma rodoviária intermunicipal que conecta as cidades vizinhas e tem transporte coletivo?

PERC-Jaboticabal disse que a rodoviária de Jaboticabal é intermunicipal, interestadual. “Podemos dizer também que é internacional porque temos ônibus de empresas que passam por aqui com destino a países como Paraguai e Uruguai. Desde 2017, 2019 o Marco Vinholi nos presenteou com um terminal de integração urbana que será colocado no centro da cidade. Nesse local, fica

a praça central da matriz de Jaboticabal, Dr. Joaquim Batista, que é onde os ônibus fazem as conversões das mudanças de horário de motoristas e toda a população se encontra nesse centro. Próximas a essa praça temos três indústrias produtoras do setor farmacêutico animal, aliás uma indústria que está lá há muito tempo, tem 118 anos, e, salvo engano, emprega aproximadamente 400 funcionários, extremamente importante. De certa forma, essa situação acaba criando certo desconforto para todos. Temos muito carinho e respeito por essa empresa e, obviamente, apoio total indispensável a sua manutenção, mas temos problema com o tráfego de caminhões de carga e descarga, sem contar os 400 funcionários chegando nesse local com transporte coletivo, carro, moto e outros meios de locomoção. A mudança desse terminal de integração urbana para um outro local, que será na Praça Dom Assis, a seis quarteirões da Praça da Matriz, vai facilitar muito porque é uma área que abriga o mercado municipal, o que estimularia também o comércio local, e a mudança obviamente de núcleo de pessoas, até porque é uma praça quase que inabitada”.

HD-Fipe perguntou ao prefeito se empresa chamada Coplana é de logística porque observou-se que recebe muitos caminhões.

PERC-Jaboticabal explicou que a Coplana é uma cooperativa de plantadores de cana, grãos, amendoim, milho e soja e atualmente emprega cerca de 720 pessoas e indiretamente quase 2 mil pessoas associadas de empresas e representantes.

“Uma das maiores da América Latina, fica na Rodovia Carlos Tonani que tem facilidade de entrada e saída e vários municípios da região acabam acessando a Coplana. Não só da região, mas também da Grande São Paulo, de outros estados como Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, o centro-oeste como um todo, Goiás, Mato Grosso do Sul, e do Sudeste como Espírito Santo e Minas Gerais, e do Sul, Paraná e Santa Catarina. Hoje, essa empresa é responsável por um grande percentual do PIB aqui de Jaboticabal”.

HD-Fipe disse que a empresa tem uma relação forte na área de impacto de transporte.

PERC-Jaboticabal destacou que a Coplana foi uma das responsáveis por ajudar no Marco Regulatório Nacional do Saneamento e ajudou na questão do planejamento agropecuário do país.

“É uma forte apoiadora da secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. A Coplana participa muito na constituição dos marcos, entre eles, o Programa de Regulamentação Ambiental, que foi aprovado e apresentado em Ribeirão Preto”.

BB-Fipe questionou se o investimento anunciado em laboratório de pesquisas de pragas da cana seria feito no município de Jaboticabal.

PERC-Jaboticabal disse que foi na Unesp de Jaboticabal.

FC-Fipe perguntou quais os cursos oferecidos na Unesp de Jaboticabal além agronomia e veterinária.

PERC-Jaboticabal disse que oferece cursos de Agronomia, Veterinária, Zootecnia, Administração de Empresas, Biologia. “Tem ainda o Colégio Técnico Agrícola com dois cursos de formação: Colégio Técnico na área agrícola e Colégio Técnico na área de informática”.

BB-Fipe questionou se o investimento foi realizado em laboratório?

PERC-Jaboticabal explicou que o investimento está sendo realizado. “Só não me lembro agora se o valor está entre 20 e 30 milhões de reais”.

FC-Fipe agradeceu ao prefeito de Jaboticabal pela ótima participação e encerrou a reunião.

V.2. Oficina Regional de Mococa

Data: 14/10/2021

Horário: 9h às 12h

Municípios: Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Santa Cruz de Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Tambaú

Representantes das Prefeituras Municipais

- Chefe do Setor de Meio Ambiente de Santa Rosa do Viterbo
- Coordenadora de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Tambaú
- Secretário de Obras de Cassia dos Coqueiros
- Diretor do Departamento de Trânsito de Mococa
- Secretaria de Meio Ambiente de Tambaú
- Prefeitura Municipal de Cajuru

❑ Sala 1: 18 participantes

❑ Sala 2: 14 participantes

A abertura foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional que saudou os participantes e agradeceu a parceria na realização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que destacou que Mococa está decidindo se continua na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) ou se irá compor a Administração Regional de São João da Boa Vista.

Na sequência, a coordenadora técnica do projeto enfatizou a participação dos municípios como sendo fundamental na avaliação do trabalho que está sendo elaborado pela Fipe. Enfatizou que são os municípios que dirão quais são as principais demandas da região e qual é a sua potencialidade a ser explorada na elaboração do PDUI. Concluiu dizendo que é preciso trabalhar de forma integrada e transparente com os municípios.

Em seguida, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes.

A coordenadora da Unidade Regional (UR) fez a apresentação do panorama regional preliminar e destacou que as apresentações estarão disponíveis na plataforma digital. Ela ressaltou a importância da parceria da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da Fipe com os municípios para se obter, por meio do PDUI, um resultado que reflita a realidade local. Em seguida, os participantes foram divididos nas duas salas de debates de acordo com o interesse de cada um.

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Os sete municípios da sub-região participaram dos debates

Os técnicos F, F e IM da Fipe especificaram o panorama regional que contém dados, informações e mapeamento sobre a questão urbana e ambiental. As apresentações focaram na dinâmi-

ca ambiental da região, no saneamento básico e no macrozoneamento. Também destacaram a importância do PDUI como sendo uma ferramenta de atuação no território regional indicando, por exemplo, áreas com restrições ambientais e a necessidade de se implementar uma política pública de regularização fundiária.

Quanto ao macrozoneamento foi debatido a importância dele para a definição do zoneamento municipal porque ele irá orientar os planos municipais no que diz respeito a urbanização e a proteção dos ativos ambientais da região. A leitura unificada da legislação ambiental pode indicar conflitos entre leis e políticas municipais. Por essa razão, a parceria para realizar esse trabalho é de fundamental importância. Os municípios precisam adequar às suas realidades aos dados e informações apresentados no panorama regional. O próximo passo será enviá-lo, a todos, para avaliação, correção e complementação.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

CL-Fipe enfatizou que o maior objetivo da oficina é trabalhar com as informações que levantadas e explicou que, dependendo do componente do trabalho, algumas são mais escassas ou têm problemas de metodologia.

“Dessa maneira, a nossa posição não é trazer nossa análise como uma questão fechada, pelo contrário. A análise foi elaborada com as informações que conseguimos obter até o momento. Mas, realmente tudo o que precisamos é que vocês, das prefeituras nos alimentem com informações porque ninguém sabe melhor o que acontece em cada município do que vocês que estão na linha de frente, lidando no dia a dia com as questões locais”.

Destacou ainda que todas as contribuições vão gerar um segundo documento que terá elementos mais consistentes do que ocorre na região que é o diagnóstico. “Portanto, fiquem à vontade para questionar e criticar a nossa análise porque o importante é fazer essa troca que julgamos bastante rica. Nós fomos atrás de referências bibliográficas, banco de dados, mas, algumas questões só os municípios é que podem dizer o que é certo ou errado”.

FD-Fipe complementou essa informação dizendo que, apesar terem usado informações oficiais, às vezes estão desatualizadas e citou como exemplo o que está nas bases da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente com o que está em desenvolvimento no município. “Então, é bastante interessante a contribuição de vocês para alimentação e atualização dessas bases. Nesse primeiro bloco vamos apresentar alguns estudos que estamos fazendo sobre a dinâmica ambiental, saneamento e o macrozoneamento. No panorama regional vamos expor as características mais gerais da região. Pensar nessa região de Ribeirão Preto como um território que é alvo de um plano regional. Não vamos focar nos problemas específicos, mas, na dinâmica regional”.

F-Fipe apresentou o tema saneamento ambiental dividido nos seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. Ressaltou a importância da participação dos municípios e se colocou à disposição para esclarecer possíveis dúvidas e abriu para os participantes responderem perguntas elaboradas sobre os arranjos intermunicipais que existem. Questões sobre a dinâmica ambiental também foram esclarecidas. Abriu a possibilidade das dúvidas ou informações serem colocadas no chat ou enviadas por e-mail para a equipe da Fipe.

FD-Fipe disse que seria bom ouvir alguém que quisesse se colocar sobre como os municípios vêm enfrentando os impactos ambientais apresentados.

IM-Fipe apresentou a metodologia usada no macrozoneamento.

Não houve debate entre os participantes

CL-Fipe solicitou aos participantes que replicassem as apresentações nas prefeituras e identificassem quais são as pessoas que podem colaborar enviando informações importantes para o macrozoneamento que não estejam presente na oficina. “No chat há e-mails para contato, por meio dos quais é possível indicar outros nomes das prefeituras, enviar informações e, inclusive, sugerir nomes de entidades da sociedade civil que poderão ser convidadas para participar da construção do PDUI da região”.

F-Fipe perguntou se os resíduos da construção civil deveriam ser abordados. “O estudo não aborda no panorama regional, mas, a equipe da Fipe tem interesse em saber dos municípios se existe outro tipo de resíduo que não foi levantado”.

CL-Fipe pediu que o e-mail seja usado para todos os tipos de contatos que forem necessários. “Brevemente, as plataformas digitais estarão implantadas e será um canal de comunicação e colaboração onde serão disponibilizados os documentos produzidos pela equipe da Fipe e onde vocês também poderão anexar documentos.

Sala 2: Desenvolvimento Socioeconômico, Transporte e Mobilidade.

Após a apresentação do panorama específico da sub-região pela coordenadora da sala, **FC-Fipe** e pelos técnicos **BB-Fipe e HD-Fipe**, teve início o debate com as questões sobre dinâmica econômica e infraestrutura focando em perfil predominante da atividade econômica nas regiões e os desafios à potencialização das atividades produtivas; desequilíbrios no acesso ao emprego; necessidades de acesso aos equipamentos de capacitação de mão de obra (Etecs, Fatecs, Senai); e cadeias produtivas na região.

Sobre transporte, mobilidade e logística, o debate focou na avaliação dos eixos rodoviários conectados a UR; circulação de cargas nas rodovias; transporte coletivo intermunicipal integrado e polos geradores de emprego e às áreas de produção agrícola; qualidade desse transporte; principais deslocamentos entre os municípios; serviço de transporte coletivo oferecido versus demandas de deslocamento.

ML-Fipe convidou S-Tambaú e M-Cássia dos Coqueiros para falar sobre a dinâmica econômica da sub-região de Mococa. “Como vocês identificam essa dinâmica nos últimos anos, o que pode potencializar as atividades produtivas da região, se faltam equipamentos para qualificação da mão de obra, que é um tema extremamente importante, visto em todas as unidades regionais que estamos analisando, seja do Vale do Paraíba, Ribeirão Preto, Franca, a qualificação da mão de obra parece ser uma urgência na agenda econômica das regiões”.

HD-Fipe convidou o representante de Cajuru para falar sobre o transporte coletivo, cujos dados indicam que não há transporte coletivo intramunicipal no município. “Pode nos dizer como se dá essa dinâmica?”

FMC-Cajuru disse que o município possui transporte intermunicipal, mas atualmente não conta com transporte público dentro do perímetro urbano. “Só ônibus da prefeitura e de algumas empresas que transportam turistas, mas, para transporte coletivo não tem”.

HD-Fipe pediu esclarecimento sobre o deslocamento de trabalhadores dentro do próprio município. “São as empresas, as indústrias que transportam seus funcionários?”

FMC-prefeitura de Cajuru respondeu que existem algumas indústrias de grande porte que fazem o transporte dos seus trabalhadores. “A população em geral se desloca por meios próprios, motocicleta, bicicleta, alguns a pé, mas em geral por meios próprios”.

HD-Fipe perguntou quais municípios o transporte intermunicipal conecta.

FMC-prefeitura de Cajuru disse existir alguns ônibus que seguem direto para Ribeirão Preto e que passam por Santa Cruz da Esperança e por Serra Azul. “Tem transporte direto para Mococa e Altinópolis, não são muitos horários e tem, também, para Batatais. Tem ainda um da Danúbio Azul saindo de Cajuru para São Paulo, que faz ligação para Santa Rosa do Viterbo a São Simão e Tambaú”.

HD-Fipe solicitou o nome da empresa intermunicipal de ônibus.

FMC-Cajuru: Responde que a empresa que presta serviço de transporte intermunicipal é a São Bento.

ML-Fipe perguntou se os horários atendem à demanda da região ou são horários muito espaçados que atrapalham esse deslocamento para o trabalho ou para estudo.

FMC-Cajuru: no caso do transporte para Ribeirão Preto o espaçamento é adequado, durante o dia, os horários variam entre 1 hora, 1 hora e meia. O problema que se apresenta em relação a esse transporte intermunicipal é que a população que trabalha em Ribeirão Preto e que entra muito cedo no trabalho, recorre a ônibus fretado particular, que sai de Cajuru por volta das 4h30, 5h da manhã. Há também o fretamento de ônibus para estudantes. Esse ônibus sai de Cajuru por volta das 6 horas da tarde.

HD-Fipe perguntou se a prefeitura disponibiliza ônibus para as pessoas que estudam nos municípios vizinhos ou elas vão por conta própria.

FMC-Cajuru disse que são ônibus particulares. “A prefeitura auxilia em alguma coisa, às vezes na falta de algum ônibus a prefeitura dá um socorro, mas no geral são ônibus particulares”.

HD-Fipe perguntou qual o destino das pessoas que saem de Cajuru para trabalho. “Ribeirão Preto, Mococa?”

FMC-Cajuru disse que o destino da grande maioria de trabalhadores é Ribeirão Preto. “Os que trabalham em Mococa e Santa Rosa estão em número bem reduzido”.

FC-Fipe relatou a participação de **AA-Mococa**, via chat, dizendo que no município também existe dificuldade com transporte público e o maior meio de transporte é particular. Diz ainda que o motivo de estudo é o principal e que há um deslocamento grande, que é feito por carro e moto e não por transporte público.

ML-Fipe finalizou a questão do transporte. “O que sentimos quando falamos de uma unidade regional formando um aglomerado é que haja uma conexão dinâmica entre as centralidades. Essa é uma parte do estudo importante em que buscamos entender como esses deslocamentos se dão, quais são as falhas e os gargalos, para propor diretrizes de melhoria na mobilidade urbana. Agradecemos pelas contribuições trazidas pelos municípios”.

ML-Fipe chamou atenção para uma colocação importante no chat sobre problema de transporte de carga pesada dentro da cidade. (a questão não foi finalizada devido a corte na transmissão na sala 2).

V.3. Oficina Regional de Batatais

Data: 19/10/2021

Horário: 9h às 16h30

Municípios: Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, Santo Antonio da Alegria

Representantes das Prefeituras Municipais

- Secretário de Governo de Morro Agudo
- Secretaria de Meio Ambiente de Nuporanga
- Secretaria de Meio Ambiente de Batatais
- Dimutran-Divisão Municipal de Trânsito de Batatais
- Secretaria de Projetos de Santo Antonio da Alegria
- Secretaria de Convênios de Morro Agudo

A abertura foi realizada pela assessora da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Luciana Damasceno, que saudou os participantes e agradeceu a presença de todos.

Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes e a coordenadora da Unidade Regional do projeto, CL, falou sobre a importância da parceria entre a Fipe e os representantes municipais. Destacou a importância de realizar um trabalho conjunto e explicou que os documentos apresentados são preliminares e a avaliação, sugestões e críticas dos municípios serão fundamentais para a elaboração de um plano regional. Informou que, em breve, os documentos estarão disponíveis na plataforma digital de cada unidade territorial e iniciou a apresentação do panorama regional.

Os participantes foram divididos em duas salas, de acordo com o interesse de cada.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Sala 1: Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

A equipe técnica responsável pela Unidade Regional detalhou o panorama regional apresentando os estudos sobre dinâmica ambiental, saneamento básico e macrozoneamento.

Não houve debate, mas os municípios receberam, via chat, os e-mails de contato com a Fipe para encaminharem as sugestões para a equipe fazer as adequações necessárias ao panorama regional.

Sala 2: Desenvolvimento Econômico e Social, Transporte, Mobilidade e Logística

Após a apresentação do panorama específico da sub-região pela coordenadora da OR, FC, os técnicos **BB e HD-Fipe** iniciaram o debate com as questões norteadoras, quais sejam:

Dinâmica Econômica e infraestrutura

Qual o perfil predominante da atividade econômica nas regiões e os desafios à potencialização das atividades produtivas; desequilíbrios no acesso ao emprego; necessidades de acesso aos equipamentos de capacitação de mão de obra (Etecs, Fatecs, Senai); identificação de cadeias produtivas na região.

Transporte, Mobilidade e Logística

Como avaliam os eixos rodoviários conectados a UR; como se dá a circulação de cargas nas rodovias; o transporte coletivo intermunicipal é integrado e atende aos polos geradores de emprego e às áreas de produção agrícola; qual a qualidade desse transporte; quais os principais deslocamentos entre os municípios; o serviço de transporte coletivo supre as demandas de deslocamento?

BB-Fipe respondeu questionamento de **RC-Morro Agudo** que se manifestou por meio do chat dizendo que até o momento a produção do açúcar é o grande produto de exportação da região. Para a exportação é usada a ferrovia. “Tem ainda uma produção importante de amendoim para o mercado nacional, mas também é exportado, a produção de café e carnes, a pecuária e a embalagem das carnes. Esses são os setores com maior expressividade na região”.

HD-Fipe complementou dizendo que ao olhar para os dados sobre origem/destino de cargas nas ferrovias, tanto na rodoferrovia da malha paulista quanto na ferrovia Centro Atlântica, o açúcar não é o único produto exportado via ferrovia.

BB-Fipe falou de outra pergunta colocada por **RC-Morro Agudo** sobre os serviços de alto conhecimento tecnológico. Ele questionou se a região consegue formar mão de obra para abastecer esse setor e **BB-Fipe** respondeu que sim.

“Existem escolas para isso e uma das coisas que a equipe fez foi levantar dados para elaborar esses documentos e os próximos. Trata-se de uma primeira aproximação da questão de formação de mão de obra”.

Disse ainda que na reunião do dia anterior foram levantadas algumas questões sobre a existência no Parque Tecnológico de Ribeirão Preto de um grupo de tecnologia da informação que está bastante atuante na região. “Existem outros serviços que se encaixam em toda essa cadeia agroindustrial que tem na região. Em outras regiões, Jaboticabal, por exemplo, há um setor de pesquisas ligado à produção de cana, que também se encaixa no setor de serviços, de pesquisa e geração de informações. Existem várias iniciativas e sua dúvida é pertinente. Temos dois lados: se haverá demanda para essa mão de obra, e se haverá oferta dela. Complementando o que foi dito e, lembramos que a região é relativamente bem servida de oferta de cursos para formação superior. São quatro universidades na região, sendo duas públicas do estado de São Paulo, de alta qualidade, pelo menos do ensino superior. É uma região com boa oferta de educação. O que precisamos levantar mais detalhadamente é sobre a formação técnica, tecnológica, profissionalizante”.

FC-Fipe disse existirem várias técnicas, Fatecs, Etecs. “Essa é uma das questões que foram solicitadas nas oficinas anteriores, em que os municípios pedem a ampliação dessa oferta de cursos técnicos. Existe o Instituto Federal São Paulo, em Sertãozinho, que oferece cursos de nível superior e técnico. Pelo que depreendemos das notícias que lemos a respeito, é que não há carência desses cursos na região, que há uma oferta razoável. O que é pedido pelos municípios, ao menos

nas outras oficinas, diz respeito a um reforço, uma ampliação para garantia de vagas, mas não constitui um problema”.

ML-Fipe questionou se o perfil desse ensino está adequado à estrutura produtiva.

FC-Fipe afirmou que não há nenhuma questão colocada nesse sentido já que a solicitação é de ampliação de vagas de cursos, não alteração de cursos ou adaptação curricular, mas não é feita nenhuma menção a não adequação do que já existe. “Não sei se não foi explorada essa questão, mas não apareceu como problema. Na oficina de Franca, por exemplo, foi dito que os cursos não eram adequados”.

FC-Fipe relatou a colocação de **RC-Morro Agudo** sobre o município ter parceria com o Senai e algumas prefeituras da região enviarem estudantes para a cidade em cursos técnicos. Questionou **RC-Morro Agudo** se essa oferta de cursos técnicos está adequada às necessidades do município e das empresas.

HD-Fipe apontou uma questão que não é só dos cursos, mas às vezes de distribuição entre os municípios da região, senão fica muito concentrada em Ribeirão Preto. “Em termos de curso técnico pelo que vimos ontem, inclusive, há uma distribuição até que razoável de curso técnico, não de universidade nos municípios de Batatais, Jaboticabal e Mococa. Para facilitar o acesso de outros municípios, talvez seja uma opção. O que eu não consegui perceber foi a questão da ligação desses municípios que oferecem os cursos com os municípios menores. Algumas questões não estão muito claras pelos dados que nós temos”.

BB-Fipe disse que tinha dúvidas sobre a capacidade de acesso dos moradores de municípios menores a esses cursos porque o que foi visto na apresentação do ED-Fipe é que a questão do transporte público ainda é muito diferente de acordo com cada um dos municípios. “Na oficina de ontem, salvo engano, R da Transerp, colocou que era comum os alunos utilizarem serviços de ônibus fretado para se deslocarem entre os cursos noturnos. O que não é um problema, mas uma solução”.

FC-Fipe observou que talvez não tenham serviço regular e isso é comum, mas não quer dizer que o acesso ao curso seja dificultado, apenas a forma de acesso.

BB-Fipe esclareceu que estava pensando na questão do deslocamento das pessoas que estão em áreas rurais dos municípios menores.

FC-Fipe relatou a colocação de **RC-Morro Agudo** que diz serem cursos voltados para a área de mecânica agrícola. “São cursos que estão atendendo às demandas de alguns municípios e de algumas empresas”.

HD-Fipe disse que na Região foi feita uma análise apenas para as interligações por motivo de estudo de nível superior, mas, podemos eventualmente, fazer um levantamento para ver quais são as ligações entre municípios. Apresentamos um módulo geral de fluxos para a gestão do território pelas empresas privadas e públicas.

FC-Fipe sugeriu deixar isso como tarefa porque é preciso aprofundar essa questão para a elaboração do diagnóstico. “Mesmo porque, pela informação que se tem até agora, isso não aparece como dificuldade. Dificuldade de não ter transporte, de ter uma demanda forte e não ter oferta, ou seja, não há um gargalo nessa situação, mas vamos analisar melhor”.

BJ-Batatais destacou como grande problema a mobilidade na rodovia Altino Arantes, desde Santo Antonio da Alegria até Morro Agudo. “Se faz necessária a duplicação da pista porque tem muitos acidentes no trecho entre Batatais e Sales Oliveira. É um trecho muito perigoso e precisamos de uma solução para essa questão”.

HD-Fipe perguntou se essa rodovia é muito utilizada para escoamento da produção da cana.

BJ-Batatais respondeu que, na verdade, é divisa de Santo Antonio da Alegria com São Sebastião do Paraíso sentido Minas Gerais. Nesse trecho tem muitos caminhões, não só para escoamento, mas de toda a produção agrícola até a chegada em Ribeirão Preto.

“Temos que dar atenção a essa questão da mobilidade. Por exemplo, em nossa sub-região temos um ônibus que vai para Altinópolis, mas não temos ônibus que faça o caminho inverso, Sales Oliveira a Morro Agudo. Temos um serviço na região de ônibus circular muito precário. Essas questões precisam ser resolvidas”.

HC-Fipe agradeceu pelas colocações.

FC-Fipe agradeceu a participação e lembrou a todos que poderão consultar os documentos produzidos pela equipe da Fipe e as apresentações feitas nas oficinas na plataforma do PDUI da Unidade Regional de Ribeirão Preto, além de elaborar propostas para serem contempladas no PDUI.

Encaminhamentos para os municípios

- ❑ **Educação e capacitação técnica:** elaborar uma proposta sobre a necessidade de adequação e ampliação de cursos em diversas áreas, principalmente os voltados à tecnologia agrícola.

V.4. Oficina Regional de Ribeirão Preto

Data: 18 de outubro de 2021, no formato on-line.

Representantes das Prefeituras Municipais

- Secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto
- Secretário de Meio Ambiente de Sertãozinho
- Secretário de Segurança e Trânsito de Brodowski

Representantes da Sociedade Civil

- Coordenadora Regional do CAU/SP
- Conselheira do CAU

A abertura foi realizada pelo subcoordenador da subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da secretaria de Desenvolvimento Regional que saudou os participantes e agradeceu a presença de todos e a disposição dos municípios em fazer o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região como parceiros da secretaria de Desenvolvimento Regional e da Fipe.

Na sequência, o coordenador do projeto, Andrea Calabi, e o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, saudaram os participantes. A coordenadora técnica do projeto falou sobre a importância do trabalho conjunto e explicou que os documentos apresentados são preliminares e a avaliação, as sugestões e críticas dos municípios serão muito bem-vindas. Informou que, brevemente, os documentos estarão disponíveis na plataforma digital de cada unidade territorial e iniciou a apresentação do Panorama Regional, reforçando que se trata de um documento preliminar a ser analisado pelos municípios.

A secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto solicitou informações sobre a organização dos trabalhos e qual o objetivo da Oficina Regional. O processo de construção do PDUI foi esclarecido e ela achou muito importante a proposta de desenvolver um trabalho conjunto com os municípios para se elaborar um diagnóstico real da UR.

Os participantes foram divididos nas duas salas de acordo com o interesse de cada um.

O tema da Sala 1 era “Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a equipe técnica responsável pela Unidade Regional, detalhou o Panorama Regional apresentando os estudos sobre dinâmica ambiental, saneamento básico e macrozoneamento.

O debate foi aberto e os participantes levantaram várias questões sobre a apresentação, tais como a necessidade de considerar o Parque Municipal do Morro de São Bento na cobertura vegetal nativa. A prefeitura de Ribeirão Preto está fazendo um Censo Arbóreo que ajudará com dados e informações sobre a cobertura vegetal. Ribeirão Preto com mais 18 municípios e o Consórcio Municipal Mogiana, com auxílio da FEB Caixa estão desenvolvendo estudos para a instalação de uma usina de resíduos sólidos. Está em fase de implantação uma usina de compostagem “Usina Verde”. O Código Ambiental está sendo revisto e está sendo feito um Plano de Combate às Quei-

madras, um Plano de Mudanças Climáticas e um Plano da Mata Atlântica e do Cerrado. São questões estratégicas que devem ser consideradas em um plano regional.

Na sequência, o macrozoneamento recebeu sugestões de inserção das áreas contaminadas, fazer o zoneamento a partir das bacias hidrográficas, considerar também a conurbação a partir do eixo rodoviário e mapear os grandes geradores de resíduo sólido da região. Todos encaminharão dados, informações, mapas e documentos para a equipe da Fipe.

As apresentações estão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Principais pontos do debate

FD-Fipe apresentou a dinâmica ambiental da região e, nesse primeiro bloco, apresentou alguns estudos sobre a dinâmica ambiental, saneamento e o macrozoneamento. “No panorama regional vamos expor as características mais gerais da região. Importante pensar nessa região de Ribeirão Preto como um território que é alvo de um plano regional. Não focar nos problemas específicos, mas, na dinâmica regional”.

F-Fipe fez a apresentação do tema saneamento básico dividido em seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto pediu esclarecimento sobre o papel das oficinas, sobre a contratação da Fipe e sobre o início dos trabalhos.

CL-Fipe explicou que pela transferência das atribuições da Emplasa para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, ela contratou a Fipe para elaborar os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUIs) de cinco unidades regionais, entre as quais a de Ribeirão Preto. Os trabalhos começaram com a elaboração do panorama regional, depois será elaborado o diagnóstico e, para isso, a Fipe precisa da colaboração dos municípios para fazer as atualizações necessárias ou receber alguma informação que não tenha sido contemplada. Por exemplo, quando a Emplasa fez o panorama de Piracicaba, faltaram questões muito sérias de poluição por material particulado que não foram analisados na profundidade e nem na escala em que os municípios trouxeram para debate na oficina. Por isso é importante a participação dos municípios na construção do diagnóstico para que ele tenha uma visão integrada dos grandes problemas dos municípios.

F-Fipe ressaltou a importância de os municípios construírem o plano juntos, apresentando informações sobre os problemas considerados regionais que devam ser contemplados no PDUI. Explicou ainda que a plataforma digital estaria disponível e todos poderiam encaminhar propostas e anexar documentos.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto ressaltou a importância do trabalho conjunto por causa da vivência dos municípios e informou que sobre a cobertura vegetal, o município está fazendo um Censo Arbóreo para identificar algumas questões a mais, porém não são relativas à vegetação nativa. Levantou que em uma planilha da apresentação da dinâmica ambiental, aparecia a Unidade de Conservação Ecológica Guarani que foi instituída recentemente, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), mas não aparece o Parque do Morro de São Bento que é uma unidade que existe há muito tempo, antes da lei do SNUC e que talvez,

não tenha sido visualizada. “É a área do bosque e que o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condemá) pede que seja instituída de acordo com a Lei do SNUC, como uma unidade de proteção integral. Porém, não é o caso porque existe uma consolidação de uso e ocupação do solo no entorno que não dá para institucionalizar como unidade de preservação integral, teria que ser de uso sustentável. É importante ser inserida no trabalho”.

Na apresentação sobre saneamento básico foi destacado que o município faz parte do Consórcio Municipal da Mogiana que tem 44 municípios, sendo que 18 deles fizeram uma cooperação para contratar estudos da FEB/CAIXA para instalar uma usina de resíduos com transformação em energia. “Esse estudo está em andamento, estamos levantando qual o melhor lugar para a instalação, verificando a distância entre os municípios por conta de logística, aproximação com aeroportos para depois modelar a Parceria Público Privada (PPP). O objetivo é eliminar a disposição dos resíduos para os aterros. Hoje, a disposição final é feita em um aterro em Guatapar. Outra questão é que Ribeirão Preto está trabalhando para a implantao de uma usina de compostagem nos mesmos moldes da Usina Verde de Campinas que é uma parceria do Estado com a Sociedade de Abastecimento de água e Saneamento (Sanasa) e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA). Em Ribeirão será feito do mesmo modo. O Estado se comprometeu a destinar a concessão de uma área perto da Fazenda Experimental. O município tem uma Secretaria de água e Esgoto que faz o tratamento de esgoto. Na parte da compostagem entra o lodo e a SIMA está trabalhando junto e a prefeitura está fazendo os estudos para viabilizar a usina de compostagem”. Houve o comprometimento de passar os dados sobre essas ao es que estão ocorrendo para serem inseridas no trabalho da Fipe.

CL-Fipe destacou a importância de receber essas informao es. “Daqui a pouco entraremos na fase de elaborar as propostas e é fundamental termos as atualizao es e complementao es das informao es. A equipe Fipe fará encontros com o setorial do Estado e é bom já termos informao es do que já está ocorrendo na região ”.

FD-Fipe respondeu que no caso do Parque Morro de São Bento, a fonte foi a base de dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservao e como o parque ainda não foi institucionalizado, não apareceu nessa base. Foi solicitado o polígono do parque para compor a informao das áreas de proteo es.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto ressaltou que é importante inserir o Parque Morro de São Bento, mesmo sem estar instituído, porque hoje já existe um plano de manejo. “Ele é antigo, mas, sempre foi considerado uma área de Proteo Ambiental (APA)”.

CL-Fipe explicou que no macrozoneamento, depois da etapa de leitura dos planos diretores, essas informao es foram organizadas em várias camadas e as unidades de conservao é uma delas.

F-Fipe solicitou mais informao es sobre o consórcio de resíduos sólidos. “Importante saber se todos pertencem a Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). “RJ colocou no chat que a Estao de Tratamento de gua (ETA) está abandonada. Essas informao es são importantes para pontuarmos no diagnóstico e de alguma forma considerar essa proposta para que o problema seja sanado”.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto enfatizou que com relao es às queimadas, apesar de Ribeirão Preto não ter o maior número de focos, na última estiagem o município teve problemas muito grandes com focos de incêndio na região , inclusive na área rural que devastou

algumas áreas de proteção ambiental. “É uma questão que tem que ser tratada com muito cuidado porque é um problema regional que precisa da ajuda do Estado, principalmente nas áreas rurais porque acaba atingindo a área urbana. A prefeitura está trabalhando um plano de ação de prevenção e combate queimadas. Está fazendo a revisão do Código de Meio de Meio Ambiente que exige que se faça o Plano de Cerrado e da Mata Atlântica. Pretendemos enviar esse material até o final do ano para a câmara municipal. Nós nos antecipamos e já iniciamos o plano de mudanças climáticas que envolve, inclusive, os objetivos do desenvolvimento sustentável, o Plano da Mata Atlântica e do Cerrado, além de um plano de educação ambiental”.

FD-Fipe informou que quanto às queimadas, em uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano em que participaram os prefeitos, esse foi um tema discutido. “Surgiu até uma proposta de se utilizar o PDUI porque tem umas estruturas de mitigação e as queimadas, para serem solucionadas, dependem de organizações regionais. Por exemplo, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil. São estratégias que precisam ser discutidas regionalmente. Nesse processo de elaboração do PDUI, é importante a região encaminhar propostas sobre esses temas”.

Na ocasião da realização da Oficina, a plataforma ainda não estava no ar, por isso, CL-Fipe reforçou que era possível usar os e-mails colocados no chat para entrar em contato e anexar documentos.

IM-Fipe apresentou a metodologia usada no macrozoneamento.

VC-SMMA Ribeirão Preto iniciou a participação fazendo algumas considerações antes de entrar no macrozoneamento. “Na primeira apresentação foi considerado que Ribeirão Preto tinha um zoneamento considerando o Aquífero Guarani a partir do plano diretor de 2013. É importante elencar que a Zona de Uso Especial (ZUE) está instituída desde o plano diretor de 1995. Desde essa época, o aquífero é um dado geográfico de extrema importância no zoneamento do município”.

Declarou ainda que na apresentação sobre flora e recursos hídricos ter sentido falta da Estação Ecológica Guarani, uma jurisdição legal de cerrado e a APA do Morro de São Bento, mesmo não estando instituída, para fins de licenciamento ela já é considerada como APA.

Sugeriu que, talvez o objetivo de um diagnóstico da cobertura vegetal pudesse fomentar e qualificar essa cobertura arbórea, aumentar os espaços vegetados e incluir nessas análises o mapa de Áreas Prioritárias para Restauração de Vegetação Nativa da Cetesb.

Quando a gente fala da região de Ribeirão Preto tem uma certa diferenciação das regiões de baixa média alta e muito alta prioridade de recuperação de vegetação nativa.

Observou que no macrozoneamento, sentiu falta das áreas contaminadas porque isso também contribui bastante. “A Cetesb já tem esses dados consolidados, principalmente, quando se discute recursos hídricos porque a gente acaba com os passivos ambientais tendo uma reconfiguração do saneamento”.

Disse que sobre o macrozoneamento em específico, recentemente foi instituído no plano diretor, o planejamento do território a partir do ponto de vista ambiental, mas como vocês já identificaram, temos um zoneamento específico ambiental. “Esse zoneamento é feito pelas microbacias e é interessante aparecer já nesse macrozoneamento da região as bacias hidrográficas para pensarmos esses recortes não apenas a partir da delimitação dos municípios, mas a partir das bacias também, para tentarmos manter a linguagem de planejamento”.

Ainda demonstrou preocupação quando vê a região que está demarcada como proteção ambiental, em especial a zona leste do município, e o que vai ser proposto para essa Área de Proteção Ambiental (APA), porque até recentemente, na revisão do Plano Diretor em que a Fipe também foi contratada, tivemos os estudos ambientais específicos sobre a condição de recarga do Aquífero e foi identificado a partir de estudos geológicos e geotécnicos que não há uma mesma condição de infiltração em toda aquela região. “Então, quando vamos tratar essa região como área de proteção ambiental, precisamos tomar cuidado para ver se talvez, ela não se enquadraria com outra tipologia para não fazer uma similaridade. Por exemplo, é uma área que foi enquadrada como de recarga de aquífero, logo de proteção ambiental, talvez a gente tenha que aprofundar um pouco mais essa discussão por ser uma região ambientalmente muito complexa”.

CL-Fipe perguntou se seria possível que a Fipe tivesse acesso aos estudos desse zoneamento ambiental.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto complementou a fala de VC dizendo que na próxima semana – no máximo na outra – os estudos seriam disponibilizados no site da secretaria para qualquer um ter acesso, mas que poderia enviar para a Fipe.

“Todos esses estudos têm o mapeamento e algumas sondagens, os estudos geotécnicos e geológicos, inclusive acho que vale a pena vocês darem uma olhada no texto de revisão do Código do Meio Ambiente, que leva em consideração esses estudos para o zoneamento de Zona de Uso Especial (ZUE). Tem a questão de doação de áreas verdes maior do que as outras zonas e permanece dessa forma, mas, tem alguns ajustes em relação a essa questão das condições de infiltração que foram detectadas”.

CL-Fipe observou que essas informações para o macrozoneamento são cruciais. “Esperávamos isso porque como Ribeirão Preto é o maior município, mais complexo e vem enfrentando essas questões a algumas décadas, tem um conhecimento acumulado que pode nos ajudar até na formulação conceitual de algumas macrozonas para extrapolar o raciocínio para toda a região, por similaridade, e como vocês têm esse conhecimento, para nós essa parceria é fundamental para classificar essa macrozona”.

Explicou ainda que o PDUI é um trabalho de articulação de políticas públicas e de incorporação das políticas dos municípios para entender essa lógica e propor numa outra escala que é a regional.

FD-Fipe complementou informação de VC. “Realmente, já vínhamos trabalhando com as áreas prioritárias em outros PDUIs e, na elaboração do panorama, focamos nessa caracterização geral para, principalmente, perceber essa região como uma região e quais as principais características dela. Mas, acredito que no passo seguinte que é o diagnóstico, até para ajudar na formulação de propostas, essas informações como as áreas prioritárias serão essenciais para identificarmos e relacionarmos essa região com uma estratégia de conservação, como várias outras áreas do estado. Mas o passo seguinte é evoluirmos para essas informações mais pontuais que possam trazer soluções para a desenvolvermos”.

CL-Fipe disse que a construção do macrozoneamento é uma informação relevante, não que ela vá ser uma macrozona. “Vocês vão acompanhar de perto a construção da macrozona. Ela é um cruzamento de várias camadas que a gente consegue chegar num ponto em que dá para enxergar uma lógica que esse conjunto de camadas configurem uma macrozona A. Toda informação é

relevante porque, certamente, chega-se a um ponto do caminho que os elementos que você tem não deram conta de tudo e você precisa de mais alguma informação que diga que esse território vai para a macrozona C ou D. Aí buscam-se essas informações adicionais”.

ALM-coordenadora Regional do CAU destacou o processo de conurbação na apresentação do macrozoneamento. “Não sei se é uma informação importante para vocês nesse momento, mas penso que o macrozoneamento busca entender um pouco essas proximidades e, portanto, definir um planejamento conjunto entre alguns municípios depende de diversas variáveis. No que se refere à conurbação acho que é bastante significativo aparecer como uma camada nesse mapa de macrozoneamento”.

ALM se apresentou como arquiteta, também urbanista, professora de Planejamento Regional e coordena a Regional de Ribeirão Preto do CAU São Paulo. Disse que para os alunos sempre se debruça muito sobre a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e já observou esse processo em alguns eixos rodoviários. “Na nossa região, obviamente, que a gente não vai ter uma conurbação radiocêntrica como aconteceu na urbanização industrial, estamos em um novo momento da urbanização, ela tem se dado nos eixos rodoviários. Nós percebemos alguns eixos rodoviários bastante adensados por conta dos condomínios fechados que é um padrão de crescimento das cidades na atualidade, mas, também, por conta de uma ocupação industrial. Enfim, cada eixo tem sua especificidade. Percebemos um eixo bastante importante, por exemplo, no Ribeiro Cravinhos que vem se adensando continuamente pela rodovia Anhanguera que é quem promove uma ligação direta com a capital. É um eixo de atenção que vai se adensar ao longo das próximas décadas. Em Ribeirão e Jardinópolis também se percebe um adensamento, ainda que haja o Rio Pardo como um limite natural, mas, praticamente já existe conurbação. Ribeirão Serrana, ainda que pareça bastante distante de um processo de conurbação, quando olhamos os empreendimentos em aprovação na prefeitura de Ribeirão Preto, alguns bastante grandes, já dá para pensar como um eixo de conurbação. Sales de Oliveira e Orlandia que eu acho que talvez seja mais consolidado, mas não tão complexo, são duas cidades menores, mas que já existe conurbação. No que se refere à conurbação acho que é bastante significativo aparecer como uma camada nesse mapa de macrozoneamento.

CL-Fipe disse que o cronograma está apertado, por isso, é preciso obter as informações rapidamente. “Vocês pontuando ajuda bastante”.

VC-SMMA perguntou se está sendo considerado, em algum diagnóstico realizado pela consultoria, a questão dos grandes geradores de resíduos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). “Tem alguma interface dos grandes geradores com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e tem sido objeto de análise de vocês?”

F-Fipe disse que ainda não foi feito nenhum levantamento com relação aos grandes geradores. “No momento a gente se ateuve nas informações mais gerais de resíduos. É importante que vocês tragam, por exemplo, resíduos da construção civil ou outro detalhe que vocês achem importante que o plano aborde e, também, coloquem nas propostas. Com relação aos grandes geradores eu não sei se o SNIS traz grandes informações para ajudar no panorama. Você tem alguma ideia de como podemos conseguir essas informações? Os grandes geradores, na questão dos resíduos têm papel importante porque são os responsáveis pela gestão, pelo tratamento e muitos municípios acabam se apropriando disso, o que acaba impactando mais nos seus orçamentos ao invés desses grandes geradores serem os responsáveis por essa situação”.

VC-SMMA falou saber que, em relação ao meio ambiente, todas as questões possuem uma interface, mas acha que historicamente a questão do resíduo é um dos pontos que mais levam interações regionais do ponto de vista do meio ambiente. “A própria questão de logística, como já comentado, sobre a busca do consórcio, seria de extrema relevância estar mapeado de alguma forma e aparecer como um dado no diagnóstico. Além do SNIS, não sei se o **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SNIR)** ou se documentos do tipo Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou se a Cetesb forneceria dados já tratados que seria um bom ponto de partida. A partir da lógica que está posta pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e pelo novo marco do saneamento, os grandes geradores não seriam olhados pelo município. Então, teríamos que pensar uma estratégia para ler os grandes geradores. Não ser a coleta de responsabilidade do município por essa lógica que está posta para que a gente tenha realmente a dinâmica estruturada”.

Disse ainda que houve um treinamento sobre o assunto e foi visto que existe uma dificuldade de sistematização desses dados. “É muito importante que a gente avance com essa pauta. Até pensando no desenvolvimento econômico proposto para a região, é preciso ter isso bem estabelecido no PDUl é de extrema relevância”.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto comentou que estão sendo feitos estudos para incorporar, uma lei que qualifique os grandes geradores. “Tivemos um curso de capacitação do Instituto IGB sobre essa questão dos grandes geradores, inclusive eles fornecem uma plataforma para que os grandes geradores alimentem com os planos de gerenciamento de resíduos. Não temos a lei que qualifica os grandes geradores. Estamos fazendo esse comentário para tentarmos, juntos, aprofundar algumas questões para dar mais base para prepararmos essa lei que vai qualificar esses grandes geradores e dar continuidade nessa questão da destinação, desonerando um pouco o poder público”.

F-Fipe disse: “não tendo a qualificação desses grandes geradores vocês acabam tendo também o controle dos seus planos gerenciamento os quais cumprem o seu papel”.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto confirmou que não tem a qualificação dos grandes geradores. “Acabamos tendo só na construção civil que estão junto dos estudos de impacto de vizinhança”.

F-Fipe propôs entrar em contato com a prefeitura e se dispôs a verificar no SNIR e na Cetesb se eles têm informações mais tratadas para traçar um panorama e trabalhar em cima de algumas propostas para a região.

CL-Fipe ressaltou que nem todas as questões vão ter rebatimento no macrozoneamento, mas haverá outra categoria de propostas de programas e ações. “Dá para fazer uma proposta estruturada em torno do tema resíduo pontuando as principais questões e ações necessárias. É importante ficar registrado”.

IM-Fipe questionou de que ano é a revisão do Código de Meio Ambiente.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto disse que a revisão do Código da Lei de 2004 está sendo feita este ano. “Na verdade, começou o ano passado e é um processo bem longo. A finalização da revisão do Código do Meio Ambiente será neste ano”.

IM-Fipe perguntou quando a informação fica disponível.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto esclareceu que todos os textos que foram passados em audiência pública para contribuições estão no site da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano porque estão dentro dos projetos das leis complementares ao Plano Diretor. Deixou no chat o endereço do site para visualizar a Lei de Parcelamento que também está em revisão. “Acho que é importante toda essa questão do zoneamento e macrozoneamento estar escorado no Plano Diretor, mas, depois do macrozoneamento é preciso fazer a Lei de Parcelamento, o zoneamento urbanístico e o zoneamento ambiental. Então é no site da prefeitura, no link da Secretaria de Planejamento, na regulamentação das leis complementares que estão disponíveis as leis complementares ao Plano Diretor e todos os textos enviados para as últimas audiências públicas que ainda estão abertas porque não é um projeto fechado.

VC-SMMA questionou sobre a definição adotada para parque linear. “Qual a fonte usada para identificar que em Ribeirão Preto tem um parque linear?”

F-Fipe respondeu que o parque linear faz parte de uma das questões do SNIS no componente de drenagem urbana que traz uma definição e vai do entendimento dos municípios, com relação ao que eles possuem, se está ou não dentro dessa definição. “Não tenho essa definição em mãos, mas posso passar para vocês. Basicamente isso passa pela contenção e pela proteção ribeirinha com uma proteção de ordenamento territorial para que não haja a invasão de áreas próximas de cursos d’água e forneça a população lazer e mais área verde”.

VC-SMMA comentou que até na revisão do Código do Meio Ambiente os parques lineares tiveram uma alteração de definição e é preciso fazer uma distinção com os corredores ecológicos. “É importante tratar isso de forma separada porque em alguns momentos os corredores ecológicos se confundiam com os parques lineares. Nós tentamos assimilar o parque linear, mas, como é um equipamento junto ao sistema viário, isso foi uma alteração recente no município, por isso causou dúvida”.

F-Fipe disse ser importante fazer essa distinção para o macrozoneamento é importante fazer essa distinção. “Vocês podem passar as informações tanto de parque linear quanto dos corredores ecológicos?”

VC-SMMA respondeu que no município não são usadas a definição do estado de fragmentos de vegetação para tratar os maciços vegetais que precisam ser preservados. “Consideramos outros estados sucessionais para promover a conservação deles. Então, existem fragmentos de vegetação natural que não estariam classificados como fragmento de vegetação nativa, mas são fragmentos a serem preservados, até mesmo pela taxa de cobertura arbórea. Em Ribeirão, a gente sempre trabalha no sentido de manter ao máximo esses fragmentos. Já está disponível no site da Secretaria do Meio Ambiente uma ferramenta que foi realizada recentemente, por meio da qual, a gente tem instituído um sistema de atualização desses dados. É um sistema que atualiza constantemente esses dados ambientais. Isso podemos disponibilizar porque é uma base georreferenciada de nascente, fragmentos de vegetação natural e dos corpos hídricos de Ribeirão. Podemos disponibilizar essa base também para consultoria”.

Questionou se a equipe classificou o Parque Linear Retiro Saudoso ou Maurílio Biagi e se, para isso, usaram a base do SNIS. “Temos um outro parque, o Maurílio Biagi que também é um parque numa APP”.

F-Fipe disse que foi autodeclarado em 2019 somente o Parque Linear Retiro Saudoso.

VC-SMMA afirmou que um córrego passa nas proximidades e, também, dentro do Parque Maurílio Biagi. “Então poderia ser considerado como preservação de recursos naturais e poderia ser entendido, também, como parque linear. É que em extensão, o Parque Retiro Saudoso é mais significativo. Então, eu acho que é onde tem a maior ideia de linearidade, talvez por isso foi considerado”.

CVAC-secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto disse que pela configuração do Retiro Saudoso que é ao longo do córrego, é linear mesmo. “O córrego Maurílio Biagi acaba passando pelo meio dele e não sendo considerado parque linear”.

F-Fipe revelou que olhou no SNIS e ele fala ao longo dos rios. “Talvez o técnico que preencheu o cadastro do SNIS de 2019, tenha tido esse entendimento”.

Sala 2 – Desenvolvimento Econômico e Social, Transportes, Mobilidade e Logística

Participantes:

- Prefeitura de Brodowski** – LCF – secretário de Segurança e Trânsito
- Prefeitura de Ribeirão Preto** – HFM – diretora do Departamento de Mobilidade Urbana
- Empresa de Trânsito e Transporte de Ribeirão Preto (Transerp)** – Eng^o RL
- Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade** – Prof^o EG
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente-Coordenadoria de Planejamento Ambiental:** NFCB

Após uma breve apresentação dos participantes e a apresentação do panorama da sub-região pela coordenadora de OR, **FC**, e os técnicos **BB** e **HD**, foram colocadas as perguntas norteadoras sobre dinâmica econômica e social, infraestrutura, transporte, mobilidade e logística, e iniciou-se ao debate.

LC-Brodowski falou sobre a frota de ônibus. “Temos uma dentro do município. O transporte coletivo, que é um ônibus só, é subsidiado inclusive com tecido. Vale ressaltar que em nossa área temos muitos trabalhadores rurais, então eu acho que esse número apresentado se refere à essa categoria”.

HD-Fipe questionou se o comentário dizia respeito ao fato de que uma parte considerável da frota apontada na apresentação dos dados pelo Denatran pertence a transporte de passageiros das empresas e propriedades agrícolas para os funcionários.

LC-Brodowski respondeu positivamente ao questionamento. “Ainda é muito forte o transporte do trabalhador rural para as propriedades agrícolas”.

HD-Fipe perguntou se o transporte municipal a que LC estava se referindo mesmo somente um ônibus de uma única empresa.

LC-Brodowski explicou que a prefeitura fornece o transporte escolar. “A prefeitura tem alguns ônibus, mas não chega a esse número que foi apresentado. Parece que Brodowski aparece com um número um pouco elevado. Acredito que até a própria região vai acabar caindo nessa conta do transporte”.

HD-Fipe confirmou que os números incluem ônibus e micro-ônibus.

LC-Brodowski disse que os micro-ônibus de transporte escolar podem estar encaixados nessa conta.

HD-Fipe esclareceu que os micro-ônibus foram colocados na conta porque em muitos municípios esse tipo de veículo serve ao transporte de passageiros. “Eles integram o sistema de transporte coletivo, mas eventualmente algum outro não pertença a esse sistema”.

HD-Fipe ainda quis esclarecer uma dúvida: “o senhor tem a quantidade de ônibus que pertencem a essas empresas ou vocês não têm nenhum controle ou obrigação de controlar esse número?”

LC-Brodowski disse não haver esse controle, mas se prontificou a pesquisar e passar para a equipe do PDUI.

HD-Fipe agradeceu. “Para que tenhamos uma noção porque o número do Denatran é muito grande”.

EG-FEA-RP/USP disse ser professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP de Ribeirão Preto e quis parabenizar pela iniciativa do governo do Estado e da Fipe em retomar esse processo que é muito importante para as regiões metropolitanas. “Em 2018 participei de algumas oficinas em Ribeirão Preto com a presidência da Região Metropolitana. Foi executado pela antiga Emplasa e a Escola de Sociologia e Política, fizeram um diagnóstico participativo, fomos divididos em salas. Não sei se vocês recuperaram a documentação da Emplasa, vi as perguntas que vocês colocaram e parece que tem alguns elementos que talvez possam aproveitar”.

HD-Fipe confirmou que a equipe tem acesso aos documentos e estão trabalhando com eles.

EG-FEA-RP/USP colocou a FEA à disposição para contribuir no que for possível e necessário. “Será uma honra contribuir. Espero participar mais ativamente com vocês também”.

Sobre a questão do perfil econômico produtivo, disse ter feito um levantamento que não está muito atualizado, mas cerca de 52% dos segmentos são oito setores na Região Metropolitana. “Em primeiro lugar é comércio varejista, produção de produtos alimentícios, administração pública, atividades de atenção à saúde humana, agricultura, educação e comércio por atacado, são os principais segmentos. “Não sei se vocês estão pensando em focar em alguns específicos. Mas os 52,2%, pelos levantamentos da CNAE do antigo Ministério do Trabalho, são poucos setores, são bem concentrados os setores aqui na Região Metropolitana. São desafios a serem enfrentados”.

BB-Fipe fez um comentário sobre a questão econômica. “No PDUI, ou no alcance que o plano tem é necessário termos o conhecimento de como se estrutura a economia local, mas não existem tantos pontos onde o plano pode agir, embora eles sejam importantes. É necessário saber como se dá o escoamento da produção e o planejamento do transporte, como é a oferta e a demanda da mão de obra no local, planejar ou ter formas de facilitar o acesso à educação profissionalizante, estão no escopo do PDUI. Mas de outras formas tem pouca coisa que um plano territorial, como é o PDUI, pode agir na economia local. Mas estamos atentos a essa dimensão”.

RL-Transerp explicou que a Transerp é o órgão gestor de transporte e trânsito no município de Ribeirão Preto. “Gerenciamos todo o trânsito municipal e o transporte coletivo municipal também”. Disse que tem sido observado há algum tempo que inserção das linhas suburbanas ou linhas metropolitanas, como são chamadas em outras regiões, e aqui se chama suburbano, e interligando os municípios mais próximos a Ribeirão Preto foram se proliferando e atingindo distâncias consideráveis. “Hoje

confirmamos que existem mesmo linhas suburbanas ligando Catanduva a Ribeirão Preto, Bebedouro, Viradouro, Taquaritinga, Matão, todas a Ribeirão Preto, que não pertencem a RMRP. Gostaria de saber se esse trabalho vai focar ou vai se limitar às linhas metropolitanas ou suburbanas dos municípios que pertencem a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, ou será extensivo ao que existe hoje, mantendo essas linhas que pertencem a outra região metropolitana? Qual será o enfoque nesse sentido?”

HD-Fipe muito boa sua colocação. “Obviamente que nesse caso que o senhor colocou, é importante que sejam consideradas essas outras linhas para que possam fazer parte do diagnóstico essa interação de transporte. Quando você diz transportes suburbanos são aqueles ônibus de linha que fazem a conexão com essas cidades. É um transporte intermunicipal?”

RL-Transerp explicou que o transporte metropolitano é chamado de suburbano e, a exemplo de linhas urbanas, que possuem pelo menos duas portas, uma para embarque e outra para desembarque, registro na catraca, que permita o transporte de passageiros em pé, é uma linha intermunicipal tipicamente urbana. “Nos causa estranheza ela estar se estendendo cada vez mais, atingindo até 60 km de distância de Ribeirão Preto, que é o caso não de linha suburbana, mas de linha Rodoviária. Mas elas estão em pelo menos seis municípios fora da Região Metropolitana em Ribeirão Preto que se conectam a Ribeirão Preto por meio desse suburbano. Ao passo que tem outros municípios que pertencem à RMRP que não tem ainda uma linha suburbana, só tem linha rodoviária, como é o caso de Santa Rita do Passa Quatro, que está no extremo sul da região metropolitana. Nos causa estranheza essa situação em que muitas cidades distantes de fora da região têm hoje essa linha suburbana, ao passo que cidades até mais próximas que não tem, mesmo pertencendo a RMRP. Evidentemente Ribeirão Preto foi reconhecida como região metropolitana em 2016, e outras cidades, em períodos anteriores: Sorocaba em 2014, São José dos Campos em 2012, Campinas em 2000 e ainda não vimos, não sabemos se existe um exemplo de solução de integração físico-tarifária entre essas regiões metropolitanas. Talvez a equipe do PDUI possa nos trazer algum caso existente”.

HD-Fipe disse que a EMTU já está trabalhando em Ribeirão Preto porque até um tempo atrás foi visto que a EMTU estava tentando se organizar para operar na RMRP porque se transformou em região metropolitana. “O senhor tem alguma informação sobre essa questão, pois a EMTU poderia ajudar a organizar, normatizar o transporte coletivo intermunicipal”.

RL-Transerp disse não ter essa informação. “A EMTU será a instituição que vai cuidar desses aspectos que eu citei?”

HD-Fipe esclareceu que geralmente quando são instituídas as regiões metropolitanas no estado é a EMTU que organiza o serviço de transporte coletivo intermunicipal”.

RL-Transerp perguntou se a EMTU se instala na cidade ou fica concentrado em São Paulo.

HD-Fipe disse que a EMTU tem sede em São Paulo, mas geralmente passa a ter um escritório na região. “Podemos levantar essa informação. A EMTU continua operando, e essa é uma questão que pode ser pontuada no plano, possa ser reivindicado pelos atores políticos locais junto ao governo do estado?”

RL-Transerp agradeceu o esclarecimento.

HD-Fipe disse que seria interessante se fosse possível estabelecer uma interação para entender como está o transporte na região. “Seria interessante se tiverem mais informações para compartilhar conosco”.

RL-Transerp disse que a entidade ficaria à disposição, pois é um tema do interesse de todos.

ML-Fipe complementou a colocação de H que faz parte do panorama regional conversas com setoriais dos estados. “Oportunamente na conversa com a Secretaria de Transportes Metropolitanos podemos abordar essa questão da organização do transporte metropolitano pela EMTU na região. Este pode ser um ponto de discussão com o setorial”.

HM-Ribeirão Preto se apresentou como diretora do Departamento de Mobilidade Urbana de Ribeirão Preto e disse que poderia ajudar em alguns comentários de H. “A EMTU, por enquanto só atua nas primeiras regiões básicas: São Paulo, Sorocaba, Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista. Interessante sabermos se, embora tenha sido extinta pelo governo do Estado, ela irá entrar nas novas regiões metropolitanas, temos essa dúvida da entrada dela devido às demandas de viagens que, para nós, é alta, mas comparando com outras regiões ainda é uma demanda baixa em termos de viagens metropolitanas”.

Outro ponto é sobre pesquisas de origem destino (OD). “Ribeirão tem uma OD que foi feita em 2011, é antiga, se a gente pensar 10 anos de uma pesquisa OD, ela está vencendo agora, está no prazo, mas não temos planos para fazer essa pesquisa ainda este ano devido à pandemia. Nosso orçamento municipal está em votação na Câmara para aprovar o orçamento e nesses próximos anos será feita uma pesquisa origem destino, salvo engano, entre 2023, 2044, mas é uma pesquisa em escala municipal. Essa pesquisa feita em 2011 nos mostra alguns elementos metropolitanos. É uma pesquisa domiciliar e, na metodologia, trabalhamos com a pesquisa de corda on-line, em que se consegue captar as viagens que vêm dos municípios metropolitanos, do entorno, então já dá captar viagens mesmo sendo uma amostra pequena e antiga conseguimos ver a importância dessa escala de Ribeirão Preto atraindo essas viagens, não só da região metropolitana, mas também numa escala que extrapola a região, porque temos municípios no entorno que são próximos, mas estão fora da região metropolitana e que estão sendo atraídos inclusive por motivos de trabalho. Mesmo sendo uma pesquisa antiga é possível perceber essa dinâmica”.

Sobre a questão da frota do município mencionada disse considerar importante, ao levantar os dados, tomar cuidado com essas bases do Denatran porque não são necessariamente as frotas com baixa de veículos que não estão mais em circulação e permanecem na listagem até que sejam dadas as baixas. “Daí que mostram um valor muito mais alto do que de fato acontece nos municípios. Anotei que em Ribeirão a quantidade apresentada é de 3.534 ônibus e micro-ônibus, sendo que pelos dados da Transerp, atualmente a nossa frota tem 354 ônibus em operação municipal. Como foi dito, tem ônibus, não é só o município na operação de transporte coletivo público que está operando o ônibus, tem uma série de outras atividades que vão de transporte escolar, ônibus de empresas privadas que oferecem um serviço de transporte”.

HD-Fipe perguntou se não haveria o número de veículos que não tiveram baixa, considerando apenas os ônibus.

HM-Ribeirão Preto disse não ter esse valor. “É muito difícil precisar, mesmo quem trabalha com dados de frota, geralmente tem essa dificuldade de trabalhar com o que de fato é operante ou não. No final das contas trabalha-se com esses dados existentes. Se discute muito os dados da capital paulista, a frota efetiva registrada é muito menor do que a frota em circulação na cidade. Esses dados nunca são os mesmos”.

HD-Fipe quis a confirmação de que são 354 ônibus atuando dentro do município ou são das empresas registrados no município.

HM-Ribeirão Preto afirmou que os veículos são do transporte do consórcio que opera o sistema de transporte coletivo urbano municipal.

HD-Fipe disse que deve ter alguma empresa de ônibus em Ribeirão Preto que atende aos municípios vizinhos.

HM-Ribeirão Preto comentou ser bastante comum ter garagens, desde que faça sentido a distância percorrida. “É o que chamamos de viagens negativas ou não viagens, que atrapalham demais na contagem, é um custo muito grande operar vazio para chegar ao ponto de operação. Desde que faça sentido geograficamente, pode ser que aconteça”.

HD-Fipe sobre o comentário de HM disse que isso acaba contabilizando para a frota o registro da placa como Ribeirão Preto, mas que atende a outros municípios vizinhos.

HM-Ribeirão Preto ressaltou que é um ponto que precisa ser verificado.

HD-Fipe perguntou se o município tem corredores de ônibus ou se existe demanda ou projeto de corredor intermunicipal.

HM-Ribeirão Preto explicou que existe corredores em obra, alguns quilômetros que estão em construção. “A operação não funciona com corredores. Temos algumas faixas preferenciais. São corredores previstos para a escala municipal”.

HD-Fipe disse que os técnicos chegaram a ver uma apresentação da Transerp sobre aproveitamento dos trilhos na área urbana para aproveitamento de transporte de passageiros.

HM-Ribeirão Preto afirmou desconhecer esse tipo de operação. “Temos um ramal de carga que passa no município e alguns ramais desativados da antiga Mogiana. Algumas dessas áreas estão abandonadas e estamos negociando a cessão com o governo federal para fazer extensões de vias urbanas que são interrompidas pela presença desses ramais ferroviários extintos. Não existem mais os trilhos, foram tomados por ocupações irregulares. Existem ainda alguns trechos de ramais que conectam as antigas estações, existe uma valorização patrimonial grande. E tem uma discussão de trabalhar com trens turísticos, como algumas cidades que já fazem esse tipo de trabalho, na cidade de São Paulo o que sai do Brás, no Museu da Imigração sai um trem, tem em algumas cidades do interior e em outros estados também fazem o reaproveitamento desse modal. São só ideias, existe o tombamento, mas não vimos nada concreto”.

EG-FEA-USP lembrou que em uma das últimas reuniões do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, em 2019, o prefeito Nogueira havia comentado que a prefeitura estava em processo de doação de área para instalação da EMTU.

HD-Fipe disse que foi mais ou menos nessa época que se tomou conhecimento – na Fipe – da eventual possibilidade da EMTU operar em Ribeirão Preto, mas essa discussão estava no início. “É uma questão a se levantar porque não sendo a EMTU, tenha que ser criado um outro órgão”.

ML-Fipe perguntou sobre como os municípios presentes na oficina avaliam os atendimentos em saúde. “Ribeirão Preto, como uma centralidade importante, deve receber os atendimentos de especialidades que não são oferecidos em outros municípios. Existem gargalos? Como os

municípios presentes avaliam essa questão? Com relação ao Parque Tecnológico acreditam que está trazendo crescimento estrutural para a região como um todo, no que diz respeito à saúde?”

EG-FEA-RP/USP disse que, se por um lado há um reconhecimento de que Ribeirão Preto é a capital do agronegócio, por outro lado tem um segmento importante que não é vinculado ao agronegócio e a saúde que é bastante relevante. “Aqui é uma diretoria de saúde, tem um atendimento secundário e terciário muito forte. O HC de Ribeirão Preto é um polo de atendimento da regional extremamente relevante, temos também um segmento de clínicas e de serviços de saúde bastante expressivo. Tenho os números sobre a presença dessas instituições e a expertise que é gerada aqui em Ribeirão Preto. Participei de várias reuniões do conselho de desenvolvimento e este é um tema recorrente, da saúde, da regulação de vagas no HC. Este é um dos temas centrais desta discussão da região metropolitana”.

Sobre a questão do parque tecnológico, que tem suas origens na USP, começou com uma incubadora que tem uma relação muito próxima com a FEA. “De fato hoje é um dos ambientes de inovação mais reconhecidos, não só no estado de São Paulo, no Brasil e no exterior. Inclusive a Fipase, gestora do parque, é uma autarquia municipal e tem uma relação muito forte com a USP, com a prefeitura, com o parque tecnológico, com os alunos, os docentes. Esses temas são vetores de desenvolvimento. É claro que as empresas de base tecnológica não sustentam desenvolvimento regional, mas são muito relevantes em termos de inovação, não geram tantos empregos, não é algo muito denso, mas são importantes para os encadeamentos até com agronegócio”.

ML-Fipe concordou e disse ser exatamente isso. “Entender até que ponto o parque tecnológico vem impactando o segmento de saúde, que não é um grande gerador de empregos, mas certamente importante para a inovação e para outros da cadeia produtiva que possam se beneficiar.

HM-Ribeirão Preto achou importante a questão sobre o parque tecnológico. “Estivemos em visita há duas semanas, pois estamos tentando uma aproximação no sentido de criar uma proximidade entre a gestão municipal e o parque a fim de trabalharmos em conjunto. A questão levantada pela ML foi uma das questões colocada na reunião porque a região de fato é um polo do agronegócio, mas o parque tecnológico não reflete o agronegócio, ele não é a maioria das empresas que estão agrupadas lá dentro. Salvo engano, menos de 20% das empresas incubadas representam o agronegócio. As outras estão mais associadas à biotecnologia, por razões óbvias, porque é um campus que está muito associado à saúde, fármacos, biomedicina e uma série de outras áreas, que não necessariamente só do agronegócio”.

BB-Fipe disse que talvez os participantes da oficina pudessem “dar uma luz, pois existe a presença da Unesp na região e nos parece que a Unesp está mais ligada a esse tipo de pesquisa, se tem laboratórios específicos relacionados à cana. Houve um investimento grande com uma parceria privada para a construção de um laboratório em Jaboticabal. Se puderem nos falar um pouco sobre essa questão da pesquisa de biotecnologia na USP e na pesquisa ligada a agricultura na Unesp. Com se dá essa questão na região?”

EG-FEA-RP/USP afirmou que em Ribeirão tem mais a ver com a biotecnologia para a saúde humana. “Em Jaboticabal talvez seja mais biotecnologia vegetal para o agronegócio, pois a Unesp é uma escola de engenharia, agronomia. Tem gestão, administração voltada para o agronegócio”.

HM-Ribeirão Preto lembrou que na reunião com o parque tecnológico lembrou estavam apresentando o perfil das empresas e de fato eles têm esse envolvimento com a ecologia devido aos cur-

tos existentes, mas não significa que as empresas incubadas têm necessariamente esse perfil. “Tem uma grande concentração de pessoas chegando da área da Tecnologia da Informação pela demanda. Eles mencionaram a intenção de estimular e tentar trazer mais empresas da área do agronegócio, justamente pelo perfil da região, que eles identificaram que existe essa demanda, existe mercado para novas pesquisas na área, e eles sentiam que o parque estava muito restrito a um nicho específico e queriam diversificar o máximo possível.

Sabemos que existe atualmente uma série de dificuldades de expansão de algumas áreas do parque. As próprias empresas têm uma dificuldade por algumas razões de uso do solo da cidade – a lei de uso e ocupação do solo do município está em revisão –, então existe uma nova discussão a respeito do que a área do parque pode permitir de fato, porque as empresas que estão hoje instaladas no parque, pelo fato de não serem proprietários da terra, sentem dificuldade em atrair investidores. Conseqüentemente, o parque vinha perdendo suas empresas para outros parques tecnológicos no estado. Daí essa tentativa de mudança na lei de uso do solo para manter essas empresas dentro do Parque Tecnológico em Ribeirão Preto, que se mantenha esse conhecimento dentro da cidade, e não corra o risco de perder para outras áreas do estado que consigam oferecer melhores condições. No geral, eles estão tentando ampliar o leque de possibilidades e crescer, não só de acordo com uma demanda regionalizada do agronegócio, mas também para outras áreas em que se identifiquem potenciais. É sempre válida uma conversa com as pessoas do parque”.

EG-FEA-RP/USP quis complementar dizendo que o setor de software e TI é bastante expressivo. “Junto a institucionalidade do parque tecnológico, existe uma associação chamada Polo de Informática de Ribeirão Preto que mostra como o setor de software, de TI, é bastante expressivo, é um setor muito interessante, organizado com presidente, enfim, estão jntos no parque tecnológico.

BB-Fipe: agradeceu a participação de todos e lembra que em breve irá ao ar a plataforma digital do PDUI de Ribeirão Preto, em que estarão disponíveis todos os documentos produzidos, incluindo as apresentações de hoje nesta oficina. Será também um canal para recebimento de propostas vindas das prefeituras, do poder público, da sociedade civil e de todos os cidadãos.

Propostas dos participantes à equipe da Fipe

- Considerar, no panorama regional, na cobertura vegetal nativa o Parque Municipal do Morro de São Bento.
- Inserir no item sobre flora e recursos hídricos a Estação Ecológica Guarani que é uma jurisdição legal de cerrado e a APA do Morro de São Bento, mesmo não estando instituída, para fins de licenciamento ela já é considerada como APA.
- incluir nas análises o mapa de Áreas Prioritárias para Restauração de Vegetação Nativa da Cetesb.
- Incluir no macrozoneamento as áreas contaminadas. A Cetesb já tem esses dados consolidados.
- Incluir no macrozoneamento as bacias hidrográficas para pensarmos esses recortes não apenas a partir da delimitação dos municípios, mas a partir das bacias também, para tentarmos manter a linguagem de planejamento.
- Considerar a conurbação como uma camada no mapa do macrozoneamento.

- Considerar na análise para o diagnóstico os grandes geradores de resíduos na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.
- Fazer uma distinção entre parques lineares e corredores ecológicos para os municípios é importante tratar isso de forma separada porque, em alguns momentos, os corredores ecológicos se confundem com os parques lineares.

Observação: A Secretaria de Meio Ambiente de Ribeirão Preto disponibilizará para a equipe da Fipe uma ferramenta que é um sistema que atualiza constantemente os dados ambientais. É uma base georreferenciada de nascente de fragmentos de vegetação natural e dos corpos hídricos de Ribeirão.

MEMÓRIA DOS GRUPOS
TEMÁTICOS DO GOVERNO
DO ESTADO DE SÃO PAULO -
1ª RODADA

Memória da primeira rodada de discussões dos Grupos Temáticos do Governo do Estado de São Paulo – GTs, realizadas no período de 03 a 12/11/2021

Macrozoneamento
Macrozoneamento
Transporte e Logística
Transporte e Mobilidade
Desenvolvimento Econômico
Agricultura

1. GRUPO TÉCNICO DE MACROZONEAMENTO

Registro da reunião do Grupo Técnico de Macrozoneamento que aconteceu no dia 3 de novembro de 2021.

Participantes:

- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA) – NMC
- Sabesp – MP
- SIMA/CPLA – CMAA
- SIMA/CPLA – GKS
- SIMA/Subsecretaria de Energia – RC
- Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica – JRMA
- Coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica – RA
- SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração – CG

CG-Coordenação de Mineração comentou ter grande interesse em participar de um debate nessa área já que participou de vários PDUIs da região metropolitana com a área temática de mineração porque envolve praticamente todos os municípios do Estado de São Paulo e, dentro do que foi colocado, considerou ser bem interessante porque tem uma atuação no Vale do Paraíba que está iniciando e ouvir as propostas da equipe da Fipe vai ajudar no desenvolvimento desse trabalho. Disse que a intenção é interagir com a equipe em todas as temáticas do PDUI.

RN-Fipe iniciou a reunião explicando que o encontro estava sendo gravado porque a Fipe precisa prestar contas ao Ministério Público, por isso, todas as oficinas regionais e os grupos de trabalho são gravados e os links enviados para o Ministério público.

Agradeceu o recebimento de dados e informações que foram enviados pelos representantes e destacou que foram muito úteis para se entender a dinâmica das questões que estão sendo tratadas e que contribuirão para a elaboração do diagnóstico.

Declarou ainda que participavam da reunião novos colegas que estavam tendo um primeiro contato com o projeto que estava sendo elaborado por meio de um contrato firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe para desenvolver cinco PDUIs em um ano.

“Precisamos entregar em julho de 2022 a minuta do projeto de lei para que o governo possa encaminhar para a Assembleia Legislativa. Na etapa atual fizemos contatos com diferentes segmentos no mês de outubro por meio de oficinas regionais, com prefeituras e sociedade civil e agora estamos fazendo cinco rodadas de debates com grupos de trabalho compostos por representantes dos setoriais do estado. Estamos abordando as infraestruturas de saneamento, energia e a questão do meio ambiente, por isso, estão participando a Sabesp na pessoa da diretora para área de interior que é o que estamos focando no PDUI.

Vamos fazer uma rodada com a Secretaria de Habitação e os diferentes programas que ela tem, com a Secretaria de Logística e Transporte e uma outra com a Secretaria de Transporte Metropolitano e, por fim, com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Desenvolve São Paulo. Com isso fechamos a rodada com o governo do estado”, explicou.

RN-Fipe destacou ainda que, em janeiro, as propostas setoriais e a proposta preliminar de macrozoneamento apresentada na reunião serão discutidas em audiência pública. “Temos uma plataforma digital para cada Unidade Regional e o próprio governo e as prefeituras podem escrever as propostas e a equipe da Fipe faz a triagem daquilo que é passível de entrar no PDUI. Todas que não entrarem por não serem municipal ou por não estarem no escopo, será devolvido para quem apresentou com a justificativa das razões da proposta não ter sido incorporada. Essa é a sistemática que adotamos”, detalhou.

Foi informado que a pauta da reunião era apresentar para cada Unidade Regional o mapa preliminar do macrozoneamento. Na sequência, um mapa que servirá para discutir o panorama do saneamento nessas regiões. E depois, serão apresentadas algumas questões para levantar na área de energia.

“No macrozoneamento vamos apresentar o mapa para fazermos uma discussão sobre saneamento e na área de energia vamos discutir algumas alternativas sobre a geração distribuída, sobre a capacidade do governo do estado de atuar na mudança da matriz energética e o caso do Vale do Paraíba”.

RN-Fipe disse ainda que a questão da mineração e seus conflitos são conhecidas, especialmente a turma da energia e da Sabesp. “Estamos tratando aqui da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a Região Metropolitana de Jundiaí, a Aglomeração Urbana de Franca, a Região Metropolitana de Piracicaba e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto. São essas cinco unidades regionais que vamos apresentar aqui por meio de dois mapas para fazer as discussões sobre energia”, disse.

Com relação ao macrozoneamento, **RN-Fipe** disse que seria passada uma visão mais geral sobre a metodologia utilizada para produzir os mapas até chegar no mapa preliminar que é um levantamento da legislação urbanística e ambiental que é incidente no território e que causa algum impacto.

Muitos municípios não têm plano diretor ou legislação urbanística como a região do Vale do Paraíba que é formada por 39 municípios e apenas 25 tem algum instrumento urbanístico incidente no território. Para os municípios sem Lei de Perímetro, que não tem plano diretor, lei de zoneamento, lei ambiental foram usados os setores censitários do IBGE para identificar o que é urbano e o que é rural.

A partir desse levantamento da legislação foi feito um mapeamento dessas zonas e foi criada uma legenda capaz de unificar essa pulverização de conceitos e siglas que as legislações trazem que foi chamada de leitura unificada.

“Isso gerou um mapa que permitiu comparabilidade, de tal forma, que quando se falasse em área de proteção, a definição era a mesma em todos os lugares. Quando se falasse em adensamento ou uso sustentável, o conceito que tivesse por trás daquela nomenclatura pudesse gerar uma comparabilidade. Com essa metodologia fizemos uma análise e geramos nove zonas que foram passíveis de unificar essa leitura pulverizada”, explicou.

RN-Fipe disse que essa proposta já foi apresentada para as prefeituras e para a sociedade civil. Agora, está sendo enviada individualmente para cada município validar se a leitura da legislação feita pela equipe da Fipe está correta ou não. Caso não esteja, os municípios vão subsidiar a equipe para que sejam feitos os ajustes. Portanto, esse mapa apresentado hoje ainda é passível de alteração.

“Mas, ele só sofrerá alteração depois da rodada com o setorial do estado e depois das audiências públicas. Dessa maneira, só teremos a versão final do macrozoneamento em maio de 2022. Esse é o percurso metodológico que definimos e que eu queria explicar para vocês antes de entrarmos no detalhe de cada unidade regional”, ressaltou.

Antes de passar a palavra para as pessoas que vão apresentar pelas suas Unidades Regionais, **MG-Fipe**, coordenadora executiva do projeto e coordenadora do bloco do ordenamento territorial no âmbito desse projeto, foi convidada a complementar com alguma questão.

MG-Fipe agradeceu em nome da equipe a disponibilidade de todos em escutar e colaborar para um diálogo produtivo para todas as partes e, principalmente, no caso da Fipe.

“Precisamos muito do conhecimento dos técnicos para fazer um contraponto com a interpretação que foi dada na espacialização das legislações e na construção desse mapa unificado que a **RN-Fipe** explicou tão bem. Eu não tenho o que acrescentar apenas dizer que é um trabalho que está sendo feito com muito empenho por uma equipe grande e muito competente, com pessoas que estão há muito tempo nessa tarefa metropolitana. Para nós tem sido um exercício muito interessante de reencontro com as questões metropolitanas. Por se tratar de um compromisso em montar cinco PDUs dentro de um prazo tão curto, nós esperamos a colaboração de todos vocês para chegarmos no melhor resultado para todas as Unidades Regionais. Vamos apresentar na sequência o mapeamento preliminar do macrozoneamento e é importante frisar que é preliminar e que daqui para frente ele poderá sofrer alterações a partir de todas as contribuições que vamos receber”, disse.

JJL-SSAM/SDR agradeceu, em nome do secretário MV, a presença dos representantes setoriais e colocou a SDR à disposição das secretarias estaduais nas questões que envolvem os PDUs e outros planos do estado em realização.

RN-Fipe retomou a coordenação da reunião e anunciou o início da primeira apresentação sobre a Região Metropolitana de Jundiaí. Esclareceu ainda que Jundiaí e Piracicaba já estavam em curso quando a Fipe entrou no processo e foi realizada uma reorganização da documentação em cima do que já tinha sido discutido. Quem coordena essas duas aglomerações é **SM-Fipe** que passará para a técnica **MY-Fipe** fazer a apresentação.

MY-Fipe apresentou de forma detalhada um mapa do macrozoneamento com quatro grandes macrozonas, sendo duas com funções urbanas que são a preservação ambiental e o uso sustentável rural ou interesse de uso urbano e a macrozona urbana em área de proteção ambiental.

Começou pela macrozona de uso sustentável rural. **MY** disse que seria importante trazer as duas grandes APAs das áreas de proteção ambiental incidentes na aglomeração que são as APAs Jun-

diaí e Cabreúva para reforçar diretrizes de sustentabilidade. Resolveu-se também agregar os remanescentes de área rural dos municípios.

Já a macrozona de preservação ambiental teria um caráter mais restrito de ocupação e foram incorporadas as áreas de vegetação nativa dentro dessas APAs que conforme o decreto de regulamentação, tem restrição de ocupação. “A macrozona de interesse de uso urbano corresponde aos perímetros urbanos ou as macrozonas urbanas dos municípios. Isso quando elas não coincidem com a macrozona de uso sustentável porque nesse caso nós criamos a macrozona urbana em APA, justamente, para destacar essas áreas e estabelecer”, justificou.

MY disse que a resolução de criar de uma macrozona específica urbana em APA foi porque nessa região as áreas já são fortemente urbanizadas e consolidadas e tem um papel muito importante no desenvolvimento econômico aglomeração.

Nas oficinas regionais, houve a tentativa de explorar um pouco mais as macrozonas ambientais discutindo com os municípios a possibilidade de agregar outros elementos na composição dessas áreas, como por exemplo, no mapa de leitura unificada que nós produzimos, foi levada a proposta de incorporar zonas e macrozonas municipais que eram caracterizadas com funções de preservação ou de sustentabilidade do uso.

Outro elemento discutido pela equipe foram as áreas sujeitas a ocorrência de desastres naturais então, foi usada a carta de risco de inundação e escorregamento do Instituto Geológico, mas, também foi discutido sobre as cartas de suscetibilidade a movimentos de massa que nessa região existem para todos os municípios.

“Outro elemento que discutimos foram as áreas cadastradas de reserva legal lá no sistema do Cadastro Ambiental Rural. E as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade de um estudo do Ministério do Meio Ambiente. É principalmente essas questões que a gente gostaria de trazer para saber se essa proposta das macrozonas faz sentido do ponto de vista ambiental ou se existem outros estudos ou informações que vocês acham pertinentes a gente levantar incorporar nessa proposta”, afirmou.

Nas propostas de macrozonas da região metropolitana de Piracicaba a equipe técnica achou interessante separar o rural do sustentável nessa região porque elas apresentam características muito distintas e nessa região a área rural é muito representativa. Então, nessa macrozona de uso sustentável foram incluídas as APAs que existem nessa região de Piracicaba, Juqueri Mirim, Tietê, Barreiro e a RPPN São Elias.

RN-Fipe esclareceu que os participantes vão receber o mapeamento do macrozoneamento para ser avaliado e devolvido à equipe da Fipe por e-mail. “A ideia, nesse momento, é apresentar e ver se a proposta faz sentido para todos. Vocês terão oportunidade de ver os conceitos mais claramente dessas macrozonas, mas, ainda não fizemos as diretrizes de orientação para os planos diretores a partir dessas macrozonas. Essa é uma fase posterior”, detalhou.

A pauta hoje é apresentar o mapa preliminar do macrozoneamento para cada Unidade Regional. Na sequência, tem um mapa que é o panorama do saneamento nessas regiões. E por fim, algumas questões para levantar na área de energia.

Na sequência, a coordenadora da UR do Vale do Paraíba e Litoral Norte **ZA-Fipe** foi convocada para fazer a apresentação da proposta de macrozoneamento para a região.

ZA-Fipe lembrou que o Vale do Paraíba e Litoral Norte têm 39 municípios e foi possível identificar planos diretores e leis de uso e ocupação do solo para apenas 25 deles, onde foi possível espacializar macrozonas e zonas. Para os outros 14 municípios, nesse primeiro ensaio, foram espacializados os setores censitários do IBGE 2020. Após esse levantamento e espacialização, as macrozonas e zonas municipais foram reclassificadas em nove macrozonas válidas para toda a região, num processo que denominado Leitura Unificada para que se possa ter uma leitura regional.

E, por fim, foram agregadas as nove macrozonas da leitura unificada em três macrozonas, com vistas a elaboração da proposta preliminar de macrozoneamento regional: Macrozona de Consolidação da Urbanização; Macrozona de Preservação Ambiental e Macrozona de Uso Sustentável. Vale destacar que, além das leis municipais dos planos diretores e de uso e ocupação do solo, foram considerados o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEE), as Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas. Após as Oficinas Regionais, estamos fazendo ajustes necessários sugeridos pelos municípios.

Explicou que os conceitos são muito semelhantes para o Vale que tem 39 municípios e apenas 25 têm macrozonas nos planos diretores e leis de uso do solo. Nos demais, nesse primeiro ensaio, foram aplicados os setores censitários e trabalhadas nove macrozonas, como proposta para o macrozoneamento regional, reduzidas a três zonas: consolidação urbana; áreas de preservação ambiental; área de uso sustentável. Além dos planos municipais também foi considerado o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEE). Após as Oficinas Regionais, estão em andamento ajustes necessários sugeridos pelos municípios. “Estamos incorporando para o litoral, novas unidades de conservação e novos elementos como terras indígenas e quilombolas”, revelou.

Destacou ainda que no primeiro ensaio foram mostradas as macrozonas de preservação ambiental que são mais restritivas; as macrozonas de uso sustentável rural foram mantidas juntas porque faz sentido nessa região esse tratamento de uso sustentável para as áreas rurais e as macrozonas urbanas de consolidação.

Concluindo, nas Oficinas Regionais foi ressaltado que, diante do mapa de Macrozoneamento regional formulado, os municípios que integram a região deverão adequar seus respectivos planos diretores, considerando ainda a necessidade de unificar nomenclaturas, com base em premissas de legislação. Foram trabalhadas nove zonas, como proposta para o macrozoneamento regional, reduzidas a três zonas: consolidação urbana; áreas de preservação ambiental; área de uso sustentável.

CL-Fipe apresentou a proposta de macrozoneamento para a região de Ribeirão Preto e destacou que em Ribeirão foram levantadas as mesmas informações que as outras Unidades Regionais (URs) e a equipe trabalhou com a mesma base de dados e em todos os mapas foram feitos os cruzamentos iniciais. Comentou ainda que nas outras URs têm muita área legislada e foi possível fazer uma sistematização dessa regulamentação, mas ressaltou que em Ribeirão o desafio é maior.

Nessa região o ponto chave desse território, uma vez que o PDUI olha para o futuro é que a segurança hídrica tem que ser razoável, sobretudo em Ribeirão que usa muita água a partir de Aquífero Guarani. Ribeirão Preto é 100% abastecida pelo aquífero e usamos a base da SIMA que é o mapa da Vulnerabilidade de Aquíferos, como um primeiro dado. Mas, a macrozona tem que ser mais contínua, mais abrangente e aí existe esse desafio.

Explicou ainda que a decisão da equipe em não chamar a área de proteção aos mananciais de macrozona de proteção aos mananciais é porque houve o entendimento de que área de proteção não

é competência do PDUI que por ter sua lei própria tem que ter diretrizes muito mais detalhadas nos planos diretores mas, pode ser uma oportunidade de dar esse primeiro passo e criar essa macrozona que seria de proteção dos aquíferos subterrâneos de mananciais e, também, superficiais porque em Franca é mais relevante, além de algumas unidades de conservação – ou áreas – que devem ser protegidas e que os municípios já apontaram nas oficinas regionais.

“É importante debater com os órgãos setoriais para ver qual seria a melhor fonte dados para fazer essa análise. Encontramos um trabalho do IPT de 2010 em que é proposta uma área de proteção de mananciais do sistema do Aquífero Guarani que é um polígono com característica de macrozona. As outras macrozonas são mais fáceis traçar, já temos a leitura dos planos diretores para definir as urbanas e rurais”, disse.

A região de Pitangueiras é o único município que define no seu plano diretor um rural sustentável, mas será analisado com mais atenção o território na linha do que fizeram em Piracicaba para ver se é possível separar esse rural sustentável e se é mais sustentável mesmo.

RN-Fipe explicou que no caso de Piracicaba foi criado um zoneamento sustentável específico para área rural considerando a perspectiva do peso econômico que o agronegócio tem e isso vai ser verdade para Franca e Ribeirão Preto onde o agronegócio também é forte. Diferente do Vale do Paraíba onde a atividade industrial tem maior relevância.

No Vale do Paraíba são os ativos ambientais que estão, em alguma medida, em áreas já protegidas, ou mesmo, no perímetro rural então esse é o panorama do macrozoneamento.

Na sequência, teve início a apresentação, por Unidade Regional do tema saneamento básico.

SM-Fipe apresentou o mapa sobre saneamento básico da Região Metropolitana de Jundiaí com indicador de coleta e tratabilidade de esgoto da população urbana de cada município. O conteúdo abrange o tratamento de esgoto da população urbana de cada município, destacando os municípios operados pela Sabesp, pela administração municipal que são Jundiaí e Louveira e outro que é operado por uma autarquia.

Outro elemento é a taxa de crescimento da população e o grau de urbanização. Detalhou ainda a explicação sobre o significado dos indicadores usados no mapa em que as cores definem as condições de cada município. Destacou que alguns municípios operados pela Sabesp, como por exemplo Jarinu, tem um indicador de 3,89 que está na faixa entre 2,6 e 5. Jarinu é um município que tem apresentado uma alta taxa de crescimento com previsão para a década de 2020 a 2030 de dobrar o crescimento da região, com uma taxa de urbanização de 86%. Explicou que usou Jarinu para saber da Sabesp como é possível melhorar a condição dos municípios pequenos.

Comentou ainda que os dados do SNIS só estão disponíveis para Louveira e Jundiaí. Então, é preciso saber se a Sabesp tem esses dados de cobertura de água e de coleta porque alguns municípios operados por ela alegaram não ter os dados, por isso, perguntou como poderia ter acesso a dados mais atuais com relação a distribuição de água e coleta de esgoto.

Ressaltou, também, que o caso de Piracicaba é bem diferente porque a maioria dos municípios não é operado pela Sabesp e os poucos que são estão em boas condições. “Nessa região tem alguns municípios em situação crítica operados pela administração municipal, seja administração direta, seja pelas autarquias, por exemplo, Araras é o município maior, mas os outros são bem pequenos e todos operados pela Sabesp”.

Destacou ainda que o indicador do saneamento básico é, na maioria dos casos, a grande dificuldade é dos municípios menores. Porém, no caso de Águas de São Pedro, a qualidade da água é boa. Então, a equipe optou por trazer o tema para discussão para saber se a Sabesp tem alguma proposta de como ajudar esses municípios que estão operando os seus tratamentos e os seus serviços de saneamento e que não conseguem melhorar esse indicador.

ZA-Fipe apresentou o mapa sobre saneamento básico da Unidade Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Com relação aos serviços de saneamento na região, 28 municípios são operados pela Sabesp, oito pelas administrações municipais, dois privados e um não foi possível obter a informação que é São José do Barreiro.

De uma forma geral, sobre a situação do esgoto da região, olhando o ICTEM (Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto), avalia-se que a região tem uma situação regular, com diferenças importantes entre os municípios, e uma proporção grande de municípios com boas condições de saneamento.

Até o momento dessa reunião, a região com relação ao IC não tem a pior situação. Esse é o retrato da Região Metropolitana do Vale Paraíba e Litoral Norte que tem um mix é de situações, mas tem uma proporção bem grande de municípios com boas condições de saneamento.

F-Fipe apresentou o mapa sobre saneamento básico da Unidade Regional do Agrupamento Urbano Franca. A região possui oito municípios operados pela administração municipal, três por autarquias, dez pela Sabesp e um por uma empresa privada. Observa-se que a grande maioria dos municípios estão em boa situação, apenas Guaiá e São Joaquim da Barra estão numa faixa pior.

F explicou que os dados sobre o índice de perdas na indústria, abastecimento de água e esgotamento sanitário foram retirados do SNIS e esclareceu ser importante debater o tratamento a ser dado para as áreas urbanas, pensando no marco regulatório e como tratar as áreas rurais, tanto quanto ao abastecimento como para o esgotamento sanitário.

Lembrou ainda que na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, existe uma prevalência um pouco mais expressiva de 25 municípios com operação pela administração pública direta, cinco por autarquias, oito municípios operados pela Sabesp e um por empresa privada.

“Nessa região tem um pouco mais de homogeneidade no sentido de que prevalece o direito público pela administração por meio das próprias prefeituras. Porém, já se mostra um pouco mais preocupante porque tem alguns municípios que integram a faixa de pior qualidade”, analisou.

F destacou não foi possível verificar nas respostas enviadas pelos municípios para o SNIS já que o sistema de informações não contabiliza o tratamento individualizado para as áreas rurais, mas a região tem uma área rural com uma expressão maior pela forte presença do agronegócio, mas não existe nenhum tratamento ou abastecimento por meio de poços e minas, o que demonstra uma discrepância grande entre área rural e área urbana com relação a esses índices de abastecimento e de tratamento.

Diante disso ficou a pergunta de como se pode tratar o saneamento nas áreas rurais. “Como que a Sabesp pretende atuar e como ficam os municípios, como por exemplo, Ribeirão Grande, autônomos quanto ao saneamento básico? E, quanto às perdas alguns municípios têm índices superiores as perdas do estado de São Paulo e até do Brasil. Como a Sabesp tratará essas questões?”

RN-Fipe disse ter uma dúvida no que diz respeito a energia já que no PDUI é preciso fortalecer a perspectiva de ter uma política de energia renovável e qual seria a capacidade institucional que tanto o governo do estado, quanto o IPT têm para apresentar propostas que de fato contribuam para essa mudança da matriz com a incorporação de energia renovável.

Questionou se seria possível apresentar uma proposta nessa linha já que embora muitos já estejam operando pelo setor privado, a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente não é a gestora desse serviço, seja para grandes consumidores industriais ou do agronegócio.

“Essa dúvida que a gente tem de como é que se entra nessa matriz? Essa geração de energia pode ter uma proposta que seja incorporada no PDUI considerando as especificidades de cada região? Como vocês viram em Piracicaba, Franca e Ribeirão Preto o peso do agronegócio é importante na pauta de exportação de São Paulo para fora do Brasil e, portanto, tem um peso no PIB do estado. Dessa maneira, essas atividades têm que ser tratadas com cuidado porque não podemos perder a galinha dos ovos de ouro da economia paulista que é esse circuito do agronegócio dessas três regiões”, ponderou.

Esclareceu que para a equipe da Fipe é importante saber como que está sendo tratada a questão energética nessa linha que foi colocada.

Solicitou ainda pudesse esclarecer sobre como posicionar o PDUI frente à Lei de Saneamento que cria unidades regionais de água e esgoto e citou como exemplo alguns prefeitos que entraram com uma representação no Ministério Público contra o fato da região de Piracicaba estar dividida em quatro áreas na nova divisão, para efeito de concessão da privatização dos serviços porque a situação dessas regiões não é tão crítica do ponto de vista de saneamento.

Questionou como o PDUI pode tratar do tema já que muitos municípios estão com serviço autônomo e têm um serviço eficiente que atende à demanda de qualidade.

“Quais são as restrições que a Lei de Saneamento com a privatização vai impor a um plano que é de diretrizes como esse e quais são as diretrizes frente a essa disparidade de gestão das bacias porque na realidade, foi uma tentativa de uma gestão mais consistente e coerente, mas, parece que essa divisão quebra um pouco com o princípio da gestão de bacia”, analisou.

Disse que gostaria de ouvir se a Sabesp já tem uma política para essas áreas rurais que, no caso de Ribeirão Preto, Franca e Piracicaba o agronegócio demanda muita água o que resulta na necessidade de uso do Aquífero Guarani porque ele foge da regulação que está mais no âmbito federal do que estadual.

F-Fipe complementou dizendo que com relação a matriz energética o governo do estado tem um forte empenho no incremento dessa matriz com fontes renováveis e, também, com energias mais limpas.

Então, quis saber, qual ação seria possível colocar no âmbito do PDUI. “Vimos que com relação à energia solar já tem um levantamento potencial das áreas no estudo sobre energia solar paulista. No caso da região de Franca e de Ribeirão Preto são áreas que tem um potencial bom, mas, ainda não há unidades fotovoltaicas na região”, comentou.

Por isso, questionou se cabe ao PDUI trazer a questão de maneira mais específica tratando de maneira individual cada uma dessas formas, como por exemplo, solar, eólica. “O mesmo se pergunta quanto a biomassa com relação ao aproveitamento do potencial de eletricidade. É um incre-

mento dessa matriz com fontes renováveis e de energias mais limpas, então no âmbito do PDUI que tipo de ações que nós poderíamos colocar?”, questionou.

Citou ainda que a região tem um problema muito sério com as queimadas irregulares. Alertou que é preciso acabar com elas e utilizar a palha da cana para gerar energia para a região.

“Com relação ao biogás e o biometano tem um trabalho do Centro de Pesquisa de Inovação em Gases de Efeito Estufa que fala de um estudo muito importante que usa o potencial de geração de biogás através de três fontes que seriam de criação de animais e resíduos da criação e resíduos urbanos do setor sucroalcooleiro.

F questiona como, nesse contexto, o PDUI pode fomentar essa recuperação energética, tanto dos resíduos, quanto do setor que é muito expressivo na região. Relatou experiência que já existe em Franca junto à Sabesp e um instituto de pesquisas que foi instituído a partir do esgoto que é 100% tratado na região, a geração de biometano a partir desse esgoto. “Então, será que essa experiência de Franca pode ser replicada aos outros municípios para aumentar a geração do biometano como combustível também?”, questionou.

Destacou que Pequenas Centrais Hidrelétricas também é um tema que ainda está sendo explorado e há um estudo sobre pequenas centrais hidrelétricas que estão dentro do estado para fomentar a matriz energética e, por fim, ao gás natural. As pesquisas mostraram uma certa dificuldade na substituição de outras fontes, principalmente, no estado de São Paulo porque se usa muito a biomassa e são processos que requerem energia elétrica para a geração de calor.

O foco está na substituição do óleo combustível e no diesel no lugar do gás natural. **F** questionou se essa fonte matriz energética pautada na biomassa com relação ao gás natural pode contribuir na competitividade dele. “Talvez no setor de transportes automotivo faça mais sentido. Foi verificado se o PPA de 2020 tinha algum balanço do que foi concretizado tendo em vista o planejamento da matriz. O que foi alcançado, o que podemos fomentar no PDUI dentro do que estava previsto do PPA?”, perguntou.

JRMA, coordenador de energias renováveis e elétrica, comentou sobre duas regiões que a Fipe está fazendo o PDUI: Vale do Paraíba e Litoral Norte e a Região Metropolitana de Jundiaí. Disse que as regiões de Franca, Piracicaba e Ribeirão Preto são mais ou menos parecidas com um aspecto mais ou menos homogêneo.

Destacou que no Vale do Paraíba e Litoral Norte, pela divisão que foi feita, são duas regiões bastante diferentes, mas no litoral norte não conseguiu identificar a divisa do estado se deve considerar Ubatuba, Caraguatatuba até a divisa com o Guarujá.

RN-Fipe interfere e sinaliza que a divisa é Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.

JRMA continua e diz que o Litoral Norte tem seus problemas específicos de energia elétrica, que é um problema maior por causa da sazonalidade que é muito grande. “É preciso manter um sistema elétrico bastante robusto para o atendimento nos finais de semana e feriados”, sinaliza.

Explicou que estão sendo implementadas três solicitações na área atendida pela EDP Bandeirantes que tem feito um bom trabalho no litoral reforçando a região com três novas substituições, sendo uma delas para atender o contorno da nova Tamoios.

Destacou um problema em Ilhabela que sofreu um aumento de carga já que durante a pandemia,

muitas pessoas foram para lá para passar um mês e ainda continuam lá, o que fez a carga do litoral aumentar bastante. “Vamos ver se no ano que vem com o fim parcial do home office essa carga diminui. Então, é uma região completamente diferente e tem que ser tratada de uma forma específica”, destacou.

O Vale do Paraíba é uma região que está sofrendo uma grande evolução em função da rodovia Dom Pedro que trouxe desenvolvimento para a região com muitas indústrias sendo instaladas perto da rodovia. Foram feitos estudos para reforçar a região de Lorena o que vai dar uma potência maior a essa região, especialmente, São José dos Campos.

A outra região que **JRMA** quis comentar foi a Região de Metropolitana de Jundiaí que está no radar do planejamento no setor elétrico. Trata-se de uma região que está precisando realmente de reforços porque é onde estão instalando muitos galpões industriais.

Explicou que estrategicamente, Jundiaí tem os conglomerados logísticos muito grandes e recentemente está com um grande complexo da Amazon. Destacou que será preciso fazer um reforço no sistema elétrico de Jundiaí e essa informação bate com o que foi falado aqui que essa região está dentro do foco das grandes expansões no estado de São Paulo e no Vale do Paraíba.

Nos últimos 10 anos houve um grande esforço de planejamento e foram implementados reforços que ajudaram a Copa do Mundo o que propiciou muitas reformas do sistema elétrico.

Então hoje, o sistema é robusto, mas existe um problema gravíssimo pois há a dependência de energia externa que vem de Tucuruí, Belo Monte e do Rio Tapajós que são injetados aqui em São Paulo.

Outro problema gravíssimo em São Paulo é a questão da energia da luz das usinas hidráulicas em São Paulo e não se sabe se vai ser um contratempo só de 2021 ou se em 2022 vai se prolongar. Então, pode ser que a gente tenha que mudar alguns preceitos que nós temos com relação ao planejamento do abastecimento de energia elétrica no estado.

Foi comentado que São Paulo não tem afinidade com energia eólica já que é preciso de vento e o estado tem sofrido com grandes vendavais atípicos em que foram perdidas várias linhas de transmissão nas últimas semanas.

“Passou despercebido que o sistema de São Paulo sofreu apagão em algumas cidades. Nós sofremos alguns eventos climáticos, mas, apesar disso, em São Paulo não seria viável porque as empresas querem produtividade de vendas. Recentemente, estive no Rio Grande do Norte e comprovei que as eólicas estão no Nordeste. Lá, venta o dia inteiro. Portanto, não vamos ter eólica em São Paulo”, sentenciou.

Com relação à energia fotovoltaica vamos separar em duas partes: primeiro as usinas fotovoltaicas e segundo a geração distribuída. “Com relação a geração distribuída São Paulo hoje é o segundo estado em instalação, tanto em número de unidades, como potência. Houve a instalação de mais de 30 mil unidades de geração distribuída e uma potência total de 300 megawatts, um acréscimo no ano de 2020 em relação a 2019 de quase 70% e de 2000 até final de 2020 são 316 megawatts instalados. Antes do fim de 2021 são 700 megawatts, ou seja, quase que o dobro de 2020. Será recorde de geração distribuída, basicamente no comércio e residencial. Em 2020, só São Paulo só ficou atrás de Minas Gerais porque o estado mineiro tem incentivos de usinas”, disse.

Em termos de cidades, em 2020 a primeira, em número de unidades de energia, foi Presidente Prudente que passou Ribeirão Preto, Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru e Limeira. “Ou seja, está existindo um boom de geração de energia distribuída em São Paulo. Hoje se paga um sistema fotovoltaico, em 34 anos”, ressaltou.

Com relação às usinas, houve uma reunião específica em São Paulo que propôs a instalação da usina fotovoltaica já que já são mais de 700 megawatts. Mas, é nessa região, onde já passamos de 1.3 GB de energia foto fotovoltaica.

Com relação a Pequena Central Hidrelétrica, JRMA disse fazer anos que assunto está em “banho-maria”. “O crescimento é marginal e existem problemas ambientais para instalar. Estamos num momento de inflexão para os próximos anos com relação ao setor energético”, refletiu.

Estão surgindo também as baterias. Elas chegam caras para o setor residencial, mas já existem.

JRMA destacou também os programas de incentivo para a fotovoltaica. Afirmou que a antiga Secretaria de Energia, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio ambiente tem feito várias ações para o governo do estado incrementar a geração renovável e citou como exemplo, o caminhão chamado *road show* que está rodando o estado de São Paulo e outros estados, dando aula de fotovoltaica. “Temos convênio com a Eletro para suprir a deficiência energética no Vale do Ribeira e acabamos de fazer um convênio com a Desenvolve São Paulo para o desenvolvimento de financiamento. Quanto a parte de incentivo a fotovoltaica e a energia renovável a partir da biomassa de bagaço de cana está em andamento. São Paulo ainda é protagonista”, garantiu.

Outras altas fontes de energia são o biometano, biodiesel, biomassa, biomassa florestal que também está gerando energia a partir de resíduos sólidos. Está previsto para os próximos anos uma espécie de mini revolução na parte de energia elétrica com o advento dos carros elétricos, redes de cabos elétricos e redes inteligentes e a inteligência nas redes de distribuição 5G. Essa é a perspectiva para os próximos anos.

Passou a palavra para o técnico **RA-coordenadoria de energias renováveis e elétrica** para complementar.

RA, coordenadoria de Energias Renováveis e Elétrica, comentou que é possível dizer que o quadro geral da situação das energias renováveis no estado de São Paulo é pouca coisa. Segundo RA, hoje as iniciativas que fazem uso de energias renováveis no estado são todas privadas porque o estado não tem recursos para investimentos na área de empreendimentos energéticos.

“Nós temos o acompanhamento da capacidade de produção de agentes em todo estado de São Paulo que vem sendo incorporado ao parque energético paulista. Temos uma relação de usinas de biogás. Hoje são mais de 14 usinas. A Lixívia negra que é um subproduto do setor de papel e celulose. Temos uma relação de usinas de resíduos de madeira que, na verdade, são utilizados cavacos, falhas de pontas de madeira do setor de papel e temos uma relação de usinas de biogás que também são produzidos, principalmente, do aproveitamento de resíduos urbanos na unidade de tratamento de lixo. Temos a relação de geração de usinas fotovoltaicas no estado de São Paulo, identificando a potência de cada uma delas no município instalado”, disse.

Explicou ainda que a geração distribuída é mais complicada porque ela aumenta pontualmente todos os dias. “Já temos algumas milhares de unidades instaladas e elas sempre aumentam todos os dias porque têm basicamente o setor residencial e o comercial. Cada dia muda, mas, de qualquer

maneira, é o grosso da potência, tanto das usinas solares, quanto das unidades de geração distribuída. Esses dados podem ser disponibilizados e um fechamento do total mensal”, assegurou.

Quanto ao PCH, **RA** disse existir 98 possibilidades de empreendimentos que gerariam uma potência total de 1.800 megawatts. “Ou seja, é muito empreendimento para pouca potência e o que se observa é que a iniciativa privada não tem demonstrado interesse em investimentos na área de PCH a gás porque é mais vantajoso partir para energia fotovoltaica”, explicou.

Quanto ao aproveitamento hídrico, **RA** disse que ele também envolve a questão ambiental porque estão em localidades de preservação ambiental de matas ciliares de áreas privadas então, para executar a obra é bastante complicado.

“Os ventos que passam por São Paulo são inviáveis de serem aproveitados para a geração de energia eólica. No estado de São Paulo são pouquíssimas regiões que podem ser aproveitadas para gerar energia eólica devido a uma instabilidade sazonal. Portanto, a energia eólica é considerada desaconselhável no estado de São Paulo”, justificou.

A utilização de biomassa do setor sucroalcooleiro sofreu um grande impacto, principalmente, ao longo do governo anterior quando houve um desestímulo ao setor fechando boa parte das usinas. Mas, estão em atividade novamente porque grandes grupos financeiros compraram as usinas falidas para operar. Mesmo assim, **RA** disse que a quantidade de geração produzida pelo setor sucroalcooleiro é pouca.

Nos últimos 10 anos pouca coisa aumentou nesse setor, mais unidades têm se ligado ao sistema de transmissão do estado e, portanto, ele tem conseguido contribuir de forma gradual ao fornecimento porque o setor é originalmente autossuficiente porque sempre sobra bagaço na entressafra.

“Eles têm conseguido esticar a produção para alguns meses ao longo do ano para conseguir colocar essa energia na rede, o que depende muito do sistema de conexão com o sistema de transmissão existente nessas unidades. Ganha-se acesso, eles ligam e fornecem energia, mas, boa parte do setor sucroalcooleiro ainda não tem uma conexão específica com a rede de transmissão gerada para consumo próprio. Dessa maneira, permanece o restante do bagaço que fica disponível para eles na safra seguinte para uso próprio. Então, de qualquer maneira, o setor se manteve, de certa forma, num patamar estável nos últimos anos e a tendência de crescimento depende muito de investimentos privados de interesse do setor. Isso se deve, basicamente, por uma questão política de estímulo ao etanol, que muitas vezes, não ocorre. Estímulo inclusive por conta da manipulação do preço da gasolina”, explicou.

RN-Fipe se manifestou dizendo que entendeu que a matriz energética de São Paulo está bem equilibrada já que é dependente externamente, mas, é autossuficiente e o setor privado vem fazendo os aportes necessários quando as demandas crescem. Entendeu que a capacidade institucional de alteração dessa matriz vem sendo feita na fotovoltaica.

“Alguns estímulos que têm sido dados pelo financiamento diferenciado pela Desenvolve São Paulo e mesmo por aqueles setores que querem ser autossuficientes, como os residenciais e os comerciais, pelo que vocês disseram, tenderá a crescer”, descreveu.

Mudou a temática do debate para o saneamento básico, passando a palavra para MP.

MP-Sabesp foram selecionados alguns dados que vocês precisam e do jeito que precisam. Vou passar o contato de PB, o assistente executivo da diretoria para ajudar vocês com todos os dados e

de qualquer demanda que necessitem sobre coleta, tratamento, abastecimento de água e perda nos municípios operados pela Sabesp.

Fez ainda uma observação de Franca que não é abastecida pelo Aquífero Guarani. “É abastecida por um manancial superficial, tanto que, teve rodízio nos meses de setembro e outubro. É uma área de recarga do Guarani. Franca não tem água subterrânea”, disse.

Com relação ao Índice de Cobertura (IC), uma solução em cidades litorâneas são os emissários, como é o caso de Ilhabela onde se considera tratamento zero.

Se comprometeu a passar os dados atualizados e disse ter notado que tem alguns casos como Jarinu, por exemplo, que já andou um pouco, mas tem um problema lá porque agora que a rede de esgoto está implantada. “O pessoal não pede a ligação porque quando ela é feita, a conta da água dobra porque a cobrança incide sobre água e esgoto”, justificou.

RN-Fipe comentou que o mesmo problema ocorreu na Guarapiranga e na Billings, onde a Sabesp teve que fazer uma tarifa diferenciada.

MP-Sabesp confirmou que sim, mas, disse que os dados sobre o índice de cobertura serão passados. “Os dados demonstram na rede que o índice de atendimentos é de pessoas conectadas que não dependem da Sabesp. Portanto, é melhor trabalhar com o índice de cobertura”, explicou.

RN-Fipe perguntou se na Lei de Saneamento o índice que será pactuado com o setor privado será o índice de cobertura ou de atendimento porque o setor privado, mesmo que ele tenha tarifa subsidiada, precisa se ressarcir e o setor público pode fazer política social. “Então qual é a regra da Lei de Saneamento?”, questionou.

MP-Sabesp respondeu que a regra da Lei de Saneamento é o índice de cobertura. Essa pergunta vale um milhão de dólares. “Ela é propositalmente mais complicada e vai complicar a vida de todo mundo. Por exemplo, a Lei do Saneamento fala em população do município. Mas, de quem é a responsabilidade de atender a população, do município ou da concessionária? O município não pode jogar na tarifa e explodir o atendimento rural. Tradicionalmente o saneamento rural vinha sendo de responsabilidade das prefeituras e quando a Sabesp assinava um contrato de um programa ou de uma concessionária privada com o município, fazia parte do contrato uma coisa chamada área de atendimento. Então era negociado com o município quais áreas seriam atendidas. Por exemplo, a Sabesp tem alguns programas para atender núcleos de 20 a 30 casas no meio rural e na hora da assinatura do contrato faz uma negociação com o município dizendo que dependendo da tarifa praticada isso para em pé ou não. Faz uma negociação com o município daquilo que é a chamada área de atendimento. Mas, a Lei do Saneamento ignorou essa história. Agora se fala em população atendida. Nós esperamos regulamentar isso”, detalhou.

Destacou que a ANA tem um calendário de normas que sairão até 2023. Espera-se uma definição porque existem problemas com as áreas rurais e com as áreas irregulares. “Nas áreas irregulares, a Sabesp não pode pôr o serviço. Mas e a população do município, como é que fica?”, perguntou.

Disse que há um conflito porque é preciso fazer até o dia 31 de dezembro uma demonstração da capacidade financeira do investimento que não se sabe qual é.

RN-Fipe perguntou se a Sabesp leva a rede na solução de um contrato do programa feito pela empresa da área de atendimento nesses núcleos, que a equipe da Fipe chama de urbanos

isolados, que estão na área rural e são colocados no programa. “Fazem um tratamento específico?”, perguntou.

Colocou ainda que a questão diz respeito sobre a solução tecnológica para a população rural de algumas famílias que é possível ter um serviço de fossa séptica e isso é atendimento.

MP-Sabesp respondeu que depende. “Isso é atendimento, mas, às vezes, pode não ser uma solução técnica para esse atendimento porque é especial, é feito por um determinado período, tanto para pequenas unidades de tratamento de água, como para pequenas unidades de esgoto”, explicou.

Disse ainda que normalmente nesses núcleos o abastecimento é feito por meio de poço. “Faz-se um poço, a rede de distribuição de água e a rede de coleta de esgoto para dar uma solução comunitária. É uma solução mais simples”, afirmou.

Sobre a tecnologia, **MP** disse haver uma variação no tipo usado. “Às vezes, por exemplo, no Vale do Ribeira, está se pensando numa alternativa, não sei se vai ser viável economicamente ou não, que é passar uma adutora ao longo da estrada para atender os pequenos núcleos. É uma proposta diferente. A viabilidade econômica está sendo estudada. Mas, atualmente, tudo isso está suspenso porque não se sabe o que vai ser regulamentado na Lei. Ela não estabelece isso, ela fala em x por cento da população, mas, o que se faz com população diária regular? O que se faz com o saneamento rural ninguém sabe. Então ficou decidido junto com a Cesp que será feita a comprovação da capacidade econômico-financeira com as áreas de atendimento que existem atualmente no contrato porque fizeram um cronograma que nada bate com nada e não existe tempo de estudar alternativas de saneamento rural porque é preciso entregar a capacidade econômico-financeira até dia 31 de dezembro”, explicou.

RN-Fipe destacou que o no tocante ao provimento do saneamento do município a capacidade de investimento desses municípios é muito baixa e é preciso ver quem vai ter capacidade de fazer investimento ou não e para ver as exigências não só da Lei de Saneamento como também no PDUI. “Está dito que apesar de ser um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, temos que tratar da área urbana e rural e essas soluções para a área rural não estão claras, nem para o concessionário e nem para o operador municipal”, disse.

RN explicou que para cumprir a Lei de Saneamento a perspectiva é jogar tudo para o setor privado o que vai mostrar a capacidade de atração que essas áreas vão ter para esse setor.

MP-Sabesp respondeu que essa questão, com relação às rurais, está em aberto porque quem definiu as rurais foi a secretaria estadual que dividiu as rurais de acordo com indicadores de investimento porque tem o subsídio cruzado. “Então as rurais foram desenhadas com base na viabilidade do ponto de vista econômico para elas terem equilíbrio econômico-financeiro”, explicou.

Os prefeitos estão em outra confusão porque a Lei de Saneamento obrigou que primeiro fossem feitas as rurais e depois fariam as áreas adensadas. Então, vamos supor que tem um prefeito de Jundiaí que já disse que não vai aderir porque ele não quer ter um município isolado com uma operação de saneamento superavitária, vou aderir para aumentar a minha tarifa para fazer subsídio cruzado?

Destacou que os prefeitos têm até o final de fevereiro para aderir ou não. Disse que Ribeirão Preto, por exemplo, e outras cidades maiores, não quiseram aderir. “Será preciso refazer a tarifa inicial prevista. Faltam detalhes, mas, provavelmente foi feita uma arrecadação porque se precisar subir

a tarifa e o município não aderir, não é mais aquela arrecadação prevista. Então, ninguém sabe o que vai acontecer com essa história das rurais”.

Disse haver uma teoria do Ministério público de que as rurais deveriam ser classificadas por bacia hidrográfica. “É desconhecido porque todo mundo acha que bacia hidrográfica é uma divisão geográfica ideal para tudo. Bacia hidrográfica é uma unidade de gestão para recursos hídricos, captação e outorga”, afirmou.

A diretoria que opera 334 municípios, sendo que a enorme maioria opera sistemas individuais. Quer dizer, o município tem uma captação e uma estação de tratamento de esgoto. “Eles não podem ser muito distantes porque é preciso levar em conta um problema de economia de escala que depende da localização geográfica. difícil entender por que que o Ministério Público não gostou”.

Ainda colocou que na utilização de biometano, a Sabesp tem um programa de redução de gases de efeito estufa que é essencialmente a redução de metano. Se comprometeu a passar o contato da pessoa da superintendência da área ambiental para passar esses dados.

“Essa proposta de redução de emissão tem um exemplo de Franca que produz biometano para veículo. É na ETEC de Franca. Em alguns casos isso é razoável porque tem escala. Em outros casos, senão tem escala para produzir é melhor produzir biossólido com fertilizante de lodo”, disse.

RN-Fipe disse que MLBC da equipe da Fipe e **RC-SIMA/Subsecretaria de Energia** queriam fazer uma pergunta.

MLBC-Fipe colocou que uma questão muito importante é a drenagem urbana e quis saber se a Sabesp pode sinalizar quais seriam os principais parâmetros que poderiam ser tratados para inserir esse assunto dentro dos planos.

Explicou saber que os municípios dão pouca importância aos planos de drenagem e que isso pode vir a ser um problema no futuro. Então, queria saber quais seriam os parâmetros para trabalhar essa questão da drenagem.

MP-Sabesp respondeu que uma das coisas que considera importante é o PDUI sugerir aos municípios colocarem as questões de drenagem no plano diretor municipal porque nas regras da elaboração dos planos diretores, a partir do Estatuto da Cidade, o assunto não é tratado.

Disse ainda considerar as regras com relação à drenagem como fundamentais. “Uma é a permeabilidade do município e a outra é o afastamento da ocupação das margens dos córregos. São regras claras no município para construção. Aquilo que em hidráulica se chama de leito maior do rio que é a área que o rio ocupa com vazões de cheias frequentes. Não é aquela que pode ter uma cheia estratosférica que vai inundar a cidade inteira, mas, uma cheia num período de retorno de 2 anos e 5 anos com a probabilidade de uma vez a cada 2 anos ou uma vez a cada 5 anos. Esse espaço do leito maior deve ser deixado vazio”, disse.

RN-Fipe perguntou se existe uma metragem ou percentual para permeabilidade e uma metragem para o afastamento da ocupação nas margens dos córregos.

MP-Sabesp respondeu que o afastamento depende da condição do rio. “O município precisa ter, mas, se você se referia a não ocupação do leito maior essa é uma linguagem comum leito maior e leito menor. O leito menor é onde o rio está o tempo todo, inclusive na seca e o leito maior é a área que ele ocupa durante as cheias frequentes”, explicou.

Falou ainda sobre impermeabilização e destacou ser é preciso ter regras de permeabilidade na cidade. “No âmbito do PDUI essas duas questões são importantes para o planejamento das cidades”, disse.

RN-Fipe destacou que **CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração** também queria levantar uma questão.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração disse que outro assunto relacionado com a regionalização do saneamento são os serviços públicos, não da Sabesp que tem toda uma estrutura diferenciada.

“O que nós temos – e isso acho que é muito interessante ser considerado no PDUI – é que praticamente, para uma boa parte dos municípios, os agentes autônomos das cidades estão causando problemas”, disse. Ele citou como exemplo as barragens de energia elétrica, mineração e abastecimento público são fiscalizadas por um órgão estadual, mas, tem a ANA que responde pela parte federal.

CG explicou que, no caso de mineração e de energia elétrica, não tem problema se tiver direto com iniciativa privada, mas no caso das prefeituras, quando existe algum problema com algum município que tem barragem, não existe orçamento para fazer a recuperação e nem as regras de ações, é preciso um programa nacional de emergência.

“Está dentro da regra da ANA, mas tem problemas construtivos de vários municípios que não têm recurso para recuperar uma área dessa que é cerca de 5 a 15 milhões de reais na velocidade e celeridade exigida pelo IPT e pela própria comissão de Defesa Civil”, afirmou.

Por isso, disse que o que ocorre dentro da regionalização-e dentro dessas considerações-de serem feitas determinadas ações de saneamento, é importante considerar a estrutura que essas cidades têm realmente para manter essas barragens.

Alertou que na discussão da regionalização vai entrar uma empresa com estrutura, mas, enquanto não tem é preciso ter uma política pública para essas regiões atuarem. “Tem algum tipo de solução para isso? Porque identificamos, caracterizamos, fazemos a estrutura, fazemos até o orçamento porque temos todas as opções envolvidas, mas, nenhum recurso. Aí eles cobram uma taxa que possivelmente, não é a real para fazer o abastecimento público daquele município”, destacou

MP-Sabesp colocou que essa questão do orçamento dos municípios não operados é uma encrência. M destacou que a secretaria chegou a fazer um levantamento de tarifas e os municípios não operados eram separados da seguinte maneira: até 20 mil habitantes, de 20 mil a 50 mil habitantes e acima desse número.

“Nos municípios de mais de 50 mil habitantes a tarifa dos não operados era praticamente igual da Sabesp. Naqueles entre 20 e 50 mi era um pouco menor; até 20 mil habitantes a tarifa era 1/3 da Sabesp, ou seja, os municípios não conseguem. Tem muito município que não cobra saneamento. Então, essa questão do investimento do município é complicada porque o município não tem dinheiro para nada, mesmo o município que opera o seu próprio sistema”, explicou.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração acrescentou que o município busca o dinheiro da secretaria que também não tem orçamento para isso porque não está no programa de governo e aí vira uma crise institucional para o governo do estado.

MP-Sabesp contou que viveu uma crise institucional quando foi Secretária. “Existe o pedido de

dinheiro para um poço, aí você pergunta qual é a tarifa e a resposta é que não tem tarifa. Isso é complicado”, disse.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração ressaltou ainda ser grave quando se fala de barragem porque os problemas desses municípios não são pequenos. “Tem estrutura está tudo lá, mas, não dá para deixar isso solto porque senão o estado vai ser cobrado por isso. É uma questão para pensar se cabe no PDUI, nos objetivos mais específicos”, alertou.

RN-Fipe solicitou ajuda para formular uma proposta para ser inserida no PDUI mais genérica para que possa, pelo menos, despertar a atenção dos municípios com relação a essa regra mais regional porque, de repente, eles podem se valer de recursos do fundo metropolitano para manutenção ou revisão.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração se comprometeu a fazer uma proposta.

RC-SIMA/Subsecretaria de Energia colocou a importância da questão da energia elétrica porque São Paulo importa 40% da energia que consome, o que deixa o estado é muito dependente do sistema elétrico. Tem o gás e a biomassa que são duas vocações energéticas principais em São Paulo no âmbito da política regional estadual e fomenta projetos com a desvalorização econômica energética de resíduos.

“O Ministério de Minas e Energia incluiu nos leilões de compra de grandes usinas no mercado regulado com contratos de 25 anos que é a previsão de contratação da fonte de resíduos. Foi possível viabilizar um único empreendimento em São Paulo, em Barueri, uma unidade de recuperação energética que se entende ser uma dinâmica que deve se manter até por fim na escassez de áreas para implantação de novos aterros, pelo volume de resíduos gerados diariamente”, explicou.

Com relação ao gás natural, principalmente em áreas de Campinas, do Aglomerado Urbano de Piracicaba, Jundiaí e o Vale do Paraíba e Litoral Norte o atendimento é pela Comgás, cujo contrato foi prorrogado até 2049. “Então, tem uma previsão de interligar 14 novos municípios até 2029, com investimentos de 21 bilhões de reais”, disse.

Destacou ainda que a ideia de expansão da rede é conectar novos consumidores residenciais, comerciais e industriais, inclusive termelétricas. “Temos dois projetos de duas usinas termelétricas licenciadas com licença prévia no estado. Uma área em Piratininga e outra área em Lins que estão cadastradas para vender energia no leilão de reserva. Com a relação ao biogás e biometano tem um potencial enorme. Existe uma parceria com o governo britânico que levantou o potencial de biogás e biometano no Estado de São Paulo”, explicou.

Revelou que existe na área de Ribeirão Preto e Guariba uma usina termelétrica da raiz movida a biogás e a usina Bonfim e o objetivo é expandir esse negócio.

RC disse ainda que, com outras usinas, São Paulo está, inclusive, licenciando para estar no setor celulósico e outras vertentes, com o governo britânico existe um mapeamento muito grande do potencial de biometano e os diferentes substratos sem estação de tratamento de esgoto e resíduos sólidos e a vinhaça do setor energético.

“Esse biometano tem um interesse particular tanto das distribuidoras para renovar um pouco a matriz hidrelétrica e para o estado de como esverdear o gás colocado na rede, como também,

interesse de empreendedores, principalmente internacionais que estão aqui com compromissos globais de redução e neutralização das suas emissões. Existe um projeto sendo desenvolvido na região de Presidente Prudente que produz biometano e distribui na rede. Tem interesse de grandes empresas como Toyota, L'Oréal e Nestlé em consumir esse biogás, na verdade o biometano que pode ser colocado na rede e ser consumido em diferentes regiões do estado. A ideia é já ter regulamentação do acesso para que projetos dessa natureza possam ser replicados aqui, até como fonte de receita acessória para o setor sucroenergético. Enfim, tem crescido bastante o número de projetos com biomassa que tem um potencial significativo no estado”, explicou.

Acrescentou que quanto ao biometano, a Scania que já produz veículos pesados, tem um componente de estimular a sucção do óleo diesel e óleo combustível até porque as emissões do biometano são bem inferiores. “Esses componentes são importantes, inclusive, na parte de poluentes locais com material particulado. Mas tem um potencial grande se for colocado na rede, seja para gerar energia elétrica ou para fomentar energias renováveis”, disse.

Explicou ainda que existe uma série de projetos híbridos como as usinas fotovoltaicas flutuantes. Tem um caso um chamamento público feito há pouco tempo para duas usinas de 30 megawatts de pico cada uma que venceram o leilão então.

“Existe um componente que deve expandir para aproveitar melhor a eficiência dos painéis. Inclusive combinados com outros combustíveis é isso que no estado tem se ampliado bastante do ponto de vista da política energética”, afirmou.

Destacou ainda a menção feita ao PPA e explicou que o programa está sendo revisto e até o final desse mandato o Plano Paulista de Energia será atualizado com a vertente de neutralização de carbono até 2050.

“Em breve será iniciada a atualização do plano, evidentemente, todas essas fontes serão cotejadas. Cada uma com a sua particularidade, com a sua sazonalidade e variabilidade. De fato, é importante um componente estimular essa mobilidade Eletro por meio de dois eixos: de eletrificação acelerada seja de combustíveis avançados seja com biodiesel seja com o biometano ou outras fontes, até o hidrogênio que pode ser produzido a partir da eletrólise ou do biogás. Ou seja, tem um potencial grande no estado e, claro, cada um com uma característica e depende da região tem talvez uma tipologia mais adequada de empreendimento para propiciar esse aproveitamento”.

Ainda aproveitou para parabenizar pelo trabalho e ofereceu as redes de gás e de energia elétrica para a equipe da Fipe por entender que é um componente importante para o PDUI e convidou os técnicos para participarem do processo de elaboração do Plano de Energia que será concluído até julho de 2022.

Ainda fez um destaque, esquecido pela **MP-Sabesp**, de que a Sabesp em Franca já produz o biometano e que abastece 40 veículos da frota própria. “É componente que a própria Sabesp está estudando de como usar esse biometano para colocar na rede e gerar energia elétrica para reduzir o consumo com bombeamento”, afirmou.

É importante considerar também, no PDUI, as áreas de mineração como foi mencionado por G. “Talvez, uma questão que seja cara a todos é olhar a infraestrutura de energia e mineração tendo em vista que a disponibilidade hídrica seja para as usinas que a gente pretende implantar e até

para ver futuramente a questão de escassez e o quanto que essa geração do estado vai atender as diferentes necessidades”, finalizou.

RN-Fipe agradeceu e passou a palavra para o geólogo **CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/ Coordenação de Mineração**.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração declarou ter trabalhado durante 40 anos no serviço geológico, na CPM e o atual secretário da SIMA o convidou para definir uma política mineral para o estado. Elogiou a apresentação da região de Botucatu citada em trabalho do IPT. Citou que desenvolveu com o IPT o mapa hidrogeológico do estado.

“Trabalho que foi feito patrocinado pela Fapesp, em escala 1: 25000. Importante para o PDUI: foi um trabalho que pegou todo o afloramento do Aquífero Guarani, independente do uso, onde poderia ter a recarga. Talvez num projeto específico pode ser bastante detalhado, mas é o melhor produto que se tem no estado de São Paulo em relação a delimitação do afloramento do Guarani. Penso que ele pode ser usado do jeito que está sendo usado”.

Colocou ainda que essa discussão envolve muitos municípios e num detalhe maior é preciso trabalhar para melhorar as áreas de preservação o que depende dos municípios.

Sobre a mineração, pontuou que não tem um crescimento detalhado da gestão, mas, a mineração em São Paulo representará, em termos de Brasil, o terceiro ou o quinto maior produtor de minério do país. Por isso uma política mineral é muito importante para o estado.

Destacou também que, em termos de produto, o faturamento do estado foi de 1 milhão de dólares em 2020 só na mineração, sem a transformação mineral, sem falar em cimento, vidro e corretivo de solo que é a base da mineração, da indústria de transformação.

“O polo econômico de cerâmica é fundamental, não só para geração de emprego e renda, como também, para toda a construção civil. Areia e brita são a base da construção de obras viárias e pode-se imobilizar essas áreas se não tiver um programa dentro da própria prefeitura. O que acontece é que tem areia em São Paulo, mas ela pega no Vale do Paraíba”, disse.

Exemplificou que está sendo trazida areia para construção civil da região ao lado do Aquífero Guarani que é outra unidade geológica. “São 220 km, quer dizer o preço do transporte desse bem mineral que está vindo do Vale do Ribeira é muito caro, são quase 300 km para trazer areia de caminhão, sem estrutura, o que causa um grande impacto ambiental”, alertou.

Disse ainda que a mineração tem três grandes ligações: Primeiro, o subsolo tem uma Agência Nacional de Mineração, ou seja, o subsolo é do empreendedor que requisita por prioridade a essa agência nacional uma autorização para fazer qualquer bem. Essa agência tem dentro do Ministério de Minas Energia tem um programa focado no setor mineral. Segundo a área ambiental, que no caso de São Paulo, é a Secretaria através da Subsecretaria e a Cetesb. O terceiro que é fundamental é a Lei de Uso do Solo Municipal e a prefeitura tem que considerar no plano diretor a área potencial do meio físico que é fundamental para o planejamento. Tem informações sobre o meio físico, como o Guarani, pelo tamanho e em termos de detalhamento de vulnerabilidade que é importante de serem consideradas para um maior conhecimento do meio físico.

“Tem um mapa do IPT de geodiversidade que, no Estado de São Paulo, em termos macro, tem essa informação de áreas que já tem unidade de conservação em idade de fragilidade de uso para indústria

ou para fontes poluidoras ou para a recarga de Aquífero. Essa informação do meio físico nós temos na escala do Zoneamento Ecológico Econômico. Existe uma fotografia indicando as unidades de conservação, unidades agrícolas, unidades rurais, unidades urbanas e o potencial mineral”, detalhou.

Colocou ainda que as condições geológicas tectônicas do planeta fizeram com que tenha uma concentração de um bem mineral num lugar e não em outro. Tem todo um distanciamento que no caso de São Paulo encarece muito e quando você tem uma área na prefeitura que tem um mineral e é possível preservar pela mineração é importante porque senão se inviabiliza uma série de características da região.

“Estamos fazendo mapas geológico e econômico com cenários que Agência Nacional de Mineração vai distribuir em São Paulo em duas áreas que são fundamentais. Uma delas é o Vale do Paraíba porque já fizeram um Zoneamento Ambiental Mineral que é o único no Brasil. Naquele momento foi importante porque tinha um desordenamento tão grave da mineração naquela região causando um impacto muito grande em relação à forma como era feita a mineração. Foi colocado dentro de uma legislação que agora já foi atualizada com a Cetesb. Com isso, houve um avanço gigantesco para mineração e para a questão ambiental dando segurança jurídica para empresários em relação àquela legislação que era de 1942. É preciso resolver no Vale do Paraíba uma Z8 que tem um zoneamento que é possível minerar que pega 6 municípios que estão inclusos na região metropolitana que vai desde Jacareí até Taubaté, São José dos Campos, Caçapava. Esse zoneamento foi feito com a promessa de ser atualizado em 5 anos”, afirmou.

Disse ainda que houve um esforço grande da companhia e do governo federal porque tinha muita cartografia geológica da região, mas não foi possível fazer a atualização porque é muito complicado fazer sem um estudo do meio físico.

“Então, apostamos muito no ordenamento territorial geomineiro para que o IPT fizesse isso, já foi feito em alguns municípios. Esse ordenamento territorial geomineiro dá uma informação não só de mineração, mas, também, lembra a diversidade que eu acabei de comentar, em uma escala com um detalhe muito maior. Foi feito isso no PDUI na zona Sul e Oeste da Região Metropolitana de São Paulo. É um trabalho excepcional do IPT junto com os empresários que participaram da elaboração da lei de mineração que foi contemplado o Vale do Paraíba. O próprio Ministério Público participou e tem cobrado da Secretaria do Meio Ambiente a atualização”, ressaltou.

Finalizou destacando que uma ação dessa amplitude que é de mineração de areia no Vale do Paraíba tem que ser discutida na região como um todo, mesmo porque, ela abastece São Paulo.

RN-Fipe perguntou se havia uma proposta concreta sobre esse ordenamento territorial.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração respondeu que sim.

RN-Fipe propôs uma reunião da equipe Fipe para incorporar essa proposta no PDUI. Perguntou qual a outra região citada além do Vale do Paraíba.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração disse ser Ribeirão Preto porque tem o apoio do Aquífero Guarani aflorante. “Tem basalto naquelas formações da Serra Geral que abastece com brita aquela região inteira. Então, tem um sério problema de uso e ocupação do solo que é do tamanho do Vale do Paraíba. Por isso, o governo poderia entrar em um momento

mais específico, no futuro, mas é importante considerar a mineração em Ribeirão Preto; e muito importante se conseguisse incluir agora essa discussão do Vale do Paraíba”.

RN-Fipe colocou que serão revistos depois de 10 anos de aprovado, então, vale a pena colocar Ribeirão Preto sim e perguntou se CG poderia ajudar na estruturação dessa proposta para entrar no PDUI, no que diz respeito, especialmente à mineração.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração combinou de enviar as duas propostas, do Vale do Paraíba e de Ribeirão Preto e o mapa das barragens para dar sustentação à proposta.

RN-Fipe solicitou a participação da CPLA com relação ao macrozoneamento.

GKS-SIMA/CPLA sugeriu que talvez pudesse pensar a questão do enquadramento da mineração sem que necessariamente gere uma mudança no zoneamento e no macrozoneamento nessas regiões.

RN-Fipe respondeu que do ponto de vista da estrutura do ordenamento territorial tem as macrozonas depois, as ações estratégicas para algumas áreas e, mais ainda, tem a área de interesse metropolitano e disse que essas áreas de mineração podem ter as diretrizes estratégicas para as áreas de interesse mineral e marcar essas áreas como áreas de interesse da produção econômica para a cadeia da construção civil, para além da região, porque isso gera receita para a região, gera ICMS. “Dá para pensar que uma parte da exploração mineral volte para a região metropolitana para financiar, por exemplo, o saneamento”, analisou.

GKS-SIMA/CPLA apontou ser importante lembrar isso porque tema escala que, às vezes, pode ser mais adequada por uma questão temática, até porque, ela promete que vai estourar zonas, vai perpassar zonas com um tema para o macrozoneamento do Aquífero Guarani porque é uma área muito extensa e vai pegar realidades muito distintas de território.

“Como a **M** pediu um comando possível para os planos diretores de drenagem, tem sido feito um trabalho de compreender melhor a mineração nos planos locais dos planos diretores. Talvez, seja algo a se pensar por que aí é possível equacionar uma agenda de relação entre estado e município”, analisou.

Outra questão apontada foi sobre o Plano de Mudanças Climáticas olhando a energia do ponto de vista do transporte urbano. Citou como exemplo o município de São Paulo que assumiu a mudança na sua matriz energética na frota de ônibus.

“Se isso ficar espreado nas regiões metropolitanas é uma diretriz interessante que é trabalhar com o transporte público alimentado por fontes distintas do diesel e talvez isso seja uma coisa para se pensar por que a maior parte da frota está exatamente onde vocês estão trabalhando na macrometrópole.

Talvez, isso seja algo que possa ser pensado como uma diretriz geração de consumo de energia. Se for garantida uma demanda para o produtor da energia renovável, também pode garantir uma demanda cativa do transporte público.

Olhando como São Paulo propôs no Plano do Clima talvez fosse interessante porque você faz isso em Ribeirão Preto, em Jundiaí, ou seja, faz nas regiões metropolitanas onde existem as maiores frotas de ônibus. Outra questão é o incentivo através do IPTU para incentivar a instalação de foto-

voltaica em residências e no comércio. Não sei se isso possa se colocar como diretriz, não sei se é viável porque estamos lidando com muitos municípios de várias regiões metropolitanas.

NMC-SIMA/CPLA apresentou dúvidas sobre o que foi dito da compatibilização dos planos diretores, leis de uso e ocupação do solo e da tentativa de compatibilização da legenda. Não ficou muito claro quais seriam as nove macrozonas porque quando se visualiza o quadro, não se vê o conjunto das nove e, sim, quatro ou cinco que se aplicavam para determinados municípios que estavam sendo analisados.

RN-Fipe esclareceu a dúvida explicando que durante o levantamento da legislação municipal foram encontradas 300 zonas ou macrozonas municipais e essas 300 zonas, pelos conceitos, foram reclassificadas em nove zonas a partir da leitura unificada da legislação.

“Então, para comparar um município com uma área de adensamento aqui ou lá-e ele pode dar um outro nome-mas, a nomenclatura vai mudar para nove macrozonas. Vamos mandar a legenda para vocês e os conceitos e aí vocês vão ver que para essas nove macrozonas, as análises feitas incorporaram as outras municipais”.

Exemplificou com a fala de S sobre as áreas indígenas, quilombolas, áreas de preservação federal e estadual. “Aquilo que não estava no âmbito do município, foi cruzado com essa leitura unificada e, a partir disso, surgiram algumas macrozonas. Em Piracicaba, eles abriram a área sustentável e rural e a urbana. No caso do Vale do Paraíba, isso foi tratado dentro da área rural. Então, temos cinco macrozonas que podem ser aplicadas nas diferentes unidades regionais, mas vocês vão receber esse quadro e a proposta do macrozoneamento regional que tem as macrozonas municipais. Vai ter uma etapa que vai cruzar com os mapas que estão sendo gerados onde é feita uma análise transversal e um dos temas é a ocupação urbana e a estrutura urbana com a questão ambiental. Serão 12 mapas transversais em que serão analisados o macrozoneamento”, detalhou.

Acrescentou ainda que, no hub de infraestrutura, a questão da mineração é típica, ela é insumo básico como maior gerador de empregos. “Então, como isso fica no macrozoneamento? Não temos essas áreas de mineração com essa categoria que G comentou. Tudo isso ainda vai passar por duas etapas de alteração dessa proposta preliminar”, revelou.

NMC-SIMA/CPLA colocou outra dúvida sobre o macrozoneamento e definição para ações específicas temáticas. Citou que, na configuração do polígono, por exemplo, em um dos mapas é vista a zona que tinha essa característica de proteção ambiental com alguns polígonos que, de repente, estavam muito pequenos e a dúvida é se vai ter uma limpeza.

“Existe o pensamento de, em algum polígono mínimo ou se isso vai importar pouco considerando a característica das diretrizes que vão ser direcionadas para esse território da macrozona? É um pouco a respeito do tamanho do polígono que estão imaginando para essas zonas e das áreas?”, questionou e explicou que também está tendo que lidar com isso na questão do saneamento, então, são curiosidades conjuntas. “Isso foi conversando enquanto acontecia a apresentação e abriu para a equipe se manifestar”.

MRI-SIMA parabenizou a equipe pelo trabalho e declarou que os estudos complementam muito a análise territorial que está sendo feita porque, por um lado, a equipe da Fipe faz a releitura do que já existe de normatização ou dinâmica de território e a equipe da SIMA tenta integrar dados am-

bientais e socioeconômicos, então muitas dessas zonas que apresentadas no PDUI se qualificam com os indicadores ambientais e sociais que tem sido trabalhado.

“Vai ser bem interessante poder integrar esses dados todos. De um lado, o que tem sido feito, ainda que numa escala de menor detalhe mais abrangente, mas com indicadores de grande detalhe vem sendo trabalhado e, de outro lado, essa análise de leitura dos territórios dessas regiões e dessas aglomerações”, analisou.

GKS-SIMA/CPLA apresentou a reflexão de que o trabalho mais detalhado tem um olhar especial nas regiões que já foram analisadas: a APA Cabreúva/ Cajamar. Disse ainda acreditar que a macrozona vai trabalhar com as diretrizes daquilo que faz uma distinção de uma e de outra macrozona. “Uma área de proteção ambiental reúne questões que difere da macrozona seguinte, portanto, faz sentido ter diretrizes que são só para aquele território. Mas, questões que perpassam uma zona que é o próximo passo de escala não será trabalhada com o macrozoneamento e, sim, com o zoneamento que é uma questão de nomenclatura com relação ao regional e ao local”.

RN-Fipe confirmou que o macrozoneamento é o que dá a cara do ordenamento territorial para o território da região metropolitana ou aglomeração urbana, então o que o ele faz é dizer essas são as áreas e as diretrizes de orientação para os municípios. “Na macrozona de urbanização estão consolidados os índices de ocupação que podem ser maiores. São diretrizes gerais para revisão da regulação municipal para se ter um território com equilíbrio e sustentabilidade”, explicou.

Disse ainda que cada macrozona carrega um conceito com um conjunto de diretrizes com vista a reformulação do plano diretor porque o Estatuto da Metrópole diz que depois do macrozoneamento os municípios têm que rever o seu plano diretor a luz desse macrozoneamento.

“É o que a lei federal coloca, então vamos dar diretrizes de orientação para essa revisão da legislação. Por exemplo, em alguns mapas de algumas áreas estão estabelecidos os conflitos do zoneamento municipal no limite. Então aquele que está próximo de um ativo ambiental e o município do lado botou como área de expansão urbana, a gente vai ter que dar uma orientação para ele rever isso para que esse conflito não permaneça”, explicou.

Esclareceu que são ações estratégicas para determinadas áreas, não são nem para macrozona tipo Aquífero.

“O objetivo é fazer uma diretriz de adução de água para o Aquífero, então é preciso ter lá um conjunto de diretrizes, isso é uma coisa; a outra é a identificação de áreas de interesse metropolitano, tipo um polo tecnológico. Ele tem uma relevância que extrapola região metropolitana e por isso aquela área pode ser de interesse metropolitano não é o eixo da Dutra certamente que é uma área de interesse metropolitano pegando aqui o exemplo. Vamos identificar e quando isso for tratado, tem que ser tratado como um interesse que não é do município ele tem um interesse regional e, portanto, deve observar critérios que atendam a interesses comuns, só para esclarecer”, afirmou.

GKS-SIMA/CPLA concordou e disse que as análises então indo no mesmo sentido, falando da zona que são grandes arranjos e as áreas vão olhar para dentro dela e algumas vão até passar pela região metropolitana de Campinas que teve uma área que parece bem interessante do ponto de vista desses usos que são na relação do rural/urbano que são as áreas de conectividade de Campinas.

“A conexão deles pode ser exatamente por áreas verdes urbanas chegando nas áreas rurais que seriam reservas legais e APPS e tudo mais. Esses fragmentos não necessariamente estão lá circunscritos a uma zona ou outra. Então, parece que as áreas podem comportar essas diretrizes que perpassam as zonas que fazem com que a macrozona exista, então, é importante, não só olhar essas macrozonas como a análise apresentada, que já tem esse do mapa, como é que vai ser tratado ou se é uma coisa mais metodológica do desenho. Mas, tem uma coisa que é das próprias características de ação e diretriz que entendendo ser a parte que comporta a macrozona e parte se comporta nas áreas independente. Isso, nesse momento, porque o PDUI vai guardar cartas na manga para as áreas mais à frente que podem ter um impacto mais progressivo no tempo, com mais calma, mas já está previsto na metodologia”.

FD-Fipe aproveitou o debate para levantar a questão do ICMS ecológico. “Nessas áreas novas que estão em estudo como aglomeração de Franca e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, no último inventário florestal, apesar de alguns avanços, que foram indicados na parte ao Norte e a Oeste do estado, ainda tem baixos índices e a discussão foi trazida para o macrozoneamento. O ICMS ecológico pode ser um fator de indução de mudança de uso do solo e seria importante entender um pouco dessa expectativa nessa nova lei, se é mais de conservação das áreas que existe ou se é de indução e como podemos aproveitar isso no macrozoneamento como uma estratégia”.

GKS-SIMA/CPLA respondeu que o novo ICMS ambiental tem quatro frações em que uma é pagar pelas áreas protegidas e áreas estaduais protegidas. Outra são acidentes nos municípios e, por isso, não tem muita aderência. Outra são áreas que serão indicadas futuramente que podem ser áreas preservadas que interessa ao estado. A outra fração é pelos reservatórios de abastecimento regional contemplados em **RM** que devem ser as unidades que têm sido trabalhadas pelo SIMA/CPLA.

Alertou ainda a existência de uma fração com duas ações interessantes: resíduos que é uma função pública de interesse metropolitano, uma FPIC e os municípios que estão em consórcio e que tem planos regionais ou municipais, eles vão receber recursos para resíduos.

Tem alguns critérios que se pode conversar e tirar dúvidas e o quarto que parece interessante é que os municípios com mais de 30% de vegetação no seu território ou fora de unidade de conservação estadual de proteção integral recebem uma fração de recursos por essa área vegetada. Quem está em APA pode até não ter 30% e recebe pela vegetação incidente e estão com área de APA que vai receber pela área, por exemplo, Cabreúva, Cajamar e Jundiáí.

Os outros municípios que não estão em APA só fazem sentido se eles alcançarem 30% de vegetação no território. Então, vai receber por área vegetada 30% ou menos que 30 se estiver em área de APA.

“Isso é um incentivo que se consegue dar para que eles façam boas composições de reserva legal, APP e manutenção de área vegetada. Se criar um parque natural municipal e manter uma área vegetada, ajuda a subir o *rating* dele no 30% de vegetação. Não é fácil, mas, os estudos que balizaram essa decisão mostram que tem município que vale a pena o ICMS ecológico, que é um incentivo possível e importante para planejar o futuro”.

RN-Fipe perguntou se existe um limite e se quanto mais gente entrar se vai diminuindo.

GKS-SIMA/CPLA explicou que sim. “Em tese vai acabar se todo mundo reduzir, vai receber menos e quanto mais gente entrar na festa, menos recebe. Mas como a área é vegetada a gente sabe que

o crescimento é de meia década ou próximo a uma década. Então, é um mapa meio instável que muda muito no tempo. Mas, para o PDUI vale a pena porque está se falando de 10 anos, assim é preferível ter o problema de lá na frente, distribuir pouco, mudar o ICMS ambiental para uma nova diretiva. Mas, a lógica é essa”.

RN-Fipe solicitou também esclarecimento de uma dúvida da equipe de como usar esse ICMS do ponto de vista da atratividade econômica porque vai ter uma hora que o interesse vai acabar. “Para receber só isso prefiro não entrar”.

GKS-SIMA/CPLA ponderou que existe um equilíbrio já que antes só era pago pela área protegida, mas, como agora é por quatro frações, tem município que vai receber muito, mas, não é pelo pagamento dos resíduos, mas, quando aumenta o bolo da divisão entre os municípios, menor é a fatia para cada um.

RN-Fipe perguntou se é resíduo cobertura.

GKS-SIMA/CPLA respondeu que é resíduo de cobertura vegetal de área protegida e reservatórios de água de mananciais e de energia já se recebia. A novidade é pagar o reservatório de mananciais que era uma demanda antiga da Billings e da Guarapiranga.

RN-Fipe questionou então se o dinheiro será pego todos os meses.

GKS-SIMA/CPLA reforçou que não é só para reservatório superficial e quanto aos resíduos, o município tem que ter um plano-regional ou municipal-estar em um consórcio e tem que fazer ações de reciclagem. Ficou de verificar as informações.

RN-Fipe solicitou o envio da regra.

GKS-SIMA/CPLA comprometeu-se a enviar a lei e o decreto além da legislação do pagamento por serviço prestado.

SM-Fipe destacou a importância de ter a Lei e o Decreto porque nas regiões de Piracicaba e Jundiá existem muitos municípios que estão quase 100% em área de proteção. E tem a Serra do Japi.

RN-Fipe comentou que o município só vai receber dinheiro do fundo porque está totalmente imobilizado em área de proteção ambiental e aí os outros municípios que poluem, tipo Piracicaba, Rio Claro e Limeira, não podem reclamar, tem que passar o dinheiro para o município que tem área dentro de uma APP.

GKS-SIMA/CPLA colocou que a disposição dos municípios de ficar criando parques é mínima, mas a legislação não pode obrigar o uso do dinheiro do mês. “É possível fazer o repasse sem vínculo de uso, então, de repente é possível fazer um arranjo nas regiões metropolitanas”.

RN-Fipe colocou que não é possível fazer uma subconta do que o município recebe e uma subconta para pagamento de serviços ambientais com esse dinheiro do ICMS ecológico e aí com mais contribuição que o município já dá por si, aumenta o bolo.

GKS-SIMA/CPLA respondeu existir uma cobrança com controle social que a sociedade vai dizer se recebe pela área vegetada porque você não pega a fração disso e joga lá no PSA porque tem que ser uma lei de outra natureza.

RN-Fipe comentou que isso pode ser uma regulação dentro do fundo.

GKS-SIMA/CPLA ficou de enviar o material solicitado e aguarda o recebimento da proposta do macrozoneamento elaborada pela equipe da Fipe.

RN-Fipe lembrou que **G** ficou de mandar a proposta da mineração e o mapa das barragens para subsidiar a definição das áreas de interesse metropolitano no que diz respeito a mineração e a questão ambiental.

RN-Fipe perguntou se alguém da equipe quer fazer alguma colocação.

CL-Fipe colocou que tem uma questão prática e perguntou se pode pegar o grande polígono do IPT e fazer alguns estudos para ver o que que acontece cruzando com áreas urbanas para fazer uma proposta.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração respondeu que sim e afirmou que está muito bem delimitado na escala de 1: 25000 e o mapa geológico é bastante preciso. “O IPT utilizou só para água subterrânea, para preservação de aquíferos. Mas, há outras fragilidades além da água subterrânea, outros potenciais que podem ser aprimorados e pelo que eu entendi na outra na outra discussão mais específica, vocês já têm isso delimitado. Uma área que você pode bancar como Aquífero Guarani aflorante é uma condição diferenciada do estado em termos de uso de preservação. O mapa do IPT é muito bom. Não tem nada melhor no momento”, destacou.

CL-Fipe perguntou se é possível receber o mapa em Shape.

CG-SIMA/Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração respondeu que consegue sim e que vai mandar o contato para a equipe pegar direto com quem coordenou esse trabalho.

MG-Fipe agradeceu a capacidade de interlocução e de troca entre as equipes. Considerou como de extrema boa vontade das secretarias em participar do debate com a Fipe com tanta informação, dispondo de tempo e com muito conhecimento. Agradeceu muito aos representantes presentes e coloca que a equipe retornará enviando os estudos elaborados a partir das contribuições de todos.

GKS-SIMA/CPLA agradeceu pelo convite e pela presença da sua equipe.

RN-Fipe encerrou a reunião agradecendo a todos e colocou a equipe da Fipe à disposição para outros debates.

2. GRUPO TÉCNICO DE MACROZONEAMENTO

Registro da reunião do Grupo Técnico de Macrozoneamento, que aconteceu no dia 5 de novembro de 2021.

Participantes dos Setoriais do Estado

- Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) –TFNG
- CDHU – MTBR
- CDHU – MCPS
- CDHU – MSR

RN-Fipe agradeceu à Secretaria de Habitação-CDHU pela participação, pelos insumos compartilhados e, também, destacou a presença do representante do Itesp.

Iniciou dizendo que a equipe está na etapa de discussão com grupos de trabalho com setoriais do estado. Informou que foi feita uma reunião com a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente e a Sabesp onde foi apresentado o macrozoneamento e, também, foram discutidas questões relativas à energia e saneamento. “Hoje será feita essa rodada com vocês e, também, será apresentado o macrozoneamento e alguns mapas que foram produzidos para discutir e tirar dúvidas de dados ou de interpretações que foram feitas a partir desses mapas, especialmente com relação a cruzamentos para assentamentos subnormais em áreas de risco para poder se pensar uma diretriz de enfrentamento, disse.

Destacou ainda que para quem está acostumado com a escala da região metropolitana de São Paulo, pode ser um problema olhar no mapa para essas regiões que estão sendo trabalhadas porque é infinitamente pequeno em relação a dimensão que se costuma lidar. “Acredito que boa parte das pessoas, claro que o CDHU lida com o estado inteiro, que estão aqui, vêm de uma tradição de estudar a Região Metropolitana de São Paulo ou a Macrometrópole e ao olhar para Franca, Ribeirão Preto e mesmo para a Região de Piracicaba e de Jundiaí esse não é um problema, é uma questão de política pública se você dá prioridade a essa agenda e é bem confortável para enfrentar. Então, queremos discutir algumas alternativas com vocês sobre essa questão”, disse.

Cumprimentou o representante do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, **TFNG-Itesp** e colocou a importância do Instituto no debate porque nas unidades regionais que estão sendo trabalhadas, os problemas da precariedade ou dos assentamentos subnormais têm uma dimensão pequena comparada com a Região Metropolitana de São Paulo, mas, nessas regiões já aparece a necessidade de regularização fundiária e de usos urbanos em área rural, inclusive gostamos de saber que hoje o Itesp está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional SDR.

Apresentou e passou a palavra para **JJ**, coordenador regional e gestor do contrato celebrado entre a SDR e a Fipe.

JJL-SSAM/SDR agradeceu a participação do **TFNG-Itesp** que prontamente atendeu ao convite da diretoria do Itesp. Disse que ele é o técnico que vai ajudar com relação a regularização fundiária. Agradeceu também a presença da Secretaria da Habitação e do CDHU. “A equipe está empenhada a fazer a coisa acontecer até meados do ano 2022 e já foram feitas oficinas regionais com as prefeituras e agora estamos na fase de consultas às secretarias do estado. Não só consultas, mas apresentação do processo que é muito importante”, afirmou.

RN-Fipe também agradeceu a presença do Itesp representado pelo **TFNG-Itesp**, e afirmou ser o responsável pelo Programa Cidade Legal. Explicou que a equipe não conseguiu ter acesso aos dados do Programa Cidade Legal para ter uma dimensão de que programas eles têm com os municípios que estão sendo trabalhados, mas que a equipe não desistiu dessas informações porque nas oficinas regionais encontraram essa questão de regularização fundiária em área rural para usos urbanos.

“O que está acontecendo em algumas dessas regiões que têm influência do agronegócio e, diferentemente, da Região Metropolitana de São Paulo que tem uma organização muito mais densa para falar do macrozoneamento e vou contar como se chegou nesse macrozoneamento”, disse.

Explicou que primeiro foi feito um levantamento das legislações incidentes no território, sejam municipais, estaduais ou federais ligadas a questão ambiental, as áreas de proteção e as reservas privadas. “A partir dessa leitura da legislação foi gerado um mapa do zoneamento municipal e na

etapa seguinte para permitir uma análise regional, a equipe criou uma nomenclatura que obedecesse ao conceito que estava na versão municipal, mas, que gerasse uma legenda de comparabilidade para análise”, afirmou.

Destacou que a montagem da proposta preliminar do macrozoneamento apresentada para as prefeituras e para sociedade civil nas oficinas regionais foi feita a partir da leitura unificada de todos os zoneamentos, inclusive no caso do Vale do Paraíba que usa o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral que já existe como decreto.

O relatório foi enviado para os municípios avaliarem se a leitura feita pela equipe foi correta. Alguns municípios estão pedindo alterações e sugerindo complementação e alteração para que a proposta de macrozoneamento seja levada para as audiências públicas com mais consistência, ainda que seja preliminar, mas incorporando essa rodada que está sendo feita com o governo do estado.

Disse ainda que no dia foi enviado um relatório com todas as etapas cumpridas pela equipe para a Secretaria de Meio Ambiente para que se pudesse olhar com mais detalhes para além da apresentação que foi feita.

“Esse mesmo documento será enviado para vocês analisarem e retornarem com observações. Vão receber um documento que tem a descrição da metodológica e os mapas do documento analítico que estarão, depois das revisões finais, disponíveis na plataforma digital de cada Unidade Regional”, ressaltou.

Após essa introdução passou a palavra para **MG-Fipe** que é coordenadora do bloco do ordenamento territorial e informa a presença da consultora **RM-Fipe**.

MG-Fipe agradeceu a disponibilidade de todos e disse que as questões trabalhadas pela Secretaria da Habitação trabalham sobre a vulnerabilidade territorial das populações desassistidas e é um assunto muito relevante para a equipe da Fipe, principalmente diante dos últimos dados que demonstram o quanto que a informalidade, a irregularidade e a precariedade estão presente no processo de urbanização atual.

RN-Fipe iniciou a apresentação pela Aglomeração Urbana de Franca e na sequência pela Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

CL-Fipe explicou que Franca e Ribeirão Preto são áreas contíguas e estão sendo trabalhadas conjuntamente pela mesma equipe. Explicou que nas duas Unidades Regionais os estudos estão mais atrasados com relação às demais porque são duas áreas que a equipe não tinha informação dados e informações. Apesar da falta de informações, a equipe conseguiu levantar uma quantidade de dados e formar uma base interessante de informações para fazer o passo seguinte que é a definição das macrozonas.

Destacou que na região, tanto para Ribeirão Preto quanto, para Franca foi feita a mesma leitura e foi verificado que é um território com pouquíssimas áreas protegidas, poucas unidades de conservação e poucos fragmentos vegetais.

Destacou que como o PDUI parte muito da das áreas que já foram legisladas, existe um desafio maior porque o PDUI vai ter que propor algum nível de proteção para esse território do ponto de vista ambiental, que faça sentido do ponto de vista regional e que seja relevante. “Um dado chamou mais atenção: as áreas de vulnerabilidade do Aquífero Guarani que foi apresentado na reunião com a SIMA e foi muito bem recebido”, disse.

A ideia foi baseada em um estudo do IPT de 2011 em que já é proposto que uma área de proteção aos mananciais que pega boa parte da região. Disse ainda que um foi começado a plotar num mapa um trabalho elaborado pela ANA que tem muita informação e traz uma proposta para a área do Aquífero Guarani. “A diferença é que é um buffer de 1 km e o do IPT tem 2 km. Estamos nesse estágio de definição das macrozonas rurais e o restante do ambiental e urbanas. Será seguida uma linha muito semelhante a de Piracicaba porque são regiões onde o rural é muito ocupado pelo agronegócio”, destacou. **RN-Fipe** passou a palavra para a **SM-Fipe e MY-Fipe**.

MY-Fipe iniciou a apresentação com a proposta de macrozoneamento da Região Metropolitana de Jundiaí e explicou que está sendo considerado o macrozoneamento e zoneamentos estabelecidos nas legislações municipais e áreas ambientais protegidas por lei.

Destacou que estão sendo propostas quatro grandes macrozonas, sendo duas com funções ambientais. As macrozonas estão identificadas no mapa como: macrozona de preservação ambiental que tem um caráter de restrição, macrozona de uso sustentável e rural que incorpora duas APAs de Cabreúva e Jundiaí e as áreas rurais dos municípios.

Há ainda a macrozona de interesse urbano que corresponde aos perímetros urbanos ou as macrozonas urbanas das legislações municipais e isso quando elas não coincidem com as APAs porque nesse caso, são identificadas como macrozona urbana em APA. “Foi pensada para destacar essas áreas e estabelecer ali diretrizes mais específicas de equilíbrio entre urbano e a conservação ambiental já que são áreas bem urbanizadas, fortemente consolidadas e bastante importantes para o desenvolvimento econômico dessa região”, disse.

Explicou que, de maneira resumida, essas foram as macrozonas propostas nas oficinas regionais e que a ideia agora é agregar outros elementos para a composição dessas áreas, de forma a qualificar e refinar as diretrizes das macrozonas.

Além disso, também pensar em outras escalas de ordenamento territorial para analisar, por exemplo, as áreas de precariedade e identificar áreas de interesse regional ou metropolitano onde podem ser aplicados instrumentos de política urbana de forma interfederativa.

Foi apresentado ainda o trabalho elaborado para a Região Metropolitana de Piracicaba. A única diferença é que foram definidas cinco macrozonas porque foi separado o rural do sustentável nessa região por entender que elas apresentam características muito distintas e pela área rural ser muito representativa.

Esclareceu que essas são as questões que a equipe gostaria de dividir com os participantes. A principal pergunta é saber qual a dinâmica urbana que a equipe deve considerar nesses desenhos de ordenamento territorial. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

ZA-Fipe antes de entrar no mapa do Vale do Paraíba e Litoral Norte, comentou o que foi apresentado: para esta região foi feita uma primeira aproximação do macrozoneamento regional do PDUI, sendo que nesse primeiro ensaio, foi feita a agregação das nove macrozonas da leitura unificada em três macrozonas regionais.

A macrozona de preservação ambiental engloba, principalmente, as unidades de conservação de proteção integral que são as áreas mais protegidas. A macrozona de consolidação da urbanização considerou principalmente as macrozonas e zonas urbanas dos planos diretores e leis de uso e

ocupação do solo de 25 dos 39 municípios (onde foram identificadas a existência dessas leis municipais), e os setores censitários urbanos do IBGE 2020 para os outros 14 municípios.

Destacou ainda que também foram considerados o Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral, as unidades de conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas. As áreas rurais da região estão inseridas na macrozona de uso sustentável, e é importante lembrar que se trata de território distinto do rural das regiões de Ribeirão Preto.

RN-Fipe agradeceu e retomou a discussão para o Vale do Paraíba com a questão da precariedade e da vulnerabilidade socioterritorial apresentadas no mapa feito pelo coordenador. “A equipe faz as análises cruzadas e o coordenador fechou os mapas que cruzam informações e tem várias questões que valem a pena serem colocadas aqui depois que os mapas forem apresentados para a Secretaria de Habitação, CDHU e Itesp”, ressaltou.

ML-Fipe complementou dizendo que pode compartilhar os mapas complementares.

DA-Fipe apresentou um mapa feito nos últimos dias com uma temática voltada para habitação, camadas de domicílio em áreas de risco, mas, tem vários outros condicionantes nesse mapa que são importantes de serem elencados, por exemplo: o que é risco nesse caso? O Vale do Paraíba vai ter essa sobreposição que vai ser basicamente caracterizada pela calha do Rio Paraíba do Sul, de vulnerabilidade do Aquífero que em amarelo no mapa. Tem também áreas de risco de erosão que não são visíveis nessa escala e que estão mais em Guaratinguetá e Canas, onde tem erosão de risco alto.

“Esta é a ênfase maior desse mapa. São temáticas abordadas nesse mapeamento que trazem exatamente o que é o Vale do Paraíba. No caso do Litoral Norte, nas planícies litorâneas, ao mesmo tempo tem perigo de escorregamento em boa parte do que é chamado aqui no Vale do Paraíba de mares de morros e áreas serranas que são as áreas – nos municípios – caracterizadas por domicílios em áreas de risco”.

Explicou que na maioria dos municípios de Campos do Jordão, Jacareí e os municípios do Litoral Norte apresentam áreas de risco. Esse cruzamento tem algumas sobreposições com vegetação nativa em Unidade de Conservação. A maior parte de domicílios em áreas de serra com perigo de deslizamento está em Campos do Jordão.

No Litoral Norte ocorre o inverso: vai ter escorregamento e uma dinâmica de risco abordada nesse mapa para o Vale do Paraíba. Então, basicamente, esse mapeamento traz essa conjuntura do que é risco e do que é precariedade e mais esses condicionantes ambientais do Vale do Paraíba.

ML-Fipe quis comentar um tema que foi debatido ao longo do processo de coleta de dados sobre como a equipe caracterizaria a demanda por habitação nessas unidades regionais.

“Tentou-se caracterizar, tanto a precariedade, quanto a presença dos assentamentos precários em áreas de risco como uma espécie de demanda emergencial que deveria ser equacionada do ponto de vista regional. Tem uma outra demanda por habitação que é de renda e outras situações de acesso habitacional, inclusive de baixa renda que a nosso ver é papel da política habitacional municipal. Então, é o quanto fosse possível, do ponto de vista analítico da distribuição dos assentamentos precários e da quantificação de precariedade mais emergencial. Seria ótimo ter as informações do número de domicílios do município em área de risco. Hoje, as informações estão muito díspares entre as unidades regionais, em algumas é possível saber o número de domicílios

estimado em áreas de risco, mas não o número de domicílios em assentamentos precários e o que é incluído dentro e fora de áreas de risco.

Mesmo assim, é difícil localizar esses assentamentos do ponto de vista espacial”, disse.

Avisou que no fim da apresentação, **RF-Fipe** iria demonstrar a alternativa encontrada para tentar aproximar dessa localização. “É uma proposta que é possível discutir aqui”.

RN-Fipe enfatizou especialmente para a equipe da **MC-CDHU** que esse o projeto tem âmbito regional e, a despeito de ter o nome de Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, é uma exigência do Estatuto da Metrópole que seja incorporada a questão rural.

Destacou que especialmente nessas regiões de mais agronegócio percebe-se que o uso urbano está invadindo a área de espera que é tradicional da pecuária.

“É uma história clássica da ocupação urbana em área de espera que a pecuária ficou ali esperando a urbanização, a infraestrutura chegar perto, e isso está sendo percebido agora em Piracicaba e em alguns lugares, talvez em Franca, mas essa é uma tônica que será discutida aqui e chamo atenção para o fato de que se ele é um plano mais global, não será feito um projeto nesse plano, serão feitas diretrizes de enfrentamento dessa questão que o **ML-Técnico Fipe** colocou corretamente, que é do risco enfrentado, ainda que não se saiba com precisão o número de domicílios, foi identificado esse problema e se faz necessário ter uma diretriz de enfrentamento ou de proposição do enfrentamento com relação a essa questão. Isso é o projeto urbano e o projeto de intervenção que vai precisar ter a precisão de quais são esses domicílios, onde eles estão e como isso será tratado”.

Destacou que o mapa apresentado por **DA-Fipe** sobre as questões da vulnerabilidade fica claro que os riscos presentes na região são de fato prioritários para intervenção no Litoral Norte e Campos do Jordão porque eles têm dois papéis: um regionalmente que para o estado têm uma relevância turística de estâncias para lazer e serrano que é onde a classe média rica vai usufruir desses territórios e os moradores não.

Então, se no caso do Vale do Paraíba for necessário priorizar, do ponto de vista regional, essas são as áreas porque elas têm uma importância em si e para fora da própria região que deve trazer benefícios para essa população que está lá e a riqueza que vem de fora consome e não deixa nada. Então, o estado e o poder público devem olhar essa população que na realidade propicia essa segunda moradia e presta serviço para essa segunda moradia e o estado não os enxerga. “Então, para nós, essa é a primeira prioridade com relação ao risco”.

Acrescentou que esses projetos urbanos e urbanísticos são mais propícios porque é possível fazer remoção de uma faixa dessa inundação sem que desmobilize, que na realidade, qualifica aquele território incorporando como trechos de cidades de fato porque elas não são só periferias ou elas são aquelas áreas que todo mundo pinta como cinza no projeto e passa para frente.

Então, quanto a essa questão do risco da inundação e mesmo do Europarque, ele está muito próximo da mancha urbana e é preciso dar qualidade urbanística para esses territórios, isso minimiza esses riscos de inundação que estão na calha do Rio Paraíba do Sul. Dito isso passou a palavra para **MC-CDHU**.

MC-CDHU alertou que o risco é um grande desafio para a CDHU e comentou que foi usado o indicador indicado nos mapas e nas bases de informação, que é um indicador de identificação nos municípios das áreas de risco.

Percebeu que os dados usados como base para a qualificação territorial são os dados de Indicação Geográfica (IG) e existe uma longa trajetória de discussão com IG que mostrou serem diferentes as escalas trabalhadas pela equipe.

Explicou que o IG trabalha com macrocompartimentos e existem alguns exemplos em territórios que são estudados mais profundamente, como foi a Baixada Santista. “E se forem considerados o risco usando os dados do IG, por exemplo, o município de Peruíbe inteirinho estaria em área de risco. E eles virariam uma prioridade para intervenção da política habitacional e urbana, quando na verdade, não é exatamente assim e o próprio IG reconhece isso”.

Então, foi feita a opção de trabalhar com ocupações em áreas de risco identificadas pelos municípios porque é sabido que existem fragilidades nessa informação, o que é percebido como ocupação sobre essas áreas de perigo ou de vulnerabilidade.

“O próprio IG apresentou em outros trabalhos e já começou uma discussão com eles sobre a necessidade de construção desse indicador. Então, realmente, esse é um ponto de atenção e uma outra questão é que tem a informação dos dados das favelas. Tem dados de risco, mas não existe certeza da sobreposição ou não dessas informações, então são indicadores que no momento, se forem colocados para a escala de projeto de concepção da intervenção, vai ser possível fazer essa verificação”, explicou.

Sobre os dados que chamam atenção são referências para a priorização das políticas públicas nessas áreas de intervenção no município que apresenta risco e ocupação em favelas.

Explicou ser uma indicação de que ali tem uma fragilidade que precisa de atenção. “Não é um indicador ainda de projeto, é para ter cuidado. Além de interessante é um desafio para prosseguir na hora que for para escala realmente municipal. No caso que foi trabalhado com o mapeamento dos assentamentos precários no Sistema de Informações Metropolitanas feita no município, há uma identificação do número de domicílios em risco naquele assentamento, aí temos as duas informações compatibilizadas e também queria destacar que isso não é uma correspondência biunívoca que pode ficar na escala de projeto das intervenções que serão realizadas, se esse risco está dentro de um assentamento precário que vai sofrer outras intervenções ou não”, enfatizou.

Destacou ainda serem informações que podem ser usadas como referências, mas nessa escala de diretrizes. “Concordo plenamente que no momento em que descer para escala de projetos e da concepção da intervenção e fazer uma ligação aproximada de informações de referência que inclusive, na discussão que tivemos com a equipe do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), a opção foi seguir com a informação obtida dos municípios, só para contextualizar e ter isso como referência”.

RN-Fipe Passou a palavra para **MG-Fipe**

MG-Fipe comentou ter achado curioso o fato de durante reunião semelhante com o pessoal da energia eles terem colocado que para eles a questão era a sazonalidade nessas áreas enquanto o grupo desta reunião sinalizar o oposto, que a população moradora, não sazonal é a questão do problema que merece ser analisado.

“São duas vertentes muito distintas de prioridades. E quando o **RN-Fipe** colocou que a questão é do projeto e da intervenção, eu concordo plenamente, contrapondo isso com a questão que na escala que está sendo trabalhada no PDUI não entra nessa escala do projeto ou ela não desce, mas tem que dar diretrizes que orientem essa escala do projeto. Talvez, nessas áreas que o **ML**

–**Técnico Fipe** e o **DA-Fipe** mostraram que são áreas de risco total poderia ser uma macrozona do tipo áreas de risco desfavoráveis para assentamento habitacional ou áreas desfavoráveis para assentamento habitacional, o que já é uma diretriz dirigida para os planos diretores. Isso é apenas uma sugestão”, afirmou.

Em seguida, passou a palavra para **MTBR-CDHU**.

MTBR-CDHU complementou a fala de **MC-CDHU** sobre a escala de projeto dizendo ser importante saber a delimitação desses assentamentos para o Litoral e na Baixada Santista que são nove municípios. Comentou ainda que ficaram devendo os dados de política, mas vão verificar.

Afirmou que conseguiram resgatar as informações do litoral sustentável para o Litoral Norte e o mapeamento que foi uma proposta que era mais vultuosa do programa litoral, mas que não houve consecução. “Com isso, temos uma quantificação por município de assentamentos de risco, mas tem um trabalho de desenho que conseguimos resgatar nos arquivos que é o mapeamento desses assentamentos no Litoral Norte. Isso é uma coisa que vale ouro, tendo em vista, essa prioridade que a **RN-Fipe** acabou colocando do litoral como um todo. Ninguém tem um dado melhor para o Litoral Norte”, alertou.

RN-Fipe perguntou se é possível obter esse material.

MTBR-CDHU confirmou que sim já que o material foi descoberto nos arquivos. Explicou que foi feito um quadro geral de quantificação por município e um mapeamento do perímetro. “Não temos digital, só em papel porque foi um trabalho de consultoria, mas podemos trabalhar e se debruçar sobre isso porque, inclusive, interessa por conta do futuro do programa do Litoral Norte”, afirmou.

RN-Fipe colocou que a equipe da Fipe tem vários geógrafos extremamente competentes em geoprocessamento. A **RF** também é urbanista e muito competente na área cartográfica e **D** que está no litoral entende muito do tema. “Se vocês quiserem, podemos mapear”, disse.

MTBR-CDHU propôs uma reunião específica sobre o tema e, se for o caso, presencial. “Podemos chamar um dos consultores que está conosco na equipe para abrir esse material. É um trabalho específico que vocês podem nos ajudar porque não temos geógrafos para georreferenciar e ele seria o embrião do futuro do programa”, esclareceu.

ZA-Fipe perguntou sobre a data do material.

MTBR-CDHU respondeu que deve ser do Censo de 2010 ou 2015, explicou ser possível passar o quadro geral para que os técnicos tenham uma ideia da dimensão por município que seria razoável para uma quantificação.

RN-Fipe concordou e confirmou que o trabalho será feito em nível de diretrizes, identificando o problema e definindo uma diretriz que ajuda a elaboração de uma política pública de priorização dentro da região. Ressaltou ser uma grande contribuição do PDUI e para quem formula a política pública. “Temos uma justificativa para priorização e vocês sugerem algumas diretrizes para vocês poderem formular a política ou contratar o projeto de intervenção”, ressaltou.

MTBR-CDHU afirmou que o foco são as regiões do Litoral Norte e Campinas.

TFNG-Itesp informou que o Itesp tem convênio com o município de São Sebastião e lá foi sugerido um site específico sobre regularização fundiária que já tem as shapes de todos os núcleos irregulares que o município apontou. São 102 núcleos. “Então, para quem quiser informação especificamen-

te sobre São Sebastião encontra isso lá e, também, tem a identificação das terras devolutas que são terras públicas, inclusive algumas levadas para programas habitacionais no município”, explicou.

RN-Fipe perguntou se o Itesp tem esse convênio com outros municípios da área de atuação do Projeto da Fipe.

TFNG-Itesp disse que sim e que vai procurar.

RN-Fipe passou para o **TFNG-Itesp** os municípios que estão sendo trabalhados no conjunto das cinco unidades regionais para ele dizer com quem o Itesp tem convênio para regularização fundiária e a equipe irá atrás desses para ver como avançou a identificação desses núcleos.

ZA-Fipe perguntou a **TFNG-Itesp** se o dado apresentado está no site da prefeitura de São Sebastião.

TFNG-Itesp disse existir um link específico sobre regularização fundiária com toda a legislação, os shapés de todos os núcleos e os trabalhos já realizados.

ZA-Fipe pediu o link pelo chat da própria reunião.

RM-Fipe quis fazer uma questão genérica, mas que valeria a pena nesse assunto. Disse que quando o programa “Minha Casa Minha Vida” se espalhou pelo interior de São Paulo, era fácil perceber a falta de critério da localização do programa e vendo os mapas que o **DA-Fipe** mostrou disse que quando se faz um mapa de vulnerabilidade com esses critérios que foram feitos, eles induzem a uma leitura muito fraca, uma releitura enganosa já que a vulnerabilidade está inteiramente associada a presença de dinâmicas econômicas e de emprego.

“Ou seja, a pessoa não vai morar em um barranco que ele sabe que vai cair se ele não tivesse necessidade absoluta de estar próximo do local de trabalho. Então, eu acho que a vulnerabilidade representada graficamente, de maneira isolada como ela foi, não informa. Pelo contrário, ela mais desinforma do que informa já que não adianta contar quantos domicílios tem naquele lugar, mas aquele lugar no conjunto de disponibilidade de espaços tem proximidade com as áreas de dinâmicas urbanas e dinâmicas econômicas que interessam para aquela população se localizar. E para isso, foi feito o cruzamento temático da disponibilidade, obrigatoriamente com as dinâmicas econômicas porque não adianta levar a urbanização porque ela vai para onde é mais barato, onde os terrenos, muitas vezes, não têm infraestrutura. A segregação dos assuntos em um mapeamento da segregação pode levar a falsas análises que a gente venha fazer”, enfatizou.

RN-Fipe informou que sobre esse aspecto a equipe tem um mapa que cruza emprego e tem um monte de informação que vai orientar a análise porque nesse mapa tem a vulnerabilidade não só territorial, mas a social.

Destacou que os quantitativos de emprego têm um mapa que foi feito considerando o que está sendo tratado. Explicou ainda que na reunião desse GT, a questão do desenho de uma proposta de enfrentamento da questão, especialmente da precariedade em área de risco, segue um pouco a linha da política habitacional feita pelo governo federal e o estado atua conforme a pressão política vem acontecendo.

“Vem se dando um pouco isso que você falou, disperso porque a legislação é flexível para isso ou porque a demanda política fala quero 10 mil casas aqui, 100 mil casas ali e o poder público vai lá e atende essa demanda política. Mas, também agora é uma política de ordenamento territorial e de qualificação desse território para aquela população que não vai encontrar espaços com proximidade com a dinâmica econômica jamais”, analisou.

Explicou que isso deve acontecer porque o grau de heterogeneidade social e da atividade econômica que essa região metropolitana, por exemplo, o Vale do Paraíba, é heterogênea do ponto de vista econômico, não tem nenhuma dinâmica econômica relevante, só na vulnerabilidade do litoral porque a dinâmica econômica, quando se olha no conjunto, está no eixo dos municípios da Dutra.

“É ela que importa e aquela população está ligada a uma dinâmica econômica que é sazonal. Mesmo a Petrobras e o Porto que estão ali não têm a mão de obra que ela emprega, a não ser de limpeza. Ela não é uma mão de obra qualificada desse ponto de vista salarial que vai permitir que esse emprego que é gerado pertence a renda para que essa população escolha sair deste lugar para ir para outro. Mas ela não vai ter escolha, está na área de risco, mas ela pode equacionar novas localizações dentro de critérios passíveis de satisfazer aquela população. O estado não pode simplesmente se omitir com relação ao uso desses espaços. Penso que o Minha Casa Minha Vida foi um exemplo muito bom e absolutamente horrível pela ausência de critério”, disse.

RM-Fipe não considerou que a regra seja uma norma, mas a respeito da disponibilidade de espaços, justamente para receber esse tipo de população, é uma política pública que um projeto como esse não pode deixar de incluir.

RN-Fipe disse não ter entendido o que foi dito sobre a necessidade de se ter um critério para remoção da população da área de risco com uma condição de que ela esteja incluída na organização formal da cidade, não da exclusão como sempre é visto. “Cito o exemplo da Região Metropolitana de Campinas que o Programa Minha Casa Minha Vida propôs 20 mil unidades habitacionais e tinha 8 mil domicílios em área de risco. Nenhum foi removido, então apresentar esse descasamento é que não pode acontecer”, enfatizou.

RM-Fipe concordou dizendo que esse projeto tem a faca e o queijo na mão para fazer esse tipo de reflexão.

RN-Fipe disse concordar, por isso estava comentando com o **MC-CDHU** que o projeto apresentado pela Fipe não vai traçar orientações de política habitacional.

“O PDUI tem que traçar diretrizes de enfrentamento e a política habitacional vai ter que dar conta do território pela vulnerabilidade socioterritorial que tem uma população que se o poder público não atender, não vai sair nunca dessa condição de risco”, explanou. Disse ainda concordar com **RM-Fipe**. “Entendi agora o que você estava colocando”, afirmou.

ML-Fipe afirmou que a dimensão colocada por **RM-Fipe** é de tentar olhar vulnerabilidade a partir da disponibilidade de acesso a equipamentos. “A ideia é que de um conjunto de 14 mapas possa ter uma leitura complexa”, disse.

RN-Fipe colocou que a equipe ainda não discutiu esses mapas porque eles foram produzidos, mas não foram analisados e que seria interessante o **ML-Fipe** apresentar porque esses mapas foram ficando prontos aos poucos.

ML-Fipe iniciou explicando que o primeiro mapa da Região Metropolitana de Piracicaba é um diagrama que tem uma série de indicadores como o mapa de precariedade habitacional em que é possível ver que Piracicaba concentra o maior número de domicílios em áreas de risco, mas, ao mesmo tempo, a região tem uma atração intensa de uso de equipamentos públicos, pela disponibilidade desses equipamentos de porte regional.

“Do ponto de vista econômico, o município também concentra, não só o maior número de empregos, como tem os indicadores mais significativos do ponto de vista de riqueza e proporção de emprego em relação à população em idade ativa. Nos municípios mais periféricos dessa região metropolitana que tem, inclusive, uma dependência grande de programas de renda federais, praticamente não temos mapeamento ou presenças espaciais. Na verdade, esses assentamentos precários, que têm uma característica urbana forte, obviamente se concentram próximo das áreas de maior oportunidade”, disse.

RN-Fipe comentou que apesar de existirem municípios fortemente dependentes dos programas sociais, tipo Bolsa Família que foi mapeado, ou dos benefícios continuados, não são precariedades como essas que permitem ver na área urbana dinamismo econômico.

“Os excluídos do dinamismo econômico que criam precariedade e, portanto, temos que abrir espaço para que eles se incluam numa cidade formal, mais urbanizada. Essa é a tônica da análise feita e, para isso, é preciso fazer uma hierarquia de propostas e prioridades como diretriz para que a política pública os contemple”, analisou.

ML-Fipe complementou que os municípios mais bem estruturados, onde a terra é mais cara, ao mesmo tempo começam a ter dificuldade de compatibilizar demanda e oferta dessa terra pública bem localizada para acomodar uma eventual remoção.

RM-Fipe comentou que a ideia de terra pública é muito complicada, mas, em todo caso, acha que as ZEIS 3 em São Paulo, por enquanto, são muito complexas na sua aprovação e efetivação, mas é um pensamento que deveria estar dentro de uma macrozona e sugerir quais são os lugares que realmente deveriam ser preservados para a oferta de habitação, desses que estão nas áreas inadequadas para ocupação.

RN-Fipe esclareceu dizendo que pelo mapa apresentado existem municípios como Leme, que tem um conjunto de áreas na franja e dentro da área urbanizada, que é a área de planejamento para receber investimentos dessa natureza dito por **RM-Fipe**.

Ponderou que Piracicaba tem a maior concentração dessa precariedade, ainda que tenha um risco de 700, quase 800 domicílios, não tem nenhuma área de proteção para abrigar essa remoção do risco com essa característica. “Piracicaba e mais dois municípios que têm essa perspectiva de ter uma ZEIS 3”, disse.

ML-Fipe acrescentou ainda que durante a oficina no Vale do Paraíba surgiu um debate sobre se as Zonas de Interesse Social (ZEIS) deveriam ser parte ou não do PDUI. Foi discutido que talvez elas pudessem não ser parte do macrozoneamento, mas pudessem ser Áreas de Interesse Metropolitano já que são áreas que se sobrepõem ao zoneamento geral. Declarou ter bastante desconfiança dessas ZEIS atreladas ao zoneamento municipal.

Mesmo em São Paulo, tem que colocar em perspectiva se elas funcionam mesmo ou não. Em geral, elas funcionam porque tem uma série de subterfúgios para produzir habitação nas faixas colocadas lá pela prefeitura.

“Produzir, de fato, habitação para faixa de renda baixa, no geral, é uma produção pública e é, especialmente, o estado que faz essa habitação para municípios de médio porte. Uma política regional tem mais força para impulsionar esse tipo de ação”, disse.

RN-Fipe disse que gostaria de ouvir a equipe, consultora e o CDHU sobre a questão dessas áreas de intervenção porque pensa que dentro do macrozoneamento, se a consolidação e urbanização onde essas áreas estão deveria ter ações estratégicas de intervenção porque a Área de Intervenção Metropolitana é indicada pelo Projeto Fipe, “mas a gente não faz, pelo menos, no plano de São Paulo, não fizemos porque isso exige um projeto para pensar qual é a intervenção e dentro da nossa metodologia temos estratégia de intervenção para essas áreas dentro da macrozona de consolidação e organização já que isso vai rebater no plano diretor do município”, disse.

Lembrou ainda que o PDUI fornece uma diretriz de revisão para o plano diretor, e na hora que se coloca isso como uma prioridade de ação estratégica dentro dessa macrozona, as revisões do plano diretor terão que dar conta do tema. Colocou ainda que está pensando como gestor de política pública, não como urbanista, com mais capacidade e competência para falar disso.

Destacou querer ouvir os demais participantes sobre o assunto porque a equipe entrará na fase que vai precisar descrever as diretrizes dessas macrozonas. “Não basta identificar, precisa agora qualificar quais são as diretrizes que vão orientar os planos diretores. Por exemplo, em termos de política pública, **MC-CDHU**, o que que você acha disso?”, questionou.

MC-CDHU disse que estava pensando que, na verdade, é sempre uma combinação dessas coisas. “Em princípio sim, as áreas de consolidação da organização deveriam ter uma diretriz específica para o caso dos assentamentos precários e de risco, situados nessas áreas. A diretriz é de que seja prioridade de intervenção e que se vincule os programas de intervenção a essas áreas”.

Comentou ainda que no caso do programa “Minha Casa Minha Vida”, os critérios, além da definição de onde seria a implantação do empreendimento habitacional, os critérios que foram escolhidos não eram critérios que possibilitavam o reassentamento dos assentamentos de áreas de risco ou alguma coisa assim. “Tanto que podia ter no máximo 50% do empreendimento ocupado para área de risco e os outros critérios se sobrepunham. Quer dizer, não existia uma intenção de como esses empreendimentos iriam equacionar um problema urbano, ambiental e social que estava qualificado no território e, nesse sentido, o PDUI tem essa função.”, disse.

Disse que isso deve se repetir no Litoral Norte que vai ter áreas em que essas ocupações também vão estar presentes e esse é um desafio enorme para os que vivem na Região Metropolitana de São Paulo, com a Lei de Proteção aos Mananciais, nos programas de recuperação ambiental de interesse social e nos projetos.

“Isso é uma das áreas que vai exigir uma discricionariedade muito maior e aí, realmente, na escala do projeto e na escala da diretriz de intervenção dá para combinar isso com a diretriz do uso e ocupação do solo para cada compartimento, pela visão regional sem ser uma coisa mecânica de tudo que está em área de proteção. Mas, vai requerer um cuidado especial então, nesse sentido, estamos trabalhando, no caso das ações da CDHU com empreendimento para reassentamento habitacional, em conjunto com os municípios porque um empreendimento inteiro para esse reassentamento opcional também é um desafio, mas estamos trabalhando nesse sentido”, explicou.

ML-Fipe comentou que o ponto abordado por **MC-CDHU** é fundamental e concordou que a área consolidada precisa ter como diretriz uma priorização para, sobretudo, a provisão habitacional e a depender do nível de precariedade que for encontrada em outras áreas de interesse ambiental.

“Isso porque essa população vai permanecer ali e, às vezes, uma ação de qualificação, e não de provisão habitacional, mas de qualificação urbana, que é necessária”, disse.

Concordou ainda que a identificação de áreas de provisão habitacional é uma tarefa do plano diretor e este é um momento mais adequado para identificar essas áreas que podem vir, talvez, como diretriz do ponto de vista regional.

“O próximo passo é mais difícil para fazer com que essas áreas se transformem no tempo de serem áreas passíveis de receber empreendimento habitacional. Em São Paulo, só funciona em alguns casos, quando tem políticas de concessão e ainda assim com faixas de renda altas, de difícil acesso para as faixas mais baixas”, acrescentou.

RN-Fipe disse que como está sendo tratado um plano regional, essa é uma discussão, no caso do Litoral Norte, importante porque no contorno que vai ser feito para Ubatuba e São Sebastião, essas empreiteiras podem assumir compromissos compensatórios com relação a essa área de risco que já foram licenciadas para os acampamentos de obra que estão embaixo do contorno para deixar já com infraestrutura para a remoção dessa área de risco.

“É uma discussão de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Então, a estrutura de mobilidade e logística tem que melhorar. Tem que compensar e é preciso ficar muito atento e aproveitar as discussões com os setoriais que são boas oportunidades do PDUI integrar aquilo que o concessionário faz e ganha dinheiro e que ele pode colocar uma parte disso no fundo de compensação para remoção de área de risco que o PDUI pode perfeitamente indicar”, destacou.

SM-Fipe comentou que com relação a essas áreas de risco, não tem sentido criar uma macrozona ou um perímetro delas para poder definir a diretriz. “Pelo contrário, em cada macrozona criada seja na macrozona de urbanização consolidada, seja de preservação, existem diretrizes para as ações estratégicas nessas áreas porque vai ser diferente se a diretriz está numa área de preservação ambiental”, explicou.

Acrescentou ainda que em uma área de urbanização consolidada pode ter um outro tipo de diretriz dentro do ordenamento territorial. “Pode ter diretrizes para algumas ações estratégicas com relação a alguns temas como esse da população em áreas de risco que se sobrepõem as diretrizes das macrozonas”, detalhou.

RN-Fipe passou a palavra para **MY-Fipe** apresentar a próxima unidade regional que é Piracicaba e Jundiá. Antes, a coordenadora da UR **SM-Fipe** fez algumas observações.

SM-Fipe apresentou os aglomerados subnormais do trabalho do IBGE de 2019 que traz a mancha urbana de 2013 e a expansão da mancha urbana de 2013 a 2020 que é do Mapbiomas.

“É o caso de Jundiá onde aparece, claramente, que a mancha urbana cresceu de maneira significativa, para além do contínuo urbano que vai de Campo Limpo, Várzea, Jundiá até Itupeva. A ocupação em área não urbanizada aparece em Jarinu, Itupeva e em Louveira que são municípios que tiveram nos últimos anos altas taxas de crescimento e que têm previsão de continuar crescendo no período 2020-2030”, detalhou.

Explicou ainda que está acontecendo esse espraiamento no contínuo da mancha e novas localizações da urbanização, no caso Jundiá, Várzea e Campo Limpo mais próximo da área urbanizada. Com relação aos aglomerados subnormais, disse que possível ver em Piracicaba onde é forte a

concentração ao longo da mancha urbanizada continua com predominância ao longo do Rio Jundiaí com áreas enormes de aglomerado subnormal.

“Várzea Paulista também tem significativo número e Campo Limpo também, não esquecendo que Cabreúva que é um município menor com uma mancha urbana isolada dessa contínua, também apresenta aglomerados subnormais nessa base do IBGE que são as áreas e setores de risco de escorregamento e inundação”, explicou.

MY-Fipe colocou que esse levantamento foi o que a equipe conseguiu obter de setorização de risco que é um mapeamento na escala de projeto de intervenção produzidos pelo IPT e pela CPRM principalmente.

Acrescentou ainda que a equipe tem dados para todos os municípios, porém, em Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista, não conseguiu shape, mas existem áreas de risco nesses dois municípios. Ressalvou que são levantamentos muito antigos, com exceção de Jundiaí que é de 2018 e está, portanto, relativamente atual, mas, os outros são anteriores a 2013, sendo dados um pouco ultrapassados.

“Só para ter uma ideia, nessa região inteira são 5.061 domicílios nessas áreas de risco e a maioria está se concentrando em Várzea Paulista. O mapa explica que outro levantamento feito – que é bem importante – são as cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa também feitos pela CPRM e pelo IPT onde se consegue ver a análise porque ele não traz só as áreas de risco, se for colocada a mancha urbana em cima dessas áreas é possível pressupor o risco, mas, além disso, como esse levantamento é feito para o território inteiro numa escala intermediária, na escala do IG que é muito ampla no estado de São Paulo, tem aquelas de distorções que **MC-CDHU** comentou, na escala de projeto 1:25.000 para planejamento”, disse.

Então, o mapa traz as áreas onde não se deve ocupar que no mapa que está sendo apresentado são identificadas por uma mancha marrom escura que corresponde às áreas de alta suscetibilidade à escorregamento. E as áreas azuis escuras correspondem a alta suscetibilidade de inundação.

Acrescentou ainda que, para a Região Metropolitana de Jundiaí, tem para todos os municípios essas cartas, sem os shapes.

SM-Fipe complementou afirmando que, para os empreendimentos do Grapohab, a equipe tem apenas esse mapa que mostra onde e em quais municípios foram protocolados empreendimento.

Alertou que é um mapa que precisa ser melhorado já que seria importante ter o Shape para poder explicar melhor porque para alguns empreendimentos, seja condomínio, seja loteamento existe o perímetro, mas, para outros não.

Lembrou, ainda, que, de qualquer maneira, em Jundiaí, todos os municípios da região estavam com prioridade para a atenção para a política habitacional. “O CDHU já havia colocado em reunião anterior que Jundiaí tem uma demanda de uma política habitacional e que esta concentração está nos municípios mais populosos que são Jundiaí, Várzea e Campo Limpo que são os municípios mais urbanizados”, disse.

RN-Fipe acrescentou que embora não tenha o shape, tem o tamanho desses empreendimentos.

SM-Fipe respondeu existir uma tabela com as áreas e com o tamanho dos empreendimentos. **RN-Fipe** colocou que essa informação é suficiente. Apesar de não ser especialista, disse que o Shape

para essa proposição que a gente precisa não é fundamental porque o que se quer ver quando se olha para esse mapa é fora da Região Metropolitana de Jundiaí.

“É visto uma tendência do que está fora da expansão desses empreendimentos imobiliários e quando se queria o dado do Graprohab era para olhar onde o mercado imobiliário está fazendo grandes empreendimentos. O mapa mostra que o eixo da rodovia dentro da região é o eixo que atrai essa tendência que adensam. Essa ocupação da mancha urbana para a política e para as diretrizes de desenvolvimento regional já é suficiente porque não será feito nada com esse shape. Serão criadas zonas e queremos olhar com um pouco de entendimento”, disse.

SM-Fipe no Panorama Regional foi colocada uma tabela com os tamanhos e os números e RF pode falar melhor o que conseguiu e o que que é possível fazer.

RF-Fipe colocou que a questão do shape veio de polígono só que eles não têm polígonos para todos os pontos. “Uma sugestão é ter uma outra forma de representação nesse mapa. Podia também colocar na análise e ver o período que cada empreendimento se instalou nesse território e fazer uma evolução desses dados num período de 10 anos”, disse.

SM-Fipe lembrou que isso foi colocado no Panorama Regional e quanto ao número se vê uma tendência acompanhando qual município está crescendo e como é que essa mancha se expandiu.

RN-Fipe gostou da ideia de colocar o ano. Dirigiu-se a técnica **MLFBC-Fipe**, dizendo que podia comparar taxa de juros imobiliária com essas defasagens entre aprovação porque tem um período de aprovação e depois lançamento, mas sempre olhando o que o mercado imobiliário desova quando tem uma taxa de juros favorável. “Poderia ser olhado um pouco isso também par e passo com o ritmo da economia”, disse.

ML-Fipe falou que a equipe está produzindo os mapas do diagnóstico e cada UR está com uma frente diferente, mas tem um mapa específico de caracterização da expansão urbana que cruza esses pontos de lançamentos imobiliários com essa diferença da mancha 2013-2020 e manchas de Unidade de Conservação.

“Uma questão importante é saber para onde o município expandiu e qual o tipo dessa expansão. Nas oficinas de Piracicaba surgiu um debate bastante intenso sobre essa questão da capacidade do município impor regras de parcelamento do solo que, de fato, sejam obedecidas ao longo do tempo. O que está por trás disso é a expansão de loteamentos e de parcelamento do solo rural de forma irregular. É uma irregularidade que não é de baixa renda em geral, mas que demanda infraestrutura etc.”, disse.

Ainda lembrou que foi em Piracicaba que aconteceu a discussão da questão das macroáreas no PDUI. “Quanto a Lei reforça essas direções de expansão ou não da mancha urbana, e isso é uma camada importante de reforço técnico para o município depois conseguir, de alguma forma, lidar com esse problema porque é o tipo de força que localmente, o município perde, os técnicos não conseguem lidar com isso. Por mais que se coloque essas questões na lei, a coisa não vai para frente. Esse mapa está sendo produzido também no diagnóstico e vamos incorporar essas informações brevemente”, explicou.

MG-Fipe lembrou que, pode não ser o caso em Jundiaí, mas existe um número muito expressivo de unidades regionais onde os municípios não têm plano diretor e existe a intenção de saber onde as diretrizes do PDUI vão rebater.

RN-Fipe respondeu que, na realidade, os municípios que não têm plano diretor, mas tem legislação do Estatuto da Metrópole e do Estatuto da Cidade, independentes do tamanho, se fazem parte de região metropolitana eles têm que ter plano diretor. “Então, no caso de Ribeirão Preto eles deverão ter, por que aglomeração urbana não é obrigado, mas, região metropolitana sim. E no caso do Vale do Paraíba que tem 15, eles terão que ter também a legislação de plano diretor, porque essa é uma exigência de lei federal. Eles podem não cumprir essa lei que vem desde o começo dos anos 2000, e ninguém cumpriu até agora, mas podemos dar as diretrizes porque são aqueles municípios muito rurais do Vale do Paraíba, especialmente”, disse.

MG-Fipe disse que na falta da legislação, do plano e a macrozona, o grupo pode impedir quem não tem legislação urbana e não tem macrozonas, mas se o PDUI proposto, for aprovado, o Grapohab pode se utilizar para impedir determinadas ocupações.

RN-Fipe respondeu que, até onde conhece, o Grapohab trabalha com o tamanho de gleba. “Os municípios mais rurais não têm esse problema que está sendo discutido de uso urbano em área rural. Os de porte médio, tipo Limeira e Capivari e o entorno de Ribeirão Preto, pelo que eu me lembro, são os municípios pequenos, tipo Capivari, que vem sofrendo pressão porque ele tem uma relação para fora da região metropolitana. Ele sofre impacto da Região Metropolitana de Campinas e ali, se a legislação de lá é mais forte, eles fazem os empreendimentos imobiliários naquele município, cuja legislação está mais frágil. É preciso que esses municípios, se quiserem enfrentar essa questão, tenham legislação urbanística, porque quem não tem está vulnerável quanto à intervenção imobiliária”, explicou.

MLFBC-Fipe colocou que principalmente Piracicaba ainda tem espaço para expansão de condomínios e loteamentos de classe média ou outro padrão. Existe uma guerra fiscal em cima do IPTU para atrair esses loteamentos e isso é muito importante no crescimento desses vetores. Campinas ficou um tempo sem ter pedido de aprovação de loteamento e a maior parte da demanda foi da turma cujo IPTU era muito mais baixo. Disse existir uma série de fatores que interferem nos vetores de expansão dos condomínios.

RN-Fipe destacou que a análise cruzada do diagnóstico é a chance para expor essas questões.

RM-Fipe concordou que ameaçar apontando a falta do plano diretor vai deixar o setor imobiliário à vontade. “É exatamente o que eles querem. Na verdade, o plano diretor não é desejável para o setor imobiliário. Então, onde não tem plano foi uma escolha não ter”, disse.

RN-Fipe respondeu que não porque a Fipe está recebendo algumas demandas de prefeituras de como devem enfrentar essa questão e muitos têm uma fragilidade que não é técnica, é institucional, de aprovação dos empreendimentos em cima da regra do plano diretor. “É transparente, está lá o critério, é só entrar com o empreendimento eletronicamente e se ele preencheu com os critérios vai para análise, se não, nem entra e o problema que fica sempre é o jeitinho do vereador que leva empreendimentos e o empreendedor junto ficam rifados. Essa é uma gestão transparente. Não é possível fazer nada porque tem que entrar pelo sistema. Isso tem a ver com gestão”, ponderou.

ML-Fipe comentou loteamento é o tipo de empreendimento que sempre se olha para as leis municipais e para o regramento estadual. “Um exemplo claro é o município de São Paulo que exige um percentual mínimo de áreas verdes que é menor que o Estado. Então, tem sempre que ir ao mais restritivo. Nós ainda não temos nenhum caso de PDUI aprovado que se consiga fazer esse dimensionamento de como a normativa do PDUI pode impactar ou não o processo de licenciamento”, disse.

RN-Fipe disse ser preciso pensar com muito cuidado porque esse é um plano de diretrizes, não de regulação que dá as diretrizes e as prioridades de hierarquização da prioridade porque quem regula sobre o uso do solo é um município e não o PDUI.

“Ele propõe o ordenamento territorial, então ele pode colocar como diretriz a importância de que os municípios tenham nos seus zoneamentos padrões de ocupação para determinadas características que vão informar a conservação e proteção ambiental, e é possível dar várias diretrizes, mas não se pode dar o parâmetro de quando for rever o plano diretor”, destacou.

Alertou ainda que os técnicos precisam tomar um cuidado porque não estão fazendo legislação de uso do solo e nem plano diretor. “O plano tem que incorporar o Estatuto da Metrópole e, a partir do macrozoneamento, o plano diretor tem que enquadrar essas orientações das macrozonas. Isso está claro no Estatuto da Metrópole”, ressaltou.

Respondeu ainda que a equipe precisará ter habilidade e inteligência. “Estamos contando com todos os urbanistas da equipe para isso”, disse.

MG-Fipe colocou uma questão: “vamos supor que o município faça o seu plano diretor em uma linguagem que está indo contra a diretriz que o PDUI dá para determinada região, aí os advogados vão abrir um processo para dizer que o município não está obedecendo o que foi estabelecido no PDUI. Então, nesse sentido, é muito importante como será descrito o que pode ou não pode na macrozona porque ela é argumento para uma defesa, no caso do município se manter a ignorar ou fazer vista cega para uma determinada situação crítica de ocupação em área de risco, favela, remoção.

RN-Fipe também observou que, ao colocar claramente as diretrizes como o plano diretor tem que observar, já fica mais difícil para quem vai fazer o plano fazer essa ambiguidade que está sendo comentada.

“No caso de Piracicaba, nessa área tem vários municípios que estão com o plano diretor sendo questionado pelo Ministério Público, mas tem várias legislações urbanísticas embargadas pedindo para serem revistas pelo próprio Ministério Público. Ele acompanha o PDUI e já fica informado para ficar mais fácil ainda no plano diretor do município do que do próprio PDUI”, destacou.

SM-Fipe acrescentou que as regras maiores são para serem detalhadas nos planos diretores e esse cuidado tem que ter uma fiscalização quase social, porque é difícil mesmo.

Destacou ainda que tem acontecido conversas com os municípios e a dificuldade de interesse de ter uma lei mais rígida ou não, às vezes tem um embate dentro da própria prefeitura.

“Depende de uma vontade política e, às vezes, algum grupo fala que quer mudar e melhorar a lei porque desse jeito passa tudo. E a verdade é que não tem esse poder, então é tudo muito delicado”, disse.

Falou sobre Piracicaba. Neste caso, os mapas que **ML-Fipe** colocou que já são da etapa seguinte do diagnóstico, são muito mais fortes do que o mapa apresentado aqui, que é um mapa anterior que também tem os aglomerados subnormais, que vão justamente na linha desses aglomerados que, no caso de Piracicaba, a urbanização não tem um contínuo entre os municípios.

“Tem área de preservação significativa e as áreas das manchas urbanas são isoladas nos seus municípios, tirando o eixo que vai de Cordeirópolis até Rio Claro, passando por Santa Gertrudes e,

também, Limeira, que tem uma tendência de conurbação. O resto são manchas isoladas e o que se vê é a expansão urbana que aconteceu no entorno dessas manchas que nem dá para ver direito no mapa, porque é muito pequeno. Mas também, na área rural, como já foi falado aqui, ou na área não urbanizada. O caso da precariedade dos aglomerados subnormais está completamente concentrado em Piracicaba. Então, de longe dá para ver que Piracicaba reúne a maior parte dos aglomerados subnormais, mas também existem em São Pedro”, disse.

Chamou atenção também para o mapa de risco apresentado por **MY-Fipe** que coincide com uma área de risco em Capivari e Cordeirópolis, mas a grande concentração de domicílios é em Piracicaba.

“É que os aglomerados subnormais, em um trabalho do Seade de 2014, já se chamava atenção para prioridade de política habitacional em Piracicaba, em Rio Claro, Limeira e Rio das Pedras. Mariana vai mostrar o mapa de risco que também coincide com aquela apresentação cruzada dos dados que **ML-Fipe** mostrou”.

MY-Fipe disse que faria os mesmos comentários feitos para Jundiaí. “Com exceção de Piracicaba, Capivari e Pirassununga, os levantamentos são antigos, anteriores a 2015, por isso, precisam ser revistos porque em 24 municípios, em 14 foram observadas áreas de risco alto ou muito alto. Nos levantamentos dessa região eles fizeram só essa análise de risco de inundação e de escorregamento”, ponderou.

Avisou ainda que, nessa escala do projeto, não foram analisados o total. “Só para se ter uma ideia, são 2.411 domicílios no total nessas áreas de risco. É a metade do que tem em Jundiaí. E aqui percebe-se que tem essa concentração em alguns municípios, como foi mostrado com relação aos glomerados subnormais. Eles se concentram em Piracicaba e Capivari. E com relação às cartas de suscetibilidade mostradas para Jundiaí em Piracicaba, são 10 cartas municipais, os outros 14 não têm”, disse.

SM-Fipe complementou dizendo que esse é o mesmo mapa do Gaprohab, onde são vistos os empreendimentos, condomínios e loteamentos. Eles estão espalhados em quase todos os municípios tirando o de Charqueada e mais alguns como Analândia e Corumbataí que estão em área de proteção.

ML-Fipe perguntou se o levantamento sobre o número de domicílios em área de risco, foi feito com dados da Defesa Civil.

MY-Fipe complementou que a fonte dos dados foi o IPT e a CPRM, principalmente, eles dão o número de domicílios e o número de pessoas. Foi pego só o número de domicílios.

RN-Fipe comentou que seria agendada uma outra reunião para falar do Litoral Norte com **MC-CDHU** que precisava sair da reunião.

MC-DHU pediu para fazer uma correção já que cada região trabalhou com alguns indicadores diferentes. “Os dados da Defesa Civil também não são um indicador que seja trabalhado na pesquisa municipal unificada e na PMH, então é preciso, em algum momento, alinhar. Estão servindo para balizar essas diretrizes, mas, é uma questão específica e metodológica para ter também uma informação ao ser apresentada, compatível com o trabalho e com as respectivas escalas, mas tendo a visão geral e as questões específicas com outros indicadores que foram sendo incorporados. Essa é uma questão que me ocorreu durante a apresentação”, disse.

RN-Fipe disse ter percebido que, no mapa de Jundiaí, em Vinhedo, a discussão sobre o setor econômico é a central de logística brasileira. “Daqui a pouco não terá mais área para nada porque da Anhanguera até chegar no centro da cidade só tem muros de condomínios”, afirmou.

RM-Fipe concordou e comentou que o prefeito de Ibiúna queria fazer o plano diretor e convidou-a para ir lá. Quando ela falou da proposta, a primeira pergunta do prefeito foi se isso tudo não vai atrapalhar o investimento no município. Quando eu dei para ele a listagem dos elementos que teriam que constar do plano diretor, ele achou que teria um problema e não uma vantagem para o município.

Passou a palavra para a **FC-Fipe**, coordenadora da UR – Aglomeração Urbana de Franca.

FC-Fipe comentou que, especificamente, no caso de Franca e Ribeirão Preto, o problema não é a questão da precariedade porque Franca tem 77 domicílios em área de risco em toda a aglomeração urbana e está distribuído em Buritizal e Patrocínio Paulista. Já Ribeirão Preto tem área de precariedade que são os aglomerados subnormais, que basicamente estão concentrados no município.

Disse ainda estar de posse apenas dos mapas de Piracicaba e Jundiaí com os pontos dos aglomerados subnormais, que é uma informação do IBGE de 2019, que pela mancha urbana, pode-se ver que eles estão concentrados em Ribeirão Preto.

“São os empreendimentos imobiliários do Graprohab, não são loteamentos e condomínios. Separamos isso em relação àquilo que conseguimos identificar na listagem do Graprohab porque não tem área e essa seria uma outra forma de identificar o que era área de interesse social, ou então, estava especificado ou vem como loteamento ou condomínio e não sabemos o que é esse loteamento, o que ele virou porque apresentou lotes, mas não temos a área desses lotes. Tudo o que foi construído em Ribeirão Preto, está no entorno da mancha urbana”, explicou.

Disse ainda que, principalmente, no caso de Ribeirão Preto não foram conseguidas informações do Graprohab e realmente elas mudam ano a ano e seria uma forma melhor de checar se fosse possível o acesso a elas ano a ano para poder ver o desenvolvimento disso nos últimos 10 anos.

“Não sabemos qual é o vetor de desenvolvimento que gerou a dinâmica imobiliária e entendermos a partir dessas informações. É preciso melhorar essa informação e juntar com outras questões que nos mapas do diagnóstico vamos ter”, explicou.

Feita essa observação, passou-se para a apresentação do Aglomerado Urbano de Franca. “Não é possível fazer um mapa do aglomerado subnormal em Franca porque não tem. Então, optou-se por colocar o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e a vulnerabilidade socioambiental”, disse.

Revelou ainda que foi possível grifar algumas coisas pegando a vulnerabilidade de 4 às 7 que são média e média alta. Na verdade, o que tem nessa região é pobreza e a renda média bastante baixa, mas, não tem precariedade urbana que é encontrada nos outros municípios.

Pergunta para **RF-Fipe**, quem fez os mapas, se quer complementar.

RF-Fipe colocou que o uso do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) foi para ter a indicação de precariedade ou de vulnerabilidade socioambiental, só para ter certeza de que, por exemplo, essa informação poderia levar a essa vulnerabilidade ou à essa precariedade. “Sabemos que em alguns

desse polígono os campos que estão dentro da tabela do IPVS de 2010, pensando nos passos seguintes, deveríamos discutir um pouco mais com a equipe para ver se pegamos essas colunas que estão dentro da informação do IPVS, como por exemplo, a qualidade de domicílio e a quantidade de pessoas morando numa mesma habitação e a oferta de disponibilidade de saneamento básico”, explicou.

Contou o exemplo de Guaíra que tem uma grande quantidade de pessoas vivendo em uma área inadequada. “Então, nós poderíamos, a partir desse IPVS de 2010, embora esteja bem desatualizado, pegar como um ponto de partida, cruzando essas informações que já estão no IPVS e tentar puxar essas áreas que são de 2010. A ideia seria cruzar esses dados mais atualizados e ver o que incide sobre essas áreas”, destacou.

FC-Fipe complementou o comentário de **MC-CDHU** sobre os dados usados pelos técnicos da Fipe e os usados pela CDHU na nota técnica que tem um anexo ao final que tem toda a quantidade de domicílios por município em área de risco, em favelas ou em assentamentos precários. “Então podemos usar esse dado que é bem recente de 2019, que ela junta com o do IBGE”, projetou.

RN-Fipe disse que é preciso ter cuidado porque ele não é um indicador de vulnerabilidade do território e o tema é vulnerabilidade socioterritorial ou socioambiental, ou seja, a população que está na área de risco.

Quando começou a discussão da estrutura dos cruzamentos foi colocado o nome de socioterritorial exatamente porque o que está sendo feito é qualificar e ordenar o território. “A sociedade passa por aquilo que **RM-Fipe** falou, que é a dinâmica econômica e as políticas sociais de acolhimento a eles e não é o que está sendo tratado disso aqui”, destacou.

Acrescentou ainda que dentro do IPVS existem as variáveis abertas, então, por exemplo, essa quantidade de domicílios com a quantidade de pessoas que vive em domicílios que são compartilhados coletivamente.

“É uma qualificação que teria de ser atualizada para gerar um outro IPVS, mas, para identificarmos essas áreas seguindo um pouco o que foi usado para o IPVS é basicamente isso que eu estou tentando sugerir, mas do ponto de vista qualitativo de domicílios e de famílias numa determinada faixa de renda. Tudo isso está lá dentro”, destacou.

MSR-CDHU pediu a palavra para esclarecer um pouco o dado que foi trabalhado para o ZEE (Zonamento Econômico Ecológico). “Na verdade, na ausência de ter uma única fonte de informações para o estado inteiro atualizada, a opção foi utilizar a informação mais recente disponível para cada município. Com isso, foi estruturada uma base muito híbrida e, no caso da Baixada Santista, foram usadas informações municipais que tinham uma consistência bastante grande para a Região Metropolitana onde havia números de habitação subnormal. No caso dos demais municípios utilizamos os dados da Pesquisa Municipal Unificada de 2010 ou de 2014, aquela que fizemos para o plano metropolitano. Por essa razão é uma base bastante híbrida, mas confiável. São indicações que precisam ser verificadas, mas de fato é melhor ter essa informação que foi dada por eles que são de registros administrativos dos municípios, do que não ter nenhuma porque sabemos o quanto essas questões são subestimadas nos levantamentos”, apontou.

Ainda afirmou não saber se seria possível utilizar os dados do CadÚnico, que, no Estado de São Paulo, tem 4 milhões de famílias inscritas, e é uma base que está sendo permanentemente atualizada.

“Tem o período de atualização, que vai de 2016 até 2020, mas muita coisa foi atualizada por causa da pandemia. Eles têm basicamente todas as informações de caracterização de domicílios do IBGE, quantos são de ocupação e características de existência de banheiro, número de dormitórios, enfim tem todas essas informações. Participamos recentemente de uma discussão com a Universidade Federal do ABC, e eles desenvolveram uma metodologia de identificação de domicílios de precariedade, cruzando diversas informações espaciais com dados do IBGE e do CadÚnico”, explicou.

As do CadÚnico têm uma grande aderência aos de precariedade porque, na verdade, não trabalharam com São Paulo, trabalharam com outros estados no Brasil. “Mas o esforço de fazer o georreferenciamento dos dados do CadÚnico é o ponto que pega porque não é uma base já referenciada, mas é possível fazer e ficar com uma base que vem sendo atualizada. Esse trabalho, o governo federal também está querendo, mas é, em tese, uma base riquíssima para explorar analiticamente”, disse.

Sugeriu olhar um pouco mais para dentro desses polígonos recuperando as informações de setores censitários para domicílios, mas o setor censitário não foi delimitado para identificar áreas específicas de precariedade ou não precariedade, mas um conceito mais operacional de implantação das pesquisas de campo.

“Quando a gente cruza aglomerado subnormal com o setor censitário, algumas vezes coincide, mas o mapa, às vezes, fica muito diferente. O Cebrap tem um trabalho que também mostrou que essas áreas contíguas a esses assentamentos precários têm, basicamente, o mesmo perfil socioeconômico. São precárias. Eles fizeram esse trabalho com essa hipótese para ter uma visão mais ampliada da quantidade de pessoas em áreas precárias, tanto nos setores censitários, quanto no aglomerado. Essa explicação foi feita para a equipe da **Fipe** saber onde estamos na exploração de dados, porque nós sofremos bastante com a falta da atualização do censo. Enfim, penso que o CadÚnico é uma grande oportunidade para se aproveitar, desde que seja georreferenciado e cruzado com outras informações”, sintetizou.

FC-Fipe perguntou quem fornece esses dados.

MSR-CDHU respondeu que deve ser solicitado ao Governo Federal. Explicou ainda que é preciso ter um projeto e precisa dizer quais são as variáveis que quer além de assinar um termo de responsabilidade pelo uso de informações sensíveis. “Conseguimos para o estado inteiro com todos os dados de domicílios. Estamos tentando processar e já fizemos um ensaio com o município de Santos e estamos começando a fazer para o estado. O interessante é conseguirmos georreferenciar”, disse.

RN-Fipe insistiu que a questão do detalhamento e do georreferenciamento dessas unidades para o PDUI é um nível de detalhe que não é trabalhado no projeto. “É uma coisa complicada e na realidade não vamos trabalhar. O fato de já termos a dimensão do tamanho dos assentamentos subnormais e quantos domicílios estão ali dá uma característica do tamanho do enfrentamento que precisa ser feito”.

Enfatizou ainda que o nível de detalhe que **MY-Fipe** está colocando é necessário na hora que a política for desenhada para este enfrentamento que vai precisar ver onde estão.

“Para nós isso não é relevante, isso não nos impede de fazer uma diretriz para o desenho de uma política específica para isso vimos ali a maior concentração dos assentamentos subnor-

mais no entorno da área urbanizada de Ribeirão Preto, mas isso deve ser 2.000 e pouco. Então é uma coisa muito pequena. É claro que temos que tratar isso, mas vimos em Piracicaba variando de 70 a 700 a 1.000, que também é muito pequeno o tamanho do problema e fica evidente que tem um problema em Jundiá pela dispersão que o território tem de assentamentos subnormais”, explicou.

Disse ainda que para pensar a política regional e o zoneamento tem que ter diretriz específica e os dois problemas graves do Vale do Paraíba e do Litoral Norte com a área de escorregamento especialmente de Campos do Jordão e as inundações que penso ser preciso uma diretriz para Guaratinguetá e Jacareí. “Então conseguiremos fazer algo mais geral sem precisar ter esses números ou espacializar por polígono porque isso não nos impede de fazer uma diretriz, uma proposta para o PDUI”, sentenciou.

MSR-CDHU disse que quis dar indicações de como se pode trabalhar para frente essas informações.

RN-Fipe afirmou considerar ser uma informação importante para quem vai rever os seus planos diretores e para pensar exatamente na delimitação das ZEIS e deseja intervenção de planejamento. “Acho que isso é válido para esse tipo de plano, mais focado na ação do município que tem capacidade de ser regulatório ou não”, afirmou.

Destacou que era preciso apresentar aos participantes para que tivessem um panorama do que foi tratado e **ML-Fipe** está com alguns mapas de cruzamento que, talvez, nem todas as coordenadoras de UR viram.

“Não vi todos, mas os que vi estão muito interessantes e vão ajudar. Mas no nível de discussão que estamos fazendo, a partir do diagnóstico de **MY-Fipe**, vamos enviar o documento com o macrozoneamento. E, tão logo sejam concluídas as análises cruzadas com esses mapas, que estão sendo feitos por uma equipe coordenada por **ML-Fipe** podemos marcar uma outra rodada para apresentar porque a análise cruzada tem dois itens muito ligados a estrutura urbana e vulnerabilidade, e acho que cabe, antes do documento ser fechado, fazer outro debate com vocês. E aí nessa mesma rodada a gente aproveita para discutir um pouco mais sobre o Litoral Norte conforme **MC-CDHU** sugeriu”, disse.

FC-Fipe concordou e disse não ter nenhum dado ainda do “Programa Cidade Legal”.

RN-Fipe disse ter convidado **E** e **R** para a reunião. “Precisamos fazer uma rodada específica com **TFNG-Itesp** para identificar os programas de regularização fundiária”.

Pediu que fosse confirmada se já está sendo desenhado um programa para a questão do assentamento urbano em área rural e como enfrentar essa questão. “Talvez a gente possa ajudar do ponto de vista teórico e do ponto de vista prático do que a estamos vivenciando nesses cinco territórios que apresentamos. Queria ouvir você”.

TFNG-Itesp explicou que o Itesp tem por atribuições primárias a regularização fundiária de terras devolutas de terras públicas, além de reconhecer, regularizar e conceder títulos de territórios quilombolas e assentamentos em áreas públicas estaduais.

“Tem 140 assentamentos estaduais espalhados em terras públicas do estado, além disso, tem dentro das atribuições a possibilidade de firmar parceria para regularização, tanto fundiária rural, quanto urbana. Hoje em dia, a grande parte das parcerias acontece pela procura dos próprios mu-

nicípios para regularização fundiária urbana. São 115 parcerias vigentes entre contratos, convênios e protocolos de intenção e envolve mais ou menos um contingente de 80 mil imóveis”, relatou.

Acrescentou ainda que o Itesp, ao contrário do Cidade Legal desenvolve todos os trabalhos de forma direta com equipe própria do Instituto para otimizar a forma de atuação e dar maior agilidade na regularização, tem feito reuniões com o “Cidade Legal” para tentar viabilizar uma parceria e, também, fazendo um programa para fazer a contratação de empresas para algumas fases dessa regularização.

Tem programas de regularização fundiária rural específica na região do Pontal do Paranapanema em áreas de até 15 módulos fiscais na região do Vale do Ribeira onde tem o Programa Vale do Futuro e, também, no sudoeste na região onde tem o “Programa Sudoeste +10”.

Em outras regiões existem incidências de terras devolutas e, nesses casos, o Itesp faz, em parceria com a Procuradoria, como por exemplo, o Vale do Paraíba e Litoral Norte como é o caso citado inicialmente de São Sebastião.

“A atuação em regularização fundiária de bairros rurais ou áreas descaracterizadas se dá a pedido do município e isso é possível ser feito dentro do problema colocado o Itesp pode atuar depois de elaborado o diagnóstico fundiário.

Basicamente, essa é a atuação fundiária no que diz respeito à regularização fundiária para o particular. Além disso, faz também a regularização do próprio do estado a pedido da Procuradoria e do Conselho do Patrimônio Imobiliário.

RN-Fipe agradeceu e destacou que, para facilitar a conversa com o Itesp, talvez valesse a pena a equipe da **Fipe** passar a composição dessas unidades regionais por município para obter informação sobre as 115 parcerias de regularização fundiária urbana em área rural, se tem algumas nessas 5 unidades regionais.

“Porque se não tiver, podemos enviar os municípios que já têm esse problema identificado e pensar uma diretriz que essa política do Itesp seja utilizada na regularização desses que já foram identificados”, sugeriu.

O representante do Itesp concordou e **RN-Fipe** se comprometeu a enviar por e-mail a relação dos municípios que compõem as cinco unidades regionais que estão sendo trabalhadas.

RN-Fipe ainda colocou que se for necessário agendará uma reunião para o Itesp explicar o programa para a equipe da Fipe ver se ele contempla aquilo que urbanisticamente está se pensando.

Agradeceu a participação da equipe técnica avaliando que a reunião foi muito produtiva. Informou que **M** disponibilizará os mapas e algumas orientações de análise. Agradeceu, também, a participação da **MSR-CDHU** e das possibilidades de novas rodadas de reunião e, também, do **TFNG-Itesp** pela parceria com o Itesp.

Consultou se **MG-Fipe** e **RM-Fipe** queriam fazer algum comentário e dar alguma dica para a equipe seguir.

RM-Fipe disse preferir pensar já que é muita informação e que ficou o tempo todo pensando em uma questão: “Quando você fala, de maneira que acho correta, e mais algumas pessoas, daquilo que poderemos trazer e que às vezes não são da escala de um PDUI. Acho que é verdadeiro, mas, às vezes não me conformo”.

RN-Fipe disse ser possível achar um jeito.

RM-Fipe respondeu que é isso que está mexendo na cabeça: ver como empurrar um pouco.

RN-Fipe disse que consultor é bom para isso. Esse é o seu papel.

RM-Fipe respondeu que vai pensar, por que não é possível se conformar que os municípios não querem fazer plano diretor com tudo que se vê de errado a em volta. “E isso não diz respeito à escala com a qual estamos trabalhando. Eu concordo com vocês que, às vezes, a gente não pode complicar demais”, afirmou.

RN-Fipe disse haver uma questão que não será resolvida no PDUI, que é a configuração dessas unidades regionais que não incorporam a dinâmica urbana metropolitana. “São configurações políticas. Na realidade brasileira, se convencionou alguns parâmetros quantitativos para designar o que é região metropolitana e aí vai botando municípios para dentro até chegar no tamanho do PIB, no tamanho da população mínima”, analisou.

RM-Fipe lembrou o que foi escrito por José Eli na década de 1990.

RN-Fipe disse lembrar do texto dele exatamente sobre o que é a cidade e o que é metrópole.

RM-Fipe complementou sobre o que é município.

RN-Fipe acrescentou a própria configuração da qual não se tem nenhuma governabilidade para mudar, por isso que, nos casos de Franca e Ribeirão Preto, o macrozoneamento tem como principal infraestrutura o aquífero.

“Ele é determinante como infraestrutura para a área rural dessas duas regiões, que são as maiores consumidoras de água, porque a dimensão urbana está só em Franca e em Ribeirão Preto. Então, o Aquífero Guarani é a infraestrutura relevante para o macrozoneamento regional, por essa vertente da dinâmica econômica, muito mais do que da dinâmica urbana”, salientou.

Colocou que está falando em cima das informações trocadas no âmbito do trabalho. “Então, para nós, isso é uma camisa de força, essa delimitação e se o município de 50 mil pessoas não quer ter um plano diretor, ele nem sabe como controla aquilo que vai aparecer. E aí a gente vê as consultorias enfiando todos os instrumentos urbanísticos da qual ele não tem nenhuma condição de operar e não se aplica à realidade urbanística dele. Então, é muito complicado e estou sempre falando para minha turma que o PDUI tem uma escala de propostas que temos que tomar muito cuidado”, disse.

MG-Fipe colocou que a saída para resolver essas questões são as diretrizes que devem ser seguidas para redigir o macrozoneamento e as propostas de áreas de interesse. “Essas duas amarrações podem ser utilizadas pelos planos diretores e vão dizer alguma coisa a mais do que uma diretriz vaga”, opinou.

RN-Fipe concordou e disse que será preciso conhecer esses programas de políticas públicas que o Itesp e a CDHU têm para ver como será possível aterrissar nesse território do ponto de vista regional. Isso é o que cabe a nós.

3. GRUPO TÉCNICO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Registro da reunião do Grupo Técnico de Transporte e Logística, que aconteceu na manhã do dia 8 de novembro de 2021.

Representantes setoriais:

- Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Rio Claro: DLD
- Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Ribeirão Preto: JSB e LHRP (re-presentando JC)
- Secretaria de Logística e Transportes: JMAN

DLD-DER-RC questionou se a reunião é da Região Metropolitana de Piracicaba.

RN-Fipe esclareceu que a reunião também trataria da RM Piracicaba e explicou que a Secretaria de Desenvolvimento Regional contratou a Fipe para fazer cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado para as Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto, Piracicaba e Vale do Paraíba e para as Aglomerações Urbanas de Franca e Jundiaí. “Estamos fazendo uma rodada de discussão com os setoriais do estado que têm afinidade com a temática tratada no plano”, destacou.

DLD-DER-RC comentou que estava presente na explanação que aconteceu em Piracicaba.

RN-Fipe começou a reunião se apresentando e agradecendo a **JMAN-SLT** por ter articulado a reunião. Situou os convidados sobre o contexto do plano e informou que a equipe da Fipe fez um levantamento fruto de dados secundários e esclareceu que não foi feita pesquisa primária para esse trabalho.

Disse ainda que, a partir do banco de dados e dos levantamentos feitos na prefeitura, foram endereçados alguns documentos que formam a proposta de macrozoneamento para esse território, olhando as áreas que se quer preservar do ponto de vista ambiental ou de algum ativo relevante, e aquelas áreas que têm mais afinidade com o desenvolvimento urbano e aquelas da atividade rural, e que no caso de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Franca, têm um peso grande, dado o peso do agronegócio nessas regiões.

Com isso, foram observados vários aspectos dessa região: as dinâmicas urbana, econômica e demográfica, onde cresce, onde não cresce, as questões de infraestrutura, energia, transporte e mobilidade, saneamento e as questões de habitação.

Desses vários levantamentos, foi feita uma análise que se chama Panorama Regional, um documento que será entregue para a SDR no dia 27 de novembro e estará disponível numa plataforma digital, que é pública e todos terão acesso, e com base, não só do macrozoneamento, mas no panorama regional e em um diagnóstico em que são abordadas as questões de forma transversal e não temática.

“Como no panorama regional, esperamos propostas da sociedade civil, do próprio governo do estado e das prefeituras, com relação às diretrizes que o plano deve incorporar para esses assuntos, que são as chamadas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), e que estão listadas nas leis de criação dessas unidades regionais”, explicou.

Informou que na semana anterior foi feita uma rodada de discussão com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Sabesp em que foram tratadas as questões de saneamento ambiental e ambientais, propriamente ditas, e, também as questões de energia.

“Fizemos ainda uma rodada de discussão com a Secretaria de Habitação e com o Itesp, nos programas de regularização fundiária, pois o Itesp acabou de estruturar um programa de regularização fundiária de assentamentos urbanos em área rural, que é uma nova tendência da criação desses condomínios, que vão causar problemas certamente, em infraestrutura e demandas de água, energia, sistema viário para atender esses assentamentos de classe média que vão para fora da área urbanizada”, disse.

Destacou que no mesmo dia aconteceriam duas reuniões: essa agora, na parte da manhã, e à tarde, com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos. “A STM tem algumas atuações, especialmente em Jundiaí e no Vale do Paraíba, mas não tem atuação em Franca, Ribeirão Preto, no que diz respeito a transporte e mobilidade públicos. Esse é o panorama que estamos configurando”, destacou.

Para iniciar a discussão, pediu que cada coordenador de UR colocasse suas questões.

RN destacou três questões que julgou serem mais gerais e que, provavelmente boa parte delas, poderia que são sobre o PAM-TL, como é a relação dos três regionais, como a implementação desse projeto, que foi entregue recentemente pelo Consórcio Pró-TL para a Secretaria de Transporte e Logística. Colocou ainda que se **JMAN-SLT** julgasse pertinente poderia ser marcada uma reunião para apresentação desse projeto.

“No curto prazo, nos importa saber a previsão de implementação e quais são as demandas que este projeto vai responder, não só para Jundiaí especialmente, pois vai até Campinas. O projeto inicial parece que iria até Americana, para o Vale do Paraíba, Sorocaba e Baixada Santista. Como esse projeto está na perspectiva de concessão e de implantação?”, questionou.

JMAN-SLT esclareceu que **PAM-TL** começou na SLT, mas essa parte foi para a Secretaria de Transporte Metropolitano. O Intercidades ficou com a STM. “Os estudos começaram na SLT, mas passamos para a STM”.

RN-Fipe perguntou como fica a parte de carga, pois essa tem um impacto importante em algumas das regiões que estão sendo estudadas.

JMAN-SLT colocou que as concessões são federais dentro do estado, então a Secretaria de Transporte Metropolitano está compatibilizando carga e passageiro nessas linhas que estão previstas para intercidades, tanto para Sorocaba, como para São José dos Campos. O que está em primeiro lugar é Campinas. São Paulo, Jundiaí e Campinas. E estudando uma futura expansão para Americana, mas por enquanto é Campinas.

RN-Fipe perguntou se todos os estudos foram passados para a STM e **JMAN-SLT** respondeu que sim.

Quis saber também sobre o “Programa Vicinais”, de estradas vicinais. Disse que a equipe conhece um pouco como ele acontece, como é feito o planejamento e se está entrando no pacote de concessões que a DER e a secretaria estão fazendo das estradas estaduais, e perguntou se frente a esse programa de estradas vicinais, como acontece a interlocução com as prefeituras, pois essas estradas vicinais, pelo que se viu nas Oficinas Regionais com as prefeituras, são muitas usadas para mobilidade entre um município e outro, pela própria população que reside num lugar e trabalha em outro.

“Sabemos que estrada vicinal, em tese, é feita para escoamento de produção entre esses territórios, mas também nos contam - talvez o **DLD-DER-RC** saiba mais sobre isso-devido aos deslocamentos de moto de população que faz pendularidade entre determinados centros industriais

de municípios da Região Metropolitana de Piracicaba, e muitos municípios não têm transporte de passageiros intermunicipal, então, nem um sistema troncal poderia ser alimentado porque boa parte de municípios não tem transporte público interno aos seus municípios em algumas dessas regiões, o que dificulta esses deslocamentos e acabam usando essas estradas vicinais”, disse.

Quis saber como é o programa, como se dá a interlocução com as prefeituras do ponto de vista do planejamento e manutenção dessas estradas, quais as vias estruturais que ainda não estão concedidas nessas regiões, e qual a previsão de concessão, pois essa é uma etapa importante e que tem sido discutida em algumas reuniões que a perspectiva desse contrato é que o pacote de investimento possa atender às demandas de deslocamento urbano, especialmente de contornos e conflitos de passagem que algumas vias estruturais têm nessas regiões.

Pedi que as coordenadoras, **CL-Fipe**, **FC-Fipe**, **SM-Fipe** e **HG-Fipe** representando **ZA-Fipe** façam questões específicas de cada Unidade Regional para abrir a discussão desses aspectos que precisam ser conhecidos.

JMAN-SLT colocou que quanto à questão das vicinais é interessante consultar direto o DER que lançou um programa com quatro fases e uma quinta que sairá em breve.

Nas concessões, informou que já tiraram qualquer vicinal de concessão para evitar o problema de misturar patrimônio municipal com patrimônio estadual e, depois uma concessão, com privado. “Vicinal não entra mais em concessão”, afirmou. Disse que já aconteceu antes e deu problema.

RN-Fipe perguntou se esses que deram problema foram retirados do contrato.

JMAN-SLT responde que continuam no contrato. Informou ainda que não repetem mais esse modelo.

RN-Fipe perguntou se alguma das regiões que estão sendo tratadas-Região de Piracicaba, Franca, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Jundiaí-têm contrato em que essas vicinais entraram ou não.

JMAN-SLT respondeu achar que não. “Foi mais nos contratos do oeste paulista”, disse.

RN-Fipe colocou ser uma boa informação: nas concessões agora não entram mais as vicinais e existe um programa específico de vicinais do DER junto com as prefeituras.

Perguntou a **JMAN-SLT** com quem a equipe do PDUI poderia falar sobre vicinais.

JMAN-SLT disse que poderiam procurar o Chefe de Gabinete ou falar com **JSB-DER-RP** ou com **DLD-DER-RC**, presentes nesta reunião. Eles podem fornecer um panorama de suas regiões.

FC-Fipe disse que no caso de Franca, tem surgido nas reuniões e até mesmo nas oficinas que não foram realizadas pela equipe, a queixa generalizada da ausência de transporte intermunicipal entre as cidades e questão das vicinais. Pediu ao técnico **H-Fipe** que falasse sobre o assunto, pois foi quem realizou os estudos, tanto para Franca, como para Ribeirão Preto.

H-Fipe colocou que nas reuniões realizadas com os municípios, um ponto sensível foi a questão das vicinais, em que parte delas não é pavimentada, não tem manutenção adequada, o que gera problemas de mobilidade, inclusive do transporte de carga, e algumas vicinais acabam funcionando de ligação entre os municípios.

O fato de não estar pavimentada em seu trecho de ligação impede que seja alternativa efetiva. Diante disso, perguntou se existe alguma planilha ou banco de dados relacionando eventuais futuros investimentos para a região.

Outro ponto diz respeito à duplicação da Rodovia Cândido Portinari em Franca, porque vai até um pouco depois de Franca, vindo de Ribeirão Preto, passando a mancha urbana de Franca, mas tem uma demanda para duplicação até Rifaina, pois passando da divisa com Minas Gerais ela é de responsabilidade do estado de Minas.

Enfatizou que a equipe está precisando de dados referentes ao transporte, às empresas de ônibus que são atuantes naquela região, tanto em Franca, quanto em Ribeirão Preto. “Sabemos que quem coordena este assunto é a Artesp, mas tentamos acessar os dados pelo site e não conseguimos, e esses dados são relevantes para a equipe. Dados de Franca e Ribeirão Preto e do estado como um todo também”, ressaltou.

Colocou ainda a necessidade de dados relativos sobre a quantidade de passageiros transportados entre essas linhas, o que ajudaria a equipe entender como acontece a mobilidade regional.

CL-Fipe complementou as colocações de **HA-Fipe** e disse que surgiram algumas questões de logística, pois aquela região historicamente, sempre teve um papel de entreposto e, Ribeirão Preto, especialmente, já possui uma linha ferroviária que vem de Brasília, passa por Ribeirão e vai até o Porto de Santos, e lendo alguns levantamentos e alguns estudos, foi percebido que existem projetos de ampliação do aeroporto para fazer integração com modais rodoviários e ferroviários, e perguntou se existem investimentos programados nesse sentido.

HG-Fipe colocou que sobre as conversas com os municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, os destaques discutidos e as demandas trazidas e que precisam ser entendidas com maior profundidade foram: a relação entre a oferta e o acesso ao transporte de passageiros, em que os municípios mencionaram que existe uma empresa, que é a Pássaro Marrom. Trouxeram também as questões sobre aumento de horários intramunicípios e dentro deles.

Outro ponto levantado foi sobre a possibilidade de ter mais informações sobre o cronograma de obras da Tamoios e dos contornos, pois foi uma questão muito forte para a região sob diversos aspectos, inclusive econômicos.

Sobre ter o trem regional que liga São Paulo a São José dos Campos. “Houve a participação de uma representante que levantou a questão de uso da ferrovia para logística, não só para carga, como também para transporte de pessoas, ou seja, melhor uso da rede ferroviária da região.

Foi apresentada também a necessidade de melhorias na estrada de Monteiro Lobato, Guaratinguetá e Litoral sentido Rio de Janeiro”, revelou.

Os participantes das oficinas regionais trouxeram também a informação de um projeto do Porto Seco na região de Cruzeiro, colocar um centro logístico intermodal para o café, ligando com o porto seco de Minas Gerais.

Outro ponto levantado nas ORs foi sobre o processo de concessão do aeroporto de São José dos Campos, que, conforme mencionado, está previsto para o primeiro semestre de 2022. Foi destacado que seria importante conseguir informações sobre esse cronograma. Outro tema mencionado nas oficinas foi sobre o projeto do VLP na região de São José dos Campos.

Perguntou se os participantes têm alguma informação sobre esse projeto e eles disseram que não.

JMAN-SLT perguntou se existe a possibilidade de receberem as questões por e-mail e **RN-Fipe** disse que elas seriam encaminhadas.

MLFBC-Fipe complementou a fala de **HG-Fipe** e solicitou aos participantes informações sobre os investimentos em travessias litorâneas, a questão do transporte São Sebastião-Ilhabela.

“Sabemos que existe uma autoridade portuária para o porto de São Sebastião, mas gostaríamos de entender quais são os planos para o Porto de São Sebastião porque a duplicação da Tamoios na serra e os contornos, certamente embutem uma perspectiva de potencialidade do porto”, disse.

SM-Fipe iniciou dizendo que em relação à Região Metropolitana de Jundiaí e a Região Metropolitana de Piracicaba, existe o **DLD-DER-RC** que pode ajudar. Sobre Jundiaí, as duas regiões são cortadas por importantes rodovias estaduais de grande porte que têm uma conectividade muito boa. A discussão em Jundiaí, depois Piracicaba, foi mais acentuada e ficou em torno dessas rodovias que cortam e que geram alguns conflitos, principalmente o conflito entre o tráfego urbano e o rodoviário.

No caso de Jundiaí tem a ver com a questão de ser um polo logístico, a questão da carga. Diante disso, perguntou se os representantes presentes têm informações sobre esses polos logísticos, essas plataformas, projetos de melhorias e transporte de carga.

Outro ponto discutido em Jundiaí foi sobre a Rodovia SP-354, a Zamboto, que cruza Campo Limpo Paulista e que gera grande conflito devido a quantidade de caminhões de carga que corta a cidade. Disse ainda que no caso, tanto de Jundiaí, quanto de Piracicaba, a questão mais discutida foi o conflito do transporte urbano com o transporte rodoviário.

No caso específico de Piracicaba, são 17 rodovias estaduais que cortam a região e a maioria delas, umas 13, já são concedidas, foi muito frequente em todas as reuniões, como também nos relatórios e panoramas feitos em 2017 pela Emplasa, sobre essa questão do conflito entre o transporte rodoviário e a circulação urbana.

“No caso de Piracicaba é mais claro ainda, pois as rodovias cortam vários municípios, e a demanda recorrente foi o desvio do tráfego de cargas das áreas urbanas. Várias cidades levantaram a questão de anéis viários e contorno. Em Piracicaba foi citado que o anel viário já está implantado, mas não foi concluído”.

Em continuação, disse que Limeira colocou a questão da fuga do pedágio e que, conseqüentemente, os veículos passam pela cidade. Falaram em rodoanel para transpassar a Bandeirantes. Capivari trouxe a questão do trevo, pois, na entrada da cidade, falta uma alça de acesso. Rio das Pedras falou da necessidade de um contorno e que existe um plano de um anel viário. Santa Maria da Serra também colocou o problema. Águas de São Pedro colocou a questão da SP-304 que corta a cidade.

Vários municípios colocaram destacaram a importância de um sistema viário como fator importante para a produção da região e, também, para o desenvolvimento, mas que gera esse conflito porque cortam as cidades.

Colocou que no caso de Santa Gertrudes, Rio Claro e Cordeirópolis, a discussão foi que a ligação entre elas é utilizada para fluxo de bicicletas e motocicletas. Disse que muitas pessoas utilizam esse tipo de transporte para o trabalho no Polo Cerâmico sem tanta segurança, pois usam as estradas existentes, sejam as principais, sejam as secundárias.

Finalizou dizendo que as questões que a equipe gostaria de colocar são relativas à existência de planos ou propostas existentes para a melhoria e enfrentamento desses desafios, bem como a

questão da solução que ao mesmo tempo compatibilize o desafio de ter uma boa estrada que apoie o desenvolvimento regional, mas que também dê qualidade de vida para os moradores. Esses são os principais problemas apontados nas oficinas regionais e nos documentos pesquisados.

DA-Fipe complementando a fala de **MLFBC-Fipe** sobre o porto de São Sebastião, destacou a modernização do porto. Além da questão da carga, ter informações sobre o andamento, pois tiveram estudos de impactos ambientais que estavam embargando. Perguntou se os participantes têm alguma informação sobre o assunto.

JMAN-SLT colocou que existe previsão para que o Porto de São Sebastião seja privatizado pelo governo federal em 2022. Serão privatizados Santos e São Sebastião que hoje é concessão do estado.

Em relação à Tamoios há a informação que ficará pronto em fevereiro de 2022. Os contornos começaram em outubro, mais 26 meses para conclusão.

RN-Fipe colocou que, no caso da Tamoios, a concessão já foi feita, pois foram concedidas a obra e a operação. A questão que fica é sobre quais são os projetos de mitigação que já estão nessa concessão sobre a chegada desses fluxos de veículos nesses tempos que são muito pequenos, em especial São Sebastião, pois o contorno passa em torno de Caraguatatuba e chega em São Sebastião, que é um centro histórico de ruas estreitas.

Disse não conhecer o projeto, mas imagina que no período da sazonalidade, deva ter operações de mitigação desses fluxos. Afirmou não saber se já existem estruturas de viário pensadas para além do contorno nesse impacto com municípios, especialmente São Sebastião e Ubatuba.

Destacou também não saber como essa questão chega em municípios de vias tão estreitas como é São Sebastião, pois em Caraguatatuba, ao contrário, foram feitas aquelas vias com marginais, o que resolve melhor e o contorno provavelmente desafogará ainda mais. Mas, foi tirado o problema de Caraguatatuba e jogado para São Sebastião.

JMAN-SLT colocou que os contornos de Caraguatatuba e São Sebastião saem fora de todo o viário local de São Sebastião. É totalmente por fora até a chegada de Maresias na Rio-Santos. A serra é só de subida, então vai desafogar o fluxo do litoral para o planalto. A Tamoios atual, a estrada velha ficará só para descida. Essa nova é só para subida.

RN-Fipe perguntou até onde chega o contorno.

JMAN-SLT informou que em Ubatuba a estrada é federal, a BR 101 passa naquele trecho. O contorno chega em Ubatuba, mas todo o trecho é federal, é BR 101 e entrou na concessão da nova Dutra. Será uma ligação Angra dos Reis-Ubatuba.

RN-Fipe perguntou se no contorno Tamoios, há o contorno norte e sul.

JMAN-SLT informou que só de Caraguatatuba.

RN-Fipe questionou se não tem mais em Ubatuba ao que **JMAN-SLT** respondeu que não tem.

JMAN-SLT complementou ainda dizendo que estão estudando o que farão na Rio-Santos, de Bertoga até Ubatuba, quais as melhorias que poderão ser feitas.

RN-Fipe perguntou se não havia esse contorno em Ubatuba ao que **JMAN-SLT** respondeu que não. Colocou que quem desce chega em Caraguatatuba e pega a 101 para ir a Ubatuba.

JMAN-SLT respondeu que [a pessoa] vai pegar o trecho do contorno e vai cair na 101 até Ubatuba.

HD-Fipe colocou que, sobre a questão do Porto Seco de Franca, existem informações conflitantes, pois, tanto a base de dados da Investe SP quanto do governo federal indica que o porto seco está em funcionamento, mas, segundo as informações que tivemos com as prefeituras, em especial a prefeitura de Franca, o Porto Seco não está funcionando.

RN-Fipe perguntou para **JMAN-SLT** se a Secretaria de Logística acompanha a situação do Porto Seco de Franca.

JMAN-SLT informou que a Secretaria de Logística não acompanha essa questão e que a secretaria acompanha o Porto Seco de Cruzeiro.

RN-Fipe colocou que terão reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e com a Investe SP e será uma oportunidade de sanar essa dúvida.

Ainda apresentou **MG**, coordenadora adjunta do projeto, e a convidou para fazer algumas colocações.

MG-Fipe cumprimentou e agradeceu a todos e disse não ter nada a acrescentar pelas observações que a equipe tão qualificada colocou. Agradeceu a cooperação e disse que a equipe está informada e gostaria que os representantes ajudassem porque essa ajuda é muito importante.

RN-Fipe destacou que estas eram as questões da equipe e abriu para as colocações dos representantes.

DLD-DER-RC disse que, como foi comentado sobre Franca e Piracicaba, a manutenção das vicinais são um grande problema. “Estrada vicinal é responsabilidade integral do município, quem tem que fazer a manutenção são as prefeituras e hoje poucas prefeituras conseguem fazer”, disse.

Afirmou que o DER faz essa recuperação, como agora nesse grande programa de governo de novas vicinais. “Vamos fazer a recuperação em convênio com as prefeituras, pegamos a estrada, reformamos, devolvemos para a prefeitura que deve fazer a manutenção, pois, se não tem manutenção, dificilmente a estrada tem vida útil, não dura muito tempo”, disse.

Por isso afirmou ser esse o grande problema das vicinais: a manutenção que as prefeituras não conseguem fazer.

Sobre contornos, na região de Piracicaba, o anel viário de Piracicaba está bem, já tem 50% pronto de um lado, falta terminar o outro lado. Disse não saber como será feito. Disse ainda que a parte pronta do contorno foi incluída em uma concessão. “A DER fez o projeto de uma outra parte, mas parou nisso”, afirmou.

Acrescentou que não sabe, em termos de planejamento de governo, sobre a situação dos contornos.

Sobre a questão de tráfego urbano, local, de passagem na região de Piracicaba e citado pela equipe, disse ser muito complicado. Citou o exemplo de Piracicaba em que as pessoas usam a rodovia para ir de um bairro a outro.

“É mais fácil pegar a rodovia do que ir por dentro da cidade. Há muito problema com esse conflito de tráfego de passagem com o tráfego urbano. Inclusive na tem alguns estudos em andamento de transposição de um bairro a outro sem entrar na rodovia, em Americana e Piracicaba”.

RN-Fipe perguntou a **DLD-DER-RC** se as rodovias usadas para deslocamento entre bairros são rodovias concedidas.

DLD-DER-RC em resposta disse que tem rodovias do DER também.

RN-Fipe colocou que as rodovias concedidas são pedagiadas e perguntou se as do DER também são pedagiadas.

DLD-DER-RC explicou que as rodovias do DER não são pedagiadas e que, por outro lado, as concedidas são pedagiadas. O pedágio está longe da área urbana. Então, a pessoa anda na rodovia como se fosse uma avenida, entra e sai sem pagar pedágio.

RN-Fipe colocou que nas concessões isso era algo previsível apesar dessas regiões. “Se comparamos com o Brasil, mas com o peso econômico que elas têm, essas regiões têm uma rede viária poderosa. Olhando para o mapa dessas regiões, apesar da grande quantidade de conexões existentes, ainda tem problemas como esses que listamos” disse.

Perguntou se existem estudos sobre a gestão, pois o problema não é de infraestrutura, é de gestão de operação que vai permitir segregar tráfego de passagem, como fazer marginais nessas rodovias.

Disse imaginar que na concessão os estudos de impacto deveriam prever essa questão para, dessa forma, prever soluções de mitigação, que seriam essas marginais.

Questionou, ainda, se as marginais estão ali mesmo e se há uma perspectiva do que o PDUI, por exemplo, tendo esses contratos de concessão com essas previsões, crie prioridades de quais são as marginais possíveis, emergenciais, pois existe a questão dos acidentes.

Colocou ainda que o que o PDUI pode colaborar nesse sentido da gestão e fazer um gradiente de prioridade dessas marginais (diz não saber se elas já estão no contrato, pois o PDUI não pode alterar contrato).

“Essa é uma discussão em que devemos estar alinhados para não extrapolar, uma vez que não é competência do PDUI, mas podemos dar força para uma negociação dessas prioridades”, afirmou.

Disse ser importante esse alinhamento para não criar conflitos, uma vez que a Fipe presta consultoria para o estado via SDR.

Sobre os contratos de concessão, **DLD-DER-RC** disse que o último caso na região foi o encerramento de um contrato com a Centrovias. Disse que foi feita uma nova licitação em que entrou o Eixo São Paulo. O trecho da Centrovias era 300 km que, ao passar para a Eixo, foi para 1.300 km.

“Nessa situação, o pouco conhecimento que temos desse contrato, J pode falar melhor sobre isso. Sabemos que na concessão está prevista a implantação de marginais, tanto em Piracicaba, como em Rio Claro, e tem implantação no contorno de Águas de São Pedro já que tudo isso está no contrato de concessão”. Explicou ainda ser uma concessão de 30 anos e não sabe dizer qual é o cronograma das obras.

RN-Fipe disse que essas informações são muito importantes para a equipe e perguntou se os 1.300 km são só da Região de Piracicaba.

DLD-DER-RC respondeu ser da Centrovias, antiga concessionária, em 300 km na região de Rio Claro, Piracicaba. Ao terminar essa concessão, foi feita uma nova. Nessa nova concessão foram colocadas mais rodovias, Pipa - Panorama-Piracicaba, que vai até Panorama.

JMAN-SLT disse que é Piracicaba e vai até o Rio Paraná.

RN-Fipe perguntou se pega Franca e **DLD-DER-RC** respondeu que não visto que Franca está do lado oposto. Franca é outra concessão.

Perguntou a **JMAN-SLT** se nessa discussão em um GT do Conselho de Desenvolvimento Regional de Piracicaba, podem ser estabelecidas prioridades via SLT, tendo em vista o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

JMAN-SLT disse que a Artesp deve ser incluída nessa discussão, pois é ela quem toma conta de todas as concessões, inclusive do transporte intermunicipal. Existe uma diretoria que só trata disso.

RN-Fipe perguntou se a SLT tem estreita conversa com a Artesp.

JMAN-SLT disse que sim, pois o relacionamento é direto, apesar de a Artesp estar em outra secretaria, a Secretaria de Governo.

RN-Fipe disse que seria uma conversa específica entre a SLT e um grupo da equipe do PDUI para que, em cima do que está nos contratos, discutir essas prioridades para algumas dessas regiões.

Perguntou se a Artesp controla a execução do contrato e destacou que a equipe precisa conhecê-lo para saber das prioridades de investimentos e mitigação para ter uma conversa alinhada sobre as prioridades. Perguntou se **JMAN-SLT** pode agendar essa reunião e ele disse que sim.

RN-Fipe agradeceu e pediu que **JMAN-SLT** trouxesse o caso de concessão de Piracicaba e, também, as ligadas a Ribeirão Preto e Franca para que sejam tratadas em bloco, e, também, a concessão que passou de 300 para 1.300 km.

Pediu que sejam marcadas duas reuniões: uma específica com Franca e Piracicaba, quem coordena as concessões na Secretaria de Logística, e a Artesp; outra com Piracicaba e Jundiá, pois são trabalhos em comum e; outra ainda sobre a questão da Tamoios e eventualmente [?].

JMAN-SLT sugeriu fazer Litoral Norte e Vale do Paraíba.

RN-Fipe concordou e disse que poderão ser discutidas propostas, como hierarquizá-las e quais são possíveis dentro desses contratos de concessão existentes.

JMAN-SLT apontou que, recebendo todas essas demandas mencionadas pela equipe, consegue separá-las por blocos, o que é DER, o que é Artesp.

RN-Fipe perguntou se **JSB-DER-RP** queria falar sobre as questões de Ribeirão Preto trazidas por **CL-Fipe** sobre a ampliação do aeroporto, da interlocução com terminais modais, além da importante via férrea, que liga o centro-oeste ao Porto de Santos, passando por essas duas unidades regionais.

JSB-DER-RP colocou que na regional de Ribeirão Preto são tratadas questões de rodovias e as interligações não passam pela regional. Esclareceu que o assunto fica mais a cargo da Secretaria dos Transportes e que sua tratativa é mais voltada a estradas de rodagem.

Sobre as vicinais e, complementando a fala de **DLD-DER-RC**, disse que existe uma malha muito ramificada que tem pouco para pavimentar. Diz que a região sucroalcooleira é bem servida por essas ramificações, quer vicinais, quer rodovias estaduais e esse programa citado por **DLD-DER-RC**, em que uma fase de pavimentação foi licitada, e outras que acredita que vão sair, vão complementar essas interligações que por sua vez servem ao que chamam de rotas alternativas.

Na questão de fuga de pedágio diz que muitos caminhoneiros usam essas rotas alternativas devido ao custo.

RN-Fipe dirigiu-se a **JSB-DER-RP** e a **DLD-DER-RC** e perguntou se o Programa Vicinais, que conhece do governo Serra, era um programa de pavimentação das estradas.

DLD-DER-RC colocou que na época do governo Serra era só de recuperação de vicinais. Explicou que foram feitas algumas pavimentações, mas muito pouco e que nessa época foram feitos muitos projetos de pavimentação de vicinais, e que estão sendo usados agora com atualizações, para executar os programas de pavimentação do atual governo.

RN-Fipe perguntou o que está incluído no Programa Novas Vicinais.

DLD-DER-RC respondeu que inclui recuperação e pavimentação. Tem estrada que é recuperada e estrada que é pavimentada.

RN-Fipe colocou que recuperação é para a estrada que já teve asfalto e que se desfez. E outras que não eram pavimentadas e agora estão sendo complementadas.

Perguntou ainda se todos os municípios aderiram a esse programa.

DLD-DER-RC respondeu que sim e, na realidade, todos querem, mas existem as prioridades da administração superior. Explicou que o programa começou logo depois que o governo assumiu e questionaram todos os municípios para que eles enviassem suas demandas.

Explicou que foi feito um filtro por ordem técnica de prioridade. “Tem município que não foi atendido e outro foi atendido duas vezes”, afirmou.

Disse ainda que em sua regional muitos municípios estão sendo atendidos.

RN-Fipe perguntou a **JSB -DER-RP** e **DLD -DER-RC** se podem disponibilizar a listagem dos municípios atendidos pelo programa, pois pode servir para verificar se os municípios que estiveram presentes nas oficinas regionais foram contemplados pelo programa para poder pensar as demandas.

JMAN-SLT esclareceu que todas as vicinais são feitas por convênio entre estado e município.

RN-Fipe perguntou se nos projetos, no convênio, existe prazo para as vicinais serem [concluídas?].

DLD-DER-RC disse que sim e que as vicinais já estão licitadas, algumas já em obra e quando se trata de recuperação funcional, a estrada já recuperada que está sendo pavimentada, é feito um projeto pela própria regional, com orçamento, relatórios, vai para São Paulo, licita-se a obra e assina-se o convênio com o município, que a execução da obra é normalmente de 12 meses, dependendo do tamanho da rodovia, é o prazo médio.

Explicou ainda que, no caso das pavimentações, os projetos são mais bem estruturados e deve existir um projeto executivo dessa pavimentação. Não é um levantamento da regional.

“Trata-se de projeto que já foi feito na época do Serra, em 2007, que terminou em 2010. Foi feita uma atualização desses projetos e estão licitando as obras de pavimentação”, disse.

RN-Fipe colocou que ao longo dos PPAs esse programa não deixou de existir, vai sendo reconfigurado, aperfeiçoado, e perguntou se, dado que os municípios têm baixíssima capacidade de investimento, a manutenção é um problema recorrente, por isso esse programa não sai do radar do planejamento da Secretaria de Logística e Transporte via DER.

DLD-DER-RC afirmou que não é só a manutenção e citou como exemplo uma estrada vicinal que,

por vezes, fica como rota alternativa do caminhoneiro para fugir do pedágio. “A prefeitura não fiscaliza e não tem condições para fiscalizar, o que causa mais deterioração no pavimento: a falta de manutenção e excesso de carga”, destacou.

RN-Fipe perguntou a **DLD-DER-RC** se no Programa Vicinais a DER não pode colocar pesagem para impedir esses caminhões.

DLD-DER-RC respondeu que não, pois a estrada é municipal, é jurisdição do município e não do estado. Informou que é feito um convênio, que ao término da obra é encerrado e a estrada volta para administração do município.

RN-Fipe perguntou se o município pode colocar um pedágio para caminhões, caso queira, e diz ser possível fazer uma proposta no PDUI sugerindo que, para que os municípios possam usufruir por longo prazo dos investimentos do programa vicinais, introduzam pedágio para caminhão nos acessos a essas estradas.

DLD-DER-RC informou que sempre comentam com as prefeituras justamente isso e que tem em sua região - Limeira-Cordeirópolis - uma vicinal que é fuga do pedágio da Bandeirantes e da Anhanguera. As duas prefeituras juntas conversaram com a concessionária a Autoban que fez um pedágio, e essa vicinal é administrada e mantida, em ótimas condições, pela prefeitura de Limeira.

RN-Fipe colocou que o PDUI é um plano de diretrizes e que não faz projetos. O que faz é dar orientação. Como os municípios vão rever os planos diretores, que englobam o rural e o urbano para limitar o tráfego urbano e de carga pelas vicinais permite o urbano porque dá menos impacto no pavimento, e os outros pagam a manutenção. O transporte de carga pagaria pela manutenção dessas vias.

Disse que farão uma proposição e pediu aos representantes ajuda para o refinamento dessa proposta [com sutileza política], inclusive porque não dominam as questões de competência desses contratos do programa vicinais.

Disse ainda que os representantes têm muito a ajudar na formulação da proposta. Os representantes presentes se colocaram à disposição do que fosse necessário.

JMAN-SLT informou que Jundiaí está na Regional do DER de Campinas e que teria que envolver mais um [DER] regional.

RN-Fipe pediu a **JMAN-SLT** que agendasse uma reunião com essa regional, juntamente com a coordenadora da unidade regional de Jundiaí, **SM-Fipe**.

Outro ponto colocado foi sobre os investimentos na Cândido Portinari, na região de Franca e Ribeirão Preto. **JMAN-SLT** informou que é a Artesp, pois nessa região é de concessionária.

Destacou que a equipe fica no aguardo da articulação, inclusive para ter acesso aos dados de empresas de ônibus atuantes.

Perguntou sobre a Monteiro Lobato, no Vale do Paraíba, ao que **JMAN-SLT** informou que é de responsabilidade da regional da DER de Taubaté.

Pediu a **JMAN-SLT** que faça a articulação com a regional do DER dessa região.

Perguntou também sobre o Porto Seco de Cruzeiro.

JMAN-SLT esclareceu que estão acompanhando a questão, pois fala-se sobre a necessidade de autorização das ferrovias dentro do estado. Lembrou que ferrovias normalmente são de âmbito federal e, agora pela lei que está sendo aprovada no Senado, é possível fazer autorizações estaduais.

Citou como exemplo a existência de um centro logístico em Varginha e um em Cruzeiro, e tem o privado que quer fazer o transporte Varginha-Cruzeiro, então é necessário autorizar uma ferrovia de 14, 15 km. E de Cruzeiro embarca na RMS, na rede já existente, e vai para o porto de Santos. Informou que essa questão ainda está em discussão e diz que esperam em breve poder autorizar o privado a fazer esse ramal ferroviário.

RN-Fipe disse então que essa é uma operação, um projeto inteiramente privado, que depende de autorização do governo do estado para esse trecho de 14 km e perguntou se a relação com a RMS é entre privados ao que **JMAN-SLT** responde que sim.

Perguntou a **JMAN-SLT** se estão acompanhando a questão do aeroporto de São José dos Campos.

JMAN-SLT respondeu que necessita pesquisar, pois parece que é federal.

RN-Fipe disse que é federal, mas parece que foi municipalizado.

DA-Fipe informou que a gestão do aeroporto foi municipalizada, mas com previsão de concessão.

HG-Fipe comentou não saber se o aeroporto de São José dos Campos entrou no pacote de concessão que está com a Secretaria de Governo, salvo engano.

JMAN-SLT informou Ribeirão Preto entrou no pacote.

RN-Fipe disse que o aeroporto [de SJC] no passado era federal, é licenciado já como aeroporto internacional e que era ligado ao Ministério da Defesa e não à Infraero. Disse ainda que houve uma notícia de que esse aeroporto havia sido concedido ao município para ser privatizado. Pensa que o governo do estado não participa desse pacote de concessões de aeroportos.

JMAN-SLT confirmou a colocação de **RN-Fipe** e disse que está fora do programa. Informou ainda que fizeram uma concessão recente de 22 aeroportos em dois blocos de 11 e que o de Ribeirão Preto foi concedido agora.

RN-Fipe sobre a questão da SP 354-Campo Limpo Paulista confirmou que **JMAN-SLT** vai articular a reunião com o representante da DER regional Campinas.

JMAN-SLT informou que há um estudo feito pelo DER para duplicação da Dom Pedro até Anhanguera, que incluiria Campo Limpo, Jarinu, Franco da Rocha e Cajamar. Sai da Dom Pedro em Atibaia e chegaria em Cajamar e que esse projeto ainda será contratado.

RN-Fipe perguntou se das quatro que ainda não concedidas de Piracicaba, são operadas pelo DER. Das 17 rodovias estaduais, 13 já foram concedidas e essas quatro não foram.

DL-DER-RC informou que na região de Piracicaba, a SP-304 tem uma parte que não é concedida, a administração é do DER: SP-306, SP-135 e SP-147. "Essas quatro rodovias atravessam Piracicaba e estão sob a administração do DER ainda", explicou. Disse ainda não saber sobre concessões dessas rodovias.

JMAN-SLT respondeu que essas rodovias não estão em nenhum programa.

DLD-DER-RC colocou que a SP-147 de Limeira para Piracicaba é concedida até Piracicaba, e de Piracicaba para Anhembi, para Marechal Rondon, não é concedida, é de responsabilidade do DER e não tem pedágio.

Informou ainda que nenhuma rodovia do DER tem pedágio.

FD-Fipe pergunta se é possível trazer para o macrozoneamento regional essas grandes obras, como se dão em relação aos zoneamentos municipais, como ampliações, e até mesmo as vicinais, se há correlação com o macrozoneamento, se é necessário colocar algumas diretrizes específicas com os zoneamentos municipais que estejam considerando essas grandes obras e as influências que trarão para os municípios.

RN-Fipe esclareceu que os macrozoneamentos são grandes áreas, grandes manchas do território que terão diretrizes. Incluem áreas de conservação, áreas de uso mais restrito, as de proteção de uso sustentável, e as áreas urbanas e de consolidação urbana.

“Em geral, nesses macrozoneamentos temos que tratar nessas unidades, há a questão de proteção ambiental, de ordenamento das áreas mais urbanas, de urbanização mais consolidada e que sofrem os impactos de conflito de uso do tráfego urbano e de passagem. Nessas áreas, as diretrizes de transporte deverão estar estabelecidas”, explicou.

Disse ter entendido as colocações de **JSB-DER-RP**, **DLD-DER-RC** e **JMAN-SLT**. Do ponto de vista das vicinais, é oportuno que se segregue que a carga deve passar pela via estrutural e não pela vicinal.

“Claro que a vicinal tem um papel de escoamento de produção até chegar ao destino. Não que não possa passar pela via, a carga deve pagar por isso, pois trata-se de um escoamento privado, a fim de garantir a manutenção dessas vias pela incapacidade econômica do município”, disse.

Acrescentou que nessa macrozona de urbanização e de uso sustentável, imagina-se que os interesses, tanto dos impactos, dos investimentos, são garantir que a vicinal tenha manutenção não tão intensa, porque o tráfego de carga prejudica essa via e, portanto, é preciso ter uma diretriz para esse tráfego urbano ou tráfego de ligação entre cidades.

Disse ainda que a equipe pode apresentar os mapas aos representantes, bem como enviá-los para que possam conhecer as propostas.

FD-Fipe destacou que a ideia é pensar nas diretrizes que poderiam ser trazidas para o macrozoneamento, seja a escala que será trabalhada que corrobore com esses grandes investimentos e as grandes mudanças que terão com os novos eixos propostos.

CL-Fipe iniciou a apresentação com o mapa de Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, dizendo que no macrozoneamento o primeiro passo é entender o que os municípios propõem em sua legislação, no Plano Diretor - na ausência de um plano usamos outros dados.

É feita uma legenda unificada para entender como é a regulação do uso e ocupação do solo na região. “Após esse passo, procuramos outros elementos para auxiliar a elaboração do macrozoneamento. Traz elementos e questões de importância regional que extrapolam os limites dos municípios”, ressaltou.

Disse que no caso de Ribeirão Preto e de Franca o primeiro elemento é a área marcada como rosa, que é uma área fragmentada e não é uma macrozona, que é área de recarga do Aquífero Guarani.

Sobre a questão trazida pelo **FD-Fipe**, é que além desse tipo de condicionante do território, isso é só para mostrar como é a área de recarga e como ela rebate no território.

“Esse é só um dado para definirmos as áreas de centralidade, as áreas onde o adensamento e a diversificação da ocupação devem ou podem ser incentivados, que já tem infraestrutura instalada. Esses investimentos em transporte e mobilidade ajudam muito, pois cruzamos as informações com as áreas definidas pelos municípios como urbano consolidado, ajudam a reforçar essas macrozonas urbanas consolidadas e, eventualmente, conseguimos antecipar algumas questões que podem surgir no território”, disse.

Explicou que se observa nessa região um tipo de expansão que não é tão radial em torno da mancha urbana, mas ao longo dos eixos viários, como Ribeirão e Cravinhos e outros pontos.

Disse ter entendido que **FD-Fipe** queria saber se a equipe conseguiria ter esse tipo de informação, de preferência espacializada, onde são previstas melhorias na rede viária.

FD-Fipe disse ser exatamente isso. “Falando sobre esses grandes elementos que trazemos para montar o macrozoneamento, acredito que a previsão de uma obra de ampliação ou algum programa de melhoria pode ser capitalizado pelo macrozoneamento em termos de diretrizes”, afirmou.

Explicou que o macrozoneamento tem algumas escalas de trabalho e que seria interessante se fosse possível conseguir essas informações mais direcionadas para o território.

CL-Fipe complementou dizendo que o ordenamento territorial tem três escalas: o macrozoneamento, que é esse apresentado, e tem a escala citada pelo **FD-Fipe**, que são algumas estratégias de ação no território e elas se relacionam alguns eixos, algumas áreas mais específicas. “Logo, temos que trabalhar com mais detalhe em algumas porções do território que são afetadas àquela função pública de interesse comum”, afirmou.

RN-Fipe disse que a equipe deve enviar os mapas com os macrozoneamentos aos representantes para que identifiquem os investimentos em vicinais que já estão conveniados, a que está no pacote PPA na realidade, o que não está no PPA não vai entrar.

Identificar qual o investimento que está previsto no programa vicinais, à luz dessas propostas de macrozoneamento, para que possam ser definidas diretrizes robustas.

L-Fipe iniciou apresentando o macrozoneamento para Jundiaí e Piracicaba para que se pudesse entender o pacote de investimentos e os impactos nessas regiões.

Apresentou a proposta de macrozoneamento preliminar da região de Jundiaí, da seguinte forma: o verde escuro representa a zona de preservação ambiental, que é mais restritiva; em verde claro, a zona de uso sustentável e rural; em cinza, a área de interesse de uso urbano, que consideramos todos os perímetros urbanos ou as macrozonas urbanas dos municípios. Mas fizemos uma diferenciação, que é a alaranjada-essa região tem duas APAs grandes (APA Cabreúva e APA Jundiaí) – o que significa que, quando essa área urbana coincide com uma APA, consideramos uma macrozona urbana em área de proteção ambiental para diretrizes mais específicas.

Apresentou o mapa da leitura unificada dos macrozoneamentos da região de Jundiaí e mostra como os municípios consideram em seus planos diretores, as principais rodovias. Disse que em Jundiaí é bem interessante como mostra a hachura em cinza listrado que corresponde às áreas de desenvolvimento econômico dos planos diretores municipais.

São as áreas industriais, zonas de corredores de comércio e serviços, zonas de estímulo ao desenvolvimento econômico, em que percebemos a continuidade desse tipo de zona seguindo as linhas das rodovias.

Em relação ao mapa da proposta preliminar de macrozoneamento da região de Piracicaba, diz que também é bem interessante, pois a macrozona urbana acompanha as rodovias, e que alguns municípios até fazem buffer ao redor das rodovias, em Limeira, Rio das Pedras, Elias Fausto. Portanto é interessante considerarmos as questões de transporte e mobilidade previstas para análise do macrozoneamento, o ordenamento territorial.

SM-Fipe complementou dizendo que é interessante observar como os municípios ao fazerem suas legislações usam dessa estrutura que vemos em Piracicaba a urbanização acompanhando as rodovias e se utilizam da estrutura viária, desenham a área urbana ou área de expansão de desenvolvimento econômico ao longo dessas rodovias principais.

“É interessante sabermos das propostas de melhorias, e no caso das vicinais é muito importante. Podemos observar o conflito que ocorre entre o tráfego de passagem e o tráfego urbano se acumula”, ressaltou.

DA-Fipe apresentou a leitura unificada dos planos de ordenamento territorial da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, em que foi verificada, ao sobrepôr a questão viária e de transporte, a existência de ocupação linear urbana aos eixos, principalmente em relação a Rodovia Presidente Dutra que sobrepõe grande parte dos 16 municípios que são cortados ou impactados por essa rodovia.

São municípios que têm a questão urbana bastante consolidada junto ao eixo, e ao mesmo tempo temos o eixo da Rio-Santos, que foi mencionado no início dessa reunião, com os municípios litorâneos e suas ocupações litorâneas também de forma linear no sentido Rio de Janeiro paralelo à Dutra.

“Eventualmente temos as demais ocupações dos municípios do Vale do Paraíba com alguns impactos pelas rodovias transversais, como por exemplo, a Tamoios, que gera grande impacto em Paraíba, Jambeiro, e ainda Oswaldo Cruz e a que vai no sentido Campos do Jordão, Floriano Rodrigues Pinheiro que tem essa ocupação.”, disse.

Apresentou o mapa consolidado regional que mostra uma repetição das ocupações de áreas urbanas dos ordenamentos territoriais do plano diretor, e que apresenta uma proporção preliminar daquilo que seriam as grandes macrozonas, eventualmente, com a importância das rodovias no sistema viário.

“No mais, temos que o Vale do Paraíba na faixa [faixa em cinza] em que se encontra a Dutra e a Rio-Santos, apresenta um relevo favorável e mais plano, que explica grande parte da ocupação urbana. A heterogeneidade geomorfológica também explica essa menor quantidade de áreas urbanizadas entre os municípios localizados entre o Eixo da Rodovia Presidente Dutra e Rio-Santos, e poucos pontos em que se tem as rodovias cortando a região do Vale do Paraíba de modo transversal”, afirmou.

RN-Fipe agradeceu as apresentações e disse que essa primeira rodada foi importante para saber o que é necessário aprofundar e com quem. Do que foi tratado na reunião, disse que enviaria as demandas de esclarecimento por UR para que **JMAN-SLT** defina quem será mobilizado.

Também ficou de enviar os mapas de macrozoneamento para que os representantes presentes apontem os investimentos previstos. Quanto aos encaminhamentos para **JMAN-SLT**, pontuou:

- agendar reunião com a Artesp, já com conhecimento das demandas da equipe do PDUJ;
- agendar reunião específica com as regionais do DER para traçarmos as diretrizes e propostas de forma conjunta.

Para essa segunda demanda, pediu que se possível aconteça após o dia 20/11, para que a equipe possa estruturar um conjunto de propostas que irão para as audiências públicas e que terão início em 11 de janeiro de 2022.

Agradeceu aos representantes, **DLD-DER-RC**, **JSB-DER-RP** e **JMAN-SLT** pela possibilidade de interlocução, pelas contribuições e encerrou a reunião.

4. GRUPO TÉCNICO DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

Registro da reunião do Grupo Técnico de Transportes e Mobilidade, que aconteceu na parte da tarde do dia 8 de novembro de 2021.

Representantes Setoriais:

- Secretaria de Transportes Metropolitanos/Coordenadoria de Transporte Coletivo: CC; M
- CPTM: JARB
- EMTU: BVS

BVS-EMTU informou que a EMTU Sede SP atua no Vale do Paraíba e Litoral Norte e que, em princípio, atuariam em Ribeirão Preto, mas não está definido pelo governo do estado.

RN-Fipe apresentou **JARB-CPTM** e disse que tratarão do TIC nesta reunião. Avisou ainda que na reunião que aconteceu pela manhã, **JMAN-SLT** foi informado que o PAM-TL foi integralmente transferido para a CPTM

JARB-CPTM informou que a condução do processo do TIC é da STM, não da CPTM e que o Trem Intercidades (TIC) está sendo conduzido pela STM com o apoio técnico da CPTM e quem conduz é **D** pela STM e CPTM, e que já foi feita a audiência pública em que foram recebidas contribuições para processo de licitação do TIC.

RN-Fipe disse estar surpresa, pois até onde acompanhou, quer pela SMLT, quer pela STM, o ramo SP-Campinas estava com a STM. O PAM-TL é carga e passageiro. Disse que esteve no projeto do Consórcio Pró-TL e naquele momento toda a equação financeira era de carga e passageiro e carga para viabilizar o passageiro porque os estudos de demanda não se sustentavam do ponto de vista financeiro. O único que tinha sustentabilidade, mesmo assim diz ser necessário pensar os dois juntos ainda que com faixas segregadas, era Campinas.

“Primeiro porque do ponto de vista da carga, esse tramo é o mais rentável do Brasil e significa 12% a mais do que qualquer outra rentabilidade de ferrovia do país. Poderia até fornecer tarifa

de passageiro gratuita, caso o operador fosse o mesmo. Se fosse só passageiro, não seria uma equação fácil, por isso fizeram a opção”, explicou.

JARB-CPTM disse que a MRS está renovando seu convênio com o governo federal para obter a concessão do trecho. Dentro dos investimentos está a previsão de segregar a carga, o que facilitou muito porque todo o custo de segregação está com a MRS. “Uma boa parte desses recursos, inclusive de remanejamento para poder passar por dentro das estações, está ficando com a MRS. E nós estamos pegando o território, porque esse território de Campinas até Jundiaí não é do estado, e sim do governo federal”, explicou.

Disse haver a discussão de um ajuste de território que foi um trabalho muito grande elaborar um projeto compatível para andar dentro da faixa de domínio e baratear o custo de implantação do projeto. Assim ficou com pouca coisa fora da faixa de domínio atual e sinalizou que o projeto ficou bem interessante e mais barato.

RN-Fipe disse ter visto o projeto que chegou a ser apresentado na reunião do Conselho Gestor, mas a equipe não conhece e vai ter a chance de conhecer.

M-STM informou que **PG** teve uma reunião com o governador e que foi indicado para representá-lo.

RN-Fipe informou que **PL** está de férias e **BS** está presente. Agradeceu a presença de todos, deu início à reunião e informou que ela foi agendada, pois a Secretaria de Desenvolvimento Regional contratou a Fipe para desenvolver cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUIs) para as regiões de Piracicaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, Franca e Vale do Paraíba e Litoral Norte, cuja coordenação geral é de **AC-Fipe** e coordenação adjunta de **MG-Fipe** e que **RM-Fipe**, também presente na reunião, é a consultora de urbanismo do projeto. Explicou que seu papel é conduzir tecnicamente a coordenação desse trabalho e fazer as pontes com as prefeituras e com o governo do estado.

A primeira etapa desse trabalho acaba em novembro com a leitura do território do ponto de vista urbanístico, socioeconômico e das infraestruturas, fazendo um diagnóstico dessa região entre suas oportunidades, gargalos e demandas.

Foi feita uma rodada de discussão com as prefeituras e a sociedade civil dessas unidades regionais-as oficinas regionais, e agora essa rodada com os setoriais do estado, chamados grupo de trabalho de setoriais.

Fez saber ainda que na semana anterior estiveram reunidos com a Secretaria de Infraestrutura e a Sabesp para tratar de meio ambiente, saneamento e energia. Reuniram-se também com a Secretaria da Habitação, CDHU e Itesp para tratar das questões fundiárias e de vulnerabilidade socioterritorial.

E que na manhã deste mesmo dia (08/11) houve a reunião com a Secretaria de Logística e Transporte e amanhã (09/11) acontece a reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve São Paulo, Secretaria de Agricultura e Turismo, pois várias dessas unidades têm atividades econômicas ligadas à agricultura, como é o caso do Vale do Paraíba, Piracicaba e Franca, e outras têm questões do turismo como relevantes. Avisou ainda que, em breve, ocorrerá uma discussão sobre desenvolvimento econômico com esse conjunto institucional do governo do estado.

Retomou o que foi falado com **JARB-CPTM** no início da reunião e apontou que, em reunião pela manhã com a Secretaria de Logística e Transportes (SLT), o PAM-TL teria sido integralmente

transferido da SLT para STM e que nas reuniões do Conselho Gestor a discussão era sobre o TIC que iria até Campinas.

“O PAM-TL é um projeto muito mais amplo que agrega a logística de carga da macrometrópole e a perspectiva de trens regionais que não há um trem necessariamente intercidades, mas um trem regional para o Vale do Paraíba, Baixada Santista e Sorocaba, para além do TIC, que iria até Americana, mas que na nova versão da STM vai até Campinas”, detalhou.

Diante disso, quis saber dos representantes presentes sobre essa transferência, se há um cronograma ou uma previsão, não necessariamente de implantação desses ramais, desses projetos, mas como está o andamento, o planejamento da secretaria, pois no que diz respeito à carga, o trecho Campinas envolve operações de carga que já estão concedidas pelo governo federal.

No que diz respeito à EMTU, disse que a equipe quer discutir sobre transporte intermunicipal. Coloca que **BVS-EMTU** informou no início da reunião que a operação da EMTU hoje se restringe ao Vale do Paraíba e Litoral Norte e que, na criação da Região de Metropolitana de Ribeirão Preto, havia sinalização de que a EMTU também atuaria nessa região.

Outro ponto colocado foi sobre o sistema de paradas dos trens até Jundiaí. Lembrou que uma das discussões nas oficinas regionais foi sobre a alta tarifa para os deslocamentos entre alguns municípios que poderiam fazer pendularidade ou circular internamente à Região Metropolitana de Jundiaí e que por não terem tarifa diferenciada, não usam esse sistema.

Passou a palavra para as coordenadoras das URs para que coloquem questões específicas de Jundiaí e do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

ZA-Fipe passou a palavra para **DA-Fipe e HG-Fipe** para que falassem sobre as questões dos transportes públicos intermunicipais tratadas nas oficinas sub-regionais.

HG-Fipe destacou dois pontos considerados principais: a questão do conflito entre o transporte rodoviário e o transporte entre as cidades, como conectar essas cidades; e a questão do transporte ferroviário que surgiu em duas ou três oficinas: como dar melhor uso para as linhas existentes no fluxo de pessoas.

SM-Fipe ressaltou que a questão discutida nas oficinas foi sobre a insuficiência do transporte coletivo intermunicipal e a questão do alto custo da tarifa do trem da CPTM. Como não há tarifa diferenciada, tampouco integração intermodal, fica muito difícil para o usuário utilizar a CPTM.

Disse ainda que alguns municípios colocaram a questão do trem intercidades, querendo saber como será o comportamento desse trem para Várzea Paulista, Campo Limpo, Jundiaí e de que maneira poderá ajudar na solução das tarifas. Perguntou ainda se existe algum programa ou proposta de integração com os sistemas de ônibus.

ZA-Fipe comentou a colocação feita por **CG-Fipe** que participou da reunião com a prefeitura de São José dos Campos sobre o corredor verde de VLP que está sendo feita para a área do município, mas que propõe que exista a possibilidade de uma extensão, inclusive para atender a demanda do turismo religioso no eixo da Dutra, em uma área que poderia ser apropriada.

CG-Fipe colocou que o VLT anda no linhão de transmissão, que começa em Jacareí e passa por São José dos Campos pelo lado direito da Dutra sentido Rio de Janeiro, vai até Aparecida. Afirmou que São José fez uma troca de IPTU dos últimos cinco anos para poder desapropriar essas áreas

e informou ainda que tem um projeto, que começou no Instituto de Planejamento e ligaria até o Parque Tecnológico e continuaria até Aparecida.

“A região não é servida por trem, apenas ônibus interurbano e por haver um deslocamento pendular muito grande no eixo Dutra, causa um problema sério porque entra em um trecho doméstico dentro da via de uma BR. A nova concessão da Dutra, que tem 30 anos para execução, não tem um cronograma estabelecido, prevê marginal para carros, e temos que pensar no transporte coletivo, pois existe um fluxo muito grande de ônibus e trens de turismo nos finais de semana para Aparecida, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista, e que poderia ser utilizado na continuação dessa linha verde que começa a operar em fevereiro de 2022”, apresentou.

RN-Fipe agradeceu as questões colocadas pelas coordenadoras e mencionou que foi dito pela SLT que o contorno na Tamoios-o contorno norte até Ubatuba para desafogar a BR-101 -, entrou no pacote dessa renovação de concessão da Dutra.

Perguntou aos representantes da STM, se em relação ao eixo da Dutra, se conhecem as propostas de mitigação relativas às demandas colocadas por **ZA, HG e CG-Fipe**, pois, do ponto de vista da articulação municipal, São José e Jacareí fazem a proposta desse corredor verde à direita para fazer um eixo de interligação numa perspectiva BRT. Disse acreditar que a EMTU participaria de uma discussão sobre o assunto e convida os representantes a fazerem suas colocações.

Perguntou se **RM-Fipe**, que tem afinidade com a questão do transporte e a urbanização, deseja fazer alguma colocação sobre as questões trazidas pelas coordenadoras de UR.

RM-Fipe agradeceu e disse que as coordenadoras já apresentaram várias questões e ficou entusiasmada, mas naquele momento não se recordava de quem falou sobre a questão intermunicipal, que é muito importante, e que se houver necessidade falará posteriormente.

M-STM com relação ao questionamento sobre o PAM-TL, disse desconhecer que tenha havido a gestão da secretaria, inclusive estão desenvolvendo o PITU 2020-2040 e pediram os relatórios para a Logística, mas que por enquanto não receberam, pois, a gestão e contratação foi toda feita por eles.

Com relação ao transporte intermunicipal de Ribeirão Preto, pediu que **BVS-EMTU** falasse sobre a questão.

BVS-EMTU colocou que quando a Região Metropolitana de Ribeirão Preto foi instituída havia uma expectativa, pelo menos interna à sua área de planejamento, de que a exemplo das outras regiões quando instituídas, houvesse a transferência da gestão do transporte para a EMTU no prazo de seis meses, um ano talvez.

Disse não saber da razão para não efetivação da transferência e que deve ter encontrado algum obstáculo, pelo menos até terem uma definição mais clara da situação da empresa em relação à reestruturação das atividades e responsabilidades da EMTU com transporte intermunicipal metropolitano e na criação ou não de uma agência metropolitana.

Disse achar que essa questão talvez esbarre na transferência da região de Ribeirão Preto para a gestão da EMTU. A expectativa de que a [?] da área de planejamento, não chegou a tratar da estratégia de longo prazo com vistas à contratação de uma primeira pesquisa OD na região. Porém nunca houve uma definição quanto à execução de fato dessa pesquisa e das etapas subsequentes.

Reforçou ainda não ter uma posição definida sobre essa transferência, mas no que diz respeito ao planejamento, são favoráveis a assumir, a exemplo das demais regiões.

CC-STM pontuou que em relação a mudança de gestão de ônibus, a EMTU e a STM fazem a gestão de cinco regiões metropolitanas – Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Campinas, Baixada Santista e Grande São Paulo. Informou que particularmente nas regiões do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Região de Sorocaba, estão em regime de permissão e que no momento está em curso a contratação de uma Fundação para fazer a modelagem financeira com vistas a licitação dessas duas áreas.

As demais regiões: Campinas já é alvo de concessão; Baixada Santista é uma concessão na modalidade PPP e a Região Metropolitana de São Paulo também é concessão.

Alertou ainda que na Região Metropolitana de São Paulo há um problema bastante acentuado, que a equipe deve conhecer pelo histórico, que é a famosa área do corredor ABCD Basicamente São Bernardo, São Caetano, Diadema, alvo de seis processos licitatórios que não obtiveram sucesso e que a área 5 foi alvo de uma prorrogação antecipada da Lei 16.933 de 24 de janeiro de 2019 relativa as diretrizes gerais para prorrogação e re-licitação dos contratos de parceria, em que a Metra antecipou o contrato assumindo a construção do BRT ABC, incorporou a área 5 e prorrogou o contrato do corredor ABD, que está em construção. Repetiu que foi a primeira prorrogação com base nessa lei no estado de São Paulo.

Sobre o processo de assunção das demais áreas metropolitanas citadas, disse ter pegado o início da discussão de que Ribeirão Preto seria passada para a gestão da STM/EMTU, mas que por motivos desconhecidos não veio para a EMTU e quanto às demais regiões, disse não ter notícias.

Afirmou concordar com **BVS-EMTU** de que essas definições devem passar pelo recente projeto de extinção da própria EMTU e assunção por uma agência reguladora, inclusive se essa agência reguladora será uma agência de transporte ou não, se será atual agência, e nesse sentido, se permanecerá com o transporte rodoviário.

As únicas definições concretas que tem é que estão sendo licitadas a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, e que a Região Metropolitana de São Paulo está sendo alvo de um estudo de prorrogação pela Lei 16.933/2019, ou licitação, estudo este em curso e que deve ter uma decisão do governo do estado ainda no final desse mês.

RN-Fipe perguntou se nesse regime de permissão existente com o Vale do Paraíba, será feita uma licitação de concessão da operação do que existe.

CC-STM respondeu que sim e disse que, neste contexto, cabe essa discussão da interação com um corredor verde, e que este é o momento.

RN-Fipe perguntou se há um acompanhamento da discussão que acontece na região e se entrarão investimentos na modelagem da concessão. Ponderou que a questão colocada sobre a concessão da Dutra e da existência do pacote de investimentos e mitigação que tem um grande impacto na parte mais urbanizada, mas não resolve o problema do transporte entre os municípios.

Alertou que pior que isso, é a articulação que envolve as cidades muito pequenas, sob o ponto de vista demográfico e o econômico, que estão fora do eixo da Dutra, e que imagina que a EMTU está

englobando serviços para esses municípios, como Cunha, Natividade da Serra, pois estas cidades dependem do transporte coletivo para ter acesso a serviços de saúde e educação.

Disse, ainda, que mesmo as cidades sendo pequenas do ponto de vista demográfico, não têm pesos relevantes na dinâmica econômica da região já que elas têm população que precisa se valer de alguns serviços que estão no eixo da Dutra.

Pedi aos representantes que falassem um pouco sobre as questões para além do corredor e disse que a equipe estava ali para formular, com os representantes presentes, a proposta que o PDUI deve trazer de pactuação de uma diretriz que esteja alinhada com suas propostas no sentido de trazer para a concessão desse sistema de regime de permissão que a EMTU faça em relação a linha verde, uma vez que vai envolver desapropriações.

Questionou se o estado assumiria a modelagem e o privado a operação. Disse ainda que essa tem sido a tônica atual, tanto para ônibus, quanto para trens.

CC-STM colocou que tanto o Vale do Paraíba como Sorocaba, hoje [?] de contratação de uma Fundação para modelagem, cujo escopo está razoavelmente definido dentro dos limites das regiões. O corredor verde já tem sido alvo de discussões internas. Particularmente, Vale do Paraíba e Litoral Norte vem da Artesp para a secretaria exatamente porque era considerado rodoviário e não metropolitano.

Disse que o grupo de trabalho, no entanto, sequer foi formado e isso deve acontecer nos próximos 40, 50 dias pela dinâmica interna. Afirmou ainda que pode garantir – e faz questão – é de ser o portador da inclusão dessas questões na discussão para o grupo de trabalho.

Sobre o futuro dessa discussão, diz não poder garantir, mas que certamente a questão é apropriada, até porque, particularmente, Vale do Paraíba é uma região que carece de maior discussão, com estruturação, pois é uma região com dissintonias muito evidentes e este é o momento de convidar para compor o grupo de trabalho, ou pelo menos representantes desta equipe do PDUI, para trazer essas discussões, não como forma de desacelerar o processo, mas como forma de integração.

Disse entender que é o momento e se compromete a conversar com o secretário e oportunamente incluí-los formalmente no grupo de trabalho.

RN-Fipe explicou a **CC-STM** que deve ser feito junto com a SDR, pois a equipe técnica é contratada pela secretaria via Fipe. Disse que para essas relações, **CC-STM** poderá fazer direto com a SDR, mas que também pode ter a AgemVale, que é uma outra estrutura de gestão, que tem a Secretaria de Desenvolvimento Regional como Secretaria Executiva, e que esta equipe foi contratada para fazer o PDUI.

Ainda deixou claro que a equipe Fipe é terceirizada da SDR para um projeto concreto que tem prazo de entrega e pretende seguir com rigor os prazos estabelecidos. Acrescentou ser ótimo saber da perspectiva de que a EMTU está numa fase de contratação de modelagem para a operação de transporte público entre as cidades do Vale do Paraíba.

CC-STM disse que através de grupo, da equipe Fipe individualmente, o que importa para a Secretaria de Desenvolvimento Regional é a interface com prefeitos que é extremamente necessária, e que não precisa começar do zero, e sim, partir das discussões já feitas.

RN-Fipe informou que a equipe tem muitos dados no projeto, que podem auxiliar mais do ponto de vista econômico e urbanístico, do que as modelagens tradicionais.

JARB-CPTM colocou que sobre a questão do TIC, o projeto está sendo analisado e incorporando as contribuições para fazer a licitação, que envolve três tipos de serviços, e que se desenvolve inteiramente na faixa ferroviária hoje existente, com algumas pequenas exceções.

“Como devem saber, a carga compartilha o serviço de passageiros na linha 7 da CPTM, que vai da Barra Funda até Jundiaí, uma linha existente de serviço de transporte de passageiros que tem uma série de paradas até Jundiaí. Este serviço custa R\$ 4,50, que é o preço da passagem para andar no metropolitano inteiro. Este serviço será estendido, pois essa faixa ferroviária, como disse sobre a linha 7 da Barra Funda até Jundiaí, será estendida até Campinas utilizando uma faixa ferroviária que hoje é operada pela MRS e concedida à RUMO: é da concessão da Rumo, operada pela RMS e agora a CPTM vai usar parte dessa faixa. Assim, o modal sai de Campinas com duas linhas de passageiros até a Barra Funda aproveitando a linha 7 já existente, com dois tipos de serviço: um da Barra Funda até Francisco Morato, que é um trem regional e que será estendido para Valinhos, Vinhedo, Americana, para as cidades maiores situadas naquele trecho”, descreveu.

Explicou ainda que é um trem parador, com viagem mais demorada, para fazer interconexão das cidades e um serviço expresso que chamam de serviço TIC-trem intercidades - que sai do centro de Campinas, tem uma parada em Jundiaí e segue até a Barra Funda, e que pretende ser um trem rápido de 1 hora, 1h:05min de trajeto.

Disse ainda ser um trem diferenciado, com lugar marcado, poltronas numeradas, com serviço diferenciado para um trem de longo percurso, *wifi*, com todas as facilidades de viagens de longo percurso. “Assim, esse projeto atende tanto a ligação mais regional de uma cidade para outra, como de longo percurso”, afirmou.

RN-Fipe perguntou como será o comportamento das tarifas nesses dois tipos de serviço e quis saber sobre o serviço de trem de carga.

JARB-CPTM explicou que o trem de carga fica com a MRS, que é federal, já concedida para a Rumo, não tendo a ver, portanto, com o estado. “Ela seria totalmente federal e as questões de custo estão dentro do contrato da MRS”, acrescentou.

Disse ainda que o que terão é uma concessão para o transporte de passageiros. A MRS vai fazer a segregação, hoje ela opera na linha 7 da CPTM. “A MRS vai sair da linha 7 e fazer uma via só para ela. A construção dessa via e os cursos de carga constarão desse contrato de concessão da MRS”, explicou.

Afirmou que não se relaciona com o contrato de concessão que a CPTM está conduzindo que envolve só passageiros, o trem parador e a linha 7 da CPTM que por sua vez, entra na concessão e alavanca a possibilidade de obtenção de recursos de imediato.

Segundo **JARB-CPTM** não haverá a necessidade de fazer grandes investimentos para alavancar os investimentos futuros, que são inúmeros, pois vão construir uma via inteira a mais - de São Paulo até Jundiaí -, e mais duas vias, de Jundiaí até Campinas, além de uma para segregar a carga nesse trecho. “Logo, haverá uma concessão exclusiva para passageiros totalmente segregada da linha e que apesar de conviver ao lado, é um território à parte, uma linha à parte”, destacou.

RN-Fipe sintetizou dizendo que na faixa existirão três serviços: um de carga e dois de passageiros - um parador e o outro expresso - como se fossem três trilhos independentes e operações separadas. Pediu esclarecimento sobre o cronograma, pois a MRS terá que conceder essa linha segregada, São Paulo-Jundiaí, que hoje compartilha com o estado.

“Para tanto, a MRS terá que fazer antes de a CPTM pensar a concessão dos outros dois serviços urbanos?”, questionou.

JARB-CPTM informou que todo o projeto foi tratado com a MRS, e agora estão tratando a questão do *timing*. De Jundiaí a Campinas, ficará com a concessão de passageiros, e toda a parte de infraestrutura será feita para passageiros. De Jundiaí a São Paulo, em que já existe o metropolitano [da CPTM] em operação, além das obras da MRS, essa segregação se torna mais difícil, porque envolve passageiros.

“No da carga é mais fácil porque tramita-se em qualquer horário, de qualquer forma, não há o problema da demanda em horários de pico, como temos, por exemplo, no de passageiros. Fazer obras no trem de passageiro é mais complicado, pois não é possível interromper o trabalho, não se interrompe o serviço de passageiros, exceto de madrugada durante algumas horas”, explicou.

Disse ainda que a segregação será feita pela própria carga e que estão em processo de negociação, trabalhando o cronograma com eles e que nos dois primeiros anos e meio, 30 meses aproximadamente, após a emissão da LP, a MRS providenciaria todos os trabalhos necessários para permitir a passagem do TIC.

Ou seja, a MRS faz a sua via do outro lado, que não precisa estar completamente pronta, mas libera o território fazendo as transferências onde necessário, porque em muitos lugares o espaço já existe e o TIC consegue passar, mas em alguns locais o espaço fica estrangulado. Seria necessário remanejar as linhas da CPTM, fazer obras, passagem inferior de veículos e viadutos para passagem do trem.

A MRS está se comprometendo a fazer tais obras em dois anos e meio, de tal forma que libere a passagem do TIC. Assim teríamos mais dois anos e meio para construção do TIC e passar com trem de alta velocidade. Já o trem da linha 7 é mais fácil, pois a linha já existe. De Jundiaí a Campinas é um território em que só passa carga e imaginam que em três anos após a licença prévia já terão o trem de cidade em cidade em operação. Nos demais, o TIC demoraria cinco anos para ser feito. “Esse é o cronograma que se imagina e que está sendo detalhado nos diversos trechos em discussão com a MRS para que sejam inseridos no edital, a fim de que o futuro concessionário saiba com o que poderá contar da MRS”, explicou.

RN-Fipe perguntou sobre a tarifa.

JARB-CPTM colocou que quanto à tarifa do TIC, o que se imagina na concessão é que o concessionário faça o valor com um limite imposto pelo estado.

“Por ser um serviço diferenciado, a pessoa pode vir de Campinas a São Paulo pelo trem parador com uma tarifa baixa. Mas no trem expresso, que tem lugar marcado, serviço de bordo, dentre outros diferenciais, terá uma tarifa diferenciada, que se imagina concorrente com os ônibus intermunicipais. Imagina-se que a tarifa do trem será competitiva, mas o estado está pensando em colocar um valor”, ressaltou.

Disse que na modelagem colocaram um valor limite, e essa questão está sendo estudada e que

a tendência é colocar um valor limite para que a concessionária possa trabalhar com um valor competitivo de tarifa. Para o trem parador, o bilhete será vendido pelo estado, como é até hoje.

“O estado vende os direitos de viagem e as tarifas serão nessa ordem de grandeza do trem metropolitano a R\$ 4,50 com alguma integração que não sabem definir ainda. Em Francisco Morato e Jundiá talvez, pois precisam ter um valor maior, que está em estudo”, disse.

RN-Fipe perguntou se a tarifa será única para os trechos entre as cidades, se serão diferenciadas, ou se, por exemplo, de Várzea a Jundiá, ou de Jundiá a São Paulo, serão os mesmos R\$ 4,50.

JARB-CPTM colocou que essa é uma questão de transporte mais ampla e que não reduziria a discussão de TIC. Uma pessoa que vem de Jundiá a São Paulo paga R\$ 4,50. Caso ela ande uma estação à frente, paga R\$ 4,50 também. Isso vale para toda a região metropolitana. Vale para a linha da Marginal Pinheiros. Uma pessoa que anda uma só estação paga o mesmo valor que outra que faz integração em várias linhas.

“Sempre existiu a ideia de que quem mora mais longe, tem mais dificuldade financeira, paga menos, e a pessoa que mora no centro e tem maior poder aquisitivo, paga o mesmo valor, e de certa forma subsidia o passageiro que mora mais distante. Em várias cidades do mundo se cobra por quilometragem, ou por zonas, e para cada estação existe uma tarifa. É uma política tarifária, menos técnica e mais política. Essa é uma discussão que tem que ser tratada”, explicou.

Disse ainda que há uma previsão de que o TIC seja uma infraestrutura que permita, caso o estado queira, uma forma de gatilho ou algo parecido já que este é um investimento necessário para poder ler a entrada e a saída do passageiro e, eventualmente, caso seja adotada uma política tarifária, poder cobrar por distância. “Essa questão teria que ser pensada de uma forma global em toda a região metropolitana”, ponderou.

Afirmou ainda ser uma pergunta difícil, mas que estão deixando no contrato do TIC a possibilidade de implantação de uma infraestrutura que permita adotar uma tarifa desse tipo, embora não seja suficiente.

RN-Fipe perguntou sobre a integração com o sistema municipal nessas cidades.

JARB-CPTM colocou ser possível fazer da mesma forma como sempre fizeram com todas as cidades.

RN-Fipe perguntou se com uma única tarifa, um bilhete integrado, ao que **JARB-CPTM** respondeu existirem as integrações feitas com municípios. “Todas as cidades têm integrações com os ônibus municipais e a EMTU operando. Depende de cada prefeitura procurar os órgãos – a CPTM, a STM – para firmar os convênios”, afirmou **JARB-CPTM** que ainda acrescentou não ser sua área e não saber sobre o assunto.

RN-Fipe sobre a colocação de **JARB-CPTM** perguntou se, juntamente com a coordenadoria do **CC-STM**, é viável ou factível inserir o tema como diretriz do PDUI, a fim de estimular a integração do sistema municipal com o trem para essas estações, em especial o parador, levando em conta a pendularidade entre municípios.

Disse saber que as bacias de ônibus são confusas, as negociações são difíceis e pondera se pode ser benéfico por um lado, mas, sob o ponto de vista operacional, pode ser mais prejudicial ao sistema e como esclarecimento colocou aos representantes que no macrozoneamento devem ser fornecidas diretrizes para a revisão dos planos diretores, nos quais os municípios terão que repensar o sistema viário interno.

CC-STM em relação ao tema, disse que poderia falar em nome da própria [STM] e colocou que integração como diretriz é fundamental porque sob todos os aspectos operacionais, inclusive, beneficia o governo e o usuário, mas disse que a factibilidade da integração é outra discussão.

Chamou atenção ainda para o fato de que existem convênios e prefeitos que estão dispostos a fazer um convênio e assumir parte ou o todo das despesas, e existem prefeituras que querem fazer o convênio, mas não assumem nenhuma despesa, querem passar para o estado. Diz ter presenciado convênios que foram bem-sucedidos e outros que emperraram logo no início, pois não havia disposição das partes.

Disse ver a questão da integração como um acordo em que não existe acordo quando as duas partes não perdem. “Normalmente cresce o acordo com uma das partes ganhando e a outra perdendo. E se tem como beneficiário o usuário, certamente tem que haver sacrifício de 200 federativos. Essa é uma discussão que infelizmente, em que pese entender que pode ser uma diretriz geral, ela depende muito da racionalidade com que é discutida com cada governo municipal”, ponderou.

E ainda acrescentou não ter dúvida de que como política, como diretriz, integração é sempre oportuna.

RN-Fipe perguntou para **CC-STM** se seria possível, para a modelagem que está sendo contratada, no momento em que estão discutindo o sistema de transporte metropolitano que junta CPTM e EMTU na integração, em que a CPTM está fazendo a concessão do TIC e dos serviços paradores da linha 7, essa integração dos sistemas municipais, acredita, que ficaria para o privado, que seria necessário calcular uma tarifa média ou subsidiada que incorpore o aumento da demanda via integração dos modais de ônibus com essas linhas.

JARB-CPTM reforçou a informação de que esse trem regional, que para de cidade em cidade, diz respeito à venda do direito de viagem do estado. O único bilhete que seria vendido pelo privado é o do trem rápido. Complementou dizendo que o outro, que é o da linha 7 atual, e o parador que vai até Campinas (que é um serviço parecido) é o estado quem vai vender o direito de viagem e vai controlar o valor da tarifa, dos valores de integração etc.

“O serviço que terá liberdade ‘relativa’, pois o estado está limitando o valor máximo, é o do trem que vem de Campinas até São Paulo”, esclareceu.

RN-Fipe disse ter entendido que se tratava da concessão do pacote ou do TIC.

JARB-CPTM reforça que não e ainda complementa explicando que as linhas 8 e 9 também foram feitas dessa maneira: a tarifa que se paga para a concessionária é diferenciada daquela que se vende por passageiro.

CC-STM complementou dizendo que nas concessões de Vale do Paraíba e Sorocaba não têm TIC ou integração com trem. Para além do que havia afirmado, a integração depende de uma política tarifária e tem que ser vista como um todo, não é possível segregar modal, trecho ou linha.

Afirmou que todas as concessões em função da mobilidade têm adotado tarifa de remuneração que, dentre outras características, está a de apontar de fato a realidade dos custos, o que permite exercer política tarifária de forma mais eficiente e eficaz.

Neste contexto, pensa que as integrações podem de fato ser pauta, tanto como diretriz geral, e como disse anteriormente, diretriz básica.

RN-Fipe perguntou se há mais questões a serem discutidas com os representantes presentes.

CG-Fipe quis saber se a questão da segregação e do prazo 30 meses constam dessa renovação de concessão da MRS, como dito por **JARB-CPTM** anteriormente, ou se pensam em mudar ou aditar algo.

JARB-CPTM responde que não. Explicou que os prazos estabelecidos são firmes com penalidades por atraso, dentre outros, e que a MRS não participa da assinatura desse contrato de concessão que é do estado de São Paulo, conduzido pela STM, com um privado que venha a ganhar a concorrência. “A MRS entra num convênio que é feito com a CPTM, com prazos firmes, que são repassados nesse contrato de concessão como pré-requisitos para a futura concessionária”, explicou.

Colocou que estão sendo feitos, além desses convênios com a MRS, compromissos entre o estado e a união, com os órgãos, principalmente territoriais, de cessão e compartilhamento de faixas, que dão suporte à concessão.

O contrato de concessão é do estado com a futura concessionária, a MRS não entra nesse momento. Os prazos da MRS entram como compromissos em outros documentos.

RM-Fipe disse ser interessante a frase de **CC-STM** de que a integração é a base da mobilidade. Quanto mais integrados os temas, mais a mobilidade é efetiva e de qualidade, e que a integração é de interesse do usuário e do governo.

Disse ainda que, por um lado, fica difícil entender que não se torne efetivo, já que é de interesse do usuário e do governo. Por outro lado, diz ficar perplexa com a questão de a tarifa ser o elemento chave para a decisão da integração.

“Tarifa ser um elemento quase proibitivo da integração mais geral. E se a tarifa é calculada de acordo com uma demanda, com os interesses numa determinada área, como entender que a tarifa possa ser universal. A tarifa não acaba sendo um impedimento para uma maior integração?”, questionou.

CC-STM colocou que a resposta demanda considerações adicionais, mas a tarifa é fundamentalmente decisiva em função dos aspectos orçamentários, basicamente em função disso.

“A tarifa em que pese a importância social, é inegável que ela tem a importância da integração para o bom funcionamento do sistema como um todo, mas ela esbarra numa limitação orçamentária, como todas as questões sociais colocadas esbarram, é um pouco mais complexo”, ressaltou.

Destacou ainda que a colocação de **RM-Fipe** é perfeita e reafirma que entende que integração é a base, mas que questão tarifária, infelizmente, é impeditiva em alguns casos e é sempre uma barreira a ser vencida. E a boa gestão sobre essa tarifa reflete a política tarifária adotada pelo estado ao longo do tempo, é a que vai determinar quanto menos influente será a tarifa nas decisões.

Reafirmou o que disse anteriormente que, com a adoção das tarifas de remuneração, o estado está conseguindo mensurar melhor os impactos da mobilidade na vida do estado e do cidadão. Disse ainda que a adoção da tarifa de remuneração torna o processo mais transparente e democrático, os impactos são mais bem avaliados e reafirmou que a limitação orçamentária é uma condição de estado.

MLFBC-Fipe apontou que a questão do planejamento do trem intercidades, sobre a linha que liga São Paulo a Campinas deve ter tido uma grande dificuldade do ponto de vista da sustentabilidade financeira e que a tarifa precisa conversar com o tempo de viagem, pois o usuário vai calcular o custo-benefício do modal a ser utilizado.

Colocou ainda que a proposta do trem intercidades era de fato, não só São Paulo-Campinas, mas Sorocaba, Baixada Santista e Vale do Paraíba e pergunta aos representantes presentes, em que medida existe espaço para estudos mais avançados para as outras regiões metropolitanas.

CC-STM respondeu que uma outra possibilidade seria a continuação da linha 7, que é para a Baixada Santista, e que para as demais regiões, por enquanto, a secretaria não tem nenhum estudo.

JARB-CPTM colocou que diria que o sucesso dessa concessão é vital para a resposta à colocação de **MLFBC-Fipe** e que se tiverem sucesso nessa concessão, tiverem um trem para Campinas com o rápido – não precisa ser trem bala – e sim esse trem, em que é possível sustentar uma concessão com o privado concorrendo com os ônibus.

Reforçou que o sucesso dessa concessão é vital para alavancar as próximas [concessões].

M-STM sobre a colocação de **JARB-CPTM**, de que no TIC o tempo de viagem e o valor máximo da tarifa seria a de ônibus, diz ser justamente para viabilizar, tirar o passageiro do ônibus para o trem e que o tempo de viagem de 1h, 1h05 min, é o tempo que se gasta, com a vantagem de perder menos tempo, pois o trem já tem a integração na Barra Funda com o sistema metroferroviário em São Paulo.

MLFBC-Fipe quis saber do tempo de percurso nessa modelagem entre São Paulo e Campinas.

JARB-CPTM respondeu que é de 1h05min, de Campinas a Barra Funda e destacou ser importante deixar a questão da tarifa aberta porque o privado vai poder fazer primeira classe, caso queira, e vai poder manusear o valor tarifário para concorrer com o ônibus.

Disse ainda que se conseguirem fazer uma boa concessão agora e tiverem bom resultado, terão ânimo para fazer Sorocaba, Vale do Paraíba e outros dessa forma, com aproveitamento do leito ferroviário que se tem, sem sonhar com aqueles trens que não conseguiram fazer, pois não têm força financeira.

“O estado não tem condições de investir tanto assim para fazer trem bala, trem para essas viagens de médio percurso. Mas, se colocarem os pés no chão e conseguirem fazer um trem como esse de Campinas, as regiões terão um grande desenvolvimento. Fazer uma viagem para Santos em 20, 25 minutos, por exemplo, é algo que exige investimentos, e que, portanto, precisam provar que dá certo, que terão sucesso, que terão aprovação popular, e que estão trabalhando para isso”, enfatizou.

RN-Fipe retomou a questão tarifária que julga ser decisiva nessa discussão e fez outra colocação sobre uma questão que afeta muito essas regiões que são tão heterogêneas do ponto de vista social, pois a tarifa tem um corte que não incorpora a questão da renda da população.

Citou como exemplo a tarifa subsidiada para estudante, em que grande parcela de alunos poderia pagar a tarifa. Da mesma forma, o benefício de tarifa subsidiada para as pessoas com mais de 60 anos que possuem renda para pagar o transporte.

Considera ser um absurdo uma pessoa que tenha renda não pagar porque é tida como idosa, ao passo que a pessoa que trabalha e não tem renda é obrigada a subsidiar a tarifa de quem possui renda.

Afirmou achar essa modelagem estranha para o limite orçamentário de que a tarifa tem que bancar o sistema e o sistema tarifário é injusto para quem é PIA (População em Idade Ativa) e que está no mercado e não tem renda, ou tem uma renda muito baixa, que é consumida em sua grande parte por essa tarifa.

Colocou que a pessoa que está no emprego formal tem a complementação do subsídio pelo empregador, mas cada vez mais a sociedade é informalizada no mercado de trabalho e a própria legislação vem sendo alterada para reforçar a informalização.

JARB-CPTM colocou que essa política tarifária estoura nas operadoras. “A CPTM vive na pele uma política de transporte de gratuidade, tem que buscar recursos junto ao estado para tentar continuar operando com qualidade”, revelou.

Afirmou ainda que a questão da política tarifária é complexa, como foi colocado pelo **CC-STM**, mas não é dissociada do valor porque não conseguiriam operar se não houvesse um valor que remunerasse um transporte de qualidade. Disse ser difícil por ser político, política de transporte mesmo e como foi colocado por **CC-STM**, não dá para fazer para uma ou duas linhas e que essa é uma questão que deveria ser encarada de forma ampla, pois se não tem custo do lado de cá, também não tem receita do lado de cá para poder operar. “Ótimo se pudessem oferecer transporte gratuito para todos, mas não conseguem”, complementou.

RN-Fipe disse não achar que deve ser gratuito, mas sim, oferecer tarifa diferenciada.

JARB-CPTM afirmou que seria ótimo. “Mas não é por distância. É por pobre, é por renda, é difícil...”

CC-STM Para concluir, se colocou à disposição da equipe para possíveis contribuições porque política tarifária é uma das atribuições do setor e que não quer fugir dessa discussão. Afirmou que a discussão muito rica e aflige no dia a dia já que tarifa e política tarifária é decorrência de uma série de fatores e que entende que renda seja um dos componentes essenciais dessas variáveis, mas é preciso começar a chegar aos verdadeiros custos para poder exercer de fato política tarifária.

“Política tarifária não é um discurso, é uma ação de governo complexa e extremamente necessária. Não é simples, mas não é por isso que não tenha que ser discutida e enfrentada de fato”, afirmou.

Disse ainda que em novembro, dezembro terão que decidir sobre o reajuste de janeiro e as variáveis que chegam à mesa extrapolam por demais, apenas e tão somente custos ou apenas e tão somente renda. “Não que sejam sem importância, mas porque os fatores a serem analisados são inúmeros, por exemplo, gratuidade de 60 a 64 anos diz não ter tido esse benefício”, disse.

Acrescentou que em relação aos operadores de ônibus, terminar com a gratuidade de 60 a 64 foi um enorme prejuízo. Citou como exemplo, uma pessoa aposentada de 63 anos que vai ao supermercado várias vezes por dia, porque não paga passagem, conseqüentemente o estado pagará R\$ 4,40 por cada movimento dessa pessoa.

A empregada doméstica diarista de 59 anos de idade paga R\$4,40 para trabalhar o dia todo para ganhar passagem de volta e a do dia seguinte. Hoje essa pessoa que tinha gratuidade de 60 a 64, em vez de ir três vezes ao supermercado, vai uma vez a cada 15 dias.

“Os exemplos ilustrativos são para dizer que política tarifária, inclui hábitos, cultura, são inúmeros os fatores que a compõe, é extremamente sensível, mas que tem que ser enfrentada de forma muito transparente. Enquanto tiver uma política que diz que a partir de agora todo mundo de 60 a 64 tem gratuidade, enquanto tivermos esse tipo de ação, nós teremos prejuízo de política tarifária, não vamos exercer política tarifária, não será um instrumento de justiça social”, explanou.

Agradeceu e pediu desculpas por ter que se ausentar.

ML-Fipe perguntou se na modelagem da concessão foi incluído, ou pretende-se incluir, empreendimentos associados aos principais pontos de parada, se empreendimentos poderiam remunerar de alguma forma a concessão da linha.

JARB-CPTM respondeu que sim, foi considerado. “Foi feito um estudo grande das possibilidades e colocaram à disposição dos concorrentes para que eles possam se utilizar desses estudos e fazer os seus próprios estudos de exploração comercial da área e que isso é um bom suporte financeiro para o empreendimento, sempre foi considerado”, explicou.

MLFBC-Fipe perguntou qual é o raio de abrangência da área de influência que estão considerando.

JARB-CPTM colocou que não sabe responder a essa questão porque esse tópico é do princípio da modelagem e não participou desse momento, mas que imagina que sejam todos os municípios abrangidos pela linha. “Não poderia ser de outra forma, e que para efeito da parte ambiental foi a linha mais no entorno”, disse.

Sobre as pesquisas de origem destino, pensa que foram todas as cidades envolvidas.

MLFBC-Fipe perguntou se a área de influência, no que diz respeito ao meio ambiente e de recursos naturais, foi de 5, 10 quilômetros e entorno também.

JARB-CPTM disse não ter esse número, mas que pode conseguir essa informação.

RN-Fipe coloca que essa informação está no EIA/RIMA e perguntou se os estudos a que **JARB-CPTM** se refere são aqueles que a SLT tornou público.

JARB-CPTM respondeu que sim.

RN-Fipe agradeceu aos participantes e disse que a equipe enviará e-mail em algum momento e que, certamente, voltarão a falar sobre as propostas que serão sugeridas a fim de alinhá-las com as políticas perseguidas pelo governo.

Os participantes agradeceram e se colocaram à disposição para o que for necessário.

5. GRUPO TEMÁTICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reunião do Grupo Setorial de Desenvolvimento Econômico, que aconteceu em 9 de novembro de 2021.

Participaram:

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico – AT
- Secretaria de Turismo – VF
- Desenvolve SP – RRCB
- Desenvolve SP – GABB

AC-Fipe começou a reunião dizendo que fará uma breve observação. Destacou que a equipe está tentando entender os processos de desenvolvimento econômico na sua dimensão regional e isso nos obriga, por um lado, a ter não apenas os recortes horizontais, mas a tão falada transversalidade.

Afirmou ser comum ter uma ação conjunta interativa entre os diversos instrumentos de políticas públicas para promover o desenvolvimento, quando, na verdade, cada vertical, cada secretaria ou cada especialização, muitas vezes, está, por função própria, tomada por suas especificidades.

Explicou que a transversalidade que será discutida pelos GTS permite pensar no âmbito de um projeto regional. “Outra questão muito importante é a verticalidade, ou seja, na busca das vocações e potencialidades das regiões partimos não só debaixo delas mesmas para ver o que nos mostram e pedem. As várias áreas componentes das regiões, mas, também, ao perceber isso, toma-se conhecimento do que falta que é uma política pública geral de estratégia de desenvolvimento dos planos de desenvolvimento, sejam em nível federal, estadual ou municipal”, disse.

Ressaltou existir uma verticalidade que é uma necessidade de perceber, a partir das regiões, o que o governo estadual pode fazer no seu planejamento regional. Por outro lado, o governo estadual não consegue essa formulação de planejamento regional sem ter os elementos constitutivos das regiões e o que elas estão demandando.

A dimensão regional do sistema de planejamento é uma das dimensões. Tem outras, a dimensão financeira e a dimensão econômica, as questões de infraestrutura mais ampla, mas o fato é que esses recortes que são muitas vezes difíceis porque as questões se organizam no seu lugar e na sua instância de operação, seja municipal ou estadual.

A necessidade de embasar uma visão mais ampla na realidade local e nas percepções de potencialidades derivadas dessas observações locais são muito importantes. Eu quis falar sobre essa generalidade porque são processos de desenvolvimento que devem ser apoiados e que, de alguma forma, é preciso ir na região para ver o que ela pede e para ter uma ideia geral de como concatenar isso para promover o apoio à própria região.

Disse acreditar que esse é o papel dos Grupos de Trabalho Setorial (GTS). As interlocuções têm essa interface que tem um valor que normalmente, quando se está dedicado a uma tarefa específica, de uma função ou de um certo lugar ou de um plano federativo, a dedicação é exclusiva e, muitas vezes, não há tempo para dar uma olhada no conjunto.

Afirmou considerar esse debate uma oportunidade preciosa nesse exercício que tem sido feito. Agradeceu a todos e reforçou que as várias secretarias que participam têm um papel muito importante nesse processo.

MG-Fipe concordou com a observação do **AC-Fipe** e não quis tomar o tempo da interlocução com as secretarias que é o foco mais importante no momento.

RN-Fipe observou que, como não havia mais ninguém para se posicionar, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o representante da Secretarias de Turismo seriam informados sobre o projeto e sobre a organização da reunião, enquanto aguarda a participação da Desenvolve SP.

Explicou aos participantes no contexto do contrato celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe para apoiar os trabalhos técnicos de elaboração de cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) que estão em curso: Vale do Paraíba e Litoral Norte, Jundiaí, Piracicaba, Franca e Ribeirão Preto.

Esclareceu que no processo de construção dos planos foi criado um banco de dados porque se trata de um trabalho fortemente apoiado em dados secundários que são passados pelas prefeituras ou pelos órgãos do governo do estado. “Na etapa inicial foi elaborado um panorama regional por áreas temáticas, depois será produzido um diagnóstico com essa transversalidade da qual o **AC-Fipe** fez menção”, detalhou.

Em seguida, explicou a organização do trabalho dizendo que seria apresentada a proposta preliminar do macrozoneamento onde foi feita uma divisão territorial dessas unidades regionais e que define algumas diretrizes pensando no desenvolvimento urbano integrado.

“Diretrizes que podem ser incorporadas nas revisões dos planos diretores municipais e diretrizes que serão absorvidas na implementação das funções públicas de interesse comum que no geral são aquelas ligadas ao saneamento ambiental, transporte, mobilidade e logística, habitação, atendimento social e desenvolvimento econômico. São diretrizes que contribuem para a construção de um projeto comum chamado desenvolvimento urbano integrado”, ressaltou.

Destacou que quando Calabi fala das verticalidades está tratando das funções públicas de forma isolada, só que o PDUI exige uma integração, e daí foi construída uma plataforma digital que fará essa integração. “O território que suporta essa integração é onde converge o investimento de saneamento, habitação e transporte para uma demanda social que está ali instalada ou uma demanda econômica que estão nesse território. Essa é a perspectiva na qual estamos trabalhando com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que é de desenvolvimento urbano integrado”, enfatizou.

Enfatizou ainda que o trabalho está organizado por equipes e cada uma tem coordenação por blocos e um deles é do macrozoneamento coordenado por **MG-Fipe**. Tem uma coordenação do Panorama Regional que é de responsabilidade de **MLFBC-Fipe** e uma coordenação de área, de responsabilidade de **ML-Fipe**. “Com essa estrutura, trabalhamos cotidianamente com essas equipes, aperfeiçoando todos os trabalhos”, explicou.

Ressaltou ainda que a equipe trabalha o dado para que ele possa responder às demandas que o PDUI exige. Esse plano, por força do Estatuto da Metrópole que é uma lei federal, exige um processo de elaboração que tenha participação não só coletiva do setor público, dos municípios e governo do estado, mas, também da sociedade civil.

O esforço do trabalho é não tratar a questão específica de um município porque isso é de competência municipal, mas tentar harmonizar aquilo que torna uma função pública de interesse comum. É fazer com que as demandas típicas de uma prefeitura se transformem numa ação regional.

Informou que no início do mês foram realizadas reuniões com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e com a Sabesp para discutir sobre saneamento, energia e as questões ambientais que tanto afetam e impõem restrições pela sustentabilidade nessas regiões.

Em seguida, foram realizadas reuniões com a Secretaria da Habitação e com o CDHU quando foram debatidos os problemas fundiários e as questões da vulnerabilidade socioterritorial nos territórios objeto deste projeto.

“No dia 8/11 nos reunimos com a Secretaria de Transporte e Logística para discutirmos sobre transporte e mobilidade e com a Secretaria de Transporte Metropolitano para discutir mobilidade e o transporte coletivo e na reunião de hoje discutiremos sobre desenvolvimento econômico. Esses debates são importantes para pensarmos como superar os gargalos das regiões”, disse.

Informou que em janeiro e fevereiro serão realizadas audiências públicas com os municípios onde as propostas apresentadas serão debatidas. Depois dos retornos, via plataforma digital, o trabalho será finalizado com o macrozoneamento para a definição de diretrizes para cada uma das Funções Públicas de Interesse Comum (FPCIs). Essa é a cronologia do trabalho.

Avisou que o trabalho precisa ser encerrado em julho de 2022, por isso, após as audiências públicas, as propostas serão compatibilizadas, incorporadas ou não, não só pela sociedade civil mas, também, pelos segmentos públicos de estado e de prefeituras, que nessa etapa, ainda poderão apresentar propostas para avaliar se de fato elas focam o contexto regional ou se elas são verticais e passíveis de se articular regionalmente para que se tenha um caderno de propostas e uma minuta de projeto de lei para ser entregue ao Governo do Estado.

Passou a palavra para **MLFBC-Fipe** falar um pouco do que a equipe já leu desses territórios, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, bem rapidamente, para depois iniciarmos o debate sobre a região para tirarmos dúvidas a partir de algumas questões, em cima dos programas. “Essas reuniões com os Grupos Setoriais (GTs) do Governo do Estado é uma oportunidade que nós temos de incorporar programas e políticas que estão dentro dessas secretarias e que de fato respondam essas demandas que já foram identificadas.

Citou como exemplo a discussão da área de turismo em que se discute os ativos ambientais e como isso é trabalhado do ponto de vista turístico, mesmo que atenda não só ao turismo, mas também o dia a dia da dinâmica econômica e social dessas regiões.

“Queremos explorar bastante com vocês essas possibilidades de ter propostas, agenda e circuitos porque é claro para os lugares onde isso já existe, onde tem falhas na cadeia e onde tem só o ativo, mas não tem nenhum programa que potencialize essa oportunidade”, disse.

Explicou ainda que é sabido que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem um Programa Polo. “A expectativa é explorar um pouco como vocês estão vendo essas articulações de caráter regional, menos municipalista, porque o PDUI não pode ser um plano municipalista porque o plano municipalista é o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) que está previsto no Estatuto da Cidade e que é uma questão distinta do que nós estamos tratando. Só para situar vocês do nível do debate que a gente gostaria de ter com os nossos parceiros”, destacou.

Pediu que **MLFBC-Fipe** apresentasse o panorama regional, do que é feito e do que já foi tratado até o momento.

MLFBC-Fipe começou dizendo que, no panorama, na área temática da dinâmica econômica que as equipes procuraram pesquisar foi entender o perfil predominante da atividade econômica em cada região e sentir um pouco a dinâmica recente dessa atividade nos últimos anos.

Aí entrou a análise de PIB e de valor adicionado. Explicou que a equipe analisou a questão do emprego com os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério da Economia (Rais), de como vem acontecendo a criação do emprego e onde esses eles estão localizados setorialmente.

“Em um recorte de intensidade tecnológica, olhamos a evolução dos salários médios regionais, como estavam acontecendo e os investimentos em cada região. Aí cabe a pesquisa da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP), do Seade, que traz o investimento total e setorial, além de olhar um pouco também para a arrecadação dos municípios e a questão não só da gestão fiscal propriamente dita, mas, da capacidade de investimento dos municípios dentro de cada região.

“Ou seja, estamos falando das regiões que estamos estudando, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Franca, Ribeirão Preto, Piracicaba e Jundiaí que são regiões que respondem por mais de 15% do PIB do estado, com convocações muito visíveis. Por exemplo, o Vale com derivados de petróleo e outros equipamentos de transporte liderando o valor de transformação industrial; Jundiaí nos fármacos, químicos, bebidas e alimentos; Piracicaba também no ramo alimentício e de veículos automotores; Ribeirão Preto na saúde e na metal mecânica e Franca bastante focada no agronegócio. Percebemos que há uma concentração muito grande do produto nos municípios polos”.

Essa concentração, às vezes da atividade econômica, ultrapassa de 50% a 60% e percebe-se que outros municípios da região com uma dependência bastante grande da administração pública, particularmente no Vale do Paraíba, na medida em que eles se distanciam de São José e vão perdendo dinamismo econômico. “Então isso é um desafio: como é que podemos carregar dinamismo para os municípios que estão presentes numa mesma região?”, questionou.

Quanto, aos investimentos, disse perceber que eles caíram muito em função do cenário macroeconômico do país. Entre 2016 e 2017 houve uma queda grande dos investimentos nessas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Analisou ainda que no item qualificação da mão de obra, ao olhar segmentos da indústria e mesmo de serviços intensivos em tecnologia, percebe-se que eles embutem uma perspectiva de uma mão de obra mais qualificada.

Destacou que o assunto será abordado pelas coordenadoras das regiões porque foi uma tônica nas oficinas regionais e, apesar de ser o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na questão do Vale do Futuro, ressaltou ser muito importante perceber essas regiões que são mais frágeis do ponto de vista econômico.

Pediu que todos pensem em propostas e diretrizes regionais para fortalecer as aglomerações e as regiões metropolitanas como um todo. “Já pesquisamos muita coisa e os coordenadores fizeram um trabalho sensacional na área de desenvolvimento econômico e de turismo levantando o número de empregos setor”, disse.

Há uma preocupação por parte da equipe com a precarização do emprego e foi percebida uma queda do rendimento médio real geral em todas as regiões metropolitanas e aglomerações, o que não é particular dessas regiões.

“Mas, são devidas ao de fato de que há um cenário macroeconômico bastante complicado, seja por conta da crise sanitária ou por outros motivos. Achamos que vocês poderiam trazer uma avaliação de como é que essas cadeias produtivas podem ser adensadas. Sabemos que vocês têm um Plano de Desenvolvimento Econômico da Secretaria cujo objetivo é desenvolver um modelo multissetorial e multirregional e gostaríamos de saber se vocês já têm alguns resultados desse trabalho que permitam avaliar quais são os potenciais efeitos sobre os setores econômicos dessas políticas”, analisou.

RN-Fipe agradeceu a exposição e disse que gostaria de começar pelos temas que se aproximam da presença de ativos econômicos e a questão de turismo em Piracicaba, depois Jundiaí e na sequência, o Vale do Paraíba, Franca e Ribeirão Preto.

SM-Fipe destacou dois programas importantes e disse que seria interessante debater para ter mais informação tanto para a região de Piracicaba quanto para a região de Jundiaí pois falará um pouco da demanda das duas juntas: que são o programa de polos de desenvolvimento de Jundiaí,

e para Piracicaba, está presente em cinco desses pontos o Agritech, alimentos e bebidas, automotivos e derivados do petróleo petroquímico, metal metalúrgico e máquinas.

Seria bom saber como o fomento a esses polos está acontecendo porque são pontos que reúnem um conjunto de municípios. Há interesse em saber como isso está acontecendo, principalmente, em termos do apoio a inovação que é uma questão importante.

“Com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), a região de Piracicaba está presente em vários arranjos que já estão consolidados como o polo cerâmico em Santa Gertrudes, o da energia de Piracicaba, além de alguns que estão ainda em desenvolvimento como o joalheiro e o TICs de Limeira e outros também, ainda desenvolvimento, como Jundiaí com fruticultura e viticultura, queremos saber como está o fomento a esses arranjos produtivos locais”, disse.

Questionou como é possível obter mais informação da perspectiva desses arranjos que trazem um pouco a vocação e a potencialidade da região. “Como eles estão na perspectiva de futuro de avanço e de desenvolvimento?”, perguntou.

RN-Fipe questionou se a Secretaria de Desenvolvimento Econômico já fez uma avaliação de impacto desses programas porque disse que isso também é relevante para fazer correções e ajustes nas propostas que eventualmente sejam incorporadas nesse PDUI.

SM-Fipe sinalizou que os técnicos gostariam de saber sobre informações sobre inovação nas regiões, principalmente nessa região de Piracicaba que tem a questão do campo, muito agronegócio e seria muito importante saber como a questão da inovação impacta no desenvolvimento do agronegócio, banda larga e acesso à tecnologia que propiciem esse desenvolvimento.

Disse que outra questão importante é saber se a Secretaria de Desenvolvimento tem alguma informação sobre a relação com os consórcios porque esses polos produtivos também geram aumento na utilização de consórcios em alguns municípios para melhorar a efetividade da ação.

Comentou que em relação ao turismo foi visto que nas duas regiões, mas principalmente em Piracicaba a questão dos ativos, não só ambientais, mas também culturais e de ativos que potencializam o turismo, contrapostos a carência do tipo de estrutura, de preparação da mão de obra e de capacitação.

“Às vezes, o ativo está em um município, mas é importante pensar em uma atividade regional e aí se falou muito em organização de roteiros. Gostaríamos de saber se vocês têm informação com relação aos fluxos turísticos dessas regiões, alguma informação concreta que ainda não temos. Temos a informação qualitativa de que o turismo existe, mas não está organizado, quanto seria necessário já que as regiões não estão preparadas para receber esse fluxo de maneira que o turista circule e se aproprie das diferentes potencialidades dos diferentes municípios”, analisou.

Ainda questionou sobre a preparação da mão de obra. Disse que muitas vezes a oferta de qualificação existente na região, nem sempre condiz com a atividade principal ou algumas das atividades que estão instaladas na região e a mão de obra nem sempre está preparada para atender a demanda econômica ou de produção do local.

“Sabe-se que nessas regiões, principalmente Jundiaí que é muito perto de São Paulo, não obrigatoriamente, a mão de obra que vai trabalhar naquela indústria ou naquela atividade agroindustrial é uma mão de obra local. Houve por parte dos municípios essa demanda de conseguir

uma adequação da preparação da mão de obra local para atender às atividades produtivas da região?”, questionou.

RN-Fipe passou a palavra para **HG-Fipe** falar sobre o Vale do Paraíba.

HG-Fipe perguntou se a SDE conduziu algum estudo com o IPT sobre desenvolvimento econômico e, caso exista, se foi focado na região do Vale porque há muita semelhança com o que já foi colocado sobre a construção do Plano de Desenvolvimento Econômico.

Disse que os técnicos olharam a questão dos polos de desenvolvimento criados pela SDE e, na região do Vale, é preciso confirmar se são 6 ou 8 polos, pois dentre os 12 polos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, duas fontes informaram números diferentes quanto ao automotivo, biocombustível derivado do petróleo, entre outros. Além disso, afirmou que o grupo gostaria de saber se há algum plano para atrelar melhorias sociais e ambientais com os royalties do petróleo no Litoral Norte, especialmente Ilhabela que tem esse recurso significativo.

“Em toda a região do lado do litoral, existe alguma linha estudando e trabalhando sobre como utilizar esses royalties? Quanto a questão dos polos gostaríamos de saber se existe algum território com isenção, algum tipo de incentivo fiscal e se para esse processo de atração de investimento vocês têm algum balanço, status ou avaliação sobre isso”, questionou.

Disse ainda que seria importante saber quais seriam os obstáculos que esses investidores estariam identificando e sobre os APLs, como está a participação do Vale do Paraíba: quais são os setores das áreas que estão sendo priorizadas e se têm levado alguns editais de fomento às APLs e como está a participação ou não da região nos editais. “Está tendo dificuldades ou não?”, perguntou.

Sobre qualificação profissional, disse que nas conversas com os municípios falou-se em um descolamento entre as ofertas que são colocadas e o que o mercado está precisando, ou está precisando de Incentivo de desenvolvimento econômico, como por exemplo, o turismo.

“Houve também uma demanda por FATEC e ETEC na região de Cruzeiro, próximo ao estado do Rio. Tem uma previsão de instalação de novas unidades desses equipamentos vocacionados para a qualificação profissional, assim como o Centro Paula Souza?”, questionou.

Disse ser conhecido que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem muita parceria com o Sebrae e foi mencionado o Consórcio Empreendedor na região. Com a aprovação da participação de todas as cidades nas Câmaras Municipais, quis saber como está a proximidade da discussão com a SDE e com quais as bases de trabalho do consórcio. “De que forma podemos extrair diretrizes para poder apoiar e dar suporte a esse consórcio que está sendo criado?”, quis saber.

Com relação ao turismo, disse que alguns municípios falaram que estão quase conseguindo o status de interesse turístico e estâncias. Com isso, eles recebem mais investimento e recursos.

Então, seria interessante ter o mapeamento de como está o processo de categorização de municípios da região e nas instâncias e se isso está acontecendo também no Vale do Paraíba, seja o turismo do litoral, seja no ecoturismo, no turismo religioso e no turismo histórico.

“Há crédito sendo ofertado e está sendo por meio da Desenvolve SP? Está tendo atendimento regional? Sobre as assinaturas dos compromissos de investimentos, vocês têm clareza de quais setores estão sendo mais investidos e qual é a meta de investimento e de demanda de mão de obra para que isso possa ser atrelado com a formação de qualificação profissional?”, questionou.

RN-Fipe passou a palavra para **BC-Fipe** falar sobre Franca e Ribeirão Preto.

BC-Fipe comentou que são duas regiões com algumas características comuns, principalmente pela presença dos complexos agroindustriais e a grande produção do setor sucroalcooleiro.

Disse que durante as conversas com os municípios surgiram questões iguais às que já foram comentadas sobre o Vale e Jundiá a respeito da formação da mão de obra. A questão que surge é como conciliar formação com demanda, oferta e desenvolvimento econômico local não apenas relacionada ao formato que existe hoje, mas com o que se espera do futuro de forma a não criar um ciclo de não se investir em determinados setores por falta de mão de obra qualificada local. E não se qualificar mão de obra naquela região para determinados setores porque não tem demanda hoje.

Contou que em Franca tem um setor de comércio eletrônico que está se desenvolvendo com investimentos, principalmente, do Magazine Luiza, mas, eles citaram que tem várias outras pequenas empresas no setor se organizando. “A região ainda não forma mão de obra qualificada o suficiente. É um setor que ainda está em desenvolvimento”, disse.

Disse ainda que falta qualificação profissionalizante de nível inferior ao do técnico porque os complexos agroindustriais, na indústria de alimentos etc. têm dificuldade em encontrar na região mão de obra com nível operacional e essa formação acaba recaindo sobre o custo dessas empresas.

“Sabemos que o Centro Paula Souza está vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, mas, que não tem um curso técnico superior. Gostaríamos de saber como é que fica essa questão desse nível profissionalizante”, questionou.

Sobre o turismo, disse existir uma questão dos municípios que identificam os ativos potenciais turísticos na região de Franca, bastante ligado ao Rio Grande e, também, com assuntos culturais regionais que são as festas de peão, eventos religiosos e turismo de aventura.

Disse que os municípios colocam que o desenvolvimento desses setores encontra problemas pela falta de infraestrutura local. Seja de caráter público de acesso, seja privada pela falta ainda de hospedagem etc.

“Como aproveitar os ativos que já estão identificados-materiais e imateriais-para desenvolver a região? Outra grande atividade de Franca é o polo calçadista que tem um peso muito grande na região por causa da demanda de mão de obra. Sabemos que nos últimos anos o setor tem enfrentado problemas, seja pela perda de negócios para outros países porque é um setor muito ligado à situação cambial, a concorrência com a China, mas também, pela perda de empresas para outros municípios, principalmente municípios mineiros. É uma questão da guerra fiscal de alguns municípios. Então, o que pode ser feito para a manutenção desse setor na região?”, perguntou.

Pediu informações sobre a existência de um Porto Seco na região que pela pesquisa da equipe aparece como desativado em 2016 e a equipe não encontrou nada a respeito.

Apresentou uma questão sobre o Parque Tecnológico de Ribeirão Preto. “Pelo que foi pesquisado, tudo está em fase de desenvolvimento, instalação de empresas. Gostaríamos de saber quais empresas estão instaladas ou se ainda estão na fase de incubadora. Foi citado aqui que atualmente eles têm problemas com o zoneamento municipal de Ribeirão Preto. E, uma das coisas que o PDUI pode contribuir, é exatamente por meio do macrozoneamento, destacar o parque tecnológico e

tentar ajudar com o zoneamento. Então qual é a situação atual do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto? Essas são as principais dúvidas que os municípios trouxeram para nós”, disse.

RN-Fipe passou a palavra para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico começou falando sobre os arranjos produtivos e que a SDE está trabalhando fomentando esses arranjos. Explicou que existe um edital aberto de fomento de projetos e como está organizado: “O Arranjo Produtivo Local (APL) passa o projeto e a SDE faz a avaliação. Repassamos até R\$ 490 mil, o que não quer dizer que não quer dizer que seja uma boa para o total do projeto, mas é o que se repassa para o fomento do arranjo produtivo. Estamos fazendo para todas as regiões e está aberta para qualquer APL reconhecido. É uma forma que conseguimos de investir diretamente e fomentar não só o APL, mas a região. Isso existe para polos também. Já vieram alguns questionamentos, agora que o edital está em andamento, porque sabemos que tem um setor que é um APL antigo, mas eles vão entrar como polo em algumas regiões. Então tem essas duas possibilidades”, explicou.

Disse não existir avaliação de impacto.

RN-Fipe perguntou se os editais são abertos com frequência e como é a dinâmica do edital.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que esse procedimento é novo na Secretaria e foi aberto um no final de 2020 e dois em 2021. “Para 2022 esperamos, dependendo da disponibilidade de recursos, abrir dois editais. Esperamos que tenha frequência para todo mundo conseguir se planejar. Fazer o projeto em si é simples, o que complica para eles é a organização para elaborar, ver qual é a necessidade real do arranjo produtivo ou do polo. Como não é uma tarefa simples, eles precisam se organizar com antecedência, já ter em mente qual é a necessidade real”, detalhou. Informou ainda que o edital fica aberto por 30 dias para o encaminhamento do projeto. “E nesse período não é possível parar para pensar e pesquisar; já é preciso ter conhecimento para conseguir fazer só o projeto nesse período. Orientamos os setores para já terem a organização de quais são as necessidades reais para quando o edital for aberto, ficarem preocupados só com o projeto”, disse.

Revelou ainda que a instituição também não tem mapeamento da parte de tecnologia. “Podemos conversar com o pessoal interno da Ciência e Tecnologia para ver o que eles têm mapeado e repassaremos para vocês”, disse.

Sobre o consórcio com os municípios, disse que a SDE tem um termo assinado com agricultura para, entre outras coisas, vários itens para fortalecimento dos APLs, para trabalhar governança.

Disse que a secretaria trabalha com consórcio se isso for uma forma deles trabalharem. Sugeriu uma reunião junto com a Secretaria da Agricultura para aprofundar o assunto.

Sobre capacitação da mão de obra disse que o assunto já foi debatido internamente com o coordenador de ensino técnico sobre o descolamento do que o município quer e o que o prefeito e os vereadores desejam que pode ser diferente do que quer a indústria ou o comércio que também não é o que o estudante quer fazer.

“Temos o caso de um município que, inclusive já fizemos um estudo na região, que quer trabalhar só com tecnologia. Ele acha que é a única coisa que pode ser oferecido de capacitação. Mas, o município não tem a menor possibilidade de absorver essa mão de obra. Esse descolamento é bem constante, de uma frequência absurda e que acaba sendo bem difícil de trabalhar”, revelou.

Disse que existe uma pesquisa feita com estudantes. Um instituto de pesquisa faz uma entrevista para saber o que eles querem, qual é o desejo de terem uma capacitação e para qual área. Em seguida, junta com uma análise de indicadores da região para ver o que tem na região e se tenta fazer esse casamento.

“Estamos falando de desejo do estudante, estamos falando de histórico então acaba sendo um pouco complicado. O **BC-Fipe** falou do comércio eletrônico incipiente então, realmente isso vai acabar sendo um pouco falho porque a gente vê também o histórico. Talvez, seja o caso de, se vocês têm os dados, passarem para nós para agendarmos uma conversa aqui com o pessoal do ensino técnico para ver como fazer essa adaptação, já que vocês estão vendo que isso está acontecendo na região. Então vai fugir do mapeamento deles dos indicadores”, avaliou.

Ao responder **HG-Fipe** disse que está sendo feito, junto com o IPT, o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba. “Seria muito legal marcarmos uma reunião para vocês se conhecerem já que isso é super recente, começou em setembro. Dentro disso, pode entrar toda a parte do petróleo que você falou de Ilhabela. Hoje, não temos um mapeamento para falar de onde tem incentivo fiscal, onde tem investimento, isso não temos, mas, podemos colocar dentro desse estudo do IPT. Então, essa reunião seria importante para debatermos só sobre essas demandas”, sugeriu.

RN-Fipe perguntou se esse Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Paraíba está sendo feito pelo IPT.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que o IPT já fez do Vale do Ribeira que já foi entregue e, hoje, estão fazendo para o Vale do Paraíba e outro para o Pontal do Paranapanema. Recomendou que se a equipe fizer alguma demanda para a Secretaria, já sabe que tem também o plano do Pontal.

Sobre os APLs, disse que eles acabam sendo meio repetitivos, principalmente os de TIC e de aeroespacial porque eles estão em um grau de maturidade bem diferente da maioria dos APLs do estado. “Estão realmente muito bem”, enfatizou.

Informou que esteve no parque tecnológico que é a entidade gestora dos arranjos produtivos e que eles estão organizando um outro APL para pedir o reconhecimento voltado para empresas que cuidam de agricultura, não startup, como Piracicaba, mas empresas com esse olhar para agricultura que é bem forte na região.

“Hoje não temos nenhum convênio com eles, nenhum termo de fomento. Historicamente já fizemos alguns convênios. Eles fizeram uma proposta e mandaram no último edital, mas, acabaram cometendo algumas falhas e foram desclassificados. Provavelmente devem mandar outro no edital atual está que está aberto”, revelou.

HG-Fipe perguntou se no APL são dois tipos de edital: de reconhecimento e de fomento e se no Vale não tem nenhum reconhecido e conseqüentemente nenhum com fomento.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que no Vale do Paraíba tem reconhecido sim, mas, nenhum com fomento. Disse existirem mais APLs mas esses dois, o TIC e o aeroespacial são os que estão mais desenvolvidos. “Não tem muita comparação com os outros, mas, pode separar e enviar todos das cinco regiões que estão sendo trabalhadas.

ZA-Fipe perguntou se a reunião que ela cita foi no Vale. “Pelo que foi entendido é do APL de agricultura para a região. Eles falaram quais as atividades estão querendo envolver nisso?”, questionou.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que ainda não falaram só informaram, que vai ser voltado para empresas que são ligadas à agricultura. “Eles não querem, como Piracicaba, porque é startup voltada para agricultura, querem empresa que faz a inovação para agricultura, foi a única coisa que falaram”, disse.

RN-Fipe colocou que eles vão vender para o agronegócio paulista porque lá não tem essa característica. “Não é uma atividade que compõe o PIB do desenvolvimento econômico deles. Mas, claro eles têm uma tradição no Vale do Paraíba e São José dos Campos em P&D e o parque é muito centrado na inovação que é usada fora região. Isso é bem interessante”, analisou.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que se a equipe da Fipe precisar de mais informação é possível marcar uma reunião para conversar com eles e conhecer melhor. “O edital de reconhecimento vai abrir agora em dezembro e deve ter um resultado no começo de 2022 de novos APLs reconhecidos. Provavelmente, podemos já estar com esse arranjo produtivo novo, mas, tem outros na região, de mel, leite e mais alguns outros que podemos conversar depois”, revelou.

RN-Fipe perguntou se os arranjos produtivos, ainda que não estejam organizados, por exemplo, se existe algum ligado ao turismo. Citou como exemplo Brotas que tem uma atividade de turismo de aventura e atrai o estado inteiro e pessoas de fora. “Tem alguma coisa nessa linha para poderemos olhar como esse arranjo se estruturou, para pensarmos nessas demandas de turismo nessa região?”, questionou.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que não tem, nenhum com reconhecimento. “Mas não quer dizer que não exista”, disse.

RN-Fipe disse ser uma curiosidade para poder ver se servia como parâmetro para se pensar.

AT-Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que quanto a Fatec e ETEC, a secretaria participou de uma reunião em que foi apontada a demanda de um de um município que estava solicitando. Ficou de confirmar qual era o município. “Estava havendo uma discussão no sentido da disponibilização do terreno ou do prédio, mas eu realmente eu não consigo lembrar, lembro que era do Vale do Paraíba”.

Disse que não há acompanhamento do Consórcio Empreendedor. “Sabemos de um termo entre Sebrae e a Secretaria de Desenvolvimento Regional e o que foi passado é que aqui na Secretaria foi tudo para o Banco do Povo e do Empreenda Rápido, então aqui na Coordenadoria não estamos acompanhando”, disse. Voltou a falar da importância de marcar a reunião com o IPT para juntar as demandas e colocá-las dentro do estudo.

Respondeu à **BC** sobre a existência na Região de Franca de um APL de calçados. “Historicamente está com a SDE há um bom tempo fizemos um edital de reconhecimento em 2019 e zeramos todos os arranjos. Pedimos para todos se cadastrarem e os novos cadastros estão com a SDE”.

Se comprometeu a conversar na Coordenadoria de Ensino Técnico sobre comércio eletrônico para ver o que pode ser feito. Quanto à mão de obra, abaixo do técnico não tem nada na Coordenadoria.

Ainda observou que com relação a calçados, trabalham juntos Franca, Birigui e Jaú. “Uma coisa que já teve muita discussão e até um estudo pago pela SDE para a região é investimento em tec-

nologia. A maior parte das empresas voltadas para calçado pega boa parte de Franca, mas, eles não fazem nenhum tipo de inovação e isso provoca perda de competitividade quando se fala do dólar, na hora que se fala do custo Brasil, eles não fazem uma parte da lição de casa deles. É uma questão difícil para conseguir resolver”, analisou.

Disse ainda existir um laboratório do IPT em Franca e o que eles dizem é que trabalham muito mais para Minas do que para o próprio estado de São Paulo. “Temos um bom trabalho pela frente de conscientização e capacitação. Um bom trabalho de mão de obra para nós é ótimo porque a gente entrega dentro do estado, mas, eles também precisam fazer um pouco da lição de casa porque a maior parte das conversas que a gente tem com o setor calçadista, eles sempre falam de imposto e esse é o pleito, mas, as contrapartidas, às vezes, a gente vê que eles não estão tão dispostos a fazer. Posso passar o estudo que nós fizemos há alguns anos sobre o setor para vocês verem algumas coisas que foram apontadas que poderiam melhorar o setor”, ponderou.

Sobre o Porto Seco, disse que a Coordenadoria não tem informação nenhuma. “Dentro da SDE não conseguimos acompanhar e sobre o parque tecnológico, vou conversar com o pessoal da Ciência e Tecnologia para ver, se for o caso, marcar com eles para vermos não só as empresas incubadoras, como também o zoneamento”, disse.

RN-Fipe elogiou o panorama apresentado, mas questionou a razão de não se ter uma avaliação de impacto apesar de se saber das falhas da cadeia do APL. “Quando você estava falando de calçado, uma demanda muito grande em várias regiões, conforme você viu é a capacitação da mão de obra. Então, incorporar a inovação e a tecnologia no calçado pode passar pela formação na área de design que é o maior valor agregado dessa produção. Por isso, precisamos alinhar com vocês essas diretrizes, por exemplo, na capacitação de mão de obra para cada região. Vamos sugerir algumas áreas de capacitação, sejam elas para o turismo, para a indústria típica daquela região, que no caso de Franca, o APL calçadista já tem o reconhecimento”, sinalizou.

Falou ainda do trabalho que vem sendo acumulado em torno dessa perspectiva de suprimir as falhas dessa cadeia. “Precisamos acertar com vocês e as Fatecs e ETECs de que uma das falhas da cadeia, por exemplo, está na inovação e um segmento da inovação que tem alto valor agregado e que isso, sim, fará independente do câmbio é o design. No caso brasileiro isso é um diferencial que pode ser um bem relevante, então em algum momento, daqui para frente, para além da gente aperfeiçoar a nossa análise com esses dados que você ficou de nos ajudar a ter acesso, também na formulação, precisamos estar alinhado com vocês porque quando vierem as demandas de fomento. Vocês podem dizer, olha tem uma diretriz para esse segmento num Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que o nosso programa é capaz, então vamos trabalhar e capacitar a mão de obra para isso ou para aquilo dependendo da cadeia. Acho que vamos ter, a partir de dezembro, a possibilidade de sentar-se mais finamente com vocês para podermos contar com todos”, destacou.

Passou a palavra para o representante da Secretaria de Turismo

VF-Secretaria de Turismo iniciou solicitando a área geográfica específica de todas essas regiões que a Fipe está trabalhando, porque conhece o Vale do Paraíba, mas precisa saber quais são os municípios que compõem cada uma das áreas para oferecer algum tipo de informação.

RN-Fipe assumiu o compromisso de enviar as Unidades Regionais com os municípios que as compõem e com o código do IBGE porque se o banco de dados da Secretaria estiver organizado pelo código do IBGE é possível trabalhar melhor.

VF-Secretaria de Turismo avisou que fará uma exposição geral sobre algumas questões das áreas. Destacou que no início foi falado da questão da mobilidade e logística em turismo e a Secretaria tem uma grande dificuldade e essa é uma questão a ser debatida para entrar nos planos regionais de áreas metropolitanas que é o turismo.

“Não é uma questão muito forte nessas regiões, com exceção do Vale do Paraíba, que já tem um fluxo muito grande, mas, por exemplo, é muito difícil na Baixada Santista porque se alguém vai com um grupo de São Paulo, com uma van e quiser visitar uma praia do Guarujá e, em seguida, ir para Santos, é preciso pagar duas taxas. Então, essa questão da mobilidade em turismo pode ter alguma dificuldade, em especial no Vale do Paraíba porque lá tem algumas regiões que são muito fortes, por exemplo, Aparecida e Campos do Jordão que já têm algumas limitações de entrada de pessoal que trabalha, então, a logística é muito importante”, explicou.

Destacou outra questão relacionada com empreendedorismo e capacitação: uma questão trabalhista da área rural porque tem, principalmente, na região de Jundiaí com o circuito das frutas e com o turismo rural.

“De uma maneira geral, em todo o estado, às vezes, a pessoa trabalha durante a semana na cultura e quer trabalhar com turistas no fim de semana e aí entra a necessidade de ter CNPJ. Além das questões trabalhistas, estamos tentando resolver conversando em todos os níveis, inclusive nos federais”, disse.

Apontou dificuldades porque existem algumas propriedades e alguns empreendedores que querem trabalhar com turismo em áreas com atividade rural contínua. “São questões importantes nas cinco regiões objeto desse projeto. É bem relevante em especial em Jundiaí”, enfatizou.

Apontou ainda que na Secretaria de Turismo, os municípios turísticos recebem uma verba para desenvolvimento que depende do tipo de cada município. Se é estância ou de interesse turístico e vários desses municípios estão nessas áreas, inclusive, tem uma reserva de recursos e alguns recebem um grande volume de dinheiro, principalmente, no Vale do Paraíba que tem vários municípios recebendo essa verba para ser usada na infraestrutura de turismo.

“Temos sempre dificuldades porque isso é pensando muito no município, mas, na verdade é importante ver o turismo no âmbito regional. Já existem alguns projetos que visam a região e não o município isolado. Dessa maneira, por enquanto, dentro da legislação atual, o que se tem são os municípios aplicando essa verba, definida pelo próprio município. Mas, tem que ter aprovação do Conselho Municipal de Turismo que é uma forma de termos uma visão do terceiro setor do empreariado e de apontar quais são os melhores locais para investir esse dinheiro”, explicou.

Acrescentou ainda que boa parte do recurso é usado em obras. “Isso é importante porque até então, era uma decisão única exclusivamente da prefeitura, que nem sempre utilizava isso no melhor segmento, no mais importante que era para o turismo.

Disse que a questão é importante, em especial no Vale do Paraíba que tem uma grande concentração. A região do circuito das frutas em Jundiaí que é de interesse turístico, a região de Franca e Rifaina que têm atividade náutica no Rio Grande que tem um projeto de incentivo a estruturas náuticas. “Inclusive, tem um site chamado Melhores Práticas que mostra como fazer para colocar uma estrutura náutica, ou seja, píer, atracadouro, rampa, enfim como se desenvolve essas tarefas. Temos um site de orientação aos municípios que vale a pena vocês darem uma olhada. Podemos passar esses links para vocês”, disse.

Destacou ainda que quanto aos roteiros, o essencial é a logística para se trabalhar regionalmente, mas que as regiões turísticas que são 49, pelo mapa de um programa federal. “Dentro do estado de São Paulo, somos representantes do estado em nove regiões turísticas que abarcam todas as regiões do estado. Estamos hoje trabalhando em Jundiaí, Piracicaba, Franca, Ribeirão Preto e o Vale e são extremamente importantes. Elas não têm grandes problemas de infraestrutura, estradas ou acesso e todas essas regiões têm um público consumidor importante: são mercados emissores de turistas”, explicou.

Disse existir o turista dentro da própria região, além da proximidade com São Paulo, ainda que Franca e Ribeirão Preto estejam mais distantes, mas no geral todas têm proximidade.

“Então, quanto aos roteiros a grande dificuldade é conseguir trabalhar com todos os segmentos, por exemplo, o Litoral Norte recebe uma infinidade de turistas e, muitas vezes, eles não precisam da Secretaria de Turismo para recebê-los. Às vezes, trabalhar de maneira coordenada entre eles é uma dificuldade, principalmente, o empresariado que não está acostumado a trabalhar regionalmente. Outras regiões mais para o interior são mais fáceis porque eles dependem um pouco mais de atratividade, então essa questão da sensibilização do empresariado, é importante nesse sentido”, apresentou.

Afirmou ainda que está sendo feito um levantamento para trabalhar os roteiros e saber quais os produtos regionais estaduais existem, quais são as agências de viagem que fazem esse itinerário que vêm de São Paulo porque ele é o grande emissor, que manda gente para o mundo inteiro. “Nós somos os turistas mais cobiçados dentro e fora do Brasil porque o Paulista gasta muito e viaja muito. Mas, não se consegue ter, ou se desconhece o que o estado oferece. Temos um movimento interno muito forte e o grande problema é descobrir para onde as pessoas vão. Pelo nosso Observatório do Turismo, os fluxos turísticos em algumas cidades que estamos acompanhando no estado, têm vários dados por meio dos quais se consegue identificar o fluxo turístico regional, para onde estão indo, mas, ainda não conseguimos saber qual é o destino final”, disse.

Acrescentou ainda que quando se fala da concentração dentro dos polos emissores, Ribeirão Preto, Franca, e São José do Rio Preto acabam concentrando muito o turismo e acaba acontecendo também nos municípios do entorno onde estão os atrativos. Disse que Ribeirão Preto tem uma oferta turística de hotelaria muito forte e Brodowski que fica ao lado tem o museu Casa de Portinari, não tem a infraestrutura necessária, mas devido à proximidade de um atrativo muito importante, o ideal seria planejar regionalmente. “As questões das regiões turísticas é tentar atrair e desenvolver essa integração e sensibilizar os municípios de interesse turístico e estâncias para manter e ter essa titulação”, opinou.

A Secretaria tem um programa que é o SP Ecoaventura que é de certificação de turismo de aventura. Explicou que todas as regiões desse projeto foram contempladas com uma capacitação para certificar empresas de atuação em turismo de aventura que é extremamente importante devido a questão de segurança. “É uma parceria com o Sebrae e hoje temos alguns polos que estão sendo trabalhados em todas essas regiões. Em Piracicaba, por causa do projeto da Serra do Itaqueri que Brotas é o carro chefe de uma região turística que envolve a maior parte dos municípios que estão nessa região. A região de Franca, Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e o Litoral Norte foram contemplados e Jundiaí, também, por causa do circuito das frutas”, elencou.

Afirmou que uma questão importante, principalmente de Jundiaí é do distrito turístico que é um projeto que tem algumas questões pontuais de incentivos fiscais na região do Serra Azul que

envolve Vinhedo e Itupeva e tende a ser um distrito turístico, mas, ainda está em processo de implantação e vai impactar diretamente na região de Jundiá.

“A questão da capacitação é mais complicada porque tivemos no início dos anos 90 uma proliferação das faculdades de turismo e depois tivemos uma queda e, praticamente, muitas desapareceram. E até hoje discutimos qual é o perfil profissional que cada região necessita. Conversamos com empresários e com a academia para verificar o que está precisando em cada região e não conseguimos chegar a um consenso. De qualquer forma, a Secretaria tem um projeto da educação numa parceria que criou a disciplina de turismo dentro das escolas estaduais para sensibilizar as pessoas da importância do turismo para os municípios. E, principalmente, para os moradores que desde criança são sensibilizados pelo turismo mais como uma atividade de eventos e principalmente como uma questão econômica”, disse.

Disse também que dentro das 49 regiões turísticas existentes no estado, tem um grupo que foi contratado para fazer filmagens e criar um banco de imagens para cada município porque é uma dificuldade enfrentada pelos municípios que querem ser turísticos. “Sentem a necessidade de ter banco de imagem para fazer a promoção que é essencial no turismo. Então, todas as cinco regiões citadas aqui têm um mercado emissor muito próximo da própria região, mas as pessoas desconhecem. Então, como é que uma pessoa que está em Ribeirão Preto faz para conhecer o que está no seu entorno? Às vezes, você não tem quem organiza o fluxo turístico do dia a dia de na sua região. A proposta desse trabalho é distribuir vídeos e fotos para os municípios promoverem as suas regiões”, explicou.

Outro projeto destacado foi o das Fotos Cênicas que envolve, principalmente, a região do Vale do Paraíba que foi contemplada por causa da Mantiqueira e o Litoral Norte, que são *master plans* que fazem um levantamento do que tem e as rotas gastronômicas.

“O Vale do Paraíba foi contemplado e está em desenvolvimento fazendo o levantamento dos locais. Hoje a gastronomia deixou de ser uma questão agregada ao turismo e virou um motivo, muitas vezes da viagem. As pessoas viajam para comer um prato diferente, para experimentar algo regional. Tem um turismo pontual de compras em Limeira que são joias e mesmo em Franca que pode ser aproveitado mais para o turismo, uma vez que, o turista acaba deixando um valor agregado maior no produto. Envolve aqui a questão do design que foi falado para adaptar isso para uma visão do turista”, disse.

Finalizou se colocando à disposição para ajudar com informações que forem necessárias.

RN-Fipe agradeceu e sinalizou que a apresentação tocou em algumas questões importantes e que talvez, na gestão do PDUI é possível ajudar nos convênios que são pensados para o município que é a verba para desenvolvimento.

Destacou que no âmbito da gestão metropolitana existe a possibilidade de criar câmaras temáticas das funções públicas de interesse comum. “Em muitas dessas unidades regionais que estamos trabalhando, o turismo é uma função pública de interesse comum, então, trabalhar o projeto regional na câmara temática e saber precificar cada etapa desse projeto, o que vai caber ao município como contrapartida e qual é a verba que vem desse programa do governo do estado é uma possibilidade de diretriz para estabelecer que as câmaras temáticas promovam circuitos regionais de turismo e que cada município assumam uma parte dessa forma de estruturação e promoção sendo que os convênios da Secretaria vão continuar a ser

municipais porque cada um vai se responsabilizar por uma etapa dessa promoção regional do turismo”, explicou.

Ponderou que seria uma saída de gestão possível onde o município assume aquele repasse e faz estruturadamente, de forma regional. “É só para situar aqui as possibilidades que o PDUI, junto com vocês, pode pensar um pouco a questão, por exemplo, da promoção. O ativo está no município, mas cabe a todos os municípios fazerem a promoção. Foi citado que Ribeirão Preto tem infraestrutura, mas o ativo está em Brodowski, então como é que a gente articula isso no processo de promoção e vende a promoção regionalmente? Enfim, já que a pessoa vai tomar chope em Ribeirão Preto, vá ver a Casa de Portinari que está em Brodowski”, afirmou.

Disse ainda que existem formas de desenhar regionalmente essa promoção e o fomento na cadeia também, ainda que o repasse seja municipal já que não existe uma instância de repasse regional para receber esses recursos.

CG-Fipe perguntou ao representante da Secretaria de Turismo sobre os dois *Master Plan*. “Um de gastronomia e qual seria o outro?”

VF-Secretaria de Turismo disse que na verdade, o *Master Plan* foi feito para a rota cênica que é um levantamento dos locais que pode ser um belvedere, um mirante ocupado com um café.

“Isso foi feito no Vale do Paraíba para a Mantiqueira e no Litoral Norte já está pronto e acessível no site da Secretaria. O que está acontecendo agora é um levantamento das rotas gastronômicas que é um outro programa e os dados estão sendo levantados na Mantiqueira”, disse.

Explicou que a ideia depois é criar um selo, algo que possa identificar a rota gastronômica. “Na Mantiqueira é muito forte por causa da Serra e dos municípios de Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal. Então o *Master Plan* é específico para a rota cênica”, destacou.

RN-Fipe solicitou a apresentação dos representantes da Desenvolve SP.

RRCB-Desenvolve SP começou dizendo que os dados necessários para o projeto podem ser solicitados que a área responsável disponibilizará.

Disse que a Desenvolve SP apoia o programa dos APLs e hoje tem, na verdade, atendimento a diversos setores, segmentos de atividade, tanto no setor público quanto ao financiamento de infraestrutura que pode ser, desde o turismo e geração de emprego e renda quanto, no setor privado, onde o atendimento é de serviço para a indústria pesada de inovação, turismo e até a parte de petróleo e gás.

“Ou seja, a Desenvolve tem uma gama muito grande de linhas de financiamentos e de focos, inclusive para inovação. Ela é muito forte na questão de inovação, tendo programa ou não. Tem alguns programas hoje, inclusive de turismo no Vale do Ribeira, programas de audiovisual e diversos outros programas que já existem, portanto, para o projeto do PDUI nem precisa pensar em criar uma linha, mas sim usar o que já tem que irá atender muito bem. Mas, talvez, entrar com vocês por meio de divulgação, participação de eventos, estar junto com vocês para o que decidirem quanto a divulgação e planejamento. Não temos que mexer muito, nós já temos linhas que atendem muito bem a todas essas demandas”, sinalizou.

GABB-Desenvolve SP agradeceu a fala do representante da Desenvolve São Paulo e, também, para a coordenadora técnica do projeto **RN-Fipe** pelo convite e se mostra entusiasmada por estar participando com a equipe de um projeto muito interessante que é a abertura das novas regiões

metropolitanas e saber o que a equipe está pensando já que elas são regiões bem particulares que estavam agregadas a outras regiões administrativas.

Disse que as regiões têm particularidades bem importantes para a economia Paulista e que a abertura que o projeto está propondo é muito interessante, principalmente, por apresentar um trabalho planejado e coordenado entre os órgãos que estão envolvidos com os objetivos desse projeto.

Lembrou que já havia sido dito, de forma clara, o papel da Desenvolve e que o objetivo é trabalhar junto com a equipe da Fipe por ser de interesse da instituição estar nesse projeto, principalmente, a frente e dar condições para que não só as prefeituras diretamente, mas, também as empresas que queiram fazer esses investimentos e não tenham recursos financeiros. Destacou que a Desenvolve SP está preparada para apoiar as prefeituras fazendo essa infraestrutura, inclusive de turismo, e tudo que será necessário também para as empresas que quiserem fazer qualquer tipo de investimento, tanto na área de pesquisa quanto desenvolvimento e inovação.

Colocou a Desenvolve São Paulo para estar junto no projeto de elaboração dos PDUIs.

RN-Fipe disse que oportunamente a equipe fará uma lista de propostas e encaminhará para a Desenvolve São Paulo identificar qual a linha que mais se adequa ao fomento ou ao financiamento desse tipo de proposta para incorporar ao PDUI.

GABB-Desenvolve SP respondeu que gostaria que a equipe, se possível, enviasse o agrupamento que foi feito de regiões e quais são as cidades que estão incorporadas nesses grupos porque Jundiaí é região, Piracicaba é região e eles precisam ter esse mapeamento. “Isso facilita bastante quando vocês pedirem qualquer tipo de informação”.

RN-Fipe ficou de enviar por e-mail a agregação de municípios por unidade regional para que eles conheçam qual é a delimitação da configuração territorial dessas unidades que estão sendo trabalhadas.

GABB-Desenvolve SP perguntou se as unidades serão agregadas ou o governo do estado vai alterar a região administrativa ou vai ser um trabalho paralelo.

RN-Fipe explicou que tem duas vertentes dentro da Secretaria de Desenvolvimento Regional: um é o processo de regionalização que está em curso com a criação de regiões metropolitanas, agrupamentos municipais e regiões de estado.

“Esse é um trabalho que **MC-Fipe** está trabalhando junto às cidades e regiões fazendo audiências públicas e o governo está elaborando, brevemente, um projeto de lei para essa nova regionalização”, explicou.

A outra vertente envolve as regiões que já estão instituídas, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas que, no caso do projeto, são Franca e Jundiaí, as outras são metropolitanas. “Já estamos na etapa seguinte que é fazer os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) dessas regiões. Esse é o trabalho que a Fipe está fazendo para a Secretaria de Desenvolvimento Regional que é a elaboração de cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)”, explicou.

Disse ainda que o **MC-Fipe** está participando do projeto da nova regionalização e poderia dar mais detalhes, mas, já tinha saído da reunião. “Enfim, o estado está sendo redividido do ponto de vista do planejamento regional e serão criadas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e as chamadas regiões de estado que equivalem a figura de microrregião que está na Constituição

Federal e na Constituição do estado que agora está mudando essa nomenclatura. Isso ainda não está formalizado do ponto de vista legal e essa proposta será encaminhada pelo governo para Assembleia Legislativa, mas concretamente, hoje o que existe são as audiências públicas que fazem parte do processo legislativo legal para aprovar essas novas unidades regionais”, detalhou.

RN-Fipe passa a palavra para **ML-Fipe** .

ML-Fipe perguntou aos representantes da Desenvolve SP se existe alguma experiência de financiamento via consórcio de municípios.

RRCB-Desenvolve SP respondeu que tem e que o financiamento a consórcios municipais, apesar de ser previsto em lei, nunca foi feito no Brasil. Revelou que a Desenvolve SP foi o primeiro a protocolar um pedido na Secretaria do Tesouro Nacional.

“Tem um pedido andando nesse momento e temos um segundo em negociação, então, temos sim o conhecimento, mas não temos a experiência porque não concluímos ainda nenhum financiamento. Estamos trabalhando com isso, inclusive é uma das nossas diretrizes esse ano tentar concluir algum financiamento com consórcio”, disse.

Explicou que o financiamento para consórcio municipal é muito peculiar porque é um financiamento municipal com as mesmas diretrizes do financiamento ao município, com todo o regramento da Secretaria do Tesouro Nacional, com toda a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, porém é tratado de uma forma diferente porque está financiando um CNPJ único com análise de vários entes.

“É uma operação bem complicada, mas estamos fazendo. Um dos consórcios é da Região do Pontal do Paranapanema e o outro é da Região de Campinas. Se tiverem alguma demanda podem contar com a Desenvolve SP. Vou deixar o e-mail para contato no chat”, afirmou.

RN-Fipe destacou que a fala de R se articula muito com a proposta de turismo regional, especialmente para infraestrutura porque é o privado que tomba. “Então, é preciso pensar nessa perspectiva de consórcio municipal para fomentar um APL de turismo, tendo a pegada da sustentabilidade que tem um apelo muito grande em algumas regiões que estamos trabalhando”, disse.

HG-Fipe lembrou que a Desenvolve também disponibiliza o crédito para as prefeituras e empresas e quis saber se é possível o fornecimento de dados sobre quais são os setores que mais recebem créditos. Explicou que essa informação pode trazer uma luz sobre o que está sendo demandado e para que a equipe possa qualificar esses dados.

RN-Fipe se comprometeu a organizar as demandas individualmente de cada unidade regional para as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Turismo e para a Desenvolve SP e encaminhar a solicitação oficialmente, separadamente e até os desenhos que a equipe considerar interessantes para serem colocadas como proposta para o uso desse programa para um problema específico identificado na região.

Consultou a equipe se tem alguma outra questão para ser feita aos interlocutores e destacou que o debate possibilitou um avanço na criação de um canal para seguir trabalhando junto. O **VF-Secretaria de Turismo** já mandou vários links que foram compartilhados com a equipe.

Finalizou dizendo que, tão logo a equipe mande as demandas, será possível marcar reuniões específicas para a devolutiva se acharem que é conveniente. “E na hora de elaborar as propostas, podemos sentar de novo com vocês para formatar propostas bem aliadas com as políticas públicas e programas do governo do estado”, disse.

6. GRUPO SETORIAL DE AGRICULTURA

Registro da reunião do Grupo Setorial de Agricultura, que aconteceu no dia 12 de novembro de 2021.

Participantes setoriais:

- Secretaria de Agricultura e Abastecimento
- Franca: GNJ
- Ribeirão Preto: CHPS; A
- Vale do Paraíba e Litoral Norte: HSC

RN-Fipe cumprimentou os participantes, especialmente aos parceiros da agricultura, **HSC-SAA-VPLN**, **GNJ-SAA-Franca**, **CHPS-SAA-RP** e **A-SAA-RP**, por se disponibilizarem a participar da reunião, e ajuda a situar os participantes no trabalho que está sendo feito pela Fipe: os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUIs).

Explicou que a Fipe foi contratada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional para fazer cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados para as Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Piracicaba, Ribeirão Preto e Jundiaí, e para a Aglomeração Urbana de Franca.

Esclareceu também que o Estatuto da Metrópole exige que Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) tenham um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado com diretrizes para que os municípios revisem seus planos diretores. “A Fipe, em parceria com as prefeituras, a sociedade civil e com o estado, está executando estes cinco planos. Foram feitas propostas preliminares de macrozoneamento, discutidas em oficinas regionais e que desde a semana passada a equipe está fazendo reuniões com as secretarias setoriais do governo do estado”, detalhou.

Foram feitas reuniões com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve São Paulo e Turismo; Secretaria dos Transportes Metropolitanos, Secretaria de Logística e Transportes, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Sabesp, Secretaria da Habitação, e agora com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

RN-Fipe disse que a equipe tinha algumas questões mais gerais para a discussão. De início, dirigiu-se aos representantes de Franca e Ribeirão Preto sobre o tema agricultura e agronegócio, as questões ambientais relativas aos fenômenos dos fortes ventos e poeira que aconteceram nas cidades recentemente.

Pediu aos representantes setoriais que falassem sobre o assunto, em especial sobre quais articulações e negociações foram feitas com os proprietários acerca do tempo de espera da colheita, visto que existem regras florestais voltadas ao tempo de exposição da terra.

Convidou **MLFBC-Fipe** para colocar as questões mais gerais, e na sequência, os técnicos fariam as questões específicas das unidades regionais.

MLFBC-Fipe disse ser a responsável pelo panorama das unidades regionais e que dentro da estruturação desse texto há uma parte importante que é a produção agrícola e pecuária.

Explicou que, do ponto de vista estrutural, com base no produto interno bruto, percebe-se uma pequena participação da agropecuária no PIB do estado. “A sensação é que as estatísticas não dão conta da complexidade do que é a agricultura paulista e há certa dificuldade para entender isso e a participação no produto do estado”.

Pedi ainda que os representantes setoriais dessem uma visão geral sobre as culturas perenes e temporárias, principalmente as localizadas nessas regiões-Aglomeração Urbana de Franca (AUF) e Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) –, além da organização e localização dessas atividades. “Passamos de uma visão de cultura da lavoura, ou cultura perene ou temporária, para uma visão de cadeia de produção, uma vez que a agricultura está muito ligada ao agronegócio e exportações, em especial em Ribeirão Preto e Franca, em que a presença da cana é preponderante”, disse.

Outro ponto que teve esclarecimento solicitado foi se havia conhecimento por parte dos representantes de algum movimento de realocação da produção agrícola e pecuária, o que se pode esperar de uma reorganização geográfica dessas atividades, uma vez que impactam na dinâmica da população rural das unidades regionais estudadas.

Outro ponto questionado foi sobre a questão da reserva legal e da necessidade de área para recomposição nessas regiões.

BB-Fipe colocou aos representantes da Secretaria de Agricultura a questão da predominância da cana nessas duas regiões, que fora a cultura do café e as culturas que entram quando a cana é replantada, praticamente não há outras culturas ou a representatividade é muito pequena e pergunta se essa situação é problemática.

Outros pontos de questionamento dizem respeito às queimadas na região e sobre as áreas de recarga do Aquífero Guarani e das áreas de vulnerabilidade, em especial a questão da contaminação por produtos agrícolas, principalmente pela vinhaça que decorre da produção da cana. Perguntou como está sendo visto o impacto dessa atividade nas regiões que apresentam maior vulnerabilidade, se há estudos para esse tipo de impacto, se há perspectiva de restrições ou manejo de armazenamento e reaplicação da vinhaça, que é um fator de poluição antes da aplicação.

FC-Fipe colocou as questões gerais sobre o fenômeno dos ventos, da poeira, da falta de cobertura de vegetação nativa em que há a necessidade de aumento da cobertura vegetal, aspecto já observado pela equipe no panorama regional, que atualmente está em torno de 10%, quando a legislação determina que seja de pelo menos 20%.

Questionou se existe algum programa da Secretaria de Estado de Agricultura para a questão das queimadas que possa ser incorporado como proposta no PDUJ.

Outro ponto diz respeito a um tema que foi levantado em algumas oficinas sobre a redução da pegada de carbono. Quis saber como está sendo pensada a questão já que parte dessa redução ficaria por conta do uso do álcool como produtor de energia e, no entanto, há dificuldade na expansão de áreas para cana-de-açúcar, baixa produtividade e possível retirada de usinas. Alertou que existe uma preocupação com a matriz energética nacional, uma falta de previsibilidade, mudança de planos, ora se produz álcool, ora as usinas direcionam para o açúcar, dependendo do preço internacional. Ou seja, não há um planejamento com vista a um foco principal.

Outra questão colocada nas oficinas regionais é sobre a plantação de eucalipto nas proximidades do aquífero, o que pode secar a reserva de água. Perguntou se as plantações existem mesmo.

Outra questão que chamou a atenção nas oficinas foi a do javaporco, que traz muitas doenças e causa prejuízos em safras agrícolas, além de ser prejudicial às nascentes.

Ainda se observou que há uma diminuição da presença do Estado, representado pela presença da Coordenadoria de Assistência Técnica (CAT), que é de extrema importância, principalmente para os pequenos produtores.

Reforçou a questão colocada por **BB-Fipe** sobre a predominância da cana nas duas regiões, pouca terra disponível para outras plantações, a questão da falta de mão de obra qualificada, em especial na soja, além do pouco investimento por parte do governo no segmento do café, e alto custo de produção, o que prejudica os pequenos produtores.

Por fim, questionou a inatividade do Porto Seco de Pedregulho e escassez de aporte financeiro em infraestrutura e logística na região.

CG-Fipe colocou as questões citadas nas oficinas regionais como a existência ou continuidade do Projeto Melhor Caminho de melhoria das estradas rurais para escoamento da produção, bem como a redução e falta de acesso ao crédito rural, e pergunta como a secretaria está tratando essa questão.

Outro ponto discutido nas oficinas foi a produção leiteira que é muito expressiva no Vale do Paraíba, sendo a segunda maior do país, e perguntou como a questão é vista pela secretaria e se há perspectiva de inovação técnica para essa atividade.

Sobre a questão dos galináceos e da cultura do arroz plantado na várzea, perguntou se têm expressão econômica e se há incentivos para essas atividades. Além disso, quis saber como a secretaria vê e trata a questão da silvicultura em áreas de preservação permanente nessa região.

Questionou ainda como a secretaria trata a questão do apoio à agricultura familiar e a conversão da adesão ao protocolo de transição agroecológica, e sua relação com as ações do Projeto Conexão Mata Atlântica, pontos também mencionados nas oficinas da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

RN-Fipe agradeceu as colocações das coordenadoras e técnicos e disse que, tanto as questões citadas, quanto o mapa do panorama regional serão enviadas aos representantes presentes e esclareceu que o intuito da reunião é de construção conjunta de propostas que sejam factíveis sob o ponto de vista de política pública, visto que algumas questões trazidas para as oficinas podem não estar no âmbito da governabilidade do governo do estado ou do município, e que possa ser transferida efetivamente como uma conta do governo do estado.

Colocou ainda que o intuito foi apresentar aos representantes setoriais os temas citados nas oficinas para entender o que é viável em termos de propostas, pois o PDUI é um plano de diretrizes para a formulação de planos por setoriais, pelo privado ou pelo governo do estado.

Esclareceu que os participantes da reunião podiam, por exemplo, indicar caminhos, informar sobre a existência de programas específicos para determinados temas colocados, e auxiliar a equipe do PDUI na elaboração de propostas, como se fossem uma resposta de encaminhamento das demandas apresentadas.

HSC-SAA-VPLN informou que o Projeto Melhor Caminho voltou recentemente e foi lançado no dia 19 de outubro em São José do Rio Preto para o estado inteiro e que vários municípios foram

contemplados e já assinaram. Quanto ao Vale do Paraíba, informa que várias prefeituras foram assinar algumas estradas que já estavam sendo destinadas a esses municípios pelo projeto.

RN-Fipe perguntou se é possível fornecer a lista desses municípios à equipe do PDUI e **HSC-SAA-VPLN** diz que fará o envio.

HSC-SAA-VPLN complementou a questão do Melhor Caminho dizendo que houve uma paralisação do projeto devido à extinção da Codasp, mas que durante esse período, houve um ranqueamento pelo município Agro (Sistema de Cidadania no Campo), semelhante ao município Verde Azul da SIMA e que os recursos foram destinados ao custeio de manutenção de estradas, de acordo com a posição dos municípios nesse ranking. Informou ainda que como está vigente até o final de 2021, há que se fazer a prestação de contas para todos os municípios.

Em relação ao crédito rural, falando especificamente do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), informa que ocorreram algumas mudanças, mas o crédito rural voltou.

Disse que a atual gestão lançou um custeio emergencial para aqueles que tiveram perdas em razão registrou do forte calor e fortes chuvas que foram registradas na região do Vale do Paraíba na época e agora estão com um FEAP mais recente de custeio emergencial AgroSP destinado a perdas devido às questões climáticas. Informou ainda que os produtores serão recebidos para verificação de enquadramento nas situações de perdas até o dia 31 de dezembro e que esse crédito rural de que fala é de recursos da secretaria.

Quanto ao crédito rural do Pronaf, eles são operados junto ao Banco do Brasil. Informou que caso a secretaria seja procurada por pronafianos, é elaborado o documento de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pelo qual produtores buscam junto aos bancos, ou são elaborados projetos, para que possam ter crédito rural. É uma demanda constante. Diz que há outros créditos rurais que são pertinentes a outros bancos.

Sobre a pecuária leiteira, diz que a região é mais voltada a esse segmento, mas que vê uma forte tendência à pecuária de corte, devido à dificuldade de mão de obra especializada e a mão de obra que permaneça no rural trabalhando com pecuária de leite (lembra que o trabalho na pecuária leiteira é incessante, sem folgas).

Disse ainda ser uma cadeia produtiva árdua que requer trabalho diário e que em levantamento feito, constatou-se que grande parte dos trabalhadores está em idade avançada, não tem a sucessão, principalmente pequenos produtores, visto que os filhos desses produtores buscam outro tipo de trabalho. Sobre a questão dos preços, a exploração imobiliária muito forte, em especial na calha do Vale, em que tem presenciado uma expansão urbana nas grandes cidades com condomínios de casas. Cita como exemplo produtores que venderam parte [?] rendendo-se à especulação.

Já na pecuária de corte a forma de trabalho é diferente da leiteira. O produtor pode trabalhar com fases específicas, como a de cria, de recria, de engorda. Nota-se uma tendência para a atividade de corte, ou até mesmo trabalho com os dois segmentos: corte e leiteira. Por fim, afirma que no estado de São Paulo, o Vale do Paraíba ainda é a região de grande produção leiteira. Diz não saber exatamente a situação no Brasil, mas que pode consultar os dados nacionais para fornecer alguma informação a respeito do tema.

RN-Fipe disse que, em relação às duas tendências de transição comentadas por **HSC-Fipe. SAA-VPLN**, perguntou se está percebendo que a mudança envolve agregação de terra, visto que a pecuária de corte, dependendo do confinamento, pode requerer maior área de pastagem.

Disse que São Paulo não tem tradição de grandes propriedades como ocorre no norte, no nordeste e no centro-oeste do país. Há alguma perspectiva de agregação, remembramento de propriedade nessa transição para o corte, pois se é somente de engorda, exige um tipo de estrutura fundiária, porque a outra tendência mencionada é atípica da tendência de expansão urbana no Brasil desde os anos de 1970, pois a pecuária é a área de espera para a ocupação urbana imobiliária, e o que estão vivenciando é uma tradição da evolução da expansão urbana brasileira.

Questionou **HSC-SAA-VPLN** se, ao perceber essa tendência da pecuária do leite para pecuária de corte, essa perspectiva de exploração imobiliária vai retardar um pouco mais, pois a pessoa vai ganhar com preços de exportação, que é mais rentável no curto prazo do que o empreendimento imobiliário.

HSC-SAA-VPLN disse não saber ao certo, pois teria que coletar dados concretos, avaliar, para talvez conseguir dar uma resposta. Diz que percebem na pecuária de leite, sob o ponto de vista da lida diária e da mão de obra, que é pequena para os agricultores familiares que tendem fazer a migração. Uma outra questão é relativa a que muitos dizem que trabalham misto, com as duas pecuárias.

O levantamento do Lupa, por exemplo, cujos dados são oficiais [do IEA], considera cabeça de rebanho, há os de leite, os de corte e o misto. Ao considerar esses dados, percebe-se que há uma grande quantidade de gado que não é especializado [nem é de leite, nem de corte].

Chamou atenção para a questão fundiária que disse ser complexa na região já que existe muita irregularidade fundiária, mas que não sabe precisar se de fato houve compra de mais terras para trabalhar com gado de corte. Atribuiu a migração mais pela dificuldade em trabalhar com a pecuária leiteira, e reforçou ser uma percepção pessoal, de observação. Disse ainda ser interessante colocar a pergunta sobre essa questão para os municípios da região.

Sobre a questão da produção do arroz na várzea, colocou que em um momento de alta da soja, muitos produtores saíram do arroz para a soja e que há uma tendência em algumas partes da várzea de intercalar culturas na entressafra do arroz.

Disse que tiveram uma experiência com o IAC de trabalhar com feijão também, há ainda o milho e soja. Colocou que a questão depende também de preço e que em alguns casos o produtor parou com o arroz para trabalhar com outros grãos. No caso da região de Guaratinguetá, disse que a cultura do arroz é mais permanente.

Já nas regiões de Caçapava, Tremembé e Pindamonhangaba houve uma redução significativa da produção do arroz nos últimos anos. Explicou que de dois, três anos para cá, houve a ocorrência da 'cigarrinha', praga que acomete o arroz e que tem sido de difícil combate, mas que os Institutos de Pesquisa, a CAT e empresas privadas têm trabalhado para resolver a questão.

CG-Fipe perguntou se a produção do arroz nas várzeas ainda é expressiva no país, ao que **HSC-SAA-VPLN** responde que não sabe dizer sobre o país, mas que de São Paulo sim, é expressiva, perdendo somente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

HSC-SAA-VPLN sobre a questão da silvicultura na região, coloca a empresa Suzano que adquiriu a Fibria, se expandiu e agora envolve outros estados e outras regiões do estado de São Paulo. Diz que a silvicultura não mudou, as propriedades são as mesmas, não teve grandes alterações e que, ou já são da [Fibria] Suzano, ou são arrendamentos feitos por pessoas, que praticamente são as mesmas.

Disse ainda que nos ativos ambientais da região-Serra do Mar e Serra da Mantiqueira-existe uma série de ações que visam a preservação, como por exemplo, nas regiões de São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra e Redenção da Serra há diversos projetos do Microbacias I e II e o Projeto Conexão Mata Atlântica.

CG-Fipe perguntou se os serviços ambientais (PSA) são relevantes, se estão sendo trabalhados e como se dá a questão.

HSC-SAA-VPLN disse que a Lei Federal do PSA foi instituída há pouco tempo. Sobre o Mata Atlântica, diz que o projeto tem um fim. Citou como exemplo Extrema, que só conseguiu manter o PSA. Só se consegue manter um PSA se tiver fonte de recursos, pois para um projeto há limites como, por exemplo, destinar uma porcentagem do valor da água, ou de determinado imposto para quem faz a preservação. Disse entender que se não gerar um caixa, não há como manter um PSA.

RN-Fipe observou que nas oficinas regionais ou audiências públicas as pessoas tendem a olhar somente para sua reivindicação e que sobre a silvicultura chegar nas APPS, pensa ser um discurso, pois como foi colocado por **HSC-SAA-VPLN**, de que não há grandes alterações dos produtores que fazem fomento, desde a Fibria, até sua sucessão via Suzano, sendo estas empresas exportadoras que necessitam de certificação ambiental do que produz, a questão deve ser avaliada, pois, se não houve grande alteração desses proprietários que plantam eucalipto para as fábricas que fazem fomento, tampouco aumento de área, que o corte se dá em menor tempo.

Estes fatores podem dar a impressão de que esse aumento da produtividade é devido à expansão de área, quando na realidade pode não ter sido.

HSC-SAA-VPLN complementou dizendo que existe um comentário das próprias pessoas envolvidas de que o eucalipto não tem sido tão interessante financeiramente. Disse que é uma realidade a se pensar, pois já ocorre há um tempo, pois a Fibria já tinha as fazendas que em grande parte eram próprias.

Ponderou ainda que existem várias fazendas em São José dos Campos, Caçapava e que sabem quais são essas fazendas. Disse que pode coletar dados mais concretos no último Lupa para comprovar se houve diferença.

CG-Fipe perguntou a **HSC-SAA-VPLN** sobre as compras públicas, PNAE, PPAI.

HSC-SAA-VPLN colocou que desde 2020 a secretaria vem se organizando para trabalhar com o PAA doação simultânea, um programa de aquisição de alimentos e que acabaram de executar no mês de novembro de 2021. Disse que o programa englobou sete municípios da região, explica que é uma ação, um repasse que vem do Ministério da Cidadania, assinado pela secretaria, e que esse recurso é depositado diretamente na conta do produtor: é do governo federal direto para o produtor e a secretaria só executa os procedimentos.

Disse ainda que os alimentos foram destinados a famílias vulneráveis, e que esses sete municípios, de acordo com levantamento no Ministério da Cidadania, são os que têm maior número de famílias vulneráveis, e cuja identificação para destinação do recurso foi feita pelo CRAS ou CREAS de cada município.

Esclareceu que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é vinculado à Educação em que as escolas devem estar cadastradas junto ao programa, no censo do FINEP, salvo engano. Informou ainda que está ocorrendo uma retomada do PNAE no formato anterior, pois como no pe-

ríodo da pandemia as escolas estavam fechadas, não havia como entregar os alimentos, e que por este motivo a secretaria pensou em fazer o PAA para que os produtores destinassem os produtos mais frescos para alimentação dos vulneráveis.

Colocou ainda que experiências exitosas junto às prefeituras dependem da execução das prefeituras e que o trabalho da secretaria é mais ligado ao produtor até o momento em que ele consiga entender como pode entregar o produto. Informou que as prefeituras abrem os editais, e que pela lei federal, 30% dos produtos devem ser adquiridos da agricultura familiar, ou seja, aquele que tem DAP.

Disse ainda que grande parte dos municípios não consegue atingir os 30% ao passo que há municípios que atingem até mais que esse percentual. Colocou que o governo federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a secretaria têm participado de diversas ações, eventos e reuniões como o evento da Suzano, o IDR de Mogi Guaçu, em que estão tentando entender para ajudar, pois a Suzano tem uma equipe de sustentabilidade que trabalha com associações ou cooperativas de produtores-não trabalham com produtor individual-para tentar apoiar essas ações.

Falou sobre o projeto Colmeia da Suzano voltado aos apicultores para que possam colocar suas caixas de abelhas nas fazendas silvicultoras que se tornam pasto apícola e que a secretaria trabalha em conjunto para prover acesso aos apicultores.

CG-Fipe perguntou se a secretaria está trabalhando com o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

HSC-SAA-VPLN colocou que o PPAIS continua e explica que o produtor que tenha o enquadramento parecido com a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) pode pedir a emissão da Decomp, documento que permite ao produtor vender para o PPAIS, mas a aquisição se dá por instituições públicas, diferente do que é o PNAE.

Disse também que são programas diferentes que mudam o foco de por quem o alimento é comprado de fato e por quem ele é distribuído. Complementou afirmando a maior ação que aconteceu neste último ano foi a do PAA de doação simultânea e acredita que permanecerá na secretaria porque pega os dois lados: o produtor e os vulneráveis carentes de alimentação.

RN-Fipe agradeceu as colocações de **HSC-SAA-VPLN** e passou a palavra para **A-SAA-RP** e **CHPS-SAA-RP** para que pudessem falar sobre Franca e Ribeirão Preto.

CHPS-SAA-RP cumprimentou a todos e disse estar com **GNJ-SAA-Franca**, representante de Franca. Complementou a fala de **HSC-SAA-VPLN** sobre a sucessão familiar e destacou que para a região essa questão é um problema já que existe um número razoável de pequenos produtores em assentamentos federais e estaduais-e fora de assentamentos também-além do crescimento de arrendantes para as usinas ou grandes fornecedores.

Colocou a necessidade de uma política pública para a questão da sucessão familiar que traga ou mantenha o jovem na propriedade rural. Acredita que com isso consigam melhorar a distribuição de renda e, também, a diminuição da concentração de produtores. Para tanto, disse ser preciso trabalhar com inovações e tecnologia, levar novamente a presença da assistência técnica da CAT para o produtor rural, aspecto que ficou prejudicado tanto pela pandemia quanto pela diminuição do quadro de funcionários.

|Reforçou não acreditar que a questão dos ventos e poeira sejam problemas recorrentes, mas em relação às queimadas sim, e, por isso, devem continuar trabalhando, inclusive na segurança pública. Entende que deva existir uma política pública forte envolvendo empresas, usinas, produtores rurais e sindicatos rurais que seja voltada para a prevenção dessas ocorrências.

RN-Fipe pediu que **CHPS-SAA-RP** elucidasse a questão de queimadas intencionais.

CHPS-SAA-RP explicou que ao visitar a Usina São Martinho teve reuniões com o Corpo de Bombeiros, e nos municípios, houve relatos de que pessoas colocaram fogo nas lavouras ou na vegetação nativa. Disse que o relato é do prefeito de Santa Cruz da Esperança, do Corpo de Bombeiros e da usina.

Disse que as causas dessa ação podem ser atribuídas a alta taxa de desemprego devido à pandemia, ou alguma pessoa que tenha sido demitida da usina.

Sobre a realocação da produção agrícola ou pecuária, diz não ver essa questão na região, mas tem presenciado a entrada de soja e amendoim no momento de replantio da cana-de-açúcar. Informou ainda que houve aumento da pecuária de corte devido aos preços da arroba, mas nada muito expressivo.

Em relação à recomposição florestal e reservas legais explicou que a região não tem ativos como no Vale do Paraíba. Disse ter passivo, que não é grande, e pela análise do CAR estão analisando e autorizando as recomposições florestais. Afirmou ser esta uma grande oportunidade, não só para extensão rural, mas para auxiliar o produtor rural na renda, seja como agregação de valor, seja na exploração dessas reservas legais.

Afirmou ser importante que a secretaria e o estado deem apoio, como vem dando na análise do CAR, para que façam disso uma extensão rural, que pode ser um PSA ou exploração da reserva legal em si.

Sobre a questão da recarga do aquífero Guarani, disse entender que a APP é muito importante, mas que não é ela que faz a recarga do aquífero. “Essa recarga é feita nos 80% da área de produção agrícola ou pecuária, que absorve a água, leva para o lençol freático, abastece o aquífero, as nascentes e os rios”, explicou.

Acrescentou ainda que na bacia do Pardo, por exemplo, foram feitos alguns trabalhos no município de Cajuru, que tem problemas de abastecimento de água, a captação do município é de água superficial, e o local de abastecimento está com acúmulo de terra proveniente de áreas de produção.

Disse que foi feita uma proposta ao Ministério Público e ao Comitê da Bacia do Pardo de fazer um trabalho nas APPs, nas reservas legais e um trabalho de conservação de solo e água nas áreas de produção, nos carreadores e nas estradas rurais, que é de onde vem o problema de assoreamento.

Citou o trabalho da Cetesb com vinhaça e que vê muito pouco o problema de excesso de vinhaça na região, pois as usinas respeitam os limites. Em relação aos agrotóxicos, diz que em alguns lugares existe um excesso no uso, sem respeito às boas práticas agrícolas e entende que a questão deve ser reforçada por assistência técnica rural e fiscalização.

Colocou que existem aplicações aéreas que prejudicam a apicultura, a reserva legal, a flora e a fauna, sendo necessário encontrar um meio termo, pois o uso do agrotóxico é inevitável. Considerou ainda que apesar de haver na região grandes áreas produtoras de cana-de-açúcar orgânica, não conseguiram estender a prática a todos os produtores, pois existe um mercado a ser atendido.

Sobre a questão da oscilação de mercado relativa ao açúcar e álcool, destacou que o fato existe, mas que as empresas estão para ganhar dinheiro. “Quanto a pegada de carbono, a cana-de-açúcar tem uma pegada muito boa, e não há o que contestar”, afirmou.

Já para atender ao mercado de etanol, explicou que existem alternativas, como a produção de etanol de milho, que está sendo estudado por algumas usinas e que já foi implementado no centro-oeste e que talvez dê um pouco mais de estabilidade para o mercado.

Ressaltou que o etanol de milho é um produto de melhor qualidade, mas que quanto ao problema de mercado não consegue enxergar soluções e que se realmente o etanol entrar como matriz mundial, sem dúvida, haverá uma mudança na forma e nas regiões produtoras.

Sobre o eucalipto, informou que a região possui. A cana-de-açúcar é a primeira cultura, na sequência vem a pastagem e depois o eucalipto, e que não vê a questão relativa a impactos sobre o aquífero Guarani.

Sobre o javaporco, disse ser um problema principalmente para os pequenos produtores, que a secretaria está definindo uma política pública, mas que na região não vê grandes problemas.

Sobre a questão de mão de obra, disse que o assunto foi comentado anteriormente, ao falar sobre a sucessão familiar.

No tópico crédito rural informou que a secretaria está trabalhando outras linhas do Feap, e que provavelmente as linhas de investimento serão reativadas.

Em relação à questão comentada pelo **HSC-SAA-VPLN**, coloca que na região existe uma pressão imobiliária muito grande, mas que as áreas de pressão já estão nas mãos de grandes [?]. Exemplifica dizendo que a pessoa vende em uma região, compra em outra, mas que esse fato não afeta a produção da região.

Diz ainda que vai encaminhar a relação dos municípios que aderiram ao Melhor Caminho.

BB-Fipe ao falar sobre a cafeicultura, disse que nos últimos anos parece que aconteceram algumas iniciativas, principalmente de associações de produtores para aumentar o valor agregado de produtos por meio de cafés especiais, cafés da Alto Mogiana e perguntou se **CHPS-SAA-RP** tem alguma informação sobre a questão.

CHPS-SAA-RP disse que vai passar a questão para **GNJ-SAA-Franca** que, além de ser especialista em café, trabalha com a cafeicultura do estado todo. Disse que em Ribeirão Preto uma houve uma proposta de agregação nos últimos redutos do café, Cássia dos Coqueiros, Brodowsky e Cajuru, contudo não tiveram grande sucesso devido à desorganização da entidade, mas tiveram a iniciativa, existem os bens, e que há uma tentativa de retomada para que consigam melhor qualidade do produto final.

FC-Fipe pontuou a questão em que **CHPS-SAA-RP** concorda que houve uma diminuição da assistência técnica [aos produtores] que não vê melhora no curto prazo e perguntou como a equipe do PDUI pode encaminhar essa questão.

CHPS-SAA-RP colocou que o estado deve participar, precisa melhorar, mas que [o estado] sozinho não consegue... diz que há que se pensar como fortalecer a secretaria nessa questão da assistência técnica rural utilizando outros mecanismos, seja em parcerias com cooperativas, seja com iniciativa privada, dentre outras.

Citou como exemplo o trabalho de inovação no campo com a utilização de drones para a pulverização em que a assistência técnica do estado está completamente defasada. Relacionou a inovação com a questão da sucessão familiar e colocou o exemplo do filho do produtor que vê nas tecnologias e inovações – que gerem renda – motivo para sua permanência no campo.

Disse que esse jovem não quer uma agricultura defasada, e para tanto, a secretaria deve ter um corpo maior, mas não pode abrir mão de parcerias, pois não conseguirá suprir todas as demandas.

GNJ-SAA-Franca cumprimentou a todos e em resposta à questão de **BB-Fipe** disse existir a Associação de Produtores de Cafés Especiais que evoluem a cada ano. Informou que todos os anos acontecem concursos de qualidade com a finalidade de premiar os cafés de qualidade. Falou sobre a evolução do segmento e da crescente demanda por um café de qualidade.

BB-Fipe perguntou sobre o impacto na manutenção dessas lavouras já que sofrem pressão, tanto imobiliária como da expansão das áreas de outras culturas e da sucessão familiar no que diz respeito à atração do jovem e de outras pessoas no campo.

GNJ-SAA-Franca disse que de alguns anos para cá, o café está aumentando na região de Franca e estão retomando áreas anteriormente arrendadas para a cana. Por outro lado, apontou que a questão da sucessão familiar é preocupante já que os produtores estão ficando mais velhos e os jovens não querem ficar na cultura.

Explicou que em algumas famílias tradicionais, os jovens estão se mantendo, mas que no geral, não querem permanecer [na lavoura]. Disse ser necessário um trabalho de atração para que o jovem dê continuidade à sucessão e que o problema foi tema de muitas palestras. Colocou que na cultura do café existe a sucessão, mas que na pecuária de leite isso não ocorre.

Afirmou ainda que a região já foi uma grande bacia leiteira, que diminuiu significativamente, e que está concentrando em propriedades maiores, que os pequenos produtores estão arrendando as terras para a cana, justamente porque os filhos não querem dar continuidade ao trabalho e que os produtores mais velhos estão saindo devido à baixa remuneração, pois a produção do leite tem alto custo, não provê remuneração adequada, devido a defasagem do preço do leite.

Sobre a questão do fenômeno dos ventos e poeira, disse que o problema se agravou devido à longa estiagem desde 2020 e da ocorrência de duas geadas. Colocou ainda que esses fatores causaram a queima de uma área de café, muitas áreas de cana que já tinham sido cortadas, além das queimadas na região de Restinga, Batatais, Patrocínio Paulista, em que grandes áreas de cana e pastos foram prejudicadas.

Colocou como exemplo de impacto desse longo período de estiagem o município de Franca, cuja captação de água é feita de um rio pequeno, que está sempre no limite. O município teve racionamento de água, mas que com as chuvas recentes voltou a normalidade.

CHPS-SAA-RP ao se referir à questão de agregação de valor, disse entender que para o pequeno produtor da região, o tema deve ser trabalhado, seja em diversificação de culturas, seja no próprio produto. Citou como exemplo, a produção de uma uva de mesa, que é um produto com valor agregado.

Disse que têm visto no estado, pelo microbacias, que o problema de gestão é muito grande, e como colocado por **BB-Fipe**, existem diversas iniciativas de agregação de valor, não só no café, que deram errado, ou que estão patinando devido à gestão. Esses pequenos produtores e essas

pequenas entidades não têm gestão eficiente, seja porque tem que ser produtor, estar na roça, seja porque não tem a informação, ou não tem renda para contratação de um gestor.

Colocou que, pensando na sucessão familiar, a questão é importantíssima, pois a pessoa que vem a auxiliar na gestão, deve ter a cabeça aberta para uma gestão profissional, pois um alqueire de terra vale muito dinheiro, é uma empresa a céu aberto e tem diversas dificuldades.

Disse ainda que para o pequeno produtor a agregação de valor é uma das saídas que deve ser trabalhada, mas não nos moldes da política pública feita no Microbacias. Contudo, o programa deve existir, mas necessita preparação para o produtor. Mencionou que estão trabalhando junto a algumas prefeituras para que se tenha um local de gestão municipal em que os produtores entreguem um alimento para a merenda escolar minimamente processado, de modo a suprir a falta da merendeira, que tenha um diferencial e que o produtor seja melhor remunerado.

A secretaria assumiu a capacitação, tanto o produtor no local de beneficiamento, como as equipes da prefeitura para que tenham um produto de qualidade, já que inexistente legislação específica para o minimamente processado. Explicou que este foi o trabalho mencionado por **HSC-SAA-VPLN** em que fizeram um evento em conjunto a fim de trazer a experiência daquela região para que essa agregação de valor do produtor, seja ele associado ou não, grupo formal ou não, tenha um produto de qualidade.

RN-Fipe mencionou que esteve por um período na diretoria do Seade e que, a pedido da Secretaria de Planejamento, fez avaliação de alguns programas do governo, dentre eles o do Microbacias e que, salvo engano, o programa de Microbacias de Ribeirão Preto era bem avaliado e os demais tinham vários problemas, como esses de sucessão e de gestão. “Havia uma gestão de cooperativa que funcionava melhor do que de outras regiões onde o programa não foi muito bem”, disse.

Colocou ainda que com a avaliação de impacto o programa seria redesenhado a fim de torná-lo mais eficiente e mais efetivo para o produtor. Disse também que a capacitação do produtor para agregação de valor do produto colocada por **CHPS-SAA-RP** é relevante e que é possível ser reforçada pelo PDUI.

CHPS-SAA-RP colocou que a cooperativa citada por **RN-Fipe** – a Cooperares – fez um programa PAA de aquisição direto do produtor, apresentou um projeto ao Ministério de 250 mil reais por dois anos, foi contemplado, e a própria Cooperares foi a responsável pela gestão, e que por este motivo foi contemplado pelo Microbacias. “Contudo, a gestão não deu certo devido ao engessamento na aprovação pela vigilância sanitária no que diz respeito à questão da água, que é imprópria para uso”, disse.

Completo que não conseguiram que aceitassem uma água tratada e que seria necessário um outro acesso à água por perfuração de um poço, o que seria inviável pelo fato do local ser recarga do Aquífero Guarani.

SM-Fipe colocou que apesar da impossibilidade de representantes de Jundiá e Piracicaba participarem da reunião, muitas das considerações colocadas têm a ver com o que gostariam de saber, como por exemplo, o Programa Melhor Caminho, a questão da sucessão familiar, que é muito importante, e a questão citada por **RN-Fipe** sobre a avaliação do Seade, além de outras questões colocadas sobre a necessidade de apoio da secretaria, seja na formação, na capacitação desses pequenos agricultores com relação à gestão objetivando a agregação de valor à produção.

Disse que conhecer a experiência de outros países em que existe a sucessão, pois os filhos que saem para estudo, ao regressarem ao ambiente rural, propõem novas formas de trabalho objetivando a agregação de valor, seja na produção leiteira, na produção de queijo ou da fruta, por exemplo.

Disse ainda que os pequenos produtores rurais não têm condições de dar este salto sozinhos. Daí a importância dos programas de apoio e de capacitação. “Piracicaba e Jundiaí são um pouco diferentes, têm o agronegócio, a tecnologia no campo, que gostaria de discutir”, afirmou. Agradeceu aos representantes presentes, pois muitas das questões colocadas servem para o estado como um todo.

RN-Fipe encerrou a reunião agradecendo aos colegas da Secretaria de Agricultura e dizendo que, a partir das questões que foram esclarecidas, aquelas que são passíveis de quantificação, serão enviadas por e-mail aos representantes para que possam agregar dados que embasem as proposições do PDUI.

MEMÓRIA
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Memória das audiências públicas, realizadas no período de 11/1/2021 a 4/2/2022

Região Metropolitana de Piracicaba
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Região Metropolitana de Ribeirão Preto
Região Metropolitana de Jundiaí
Aglomeração Urbana de Franca

I. REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

Sub-região Limeira
Sub-região Piracicaba
Sub-região Rio Claro

I.1. Sub-região de Limeira

Data: 11 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Teatro Nair Bello, Rua João Kühl, s/nº Vila São João-Limeira

Municípios convidados: Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga e Santa Cruz da Conceição.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUi) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

Agradeceu ao prefeito de Limeira representado pelo secretário de Comunicação Social e a todos os presentes na audiência. Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP_-AP_-Regulamento-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Secretário de Comunicação Social de Limeira
- Prefeita de Iracemápolis e vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Prefeito de Cordeirópolis
- Prefeito de Araras
- Vice-prefeita de Conchal
- Secretário de Meio Ambiente de Santa Cruz da Conceição
- Controlador Geral da Prefeitura de Leme
- Vice-presidente do Parlamento Regional Metropolitano de Piracicaba, vereador e Presidente da Câmara Municipal de Limeira
- Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo PCJ-Piracicaba
- Deputado estadual
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Vice-prefeita de Cordeirópolis
- Secretário de Governo de Pirassununga
- Diretor Regional da SDR
- Fundação de Pesquisas Econômicas (Fipe)

Formada a mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença do promotor de Justiça e representante do Ministério Público, e pela Fipe, a coordenadora e do palestrante nesta audiência da prefeita de Iracemápolis e vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba do prefeito de Conchal do prefeito de Santa Cruz da Conceição do ex-prefeito de Piracicaba e membro da Associação Paulista dos Municípios (APM) de Piracicaba, do vereador de Araras e do diretor regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Na sequência, foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O primeiro foi o secretário de Comunicação de Limeira, que deu início às suas colocações dando as boas-vindas aos participantes. Justificou a ausência do prefeito por compromissos em outro município.

O secretário destacou que o prefeito sempre teve a preocupação regional, que participa, sempre que possível, das ações regionais, e é membro do PCJ e Associação de Prefeituras e fala da importância que essa integração entre os municípios tem em prol do desenvolvimento e da melhoria da região como um todo. Agradeceu aos participantes da região e o apoio de Limeira em relação

ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e disse esperar que ele tenha o êxito que todos aguardam e expressou o desejo de que a audiência traga avanços para todos.

Na sequência, a prefeita de Iracemápolis cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a importância desse plano para a região, quais as ações futuras, quais as prioridades elencadas devem ser postas em prática cobrando tanto governo federal como o governo estadual, e quais os investimentos para alcançá-los.

Lembrou que na última reunião do Conselho, o presidente fez constar em ata as demandas regionais prioritárias aprovadas, como, por exemplo, saneamento e recursos hídricos, elaboração de estudo sobre o aterro de resíduos sólidos domiciliar e industrial regional, segurança: integração, gestão e ampliação dos sistemas de câmeras de monitoramento em todos os municípios; agricultura: estruturar a região demarcada para produtos RMP e incentivos ao consumo público e privado na região metropolitana; gestão pública: estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes, Parceria Público Privada concessões públicas melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e compartilhamentos de projetos entre os municípios da região metropolitana; transporte intermunicipal e logística: infraestrutura da região metropolitana, instalação de usina fotovoltaica; e habitação, tema já contemplado no PDUI. Feitas as considerações, agradeceu a todos os presentes.

O prefeito de Cordeirópolis falou em seguida. Cumprimentou autoridades e representantes dos municípios e, entre suas considerações, citou a questão de extrema importância levantada pelo representante do Gaema do Ministério Público, durante a audiência inicial de instauração da Região Metropolitana de Piracicaba, em que, na visão do Ministério Público e de outro setor do judiciário, as deliberações de um plano de desenvolvimento regional, no caso do PDUI, prevalecem sobre o que consta nos planos municipais.

Por este motivo, o prefeito disse ser importante a maturidade na elaboração do PDUI para que não se perca o que se quer para a região. Outra questão colocada foi que, diferentemente das outras regiões metropolitanas, em que se tem confluência natural para a cidade sede, como Campinas, São Paulo, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, na Região Metropolitana de Piracicaba, com exceção das cidades mais próximas, a confluência não é tão direta, não há cidade dormitório no entorno de uma cidade central, o que deve ser considerado e debatido na elaboração do PDUI.

Outro ponto colocado foi o importante trabalho do Consórcio PCJ em relação aos recursos hídricos, que deve ser utilizado no PDUI. Após as considerações, agradeceu e desejou um bom trabalho na audiência.

O prefeito de Araras saudou a todos, agradeceu a acolhida e colocou que não há crescimento se não houver planejamento. Disse ser um assunto relativamente novo para todos no que diz respeito a essa nova configuração. “Piracicaba agora como região metropolitana em condições de discutir assuntos de interesse de todas as cidades envolvidas nesse movimento”, afirmou.

Disse ainda que não adianta planejamento se não houver planejamento financeiro, se não ficar claro de onde virão os recursos para que os novos desafios impostos aos municípios possam acontecer a contento. Disse ter convicção de que pelos esforços feitos pelo Estado, terão recursos para este ano de 2022 e para 2023 para que possam investir no que seja necessário.

Reforçou a colocação do prefeito de Cordeirópolis relativa às decisões das regiões metropolitanas que devem se sobrepôr a quase tudo que não diga respeito ao interesse de cada um dos municí-

pios, são cidades próximas que têm problemas comuns, mas que também têm problemas individuais, sendo necessário, nesse confronto positivo, bom senso por parte dos órgãos de controle, em especial do judiciário.

Ressaltou que juntos poderão encontrar as soluções conjugadas e trocar experiências e que o município de Araras estará participante, ativo e disposto a fazer o que for de sua competência nas decisões que serão tomadas.

A vice-prefeita de Conchal cumprimentou as autoridades presentes, disse ser uma honra participar desta reflexão, pois esse é um momento importante para ouvir os municípios, as autoridades, secretários, os vereadores, a fim de buscar as prioridades da região. Disse que a formação da Região Metropolitana de Piracicaba foi muito importante e agradece por participar da audiência representando o município de Conchal.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Conceição também cumprimentou a todos, colocou que estava representando o prefeito e ressaltou a importância da regionalização para buscar melhorias para a região, bem como levar as demandas ao governo do Estado, representado na ocasião pela secretária em exercício. Agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública.

O controlador geral da prefeitura de Leme cumprimentou as autoridades presentes, as equipes técnicas e todas as pessoas que assistiam a audiência pública. Disse que em nome do prefeito de Leme, e como auditor de carreira no município, a oportunidade de estar entre as autoridades presentes era única, e destacou que o futuro começa a ser escrito com estes passos que estão sendo dados.

“A regionalização é um caminho sem volta e as experiências como Leme tem tido no Consórcio Cemmil são provas de que trarão melhoria de vida dos cidadãos”, disse. Como representante na governança agradeceu a oportunidade e destacou que a participação os levará a alcançar resultados que não seriam tão fáceis de serem almejados.

O vereador, presidente da Câmara Municipal e vice-presidente do Parlamento Regional Metropolitano de Piracicaba saudou a todos os presentes e disse que representava o presidente da Câmara Municipal de Piracicaba que não pôde estar presente.

Falou sobre a alegria de terem uma região tão importante no cenário do Estado de São Paulo, que hoje representa 24 municípios, mais de 1,5 milhão de habitantes, está na rota das dez melhores rodovias do Brasil, sendo que quatro delas fazem parte da Região Metropolitana de Piracicaba. Destacou a importância da diversidade industrial da região e a importância que a região representa para o Estado de São Paulo.

Colocou que gostaria de solicitar uma cadeira permanente no Conselho Regional de Piracicaba, já que são representantes dos vereadores e de toda a população. Agradeceu o trabalho desenvolvido por todos, disse que a região tem muito a crescer, apesar desses dois últimos anos difíceis devido à pandemia. Agradeceu a todos e disse que estão prontos e com sede de trabalho e desenvolvimento.

O promotor de Justiça-MP-Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba cumprimentou as autoridades, agradeceu pelo convite e falou da importância da prevalência do PDUI sobre os planos diretores municipais, que é um ponto fundamental, inclusive, para a participação da população.

Observou que no momento da audiência era registrada participação virtual de 57 pessoas, além dos participantes presenciais, o que demonstra, de certo modo, a importância que tem se dado a esse trabalho, do qual sempre foi defensor, destacando ainda uma exposição em Conchal nesse sentido. Disse que o pleito de participação, embora não prevista na lei estadual, é algo precisa ser visto porque também é uma representatividade popular.

Aproveitou para dizer que foi instaurado um Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA), em que, cumprindo a determinação do Estatuto da Metrópole, a Lei Federal 13.089, que prevê no artigo 12, parágrafo 2º, a obrigatoriedade de acompanhamento por parte do Ministério Público quanto aos atos de elaboração do PDUI, e é por este motivo que estão aqui cumprindo a determinação legal, mas também numa função de buscar que seja uma mesa de negociação entre os vários seguimentos, entre os vários entes federativos, Estado, municípios e sociedade civil para juntos construir esse plano diretor da forma que deve ser.

Disse, ainda, que neste procedimento que foi instaurado, já fizeram uma recomendação ao governador via chefia de gabinete e ao secretário de desenvolvimento regional a quem também cumprimentava, no sentido de que fosse elaborado rapidamente um projeto de lei que sabe que está em gestação, no sentido de prever a participação popular no Conselho de Desenvolvimento e nos conselhos como um todo, e que é uma determinação do Estatuto da Metrópole, é uma determinação muito antes do estatuto da própria Constituição Estadual, e que não se entende uma razão jurídica lógica para isso já não tenha sido implantado no Estado de São Paulo desde a Constituição de 1988, e que já era previsto também na Constituição paulista de 1989.

Disse ter colocado, inclusive, quando da instalação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba, que é fundamental que esse conselho já comece com a participação popular.

Para direcionar os trabalhos pediu alguns esclarecimentos, sendo essa a função de acompanhamento do Ministério Público, sobre como foi a forma de divulgação desta audiência pública para a população, inclusive foi um pedido formal dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Regional, de que o Ministério Público seja comunicado de todos os atos e eventos.

Destacou ter recebido o convite em seu *whatsapp* particular sobre a realização da audiência, mas que não recebeu um e-mail, um ofício convite, e disse que, a partir disso, ficou a preocupação de que se todas as entidades da sociedade civil da região receberam o convite. Lembrou que por lei o Ministério Público tem a obrigatoriedade de participar desses eventos, e que por alguma razão, não recebeu o convite.

Deixou um apelo para que sejam incluídos no mailing, até porque, via de regra, acontecia em gestões anteriores, o MP toma conhecimento ocasionalmente ou em cima da hora da realização de alguns atos. Colocou que fica o pleito para facilitar a função de fiscal do MP em relação ao plano [PDUI].

Perguntou, ainda, com que antecedência a sociedade civil e os órgãos públicos foram comunicados, uma vez que se preconiza que os comunicados sejam enviados com pelo menos 15 dias de antecedência. Recomendou que, já que terão, pelo regulamento de audiências públicas, sete dias úteis de oferecimento de contribuições por parte da sociedade civil, que as gravações das audiências públicas e materiais produzidos, sendo estes últimos já disponíveis, sejam imediatamente disponibilizados na [plataforma digital] para que a população possa ouvir, se inteirar e contribuir com esse plano.

Ainda disse ter lido o material e que ele contempla em boa parte os pleitos da região. Lamentou a extinção da Emplasa, pois ficaram três anos sem reuniões entre o período de transformação da aglomeração em região metropolitana, e que tentarão recuperar o tempo perdido, garantir voz e voto à comunidade desde o início do processo.

Reforçou o pedido para que o [Ministério Público] fosse comunicado de todos os atos e eventos para tentarem participar de todos. Disse atuar neste caso juntamente com uma promotora e tentarão fazer um revezamento de modo a atingir os objetivos. Perguntou se foram levados em consideração os dados do Plano de Bacia Hidrográfica, se o material produzido pela Emplasa foi atualizado, e sobre os grupos de trabalho que detalharão a questão urbanística e ambiental. Disse que gostaria de ouvir sobre a questão da gestão integrada e regionalizada de resíduos sólidos, que é denominado como Marco Legal de Saneamento Básico, Lei 14.026.

Colocou que foi contemplada a questão do Geoparque Corumbataí, que abrange oito municípios e fala-se em adequação da paisagem rural. Expressou que preocupa muito a criação dos Conselhos CRAS para efeitos de recuperação, triagem dos animais silvestres, em especial os atropelados pelos inúmeros sistemas viários da região a necessidade de criação do aeroporto regional a necessidade de um aterro sanitário em obediência a todos os requisitos, inclusão social dos catadores, com educação ambiental para redução do volume produzido, reciclagem, reaproveitamento, e só em última hipótese, fazer aproveitamento energético, mas seguindo todas as etapas para que se possa garantir um ciclo de vida desses produtos.

Disse ter ficado satisfeito em ver que há previsão de conectividade dos remanescentes florestais. Lembrou que há no Gaema, atuando com o Comitê de Bacias Hidrográficas, com Consórcio PCJ, como foi comunicado aqui a respeito do acompanhamento do Plano Diretor para Recomposição Florestal, e diz ser muito importante a conectividade de remanescentes, quer por margens de curso d'água, quer por APP e Reserva Legal.

Sugeri que esses municípios integrados estabeleçam um plano, um padrão de arborização urbana, que contribui muito para o microclima, evita enchentes, melhora a qualidade do ar e, que todos tenham um olhar atento para a questão da qualidade dos recursos hídricos, dos enquadramentos dos corpos d'água, não só com a água subterrânea, mas com a água superficial.

Disse que água subterrânea será o 'cheque especial' mais a longo prazo e que o plano de gestão integrada de resíduos, que fará parte de um plano setorial do PDUI, necessita um olhar atento, pois existem muitas APAs na região, e diz ser importante que esse trabalho seja considerado, e que em relação a esse tema, há previsão no Caderno Preliminar de Propostas.

Colocou, ainda, que outras questões poderão ser trazidas após assistir as apresentações já que ficam algumas ideias e diretrizes gerais. Pediu ainda que essas considerações não sejam abandonadas. "Como foi dito nesta audiência, é necessário manter os pés no chão, ter um plano que seja factível e realizável", disse.

Ele lembrou ainda que, como representante do Ministério Público e como previsto no Estatuto da Metrópole, ele tem a obrigatoriedade de acompanhar e buscar o cumprimento dessas medidas, sendo importante que elas sejam implantadas. Disse que o MP conta com o apoio do secretário de Desenvolvimento Regional, de prefeitos e da Assembleia Legislativa, representada pelo deputado estadual que estava presente na audiência, "o grande idealizador dessa região metropolitana, e que certamente poderá auxiliar na articulação entre Estado e municípios, inclusive sociedade ci-

vil, sem esquecer da luta pela inclusão de um assento no parlamento regional dentro do Conselho de Desenvolvimento”, destacou.

Colocou que não dá para abrir mão do que está previsto na legislação estadual, na Constituição e na legislação federal: a imediata inclusão da sociedade civil, com voz e voto no Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

Agradeceu a oportunidade, pediu desculpas por ter se alongado nesta primeira fala, mas que julgou importante aproveitar a presença de todos para que fossem esclarecidos alguns pontos e para que fiquem atentos, principalmente os prefeitos, que têm o papel de conduzir o processo, não só de criação do PDUI, mas de sua implantação.

Disse que obviamente o trabalho principal fica com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e com a secretária em exercício para garantir que o plano seja realista quanto ao diagnóstico dos problemas, quanto às diretrizes e, posteriormente, quanto à implantação, e colocou o Ministério Público à disposição.

O deputado estadual cumprimentou e agradeceu a todos os presentes e disse estar há 23 anos como deputado estadual e que Piracicaba estava há 12 anos sem representante e que, com todo o respeito, não poderiam continuar dependente de Campinas.

Colocou que iniciaram um movimento para tornar Piracicaba como sede de região e o ponto importante foi, quando a extinta Emplasa começou a redesenhar o projeto do Aglomerado Urbano, já que estava sendo criada a Região Metropolitana de Campinas.

Disse que votou a favor, mas foi contra a inclusão dessa região, e posteriormente recebeu apoio de cidades de grande potencial e de cidades menores. Colocou que viram na Emplasa as condições de criar o Aglomerado Urbano, e de fato foi criada, e que, posteriormente, em agosto, passou a ser Região Metropolitana de Piracicaba, com ganho para as 23 cidades que fazem parte da região.

Colocou que foi o órgão condutor e, como deputado em seu sexto mandato, de continuar defendendo a região. Disse ser esta a função, de defender a região, a meta de trazer recursos, de melhorar as rodovias. Mencionou a grande ajuda do promotor de justiça do Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba tanto na criação do Aglomerado, quanto na criação da Região Metropolitana, que tem sido parceiro, participando das audiências. Falou ainda sobre a importância da participação da sociedade civil.

Destacou ainda a questão das muralhas eletrônicas, que são a instalação de câmeras nas entradas dos municípios. Disse que talvez as cidades de maior porte tenham mais dificuldades, visto o maior investimento, mas que as cidades menores terão mais facilidade, principalmente na questão de segurança.

Falou sobre a concessão para a construção do anel viário de Piracicaba, já com nove quilômetros prontos. Mencionou que junto com o ex-prefeito de Piracicaba, outras entidades e sindicatos, estiveram na Hyundai em Seul, e que só viriam para Piracicaba com a cessão de uma área de 1 milhão de metros quadrados e mais 700 mil para as empresas fabricantes das peças dos veículos, e se tivessem um acesso adequado no distrito industrial Uninorte, o que não existia, e que hoje liga as Rodovias do Açúcar e Luis de Queiróz com a Rodovia Piracicaba-Limeira e Piracicaba-Rio Claro.

Disse ainda que o projeto atual é dar a volta no entorno da cidade: sair da Piracicaba-Rio Claro, indo até Piracicaba-Charqueada, a Hermínio Petrin, e depois até a Rodovia Piracicaba-São Pedro,

daqui a seis anos. Colocou que não é um benefício apenas para o município, mas que contemplará as cidades de São Pedro, Águas de São Pedro, e outras que fazem parte da Região Metropolitana, desafogando o tráfego dentro das cidades. Agradeceu a todos, e colocou a si e a Assembleia Legislativa à disposição para o que for necessário.

Em sua fala, a secretária de Desenvolvimento Regional em exercício cumprimentou a todos e disse ser uma honra estar nesta audiência pública representando o secretário. Saudou as autoridades presentes, destacou que promotor de justiça do Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba que tem sido um grande parceiro na construção da política que é inovadora no Estado de São Paulo, e que tem sido desempenhada com bastante dedicação graças à participação do corpo técnico.

Pediu licença para voltar ao início do ano de 2019 para recordar que o vice-governador chamou a equipe e impôs a tarefa de, com boa vontade, criatividade e competência técnica, encontrar soluções de políticas públicas regionais, pensar soluções que atendessem os municípios de forma coletiva, diante da realidade orçamentária do Estado, e que para fazer qualquer desenvolvimento é necessário infraestrutura e, portanto, dada aquela realidade, seria necessário pensar em construções coletivas de investimento.

“Assim, ganharam um espaço muito importante na visão de proposta de política pública, os conselhos, as regiões metropolitanas, os consórcios, então um novo desenho conseguiremos tratar do assunto de forma institucional e garantir que os municípios paulistas sejam atendidos, embora estivessem num momento de cintos apertados. Essa foi a determinação do vice-governador, com absoluto aval do governador”, recordou.

Colocou ainda que este é um momento histórico que emociona e que a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Regional não poupou esforços para que conseguissem, para além de estarem aqui hoje, propondo a criação de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, para que se pensar de uma nova forma todo o governo do Estado, toda a estrutura das regiões do Governo do Estado de São Paulo.

Disse que a equipe técnica e os seus consultores se debruçaram com bastante afinco para que pensassem em soluções e encontrassem soluções, porque como disse o prefeito de Araras, são necessários recursos, planos exequíveis, que de sonhos se vive um homem, mas de realidade é que, com atos e com ações reais, se atende a população.

Colocou que diante do desafio, estavam acompanhados do melhor corpo técnico que o Estado de São Paulo possui para que se encontrem soluções, mas mais do que isso, para se reunirem para praticar escuta. Disse não ser do interesse do Governo do Estado que haja competição entre os municípios, e sim, uma nova era de gestão pública pautada na solidariedade, na fraternidade e na busca de soluções conjuntas para os municípios.

Ressaltou que hoje o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado alcança, sem sombra de dúvidas, um novo patamar, uma nova forma de fazer gestão pública em que todos, imbuídos do interesse do bem comum, se reúnem para encontrar soluções compartilhadas aos problemas das regiões e que, sem dúvida, sairão desta audiência fazendo história, sairão com os pés no futuro muito próximo para encontrar as soluções para as dificuldades dessa região.

Disse ainda que sob seu ponto de vista, cada região é muito própria e que, embora se consiga ver aspectos que são comuns, as dificuldades, os problemas e as realidades são muito próprias, o

que é um enorme desafio, mas é um desafio que todos juntos – governo do Estado de São Paulo, municípios, o corpo técnico, os vereadores com participação, apoio, orientação e acompanhamento do Ministério Público – conseguirão encontrar soluções para as dificuldades que assolam as regiões do Estado de São Paulo.

Para finalizar, agradeceu a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ressaltando que a equipe desta secretaria é a melhor equipe do Governo do Estado e faz isso com muito prazer e disse que como chefe de gabinete tem muito orgulho de dizer e acredita que a Secretaria de Desenvolvimento Regional está pronta para os desafios de investimento do Estado de São Paulo e que, graças a Assembleia Legislativa, foi realizada a reforma administrativa e hoje existem recursos para investir.

Complementou dizendo que é necessário pensar bem como bem gastar, como bem investir o dinheiro público, para que os objetivos sejam alcançados, como muito bem colocado pelo promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo PCJ-Piracicaba, todos aqueles outros que forem peculiares a cada região do município.

Agradeceu ao diretor interino do escritório regional de Campinas e fez um agradecimento especial ao secretário de Desenvolvimento Regional que permitiu que o representasse neste evento que é tão importante e caro a ele. “Se tem alguém que sonhou e nos colocou para trabalhar para que isso acontecesse, foi o secretário”, disse. Desejou a todos um excelente trabalho, daqui até a conclusão do PDUI.

A seguir tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba <https://rmp.pdui.sp.gov.br>:

- Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC – Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-RMP_AP-PDUI-Marcos-Campagnone.pdf)
- Contexto Regional da Unidade Regional – MH – Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3-RMP_AP_Contextualizacao-Mauricio-Hofmann.pdf)
- Proposta de Ordenamento Territorial – SM – Fipe
- Proposta de Macrozoneamento – MY – Fipe
- Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – SM – Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4-RMP_AP_OrdenamentoTerritorial-Sarah-e-Mariana.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates:

A vice-prefeita de Cordeirópolis cumprimentou a todos, colocou que Cordeirópolis elaborou seu Plano Diretor em 2011, ressaltando que todo o levantamento e estudos feitos são base para que se possa desenvolver um planejamento, e por este motivo parabenizou as equipes da SDR e Fipe pelo trabalho.

Quanto ao levantamento feito sobre a realidade regional apresentado nesta audiência, colocou sua preocupação em relação aos temas sociais, como saúde, educação, cultura e outros pontos que também são importantes, e questionou em que momento essas questões entrariam no PDUI.

SM-Fipe esclareceu que plano diretor é um plano físico territorial e o PDUI não faz política pública educacional ou de saúde. Disse ainda que o PDUI aponta diretrizes relativas à localização de equipamentos, por exemplo, e que as questões relativas às políticas de saúde, de educação são afeitas às secretarias setoriais de Estado, como Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, dentre outras.

MC-Fipe complementou dizendo que essas questões mencionadas pela vice-prefeita de Cordeirópolis, são tratadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento. Disse que embora o PDUI trate da questão do ordenamento físico-territorial, as políticas sociais estão previstas nas Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e são tratadas pelas respectivas câmaras temáticas, que serão criadas para esta finalidade.

Esclareceu que essas questões não entram necessariamente no plano até porque os órgãos responsáveis pela saúde, educação, segurança são muito fortes, com uma capilaridade muito grande no território do Estado, e que essas políticas de desenvolvimento de natureza territorial requerem uma abordagem integrada para serem viabilizadas, têm um tratamento diferenciado no âmbito do Estado, tendo em vista a necessidade de integração, e reforçou que serão tratadas no âmbito do conselho com as câmaras temáticas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que seria oportuna a participação da vice-prefeita de Cordeirópolis nas próximas reuniões do conselho, nas quais serão formadas as câmaras temáticas específicas de educação, de saúde, e todas as propostas que devem ser encaminhadas à essas câmaras temáticas, serão discutidas pelo conselho.

Assim, aproveitou a oportunidade para convidar a vice-prefeita a participar das próximas reuniões do Conselho de Desenvolvimento que serão divulgadas brevemente e que passará o contato para a vice-prefeita.

O secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santa Cruz da Conceição colocou que o trabalho apresentado pela equipe Fipe foi muito interessante e, como destacou a vice-prefeita, muito bem elaborado, e que realmente buscou as particularidades na região.

Disse que algumas ações de governo, e citou como exemplo o caso dos recursos do Fehidro, relativo às bacias que já são regionalizadas, que geram certo conflito, porque parte de algumas das cidades da Região Metropolitana de Piracicaba fazem parte de outra bacia, a do Vale de Mogi, em que os recursos vêm do Fehidro, que devem ser discutidos.

Questionou se não seria o momento de rever a questão na tentativa de melhorar essas regiões, já que Piracicaba está regionalizada, que então fique tudo em Piracicaba. Disse que esta é uma das políticas públicas que está colocando, mas que existem outras que já poderiam estar sendo inseridas dentro dessas regiões para atender regionalmente.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos convidou MC-Fipe para fazer sua intervenção e disse ao secretário que julgava importante fazer as demais propostas, uma vez que as apresentações propiciaram maior conhecimento do Plano. Reforçou que a plataforma digital está disponível e convidou o secretário a submeter as propostas e sugestões no formulário próprio na plataforma digital do PDUI da região.

MC-Fipe explicou que o modelo de gestão das unidades de recursos hídricos é um modelo regional perfeito porque tem fontes de recursos asseguradas, tem um conselho tripartite e esse conselho

elege, seleciona e prioriza os projetos para preservar a qualidade hídrica dos nossos rios, e que até fizeram recomendação para que os demais Estados pudessem adotar esse modelo de gestão.

Colocou que quando começaram a estudar a regionalização, constataram que as regiões administrativas são um modelo de regionalização já superado, pois não conta com um modelo de governança, e que os órgãos setoriais no Estado não estão aderentes a esta regionalidade das regiões administrativas, e mesmo sendo imensas como são, o vice-governador, nas audiências públicas da nova regionalização, assumiu o compromisso de, uma vez aprovada a regionalização completa de todas aquelas 32 unidades regionais pela na Assembleia Legislativa, dar início à adequação dos órgãos setoriais do Estado neste novo desenho das unidades regionais conforme está previsto na constituição federal e estadual.

Contudo, disse que não há nenhum movimento do governo para interferir no modelo de regionalização das bacias hidrográficas, até porque o que fundamenta esse modelo de gestão são as próprias bacias hidrográficas, e que sendo elas um fenômeno geológico, não há como alterar essa nova regionalização, logo, terão a nova regionalização com todos os órgãos setoriais adequados ao perímetro, mas o modelo das unidades gestão de bacias hidrográficas permanecerá inalterado.

O secretário de Urbanismo de Limeira cumprimentou a todos e reiterou duas propostas que haviam submetido na plataforma digital do PDUI de Piracicaba em 2017, que apesar de serem locais, de seu município, têm caráter regional.

Uma delas diz respeito ao aeroporto de Limeira a ser construído ao longo do tempo, e ter o cunho regional. A outra questão que diz respeito à Piracicaba e todo o anel de contorno, também com relação à Limeira, que tem um trânsito muito intenso no anel viário de origem, seja pela Limeira Mogi-Mirim, que pega a região vinda de Mogi Guaçu, vinda do oeste do Estado e do sul de Minas Gerais, assim como pela SP-133, que é a Limeira-Cosmópolis, em que há todo o tráfego da refinaria de Paulínia e parte da Região Metropolitana de Campinas.

Disse que todo esse tráfego passa por dentro do município de Limeira em acesso ao oeste do Estado, em especial Piracicaba, e as demais cidades a oeste. Colocou que há 20 anos existe como diretriz municipal a construção de um Rodoanel que nada mais é que o prolongamento dessa Rodovia SP-133, que inicia na Rodovia Anhanguera, então teria continuidade da Anhanguera a oeste, passando sobre a Bandeirantes até chegar na SP-147 - Limeira-Piracicaba, Rodovia Deputado Laércio Corte.

“Esse rodoanel desviaria boa parte do trânsito, que não é local, e que passa por dentro do município de Limeira, para o seu devido lugar, eliminando os prejuízos causados ao anel viário da cidade e que sobrecarrega uma cidade, uma estrutura que não é de cunho rodoviário”, explicou.

A outra questão colocada e muito importante, diz respeito ao espraiamento urbano, que julga ser importantíssimo fazer constar no plano como diretrizes para que as cidades obedeçam em seus planos diretores.

Citou o exemplo de Cordeirópolis, que tem aprovação do loteamento na divisa com Limeira completamente descontíguo à malha urbana da cidade de Cordeirópolis e conurbando com Limeira, e que não é possível entender este avanço.

Colocou que o Graprohab recomendou que Limeira se manifestasse sobre a aprovação do loteamento, e que estão fazendo os estudos de impacto. Disse que a questão é importante para que esse

macrozoneamento seja bem claro e identificado, para evitem estes saltos de urbanização, em que as cidades encostam nas outras, sem antes preencher os próprios espaços, os próprios vazios.

Reforçou ser importante essa recomendação como algo fundamental para melhor organização do espaço e melhor orientação dos planos diretores.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu pela intervenção e à prefeitura de Limeira pela participação nesta audiência.

O secretário de Desenvolvimento e de Turismo e Inovação de Limeira cumprimentou a todos e colocou que o slide apresentado da Serra de Itaqueri tem vários passos dados nessa direção. Informou que Limeira, Rio Claro, Piracicaba, Analândia, Corumbataí e várias cidades da região metropolitana fazem parte dessa região turística da Serra de Itaqueri, e que o ordenamento dessa região não segue exatamente o mesmo ordenamento de municípios da região turística da região metropolitana, mas que estão trabalhando muito para que isso acabe criando uma certa sinergia, e que com apoio de entidades de fomento, como o Senac e o Sebrae, o município vem avançando bastante, e que a região da Serra do Itaqueri é uma das mais avançadas em planejamento no país.

Disse ser importante reforçar para que outros municípios da região metropolitana invistam nesse sentido para que tenham um crescimento e uma efetividade de projeto turístico na região que tem muito potencial. Falou ainda que em relação à questão do desenvolvimento econômico, sentiu que não foi abordada na apresentação de hoje, diz respeito aos arranjos produtivos locais (APLs).

Colocou que Limeira tem dois APLs, Piracicaba também tem um APL, que não viu uso dessa nomenclatura, e não sabe se o fato tem relação com alguma questão estratégica. Disse reconhecer a relevância do agro nessa cadeia, mas Limeira especificamente, tem dois APLs reconhecidos pelo governo do Estado - a cadeia de joias folheadas e a área de tecnologia, que julga merecerem um olhar específico no Desenvolvimento Regional.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a participação e disse que as colocações sobre a questão dos arranjos produtivos locais (APLs) serão consideradas para que façam parte do caderno preliminar de propostas.

Convidou para a última fala o promotor de justiça que acompanhou a audiência, e agradeceu novamente ao Ministério Público que acompanha todas as audiências públicas.

O promotor de justiça-MP-Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba destacou que o trabalho está caminhando em bom sentido e sintonia, o que é muito importante. Disse ter percebido que abordaram questões de eventos hídricos, hidrológicos extremos, que tem visto as enchentes causarem problemas em todo território nacional, reiterou que é um defensor desse trabalho dessa Região Metropolitana, que de Aglomeração Urbana evolui para região metropolitana, e que essa representação conjunta dos órgãos públicos dá muita força política e se houver a participação da sociedade com certeza ainda mais.

Disse não ter percebido muito, talvez porque ainda não se ateu e disse ter acompanhado a audiência enquanto executava outros trabalhos. Colocou a menção feita pelo secretário acerca dos arranjos produtivos locais e sobre a questão das joias e bijuterias em Limeira, disse ter inclusive um inquérito a respeito por envolver questões ambientais, impactos regionais, e que se ainda não está, como foi mencionado por ele, disse que essa abordagem é importante porque ela tem um forte impacto na região, não só com externalidades positivas, mas também com as negativas. “E

não foi por outra razão que firmamos o termo de ajustamento de conduta, na época com Odebrecht Ambiental, hoje PRK, para que haja um tratamento terciário de esgoto da região, até por conta dos impactos dos efluentes das joias e bijuterias”, explicou.

Afirmou ter se preocupado com a informação de que 10 municípios da Região Metropolitana de Piracicaba, não contam com plano diretor, e que irão atrás disso já que a Constituição exige planos diretores para municípios acima de 20 mil habitantes. “A própria Constituição Estadual e a legislação também o exigem em regiões metropolitanas e que essa questão precisará ser suprida pelos respectivos municípios, dentro daquela ideia de que o PDUI é uma espécie de plano diretor regional, se sobrepõe ao plano municipal, mas agora elaborando-se o regional, o municipal já pode ser elaborado dentro dessa compatibilidade”, analisou.

Colocou ser muito importante a participação da sociedade, seja no âmbito do Conselho de Desenvolvimento, como dito anteriormente, seja nas câmaras temáticas, a participação dos professores universitários, das universidades, dos técnicos, da sociedade civil, dos profissionais autônomos, não só da OAB, mas também dos Conselhos Regionais de Engenharia, de Arquitetura e Urbanismo, conselhos técnicos de nível médio, que é bem importante.

Disse que talvez a realização dessas audiências no momento de férias e de férias acadêmicas possa prejudicar um pouco a participação, e que nesse sentido, comunicou que como auxílio a esta divulgação e essa amplitude de informações que é preconizada no próprio Estatuto da Metrôpole, ainda durante esta audiência, solicitou a equipe auxiliar que fosse elaborado um e-mail para todas as entidades regionais existentes na área do Núcleo Gaema-PCJ Piracicaba – que envolve 21 municípios – comunicando da realização desta audiência de Limeira, pois o link e a gravação estarão disponíveis, e também sobre os sete dias para oferecimento sugestões, e reiterando o convite para as próximas audiências: dia 13 em Piracicaba às 14 horas e no dia 19, quarta-feira, também às 14 horas, ou ajudando nessa divulgação como incentivo para que outras pessoas participem.

Aproveitou para convidar a todos os presentes e aos assistentes virtuais para a reunião regional anual, a ser realizada pelo Gaema, provavelmente no dia 9 de fevereiro, para colher sugestões e críticas. Alertou que o horário ainda não estava definido, mas que deveria ser no dia 9 de fevereiro, às 14 horas. Disse ainda que a divulgação será feita pelo mailing e que também será publicado no Diário Oficial, na página do Ministério Público, que o convite fica estendido a todos e que poderão, nessa reunião voltar a esse assunto.

Enalteceu a previsão de que dentro desse trabalho regional aqui discutido, como também foi apresentado pela lei de regularização fundiária de núcleos urbanos informais – a Lei 13.465 – alterando o Estatuto da Metrôpole para prever que essa política de regularização fundiária urbana também faça parte desse planejamento regional.

Lembrou que a média nacional de irregularidades de loteamentos e parcelamentos, sejam de condomínios fechados, ou de assentamentos informais, favelas etc. chega a algo em torno de 46 a 50% de todo o território nacional e acertar isso significa maior arrecadação para o município, significa melhor qualidade na água, no esgoto, no resíduo. A integração das cidades nessa formalização e essa força de atuação regional seria bastante importante que viesse agora também.

Explicou que essa atuação em região metropolitana, em conjunto com o comitê de bacias hidrográficas, e com o consórcio é fundamental, disse que não percebeu se houve a participação do

consórcio e do comitê, mas, também não sabe se houve o convite, e que caso não tenha havido, fica a sua sugestão, porque ainda há tempo para que o Consórcio PCJ e o Comitê de Bacia, através da Agência de Bacias, presidido por SR possam participar das próximas audiências e dar as suas contribuições em nível de bacia hidrográfica.

“Foi dito aqui essa necessidade de integração no plano com o Comitê de Bacia Hidrográfica, que já havia chamado a atenção, e que é muito importante porque o enquadramento dos corpos hídricos a qualidade a quantidade da água, é fundamental para a autorização ou não de novos parcelamentos de solo, para expansão da área urbana para a rural”, destacou.

Colocou para o secretário de Limeira que o parcelamento do solo que estaria em andamento na divisa Iracemápolis com Limeira e que qualquer coisa, acionar o MP-Gaema, porque havia um impacto regional e há uma necessidade de aprovação desse tipo de parcelamento de solo no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, e que isso terá que passar pelo Conselho, já foi detectada pelo Graprohab, sendo importante que as coisas caminhem de uma maneira correta.

Lembrou também que dessas nove funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Piracicaba, cinco delas estão relacionadas com área de atuação do Ministério Público. São elas: planejamento de uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente, saneamento e transporte regional.

Explicou que ao falar da participação do Ministério Público, está falando do Gaema, os promotores locais também teriam participação de outras áreas. Colocou que há um assunto delicado, mas que não dá para deixar de citar, que é questão do saneamento regionalizado. “O governo de São Paulo aprovou uma lei recentemente a 17.383 falando das unidades regionais de água e esgoto ignorando esse recorte interfederativo das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas”, ressaltou.

Disse entender que o governo do Estado e, por consequência, a Secretaria de Desenvolvimento Regional fará o seu planejamento com base nesta lei aprovada que, embora possa vir a ser contestada pelo Ministério Público, foi feita representação ao procurador-geral de Justiça para que ingresse com uma ação direta de inconstitucionalidade, pois entenderam que essa lei fere a Constituição Estadual, está em desacordo com o Estatuto da Metrópole, e até em prestígio àquilo que disse anteriormente da importância dessa atuação regionalizada, não se pode trabalhar com água e esgoto ignorando esse recorte.

“Temos que prestigiar a atuação de bacia hidrográfica e pegar municípios da nossa região, que são operados pela Sabesp, e colocar num outro bloco, não faz nenhum sentido do ponto de vista dessa atuação regionalizada”, destacou.

Colocou que sobre o que foi dito sobre o compromisso do vice-governador, em alterar as regiões administrativas, e lembrou de uma conversa com um ex-governador que se interessou pelo assunto. “Ele tinha um projeto de fazer as regionalizações dos Estados sempre por bacia hidrográfica”, revelou.

MC-Fipe disse que teve acesso informal a esse projeto e gostou no projeto e acha que a atual gestão do atual governador poderia, via Secretaria de Desenvolvimento Regional retomar esse trabalho e aproveitar essa onda de que a ideia é trabalhar regionalizadamente e voltar a esse tra-

balho já que não faz sentido para algumas áreas, como saúde, educação que o recorte territorial e administrativo seja diverso.

Colocou que isso não é uma questão do Ministério Público e, sim, de governo, mas fica a sugestão. Sobre os resíduos, colocou que de fato merecem uma apreciação conjunta porque existe o aterro regional, que não está operando bem, e é objeto de questionamento por parte do Ministério Público e ação civil pública e a prefeitura também já está rescindindo esse contrato. “Precisamos pensar em trabalhar, como disse antes, com inclusão dos catadores, aproveitamento energético sim, mas lá no final da cadeia. Antes com redução, reciclagem, reaproveitamento, compostagem”, destacou.

Reafirmou ainda a necessidade da participação da sociedade civil, com voz e voto, nas decisões do conselho e que os dados e diagnósticos para elaboração final do PDUI estejam compatíveis com o plano de bacia hidrográfica, que vigorará de 2020 a 2035, com as metas de enquadramento, e que farão esse acompanhamento.

Finalizou afirmando serem essas observações complementares que tinha a fazer e que imaginava que iriam para a ata para que se pudesse ter as anotações dos presentes e que a redação final da proposta do PDUI possa contemplar todas essas questões de maneira que não seja um plano para inglês ver, ou que seja um plano irrealista, e sim aquilo que tem certeza que a equipe busca: fazer um plano factível, realista, que atendesse aos interesses da sociedade e que pudesse ser um guia para os próximos anos para o desenvolvimento de uma região tão pujante como é a Região Metropolitana de Piracicaba. Agradeceu a atenção e se colocou à disposição.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que a participação do promotor do Ministério Público é realmente muito importante e destacou que o evento do Gaema já estava anotado e seria divulgado para as 50, 60 pessoas que estiveram presentes no ambiente virtual. Informou ainda que o representante da Fundação Agência das Bacias PCJ participou no ambiente virtual, assim como o Secretário de Governo de Pirassununga que não pôde estar presente, além dos representantes da Secretaria Estadual de Cultura de Piracicaba, e que a audiência pública teve uma participação ampla. Pediu ao promotor que aguardasse um pouco mais para as considerações de MC-Fipe faria em seguida.

MC-Fipe dirigiu-se ao promotor para um esclarecimento sobre a diligência mencionada pelo de que são dez os municípios que não fizeram a lei de uso e ocupação do solo e cinco municípios que não fizeram o plano diretor.

Disse que particularmente considera que o que dá efetividade para o plano diretor é a lei de uso e ocupação do solo e que de nada vale um plano diretor que se desdobre na lei de zoneamento. Por este motivo citou dez, mas são cinco e dez. Quanto aos APLs, informou que foram tratados no Panorama Regional.

Após as colocações dos participantes, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos e reforçou que todos os documentos produzidos e a gravação na íntegra desta audiência pública ficam disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>) onde será possível enviar propostas até sete dias úteis após esta data e também no Youtube, no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional (<https://www.youtube.com/watch?v=yvldycSRj1k>).

Balço de Presenças da AP Limeira - 11/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/ SSAM/Fipe
55	5	32	20	87	25	112

Lista de presença

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Prefeito	AO	Presencial / Mesa
Araras	Prefeitura de Araras	Diretora (Secretaria de Planejamento)	ACM	Presencial
Araras	Câmara Municipal de Araras	Chefe de gabinete	AM	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	AP	Chat YouTube
Campinas	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - Escritório Regional de Campinas	Diretor - Regional Campinas	ARD	Presencial
Araras	Câmara Municipal de Araras	Vereadora	AJC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat YouTube
Piracicaba	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRAD) Piracicaba	Diretora do Núcleo de Avaliação e Supervisão (Nuasu)	AMS	Presencial
Conchal	Prefeitura de Conchal	Vice-prefeita	AMVCC	Presencial / Mesa
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Cultura		AN	Chat YouTube / Formulário
Limeira	Prefeitura Municipal de Limeira/SOSP	Chefe da Divisão de Iluminação Pública	AR	Presencial
Piracicaba	Associação Paulista de Municípios (APM)	Conselheiro	BN	Presencial / Meet
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube / Meet
Iracemópolis	Prefeitura de Iracemópolis	Coordenadora de Comunicação	CFS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	CL	Chat YouTube
Limeira	A.P Indústria e Comércio	Gerente	CS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		DA	Meet
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Assessor Parlamentar	DMS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional		Desenvolvimento Regional SP-SDR	Chat YouTube
Cordeirópolis	Câmara Municipal de Cordeirópolis	Vereador	DG	Presencial
Araras	Secretaria de Esportes	Secretário	DM	Chat YouTube / Formulário
Santa Cruz da Conceição	Prefeitura de Santa Cruz da Conceição	Prefeito	DA	Presencial
não menciona	não menciona		EA	Chat YouTube
Piracicaba	Agência das Bacias PCJ		ES	Meet

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Pirassununga	Prefeitura de Pirassununga	Secretário de Governo (representando Prefeito Dr. Dimas Urban)	ES	Chat YouTube / Mesa
Limeira	Prefeitura de Limeira	Fiscal de obras	EVRJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat YouTube
não menciona	não menciona		EASP	Formulário YouTube
Piracicaba	Alesp	Assessor Parlamentar	ED	Presencial
São Paulo	Cidadão		ESN	Chat YouTube
Piracicaba	Alesp	Assessor Parlamentar	FS	Presencial
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Vice-prefeita	FC	Presencial/Mesa
Araras	Prefeitura de Araras	Secretário de Planejamento	FB	Presencial
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assistência Técnica	FHVS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	FC	Chat YouTube/Formulário
Limeira	Polícia Civil	Delegacia Seccional	FP	Presencial
Araras	Secretaria de Cultura	não menciona	FJ	Presencial / Formulário
não menciona	Associação Paulista de Municípios (APM)	Presidente	FG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		GAT	Meet/YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	não menciona	GM	Chat YouTube/Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulario YouTube
Pirassununga	Prefeitura de Pirassununga		HP	Chat YouTube/Formulário
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Chefe de Gabinete	IM	Presencial
Piracicaba e região	Promotor de Justiça do GAEMA, núcleo PCJ Piracicaba		ICC	Meet/Chat YouTube/ Formulário/Mesa
São Paulo	SSAM/SDR	Coordenador	JJ	Presencial
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Secretário	JAG	Presencial
Limeira	Prefeitura de Limeira - Secretaria de Cultura		JFZ	Chat YouTube/Formulário
Limeira	PM Limeira	Secretário de Desenvolvimento	JFA	Presencial
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) - Escritório Regional de Campinas	Secretária em exercício	JO	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona	não menciona	KMK	Formulario/YouTube
não menciona	não menciona	não menciona	KG	Chat YouTube/Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		LRT	Meet/YouTube
Cordeirópolis	não menciona	Assessora	LG	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Secr. de Obras e Planejamento	MJC	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Cordeirópolis	Prefeitura de Cordeirópolis	Secretária	MC	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	MMC	Chat YouTube
Piracicaba	Associação Paulista de Municípios (APM)	Assessor	MS	Presencial
São Paulo	Fipe/SDR		MC	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MCL	Chat YouTube
Limeira	Ceprosom	Presidente	MAD	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	MID	Chat YouTube
não menciona	não menciona	não menciona	MKO	Chat YouTube
São Paulo	não menciona	não menciona	MLSOW	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat YouTube
Cordeirópolis	Câmara Municipal de Cordeirópolis	Vereadora	MFT	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MYM	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	MGA	Formulário YouTube
Limeira	Sincaf	Diretor Financeiro	MSC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
Limeira	PM Limeira	Secretário de Urbanismo	MR	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Meet
não menciona	não menciona	não menciona	MMB	Formulário YouTube
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	MF	Presencial
Iracemápolis	Prefeitura de Iracemápolis	Prefeita	NCMF	Presencial/Mesa
Cordeirópolis	Câmara Municipal de Cordeirópolis	Vereadora, Vice-presidente	NDM	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	OABN	Formulário YouTube
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Assessor	PJ	Presencial
Santa Cruz da Conceição	Prefeitura de Santa Cruz da Conceição	Secretário de Meio Ambiente	PLFC	Presencial/Mesa
Araras	Prefeitura de Araras	Prefeito	PE	Presencial/Mesa
Conchal	Câmara Municipal de Conchal	Vereador	PHMA	Presencial
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Habitação	Secretário	RZ	Chat YouTube/Formulário
Iracemápolis	Câmara Municipal	Vereador	RS	Presencial
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Justiça	Secretário	RT	Chat YouTube/Formulário
Piracicaba	DRS X-Piracicaba		RPM	Chat YouTube/Formulário
Limeira	Prefeitura de Limeira	Chefe de R. Legislativo	RRC	Presencial
Limeira	não menciona		RN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	RM	Presencial/Mesa
Araras	Prefeitura de Araras - Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Secretário	RB	Chat YouTube/Formulário
Araras	Câmara Municipal de Araras	Presidente	RS	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Técnica	RN	Meet
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	SMMS	Presencial/Chat YouTube
não menciona	União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp)	Presidente	SM	Presencial
Limeira [?]	Secretaria Municipal de Educação		Secretaria Municipal de Educação	Meet
Limeira	Prefeitura de Limeira	Secretário (representando Prefeito Mario Botion)	SAM	Presencial/Mesa
Piracicaba	Agência das Bacias PCJ		SR	Chat YouTube/Formulário
Limeira	Câmara Municipal de Limeira	Vereador - Presidente da Câmara	SP	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona		SFZ	Formulário YouTube
São Paulo	Fipe/SDR		S	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
não menciona	não menciona		SAS	Formulário YouTube
Araras	Câmara Municipal de Araras	Chefe de Gabinete	TM	Presencial
Limeira	Prefeitura de Limeira	Diretor de Saneamento	TBC	Presencial
Leme	Prefeitura de Leme	Controlador Geral	VBN	Presencial/Mesa
Conchal	Prefeitura de Conchal	Prefeito	VM	Presencial
São Paulo	Secretaria de Cultura		VF	Chat YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial
Limeira	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	VB	Presencial
não menciona	não menciona		WM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	ZA	Meet/YouTube

I.2. Sub-região de Piracicaba

Data: 13 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Anfiteatro da Secretaria Municipal de Educação de Piracicaba – Rua Cristiano Cleopath, 1902 – Alemães Piracicaba/ SP

Municípios convidados: Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras e Saltinho.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Agradeceu ao prefeito de Piracicaba pela colaboração na montagem da audiência pública.

Explicou que o Caderno de Insumos detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Essa audiência é a segunda rodada de discussões públicas para subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). O evento contou com a presença do prefeito de Piracicaba e presidente do Conselho da RMP, e demais prefeitos dos municípios do entorno da cidade — Elias Fausto, Saltinho, Rafard, Rio das Pedras e Capivari. Marcaram presença também o presidente do Parlamento Regional, o promotor público do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) e a secretária do Desenvolvimento Regional.

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

A seguir, expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP_-AP_-Regulamento-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Em seguida foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos se iniciaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Piracicaba
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Deputado estadual
- Prefeito de Elias Fausto
- Prefeito de Saltinho
- Prefeito de Rafard
- Vice-prefeito de Rio das Pedras
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Capivari
- Promotor Público do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema)
- Representante do Parlamento Regional e Presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMP

Na sequência, foi aberta a palavra para a mesa diretora:

O primeiro a falar foi o prefeito de Piracicaba que agradeceu a presença de todos e disse que a realização desta audiência é parte de um processo de estruturação da RMP e espera receber muitas contribuições em um processo que já está em andamento para que se tenha o mais rápido possível ações concretas para se pensar regionalmente e atuar localmente.

Em sua fala, o prefeito de Elias Fausto saudou a todos e elogiou as audiências públicas. “Estamos iniciando um processo de construção da Região Metropolitana de Piracicaba que começa a dar os primeiros passos e é preciso pensar no planejamento. Até um mês atrás o assunto era a falta de água. Agora, com as chuvas esquecemos desse problema, mas é preciso planejar o dia de amanhã. Agora, a preocupação é com a crise sanitária por causa da onda gripal. Então é importante ter um planejamento porque as cidades pequenas da região, Elias Fausto, Mombuca, Rio das Pedras, Rafard dependem da Santa de Capivari e acabamos sufocando Piracicaba porque mandamos os nossos pacientes para cá causando uma superlotação”, disse.

Reafirmou que o planejamento é de extrema importância e que é preciso debater porque é uma região muito extensa e é preciso trabalhar de maneira regional com programas pontuais para avançar. “Desejo sucesso e coloco-me à disposição”, encerrou.

O prefeito de Rafard cumprimentou a todos e disse ser muito importante a criação da Região Metropolitana de Piracicaba e que se todos trabalharem em conjunto conjuntamente obterão resultados positivos em vários setores. “Estava esperançoso, mas, estamos passando por momentos difíceis, os hospitais estão lotados, mas estamos trazendo investimentos e a cidade de Rafard vem crescendo com o seu distrito industrial. A segurança pública e a educação são áreas que precisam de atenção, por essa razão valorizo o planejamento”, disse.

O prefeito de Saltinho destacou que os problemas das cidades da região, sejam de pequeno ou grande porte são praticamente os mesmos. “Estamos enfrentando a pandemia, hoje é uma situação um pouco melhor por ser um pouco mais leve, mas as unidades de saúde estão superlotadas. Estamos descentralizando os serviços para dar uma desafogada. Precisamos discutir o transporte integrado porque sofremos bastante no ano passado. Cada cidade tem a sua identidade, mas, não foge muito do foco final. Estou à disposição”, destacou.

O vice-prefeito de Rio das Pedras começou sua fala destacando que estão passando por um momento delicado porque muitas pessoas acharam que a pandemia acabou e ainda é preciso cuidado. Ressaltou a importância da reunião e ver o que acontece na Região Metropolitana de Campinas onde disse que teve a oportunidade conhecer o Plano de Incentivo de Crescimento (PIC) que teve um investimento de 400 milhões (de reais) na região de Hortolândia. “É isso que queremos para os nossos municípios. Algumas prefeituras já estavam fazendo isso. Mas, temos que pensar no coletivo, na integração dos municípios porque um depende do outro. Precisamos crescer prestando atenção na sustentabilidade”, disse.

Apontou ainda que empresas procuram a região, mas sem um plano de sustentabilidade e soluções para tratamento de resíduos elas não se instalarão. “Para o meio ambiente é preciso olhar com carinho porque é o nosso futuro. E também, as questões de saúde, água que é o que nos aflige. Rio das Pedras tem um problema sério de abastecimento de água. As chuvas agora estão ajudando, mas, tivemos um colapso muito cedo. É uma situação que se pudéssemos, de alguma maneira, sentar e encontrar uma solução seria importante”, disse.

Destacou que para Rio das Pedras, a represa de Corumbataí não vai ser efetiva por causa da distância. “Estamos conversando com o prefeito e com a Sabesp para que ela nos dê uma luz. Vários municípios já estão com a Sabesp. Enfim, tem problemas com educação e tudo tem que ser debatido conjuntamente. Agradeço a oportunidade e em nome do prefeito, coloco-me à disposição”, afirmou.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Capivari saudou a todos afirmou que a demanda da cidade, além da crise da saúde diz respeito ao meio ambiente e transporte que é o que influencia o dia a dia da população. Ressaltou que atualmente, a demanda é uma solução para o cruzamento da SP-101 com a SP-308, Km 41 onde houve registro de muitas mortes. “Fica no limite com Capivari, mas é onde todo mundo passa. O Estado todo passa por lá, sentido Campinas e tem um distrito industrial particular com mais de 1000 colaboradores passando por lá todos os dias. É uma questão de extrema relevância para colocar na pauta da Região Metropolitana de Piracicaba”, alertou.

O representante do Parlamento Regional e Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba disse que estava feliz por poder representar todos os vereadores. “A nossa região, apesar da configuração de metropolitana conta com uma característica diferenciada que é a menor densidade demográfica. O que significa que os nossos municípios estão mais distantes ou menos integrados por seus núcleos urbanos. Apesar de favorecer a agricultura temos acreditado em modelos econômicos característicos de outras regiões metropolitanas com relação ao consumo. Infelizmente nós não temos uma grande massa de consumo na nossa região. Analisando pontos favoráveis encontrados, o fato é que a pesquisa feita pelo Seade mostra que o conjunto dos municípios vem perdendo participação no total de investimentos privados recebidos no Estado de São Paulo.

A participação que em 2013 era de 2,65% caiu para 0.08% em 2020. Isso é muito preocupante e temos que reverter, enquanto região metropolitana, esses índices, buscando unir a necessidade de um novo vetor de impulso econômico com aptidão regional”, analisou.

Afirmou ainda que será entregue uma proposta ao governo do Estado de São Paulo, por meio da Região Metropolitana de Piracicaba que é o Polo Paulista de Fomento de Economia de Baixo Carbono que, segundo o vereador, é um promissor modelo que concilia desenvolvimento econômico, modo de produção e racionaliza o consumo de matérias primas, bem como a redução de resíduos e emissões.

“Não pretendemos nenhum privilégio, mas buscamos demonstrar tecnicamente porque nossa região pode potencializar os compromissos de desenvolvimento econômico com preservação ambiental assumidos recentemente pelo COP 26. Basicamente, estamos apresentando uma estratégia de projeto, disponibilidade de terras nós temos na nossa região, proximidade com os grandes centros consumidores e melhores rodovias estaduais, além de recursos hídricos, excelência acadêmica e experiência em biotecnologia. Buscamos apoio do governo do Estado nos moldes do Vale do Futuro que propiciou nítido desenvolvimento ao Vale do Ribeira”, disse.

Destacou, ainda, o compromisso do Parlamento Metropolitano com os estudos técnicos que têm sido feitos com o desenvolvimento de modelo de mapeamento de todas as locações produtivas de cada município para cruzar com as demandas. “Por meio da equipe técnica, nosso parlamento está estudando os 24 municípios para saber qual é o perfil de crescimento de cada um. Peço licença para entregar ao prefeito de Piracicaba que é o presidente do Conselho de Desenvolvimento e à Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício, o trabalho técnico realizado durante o ano de 2021 e todas as reuniões feitas do projeto de Baixo Carbono”, demonstrou.

Já o promotor público saudou as autoridades da mesa e iniciou dizendo acompanhar o projeto, não só por obrigação legal, mas também por vocação e por acreditar nessa forma coletiva de trabalho porque trata-se de um direito difuso, uma situação regional que coincide de 80% a 90% da base

territorial na qual atua o Gaema PCJ Piracicaba. Atuamos aqui na região em 21 municípios e a RM tem 24 municípios. Alguns são diferentes, mas, no mínimo em 80% temos semelhança. É um trabalho regional que envolve meio ambiente, habitação e urbanismo. Falou-se aqui na crise hídrica e nós tivemos crise em 2014 e estamos à beira de uma nova porque, embora esteja chovendo, nós não temos uma reserva. Precisamos pensar com a força política que uma região metropolitana tem em restaurar as nossas APPs, restaurar as nossas reservas legais. Nós trabalhamos num Plano Diretor de Recomposição Florestal no Gaema, junto com a Dr^a Alexandra Martins que tem um trabalho muito forte sobre a questão hídrica em Iracemápolis e Rio das Pedras, com a preocupação com a qualidade da água para abastecimento público que também faz parte das nossas metas no Gaema, além da questão dos resíduos sólidos, o transporte regional, o uso e ocupação do solo regional que também são metas da Região Metropolitana.

“Temos entre as nove Funções Públicas de Interesse Comum, (FPICs), cinco delas que coincidem com as nossas metas. Temos várias facetas comuns. O Gaema tem um auxílio técnico jurídico para trabalharmos junto. Quando o deputado propôs o projeto da Aglomeração Urbana eu o procurei para trabalharmos junto. Desde aquela época a minha luta é pela participação popular, a exemplo do que diz a nossa Constituição Estadual. Posteriormente, veio o Estatuto da Metrôpole em 2015, ambos prevendo a participação popular dentro do Conselho de Desenvolvimento com direito a voz e voto. Nós estamos prestes a encaminhar esse projeto, conforme citado pela secretária de Desenvolvimento Regional em exercício. O governo vai encaminhar esse projeto e vai fazer parte dele a criação de uma agência metropolitana, nos moldes do que existe na Região Metropolitana de Campinas. É fundamental porque tem um fundo específico e um gestor específico. Eu apelo aos prefeitos que façam contato com os deputados da base para que isso seja aprovado o mais rápido possível para deslançarmos efetivamente nesse projeto”, enfatizou.

Sobre a qualidade da água, disse que a promotoria trabalha junto com o Comitê de Bacia do PCJ e precisa ter o enquadramento do corpo hídrico, ou seja, a qualidade da água por trechos de rios. “De um modo geral, vai ter empresas interessadas em instalar empreendimentos industriais, outros empreendimentos imobiliários, grandes grupos”, disse.

Lembrou que na audiência de Limeira foi falado em parcelamento na divisa de Iracemápolis e afirmou que esses parcelamentos de solos, principalmente de grandes dimensões, não podem depender apenas de aprovação do loteamento pelo município. “É preciso passar pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana porque vai ter um impacto de importância regional”, ponderou.

Disse considerar que a mentalidade da gestão pública muda a partir da região metropolitana e que o município não é mais dono do seu próprio nariz sozinho. Citou uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu haver necessidade do compartilhamento da gestão do interesse público dentro dessa governança federativa.

“Ou seja, as questões precisam ser decididas em conjunto, entre Estados e municípios e aí se tem decisão, tem responsabilidade. Isso, senhores prefeitos, é muito importante porque o problema da água e dos resíduos, por exemplo, não é mais de responsabilidade só dos senhores como era até então. A titularidade passa a ser compartilhada, também passa a ser um problema do Estado. Os senhores terão força para reivindicar, mas terão que contribuir com essa articulação. Acho que nossa região vai evoluir muito com isso”, destacou.

Disse, ainda, que o Parlamento Regional é muito importante e na época da Aglomeração Urbana já dizia da importância de um acompanhamento “pari passu” porque até então não tinha nem previsão de participação popular no Estado de São Paulo. Ressaltou que os vereadores são representantes do povo e parece existir uma construção política para que isso aconteça.

“Na nossa região nós temos a questão dos polos produtivos, da cana de açúcar, temos a questão da água e do esgoto que embora sejam temas delicados eu me sinto na obrigação de relatar aqui, assim como foi relatado em Limeira, aproveitando a presença dos senhores prefeitos. O Estado de São Paulo aprovou uma lei, em 2021, por força de uma lei federal, criando as Unidades Regionais (URAS) de Água e Saneamento. Eu entendo que o planejamento regional vai ser esse porque tem uma lei estadual. Mas foi atropelada a governança interfederativa das aglomerações urbanas e regiões metropolitanas que teriam que ter a gestão da água, do esgoto e de resíduos entre os municípios que compõem essa base territorial. Não foi isso que aconteceu, os municípios operados pela Sabesp, 371 municípios espalhados pelo Estado a fora estão num bloco só e não têm nenhuma identidade entre eles. Entre outros problemas, não foi considerada a base da bacia hidrográfica como forma de gestão. Tão logo foi aprovada a lei nós fizemos uma representação junto ao Ministério Público Estadual para propor uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei estadual. Para que haja uma anulação dessa lei e que haja uma nova negociação contra essa lei para que essa questão seja acertada. Assim como, sejam acertadas as Regiões Administrativas do Estado. Há uma necessidade de integração das bases. Não tenho dúvidas que os senhores prefeitos sentem mais isso do que nós”, disse.

Destacou que para a educação a base territorial é uma, para saúde é outra, para o Meio Ambiente é outra. Disse que talvez esteja na hora de resgatar um projeto anterior e aproveitar essa regionalização não só baseada em recurso hídricos, nem desenvolvimento, nem em hospitais, mas usar uma mesma base territorial para qualquer tema a ser discutido.

“O papel do Ministério Público é mais de acompanhamento, a decisão é toda dos prefeitos e do Estado. Até então, o poder decisório é compartilhado entre dois, em breve será entre três porque terá a sociedade civil. O nosso papel é ser intermediário, apontar algumas correções ou incompatibilidade legal. Estou à disposição para qualquer diálogo separado porque acredito muito na figura das regiões metropolitanas. Não poderia deixar de apontar também as Áreas de Proteção Ambiental, a importância de trabalhar e cobrar o governo do Estado. Nós temos várias na RMP e fizemos um trabalho recente de combate a incêndio que foi muito produtivo. Inclusive contra uma operadora de energia elétrica. Temos também a APA Tietê e precisamos atuar conjuntamente”, ressaltou.

O promotor apontou ainda a questão da regularização fundiária urbana. Disse que na região de Limeira existem 400 loteamentos clandestinos na zona rural e em Piracicaba foram identificados algo em torno de 170. “Muito foi dito aqui sobre a expansão das manchas urbanas, de conter essa expansão, aqui em Piracicaba não, mas em Limeira sim. Temos que evitar novos parcelamentos e aqueles posteriores a 2016 que é do marco legal, precisam ser desfeitos. Não podemos dar exemplo para que continuem. Se não está consolidado e não é de difícil reversão, não há possibilidade de permanecer. As regras estão aí para isso. Essa questão tem que ser debatida aqui porque os parcelamentos estão em divisas de municípios”, alertou.

Disse que em Americana existem vários parcelamentos na denominada tríplice fronteira, Americana, Paulínia e Cosmópolis. “É um problema porque a população paga imposto em Americana,

frequenta Paulínia e assim por diante. Não podemos cometer esse mesmo risco aqui. Vamos aproveitar para definir o pagamento para serviços ambientais, ter ações de sustentabilidade, ter a mesma política para a região garantir a sustentabilidade. O trabalho é conjunto porque se cada município olhar só para o seu umbigo vai dar disputa no Conselho de Desenvolvimento. É hora de se decidir regionalmente requisitos mínimos para instalação de empresas na região. Vamos aproveitar que hoje todos falam do ESG para garantir a instalação das empresas. Coloco o Ministério Público à disposição para que se acerte todas as questões legais, urbanísticas e sociais que a região vai ganhar muito. Somos uma potência em quase todas as áreas individualmente, coletivamente seremos muito mais”, sintetizou.

O deputado estadual começou sua fala dizendo que, quando chegou na Assembleia Legislativa, em 1999, a região de Piracicaba estava sem nenhum representante no maior Parlamento da América que é a Alesp. “Fomos eleitos com a bandeira de resolver a questão de que qualquer tipo de serviço que se precisasse, por exemplo na área de segurança teríamos que ir até Campinas. Todos nós éramos totalmente dependentes de Campinas. Hoje, a região de Piracicaba, da maior cidade a menor, Águas de São Pedro que compõe a nossa região metropolitana, estão no mesmo patamar. Existe uma ação conjunta de todos os prefeitos e todos os vereadores. Me recordo que em 2008 a convite do prefeito esteve em Seul para assinar o termo de intenções da vinda da Hyundai para Piracicaba. “Fomos em 14 representantes da Câmara dos Vereadores, prefeitura e sindicatos e fomos até Ulsan, uma cidade que tem 35 mil funcionários na sede da Hyundai e através de uma seção de área, cerca de um milhão de metros quadrados a prefeitura permitiu que a empresa se instalasse e depois cedeu mais 700 mil metros quadrados para as empresas que fabricam as peças. Antes, era para apenas um modelo de carro, agora são dois fabricados em Piracicaba”, recordou.

Disse que toda a região ganha. “Piracicaba comanda essa região. O próprio hospital regional vamos ter 100% de atendimento, palavras do vice-governador quando veio assinar o projeto que criou na Região Metropolitana de Piracicaba. Tínhamos dentro de nós esse desejo de não depender mais de Campinas. Naquela oportunidade não foi possível criar a Região Metropolitana porque estava sendo criada a de Campinas. Procuramos na Emplasa verificar a criação do Aglomerado Urbano que foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas queríamos a Região Metropolitana de Piracicaba porque todas as cidades do entorno, uma depende da outra, e poderia se tornar região metropolitana. Até que o atual governador assinou o projeto de criação e mandou para a Assembleia Legislativa. Todos os prefeitos concordaram. Hoje todas tem o mesmo peso político. Sabemos que temos que melhorar a questão viária porque antes as rodovias não eram concedidas, mas a duplicação de rodovias que vieram, só saíram do nosso entorno, por exemplo, a que sai da Rodovia do Açúcar e da Luiz de Queiroz, passando pela Piracicaba-Limeira, até Piracicaba- Rio Claro porque a Hyundai vinha para cá e precisava de um entorno para as carretas. Agora, o projeto é estendê-lo até Piracicaba-Limeira, depois Piracicaba-Charqueada e depois completar terminando na rodovia Piracicaba-Saltinho emendando na rodovia Luiz de Queiroz. Esse é o nosso sonho”, disse.

Lembrou ainda de uma proposta feita na audiência pública de Limeira é que os municípios possam colocar como prioridade as muralhas eletrônicas que são muito importantes na questão de segurança. “Fico muito feliz de ter provocado essa discussão que aprovou o aglomerado e a região metropolitana na nossa região que é uma das mais importantes do Estado. Localizada no centro do Estado, há 160 KM da capital, com todas as rodovias duplicadas, com segurança, portanto merecia se tornar região metropolitana”, afirmou.

Em seu discurso, a secretária de Desenvolvimento Regional em exercício fez um breve histórico lembrando da determinação do governador e do vice em priorizar o cumprimento de todas as tarefas a serem realizadas para uma maior aproximação entre Estado e municípios.

“Entendemos que o compartilhar é a nossa forma de gestão e percebemos na fala dos prefeitos que os problemas ultrapassam as fronteiras municipais e, portanto, precisam ser tratados de forma coletiva e solidária. Se inaugura uma nova fase que por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, renuncia a competição entre os municípios para trabalhar por meio de solidariedade, compartilhamento e sinergia entre os municípios”, disse.

Diante que o governador exigiu da equipe entrega de políticas públicas. “Estamos aqui, após muitos anos em que as ações de regionalização ficaram paralisadas e estamos retomando criando regiões metropolitanas. Está na Assembleia Legislativa para aprovação uma nova forma de governança para as regiões metropolitanas que já assume a responsabilidade de adequar a legislação paulista aos ditames da legislação federal. Se tínhamos alguma dúvida de que a sinergia entre os municípios era necessária a pandemia destruiu qualquer dúvida. Se além das Funções de Interesse Comum (FPICs) entre os municípios existia respeito ao meio ambiente, a pandemia mostrou que só através de um esforço conjunto entre Estado, legislativo, Ministério Público e municípios pode-se chegar a uma solução”, ponderou.

A secretária destacou ainda o enorme desafio de saúde pública e afirmou que a solução só é possível pelo trabalho coletivo. “Se existia dificuldade com o problema da água, por exemplo, precisamos coletivamente buscar solução, essa é a razão de existir a região metropolitana. Temos que entender que o interesse coletivo se sobrepõe ao individual. E de forma solidária vamos criar um modelo de sustentabilidade que atenda a todas as necessidades dos municípios para que essa política pública, ainda que implementada localmente, tenha sucesso no uso dos recursos públicos que é um dever de todos nós”, destacou.

O prefeito de Piracicaba e presidente do Conselho de Desenvolvimento fez um apanhado dos temas discutidos e o relatou a proposta de estudos e projetos discutidos em reunião com a maioria dos prefeitos em novembro de 2021.

Ele sintetizou as colocações feitas pelos participantes da mesa diretora da audiência pública e disse que cada município tem os seus problemas e o princípio regional é uma coisa nova. “Fomos criados como Região Metropolitana de Piracicaba, mas eu gostaria que o nome fosse “do Piracicaba”. Todas as cidades têm a mesma importância. A união é igualitária. Todas participarão da gestão. Haverá uma rotatividade e todos os prefeitos participarão igualmente da presidência do Conselho de Desenvolvimento”, destacou.

Afirmou ainda que as contribuições feitas pelo promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), Núcleo PCJ-Piracicaba foram completas, mas alertou que iria complementar com algumas questões.

Disse que a questão dos loteamentos irregulares vai ser muito discutido. “A Lei de Saneamento já está sendo discutida e cada município está definindo se vai aderir ao sistema e vamos discutir agora, sob o prisma da região metropolitana”, revelou.

Afirmou ainda que rever os modelos de regionalização é um passo importantíssimo, mas, são os representantes do Estado é que devem resolver. “Não dá para continuar operando, por exemplo, a

estrutura de segurança em 50 municípios e a educação e saúde operam em outra forma de regionalização, portanto, está na hora de ter uma convergência sobre isso”, ponderou.

Sobre a divisão de ônus e bônus, afirmou que terão coisas muito boas, mas outras ruins e que é preciso pensar sobre isso e que sobre políticas públicas de conservação, a pedido do Ministério Público, vai ser incluído na pauta a política pública de conservação também da fauna silvestre. “É parte da premissa quando se constitui uma região metropolitana a criação de uma agência e de um fundo de financiamento específico. Esclarecendo ao representante do Parlamento Regional, estamos numa fase de formação do conselho construindo a legislação para a implementação das figuras da região metropolitana. Isso está em andamento e, com certeza, haverá a participação popular com direito a voz e voto”, explicou.

Exemplificou dizendo que o Parlamento Regional que tinha sido criado com a legislação do aglomerado urbano precisa ser resgatado nessa nova legislação para que ele volte a existir de forma legal. “A proposta apresentada de baixo carbono será, com certeza, analisada. Foi feita menção sobre a queda dos investimentos industriais de 2013 a 2020 que caiu muito, mas, temos uma notícia boa porque em 2021 estamos com 25% de todos os investimentos da região administrativa de Campinas que é outro recorte regional. A partir daí, estamos resgatando a pujança dessa região. Os outros prefeitos levantaram questões sobre saúde, saneamento, integração dos transportes, falta de água, meio ambiente, segurança e quanto a um entroncamento que causa muitos acidentes. Conseguimos que o Estado custeasse a ampliação do anel viário e dois dispositivos na região por causa dos acidentes”, destacou.

Revelou ainda que no dia 23 de novembro de 2021 aconteceu uma reunião com a maioria dos prefeitos e foram aprovados alguns temas já estabelecidos que são base para os estudos. Além das questões regimentais, ficou definido o Projeto de Barragens que já teve a aprovação pelo Comitê de Bacia do PCJ. Disse que os estudos para execução dessa barragem já se iniciaram.

“Será em Ipeúna, no rio Corumbataí e também de um outro estudo que está sendo feito pelo comitê que é o Estudo da Macrodrenagem da Bacia do Rio Capivari para combate às enchentes. São iniciativas para resolver os problemas mais graves. E os municípios que não forem eventualmente beneficiários, como Rio das Pedras, outras alternativas poderão atender”, relatou.

O prefeito explicou que uma barragem está sendo feita em Pedreira, e que haverá uma transposição que custou 400 milhões (de reais) para trazer água para Campinas. “Fazer uma ligação até Rio das Pedras não deve ser muito difícil. Vamos juntos, analisar essa possibilidade. As demandas regionais de saneamento e recursos hídricos, criação regional de enfrentamento da crise hídrica é uma demanda de curto prazo. O bloco de saneamento também foi aprovado. Um Plano Regional de Enfrentamento da Crise Hídrica é uma preocupação porque pode faltar água. Vai ser preciso criar um grupo muito forte para tratar disso. Quanto a segurança, já foi discutido nesse grupo de prefeitos a integração, geração e criação das muralhas eletrônicas. Quanto a saúde, estamos todos unidos para ajudar cada um a passar por essa fase, mas é um plano de médio e longo prazo evitar uma centralização de atendimento em Piracicaba”, afirmou.

Disse ainda que faria sentido ter uma unidade sub-regional e citou como exemplo, o prefeito de Analândia que disse que o município precisa de uma ambulância para levar os pacientes para outro município.

“Temos que pensar diferente do modelo que temos agora. É preciso centralizar as demandas. Quanto aos esportes, foi autorizada a criação dos Jogos de Verão da Região Metropolitana. Turis-

mo e cultura, foi comentada a existência do grupo da Serra do Itaqueri e a ideia é criar um conceito de geoparque e criar o calendário de eventos para ser divulgado em todo o Brasil e no exterior. Na agricultura, foi aprovado criar a região demarcada de produtos agrícolas da RMP. É um projeto que vem sendo desenvolvido em parceria com a Esalq e os produtores agrícolas estão sendo qualificados e estão entrando nesse projeto os produtores agrícolas em áreas de proteção dos mananciais e proteção de nascentes. Esse já é um trabalho que está sendo feito com pagamento de serviços ambientais. Quanto a gestão pública, é outra coisa complexa porque todos nós temos dificuldades comuns”, afirmou.

O prefeito de Piracicaba disse ainda que a maior parte das prefeituras tem grande dificuldade de ter estrutura porque tudo é analógico e está sendo vista a possibilidade da agência de desenvolvimento da região de criar uma estrutura para fazer estudos, diagnósticos, projetos e estudos com mais serenidade para que se possa ter acesso às emendas dos deputados para que seja possível apresentar um projeto em nível estadual e federal e criar uma estrutura unificada para ser mais célere na geração de estudos de viabilidade econômica e ambiental.

No quesito transporte municipal e intermunicipal e logística têm sido um problema muito sério. O prefeito falou da hidrovia Tietê-Paraná que é um assunto antigo que já teve três inaugurações. “Cabe aqui a discussão para verificar se tem viabilidade e se tem outro modelo. Os temas de transporte continuam sendo motivo de discussão porque todos os municípios precisam fazer licitação de transporte público porque, pelo preço do diesel, todos os dias o valor sobe e as prefeituras não têm mais capacidade para subsidiar. Estamos tendo pressões fortes para solucionar esses problemas. Quanto a energia, foi aprovada a instalação de usinas fotovoltaicas para geração”, explicou.

Sobre meio ambiente, disse que foi muito discutida a viabilização do geoparque. Por fim, discutiu-se sobre educação que é um problema muito sério e tem várias questões a serem debatidas. “A dificuldade de se cumprir metas, como ter acesso aos programas, enfim temos muito que trabalhar”, disse.

Vale informar sobre a licitação em curso da ampliação do aeroporto de Viracopos que irá impactar na região metropolitana. Essas são propostas que já foram aprovadas pelos prefeitos que estarão incluídas no PDUI e que a partir das três audiências públicas vamos analisar quais são as propostas que serão efetivamente implantadas.

O secretário de Desenvolvimento Regional acompanhava a audiência on-line e, também, fez uma declaração. Ele afirmou que a audiência Pública simboliza na prática os primeiros passos que a RMP dá rumo a sua efetivação no que tange o planejamento de médio e longo prazo. Explicou que está sendo concebido um conceito de que o modelo que nos trouxe até aqui não nos levaria adiante, portanto, houve a necessidade de uma readequação por parte do governo.

“Fizemos a extinção da Emplasa, mas, através da parceria com a iniciativa privada, estamos dando agilidade e profundidade nos nossos planos de desenvolvimento urbano integrado, os quais serão os primeiros do país a serem apresentados e aprovados na Assembleia Legislativa de São Paulo”, explicou.

O secretário disse ainda que sabia que o governo sabe da vocação que tem a região e o grande impacto que o plano para o futuro da região. “Audiência pública de verdade que está ouvindo vocês e que vai sistematizar, por meio da Fipe, o caderno de propostas a ser entregue em março, que não será um prato pronto do governo do Estado, mas sim um diálogo conjunto e profundo com a

região. Essa audiência pública serve para que possamos, no mês de julho, apresentar na Assembleia e contar com o apoio dos parlamentares para aprovação. Vamos apresentar os primeiros PDUIs do Brasil e Piracicaba está englobada nisso. Portanto, um passo muito importante. Quero saudar todos vocês, as equipes técnicas presentes nessa região e dizer desse passo enorme que estamos dando no que tange ao planejamento das regiões de Estado. A região de Piracicaba, sem dúvida, sai na frente e será precursora nesse processo. Bom trabalho a todos, a toda a nossa equipe que está aí presente e tantos amigos nesse importante dia de hoje”, disse.

A seguir, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional, ordenamento territorial e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe. <https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Piracicaba.pdf>

As apresentações pela equipe Fipe também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe:** https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-RMP_AP-PDUI-Marcos-Campagnone.pdf
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe:** https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3-RMP_AP_Contextualizacao-Mauricio-Hofmann.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial – SM – Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY – Fipe**
- **Proposta das FPICs – SM – Fipe:** https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4-RMP_AP_OrdenamentoTerritorial-Sarah-e-Mariana.pdf

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=uzjpoCo3li4>) bem como na Plataforma digital do PDUI da RMP (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/>) onde também é possível enviar as propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência pública.

Balanco de Presenças da AP Piracicaba - 13/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Externo	SDR/SSAM/ Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR?SSAM/Fipe
42	4	30	19	72	23	95

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Piracicaba	Prefeitura	Chefe de Gabinete	DM	Presencial
Piracicaba	PDT	Vice-presidente	AF	Presencial
Piracicaba	Sedema	Secretário	AGS	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Campinas	Escritório Regional de Campinas	Diretor Interno	ARSD	Presencial
Rafard	Câmara Municipal	Vereador/ Presidente	AFF	Presencial
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessora	AMG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Rádio Educativa	Presidente	ACB	Presencial
Saltinho	Prefeitura - Departamento de Meio Ambiente		AMOM	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	CREA SP	Chefe de Unidade	AR	Presencial
Piracicaba	Prefeitura	Ex-prefeito	BN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube/ Meet
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
não menciona	não menciona		CJV	Meet
não menciona	Alesp		COR	Formulário YouTube
Piracicaba	RMP em Números	Professora	CF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SDR		Desenvolvimento	Chat YouTube Regional
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Sociedade Civil		ESN	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Prefeitura	Secretaria Assistência Social	EF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Formulário YouTube
Rafard	Prefeitura	Prefeito	FS	Presencial/Mesa
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessor Especial	FHV	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa	Secretária	GFM	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal/ Parlamento Regional/ Conselho de Desenvolvimento Regional/	Vereador e Presidente	GR	Presencial/Mesa
Elias Fausto	Secretaria de Administração e Finanças		GZ	Presencial
Saltinho	Prefeitura	Prefeito	HFB	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona		HB	Meet
Piracicaba	Lares Negocial Consultoria Econômica e Social Ltda		IALS	Formulário YouTube
Piracicaba e região	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente - Gaema	Promotor Público	ICC	Meet/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Formulário YouTube
Piracicaba	SEMDETTUR	Secretário	JPCP	Presencial
Rio das Pedras	Câmara Municipal	Vereador	JR	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
não menciona	não menciona		JLT	Meet
não menciona	não menciona		JFA	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Piracicaba	Associação de Moradores Res. Eldorado	Vice-presidente	JFM	Presencial
Capivari	Secretaria de Finanças e Governo	Secretário	JLM	Formulário YouTube
Piracicaba	SEMDETTUR	Secretário	JLGJ	Presencial
Capivari	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário	JMC	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona		JOM	Chat/Formulário YouTube
Elias Fausto	Prefeitura	Chefe de Gabinete	JMJ	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Secretária em exercício	JO	Presencial/Mesa
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessora	LF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		LRT	Meet
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)		LIMDM	Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Piracicaba	Prefeitura	Prefeito/Mesa	LA	Presencial
Capivari	Prefeitura	Secretário de Projetos	LFR	Presencial
Rafard	Câmara Municipal	Vereador	LFZ	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Secretário	MV	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)		MBSDS	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MKO	Chat YouTube
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Técnica	MYM	Presencial
não menciona	Internav Engenharia SS LTDA.		MGA	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Chat/Formulário YouTube
Capivari	Secretaria de Saúde		MGR	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	SEMAE-Piracicaba		MAMO	Chat/Formulário YouTube
Elias Fausto	Prefeitura	Prefeito	MB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MH	MEET
Rio Claro	Prefeitura		MMM	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MR	Chat YouTube
Piracicaba	Secretaria da Agricultura e Abastecimento		NFT	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal	Vereador	PK	Presencial
Piracicaba	Câmara Municipal	Vereador	RA	Presencial
Limeira	não menciona		R	Presencial
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assessor Técnico	RB	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Formulário YouTube/Meet
São Paulo	ALESP	Deputado	RM	Presencial/Mesa
Rio das Pedras	Câmara Municipal	Assessor	RA	Presencial
Rafard	Câmara Municipal	Vereador	RDR	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Formulário YouTube/Meet/Chat
Piracicaba	Prefeitura - Centro de Comunicação Social		SRB	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de equipe	SMM	Presencial
Piracicaba	EMDHAP		SMC	Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal	Vereadora	SM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
São Paulo	EMTU / SP		SAS	Formulário YouTube
Piracicaba	Prefeitura	Diretora de Comunicação	TEE	Presencial
Piracicaba	Conselho da Juventude do PT	Secretário	TF	Presencial
Rio das Pedras	Prefeitura do Rio das Pedras	Vice-prefeito	TALR	Presencial/Mesa
RMC	Consórcio Consimares		VAR	Formulário YouTube
Piracicaba	Câmara Municipal	Assessora Especial	VR	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Formulário YouTube
Capivari	Prefeitura		VHR	Formulário YouTube
Rafard	Prefeitura	Vice-prefeito	WAB	Presencial
São Pedro	Smart Public	CEO	WDPS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

I.3. Sub-região Rio Claro

Data: 19 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Câmara Municipal de Rio Claro - Rua 3, nº 945 – Centro – Rio Claro

Municípios convidados: Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos que informou sobre o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) que é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, para colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ele destacou que o Caderno de Insumos detalhou, de forma preliminar, a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secre-

taria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Agradeceu à Câmara Municipal de Rio Claro, representada pelo presidente, pela cessão de uso do plenário e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente a geração de imagens para o ambiente virtual.

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, para ampliar a participação, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

Informou que em razão da pandemia, o local onde aconteceu a audiência segue todas as regras de distanciamento social, teve sua capacidade reduzida e, por este motivo, o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Apresentou o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP_-AP_-Regulamento-Jesse.pdf), e informou que as propostas para a sub-região poderiam ser feitas por meio de formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data da audiência.

Em seguida são apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, foi feita a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Vereador e presidente da Câmara Municipal de Rio Claro
- Prefeito de Rio Claro
- Prefeita de Iracemápolis e vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Prefeito de Águas de São Pedro
- Prefeito de Analândia
- Prefeito de Charqueada
- Prefeito de Ipeúna
- Prefeito de Corumbataí
- Promotor de Justiça do Gaema, Núcleo PCJ-Piracicaba
- Deputado Estadual
- Secretário de Habitação de Santa Gertrudes, representando o prefeito
- Advogado da prefeitura de Santa Maria da Serra, representando o prefeito
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício

Ainda destacou a participação, no ambiente virtual, a presença do deputado estadual, da promotora de justiça de Rio Claro, da promotora de justiça de Pirassununga e do promotor MP-Gaema de Piracicaba.

Agradeceu aos representantes do município, aos vereadores, a vereadora de Araras, e demais vereadores, ao diretor regional de Campinas, ao diretor regional em Araraquara, e a todos os presentes na audiência pública.

Na sequência, deu início às saudações e considerações das autoridades que compõem a mesa diretora, iniciando pelo presidente da Câmara, representando o Parlamento Regional.

O presidente da Câmara de Rio Claro cumprimentou e deu boas-vindas a todos os presentes na Câmara Municipal.

O prefeito de Rio Claro saudou a todos os presentes e aos integrantes do Ministério Público que acompanhavam a audiência remotamente. Iniciou sua fala falando sobre a questão do enfrentamento da pandemia regionalmente e da regionalização dos centros de saúde para o atendimento da população. Além disso, salientou a necessidade de se identificar as potencialidades industriais, econômicas e turísticas da região, uma vez que tem o maior polo cerâmico da América Latina e terceiro maior do mundo - uma indústria que gera cerca de 7 bilhões de recursos, além do grande polo automobilístico em Itacemópolis e em Itirapina.

Disse que, no final de 2021, Rio Claro, com o apoio da Câmara Municipal, aprovou uma lei para iniciar uma discussão sobre a ampliação e regionalização do aterro sanitário, além do uso para a geração de energia.

Dito isso, solicitou que as questões de saneamento fossem discutidas regionalmente. Ressaltou a questão do aterro sanitário que, segundo ele, vai gerar uma economia de meio bilhão de reais para a cidade nas próximas décadas.

Reafirmou a importância da integração regional sem deixar de considerá-la um desafio enorme, visto que alguns municípios não aderiram a proposta de regionalização do Estado e municípios maiores já possuem serviço próprio de saneamento, como Rio Claro, Santa Gertrudes, Piracicaba, Limeira e outras, mas que é passível de ser vencido.

Sobre o turismo, mencionou que, embora não tenham grandes belezas naturais, com exceção do Horto Florestal, Rio Claro tem vocação para o turismo, especialmente o turismo de eventos, como o carnaval de Rio Claro, o balonismo, que pode atrair público e levar os turistas a outras cidades da região.

Disse saber que o desafio da integração e da resolução dos problemas das cidades é enorme, mas que pode ser superado com o trabalho que vem sendo realizado por todos.

Falou sobre exemplos mundiais de integração regional em que as especificidades locais necessitam ser superadas por uma questão regional. Citou ainda que com a integração regional foi o caminho encontrado pela Europa para a superação de disputas e guerras com a formação do bloco europeu proporcionando maior estabilidade para a região.

Agradeceu a todos os presentes, ao governo do Estado e convidou a todos para a participação efetiva no debate para a construção do PDUI.

A prefeita de Itacemópolis também seguiu o protocolo e saudou todas as autoridades presentes. Como representante do Conselho, fez considerações ressaltando que o PDUI prevalece sobre o plano diretor municipal e, portanto, exige cuidado nas ações.

Citou algumas das demandas regionais prioritárias aprovadas que constam em ata da última reunião do Conselho: saneamento e recursos hídricos, elaboração de estudos sobre o aterro de

resíduos sólidos domiciliar e industrial regional, segurança integrada e gestão e ampliação dos sistemas de câmeras e monitoramento em todos os municípios, agricultura, estruturação a região demarcada para produtos da RMP e incentivos ao consumo público e privado da RMP, gestão pública, estudos, diagnósticos e projetos para cidades inteligentes, PPs, concessão pública, melhoria do IDH e compartilhamento de projetos dentre os municípios da região metropolitana, transporte intermunicipal e logística, infraestrutura da região metropolitana, instalação de usina fotovoltaica e habitação.

Por fim, agradeceu ao presidente do conselho e prefeito de Piracicaba que não pode comparecer e desejou a todos uma produtiva audiência.

O prefeito de Águas de São Pedro também seguiu o protocolo e cumprimentos a todos. Terminadas as saudações, apontou a regionalização como principal ponto a se trabalhar para crescimento da região e ressaltou que muitos projetos podem ser articulados em conjunto.

Sobre Águas de São Pedro, citou alguns apontamentos/demandas: estimulação da criação de convênios regionais para descarte e tratamento de resíduos sólidos, criação de roteiros e investimentos turísticos na regionalização do turismo, aproveitamento dos já existentes, como é o caso de Águas de São Pedro na criação de um ciclovia turística, aproveitamento da malha viária existente para obrigar que veículos de grande porte e carga perigosa desviem do trânsito do interior dos municípios, antecipação da construção de anéis viários já previstos nas rodovias estaduais para tirar os veículos pesados de dentro das cidades, estimulação da criação de convênios para compras coletivas, discussão sobre um consórcio intermunicipal para o investimento em turismo e em outras áreas, a exemplo do Consórcio das Águas, tendo, assim, a capacidade de se trabalhar o marketing da região explorando o potencial de cada cidade criação de campeonatos regionais, e redes de câmeras integradas. Finalizou frisando o potencial da região e a união dos municípios.

O prefeito de Analândia saudou a todos os presentes pela acolhida e iniciou sua fala trazendo a água como um ponto forte de Analândia: 720 minas cadastradas no município e a nascente do rio Corumbataí e chamou a atenção para esse potencial hídrico inexplorado.

Ressaltou a necessidade de se considerar a parte de tratamento apropriado do esgotamento sanitário em Analândia para uma água de melhor qualidade na região. Mencionou ainda o projeto “Nascentes Analândia” que é capitaneado pelo presidente da Câmara Municipal e que tem como objetivo preservar o potencial hídrico do município.

Outro ponto abordado foi o aspecto turístico inexplorado da cidade e a necessidade de um profissionalismo e de um turismo integrado como saída, bem como a identificação de investidores para o potencial do município, com vistas à profissionalização da atividade e agregação de valor ao turismo regional.

Ressaltou também a área da saúde, mencionando a carência de itens básicos da cidade, como a falta de um Programa de Saúde da Família (PSF) para desafogar a UBS e, conseqüentemente, os hospitais referência de Rio Claro e Piracicaba. Finalizou agradecendo a oportunidade e reforçando a disponibilidade da cidade de caminhar de “braços dados” com a região.

O prefeito de Charqueada cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a importância da audiência pública enfatizando a importância da união e integração dos municípios em relação à segurança pública.

Citou algumas das dificuldades, como prédios ocupados pelo município não regularizados e, portanto, sem investimento e pediu apoio do governo do Estado para regularização desses imóveis.

Agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública, ao governo do Estado pela atenção aos municípios, e pela oportunidade de participação neste processo tão importante para a região.

O prefeito de Ipeúna também cumprimentou a todos e pediu a dispensa do protocolo. Disse que, embora o município de Ipeúna seja pequeno, é muito organizado e estruturado, e que as demandas do município serão submetidas à plataforma digital.

Ressaltou a importância da regionalização do turismo, citando a Serra do Itaqueri e destacou a questão dos graves e fatais acidentes no trecho da SP-191 entre Ipeúna e Rio Claro, administrado pela Eixo, e pediu apoio e que os investimentos sejam antecipados.

Além disso, também pediu apoio para as questões da saúde, uma vez que a cidade tem 8 mil habitantes e mais de 20 mil fichas de inscrição na saúde da região. Disse que recebeu orientação da DRS para instalação de uma UPA, pois Ipeúna recebe pacientes de outras cidades, pois tem uma farmácia com mais 750 itens, e pediu apoio dos prefeitos da região para o cadastramento de pacientes.

Colocou, ainda, a necessidade de finalização da vicinal entre Charqueada e Ipeúna, que é acesso a uma usina e um bairro. Agradeceu o governo do Estado e todos os envolvidos na iniciativa e pelo trabalho desenvolvido.

O prefeito de Corumbataí seguiu o protocolo e cumprimentou a mesa e todos os presentes. Salientou a confiança no governo do Estado a possibilidade de serem vistos de maneira diferente e pelo apoio aos municípios.

Mencionou a dificuldade hídrica de Corumbataí, que com o crescimento da cidade, com a expansão urbana tem necessidade de recursos para a construção de um poço.

Ressaltou a importância da regionalização e as necessidades da população que, quando buscam atendimento ou serviço para o cidadão, no sentido da troca dos serviços oferecidos em cada cidade, e citou como exemplo o uso do serviço de RX utilizado e fornecido por Analândia.

Disse que Corumbataí oferece serviço de transporte para todos os alunos que venham estudar no município e que outras cidades não possuem, e reforçou que quer participar da discussão das necessidades da região.

Colocou como pontos centrais de suas necessidades, a questão da segurança pública, que não tem fronteiras e que poderiam ter uma guarda compartilhada regional, e a questão do atendimento à saúde. Agradeceu a todos e pela oportunidade de participar desta audiência e desse processo de planejamento integrado.

O promotor de Justiça do MP-Gaema cumprimentou a todos os presentes e disse que está atuando nesta questão regional, não só por se tratar de um direito difuso e coletivo, mas também, para cumprir a determinação do Estatuto da Metrópole, a lei federal 13.089, que prevê no artigo 12, parágrafo 2º, a obrigatoriedade de acompanhamento por parte do Ministério Público quanto aos atos de elaboração do PDUI, o qual se sobrepõe aos planos municipais.

Enfatizou a importância da elaboração do plano, uma vez que define as diretrizes que permeiam as necessidades e demandas dos 24 municípios da região para os próximos 10 anos.

Portanto, segundo ele, esse é o momento de identificar as potencialidades de cada município, demandas comuns para que sejam colocadas no plano e possam ser legalmente exigíveis.

Alertou que uma das questões importantes de se fazer essa gestão interfederativa é justamente a Função Pública de Interesse Comum (FPIC) é o compartilhamento dessas responsabilidades e significa que, das nove funções públicas de interesse comum na Região Metropolitana de Piracicaba, das quais cinco tem a ver com área de atuação do Ministério Público, que é o planejamento de uso e ocupação do solo, habitação, meio ambiente, saneamento e transporte regional.

“Foi dito nesta audiência sobre o potencial turístico de Itirapina, de São Pedro, Águas de São Pedro, mas também o potencial automobilístico de Piracicaba, de Iracemápolis e Itirapina com montadoras, o polo cerâmico, um dos maiores da América Latina e o maior do Brasil, envolvendo cerca de 39 empresas da região, que traz riquezas, mas também traz dificuldades, como para o meio ambiente, a poluição, como o sistema viário, o levantamento de partículas, o problema das cavas de mineração em Rio Claro, a queima para a produção do piso de cerâmica e geração do gás fluoreto, poluição hídrica, problemas que ultrapassam os limites de um ou outro município, até porque o polo cerâmico é composto por Rio Claro, Iracemápolis, Piracicaba, Santa Gertrudes e tais problemas, precisam ser enfrentados regionalmente, também para a ampliação da pavimentação dessas regiões”, disse.

Mencionou ainda que a gestão compartilhada se aplica muito fortemente na questão do saneamento básico e a prestação regionalizada do saneamento básico vem com o novo Marco Legal do Saneamento Básico, lei de 2020, que exigiu que o governo do Estado fizesse uma regionalização e foi feito em 2021, as URAEs, que contemplou um arranjo regional que não atende às premissas e condições da região metropolitana e da aglomeração urbana, tal qual previsto em lei, pois agrupa todos os municípios operados pela Sabesp – são 371 no Estado, em um único bloco, sem identidade regional, sem guardar semelhanças com as bacias hidrográficas ou com a economia local.

Comentou também uma preocupação do prefeito de Rio Claro que, se não houvesse a adesão haveria a falta de repasses financeiros, e esclareceu que o decreto federal sobre o assunto ressalva que uma das maneiras de formação de blocos regionais é a região metropolitana e aglomeração urbana, portanto, mesmo que não haja a aderência às unidades regionais, ao bloco central ou ao bloco da Sabesp, previsto na lei estadual, não perderão “um centavo” sequer, daí a importância de se preservar esta união da região metropolitana.

Nesse sentido, salientou que o Gaema PCJ Piracicaba fez uma representação ao procurador-geral de Justiça para que se declare a inconstitucionalidade da Lei 17.383 que estabeleceu essa prestação regionalizada em quatro blocos.

Explicou que a Lei 17.383 tirou toda a responsabilidade do governo estadual e jogou nas costas do município essa questão, havendo, portanto, incompartilhamento de responsabilidade e de obrigações.

Segundo ele, a força da região de Piracicaba é uma das questões que pode ser fortemente abordada, juntamente com a questão dos recursos hídricos, água bruta, qualidade da água, enquadramento dos corpos hídricos, que é a qualidade da água por trechos do rio, e em alguns locais, a carga orgânica e industrial, e sendo a região a terceira economia nacional, perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo e a do Rio de Janeiro, tem um potencial alto de riquezas e industrial, mas também um alto teor de poluição hídrica.

Comentou ainda a tentativa da criação de um Laboratório da Unesp para tratamento dos sólidos, de toxicologia aplicada no departamento de Água e Esgoto de Rio Claro a fim de que esse controle sirva regionalmente, e que acha importante constar essa prioridade no PDUI.

Falou de outros assuntos importantes para o PDUI como a questão dos aterros sanitários regionais, sobre os quais as oficinas de trabalho identificaram a necessidade de otimizar o funcionamento das cooperativas de catadores, de aumentar a vida útil dentro da política de reduzir o volume de resíduos sólidos e/ou reaproveitar esse resíduo, reciclagem, fazer compostagem e aproveitamento energético, destinando ao aterro somente aquilo que é dispensável, aumentando o prazo de validade desses aterros.

Segundo ele, são essas coisas que se forem trabalhadas regionalmente gerarão um ganho muito maior. Levantou ainda o aspecto, que faz parte do Caderno de Insumos, da contenção do crescimento desordenado da ocupação urbana nas zonas rurais e lembrou a importância da regularização fundiária urbana, lei de 2017, que está sendo regulamentada em vários municípios e que Rio Claro precisa regulamentar para se adequar sua lei municipal a importância de se ter centros de triagem de animais silvestres para os quais o MP-Gaema está trabalhando com Rio Claro, em termos de ajustamento de conduta como compensação pelas multas, existem ainda as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) –Botucatu-Corumbataí-Tejupá a APA Piracicaba Juqueri-Mirim a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Rio Claro (FEENA). Disse que o MP-Gaema tem atuação regional em 21 municípios, muitos deles relacionados com Região a Metropolitana de Piracicaba, e que essas questões precisam ser bem contempladas, e que depois virão as adaptações aos planos diretores, e para tanto, trabalhem de forma organizada, ganharem força política, e até forças atrativas de investimentos externos de grandes conglomerados para que possam desenvolver da forma como merecem, afinal a região representa 3,42% da arrecadação do PIB.

Lembrou ainda que a rede hídrica da região é bastante densa, além do rio Piracicaba, Capivari e Jundiá, que compõem o consórcio PCJ que, por sua vez, é considerado o consórcio mais avançado do país dentro deste contexto econômico já colocado, há ainda o rio Corumbataí, no qual estão trabalhando fortemente na recomposição de mata ciliar, recuperação do seu processo de erosão, aumento da qualidade da água, pois o rio corresponde a 60% do abastecimento de Rio Claro e 90% do abastecimento de Piracicaba, e que atualmente há construção de uma Represa em Ipeúna para efeitos de abastecimento.

Disse que sobre o tema, a promotoria deverá encaminhar para o acompanhamento regional do Gaema que já existe uma representação em relação à represa, e falou da importância dela, pois robustece o suprimento hídrico da região, mas será preciso ter suas cautelas em relação a acidentes e preservação hídrica, sobretudo a qualidade do tratamento da água.

Destacou que dentro da ideia da prestação regionalizada de saneamento, ter um tratamento de esgoto adequado e se tiver a represa, ter um tratamento avançado, um tratamento terciário que faz remoção de fósforo e hidrogênio, adequar a paisagem rural, fazer um corredor ecológico, unir as APPs, APAs com mata ciliar, para que a flora e fauna possam transitar, trabalhar em conjunto com o Consórcio PCJ, e ter, acima de tudo, a participação popular, que a sociedade civil organizada tenham participação com poder de voz e voto dentro do Conselho de Desenvolvimento, pois está previsto na legislação estadual, na Constituição e na legislação federal, que possam ajudar decidir o destino da região, e com isso poderão introduzir pagamentos por serviços ambientais, regulação

climática, além de evitar dentro desse contexto, uma guerra municipal, uma guerra fiscal de benefícios, pois ao se trabalhar coletivamente se consegue compatibilizar essas questões, inclusive com plano de bacia hidrográfica.

Aproveitou para falar na importância do plano diretor de cada município, uma vez que é obrigatório pela Constituição do Estado, para Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, independentemente de seu tamanho.

Conclamou a região de Piracicaba ainda que reivindique ao governo, para que haja uma regionalização do Estado como um todo, não só em alguns aspectos, que as regiões administrativas preferencialmente atendam ao contexto das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), que existem 22 bacias hidrográficas no Estado, e que deveriam ter 22 regiões administrativas, que servissem para segurança, saúde, educação, assistência social, enfim, para todas as áreas do governo, e que havia um projeto desse tramitando junto à Secretaria de Recursos Hídricos, salvo engano, que pode ser recuperado.

Finalizou agradecendo a oportunidade de participar da audiência, falando inclusive em nome da promotora de Rio Claro e em nome da promotora de Pirassununga, e colocando o Ministério Público à disposição para continuar a participar desse debate, acompanhar a implantação das regras do Plano Diretor, para que, coletivamente, possam alcançar os objetivos.

O deputado estadual saudou a todos e compartilhou sua trajetória política e lembrou da criação do aglomerado e a instituição da região metropolitana em agosto de 2021, e sua independência da Região Metropolitana de Campinas.

O secretário de Habitação de Santa Gertrudes cumprimentou as autoridades e todos os presentes na audiência. Concordou com as demandas citadas pelos outros prefeitos e o promotor, como recursos hídricos, saneamento, a própria expansão urbana dos municípios.

“Algo que é de seu interesse, que é a questão do parcelamento irregular do solo, ação que os municípios precisam trabalhar fortemente com o apoio do Estado, os programas regionais de habitação, e as rotas turísticas, que foram citadas aqui e levantadas em reunião em Iracemápolis”, disse.

Agradeceu ao prefeito de Santa Gertrudes pela oportunidade de representá-lo e desejou uma boa tarde a todos.

O advogado da prefeitura de Santa Maria da Serra também seguiu o protocolo e cumprimentou as autoridades. Iniciou falando que Santa Maria já entrega os resíduos sólidos a mais de 70 quilômetros no município de Rio das Pedras, o que não será um desafio.

Concordou com a questão da criação de consórcios de compras porque os municípios maiores podem auxiliar municípios menores. Sobre o que foi dito pelo prefeito de Analândia, disse que Santa Maria também tem belezas inexploradas e um potencial turístico muito grande com a vantagem da proximidade a regiões próximas, bastante rica, o que permite a agregação do turismo.

Disse acreditar na criação de centros de monitoramento, pensando na segurança da região. Em relação à malha viária, colocou o descontentamento de Santa Maria da Serra com a terceirização do trecho, não por ser contra, mas porque os consórcios que terceirizam têm que ser parceiros dos prefeitos e das cidades da região.

Afirmou que por ser consultor e prestar serviços, tanto no município, quanto em outros da região e fora da região, e que a Eixo, por vezes, não atende aos prefeitos como deveria, o que causa muita estranheza.

Disse ser a favor da terceirização, inclusive da cobrança do pedágio, que mantém a estrada em perfeito Estado, mas também é a favor da contrapartida, que tem que ficar claro o trato das lideranças políticas da região.

Citou como exemplo a Serra de Santa Maria que liga a Torrinha interdita em virtude da possibilidade de queda de pedras, e sequer se tem prazo de solução, o que causa preocupação, pois Santa Maria liga Torrinha, Brotas e demais cidades do platô por esta serra. Declarou ainda que este é o momento de se tratar das realidades e dos problemas.

A secretária de Desenvolvimento Regional em exercício saudou a todos e falou do prazer em estar cumprindo a missão dada pelo secretário de Desenvolvimento Regional, pois sabe o quanto importante é para o secretário o projeto de regionalização no Estado de São Paulo.

Lembrou que, em janeiro de 2019, a equipe da secretaria foi convocada pelo governador e o vice-governador com os desafios de resgatar os valores do municipalismo e a outra missão dada pelo vice-governador: conseguir atender os municípios com os orçamentos superestimados e uma forma de fazer isso foi o atendimento regionalizado.

O secretário de Desenvolvimento Regional lançou para sua equipe a missão de pensar soluções para atender a todos os municípios paulistas independente do tamanho. Assim, comentou que para pensar novo, o secretário viu a necessidade de primeiro se abolir a competição entre os municípios, instaurar uma nova forma de gestão pautada pela solidariedade entre os municípios, e uma saída foi ouvir os municípios, da oitiva, para entender o que os municípios precisam.

Avaliou o momento como sendo uma quebra de paradigma, um momento para fazer história, em que se está repensando o Estado para que juntos façam com que os planos se realizem.

Disse que absorveu e anotou todas as demandas: uma delas, a mais citada, diz respeito ao desenvolvimento do turismo e que o considerou o grande mote da região e deve ser pauta de discussão.

Além disso, a questão fundiária também chamou a atenção. Outra preocupação salientada foi quanto à democracia do modelo, em que os municípios pequenos têm o mesmo peso dentro do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba.

Fez um apelo aos municípios pequenos para que participem do processo de forma contundente para a melhoria de sua cidade. Finalizou saudando a presença das autoridades e representantes da sociedade civil.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos passou a palavra ao prefeito de Rio Claro para a fala de encerramento.

O prefeito de Rio Claro reforçou a angústia dos prefeitos, principalmente os de municípios menores, aproveitando a presença da secretária de Desenvolvimento Regional em exercício para que leve um pedido para que o diálogo com a Eixo e com a Artesp seja melhor.

Disse que os municípios têm tido muitos desafios, mas entendem que houve um ganho enorme para região, o maior projeto da história do investimento em vicinais, demanda que os deixará com

uma dívida imensa pelo que o governo tem feito pela região, e reforça o pedido de intervenção da secretaria no sentido de melhorar a interlocução com a Eixo e Artesp.

Pontuou, também, a questão da macrodrenagem da região, trabalhando regionalmente, e, por fim, falou da felicidade de saber que a Secretaria está à disposição para ouvi-los, a fim de resolver os problemas. Agradeceu a escuta qualificada que os acolhe.

Em resposta à solicitação do prefeito, a secretária solicitou que eles, em nome do Conselho da Região Metropolitana de Piracicaba, façam um ofício à Secretaria para que seja marcada uma reunião com a Eixo e a Artesp.

A seguir, foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba <https://rmp.pdui.sp.gov.br>:

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC – Fipe** (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-RMP_AP-PDUI-Marcos-Campagnone.pdf)
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH – Fipe** (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3-RMP_AP_Contextualizacao-Mauricio-Hofmann.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial – SM – Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY – Fipe**
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – SM – Fipe:** (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4-RMP_AP_OrdenamentoTerritorial-Sarah-e-Mariana.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates, convidando a representante da APM para abrir os trabalhos.

A representante da APM iniciou o debate cumprimentando a todos os presentes pelo compromisso e responsabilidade, parabenizou a equipe e aos palestrantes e fez duas propostas: disse que ficou triste por ver a discussão de todos os municípios da região, que em nenhum momento ouviu falar sobre o turismo ferroviário que está lutando pelo restabelecimento desse tipo de turismo, tal qual com era quando foi secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Rio Claro, que estabeleceu o aproveitamento dessa ferrovia, trazendo estudantes, sociedade civil organizada, Rotary de São Paulo e pediu a quem estiver interessado, sobre a questão de turismo, pense nesse assunto.

A outra questão diz respeito ao convite que foi feito pela APM aos secretários municipais da região, sobre a participação nesta audiência, e disse que pelo menos todos os secretários deveriam estar presentes para receber o conteúdo apresentado e que haja uma conscientização sobre as discussões sobre desenvolvimento econômico, turismo, saúde, educação, dentre outros deste evento.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que esta é uma das funções do Conselho de Desenvolvimento que foi criado na Região Metropolitana de Piracicaba que tem a função de criar as Câmaras Temáticas, que por sua vez, tem a participação efetiva dos secretários municipais nos temas das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), como turismo, desenvolvimento econômico, dentre outras. Disse ainda, ser importante a participação dos secretários, visto que são os técnicos conhecedores dos temas.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Rio Claro cumprimentou a todos os presentes e expôs sua preocupação com a questão do plano diretor, que está sendo revisto. Colocou que milita na área rural e que tem visto o desmembramento de um módulo rural de 20 mil metros em chácaras de mil metros para condomínio de maneira legal, com registro em cartório, mas que o problema recai sobre o município.

Disse que o adensamento na área rural, que inclusive tem tido reclamações de desmembramentos que impedem que a população chegue próximo. Perguntou à equipe do PDUI qual o mecanismo capaz de barrar esse tipo de desmembramento 'legalizado'.

Citou o caso desse loteamento 'legalizado' em Corumbataí, que não tem a exigência no Plano Diretor, ao contrário de Rio Claro, que tem o plano. Ressaltou que a bacia do Corumbataí [em Analândia] está fragilizada, e reforça sua pergunta com quem podem falar no sentido de ter um estudo aprofundado dessas áreas para que talvez fosse criada uma unidade de conservação nas margens, mas que seja sustentável, passível de exploração, seja com reflorestamento ou plantio, para não prejudicar o proprietário rural.

MC-Fipe explicou que a competência nesses casos é exclusiva dos municípios de acordo com os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. O plano diretor deve considerar as áreas urbanas e as áreas rurais, mas com o PDUI, o Estado, juntamente com os municípios, passa a ter um referencial macro no território definindo as grandes áreas. No entanto, a competência continua sendo do município. Ele sugere que se faça a proposta e se submeta ao Ministério Público.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e a representante da APM atestam que o assunto é polêmico, de suma importância e que precisa ser discutido no âmbito nacional, se configurando em pauta, tanto para a Marcha Brasília dos Municípios, quanto para o Congresso Estadual.

O vereador sugere que sejam feitos condomínios nessas áreas para que se tenha mais controle.

MC-Fipe enfatizou que foi tramitado no Congresso durante treze anos um projeto de lei da responsabilidade territorial que colocava o dedo nessas feridas, mas não se chegou a nenhum acordo, retiraram apenas o capítulo que tratava da regularização fundiária, que pegou carona no "Minha Casa, Minha Vida" e o restante que tratava dos condomínios urbanos e rurais foi esquecido.

Disse que é possível restabelecer a questão da responsabilidade territorial, e seguir atualizando.

A secretária do Meio Ambiente de Rio Claro parabenizou a todos que ficaram até o final, abordou a questão do aeroporto regional que não foi mencionado na audiência. E fez algumas reivindicações para PDUI: a consideração de estudos já existentes, como Biota Fapesp, relativo à conectividade ecológica e de projetos que já existem como o "Corredor Caipira", encabeçado pela Esalq e patrocinado pela Petrobras, que conecta paisagens e pessoas, pois leva em consideração a questão ambiental, a sociocultural e o político.

Disse que este projeto está totalmente conectado com a região, que começa em Analândia, passa pela região metropolitana e termina em Botucatu. Apontou alguns equívocos no diagnóstico do PDUI, que diz que a região cerâmica de Santa Gertrudes produziu 582 metros quadrados de piso em 2020, ao passo que esse valor deve ser produzido por hora, ao que o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que será corrigido.

Outros ajustes que merecem ser feitos dizem respeito à quantidade de hospitais de Rio Claro, que ao invés de dois, como apresentado, são três, e a informação de que o município pertence à APA, o que não procede. Finalizando, questionou sobre o processo de inserção da sociedade civil nos Conselhos de Desenvolvimento.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos respondeu dizendo que o processo de inserção da sociedade civil nos conselhos de desenvolvimento, não só da Região Metropolitana de Piracicaba, mas das demais já instituídas, e as novas que virão, serão feitos a partir da revisão da Lei 760 de 1994, que é a lei estadual das diretrizes regionais, inserindo nela a participação da sociedade civil, e que hoje o conselho é formado pelos representantes dos municípios, os representantes das secretarias estaduais, e que agora fará parte a sociedade civil, de forma tripartite.

Disse, ainda, que a minuta de revisão desta lei foi feita por MC e uma equipe, e que agora passa para a apreciação da Assembleia Legislativa, provavelmente ainda no mês de fevereiro, que é cobrança do Ministério Público.

A representante da APM colocou que tinham um levantamento para destinação do aeroporto para o Campo do Cocho, inclusive com desapropriação de terras que, por questões políticas, não se concretizou. Orientou a MM a fazer esse levantamento.

A secretaria do Meio Ambiente de Rio Claro colocou que nas administrações anteriores, o Campo do Cocho foi trazido para Limeira, Piracicaba, Iracemápolis, Rio Claro, próximo ao pedágio de Piracicaba, inclusive regionalmente.

O superintendente do Arquivo Público colocou que o prefeito de Rio Claro nomeou, por Portaria, um grupo de trabalho para revisão do Plano Diretor. Disse ainda que estas questões apontadas são pequenas em relação à grandeza do trabalho da equipe do PDUI, parabenizou a todos, disse que se debruçarão nas questões que puderam assistir e que trabalharão de forma colaborativa com a equipe e que estão à disposição.

MC-Fipe esclareceu que a Lei Complementar 760 previa o Conselho paritário entre Estado e município e a participação da sociedade civil nas audiências públicas, prestação de contas semestrais, representação, e com a aprovação do Estatuto da Metrópole, em que houve a definição e obrigatoriedade do conselho tripartite.

Disse que a Região Metropolitana de Piracicaba foi criada no marco legal da 760, mas o projeto de lei complementar, que institui a nova regionalização, já assimila todos os dispositivos do Estatuto da Metrópole colocando a sociedade e conselho tripartite.

Nesse projeto de lei está colocado que as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas já institucionalizadas deverão se adequar integralmente a essa nova lei em todos os seus dispositivos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos ressaltou que todo esse processo sem a participação da sociedade civil não é válido. “É necessária a participação da sociedade civil, de membros das prefeituras, das câmaras municipais e, agora, terão a participação dos Parlamentos Regionais”, afirmou.

MC-Fipe complementou que os representantes da sociedade deverão ser eleitos entre entidades representativas da sociedade que atuam nas Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC).

Ou seja, para o saneamento, por exemplo, terá que vir representantes que atuam no saneamento, e assim por diante. A intenção não é trazer, segundo ele, movimentos reivindicatórios para dentro do conselho, mas quem efetivamente pode contribuir tecnicamente pelo conhecimento ou pela atividade que exerce.

Ao final, tanto MC, quanto o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, lembraram que o PDUI estabelece diretrizes e que cabe aos conselhos estabelecer as prioridades, quais serão de médio ou longo prazo e ainda, que o PDUI passa necessariamente por revisões e atualizações a cada 10 anos.

Após as colocações dos participantes, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos, reforçou a íntegra da audiência e todos os documentos produzidos estão disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Piracicaba (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>) e que as propostas serão recebidas até 7 dias após esta audiência pública. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=xE-N8R80It8>).

Balanco de Presenças da AP Rio Claro - 19/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
62	4	23	16	85	20	105

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	Secretaria Municipal de Agricultura	Representante do secretário	AS	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	AT	Presencial
Santa Gertrudes	Câmara Municipal	Vereador	AFB	Presencial
Campinas-SP	Regional de Trabalho e Empreendedorismo - Região Administrativa de Campinas, representando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de SP	Diretora	AM	Chat YouTube
Rio Claro	Comdema		AC	Presencial
Campinas	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)	Diretor Escritório Regional	AD	Presencial
Santa Gertrudes	Associação Paulista das Cerâmica de Revestimento (ASPACER)	Representante	AG	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura-GTPD	Secretária -GTPD	ACB	Presencial
Águas de São Pedro	COMDEMA - Águas de São Pedro		AGAP	Chat YouTube
Araras?	Câmara Municipal	Vereadora	AJC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat YouTube
Iracemápolis	Prefeitura	Motorista	AB	Presencial
Rio Claro	Soc. Civil	Cidadão	ATF	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	Unesp	Professor	AM	Presencial
Piracicaba	APM		BN	Presencial
Cordeirópolis	Diretoria de Governo	Diretor de Governo	BO	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal de Rio Claro		Câmara Municipal de Rio Claro	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura	Engenheira	CFC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipec		CB	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal		CG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipec		CL	Chat YouTube
Corumbataí	Câmara Municipal	Vereador	CL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipec		CG	Chat YouTube
São Paulo	APM	Relações Públicas	DGPS	Presencial/Chat YouTube
São Paulo	Desenvolvimento Regional SP		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Ipeúna	Prefeitura	Prefeito	DHP	Presencial/Mesa
Rio Claro	Câmara dos Deputados	Secretário Parlamentar	DA	Presencial
Rio Claro	Alesp	Assessor	EJC	Presencial
Corumbataí	Câmara Municipal	Vereador	EAA	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	EAM	Presencial
não menciona	Cidadão	Consultor	EC	Chat YouTube
Piracicaba	Parlamento Metropolitano	Assessor Esp.	FHVS	Presencial
Santa Gertrudes	Prefeitura	Secretário	FP	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipec		FC	Chat YouTube
Araraquara	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)	Assessor	FMC	Presencial
não menciona	Cidadão		FR	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipec	Bibliotecária	GAT	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	GLM	Presencial
Rio Claro	Ariobar	Presidente	GS	Presencial
Rio Claro	Prefeitura	Prefeito	GP	Presencial/Mesa
Águas de São Paedro	Prefeitura	Assessor do Prefeito	IPR	Presencial
não menciona	Cidadão		IS	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	IAL	Presencial
Piracicaba e região	MP-Gaema	Promotor de Justiça	ICC	Chat YouTube/Mesa
São Paulo	Equipe Fipec		IM	Chat YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		IV	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Corumbataí	Prefeitura	Vice-prefeito	JBAF	Presencial
Águas de São Paedro	Prefeitura	Prefeito	JVB	Presencial/Mesa
Piracicaba	OAB de Piracicaba e Oscip PIRA 21		JP	Chat YouTube
Araraquara	Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)	Diretor Escritório Central	JB	Presencial
Rio Claro	Secretaria de Justiça		JCP	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	JJLA	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	JP	Presencial/Mesa
Rio Claro	Prefeitura	Secretário de Justiça	JRM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Secretária em exercício	JO	Presencial/Mesa
Rio Claro	Prefeitura	Secretário de Meio Ambiente	LG	Presencial
Corumbataí	Prefeitura	Prefeito	LM	Presencial/Mesa
Analândia	Câmara Municipal	Presidente	LS	Presencial
Analândia	Prefeitura	Assessor	LN	Presencial
Santa Gertrudes	Câmara Municipal	Assessor	LC	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Chat YouTube
Santa Gertrudes	Câmara Municipal	Vereador	LB	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	LGBJ	Presencial
não menciona	Cidadão		LST	Chat YouTube
Charqueada	Prefeitura	Assessor Jurídico	MB	Presencial
Charqueada	Prefeitura	Secretário	MEDS	Presencial
Piracicaba	APM	Assessor Piracicaba	MS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipec		MC	Presencial
não menciona	Cidadão		MP	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		MG	Chat YouTube
São Paulo	Cidadã		MLSW	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipec		MLC	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		MF	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipec	Técnica	MYM	Presencial
Santa Gertrudes	COMDEMA	Conselheira	MCKM	Presencial
São Paulo	SDR/Fipec		MH	YouTube
Rio Claro	SEMA-DS	Técnico Agrícola	MMM	Presencial
Rio Claro	Prefeitura	Superintendente APH	MCBFF	Presencial
Iracemápolis	Prefeitura	Prefeita	NMF	Presencial/Mesa
Águas de São Pedro	Prefeitura Municipal de Águas de São Pedro	Chefe de Gabinete de São Pedro	NRSCZ	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		PMT	Chat YouTube
Analândia	Prefeitura	Prefeito	PHF	Presencial/Mesa
Araras	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar	RPBS	Presencial
Piracicaba	Parlamento Metropolitan	Assessor Esp.	RB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipec		RF	Chat YouTube
Rio Claro	Alesp	Deputado	RM	YouTube/Mesa
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	R	Presencial
Charqueada	Prefeitura	Prefeito	RA	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipec		RN	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipec		SM	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura	GCM	SAO	Presencial
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	SC	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Rio Claro	[FU?]	[?]	S	Presencial
não menciona	Cidadão		SM	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Repres. Vagner Baungartner Vereador	SRB	Presencial
Santa Maria da Serra	Prefeitura	Advogado/ Consultor	SCC	Presencial/Mesa
Rio Claro	Câmara Municipal	Vereador	SRO	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
Pirassununga	Ministério Público	Promotora de Justiça	TP	Chat YouTube
Rio Claro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	TM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura		VF	Chat YouTube
Rio Claro	Soc. Civil	Corretor/Advogado	WAS	Presencial
não menciona	Cidadão		WP	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ZA	Chat YouTube

Memória das Audiências Públicas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte realizadas no período de 31/1 a 4/2/2022

II. REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Sub-região Cruzeiro
Sub-região Guaratinguetá
Sub-região Taubaté
Sub-região São José dos Campos
Sub-região Caraguatatuba

II.1. Sub-região de Cruzeiro

Data: 31/01/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Senai-Rua São Tomás, 1-Jardim São José, Cruzeiro

Municípios convidados: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez a abertura da audiência pública e informou que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Colocou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano, e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu ao Senai pela cessão de uso do auditório e de toda a infraestrutura necessária para a realização desta audiência. Agradeceu também à prefeitura de Cruzeiro e destacou que o prefeito da cidade, desde o início, não mediu esforços para ajudar na divulgação e na elaboração deste tão importante plano de desenvolvimento da região e, também, pelo apoio, principalmente, na geração das imagens para o ambiente virtual.

Agradeceu à equipe da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Agemvale), na pessoa do diretor em exercício pela mobilização e apoio na realização desta audiência.

Informou que o local segue todas as regras de distanciamento social que teve sua capacidade reduzida e, por este motivo, o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Disse que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase de elaboração do plano, e por isso foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>.

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região poderão ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir desta data.

Em seguida, foram apresentados os vídeos com as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Cruzeiro
- Prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Vereador e presidente do Parlamento Metropolitano
- Diretor em exercício da Agemvale
- Prefeito de Arapeí
- Prefeito de Areias
- Prefeito de Lavrinhas
- Vereadora do município de Bananal
- Prefeito de Queluz

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença dos que foram presidentes do Conselho Desenvolvimento, e do representante de um deputado federal.

Formada a mesa, houve um agradecimento a todos que acompanhavam a audiência no ambiente virtual e, também, na plateia, citando desde o início a presença no ambiente virtual do presidente da APM, do presidente da Uvesp, além de outras pessoas.

Na sequência, foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O prefeito de Cruzeiro cumprimentou os presentes e falou da alegria de receber a Secretaria de Desenvolvimento Regional que tem por objetivo transformar cada vez mais o municipalismo no estado de São Paulo. Destacou também o quanto este momento foi esperado por todos, que em 2013-2014 o assunto era amplamente discutido com vistas a obtenção deste plano no Vale do Paraíba e Litoral Norte e que passados esses anos, estão aqui para assistir a essa apresentação pela Fipe e fazer as contribuições necessárias, buscar o entendimento regional das políticas públicas que devem e farão para a região.

Nesse sentido, disse ser fundamental a participação popular para que os gestores possam, baseados no que estão ouvindo da equipe técnica, buscar de forma eficiente tais políticas para a região. Desejou a todos uma excelente tarde de trabalho e que estão neste momento para trabalhar, contribuir, agregar valor neste plano, e que almeja elaborar o melhor documento

possível para que essas políticas públicas sejam eficientes e cheguem à ponta, à população de cada uma das cidades.

O prefeito de São José do Barreiro cumprimentou a todos os presentes e destacou que era um dia especial e que está à frente do Conselho de Desenvolvimento. Agradeceu aos prefeitos e colegas presentes, por fazer parte desta reunião pois, por meio dela, conseguirão desenvolver políticas públicas para diminuir as desigualdades na região.

Ressaltou que, como prefeito de São José do Barreiro, no Vale Histórico, sabe como é difícil a vida na região, comparado com a metrópole de São José dos Campos. Para ele, o plano vem em boa hora para que possam diminuir essas diferenças, construir políticas públicas para preservar o meio ambiente, melhorar de fato a qualidade de vida dos que moram nas 39 cidades da região.

Disse esperar que todos tenham uma excelente audiência e se colocou à disposição para o que puder contribuir.

O vereador de Lorena e presidente do Parlamento Regional Metropolitano cumprimentou a todos os presentes, agradeceu pelo convite e lembrou que costuma dizer que vereador é o espelho da comunidade, em que é preciso estar diariamente dentro da comunidade, auxiliando e trazendo as demandas para um bem melhor.

Ressaltou ainda que a fala dos participantes é de extrema importância nesta audiência para trazer os anseios de cada comunidade. Parabenizou pelo trabalho, desejou uma tarde produtiva para que trabalhem em prol de uma só pessoa: da comunidade, daquela pessoa mais simples da periferia, daquela que espera e precisa de uma resposta o mais rápido possível.

O diretor da Agemvale também cumprimentou a todos os presentes e falou da satisfação por poder falar em nome da Agemvale, braço operador do sistema da governança metropolitana. Disse que a região metropolitana está calcada em três grandes pilares: o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, órgão deliberativo, composto pelos prefeitos e com representante do governo do Estado; o fundo de recursos para ser aplicado na região do Vale, o Fundovale e o braço operador, a Agemvale.

“Assim, tem-se o Conselho que delibera onde serão aplicados os recursos do Fundovale, e quem opera é a Agemvale”, explicou.

Disse que explica às pessoas que questionam o porquê da região metropolitana e como surgiu essa questão que, com o passar dos anos, os municípios foram crescendo e se desenvolvendo, de tal sorte que as cidades foram se aproximando dos perímetros urbanos umas das outras, culminando na falta de percepção geográfica, ao passar de uma cidade a outra, o que gerou necessidades comuns, que um só prefeito não consegue resolver.

Afirmou que essas necessidades comuns são as Funções Públicas de Interesse Comum e que, pensando nessas questões, o governo do Estado, em 2012, criou a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Colocou que São Paulo é a locomotiva do Brasil que representa 31% do PIB nacional, algo em torno de dois trilhões de reais, que o Vale não está dando a devida importância, pois, tirando a RM de São Paulo, o Vale do Paraíba é a segunda maior produtora de riquezas do Estado, perdendo apenas para Campinas, o Vale tem uma diversidade fantástica, um setor industrial muito forte-de

tecnologia, aeronáutica, química, petroquímica, de transformação; o setor do turismo, com o Vale histórico, a rota do café, o litoral norte, a Serra da Mantiqueira.

Enfatizou ainda que devem pensar nessa diversidade como um todo, daí a importância deste momento: de planejamento da região, de dar um norte para a região, e que a partir das diretrizes da região, os municípios poderão adequar os planos de planejamento urbano de acordo com a região.

Disse, ainda, que estão muito bem assessorados, que a Fipe tem essa responsabilidade de condução que junto com os municípios fez o trabalho anterior ao traçar um diagnóstico de cada sub-região dos problemas e das necessidades e que agora vai propor caminhos para a região. “É neste momento que a sociedade civil terá a oportunidade de dar sua contribuição”, destacou.

Por fim, desejou êxito para este trabalho, que significa êxito para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e para toda a região do Vale.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou que no caderno preliminar de propostas, existem algumas propostas, como por exemplo, na parte do transporte e sistema viário, a questão que trata da implantação do Corredor Verde Metropolitano de promover ajustes no sistema viário de algumas sub-regiões para migrar conflitos de tráfego rodoviário com tráfego local, garantir a manutenção das estradas vicinais, programa que o estado tem conduzido e aportado recursos, visto que o município não consegue fazer a recuperação e promover a integração do transporte intermunicipal.

Feita essa intervenção retomou o comentário do diretor da Agemvale sobre o aporte de recursos para a segurança para o videomonitoramento que está em andamento e que é importante ressaltar esta ação que a Agemvale tem conduzido junto com os prefeitos.

O prefeito de Arapeí cumprimentou a todos e disse que São Paulo, mais uma vez, faz jus ao título de locomotiva do Brasil que visa diminuir as desigualdades por meio de políticas públicas que, sem dúvida, é um exemplo a ser seguido por todo o país.

Agradeceu ao governador, ao secretário do Desenvolvimento Regional e à Agemvale, “pelo brilhante trabalho que vêm desenvolvendo”. Disse ainda que São Paulo demonstra sua competência e desejou uma boa tarde de trabalho a todos.

O prefeito de Lavrinhas cumprimentou a mesa diretora e disse que é uma satisfação participar desta primeira audiência pública de grande importância para a região. Afirmou ainda que teve o prazer de fazer o primeiro plano diretor do município, e agora pode participar do plano diretor regional da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Agradeceu pelo convite e desejou uma boa tarde a todos.

O prefeito de Queluz cumprimentou as autoridades presentes e os representantes. Disse ser um prazer estar com todos, agradeceu e desejou uma tarde a todos.

A vereadora do município de Bananal também cumprimentou as autoridades e disse que está muito feliz em participar do processo de elaboração do plano regional, que teve o prazer de trabalhar no plano diretor de Bananal.

Falou que se antes enxergavam que construir o futuro, desenvolver os municípios se resumia a construção de estradas, hoje, construir o futuro é estreitar relações, estreitar regiões.

Colocou que sempre foi favorável à política regional, principalmente para as cidades menores que sozinhas se tornam muito pequenas, mas que unidas se tornam grandes e quem ganha é a popu-

lação. Agradeceu e disse esperar que no futuro que este trabalho que está sendo realizado seja um ganho, não só para o Vale do Paraíba, mas para o Estado como um todo.

Antes de anunciar as apresentações dos técnicos da Fipe, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos pediu aos membros da mesa que discorressem sobre mais alguns temas de interesse comum aos municípios: meio ambiente, saneamento e recursos hídricos. Disse que no levantamento preliminar feito pela equipe da Fipe, foram evidenciados alguns pontos que gostaria de saber se de fato são procedentes. São eles:

- questão regional de resíduos sólidos e aterro sanitário;
- prevenção de eventos hidrológicos extremos;
- enfrentamento da escassez hídrica e;
- preservação e conservação dos fragmentos florestais e de Unidades de Conservação.

Convidou, primeiramente, o prefeito de Cruzeiro para fazer suas considerações a respeito da questão do aterro sanitário.

O prefeito de Cruzeiro destacou que é uma questão comum aos municípios que recorrem a um aterro sanitário privado de Cachoeira Paulista. Considera ser uma questão a ser enfrentada e discutida e espera conseguir chegar a uma solução por meio do PDUI.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que o PDUI pode chegar a uma conclusão sobre o Plano de Resíduos Sólidos para a região.

O prefeito de Arapeí afirmou que a cidade não possui aterro sanitário devido à proximidade com o de Cachoeira Paulista.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos aproveitou para falar que o projeto de lei que será encaminhado para a Alesp sobre Rede Integrada de Desenvolvimento Sustentável é uma nova previsão na legislação estadual que será implantada para que haja entendimento com os outros estados a respeito de Funções Públicas de Interesse Comum.

O prefeito de São José do Barreiro colocou que é importante constar no PDUI alguma coisa no sentido de incentivar a reciclagem, coleta seletiva, inclusive para diminuir a quantidade de lixo e até melhorar a renda do próprio município.

Disse ser importante que, por meio desta discussão de hoje, possam definir uma política pública, uma ferramenta para que todos os municípios, consorciados ou não, consigam uma solução para o aterro sanitário.

Em resposta ao assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, o prefeito de Queluz informou que o custo mensal da coleta desse lixo, que gira em torno de 160 a 180 toneladas, é de 15 mil reais, mas que tem o custo de motorista, caminhão que percorre uma distância de 80 quilômetros ida e volta de Queluz a Cachoeira Paulista, e que hoje o custo para transportar o lixo ao aterro sanitário gira em torno de 500 mil reais/ano, contando com combustível, caminhão, pneu, desgaste do caminhão, os empregados que conduzem esses dejetos.

Disse que Queluz faz a reciclagem, mas que algumas pessoas só têm interesse por latinhas ou outro tipo de material de maior valor e que a coleta seletiva diminuiria a quantidade de resíduos a ser transportado para o aterro sanitário e, conseqüentemente, o custo operacional.

Afirmou ainda que o mesmo ocorreria com a questão do entulho de construção, que poderia ser enviado para uma usina e posteriormente reaproveitado para recuperação de calçadas, por exemplo. Informou que hoje com menos de mil metros quadrados, podem fazer um aterro sem licenciamento da Cetesb.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou uma última questão relativa ao transporte intermunicipal e mobilidade, que em outras apresentações do plano, se falou muito sobre as dificuldades de municípios pequenos para transportar estudantes e pacientes.

Então, convidou os membros da mesa para que fizessem suas colocações, principalmente em relação aos custos que elevam o orçamento das prefeituras.

O prefeito de São José do Barreiro colocou que é uma questão muito importante, principalmente para os municípios do Vale Histórico, e que diz respeito a locomoção de pacientes que tem um custo muito alto.

Afirmou que precisam do apoio para o transporte intermunicipal porque as cidades dentro da SP 68 não têm transporte regular, o que dificulta muito a mobilidade das pessoas que trabalham em outras cidades e, também, para transporte interestadual para as cidades, por exemplo, de Barra Mansa e Volta Redonda.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez uma última questão para debate da mesa sobre o Sistema Cross regional que tem dificultado muito o acesso dos pacientes quando há necessidade de disponibilização de vaga em hospital de especialidades próximo, e perguntou se o mesmo ocorre da região do Vale.

O prefeito de São José do Barreiro respondeu que ainda não tem o Sistema Cross regional e diz achar que com a instalação do novo hospital regional em Cruzeiro o governo do Estado em união com os prefeitos possam conseguir.

Disse que, com a vinda do hospital, se conseguirem contabilizar todas as necessidades que tem na região, poderia ser feito um Cross – Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde, que seria muito melhor para a população.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que o governador esteve recentemente em Cruzeiro anunciando o hospital regional, mas que isso requer a melhoria na infraestrutura, uma vez que este hospital receberá uma boa parcela da população do Alto Vale, do Vale Histórico.

Sobre a questão do hospital regional, o prefeito de Cruzeiro disse que, independente de estar organizada no plano, definiram, no Vale histórico e circuito do café, que os prefeitos e lideranças políticas trabalharão em conjunto, baseados na técnica e nas necessidades, a fim de conseguirem novos equipamentos na região.

Falou ainda que o hospital regional vem coroar este grande ganho para a região, que é uma das mais carentes em saúde pública do Estado de São Paulo, talvez perdendo apenas para o Vale do Ribeira.

Disse, ainda, que levam pacientes, centenas deles, talvez milhares, para Taubaté, São José dos Campos, São Paulo e Guarulhos para buscarem a devida atenção à saúde, e que por meio do equipamento do hospital regional, terão 200 leitos, com especialidades, dentre outros benefícios, o que trará para a população, não só do Vale Histórico, como para o Circuito da Fé, um melhor atendimento, comodidade e eficiência, e que neste ponto, como já apresentado no próprio plano,

a questão do transporte sanitário será mitigada no prazo de 24 meses, ou um pouco mais, com a entrega efetiva desse hospital.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou outra questão que também é comum às demais regiões, e que diz respeito aos problemas de infraestrutura das polícias civil e militar, de delegacias, do quadro de funcionários, como delegados e investigadores, médicos legistas, inclusive, será aberto concurso público para a contratação destes últimos, uma vez que algumas regiões fecharam o IML por falta destes profissionais.

Disse não ser uma questão do estado, mas sim devido à debandada de médicos, questão que necessita ser analisada.

O prefeito de Arapeí disse que, em relação à questão da segurança pública, tem debatido o problema em diversas reuniões, e que o Estado precisa entender que a região faz divisa com o Estado do Rio de Janeiro e que, se tratando de criminalidade este Estado, infelizmente, apresenta índices altíssimos.

Falou que a região, a rodovia dos Tropeiros, a SP 68, por exemplo, é rota de tráfico de entorpecentes e de armas, de forma que necessitam da reabertura de postos da polícia rodoviária estadual, lembrou que tinham um posto em Bananal, divisa com Barra Mansa, que foi fechado, mencionou outro próximo a São José do Barreiro, na estrada que dá acesso a Resende, porém, está faltando esse acesso a Resende e a tendência é de aumento da criminalidade.

Ressaltou a importância do governo do Estado ter conhecimento sobre a vulnerabilidade em relação ao Rio de Janeiro, uma vez que as estradas de sua região são usadas como rota para o tráfico.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos colocou que estas questões têm sido encaminhadas para os secretários das pastas específicas de cada tema e que os resultados das audiências são prontamente encaminhados para os executivos locais, no que diz respeito à segurança pública.

Disse ainda ser importante na retomada das reuniões presenciais do Conselho de Desenvolvimento que devem retornar no momento da aprovação da lei que será encaminhada à Assembleia, a partir de março ou abril, com a participação dos secretários de Estado e da sociedade civil.

A seguir, tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, quais sejam:

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC – Fipe** (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>)
- **Apresentação do Contexto Regional – MH – Fipe** (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf)
- **Proposta de Macrozoneamento – ZA e CG-Fipe** (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – ZA-Fipe** (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates convidando a quem quisesse fazer suas considerações, e informou que houve participação efetiva do público no ambiente virtual, inclusive com envio de algumas propostas.

O vereador de Cruzeiro iniciou suas considerações felicitando a equipe pelas apresentações, cumprimentou aos prefeitos e aos vereadores presentes e colocou que todos sabem sobre o aumento da violência na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e pergunta se existe a viabilidade da inclusão de um sistema de policiamento na região.

Sugeriu que se trouxesse para a região policiamento, força tática e outros sistemas, como os que existem na região de São José dos Campos, e se isso já existe como previsão no plano de desenvolvimento. Colocou que caso não haja esta previsão, fica a sugestão, já que durante a audiência foram discutidos temas relativos ao desenvolvimento, regionalização, hospital regional, desenvolvimento econômico, turístico e que é importante pensar na segurança pública.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos destacou ser importante, na retomada das reuniões presenciais do Conselho de Desenvolvimento, a criação da chamada Câmara Temática de Segurança Pública, que é um primeiro passo, e que, sem dúvida, com o hospital regional, Cruzeiro se torna uma sede de região importante, e conseqüentemente, a questão da criminalidade é um tema a ser tratado pelo Conselho, e a sub-região deve ser tratada tal qual a metrópole São José dos Campos.

Sobre a questão do sistema de segurança, o prefeito de São José do Barreiro disse que a Agemvale vai fazer a licitação do videomonitoramento e que estão aguardando o convênio com a Secretaria de Segurança Pública entre as 17 cidades, que contempla o programa Novo Vale. Disse que tentarão ampliar o programa, junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional, aos demais municípios.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse ser importante que essa proposta da licitação e toda a infraestrutura necessária da polícia militar e da civil, seja feita via plataforma digital do PDUI para que seja encaminhada à Secretaria de Segurança Pública.

Completo dizendo que há essa previsão da segurança pública dentro do plano de desenvolvimento, que essa questão do videomonitoramento está bem encaminhada, e que dentro do convênio mencionado, é importante mencionar as questões abordadas nesta audiência.

Sobre o desenvolvimento do Novo Turismo, da indústria do turismo para o Vale Histórico e o Vale da Fé, o prefeito de São José do Barreiro, destacou a SP 68, que interliga os municípios do Vale Histórico até a rodovia Presidente Dutra e sugeriu que se faça uma rota turística interligando o Vale Histórico até Aparecida, melhorando o tráfego de pessoas nessa rodovia e todo aparelhamento das vias.

Outra sugestão colocada diz respeito à transformação da SP 68 em rodovia em estrada-parque, citada em outras reuniões. Disse que recebeu essa demanda de vários grupos de turismo ligados à prefeitura e que seria importante transformar essa rodovia em estrada-parque, e uma ciclovia paralela à estrada, o que melhoraria muito o turismo regional, com desenvolvimento para o Vale Histórico, seguindo até Silveiras e que a própria cidade de Cruzeiro fizesse parte desse turismo.

Uma moradora de Lorena cumprimentou a todos e falou de sua alegria e satisfação em participar dessa audiência. Disse que sua colocação diz respeito à apresentação do organograma apresentado pelo técnico da Fipe que será padrão para todas as regiões, sobre o Conselho tripartite, da importância da participação social, da cadeira da sociedade civil, mas que não ficou claro [para ela] se no Conselho de Desenvolvimento haverá essa cadeira, ou se será em outra instância.

O consultor da Fipe respondeu que a participação da sociedade civil é no Conselho Deliberativo de cada unidade regional, ou seja, no Conselho de Desenvolvimento, que é uma obrigatoriedade segundo o Estatuto da Metrópole.

Explicou que, a partir da Lei Complementar 760 de 1994, que regulamentou os artigos 152 e 158 da Constituição do Estado de São Paulo, que tratam da organização regional, serão incorporados na reedição dessa lei, todos os dispositivos do Estatuto da Metrópole e criar a lei das 22 unidades regionais, outras formas de integração regional, como a questão das Regiões Integradas de Desenvolvimento Sustentável (RIDS), que não se trata das Rides do governo federal, que é a Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico e Social, de Brasília, Minas Gerais, Grande Teresina, Maranhão e Piauí, nem a da Bahia e Pernambuco.

Disse que há três Rides do governo federal no país, e que temos aqui as RIDS cujo objetivo diz respeito às áreas de preservação ambiental do território do estado de São Paulo que fazem limite com áreas de outro Estado, como por exemplo, a região do sudoeste do Estado no Vale do Ribeira com o nordeste do Paraná e que no transcorrer das audiências públicas começaram a pensar que as RIDS também podem ser territórios que podem pactuar na relação tributária, no sentido de não haver guerra fiscal entre territórios.

Destacou que para instituir uma RID deve haver aprovação pelas Assembleias Legislativas de ambos estados, que estão no início, para num outro momento pensarem nas práticas, no piloto e a questão ser bem-sucedida, uma vez que o desenvolvimento não se faz dentro de fronteiras e sim, nas fronteiras interestaduais.

Sobre a questão da segurança, disse que, em 2014, a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos desenvolveu um projeto de muralhas virtuais no Vale do Paraíba, em que todas as estradas que circundam os municípios foram mapeadas com a finalidade de identificar os pontos estratégicos para colocação das câmeras.

Informou que todos os municípios assinaram a parceria com o governo do Estado, além de definirem, num primeiro momento, a quantidade de câmeras fornecidas pelo governo para ter a configuração mínima, e num segundo momento iniciar a construção dos centros de operações integradas.

Colocou que na primeira etapa seriam utilizadas câmeras dos municípios, as disponibilizadas pelo setor privado, as fornecidas pelo governo do Estado (cerca de 80 milhões), e para completar o custo seria de 480 milhões, que com o início da crise econômica no final de 2014, que perdura até o momento atual e que o país ainda patina nessa questão, mas que em 2019 o governo do Estado de São Paulo fez um ajuste fiscal rigoroso e hoje está investindo cerca de 50 bilhões, entre 2021 e 2022, o que é muito significativo, muito acima do que o governo federal previu e que o momento é de tirar esse projeto do papel.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que este é um assunto que está sendo conduzido pela AgemVale e pelo Conselho, e que realmente é um problema de tempos atrás e a questão da criminalidade do Rio de Janeiro mencionada pelo prefeito de Arapeí.

O vereador de Cruzeiro disse que devido ao crescimento da violência, fizeram uma reunião com as autoridades, não só de Cruzeiro, mas de toda a região em que foi apresentado um diagnóstico, pois como foi dito nesta audiência que ninguém conhece melhor a realidade do município do que os munícipes, assim como na segurança pública, em que ninguém conhece melhor os problemas, como os profissionais que trabalham na nessa área.

Colocou que durante esta reunião muito se falou sobre a melhoria do turismo, da qualidade de vida, dentre outros temas, mas que sem a segurança, será tarefa impossível, visto a realidade da

infiltração da criminalidade via Rio de Janeiro, por este motivo, o tema da segurança é um ponto estratégico que precisa ser trabalhado.

Retomando o diagnóstico feito, surgiu a seguinte indagação: até que ponto a tecnologia vai inibir a violência. Disse que quando o Comando da Polícia Militar foi questionado se o efetivo atende às necessidades do município, foi dito que sim, o que é contraditório, visto que duas cidades terem uma só viatura no período noturno, e que, em conversa posterior com vereadores de outros municípios, foi dito que não procedia, pois no início do aumento de homicídios em Cruzeiro, parte do policiamento veio de Queluz.

Enfaticizou ser um problema que causa preocupação, pois ao longo do tempo ocorreram muitas baixas, aposentadorias e afastamentos na polícia militar, e os concursos, que eram anuais, cessaram.

Perguntou, então, sobre a possibilidade de haver um batalhão em Cruzeiro, visto que traria benefícios para outras cidades, como Lorena, por exemplo, assim como o hospital regional, que beneficia a todas as cidades.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que, justamente, a audiência pública tem o intuito de colher essas informações importantes e estratégicas para a região, como a questão do hospital regional, que é um ganho para a região, mas que também atenderá municípios do Rio de Janeiro.

Sobre a questão da segurança colocada pelo vereador disse ser importante que seja levada ao Comando, com uma posição do Conselho de Desenvolvimento, e à Secretaria de Segurança Pública.

A vereadora Érica, de Bananal, agradeceu aos colegas que estão representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fipe debatendo temas importantes para a região de Cruzeiro em todos os aspectos.

Relembrou que quando a SP-68 foi construída, ela seria como a Rodovia 66 dos Estados Unidos, uma estrada-parque, que esse pedido do prefeito de São José do Barreiro é um sonho de muitos anos, assim como a questão da ciclovia. Colocou ainda que as cidades do Vale Histórico não se conhecem, devido à falta de transporte.

Não havendo mais colocações dos presentes, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos convidou o prefeito de Cruzeiro para fazer suas considerações de encerramento da audiência pública da sub-região de Cruzeiro.

O prefeito de Cruzeiro iniciou agradecendo à Secretaria de Desenvolvimento Regional e a todos os integrantes da equipe Fipe pelo trabalho. Em relação à questão da segurança aqui mencionada, colocou que os índices de homicídio têm crescido consideravelmente, sendo o terceiro ano com índices altos, e que em conversa com o novo responsável pelo Deinter de Taubaté, levantou-se a importância da 'inteligência' no sentido de prever ocorrências.

Falou sobre a importância de uma base na região para um trabalho ostensivo, para estar junto à comunidade, e possibilitar um ambiente menos favorável ao cometimento de crimes, mas que acima de tudo é fundamental o trabalho de prevenção, um trabalho que iniba a ação de líderes do crime, que disputam áreas.

Disse que tem ocorrido mortes de pessoas diretamente envolvidas, ou que têm algum tipo de relação com o tráfico de drogas. No que diz respeito às câmeras de monitoramento, disse que

existem cidades satélites que já possuem o sistema, na região do Vale Histórico, Cruzeiro, Lorena e Guaratinguetá também possuem.

Foi feito um trabalho de identificação, por meio de um trabalho pré-existente, de mudança de estrutura geográfica, de focos de vulnerabilidade, com o objetivo de fechar o cinturão de câmeras e que por meio dessas ferramentas, as cidades mais sólidas em segurança pública, poderem experimentar melhores condições de vida.

Finalizou dizendo que vê esta audiência com saldo positivo, que foi uma tarde muito produtiva com troca de experiências e muitas contribuições. Falou de sua alegria de saber que há uma previsão de que todo o projeto e tudo que seja apresentado até o final do primeiro semestre, forneça um arcabouço jurídico-legislativo, para que possam ter uma ferramenta de 'cobrança', de meta, de resultado e de efetividade, o que é fundamental.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a todos que acompanharam a audiência e reforçou que todos os documentos produzidos e a gravação na íntegra desta audiência pública estão disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>) e que as propostas serão recebidas até 7 dias úteis após esta data. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=7pIHSbpHhKw>).

Balanco de Presenças da AP Cruzeiro - 31/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/ SSAM/Fipe
44	5	24	17	68	22	90

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São José do Barreiro	Prefeitura	Prefeito	ASB	Presencial/Mesa
Não menciona	DRS		AAA	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	ALFRN	Presencial
Queluz	Prefeitura/ Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretária	APR	Presencial
RMVale	AgemVale	Diretor Administrativo	AGFJ	Presencial/Mesa
Lavrinhas	Secretaria de Planejamento e Obras	Secretário	ACP	Presencial
São José do Barreiro	Prefeitura		ACPC	Chat/Formulário YouTube
Piracicaba	Equipe Fipe	Ex-prefeito	BN	Chat YouTube
Lorena	Câmara Municipal	Vereador / Presidente da Uvesp/ Presidente do Parlamento Metropolitano	BC	Presencial/Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Taubaté	Univap - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional		CG	Chat/Formulário YouTube
Arapeí	Prefeitura	Setor de Cadastro	CFC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
RMVale	Equipe Fipe	Eng. Civil	CG	Presencial/Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Chat/Formulário YouTube
Lavrinhas	Secretaria de Turismo e Cultura	não menciona	DEOC	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Escriturária	DT	Presencial
Queluz	Prefeitura	Diretora de Turismo	DCPO	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Assessora	D	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Cruzeiro	Secretaria de Meio Ambiente	Chefe de Seção	EAS	Presencial
Bananal	Câmara Municipal	Vereadora	ÉA	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Chat/Formulário YouTube
São José do Barreiro	Prefeitura		FM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura / Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural	Estagiário de Comunicação	GAN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Chat YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Vice-presidente	HRV	Presencial
Cruzeiro	Câmara Municipal	Vereador	HSL	Presencial
Arapeí	Prefeitura	Assessora Especial	IKSS	Presencial
Lavrinhas	Câmara Municipal	Presidente	IMS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Equipe Fipe	IAM	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Assessor de Imprensa	J[?]	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JBGCN	Presencial
Queluz	Prefeitura		JBS	Formulário YouTube
Lavrinhas	Prefeitura	Prefeito	JCB	Presencial/Mesa
Queluz	Câmara Federal	Assessor Dep. Federal Bertaolli	JDV	Presencial
Não menciona	Cidadão		JMAN	Chat YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JR	Chat YouTube
Não menciona	Cidadão		KPV	Chat YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Secretário de Políticas Públicas	LJSG	Presencial
Queluz	Prefeitura	Prefeito	LTD	Presencial/Mesa
São Paulo	SSAM/SDR	não menciona	LAU	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Cruzeiro	Prefeitura	Estagiária	LEO	Presencial
Cruzeiro	Prefeitura	Engenheiro	LAAS	Presencial
Queluz	Secretaria de Assistência Social	Secretário	LAS	Presencial
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)		LF [?]	Chat/Formulário YouTube
Não menciona	Cidadão		LF	Chat YouTube
Lorena	Câmara Municipal	Assessor	MCLG	Presencial
São José do Barreiro	Câmara Municipal	Vereador	MAJ	Chat YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	MS	Formulário YouTube
Cruzeiro	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	MC	Presencial
Não menciona	não menciona		MID	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MIP	Presencial
Lavrinhas	Câmara Municipal	Vereador	MLCA	Presencial
Não menciona	Não menciona		MLSOW	Chat YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MLC	Formulário YouTube
Queluz	Prefeitura	Assessora	MRL	Presencial
São Paulo	Cidadã		MM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MSO	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MOSA	Formulário YouTube
Areias	Secretaria de Administração e Gestão	Secretário	[?]	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		NACSR	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Diretora Municipal	OMLC	Presencial
Cruzeiro	Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Arquiteto	ON	Presencial
Taubaté	Prefeitura/ Secretaria de Planejamento	Arq. Gestora da Área de Plano Diretor e Gestão Democrática da Prefeitura Municipal de Taubaté	PIF	Chat/Formulário YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Diretora de Desenvolvimento Econômico	POR	Presencial
RMVale	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP	Coordenador Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte da Fundação Instituto de Terras do Estado - ITESP	PFSA	Chat/Formulário YouTube
Lorena	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	PH	Presencial
Lorena	Univap	Doutoranda	PSR	Presencial
Cruzeiro	Câmara Municipal	Vereador	RBS	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Areias	Prefeitura	Prefeito	RH	Presencial/Mesa
Lavrinhas	Câmara Municipal	Vereador	RPP	Presencial
Taubaté	Câmara dos Deputados	Assessora Parlamentar	RLG	Presencial
Taubaté	Univap	Doutoranda no Planejamento Urbano e Regional	RFG	Chat YouTube
Lavrinhas	Câmara Municipal	Vereador	RN	Presencial
Arapeí	Prefeitura	Prefeito	SM	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		SHOS	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		Social SJB	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor Parlamentar	TG	Presencial
Não menciona	Social SJB		VAM	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		VFG	Chat YouTube
Cruzeiro	Prefeitura	Prefeito	WMV	Presencial/Mesa
São Paulo	Alesp	Assessor Parlamentar	WJS	Presencial
São Paulo	Secretaria de Turismo e Viagens		ZAIM	Chat/Formulário YouTube
Não menciona	não menciona	Engenheira Civil concursada	WMV	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Alesp	Assessor Parlamentar	WJS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Presencial/Chat/Formulário YouTube
Não menciona	não menciona	Engenheira Civil concursada	WMV	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Alesp	Assessor Parlamentar	WJS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Presencial/Chat/Formulário YouTube

II.2. Sub-região Guaratinguetá

Data: 01/02/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Secretaria de Turismo / Espaço Multiuso. Rua Visconde do Rio Branco, 115-Centro, Guaratinguetá

Municípios convidados: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez a abertura da audiência dando boas-vindas. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentar e debater o conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica

e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que que o caderno detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela da Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Informou ainda que seriam realizadas mais três audiências públicas na região para detalhar os trabalhos realizados nas sub-regiões de Taubaté, São José dos Campos e Caraguatatuba, no período de 02 a 04/2/2022.

Agradeceu a presença de todos que acompanham na Secretaria de Turismo/Espaço Multiuso e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Agradeceu a prefeitura de Guaratinguetá pela cessão de uso do espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual.

Fez um agradecimento especial a toda equipe da Agemvale, pela mobilização e apoio na realização desta audiência na pessoa do diretor executivo em exercício. Informou que o local seguia todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, foi limitado o acesso dos convidados, conforme orientado no convite.

Destacou a importância da participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana que pode ser acessada pelo endereço: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br> Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentados os vídeos de saudação do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos se iniciaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Guaratinguetá
- Prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento
- Deputado Federal
- Deputado Estadual
- Prefeito de Aparecida
- Prefeito de Cunha
- Prefeito de Lorena
- Prefeito de Roseira
- Vereador de Louveira e presidente do Parlamento Regional
- Secretário de Desenvolvimento Econômico, representando o prefeito de Cachoeira Paulista
- Chefe de Gabinete, representando a prefeita de Potim

- Secretário de Obras, representando a prefeita de Canas
- Prefeito de Piquete
- Diretor da Agemvale

O prefeito de Guaratinguetá cumprimentou as autoridades presentes e começou dizendo que nasceu a criança. “O PDUI que todos esperavam desde 2017, depois de idas e vindas”, disse. Destacou o trabalho feito pelo secretário de Desenvolvimento Regional e que o Plano de Desenvolvimento é importante porque é como o Plano Diretor, com ele é possível nortear os destinos da região para os próximos anos, com projetos de longo e médio prazo, com investimentos pequenos e grandes.

Seguiu dizendo ser importante a participação nas audiências públicas dos prefeitos, da comunidade científica, dos vereadores e da população. Cumprimentou a representante do Sebrae que tem contribuído muito com a região e afirmou que a contribuição dos parceiros contribui muito para o desenvolvimento da região que fica no eixo Rio-São Paulo que é o maior polo de desenvolvimento da América Latina.

Disse ainda que é uma região com um grande potencial de crescimento e onde há uma vocação desenvolvimentista em todos os segmentos. Colocou ser preciso planejar para realizar com mais qualidade e obter resultados positivos das ações e desejou a todos bom trabalho.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional resumiu os principais assuntos debatidos na audiência pública de Cruzeiro: saúde, segurança pública, mobilidade urbana, meio ambiente, resíduos sólidos, entre outros.

O prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMVPLN cumprimentou a todos e destacou que graças à parceria com o governo do Estado de São Paulo vai ser possível planejar para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram nos municípios.

Destacou que a região metropolitana é a principal responsável pela produção da riqueza do Estado de São Paulo, portanto é preciso construir com muita responsabilidade e sabedoria esse plano de desenvolvimento.

Afirmou ser preciso fazer com que o plano abarque as reivindicações da região e que não adianta a Assembleia aprovar a lei sem a participação da sociedade civil.

O deputado federal também cumprimentou as autoridades e elogiou o prefeito de Guaratinguetá pelo espaço da Secretaria de Turismo. Agradeceu o governo do Estado, o secretário de Desenvolvimento Regional e começou dizendo que as entidades de classe, os sindicatos têm canais naturais para chegar aos órgãos do governo porque são organizados e quando têm algum problema usam esses canais para reclamar.

“As audiências públicas são o canal de participação das pessoas físicas, da sociedade civil. São elas que convivem com os problemas e devem denunciar, por exemplo quando tem um córrego que tem problemas”, disse.

Explicou que a audiência pública serve para validar o início do processo de participação da sociedade. Colocou que essa é a razão de ter cinco audiências no Vale do Paraíba para que todos participem da elaboração do plano.

O secretário de Desenvolvimento Regional participou do evento por meio de conexão remota. Ele lembrou que, apesar dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, São Paulo conseguiu avan-

çar no projeto de desenvolvimento regional do Estado.

O secretário observou que esse é um trabalho feito a muitas mãos, com a colaboração da Fundação Seade, da Fipe e da equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Regional, “para ouvir a opinião das regiões sobre quais devem ser os nossos rumos”.

E acrescentou que tem acontecido avanços nas questões do fundo de investimentos regionais. Disse ainda que na quinta-feira seguinte, o vice-governador estará em Lorena e Guaratinguetá para fazer importantes entregas.

O deputado estadual agradeceu o prefeito de Guaratinguetá em receber a audiência pública. Iniciou dizendo considerar o debate sobre a nova regionalização do Estado e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) uma das principais agendas do ano. “O projeto que está sendo desenhado é muito maior do que parece”.

Disse que as Regiões Metropolitanas de Campinas, Baixada Santista, São Paulo, Piracicaba, Jundiaí e a do Vale do Paraíba e Litoral Norte vão compor uma nova regionalização para o Estado.

Citou o exemplo de Los Angeles que, no final dos anos 1970, tinha três grandes cidades: São Francisco, Los Angeles e San Diego. “Naquela época já se falava o que está sendo feito agora, eram mais de cem cidades que se uniram para resolver conjuntamente os problemas comuns que eram tão grandes que os prefeitos tinham que conversar entre si para resolvê-los”. Citou outros exemplos de Nova York, Paris, Milão e Londres, “porque isso é uma tendência mundial”, disse.

Citou ainda que 50 anos depois o Estatuto da Metrôpole foi aprovado dando as diretrizes para as regiões metropolitanas. Comentou que o Estado de São Paulo já tinha saído na frente com uma lei complementar de 2012 que já trabalhava nesse sentido de se trabalhar regionalmente os grandes problemas.

Disse ter participado do Comitê Gestor da Área de Preservação Ambiental de São Francisco Xavier, porque essa ideia nasceu na área ambiental para planejar as unidades de conservação, os corredores ecológicos, que são uma coisa só, não dá para trabalhar isoladamente.

Completo dizendo que isso acontece em todas as outras áreas, habitação, infraestrutura, produção agrícola, a questão do lixo e os aterros sanitários, água, esgoto, recursos hídricos, saúde, segurança pública, defesa civil, são problemas para serem resolvidos pelos prefeitos conjuntamente.

Elogiou o governo do Estado pelo projeto e disse estar muito interessado no processo e colocou o mandato à disposição. Disse ainda que estamos plantando uma boa semente que dará bons frutos.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional informou que a plataforma digital está aberta, que o plano é igual para todos. “A Fipe aguarda as propostas dos senhores e de todos os municípios”, disse.

Explicou que a equipe quer finalizar o trabalho e submeter ao Conselho de Desenvolvimento da Região porque o secretário de Desenvolvimento Regional pretende enviar o Projeto de Lei para a Assembleia no primeiro semestre, antes do período eleitoral.

O prefeito de Aparecida saudou todos os prefeitos, os deputados e os vereadores. Disse que os prefeitos sabem que os grandes problemas não podem ser resolvidos individualmente e comentou que recentemente fizeram uma reunião para tratar dos problemas comuns porque a região tem problemas graves e as audiências são importantes para se discutir o que está sendo proposto.

Disse ainda que o comprometimento dele é cuidar da sua terra e da sua gente, mas, também é comprometido com cuidar da região interagindo com os outros prefeitos. Disse ser preciso profissionalizar os investimentos e acabar com o amadorismo, muitas vezes sem amparo técnico. Afirmou que a presença dele é para colher ideias para avançar mais.

O prefeito de Cunha cumprimentou todas as autoridades, entidades e pessoas presentes. Observou que, como disse o secretário e Desenvolvimento Regional, só um governo que planeja sabe onde quer chegar. “Nesse sentido, tudo o que tem sido feito está servindo para que o Estado e os municípios façam ações conjuntas para administrar melhor”, afirmou.

Disse que na administração pública muitas vezes, não é possível administrar sozinho e quando o governo abre para o poder público, a sociedade civil e as pessoas, de um modo geral, para participar da elaboração de um plano torna transparente os problemas e onde os investimentos são aplicados.

Continuou dizendo ser importante ter uma coordenação que planeje em que áreas prioritárias os recursos devem ser aplicados. Portanto, disse, “vamos construir juntos o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para que a região possa crescer ordenadamente”.

Colocou ainda ser importante que todos os prefeitos se coloquem à disposição para colaborar na elaboração do plano de forma regional.

O prefeito de Lorena cumprimentou todas as autoridades e disse aproveitar a oportunidade para dizer que embora esteja no segundo ano do seu primeiro mandato, discute há muito tempo o problema da quantidade de água das enchentes que destrói tudo, em todas as regiões do Brasil e que Lorena tem problema com escoamento de água.

Afirmou que, com recursos da prefeitura, começaram um trabalho limpeza e de desentupimento dos bueiros, porém, a tubulação é muito antiga e não dá conta. Observou que são ações que não aparecem, porém, trazem um benefício grande para as cidades porque a chuva alagava tudo.

Ressaltou que isso tem um custo muito grande e a população tem que fazer a sua parte com relação ao lixo. Comentou que com o trabalho que já foi realizado, a situação melhorou bastante. Levantou ainda um outro problema de Lorena que é falta de aterro sanitário.

Disse que já foi feita uma reunião com a Sabesp, mas que é um problema que tem que ser resolvido conjuntamente. Entre outros problemas comuns a todos os municípios, destacou esses dois. Agradeceu o governo do Estado dizendo que nunca os municípios foram tão ajudados como agora e que todos os municípios estão sendo ajudados, independente do partido político.

O prefeito de Roseira saudou a todos os presentes e definiu o momento como sendo muito especial, “um sonho para todos que se concretiza”. Disse ainda que ser prefeito hoje é o maior desafio da sua vida, que está há 27 anos no serviço público e pode observar que a população vem mudando de comportamento sociocultural, até mesmo na forma de entender e ver as ações da administração pública.

“Hoje, o prefeito faz o melhor que pode e é tido como vilão”, afirmou. Continuou dizendo que é preciso mudar essa visão que a população tem dos gestores públicos porque os prefeitos são fiscalizados 24 horas pelos órgãos de regulação e pela população.

Disse que não adianta todos se juntarem para fazer um plano de ação integrada se a população não entender qual é o papel dela. “Tem que parar de jogar lixo na rua, nas valas e isso é uma

questão cultural que, na opinião dele, a ação tem que ser através da educação para as crianças levarem para dentro de casa”, destacou.

Sobre os problemas de Roseira, disse serem os mesmos de todos os municípios da região, mas através de uma ação unificada os problemas serão resolvidos e a percepção que a população tem da gestão pública.

Colocou que tem problema com resíduos sólidos, que é uma situação muito ruim que tende a piorar porque não tem local para a disposição final, as licenças ambientais estão cada vez mais, difíceis para serem tiradas, portanto, é preciso resolver essa situação com urgência.

Apontou a saúde como outro problema sério do município que é a aquisição de medicamentos porque a prefeitura faz um pregão transparente, as empresas vêm de longe, uma ganha o pregão e não entrega o medicamento e a população sofre muito com isso e com a pandemia piorou e as cidades não conseguem fazer um atendimento adequado.

Citou, ainda, o problema da geração de renda que é deficitária porque aumentou muito o número de pessoas desempregadas e a prefeitura precisa dar assistência social às pessoas necessitadas. Afirmou serem problemas comuns que precisam ser resolvidos conjuntamente. Agradeceu o apoio do governo do Estado que se não houvesse liberação de recursos, os prefeitos passariam pelo mandato em branco, sem fazer nada.

O vereador de Louveira e presidente do Parlamento Regional cumprimentou a todos e disse que os 160 milhões em emendas para o Vale do Paraíba têm ajudado muito os municípios e disse que esteve na audiência de Cruzeiro e viu que os vereadores estão contribuindo bastante na plataforma digital. Elogiou o governo do Estado porque nunca se viu tanto investimento como essa gestão fez.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Cachoeira Paulista explicou que, por motivo de saúde, o prefeito não pode comparecer. Começou dizendo que Cachoeira é uma cidade muito pequena, mas, quer somar com uma contribuição possível a todos.

Disse que como secretário de Desenvolvimento Econômico deixa uma sugestão porque Cruzeiro está recebendo um hospital regional, haverá uma demanda de pessoas interessadas na área de saúde e é cabível hoje trazer um braço de uma instituição educacional, uma faculdade de medicina e algumas especialidades para atender a demanda da região e dos estudantes.

O chefe de gabinete da prefeitura de Potim cumprimentou a todos e disse que para ele o motivo de estar participando é aprender. Disse que os problemas do município são os mesmos já apontados, saúde, habitação, segurança pública e que o município sofre muito com educação. Quanto à segurança pública, tem apenas duas viaturas o que não dá para atender as necessidades e o mesmo acontece com saúde porque o município não tem condições de fazer um bom atendimento e tem sérios problemas para arranjar vagas.

Observação:

Por motivos técnicos, não foi possível ouvir as últimas falas da mesa diretora.

A seguir foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Vale--e-Litoral-Norte-jan22.pdf>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC – Fipe** <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/>

[uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf](#)

- **Contextualização Regional da Unidade Regional** – MH – Fipe https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-e-quipe-RMVPLN.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – DA-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – DA-Fipe
- **Proposta das FPICs** – CG-Fipe https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf

Após as apresentações foi aberta a palavra aos participantes que desejassem encaminhar alguma proposta.

Pesquisadora da Univap, moradora de Lorena, iniciou dizendo que tem bastante interesse pelo debate da região metropolitana porque é pesquisadora do assunto e que levantará algumas questões. Disse que teve oportunidade de ler o documento de subsídios ao debate e quanto a macrozona de preservação ambiental e, quando se fala em preservação, isso significa restrição de uso humano.

Sugeri que ficasse de forma expressa alguma restrição e disse saber que essas macrozonas são coincidentes quase que 100% com as Unidades de Conservação e de proteção integral só que se pode ficar na mão se o PDUI não explicitar o que pode ou não fazer.

Da mesma forma, as macrozonas de uso sustentável, destacou as várzeas do Rio Paraíba como importantes para estarem no PDUI. Comentou ainda que muito foi falado sobre enchentes, inundações, urbanismo, áreas de risco e as várzeas são áreas da bacia, naturalmente inundáveis que estão sendo ocupadas de maneira não adequada.

Mas, ainda tem algumas várzeas não ocupadas em Lorena, em que há uma disputa por esse território, mas, acredita que existe a oportunidade de evitar com que pessoas ocupem essas áreas e sofram com a perda das suas casas.

Quanto ao parque Linear, nas margens do Rio Paraitinga, considera o ciclismo que é uma atividade popular que envolve esporte, saúde, turismo, atividade econômica fortíssima, cita inclusive o exemplo de Cunha, sugere que esse parque, que irá passar por várias partes da região metropolitana, se transforme numa área própria para o ciclismo.

Disse que Lorena é considerada a cidade do ciclismo. Colocou que esse corredor verde também tem que ser usado para lazer pelas pessoas que não possuem um veículo automotor.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que o técnico da Secretaria de Transportes e Logística participava remotamente e comentou que nessa região existe um turismo que tem que ser fomentado no “Programa de Rotas Cênicas”, da Secretaria de Turismo do governo do Estado. Ele também pediu para informar que a reforma da Rodovia Tamoios fica pronta em março de 2022 e os contornos de São Sebastião e Caraguatatuba em 24 meses.

O representante da Secretaria Municipal de Turismo de Guaratinguetá disse que a prefeitura tem participado das discussões sobre o turismo na região. Lembrou que existe na região uma Asso-

ciação de Turismo da Fé que tem ligações com outras sobre o mesmo tema com a participação de 11 cidades, mais a Associação do Vale Histórico com a participação de 9 cidades, num total de 20 cidades, e existe uma preocupação discutida em uma reunião recente que é a questão hídrica.

Disse que foi criado no Vale do Paraíba e que aprendeu na escola que o Rio Paraíba era a junção do Rio Paraitinga com o Rio Paraibuna, em Areias. Observou que ensinaram na escola que o Rio Paraíba nasce em Areias e vem por cima passando por Cunha, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga onde ele começa fazer a junção entre o Paraitinga e o Paraibuna.

Dessa maneira, os produtores de água ficam em cima e na região metropolitana a área do rio é a calha por onde passa a água do Rio Paraíba do Sul. Queria deixar isso esclarecido.

Disse que, com relação ao turismo, Guaratinguetá tem um trabalho muito grande com as Associações de Turismo da Fé e Turismo do Vale Histórico. Em decisão conjunta com o governo do Estado, no site da Secretaria Estadual de Turismo foram colocadas 7 rotas de turismo do Vale do Paraíba.

Solicitou que esse tema seja debatido em todas as audiências do Vale do Paraíba porque é um tema fundamental para ser considerado no plano.

Com apoio do Movimento Ambientalista de Guaratinguetá e do Movimento, disse que no documento faltou abordar o tema educação. Colocou várias propostas que serão postadas na plataforma digital e dividiu em temas:

Meio Ambiente

1. Isentar a taxa do IGC (Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo) para que ONGS e associações ambientalistas possam requerer Caracterização de Drenagem, principalmente com relação a nascentes e microbacias urbanas.
2. Criar núcleos municipais nos moldes do Programa Águas para o Futuro do Paraná, coordenados pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e movimentos ambientalistas civis locais, para representação junto ao Gaema (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente) integrando assim a Rede de Atuação Protetiva do Meio Ambiente de São Paulo.
3. Que o Graprohab deva necessariamente requerer parecer dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (Comdemas) para aprovação de novos loteamentos nos municípios, em conformidade com a Lei 14.285/2021.
4. Estabelecer critérios operacionais e construtivos para Estradas Cênicas, contempladas no Programa Rotas Cênicas do governo estadual. Tais critérios devem ser consolidados através de resolução do Conselho Estadual de Turismo (Comtur) e Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).
5. Criar a Área de Proteção Ambiental Estadual das Várzeas do Vale do Paraíba para proteção, conservação e restauração das matas ciliares e Planícies de Inundação do Rio Paraíba do Sul, aos moldes da APA Várzeas do Rio Tietê de São Paulo.

Cultura

Orientar os municípios a criar, via Câmaras Legislativas, a Lei dos Direitos Fundamentais dos Artistas, de acordo com as características e necessidades próprias de cada cidade. Quando da elaboração do Plano Diretor do Município, orientar igualmente para que façam a indicação em seus textos.

Esses direitos dos artistas estão em consonância com os Direitos Universais estabelecidos pela ONU, uma vez que garantem a dignidade e as condições de trabalho dos artistas. O Plano Diretor da Região Metropolitana deverá orientar os municípios, quando do encaminhamento da Lei dos Direitos Fundamentais dos Artistas, a observarem os seguintes tópicos normativos básicos que serão regulamentados localmente: a) Direito de Escolha. Os artistas poderão optar por serem atendidos como pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de maneira isonômica, por parte das Secretarias de Cultura. b) Direito dos recursos financeiros. A concessão de dinheiro público para a arte e a cultura no município será feita, prioritariamente, por editais ou chamamento públicos, evitando-se, sempre que possível, contratações diretas e personalistas, democratizando e tornando transparente o acesso de todos os artistas a esses recursos. c) Direito à Informação. De acordo com a Lei de Acesso à Informação em vigor (Lei 12.527 de 18/11/2011), todo artista e munícipes têm o direito de serem informados dos valores efetivamente disponíveis para as ações artísticas e culturais do município, descontado o valor de custeio das Secretarias de Cultura. d) Direito de Informação dos Critérios de Julgamento. Toda Comissão de Avaliação criada pelas Secretarias de Cultura terá seus critérios de notas informados publicamente, assim como o currículo da equipe de pareceristas. e) Direito a Piso Mínimo. Os valores para contratação dos artistas locais junto às Secretarias de Cultura serão combinados livremente entre as partes, garantindo-se, entretanto, um piso mínimo para os contratos. Este piso deverá ser reajustado anualmente dentro das possibilidades do orçamento anual de cada município. f) Direito de prioridade aos artistas da cidade. Os artistas locais e demais talentos do setor cultural terão preferência na destinação das verbas municipais para a Cultura. Artistas contratados de fora do município terão que ter seus nomes justificados e terem os valores pagos divulgados. g) Direito de Participação nos Rumos da Cultura. Os artistas e munícipes interessados poderão participar da elaboração do Plano de Cultura do Município através de audiências públicas ou de Conferências de Cultura. h) Direito de Integração Cultural dos Bairros Periféricos. Descentralização da grade anual dos eventos culturais locais, privilegiando os bairros da periferia da cidade e seus talentos locais. i) Direito de Acesso aos Recursos do Fundo Municipal de Cultura. Os recursos dos Fundos Municipais de Cultura serão utilizados exclusivamente através de editais públicos, de preferência, dentro de cada ano fiscal.

NOTA: Outros tópicos poderão ser acrescentados conforme os interesses locais e específicos de cada município. III – **EDUCAÇÃO** O Artigo 26 da LEI 9394/96 estabelece que tanto a educação infantil quanto o ENSINO FUNDAMENTAL (a cargo dos municípios) e o ensino Médio, além de seguirem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devem complementar, em cada município, o currículo local com uma Parte Diversificada, exigida pelas características culturais e econômicas de cada cidade. Com base nesta recomendação, SUGERIMOS ao Plano Diretor da Região Metropolitana do Vale do Paraíba: 1 - Orientar as Secretarias de Educação de cada Município a criar a disciplina **“FORMAÇÃO DE CIDADANIA”**, a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental II. Quando da elaboração do Plano Diretor do Município orientar igualmente para que façam a indicação em seus textos. Como sugestão normativa, a nova disciplina deverá contemplar os seguintes tópicos (Ementa) que poderão ser ampliados por cada Secretaria local: a) Noções e informes objetivos sobre a Participação da Sociedade Civil na gestão administrativa da cidade. 4 b) Noções básicas sobre a atuação dos Conselhos Municipais, Associações de Bairros, ONGS (Organizações não governamentais), OSCIPS (Organizações da sociedade civil de interesse público) e outros movimentos de atuação social ou cultural, de natureza civil, atuantes no município. c) Noções básicas sobre a atuação da Promotoria Pública, atuação da Defensoria Pública, atuação do Procon, da Ouvidoria Pública e outras defensorias exis-

tentes na legislação. d) Noções básicas sobre a Estrutura Legislativa, Jurídica e do Poder Executivo que regem a cidade e o país. Modos de funcionamento e Organogramas municipais respectivos. e) Noções sobre o direito à informações conforme estabelece o Art. 5º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.” 2 – Orientar as Secretarias de Educação de cada Município a criar efetivamente no ensino fundamental a disciplina “**ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS**” com conte 2 – Orientar as Secretarias de Educação de cada Município a criar efetivamente no ensino fundamental a disciplina “ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS” com conteúdo programático específico, conforme preconiza a **Lei 10.639 de 09/01/2003**.

C-Fipe agradeceu as sugestões apresentadas e disse que quanto às APAS, já foram consideradas no plano e o corredor verde também, inclusive atenderá os romeiros que vão à Aparecida do Norte todos os anos.

O prefeito de Guaratinguetá encerrou a audiência agradecendo aos participantes. Disse ser preciso mais recursos, verbas para investimentos e citou que a região do Vale da Fé recebe 16 milhões de turistas por ano, o que é raro no Brasil.

Disse que a região tem que atrair turistas, mas, tem que ter uma infraestrutura melhor para que as pessoas possam ficar mais tempo hospedadas, não só no Vale da Fé, mas em Cunha que tem vários atrativos.

“Para isso é necessário investimentos do governo do estado, da InvesteSP, a fundos perdidos para se montar uma infraestrutura bem montada”, destacou. Usou como exemplo a cidade de Olímpia, que teve uma explosão do turismo.

“Além desse segmento, também, temos outros desafios como educação, saúde, segurança pública para melhorar a qualidade de vida da população”, destacou. Disse esperar que, a partir do PDUI esses investimentos venham para a região.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

O conteúdo completo desses estudos e a íntegra da audiência está disponível na plataforma digital do PDUI da RMVPLN (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>), que ficará aberta para receber as propostas até 7 dias úteis após a audiência. No canal da Secretaria do Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.Youtube.com/watch?v=GTHTQkTY2hs>) também é possível rever as apresentações.

Balço de Presenças da AP Guaratinguetá 01/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual-Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	4	33	12	88	16	104

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Guaratinguetá	Conselho Municipal de Política Cultural		AAS	Chat/Formulário YouTube
Guaratinguetá	Prefeitura/Turismo	Chefe de Gabinete	ACF	Presencial
São José dos Campos	Sociedade Civil	Advogado	ABF	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Prefeito	ASB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat
Lorena	Prefeitura	Ag. Desenvolvimento	ALPC	Presencial
Lorena	Equs	Diretora	APRCLG	Presencial
Guaratinguetá	Sebrae	Gerente	AC	Presencial
Guaratinguetá	Sociedade Civil		Associação Guaratinguetanese de Engenheiros e Arquitetos (Agea)	Chat
Piracicaba	Prefeitura	Ex-prefeito	BN	Chat
Lorena	Secretaria de Cultura e Turismo		BGF	Formulário
Cachoeira Paulista	Alesp	Assessor Parlamentar	BA	Presencial
Lorena	Uvesp	Presidente	BC	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	CB	Presencial
VPLN	Universidade do Vale do Paraíba (Univap)		CG	Chat/Formulário YouTube
Aparecida	SAAE	Engenheira Sanitarista	CJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat
Lorena	[E?]	Diretor	CCG	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Engenheira	CG	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Consultor	DJA	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat
Piquete	Câmara Municipal	Vereador	E	Presencial
Roseira	Prefeitura		EVRN	Chat/Formulário YouTube
VPLN	Câmara Federal	Deputado	EC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat
Pindamonhangaba	Associação dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pindamonhangaba (APEAAP)		EBR	Chat
São José dos Campos	Câmara dos Deputados	Secretário Parlamentar	EF	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Guaratinguetá	Secretaria de Meio Ambiente	Estagiário	EDIV	Presencial
São Paulo	Alesp	Jornalista	FM	Presencial
Piquete	Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Serviços Públicos		FC	Formulário
Roseira	Prefeitura	Prefeito	FS	Presencial
não menciona	não menciona	não menciona	GS	Chat
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Meet
Guaratinguetá	Associação Comercial e Empresarial (Aceg)	Presidente	GG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Meet
Potim	Prefeitura	Secretário de Planejamento	HVTS	Presencial
Roseira	não menciona	não menciona	JGD	Presencial
Guaratinguetá	Secretaria de Governo	Subsecretário	JAS	Presencial
São José dos Campos	ONG IEPA SJCampos		JRO	Formulário
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Piquete	Câmara Municipal	Presidente	JPJ	Presencial
Guaratinguetá	Prefeitura	Secretário de Governo	JV	Presencial
Piquete	Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico		JDV	Formulário
Piquete	Subsecretaria do Desenvolvimento Econômico		JEGC	Chat/Meet
Cunha	Prefeitura	Prefeito	JEH	Presencial
Guaratinguetá	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar	JMAN	Presencial
São Paulo	Secretaria de Logística e Transportes.		J	Chat
Guaratinguetá	[?]	[?]	JF	Presencial
VPLN	AgemVale	Diretor Administrativo	KS	Presencial
Canas	Secretaria de Obras	Supervisor de obras	LA	Presencial
Potim	Prefeitura	Engenheira Civil	LCM	Presencial
Guaratinguetá	AgemVale	Diretor Técnico	LMCR	Presencial
não menciona	Sociedade Civil		LB	Formulário
Aparecida	[?]	[Padre?]	LGMMS	Presencial
Guaratinguetá	Prefeitura	Subsecretário	LCS	Presencial
Aparecida	Prefeitura	Prefeito	MARA	Presencial
Guaratinguetá	Sebrae	Consultor	MV	Presencial
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Secretário	MC	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		MRPM	Presencial
São José dos Campos	Polícia Civil - DEINTER 1	Delegado	MAS	Chat/Formulário YouTube
Guaratinguetá	Prefeitura	Prefeito	MVS	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Guaratinguetá	PSD	Presidente	MCSD	Presencial
Roseira	Câmara Municipal	Vereadora	MJVS	Presencial
não menciona	Região Turística da Fé		MLSOW	Formulário
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLC	Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		MARN	Chat
Guaratinguetá	Prefeitura/Turismo	Secretário	MPS	Presencial
Guaratinguetá	[?]	não menciona	MN	Presencial
Cunha	Secretaria de Turismo e Cultura		MH	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		MO	Chat
Guaratinguetá	Grupo Ambientalista Nascentes Livres		MCM	Formulário
Lorena	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	PIF	Presencial
Lorena	Univap	não menciona	PORS	Presencial
Cachoeira Paulista	Secretaria de Desenvolvimento	Secretário	PO	Presencial
Lorena	Secretaria de Meio Ambiente	Secretário	RLCC	Formulário
VPLN	Associação de Amigos das Serras da Mantiqueira e do Mar e do Vale do Paraíba (Amavap)		RMF	Formulário
Aparecida	Secretaria de Obras	Secretário	RAHS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Piquete	Prefeitura	Prefeito	RKL	Presencial
Cunha	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	RCS	Formulário
Cachoeira Paulista	Secretaria de Planejamento - Gabinete / Controle Interno de Cachoeira Paulista		RSRG	Formulário
Guaratinguetá	Câmara Municipal	Vereadora	RF	Presencial
Lorena	Secretaria de Obras	Secretária de Obras	RRAC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat YouTube/Meet
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)	Assessora Técnica	SMO	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat
São Paulo	Alesp	Assessor	SHOJS	Presencial
São Paulo	EMTU		SMDT	Formulário
não menciona	não menciona	não menciona	SPC	Meet
não menciona	Fundação Fórmula Cultural		SF	Formulário
Lorena	Prefeitura	Prefeito	SB	Presencial
Lorena	Prefeitura	Secretário	USF	Presencial
São Paulo	Gabinete Deputado Castello Branco	Assessor Parlamentar	VAM	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona	Associação dos Engenheiros e Arquitetos		VL	Chat
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Formulário
Lorena	Nascentes Livres; COMMAM Lorena; Rotaract Guaratinguetá		VHBO	Formulário
Guaratinguetá	PM ESP	Capitão	WG	Presencial
Potim	Gabinete	Chefe de Gabinete	WAS	Presencial
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Formulário/Chat
Guaratinguetá	Conselho Municipal de Política Cultural (Comcult)	Conselheiro	WCA	Presencial
Lorena	Câmara Municipal	Vereadora	WAS	Presencial
Guaratinguetá	Secretaria de Cultura	Subsecretário	WV	Presencial
Cunha	Câmara Municipal	Diretor Geral	WSM	Formulário
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Formulário/Chat/Meet

II.3. Sub-região Taubaté

Data: 02/02/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Centro de Formação de Professores da Secretaria de Municipal de Educação/
Auditório. Rua Emílio Winther, 108 – Centro, Taubaté/SP

Municípios convidados: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, que agradeceu a presença de todos que acompanhavam a reunião no espaço do evento (Secretaria Municipal de Educação de Taubaté) e, também, para aqueles que acompanhavam a transmissão ao vivo pela internet, no canal YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Explicou a organização da reunião e disse que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível em: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu à prefeitura de Taubaté e a Secretaria de Educação pela cessão de uso do auditório e de toda a infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual. Destacou também o trabalho feito pela equipe da Agemvale pela mobilização e apoio na realização desta audiência.

Informou que os protocolos e cuidados com a segurança diante da pandemia, como o distanciamento social, o uso de máscaras, álcool gel, e que por este motivo o acesso de convidados foi limitado, conforme orientações expressas no convite.

Expôs o regulamento da Audiência Pública (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf), e informou que as propostas para a sub-região poderão ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir desta data.

Em seguida, foram apresentados os vídeos com as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional, e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor iniciou a chamada para a formação da mesa diretora, que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Taubaté
- Deputado estadual
- Prefeito de Lagoinha
- Prefeito de Natividade da Serra
- Prefeito de Redenção da Serra
- Prefeita de São Luiz do Paraitinga
- Prefeita de São Bento do Sapucaí
- Prefeito de Tremembé

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional cumprimentou e agradeceu a presença de outras autoridades que não puderam compor a mesa fisicamente, devido à limitação de espaço e citou: prefeito de São José do Barreiro e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; secretária de Obras e Planejamento de Pindamonhangaba; diretores da Agemvale; secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Santo Antonio do Pinhal e vereador de Taubaté e vice-presidente do Parlamento Regional.

Formada a mesa, o prefeito de Taubaté foi o primeiro a falar e destacou a fase decisiva em que se encontra o Plano nesta sub-região de Taubaté.

O prefeito de Taubaté cumprimentou os presentes e falou do prazer em receber a todos no município de Taubaté que entra agora neste tempo de discussões e de crescimento regional. Disse que não medirá esforços para que isso efetivamente aconteça.

Citou exemplos de tratativas que já vêm sendo realizadas em diversos temas como as UPAs, como serão trabalhados os consórcios e quem irá assumi-los, ressaltando a importância das discussões para o crescimento de todas as cidades da região.

Relembrou quando participou das reuniões dos grupos temáticos, destacando dois temas fundamentais discutidos na ocasião: saúde e segurança. Parabenizou o governo do Estado de São Paulo ressaltando a importância de novos apoios como este.

Destacou que em Tremembé encontraram uma válvula de escape para saída à Dutra, mas precisam de apoio para alargar o trecho devido ao volume de carretas, questionando quando este tema será abordado e ressaltando a necessidade de apoio à Tremembé, considerando a retirada de grande trânsito do centro, sendo preciso que os municípios andem juntos.

Finalizou dando boas-vindas a todos e desejando que este evento seja bastante emblemático para o crescimento de toda a região, ressaltando a importância de colocar todas as discussões em prática, para que não se restrinjam ao discurso.

Antes de abrir a palavra aos demais membros da mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional concedeu a palavra ao secretário de Desenvolvimento Regional que acompanhava a audiência remotamente.

O secretário de Desenvolvimento Regional agradeceu a oportunidade de participar do dia dedicado a discutir o desenvolvimento da região. Saudou às autoridades presentes e ressaltou a importância do encontro, pois todos sabem do conceito de região metropolitana que avançou para todo o estado de São Paulo, e da importância do PDUI para um planejamento de médio e longo prazos.

O deputado estadual ressaltou a honra em participar do evento e destacou este ter sido um dos dias de maior relevância na agenda do Vale do Paraíba. Destacou que a região está diante de grandes desafios, sendo um dia de comemoração, parabenização, de comprometimento e de ajuda antes de tudo. Resumiu suas contribuições dizendo que se sentia extremamente envolvido com este projeto, pois, em 1997, participou junto à Secretaria de Meio Ambiente de um projeto que estudava o Vale do Paraíba, que talvez tenha sido o precursor deste Plano de Desenvolvimento Regional, isto porque, existiam fragmentos de unidades de conservação que precisavam ser conectados.

Lembrou, ainda, que esse estudo de 1997 se baseou em avanços que estavam ocorrendo no estado da Califórnia, EUA, desde a década de 1970, contemplando as cidades de São Francisco, São Diego e Los Angeles, as quais tiveram a expansão de sua mancha urbana de forma muito acelerada, e se juntaram.

Este conceito de região metropolitana estava sendo trazido para o eixo Rio-São Paulo. Lembrou que naquela ocasião, quando o deputado era piloto do exército, foi feito um voo de São Paulo até o Rio de Janeiro, por meio do qual foi possível constatar, em 1996, que não havia uma distância maior de 500 metros entre uma casa e outra, sendo que neste mesmo eixo, esta distância hoje não passa de 50 metros, ou seja, o Rio de Janeiro e São Paulo já se fundiram, e todas as cidades que estão no meio também, mas a parte paulista se adensou mais rápido, devido ao maior desenvolvimento.

Frente a este contexto, o deputado reforçou que as 39 cidades localizadas nesta região precisam de soluções unificadas, devido à semelhança dos problemas, e que se cada prefeito for resolver por si só, não dará conta, seja por falta de recursos ou porque poderia contar com uma ajuda diferente.

Assim, citou como um clássico exemplo o caso dos aterros sanitários, resíduos sólidos, a geração de lixo, transporte, enormes problemas para o Brasil inteiro e para o Vale também. Acrescentou a questão da infraestrutura, da habitação, da produção agrícola, da água, do esgoto, do saneamento, recursos hídricos – uma vez que o Vale abastece as duas maiores cidades do Brasil – da exploração dos recursos minerais, a saúde, que é sempre um grande problema; segurança e defesa civil, agora com todos os problemas de desabamento; e da educação, totalizando 12 pilares que precisam de soluções unificadas.

Mencionou o Estatuto da Metrôpole de 2015, que é uma lei federal, contudo, ressaltou o pioneirismo paulista com sua Lei Complementar 1.666 de 2012, que cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o qual já tratava do que o deputado estava expondo, considerada por este, como um sonho alimentado por muitos estudiosos.

Afirmou ainda que, das 15 regiões administrativas em que São Paulo está dividido – sendo que o Vale é uma delas –, algumas metropolitanas já estão ocorrendo na prática, sendo que: a RMSP foi a primeira, Baixada Santista a segunda, Campinas a terceira, Piracicaba a quarta, Jundiaí a quinta, Ribeirão Preto a sexta, Vale do Paraíba a sétima, e Franca, que está se mostrando ser a próxima.

Com isso, sintetizou estar havendo um crescimento mais rápido do que a capacidade de resolução dos problemas, e neste sentido, destacou que nada mais importante do que a união. Finalizou sua fala desejando sucesso nesta missão, agradeceu novamente a todas as pessoas que estão envolvidas na solução destes problemas e colocou seu mandato à disposição.

Convidado pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional um deputado presente na audiência fez um breve discurso. Cumprimentou a todos os presentes e disse ter começado a discutir a região desde que assumiu seu mandato e disse ter questões que não fazem sentido serem discutidas individualmente.

Afirmou não ser possível que sejam cometidos os mesmos erros do passado, uma vez que vemos soluções nos municípios vizinhos, enquanto outros sofrem tentando resolvê-los. Assim, pontuou que este plano deve trazer muito claramente quais são as metas para a região, quais ações podem ser feitas e quem são os responsáveis por cada uma, como por exemplo, na questão da saúde em que continuam sofrendo com a não abertura do hospital de Taubaté para desafogar o hospital de Cruzeiro, e indagou qual o planejamento para a saúde da região, quando se dará o atendimento a estas demandas, e o acesso aos dados que definem estas ações.

Disse que atualmente é difícil a compreensão dos principais problemas de saúde para a região, devendo dar publicidade a estes dados, para que a população possa participar. Colocou que a mesma coisa acontece com a segurança, que embora se assista a uma maior integração entre as polícias, é preciso melhorar os resultados. Ressaltou ser preciso aprender e compartilhar mais, aproveitar melhor as muitas oportunidades.

Outra questão colocada refere-se a uma possível união para a produção artesanal de alimentos e para a produção agrícola de forma geral. Disse que se questões como recursos hídricos e energia se não forem discutidas, todos pagarão a conta e indagou como a população pode se envolver, participar mais ativamente. Finalizou sua fala enfatizando que um bom plano cria as metas, as ações, é transparente e possibilita a atração de investimentos, de negócios, de turistas, uma vez que o turismo é uma das vocações regionais. Agradeceu mais uma vez a participação de todos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional lembrou que o plano será finalizado e, antes de seguir para a Alesp, será encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento da Região, sendo que a população será convidada a participar das reuniões.

O prefeito de São José do Barreiro foi convidado a fazer suas considerações. Ele cumprimentou a todos os presentes e disse ser um prazer estar na terceira audiência região.

Disse que quem planeja sabe onde quer chegar e o estado de São Paulo está dando um show nisso, uma vez que o governador e o vice-governador, junto a todos os secretários, estão zelando muito pelo Estado, embora medidas amargas tenham sido tomadas no começo da gestão, para que fosse possível chegar ao momento atual, mesmo neste período de pandemia, por meio de um grande investimento, e parabenizou a todos os envolvidos.

Disse não poder comparar sua região de origem, São José do Barreiro, no Vale histórico, que, por mais que estejam juntos na grande região, da qual estas fazem parte. Destacou que as duas audiências públicas, das quais participou, trouxeram muita informação e muitas questões de forma clara para a sociedade civil participar e construir junto um plano muito importante. Finalizou desejando a todos uma ótima audiência.

Antes de passar a palavra ao prefeito de Lagoinha, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional agradeceu a participação virtual do presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba.

O prefeito de Lagoinha saudou a todos e agradeceu a oportunidade de estar neste evento. Ressaltou a importância da discussão que está se iniciando na região, tendo em vista a complexidade vivida em todos os setores, cada município com sua realidade.

Afirmou que Lagoinha está numa posição diferente do eixo da Rodovia Dutra, tendo suas particularidades, com demandas diferentes e que diante destas particularidades, é importante ter estas reflexões, discussões e estudos de forma conjunta para que todas as cidades maiores e o governo do estado entendam qual a necessidade dos municípios menores.

Disse que Lagoinha, lado a lado com outros municípios do Vale, faz parte de uma região fora do eixo, porém com um grande potencial de desenvolvimento turístico. Da mesma forma que outras cidades maiores do Vale, além do potencial de desenvolvimento turístico, possuem um grande potencial de desenvolvimento econômico e industrial.

Destacou a importância de aproveitar todo este potencial da região e realizar uma força tarefa para se seja possível conseguir dividir os investimentos e projetos que possam desenvolver as cidades maiores, dando suporte às cidades pequenas.

Ressaltou a importância de fortalecer a saúde de Taubaté, assim como seu turismo, com a ajuda dos municípios pequenos, ao passo que Taubaté também possa ajudá-los, por exemplo, por meio de um atendimento 24 horas, dando um atendimento mais rápido a quem necessita.

Destacou que iniciativas como estas ajudariam muito as cidades pequenas, devido à infraestrutura já montada, de modo a absorver as demandas da região, bem como a importância de governantes que pensam no coletivo, no desenvolvimento regional. Trouxe sua certeza de que estas discussões em conjunto possibilitarão encontrar soluções para melhorar as cidades da região como um todo.

O prefeito de Natividade da Serra saudou as autoridades e destacou que Natividade da Serra é o terceiro maior município do Vale do Paraíba e o terceiro menos desenvolvido do Estado. “Fato extremamente importante de ser divulgado para que todos saibam que, embora o Vale seja uma região muito bonita, existem municípios que ficam à margem de seu desenvolvimento. Neste município há 1.200 quilômetros de estradas rurais, estradas vicinais, das quais nenhum centímetro é pavimentado.

Pontuou os maiores problemas enfrentados por Natividade da Serra atualmente, dentre os quais segurança e mobilidade.

Destacou ser importante pavimentar a vicinal que sai de Natividade da Serra e vai até a Tamoios, sendo que do total de 40 quilômetros, estão lutando muito para conseguir pavimentar os primeiros oito quilômetros pelo Programa Estradas Vicinais, mas se deparam com o problema da mão de obra especializada. Informou ainda que mas só tem condições de entregar este projeto para

além do prazo concedido pelo governo. Assinalou que a maior demanda a ser registrada é a questão de segurança pública, além de saúde.

A prefeita de São Luiz do Paraitinga cumprimentou a todos e ressaltou a importância deste evento, dizendo que foram eleitos pelo Plano de Governo elaborado, e que agora estão fazendo um Plano Regional.

Pontuou que está em seu terceiro mandato no Conselho, desde 2012, e que, anos depois, está assistindo à finalização do Plano, a partir do qual serão canalizados recursos públicos para o que a população deseja. Destacou as áreas de risco que são atividades que devem ser feitas diariamente, e os municípios pequenos não têm técnicos ou geólogos.

Ressaltou ainda que todas as cidades têm um Plano Diretor e Plano Diretor de Turismo. Falou da necessidade de priorizar e que prioriza a saúde e a construção do Hospital Regional de Cruzeiro, que foi uma luta para desafogar. Disse também da felicidade de estar na audiência.

Na sequência, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional convidou a prefeita de São Bento do Sapucaí para fazer suas considerações.

A prefeita de São Bento do Sapucaí saudou a todos e disse acreditar na união que tem acontecido entre os municípios, sem a qual não se vai a lugar nenhum. No campo Saúde, a prefeita lembrou o Hospital de Taubaté – não sai nunca – e disse que para uma cidade pequena, a saúde está entre os itens que mais demanda recursos.

Em relação à educação no Estado, disse que está ótima, mas a saúde nunca se consegue uma saúde 100%. E neste contexto, desejou compartilhar estas ideias e solicitar que o governo sempre olhe para os municípios pequenos.

Destacou o problema das estradas rurais, da deficiência de máquinas e finalizou sua fala agradecendo ao governo do Estado, pois nunca viu um governo tão solícito quanto este que estamos presenciando.

Um dos prefeitos presentes ainda solicitou que as propostas que surgirem na audiência, e que forem ao encontro da proposta do governo do Estado, sejam ouvidas com carinho para que o plano realmente se torne uma realidade, cada município pontuando suas necessidades, porque os pequenos nunca são ouvidos, o que causa até um constrangimento.

Destacou ser fundamental que todas as propostas da sociedade civil, prefeitos e deputados para que este plano faça a diferença e funcione. Finalizou sua fala desejando boa reunião a todos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional pediu que a representante do prefeito de Pindamonhangaba, Secretária de Obras e Planejamento, falasse.

A secretária de Obras e Planejamento de Pindamonhangaba cumprimentou a todos os participantes e disse da alegria de estar no evento discutindo um tema de tamanha importância para a região, e ressaltou o grande orgulho de fazer parte deste processo, sendo arquiteta e estando à frente desta secretaria.

Ressaltou a importância de uma discussão qualitativa para que a região possa, de fato, alcançar seu progresso, ter os atributos necessários à atração de investimentos e, acima de tudo, trazer qualidade de vida às pessoas. Fez algumas considerações a partir do estudo do Caderno de Propostas.

Destacou o VLP, que trará uma mobilidade muito maior para a região, considerando a necessidade de pontos de parada em Taubaté, por exemplo, já que ele segue a linha de alta tensão, o que estimulará ainda mais investimentos e contribuirá, inclusive, com o turismo de negócios, presente na região.

Outro tema relevante destacado pela secretária foi a regularização fundiária, pois as áreas ambientalmente frágeis estão sendo ocupadas e é preciso ter um controle, um ordenamento territorial que possa trazer dignidade às pessoas, tanto por meio do saneamento ou do abastecimento.

Citou o prefeito de Natividade da Serra e falou dos 600 quilômetros de estradas rurais que o município de Pindamonhangaba possui. Aproveitou o momento para agradecer imensamente ao governo do Estado pelos investimentos nas obras das vicinais. Por fim, agradeceu novamente a todos pela oportunidade de integrar este evento tão importante.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional saudando a todos os vereadores, agradeceu a presença do vereador de Taubaté e passou a palavra ao vice-presidente do Parlamento Regional.

O vereador e Vice-presidente do Parlamento Regional Metropolitano de Taubaté cumprimentou a todos os presentes e disse que este evento marcou a história da região metropolitana, ressaltando a importância da presença de vários prefeitos e vereadores para que ideias sejam trocadas e consensos sejam elaborados acerca das deficiências e carências existentes em toda a região do Vale do Paraíba, incluindo o Vale histórico, a serra, o litoral e o fundo do vale, as quais necessitam ser supridas.

Citou ainda a oportunidade dada pelo governo do Estado para que se tenha um desenvolvimento real por meio do Parlamento Regional.

Ressaltou ser muito importante a união de todos os municípios, de todas as pessoas da sociedade civil organizada, para que seja possível fazer o Vale decolar. Nesse momento aproveitou para fazer uma referência ao Aeroporto de São José dos Campos, que deve trazer um desenvolvimento para o Vale, um enorme benefício a todos, assim como ao 5G, que passará por Taubaté, reforçando que é sobre este desenvolvimento que todos precisam estar antenados, para que uma cidade possa ajudar a outra, apesar dos perfis diferentes existentes no Vale do Paraíba.

A seguir tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>:

- Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) – MC-Fipe (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>)
- Apresentação do Contexto Regional – MH-Fipe (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf)
- Proposta de Macrozoneamento – ZA-Fipe (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)
- Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) – HG e CG-Fipe (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates convidando a quem quisesse fazer suas considerações, e informou que houve participação efetiva do público no ambiente virtual acima da média das demais audiências.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos solicitou mais uma vez a todos que entrassem na plataforma digital e fizessem suas propostas pertinentes, fazendo constar todos os dados do proponente, para que estas sejam analisadas e inseridas ou não do Plano, com as devidas justificativas.

Representante de Lorena, pesquisadora da Univap.

Reforçou a importância da pauta para a região, os problemas que envolvem os proprietários rurais, a questão da conectividade entre as unidades de conservação, pediu que este tema esteja expresso e solicitou aos membros do Conselho que seja dada continuidade aos programas que visam à conexão dos fragmentos de vegetação nativa que isso seja um compromisso que vá além do compromisso de cada município isoladamente, mas que seja um compromisso ambiental.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que todas as propostas serão compiladas, e que no momento da apresentação do Plano ao Conselho de Desenvolvimento será feito um grande fórum com todos os secretários de estado, para que estas pautas colocadas sejam apreciadas, respondidas e posteriormente consolidadas para aprovação do Conselho, processo que se deseja concluir ainda no primeiro semestre de 2022, antes do período eleitoral.

Reforçou a importância de que todos entrem na plataforma e façam suas contribuições em até 7 dias úteis, tempo em que a plataforma ficará aberta para a recepção de propostas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos ressaltou a riqueza das contribuições da participante e disse que demonstravam o interesse no trabalho que está sendo desenvolvido, e convidou a técnica da Fipe para tecer seus esclarecimentos com relação a estas contribuições.

Arquiteta da secretaria de Planejamento de Taubaté destacou a importância de tratar o assunto de forma regional e reforçou que é preciso reforçar o patrimônio histórico-cultural da região, tanto arquitetônico quanto ambiental. Perguntou se os arquivos vetoriais *shapefile* das macrozonas serão disponibilizados aos municípios para que possam fazer sobreposições com os mapas de zoneamentos municipais e, também, quis saber sobre a efetiva participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano, como serão consultados e em qual momento.

Mencionou ainda os sítios de recreio, sobre os quais seria feito um maior controle, e a necessidade de distingui-los das ocupações irregulares. Perguntou como o PDUI conversará com o território da APA Federal do Rio Paraíba do Sul, cuja gestão é de competência do ICMBIO, o qual até o momento não elaborou o respectivo Plano de Manejo.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos reforçou a importância da APA mencionada e lembrou que tudo que foi considerado na audiência será levado aos grupos de trabalho das secretarias de estado.

Não havendo mais colocações dos presentes, ele agradeceu a todos que acompanharam presencialmente e pelo YouTube e convidou a todos para a Audiência de São José dos Campos.

Esclarecimento ao leitor: devido a problemas técnicos ocorridos durante a audiência pública, não foi possível transcrever trechos de falas e algumas colocações em sua totalidade.

Balço de Presenças da AP Taubaté - 02/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SSAM/SDR/Fipe
70	7	47	10	117	17	134

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Redenção da Serra	Câmara Municipal	Vereador	[?]	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadão	[S. ? T?]	Presencial
São José dos Campos	Sociedade Civil	advogado	ABF	Presencial
São José do Barreiro Tremembé	Prefeitura	Prefeito	AB	Presencial/Mesa
	Prefeitura	Secretário	AC	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Secretário	AF	Presencial
Taubaté	Gabinete	Secretário	AM	Presencial
Pindamonhangaba	Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema)		ARC	Formulário YouTube
São Bento do Sapucaí	Prefeitura	Prefeita	ACMB	Presencial/Mesa
São Luiz do Paraitinga	Prefeitura	Prefeita	ALBS	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat/Formulário YouTube
RMVPLN	AGEMVALE	Diretor	AGFJ	Presencial
Lagoinha	Prefeitura - Secretaria de Finanças	Secretário	ALS	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Diretor	AAN	Presencial
Taubaté	Área de Plano Diretor e Gestão Democrática da Prefeitura	Arquiteta Gestora	NR	Chat
Tremembé	Prefeitura	Assessor de Relações Federativas	AB	Presencial
Piracicaba	Equipe Fipe		BN	Chat
Natividade da Serra	Prefeitura	Vice-prefeito	BCCS	Presencial
Campos do Jordão	Secretaria de Valorização da Cultura	Secretário	BT	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	BS	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	BC	Presencial/Mesa
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	CB	Presencial/Mesa
Taubaté	IPABHI	Gestor de Projetos	CSC	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadão	CRL	Presencial
São José dos Campos	Universidade do Vale do Paraíba		CG	Formulário YouTube
Taubaté	Prefeitura	Chefe de Divisão	CCA	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Diretora de Planejamento	CRRP	Presencial
Campos do Jordão	Secretaria de Meio Ambiente		CLS	Formulário YouTube
Campos do Jordão	Secretaria de Meio Ambiente		CS	Chat
Tremembé	Prefeitura	Prefeito	CALM	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadã	CLPL	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Engenheira Civil	CG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Chat/Formulário YouTube
Pindamonhangaba	Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		DM	Formulário YouTube
Pindamonhangaba	Prefeitura	Chefe de Divisão do Plano Diretor	DKSL	Presencial
não menciona			DS	Chat
Taubaté	Ministério Público do Estado de São Paulo - Promotoria Cível de Taubaté		DDM	Formulário YouTube
Taubaté	Prefeitura	Gestora	DAP	Presencial
Taubaté	DE Foto e Vídeo	Fotógrafo	DGS	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional	Chat/Meet
Taubaté	Alesp	Assessor	DOM	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	DC	Presencial
Redenção da Serra	Câmara Municipal	Vereador	EAM	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereadora	EOCM	Presencial
Taubaté	Movimento Preserva Taubaté		EMGT	Chat/Formulário YouTube
Natividade da Serra	Prefeitura	Prefeito	EAS	Presencial/Mesa
Lagoinha	Sociedade Civil		FCC	Formulário YouTube
Taubaté	Secretaria de Planejamento		FC	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil		FJNCM	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil		FM	Chat
Taubaté	CDHU	Gerente regional	FAVJ	Presencial
não menciona	Secretaria de Planejamento		GSS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat
Taubaté	Cidadão residente em Taubaté		GFJ	Formulário YouTube
São Paulo	ALESP	Assessor	GC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Consultora	HG	Presencial
Taubaté	Ministério Público do Estado de São Paulo 11. PJ de Taubaté		JMC	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	JABC	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Prefeito	JASJ	Presencial/Mesa
Pindamonhangaba	Câmara Municipal	Presidente	JCG	Chat/Formulário YouTube
Redenção da Serra	Prefeitura	Secretário de Obras	JFSN	Presencial
São Paulo	Secretaria de Logística e Transportes		JMAN	Chat
São Luis do Paraitinga	Câmara Municipal	Vereador	JRC	Presencial
Redenção da Serra	Prefeitura	Prefeito	JFS	Presencial/Mesa
Campos do Jordão	Câmara Municipal	Vereadora	KB	Presencial
não menciona			KC	Chat
Ubatuba	Instituto PROFAUNA	Coordenadora de Assuntos Jurídicos	KC	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Taubaté	Unitau		LVF	Formulário YouTube
RMVPLN	AGEMVALE	Diretor	LM	Presencial
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadã	LC	Presencial
Campos do Jordão	Secretaria de Meio Ambiente		LMRO	Formulário YouTube
Taubaté			LM	Chat
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Pindamonhangaba	Secretaria de Planejamento	Diretora	LY	Presencial
Taubaté	Prefeitura	? 1ª Cia	LP	Presencial
Taubaté	Prefeitura - secretaria de Planejamento	Secretário	LFA	Presencial
Santo Antonio do Pinhal	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Assessor Técnico	LGVC	Presencial
Taubaté	CREA Taubaté	Conselheiro de Meio Ambiente	MW	Formulário YouTube
Pindamonhangaba	Prefeitura - Secretaira de Obras e Planejamento	Secretária	MF	Presencial/Mesa
Taubaté	Secretaria de Planejamento (Seplan)		MM	Formulário YouTube
Taubaté	Secretaria de Planejamento	Secretário Adjunto	MASM	Presencial
Santo Antonio do Pinhal	Prefeitura - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Secretário	MK	Presencial/Mesa
São José dos Campos	DEINTER 1	Delegado de Polícia Civil	MM	Chat
São José dos Campos	Polícia Civil - Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - Deinter 1		MRPM	Formulário YouTube
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube
Taubaté	Sociedade Civil		MRMAH	Formulário YouTube
não menciona			ME	Chat
São Bento do Sapucaí	Prefeitura	Secretário de Governo e Administração	MAV	Presencial
São Paulo	Alesp		MGP	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MO	Chat
não menciona	Sociedade Civil	Arquiteta	MK	Formulário YouTube
não menciona			MK	Chat
Pindamonhangaba	Fundação Formula Cultural e Associação (Amavap)		MF	Chat
Taubaté	Cidadã		MFRC	Formulário YouTube
Taubaté		Professor	MLF	Presencial
Taubaté	Secretaria de Planejamento	Gestora	NACSR	Presencial
Taubaté	Prefeitura		NFCO	Chat/Formulário YouTube
Campos do Jordão	Câmara Municipal	Assessora	NRAC	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	OCB	Presencial
Lorena	Univap	Pesquisadora	PORS	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	PM	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Taubaté	Preserva Taubaté		Preserva Taubaté	Chat
São Bento do Sapucaí	Prefeitura - Secretaria de Planejamento	Secretário de Planejamento	RBA	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Mandato Coletivo Representa Taubaté		RSA	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Departamento de Desenvolvimento do Turismo		RFS	Formulário YouTube
Taubaté	Alesp	Assessora Parlamentar / Deputado Peternelli	RBS	Presencial
Pindamonhangaba	Fundação Fórmula Cultural e Associação (Amavap)		RMF	Formulário YouTube
Taubaté	5º Batalhão de Polícia Militar do Interior, Taubaté, Ten Cel PM Gobbo, Major Risi e Cap Prudêncio	Major	RRA	Presencial/Chat
Taubaté	Prefeitura	Diretor de Turismo	RCV	Presencial
Taubaté	COMTUR		RF	Chat/Formulário YouTube
Taubaté	Polícia Militar	Tenente Coronel	RIG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Taubaté	Câmara Municipal	Vereador	RLSJ	Presencial
Taubaté	Seduc	PCNP	RLM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet/Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat
São Paulo	Alesp	Chefe de Gabinete	SD	Presencial
São Paulo	Alesp	Assessor	SHOJS	Presencial
Taubaté	Alesp	Deputado Estadual	SV	Presencial
São Luiz do Paraitinga	Câmara Municipal	Vereadora	SIV	Presencial
Taubaté	Câmara Municipal	Vereadora	TLB	Presencial
Taubaté	Prefeitura	Secretário	TD	Presencial
Lagoinha	Prefeitura	Prefeito	TMO	Presencial/Mesa
Taubaté	Secretaria de Planejamento		UACP	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Chat/Formulário YouTube
não menciona		Engenheira Civil	WMV	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil	Profissional autônomo	WFP	Formulário YouTube
Taubaté	Câmara Federal	Assessor Parlamentar	WFS	Presencial
São Paulo	Alesp	Assessor	WMP	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Presencial/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial

II.4. Sub-região São José dos Campos

Data: 03/02/2022

Horário: 9h às 12h

Local: Centro de Formação do Educador (Cefe) – Auditório G. Av. Olivo Gomes, 250 - Santana, São José dos Campos

Municípios convidados: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional fez a abertura da audiência dando boas-vindas a todos. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentar e debater o conteúdo do **Caderno Preliminar de Propostas** com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou a organização da reunião e disse que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Informou que no dia 04/02/2022, às 9 horas da manhã, aconteceria mais uma audiência pública na sub-região de Caraguatatuba para detalhar os trabalhos.

O assessor ainda fez uma série de agradecimentos: a prefeitura de São José dos Campos pela cessão de uso deste espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual; agradeceu a presença de todos que acompanhariam a audiência, presencialmente, na Secretaria de Turismo/Espaço Multiuso e, também, a transmissão ao vivo pela Internet, no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo e, também, o trabalho de toda equipe da Agemvale pela mobilização e apoio na realização da audiência.

Informou que o local estava seguindo todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, houve limite no acesso dos convidados, conforme já orientado no convite.

Reforçou ainda que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana que pode ser acessada pelo endereço <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até 7 dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos começaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos
- Deputado estadual
- Prefeito de Paraibuna
- Vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos
- Secretário de Obras de Igaratá
- Prefeito de Jacareí
- Prefeito de Jambeiro
- Prefeita de São Luiz do Paraitinga
- Presidente da Câmara de Caçapava
- Chefe de gabinete da prefeitura de Caçapava
- Vereadora de Santa Branca

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos foi o primeiro a falar cumprimentando as autoridades e todos os presentes. Disse estar feliz porque o município estava recebendo a audiência pública. Disse ser muito importante a discussão do plano de desenvolvimento do Vale do Paraíba e que todos sabem que vivem uma complexidade ambiental muito grande, com características de formação geomorfológicas que exige cautela dentro do plano para que se promova o desenvolvimento da região gerando emprego e renda, aumentando as condições em todas as esferas sociais e ambientais para se ter um desenvolvimento sustentável.

Agradeceu o trabalho feito até agora e colocou a equipe da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade à disposição dizendo que está azeitada porque já realizaram um trabalho sobre as principais políticas públicas do litoral.

Disse ainda que a equipe dele se interessa por essa discussão e agradeceu por poder colaborar com o plano de desenvolvimento da região e que deseja que seja um plano arrojado que promova um desenvolvimento sustentável para o Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O deputado estadual também cumprimentou a todos e disse que contribuía com o fórum contando um pouco da história. Agradeceu o secretário de Desenvolvimento Regional pelo excelente trabalho que está realizando e ao prefeito de São José dos Campos pela recepção.

Observou que essa talvez seja uma das agendas mais importantes do ano porque está se pensando em uma gestão pública racional, unificada para os 39 municípios que compõem a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disse que essa é uma tendência mundial que começou há 50 anos nos Estados Unidos, na Costa Oeste, três cidades, São Francisco, Los Angeles e San Diego se unificaram e ele teve a oportunidade de ver essa união.

Continuou dizendo que trazendo essa realidade para o Vale do Paraíba, nota-se que isso é uma tendência mundial que aconteceu em Nova York, em Paris, em Londres, enfim no mundo inteiro. Diz que a região está no maior eixo agro- econômico do Brasil, talvez da América Latina que é Rio de Janeiro/São Paulo.

Afirmou ainda que a região está no maior eixo agroeconômico do Brasil, talvez da América Latina que é Rio de Janeiro-São Paulo e lembrou que quando era piloto, realizou um voo com o IBGE há

dez anos atras para ver todas as construções em São Paulo, nesse eixo. “Naquela época, 1990, 500 metros separavam uma construção da outra, 30 anos depois 50 metros e há uma previsão para os próximos dez anos, mesmo considerando a Serra das Araras com toda a sua topografia acidentada, e a topografia específica no Estado de São Paulo da Serra da Mantiqueira e o Vale”, destacou.

O deputado observou ainda que o grande mote desse planejamento é lutar junto e não separadamente. Destacou que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba se destaca no Estado de São Paulo que hoje tem 15 regiões administrativas com características muito díspares e só perde para o Vale do Ribeira.

“A região do Vale é muito diferente dentro dela mesmo. São 39 cidades com características diferentes”, ponderou. Disse ainda que no Litoral são 16 cidades, divididas pelo estado em três porções, Litoral Norte, com 4 cidades, Litoral Central com 9 cidades, e o Litoral Sul com 3 cidades. E esse próprio litoral é muito diferente de todos os outros e tem uma vocação para se alinhar ao Vale do Paraíba, por várias razões.

“Nesse sentido, questões como coleta seletiva de lixo, aterros sanitários, tratamento de resíduos sólidos, tratamento de esgotos, habitação, educação saúde, segurança pública, cabe aos envolvidos com os problemas, buscar soluções comuns”, afirmou.

Destacou que a audiência pública é uma vitória que foram muitos anos de trabalho para chegar até aqui. Comentou que a primeira participação dele sobre a questão regional foi em 1997 quando se queria criar a área de proteção em São Francisco Xavier e foi a primeira vez que o Estado teve uma visão conjunta do Vale do Paraíba porque o meio ambiente não respeita fronteiras.

Elogiou e parabenizou o trabalho e disse ser necessário críticas positivas que o projeto está sendo apresentado para todos contribuírem para ele ficar cada vez melhor. Ressaltou que no que tange a Assembleia Legislativa, que vai aprovar o projeto de lei, e que será preciso muita articulação, argumentação técnica para convencimento dos outros deputados, mas colocou o mandato de deputado estadual à disposição.

O prefeito de Paraibuna cumprimentou a todos e disse estar feliz de estar na tão aguardada audiência. Agradeceu o governo do Estado que entendeu essa necessidade, disponibilizou os recursos e selecionou a equipe para desenvolver o PDUI, que é um plano que vai definir o futuro da região.

Lembrou que a região tem 39 municípios e cada um tem uma peculiaridade diferente, mas que é preciso trabalhar de forma integrada. Salientou ser preciso incentivar o turismo porque Paraibuna é a 15ª Estância Turística do Vale do Paraíba e tem o Polo Tecnológico de São José dos Campos.

Disse que as grandes cidades da Via Dutra, Jacareí, São José e Guaratinguetá são cortadas por essa rodovia. “É uma região muito extensa e tem muitos atrativos que precisam ser valorizados. É preciso debater e participar bastante daquilo que vai definir o futuro da região”, enfatizou.

O coordenador institucional do projeto- Fipe saudou às autoridades presentes e disse considerar a audiência um marco histórico porque desde dezembro de 2014 que o país enfrenta uma crise econômica e em 2019 o governo do estado fez um ajuste com reformas e está conseguindo investir 50 bilhões de reais em projetos municipais.

Explicou que falaria sobre o PDUI e da Regionalização que é uma política de Estado, definida pelo governador e tutelada pelo secretário de Desenvolvimento Regional que tem um compromisso desde a aprovação do projeto, junto com o vice-governador.

Destacou que no ano de 2021 foram realizadas 26 audiências públicas em todo o território estadual, apresentando uma proposta técnica desenhada pela Fundação Seade de uma nova regionalização.

Disse que o estudo do Seade considerou três projetos muito relevantes que já tinham sido desenvolvidos. “Um projeto de dispersão urbana, coordenado pelo Profº Nestor Goulart Reis, financiado pela Fapesp que estudou os 645 municípios no Estado de São Paulo, a Pesquisa Origem/Destino e o fluxo de pessoas em cada município que possibilitou a análise das interligações entre os municípios”, afirmou.

Citou o outro estudo que foi a Regic do IBGE de 2018 que foi revisado em 2020 e possibilitou a análise do alcance da influência de cada centro urbano do estado e um trabalho realizado pela Emplasa, em parceria com o Cepam sobre a Rede Urbana Paulista que mostrou que as áreas já institucionalizadas como metropolitanas e aglomerações urbanas não têm uma taxa de crescimento relativamente baixa, mas do ponto de vista intrarregional ainda persiste um movimento de periferização, ou seja, das pessoas irem morar nos anéis periféricos e isso leva ao espraiamento urbano horizontal e conseqüentemente propicia uma conurbação que encarece a infraestrutura.

“As políticas dos planos diretores estão priorizando o adensamento das áreas centrais porque o espraiamento encarece demais a infraestrutura”, explicou.

Lembrou que no primeiro dia de mandato o governador criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional para cumprir uma promessa de campanha de fazer uma gestão municipalista. “Hoje o importante é o fluxo das pessoas nas regiões, o fluxo das mercadorias, dos rios que estruturam a região, fluxo de esgoto, fluxo de poluição, fluxos de vetores de doenças como o Coronavírus, cuja pandemia mostrou a necessidade de integração regional”, ressaltou.

Afirmou ainda que o objetivo da nova regionalização é colocar o estado no rumo do desenvolvimento sustentável que é o grande desafio do nosso século. Para isso, alguns fundamentos são necessários: integração regional, redução das desigualdades regionais e intrarregionais, construir políticas públicas de forma integrada, intersetorialidade para que se alcance um desenho regional para transcender as fronteiras dos municípios.

Dessa forma é possível ter um nível de desenvolvimento e uma certa homogeneização porque não dá para conviver com grandes desigualdades territoriais em um estado que se fosse um país seria a 21ª economia do planeta, a frente de mais de 170 países. Estado que tem uma capacidade instalada de infraestrutura de primeiro mundo, com 19 rodovias estaduais e uma rodovia federal, modernização de aeroportos aumentando a conectividade física, além da conectividade virtual, tem universidades públicas, Fatecs, Etecs, Parques Tecnológicos, centros de pesquisas, ou seja, tem muitas potencialidades que podem elevar, cada vez mais, o desenvolvimento do estado.

“A estratégia para alcançar esse patamar é regionalizar todo o território Paulista que hoje está institucionalizado em 10 unidades regionais, 9 regiões metropolitanas (Jundiaí e Piracicaba foram criadas recentemente pelo expressivo PIB e pela maturidade de ser região metropolitana), 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de estado (antigas microrregiões, porém o conceito é o mesmo, só muda o nome)”, detalhou.

Lembrou que a Constituição já tinha criado as unidades regionais, cabendo aos estados a constituição de unidades regionais, em municípios limítrofes, organizados em regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões para executar as Funções Públicas de Interesse comum.

“Hoje o governo tem um projeto que está tramitando na Procuradoria Geral do Estado para ser enviado para a Assembleia Legislativa propondo a nova regionalização do Estado de São Paulo que passará a contar com 32 unidades regionais, sendo 9 regiões metropolitanas, 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de estado, cada uma com um arranjo institucional de governança interfederativas e com o PDUI que é um plano territorial que será feito em todas as 32 unidades regionais. O Estatuto da MetrÓpole exige que as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos tenham o PDUI e o governo do Estado deseja que todo o território seja planejado”, detalhou.

A seguir foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas (Fipe) que está disponível para consulta na plataforma (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Vale-e-Litoral-Norte-jan22.pdf>).

- **Apresentação Geral do PDUI** – MC-Fipe <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>
- **Contextualização Regional da Unidade Regional** – MH-Fipe https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – ZA-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – ZA-Fipe
- **Proposta das FPICs** – CG-Fipe https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf

Manifestação das autoridades presentes

O prefeito de Jacareí cumprimentou a todos e disse que o primeiro tema que desejava abordar envolvia investimento. “É a necessidade de segurança jurídica para pacificar conflitos no âmbito do poder executivo estadual e municipal e do envolvimento do Ministério Público para que possa ter um grupo temático de debate permanente sobre as questões ambientais”.

Disse não ser possível que as opiniões técnicas divergentes dos órgãos do próprio estado, possam, por exemplo, aprovar um projeto do Grapohab e, em outro projeto específico, a Cetesb, se sintam com o direito de interpretar com uma análise técnica divergente.

Afirmou que é preciso criar uma estância regional que delibere com força vinculatória no âmbito do executivo estadual e municipal para se ter, minimamente, condições de segurança jurídica e desenvolvimento.

Citou que é a mesma coisa, quando existir um mapa ambiental regional com os rios e nascentes catalogados, o regime jurídico, a tipologia e a vinculação jurídica e esse mapa se tornar vinculatório para o próprio Estado. “Para o executivo, pode-se ganhar um ano para o desenvolvimento de cada projeto. Não é possível que uma região metropolitana possa passar três anos para aprovar uma rodovia ou uma avenida. Não é possível que com tantas pontes feitas nesse país, se demore um ano e oito meses para obter uma aprovação”, lamentou.

Continuou ainda dizendo ser preciso racionalizar esse trabalho ou todos perderão e continuarão perdendo muito tempo por causa de divergências técnicas no âmbito do governo estadual. “Somos servidores públicos e devemos prestar serviço público”, disse.

Levantou outra questão sobre a necessidade de discutir com muita seriedade a vocação do polo tecnológico. “Nesse momento é oportuno fazer essa discussão porque pelo arranjo jurídico institucional hoje existente, o polo é para o município de São José dos Campos, estimula o governo local, o desenvolvimento local e estimula a prestação de serviços para as cidades vizinhas”, ponderou.

Para ele, é preciso mudar a característica do polo para que ele passe a ser regional. “O polo está em São José dos Campos, mas, tem que ser da região metropolitana, senão não faz sentido os municípios continuarem estimulando se o arranjo jurídico assumido fomenta apenas São José dos Campos. Tem que ser um Polo estadual para a região toda”, enfatizou.

Disse que a terceira contribuição era sobre o corredor verde que considera ser uma excelente ideia, mas é preciso privilegiar as nascentes e preservação das águas que inclui o Rio Paraíba e a Bacia do Igaratá, ou seja, onde tiver nascente tem que ser preservado e tem que ter corredores ecológicos, preservação das águas e estímulo ao proprietário rural para essa preservação.

“A SOS Mata Atlântica tem um trabalho embrionário em São Luiz do Paraitinga e tem um corredor ecológico no município de Jacareí, portanto é preciso que o corredor ecológico privilegie todas as nascentes de águas da região e comece a atuar com urgência porque há uma crescente degradação”, alertou.

Disse achar também acha que se deve discutir o corredor verde porque ele ignora um elemento fundamental que é a existência de uma rodovia que é objeto de uma concessão que tem um plano de investimentos para os próximos 30 anos que implica na duplicação de vários trechos e criação de marginais.

“É um investimento que usa os recursos do cidadão, dos pedágios que pagamos. Se vai transformar a via Dutra, porque fazer um corredor concorrendo, porque pegar recursos públicos para investir? É preciso discutir isso com mais profundidade”, disse.

Sobre a Dutra, afirmou que os investimentos que estão sendo feitos com os recursos dos pedágios, podem dar a ela, com a duplicação e as marginais, essa função de deslocamento e combinar os investimentos que já serão feitos, “Com essa nova função que é privilegiar ou criar condições para o deslocamento para o trabalho, sem prejuízo de que cada município, como São José 3, use essa área para seu transporte municipal ou local, de acordo com os seus interesses. Se já se tem um plano de investimentos para os próximos 30 anos, não vale a pena para o Estado e os municípios investirem em um corredor paralelo”, ponderou.

Levantou ainda a questão da Rodovia Osvaldo Cruz que é um problema mais sério que depois dos investimentos da Tamoio, precisa de atenção porque o problema não é só de Taubaté a Ubatuba, é em todo o Vale, para se deslocar já que a Osvaldo Cruz tem um grande problema de transporte.

Finalizou sua participação dizendo ter levantado esses quatro temas que é a necessidade de uma discussão das temáticas de uso e ocupação do solo, das agências e dos órgãos estaduais e municipais ambientais, a discussão da vocação do parque tecnológico. “Como prefeito de Jacareí gostaria de entrar no Parque não como contratador de serviço, mas como uma cidade que participa ativamente do desenvolvimento tecnológico porque as indústrias de Jacareí já estão no parque tecnológico, mas, as universidades e institutos tecnológicos não estão. “No parque tecnológico tem instituto tecnológico com outra qualidade de ensino. Isso aprofunda as desigualdades regionais, o parque Tecnológico tem que ser o Parque do Vale”, disse.

O secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos elogiou a fala do prefeito de Jacareí e concordou que o conflito dos órgãos do Estado tem que ser resolvido e disse que estão organizando um consórcio intermunicipal com 6 municípios e foi criada a Agência Valeparaibana de Licenciamento Ambiental para encurtar caminhos e pacificar posições divergentes que faz com que se espere cerca de 3 anos para aprovar um projeto no setor público.

Observou que o setor privado passa também, pelo mesmo calvário pelo Estado para aprovar projetos importantes de geração de emprego e renda para a região e que a equipe da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade vai apresentar um conjunto de informações para a construção do PDUI.

Falou que querem um reconhecimento no PDUI que é um resgate, um novo olhar para a Macrozona Rural que é importantíssimo e estratégico, mas que não seja o mesmo olhar do diagnóstico rural de 1965 do Vale do Paraíba.

Disse querer fazer uma provocação porque o PDUI tem que ter um olhar avançado para o novo agro polo do Vale que será lançado brevemente, que já existe um grupo com excelência técnica envolvido e no dia 23 de março o Agro polo será lançado oficialmente com um novo olhar, uma nova vocação para o produtor rural.

“São José dos Campos é um exemplo, com 730 mil habitantes tem 12 mil habitantes que residem na área rural e é necessário que o PDUI reconheça a necessidade de uma nova vida para o segmento rural. Outro reconhecimento importantíssimo que já está espalhado no Brasil é o cenário de emergência climática. O PDUI tem que ter uma proposta de como a região se prepara para enfrentar esse problema”, afirmou.

Enfaticou ser preciso definir como valeparaibanos e gestores públicos, um plano de desenvolvimento para as várzeas do Rio Paraíba do Sul porque tem que ter o reconhecimento das espetaculares e inegociáveis funções ambientais oferecidas pela várzea.

“O plano tem que ser assertivo, direto, objetivo com relação às várzeas e a prestação de serviços ambientais. Dentro desse cenário, vai se discutir mineração, o tecido urbano, mas é necessário que se faça o reconhecimento dos serviços ambientais e, por fim, um reconhecimento das potencialidades econômicas”, ressaltou.

Disse ainda que como gestores não sabem reconhecer a água como uma potencialidade geoeconômica do Vale. “Na Assembleia Legislativa, este ano, os deputados terão uma tarefa muito importante no Vale do Paraíba que é votar a lei específica dos mananciais e, portanto, é importante ter no PDUI o reconhecimento dessa “comodity” água que abastece 40 milhões de habitantes. A água é um insumo fundamental para a produção desses 30% de PIB. Tem que reconhecer a potencialidade da água nesse cenário de oportunidades”, enfatizou.

Terminou dizendo que a equipe da Secretaria iria mandar uma série de contribuições. “O PDUI tem que ser moderno, corajoso. tem que inovar a essência do Vale do Paraíba em termos de inovação tecnológica e de gestão dos seus espaços”, disse.

A vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos começou dizendo que iria destacar algumas considerações que ela considerava serem de suma importância. Primeiro destacou a necessidade de se fazer consórcios sobre resíduos sólidos porque vão favorecer os municípios e diminuir os custos que são muito altos e coletivamente ficará muito mais barato.

Citou a necessidade de manutenção das rodovias, principalmente as vicinais e ambientalmente, observa que é fundamental estar no plano a manutenção da mata atlântica para se promover um desenvolvimento sustentável da região. Destacou ainda a premência de construção de habitação de interesse social para melhorar a autoestima da população que mora nas áreas de risco a prioridade no incentivo à educação que é a base de todos os problemas. “Esses destaques devem ser priorizados num plano de desenvolvimento da região”, enfatizou.

A preocupação do vereador da Câmara Municipal de Jacareí é com o parcelamento irregular na diagonal que ele disse acontecer em outros municípios da região. “Isso está acontecendo porque as imobiliárias, muitas de São Paulo, vêm para os municípios, passam as máquinas, dividem em lotes e começam a vender sem nenhum tipo de critério e aí os munícipes, moradores dessa diagonal reclamam sobre o lançamento de esgoto no córrego, que os cortes estão levando terra para as estradas e com isso causando erosões enormes”, disse.

Disse que para não ter problemas futuros, seria importante ter pequenos polos urbanos na área rural já que isso vai sobrar para os prefeitos futuramente. “Alguns lugares onde já existem parcelamentos irregulares já necessitam de asfalto e iluminação pública. Seria importante que o plano avaliasse essa questão do parcelamento irregular”, alertou.

Uma pesquisadora da Univap disse ter interesse pelo plano e ficou alegre quando ouviu o secretário de Urbanismo e Sustentabilidade de São José dos Campos colocar a questão das várzeas porque esse é um problema regional.

“Em Lorena também tem ocupação urbana já consolidada e parece que se discute sempre as várzeas e empreendimentos pontuais, mas, abordar regionalmente é essencial para região progredir e evoluir”, disse.

Propôs dois pontos: um de repensar as Funções Públicas de Interesse Comum de um modo instrumental já pensando na proposta que foi colocada na apresentação de que o governo do Estado pretende aprovar por lei, cadeiras para a sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento que hoje tem a participação do estado e municípios. “Passará a ser tripartite e aumentar o número de cadeiras, não é para alterar o poder de decisão no Conselho, mesmo porque, as votações são proporcionais a cada um dos segmentos, mas, pensando que em algumas dessas dez FPICs, existe uma grande diversidade na posição de todos os envolvidos que estão na sociedade civil”, disse.

Citou como exemplo que na área de habitação podem ter associações que são ligadas a construção civil, aos empreendimentos que podem ter seus interesses conflitantes com as associações de moradores. “Portanto, se tem apenas uma cadeira, ela pode não representar esse segmento. A mesma coisa na questão ambiental porque a sociedade civil tem diversidade de posições, por exemplo, tem ambientalistas que não aceitam a tese das mudanças climáticas. Portanto, aumentar as cadeiras de participação da sociedade civil contemplaria as diversidades”, disse.

O segundo ponto que levantou foi sobre a área da região metropolitana como um polo de alta tecnologia de São José dos Campos. “Então, tem uma área que seria um polo de alta tecnologia regional que faz referência ao Parque Tecnológico de São José dos Campos, porém, temos parques tecnológicos em outros lugares da região. Por exemplo Lorena, historicamente recebe pessoas de todo o estado, para estudar, tem o internato do Colégio São Joaquim e instituições com mais de 50 anos, como o Colégio Salesiano e o Centro Universitário que acabou de criar em 2020 o seu parque tecnológico que tem um diferencial porque é misto, está voltado tanto para as

questões de inovação tecnológica e empreendedorismo, como também, para as questões sociais, empreendedorismo social dada a vocação dessa instituição, de assistência social e também, uma concentração de instituições de ensino superior consolidada, com pesquisas desenvolvidas que já impactam positivamente profissionalmente porque já existem pessoas qualificadas”, descreveu.

Ressaltou ainda que a USP e a Unitaú têm campus em Lorena; em Guaratinguetá, a Unesp, com muitos cursos de engenharia, mestrado e doutorado. “Talvez não seja um polo ainda consolidado, mas tem um potencial de se desenvolver. Pode ser um subpolo, um polo em desenvolvimento para desconcentrar”, explicou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional encerrou a reunião agradecendo às autoridades que permaneceram e lembrou que esta fase é de recolhimento de propostas que a equipe da Fipe fará uma apreciação e, na sequência, o plano será submetido novamente ao Conselho de Desenvolvimento e depois de aprovado será encaminhado ao chefe do executivo para que o projeto de lei seja encaminhado para a Assembleia Legislativa, antes do período eleitoral.

Afirmou que o governo pretende aprovar ainda no primeiro semestre e daí, a região terá um importante instrumento de planejamento para subsidiar os investimentos.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=f0-z89msLHo>) bem como na plataforma digital do PDUI da RMVPLN (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>).

Balanco de Presenças da AP São José dos Campos - 03/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
59	5	43	11	102	16	118

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Monteiro Lobato	Prefeitura	Chefe de Gabinete	AS	Presencial
Taubaté	Unitau		APS	Formulário YouTube
Jacareí	Secretaria de Desenvolvimento Econômico		ACSD	Formulário YouTube
Caçapava	Câmara Municipal	Vereador	AHF	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Assessor	AM	Presencial
Jacareí	Fundação Pró-Lar	Presidente	AQR	Presencial
Jacareí	Secretaria de Governo e Planejamento		ACCSM	Formulário YouTube
São Luiz do Paraitinga	Prefeitura	Prefeita	ALBS	Presencial/Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube
Jacareí	Secretaria de Esporte e Recreação		AMM	Chat Youtube
São José dos Campos	Prefeitura	Sup.	ASO	Presencial
São José dos Campos	Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite (AmeSatélite)		Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite (AmeSatélite)	Chat YouTube
São José dos Campos	Prefeitura	Chefe de divisão	BAL	Presencial
Jacareí	Procuradoria Geral do Município	Procuradora	CMLOP	Formulário YouTube
Jambeiro	Prefeitura	Prefeito	CAS	Presencial/Mesa
Caçapava	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	CA	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado	CB	Presencial/Mesa
São José dos Campos	Univap		CG	Chat Youtube
Jacareí	Diretoria de Habitação - Secretaria de Governo e Planejamento	Assessoria Técnica	CA	Chat Youtube
Campinas	AgemCamp	Diretora	CB	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Arquiteta	CR	Presencial
Caçapava	Prefeitura	Chefe de Gabinete	CBM	Presencial/Mesa
Jacareí	Fundação Pró-Lar	Assessora	CFB	Presencial
São José dos Campos	Equipe Fipe	Engenheira	CG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Chat/Formulário Youtube
São José dos Campos	USP	Doutoranda	DNA	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Arquiteta	DO	Presencial
Jacareí	Prefeitura - Diretoria de Meio Ambiente SMAZU		DCMP	Formulário YouTube
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura - Secretaria de Esportes e Recreação		DLM	Formulário YouTube
São José dos Campos	Câmara Municipal	Vereadora	DR	Presencial/Mesa
Jacareí	Câmara Municipal	Vereador	ES	Presencial
Jacareí	Secretaria de Mobilidade Urbana		EAAGF	Chat Youtube
São José dos Campos	Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade (SEURBS)		EPPNS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat Youtube
Jacareí	SAAE	Diretor Geral	EL	Presencial
São José dos Campos	AEA-SJC	Pesquisadora	FLSF	Presencial
Jacareí	SEMOB	Diretor	FG	Presencial
São José dos Campos	OAB		FF	Formulário YouTube
Jacareí	Câmara Municipal	Assessor	FU	Presencial
não menciona	não menciona		FSMF	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura		FBF	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Alesp	Assessor	GC	Presencial
Igaratá	Prefeitura - Secretaria de Obras	Secretário	GOP	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		HG	Chat Youtube
São José dos Campos	Prefeitura	Arquiteta	IJJ	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Prefeito	IS	Presencial/Mesa
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Igaratá	Prefeitura	Secretario Meio Ambiente	JAMM	Presencial
Paraibuna	Prefeitura	Planejamento	JÁ	Presencial
São Paulo	Secretaria de Logística e Transportes (SLT)		JMAN	Chat Youtube
São José dos Campos	Prefeitura	Diretor	JDV	Presencial
Santa Branca	Câmara Municipal	Vereadora	KT	Presencial/Mesa
Paraibuna	OSCIP Instituto Chão Caipira		LNCPF	Formulário YouTube
São José dos Campos	Abraps	Diretor	LMP	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Supervisora	LC	Presencial
São José dos Campos	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista, consultora independente	LLTP	Chat/Formulário YouTube
São José dos Campos	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar	LS	Presencial
Paraibuna	OSCIP "Instituto H & H Fauser"		LCAR	Formulário YouTube
São José dos Campos	Rede Agroflorestal	Repórter/ Fotógrafo	LLR	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Engenheira	LDC	Presencial
Jacareí	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Diretora	LKU	Presencial
Jacareí	Prefeitura	Secretário	LFM	Presencial
São Paulo	Sindicato das Ind. de Mineração de Areia do Est. de São Paulo - (Sindareia)		LAAS	Chat Youtube
São Paulo	PMESP 41º BPM/	Major	MFGP	Formulário YouTube
Jacareí	Secretaria de Meio Ambiente e Zeladoria Urbana		MBP	Formulário YouTube
São José dos Campos	Prefeitura	Chefe de Pesquisa	MSR	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura - secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade	Secretário	MM	Presencial/Mesa
não menciona	Assessoria SMS	Assessoria	MFLP	Chat/Formulário Youtube
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura - Secretaria de Obras		MRB	Chat/Formulário Youtube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São José dos Campos	Polícia Civil - Departamento de Polícia Judiciária do Interior São José do Campos - Deinter 1		MRPM	Formulário YouTube
São José dos Campos	Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade		MGCO	Formulário YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Formulário YouTube
São José dos Campos	Sociedade Civil	Arquiteta e Urbanista	MLNGV	Presencial
Jacareí	Câmara Municipal	Assessor	MM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
São Paulo	PMESP	Capitão-Comandante	MFS	Presencial
São José dos Campos	Câmara Municipal	Assessor	MF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MO	Chat Youtube
São José dos Campos	INPE, MCTI, CMDU		MK	Formulário YouTube
Jacareí	Procuradoria Geral do Município de Jacareí		MGBBF	Formulário YouTube
São Paulo	EDP São Paulo		NAL	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil		NIRM	Formulário YouTube
Jacareí	USP / Secretaria de Governo e Planejamento (SEGOVPLAN)		NR	Formulário YouTube
Campinas	AgemCamp	Diretor-Executivo	OD	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Diretor	OV	Presencial
Lorena	Univap	Pesquisadora	PORS	Presencial
Jacareí	Secretaria de Assistência Social	Assessora	RGS	Chat Youtube
São Paulo	Alesp	[?]	RS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RFG	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura		RGR	Chat Youtube
São José dos Campos	Câmara Municipal	Assessor	R	Presencial
Caçapava	Câmara Municipal	Presidente	RMC	Presencial/Mesa
Jacareí	SAAE	Diretor	RM	Presencial
São José dos Campos	Prefeitura	Engenheiro Ambiental	RRM	Presencial/ Chat Youtube
Caçapava	Prefeitura	Engenheiro Civil	RN	Presencial
Jacareí	Secretaria de Finanças em Jacareí/SP	Assessor	RMF	Chat Youtube
Jacareí	IPMJ - Jacareí		RV	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat Youtube
Jacareí	Prefeitura - Diretoria de Habitação (ULCPU)		SALG	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat Youtube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Alesp	Assessora	SHDJS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat Youtube
São José dos Campos	Associação de Amigos, Moradores e Empreendedores do Jardim Satélite (AmeSatélite)		TSMB	Formulário YouTube
Jacareí	Prefeitura - Secretaria de Mobilidade Urbana		TAN	Formulário YouTube
Jacareí	Fundação Pro-Lar	Diretor geral	TC	Presencial
Igaratá	Jurídico	Diretora	VCS	Presencial
Taubaté	Viveiro Florestal de Taubaté IPA/SIMA/SP		VAS	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Chat Youtube
Paraibuna	Prefeitura	Prefeito	VCM	Presencial/Mesa
São José dos Campos	AEA	Vice-Presidente	VC	Presencial
São José dos Campos	Câmara Municipal		VMMT	Formulário YouTube
Jacareí	Prefeitura	Diretor	WF	Presencial
não menciona	Engenheira Civil		WMV	Formulário YouTube
Caçapava	Câmara Municipal	Vereador	YLA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Engenheira	ZA	Presencial/ Chat Youtube

II.5. Sub-região Caraguatatuba

Data: 04/02/2022

Horário: 9h-11h30

Local: Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc) – Auditório Maristela de Oliveira. Rua Santa Cruz, 396 – Centro, Caraguatatuba

Municípios convidados: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional fez a abertura da audiência dando boas-vindas a todos. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentar e debater o conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou a organização da reunião e disse que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Agradeceu a presença de todos que acompanham na Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (FUNDACC) e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Agradeceu à prefeitura de Caraguatatuba pela cessão de uso do espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual e, também, toda a equipe da Agemvale, pela mobilização e apoio na realização da audiência.

Ressaltou que já foram realizadas quatro audiências na RMVPLN, em Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté e São José dos Campos.

Informou que o local segue todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, o acesso dos convidados está limitado, conforme já orientado no convite.

Reforçou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase de elaboração do plano, por isso foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, que pode ser acessada pelo endereço: <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentados os vídeos de saudação do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Os trabalhos se iniciaram com a formação da mesa diretora composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Caraguatatuba
- Deputado federal
- Deputado estadual
- Representante da prefeita de Ubatuba
- Vice-prefeito de São Sebastião
- Vereador de Caraguatatuba
- Diretor da Agemvale

O prefeito de Caraguatatuba foi o primeiro a falar e cumprimentou as autoridades e as pessoas presentes e que participavam remotamente. Iniciou dizendo ser extremamente importante o governo fazer a parte dele e o município também e, principalmente, a população se manifestar sobre o progresso e os avanços de cada região, sobretudo no Litoral Norte porque a região tem diversos desafios a serem enfrentados e isso tem que ser feito de forma conjunta.

Citou o turismo, limpeza urbana, destino do lixo, mobilidade. “Esse debate é uma boa oportunidade para que a sociedade civil se manifeste para que o governo se junte e faça o melhor, integrando Caraguatatuba, Ubatuba, o Litoral Norte à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte”, afirmou.

O prefeito destacou ainda que, por mais que esteja baseado em lei, é uma boa iniciativa para que conjuntamente se construa o desenvolvimento da região.

O deputado federal cumprimentou a todos e ressaltou a importância das audiências públicas porque as prefeituras sabem o que demandar num plano desses; o estado, os técnicos e os secretários também conhecem 90% dos problemas. “A audiência pública serve para se detectar na sociedade um problema que ninguém está vendo. A participação da sociedade civil é importante para com uma justificativa, manifestar os problemas que o poder público não está vendo”, disse.

Agradeceu ao secretário de Desenvolvimento Regional e a todos da AgemVale e da Secretaria de Desenvolvimento Regional que organizam esse trabalho. Disse que todos falam da região, da Serra da Mantiqueira, mas, na verdade existem quatro regiões dentro do Vale do Paraíba com características específicas.

“Tem o eixo da Dutra que é industrial, tem a Mantiqueira com as três cidades com características diferentes, o turismo, tem o Vale Histórico e o Vale da Fé, menos industrializado, e o Litoral com uma quarta característica diferente, turismo também, mas, hoje, com uma característica muito forte de óleo e gás. É com esse olhar que é preciso fazer o planejamento”, apontou.

Disse ainda que o fluxo das pessoas na região tem características diferentes, inclusive ambientalmente e que as audiências são importantes para a sociedade se manifestar e para se fazer o plano da melhor forma possível.

O deputado estadual cumprimentou a todos e disse que a contribuição dele nesse fórum é primeiro contar um pouco da história. Observou que essa talvez seja uma das agendas mais importantes do ano porque está se pensando numa gestão pública racional, unificada para os 39 municípios que compõem a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Disse ainda que essa é uma tendência mundial que começou há 50 anos, nos Estados Unidos quando a Califórnia, na Costa Oeste, uniu várias cidades, São Francisco, Los Angeles e San Diego e teve a oportunidade de ver os resultados da união das três cidades.

Afirmou ainda que a região está no maior eixo agroeconômico do Brasil, talvez da América Latina que é Rio de Janeiro-São Paulo e lembrou que quando era piloto realizou um voo com o IBGE há dez anos para ver todas as construções em São Paulo, nesse eixo. “Naquela época, 1990, 500 metros separavam uma construção da outra, 30 anos depois 500 metros e há uma previsão para os próximos dez anos, mesmo considerando a Serra das Araras com toda a sua topografia acidentada, e a topografia específica no Estado de São Paulo da Serra da Mantiqueira e o Vale”, destacou.

O deputado observou ainda que o grande mote desse planejamento é lutar junto e não separadamente. Destacou que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba se destaca no Estado de São Paulo que hoje tem 15 regiões administrativas com características muito díspares e só perde para o Vale do Ribeira.

“A região do Vale é muito diferente dentro dela mesmo. São 39 cidades com características diferentes”, ponderou. Disse ainda que no Litoral são 16 cidades, divididas pelo estado em três porções, Litoral Norte, com 4 cidades, Litoral Central, com 9 cidades, e o Litoral Sul, com 3 cidades. E esse próprio litoral é muito diferente de todos os outros e tem uma vocação para se alinhar ao Vale do Paraíba, por várias razões.

“Nesse sentido, questões como coleta seletiva de lixo, aterros sanitários, tratamento de resíduos sólidos, tratamento de esgotos, habitação, educação saúde, segurança pública, cabe aos envolvidos com os problemas, buscar soluções comuns”, afirmou.

Destacou que a audiência pública é uma vitória que foram muitos anos de trabalho para chegar até aqui. Comentou que a primeira participação dele sobre a questão regional foi em 1997, quando se queria criar a área de proteção em São Francisco Xavier e foi a primeira vez que o Estado teve uma visão conjunta do Vale do Paraíba porque o meio ambiente não respeita fronteiras.

Elogiou e parabenizou o trabalho e disse ser necessário críticas positivas, que o projeto está sendo apresentado para todos contribuírem para ele ficar cada vez melhor. Ressaltou que no que tange a Assembleia Legislativa, que vai aprovar o projeto de lei, e que será preciso muita articulação, argumentação técnica para convencimento dos outros deputados, mas colocou o mandato de deputado estadual à disposição.

O vice-prefeito de São Sebastião cumprimentou as autoridades e as pessoas presentes e participantes remotamente. Concordou que as pautas são convergentes e é necessário que os municípios atuem conjuntamente para que não se beneficie uma cidade em prejuízo de outra. Diz que quer que essa proposta seja um marco e parabenizou o secretário de Desenvolvimento Regional pela oportunidade de debater um plano para a região e que tem certeza de que o que é melhor para São Sebastião é melhor para Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela.

O representante da prefeitura de Ubatuba cumprimentou a todos os participantes e disse ser uma grande satisfação retomar as audiências públicas após um período tão longo por causa da pandemia, considerando a participação popular como essencial para a definição das políticas públicas.

Concordou que os desafios são muitos e comuns, principalmente no Litoral Norte, além da questão do saneamento, dos resíduos sólidos, existe um grande problema de crescimento populacional.

“O assentamento irregular está pressionando cada vez mais as áreas de proteção, não só pelo mercado imobiliário, mas, aumentou em função da pandemia e a busca de soluções conjuntas para o ordenamento do uso e ocupação do solo integrado é de extrema importância”, destacou.

Disse estar feliz por estar presente e que Ubatuba tem as suas peculiaridades, mas, será parceiro na busca do desenvolvimento sustentável, respeitando os ODS e a Agenda 2030. Ponderou ainda que todo esse processo vem a calhar com que o município está fazendo que é a revisão do Plano Diretor. “São ações que vão ao encontro de uma solução integrada”, enfatizou.

O vereador de Caraguatatuba destacou a importância de se debater sobre regionalização e disse que a população do Litoral Norte vem crescendo muito, o que foi demonstrado pela fala de todos da mesa o que justifica uma ação firme do governo do Estado e do governo federal no que tange a casas populares, ao destino do lixo e a abertura do hospital regional, que já passou da hora.

“Cada ação discutida pela mesa e pelos técnicos é ímpar porque o que é importante para o litoral passa pela construção de casas populares, pela abertura do hospital regional, pela geração de empregos e rendas. Pais e mães precisam de emprego e na pandemia fala-se muito do processo de vacinação, mas, a solução dos problemas cabe ao governo federal e estadual que são a mola propulsora do país”, disse.

O representante da Agemvale saudou a todos e agradeceu o empenho dos dois deputados que estão participando das audiências públicas. Disse que esse é o momento de planejar conjuntamente, como por exemplo, a definição de uma política de resíduos sólidos regionalizada. “A palavra de ordem agora é planejamento porque planejar significa ter o retrato de hoje e sonhar o amanhã, traçando um caminho a ser seguido”, reforçou.

Fez uma retrospectiva a partir de 2012 quando foi criada a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte porque as cidades foram crescendo, se desenvolvendo, o perímetro urbano de uma cidade foi se encostando no da outra e muitas vezes o cidadão sai de uma e entra na outra sem perceber que mudou de cidade. Explicou que isso se chama conurbação e acontece no eixo da Dutra com mais frequência o que trouxe a necessidade de ser criado um instrumento para cuidar dos problemas comuns.

Continuou dizendo que, nesse momento, nascem as Funções Públicas de Interesse Comum (FPI-Cs). “Esse é o grande espírito da criação da região metropolitana. Além disso, essa região no Vale do Paraíba é muito forte e é importante que as pessoas tenham essa noção”, reforçou.

Afirmou que São Paulo é a grande locomotiva econômica do Brasil, a região do Vale representa mais de 31% do PIB, a Grande São Paulo representa 54% desse PIB gerado em São Paulo e do interior, ou seja, o Vale do Paraíba é a segunda região geradora de riqueza e é fundamental que tenha um planejamento conjunto. “Cada município fez o seu Plano Diretor, mas, há a necessidade da região como um todo ter um norte que é o PDUI e é isso que o governo do Estado está fazendo, quando contrata uma fundação de respeitabilidade que é a Fipe”, destacou.

Disse que a região metropolitana está calcada em três grandes pilares: primeiro, o Conselho de Desenvolvimento, composto pelos 39 municípios, que é um colegiado deliberativo, vai deliberar o que fazer e como fazer; o segundo é o Fundo de Financiamento e o terceiro é a criação da Agência Metropolitana Agemvale que é quem opera.

Afirmou ainda que é o Conselho de prefeitos que vai definir as prioridades. Destacou ser uma alegria estar participando desse momento histórico porque é a primeira vez que a região fará o seu planejamento, e depois que o plano virar lei os municípios terão até três anos para adequar os seus planos diretores de comum acordo com as diretrizes do PDUI.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional informou que tinham 61 pessoas no ambiente virtual acompanhando a audiência pública e ressaltou a importância da participação da sociedade civil e enfatizou que após o encerramento da audiência, a plataforma digital continuará aberta por mais 7 dias para recebimento de propostas on-line.

Na sequência, o Caderno de Propostas será submetido ao Conselho com os representantes dos municípios, do Estado e da sociedade civil, e ainda no primeiro semestre deste ano o plano vai virar lei e todos terão esse instrumento de planejamento.

A mesa diretora é desfeita para dar início as apresentações técnicas.

A seguir foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Vale-e-Litoral-Norte-jan22.pdf>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe** <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>
- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe** <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI-Marcos-Campagnone-Vale-do-Paraiba.pdf>
- **Contextualização Regional da Unidade Regional – MH-Fipe** https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT-VALE-DO-PARAIBA_AP_Mauricio-Hofman_13-01-Rev-equipe-RMVPLN.pdf

- **Proposta de Ordenamento Territorial** – ZA-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – ZA-Fipe
- **Proposta das FPICs** – CG-Fipe https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT_RMVPLN_AP_19.01.2022.pdf

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional comentou que o público que acompanha a audiência pelo Youtube continuava interagindo e que para quem se interessar é possível fazer intervenção que a equipe está à disposição.

Informou, mais uma vez, que a plataforma digital estará aberta até 15 de fevereiro para encaminhamento de propostas. Colocou que tem no ambiente virtual a participação de um representante da Secretaria de Transportes e Logística do Estado de São Paulo. Respondeu ainda um comentário feito no Youtube sobre a SP 55, que está em obras do Km 112,5 até o Km 120, e de Ubatuba a SP 55, no Km 54 até o Km 112,5. “Encontra-se em fase de aprovação do projeto na diretoria do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) para em seguida, publicar o edital”, destacou.

O assessor explicou ainda que são duas obras importantes para a região que estão dentro do “Programa Estradas Asfaltadas”.

Após as apresentações foi aberta a palavra para os participantes que desejassem encaminhar alguma proposta.

O assessor parlamentar questionou sobre a situação do PDUI da Região Metropolitana da Baixada Santista e o assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional explicou que o PDUI da Baixada Santista é composto por 9 municípios e já passou por essas etapas, já tem um texto consolidado, aprovado pelo Conselho, aguardando uma alteração no projeto de lei que insere a sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento. “Feita essa alteração o plano é submetido novamente ao Conselho para aprovação. A estrutura será tripartite: Estado, Municípios e Sociedade Civil”, explicou.

O assessor da Secretaria de Desenvolvimento Regional ainda se comprometeu a informar sobre todos os encaminhamentos, inclusive para que a assessoria do deputado ajude na articulação quando o projeto de lei chegar na Assembleia Legislativa.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital (<https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>), que estará aberta para receber as propostas até 7 dias úteis após a realização desta audiência. A íntegra das apresentações também pode ser vista no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, no Youtube (<https://www.Youtube.com/watch?v=GTHTQkTY2hs>).

Balço de Presenças da AP Caraguatatuba - 04/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
31	5	46	9	77	14	91

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Caraguatatuba	Alesp	Assessor	[não foi possível identificar o nome]	Presencial
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Autônomo	AC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube
Caraguatatuba	Caraguatás Ambiental	Segunda Tesoureira	ARSJ	Presencial
São Paulo	Instituto Supereco		APA	Formulário YouTube
Caraguatatuba	não menciona		AC	Chat YouTube
Caraguatatuba	Câmara Municipal	Vereador	ACSJ	Presencial/Mesa
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Munícipe	ASC	Formulário YouTube
Caraguatatuba	não menciona		Caraguatatuba Oficial	Meet
Ilhabela	Instituto Ilhabela Sustentável		CRN	Chat/Formulário
Caraguatatuba	Setur - Diretoria de Turismo	Responsável pelo setor	CLRS	Presencial
São Paulo	Alesp	Deputado Estadual	CB	Presencial/Mesa
São José dos Campos	Univap		CG	Formulário YouTube
São Sebastião	CEBIMar-USP - Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo		CGT	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		DJA	Presencial/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Administrativo	DSSC	Presencial
não menciona	não menciona		Desconhecido	Meet
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
São Paulo	Coexistir Soluções Sustentáveis (empresa), Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP)		DRV	Chat/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Encarregado de Projetos	DS	Presencial
VPLN	Câmara Federal	Deputado Federal	Eduardo Cury	Presencial/Mesa
São José dos Campos	Câmara Municipal	Secretário Parlamentar	EF	Presencial
não menciona	Sociedade Civil		FJNCM	Formulário YouTube
não menciona	Floema Musical		FM	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)		FC	Formulário YouTube
Caraguatatuba	Câmara Municipal	Assessor	FP	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Meet
Caraguatatuba	Câmara Municipal	Assessor	GS	Presencial
São Paulo	Alesp	Assessor	G	Presencial
Ilhabela	Instituto Ilhabela Sustentável, representante no CONSEMA		GN	Chat/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura - Secretaria de Turismo	Responsável Observatório	HESC	Presencial
Caraguatatuba	CRECI-SP	Delegado Municipal	JM	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
São Sebastião	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente	Secretário	JACM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transporte		JMAN	Chat YouTube
Ubatuba	Prefeitura - Secretaria de Urbanismo		JMM	Chat/Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Prefeito	JPAJ	Presencial/Mesa
Ubatuba	Sociedade Civil - Conselheiro de Meio Ambiente	Conselheiro	JBP	Formulário YouTube
Ubatuba	Tamoio de Ubatuba (Sociedade Civil Organizada)		JBTP	Formulário YouTube
São José dos Campos	AGEMVALE	Diretor Administrativo	JF	Presencial/Mesa
Ubatuba	Instituto PROFAUNA		KC	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		KE	Chat YouTube
VPLN	Sociedade Civil	Perita judicial / Corretora de imóveis	KE	Formulário YouTube
São Sebastião	Prefeitura - secretaria de Urbanismo	Secretário Adjunto	LFS	Presencial
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Cidadã	LNKM	Presencial
Caraguatatuba	FUNDACC	Assistente Administrativo	LMMB	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
não menciona	MadalozoDesign		Madalozo Design	Chat YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura - Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento		MLCG	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Caraguatatuba	Prefeitura-Setur	Secretária de Turismo	MFGG	Presencial
Ilhabela	Sociedade Civil	Cidadã	MIF	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente		MTCM	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)		MBS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
	não menciona		ME	Chat YouTube
Caraguatatuba	não menciona		MVS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MSO	Formulário YouTube
São Sebastião	SAMARÊ Associação de Amigos do Bairro de Maresias		MM	Formulário YouTube
São Sebastião	Terra e Mar		MF	Formulário YouTube
São Sebastião	Rede Brasileira de Conselhos (RBdC)		MF	Formulário YouTube
Taubaté	Sociedade Civil	Cidadã	MFRC	Formulário YouTube
Ubatuba	Representante no GERCO-LN, CBH-LN, Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Turismo de Ubatuba	Representante	MTSS	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MS	Chat YouTube
São Sebastião	Prefeitura	Chefe de Secretaria	PSGC	Presencial
não menciona	não menciona		PB	Chat YouTube
Ubatuba	Sociedade Amigos de Itamambuca		PRBS	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		PA	Chat YouTube
Caraguatatuba	Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - Regional Caraguatatuba (SASP)		PACR	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		PHCC	Chat YouTube
São José dos Campos	não menciona		RH	Chat YouTube
São Sebastião	Prefeitura	Vice-Prefeito	RAMF	Presencial/Mesa
RMVPLN	não menciona		R	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Ubatuba	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente		RFJ	Chat YouTube
Ilhabela	Prefeitura - Secretaria de Planejamento Urbano, Obras e Habitação		RMS	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet
			TB	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Litoral Norte	Ministério Público do Estado de São Paulo - Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Litoral Norte - GAEMA - LN		TSIBJ	Formulário YouTube
Ubatuba	Prefeitura		TR	Formulário YouTube
Ubatuba	Prefeitura-Gabinete	Assessor Especial de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, representante da Prefeita	TG	Presencial/Mesa
São Paulo	Ministério Público do Estado de São Paulo		TABS	Formulário YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor Parlamentar	VAM	Presencial
Caraguatatuba	Prefeitura	Arquiteta	VPC	Presencial
Caraguatatuba	Sociedade Civil	Corretor de imóveis	VM	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Formulário YouTube
Caraguatatuba	Prefeitura	Secretário	WSC	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Presencial/Formulário YouTube

Memória das Audiências Públicas da Aglomeração urbana de Franca realizadas em 17 e 18/1 2022

III. AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA

Sub-região Ituverava
Sub-região Franca

III.1. Sub-região de Ituverava

Data: 17 de janeiro de 2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Câmara Municipal de Ituverava - Rua Getúlio Vargas, 42-Centro-Ituverava/SP **Municípios convidados:** Aramina, Buritizal, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Aglomeração Urbana de Franca é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher

subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://auf.pdui.sp.gov.br/>.

Fez um agradecimento especial a Câmara Municipal de Ituverava pela cessão de uso do plenário e de toda infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente a geração das imagens para o ambiente virtual.

Agradeceu também a Prefeitura de Ituverava pelo suporte na organização da audiência e que, desde o início dos trabalhos do PDUI da sub-região, não medindo esforços para ajudar na oficina realizada e em todas as fases deste importantíssimo trabalho de elaboração do plano.

Reiterou que o local seguiu todas as regras de distanciamento social, inclusive com a capacidade reduzida, sendo por isso, que o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Disse que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, e por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço <https://auf.pdui.sp.gov.br>.

Expôs o regulamento da audiência pública (https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-AUF-AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região poderiam ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data da realização da audiência.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do Secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora, que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Presidente da Câmara de Ituverava
- Prefeito de Ituverava
- Prefeito de Franca e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Franca
- Prefeita de Aramina • Prefeito de Buritizal
- Prefeito de Guará e presidente do Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM)
- Prefeito de Igarapava
- Prefeito de Ipuã
- Prefeito de Miguelópolis
- Prefeito de São Joaquim da Barra
- Representante do Parlamento Regional

Formada a mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença do diretor regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional e no ambiente virtual destacou a presença do presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), e do presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), além da coordenadora da Fipe e do representante da Fipe que faria a palestra nesta audiência.

Na sequência, foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O presidente da Câmara de Ituverava saudou a todos e disse que estava honrado e muito feliz por receber este evento de grande magnitude na Câmara Municipal e colocou o parlamento à disposição para o que fosse necessário.

O prefeito de Ituverava cumprimentou a todos e disse ser um grande prazer receber a todos na cidade de Ituverava para esta reunião que, certamente, veio para mudar não só a característica da região, mas do município e do Estado. Cumprimentou e agradeceu ao presidente da Câmara de Ituverava por receber a audiência, a todos os vereadores presentes de Ituverava e dos municípios que compõem a sub-região.

Disse que todos estão reunidos para trocar ideias e somar esforços para o desenvolvimento da região. Colocou que a audiência é de grande valor e de muita importância. Disse que estão vivendo muitos desafios na região de Franca, assim como nas outras regiões do Estado de São Paulo, que os prefeitos têm lutado e acredita que juntos alcançarão muito mais, que dividindo as responsabilidades somarão resultados.

Disse ainda que o prefeito de Franca iria discorrer sobre várias situações e propostas de seu, e de outros municípios da região, sobre a questão da saúde, sobre a possibilidade do Hospital Regional para a região, sobre a educação, assuntos a serem discutidos conjuntamente. Disse que tiveram muitos desafios em termos de saúde, mas nunca como nos últimos tempos.

Enfrentaram e enfrentarão uma pandemia, que com a experiência do passado, poderão tomar decisões quanto à questão de leitos, testes, vacinação e dos afastamentos dos profissionais da linha de frente.

Falou ainda sobre o enfrentamento passado das queimadas decorrentes da seca, disse que a região tem aporte das usinas, dos agricultores e, também, dentro dos próprios municípios e a questão não poderia ficar sem base para criar uma frente de enfrentamento neste momento.

Informou que no ano passado a Câmara Municipal aprovou e, posteriormente, foi assinado um convênio que trará para Ituverava o Corpo de Bombeiros. Revelou, inclusive, que a construção da base já começou e que o serviço é regionalizado, cobrindo toda a região.

Disse que o município tem a brigada, suporte de várias empresas, de usinas, caminhão pipa, mas é possível profissionalizar ainda mais, e que o tema poderia constar no PDUI, para que possam trabalhar e usar melhor o Corpo de Bombeiros.

Sobre a questão do saneamento básico, disse que devem ter um olhar diferenciado sobre os resíduos sólidos. Afirmou que muitas prefeituras fazem o recolhimento por conta própria, outras terceirizam, e que precisam colocar a proposta do aterro sanitário para que possam fazer o recolhimento e a transposição final desses resíduos de forma sustentável, tratando o lixo e transformando em energia, o que geraria economia para a região e melhor qualidade de vida.

Colocou o problema do transporte urbano, principalmente para as cidades de menor porte, como Capivari, São Luís da Cachoeirinha, Capivari da Mata, cuja distância de Ituverava é de aproximadamente 30 quilômetros e que as pessoas que trabalham em Ituverava precisam se deslocar e que a prefeitura tem que ter disponibilidade financeira para suprir as necessidades de outras categorias de transporte além dessa para o trabalhador, como por exemplo, o escolar, o universitário, e que essa questão deverá ser tratada pelo conjunto de municípios junto ao governo do Estado a fim de encontrar soluções.

Colocou que a partir do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado terão a possibilidade de discutir esses assuntos e fazer chegar ao governo do Estado e à Secretaria de Desenvolvimento Regional, por meio do secretário que tem um olhar diferenciado, municipalista para as questões da ponta, e que a base pode criar mecanismos para a resolução dos problemas em curto ou médio prazo.

Disse ainda que todos os prefeitos trouxeram suas particularidades e demandas para a audiência e, somadas, certamente, os ajudarão a chegar a um denominador comum para resolver com mais facilidade e tranquilidade os problemas da região.

Por fim, agradeceu a presença de todos dizendo que essa iniciativa do PDUI é de grande e vital importância que poderão conquistar mais e fazer a diferença na vida das pessoas da região como um todo.

Sobre a fala do prefeito de Ituverava, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos ressaltou que o plano coloca as ações de todas as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), como habitação, meio ambiente, saúde, educação, tudo o que for discutido será encaminhado às secretarias de Estado para que possam encontrar soluções conjuntas e, como o plano se transforma em lei, ficará à disposição do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana para que possam fazer captação de recursos, tanto do governo do Estado, quanto do governo federal e fontes internacionais.

O prefeito e presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUF saudou a todos os presentes, agradeceu pela recepção na Câmara Municipal, cumprimentou a todos os presentes. Colocou que para que possam entender sobre o Conselho de Desenvolvimento de Franca, a ideia não é criar mais um ponto que vá de encontro aos consórcios, pelo contrário, disse que o consórcio tem um papel específico, e que em sua opinião, se pudessem ser unificados teriam mais força.

Disse que há um grupo de prefeituras que, por vezes, é diferente do comando do Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM) que engloba outras prefeituras, e que cada um tem sua função e reponsabilidade, não menos importante.

Afirmou que o que se busca no Conselho de Desenvolvimento é conseguir que a região seja ouvida de forma mais rápida e eficiente pelo governo do Estado e que isso tem sido feito por meio do secretário de Desenvolvimento Regional e pelo vice-governador, pois existem demandas para o executivo que necessitam ser atendidas rapidamente.

Lembrou que existe, dentro do Aglomerado de Franca, a possibilidade de se ter acesso aos benefícios que o Estado pode oferecer de maneira mais rápida, como por exemplo, chamar um secretário para discutir um problema pontual de algum município ou para uma questão regional.

Falou, também, sobre os problemas regionais, sendo um deles relacionado à questão da saúde que se apresenta neste momento, a nova cepa do Covid-19, que embora traga sintomas mais brandos, tem um poder de contágio muito maior.

Revelou que Franca está com a marca de 250, 280 casos/dia e informou que seu município abriu três unidades de urgência e emergência que atendem de 2 mil a 2.800 pessoas/dia, além de duas unidades básicas que atendem cerca de 180 a 200 pacientes. Sendo um problema regional, são necessários leitos, estrutura hospitalar.

Lembrou que pela nova regra do Ministério da Saúde, a partir do dia 31 [de janeiro] não existirá mais leito Covid, somente leito comum convencional, e disse que há necessidade de se discutir a questão, uma vez que se trata de um problema regional.

Disse que estão com uma média de 30% de ocupação de leitos na região, e que seguindo a tendência de aumento de contaminação apresentada nos gráficos divulgados, a região necessitará de suporte.

Colocou que além dessa demanda trazida pela pandemia, existe a demanda reprimida de consultas de especialidades, cirurgias eletivas, leitos hospitalares, leitos de UTI, que pede soluções.

Ressaltou que a região de Franca é a única que não possui um hospital público estadual e que as Santas Casas foram as responsáveis por segurar as demandas das regiões na pandemia e que grande parte dos recursos destinados para o enfrentamento da Covid, foram para Santa Casa.

Outra demanda da região apresentada foi relativa à segurança pública, como por exemplo, a defasagem de infraestrutura e de recursos humanos nas delegacias, o que complementa o diagnóstico da situação regional, que será apresentado pelos técnicos da Fipe nesta audiência pública.

Outro ponto colocado diz respeito à falta de interligação entre municípios, alguns distritos e bairros, seja para escoar a produção, seja para mobilidade do trabalhador ou do estudante.

Disse existir na região algumas cidades dormitórios. Colocou a necessidade de pavimentação, asfaltamento e duplicação de vias. Sobre a interligação eletrônica, afirmou ser necessário a implantação de câmeras que reforcem a segurança pública regional.

Falou ainda sobre a busca de recursos voltados à elaboração de projetos para a resolução de grandes problemas regionais, como por exemplo, a criação de um aterro sanitário, por meio da união proporcional dos municípios por número de habitantes.

Agradeceu e convidou a todos a irem ao Teatro Municipal, em que conversarão com todos, para que a região tenha representatividade política junto ao Estado.

O prefeito de Guará e presidente da CMM cumprimentou a todos e disse ser um dia festivo, pois estão fazendo parte da programação do Estado. Disse que quando se fala de um aglomerado, de um consórcio, de regionalização, se fala de trazer soluções, não só para Franca, e sim para todos os municípios que compõem a região, e que o Conselho dá todo o apoio quando solicitado.

Colocou que recentemente fez uma reivindicação sobre a regulação da Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde (CROSS), pois hoje estão sentindo mais dificuldades pelos leitos ocupados, o que necessita de uma resolução. Aproveitou para convidar aos vereadores dos municípios a participarem das audiências para buscar soluções conjuntas para os problemas da região.

Informou que o Hospital Psiquiátrico Infanto-juvenil de Guará se tornou realidade e que, da mesma forma, lutarão pelo Hospital Regional de Franca e que, inclusive, o vice-governador informou que já existe o estudo que viabiliza a construção desse hospital.

Outra questão colocada foi sobre a especialidade de oncologia para a Santa Casa e Ituverava. Informou que já existe estrutura para o funcionamento, mas que necessitam de recursos do governo do Estado, ou que seja inserido na regulação da CROSS.

Disse que em reuniões Departamentos Regionais de Saúde (DRS), sobre a regionalização, na qual recebeu a informação de que a questão está com o Secretário da Saúde e reforçou a importância de os municípios discutirem e cobrarem, conjuntamente, dos órgãos competentes as necessidades da região.

Outro ponto mencionado foi sobre o transporte de estudantes e propôs uma forma de intercâmbio entre os municípios para o deslocamento. Usou Guará como exemplo que percorre 22 quilômetros para deslocar um aluno para a Politécnica de Ribeirão Corrente, ao passo que este último município percorreria 6 quilômetros apenas nesse deslocamento, o que traria uma economia no custo do transporte.

Falou, ainda, que o aluno sendo do Estado, é o Estado quem arca com tal custo, embora os municípios complementem a despesa, devido à defasagem dos recursos repassados.

Outro assunto abordado foi segurança pública, especificamente, sobre a implementação do sistema detecta do Estado de São Paulo, o que permitiria monitorar as rodovias, as vicinais, as interligações, as entradas e saídas dos municípios.

Por fim, informou que o Consórcio CMM debruçou sobre a busca pela solução da questão da transformação dos resíduos sólidos em energia, disse que em reuniões com a MWM Internacional e com uma empresa de ônibus, em que se estuda que 80% dos resíduos se transformem em combustível para o abastecimento dos caminhões, de frotas de ônibus, a um custo baixo, o que também aumentará a vida útil dos aterros sanitários e melhorar a qualidade de vida para a população.

O prefeito de Buritizal cumprimentou a todos e disse ser uma honra e muito gratificante participar da audiência pública, sendo sua primeira gestão, disse ver com bons olhos o processo para a região e espera que o trabalho que está sendo feito traga oportunidades de discussão para os assuntos que estão acontecendo para o Aglomerado de Franca.

Disse que este processo é muito importante, visto que seu município é pequeno, tem 4.500 mil habitantes, e depende muito de outros municípios, como de Franca e Ituverava e agradeceu aos prefeitos destes dois municípios pelo que têm feito por Buritizal.

Sobre a questão da saúde, disse que espera que consigam resolver o assunto do hospital de Franca que tem muito a agregar para a região. Disse que Buritizal, por ser uma cidade pequena, depende de transporte para outras cidades já que o município não tem uma linha permanente de ônibus e grande parte desse transporte é mantido por recursos públicos, o que onera a prefeitura.

Sobre segurança, disse que tem tentado resolver a questão do detecta, e que esteve com a Secretaria Estadual de Segurança em São Paulo para tentar implantação deste sistema.

Sobre a questão da infraestrutura, disse que Buritizal é carente de empregos e que necessita melhorar a infraestrutura para oferecer trabalho para a população. Colocou que Buritizal, assim como outros municípios, participa do Programa Frente de Trabalho, mas que a demanda por emprego é muito grande, tem em torno de 450 pessoas inscritas no programa, o que representa 10% da população.

Disse acreditar que os municípios juntos terão maiores chances de acertos e efetividade neste processo de elaboração do PDUI e desejou uma excelente reunião a todos os presentes. O prefeito de Igarapava cumprimentou a todos e agradeceu o convite para participar da audiência.

Parabenizou a iniciativa para pensarem de forma regionalizada, e como o próprio plano diz, estudarem estratégias, diagnosticar as necessidades de cada município e tratar os problemas da região.

Disse que sabem que a realidade da região, diferentemente dos governos federal e estadual, principalmente, nos municípios, com exceção de Franca, que é uma cidade maior, a população bate na porta do prefeito no dia a dia.

Afirmou que este é um governo que tem feito a diferença, e que na gestão anterior, os prefeitos comemoravam a oferta de final de mandato de verbas de 100 a 500 mil reais, e que hoje os prefeitos têm acompanhado o governo, apresentado projetos com grandes conquistas.

Disse ainda que no final do mandato agradeceram com lealdade ao governo anterior com meio milhão, hoje a cifra de investimento supera a ordem de 70 milhões e que a evolução do trabalho, a diferença, os números falam por si só e que o governo do Estado tem dado uma lição de gestão, quer seja fiscal, quer seja em investimento em todas as áreas.

Falou sobre as demandas, iniciando pelas questões econômicas e sobre a necessidade do governo do Estado fazer um estudo do ICMS, com vistas a comparar ou igualar com Minas Gerais, pois estão perdendo muitas indústrias e empregos para este Estado.

Disse que o município de Extrema está sendo privilegiado pois está a apenas 100 quilômetros da capital de Minas Gerais, e que Igarapava está distante da capital de São Paulo, o que traz grandes dificuldades para o município. Citou como exemplo a fábrica de cerveja e outras empresas próximas de Uberaba, cidade no sul de Minas, que ao invés de gerar postos de trabalho em nossa região, geram empregos para aquela cidade. Destacou que para o desenvolvimento da região a prioridade é o estudo do ICMS.

Colocou a questão do gasoduto parado e que São Carlos, Ribeirão Preto, Uberaba têm buscado esse gasoduto via Belo Horizonte e disse acreditar que chegando até a divisa de Minas Gerais atrairia indústrias termométricas e outras para que possam tocar num futuro distrito industrial e gerarem empregos.

Outra questão colocada foi a necessidade de planejamento de estudos ligados à piscicultura, uma vez que são banhados pelo Rio Grande, e citou como exemplo Santa Fé do Sul, que tem frigoríficos e fábricas, mais para o lado de Mato Grosso do que de São Paulo, o que também requer a revisão dos impostos.

Em relação à saúde, colocou a questão da falta de liberação do sistema do CROSS. Disse que é importante, antes da abertura desse sistema, elencar quais as áreas e especialidades que não foram liberadas em determinado período. Mencionou ainda que o CMM reuniu os secretários para fazer um diagnóstico e estudo para que haja a abertura dessas vagas.

Afirmou ainda a necessidade do governo ampliar o projeto de construção para que os prefeitos possam atender os pacientes.

Sobre a questão da segurança pública, colocou que faltam investimentos em infraestrutura nas delegacias, que certas cidades têm uma única viatura, e que pelo fato de terem que se deslocar à cidade vizinha para registro de flagrantes, deixam a cidade de origem desprovida de corpo policial.

No que diz respeito ao meio ambiente, colocou a falta de local para despejo e tratamento de resíduos sólidos. Informou que o município está inscrito no Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam) para receber uma usina móvel a fim de amenizar o problema dos resíduos.

Questionou o governo do Estado sobre a razão do município não poder usar defensivo [veneno] para eliminar o mato na cidade, ao passo que as usinas têm essa permissão.

Parabenizou novamente o governo do Estado e disse que os pontos colocados são para que o governo cresça ainda mais e colocou que esse plano possa alavancar o desenvolvimento e crescimento dos municípios da região.

O prefeito de Guará e presidente da CMM disse que outra questão a ser levada ao governo do Estado diz respeito à revisão do ISS da tarifa do pedágio sobre a distribuição, pois houve aumento da linha de cobertura sem ajuste da taxa de pedágio, o que diminuiu o ISS de Ituverava, Guará e Igarapava em quase 40 mil reais/mês.

O prefeito de Ipuã cumprimentou a todos os presentes, agradeceu ao presidente da Câmara pela recepção, agradeceu ao prefeito anfitrião e disse ser privilegiado logo em seu primeiro mandato, pela presteza dessa atual gestão estadual.

Colocou as demandas do município de Ipuã, iniciando pelo tema da segurança pública em que há defasagem de recursos humanos, ou seja, número reduzido de policiais, que ao se deslocarem para outro município para registrar flagrantes, deixam o município desprovido de segurança.

Disse que em relação à polícia civil, Ipuã encontra-se sem delegado, devido à promoção e transferência para outro município, o que de certa forma prejudica, não só Ipuã, como também a região como um todo.

Observou que os pequenos furtos não têm crescido em razão da pandemia e do desemprego e pediu a algum assessor que estivesse ouvindo a audiência, enviasse um delegado e pelo menos dois investigadores para o município.

Levantou a questão sobre a necessidade de pavimentação de um trecho de 3,2 km do anel viário que serve para o escoamento de produção de cana-de-açúcar de três usinas. Falou ainda que o grande tráfego de caminhões das usinas prejudica a saúde da população do bairro de Itapuã formado no limite desse trecho e pediu auxílio do governo do Estado para a referida pavimentação.

Colocou que um tema que julga ser o principal no momento é a saúde. Lembrou que quando foi eleito havia dez leitos criados desde agosto de 2020, subindo para 15 leitos em maio de 2021 em decorrência da alta demanda e que agora, esse número foi reduzido para dez em outubro, e para cinco em dezembro, que são custeados pelo próprio município.

Falou sobre o alto custo de manutenção de leitos para Covid, o custo para manter uma estrutura adequada e que o momento atual é de dúvidas, por não saberem como será o comportamento da pandemia.

Colocou que essa é uma demanda prioritária para a região que Ipuã, apesar de não ter todos os seus leitos ocupados por população do município, atuou como parceiro dos outros municípios na oferta dos leitos desocupados. Disse que a prefeitura continuou a manter os leitos abertos, mas que neste mês estão pedindo ajuda face ao alto custo de manutenção para um município pequeno como Ipuã.

Pediu ajuda ao governo do Estado para que possam definir o futuro desses leitos em seu município. Finalizou suas colocações agradecendo mais uma vez o convite para participar dessa audiên-

cia pública e dizendo ser uma honra participar da política e poder contribuir para a elaboração do PDUI da região.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos encerrou as colocações dos prefeitos e convidou prefeito de Miguelópolis a fazer o pronunciamento.

O prefeito de Miguelópolis cumprimentou e agradeceu a todos os que permaneceram na audiência pública. Falou sobre a importância da reunião em que os representantes das regiões colocam os problemas regionais para encontrarem as soluções em conjunto e disse que não podem esquecer do governador e do vice-governador, além do secretário de Desenvolvimento Regional que os atende em suas necessidades, e que só tem a agradecer ao governo atual.

Colocou que ratifica tudo o que foi dito sobre segurança pública e que o município está fazendo uma parceria para implementar o monitoramento eletrônico da cidade e que, com a ajuda do governo estadual, farão uma segurança pública ímpar na região.

Disse que estão em tratativas sobre a possibilidade de ocuparem uma parte da sala de controle da central de Ituverava para fazer esse monitoramento, até que se consiga o recurso necessário para essa melhoria em sua cidade.

Colocou que sua cidade possui características para o turismo, que estão trabalhando na melhoria da infraestrutura, na locomoção dos turistas, que já tem aprovação do governo estadual para a conclusão do trecho que liga Miguelópolis a Ituverava, faltando apenas concluir o projeto, acostamento, terceira faixa, sinalização, enfim a estrutura necessária para proporcionar uma boa mobilidade e conforto, não só para quem vem de fora, mas para a população que se desloca entre Miguelópolis e Ituverava.

Sobre a questão da saúde, disse que é necessário definir a questão do hospital regional. Disse que não querem prejudicar a Santa Casa, pelo contrário, e fez um apelo para que todos ajudem as Santa Casas, pois foram elas que seguraram os atendimentos na pandemia e que 80% deles foram feitos via Santa Casa.

Falou ainda da necessidade de estruturação da central de regulação, seja pela regionalização, ou outra forma, pois sabe da dificuldade do paciente na espera de uma vaga de internação ou de uma transferência, seja para qual for a especialidade.

Falou que dos 30% do orçamento para a saúde do município, de 9 a 10% são direcionados para a Santa Casa. Disse que uma cidade pequena como Miguelópolis, que tem 22 mil habitantes, as Santas Casas estão todas deficitárias, e que acredita que o investimento nas Santas Casas ajudaria às regiões e o governo do Estado a acolher mais pacientes.

Outra questão importante colocada foi relativa às queimadas. Relatou a queimada ocorrida em Miguelópolis e disse que não se pode deixar de exaltar a defesa civil. Colocou ainda que um ponto necessário e importante nessa regionalização é a definição da margem de segurança entre os canais e as cidades, a fim de evitar acidentes com a população, a falta de energia, dentre outros, e colocou a necessidade de um plano regionalizado em parcerias, inclusive com as usinas.

Destacou ainda da necessidade de suporte relativo ao transporte para os universitários das cidades que não possuem faculdades. Disse que Miguelópolis possui mais de 700 alunos universitários que não têm transporte, que só podem utilizar os ônibus do Estado e a prefeitura

não tem recursos para bancar o transporte próprio. Afirmou que os municípios que tentaram arcar os custos com recursos próprios não conseguiram pagar as empresas de ônibus.

Disse ainda que fica frustrado por não poder atender a demanda a contento e que o município fornece o vale transporte, que não é muito, mas ajuda, e pede que a questão possa ser contemplada no PDUI.

Ressaltou a necessidade de continuarem a trabalhar sobre as questões apresentadas durante a reunião, bem como continuar a buscar recursos, a elaborar projetos que beneficiem a região como um todo.

Por fim, agradeceu a oportunidade de participar desta reunião e que com a regionalização possam chegar à resolução dos problemas da região.

O prefeito e presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUF agradeceu a participação de todos os prefeitos, falou sobre a importância da presença dos prefeitos em suas cidades, das demandas da população, e do significado do deslocamento dos prefeitos para essa reunião.

Destacou que o que se tem de ideias daqui para a frente é o compilado que MC-Fipe nos trará no final da primeira quinzena de fevereiro próximo, em reunião presencial, já com o diagnóstico situacional concretizado das propostas para a região, a fim de que possam anunciar algumas ações a partir do referido diagnóstico.

Agradeceu e convidou a todos a assistirem às audiências públicas das outras regiões.

A seguir foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Aglomeração Urbana de Franca <https://auf.pdui.sp.gov.br>.

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** – MC-Fipe (https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-AUF_AP-PDUI-Marcos-Campagnone-Franca-14-1-22.pdf)
- **Contexto Regional da Unidade Regional** – MH-Fipe (https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-AUF_AP_PDUI-Mauricio-Hoffmann_14-01.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – SM-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – MY-Fipe
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** – SM-Fipe: (https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-AUF_AP_PDUI_14_01_22-_Fernanda-e-Felipe.pdf)

Após as apresentações sobre o contexto regional, das Propostas de Ordenamento Territorial, de Macrozoneamento e das FPICs, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu, mais uma vez, a Câmara Municipal de Ituverava e ao prefeito de Ituverava e a todos as pessoas que acompanharam a audiência presencialmente e no ambiente virtual.

Disse que foi uma reunião profícua e que espera contar com a presença de todos os prefeitos e dos órgãos do Estado nas próximas reuniões do Conselho de Desenvolvimento, já com a consolidação do Caderno de Propostas, inclusive com a presença do vice-governador e do Secretário de Desenvolvimento para que possam dar sequência ao processo de elaboração do PDUI da região.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública (<https://auf.pdui.sp.gov.br>).

auf.pdui.sp.gov.br/). Além disso, a plataforma também receberá as propostas até sete dias úteis após esta data. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=nGPgxQUTQFM&t=8324s>).

Balanco de Presenças da AP Ituverava - 17/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/ SSAM/Fipe
26	6	41	20	67	26	93

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereador	ABM	Chat/Formulário YouTube
Franca	Prefeitura	Prefeito	AAF	Presencial/Mesa
Ituverava	Prefeitura	Secretário de Administração	AJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		AFB	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereadora	AY	Presencial
Franca	Prefeitura	Assessora de Comunicação	AONG	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Chat YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Chat YouTube
Ribeirão Corrente	Câmara Municipal de Ribeirão Corrente	Vereador	CAM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CB	Chat YouTube
	Secretaria de Cultura e Economia Criativa		CPR	Chat/Formulário YouTube
não menciona	Cidadão		C	Presencial
Franca	CETESB - Agência de Franca		CC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat YouTube
Guará	Prefeitura	Diretor de Comunicação	DA	Presencial
Franca	Câmara Municipal de Franca		DHSB	Chat/Formulário YouTube
Buritizal	Prefeitura	Prefeito	DS	Presencial / Mesa
Ituverava	Secretaria Municipal de Projetos e Convênios		DSPW	Chat/Formulário YouTube
	Cidadão		DSG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Desenvolvimento Regional SP	Desenvolvimento Regional SP	Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Ipuã	Secretaria de Administração e Negócios de Governo		EAS	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Alesp	Assessor da Deputada Estadual, Delegada Graciela	EAR	Chat/Formulário YouTube
Ituverava	Prefeitura Municipal de Ituverava		EBD	Chat/Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ituverava	Casa dos Conselhos de Ituverava-SP		ERC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Socióloga	EMM	Chat YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ipuã	Vereador	ECG	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial
Ituverava	Cidadã		FGC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Chat/Formulário YouTube
Aramina	Prefeitura Municipal de Aramina		FLD	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Consultor	FDD	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	FC	Presencial
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)	Presidente	FG	Chat YouTube
Ituverava	Prefeitura	Assessora de Imprensa	GP	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat/Formulário YouTube
Miguelópolis	Prefeitura	Imprensa	GF	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico		GGU	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Chat/Formulário YouTube
São Joaquim da Barra	Câmara Municipal de São Joaquim da Barra	Vereador	HRJ	Presencial
Ipuã	Câmara Municipal de Ipuã	Vereador	IRJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Ituverava	Secretaria Municipal da Saúde		JVNO	Chat/Formulário YouTube
não menciona	Cidadão		JOMM	Chat YouTube
Igarapava	Prefeitura	Prefeito	JRRM	Presencial / Mesa
Guará	Prefeitura Municipal de Meio Ambiente		LAP	Chat/Formulário YouTube
Buritizal	Prefeitura	Diretor de Educação	LJ	Presencial
não menciona	Cidadão		LFOS	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Presencial
Ituverava	Prefeitura	Prefeito	LAA	Presencial / Mesa
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereador	MK	Presencial
Franca	SAA/CATI/EDR FRANCA		MFA	Chat/Formulário YouTube
Ituverava	Câmara Municipal de Ituverava	Vereador e Presidente da Câmara	MAJ	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Aramina	Prefeitura	Prefeita	MMS	Presencial / Mesa
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap)		MBSDS	Chat YouTube
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Chat/Formulário YouTube
São Joaquim da Barra	Prefeitura de São Joaquim da Barra		MJTB	Chat/Formulário YouTube
	Cidadã		MKO	Chat YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
não menciona	Cidadã		MLSOW	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Chat/Formulário YouTube
	Cidadão		MR	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Chat YouTube
Rio Claro	Prefeitura de Rio Claro		MM	Chat YouTube
não menciona	Cidadão		MR	Chat YouTube
Miguelópolis	Prefeitura	Prefeito	NM	Presencial / Mesa
	Cidadã		NFT	Chat YouTube
Piracicaba	Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba (Ipplap) - Autarquia Municipal		não menciona	Chat YouTube
Miguelópolis	Fundo Social	Presidente	NAPM	Presencial
Ribeirão Corrente	Câmara Municipal de Ribeirão Corrente	Vereador	NAMF	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona	Vereadora	P	Chat YouTube
Ituverava	Secretaria Municipal da Saúde		RPSR	Chat/Formulário YouTube
Ituverava	Prefeitura Municipal		RCS	Chat/Formulário YouTube
Igarapava	Câmara Municipal	Vereador	RGG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Chat YouTube
São Joaquim da Barra	Câmara Municipal de São Joaquim da Barra	Vereador	RS	Presencial
Ipuã	Prefeitura	Prefeito	RMAP	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat YouTube
não menciona	Cidadã		SRB	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SHCR	Chat YouTube
São Paulo	União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp)	Presidente	SM	Chat YouTube
Ituverava	Secretaria Municipal da Saúde		SRMC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat YouTube
Franca	DRADS de Franca		TRBM	Chat/Formulário YouTube
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Diretor Regional	VS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens		VFG	Chat/Formulário YouTube
Guará	Prefeitura	Prefeito	VMF	Presencial / Mesa
Ituverava	Prefeitura	Assessor de Gabinete	VM	Presencial
São Joaquim da Barra	Prefeitura	Prefeito	WJS	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	ZAIM	Chat/Formulário YouTube

III.2. Sub-região de Franca

Data: 18/1/2022

Horário: 9h às 12h30

Local: Teatro Municipal de Franca – Av. Sete de Setembro, 455 – Residencial Baldassari – Franca/SP

Municípios convidados: Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informando que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Aglomeração Urbana de Franca é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://auf.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu a prefeitura municipal de Franca pela cessão de uso deste teatro e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente a geração das imagens para o ambiente virtual. Lembrou que o prefeito de Franca também presidente do Conselho de Desenvolvimento da AUF e que desde o início dos trabalhos do PDUI, não mediu esforços para nos ajudar, na oficina regional que realizamos e em todas as fases deste importantíssimo trabalho de elaboração do plano.

Informou que o local onde estava sendo realizada a audiência seguia todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e por isso estamos limitando o acesso dos convidados, conforme já orientado no convite.

A participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana no endereço <https://auf.pdui.sp.gov.br>

A seguir, expôs o regulamento da audiência pública (<https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RMP-AP-Regulamento-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Feito isso iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito Municipal de Franca
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício
- Representante do Prefeito de Itirapuã, secretário de Engenharia e Obras
- Prefeito de Patrocínio Paulista
- Prefeito Municipal de Pedregulho
- Vice-Prefeita de São José da Bela Vista
- Secretária de Negócios Jurídicos de Ribeirão Corrente
- Presidente do Fundo de Solidariedade
- Presidente da Câmara Municipal de Franca
- Presidente do Parlamento Regional
- Promotor de Justiça do Ministério Público

O prefeito de Franca fez a abertura dos trabalhos e cumprimentou todas as autoridades municipais presentes na audiência e, também, a secretária de Desenvolvimento Regional em exercício. Iniciou dizendo que, por meio do Conselho de Desenvolvimento querem estreitar os contatos da região com o Estado, por meio de todos os secretários, vice-governador e governador.

Disse que tem sido visto um empenho muito grande, especialmente do vice-governador e, também, do governador com a nossa região. “O vice-governador e o secretário de Desenvolvimento Regional têm dado uma grande ajuda para o desenvolvimento da nossa região. São pessoas que atendem o telefone a qualquer hora que se liga, sábado, domingo, feriado, a qualquer hora. Nós, do executivo não temos prazo para executar as coisas, tudo é para amanhã de manhã. E quando temos alguém no governo que pensa a mesma coisa ajuda muito”, disse.

Contou ainda que na véspera, em Ituverava, foi dito que o Conselho de Desenvolvimento cria um acesso muito mais fácil ao Governo do Estado do que, propriamente os consórcios porque são coisas diferentes. “Os consórcios cuidam daquilo que é de interesse dos prefeitos. O Conselho de Desenvolvimento vai criar uma ponte entre a região e o Governo do Estado e essa ponte tem que ser sólida porque é lá que vamos resolver os problemas que são regionais, embora cada prefeito tenha o seu pleito pontual, o que é normal e tem que ser feito de uma maneira rápida e eficiente para resolver os problemas”, pontuou.

Disse ainda que existem demandas que são regionais, são muito importantes e foram discutidas na audiência de Ituverava. “Todos os prefeitos falaram e algumas falas são comuns entre os prefeitos, por exemplo o ICMS. Estamos a margem de Minas Gerais e o ajuste que os prefeitos solicitaram é porque as empresas estão vindo de lá. Por isso, precisamos desse ajuste no ICMS.

É preciso tornar bem próximo daquilo que o governo de Minas está oferecendo. Somos mais competitivos, mais capazes e mais preparados para vencermos no mercado, precisamos só de uma ajuda para fazer esse ajuste. Isso é uma fala comum entre os prefeitos da região”, disse.

Quanto aos resíduos sólidos disse ser necessária uma solução regional e sobre segurança pública destacou ser preciso mais delegados, mais técnicos, mais investigadores, mais estrutura nas delegacias. “Isso é recorrente entre todos os prefeitos”, destacou.

Na área de saúde, disse ser preciso de atenção nas cirurgias eletivas e que, especificamente, na oncologia de Ituverava é preciso melhorar a oferta de serviços. “Também na cirurgia endo-vascular porque hoje não temos acesso e em Franca temos capacidade operacional instalada para poder executar”, analisou.

Destacou que agora, na volta dos aumentos de casos de covid há necessidade de leitos e recursos. “Precisamos de um hospital regional com oferta de mais leitos para que possamos ter cirurgias eletivas. Por exemplo, a maioria dos prefeitos falam em regulação da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS) devido a dificuldade de colocar pacientes nos hospitais e cada prefeito que for falar aqui trará as suas impressões”, destacou.

Afirmou que a ideia é que sejam criadas condições da região oferecer pleitos para o Estado para ele resolver através do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Lembrou que o diagnóstico situacional foi levantado durante as visitas da Fipe que elaborou esse diagnóstico. “Daqui a 15 ou 30 dias faremos uma reunião regional com a presença de secretários de Estado, do vice-governador e de todos para fecharmos o plano regional. Esse é um resumo do que trabalhamos na audiência de Ituverava. Espero que todos se sintam acolhidos entre nós, tanto os que estão nos assistindo virtualmente, como pelos presenciais. A nossa ideia é ser um elo entre o governo do Estado e os prefeitos da região por meio do Conselho de Desenvolvimento”, afirmou.

O prefeito de Patrocínio Paulista saudou aos participantes da audiência e disse estar muito feliz que o prefeito de Franca esteja como presidente do Aglomerado Urbano promovendo essa primeira reunião do PDUI em Franca. Lembrou que já foi presidente do Aglomerado Urbano e que o prefeito de Franca teve total apoio dos prefeitos para assumir a presidência do Conselho de Desenvolvimento.

Afirmou que nessa primeira participação está trabalhando muito pelo hospital regional de Franca que é a única cidade da região do Estado de São Paulo que não possui um hospital regional e que ele melhoraria muito a assistência médico hospitalar da região.

Outro problema apontado foi o aterro sanitário regional que é uma reivindicação porque existe urgência. Felicitou a equipe do Governo do Estado de São Paulo e destacou que o vice-governador tem feito um trabalho muito interessante. “Ele dá assistência e demonstra um interesse tão grande que eu fico admirado pelo trabalho dele porque em todos os momentos que estive com ele, fui bem assistido”, destacou.

Disse que a reunião teria um debate interessante e que as oficinas vão promover aquilo que é mais importante para a região. “Estamos trabalhando no orçamento do Estado de São Paulo e temos que lutar para trazer os recursos para o Aglomerado Urbano de Franca fazendo as políticas públicas necessárias para a maioria da população”, ressaltou.

A prefeita de Restinga cumpriu o protocolo de saudar os presentes e começou sua fala reafirmando a importância de um hospital regional. “Estamos vivendo a experiência de conseguir através do CROSS sanar a dificuldade de colocar esses pacientes dentro de um hospital. A nossa região implora por um hospital regional que será uma grande vitória para todos os prefeitos e para o Governo do Estado”, enfatizou.

Sobre a questão da Segurança disse que aumentar o número de efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar seria de grande valia, assim como aumentar o número de viaturas porque os municípios

pequenos sofrem muito pela carência. “Essa é a razão de estarmos pleiteando isso nesse plano e, na área da saúde, um SAMU Regional também é importante para atender todas as cidades pequenas que não têm pronto atendimento e emergências o que dificulta muito o atendimento”, revelou.

O prefeito de Pedregulho ressaltou que os pontos levantados pelo prefeito de Franca

são os maiores problemas da região e, assim como Restinga, Pedregulho também tem problemas na área de segurança. “Acho que o objetivo dessa reunião de hoje é aquela velha retórica de que unidos somos mais fortes. Hoje, essas palavras se encaixam muito bem aqui porque o município sozinho não vai conseguir atender a todos os anseios da região. Tenho certeza de que todos juntos conseguirão algo maior para a população da região de Franca”, afirmou.

E conclamou que se faça o melhor para a região que é uma região agrícola que impulsiona o governo do Estado. “Podem contar conosco”, disse.

Já a vice-prefeita de São José da Bela Vista destacou que representava o prefeito que não pode estar presente e disse que logo seria iniciada uma obra de uma Unidade de Saúde e pavimentação das últimas ruas de terra que existiam nas cidades, em parceria com o governo do Estado por meio do “Programa Nossa Rua”.

“Queremos aproveitar a oportunidade com o governador para entregar um ofício para infraestrutura urbana, para recape de várias ruas de nossa cidade. Devido às chuvas, há décadas não se faz manutenção e a quantidade chuvas agravou ainda mais a qualidade do asfalto. Por isso, pedimos do fundo do coração para que atendam o nosso ofício. E assim todos unidos vamos vencer”, enfatizou.

O secretário de Engenharia e Obras de Itirapuã cumprimentou a todos e afirmou que representava o município para somar com todos os prefeitos e prefeitas da região para buscar um Hospital Regional para o Aglomerado de Franca que seria de grande valia.

“Temos essa necessidade de buscar empenho para atender a essa necessidade de que há alguns anos estamos reivindicando. Quero fortalecer aqui a questão da Segurança Pública. O município precisa de um reforço”, declarou.

A secretária de Negócios Jurídicos de Ribeirão Corrente cumprimentou a todos e disse que todas as demandas regionais são unânimes para todos os municípios. “Com urgência precisamos do hospital regional para dar cobertura às demandas de média e alta complexidade que os municípios não têm como atender. No ano de 2021, os prefeitos, por causa da covid, enfrentaram grandes problemas com leitos e internações. Estamos enfrentando essa fase da pandemia, mas não podemos esquecer das outras demandas, as oncológicas, as cirurgias eletivas que muitos municípios têm uma lista enorme. E quanto menor os municípios, os pacientes não entendem e batem na porta do prefeito quando é urgência e emergência”, relatou.

Acrescentou ainda que os problemas de segurança pública também pedem atenção. “É preciso aumentar os efetivos tanto da Polícia Civil e da Militar tendo em vista que em vários municípios as delegacias foram desativadas e tudo foi centralizado no município de Franca. Dependendo da distância aumentam muito os problemas locais”, destacou.

Levantou também a questão do aterro regional para disposição de resíduos sólidos, já que muitos municípios não possuem local adequado e encontram dificuldade de encontrar local para a disposição final.

Destacou também o “Plano de Contingência aos Nossos Produtores Rurais” porque quando não são afetados pelas pragas, pela seca, por exemplo, existem os incêndios que este ano foram muitos. “Por sermos uma região fortemente agrícola, muitas pessoas foram afetadas. Essa é uma proposta que o município de Ribeirão Corrente traz, em caráter regional para que todos os municípios sejam acolhidos”, apresentou.

O presidente do Parlamento Regional disse que era a primeira vez que o Parlamento Regional participava de uma audiência pública do Plano de Desenvolvimento Urbano da região porque é recém-criado.

Destacou que não poderia deixar de falar do empenho do presidente da UVESP, do secretário de Desenvolvimento Regional e do vice-Governador. Disse não faltar entusiasmo no Parlamento Regional.

“Todos os vereadores estão conversando seriamente, buscando as demandas dos municípios, os projetos, os convênios que podem ajudar, levando isso para o executivo o que é bom para a população da região que são quase 700 mil pessoas. Muitas são as demandas desses municípios e procuramos discutir o que é mais benéfico para essa regionalização levar ao Estado. Quando falamos de programa de desenvolvimento integrado, pensamos em segurança pública, que já foi bem destacado aqui, porque ela tem uma deficiência no RH e essa defasagem faz falta em algumas delegacias, tanto para Franca, como para toda a região. Fazem falta as viaturas e a estrutura”, descreveu.

Na área da educação disse que a região é polo de referência em todo o Brasil, com diversas faculdades e centenas de cursos que se ramificam em toda a região.

Sobre a malha viária, disse se perguntar se ela é segura para os estudantes viajarem todos os dias. “Muitas dessas cidades viram dormitórios porque várias pessoas trabalham e estudam em Franca, mas moram em outra cidade. Outro problema é o escoamento da produção. Essa malha viária tem que estar em ordem”, disse.

Falou ainda da questão da saúde que está sempre presente nas discussões, quer no programa de desenvolvimento regional, quer seja em todas as audiências públicas, na Assembleia Legislativa, no governo do Estado, nas discussões do executivo.

“A saúde é um bom exemplo do cooperativismo. Cooperar para crescer. Fizemos um movimento enquanto parlamentares e executivos para o hospital público da Região de Franca. Conseguimos até uma moção de apoio da cidade de Ituverava e as 22 cidades que compõem o Departamento de Saúde fizeram também moção de apoio pedindo ao governo do Estado para que fosse instalado o hospital público em Franca para atender todos os municípios. Fizemos um movimento com assinaturas muito bem apresentado, os prefeitos que colheram assinaturas para sensibilizar o governo do Estado. O governo está agilizando para nos promover esse sonho da região. O caminho do hospital público passa por aqui hoje. Nesse sentido eu conclamo todos os prefeitos, deputados, vereadores para pensarem em ações regionalizadas. Vamos aproveitar essa abertura que o governo nos dá. Todos nos atendem prontamente, portanto, vamos aproveitar para trabalhar”, disse.

O promotor de Justiça do Ministério Público seguiu o protocolo e cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a iniciativa do prefeito em aceitar a presidência do Conselho de Desenvolvimento.

Destacou que a audiência pública é um acontecimento muito importante para que os municípios possam se organizar porque os anseios são comuns. “É preciso fazer essa ponte para que as de-

mandas sejam levadas ao Estado. As autoridades municipais sentem na pele que a municipalização de qualquer serviço foi concretizado. Os municípios têm a arma, mas não têm munição. Municipalizou tudo, saúde, educação, segurança e a verba pública permanece na União e nos Estados. Então estamos numa guerra onde os municípios têm a arma, mas não têm munição para atender as demandas do povo que é quem sofre com isso. Então, essa organização dos municípios é de extrema importância. Quando o executivo e o legislativo não conseguem atender as demandas da população, o Ministério Público sempre é acionado para em conjunto com o executivo executar as políticas públicas. E quando não conseguimos, temos que judicializar e vocês sabem que quando a gente judicializa a política pública o que acontece é que o judiciário não está preparado para executar política pública, quem está preparado é o executivo que tem toda a estrutura para executar e aliado ao Ministério Público trabalham juntos na execução das políticas públicas. Quando isso não acontece tem que judicializar, isso não é um bom sinal. Esse aglomerado urbano é de extrema importância para que a gente possa dar força aos municípios para que eles possam executar bem o serviço público. E quando faz de maneira macro, regional faz um serviço público de excelência porque os anseios da sociedade são comuns. Este é um evento muito importante que me deixa muito feliz pela participação do Ministério Público nesta audiência pública”, enfatizou.

O promotor lembrou, ainda, que a audiência realizada no sistema híbrido – metade presencial e metade *on-line* – pode causar dúvidas na população que fica sem saber se vai ou não. “Acredito que o convite tenha sido estendido à população e à comunidade civil. Tem um problema no Brasil porque hoje critica-se políticos e quando se faz um evento como esse, cadê a sociedade civil? Um dos problemas crônicos do Brasil é a passividade da sociedade civil. Num evento desses do aglomerado urbano para resolver todos os problemas regionais, só da região de Franca e o que a gente espera é um auditório cheio de gente para tentar resolver os problemas e a sociedade civil que é a mais interessada porque ela é o público-alvo, não participa. Ela tem que estar aqui presente, mas não está. Nós temos que dividir juntos os problemas, Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Sociedade Civil. Ela tem que participar e cobrar. À Secretaria de Estado, aos prefeitos desse aglomerado, espero que saiam efetividade e concretização das políticas propostas, que não fique num mero diálogo, mas, que sejam feitas propostas que sejam concretizadas. Senhores, esse é o desejo do Ministério Público”, discursou.

Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício também cumprimentou a todos e agradeceu a acolhida e o apoio do prefeito de Franca e da primeira-dama à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Destacou que a presença de todos é de se louvar porque está sendo feita história no dia de hoje.

“Estamos quebrando um paradigma porque até hoje a gestão pública foi feita isoladamente, município a município com um espírito de competição entre eles. O secretário sempre nos diz que estamos fazendo uma nova ordem onde trocamos a competição por um espírito de solidariedade entre os municípios que, em conjunto, encontrarão as melhores soluções para que possamos municípios e Estado construir uma nova forma de fazer política pública no Estado de São Paulo”, disse.

Relembrou que em 2019 quando assumiu, a atual gestão tinha um orçamento muito ruim do ponto de vista da aplicação nos municípios. “O vice-governador nos fez um chamado, uma determinação para que pudéssemos encontrar soluções regionais para que pudéssemos investir recursos públicos e não deixássemos os municípios sem esse amparo tão necessário para a aplicação e desenvolvimento de qualquer política”, recordou.

A secretária contou que uma das saídas foi retomar um antigo projeto. Toda a equipe trabalhou as melhores soluções para que fosse possível construir uma política exequível de desenvolvimento regional. “Por isso, estamos aqui na manhã de hoje construindo, tirando da cabeça do secretário esse sonho e transformando isso em realidade. Não é possível que a gente faça uma construção isoladamente. Anotei as demandas que coincidiram com as apresentadas na audiência pública de Ituverava que, aliás, quero saudar os prefeitos daquela região porque infelizmente, a SDR não pode estar presente senão pela nossa equipe de apoio que tenho certeza de que realizou um excelente trabalho. Frente ao relato do Prefeito de Franca, muito bem apresentado, acho que a única demanda apresentada aqui um pouquinho diferente, foi trazida pela secretária de negócios Jurídicos que foi o “Plano de Contingência para os produtores rurais”, as demais, são demandas regionais bastante comuns e isso é que deu a certeza ao vice-governador que poderemos resolver os problemas de forma otimizada, pensando em soluções criativas para o recurso público ser gasto de forma que reverta para a população do Estado de São Paulo”, ressaltou.

Reforçou as palavras do promotor de que o destinatário final é a população do Estado de São Paulo. “Aqui estamos tratando da população do Aglomerado Urbano de Franca, lembrando que esse trabalho está sendo feito em todo o Estado de São Paulo”.

Afirmou, também, que o governador diz que precisamos cuidar dos menos favorecidos e os PDUIs olham para os mais vulneráveis porque é um plano democrático porque parte do princípio de que os municípios pequenos ou grandes quando reunidos num conselho todos têm um voto com o mesmo peso.

“As políticas públicas serão construídas com a participação da sociedade civil porque, em breve, mandaremos um projeto de lei para a Assembleia. A gente pensa a política pública em conjunto, mas é aplicada em cada município. Todas as reivindicações colhidas aqui, hoje, serão encaminhadas através do relatório que vai ser gerado, ainda temos um trabalho para frente porque vamos elaborar o plano que será enviado ao poder executivo, será traduzido em linguagem legislativa, vai ser enviado para a Alesp e sancionado pelos deputados”, explicou.

Disse, ainda, que a importância desse plano é a sinergia. “Nós estamos falando de política pública a partir da oitiva de pessoas, participação ativa da população, por meio da sociedade civil organizada porque temos três segmentos muito importantes, a saúde, a educação e a área de urbanismo e agradeço a presença desses três segmentos e vou citá-los no final da minha fala. Nós todos temos um papel muito importante na nova forma de fazer política pública no Estado de São Paulo, os PDUIs em São Paulo estão entre os primeiros do Brasil e contamos, obviamente, com a participação dos três poderes como foi colocado pelo promotor, é importante e inovador a presença do Parlamento Regional nas nossas construções. Tudo isso para dizer que para o governo do Estado chegou a hora e a vez dos municípios. Esse é o mote do governo do Estado que é um governo municipalista que para isso criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional e entregou nas mãos de rapaz competente, cheio de energia que se dedica integralmente, como todos falaram aqui a missão de cumprir a tarefa do municipalismo paulista. Desejo a todos um ótimo trabalho e que a gente consiga construir um plano que atenda os anseios da nossa região”, afirmou.

Fechamento dos depoimentos da mesa diretora pelo prefeito de Franca

Disse que a presença do representante dos vereadores é importante porque quando se fala de Parlamento, fala-se de discussão, de conversa, de buscar soluções e consenso. Afirmou que em

2007, a saúde começou a criar os Centros de Referência e as regionais e nessas regionais buscava-se o consenso e foi muito difícil ter consenso numa região de 22 municípios, cada um com as suas situações socioeconômicas específicas, condições de saúde específicas, demandas específicas e com condições epidemiológicas completamente diferentes. Lá se falava em consenso.

“Era difícil o consenso e vários secretários de saúde na conversa com o Parlamento, as discussões e na conversa muitas vezes somos voto vencido, ajudando a dar certo. O consenso, mostra para nós um grau de humildade e de crescimento muito grande. É isso que a gente tem que buscar dentro desse Conselho. Unificar todas as ações e ser o elo entre o governo do Estado e os municípios nos pleitos regionais, mas, também nos pleitos locais de cada uma das cidades.

Contem conosco para que possamos trazer para a nossa região mais desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida através de investimentos”, ressaltou.

Afirmou ainda que o governo do Estado investiu 28 bilhões de reais este ano nos municípios. “São estradas vicinais, creches, escolas, atendimento pré-hospitalar que para a nossa região é um problema porque muitos têm o atendimento, mas não tem suporte 24hs, não tem dinheiro para fazer isso e acabam na agonia de ter que lidar com o paciente que está precisando de um acesso hospitalar e não tem. Temos discutido muito essa necessidade de atendimento pré-hospitalar. Por fim, nosso Conselho vai buscar a união de uma maneira ímpar no Estado de São Paulo. Somos um grupo de prefeitos unidos e a ideia é unificar e personalizar no Conselho o acesso ao governo do Estado e trabalhar trazendo os secretários de Estado aqui na região para discutir pontualmente, cada uma das soluções e cada um dos problemas”, disse.

Ressaltou, ainda, que existem condições epidemiológicas, demográficas, econômicas completamente diferentes, por exemplo, da Grande São Paulo, da região de Registro, Vale do Paraíba. Portanto, na opinião do prefeito é preciso colocar anseios e angústias da região de uma maneira diferente.

Disse que uma das propostas da região é conseguir recursos para fazer projetos regionais que possam ser executados rapidamente para oferecer qualidade de vida às pessoas e que o custo desses projetos será dividido proporcionalmente com cada uma das cidades de acordo com a sua população e com o aporte do governo do Estado, lá na frente perfazendo 50% do Estado e 50% dos municípios para criar, por exemplo, um projeto de resíduos sólidos regional, um atendimento pré-hospitalar regional, um projeto de distribuição de medicamentos, de estrutura e operação de saúde, de leitos regionalmente. Isso vai facilitar muito porque no ano passado foram gastos 53 milhões de reais com a Covid-19.

“Se cada um tem sua estrutura de saúde para atender regionalmente terá que colocar recursos do próprio município. Todos precisam colocar recursos e essa conta é difícil tanto para as cidades menores quanto para as maiores e estamos entrando em um processo de pandemia de novo e é preciso cuidar das pessoas. A única região que não tem o hospital regional é a nossa. Não quer dizer que vamos excluir as Santas Casas de cuidar das pessoas, ao contrário, elas aumentam o acesso ao serviço de saúde”, enfatizou.

Desejou melhora aos prefeitos que estavam se recuperando de covid. “Precisaremos deles daqui a 30 dias para conhecerem o diagnóstico e as propostas das audiências compiladas, o resultado do trabalho que será apresentado ao governo com a presença aqui do vice-governador e do secretário de desenvolvimento regional e se alguma coisa mais séria que precisar ser discutida com

algum secretário de Estado, que ele esteja presente. Essa é a proposta do Conselho de Desenvolvimento”, expôs.

Em seguida, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fipe. O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional, ordenamento territorial e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe. <https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Franca-17-1-22.pdf>

A seguir foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Aglomeração Urbana de Franca <https://auf.pdui.sp.gov.br>

- **Apresentação Geral do PDUI** – MC-Fipe: https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2-AUF_AP-PDUI-Marcos-Campagnone-Franca-14-1-22.pdf
- **Regional da Unidade Regional** – MH-Fipe: https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-AUF_AP_PDUI-Mauricio-Hoffmann_14-01.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – FC-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – FD-Fipe
- **Proposta das FPICs** – FC-Fipe: https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-AUF_AP_PDUI_14_01_22-_Fernanda-e-Felipe.pdf

O conteúdo completo desses estudos e a íntegra da audiência está disponível na plataforma digital do PDUI da AUF (<https://auf.pdui.sp.gov.br/>) que estará disponível para receber as propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência e no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, no Youtube (<https://youtu.be/gPukUM3VbMY>).

Balanco de Presenças da AP Franca - 18/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual-Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	4	34	14	87	18	105

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	Câmara Federal	Equipe Arnaldo Jardim	ABN	Presencial
São Paulo	CDHU		AQS	Formulário YouTube
Ribeirão Corrente	Secretaria de Negócios Jurídicos	Secretária	AC	Presencial/Mesa
Franca	Ministério Público de São Paulo	Promotor de Justiça	AFP	Presencial/Mesa
Franca	Prefeitura	Prefeito	AF	Presencial/Mesa
Franca	UniFacef	Reitor	AJMN	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		AFVB	Meet
São Paulo	Equipe Fipe		ALC	Chat

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Franca	Drads-Sed	Especialista em Desenvolvimento Social	ALCJ	Presencial
não menciona	Sociedade Civil		AS	Chat/Formulário YouTube
Franca	Unesp		ALPS	Formulário YouTube
Franca	Câmara Municipal	Assessora Parlamentar	AA	Presencial
Franca	EMDEF	Advogado	ACD	Presencial
Piracicaba	Associação Paulista de Municípios (APM)	Equipe Fipe	BN	Formulário YouTube
não menciona	GeoRocks Geologia e Mineração		CTC	Formulário YouTube
Franca	Câmara Municipal	Vereador	CCA	Presencial
Franca	Alfa-Franca	Presidente	CHR	Presencial
São Paulo	Ministério Público de São Paulo		CHG	Formulário YouTube
Franca	CETESB		CC	Formulário YouTube
Franca	Câmara Municipal	Presidente	CR	Presencial/Mesa
Franca	IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil - Núcleo Franca		CF	Presencial/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		CK	Chat
Franca	Fundo Social de Solidariedade	Presidente	CDMF	Presencial/Mesa
Franca	Câmara Municipal	Vereador e Presidente do Parlamento Regional	DB	Presencial/Mesa
Pedreguho	Prefeitura	Prefeito	DPF	Presencial/Mesa
Franca	Alesp	Assessor da Deputada Garciel	EA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		EM	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Chat/Formulário YouTube
Itirapuã	Prefeitura - Secretaria de Obras	Secretário	FA	Presencial/Mesa
Franca	FDF	Assessor Jurídico	FFF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FD	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Consultora	FACC	Presencial
Patrocínio Paulista	Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente		FRF	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		FS	Meet
Pedreguho	Prefeitura	Diretor Defesa Civil	GM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Formulário YouTube
Franca	CATI	Diretor	GNJ	Presencial
Franca	Vereador	Vereador	GP	Presencial
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico	Diretor Regional	GGU	Presencial
Franca	Prefeitura	Assessor	GMC	Presencial
Pedreguho	Prefeitura	Assessor de Comunicação GPR		Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulário YouTube
Rifaina	Prefeitura	Prefeito	HCL	Formulário YouTube
Jeriquara	Câmara Municipal	Presidente	IDVB	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Formulário YouTube/Meet
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Franca	UniFacef	Pró-Reitor	JAPG	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transporte		JMAN	Chat/Formulário YouTube
Patrocínio Paulista	Prefeitura	Prefeito	JMB	Presencial/Mesa
Franca	não menciona	Arquiteto	JRBF	Presencial
Franca	Faculdade de Direito de Franca	Professor, Diretor	JS	Presencial
Franca	FVF	[?]	JSS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Secretária em exercício	JO	Presencial/Mesa
Patrocínio Paulista	Prefeitura	Diretor	JCA	Presencial
Restinga	Prefeitura	Prefeita	KF	Presencial/Mesa
Cristais Paulista	Prefeitura - Secretaria de Comunicação		KM	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		LFOS	Chat/Formulário YouTube
Franca	DRS	Diretor Técnico II	LGM	Presencial
São Paulo	não menciona		LH	Meet
São Paulo	SSAM/SDR		LD	Meet
Franca	EMDEF	Gerente Transporte	LML	Presencial
Franca	Secretaria de Desenvolvimento		LOCP	Presencial
Restinga	Prefeitura	Diretor Social	LHS	Presencial
Franca	SAA/CATI FRANCA	Assistente de Planejamento	MFA	Presencial
Franca	Grupo Santa Casa de Franca		MR	Formulário YouTube
São Paulo	PMESP		MAC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Franca	Secretaria de Segurança	Secretário	MAMA	Presencial
Franca	Diretoria de Ensino	Supervisor de Ensino	MCB	Presencial
São Paulo	Associação Paulista de Municípios (APM)		MIP	Formulário YouTube
São José da Bela Vista	Prefeitura	Vice-prefeita	MLCM	Presencial/Mesa
Franca	Secretaria de Convênios	Diretora de Departamento	MDS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Meet
Franca	Unesp		MF	Formulário YouTube
Franca	Emdef	Presidente	MG	Presencial
Franca	LASEP	Presidente	MPM	Presencial
Franca	Prefeitura	Secretária	NR	Presencial
São José da Bela Vista	Prefeitura	Chefe de Gabinete	NC	Presencial
Franca	não menciona		PO	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		PG	Meet

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Franca	Prefeitura	Fessol	RDM	Presencial
Patrocínio Paulista	Prefeitura		RKK	Chat/Formulário YouTube
Franca	Secretaria de Finanças		RRP	Formulário YouTube
Franca	UNESP		RCL	Chat/Formulário YouTube
Franca	ICACE-SP	Vice-presidente	RE	Presencial
São Paulo	CDHU		RPD	Formulário YouTube
Sales de Oliveira	Prefeitura		RRC	Formulário YouTube
não menciona	Cidadã		RCOPL	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Franca	Secretaria de Educação	Assessora de Gabinete	RRC	Presencial
Franca	Câmara Municipal	Vereador	RRC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet
Franca	[Fecomp] ER Franca	Estagiária	RAG	Presencial
São Paulo	Uvesp	Presidente	SM	Virtual
Franca	Drads-Sed	Diretora Regional	TRB	Presencial
não menciona	não menciona		TO	Chat YouTube
Franca	Fundação Santa Casa de Misericórdia		TG	Formulário YouTube
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Diretor Regional	VZS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens do Estado	Secretário	VFG	Formulário YouTube
Franca	Unesp	Graduanda em Direito pela UNESP-Franca e membra do grupo de pesquisa sobre Direito à Cidade, coligado ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPPs).	VGT	Formulário YouTube
Franca	PSDB	Presidente	WA	Presencial
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Chat/Formulário YouTube
Franca	Sociedade Civil - UDECIF/ Conselho Municipal de Educação		WMR	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Formulário YouTube

IV. REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ

IV.1. Sub-região Jundiaí

Data: 21/1/2022

Horário: 14 horas às 16h30

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Jundiaí, 8º andar – Av. Liberdade, s/nº, Jardim Botânico

Municípios convidados: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional que informou sobre o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ) é apresentar e debater o Caderno de Insumos para Estimular o Debate com a população da região metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o caderno detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela da Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Agradeceu a prefeitura municipal de Jundiaí pela cessão de uso do auditório e de toda infraestrutura necessária e, também, a presença de todos que acompanham presencialmente, no auditório da Prefeitura Municipal de Jundiaí e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase de elaboração do plano e, por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível no endereço eletrônico <https://rmj.pdui.sp.gov.br>.

Expôs o regulamento da audiência pública (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1-RM-P-AP-Regulamento-Jesse.pdf>) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentados os vídeos de saudação do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador geral da Fipe.

Após as saudações, assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Jundiaí e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMJ
- Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício

- Prefeito de Cabreúva
- Prefeita de Jarinu
- Prefeito de Várzea Paulista
- Vice-prefeito de Itupeva, representando o prefeito
- Vice-prefeito de Louveira, representando o prefeito
- Secretário Municipal de Meio Ambiente de Campo Limpo Paulista
- Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba e do Parlamento Regional Metropolitano

A abertura foi realizada pelo prefeito de Jundiaí e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMJ que cumprimentou as autoridades presentes, os integrantes da mesa diretora e o secretário de Desenvolvimento Regional que acompanhava a reunião virtualmente e a todas as pessoas presentes e on-line.

Ressaltou a importância da região metropolitana nos quesitos norteadores que são postos para a realização de uma política regional que aponte caminhos e alternativas para os problemas da região.

Disse que o tema da saúde é o que mais aflige a região e é necessário trabalhar de modo integrado porque percebe-se o quanto isso é importante em momentos como o atual da pandemia.

Colocou que o elemento norteador dessa política é a importância de olhar para esta região, em termos de saúde pública, como um sistema e não individualmente.

Afirmou que a questão do transporte e da mobilidade em uma região que está totalmente conurbada e se percebe o fluxo de pessoas, é muito comum quem vem de outros municípios fazerem essa integração para busca do trabalho, lazer e consumo.

Citou como exemplo a cidade de Várzea Paulista que é uma excelente consumidora do polo comercial de Jundiaí que, por sua vez, se serve de Várzea Paulista para algumas ações.

“No tema do transporte entendemos ser razoável, a iniciativa de integração dos ferroviários que faz a integração entre cidades, ligando Jundiaí a São Paulo. Existe interesse de estender o trem intermunicipal até Louveira que é uma demanda do município, assim como a criação do Gabinete de Gestão Integrada do Trânsito e do Transporte do município”, afirmou.

Outro ponto destacado pelo prefeito foi transformar em realidade objetiva a segurança pública integrada entre os municípios da região. “Dá para perceber que existem instrumentos usando tecnologia, por exemplo o usado em Jundiaí que é um sistema de verificação de placas de veículos que se completa quando tem elementos de integração com outros municípios, especialmente na segurança pública”, comentou.

Completo ainda ser de interesse da região a criação de Comitê Regional de Gestão Integrada na Segurança Pública onde a integração de polícias seja de interesse comum dos municípios. Sem entrar em detalhe nas questões de segurança, classificou como importante apontar aspectos relevantes para a comunidade como, por exemplo, o convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado para a implantação do Instituto Médico Legal (IML) regional em Jundiaí. “Isso

é extremamente importante e as pessoas sofrem, num momento de dificuldade, com os entraves por não ter o IML”, destacou.

Quanto ao desenvolvimento regional disse atuar muito com a dinâmica das pessoas e exemplificou com a oferta de cursos que é dada em Jundiaí. Explicou que tem correlação direta com o mercado de trabalho porque é um objetivo da região avançar.

Da mesma forma, disse acontecer com o estímulo ao empreendedorismo. “Entendemos que o setor de serviços tende a ter um crescimento muito interessante nos próximos anos e está de olho na nossa população para ela encarar esses novos momentos de qualificação com vistas ao mercado de trabalho”, assegurou.

Quanto ao saneamento básico e meio ambiente, destacou a presença do representante do Departamento de Água e Esgoto de Jundiaí, EP, membro do Conselho do DAAE que, de acordo com LM, sabe da importância de se promover uma regionalização do serviço de água e esgoto dos sete municípios que compõem a RMJ.

“Assim como, é extremamente importante a celebração de um termo de cooperação para proteção dos mananciais e preservação do Rio Jundiaí que tem cerca de 28KM cortando a cidade de Jundiaí. Portanto, preservá-lo e todos os nossos mananciais, é uma obrigação de todos nós que olhamos isso como uma política de futuro”, afirmou.

Colocou a importância da celebração de consórcios para ações conjuntas de defesa e regras de uso sustentável da Serra do Japi e da Serra dos Cristais. Disse que na política da Serra do Japi de preservação, 52% do território da Serra está em Jundiaí e ressaltou ser necessário outras ações que possam ser cooperativas e colaborativas entre o Estado e a região, ou seja, uma troca de experiências de política de gestão, governança e tecnologias usadas pelos municípios que compõem a RMJ.

Ressaltou também a importância da troca de experiências para cidades inteligentes e a formação de consórcios com o objetivo internacionalizar a região e trazer mais investimentos para gerar emprego e renda para o cidadão.

Disse que essas eram as considerações objetivas que queria fazer para o Governo do Estado de São Paulo.

“Cada vez mais será possível observar que as cidades que estão formando esses blocos de cooperação, seja através de região metropolitana ou de aglomerações urbanas, estão fazendo de modo correto. Somos em 645 municípios no Estado com uma vasta diferença entre as suas regiões, e à medida que se tem a criação de blocos regionais que deliberem sobre a política pública, mais condições de um avanço mais considerado para a população que habita será possível”, afirmou.

Agradeceu ao governador pela deliberação em 2021, ao vice-governador pela participação em todos esses projetos que estão sendo discutidos junto ao governo do Estado, especialmente ao secretário pelo projeto de regionalização. Agradeceu, também, às autoridades da região dizendo que são verdadeiros lutadores que operam a política pública de frente, prefeitos, vices, vereadores.

“Nenhum desenvolvimento se dá a partir de entes que são subjetivos na vida dos cidadãos. E os entes são subjetivos, Estado, União, municípios. Enfim, o que queremos ver aplicado é no bairro,

é na casa onde o cidadão reside, no seu entorno, nos equipamentos públicos. De fato, onde a vida acontece é que a presença do Estado precisa se dar”, enfatizou.

Chamou atenção, ainda, para um último ponto sobre uma política de uso do solo ou uma política de um PDUI que envolve o uso de solo dos municípios e ressaltou a importância de compreender as peculiaridades de cada um.

Citou como exemplo a APA. “À medida que se tem um decreto editado pelo Estado que entende a cidade de Jundiaí como uma APA, tudo o que está sendo projetado pela Fipe ou por qualquer outro órgão deve respeitar essa vocação que é tipicamente municipal. Portanto, é preciso muito cuidado com planos integrados de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo porque as características dos municípios são distintas. Basta ver o modelo de preservação da Serra do Japi no município de Jundiaí para compreender como não é de maneira igual, estabelecido em outros municípios. Não se trata de um julgamento, mas, constatando que a compreensão e a concepção do uso do solo parte do município. Ao entregar esse entendimento a um terceiro que não conhece a região ou a cidade ou as regiões da nossa cidade corremos um sério risco de não fazer com tanto critério”, alertou.

Por isso, solicitou ao Estado que conforme tivesse a avaliação integrada do plano diretor de desenvolvimento regional, e que entendesse quais são essas peculiaridades, para que se integre efetivamente o modelo de concepção de política pública que o Estado se propõe a fazer a partir do PDUI da RMJ.

Exemplificou com o setor habitacional. “Assistimos hoje uma apresentação de diretores da prefeitura sobre a Região Oeste onde o conceito do uso e ocupação daquele espaço é integrado e perfaz inúmeras ações que não somente olhar quais são as ações para um plano diretor para aquela região”, disse.

Após fazer as considerações agradeceu a presença de todos os presentes, especialmente os prefeitos e prefeitas, vices, secretários, vereadores, parlamento regional, cidadãos e os representantes do governo do Estado, em especial os consultores da Fipe que fariam a exposição e a consultora técnica que se fazia presente.

Pediu licença para se ausentar para participar de uma reunião com o governo do Estado e passou a condução dos trabalhos ao presidente da Câmara e disse que continuaria acompanhando a audiência virtualmente. Despediu-se dizendo esperar que as considerações feitas possam complementar e consolidar a tão sonhada Região Metropolitana de Jundiaí nos seus aspectos práticos, não só conceituais.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a acolhida de vereadores presentes, do delegado seccional de polícia, do gestor de planejamento urbano e meio ambiente de Jundiaí, do gestor de mobilidade e transporte de Jundiaí, da presidente da câmara municipal de Cabreúva, do diretor regional de Campinas da Secretaria de Desenvolvimento Regional e dos representantes da Região Metropolitana de Sorocaba.

Agradeceu mais uma vez aos prefeitos que atenderam ao chamado da Secretaria de Desenvolvimento Regional e, também, do presidente do Conselho de Desenvolvimento. Na sequência, passou a palavra ao prefeito de Cabreúva.

O prefeito de Cabreúva seguiu o protocolo e cumprimentou a todos e em nome dos prefeitos disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional vem apoiando muito o interior paulista.

“As cidades têm um grande agradecimento a fazer a esse secretário, hoje cidadão cabrevenuano, que tem dado todo o suporte para os municípios do interior paulista”, destacou.

Afirmou que ao rever os temas mencionados pelo prefeito de Jundiaí destacava a Serra do Japi, pois 42% da área de Cabreúva está dentro da Serra. “São municípios detentores de mais de 90% da Serra, ou seja, temos essa situação em comum de cuidar e preservar esse ativo ambiental que é a única serra no mundo em cima de um solo de quartzito, remanescente de Mata Atlântica e Cerrado que tem que ser preservado pela sua importância mundial”, destacou.

Sobre segurança pública, fez um agradecimento especial ao delegado de polícia presente e revelou que foi desafetada uma área pública que foi doada para o Estado e através da seccional será criada uma delegacia em Cabreúva onde serão investidos mais de 2 milhões de reais.

“Hoje existe um sistema integrado com Jundiaí, implantado neste governo que são as muralhas virtuais por meio das quais se consegue conversar com mais de quarenta municípios que estão integrados nesse sistema inteligente”, explicou.

Destacou ainda outros dois temas importantes para serem analisados na audiência pública: a saúde regionalizada porque Cabreúva toma conta da baixa e algumas de média complexidade e como todas as cidades da região precisa recorrer a Jundiaí para onde são encaminhados os casos de média e alta complexidade. E o outro tópico é o transporte público municipal.

“Não há um grande apoio por parte das empresas que têm a concessão. Isso é importante para se dar um transporte público de qualidade para a população”, destacou.

Agradeceu a Polícia Militar pelo trabalho que faz, em especial o capitão que estava presente. Desejou que os debates ajudem a RMJ a voltar a ter a pujança que todos acreditam porque é uma região com mais de um milhão de habitantes.

A prefeita de Jarinu cumprimentou os presentes e disse ser uma satisfação discutir o desenvolvimento regional. Afirmou que nunca representou a cidade de Jarinu em um contexto tão importante por causa da mudança jurídica que vai alterar muito na prática a evolução de diversas pautas tratadas de maneira municipal e que poderão ser tratadas de forma regionalizada.

Disse ficar feliz pelo momento que está vivendo para discutir a pauta da saúde, redesenhar a regionalização, a distribuição de vagas o que vai melhorar demais quando se pensa em um contexto metropolitano.

“Todas as cidades que compõem a Região de Campinas, trazendo para uma realidade regionalizada todas as questões a serem resolvidas, com certeza, vai atender com mais qualidade”, analisou.

Sobre infraestrutura, disse que Jarinu é uma cidade que tem crescido demais e está dentro de uma importante malha viária e tem um potencial de crescimento muito grande e merece um lugar de destaque dentro dessa discussão porque ainda é preciso avançar muito nas questões de infraestrutura.

“A cidade tem 650 KM de vias não pavimentadas, o que é um enorme desafio, e uma rodovia importante que liga São Paulo a diversos pontos da região, setores de mobilidade importantes como aeroportos, portos, enfim, é preciso dar destaque à duplicação da rodovia Edgar Máximo Zambato o que é importante debater no contexto de desenvolvimento regional”, acrescentou.

Destacou ainda que o transporte tem que ser trabalhado de forma real porque muitas concessões

precisam ser discutidas porque os usuários dos serviços da região acabam ficando descobertos e, muitas vezes, os prefeitos não são atendidos diante da realidade que têm.

Ainda quanto a infraestrutura, disse reconhecer também, a disponibilidade do Estado e agradeceu pela atenção especial para as vicinais. “Podemos tentar melhorar a região, creio que conseguiremos, mas, acima de tudo, precisamos ter uma cidade boa para que possamos pensar a regionalização e olhando para Jarinu, vê-se um desafio muito grande quanto a infraestrutura, saneamento, pavimentação, recapes e este é um momento oportuno para se falar dessa pauta porque o governo do Estado tem mostrado disponibilidade em nos atender nesses quesitos”, disse.

No campo da segurança disse que todas as cidades no entorno de Jarinu investiram há alguns anos, mas, Jarinu é uma cidade que não tem muralhas, não tem câmara de segurança e monitoramento e infelizmente, fica ilhada e acaba ficando descoberta e sendo alvo de ações indesejadas. Solicitou que seja dada atenção para as questões levantadas.

Disse que Jarinu pede socorro na área de segurança e é preciso pensar nos municípios pequenos que precisam do auxílio do Estado e pensar isso de forma regionalizada já que os municípios do entorno têm feito investimentos e gostaríamos de ganhar experiência nesse sentido.

Destacou o desafio pós-pandemia na questão do desemprego. Acredita que todos estão dedicando esforços continuados para promover mais oportunidades de empregos. Porém, destacou que a sociedade ficou assolada em função do desemprego, afetada não só na questão da saúde, principalmente, porque Jarinu está em uma região que tem crescido muito. “Esta é uma grande oportunidade para se pensar de forma coletiva de como ajudar os municípios. Outro ponto importante é sobre habitação. Jarinu há mais de 30 anos não entrega um conjunto habitacional e tem mais de 6 mil famílias, num município de 30 mil habitantes, um número razoável de pessoas que ganham abaixo de R\$ 300,00”, relatou.

Por isso, disse considerar necessário o Estado repensar o investimento em habitação em uma região com um milhão de habitantes. Encerrou dizendo que é um privilégio sentar-se em uma mesa e discutir todas essas questões em um momento tão importante do redesenho da região o que garante uma grande oportunidade de elevar o patamar da região.

Encerrou dizendo existir uma comunhão em muitos aspectos – como os turísticos – e é possível avançar mais para dar qualidade de vida a população. Agradeceu a todos, em especial ao presidente da Câmara de Jarinu.

O prefeito de Várzea Paulista cumprimentou a todos e o governo do Estado ressaltando que nunca existiu um governo tão municipalista, sempre aberto para a discussão. Cumprimentou, como professor, a dirigente regional de ensino e a todos os presentes.

Disse ainda que as cidades são muito próximas e têm as mesmas demandas, mas, ressalta a importância do hospital regional para o atendimento da Covid 19. Explicou que o hospital que atende a demanda de média complexidade é o São Vicente cujos profissionais da saúde vêm sendo muito afetados com a nova variante. “É importante ter um atendimento maior em um hospital regional”, analisou.

Destacou a integração da avenida Ipiranga com a avenida Fernão Dias Leme na questão de mobilidade urbana, que é importante para Várzea Paulista e Jundiá. “Uma depende da outra porque têm um trânsito muito intenso e precisa resolver essa questão. Outro problema importante enfrentado tanto por Campo Limpo Paulista, Jundiá e Várzea Paulista é o desassoreamento do Rio Jundiá”, afirmou.

Lembrou também que o período de chuvas está se aproximando e existe uma crise hídrica, principalmente nos municípios da região, em especial em Várzea Paulista. “É preciso sanar esse problema”, disse.

Agradeceu por estar participando da audiência pública e justificou a ausência do presidente da Câmara por estar com Covid. Enalteceu a postura do governo do Estado de São Paulo por honrar a vacina que salva vidas. Recomendou que a Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício levasse os agradecimentos ao governador, ao vice-governador e ao secretário de desenvolvimento regional pela garra em implantar um governo municipalista.

O vice-prefeito de Itupeva cumprimentou a todos os prefeitos e representantes do legislativo da região. Disse ser preciso reconhecer a verdade de um governo que faz, que é regionalista e como foi citado pelo prefeito de Várzea Paulista, a responsabilidade de salvar vidas, ter responsabilidade com a vacina que é isso que está sendo visto: um número menor de letalidade por causa das vacinas que são de responsabilidade desse governo. “É preciso reconhecer”, destacou.

Cumprimentou os técnicos da prefeitura responsáveis pelo PDUI dizendo que quem coloca a mão na massa são os técnicos que enfrentam os problemas no dia a dia.

Comentou que todas as questões já foram bem colocadas e lembrou que vêm sendo discutidas há muito tempo, desde o aglomerado urbano e, hoje, como região metropolitana. “Mas, hoje em chance para sair do papel porque é um governo que está investindo 50 bilhões em investimentos em 2021 e 2022 e todos os que estão nesta mesa sabem que este dinheiro está chegando e está sendo investido nos municípios”, afirmou.

Colocou ainda que não poderia deixar de citar algumas questões com relação a saúde embora o assunto tenha sido bem falado e destacou que o Hospital São Vicente, de Jundiaí, que já atende a alta complexidade da região e já houve o reconhecimento do governo do Estado da necessidade de aumento do aporte de investimentos.

“Esse olhar especial precisa ser cuidado, principalmente agora, que somos uma região metropolitana. No caso de Itupeva, estamos conversando há 3 anos sobre os hospitais essenciais. É importante esse olhar para desafogar o Hospital São Vicente”, disse.

Informou ainda que na pandemia o município teve a oportunidade de montar leitos de UTI para ajudar os municípios da região e sobre mobilidade urbana, destacou que os ônibus intermunicipais melhoraram os horários dentro da região. “Houve interligações diárias com acessos projetados prevendo o futuro crescimento da região”, afirmou.

Destacou a importância de melhorar a interligação de Itupeva com Varjão porque existe uma ponte, mas, explicou que precisa ser de concreto para superar os problemas recorrentes.

Disse que a questão da iluminação pública está relacionada com segurança e é preciso uma atenção nos locais que fazem divisas com os municípios que, geralmente, são os menos iluminados.

Destacou também a interligação das muralhas virtuais cujo sistema Itupeva já tem, mas disse ser preciso fazer a interligação de todos os municípios da RMJ. Enfatizou a importância da criação de conselhos para resíduos sólidos e da construção civil da região e criação de conselho sobre ações do novo plano de drenagem urbana do Rio Jundiaí que já foi aprovado pelo conselho do Comitê de Bacia do PCJ.

“São cuidados especiais de segurança, saúde, meio ambiente, educação. Itupeva já conseguiu uma escola, mas, tem muitas ações a serem feitas na área de educação na RMJ”, revelou.

Disse ser uma grande responsabilidade representar o prefeito na audiência pública, mas o compromisso de Itupeva é caminhar junto com o governo do Estado, com as autoridades e com a população para melhorar a qualidade de vida de todos.

O vice-prefeito de Louveira cumprimentou a todos, em especial a prefeita de Jarinu, de quem disse ter orgulho pela participação cada vez mais das mulheres na política da região, nas cidades e no país e que a fala da prefeita é muito importante para a RMJ. Cumprimentou, por meio do secretário de Desenvolvimento Econômico de Louveira, toda a equipe da prefeitura municipal.

Disse que se orgulha de ter a equipe que a prefeitura montou que não é política e que faz um trabalho maravilhoso na cidade. Ressaltou a importância de não deixar morrer a essência que sempre tiveram de melhorar a vida das pessoas e que todos são municípios privilegiados quando vê quantos municípios do Estado de São Paulo, por serem carentes, não têm condições nem de pagar a folha de pagamento. “Portanto, passamos sim dificuldades, mas somos uma região privilegiada”, destacou.

Colocou que não podem perder a oportunidade de fazer a diferença para a sociedade que está muito carente. Destacou a importância de aproveitar a oportunidade deste momento que o Estado está ajudando a região. “É preciso trabalhar junto para que esse governo continue ajudando essa região que tem um milhão de habitantes. Muita representatividade tem a RMJ e podemos fazer a diferença”, enfatizou.

Disse ser preciso agradecer todos os dias porque não dá para perder a essência da luta, da dedicação para ajudar a sociedade. “Essa é a nossa missão”, afirmou.

Finalizou dizendo da importância de pensar no coletivo e não individualmente porque se o município vizinho está bem, os outros também estarão.

O Secretário de Meio Ambiente de Campo Limpo Paulista cumprimentou a todos e justificou a ausência do prefeito. Colocou que todas as questões já haviam sido levantadas, mas quis realçar a dificuldade que tiveram recentemente, com a crise hídrica e uma demanda que é muito cara para todos, principalmente para Várzea, Itupeva, Campo Limpo e futuramente Jundiaí, que seria reforçar a capacidade hídrica do Rio Jundiaí através de uma adutora.

“É um projeto que já está em fase de liberação pela Cetesb, dos laudos de licença para trazer água da Paiva Castro, uma adutora de água bruta. É uma luta junto com a prefeitura de Várzea Paulista para resolvermos por um bom período a crise hídrica. O Rio Jundiaí tem uma capacidade hídrica muito pequena e por mais esforços que se faça de recomposição da mata ciliar, a capacidade dele é pequena para a demanda de atender as duas cidades”, explicou.

Disse existir atualmente um sistema integrado que trata a água para Várzea Paulista e Campo Limpo e se conseguir reforçar e classificar o Rio Jundiaí numa nova função, através dessa adutora, a capacidade hídrica do Rio beneficiaria Itupeva e Jundiaí no conjunto do trabalho regional que se pretende fazer.

“Essa é a demanda que é importante reforçar, pensando inclusive nos próximos anos se nada for feito para sanar os problemas causados pela crise hídrica em âmbito regional”, ressaltou.

A Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício cumprimentou os presentes e iniciou dizendo que todos estão reunidos para reescrever a história do planejamento no Estado de São Paulo. Agradeceu a presença dos representantes municipais e dos vice-prefeitos e representantes dos municípios.

Fez um breve comentário lembrando que, em 2019, quando o governador e o vice assumiram a gestão do governo do Estado deram uma missão bastante difícil porque o orçamento previsto não foi adequado e haveria um grande desfalque no investimento nos municípios paulistas e a plataforma de campanha do governador foi o municipalismo.

“Portanto, naquele momento, fomos convocados sob a tutela do secretário para pensar de forma técnica e criativa soluções para que os municípios paulistas não ficassem sem investimento”, recordou.

Disse que o vice-governador propôs que, provavelmente, a solução seria buscar investimento de forma regionalizada e o secretário reuniu a equipe para estudar uma forma de buscar investimentos, mesmo diante daquele momento de aperto orçamentário.

“Diante disso surgiu a proposta da nova regionalização do Estado. Uma nova forma fazer política e trocar a competição entre os municípios pela solidariedade porque é em conjunto que os municípios encontrarão solução para os problemas que são comuns. E é em conjunto que essas soluções serão aplicadas de uma forma mais efetiva, com menor gasto e que alcance o objetivo final que é a melhoria da qualidade de vida de toda a população do Estado de São Paulo”, disse.

Explicou que com o apoio técnico da Fipe, do corpo técnico da SDR se chegava na tarde em que acontecia a audiência a um marco histórico. Destacou a fala do secretário no vídeo de saudação e disse que os PDUIs das regiões metropolitanas e do aglomerado de Franca, em desenvolvimento simultaneamente, serão a nova forma de gerir o Estado de São Paulo, de forma econômica, eficiente e democrática porque os municípios pequenos terão o mesmo poder de barganha dos grandes dentro da composição do conselho.

“Segundo o governador não existem municípios pequenos no Estado de São Paulo. Não é um pequeno número populacional que diz sobre a importância ou não do município. O governo governa para todos. Esse é o lema do governador. Portanto, pensar soluções democráticas onde o município pequeno não tem tanto poder de barganha, ele se fortalece dentro do conjunto porque se pensarmos nas decisões que serão colegiadas, mas respeitando as peculiaridades de cada município é o que estamos fazendo hoje aqui, política pública a partir da escuta de quem é beneficiário dela”, enfatizou.

Destacou ainda a importância da participação da sociedade civil que podia apresentar suas sugestões por escrito quem estava presente e, também, on-line, pela plataforma digital.

“Fortalecendo o município, fortalecemos o Estado. Repassando recursos aos municípios, fortalecemos o Estado. Esta é a forma de fazer gestão do nosso governador e do vice-governador”, enfatizou.

Colocou ainda que todas as demandas de Jundiaí são diferentes das recebidas na região de Piracicaba e do Aglomerado Urbano de Franca e ressaltou que o governo faz política a partir de onde as coisas acontecem e lembrou que o governador Montoro dizia que as pessoas vivem no município.

“É necessária a participação dos representantes do executivo, do poder legislativo porque os ve-

readores têm um papel fundamental porque a população quando bate na porta do prefeito, antes bateu na porta do vereador. A união faz a força e estamos aqui para resolver os problemas das funções públicas de interesse comum. Educação. Saúde, mobilidade urbana, segurança pública, meio ambiente porque não dá mais para pensar isoladamente, se tínhamos alguma dúvida disso, a pandemia derrubou a dúvida. Somente a solidariedade e a parceria do Estado com os municípios permitiu passarmos por um momento muito difícil, mas que foi possível enfrentar de forma ativa, presente, atendendo a todos os municípios acometidos pela pandemia. Foi difícil, mas, poderia ser pior se não tivéssemos nos unido”, afirmou.

A secretária disse ainda que a única solução para os problemas públicos vem da união de todos os poderes e do ministério público que tem ajudado muito na construção desse Plano de Desenvolvimento Integrado com a participação da sociedade civil organizada com o apoio técnico da SDR e da Fipe. Agradeceu a todos que participaram da organização das audiências públicas.

O presidente do Parlamento Metropolitano agradeceu a presença de todos, cumprimentou os prefeitos, vice-prefeitos, secretários, pessoas presentes e remotas e fez um agradecimento especial à União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp). Destacou a importância da participação dos vereadores, lembrando o que foi citado pela Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício que as pessoas, antes de chegar no prefeito, batem na porta do vereador, e disse que quem passa pelo Legislativo sabe como é importante estar como um para-choque para a população.

Destacou a postura dos vereadores de ouvirem as reivindicações e encaminhar para o prefeito. Disse que o modelo da audiência pública com a participação dos poderes executivo e legislativo e a população indica a mudança que será realizada daqui para frente. Afirmou se sentir lisonjeado de participar desse momento de mudança para região metropolitana que é um sonho de todos devido a aproximação com o Estado, com os prefeitos, entre os municípios e as câmaras municipais.

Comentou que pela fala de todos da mesa foi possível perceber que os assuntos são os mesmos, portanto, é importante sentar na mesma mesa e discutir de cara limpa. “Esse modelo é maravilhoso porque a população tem acesso e pode falar e os gestores podem encaminhar. O Estado poderia ter feito sozinho, mas optou pelo diálogo porque é um governo municipalista e moderno”, elogiou.

Disse ainda que quando o recurso chega ele é direcionado para o que precisa e isso é extremamente importante. Solicitou à Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício que levasse a mensagem ao governo do Estado para haver cada vez mais uma aproximação entre Estado e município.

Pediu para quebrar o protocolo e chamar a presidente da Câmara de Cabreúva para falar sobre um pedido feito ao governo pelo Parlamento Regional e entregar para a Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício para protocolar e levar ao conhecimento do Estado.

A presidente da Câmara Municipal de Cabreúva cumprimentou as autoridades presentes e disse que uma demanda importante não foi abordada que é a questão do turismo que precisa entrar na pauta porque as cidades geram muita renda com esse segmento. Citou o turismo rural e esportivo e disse que Itupeva está criando um distrito turístico brasileiro envolvendo quatro municípios. “Isso trará um desenvolvimento espetacular para a região. Portanto, é preciso colocar em pauta, fazer com que as cidades se interliguem e façam um calendário, por exemplo, para a festa da uva, a festa do morango etc.”

Disse que uma integração entre as cidades pode trazer um maior número de pessoas para cada

evento turístico que for realizado, fazer divulgação pela mídia, propiciar um transporte mais fácil, talvez gratuito pode possibilitar um desenvolvimento maior da região.

Aproveitou para falar de uma questão que desde 2004 atrapalha Cabreúva que é o pagamento de pedágio. “É a única cidade da região que paga pedágio para trafegar entre as cidades da própria região. O pedágio é muito caro, não é possível tirá-lo, mas, a proposta é fazer um ponto a ponto para pagar menos”, disse. Falou ainda que existe um estudo na Artesp sobre o ponto a ponto.

Reforçou que a questão da saúde é importante, mas foi abordada. Agradeceu a todos pela oportunidade.

O presidente do Parlamento Metropolitano encerrou a sessão de abertura dizendo que farão um detalhamento de tudo o que foi debatido sobre as questões levantadas e agradecerão ao governo do Estado de São Paulo. Agradeceu aos prefeitos pelo trabalho de liderança, transparência e respeito à população. Agradeceu ainda à TV Câmara que estava acompanhando e cobrindo a audiência pública.

Em seguida, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas (Fipe). O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional, ordenamento territorial e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe.

O caderno pode ser consultado no endereço: <https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Jundiai-jan22.pdf>

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou a presidente do Parlamento que o Caderno Preliminar de Propostas foi enviado para ele e solicita que a análise seja feita até fevereiro. Lembrou que a plataforma digital ficará aberta para o recebimento de propostas durante sete dias úteis, a partir da audiência de hoje (dia 21 de janeiro). Explicou que passado esse período, a plataforma será fechada para que a equipe possa fazer a sistematização e montar o caderno de propostas final. “Portanto, quanto antes os vereadores receberem e apresentarem sugestões é melhor”, enfatizou.

Informou ainda que a Secretária de Desenvolvimento Regional em exercício ficaria à disposição dos prefeitos para protocolar os ofícios entregues. Informou também, que no final da audiência, a equipe receberá as propostas elaboradas presencialmente e solicita que as pessoas que estão no ambiente virtual preencham o formulário com suas propostas. Na sequência, a mesa diretora foi desfeita para dar início às apresentações técnicas.

A seguir, tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana no endereço eletrônico <https://rmj.pdui.sp.gov.br>

- **Apresentação Geral do PDUI – MC-Fipe** https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-RMJ_AP-PDUI-Marcos-Campagnone-Jundiai.pdf
- **Contexto Regional da Unidade Regional – MH-Fipe** https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-RMJ_Contextualizacao_MH.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial – MY-Fipe**
- **Proposta de Macrozoneamento – MY-Fipe**

- **Proposta das FPICs – Y-Fipe** https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-RMJ_AP_OrdenamentoTerritorial_Sarah-e-Mariana_14012022.pdf

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, no Youtube (<https://www.Youtube.com/watch?v=uzjpoCo3li4>) e na plataforma digital do PDUI da RMJ (<https://rmj.pdui.sp.gov.br/>) que receberá propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou ainda que a participação de todos é fundamental. Informou que já foram recebidas propostas pela plataforma, pelo Youtube e, também, dos que estão presencialmente e abriu o debate para dúvidas e observações.

A arquiteta da prefeitura de Jundiaí/Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente fez duas questões para o técnico da Fipe a respeito dos estudos migratórios entre as cidades. Perguntou se haveria possibilidade de realizar esses estudos para que fosse entendido, do ponto de vista habitacional e o trânsito de serviços, se é possível saber melhor como acontecem esses movimentos entre as cidades da região e a capital e uma questão muito recebida com relação ao crescimento do mercado imobiliário, se a produção de habitação também incentiva o crescimento habitacional. “Sempre que um grande empreendimento é aprovado, os técnicos são questionados por estarem incentivando o crescimento habitacional. Até onde a cidade pode crescer de forma sustentável?”, questionou.

Ainda destacou que sentiu falta de dados para dar essa resposta adequada porque de fato, tem uma relação possível entre o crescimento do mercado imobiliário, a produção de habitação e o crescimento habitacional? Ou não, isso depende de um arranjo entre as pessoas? “Existem estudos sobre isso? Será essa uma oportunidade para realizarmos esses estudos?”, questionou.

MH-consultor da Fipe disse que a pergunta era ótima, mas, muito complexa. “Na questão habitacional existe a criação de núcleos habitacionais que são indutores para a ocupação de espaços, até para o planejamento do território”, disse.

Explicou ainda que os núcleos habitacionais são criados e, a partir daí, a infraestrutura vem. “Outros já vêm para organização do território, tendo em vista, o volume de pessoas em áreas de risco e que estão colocadas em situações mais difíceis, principalmente com habitação de baixa renda”, detalhou.

Destacou ainda que no âmbito de governo do Estado, a situação é complexa porque a criação de unidades habitacionais precisa de uma parceria que, por parte dos municípios, seria a indicação do terreno para instalação e, depois, a possibilidade de que seja viabilizada toda a infraestrutura para a implantação desse núcleo.

“Muitas vezes, onde tem o terreno é fundo de vale ou várzea. Os terrenos de melhor condição, o próprio município não dispõe para que seja possível habitar. Isso é difícil equacionar só pela lógica do planejamento e, sim, pela lógica da oportunidade e possibilidades econômicas que existem”, enfatizou.

Detalhou ainda que a questão dos fluxos, é verdade, e será levantado e depois pegaria os dados da arquiteta da prefeitura de Jundiaí/Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente para ver as informações disponíveis.

“Mas, pela própria posição de Jundiaí, existem muitos fluxos pendulares o que é uma tendência porque vamos ter a dupla moradia. Aquela do trabalho e a moradia do lazer que hoje passou a ser a moradia principal porque as condições são melhores. Essa organização do território é uma das

nossas medições que estamos fazendo no PDUI. Vou ver o que temos de oferta para te passar. A sua preocupação é verdadeira. Às vezes, temos áreas onde poderia ser instalada uma atividade mais forte sobre o ponto de vista habitacional, mas faltam espaços para o Estado fazer essa parceria”, disse.

Destacou também que, às vezes, existem áreas que não são tão adequadas, que existe a possibilidade da oferta dos terrenos, mas o valor da infraestrutura a ser levada é muito alto o que inviabiliza o empreendimento.

Disse ainda existir outra série de problemas e exemplificou com a Baixada Santista que tem a cidade de Santos como prestadora de serviços, Cubatão como área industrial e Praia Grande dormitório.

“Essa complementariedade de centros urbanos que vai dar o mosaico de desenvolvimento metropolitano. Dessa maneira, esses aspectos precisam ser bem estudados e, conseqüentemente, tem fluxo pendular. Eles têm até VLT pelo volume de transporte necessário para suprir a região”, detalhou.

Afirmou que Jundiaí tem algo parecido e que com a melhoria do transporte ferroviário será possível ver um novo cenário desse processo. “Vale a pena aprofundar essa temática com novos estudos que temos que desenvolver com muita propriedade”, disse.

A arquiteta da Prefeitura de Jundiaí/ Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente agradeceu e fez a segunda questão. Quis saber se além das diretrizes de ação de zoneamento e uso do solo, é possível ter uma solução dos conflitos dos limites entre os municípios, quando os zoneamentos são conflitantes. Citou como exemplo, uma zona industrial de um município que esteja ao lado da zona de preservação do outro município.

“O plano pode ser uma oportunidade para rever o próprio limite entre os municípios, considerando que hoje é possível ver vários pontos do perímetro que corta um loteamento ficando uma parte em um município e outra em outro. Seria uma importunidade de se rever essa lei de perímetros dos municípios?”, questionou.

MY-Fipe respondeu que os dois pontos são muito importantes e podem ser colocados no PDUI, mas não nesse momento. “Estamos prevendo que o plano terá uma continuidade, as câmaras temáticas metropolitanas vão dar continuidade para o plano em prática. Essa instância pode receber os dois apontamentos colocados por você, principalmente com relação a esse conflito de zoneamento, um industrial e outro ambiental ao lado. E, também, a questão de limite territorial pode ser colocada tecnicamente”, explicou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou que a Região Metropolitana de Jundiaí está em formação. “A lei que criou a região metropolitana é de dezembro e já estamos conversando com o prefeito LFM e os demais prefeitos para a formação das câmaras temáticas e aprofundamento das questões levantadas pela M. Todas as FPICs terão câmaras temáticas para o aprofundamento das discussões de temas como os levantados pela S”, disse.

O conselheiro do órgão gestor do conselho da APA CCPJ começou sua fala dizendo ser representante do Sindicato Patronal da Sociedade Civil. Fez a primeira questão sobre o prazo, se é só uma semana para apresentação de propostas porque muitas pessoas talvez não saibam, pelo menos na sociedade civil e disse achar que uma semana é pouco. “Com certeza outras pessoas poderiam contribuir”, disse.

Sobre as Zonas de Interesse Social (ZEIS) para a implantação de loteamentos populares, principalmente, na região J revelou haver muita ressetorização do setor rural e urbano para colocar as pessoas nos empreendimentos imobiliários.

“O Ministério Público concorda porque tem infraestrutura, água, energia, esgoto, tem tudo, mas a implementação está sendo colocada em áreas de risco, exemplo várzeas dos rios, córregos ou áreas de talude. Essa é nossa preocupação porque, futuramente, essa população terá problemas de estar morando numa área de risco. Aqui em Jundiáí existem processos judiciais do povo contra a prefeitura por colocar loteamento legalizado em áreas de risco. Isso já um acordo e existem processos hoje na região para colocar mais loteamentos de interesse social nessa região”, disse.

Afirmou ser uma questão histórica. “Sabemos a dificuldade do povo para conquistar uma residência, mas precisamos pensar na questão futura do prejuízo não só ambiental”, alertou.

Questionou também a mineração na região. Disse que essas áreas intervêm diretamente nas várzeas do rio. “Já participamos de vários projetos e planos diretores, mas, hoje o sindicato está vendo que a nossa opinião não está sendo levada em conta, então estamos levando tudo para o judicial. Isso vai ser um conflito sério para a cidade. No momento essas são as minhas preocupações”, afirmou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos reforçou a importância de que a comunicação seja feita sempre por meio da plataforma digital que é um espaço aberto. Disse que a Fipe está à disposição para o recebimento de propostas, mas é preciso respeitar o prazo porque a ideia é que o PDUI da RMJ esteja pronto antes do período eleitoral para que seja apresentado para a sociedade e encaminhado para o conselho para aprovação da minuta do projeto de lei e encaminhado para a Assembleia Legislativa, antes do período eleitoral.

“Pode, inclusive, colocar que terá dificuldade em recolher as propostas da associação e do sindicato no prazo de uma semana, mas é fundamental receber as propostas o mais rápido possível. Para serem avaliadas pelos consultores sobre a viabilidade ou não de cada questão, mas, nenhuma ficará sem resposta. O importante todos se comunicarem com a Fipe”, enfatizou.

Uma pergunta de uma pessoa que acompanhava a audiência e disse ter sido presidente da Empresa de Água e Esgoto de Jundiáí por duas vezes e hoje é conselheiro da empresa fez uma pergunta.

“Em 2020 foi concluído o Plano de Gestão Mananciais e Bacias Hidrográficas. Nos surpreendemos porque temos uma outorga que foi assinada em 2017, Complexo Cantareira que vai até 2027 que é o que nos abastece nos meses mais difíceis, de entressafra. Temos a Bacia do Rio Jundiáí Mirim que nos dá aproximadamente, 1.200 litros por segundo, na época da chuva e quando chega o período mais difícil nos dá cerca de 300 litros por segundo. Temos reservação num total de 12 milhões de litros que conseguimos reserva, mais essa outorga que nos permite tirar 1.200 litros por segundo do Complexo Cantareira, quando necessário. Estou dizendo isso porque temos sete bacias e fomos buscar a razão dessas sete bacias. Por exemplo, a Bacia do Rio Guapeva que tem 160 litros por segundo. Essa vem pelo Rio Guapeva, cai no Rio Jundiáí e vai embora. É da Região Sul da cidade e se ela pudesse ser armazenada ali e depois distribuída proximamente evitando gastos com energia elétrica e setorizando a distribuição de água, ganharíamos com tudo isso. Em função de tudo que ouvi nesta audiência, é importante que todas as cidades saibam o que se tem de água e se está sendo desperdiçada. Independente do Rio Jundiáí que agora foi reclassificado, é classe 3 e poderá ter um uso maior pelas cidades, inclusive já é utilizado por Indaiatuba, entendo que as nascentes dos

outros seis municípios, aqui catalogamos todas as nascentes. Às vezes, somos atropelados pelos empreendimentos, mas, nem tudo se consegue segurar, mas o que dependeu da empresa até hoje, ela conseguiu fazer. Pergunto se esse caminho que foi registrado por nós, foi o melhor caminho? Isto é, sabemos e podemos ter nestas sete bacias a solução dentro de casa, sem precisar de uma outorga. Isso vamos tentar saber e ver se conseguimos mesmo. Quero saber se esse é o caminho e se já tem alguma coisa vista com esse fato, dentro do trabalho realizado”, questionou.

MY-Fipe respondeu que, no panorama regional e no diagnóstico, existem alguns dados de disponibilidade hídrica e criticidade por cada município e recomendou que pesquisasse esses documentos. Disse entender que essa colocação remete a uma outra proposta que a equipe está analisando que dentro das câmaras temáticas e das estratégias de ação metropolitanas apresentadas nesta audiência, disse ainda que a equipe pensou que é preciso haver uma estratégia de ação metropolitana encaminhando para uma câmara temática que integraria todos os municípios e discutisse esses temas integralmente.

O representante do Grupo Brasil Livre de Jundiaí disse ter percebido um ponto que não foi colocado no plano sobre o crescimento da pirâmide etária que está sendo enxuta porque tem menos jovens no Estado de São Paulo. “Por que será?”, perguntou e seguiu questionando: “Por que nos desenvolvemos e ligamos pouco para a juventude? A Juventude política hoje busca espaço e queremos levantar um ponto que é: temos os Conselhos da Juventude em todas as cidades no Estado e porque esses conselhos não se interligam para formar um Conselho da Juventude da região para que os jovens possam expressar as suas ideias?”, quis saber.

MH-Fipe classificou a colocação de B como interessante e disse que envolve outras questões sociais. “Realmente, a base da pirâmide está diminuindo. Em 1960, o nosso crescimento vegetativo era por base de 3% ano e, hoje, a média é por volta de 0,7%. Há uma emancipação das pessoas, os casais querem menos filhos, as mulheres já se emanciparam e estão mais voltadas para sua migração no trabalho, ou seja, muitos fenômenos estão acontecendo. É uma tendência de diminuição da população”, explicou.

Lembrou que, na Europa, que é o berço da cultura, o crescimento nos últimos 100 anos foi de 0% e que o Estado de São Paulo teve um crescimento brutal nesse processo. “Sob o ponto de vista da economia vemos isso com preocupação por causa da força de trabalho que está exigindo de nós muita produtividade. É um fenômeno mundial o envelhecimento da população. Alguns países grandes que até então, tinham algum cuidado com o crescimento vegetativo, hoje estão incentivando os casais a terem mais filhos”, revelou.

Contou ainda que na França, o salário família começa com um x e depois é $x+3$ no segundo filho e assim por diante. “Essas coisas estão vinculadas a um fenômeno do mundo moderno e Jundiaí está inserido nesse mundo moderno, apesar da nossa base de pirâmide não ter um estreitamento significativo”, disse.

Destacou ainda que a tendência é que a população economicamente ativa venha a se deslocar para as classes mais velhas da população e é uma preocupação brasileira e paulista, em especial, que vai ter um envelhecimento médio da população. “Estamos saindo dessa classe de população economicamente ativa num espaço voltado a força de trabalho. Não é uma situação exclusiva nossa, mas temos que dar uma atenção sobre esses fenômenos que acontecem na economia e muito mais na sociedade moderna”, ponderou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que o Conselho de Desenvolvimento está aberto para receber proposições de câmaras temáticas. “Encaminhem do Movimento ao Presidente do Conselho a proposição de uma Câmara Temática da Juventude para discutir políticas públicas sobre o movimento da juventude. Isso vai fazer toda a diferença na proposição dessas políticas públicas na Região Metropolitana de Jundiaí”, disse.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

Balanco de Presenças da AP Jundiaí - 21/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
50	5	56	9	106	14	120

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jundiaí	Conselho DAE	Membro	EP	Presencial
Cabreúva	Prefeitura	Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social	MHRS	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Gestor	SSF	Presencial
Jundiaí	Unidade de Gestão de Educação de Jundiaí		ADP	Formulário YouTube
Jundiaí	Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos		ARR	Formulário YouTube
não menciona	Move Institute		AP	Formulário YouTube
Jundiaí	UGE - Prefeitura de Jundiaí		AU	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		AWJ	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico		AM	Formulário YouTube
Jundiaí	Conselho de Proteção Animal de Jundiaí		AEP	Formulário YouTube
Campinas	Regional- Campinas SDR	Diretor Interno	AD	Presencial
Itupeva	Prefeitura	Vice-Prefeito e Secretário de Governo	AM	Presencial/Mesa
não menciona	não menciona		AP	Chat
Jundiaí	Prefeitura - UGPUMA		ATA	Formulário YouTube
Jundiaí	Unidade de Gestão de Educação de Jundiaí		AOT	Formulário YouTube
Louveira	Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário, representando o prefeito Estanislau Steck	AW	Presencial/Mesa
Jundiaí	Prefeitura - Mobilidade e Transporte	Gestor	AAQJ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube/Chat

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Itupeva	Prefeitura	Engenheira Ambiental	AJB	Presencial
Sorocaba	AGEM Sorocaba	Diretor executivo	ARN	Presencial
Cabreúva	Prefeitura	Prefeito	ACM	Formulário YouTube/ Mesa
Jundiaí	UGPUMA		AB	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	não menciona		BMS	Presencial
Jundiaí	Câmara Municipal	Assessor	CF	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Gestora de Segurança Municipal	CB	Formulário YouTube
Jarinu	Prefeitura	Secretario	CEM	Presencial
não menciona	ACEAATT		CMK	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil	Médica Veterinária	CSP	Formulário YouTube
Jundiaí	DAE Jundiaí		COF	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		CSTC	Formulário YouTube
Jundiaí	Câmara Municipal	Vereador	DL	Presencial
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Promoção da Saúde		DAPM	Formulário YouTube
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão da Educação		DJC	Formulário YouTube
Jarinu	Prefeitura	Prefeita	DP	Presencial/Mesa/ Formulário YouTube
Campo Limpo Paulista	Prefeitura - Secretaria de Serviços Urbanos		DRB	Presencial/Formulário YouTube/Chat
não menciona	não menciona		UG	Chat
Jundiaí	Câmara Municipal	Vereador	EV	Presencial
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Agronegócio Abastecimento e Turismo		EA	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Formulário YouTube
Jundiaí	Câmara Municipal	Assessor	EL	Presencial
Jundiaí	DAE Jundiaí		EB	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Câmara Municipal	Presidente	FT	Presencial/Mesa
Várzea Paulista	Prefeitura	Assessor	FC	Presencial
Itupeva	Secretaria da Saúde		FAG	Formulário YouTube
Cabreúva	Câmara Municipal	Vereadora e Presidente	FB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Formulário YouTube
Jundiaí	Câmara Municipal	Gabinete do vereador Rogério Jundiaí	FLA	Formulário YouTube
Várzea Paulista	Prefeitura - Obras e Urbanismo		FM	Formulário YouTube
Campo Limpo Paulista	Prefeitura	Gabinete - Prefeito Campo Limpo Paulista	Prefeitura Campo Limpo Paulista	Formulário YouTube
Cabreúva	Câmara Municipal		GMG	Formulário YouTube
Cabreúva	Prefeitura	Secretário Adjunto - Assistente Social	GGT	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Diretor/UGPuma	GTNL	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		IM	Formulário YouTube/Chat
Campo Limpo Paulista	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social		JFR	Formulário YouTube/Chat
Campinas	Drads Campinas	Diretora Regional	JSL	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Câmara Municipal	Assessora	JSL	Presencial
Louveira	Sede	Chefe divisão	JR	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Jundiaí	IRREJIN	Presidente	JCF	Presencial
Jarinu	Prefeitura	Vice-Prefeito	JCLC	Presencial
Jarinu	Câmara Municipal		JL	Presencial
Itupeva	Defesa civil		JJF	Formulário YouTube
Jundiaí	Movimento Brasil Livre	Liderança	JBB	Presencial/Formulário YouTube/ Chat
Jundiaí	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)	Diretor	JEDR	Presencial
não menciona	Conselho da APA CCPJ	Conselheiro	J	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JMAN	Formulário YouTube/Chat
Itatiba	Câmara Municipal	Vereador	JUGJ	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Chefe de Gabinete	JO	Presencial/Mesa
Jundiaí	Instituto Federal de São Paulo - Campus Jundiaí		KMS	Formulário YouTube
Itupeva	Prefeitura - Secretaria de Obras		KRS	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Prefeitura de Jundiaí / Assessora de Políticas para a Juventude		LAB	Formulário YouTube
Louveira	Sede	Pesquisadora	LD	Presencial
Jundiaí	Secretaria De Educação de Jundiaí- Departamento Educação Infantil		LRAS	Formulário YouTube
São Paulo	IMCI	Presidente	LL	Presencial
Jundiaí	Secretaria de Segurança Pública	Delegado	LCBJ	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Prefeito	LFM	Formulário YouTube/ Mesa
São Paulo	SABESP		MMO	Formulário YouTube
Jundiaí	UGEL	Gestor Adjunto	MN	Presencial
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)		MRS	Formulário YouTube/Chat
Campo Limpo Paulista	Prefeitura	Assessora	MS	Presencial
Jundiaí	Câmara Municipal	Vereador	MPS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
Jundiaí	não menciona		MAR	Formulário YouTube
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube/ Chat
São Paulo	Equipe Fipe	Técnica	MYM	Presencial
não menciona	SMC Sociedade pela Mata Ciliar		MPV	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Educação		MESO	Formulário YouTube/Chat
São Paulo	Equipe Fipe	Consultor	MH	Presencial
não menciona	Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário	Supervisora Administrativa	M	PresencialFormulário YouTube
Campo Limpo Paulista	Prefeitura / Secretaria de Meio Ambiente	Secretário	NLRN	Presencial/Mesa
Jundiaí	Câmara Municipal	Comunicação	PML	Presencial
Jundiaí	Prefeitura	Diretora	PCS	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		PCVLS	Formulário YouTube
Jundiaí	Polícia Militar de São Paulo	Major	PGS	Presencial
Jundiaí	Polícia Militar de São Paulo	[?]	PHR	Presencial
Itupeva	Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico		PGCN	Formulário YouTube/Chat
Campo Limpo Paulista	Prefeitura/Secretaria de Planejamento, representando o Prefeito Luiz		RM	Presencial/Formulário YouTube/Chat/Mesa
Louveira	Prefeitura	Vice- Prefeito	RG	Presencial
Itupeva	Sociedade Civil	Munícipe	RER	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Formulário YouTube/Chat
Várzea Paulista	Prefeitura	Prefeito	RWRB	Presencial/Mesa
Louveira	Secretaria de Gestão Ambiental		RMGSC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Formulário YouTube/ Chat
não menciona	Proteção Animal		SVS	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Prefeitura - Unidade de Gestão de Mobilidade e Transporte		SFD	Formulário YouTube
Jundiaí	Secretaria de Obras e Planejamento		AS	Formulário YouTube
Sorocaba	AGZMS	Assessora tsécnica	SL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SMMS	Presencial/Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	Prefeitura	Arquiteta, Diretora de Urbanismo	AS	Presencial
não menciona	não menciona		TGB	Formulário YouTube
Jundiaí	não menciona	Gerente	TVA	Presencial
Jarinu	Secretaria Turismo, Esporte, Cultura e Lazer		TBBS	Formulário YouTube/Chat
Jundiaí	não menciona		V	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens		VFG	Formulário YouTube/Chat
Várzea Paulista	não menciona		Várzea Paulista	Formulário YouTube
não menciona	Sociedade Civil	Engenheira Civil	WMV	Formulário YouTube
não menciona	não menciona		WHSC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Formulário YouTube

V. REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO

V.1. Sub-região Batatais

Data: 24/1/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Câmara Municipal de Batatais. Praça Dr. Washington Luís, 01 – Plenário – Centro, Batatais/SP

Municípios convidados: Altinópolis, Batatais, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional abriu a audiência dando boas-vindas a todos. Explicou que a audiência pública tem como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, apresentar e debater o conteúdo do caderno preliminar de propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que o Caderno de Insumos detalha de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional e as funções públicas de interesse comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Ressalta que ocorrerão outras duas audiências públicas com este mesmo intuito, para detalhar os trabalhos realizados nas sub-regiões de Jaboticabal e Ribeirão Preto, que acontecerão respectivamente nos dias 26 e 28/01. Agradeceu as presenças de todos que acompanham presencialmente na Câmara Municipal de Batatais e na transmissão ao vivo pela internet no canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

Agradeceu à Câmara Municipal de Batatais pela cessão de uso do plenário e de toda a infraestrutura necessária para a realização da audiência, principalmente, a geração das imagens para o ambiente virtual. Agradeceu também ao prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMRP e informou que o local segue todas as regras de distanciamento social e teve sua capacidade reduzida e, por isso, estava limitado o acesso dos convidados.

Conforme já orientado no convite, a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana e pode ser acessada pelo endereço eletrônico <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Na sequência, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto
- Presidente da Câmara Municipal de Batatais
- Coordenador institucional do projeto Fipe
- Prefeito de Cajuru
- Prefeito de Cassia dos Coqueiros
- Prefeito de Mococa
- Prefeito de Morro Agudo
- Prefeito de Nuporanga
- Prefeito de Orlandia
- Prefeito de Sales Oliveira
- Prefeito de Santa Cruz da Esperança
- Prefeito de Santa Rosa de Viterbo
- Prefeito de Tambaú
- Vice-prefeito de Santo Antônio da Alegria
- Vice-prefeito de Altinópolis

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional anunciou a participação virtual do vereador de Ribeirão Preto, presidente do Parlamento Regional. Ressaltou que o Parlamento possibilitará a participação efetiva dos vereadores no plano regional e terá uma atuação decisiva nas resoluções que forem tomadas.

Informou ainda que dois vice-prefeitos – Altinópolis e Santo Antônio da Alegria – substituíam os prefeitos que estavam com covid. Explicou o objetivo da audiência para a elaboração do Plano de desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

A abertura das manifestações das autoridades que compunham a mesa diretora foi feita pelo presidente da Câmara Municipal de Batatais, que agradeceu a presença dos vereadores, dos prefeitos, e vice-prefeitos, secretários municipais, técnicos, pessoas que estão no ambiente virtual e demais pessoas. Desejou aos participantes uma tarde de muito trabalho que resulte em melhorias para a população.

O prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto falou em seguida e deu boas-vindas a todos que acompanhavam a audiência pública. Manifestou gratidão a todos os prefeitos e vereadores, agradeceu ao presidente da Câmara pela recepção da reunião que é tão importante para a região.

Destacou que o Plano de Desenvolvimento Urbano Regional de Ribeirão Preto é de extrema importância porque primeiro cada município tem suas dificuldades, seus problemas individuais e no conjunto existe a região metropolitana com problemas diversos.

Disse que ano passado houve repasse de cerca de R\$ 1.600,00 para leito de UTI devido a covid e este ano os municípios que mantiveram as UTIs que atendem a regional, estão recebendo um repasse de cerca de R\$ 600,00 ressaltando que os municípios menores têm uma inviabilidade muito grande de poder manter os seus leitos.

Afirmou, ainda, a importância do transporte público intermunicipal, segurança pública, disposição final de resíduos sólidos que são vários temas de muita importância para toda a região.

Agradeceu a oportunidade de debater sobre esses temas. Sobre a região metropolitana coloca que estão para agendar uma reunião de trabalho com os prefeitos que ainda não aconteceu a pedido do secretário de Desenvolvimento Regional e do vice-governador que pediram para que esperassem a realização desta reunião e o retorno do Parlamento Regional porque haverá algumas modificações nas regiões metropolitanas e novidades na criação do Fundo Metropolitano e das agências metropolitanas, quando haverá maior liberdade e mais condições de fazer um trabalho regionalizado. Disse que aguardava o mês de fevereiro para agendar essa reunião.

O coordenador institucional do projeto pela Fipe seguiu o protocolo e cumprimentou todas as autoridades presentes, agradeceu a recepção e afirmou que estava com uma dupla representação: como pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e como coordenador institucional do projeto.

Disse ter trabalhado por mais de 40 anos no governo do Estado tendo sido, inclusive, presidente da Empresa Paulista de Planejamento (Emplasa) e atuado como representante dos conselhos de administração da Emplasa e da Secretaria de Desenvolvimento Regional e mais recentemente, assumiu a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, ocasião em que participou de todas as reuniões do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto no ano de 2019.

Lembrou que o governador, logo no seu primeiro dia de mandato, criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional para concretizar uma promessa de campanha de fazer uma gestão municipalista. Segundo o governador, lembrando um ex-governador, disse que as pessoas moram no município, mas, convivem na região, seja para ir a um hospital, ou para ir em um evento cultural, ou em um evento turístico, ou para fazer uma compra, ou seja, cada vez mais as pessoas têm uma interação, cada vez mais, forte e agora, mais ainda pela tecnologia, via rede.

Disse que, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, a regionalização passou a ser um importante referencial para a definição das políticas públicas porque há possibilidade de racionalizar o uso do território, com relação aos seus recursos e para viabilizar projetos que requerem maior escala e complexidade porque muitos projetos só se viabilizam na escala regional, como por exemplo um projeto de resíduo sólido ou um projeto de desenvolvimento turístico regional, ou que envolva recursos hídricos.

“Enfim, tudo o que significa fluxos e que ultrapassa as fronteiras dos municípios. São essas políticas públicas que a Constituição Federal chamou em 1988 de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), são aquelas que o município precisa, mas, tem dificuldade de implementar, a não ser que se faça um aporte significativo de recursos”, explicou.

Seguiu explicando que ao se promover a integração regional está se otimizando os recursos e viabilizando a implantação de políticas públicas de natureza regional.

“O grande desafio desse século para os gestores públicos, para os empresários, lideranças e comunidade em geral, é o desenvolvimento sustentável e para colocar o nosso estado no rumo do desenvolvimento sustentável é necessário promover o desenvolvimento regional, construir a coesão regional que se constrói atuando na redução das desigualdades regionais e intrarregional, construindo a intersectorialidade das políticas interfederativas com a participação da sociedade, ou seja, ter uma visão da região como um todo. É isso que o estado busca com o PDUI que é um plano territorial que se insere no contexto de desenvolvimento regional, desenhado pela SDR que é o projeto da nova regionalização, definida pelo governador como uma política pública de estado para perenizar ao longo dos anos”, explicou.

Destacou ainda que existem dois eixos de atuação, a construção da governança interfederativa e o planejamento territorial, ou seja, plano e gestão de forma integrada que como já foi mencionado pelo coordenador-geral da Fipe, planejamento e gestão são imanentes, são inseparáveis. “Da governança nasce o plano que vai dar as diretrizes para ação do Conselho de Desenvolvimento”, enfatizou.

Acrescentou ainda que, no ano de 2021, foram feitas 26 audiências públicas em todo o território porque o objetivo do governador que vem sendo implementado pelo secretário de desenvolvimento regional é regionalizar todo o território paulista.

Destacou que nas audiências públicas da Nova Regionalização foi apresentado uma proposta de regionalização pela Fundação Seade com base em estudos de dispersão urbana da Regic, com o objetivo de criar uma rede de cidades integradas em cada região.

“É preciso entender que estamos criando uma nova conceituação da questão regional metropolitana que não se baseia mais somente na conurbação que é um fator superado pela realidade dos municípios que cada vez mais, devem implantar políticas públicas que adensam mais a área urbana porque o espraiamento encarece a infraestrutura, então, cada vez mais, vai ser difícil essa conurbação e o que mais importa é a intensidade dos fluxos, ou seja, cada vez mais as pessoas, as empresas e os governos estão agindo num território regional”, explicou.

Afirmou que nas 26 audiências públicas regionais foi apresentado o estudo desenhado da Fundação Seade e, em cada uma, esse desenho foi sendo aperfeiçoado.

“A versão final é bem diferente da inicial porque esse é um processo técnico é político, ou seja, apresentamos um estudo técnico, mas os prefeitos, os parlamentares e a sociedade deram a sua visão em função da realidade local da região. Hoje, o governo tem um projeto que está tramitando na Procuradoria Geral do Estado para ser enviado para a Assembleia Legislativa propondo a nova regionalização do Estado de São Paulo que passará a contar com 32 unidades regionais, sendo 9 regiões metropolitanas, 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de estado, cada uma com um arranjo institucional de governança e um plano territorial que será feito em todas as 32 unidades regionais. É importante frisar que o vice-governador participou de todas as audiências públicas e o governador, de acordo com sua agenda. Isso resultará numa nova organicidade, se pensarmos, de que serve uma região administrativa se nem os órgãos setoriais do estado seguem o desenho das regiões administrativas”, destacou.

Disse ainda que vice-governador apontou é que uma vez aprovada a regionalização na Assembleia Legislativa, ele vai providenciar a adequação dos órgãos setoriais a essa nova regionalização.

“Isso é muito importante e vai propiciar uma gestão mais efetiva do nosso território. O nosso arranjo de governança interfederativa vai ser modificado com essa nova lei e o Conselho que hoje se compõe de representantes do Estado, contará com a participação da sociedade civil. O governo está defendendo um projeto de lei que seja representante das Funções Públicas de Interesse Comum, ou seja, entidades que atuem no saneamento, no desenvolvimento econômico, no meio ambiente, na moradia, na mobilidade etc. Será um Conselho tripartite organizado dessa forma. Também foi encontrada uma saída para trazermos para dentro dessa governança interfederativas, o legislativo que atuará num arranjo institucional de um Conselho Consultivo como o Parlamento Regional, que terá três funções fundamentais: uma é trazer as demandas das regiões para dentro do Conselho”, afirmou.

Explicou ainda que em colegiado do executivo não é possível trazer o voto do legislativo e já tem jurisprudência, porém, a força de um Parlamento Regional, uma mera regulamentação ou uma indicação, já tem o poder de muitos votos, porque é um conjunto de vereadores que farão uma recomendação e é importante que cada Conselho de Desenvolvimento organize as câmaras temáticas porque elas é que darão organicidade a esse modelo.

“Serão uma para cada Função Pública de Interesse Metropolitano, e terá a participação de secretários, empresários, técnicos para contribuir com cada uma das câmaras temáticas. Do lado do Estado teremos uma Agência Estadual de Desenvolvimento. Tivemos dificuldade em 2019 e a discussão para criação da agência foi interrompida porque não conseguimos superar as exigências do Ministério Público e da Secretaria da Fazenda. A proposição agora é de uma Agência Estadual com escritórios regionais, com representações das agências em cada unidade regional com um quadro mais enxuto, voltado para a atividade finalíssima e a área meio que é a área contábil e administrativa”, esclareceu.

Além disso, destacou que essa agência estadual dará suporte para os Conselhos de Desenvolvimento de cada unidade regional e o Fundo de Desenvolvimento Regional terá aportes do Estado e dos municípios com o objetivo de bancar projetos. “Não é para bancar obras. Hoje os organismos multilaterais de financiamento, priorizam projetos na escala regional”, disse.

Deu como exemplo o que aconteceu em Campinas onde foi feito um projeto de saúde na região metropolitana e naquele contexto, uns dez anos atrás, o BID fez uma oferta de 240 milhões para aplicação em planos regionais de saúde.

A fala foi interrompida porque o secretário de Desenvolvimento Regional entrou on-line para saudar os participantes.

O secretário de Desenvolvimento Regional cumprimentou todos os presentes e disse ter acompanhado desde o início a formação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e a concepção das novas regiões metropolitanas. “Entendo que o passo que estamos dando agora é essencial para o futuro da região. O bom vento ajuda aquele que sabe aonde quer chegar por isso que o governador e o vice avançaram com o Planejamento Urbano Integrado, nossos PDUIs. É uma expectativa de longos anos, preconizado pelo Estatuto da Metrópole, mas, que até então não tinha tido esforços como estamos fazendo agora”, disse.

Disse ainda que o modelo de audiência pública não era um prato pronto que chegava para a comunidade, mas é construído a múltiplas mãos para que possa se tornar um plano que vai estabelecer possibilidades de financiamento, até mesmo internacional no médio prazo financiamento de

recursos do estado e do governo federal em projetos estratégicos da região de questões comuns que vão avançar ao longo desse processo.

“Já estamos avançando com essa audiência pública nesse modelo em um estado que se moderniza e que, através da nova regionalização, estabelece novos conceitos”, disse, antes da transmissão cair.

A palavra voltou para o coordenador institucional do projeto que falou que o objetivo principal é colocar o estado no rumo do desenvolvimento sustentável e que a estratégia é a governança inter-federativa e o plano territorial em novas unidades regionais.

Avaliou que o Estado de São Paulo considerado isoladamente está à frente de 170 países com uma infraestrutura instalada de primeiro mundo, parques tecnológicos, uma ampla conectividade. “As melhores rodovias do país estão aqui, a modernização dos aeroportos, uma capacitação intelectual de alto nível. Portanto, temos capacidade e não dá para conviver mais com desigualdade territorial no nosso Estado e regiões muito mais ou muito menos desenvolvidas, o objetivo é homogeneizar o território”, ressaltou.

O prefeito de Cajuru cumprimentou a todos e disse que esse momento é ímpar para a região quando serão discutidos os principais pontos para o desenvolvimento da região. Comentou que assim como dito prefeito de Batatais, na semana passada houve um momento muito difícil com o repasse do governo federal para leitões.

“Se não estou enganado foi prorrogado por mais 30 dias o aporte de R\$ 1.600,00. Ganhamos um prazo nesse momento difícil onde o índice de Covid-19 vem aumentando, mas, Graças a Deus não estamos tendo a mesma incidência de internações em UTIs, mas, não se sabe o que vem pela frente. É importante ter uma discussão regional sobre isso”, disse.

Destacou ainda que para Cajuru, Santa Rosa do Viterbo, Cassia dos Coqueiros, Santa Cruz um ponto importante é a recarga do Aquífero Guarani. Disse ser preciso evitar a poluição do Aquífero e o próprio Ribeirão Preto porque várias cidades utilizam o aquífero para o abastecimento de água. “É importantíssimo discutir qual é o caminho que vamos seguir daqui para frente”, afirmou.

Disse que Cajuru está à disposição para pensar de forma coletiva na região e que esse passo que está se iniciando. Ressaltou que o planejamento vai ser importante porque existem pessoas que necessitam demais do poder público, por exemplo, para o transporte intermunicipal, não só visando trabalhadores, mas estudantes e todos os que necessitam de transporte.

“É preciso rever porque tem um custo alto, portanto temos que pegar todos os temas colocados aqui e pensar com muita responsabilidade”, disse.

O prefeito de Cássia dos Coqueiros cumprimentou a todos e disse que para o bom andamento dos trabalhos os municípios precisam trabalhar juntos, principalmente na área da saúde. Disse que em Cássia dos Coqueiros que fica a 70 km de Ribeirão Preto não tem transporte municipal.

“A população usa como transporte municipal um veículo da prefeitura que transporta todos os dias trabalhadores para trabalhar na região, principalmente em Ribeirão Preto. Empresas que deveriam levar transporte, não têm interesse”, revelou.

Disse ainda que, às vezes, se alguém coloca uma van, a fiscalização barra e a Artesp cobra por esse ato. “Em pleno século 21 o município está à mercê de transporte municipal. Esse é o ponto principal que eu queria levantar”, destacou.

O prefeito de Mococa cumprimentou a todos e disse que falaria para todos pensarem. Quis destacar dois assuntos. Um deles que é preciso repensar a questão do financiamento da saúde pública para os municípios.

Ele citou como exemplo o repasse do governo federal para Mococa que repassa para a alta complexidade, cerca de 900 mil reais, sendo que, 500 mil reais vão para a Santa Casa e sobram 400 mil reais. Para a atenção básica são 400 mil reais, ou seja, dá uns 800 mil reais para a prefeitura.

“Só a mão de obra para trabalhar na prefeitura fica em 1 milhão e 800 mil reais. O SUS é lindo e maravilhoso, mas, ele precisa ser feito de uma forma que valorize o que o município está fazendo e repasse os recursos necessários, é fundamental para os municípios não quebrarem por causa da saúde”, enfatizou.

Disse que a forma de financiamento de saúde hoje no Brasil joga a responsabilidade cada vez mais para o município que já está sufocado, portanto, é preciso rever o financiamento para a saúde pública.

O outro assunto é desenvolvimento econômico sustentável. Comentou que enviou uma mensagem ao secretário porque, por exemplo, Batatais não poderá mais ter a Festa do Leite porque em Minas Gerais está em 2% e em Batatais é 12%. Disse que Mococa está a 6 Km de Minas Gerais e o estado está com agressividade e tirando empresas de Mococa assim como vai tirar de Santo Antonio da Alegria.

“Quase perdemos a Mococa AS, perdemos uma metalurgia. Falei com o secretário de uma ação a curto prazo para dar uma condição melhor para os municípios que estão em área de divisa. O pior é que quando eles precisam de saúde veem tratar no nosso Estado, usam dos nossos recursos para educação também. Quando se perde, não perde Mococa, perde o Estado de São Paulo”, destacou.

Afirmou ainda que o Estado de São Paulo é uma potência mundial, mas é preciso rever a questão tributária que não é justa e está gerando pobreza. Citou como exemplo que em Mococa são 740 famílias abaixo do nível de pobreza porque o maior trabalho social que existe é o emprego, que não existe.

Disse que gostaria de discutir com todos o fomento da saúde, mas, pediu que essa questão fosse levada ao secretário. “Tenho conversado com os deputados também. É uma ação necessária porque hoje para transferir uma empresa de São Paulo para Minas, eles têm área, tem o investimento do Banco de Minas, tem tudo para tirar a empresa daqui, o que faz com que percamos a geração de emprego e renda. Conseguimos uma empresa e perdemos duas o que gera pobreza”, analisou.

Afirmou ainda que, na área da saúde, conseguiu manter as UTIs, mas, precisou pedir medicamentos e a Farmanet tem um teto. “A prefeitura pega os remédios e distribui, mas é preciso aumentar o teto porque o valor do medicamento aumentou e recebemos menos medicamentos. Na questão da saúde a setorização em municípios, estado e federação precisa ser revisto urgentemente. O governo brasileiro precisa ser mais justo na transferência de recursos para os municípios”, pediu.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que o secretário de Desenvolvimento Regional pediu que a equipe insistisse com o prefeito de Mococa para comparecer porque, por enquanto, Tambaú e Mococa ainda pertencem a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, mas nesse processo da nova regionalização, o estudo do Seade identificou a proximidade das duas cidades, muito mais com São João da Boa Vista, porém, as ações beneficiam todos os municípios vizinhos da região metropolitana.

“O secretário agradeceu a presença do prefeito e vou levar a questão da guerra fiscal, importante tema para o Conselho de Desenvolvimento que é composto pelos 34 municípios da região, debater. Hoje a presença é de 13 municípios e nas demais audiências irão os outros. Esse tema tem que ser debatido por todos os municípios, principalmente os que fazem divisa com Minas Gerais”, disse o assessor.

O prefeito de Morro Agudo iniciou sua fala dizendo que participa das discussões da região metropolitana desde que era vereador, depois como vice-prefeito e agora como prefeito.

“Hoje é importante falar do Fundo de Financiamento porque orçamento é fundamental. Então, a Assembleia Legislativa precisa aprovar de forma mais célere o Fundo de Financiamento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. A região metropolitana é integração de pessoas e nesse sentido, estamos falando de transporte intermunicipal porque para ter uma região metropolitana consolidada, é preciso ter o transporte intermunicipal, com investimento do estado e a terceira questão é transporte de dados”, afirmou.

Destacou que hoje se vive no mundo da internet com as regiões integradas e é preciso lutar pelo transporte de dados com preço mais acessível, falando no mesmo DDD, sem cobrar ligações locais.

Exemplificou que Morro Agudo é o maior município da região metropolitana e tem ligação com a região administrativa de Franca. “O DRS está ligado a Franca, mas, se Morro Agudo for para o aglomerado de Franca, esse aglomerado ficará maior que a região metropolitana de Ribeirão Preto. As terras que temos é um ativo que possuímos e terra é produção, ou seja, Morro Agudo é o maior produtor de cana de açúcar”, disse.

Informou ainda que a State Grid/CPFL construiu em Morro Agudo uma subestação de energia que é o maior investimento da State Grid/CPFL no Estado de São Paulo. “Foi feita uma prospecção de 201 usinas produtoras de açúcar no Estado de São Paulo sendo que, 33 delas estão a 100km de Morro Agudo”, disse.

Na questão tributária levantada pelo prefeito de Mococa sugeriu um royalty. “Se temos royalty na exploração de petróleo e se tivermos royalty na exploração da cana de açúcar e o investimento, e a concessão chinesa que vai até 2046, podemos ter uma saída interessante. O Brasil respeita contratos e se será até 2046, estamos falando de transição de matriz energética, de necessidade de aumentar impostos para financiar políticas públicas, não há dúvida que passa pela energia e pela cana de açúcar e essa é a contribuição que Morro Agudo pode dar”, expôs.

Ainda elogiou Batatais que é uma estância climática e Altino Arantes que deu nome a uma rodovia de interesse turístico, tem Altinópolis com as grutas, Orlândia que é uma cidade planejada, Sales de Oliveira que tem uma boa cerveja, Morro Agudo com todo esse interesse colocado e que até Barretos é uma rota de turismo.

“A região tem rotas turísticas, cidades para ligar pessoas, economia criativa. Resumindo os pontos são: integração de pessoas, transporte, DDD, royalty para exploração de cana de açúcar e economia criativa”, enfatizou.

O prefeito de Nuporanga destacou em sua fala que é interessante essa nova reformulação apresentada pelo consultor institucional porque Nuporanga está mais perto de Minas Gerais e de São João da Boa Vista, mas lá é outra realidade, inclusive o DDD já é (19), Nuporanga, Sales, Morro Agudo e Orlândia, pertencem a Franca na saúde, educação São Joaquim da Barra, região metropolitana Ribeirão Preto e circunscrição judiciária Batatais.

“É muita confusão, os municípios ficam perdidos. Se acontece algum problema tem que pensar se é Franca, Batatais, São Joaquim da Barra, região metropolitana, não tem um único direcionamento. Nuporanga é uma cidade de 7 mil habitantes e um dos problemas é que não tem hospital, só pronto atendimento, é só urgência e emergência e criação de vagas da CROSS para liberação de leitos. Os médicos aqui podem comprovar”, disse.

Comentou ainda que enquanto se dirigia para a audiência aconteceu um acidente com um rapaz que triturou o braço e ninguém consegue uma vaga para atendê-lo. “Nuporanga tem um médico plantonista, um enfermeiro e uma ambulância e São Joaquim não queria liberar a vaga e aí o prefeito é acionado e não tem o que fazer porque liberação de vaga na CROSS não depende do prefeito, precisa intervenção do Estado que tem que ajudar os municípios pequenos”, exemplificou.

Disse que dava o exemplo de Nuporanga, mas vale para transferência de qualquer coisa. “O médico que avalia na CROSS está em São Paulo e não sabe a realidade do município, então a cidade tem muita dificuldade na área da saúde”, apontou.

Disse ser esse um dos principais pedidos, além da organização da telefonia. Sobre o transporte intermunicipal, por exemplo, desde o início da pandemia a cidade estava sem transporte intermunicipal. Disse que já havia sido enviado ofício para a Artesp e a resposta foi que a São Bento não está operando porque não compensa financeiramente porque não tem gente para transportar por causa do transporte clandestino e a população fica desassistida.

“As vans clandestinas entram para solucionar o problema e se uma capota e morre alguém, a culpa é da prefeitura que não fiscalizou. Essas vans vêm de fora, não são do município. A São Bento poderia diminuir o tamanho e a qualidade dos ônibus, mas resolver o problema”, alertou.

Reafirmou a importância do PDUI para resolver todos os problemas como, por exemplo, o aterro para lixo domiciliar que é disposto em Sales de Oliveira. Explicou que a distância de Nuporanga até lá são 10km, mas tem municípios como Itirapuã, Rifaina que estão mais longe e trazem o lixo para Sales de Oliveira, que é o aterro mais próximo.

“Nuporanga também tem um aterro, mas a Cetesb está pegando no pé por causa de massa verde. O pessoal que corta árvores na cidade tem que realizar a limpeza e a prefeitura faz uma área de transbordo no aterro, mas, não pode deixar muito tempo senão a Cetesb vem e multa. Daí o município que é penalizado e a prefeitura tem que pagar para transportar galho de árvore para dar a destinação correta do lixo domiciliar e resíduo de construção. Tudo fica nas costas do município e cada dia que passa são menos recursos e mais obrigação”, reclamou.

Colocou ainda que desde o início acompanha a discussão sobre a região metropolitana e diz que é preciso se mobilizar. Disse que atualmente a moda é consórcio para trabalhar em conjunto com a região metropolitana e para o Estado é melhor atender toda a região do que um município e quem sofre é o prefeito já que nos municípios pequenos a população cobra direto na casa do prefeito.

“A população tem o direito de cobrar, mas para eles quando a pessoa ocupa um cargo público ela deixa de ser humano e passa a ser super-herói que tem poder para tudo e infelizmente, não é assim”, disse.

Exemplificou ainda que na área de segurança, Nuporanga tem uma viatura e dois policiais. Disse que iria consultar a plataforma e que é preciso resolver os problemas com saúde, transporte e educação.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos afirmou que a ideia é trazer os secretários de estado numa reunião do Conselho de Desenvolvimento para debater todas as questões levantadas que são comuns a todos, inclusive a Artesp. Lembrou que em Piracicaba tem uma concessionária de rodovia com muitos questionamentos e o secretário de Desenvolvimento Regional pediu que fosse informado sobre a proposta dessa reunião para quando o Conselho de Desenvolvimento retomar as atividades.

O prefeito de Orlandia agradeceu pelo convite para participar da audiência e começou fala destacando a importância do convite para discutir sobre a região porque têm vários problemas.

“Nossa região não é a de Ribeirão e nem é uma região qualquer porque somos uma potência no Estado, principalmente no agronegócio e a indústria 4.0 e tem um potencial de crescimento cada vez, maior”, pontuou.

Avisou que suas considerações seriam em termos de saúde pública porque a região vive um grande problema junto a central de liberação de vagas e disse ser preciso regionalizar.

Disse que o fato de pertencer a regional de Franca e integrar a Região Metropolitana de Ribeirão Preto causa grandes dificuldades. “A covid assolou fortemente a região e continua assolando e a falta das UTIs, vagas de alta complexidade e de moderada complexidade continuam sem solução”, disse.

Contou que recentemente teve uma reunião em que ele colocou a questão da judicialização porque os municípios são pequenos, os recursos são poucos e a judicialização tem trazido preços muito altos de medicamentos e de alta tecnologia.

Sugeriu criar Câmaras Municipais com a presença de todos os poderes, Ministério Público, médicos e representantes da sociedade para discutir frente a frente a judicialização. “São medicamentos de alta tecnologia e de alto custo que vem acabando com os nossos recursos e que deveriam estar junto com a atenção básica, prevenção e promoção de saúde”, afirmou.

Em relação ao transporte, disse que a região é forte no agronegócio – agradeceu a atenção do governo do estado com os pequenos produtores rurais, com as estradas rurais e a implementação do “Melhor Caminho” – e pediu, em nome dos produtores da região uma atenção maior com relação à segurança porque é muito grande o aumento de crime no meio rural, de roubos e pequenos furtos.

Disse que a região tem uma rede viária interligada e o governo tem se dedicado fortemente com a melhoria das vicinais que são importantes para escoar a produção, mas tem algumas particularidades que precisam ser resolvidas.

Citou como exemplo Sales de Oliveira, que tem um pequeno trecho de uma vicinal que há anos a duplicação vem sendo reivindicada. “Muitos trabalham em outras cidades, usam essa estrada e tem se perdido vidas, frequentemente”, alertou.

Sobre o tema do meio ambiente, principalmente falando do Aquífero Guarani, ele disse haver dificuldade com abastecimento de água, escoamento de esgoto e quanto ao turismo, disse que a rodovia Altino Arantes é um eixo de turismo e é preciso fomentar essa linha.

Enfatizou que é necessário preparar a região que já é altamente tecnológica, capitaneada por Ribeirão Preto para estar preparada para a nova era de troca de informações, Internet 5G e é preciso que todos estejam interligados.

Solicitou incentivos e alternativas de fonte energética dizendo que existe energia eólica, mas principalmente é a energia solar. Pediu ao governo que estimule esses projetos para que possam ser usados pelas indústrias e residências e que para resolver tudo é preciso trabalhar em conjunto.

O prefeito de Santa Rosa do Viterbo disse que tem a região metropolitana, tem o Consórcio Municipal da Mogiana, tem o Consórcio Municipal dos Pequenos Municípios, Consórcio da Microrregião de Ribeirão Preto e os temas discutidos são redundantes e não havendo uma ação efetiva. “Isso acaba tornando-se desgastante e desanimador”, disse.

Propôs que, dentro da região metropolitana, fosse criado um esquema de interlocução com os consórcios para discutir os temas uma vez só. “Então, o que se discute aqui leva para lá e vice-versa, ou seja, criar um grupo de interlocutores para discutir os mesmos temas. Levanta a necessidade de um melhor arranjo regional formando grupos de pequenos municípios que possam agir em pequenos núcleos”, disse.

Exemplificou com o caso da saúde que foi discutido em reunião recente que seria feito um documento sobre a questão do CROSS para ser discutido no Palácio com o vice-governador para agilizar o atendimento de vagas.

Outro tema foi a judicialização. Disse que em Santa Rosa existe uma ação judicial porque um senhor recebe da prefeitura por mês 250 fraldas, ele tem condições financeiras para bancar, mas, se não receber o prefeito vai preso.

“O que acontece é que a justiça local faz uma análise de quem entra com ação desse tipo e, às vezes, é negado, mas na instância superior não se nega nada, independente da situação econômica do município. Dessa maneira, é preciso fazer uma gestão política junto à Justiça para que pelo menos faça uma análise social daquele que entra com ações e que haja para aquelas que forem garantidas ao requerente, uma participação do estado efetiva porque é um custo altíssimo, vai chegar um momento que as prefeituras não darão conta”, alertou.

Outro ponto levantado pelo prefeito foi sobre o acúmulo de procedimentos que são levados para o HC de Ribeirão Preto porque muitas vezes os procedimentos podem ser resolvidos nos municípios. Disse que acompanha esse problema há muito tempo e sempre se falou em criar núcleos de referência e nessa mesma reunião vários prefeitos falaram da estrutura que as Santa Casas têm para atender procedimentos de baixa e média complexidade.

“Em Santa Rosa tem uma Santa Casa que a prefeitura faz um aporte que banca 50% do custo da Santa Casa, ela tem uma boa estrutura física, porém tem uma baixa resolutividade por falta de profissionais e recursos. Dessa maneira, a criação de núcleos de atendimento específico, por exemplo, Cajuru atende cardiologia, Santa Rosa ortopedia, ou seja, que tenha uma regionalização do atendimento”, afirmou.

Considera que é uma proposta com muita possibilidade êxito e sobre as UTIs, de Cajuru, elas precisam ser mantidas para desafogar o HC de Ribeirão e as outras cidades para onde são enviados os pacientes.

Ainda levantou a questão dos convênios e seguros de saúde. Disse ser preciso uma assessoria jurídica para cobrar. “Em Santa Rosa, era o seguro São Francisco e agora é o HapVida e piorou muito. O que ocorre é que o pronto atendimento da Santa Casa é muito mais rápido que o ambu-

latório do convênio que dá um chá de cadeira o que sobrecarrega o atendimento da Santa Casa. E, também, vem muita gente de Minas Gerais para Santa Rosa”, descreveu.

Quanto à questão tributária, disse que há muito tempo se ouve falar. “É preciso fazer alguma coisa. Santa Rosa quase perdeu uma indústria que oferece 700 empregos para Muzambinho. Há que se fazer também um estudo da mão de obra dentro da região metropolitana porque existem várias Etecs e através de uma análise técnica dos serviços necessários, a região precisa fechar nichos de negócios que possam se conectar e através das Etecs formar a mão de obra necessária”, analisou.

Disse que em Santa Rosa tem uma Etec e alguns anos atrás era para ser instalado um laboratório de mecatrônica, mas com a mudança de gestão isso ficou perdido. “Esse material ficou guardado no Porto de Santos e o empreendimento não foi para frente”, afirmou.

Afirmou, ainda, que o turismo é uma fonte de recursos que continua sem exploração no país. “É preciso retomar as rotas de turismo porque existem órgãos que trabalham o turismo com a participação dos municípios e isso tem que ser retomado”, pediu.

Quanto ao meio ambiente, disse que a região teve um problema muito sério de queimadas e alertou que é preciso a ajuda do estado no fornecimento de mudas, de assessoria técnica para que haja um reflorestamento dessas áreas e pequenos proprietários serão punidos pelo Ministério Público. “A Secretaria da Agricultura poderia resolver regionalizando o atendimento técnico”, sugeriu.

Disse que em Santa Rosa, a água é captada superficialmente de um ribeirão que faz divisa com Tambaú, mas está havendo um assoreamento. “A operação é da Sabesp e teremos uma reunião com a diretora da Sabesp e a Secretaria da Agricultura para refazer essa área e para falar com os pequenos agricultores para mudar a cultura para terminar com o assoreamento do córrego e, também, orientá-los sobre o uso de defensivos agrícolas”, revelou.

Quanto ao planejamento urbano, disse que a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) fará o Plano Diretor de Santa Rosa e isso também poderia ser resolvido em conjunto. “Por exemplo, usar uma assessoria de outras universidades para a região porque os municípios têm necessidade de assessoria técnica em engenharia e arquitetura”, disse.

Quis voltar ao tema da saúde e disse que a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP, ligada a USP de Ribeirão Preto, tem uma estrutura técnica invejável e poderia planejar os núcleos de baixa e média complexidade o que desafogaria o HC.

Terminou sua fala abordando o transporte. “Na pandemia a Artesp diminuiu os horários e é preciso cobrar uma maior fiscalização”, encerrou.

O prefeito de Sales Oliveira agradeceu a todos e disse que hoje os municípios pequenos têm voz dentro do governo que Sales de Oliveira conseguiu 2 milhões de reais nos últimos três anos, mas com a pandemia que todos enfrentam esses recursos não foram suficientes.

“Os municípios pequenos sofreram muito com a DRS de Franca que é uma que precisa de mais atenção do governo do Estado. Quando a pandemia classificava por cores, vivíamos na fase vermelha por causa do baixo número de leitos para covid. Agora, mesmo que não haja essa classificação o município sofre muito com a falta de leitos para casos normais. Sofremos muito com o CROSS”, relatou.

Contou que Sales de Oliveira teve um caso de óbito pela demora na transferência. “Infelizmente isso é normal, o sistema Cross demora muito para atender. Embora o município tenha um hospital razoável, às vezes, não é suficiente, os pacientes correm risco de vida. Em nome dos municípios pequenos, pedimos uma atenção maior à DRS de Franca”, pediu.

Quanto a judicialização da saúde, destacou que eles aprovam o uso de fraldas que foi citado, mas, houve a compra de uma sonda extra necessária e o Tribunal de Compras faz um apontamento sobre esse gasto. “Precisamos entender qual é critério adotado”, disse.

Afirmou, ainda, que o hospital de Sales tem condições de atender demandas dentro da DRS de Franca e colocou o município à disposição para atender todas as cidades vizinhas.

“Sales de Oliveira também tem problema com Plano de Saúde por não darem suporte aos clientes que preferem usar a rede SUS que tem médicos que são referências e tem rapidez no atendimento”, disse.

O prefeito lembrou ainda que Sales de Oliveira é considerada a capital da palha do cigarro, e é um orgulho vê-la sendo representada pela cerveja, cachaça e palha de cigarro.

Disse que fazia um pedido ao governo sobre casas populares. “A palha traz emprego, mas, é um emprego informal e a maioria dos trabalhadores não tem carteira, assinada nem fundo de garantia e quando os programas habitacionais chegam o cidadão não consegue comprovar renda e dar entrada no cadastro. O município clama por casas populares e conta com o apoio do estado e da SDR”, disse.

Apontou também a questão da Rodovia Francisco Marques Junqueira Neto, que liga Sales de Oliveira a Orlandia em aproximadamente 6 Km, e que carece alguns anos de uma reforma porque é comum acidentes acontecerem nessa rodovia.

Disse que a própria família já sofreu acidente nessa rodovia e que recentemente os municípios receberam uma informação de que o fluxo de veículos que passam por ela, não é suficiente para atender a demanda da outra faixa.

Disse que eram esses pontos que complementam o que já foi dito pelos outros prefeitos e colocou o município à disposição e convidou todos para tomarem uma boa cerveja, uma boa cachaça e para fumar um cigarro de palha.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse já ter encaminhado para o Secretário da Habitação a questão da falta de documentação para o cadastro nos programas habitacionais.

O prefeito de Santa Cruz da Esperança disse que o município é muito pequeno e tem as mesmas dificuldades dos demais, saúde, transporte, trabalho etc. e como sugestão para centralizar o trabalho nas indústrias da região, disse que diante da dificuldade para levar o trabalhador para Ribeirão Preto, poderia centralizar na região um caminho para solucionar esse problema.

Disse que Santa Cruz da Esperança depende muito do Governo do Estado de São Paulo e que foi emancipada em 1997. Disse que o morador também aperta a campainha da casa do prefeito para pedir alguma coisa e não tem como fugir.

“O eleitor cobra 24h, mas não somos Cristo para resolver todos os problemas, dependemos das cidades maiores e do Governo do Estado. Atualmente, colaboramos com um transporte para Cajuru e Ribeirão Preto, mas preciso de apoio de todos”, disse colocando-se à disposição.

O prefeito de Tambaú destacou a importância de audiências como essa porque todos os problemas já foram tocados pelos prefeitos que antecederam. Destacou algumas palavras colocadas nessa reunião como Funções Públicas de Interesse Comum e integração regional e é isso que a região precisa dizendo que a unidade faz a diferença de que os municípios precisam.

Destacou que quando recebeu o convite da audiência pública, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que Tambaú fará parte da região de São João da Boa Vista, mas, pediu que isso fosse reavaliado para que Tambaú continuasse na Região Metropolitana de Ribeirão Preto porque a região é mais importante do que um aglomerado urbano e do que uma região de estado e que migrar para outro tipo de região não seria benéfico para Tambaú.

“A cidade está perto de Cajuru, Santa Rosa do Viterbo e dentro do estado é um município importante porque apesar de pequeno ele tem uma vocação turística consolidada com 23 mil habitantes e recebe cerca de 200 mil pessoas por ano, o que movimenta o turismo religioso em torno do Padre Donizete. Esse fenômeno precisa ser repensado em termos regionais porque não é só o turismo religioso, tem a cachaça, o cigarro de palha e outros valores que podem ser agregados”, disse.

Levantou ainda outros problemas que devem ser discutidos regionalmente como resíduos sólidos, moradia, transporte intermunicipal, abastecimento de água, saúde.

Disse que Tambaú e Mococa estão na região de São João da Boa Vista, mas é a mesma distância de Ribeirão Preto. Afirmou que vão pleitear a mudança de DRS para Ribeirão Preto para realizar melhor o fluxo de pessoas.

“A realidade da CROSS é um desafio para todos os municípios, mas, para Tambaú é maior ainda porque está na divisa de Ribeirão Preto e São João da Boa Vista e 60% da população tem a carteira de saúde do HC de Ribeirão, mas, por uma questão formal acaba se deslocando para São João da Boa Vista onde há oferta de vagas. Portanto, registro esse pleito nessa audiência”, disse.

Disse ainda ser presidente de um consórcio de São João da Boa Vista, na cidade de Divinolândia onde tem o Hospital Regional de Divinolândia, mas, isso não impede Tambaú de estar organizado na região de Ribeirão Preto.

Afirmou que endossava tudo o que os demais prefeitos já haviam dito e disse acreditar que tendo uma estrutura regional de integração dos municípios será mais fácil resolver os problemas. Finalizou sua fala reforçando o desejo de Tambaú permanecer na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos disse que Tambaú está no projeto aprovado da criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e permanece como está. “O novo projeto de lei que vai criar as novas unidades do estado ainda não foi encaminhado e que além de Tambaú estar na região metropolitana, já atua junto a região de São João da Boa Vista e essa integração é positiva”, disse.

O vice-prefeito de Santo Antônio da Alegria disse que era a primeira vez que participava e que o prefeito estava em férias e com Covid. Afirmou que concordava com todos os prefeitos porque essa é a realidade dos municípios da região e que Santo Antônio é uma cidade turística e fará um Campeonato Brasileiro de Parapente e tem o mesmo problema de falta de transporte.

Disse ainda que outro problema é a falta de um banco completo. “Tem uma agência do Banco do Brasil muito simples que não atende todas as demandas”, revelou.

O vice-prefeito de Altinópolis confirmou que a cidade tem os mesmos problemas e o principal que é a falta de transporte para as pessoas se deslocarem. Afirmou que o lixo urbano é um problema porque a cidade não tem aterro sanitário.

Apontou também a questão da regulação de vagas que a prefeitura não consegue atender os casos mais sérios. Colocou-se à disposição.

O prefeito de Batatais fez o encerramento da mesa dizendo que acompanhou os pronunciamentos e as demandas dos municípios e que sejam maiores ou menores são as mesmas: saúde, CROSS, transporte, geração de emprego e renda, ou seja demandas que são importantes para serem discutidas em conjunto e para reivindicar ao governo do Estado as melhorias necessárias e investimentos para que os municípios possam prestar serviços públicos com qualidade e eficiência para a população.

Disse que só dessa forma será possível ter um olhar futurista. “É importante usar o potencial da região como fomento para termos uma região cada vez mais desenvolvida”, disse.

Afirmou que todos os levantamentos serão levados ao vice-governador e que a região precisa muito da intervenção do Governo do Estado de São Paulo porque sozinhos os municípios não têm capacidade de investimento.

Disse esperar que, em fevereiro, a Assembleia Legislativa vote as questões relativas à região metropolitana, por exemplo o Fundo de Investimento. Destacou a importância de formar câmaras temáticas para focar nas questões específicas e fazer discussões únicas sobre um mesmo assunto. Agradeceu ao governo do Estado de São Paulo porque hoje o cenário é muito diferente, os municípios têm acesso ao governo do estado.

A seguir, foi apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate pelos pesquisadores técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Aplicadas (Fipe). O Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de macrozoneamento regional, ordenamento territorial e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fipe. <https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Caderno-de-propostas-Ribeirao-Preto-jan22.pdf>

A seguir, foram feitas as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto <https://rmp.pdui.sp.gov.br>

- **Apresentação Geral do PDUI** – MC-Fipe https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI_Marcos-Campagnone_Ribeira%CC%83o-Preto.pdf
- **Regional da Unidade Regional** – MH-Fipe https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT_AP_Contextualizacao-MH.pdf
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – CL-Fipe
- **Proposta de Macrozoneamento** – CL-Fipe
- **Proposta das FPICs** – BB-Fipe https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT-AP-RMRP_19-01-22.pdf

O conteúdo completo desses estudos está disponível no canal da Secretaria do Desenvolvimento Econômico no Youtube (<https://youtu.be/gPukUM3VbMY>) e na plataforma digital do PDUI da Re-

gião Metropolitana de Ribeirão Preto (<https://rmrpr.pdui.sp.gov.br>) que ficou aberta por 7 dias úteis para receber as propostas.

A audiência foi encerrada com a recomendação de que os produtos que foram elaborados até esta data estão disponíveis na plataforma digital, bem como a íntegra desta audiência pública.

Balanco de Presenças da AP Batatais - 24/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
45	5	15	13	60	18	78

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Batatais	Sociedade Civil	Cidadão	AP	Presencial
Cajuru	Prefeitura	Prefeito	AM	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube
Batatais	Prefeitura	Diretora da PSE	APPJ	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereadora	AP	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereadora	AF	Presencial
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Diretor Administrativo e Desenvolvimento	AACF	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Presencial
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Chefe do Setor Meio Ambiente	CMRFP	Presencial
Mococa	Conselho de Desenvolvimento de Mococa (Codemo)	Membro	CEMT	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Agricultura e Abastecimento/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - EDR Ribeirão Preto		CHPS	Chat/Formulário YouTube
Franca	Cetesb-Franca		CC	Formulário YouTube
Tambaú	Prefeitura	Chefe de Gabinete	CQL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	CF	Presencial
Nuporanga	Prefeitura	Prefeito	DV	Presencial/Mesa
Batatais	Prefeitura	Diretor de Tributação	DAR	Presencial
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura	Vice- Prefeito	DC	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Diretor Regional do Trabalho	DU	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat Youtube
Batatais	TV Batatais	Repórter	DL	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	ER	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Mococa	Prefeitura	Prefeito	EB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		EMM	Chat Youtube
Cássia dos Coqueiros	Prefeitura	Prefeito	EJRF	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Formulário YouTube
Sales Oliveira	Prefeitura	Prefeito	FGG	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FC	Chat Youtube
Batatais	Prefeitura - Secretaria de Assistência Social	Secretária	FG	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento	Chefe Divisão Região Metropolitana	FG	Presencial
Altinópolis	Prefeitura	Vice-Prefeito	GFO	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Mococa	Prefeitura	Assessora Comunicação	JL	Presencial
Morro Agudo	Prefeitura	Secretario da Cidade	JLG	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JMAN	Chat Youtube
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Diretor de Turismo e Cultura	JPO	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Presidente	JEMP	Presencial/Mesa
São Paulo	FAU/USP	Pesquisador	KFP	Formulário YouTube
Nuporanga	Meio Ambiente		KFJMS	Formulário YouTube
Tambaú	Prefeitura	Prefeito	LSR	Presencial/Mesa
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura		LDM	Formulário YouTube
Batatais	Prefeitura	Prefeito	LFBGJ	Presencial/Mesa
Batatais	Câmara Municipal	Chefe de Gabinete	MN	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Secretário	MV	Meet/Mesa
Santa Cruz da Esperança	Prefeitura	Prefeito	MAB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial/Mesa
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	MS	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Assessora de Gabinete	MCAF	Presencial
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat Youtube
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Parlamento Regional Metropolitano	Presidente	MG	Chat Youtube
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Santa Rosa de Viterbo	Prefeitura	Prefeito	ONM	Presencial/Mesa
Batatais	Prefeitura	Chefe de Gabinete	ORJ	Presencial
Cajuru	Casa da Agricultura (Cati)		OAJ	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa		PCM	Formulário YouTube
Mococa	Prefeitura		PMAD	Chat/Formulário YouTube
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	PB	Presencial
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura	Chefe de Gabinete	PRD	Presencial
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	RP	Presencial
Santo antonio da Alegria	Prefeitura		RFG	Formulário YouTube
Santo Antonio da Alegria	Prefeitura	Prefeito	RSS	Presencial
Ceilândia	Prefeitura	Assessor de Imprensa	RL	Presencial
Batatais	Sindicato Rural	Diretor	RT	Presencial
Nuporanga	Câmara Municipal	Vereador	RA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat Youtube
Orlândia	Prefeitura	Prefeito	SABJ	Presencial/Mesa
Cassia dos Coqueiros	Câmara Municipal	Presidente	SPL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat Youtube
Franca	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional	Diretor Regional	VS	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VFG	Chat/Formulário YouTube
Morro Agudo	Prefeitura	Prefeito	VCC	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

V.2. Sub-região Jaboticabal

Data: 26/01/2022

Horário: 14h às 16h30

Local: Cine Teatro Municipal de Jaboticabal. Av. Marechal Deodoro, 361, Centro, Jaboticabal/SP

Municípios convidados: Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.

A abertura da audiência pública foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, que explicou que o objetivo principal no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) é apresentar e debater o Caderno de Insumos com gestores públicos, comunidade técnica, pessoas jurídicas e sociedade civil, com vistas a colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e posteriormente à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Colocou que o Caderno de Insumos detalhou de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é de extrema importância nesta fase elaboração do plano, e por esta razão, foi criada a plataforma digital para interação com a população metropolitana, e que está disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

Agradeceu à Prefeitura de Jaboticabal pela cessão de uso do Teatro Municipal de Jaboticabal e de toda a infraestrutura necessária para a realização desta audiência, principalmente a geração das imagens para o ambiente virtual.

Informou que o local segue todas as regras de distanciamento social, que teve sua capacidade reduzida, e por este motivo o acesso dos convidados foi limitado, conforme orientações contidas no convite.

Disse que a participação dos representantes dos municípios e da sociedade civil é muito importante nesta fase elaboração do plano, e por isso, foi criada uma plataforma digital para interação com a população metropolitana, disponível no endereço https://rmp.pdui.sp.gov.br.

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região poderão ser feitas por meio do formulário próprio disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir desta data.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe por meio virtual.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Prefeito de Jaboticabal
- Presidente da Câmara Municipal de Jaboticabal
- Prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMRP
- Secretaria de Desenvolvimento Regional-Fipe

- Vice-prefeito de Jaboticabal
- Prefeita de Monte Alto
- Prefeito de Taquaral
- Vice-prefeito de Taiúva
- Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração de Pitangueiras
- Assessor de Relações Institucionais de Guariba

Formada a mesa, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a todos que acompanhavam a audiência no ambiente virtual e, também, na plateia.

Na sequência foi aberta a palavra para que os componentes da mesa diretora fizessem suas colocações.

O primeiro a falar foi o prefeito de Jaboticabal que saudou a todos e destacou a presença do vice-governador para a inauguração do Poupatempo na cidade. Destacou também a gestão municipalista do governador, do vice-governador e do secretário de Desenvolvimento Regional que têm levantado esta bandeira com tanta proeminência, “trazendo um sentimento de pertencimento dos municípios com relação ao governo de São Paulo, sendo perceptível sua preocupação em atender às demandas dos municípios, o que se desdobra nas oficinas de 2021 e agora nas audiências públicas de 2022, mais regionalizadas”, destacou.

Disse que estas audiências trazem a necessidade de cada município apresentar a sua situação, sua necessidade, seu problema e o quanto estes podem, associados a outras inquietações e necessidades, formalizar discussões e propostas para a busca de soluções a estes problemas vivenciados.

A presidente da Câmara de Jaboticabal saudou a todos e, também, destacou, em nome do legislativo, a importância destas audiências e da junção dos municípios, pois esta proximidade amplifica as ações.

Fez um pedido especial para um olhar mais abrangente em torno das questões de saúde, no que se refere, inclusive, à regulação Cross, pois os municípios estão com uma carga muito grande de problemas de saúde que não conseguem resolver sozinhos, seja pela falta de autonomia e ou pela falta de condições financeiras.

O prefeito de Batatais também seguiu os protocolos e saudou a todos, em especial aos anfitriões do evento, o prefeito, vice-prefeito e presidente da Câmara de Jaboticabal e ressaltou que a integração dos poderes, todos trabalhando com independência, mas em sintonia, assim como as discussões para que se chegue ao bem comum são muito importantes à busca do melhor para a comunidade, com vistas ao oferecimento da prestação de serviços públicos de qualidade e eficiência, melhorando a qualidade de vida da população.

Destacou a audiência pública realizada na última segunda-feira do Conselho da Região Metropolitana de Ribeirão Preto em que foi discutido o PDUI da RMRP, reputando a importância desta reunião, pois foram discutidos assuntos de relevância a todos os municípios, considerando as peculiaridades de cada um, embora comunguem dos mesmos grandes problemas.

Por isso, reforçou a necessidade de utilização de momentos como estes para a elaboração de um grande plano, o qual possa fazer com que os municípios ganhem força, bem como endereçar

efetivamente as grandes questões regionais, tendo em vista a impossibilidade de realização de ações sem recursos.

Disse que desde a eleição do Conselho da RMRP em julho de 2021, tem havido tratativas junto ao governo, sobretudo com o secretário de Desenvolvimento Regional e com o vice-governador para que seja possível a criação da Agência Metropolitana e o Fundo Metropolitan da RMRP, e com isso, sejam disponibilizados recursos voltados ao desenvolvimento de políticas públicas para a região.

Ressaltou a ansiedade de todos os prefeitos para iniciar os debates nas Câmaras Temáticas, mas a pedido do vice-governador estão aguardando o mês de fevereiro, quando então o PL que proporá revisões nas Agências e Fundos Metropolitanos, dentre outros, será encaminhado à Alesp.

Fez coro à presidente da Câmara, destacando a importância de um olhar mais cuidadoso às políticas públicas de saúde, seja pela falta de leitos de UTI, pelo Sistema de Regulação Cross, dentre outros problemas nesta área que afetam todos os municípios da região.

Também destacou outros problemas comuns como segurança pública, resíduos sólidos, transporte intermunicipal, desenvolvimento econômico, geração de renda e emprego. Colocou que são vários temas importantes, os quais poderão ser discutidos entre os prefeitos e entre a sociedade civil.

Finalizou saudando a Polícia Militar, agradecendo e desejando que seja mais uma audiência pública produtiva e que seja possível desenvolver políticas públicas de extrema importância a toda comunidade da região, sobretudo às pessoas que mais precisam.

A prefeita de Monte Alto agradeceu o convite e saudou a todos os presentes. Iniciou sua fala indagando sobre a ideia em se fazer uma audiência pública, ou seja, dar voz à sociedade para que esta traga aos gestores públicos as reais necessidades, a verdadeiras demandas, para que não sejam tomadas decisões de cima para baixo, uma vez que tais gestores trabalham em prol da coletividade.

Disse que, considerando que dentro de uma cidade existem muitas cidades, e de um estado existem muitos estados, como bem colocado, alguns problemas são pertinentes a todos, mas é preciso a regionalização para que sejam compreendidas as especificidades.

E neste contexto, disse ser preciso que as discussões se façam por tópicos, de forma organizada, para que seja possível de fato uma compreensão sobre as necessidades de uma região. Destacou que a política não tem mais credibilidade, uma vez que o povo está cansado de promessas infundadas, pois muito se fala e pouco se faz, somente ser possível fazer quando se escuta o povo, aquele que precisa, fora das paredes dos nossos gabinetes, como a falta da creche, a falta de segurança em seu bairro, as demandas de um bom planejamento dentro da cidade, coisas que não são feitas de um dia para o outro.

Assim, tomando como exemplo o problema da segurança pública, que vem se alongando no decorrer dos anos, só será possível encontrar soluções por meio de um planejamento de médio e longo prazos, assim como outras questões. Contudo, existem ações de caráter de urgência, o que demanda a compreensão dos recursos disponíveis no governo, para que estes sejam repassados igualmente aos seus municípios, de forma a que todos sejam atendidos.

Disse ainda acreditar que um governo municipalista é muito melhor dentro desta perspectiva, pois os municípios conseguem compreender e endereçar melhor os problemas das comunidades devido a sua proximidade.

Ressaltou as dificuldades que passam os municípios que assumiram mandatos em meio à pandemia da covid-19, uma vez que as populações estavam muito ansiosas por algumas mudanças que não foram possíveis em meio a este cenário. Disse acreditar que seriam necessárias mais pessoas na audiência, mais vereadores representando a população, mais entidades de classe trazendo suas demandas. “Isto porque são feitas críticas, mas nos momentos em que é preciso e possível estar presente para realizar as reivindicações e construir soluções coletivas que atendam a estas demandas, estas instituições não se fazem presentes”, ressaltou.

Enalteceu a importância de momentos como este para discussão e reiterou o apoio dado pelo município de Monte Alto à confecção dos planos diretores, assim como ao monitoramento integrado para melhorias da segurança, que demanda maior efetivo policial nas ruas pois o atualmente existente faz o melhor que pode e está esgotado, ressaltando também a importância dos serviços de inteligência lado a lado com o monitoramento ostensivo.

Ressaltou também a importância de maior compreensão da demanda no campo dos resíduos sólidos, pois lixo é luxo, é dinheiro, sendo necessária a construção de usinas, fazer com que este lixo se torne lucro para os municípios, incluindo educação ambiental escolar para contribuição à coleta seletiva.

Destacou também a baixa arrecadação municipal diante da grande demanda, colocando a importância da qualificação, da criação de oportunidades de trabalho, do primeiro emprego ao jovem, não esquecendo também da melhor idade, que tem muito a oferecer, em lugar do simples assistencialismo, o qual demanda muitos recursos.

Colocou que investir em pessoas não é gasto, é investimento, inclusive porque existem muitas pessoas precisando ser cuidadas neste momento, indagando, por exemplo, os recursos já gastos com a covid e o quanto ainda irá se gastar em função desta doença, destacando que os municípios estão ficando sem médicos e enfermeiros e que as pessoas estão ficando doentes, cabendo aos gestores sentarem-se em uma mesa de discussão para debater estes temas.

Ressaltou também o “Programa de Prevenção às Queimadas”, do qual Monte Alto é integrante e, por meio do qual, em parceria com o Ministério Público, foram feitos aceiros para combate ao fogo.

Apelou ainda para que sejam feitas discussões objetivas para que as soluções encontradas sejam viáveis a todos da região. Colocou em pauta a questão de um galpão integrado, o qual diminuiria os custos, muito onerosos, com transporte de mercadorias a São Paulo e ou outros locais. Disse que com esta redução nos custos, os empresários envolvidos certamente investirão na geração de empregos.

Destacou também a importância da canalização de investimento em esporte e cultura no âmbito da educação porque contribuem com o desenvolvimento de consciência nos jovens para que eles possam escolher seus próprios caminhos, a despeito dos apelos midiáticos. Se colocou à disposição para qualquer discussão que se faça necessária, uma vez que o município possui os mesmos problemas dos outros da região, enaltecendo a importância da coesão, da colaboração, da empatia, do grupo, em lugar da concorrência, e disse estar com a consciência tranquila de que o objetivo disso tudo é chegar em quem mais precisa, naquele que precisa ser ouvido e que muitas vezes não encontra local e voz.

Destacou ainda, a necessidade de resolução efetiva e competente dos problemas dos municípios da região. Enalteceu a importância de devolutivas à sociedade, resgatando sua prática, enquanto vereadora, em solicitar audiências públicas, uma vez que acredita no diálogo coletivo e na regionalização. Citou alguns exemplos de decisões regionalizadas que foram tomadas por ela junto a outros prefeitos da região como a volta às aulas e Cross. Contudo, ressaltou a importância do governo do Estado para que seja possível a promoção destas decisões regionalizadas de forma sistemática, uma vez que para um município estar bem é que preciso que outros da região também estejam, devido ao fluxo de pessoas entre eles, citando como exemplo, a geração e emprego, os jovens e outras ações concretas para resolver problemas, os quais são muitas vezes crônicos.

Colocou não ser mais possível incorporar discursos de que estes problemas sempre foram assim, pois a “síndrome de Gabriela” não cola mais, tendo em vista que o povo precisa de ações urgentes.

Por fim, encerrou suas colocações agradecendo e se colocando, mais uma vez, à disposição para um debate amplo, assim como a sua cidade, a sua equipe e ao seu povo, para que seja possível resolver de forma coletiva os problemas da região.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a fala da prefeita de Monte Alto e ressaltou que foram apresentados pontos importantes, destacando, dentre estes, a necessidade de união entre os prefeitos, o que é de extrema relevância, sobretudo neste momento de elaboração do PDUI da RMRP.

Retomou o início da fala da prefeita, destacando que justamente o objetivo do governo do Estado é colocar todas as ações no papel, por meio de lei, para que a RMRP consiga trazer investimentos do estado e do governo federal, assim como apoio internacional, por exemplo, voltados à elaboração de planos, tais como Plano de Resíduos Sólidos, Plano de Mobilidade Urbana, dentre outros.

Por fim, destacou a importância de união das autoridades presentes, a fim de que seja possível avançar nos objetivos da RMRP. Encerrando sua intervenção, chama à palavra o prefeito de Taquaral.

O prefeito de Taquaral iniciou sua fala agradecendo ao anfitrião do evento, ao prefeito de Batatais e, também, a presidente da Câmara. O prefeito convidou a todos os presentes para prestigiarem a palestra que acontece no dia 18/02 às 10h, sobre a nova lei de improbidade administrativa, destacando a qualidade desta palestra. Ressaltou que aqueles que puderem estar presentes neste evento, terão a oportunidade de conhecer o menor município da RMRP.

Pontuou que, dentre os municípios da região, Ribeirão se destaca pelo desenvolvimento regional, Barretos pela saúde, São José do Rio Preto por seu hospital de base. Com isso, demonstrou as dificuldades encontradas por um município pequeno, da ponta, e ressaltou a importância de serem discutidas ações de desenvolvimento urbano integrado que as coloque em prática.

Disse que, além dos municípios pequenos terem dificuldades na geração de empregos na cidade pela falta de mão de obra qualificada, também enfrentam dificuldades para transportar trabalhadores que se empregam em outras cidades, citando como exemplo 25 trabalhadores que serão contratados por uma empresa em Monte Alto, mas cujo meio de transporte ainda não existe.

Frisou que esta é uma questão muito séria que o município tem que resolver, pois não existe transporte urbano para que o cidadão taquarense chegue nas cidades de seus trabalhos antes

das 8h da manhã. Pontuou, diante disso, que o transporte intermunicipal é totalmente deficiente, sendo este apenas um dos problemas que Taquaral enfrenta, mesmo sendo uma cidade com apenas três mil habitantes. Assim sendo, reforçou que haja discussão sobre as ações, mas, sobretudo que elas saiam do papel, a partir de um alinhamento entre os prefeitos.

Ressaltou a importância de demonstrar os resultados destas ações, o quanto que se trabalha para a população, inclusive, porque uma das maiores dificuldades de quem ocupa cargo de prefeito é ser responsabilizado por tudo que acontece no município. Disse que os prefeitos são muito cobrados, por onde quer passem (farmácia, mercado, açougue), e que no seu caso, a cidade inteira liga diretamente para ele cobrando estas ações, até porque, por ter sido motorista de ambulância, todos têm seu telefone.

Finalizou sua fala na esperança que esta oportunidade seja usada, não somente para o desenvolvimento de ações, como também para a continuidade do diálogo entre os prefeitos, posteriormente ao evento, para que as discussões realizadas neste processo sejam logo colocadas em prática.

Antes de anunciar a próxima autoridade a fazer uso da palavra, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos destacou o ponto extremamente nevrálgico tocado pelo prefeito de Taquaral sobre mobilidade urbana, sobretudo para os municípios que fazem os movimentos pendulares entre os municípios, seja para trabalho, educação, saúde, tal como seria abordado a apresentação pelo representante da Fipe, uma vez que o custo de transporte é muito alto.

O vice-prefeito de Jaboticabal cumprimentou e agradeceu a todos os prefeitos presentes e ressaltou a importância do momento, uma vez que são os passos dados no caminho do desenvolvimento que transformam a vida do povo.

Retomou, assim como citado pelos demais prefeitos, a dificuldade que é estar à frente de um governo e de fato fazer uma gestão eficiente e eficaz para o atendimento das demandas deste povo, sobretudo em uma fase marcada pelo imediatismo, pelas ações rápidas, sendo que nem sempre funciona assim no sistema público.

Destacou o papel preponderante de levar à população que os caminhos da boa gestão, das boas práticas e do planejamento acima de tudo, se fazem necessários para que todos no esforço coletivo tenham plenitude nos serviços prestados, seja para usuários ou executores destes serviços.

Relembrou as dificuldades citadas pelos demais prefeitos, cada município dentro de suas peculiaridades e potencialidades, as quais devem ser compartilhadas e discutidas para que seja possível ajudar aqueles que mais necessitam, sendo este justamente o intuito do PDUI, tendo em vista que a integração se faz necessária.

Finalizou desejando a todos um bom evento e reforçou que o imediatismo cobra, mas embora seja preciso que os gestores tenham clareza e planejamento firme, olhar adiante, para que as ações sejam aplicadas e sejam eficientes e eficazes, como também frisou o prefeito de Taquaral.

A chefe de Gabinete da Secretaria de Administração de Pitangueiras cumprimentou a todos e enalteceu a presença do secretário de Infraestrutura e Planejamento, que acompanhava o evento por meio da plataforma digital e é um dos responsáveis por formular as estratégias e as metas que Pitangueiras vai reunir e contribuir com o PDUI da RMRP.

Destacou a união entre os municípios, os quais nunca são sozinhos, o que ficou bem claro por meio da fala dos prefeitos presentes, sobretudo durante esta pandemia, pois todas as decisões que foram tomadas não foram individuais, sendo que tudo foi organizado de modo a que a região pudesse acompanhar a mesma decisão com vistas ao bem-estar e saúde da população.

“Ou seja, a pandemia deixou mais clara a necessidade desta união, deste diálogo que vem sendo feito”, disse. Ressaltou ainda que todas as propostas que Pitangueiras elaborou ou está elaborando serão inseridas na plataforma e pontuou algumas delas, devido a sua importância para a região: criação de diretrizes para a ocupação de áreas de mananciais e de diretrizes quanto ao tratamento das áreas de recarga do Aquífero Guarani; criação de metas regionais e de cooperação para atração de investimentos com vistas ao desenvolvimento da agropecuária; criação de metas regionais para tecnologias que possam explorar e desenvolver matriz energética solar; geração de investimentos visando melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e; geração de emprego e renda, questão fundamental neste cenário de pandemia.

Ressaltou que o prefeito de Pitangueiras está à disposição para contribuir com todas estas discussões do PDUI, com vistas ao desenvolvimento de toda a região. Por fim, destacou, novamente, o fato de Pitangueiras fazer parte de um coletivo de municípios, o qual conta com a participação de todos nesta tarefa.

O assessor de Relações Institucionais de Guariba cumprimentou e agradeceu a todos os presentes e a todos os membros do governo do Estado de São Paulo pela oportunidade de todos os municípios participarem deste trabalho, com o qual todos devem ajudar, para que seja possível resolver os problemas e potencializar as ações de forma integrada, e, com isso, realmente gerar desenvolvimento.

Destacou a importância da oportunidade dada ao município de Guariba (que possui 42 mil habitantes e possui suas limitações) em participar de um evento desta natureza e ser integrado a esta discussão regional. Disse estar surpreso com esta integração, pois, diante de seus diversos anos de gestão pública, é a primeira vez que assiste ao desenvolvimento de ações de ordem coletiva na região e no Estado.

Colocou, tal como tem conversado com o prefeito de Gariba, a importância de intensificar a participação do município nas ações regionais, pois assim é possível o compartilhamento dos problemas vivenciados por seu município, os resultados alcançados, bem como a movimentação do município rumo ao desenvolvimento.

“Questões como saúde, regulação Cross, gestão dos resíduos domiciliares, mobilidade urbana, meio ambiente, desenvolvimento econômico, são abordados no caderno de propostas recebido neste processo, sendo as principais vertentes de integração regional”, citou.

Solicitou apoio ao governo do Estado no que se refere à identificação das potencialidades dos municípios, usando como exemplo Guariba, a qual está vivenciando uma grande oportunidade no tema energia em função da presença da Raizen, por meio da produção de açúcar, de etanol, de gás, da inauguração e operacionalização da maior unidade de biogás do mundo e da instalação da segunda planta de etanol de segunda geração (Unidade Bomfim) em sua área de sustentabilidade, sendo que a primeira foi em Piracicaba.

Mencionou a aprovação, realizada pela Câmara dos Vereadores, de isenção do ISS para a implantação destas unidades, o que não representa um impacto orçamentário frente a receita futura de

ICMS, fruto destas operações. Reforçou, contudo, que estes dois investimentos, embora de fundamental importância, não trazem por si só um desenvolvimento regional efetivo sem que haja realmente este trabalho integrado que está sendo proposto e que será aproveitado como uma oportunidade por Guariba.

E, neste cenário, destacou que Guariba não consegue, sozinha, montar uma plataforma produtiva capaz de oferecer serviços, insumos e mão de obra, recursos fundamentais para viabilizar o funcionamento de uma indústria, o que reforça a necessidade de diálogo regional, para que outros municípios da região possam integrar esta plataforma.

Assim, colocou que abrir esta interlocução junto ao Grupo Raizen, com o apoio do governo do Estado, é fundamental para o alcance destes objetivos, e que iniciativas como esta de aproveitamento das potencialidades de cada município, contribui com a minimização de suas fragilidades.

Disse que a pandemia, embora circunstancial, atrapalhou o desenvolvimento local, sobretudo para municípios com baixa renda per capita, como Guariba. Desta forma, e por meio desta integração regional, seria possível atrair novos negócios para a região, vinculados a estes grandes investimentos.

No que se refere à questão da saúde, comunga do problema atinente a regulação de vagas e parabenizou aos prefeitos da região pelos primeiros passos dados neste sentido, uma vez que os pacientes ficam represados em suas cidades, deixando os municípios impotentes diante da cobrança das famílias.

Quanto ao prazo disponibilizado para a inserção de propostas na plataforma, se compromete a mobilizar o prefeito, e, juntamente a ele, indicar pessoas a estudarem a plataforma com o devido cuidado e realizar as propostas necessárias, gerando e aproveitando as oportunidades que vêm sendo oferecidas, para que estas sejam de fato transformadas em políticas públicas eficientes.

Se colocou à disposição para futuras conversas e trocas de experiências após a sistematização das propostas inseridas por todos os municípios, de modo que a integração pretendida se torne realidade em breve, fundamental devido ao tempo de um ano transcorrido desde a assunção dos mandatos municipais.

Sobre recursos, enfatizou que quando se tem o recurso financeiro, não se tem os recursos humanos necessários à implementação das ações e, quando se tem os recursos humanos, não se tem a dotação orçamentária, ou quando há estes dois recursos, não se tem a velocidade necessária para sua execução na esfera pública, elementos estes que provocam a perda de tempo e angústias nos gestores públicos.

Desse modo, enfatizou ser preciso que os municípios ajudem o governo do Estado a dar velocidade para que consiga integrá-los o mais urgente possível, de modo que esta contagem regressiva da gestão não seja angustiante e gere resultados positivos o mais rápido possível. Isto porque a circunstância da pandemia, embora tenha fortalecido os municípios do ponto de vista do entusiasmo, os fragilizou no que se refere ao desenvolvimento, sendo, deste modo, importante que haja foco neste objetivo de ajudar o estado nesta integração e velocidade.

Por fim, agradeceu novamente, em nome do prefeito de Guariba, a oportunidade de participar desta iniciativa e reafirmou o compromisso do município de poder contribuir, dentro de suas limitações e naquilo que for possível, para transformar este Plano Regional em realidade de política pública integrada o mais rápido possível.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos complementou sobre a importância da audiência pública e, a pedido do governador e do secretário de Desenvolvimento Regional, disse que o PDUI da RMRP, tão logo finalizada a incorporação das propostas pela Fipe, será entregue para apreciação do Conselho de Desenvolvimento em reunião a ser realizada logo após a questão do PL (por meio do qual passará a ser contemplada a sociedade civil nesta apreciação), para que vire lei ainda neste primeiro semestre de 2022, com vistas ao início da execução e efetividades das ações previstas.

Dito isso, convidou novamente o prefeito de Jaboticabal para realizar uma síntese e o encerramento desta parte inicial da audiência pública para que, na sequência, possa ser realizada a apresentação técnica da Fipe.

O prefeito de Jaboticabal agradeceu às autoridades que falaram anteriormente a respeito dos problemas comuns enfrentados na região, e retomando estas questões, destacou a importância da construção da parceria com o Estado, uma vez existirem soluções regionais com as quais os municípios da região podem contribuir.

Nesse contexto, destacou a presença de três grandes hospitais na região, além das Santas Casas de cada município, os quais têm condições de oferecer leitos aos pacientes que ficam regulados em unidades de pronto atendimento e prontos-socorros, ou muitas vezes, em unidades de emergência.

Disse que, independente do tamanho do município, todos sabem onde é a casa do prefeito, o qual já sabia dos sabores e dissabores do exercício de seu cargo. Assim, cabe aos municípios apresentar suas propostas de soluções. Tomou como exemplo o Cross, o qual deve ser descentralizado e sim, regionalizado.

Colocou que Jaboticabal tem 6,4 alqueires de terra cedidos gentilmente pela Unesp há mais de 20 anos para o aterro local, o qual tem recebido, por sete anos consecutivos, nota 10 pela Cetesb e gera recursos para o município, além da própria Unesp de Jaboticabal, um grande centro difusor regional e internacional de cultura, ciência e tecnologia, mobilizando toda a região.

Disse que outro problema comum é a crise hídrica que afeta todas as cidades vizinhas e, em especial, evidenciando, neste cenário, a importância da recuperação da vegetação das matas ciliares de rios e seus afluentes, fator de extrema relevância ao abastecimento público.

Explicou que Jaboticabal capta água para abastecer 72% de sua população em um córrego superficial que nasce justamente na Serra de Jaboticabal em Monte Alto e que, brilhantemente, é bem protegido pela prefeitura deste município.

Retomou a questão da segurança pública, já apontada em outras falas, enaltecendo a importância de criação de outros mecanismos de segurança para auxiliar o trabalho da Polícia Militar, da Guarda Municipal e da Polícia Civil.

Citou o galpão integrado, economia criativa, investimento na cultura e no esporte, e reforçou que a solução para todos estes temas nasce dos municípios. Disse que, dentro desta ótica municipalista trazida pelo governador, pelo vice-governador e pelo secretário de Desenvolvimento Regional - que tem assumido este protagonismo e a quem agradece - os municípios têm de fato uma oportunidade para se colocar, uma vez que este governo tem dado voz, ouvidos e portas abertas para que todos possam falar e integrar um plano para melhorar a vida das pessoas.

Alertou não ser mais possível ficar nas mídias e redes sociais apenas fazendo reclamações, mas que é preciso sair das poltronas e confortos, arregaçar as mangas para que venham as soluções tão desejadas para este espaço de difusão e debate.

Por fim, agradeceu quem acompanhava a discussão pelas plataformas virtuais e aproveitou para fazer um convite para o encontro de sábado próximo, às 11h, em que receberia em Jaboticabal o vice-governador e toda a comissão do governo do Estado de São Paulo para inauguração do Poupatempo e para anúncio de todas as outras obras que o governo tem trazido para Jaboticabal.

Finalizou a fala ressaltando a alegria em fazer parte deste novo momento da história do governo de São Paulo, o qual voltou a ser a locomotiva do Brasil, e partilhar deste momento histórico.

A seguir tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** – MC-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI_Marcos-Campagnone_Ribeira%CC%83o-Preto.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – CL-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT_AP_Contextualizacao-MH.pdf)
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** – BB-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT-AP-RMRP_19-01-22.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates.

A agente Cultural da Prefeitura de Jaboticabal, atualmente Diretora de Cultura do município, ressaltou que, em conjunto com prefeito fizeram a leitura do Caderno Preliminar de Propostas e perceberam, desde 2019, ao longo de algumas reuniões na RMRP, que a cultura não faz parte das Funções Públicas de Interesse Comum dentro da lei que cria a RMRP.

Diante disso, sugeriu então que a cultura seja integrada como campo de interesse comum entre os 34 municípios da RMRP, bem como a criação de uma Câmara Temática específica de “Desenvolvimento Cultural e Patrimonial” para a qual já foram definidas três propostas, as quais somam 21 ações: i. fortalecimento dos sistemas municipais de cultura e dos sistemas de informações e de indicadores culturais, baseados na Lei Federal 12.343 de 2010, que cria o Plano Nacional de Cultura); ii. criação de um sistema regional de políticas culturais, voltado a atender às demandas da região e; iii. fortalecimento do desenvolvimento do patrimônio cultural regional. Estas propostas foram desenvolvidas em reuniões dentro do Fórum de Cultura Metropolitana de Ribeirão Preto (criado em 2019), pautadas em diagnóstico realizado pelo Prof. Emerson quando do desenvolvimento de seu programa de governo (o qual contém 11 metas para a área cultural). Estas propostas serão, por sua vez, protocoladas na plataforma.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos solicitou que fosse encaminhado para o presidente do Conselho a criação desta Câmara temática para facilitar a integração com os municípios. Pediu também contribuições do consultor da Fipe para esclarecer que no projeto de

Lei da nova regionalização está contemplada a cultura como uma das possíveis Funções Públicas de Interesse Comum da RMRP. Deste modo, aprovada a Lei, o Conselho da RMRP poderá criar a Câmara Temática proposta.

Esclareceu ainda que o PL segue para apreciação da Assembleia Legislativa ainda em fevereiro deste ano, reforçou o pedido das contribuições via plataforma digital para inserção no PDUI da RMRP, e agradeceu a todos que acompanham pelo ambiente virtual. Por fim, convidou o prefeito de Jaboticabal para as colocações finais de agradecimento e encerramento da audiência pública.

O prefeito de Jaboticabal agradeceu pelo trabalho feito pela Secretaria de Desenvolvimento Regional ao lado da Fipe, levando a proposta do municipalismo a todos os municípios. Agradeceu também a todas as autoridades presentes anteriormente nominadas, a todos os participantes, representantes de entidades de classe, sociedade civil, e a quem acompanhou pelas plataformas virtuais.

Reforçou o espaço de debate, o espaço de formação coletiva, o espaço onde todos têm o dever de contribuir para o melhor do estado e o melhor dos municípios. Por fim, ressaltou que Jaboticabal está de portas abertas e abraços calorosos para receber a todos.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos, reforçou que todos os documentos produzidos e a gravação na íntegra desta audiência pública estão disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>), por onde seria possível enviar propostas em até 7 dias úteis após esta data. A audiência também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=ReZVRi4wN7o>).

Balanco de Presenças da AP Jaboticabal - 26/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+Fipe
46	5	22	24	68	29	97

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jaboticabal	Câmara Municipal	Assessor do Vereador Mauro Cenço	AAZ	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário de Planejamento	ACAF	Presencial
RMRP	Forum Pró Cultura da Região Metropolitana de Ribeirão Preto		AC	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		AFVB	MEET
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		AD	Chat
Jaboticabal	OAB	Presidente	ALBV	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		BN	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jaboticabal	101 FM	Diretor	CA	Presencial
Guariba	Igreja	Pastor	CES	Presencial
Monte Alto	Prefeitura	Secretário de Governo	CER	Presencial
Ribeirão Preto	SAA/CATI/EDR Ribeirão Preto		CHPS	Chat/Formulário YouTube
Jaboticabal	101 FM	Radialista	CC	Presencial
Jaboticabal	Secretaria da Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente de Jaboticabal		CM	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR	CL	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		CG	Chat
Guariba	Prefeitura	Relações Institucionais	DL	Presencial / Mesa
Jaboticabal	Secretaria da Educação de Jaboticabal		DCBS	Formulário YouTube
São Paulo	Desenvolvimento Regional SP	Cerimonial	Desenvolvimento Regional SP	Chat
Jaboticabal	101 FM	Repórter	DMQ	Presencial
Taiúva	Prefeitura	Vice-prefeito	DA	Presencial / Mesa
Guariba	Câmara Municipal	Assessor Legislativo	ES	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	R. Escolar	EL	Presencial/Chat
Jaboticabal	Prefeitura	Prefeito	ERC	Presencial / Mesa
Ribeirão Preto	FEA-RP/USP	Professor	EJG	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		EV	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Chat/Formulário YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Chat/Formulário YouTube
Jaboticabal	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente/Departamento de Agricultura	Diretor	GR	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Chat/Formulário YouTube/Meet
Jaboticabal	não menciona	Agente Administrativo	HD	Presencial
Jaboticabal	Câmara Municipal	Assessor Parlamentar do Vereador Gregório Casagrande	HM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulário YouTube
Jaboticabal	Câmara Municipal	Assessora de Gabinete	IS	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		IAM	Chat/Formulário YouTube/Meet
Jaboticabal	MN ODS SP	Coordenadora	IAC	Presencial
Pitangueiras	Jairo Som		SP	MEET
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Jaboticabal	Equipe Fipe		JTN	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes		JMAN	Chat
Jaboticabal	Departamento da Pessoa com Deficiência		JRB	Formulário YouTube
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereador	DR	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário da Fazenda	JCFR	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário	LSRN	Presencial
Jaboticabal	Prefeitura	Secretária de Educação	LHV	Presencial
não menciona	Sociedade Civil	Cidadã	LB	Formulário YouTube
São Paulo	SSAM/SDR		LD	MEET
Jaboticabal	Polícia Militar	Subtenente	LARJ	Presencial
Batatais	Prefeitura	Prefeito	LFBGJ	Presencial / Mesa
Monte Alto	Prefeitura	Secretário de Desenvolvimento	LFN	Presencial
Jaboticabal	FCAV/Unesp	Professor	MB	Presencial
Jaboticabal	Sociedade Civil	Cidadão	MDP	Presencial
Ribeirão Preto	Câmara dos Deputados	Assessor Parlamentar do Deputado Federal Peternelli	MAB	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial / Mesa
Monte Alto	Prefeitura	Prefeita	MHR	Presencial / Mesa
São Paulo	Cidadã		MLSOW	Chat/Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MLC	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		MY	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		MRL	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		MB	Chat
São Paulo	SDR/Fipe		MH	MEET
Jaboticabal	Secretaria Municipal de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SAAMA/PMJ		MJB	Formulário YouTube
Jaboticabal	Prefeitura	Vice-prefeito	NG	Presencial / Mesa
não menciona	Sociedade Civil	Cidadão	ORFR	Chat
Jaboticabal	Amajob	Presidente	OSJ	Presencial
Jaboticabal	Sociedade Civil	Cidadão	OSN	Presencial
Guariba	não menciona	Professor	PEP	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa		PCM	Formulário YouTube
Jaboticabal	Câmara Municipal	Presidente	PH	Presencial
Guariba	Câmara Municipal	Vereador	PRDP	Presencial

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Taquaral	Prefeitura	Prefeito	PSCO	Presencial / Mesa
Batatais	Câmara Municipal	Vereador	RP	Presencial
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereadora e presidente	RA	Presencial / Mesa
não menciona	não menciona	não menciona	RDS	Chat
Jaboticabal	não menciona	não menciona	RK	Chat
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário Negócios Jurídicos	RMQ	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	MEET
São Paulo	Equipe Fipe		RFG	Chat
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereador	RR	Presencial
Pitangueiras	Secretaria Municipal de Infraestrutura de Pitangueiras-SP	Secretário	RAT	Chat/Formulário YouTube
Jaboticabal	Prefeitura	Secretário de Governo	RMP	Presencial
não menciona	não menciona		RB	Chat
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Chat/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		SHCR	MEET
São Paulo	Equipe Fipe		SM	Chat
Pitangueiras	Prefeitura	Chefe de Gabinete	SDSO	Presencial / Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		SS	Chat
Jaboticabal	Prefeitura	Diretora de Cultura	TC	Presencial
Guariba	Câmara Municipal	Vereador	TF	Presencial
Jaboticabal	Câmara Municipal	Vereadora	VB	Presencial
São Paulo	Secretaria de Turismo e Viagens do Estado SP	Secretário	VFG	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Chat/Formulário YouTube
Monte Alto	Prefeitura	Diretor	WRD	Presencial
Guariba	Câmara Municipal	Assessor	W	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		ZAIM	Chat/Formulário YouTube

V.3. Sub-região Ribeirão Preto: 28/1/2022

Horário: 9h às 11h30

Local: Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP)- Rua João Penteado, 2237 – Jardim Sumaré, Ribeirão Preto-SP

Municípios convidados: Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumond, Guatapará, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.

A abertura foi feita pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional, que deu boas-vindas a todos e explicou que a audiência pública tem

como objetivo principal, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, apresentar e debater o conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas com a população metropolitana, envolvendo gestores públicos, comunidade técnica, pessoa jurídica e sociedade civil, visando dar conhecimento, colher subsídios e referendar as proposições nele contidas, previamente à elaboração da minuta de lei que será enviada ao executivo estadual e, posteriormente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Explicou que seria apresentado o Caderno de Insumos para Estimular o Debate que detalha de forma preliminar a proposta de Macrozoneamento Regional e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) identificadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional em parceria com a, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Informou que foram realizadas outras duas audiências públicas com este mesmo intuito para detalhar os trabalhos realizados nas sub-regiões de Batatais e Jaboticabal nos dias 24 e 26/01. Agradeceu as presenças de todos que acompanham na Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP) e na transmissão ao vivo pela internet no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, no Youtube.

Agradeceu à AEAARP pela cessão de uso do espaço e de toda infraestrutura necessária para a realização da audiência e, também, a prefeitura de Ribeirão Preto que desde o início, não mediu esforços para ajudar na divulgação e na elaboração deste tão importante plano de desenvolvimento da região e pelo apoio principalmente na geração das imagens para o ambiente virtual.

Expôs o regulamento da audiência pública (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/1.-RMRP_AP_-PDUI-Jesse.pdf) e informou que as propostas para a sub-região podiam ser feitas por meio do formulário próprio, também disponível na plataforma digital no prazo de até sete dias úteis a partir da data em que aconteceu a reunião.

Em seguida, foram apresentadas as saudações do secretário de Desenvolvimento Regional e do coordenador-geral da Fipe.

Após as saudações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos iniciou a chamada para a formação da mesa diretora que foi composta pelas seguintes autoridades:

- Vice-prefeito de Ribeirão Preto
- Vice-presidente da AEAARP
- Secretário de Desenvolvimento Regional
- Prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto
- Presidente do Parlamento Regional
- Presidente da Uvesp
- Prefeito de Cravinhos
- Prefeito de Dumont
- Prefeito de Guatapar
- Prefeito de Pontal
- Prefeito de Pradópolis
- Prefeito de Santa Rita do Passa Quatro

- Prefeito de Serrana
- Ministério Público
- Vereador de Brodowski
- Representante do prefeito de Luiz Antonio
- Representante do prefeito de Sertãozinho
- Secretário de governo de Barrinha
- Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto
- Assessor de Gabinete de São Simão
- Consultor da Fipe

O vice-prefeito de Ribeirão Preto foi o primeiro a falar e cumprimentou todas as autoridades presentes. Agradeceu a AEAARP pelo apoio e começou dizendo que acompanha essa luta desde o início e que hoje Ribeirão Preto já tem o seu Plano Diretor e encaminharão para a Câmara Municipal, em fevereiro, a Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo e o Plano de Mobilidade Urbana.

Disse, ainda, que com a aprovação do PDUI da RMRP, os municípios terão um prazo de 3 anos para se adequar e isso é necessário por causa de todos os problemas e que já percebem um grau de conurbação de algumas cidades com Ribeirão Preto e é preciso prever soluções.

Lembrou que o governo do Estado já vem trabalhando no futuro macroanel com o objetivo de evitar movimentos grandes no anel viário de Ribeirão Preto. Diz que não é para a região inteira, mas, impedir esse tipo de veículo grande.

Afirmou que o governo do Estado está focado para resolver as questões regionais das cidades. Disse ser preciso ter um orçamento mais impositivo do governo estadual e das prefeituras no sentido de resolver os problemas regionais e isso envolve recursos.

“Se não tiver recursos não adianta ficar discutindo porque as situações precisam ser enfrentadas com investimentos”, afirmou. Disse que Ribeirão tem o Hospital das Clínicas, o Hospital de Serrana e que a Prefeitura de Ribeirão Preto tem feito um esforço para construir mais com a administração futura do Estado de São Paulo.

Acredita que terão um ganho com a construção do Aeroporto Leite Lopes que trará um protagonismo importante para a região, assim como foi Viracopos para Campinas. Lembrou que antigamente falava-se que Ribeirão era a Califórnia brasileira, então é preciso enfrentar todos os problemas, como o do saneamento e é preciso discutir regionalmente como enfrentar, como as cidades deverão se comportar com essa regionalização.

Colocou que são muitos temas a serem debatidos e espera que a sociedade civil participe com críticas e sugestões para que se tenha um plano metropolitano para o futuro para que a região possa crescer de forma sustentável, gerando empregos, renda e dando qualidade de vida para a população, com saúde e educação.

Cumprimentou o secretário de Desenvolvimento Regional que é o principal responsável por esse projeto estar de pé. Justificou a ausência do prefeito que é grande entusiasta da região metropolitana, mas ele precisou ir a uma reunião em São Paulo para discutir a gratuidade nos ônibus que

vêm onerando muito o sistema de transporte e agora o governo federal entendeu que tem que ajudar grandes cidades do Brasil e destacou que o prefeito é um dos lutadores sobre essa questão na Frente Nacional dos Prefeitos.

O vice-presidente da AEAARP cumprimentou todas as autoridades presentes e representantes da sociedade civil. Destacou que o Ministério Público terá grande importância no processo de criação da região metropolitana.

Colocou que a AEAARP acompanha a criação da região metropolitana desde o início e que conta cada vez mais com a presença maior dos prefeitos da região, diz que é de Luiz Antonio, mas reside em Ribeirão Preto e faz um trabalho de voluntariado que acha importante para se ter, de forma unida, um progresso social muito importante. Destacou que com união é que se atinge os objetivos. Disse ainda que a associação sempre estará presente e é um prazer receber essa audiência pública.

O secretário de Desenvolvimento Regional acompanhava a audiência remotamente e fez uma saudação aos participantes cumprimentando a todas as autoridades. Disse ser um prazer participar deste momento tão importante.

Disse que ao longo do último período foram feitos investimentos fundamentais nos municípios. “Os prefeitos têm feito mandatos históricos nas suas cidades, a partir das reformas feitas no Estado e de investimentos, talvez, nunca feitos antes com tanta constância e nessa magnitude, em cada uma das cidades”, ressaltou.

Afirmou ainda que é sabido que se não forem trabalhadas resoluções de médio e longo prazo para as cidades e regiões não será possível dar os passos adiante desse processo. “Portanto, dentro desse conceito, busca-se retomar o processo do fortalecimento do interior, descentralização de poder, participação da sociedade nas decisões da região, o que chamamos de nova regionalização do Estado de São Paulo e dentro disso, há uma expectativa grande na região de Ribeirão Preto para que ela possa ser uma região muito avançada na sua governança”, disse.

O secretário afirmou ainda que, nesse momento, com as decisões tomadas no governo, está sendo montado um tripé da regionalização. “Primeiro, é o processo de criação do Fundo de Desenvolvimento Regional para ter investimentos do governo do Estado, das prefeituras e internacionais para desenvolver projetos de cunho regional. O segundo ponto é a criação do Conselho de Desenvolvimento Regional, que hoje através dele está acontecendo essa reunião, que terá a participação da sociedade civil que é um grande pleito do Ministério Público. O terceiro ponto que é fundamental é o planejamento das regiões. Com isso, todos acompanharam a reforma feita pelo governo que é uma revisão das formas do que era preciso superar para atingir os objetivos”, explicou.

Destacou o trabalho feito pela extinta Emplasa que fez um trabalho histórico, mas que no entendimento do governo a parceria com a sociedade civil daria mais agilidade e contundência nesse processo. Ele disse que é isso o que tem sido feito após a extinção da Emplasa. “Todos os PDUIs esperados há tanto tempo nas regiões do Estado de São Paulo. Portanto, essa audiência pública é para que vocês possam apresentar porque aqui não tem prato pronto quanto aos rumos da região, o que precisa é ter investimento estratégico para 20 ou 30 anos para concluir o Plano de Desenvolvimento e aprovar na Assembleia, em 2022 com uma ampla discussão com os parlamentares, uma construção conjunta para São Paulo ter um planejamento de médio e longo prazo”, afirmou.

Disse também que há muito interesse para investir em São Paulo. Revelou que houve a inauguração de uma grande fábrica chinesa e também teve um investimento grande no agronegócio. “Enfim, cada dia nós vemos o capital internacional interessado em investir no nosso país e vamos conseguir trazer esses investimentos para as nossas regiões”, destacou.

O prefeito de Batatais e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto seguiu o protocolo de agradecimentos e destacou que esta foi a terceira audiência pública da Região Metropolitana de Ribeirão Preto que possui 34 municípios integrados. “Um se interliga com o outro e temos um trabalho coletivo a ser realizado”, sinalizou.

Declarou que os prefeitos da região metropolitana estão ansiosos para criar as câmaras temáticas, mas, a pedido do governo do Estado de São Paulo, a primeira reunião de trabalho será agendada após a realização das três audiências públicas, com a presença do secretário do Desenvolvimento Regional e vice-governador para tirar do papel a criação da Agência Metropolitana e do Fundo Metropolitano para que a região tenha recursos necessários para o desenvolvimento de políticas públicas para todos os municípios.

Continuou dizendo que o PDUI tem que ser discutido com a sociedade civil e com as entidades de classe para que seja possível identificar as reais necessidades da região e que essas ações se tornem realidade. “A população necessita que as ações se tornem realidade, principalmente aqueles que mais precisam do poder público”, destacou.

Afirmou que todos os municípios têm os mesmos problemas e o que muda é o tamanho. “Cada município tem a sua peculiaridade, mas têm questões importantes para incluir no Plano Regional. Os problemas comuns são relativos a saúde pública, regulação dos leitos de UTI pelo sistema CROSS, segurança pública, resíduos sólidos, turismo porque a região tem muitas cidades turísticas, saneamento básico, questões hídricas entre outras”, descreve.

Continuou dizendo que as ações estratégicas precisam ser definidas em conjunto entre os prefeitos para definir políticas públicas que resolvam esses problemas, possibilitando melhor condições de vida à população. Disse acreditar que a reunião será muito proveitosa e que todas as discussões sejam agraciadas com a ajuda do governo do Estado de São Paulo.

“Com a criação da agência metropolitana e do Fundo de Investimentos será possível aplicar essas políticas públicas em benefício dessa comunidade”, disse.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos reforçou que os temas e apresentações da audiência podem ser consultadas e as propostas encaminhadas pela plataforma digital, onde os prefeitos devem detalhar as suas demandas regionais ao governo do Estado. Passou a palavra ao presidente do Parlamento Regional.

O presidente do Parlamento Regional saudou a todos e disse que a reunião é importante porque foi um trabalho árduo para a região metropolitana ser criada. Afirmou desejar unir esforços, junto com todos, para viabilizar um trabalho que se iniciou há muito tempo.

Disse que há dois anos foi instituído o Parlamento Metropolitano e foi dado o pontapé inicial nessa jornada. Continuou dizendo que, desde então, os prefeitos estão numa árdua tarefa de fomentar o debate, fóruns, congressos para debater as melhorias que a região demanda ao governo do estado.

“Portanto, esse desenho já está completamente preparado e vamos fazer uma compilação de tudo que já foi estudado sobre resíduos sólidos, saneamento, transporte público, segurança, saúde”, afirmou.

Disse que todos esses temas já foram incansavelmente debatidos pelos prefeitos, pelos parlamentos regionais, os vereadores, as entidades civis organizadas, hoje representada pela presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto.

Ainda fez um apelo ao secretário de Desenvolvimento Regional para que seja enviado o projeto de lei para a Assembleia Legislativa, tirando a região metropolitana do papel. “É preciso criar a agência metropolitana e o fundo de investimento para que todas as discussões não sejam em vão”, disse.

Citou como exemplo Pradópolis, que quando entrou para a região metropolitana há quatro anos, achou que era um grande negócio e durante esse período nada aconteceu em termos de execução. “Pelo contrário, Pradópolis perdeu convênios federais porque passou a ser reconhecida como uma cidade metropolitana e até hoje não pode fechar convênios federais, ou seja, a cidade perdeu”, afirmou.

Essa é a urgência que solicitou ao governo do Estado para que seja acelerado esse processo porque os prefeitos têm sido heróis, enfrentando a pandemia, as demandas na área da saúde, mas têm sido parceiros do governo do Estado apoiando-o.

Propôs a união de todos os prefeitos para lutar pela implementação da RMRP. Disse ainda que ficará no Parlamento Regional até 2023 e que espera não sair sem que isso tenha sido resolvido. “É preciso tirar do papel a agência e o fundo metropolitano porque nós é que somos cobrados na rua sobre essa demora e não temos mais o que falar para uma população de dois milhões de habitantes”, enfatizou.

Ressaltou também que os prefeitos são heróis, respeitam a região metropolitana, estão presentes na audiência pública, portanto, o respeito do governo do Estado tem que ser recíproco.

O presidente da Uvesp cumprimentou a todos e sugeriu que todos ouvissem as palavras que seriam ditas pelo consultor da Fipe. Disse que quando se fala em cidades inteligentes e encurtar caminhos lembra do trabalho feito na Emplasa e no Cepam onde foram companheiros.

Continuou dizendo que, neste momento, vivemos o momento municipalista em que o poder local está sendo reconhecido nas audiências públicas e que tem o apoio da sociedade civil na discussão da nova regionalização, do Ministério Público do Estado que tem aplaudido e ajudado para que tudo na sociedade chegue ao alcance da população.

Afirmou ainda que todo o processo de desenvolvimento tem que atingir as pessoas que estão nos municípios, que vivem o dia a dia da cidade. Disse que o Brasil tem hoje 45 milhões de pessoas com deficiência e a Uvesp organizou uma caravana das pessoas com deficiência e conhece as dificuldades para mobilidade.

Contou que foi desenvolvido um aplicativo que acaba com as dificuldades dessas pessoas que moram em Ribeirão Preto. “Sabemos que 14% da população de cada município tem algum tipo de deficiência”, disse.

Afirmou que, no processo de desenvolvimento, prefeitos e vereadores precisam trabalhar juntos e cumprimentou todos os vereadores que participam do Parlamento Regional pelo trabalho que

fazem. “São 34 Parlamentos Regionais que reconhecem o trabalho do governo do Estado da nova regionalização”, afirmou.

Destacou que o turismo é o maior empregador do Brasil porque tem 36 setores de serviços e é um setor que os municípios precisam explorar. Lembrou quando esteve em Nova Iorque para conhecer, na sede da ONU as obras de Cândido Portinari e as obras de Portinari estão em Brodóski. “Daí nasceu a ideia da interiorização do desenvolvimento através do turismo, fazendo com que os brasileiros conheçam o seu país. Hoje, por causa da pandemia, os brasileiros querem conhecer o seu país e temos as melhores rodovias do país. O Estado de São Paulo tem a concentração do turismo nacional e a RMRP tem cidades turísticas que precisam ser alavancadas”, analisou.

Disse ainda que as pessoas moram no município, mas vivem na região por essa razão o processo de regionalização é muito importante.

O deputado federal cumprimentou a todos e disse que, com a tecnologia e as novas formas de participação, não basta a democracia representativa, tem que ser democracia participativa e que participativa é diminuir a distância entre o poder público e a sociedade.

Ressaltou que Ribeirão tem uma sociedade civil representativa e é preciso complementar essa representação com toda a inteligência que há em Ribeirão Preto, toda a pujança, todo o vigor do setor de serviços precisa ser incorporado nas audiências para diminuir a distância com o poder público.

Continua dizendo que, do ponto de vista do poder público, Ribeirão tem uma representação muito positiva tanto pelo governador e o vice-governador como pelo secretário de Desenvolvimento Regional, mas também de órgãos do governo, Cetesb, Secretaria da Agricultura, mas, é preciso uma ação mais integrada.

“Acontece de secretarias estaduais duplicarem tarefas e isso significa desperdício de recursos públicos. Precisa haver integração dos órgãos estaduais”, destacou.

Disse ter acompanhado o governador na região de Bauru onde foi instalado o Canal Direto e que Ribeirão Preto tem que ter também. “É um local onde os diferentes órgãos públicos possam estar a presentes para decidir, tudo que hoje é decidido em São Paulo, passar a ser decidido na região evitando a ida constante dos prefeitos para São Paulo, de acordo com o princípio São Paulo sem papel, de acordo com os princípios da desburocratização, que tenha mais poder de resolutividade aos órgãos estaduais na região”, afirmou.

Destacou ser importante destacar a presença dos prefeitos e que o legislativo é outro pilar importante. Disse ainda haver um problema sério com transporte no lado de uma conurbação que existe, em Sertãozinho, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana que tem um movimento diário de fluxo de pessoas, quer seja por saúde ou por trabalho.

“Particularmente, é preciso disciplinar o trabalho feito pelas vans que é importantíssimo. Não dá para continuar convivendo com crises sucessivas e com as discussões com a Artesp. Isso vai ao encontro de uma ação do DER que lançou a proposta do macroanel de Ribeirão Preto que integrará rodovias e mudará o tráfego de caminhões pesados”, pontuou.

Destacou, também, a gestão de resíduos sólidos. “Aterros que possam ser integrados e processamento de resíduos para geração de energia mais amigáveis, a questão ambiental ganhando eficiência”, disse.

Na área de saúde, disse que o SUS dá atenção primária, secundária e terciária e precisa se integrar numa visão de desenvolvimento urbano integrado. O deputado ainda levantou a questão sobre o Aquífero Guarani e a gestão de água que, segundo ele, é necessário estar no plano integrado porque é estratégico manter essa riqueza e cuidar dela adequadamente.

Finalizou seu discurso dizendo que, com 31 anos de idade, tomou posse na Assembleia Legislativa do Estado e que nessa época a Constituinte estava sendo preparada em Brasília em 1987, depois em 1988 a constituição Estadual começou a ser revista e ele ficou com a relatoria do Projeto de Lei onde as bases da regionalização estão lá.

“Conceitos como aglomerados urbanos, microrregião e região metropolitana que foram colocados na Constituição, agora estão sendo implementados. Mas é preciso desdobrar no fundo regional e no orçamento regionalizado com a definição de prioridades para a região, gestão integrada pelos prefeitos, para inverter o processo respeitando as demandas locais, ter prioridades regionais”, disse.

Afirmou ainda acreditar que essa reunião vai influenciar o envio do Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa para que seja criado o fundo regional que é a base para o orçamento regionalizado.

O prefeito de Cravinhos agradeceu a todos e fez uma saudação em nome da prefeitura e dos vereadores ao governador, ao vice-governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional por tudo o que tem sido feito para a cidade e para o Estado de São Paulo porque “nunca teve uma gestão estadual com tanto recurso como essa”.

Disse que vários prefeitos já sofreram quando estiveram em Brasília e não puderam ser recebidos porque faziam parte da região metropolitana, na época só no papel. Afirmou ter certeza de que o Projeto de Lei irá para a Assembleia e os prefeitos vão parar de sofrer com isso, vão fazer o plano e cada prefeitura fará o seu trabalho junto com região metropolitana.

O prefeito de Dumont cumpriu os protocolos, agradeceu a todos e disse que já passou da hora de a região metropolitana sair do papel. Ressaltou que o motivo da ausência de muitos prefeitos é o desânimo por muitas reuniões feitas sem nada ir para frente. “Cada reunião que era feita, diminuía mais a presença dos prefeitos”, disse.

Colocou ainda que os prefeitos assinaram vários projetos e convênios que foram negados em Brasília por serem municípios metropolitanos. Disse esperar que logo todos possam dizer que são da região metropolitana. “Os problemas dos municípios são iguais, saneamento, água, resíduos sólidos etc., e é preciso discutir como região metropolitana e incentivar os prefeitos a voltar a participar”, ressaltou.

Afirmou existir um documento sobre a criação da região metropolitana de 2016 que todos os prefeitos e vereadores assinaram e em 2022 nada aconteceu. “Em 2019, tentaram fazer uma reunião com o governador só para acertar quanto o Estado pagaria e quanto os municípios deveriam pagar, e não conseguiram e até agora estão de mãos atadas”, afirmou.

O prefeito de Guatapará agradeceu o convite e disse que o trabalho é difícil para todos para os prefeitos e para o governo. “Tudo o que foi falado aqui acontece em todos os municípios”, enfatizou.

Afirmou que Guatapará precisa de uma estação de tratamento de esgoto. “Não é só isso, vamos esperar que melhore”, disse. Disse ainda que sua presença é para pedir o que o município precisa.

O prefeito de Pontal cumprimentou todos os presentes e disse não ser fácil para o executivo, vários prefeitos já desabafaram e lembrou que o secretário de Desenvolvimento Regional nunca disse não para os municípios.

Disse que, além das três vicinais, o município recebeu do governo do Estado 35 milhões de reais e espera que esse governo continue com o vice-governador. Disse que os municípios precisam de pessoas corajosas. “Não interessa a profissão ou a função do cidadão porque é diferente de quando se enfrenta uma faculdade, o interessante é ter uma pitada de amor em tudo que se faz porque o resultado é trazer uma qualidade de vida melhor para a municipalidade”, destacou.

Destacou ainda a importância do orçamento regionalizado porque já foi 18 vezes em reuniões no Palácio do Governo incluindo a Alesp e todos atenderam de forma solícita. Levantou os principais problemas do município e disse estar fazendo um esforço e conseguiu passar uns PLs para prorrogar a reforma tributária porque nessa crise não dá para onerar a população do cotidiano.

Lembrou ainda que todos os prédios públicos estão há mais de 10 anos sem reforma e nas UBSs chove dentro. “O prefeito fica no automático para, sem orçamento tentar resolver os problemas e com muito esforço e responsabilidade foi feito um orçamento com planejamento para o município terceirizar para um sistema de IOS para diminuir o índice da folha e sobrar um pouco mais para se levar uma saúde de qualidade para a população”, explicou.

Sobre saneamento, revelou que a cidade tem 95% de água tratada e esgoto, mas tem um distrito com 5 mil habitantes que não tem tratamento nenhum. “Por isso, é importante o PL da região metropolitana ir para Assembleia para a região ter o orçamento regionalizado para que os prefeitos possam melhorar a qualidade de vida da população”, defendeu.

O prefeito de Pradópolis, depois de ter cumprimentado a todos, disse ter selecionado cinco temas para serem discutidos pela região metropolitana.

Destacou que o processo de criação da RMRP não avançou porque não tinha recurso. “Quando o governador assumiu, fez reformas impopulares, administrativa, tributária e trabalhista e hoje o governo do Estado tem cerca de 25 bilhões de reais que vai possibilitar a criação do Fundo Metropolitano e aí a região metropolitana poderá sair do papel”, disse.

Sobre transporte público disse que a população sofresse muito durante a pandemia porque Pradópolis tem uma transportadora que leva as pessoas para Jaboticabal e Ribeirão Preto, mas a prefeitura não tem poder sobre eles, quem regulamenta é a Artesp que não atende os prefeitos. “Na pandemia, mesmo com o comércio fechado os ônibus andavam com cerca de 40 pessoas em pé, lotados. Então o prefeito toma uma decisão por causa da pandemia e a Artesp que tinha de reduzir a quantidade de pessoas, não fazia nada. É uma discussão necessária pelo coletivo, não dá para um ônibus transitar pelas estradas com essa quantidade de pessoas em pé, sem segurança nenhuma. Precisamos chamar a Artesp para uma reunião presencial com todos os prefeitos”, lamentou.

O segundo tema levantado foi a falta de leitos para regulação. Usou como exemplo um caso que aconteceu de que o SAMU precisou levar uma pessoa infartada para Ribeirão Preto, com vaga zero e a única ambulância que o município tem ficou presa por 6 horas, com o paciente dentro esperando por uma vaga. “Ribeirão não está mais dando conta. Na frente do HC sempre tem ambulâncias esperando vagas. Recentemente, foi feito um documento e o vice-governador disse que vai aten-

der e nos ajudar. Continua dizendo que nesta semana o governador inaugurou um Hospital Regional em Cruzeiro para atender 470 mil pessoas da região. É preciso discutir essa questão”, disse.

Lembrou que os hospitais de Serrana e Batatais foram regionalizados, mas disse ser preciso um para a região. Lembrou que quando o fundo for criado, uma parte o governo do Estado assumi e outra tem que ser arcada pelo município.

O terceiro tema foi sobre a criação de emprego que, em pesquisa feita no município, é o primeiro item necessário para a população. Comentou ser muito difícil, que tem um distrito industrial em Pradópolis que ficou abandonado durante muitos anos e para regularizar tudo, é necessário um investimento de 5 milhões.

Comentou que o vice-governador arrumou um recurso para começar a alancar o distrito industrial para ele gerar empregos e disse ser preciso discutir regionalmente incentivos para distritos industriais.

O quarto tema foi sobre o novo marco do saneamento, criado recentemente. “Ocorre que os prefeitos tinham que até julho de 2021 para enviar uma lei para a Câmara criando a taxa do resíduo sólido para cada município tratar o seu e que em 2020, fez uma licitação em Pradópolis, contratou uma empresa para levar o resíduo para uma área e, depois, para Sertãozinho onde é feita a separação e a destinação. Isso custa ao município 41 mil reais”, disse.

Comenta, ainda, que a maneira como a criação dessa taxa foi passada para a população foi muito errada e os vereadores não aprovaram a lei que foi para a Câmara em quase nenhum município porque os moradores ficaram abordando os vereadores na rua para saber se eles aprovariam a taxa do lixo, o que inviabilizou a implantação do marco do saneamento.

O quinto tema foi sobre os moradores de rua. Pradópolis tem 22 mil habitantes, mas, já tem esse problema. Disse ter tentado levar alguns para a Comarca de Guariba para internar, mas por lei, o prefeito não pode, a menos que a pessoa aceite a internação. “Ocorre que essas pessoas são abandonadas pela família e estão sempre sob o efeito do álcool ou da droga”, afirmou.

Disse que quando a população vê essa situação massacra o prefeito e o mesmo acontece em São Paulo e considera que é um assunto a ser debatido conjuntamente. Para finalizar disse que Pradópolis já tem uma estação de tratamento de esgoto feita em 1988 quando a cidade tinha 8 mil habitantes e que, desde 2017, começou a correr atrás de recursos para aumentar a capacidade e descobriu que cidades com menos de 50 mil habitantes que pertencem a uma região metropolitana ficam impedidas de receber recursos para saneamento.

“Na época com a ajuda de um deputado foi feito um convênio com a Funasa de 5 milhões, mas não foi concretizado porque tem esse impedimento na LOA Federal, para os municípios com menos de 50 mil habitantes”, afirmou.

Disse ainda que, na época, chegou a ir na Emplasa para solicitar a retirada de Pradópolis da região metropolitana, o que não foi possível porque a RMRP foi criada por lei estadual. Comentou que 12 prefeitos foram a Brasília falar com o presidente da Funasa que prometeu lutar para tirar esse artigo da LOA, mas infelizmente não foi retirado.

Afirmou que todos os municípios que não têm estação de tratamento de esgoto serão impedidos de receber recursos federais. Solicitou que seja elaborado um documento assinado pelos 34 prefeitos

tos para solicitar a um deputado para agendar uma reunião com quem faz a lei orçamentária em Brasília para resolver essa questão. Terminou dizendo que conseguiu com uma parceria com a Usina São Martim e com o governador para fazer uma obra de saneamento de 14 milhões.

Por fim, agradeceu ao governador, ao vice-governador e ao secretário de Desenvolvimento Regional pelo apoio e disse que todos os prefeitos elogiam a distribuição de recursos feita por essa gestão.

O prefeito de Santa Rita do Passa Quatro cumprimentou todas autoridades e pessoas presentes e remotas e disse que Santa Rita é uma pequena cidade que quando a região metropolitana for institucionalizada ela será na Rodovia Anhanguera a primeira cidade da região metropolitana.

“Será o portal da região metropolitana adquirindo uma importância e um protagonismo muito maior”, disse.

Afirmou desejar que a região metropolitana se configure como um organismo vivo, proativo e que possa trazer benefícios para todas as cidades porque todas têm os mesmos problemas e a região metropolitana é fundamental para fortalecer os prefeitos e se engrandecer ainda mais. Diz que fica na torcida para que a lei seja aprovada o quanto antes pela Assembleia Legislativa.

O prefeito de Serrana afirmou que fica feliz com a grande presença das autoridades da região na audiência. Cumprimentou todas as autoridades e disse ser inegável a importância da região metropolitana porque vai elevar a condição dos municípios, principalmente os pequenos que, sozinhos, não teriam a melhoria da qualidade de vida e coletivamente conseguirão e, com isso, trazer políticas públicas voltadas para a região.

Apontou ser preciso tirar a região metropolitana do papel e criar o Fundo Metropolitano que é importantíssimo para coletivamente, pensar macro, em políticas públicas que possam resolver os principais problemas da saúde, transporte, destinação correta do lixo.

Disse ainda ter certeza que, coletivamente, conseguiram viabilizar a região metropolitana. Resaltou a importância da atual gestão estadual por tudo que fizeram para os municípios da região. Continuou dizendo que todos os prefeitos sabem como hoje é acessível estar no Palácio e como o secretário de Desenvolvimento Regional aproximou os prefeitos do governo fazendo com que as demandas fossem atendidas muito mais rápido.

O representante do Ministério Público agradeceu ao prefeito pelo convite e a todas as autoridades presentes por estar participando desse processo. Elogiou os vereadores que foram alunos dele e disse que são motivo de orgulho.

Afirmou que a audiência poderia ser chamada de audiência pública da angústia e diz que quer somar as suas próprias angústias pela falta de materialização e que a criação da região metropolitana é um processo irreversível e se ela já existisse com o seu fundo de investimentos, a região teria enfrentado melhor a pandemia porque teria uma política pública, apesar do negacionismo e do desmonte do sistema SUS pelo governo federal.

Falou ser preciso materializar a região para resolver os problemas. Lembrou que a Constituição de 1988 foi chamada de “carta cidadã” e, em seguida, um jornalista escreveu que era cidadania de papel pela falta de materialização das conquistas e da participação popular.

“A Constituição é fantástica assim como a lei que fala sobre as regiões metropolitanas porque quando se fala em estatuto se pressupõe um regramento de todos para gerir interesses comuns porque não dá para pensar mais municípios isoladamente”, disse.

Afirmou ainda que o estatuto prevê que os Planos Diretores Municipais devem ser adequados com os Planos de Desenvolvimento Urbanos Integrados. “Isso é política pública”, disse.

Afirmou ainda ser um momento histórico e a região tem força porque é a mais rica de um dos estados mais ricos do país. “A região tem força política e econômica para forçar essa materialização da região metropolitana”, disse.

Citou alguns problemas como o do transporte que para ele é criminoso porque há mais de 40 anos as mesmas empresas operam as mesmas linhas. “Isso é cartel e compromete a prestação de serviços públicos”, apontou. Deu exemplo da instauração de um inquérito policial em Cravinhos por conta disso.

Disse que a região metropolitana tem que existir para acabar com os serviços de péssima qualidade que vêm sendo prestados no transporte público, no saneamento básico. “É preciso resolver problemas com o patrimônio público e cultural, resolver as questões ambientais, ou seja, o próprio estatuto prevê tudo isso”, enfatizou.

Afirmou ainda que todos falaram muito bem e colocou o Ministério Público à disposição. Disse atuar na área de habitação e urbanismo, portanto, está no mesmo barco e vai remar no mesmo sentido. Terminou dizendo que o problema dos moradores de rua também é um problema regional e envolve saúde, ação social, moradia e o que falta é política pública.

“Precisa uma integração da comunidade terapêutica para evitar que a pessoa após o tratamento volte para as drogas, mas, é preciso capacitar as pessoas para reintegrá-las na sociedade e para isso precisa de política pública”, destacou.

Deu exemplo de pessoas que estão em programas sociais e querem um emprego e condições sociais para se sustentar e sair dos programas sociais. Citou o caso de moradores de rua que não querem ir para os abrigos porque lá tem ponto de drogas e desejou boa reunião a todos.

O representante do prefeito de Brodowski pediu desculpas pela ausência do prefeito e explicou que o município está com um problema sério de água porque tem três poços profundos e dois deram problema simultaneamente e o município está em estado de emergência. Disse que tudo o que foi citado pelos prefeitos é o que acontece em toda a região.

Dirigiu-se ao presidente do Parlamento Regional e disse acreditar que, com a força que ele está se empenhando, a região metropolitana vai sair do papel. Endossou as palavras do prefeito de Cravinhos porque está há 22 anos na política e nunca viu o governo do Estado priorizar tanto os problemas dos municípios e que sai das reuniões com políticas públicas de verdade.

Afirmou que o país tem a oportunidade de ter um gestor de verdade que tem coragem de tomar as decisões que é o atual governador e que continua dizendo que o vice-governador é um gestor preparadíssimo e que os municípios não podem perder essa oportunidade.

O prefeito de Luiz Antonio começou sua fala dizendo estar feliz por fazer parte desse momento histórico de participar de um trabalho de concretizar políticas públicas no Estado e na região metropolitana.

Afirmou ter certeza de que nesta data está sendo planejado o caminho certo para a região e para a população que tanto sofre. Concorde que é preciso desenvolver um trabalho sério para os moradores de rua e acredita que desenvolvendo um trabalho que dê educação para mudar a mentalidade dessas pessoas e das crianças que são o futuro.

O representante do prefeito de Sertãozinho justificou a ausência do prefeito e disse que essa luta vem de 2009 e que é preciso manter essa união e a cobrança porque o secretário de Desenvolvimento Regional está muito empenhado na causa e os municípios precisam demonstrar esse interesse que a região tem.

Disse que parafraseando o promotor essa poderia se chamar a reunião da angústia porque em todas as falas dos prefeitos os problemas são comuns e se todos se unirem, com essa força e pujança da região, num colegiado, terão muito mais força para buscar os recursos necessários que o governo do Estado vem viabilizando e que é preciso otimizar a aplicação desses recursos. Tem certeza de que quando a Assembleia voltar a funcionar essa lei será aprovada e a Região Metropolitana de Ribeirão Preto passará a existir de fato e de direito.

O secretário de governo de Barrinha disse que entre os avanços que o governo do Estado de São Paulo propiciou ao município que foi a criação do Sistema Sem Papel e que a maioria dos municípios depende das emendas parlamentares indicadas pelos deputados para as benfeitorias e a criação do Sistema foi muito importante porque diminuiu a burocracia, é totalmente digital e propicia mais agilidade no acompanhamento das emendas parlamentares.

Afirmou ainda que os municípios não dispõem de recursos para aplicar em obras, melhoria de infraestrutura, aquisição de equipamentos e o sistema implantado foi um avanço muito grande.

Disse concordar com tudo que foi dito sobre os moradores de rua porque é um problema que cresce a cada dia e precisa ser resolvido por todos e que nas casas de recuperação a maioria das pessoas tem profissão, mas por causa do vício acabam se perdendo, por isso é importante uma política pública de inserção no mercado de trabalho.

Deu como exemplo o “Programa Recomeço”, que dá ao cidadão que sai de uma clínica de recuperação a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, por um certo tempo trabalhando para o município com uma ajuda de custos.

Quanto ao saneamento básico, alguns municípios possuem autarquias, outros concessões, mas na maioria o tratamento de água e esgoto é feito pela própria gestão e todos estão com prejuízo porque todo mês colocam recursos do próprio bolso para manter o sistema funcionando. “A questão hídrica tem que ser levada a sério para poder resolver o problema”, disse.

Destacou também que todas as medidas para resolver essa questão são impopulares e os municípios dependem das câmaras municipais para aprovar essas medidas e geralmente não passam e esse ônus fica para o município.

Ressaltou que a tarifa de água e esgoto é muito pequena e a despesa só cresce, o mesmo acontece com a conta de energia que se comparada com o preço de 2 anos atrás com o preço atual é absurdo. “É uma despesa que só cresce e uma receita que só cai”. disse.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto disse que é preciso ter perseverança e que quando as coisas ficam difíceis, aí que tem que ter união e todos têm que participar para as autoridades sentirem o interesse, se começa esvaziar, demonstra desânimo.

“O prefeito de Pontal falou nas carências e ele diz que não chegará o dia em que não haverá mais carências porque as carências são próprias do ser humano, nas prefeituras, nas nossas casas e nas nossas vidas”, disse.

Afirmou ser preciso ter sabedoria para resolver as mais eminentes e como representante da sociedade civil na audiência se dispõe a fazer uma reunião para convidar OAB, a IARP, sindicato rural, Fiesp, Sindicato de Turismo entre outros representantes da sociedade civil para que juntos possam ouvir e fechar questões a favor da região metropolitana.

Disse pretender que participem dessa reunião representantes da região metropolitana para apresentarem a importância, que muitas vezes a sociedade ainda não percebeu quando a região estiver efetivada. Essas entidades, trabalharão cada uma no seu setor para que isso aconteça. A sociedade civil tem obrigação de ajudar e dizer que isso é importante para a região. Finalizou dizendo que vão colaborar para todos contarem com o apoio da sociedade civil.

O assessor de gabinete de São Simão cumprimentou a todos e justificou a ausência do prefeito vitimado pelo covid. Começou sua fala dizendo que a cidade de São Simão também tem as suas angústias e a maior é a falta de tratamento de esgoto e isso faz com que o desenvolvimento econômico seja mais lento.

Disse que também tiveram problema junto a Funasa e estão trabalhando muito para realizar esse sonho. Clama ao governador ao vice e ao secretário de Desenvolvimento Regional que sempre atendem o município, para que colaborem com mais recursos para que seja mais rápido, considerando que o desenvolvimento econômico de São Simão passa por essa ETE.

Afirmou sair feliz da reunião porque viu a manifestação dos prefeitos e disse que a população tem que aprovar o esforço de cada prefeito que está lutando para a região metropolitana se tornar realidade. Reforçou ainda que sai feliz da audiência por ter visto motivação de todos e espera que a consolidação da região saia em breve e que na próxima todos participem para agradecer.

O consultor da Fipe cumprimenta a todos os participantes presentes e remotos e disse ao promotor público que no Estatuto da Metrópole o ministério Público tem um destaque muito importante. Lembrou que o Estatuto nasceu na Emplasa em 2013, quando ele era presidente, diante da necessidade de se ter uma visão compreensiva do território da região metropolitana porque o Estatuto da Cidade trouxe a obrigatoriedade de municípios metropolitanos elaborarem seus planos diretores e dessa maneira, era necessário um referencial de toda a região.

Continua dizendo que esse foi o fator que desencadeou a proposição feita, junto ao deputado que batalhou junto ao Congresso Nacional a aprovação do Estatuto da Metrópole que é uma lei que traz a questão da governança interfederativa e a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI.

Disse ser uma alegria muito grande participar de uma audiência tão representativa onde todos reconhecem o esforço do governo do Estado de São Paulo e que na atual audiência representava a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destacou que a união de todos os prefeitos é fundamental para a consolidação da região metropolitana, que o governo do Estado é idealista da questão metropolitana, regional, que há muitos anos lutam por isso.

Falou ser importante todos entenderem a ligação da proposta da nova regionalização com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. “Hoje o governo tem um projeto que está tramitando na Procuradoria Geral do Estado para ser enviado para a Assembleia Legislativa propondo a nova regionalização do Estado de São Paulo que passará a contar com 32 unidades regionais, sendo 9

regiões metropolitanas, 9 agrupamentos urbanos e 14 regiões de Estado, cada uma com um arranjo institucional de governança e um plano territorial que será feito em todas as 32 unidades regionais. Isso é muito importante e vai propiciar uma gestão mais efetiva do nosso território”, explicou.

Destaco ainda que o arranjo de governança interfederativa vai ser modificado com essa nova lei e o conselho que hoje são representantes do Estado, contará com a participação da sociedade civil e estamos defendendo um projeto de lei que seja representante das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), ou seja, entidades que atuem no saneamento, no desenvolvimento econômico, no meio ambiente, na moradia, na mobilidade etc.

“Será um conselho tripartite organizado dessa forma. Também foi encontrada uma saída para trazer para dentro dessa governança interfederativas, o legislativo que atuará num arranjo institucional de um Conselho Consultivo como o Parlamento Regional”, explicou.

Afirmou ainda que do lado do Estado terá uma Agência Estadual de Desenvolvimento e que, em 2019, a discussão da criação da agência foi interrompida porque não se conseguiu superar as exigências do Ministério Público e da Secretaria da Fazenda. “A proposição agora é de uma Agência Estadual com escritórios regionais com representações das agências em cada unidade regional. Um quadro mais enxuto, voltado para a atividade finalíssima e a área meio que é a área contábil e administrativa”, disse.

Explicou que essa agência estadual dará suporte para os Conselhos de Desenvolvimento de cada unidade regional e que o Fundo de Desenvolvimento Regional terá aportes do Estado e dos municípios com o objetivo de bancar projetos em nível regional.

Quanto ao transporte intermunicipal destacado por todos os prefeitos, tem um técnico da Secretaria de Transportes e Logística que tem acompanhado as audiências públicas que informou estará com o secretário para propor uma política pública para todo o Estado, nas regiões, no formato da concessão dos aeroportos, ou seja, fazer um mix porque tem regiões que podem ter uma boa rentabilidade e outras que não seriam atrativas para o setor privado. “Dessa forma, unindo o Estado, os municípios e as empresas, é possível equacionar os problemas do transporte intermunicipal”, disse.

Lembrou que o governador no seu primeiro dia de mandato criou a Secretaria de Desenvolvimento Regional para cumprir uma promessa de campanha de fazer uma gestão municipalista. “Há um aumento na interação entre as pessoas, principalmente pelo avanço da tecnologia que possibilitou essa maior interação entre pessoas, empresas e poder público e nesse sentido está se dando uma nova conceituação aos requisitos para a consecução de regiões metropolitanas porque a lei atual ainda fala muito na significativa conurbação e pelos critérios do IBGE, somente São Paulo e Campinas atenderiam esses requisitos”, disse.

Explicou que na proposta atual, não só a significativa conurbação é importante, mas o grau de integração dos fluxos entre os municípios em uma determinada região porque os problemas metropolitanos, regionais são problemas de fluxos, da água, do esgoto, das pessoas, das mercadorias, do mosquito da dengue, do coronavírus que precisam ser enfrentados de forma regional.

Em seguida tiveram início as apresentações pela equipe Fipe, também disponíveis na plataforma digital da Região Metropolitana de Ribeirão Preto <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

- **Apresentação Geral do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)-MC-Fipe** (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/2.-PDUI_Marcos-Campagnone_Ribeira%CC%83o-Preto.pdf)
- **Proposta de Ordenamento Territorial** – CL-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/3.-PPT_AP_Contextualizacao-MH.pdf)
- **Proposta das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)** – BB-Fipe (https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/4.-PPT-AP-RMRP_19-01-22.pdf)

Após as apresentações, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos deu início aos debates.

A audiência foi encerrada com o aviso de que a íntegra ficaria disponível – assim como todos os produtos que foram elaborados até esta data – na plataforma da região metropolitana (<https://rmp.pdui.sp.gov.br>) que também receberia as propostas até 7 dias úteis após a realização da audiência. A íntegra também pode ser vista no canal da Secretaria de Desenvolvimento Regional, no Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=mSsz_FTcUN0).

Balanco de Presenças da AP Ribeirão Preto - 28/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	5	33	13	86	18	104

Registro de Presenças

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Diretor de Urbanismo	AFL	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Câmara Federal	Deputado	AJ	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	não menciona		BCC	Chat YouTube
não menciona	Associação para Proteção Ambiental de Caconde (APAC)		CHB	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Esportes	Diretor Técnico 1	EL	Chat YouTube
Pontal	Secretaria Geral de Governo	Secretário de Governo	ANS	Presencial
Serra Azul	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	Diretor	AAP	Presencial
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Equipe Arnaldo Jardim	ABN	Presencial
Dumont	Prefeitura	Prefeito	AFF	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretaria de Justiça	AH	Presencial
Serra Azul	Prefeitura	Engenheiro Civil	AP	Presencial
Luiz Antônio	Prefeitura	Vice-prefeito	ARN	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		AFVB	Meet

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
São Paulo	Equipe Fipe		ALRC	Formulário YouTube/Chat
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		ASP	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretaria de Infraestrutura	ADS	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretário	ADA	Presencial
Jardinópolis	Secretaria da Saúde/ Controle de Vetores		AASB	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		BCC	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		BB	Presencial
São Simão	Gabinete	Assessor	CAMR	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Secretaria de Infraestrutura	Secretário	CENA	Presencial
Ribeirão Preto	SAA/Cati	Diretor Técnico	CHPS	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Engenheiro Civil	CHS	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Meio Ambiente	Secretária	CD	Presencial
Ribeirão Preto	Planejamento e Gestão Pública		CRA	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		CL	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Vice- prefeito	DMG	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Assessor de Maurício Gasparini	DM	Presencial
São Paulo	SDR		Desenvolvimento Regional SP	Chat YouTube
Ribeirão Preto	ACIRP	Presidente	DB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		FPC	Meet/Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		FDD	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Educação	Secretário	FE	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		FCAC	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		FHAB	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	AEAARP	Vice-presidente	FJ	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura		FRP	Formulário YouTube
Barrinha	Secretaria de Governo	Secretário	FG	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		FTR	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe	Bibliotecária	GAT	Meet
Ribeirão Preto	Prefeitura		GP	Formulário YouTube
Pontal	Prefeitura	Assessor Técnico Gabinete	GHSD	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Mobilidade Urbana	Diretora	HM	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		HCAP	Formulário YouTube

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Ribeirão Preto	ACIRP	Coordenador Jurídico	IGLG	Presencial
São Paulo	não menciona		IS	Meet
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Turismo	Secret. de Turismo	IP	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Chefe de Emprego	IC	Presencial
Cravinhos	Prefeitura	Prefeito	IGB	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		IM	Meet
Ribeirão Preto	CREA SP	Gestor VGI-RP	JTAJ	Presencial
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor	JJ	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Saúde		JCM	Presencial
Guatapar	Prefeitura	Prefeito	JCNS	Presencial/Mesa
São Paulo	Secretaria Estadual de Logística e Transportes (SLT)		JMAN	Chat YouTube
Ribeirão Preto	ACIRP	Coordenador Relaes Institucionais	JML	Presencial
Santo Antonio da Alegria	Secretaria de Cultura e Turismo	[?]	J	Presencial
Guatapar	Prefeitura	Prefeito	JCS	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Departamento de Urbanismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		L	Chat YouTube
Serrana	Prefeitura	Prefeito	LCC	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Fórum Pr-Cultura da RMRP		LDM	Formulário YouTube
Serrana	Câmara Municipal	Vereadora	LRSP	Chat/Formulário YouTube
não menciona	não menciona		LSF	Formulário YouTube
Batatais	Prefeitura	Prefeito	LFBGJ	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		LGBM	Formulário YouTube
Sertãozinho	Secretaria de Cultura e Turismo	Secretário	MP	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	Prefeitura	Superintendente de Transporte	MSG	Presencial
Santa Rita do Passa Quatro	Prefeitura	Prefeito	Marcelo Simão	Presencial/Mesa
Ribeirão Preto	não menciona		MAFD	Chat YouTube
Cravinhos	Prefeitura	Vice-prefeito	MB	Presencial
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Representando Deputado Federal General Peternelli	MAB	Presencial
São Paulo	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR)	Secretário	MV	Mesa

Município	Instituição	Cargo	Nome	Presença: Presencial/chat e formulário/YouTube/Meet
Brodowski	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	MAA	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MC	Presencial
São Paulo	Sociedade Civil	Arquiteta Urbanista	MLSOW	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		MYM	Formulário YouTube/Chat
Ribeirão Preto	Câmara Municipal	Vereador e Presidente	MG	Presencial/Mesa
São Paulo	Equipe Fipe		MH	Presencial
Ribeirão Preto	Mega Sistema de Comunicação	Diretor	MRM	Presencial
São Simão	Câmara Municipal	Vereador	OMM	Presencial
Ribeirão Preto	CETESB/RP	Gerente	OO	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		PCMB	Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secret. Obras	PLP	Presencial
Ribeirão Preto	Prefeitura	Secretário da Casa Civil	RA	Presencial
São Paulo	Equipe Fipe		RF	Meet
Jardinópolis	Secretaria de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente	Secretário	RP	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Prefeitura	Assessor	RHMS	Presencial
Sertãozinho	Secretaria de Cultura e Turismo		RT	Chat YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		RN	Meet
não menciona	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Urbano		RAF	Formulário YouTube
São Paulo	Equipe Fipe		SHCR	Meet
São Paulo	Uvesp	Presidente	SM	Presencial/Mesa
Brodowski	não menciona		SB	Chat YouTube
Pradópolis	Prefeitura	Prefeito	SB	Presencial/Mesa
Pradópolis	Prefeitura	Prefeito	SM	Presencial
Serrana	Câmara Municipal		Uma escola estadual no município de Serrana	Formulário YouTube
São Paulo	Secretaria Estadual de Turismo e Viagens	Secretário	VF	Chat YouTube
Jardinópolis	Vetores Zoonoses		Vetores Zoonoses	Chat YouTube
Ribeirão Preto	Secretaria de Meio Ambiente	Chefe de divisão	VC	Presencial
Ribeirão Preto	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano		VA	Formulário YouTube
não menciona	não menciona	Engenheira civil	WMV	Chat/Formulário YouTube
Ribeirão Preto	Ministério Público	Promotor de Justiça	WBT	Presencial/Mesa
não menciona	PDU-23		WECJ	Chat/Formulário YouTube

MEMÓRIA DAS CÂMARAS TEMÁTICAS.

Memória das Câmaras Técnicas realizadas no período de 8 a 17/3/2022

Aglomerção Urbana de Franca
Região Metropolitana de Ribeirão preto
Região Metropolitana de Jundiá
Região Metropolitana de Piracicaba
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI da Aglomeração Urbana de Franca (AUF), que aconteceu no dia 8 de março de 2022.

Pauta: Análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temáticas abordadas:

Planejamento Urbano
Meio Ambiente
Habitação
Transporte
Saneamento Ambiental
Desenvolvimento Econômico
Atendimento Social

Prefeituras participantes:

Prefeitura municipal de Franca
Prefeitura municipal de Ipuã
Prefeitura municipal de Ituverava
Prefeitura municipal de São Joaquim da Barra

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos saudou os participantes e explicou que o objetivo da reunião era apresentar o trabalho elaborado pelos técnicos da Fipe com as propostas recebidas das prefeituras municipais e da sociedade civil para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Franca.

Explicou, ainda, que o Caderno Final das Propostas, após avaliação das prefeituras municipais e entidades da sociedade civil, será levado ao Conselho de Desenvolvimento Regional, que também receberá a minuta do Projeto de Lei com os seus anexos, para aprovação e posterior envio ao governo do estado.

Em seguida, passou a palavra ao prefeito de Franca, que também é o presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional, para dizer qual é a expectativa com relação ao PDUI e contribuir junto com a sua equipe na finalização do projeto.

O prefeito de Franca começou sua fala parabenizando as mulheres pelo Dia Internacional das Mulheres. Disse considerar um dia muito importante para diminuir toda a opressão existente, aumentar o respeito às mulheres, principalmente à mulher negra. Agradeceu o empenho da Fipe e da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) para fechar a proposta para a região, que, segundo ele, vai propiciar melhores condições de vida à população.

Disse, ainda, que a região é composta por municípios pequenos que precisam se desenvolver, e não têm poder de investimentos para solucionar os problemas existentes. Para ele, o processo de diagnóstico feito pelos técnicos vai trazer para a região uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento regional, no sentido de que, melhorando a infraestrutura, o processo de saúde, o processo de acompanhamento da assistência aos municípes, conseqüentemente, melhorará a qualidade de vida de todos. Agradece à equipe dizendo que estão firmes para que se possa oferecer um pedaço do estado, cada vez melhor.

Agradeceu ao vice-governador, ao secretário de Desenvolvimento Regional e à chefe de Gabinete da Secretaria. Ressaltou que o vice-governador tem se empenhado e trabalhado com os municípios da região. “Enfim, todos trabalhando para deixar uma contribuição para a reunião”, afirmou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a ajuda do prefeito e da equipe das prefeituras municipais de Franca e de Ituverava presentes e deu seqüência à reunião.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe saudou a todos e disse que a reunião servia para que a Fipe pudesse dar uma devolutiva sobre tudo o que foi feito até o momento por meio do processo participativo, que foi significativo, especialmente no que diz respeito ao encaminhamento de propostas.

Comentou que a equipe da Fipe ficou muito satisfeita com o que recebeu até o momento da AUF, que encaminhou, via formulário, 99 propostas, sendo 90 do poder público e 9 da sociedade civil. Para a coordenadora, isso revela o quanto as prefeituras ficaram engajadas na construção coletiva do que se quer para um futuro próximo de 10 anos que é o período de revisão que o PDUI deve ter.

Cumprimentou os representantes das prefeituras presentes na reunião que, para ela, foram as pessoas que, de fato, estiveram debruçadas sobre os documentos, acompanharam as discussões e fizeram propostas.

Iniciou a apresentação dos primeiros slides, antes de passar a apresentação do balanço das propostas para a coordenadora, e disse que o primeiro slide é para rememorar o que já havia sido apresentado nas audiências públicas sobre o que é o PDUI, o processo de elaboração e a importância das regiões assumirem, conjuntamente, o PDUI enquanto diretriz para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), para o macrozoneamento, para rever os planos diretores municipais, para articular as políticas setoriais, não só entre os municípios, mas entre eles e o governo do estado porque muitas das políticas setoriais são desenhadas pelo governo do estado.

Destacou ainda que o macrozoneamento deixará claro aquelas áreas onde devem ser observadas restrições à urbanização, por fragilidades que elas possam ter ou por reservas de valor que elas devem ter como condição para o desenvolvimento. Como também, aquelas áreas que precisam de regularização fundiária urbana. Não é o caso da Aglomeração Urbana de Franca (AUF) que é uma região que não apresenta problemas de precariedade de regularização fundiária.

No slide seguinte apresentou um mapa em que constava a perspectiva de uma rede de cidades, ainda que incipiente. Os municípios, a partir de Franca, São Joaquim da Barra, Ituverava vão for-

mando densidades demográficas que dão maior equilíbrio na região. Isso tudo ditado, não só pelos fluxos, mas também, pela poderosa rede viária da região.

Em seguida foi apresentado o processo participativo, os resultados obtidos até o momento e o resultado específico da análise de todas as propostas elaboradas a partir de um balanço das propostas recebidas.

Solicitou à coordenadora da UR que fosse compartilhada uma apresentação sobre a análise das propostas apresentadas, elaboradas a partir de critérios objetivos e justificativas também objetivas para não aceitação de algumas.

A íntegra desta apresentação está disponível no link abaixo e na plataforma digital da Unidade Regional no endereço: https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Apresentacao_CT_AUF_-7-3-22_aprovada.pdf Após a apresentação do balanço das propostas, a coordenadora técnica do projeto destacou como relevante o fato de parte das propostas que foram aceitas ou aceitas parcialmente terem gerado propostas novas. “O que é muito interessante porque incorpora um olhar de quem vivencia a realidade local dos municípios, dentro de um contexto regional”, disse.

Ainda ressaltou que isso foi muito positivo, não só para a equipe da Fipe, como também para os técnicos saberem o quanto os poderes públicos, estadual e municipal, estão atentos para a pauta regional. “Foram encaminhadas 90 propostas do poder público e 09 da sociedade civil, o que é muito gratificante e produtivo para a equipe da Fipe porque, para ser executado, o PDUI precisa da participação de todos”, afirmou.

Destacou como questão importante a disposição da equipe da Fipe para fazer conversas específicas com os municípios. “Para isso é necessário fazer uma solicitação à Fipe que na sequência agendará a reunião. Essa solicitação pode ser feita pela plataforma digital”, explicou.

A coordenadora recomendou, ainda, a consulta aos **Produtos 9 e 12**, disponíveis na plataforma digital para indicar aquilo que não ficou claro e que poderá ser esclarecido em uma reunião específica. Esclareceu que a Fipe tem um contrato com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e precisa fechar esse documento no final de março.

“Nesta semana e na próxima serão realizadas reuniões com as demais unidades regionais, mas, paralelamente, a Fipe já está atendendo as demandas específicas e esclarecendo dúvidas sobre a avaliação das propostas”, detalhou.

Na sequência, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos passou a palavra ao coordenador institucional da Fipe, que pontuou ser importante passar para todas as pessoas que estão contribuindo com o PDUI a natureza da territorialidade do plano.

Disse, ainda, ser preciso deixar claro que o plano tem como eixos, Meio Ambiente, Transporte e Mobilidade, Habitação e Uso do Solo, mas as políticas sociais têm a mesma prioridade, porém, elas são objeto de estudo, debate e planejamento no âmbito das Câmaras Temáticas e o Conselho é que irá priorizá-las. “Ou seja, só muda o enfoque, visto que o Conselho vai tratar de todas as políticas sociais e territoriais. Porém, para as de natureza territorial, o Conselho tem como apoio o PDUI e, para as demais políticas sociais, os debates serão desenvolvidos no âmbito das Câmaras Temáticas, que vão levar subsídios, propostas e planos de ação para o Conselho”, ressaltou.

Ressaltou que era importante esse esclarecimento porque as pessoas poderiam achar que o PDUI dará conta de todas as políticas e, se não faz, qual a utilidade? “É preciso ter claro que, no próprio governo do estado, as políticas sociais têm uma estrutura gigantesca”, disse. Deu como exemplo educação, saúde e segurança, que possuem estrutura com capacidade de planejamento, de implementação e recursos. “Já as políticas territoriais têm que ser tratadas de forma integrada, com uma sofisticação maior na sua proposição, no uso do geoprocessamento, na leitura do território por especialistas e pela própria sociedade”, destacou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu o esclarecimento porque essa é uma dúvida também das demais regiões. “Deve ficar claro o papel das Câmaras Temáticas na abordagem das políticas sociais. Com a efetividade do Conselho de Desenvolvimento e com o empenho do prefeito Alexandre, como são assuntos urgentes os três eixos de segurança, saúde e educação, com certeza serão tratados de maneira especial e imediata”, disse.

A coordenadora técnica do projeto-Fipe complementou a fala do coordenador sobre o entendimento e esclareceu que quando a equipe falava em desenvolvimento econômico e atendimento social, saúde e educação estão inseridas. A diferença é que, ao fazer o macrozoneamento, a equipe indicará onde o equipamento da política social, de caráter regional deverá se localizar.

“O PDUI, na questão saúde, tanto na saúde como na educação, a Câmara Temática precisa fazer um estudo de demanda e, a partir do macrozoneamento, indicar onde esses leitos podem ser alocados ou porque já tem uma estrutura viária que favoreça esse deslocamento ou porque a infraestrutura de saúde pode ser complementada e suplementar serviços que estão incipientes. No macrozoneamento, a macrozona de uso urbano consolidado vai escolher esses locais de zoneamento para que esses equipamentos de caráter regional das políticas sociais, sejam elas de saúde ou educação possam estar contempladas”, disse.

Acrescentou, ainda, que no caso de educação é bom lembrar que o ensino médio superior pode ser de caráter regional, mas o ensino fundamental e a primeira instância não, já que pela política nacional, são eminentemente municipais. “A política de saúde também tem uma hierarquização. As quatro complexidades maiores que são de atendimento regional e hospitalar estarão nesses equipamentos, mas são hierarquizadas”, disse.

Ainda exemplificou que a distribuição de leitos pode estar em algumas centralidades que as regiões apresentem. Então, a natureza da territorialidade informa para as políticas sociais os melhores locais para que essa especialização do serviço de atendimento social possa ser realizada.

O coordenador institucional do Projeto Fipe complementou dizendo que a lei de criação do SUS diz que a saúde deve ser tratada em âmbito regional. “O SUS traz a regionalização da saúde. Pode haver um questionamento sobre a saúde ser regional e a resposta é que sim e está tratada nas Funções Públicas de Interesse Comum”, destacou.

O prefeito de Franca disse que a região tem algumas demandas e a vivência traz essa possibilidade. Comentou que se esse estudo tivesse sido feito há dois anos, a região poderia evitar os últimos incêndios. Destacou que houve um incêndio de proporções catastróficas e hoje todos falam de incêndio, ou seja, acende uma luz que mostra ser preciso preparar a região para enfrentar e evitar uma nova ocorrência. “Há dois anos a região teve uma seca brutal que culminou com o incêndio que atingiu quase 90% do território de cada uma das cidades. Isso mostra para os munícipes a necessidade de um estudo constante porque a necessidade é uma

hoje e amanhã ela pode se apresentar de uma maneira diferente e temos que dar conta dessa demanda”, enfatizou.

Disse ainda que o caráter da regionalização da saúde, no caso da Santa Casa, especificamente, apesar de estar em Franca ela é a única referência de alta densidade ambulatorial e hospitalar da região. Explicou que todos os problemas de alta densidade tecnológica drenam para ela que é incapaz hoje, operacionalmente, tecnicamente e de capacitação de atender. “Ela é espetacular, mas, a capacidade instalada da Santa Casa é aquém da demanda que a região precisa. Por isso, as pessoas falam da necessidade de um hospital estadual regional para atender a região inteira”, explicou.

Afirmou que isso precisa ser debatido fora do foco do PDUI, mas nas suas Câmaras Técnicas, mas também, outros problemas. Explicou ainda que tem um problema sério de moradores de rua e algumas cidades têm uma regra que só podem oferecer passagem até 100KM, mas, Franca oferece passagem para o Brasil todo e as demais cidades mandam todos os moradores de rua para Franca. Ressaltou que o assunto faz parte do processo e deve ser conversado nos debates do PDUI, nos debates com todos os prefeitos no Conselho para se criar uma política que seja de ação social, uma política social de âmbito regional que possa acolher a todos, as demandas e os dissabores de todos os prefeitos.

Agradece e disse estar contente por participar das reuniões porque é um processo que todos aprendem e tem algumas nuances interessantes, em relação às DRADs (*Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social*), em relação à Delegacia de Ensino, que é regionalizada, mas a região tem uma RAS (Rede de Atenção à Saúde) que pega quatro grandes DRS (Departamento Regional de Saúde), Franca, Ribeirão Preto, Araraquara e Barretos. Compõem a RAS 13 e parte deles está em outra região que tem outras prioridades e que dependem deles também. “Então, é um desafio muito grande e é muito bom poder participar desses debates e ajudar nesse processo para que a região possa resolver os seus problemas e se desenvolver”, destacou.

O coordenador institucional do Projeto Fipe complementou dizendo que, em inúmeras audiências públicas que participou, o vice-governador disse que tão logo sejam estruturados todos os Conselhos na nova regionalização do estado, ou seja, com as 32 unidades regionais já instaladas, ele vai providenciar a adequação da descentralização de todos os órgãos setoriais em conformidade com o desejo das unidades regionais. “Isso irá sanar a questão que o prefeito acaba de levantar”, disse.

Foi aberto para os participantes se manifestarem.

Como não houve manifestação dos presentes, a coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que a equipe aguardava a leitura mais aprofundada dos documentos e colocou-se à disposição para tirar dúvidas, seguindo para a fase final do Caderno de Propostas que a equipe deve apresentar para o Conselho na reunião de abril e, caso haja alterações na reunião, a Fipe irá adequá-las.

Explicou, ainda, que antes de enviar a minuta de lei e os seus anexos para o governo do estado, haverá uma última rodada de discussões com os secretários de estado que compõem os Conselhos e os prefeitos para que eles conheçam previamente. Quando houver a deliberação do Conselho, antes de o governo do estado encaminhar para a Assembleia Legislativa, eles conhecerão o PDUI e haverá uma oportunidade para secretários de estado que formulam políticas setoriais junto com os prefeitos entrarem em entendimento com relação às propostas para que elas possam ser compromissos interfederativos no âmbito do PDUI.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou que ainda existe um calendário de reuniões das Câmaras Temáticas das outras regiões e na sequência serão realizadas reuniões com os grupos de trabalho do setorial do estado para apresentar as propostas e o fechamento do caderno para a apresentação no Conselho.

Solicitou à coordenadora técnica do projeto uma previsão da data da Fipe para disponibilizar a apresentação.

Em resposta, a coordenadora disse que no mesmo dia de cada reunião a apresentação estará na plataforma digital e que, para o Conselho, o Caderno de Propostas será encaminhado depois dos debates com o setorial do estado.

“O Caderno de Propostas deverá ser enviado aos Conselhos na primeira semana de abril para já tomarem ciência, antes da apresentação que a Fipe fará”, explicou. Destacou ainda que seria importante que a sociedade civil participasse desse debate porque o Caderno de Propostas Final é um anexo da minuta de lei. O documento final será entregue em maio e em junho o Conselho deve aprovar a minuta final.

O coordenador institucional do Projeto Fipe levantou a questão do Projeto de Lei da Nova Regionalização que deverá ser encaminhado para a Alesp nos próximos dias e um dos temas que poderá gerar debate é o modo de inserção da sociedade civil no Conselho.

Destacou que a ideia clara que se tem é que a proposta conterà representantes das entidades que atuam nas Funções Públicas de Interesse Comum que recaiam em pessoas com notório conhecimento, atividades e experiência nas várias temáticas, mas o coordenador disse que esse é um tema caro na Assembleia Legislativa para os partidos que são adversários do governo. “Esse é um ponto que pode acabar em negociação”, afirmou.

Ressaltou ainda que não gostaria que eles aprovassem a mesma composição do Conselho das Cidades, por isso, sugeriu que os prefeitos mapeassem quais as entidades da sociedade civil com atuação regional poderiam participar do Conselho. “Tem a lista das FPICs e foi ampliado para saúde, cultura, educação que são políticas de natureza regional. Na cultura e na saúde um município pode complementar o outro. Pode ter um especialista em uma cidade e outros em outras”, disse.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos sugeriu ao prefeito que agendasse uma reunião do Conselho porque, se a revisão da Lei nº 760, que insere no Conselho a sociedade civil, tiver sido aprovada, a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos dará apoio aos prefeitos na busca das entidades mais representativas para que o Conselho apresente na próxima reunião.

“A proposta de data é para depois do dia 15 de abril, considerando a desincompatibilização de alguns secretários de estado e a necessidade que terão de pautar os seus substitutos sobre o andamento dos trabalhos. Um deles será o PDUI”, afirmou.

O prefeito de Franca aceitou as sugestões de trazer as entidades da sociedade civil e agendar a reunião do Conselho para a apresentação da Fipe e a coordenadora Técnica do Projeto-Fipe encerrou a reunião agradecendo às prefeituras municipais pela colaboração e colocando a equipe da Fipe à disposição.

Lista de presença - AUF

Município	Instituição	Cargo
Franca	Prefeitura Municipal	Prefeito
Franca	Prefeitura Municipal	Secretária de Desenvolvimento
Ipuã	Prefeitura Municipal	Chefe da Divisão de Obras, Engenharia, Trânsito e Meio Ambiente
Ituverava	Prefeitura Municipal	Secretário de Meio Ambiente
Ituverava	Prefeitura Municipal	Tesouro
Ituverava	Prefeitura Municipal	Secretário de Administração
Ituverava	Prefeitura Municipal	Não menciona
São Joaquim da Barra	Prefeitura Municipal	Departamento Municipal de Água e Esgoto
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Técnica
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora da UR-AUF
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora da UR-RMRP
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenador Institucional
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR-RMJ e RMP
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Fipe	Estagiária
São Paulo	Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos	Assessor
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que aconteceu dia 9 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temáticas abordadas:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura municipal de Barrinha
- Prefeitura municipal de Batatais

Prefeitura municipal de Cássia dos Coqueiros
Prefeitura municipal de Guaíra
Prefeitura municipal de Jaboticabal
Prefeitura municipal de Morro Agudo
Prefeitura municipal de Ribeirão Preto
Prefeitura municipal de Santo Antônio da Alegria
Prefeitura municipal de Serrana
Prefeitura municipal de Sertãozinho

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos e informou que o objetivo da reunião era apresentar a metodologia e o resultado das propostas recebidas das prefeituras municipais e da sociedade civil para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Explicou que o Caderno Final das Propostas, após avaliação pelas prefeituras e entidades da sociedade civil, será encaminhado para a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional, juntamente com a minuta do Projeto de Lei e seus anexos, para aprovação e posterior envio ao governo do estado.

Em seguida passou a palavra para a coordenadora técnica da Fipe para que fizesse suas considerações.

A coordenadora cumprimentou a todos os representantes das prefeituras, das secretarias e aos participantes da sociedade civil e explicou que o objetivo da reunião era dar uma devolutiva dos resultados do processo participativo ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

“A primeira etapa de discussões aconteceu nas Oficinas Regionais (ORs), em que foi apresentada uma versão preliminar do macrozoneamento e a leitura dos dados secundários das dinâmicas econômicas urbanas e das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), que resultaram em documentos: **Produtos 2, 3 e 4** – com a metodologia de como se chegou à proposta de macrozoneamento; **Produto 5** – a leitura da dinâmica regional – Panorama Regional e o **Produto 7** – diagnóstico feito em uma leitura de temas transversais em que são feitos cruzamentos setoriais entre as funções públicas”, explicou.

Informou que todos os documentos estão disponíveis na plataforma digital do PDUI-RMRP: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

Disse que, além das oficinas regionais, foram feitas reuniões setoriais com as secretarias do governo do estado de São Paulo para alinhar com o que se imaginava para a região, com as políticas públicas formuladas pelas secretarias, seja de habitação, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente, transporte.

“Na etapa seguinte, ocorreram as audiências públicas, com caráter híbrido-presencial e virtual –, que privilegiou a representação do poder público municipal e a grande maioria da sociedade civil, que acompanhou virtualmente pelo canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ao mesmo tempo em que a plataforma digital se manteve aberta para o recebimento das propostas do poder público e da sociedade civil”, explicou.

A coordenadora ainda recuperou as considerações feitas pelo coordenador institucional da Fipe nas audiências públicas sobre o PDUI e seus limites; em seguida a trajetória de elaboração do PDUI e seus produtos, sugeriu que os presentes possam revisitá-los na plataforma digital; e o balanço quantitativo das propostas e dos principais critérios utilizados do ponto de vista técnico para avaliação de cada proposta.

Iniciou dizendo que as condições de exigências do PDUI derivam do Estatuto da Metrópole, passando, portanto, a ser um instrumento legal que deve ser elaborado de forma cooperada entre estado, municípios e sociedade civil.

“Antes de se transformar em lei, deve ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, composto por prefeitos e secretários de estado e, a partir de agora, com representação da sociedade civil. Após a deliberação do Conselho, o poder executivo estadual encaminha à Assembleia Legislativa para os debates necessários e aprovação, e na sequência, é encaminhado para sanção do governador. Depois da aprovação do PDUI, os municípios devem compatibilizar seus planos diretores, em especial, com as diretrizes do macrozoneamento definido no PDUI, que as prefeituras já conhecem desde as oficinas regionais, e posteriormente nas audiências públicas com os devidos ajustes”, detalhou.

Sobre as limitações do PDUI, explicou que ele não sobrepõe as funções de competência dos municípios relativas à legislação urbanística, de modo que no PDUI não são tratados índices para ocupação e uso do solo, já que é competência do município.

“O PDUI dá diretrizes, a partir do macrozoneamento, de como o plano diretor deve absorver tais diretrizes para cada macrozona, como, por exemplo, as macrozonas de uso sustentável, que podem ser tanto de uso rural, como de uso urbano, e têm o objetivo de proteger os ativos ambientais ou culturais e, para tanto, os municípios deverão dizer quais são as regras de proteção em seus planos diretores, e o detalhamento dessa regra de proteção do uso e ocupação é dada pela lei de zoneamento”, detalhou.

A coordenadora explicou ainda que o PDUI é um plano de diretrizes, em que há o macrozoneamento de toda a região, e não a particularização do município. Dessa forma, existe a possibilidade de minimizar os desequilíbrios da ocupação desse território, seja por atividade rural, seja por atividade urbana.

Outra etapa são as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, que, a partir do PDUI, os municípios terão que detalhar tais diretrizes em planos de ação para implementação.

“Uma das diretrizes possíveis, como, por exemplo, na macrozona de uso sustentável, diz respeito à questão do local de aterro sanitário que deve ser definido por um plano regional elaborado conjuntamente pelos municípios em uma Câmara Temática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional”, disse.

Nesse sentido, o PDUI não determina a área que será ocupada pelo aterro sanitário, e sim as áreas que não podem ser ocupadas para este fim, que são as áreas de proteção integral ambiental.

A coordenadora falou sobre as diretrizes a serem observadas nas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, como, por exemplo, na macrozona de uso consolidado é onde esses índices de uso e ocupação podem ser maiores para adensar a ocupação no sentido de otimizar a infraestrutura existente. “Já na de uso sustentável nem pode haver uso e ocupação, e se os

municípios estiverem muito próximos de áreas de APP, de ativos hídricos, a densidade deve ser mitigada em função do ativo ambiental, e o instrumento que trata dessa mitigação é a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo”, diferenciou. Ao fazer as diretrizes para as FPICs, a coordenadora disse que estão mostrando a intersectorialidade das políticas públicas. “Portanto, os municípios, ao fazerem política de ordenamento territorial, devem observar que existe uma relação com a política de sistema viário e transporte público, com política de habitação, e a transversalidade deve acontecer, não sendo possível colocar área de habitação de interesse social em locais que não têm infraestrutura ou viário para o deslocamento da população. Esses limites serão colocados como conteúdo mínimo do PDUI, mas o detalhamento é de competência do município”, enfatizou.

Em seguida, apresentou uma retrospectiva dos trabalhos, rodadas de discussões e os documentos gerados no processo de elaboração do PDUI até o momento, além das próximas etapas após esta reunião.

Reforçou que todos os documentos, vídeos, apresentações, relatórios, incluindo o documento com o detalhamento da metodologia, critérios de classificação e análise das propostas recebidas, a apresentação e o áudio desta reunião da Câmara Temática estão disponíveis na plataforma digital do PDUI da RMRP (<http://rmp.pdui.sp.gov.br>).

Falou ainda sobre o canal de comunicação que foi criado para dar transparência ao processo de elaboração do PDUI e facilitar a colaboração para além da equipe técnica, e ser um canal para o atendimento de demandas vindas dos municípios e da sociedade civil.

Na sequência, fez um rápido balanço dos resultados das audiências públicas, no que diz respeito às propostas recebidas, à metodologia adotada e aos critérios para classificação, análise e aceitação das propostas, objeto central desta reunião.

“Foram recebidas um total de 97 propostas, sendo 89 do poder público e 8 da sociedade civil. Do total de propostas, 32 foram aceitas, 20 aceitas parcialmente e 45 não aceitas”, revelou.

Finalizou a apresentação dizendo que o detalhamento das propostas está disponível para consulta e análise na plataforma digital, nos produtos 9 e 12. Para dar continuidade à apresentação, passou a palavra à coordenadora de Unidade Regional para que fossem feitas as considerações a respeito das propostas recebidas.

A coordenadora da Unidade Regional começou sua apresentação com o balanço das propostas recebidas do poder público e da sociedade civil da região e os critérios de análise destas propostas que não possuem abrangência regional; aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole; aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais; vinculação com alguma FPIC citada na lei de criação da UR; intersectorialidade; identificação-diretriz, estratégia ou plano de ação; incorporação ao macrozoneamento; se a proposta necessita de desmembramento, se pode ser incluída integralmente, ou se necessita de substituição por outra nova proposta mais estruturada.

“Quanto ao balanço das propostas, foram recebidas 89 do poder público e 8 da sociedade civil, somando um total de 97. Destas, 32 foram aceitas, 20 aceitas parcialmente, e 45 não aceitas”, disse.

Em seguida, apresentou os quadros com o detalhamento das propostas recebidas, aceitas, não aceitas e justificativa, as acolhidas pelo PDUI de cada tema: Desenvolvimento Econômico e Aten-

dimento Social; Planejamento Territorial e Uso do Solo; Transporte e Sistema Viário; Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos.

Sobre as propostas estruturantes, disse que estão sendo reformuladas e pensadas de forma estruturada, pois têm que tratar de uma temática de maneira bastante completa, chegando até a se pensar em como será a governança e a implementação, porque é uma questão que impõe desafios, como, por exemplo, os resíduos sólidos: temos que pensar num plano, mas também em ações emergenciais, quais ações que o Conselho e a Câmara Temática podem pensar enquanto se elabora um plano.

Falou sobre a importância da etapa atual de elaboração do anexo ao projeto de lei que é o **Caderno de Insumos**, instrumento de gestão do PDUI.

Em seguida, passou a dar exemplos das propostas não aceitas e os motivos da não aceitação, dentre os quais citou: não ser de abrangência regional; por ser específica de alguma lei, ou parte de alguma política de outra esfera, que não a do PDUI, ou ainda propostas que se encaixam em outras, dentre outros.

Pontuou ainda que o PDUI, por ser um instrumento novo, assim como a região também ser recente, é um processo de aprendizado e de construção da identidade metropolitana e o pensar de maneira integrada sobre as questões, sobre as funções públicas de interesse comum que são relevantes para a região e de cada ente federativo, e como o problema local se articula regionalmente.

Como exemplo, citou questões locais, questões de fronteiras, como as discussões com o estado de Minas Gerais e a questão do turismo, que já constava do Caderno Preliminar de Propostas e que será tratado pelo PDUI no que diz respeito a um plano de turismo e estratégia de rotas turísticas. Citou ainda exemplos sobre a questão do transporte e sistema viário, como questões de responsabilidade da Artesp, que devem ser tratadas com a agência reguladora.

Sobre o tema do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos, destacou a relevância das propostas aceitas, inclusive pela fala de grande parte dos prefeitos nas audiências públicas, relativas ao Aquífero Guarani, sua importância e seu papel estratégico nacional e internacional, que não se resume apenas ao estado de São Paulo e nem ao Brasil, e do qual essa região, especialmente, é bastante dependente: Ribeirão Preto extrai 100% da água subterrânea desse reservatório.

Disse que essa é uma questão relacionada com o macrozoneamento, com o ordenamento territorial e que, de fato, o PDUI vai poder contribuir bastante para que haja uma compatibilização entre ordenamento territorial, preservação e conservação desse aquífero, que é tão estratégico para o próprio desenvolvimento, não só pelo atributo em si, que já seria relevante, mas pela importância econômica.

Falou ainda sobre algumas questões locais pontuadas de captações superficiais de um outro município que poderão emergir dentro de um plano regional de saneamento, mas que não estarão no PDUI como uma proposta a ser contemplada de forma direta.

Em relação às propostas do tema Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social, ressaltou sobre o acolhimento e inclusão nas propostas estruturantes em que será possível visualizar em qual proposta estruturante foi inserida determinada proposta, e a necessidade de uma nova proposta estruturante, como, por exemplo, a proposta sobre o planejamento e a gestão do transporte regional intermunicipal. Disse que o próximo desafio é finalizar o caderno de sustentação com as

propostas estruturantes finais detalhadas, os objetivos, ações, governança e onde se buscam os recursos, temas que serão o anexo do projeto de lei.

Explicou também que esta reunião era uma devolutiva aos municípios do trabalho feito até o momento que as propostas foram classificadas, analisadas, apresentadas e disponibilizadas de forma transparente.

Finalizou a apresentação agradecendo e reforçando que todos os documentos produzidos estão disponíveis na plataforma digital do PDUI (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/>) para consulta e análise, incluindo a apresentação e o áudio desta reunião, bem como os meios de contato com a equipe para quaisquer questões, observações ou eventuais ajustes que julguem necessários.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu as apresentações, disse que o objetivo desta Câmara Temática Especial do PDUI é esclarecer as dúvidas a respeito deste trabalho, da análise das propostas.

Afirmou ainda ser possível fazer alterações durante o período de formatação do projeto de lei até a apresentação na próxima reunião do Conselho, após a finalização da minuta e do caderno definitivo das propostas. Solicitou ao presidente do Conselho a convocação de uma reunião para esta apresentação. Agradeceu a presença do prefeito de Morro Agudo e sua equipe e convidou os participantes e representantes dos municípios a fazerem suas considerações.

O prefeito de Morro Agudo agradeceu o convite, disse que vem acompanhando o PDUI desde seu mandato anterior e agora é deliberar, colocar no papel para que possam seguir com o processo.

Já o representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto cumprimentou a todos os presentes, disse que estão acompanhando as discussões do PDUI de longa data. “A nossa revisão da lei de zoneamento, uso e ocupação do solo, que acabou de ser encaminhada à Câmara Municipal”, revelou.

Pontuou ainda que foram enviadas para a equipe algumas colocações sobre os mapas de Ribeirão Preto.

A coordenadora Técnica do Projeto-Fipe disse que o áudio do representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto estava com problemas, mas que tinha solicitado uma conversa exclusiva com ele e sua equipe para sanar uma dúvida específica sobre o enquadramento de uma área de Ribeirão Preto na macrozona de uso sustentável e que até o dia anterior a esta reunião não havia recebido retorno.

Disse que, pelo que entendeu de suas colocações, Ribeirão Preto enviou o retorno das dúvidas, que a coordenadora da Unidade Regional entrou em contato com o secretário, não só durante a audiência pública, como envio de mensagem por e-mail. Colocou que a secretaria disse que haviam distribuído o material para análise, que não houve retorno.

Disse ainda acreditar que parte das informações aguardadas pela equipe Fipe deve ter sido relatada pelas colocações feitas pelo representante, mas que infelizmente por problemas no áudio, não foi possível entender. Pediu à coordenadora da UR que fizesse um relato sobre o assunto para depois acertarem as informações com Ribeirão Preto.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que receberam a solici-

tação da prefeitura de Ribeirão Preto, que estão cientes da revisão do Plano Diretor, e que é importante o agendamento de uma reunião específica para o alinhamento da questão.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe registrou a presença de um representante de Ribeirão Preto e pediu que fizesse suas colocações após a explanação da coordenadora da UR.

A coordenadora da UR disse que entrou em contato com Ribeirão Preto enviando um e-mail diretamente para o secretário, pois é importante fazer o alinhamento e que o melhor caminho é agendar uma reunião, ainda que virtual.

Lembrou ainda que há uma reunião interna da equipe Fipe para discussão de dúvidas, pois as questões de Ribeirão Preto são mais complexas do que o restante da região, até porque está nesse processo da revisão do plano que acabou de sair.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe pediu a recuperação da fala do representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto para que pudesse ser confirmado o entendimento da equipe Fipe sobre a questão por ele colocada.

O representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto cumprimentou a todos, disse que estava representando a secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto, e estava muito feliz com a proposição da reunião, necessária para o alinhamento sobre o diagnóstico feito sobre a região, em especial, que tem em Ribeirão Preto, definida no zoneamento ambiental como ZUE, Zona de Uso Especial, que é a área de recarga do Aquífero.

Disse que, devido aos problemas de áudio, também não conseguiu entender as colocações do representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto, mas acredita que vão ao encontro de algumas de suas questões.

Colocou que uma de suas preocupações seja, talvez, o que foi de fato diagnosticado quanto ao padrão da urbanização da zona leste. Informou que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo já foi encaminhada à Câmara Municipal de Ribeirão Preto e o Código Municipal do Meio Ambiente também está em fase de finalização para ser encaminhado para a Câmara, e que a Fipe, inclusive, do processo de revisão da lei de parcelamento e um dos subprodutos contratado foi um diagnóstico geológico da condição de recarga da zona leste do município, área de recarga do Aquífero, e que nesse diagnóstico ficou claro que nem toda a região de recarga do Aquífero é uma área de recarga plena, por isso que no Código do Meio Ambiente estão sendo feitas algumas subdivisões dessa região de recarga do Aquífero, como a partir da condição de recarga.

Afirmou ser interessante o agendamento de reunião para que apresentem o material para que possam alinhar os pontos e avancem no PDUI. Como exemplo e, a título de esclarecimento, quando se coloca a destinação de 35% das áreas públicas destinadas a sistemas de áreas verdes e de lazer, estão prevendo um dispositivo no município que, a partir de estudos geológicos e geotécnicos, poderia ser feita a compensação em outra área, porque é isso que esse estudo mostra a partir de um levantamento de potencial, em que não existe uma mesma zona de recarga em toda a área definida como a área do Aquífero.

Destacou ainda ser importante a apresentação desse material, até para saberem sobre a viabilidade, pelo PDUI, de um aumento da escala desse diagnóstico para a região metropolitana, a fim de entenderem a condição de recarga do Aquífero nessa região, marcada como macrozona de proteção do sistema do Aquífero.

Disse não saber se contemplou os apontamentos feitos pelo representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto, e que este concordou, via chat, com o agendamento da reunião específica, a qual possibilitaria os alinhamentos necessários, que seriam de grande valia para o PDUI e para o município, tendo em vista o Plano Diretor revisado em 2018, a Lei de Parcelamento encaminhada para a Câmara Municipal e o Código do Meio Ambiente, que será encaminhado nos próximos dias.

A coordenadora de UR apontou que as colocações do prefeito de Morro Agudo são aderentes, até mesmo ao que a equipe pensou para o PDUI, pois essa macrozona é simplesmente aquela macrozona que é um dado de realidade, aquela área do que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) delimitou, mas ela é bastante genérica.

Disse ainda necessitar de aprofundamento e que a equipe da prefeitura de Ribeirão Preto pode contribuir nas diretrizes da macrozona, que seriam essas diretrizes para áreas urbanas, áreas rurais, as áreas onde a recarga é mais crítica, enfim, todos esses pontos levantados, e que enriqueceria muito a proposta.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe perguntou sobre a possibilidade dessa reunião ser presencial e sobre a possibilidade de envio, por parte da equipe de Ribeirão Preto, do estudo das condições de recarga do Aquífero, e se esse estudo abrange somente Ribeirão Preto, ou o Aquífero como um todo, pois, para a região metropolitana, seria interessante, já que o Aquífero pega toda uma parte grande da região, o que, para a equipe Fipe, seria interessante ter um olhar sobre o contexto regional.

A coordenadora da UR complementou solicitando o envio da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo enviada para a Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe sugeriu que a reunião específica entre Fipe e Ribeirão Preto fosse agendada após o envio desse material.

O representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto informou que o subproduto gerado para a revisão da Lei de Parcelamento e do Código de Meio Ambiente se restringe ao território municipal, mas que a partir do diagnóstico que foi realizado, até mesmo como caso de Ribeirão Preto, possibilitou o entendimento de delimitação de subzonas dentro do Aquífero, e que talvez seja um termo de referência para o aprofundamento do diagnóstico da região metropolitana.

Explicou, ainda, que talvez não exista tempo hábil para a finalização dos trabalhos do PDUI, mas colocar a questão como uma diretriz-um diagnóstico da condição de recarga de todo o Aquífero. Pediu o contato da equipe Fipe para o encaminhamento dos estudos e da minuta do código do meio ambiente, no qual estão contidas as definições dessas zonas.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe pediu à coordenadora da UR que enviasse o contato para o representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto e que avaliasse o tempo para leitura e análise dos estudos, a fim de definir data para a reunião com Ribeirão Preto, se possível para a próxima semana, devido ao prazo apertado.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos pediu ao representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto e ao representante Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto que, devido ao cronograma do PDUI, agendassem a reunião o mais breve possível, que fizessem a ponte com as demais secretarias que estão envolvidas com o plano para dirimir qualquer dúvida pendente, e que estendessem o convite para a reunião ao vice-prefeito e ao secretário.

A coordenadora da UR disse ser importante o recebimento do material com antecedência, pois, como a equipe já tem a leitura da região, é necessário ver as informações referenciadas para serem objetivos na reunião.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe informou que o Secretário de Planejamento havia respondido para a equipe Fipe, distribuído o material para as respectivas áreas da prefeitura, que tratam das questões apresentadas e que o secretário certamente levará às pessoas que leram os documentos para a reunião. Reforçou o convite para a integração para além das Secretarias de Planejamento e do Meio Ambiente.

A coordenadora da UR disse acreditar que a proposta para essa macrozona do Aquífero, elaborada junto com as equipes da prefeitura de Ribeirão Preto, que tem experiência de tantas décadas, será uma grande contribuição, fará a diferença e será um exemplo para o estado.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe perguntou se alguém mais gostaria de fazer considerações, que a equipe do PDUI está à disposição para esclarecer alguma outra dúvida. Disse que a reunião foi produtiva, que foi possível restabelecer o canal com a Prefeitura de Ribeirão Preto, e esclarecer algumas dúvidas e questões.

Agradeceu a todas as prefeituras que enviaram seus representantes para compor a Câmara Temática, e disse que, tão logo o PDUI seja aprovado, esta Câmara será retomada, para que as prefeituras possam iniciar os detalhamentos propostos e que, de fato, o PDUI seja absorvido no contexto da gestão metropolitana da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos encerrou a reunião agradecendo a participação de todos, e colocando a equipe do PDUI à disposição para esclarecer dúvidas, não só de Ribeirão Preto, como de todos os municípios.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Barrinha	Prefeitura	Prefeito
Barrinha	Prefeitura	não menciona
Batatais	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente	não menciona
Batatais	Prefeitura - Secretaria de Planejamento Urbano e Uso do Solo	não menciona
Batatais	Prefeitura - Atendimento Social	não menciona
Cássia dos Coqueiros	Prefeitura	não menciona
Cássia dos Coqueiros	Prefeitura - Departamento de Engenharia	não menciona
Guaira	Prefeitura	não menciona
Jaboticabal	Prefeitura - Secretaria de Negócios Jurídicos	Secretário
Morro Agudo	Prefeitura	Prefeito
Ribeirão Preto	Prefeitura	não menciona
Ribeirão Preto	Prefeitura - Planejamento	não menciona
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente	Chefe de Divisão
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Governo	Secretário
Ribeirão Preto	Prefeitura	não menciona
Santo Antônio da Alegria	Prefeitura - Desenvolvimento Econômico	não menciona
Santo Antônio da Alegria	Prefeitura - Projetos	não menciona

Serrana	Prefeitura	não menciona
Sertãozinho	Prefeitura - Planejamento Urbano e Habitação	não menciona
não menciona	não menciona	não menciona
São Paulo	SDR	Coordenador
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora de UR
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora de UR
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	Coordenador
São Paulo	SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora Técnica
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora de UR

REGIÃO METROPOLITANA DE JUNDIAÍ

Memória da reunião da Câmara Temática do PDUI da Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ), que aconteceu no dia 11 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temáticas:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura municipal de Campo Limpo Paulista
- Prefeitura municipal de Cabreúva
- Prefeitura municipal de Itupeva
- Prefeitura municipal de Jundiaí
- Prefeitura municipal de Louveira
- Prefeitura municipal de Várzea Paulista

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez a abertura e ressaltou o objetivo da reunião de apresentar as análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Disse que o trabalho foi elaborado pela Fipe com a ajuda das prefeituras municipais e da sociedade civil, que encaminharam várias propostas para serem consideradas no plano e que, por meio de uma apresentação, os participantes acompanharão a análise das propostas.

Explicou ainda que após a conclusão do Caderno Final de Propostas, da minuta do Projeto de Lei e da compilação de todos os trabalhos elaborados sobre o PDUI, o projeto será apresentado na reunião do Conselho de Desenvolvimento de cada unidade regional para aprovação e encaminhamento ao governo do estado.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe começou dizendo que a equipe avaliou as propostas recebidas - tanto de poder público quanto da sociedade civil - e, a partir de critérios objetivos, foi elaborada uma análise daquilo que será incorporado nas propostas estruturadas do PDUI, bem como as justificativas de não aceitação das propostas apresentadas.

Explicou ainda que o documento sobre o balanço das propostas está disponível na plataforma digital, que são os documentos **Produtos 9 e 12**, por meio dos quais é possível conhecer com mais detalhe a análise realizada.

Antes de apresentar os resultados da análise, afirmou que a ideia é apresentar a lógica do processo de participação, como aconteceu cada etapa da participação das prefeituras, da sociedade civil e do governo do estado, os produtos que foram gerados a partir dessas discussões e o resultado do conjunto da participação que são as propostas enviadas oficialmente via plataforma digital. Esclarecidos esses pontos, começou a apresentação do balanço do processo participativo do PDUI. Explicou que os primeiros slides retomam a fala do coordenador institucional da Fipe que, durante as audiências públicas, explicou o porquê de se estar fazendo o PDUI e qual é o seu escopo. “O plano é uma exigência legal do Estatuto da Metrópole, que diz que ele tem que ser elaborado de forma conjunta e cooperada entre os entes federativos e com a participação da sociedade civil. Antes de ser enviado para a Assembleia Legislativa (Alesp) para virar lei ele tem que ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento de cada unidade regional. Na sequência da aprovação pela Alesp, as prefeituras devem compatibilizar os seus planos diretores com as diretrizes do PDUI, que, por sua vez, apesar de ele ser um plano de desenvolvimento integrado, deve considerar no município as áreas rurais e as urbanas”, destacou.

Seguiu explicando que o conteúdo do plano, conforme já esclarecido, é de diretrizes. “Ele apresenta diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) para que a implementação, solução e enfrentamento se deem na discussão de uma Câmara Temática, composta pelos representantes das prefeituras e do governo do estado, para cada função”, disse.

Acrescentou ainda que o mesmo vale para o macrozoneamento, que também dá diretrizes, não só visando ao equilíbrio de uma rede urbana mais equânime, mas também, para informar as diretrizes para a revisão do plano diretor e parcelamento e uso do solo que são de competência dos municípios.

“As diretrizes para articulação de políticas intersetoriais, como, por exemplo, muitas das políticas de sistema viário impactam sobre o uso do solo e precisam estar presentes e, também, algumas FPICs com impacto na questão ambiental”, disse.

Ressaltou ainda que a intersectorialidade proposta pelo PDUI deve apresentar alternativas de enfrentamento para aquelas regiões que têm problemas de regularização fundiária.

Continuou apresentando e explicando que o próximo slide tinha um mapa que mostrava um pouco a dinâmica de ocupação da região de Jundiaí, onde são identificadas as áreas de interesse ambiental, a mancha urbana, onde está a precariedade, o sistema viário que está tênue, mas é um sistema viário de articulação da região, não só ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, mas um eixo de articulação para duas metrópoles muito importantes do estado que são Campinas e São Paulo.

Disse que Jundiaí faz parte do segmento territorial mais dinâmico do Estado de São Paulo. “É uma unidade regional bastante relevante para o desenvolvimento econômico do Estado, para além da própria região”, pontuou.

Apresentou, na sequência, um slide das rodadas de participação e os documentos que foram gerados, todos disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional de Jundiaí. Destacou que esses documentos são fruto das discussões feitas com os municípios que sugeriram algumas incorporações, por meio das representações do poder público e da sociedade civil que possibilitaram correções elaboradas pela equipe da Fipe.

Explicou que, entre agosto e setembro de 2021, foram produzidos dois documentos, que são o **Panorama Regional** e **Leitura Unificada dos Planos Diretores e Leis de Zoneamento**, que resultaram na elaboração de uma versão preliminar do Macrozoneamento. A discussão desse zoneamento foi feita nas oficinas regionais de agosto.

No conjunto das cinco regiões em estudo, foram feitas 15 oficinas regionais e todo o material foi compilado no **Produto 6**, composto pelas memórias das reuniões com o texto e o link do áudio disponíveis na plataforma digital.

Continuou explicando que uma etapa subsequente a essa discussão com as prefeituras e a sociedade civil foi a reunião com os grupos setoriais do governo do estado que lidam com as Funções Públicas de Interesse Comum.

Foram realizados debates com a Secretaria da Habitação, CDHU e Itesp, porque trata de regularização fundiária urbana em área rural, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Sabesp, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Desenvolve São Paulo, Secretaria de Transportes Metropolitanos e Secretaria de Transporte e Logística. Foram 6 reuniões e as memórias com os debates podem ser consultadas no **Produto 8**, na plataforma digital. Foram utilizados para esses debates os mesmos documentos discutidos nas oficinas regionais.

Na sequência, ocorreram as audiências públicas. Ressaltou a evolução dos debates com os grupos setoriais para as audiências, serviu de base nos debates das oficinas e dos GTs e, a partir daí, foi elaborado um caderno denominado **Caderno de Insumos para o Debate da Audiência Pública**, onde foi apresentado um conjunto de propostas por temas que englobavam as FPICs e a versão do macrozoneamento com os ajustes sugeridos ou pelas prefeituras ou, especialmente, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Essa proposta foi apresentada nas audiências públicas organizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), nas 5 unidades regionais, que iniciaram em janeiro e foram até fevereiro de 2022. Foram 14 reuniões ao todo, sempre considerando a sub-regionalização prevista na lei de criação de cada unidade regional. O **Produto 11** contém todas as memórias das audiências públicas registradas e o link do áudio do YouTube.

O próximo passo é a realização das reuniões das Câmaras Temáticas do PDUI que a SDR constituiu em todas as regiões para a Fipe dar a devolutiva das análises feitas com as propostas que foram encaminhadas em formulário próprio e que constam do **Produto 9**, com uma análise mais aprofundada, e no **Produto 12**, como elas foram incorporadas no **Caderno de Insumos para o Debate** da audiência pública, entregue em dezembro, ou de propostas novas ensejadas pelas apresentadas via plataforma digital.

Seguiu explicando as etapas das atividades para a elaboração do PDUI. Disse que, em abril, será realizada a reunião do Conselho de Desenvolvimento, quando será apresentado o **Caderno Final de Propostas** para que os conselheiros, prefeitos, secretários de estado e sociedade civil tomem conhecimento prévio, a deliberação de aprovação do PDUI, as propostas que foram consensados ao longo desses 12 meses, antes da conclusão do trabalho em julho de 2022.

Esclareceu que, depois da aprovação pelo Conselho, o governo do estado irá tramitar internamente junto à sua assessoria técnica e legislativa antes de encaminhar o Projeto de Lei para a Alesp para apreciação e debate dos deputados e, na sequência, seguirá para aprovação.

Reforçou mais uma vez que o canal de comunicação do processo participativo é a plataforma digital, que é uma forma de dar transparência ao processo de elaboração do PDUI e ter um canal via endereço de e-mail para que todos pudessem tirar dúvidas e se comunicar com a equipe da Fipe.

Nesse canal sempre são disponibilizadas notícias, todos os produtos, depois de aprovados pela SDR, o material de apoio das etapas de discussão com convites, pautas, roteiros, powerpoints, links de acesso às reuniões, formulários próprios para apresentação de propostas e canal de contato para atendimento às demandas específicas. Inclusive, várias entidades da sociedade civil e prefeituras já pediram reuniões específicas com a equipe da Fipe.

Continuou apresentando e explicou que o slide seguinte apresentava a análise das propostas e, que para fazer essa análise, foi montada uma planilha onde cada proposta foi numerada como Poder Público (PP) e Sociedade Civil (SC) e ganhou um número e uma indicação de temas. “Algumas tiveram que ser desdobradas porque eram muito variadas e foi preciso abri-las para classificar por temas, subtemas e enunciado da proposta. Para essa classificação a equipe da Fipe usou quatro critérios determinantes para dizer se elas poderiam ser aceitas ou não e, para isso, seguiu o que está exposto no Estatuto da Metrópole, ou seja: se a proposta tem abrangência regional; aderência ao PDUI; concordância com temas gerados nas análises do Diagnóstico Regional e no Panorama Regional (Produtos 5 e 7) e vinculação com as FPICs. Se ela foi aceita, ela passa para uma outra etapa, por exemplo, é uma proposta de transporte, mas guarda uma intersectorialidade com desenvolvimento econômico, análise da intersectorialidade, ou seja, se ela é uma diretriz”, disse.

Outra observação importante é verificar se a proposta é uma diretriz, uma estratégia ou uma proposta de plano de ação, se é uma proposta de incorporação ao macrozoneamento, e se exigia um desdobramento. Foi explicado que isso aconteceu porque algumas propostas vieram com muitos temas envolvidos e foi preciso desmembrá-las, o que gerou o aceite, o parcialmente aceite e não aceite.

A RMJ recebeu 84 propostas, sendo 60 do poder público e 24 da sociedade civil. Sendo 19 aceitas integralmente, 30 aceitas parcialmente e 34 não aceitas.

Na sequência, a coordenadora técnica passou a apresentação para a coordenadora da RMJ para expor o balanço das propostas recebidas.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí explicou a organização do trabalho de análise de todas as propostas recebidas e a justificativa da não aceitação.

A íntegra da apresentação está disponível na plataforma digital em <https://rmj.pdui.sp.gov.br/> e pelo link abaixo: https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Apresentacao_CT-RMJ_09-03-22_aprovada.pdf

Destaques importantes:

Após a apresentação, a coordenadora fez algumas considerações e destacou as propostas novas que foram feitas a partir da participação dos municípios pelo poder público e pela sociedade civil.

Ela disse que na RMJ o tema meio ambiente foi o que recebeu o maior número de propostas e que possibilitou à equipe criar um número grande de propostas novas. O trabalho de análise identificou propostas novas e algumas complementações às propostas preliminares, a saber:

- Proposta de governança metropolitana para estabelecer rotinas de troca de experiências entre os municípios sobre gestão e tecnologia. “A equipe entendeu que seria importante

criar essa proposta com o foco de estabelecer procedimentos e rotinas para o compartilhamento das experiências municipais”, disse.

- Proposta sobre Programas Integrados, fomento ao empreendedorismo. “A equipe se debruçou sobre esse tema para formular uma proposta nova”, afirmou.
- Propostas de Estratégias para Ação Metropolitana de Acompanhamento do PDUI e Ordenamento Territorial.
- Proposta sobre Resíduos Sólidos, proposta nova assumida para se fazer um Plano Regional de Resíduos Sólidos.
- Proposta que já existia e será complementada que é criar condições para o enfrentamento da escassez hídrica.

Outra proposta nova é de atuar na prevenção de eventos hidrológicos extremos.

Definiu-se também uma estratégia de ação metropolitana para a criação de um sistema de áreas verdes e áreas protegidas. “Já havia uma proposta com esse foco, mas, faltava a criação de um sistema de áreas verde e áreas protegidas. A equipe achou importante fazer uma estratégia de criação desse sistema”, justificou.

O assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos abriu a palavra para que os demais participantes pudessem falar sobre a análise das propostas recebidas feita pela equipe da Fipe.

O gestor de Planejamento e Meio Ambiente da prefeitura de Jundiaí elogiou o trabalho realizado que define no território e disse que para que as pessoas pudessem se manifestar precisariam conhecer o resultado, o que foi aceito e no que resultou.

Disse existir uma proposta que eles fizeram durante o processo que é mais uma observação sobre o fato de Jundiaí e Cabreúva já possuírem um zoneamento determinado pela Área de Proteção Ambiental (APA) que define o zoneamento do território. “O Comitê de Bacia está elaborando um Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e mais o zoneamento proposto pelo PDUI, que vai resultar em um zoneamento da mesma região. A preocupação é com a compatibilidade de todos esses zoneamentos para que sejam coerentes entre si. É uma preocupação que vale a pena ser considerada”, alertou.

Ressaltou ainda a necessidade de ver o produto da análise das propostas para que possam se manifestar.

O assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que a proposta é apresentar o caderno definitivo antes da deliberação do Conselho de Desenvolvimento. “Na verdade, numa próxima reunião do Conselho a proposta é apresentar o caderno definitivo, mas, para dirimir as dúvidas do que ficou já acertado, a equipe da Fipe está à disposição para fazer essa interface com os municípios”, esclareceu.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí afirmou que a equipe está na fase de elaborar as propostas chamadas de estruturadas, muitas que já tinham um embrião e agora estão sendo complementadas.

“O mesmo acontece com o macrozoneamento. Foi avaliado se a contribuição recebida para o macrozoneamento, é uma diretriz, é um plano de ação? Tudo isso está sendo classificado. Esse

produto, a partir dessas contribuições, será composto não só pelas propostas estruturadas, mas também com o macrozoneamento que será discutido com os municípios e com as secretarias setoriais do estado, antes de ser apresentado para aprovação em reunião do Conselho de Desenvolvimento”, destacou.

Por isso, recomendou que, independentemente disso, à medida que forem acessando a plataforma e tiverem alguma dúvida podem entrar em contato com a equipe da Fipe que está à disposição e considera que as contribuições dos municípios são muito importantes porque aproxima o plano da realidade local.

O gestor de Planejamento e Meio Ambiente da prefeitura de Jundiaí concordou com os critérios definidos para a análise das propostas, mas reforçou ser importante ver o resultado desse trabalho. O assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos disse que na reunião com a Região Metropolitana de Ribeirão Preto surgiram algumas dúvidas e foi agendada uma reunião presencial com a equipe da Fipe para esclarecer a relação do PDUI com os planos diretores municipais. “Isso pode ser feito, se necessário, com a Região Metropolitana de Jundiaí, antes da reunião do Conselho de Desenvolvimento”, afirmou. Recomendou ao prefeito de Jundiaí que envolvesse todas as áreas da prefeitura para esse debate.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí confirmou que a solicitação da reunião pode ser feita diretamente com a coordenadora e pela plataforma digital, caso seja de interesse agendar uma reunião específica para discutir alguma questão. “O objetivo é que a contribuição dos municípios seja aproveitada para solucionar os problemas identificados”, reforçou.

Como não houve nenhuma outra manifestação, o assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu novamente o processo de aprovação do Caderno Final de Propostas.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí agradeceu a presença de todos para receber a devolutiva da Fipe, agradeceu as contribuições e colocou-se à disposição. Recomendou também a consulta aos documentos já produzidos na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Jundiaí, que podem ser consultados na plataforma digital no endereço <http://rmj.pdui.sp.gov.br>.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Campo Limpo Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Meio Ambiente
Campo Limpo Paulista	Prefeitura municipal	Gestora Trânsito/Transporte
Jundiaí	Prefeitura municipal	Gestor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Secretário de Obras
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Meio Ambiente
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Trânsito
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Coord. de Vigilância Socioassistencial
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Chefe de Proteção Social Básica
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Desenvolvimento Social
Cabreúva	Prefeitura municipal	Vice-prefeita
Itupeva	Prefeitura municipal	Secretário de Obras e Planejamento Urbano
Louveira	Não menciona	Não menciona

São Paulo	Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos	Não menciona
Louveira	Não menciona	Não menciona
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Técnica
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR RMJ e RMP
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora da UR VPLN
São Paulo	Equipe Fipe	
São José dos Campos	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos	Assessor
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	

REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), que aconteceu no dia 15 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temática:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura de Águas de São Pedro
- Prefeitura de Analândia
- Prefeitura de Araras
- Prefeitura de Capivari
- Prefeitura de Cordeirópolis
- Prefeitura de Ipeúna
- Prefeitura de Iracemápolis
- Prefeitura de Leme
- Prefeitura de Limeira
- Prefeitura de Piracicaba

Prefeitura de Pirassununga
Prefeitura de Rio Claro
Prefeitura de Rio das Pedras
Prefeitura de Santa Maria da Serra
Prefeitura de São Pedro

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos, e informou que a reunião especial da Câmara Temática tinha como objetivo apresentar a metodologia e o resultado das propostas recebidas das prefeituras municipais e da sociedade civil para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba.

Explicou que o Caderno Final das Propostas, após avaliação pelas prefeituras e entidades da sociedade civil, será encaminhado para a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional, juntamente com a minuta do Projeto de Lei e seus anexos, e posterior envio ao governo do estado.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe cumprimentou a todos os representantes das prefeituras, das secretarias e aos participantes da sociedade civil convidados. Colocou que o objetivo reunião é dar uma devolutiva dos resultados do processo participativo ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

“A primeira etapa de discussões aconteceu nas Oficinas Regionais (ORs), em que foi apresentada uma versão preliminar do macrozoneamento e a leitura dos dados secundários das dinâmicas econômicas urbanas e das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que resultou em documentos-**Produtos 2, 3 e 4**, com a metodologia de como se chegou à proposta de macrozoneamento. O **Produto 5**, a leitura da dinâmica regional-Panorama Regional e o **Produto 7** é um diagnóstico feito em uma leitura de temas transversais, em que são feitos cruzamentos setoriais entre as funções públicas”, detalhou.

Informou que todos os documentos estão disponíveis na plataforma digital do PDUI-RMP: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe disse, ainda, que além das oficinas regionais foram feitas reuniões com os setoriais das secretarias do Governo do Estado de São Paulo para alinhamento com o que se imaginava para a região, com as políticas públicas formuladas pelas secretarias, seja de habitação, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente ou transporte.

“Em uma próxima etapa ocorreram as audiências públicas, com caráter híbrido-presencial e virtual-que privilegiou a representação do poder público municipal e a grande maioria da sociedade civil, que acompanhou virtualmente pelo canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ao mesmo tempo em que a plataforma digital se manteve aberta para o recebimento das propostas”, explicou.

Disse ainda que o número de propostas recebidas foi expressivo, considerando o tamanho da Região Metropolitana de Piracicaba, comparado ao tamanho da Região Metropolitana de São Paulo, que é infinitamente maior do ponto de vista demográfico, da quantidade de municípios.

Destacou que sua apresentação tinha por objetivo recuperar as considerações feitas pelo coordenador institucional da Fipe nas audiências públicas sobre o PDUI e seus limites; em seguida

a trajetória e os produtos para que os presentes pudessem revisita-los na plataforma digital e o balanço quantitativo das propostas e dos principais critérios utilizados do ponto de vista técnico para avaliação de cada proposta.

Iniciou falando que as condições de exigências do PDUI derivam do Estatuto da Metrópole, portanto, passa a ser um instrumento legal, que deve ser elaborado de forma cooperada entre estado, municípios e sociedade civil.

Explicou que, antes de se transformar em lei, o PDUI deve ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, composto por prefeitos e secretários de estado e, a partir de agora, com representação da sociedade civil.

“Após a deliberação do Conselho, o poder executivo estadual encaminha para a Assembleia Legislativa para que seja debatido e aprovado, para em seguida ser encaminhado para sanção do governador”, completou.

Disse ainda que depois da aprovação do PDUI, os municípios devem compatibilizar seus planos diretores, em especial, com as diretrizes do macrozoneamento definido no PDUI, que as prefeituras já conhecem desde as oficinas regionais, e posteriormente nas audiências públicas com os devidos ajustes.

Sobre as limitações do PDUI, a coordenadora técnica do Projeto-Fipe explicou que ele não sobrepõe as funções de competência dos municípios relativas à legislação urbanística, de modo que no PDUI não são tratados índices para ocupação e uso do solo, já que é competência do município. O PDUI dá diretrizes, a partir do macrozoneamento, de como o plano diretor deve absorver as diretrizes para cada macrozona, como, por exemplo, as macrozonas de uso sustentável, que podem ser tanto de uso rural, como de uso urbano, têm o objetivo de proteger os ativos ambientais ou culturais e, para tanto, os municípios deverão dizer quais são as regras de proteção em seus planos diretores, e o detalhamento dessa regra de proteção do uso e ocupação é dada pela lei de zoneamento.

“Assim, o PDUI é um plano de diretrizes, em que há o macrozoneamento de toda a região, e não a particularização do município. Existe, assim, a possibilidade de minimizar os desequilíbrios da ocupação desse território, seja por atividade rural, seja por atividade urbana”, ressaltou.

Outra etapa são as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que, a partir do PDUI, os municípios terão que detalhar tais diretrizes em planos de ação para implementação.

“Uma das diretrizes possíveis, como, por exemplo, na macrozona de uso sustentável, diz respeito à questão do local do aterro sanitário, que deve ser definido por um plano regional elaborado conjuntamente pelos municípios em uma Câmara Temática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional. O PDUI não determina a área que será ocupada pelo aterro sanitário, e sim as áreas que não podem ser ocupadas para este fim, que são as áreas de proteção integral ambiental”, disse.

Em seguida, a coordenadora técnica do Projeto-Fipe falou sobre as diretrizes a serem observadas nas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, como, por exemplo, na macrozona de uso consolidado é onde esses índices de uso e ocupação podem ser maiores para adensar a ocupação no sentido de otimizar a infraestrutura existente.

“Já na macrozona de uso sustentável nem pode haver uso e ocupação, e, se os municípios estiverem muito próximos de áreas de APP, de ativos hídricos, a densidade deve ser mitigada em função

do ativo ambiental, e o instrumento que trata dessa mitigação é a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, explicou.

Ao fazer as diretrizes para as FPICs, disse que estão mostrando a intersectorialidade das políticas públicas. Portanto, os municípios, ao fazerem política de ordenamento territorial, devem observar que existe uma relação com a política de sistema viário e transporte público, com política de habitação, e a transversalidade deve acontecer, não sendo possível colocar área de habitação de interesse social em locais que não tem infraestrutura, ou que não tem viário para o deslocamento da população. “Esses limites serão colocados como conteúdo mínimo do PDUI, mas o detalhamento é de competência do município”, enfatizou.

Na sequência, apresentou o mapa da região que revela os eixos viários, indutores de centralidades da região, as manchas urbanas e como elas vêm se adensando devido aos loteamentos que vêm ocorrendo de 2010 a 2020 nas áreas urbanas. Disse que o macrozoneamento não vai contra essa tendência de ocupação apresentada na região com a rede de centralidades urbanas.

Em seguida, apresentou uma retrospectiva dos trabalhos, rodadas de discussões e os documentos gerados no processo de elaboração do PDUI até o momento, além das próximas etapas após esta reunião. Reforçou que todos os documentos, vídeos, apresentações, relatórios, incluindo o documento com o detalhamento da metodologia, critérios de classificação e análise das propostas recebidas, a apresentação e o áudio desta reunião da Câmara Temática, estão disponíveis na plataforma digital do PDUI da RMP (<http://rmvpln.sp.gov.br>)

Falou sobre o canal de comunicação, criado com a finalidade de dar transparência ao processo de elaboração do PDUI, facilitar a colaboração para além da equipe técnica, e ser um canal para o atendimento de demandas vindas dos municípios e sociedade civil.

Na sequência, fez um balanço dos resultados das audiências públicas no que diz respeito às propostas recebidas, à metodologia adotada e aos critérios para classificação, análise e aceitação das propostas, objeto central da reunião.

“Em suma, foram recebidas um total de 57 propostas, sendo 35 do poder público e 22 da sociedade civil, das quais 24 foram aceitas, 23 aceitas parcialmente e nove não aceitas”, revelou. Disse ainda que nesta região houve maior equilíbrio entre propostas do poder público e da sociedade civil e, como exemplo, mencionou que para o Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2/3 das propostas partiram da sociedade civil, e para a região de Franca, 90% das propostas vieram do poder público.

Finalizou sua apresentação dizendo que o detalhamento das propostas está disponível para consulta e análise na plataforma digital, nos **Produtos 9 e 12**. Para dar continuidade à apresentação, passou a palavra à coordenadora de Unidade Regional para que fizesse suas considerações a respeito das propostas aceitas e não aceitas.

A coordenadora iniciou a apresentação falando sobre como se deu a distribuição das propostas, o balanço das aceitas, aceitas parcialmente, não aceitas e justificativas, e o aproveitamento nas propostas preliminares apresentadas na audiência pública, e as propostas que suscitaram novas propostas.

Explicou que as propostas recebidas foram desmembradas, pois algumas delas, principalmente do poder público, apresentaram anexos com propostas de temas diversos ou detalhamento sobre um mesmo tema. Assim, considerando as propostas desmembradas, o número de propostas recebidas ao final, perfaz um total de 115, praticamente o dobro do número inicial.

Sobre as propostas aceitas e aceitas parcialmente, reforçou o que disse a coordenadora Técnica do Projeto-Fipe: por vezes, a proposta recebida se apresentava completa, logo, era aceita e contemplava outra proposta já existente. “Em outros casos, mesmo estando desmembrada, apenas uma parte da proposta pode ser aproveitada. Ainda sobre as propostas desmembradas, explicou que foram feitas requalificações/reclassificações temáticas, como, por exemplo, propostas submetidas sob o tema planejamento e uso do solo, que, no momento do desmembramento, constatou-se que pertenciam ao tema do desenvolvimento econômico”, disse.

Considerando o desmembramento e reclassificação, o tema de desenvolvimento econômico e atendimento social foi o que recebeu o maior número de propostas e a maioria delas foi aproveitada em temas que já haviam sido apresentados nas audiências públicas.

No tema planejamento territorial e uso do solo, informou que todas as 9 propostas foram aceitas após a reclassificação e que a maioria delas diz respeito a contribuições para diretrizes do macrozoneamento, sendo que algumas foram aceitas parcialmente, e outras, integralmente.

Em relação ao tema transporte e sistema viário, das propostas recebidas, apenas três não foram aceitas e as que foram aceitas estão abrigadas em propostas preliminares que foram elaboradas a partir dos trabalhos técnicos, de estudos e levantamentos e a partir das discussões nas oficinas regionais e nas reuniões com as secretarias estaduais.

Sobre meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, a coordenadora disse que foi o segundo tema com maior número de propostas, e, após desmembramento e reclassificação, resultou em 31 propostas, sendo que 68% delas foram aceitas.

“Neste total, incluem-se propostas apresentadas preliminarmente nas audiências públicas, e propostas que engendraram novas propostas”, disse.

Sobre as propostas não aceitas, falou sobre os sete critérios utilizados que determinaram a não aceitação de propostas: J1 – não possui abrangência regional; J2 – falta de aderência com as funções públicas de interesse comum expressas na lei de criação de UR (cada UR tem uma lista de FPICs que, no caso de Piracicaba, são 9); J3 – tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge à competência do PDUI; J4 – são de competência de outra instância, seja federal, de agência reguladora ou do Tribunal de Contas, ou seja, fogem às competências do PDUI; J5 – tema regulado por lei federal ou lei municipal, não sendo de competência do PDUI; J6 – tema que, embora possa ter caráter metropolitano, é vinculado a uma política estadual, não sendo de competência do PDUI; J7 – tema que exige emenda constitucional.

Reforçou que a íntegra do balanço das propostas, metodologia, critérios de aceitação e justificativas estão disponíveis nos **Produtos 9 e 12**, na plataforma digital do PDUI de Piracicaba.

Sobre as propostas não aceitas, citou:

- Tema desenvolvimento econômico e atendimento social: 22 propostas, como, por exemplo, recuperação do centro de lazer do trabalhador; investimento em equipamentos de turismo em Analândia ou; centro de instrução de voo, propostas muito específicas, ou particularizadas. Outros exemplos, são propostas para horário de comércio para revezamento, tema que é regulado por lei de outra instância.

Reiterou que os temas da saúde, segurança, e mesmo mineração, são temas afeitos à política regional e podem ser tratados no Conselho de Desenvolvimento, mas não obrigatoriamente entram no PDUI em sua totalidade.

- Tema transporte e sistema viário: três propostas não aceitas por serem de competência de outra instância.
- Tema meio ambiente, saneamento e recursos hídricos: 10 propostas não aceitas pela justificativa J4 de competência de outra instância, J5 por ser de competência e legislação federal. Citou como exemplo uma proposta para licitar usina de produção de gás de lixo orgânico na região; poda de árvores; criação laboratório de especialização em toxicidade de recursos hídricos, pois não fazem parte das competências do PDUI.

“Contudo, existe a proposta de elaborar um plano de resíduos sólidos, o que não impede uma discussão de reaproveitamento do gás do lixo ou outros, nesse contexto”, disse.

Na sequência, falou sobre as propostas recebidas ‘aceitas’ ou ‘aceitas parcialmente’ e acolhimento pelo PDUI que mostra a importância da contribuição recebida e sobre as propostas preliminares apresentadas nas audiências públicas, assim como a versão preliminar do macrozoneamento.

Ressaltou que tais propostas foram abrigadas em propostas já existentes e suscitaram novas propostas que estão sendo incorporadas ao trabalho. Citou que no tema desenvolvimento econômico e atendimento social foram acolhidas 34 propostas, sendo 14 delas relativas ao turismo.

Destacou a questão da intersetorialidade, mencionada anteriormente pela coordenadora técnica do Projeto-Fipe, em que uma proposta serve a mais de um tema. Sobre as propostas, disse que serviram para aprimorar e complementar outras, como ciclo rotas, transporte entre pontos turísticos, dentre outras, que serão agregadas às propostas preliminares já existentes.

Sobre a proposta recebida para a questão de fomento da produção agrícola para uso sustentável, disse que foram recebidas muitas contribuições para assuntos relacionados ao meio rural e à questão agrícola, o que resultou em complementação de propostas já existentes e criação de novas propostas.

Falou ainda sobre contribuições que trouxeram demandas relativas a procedimentos e rotinas de compartilhamento de experiências municipais de gestão, governança, tecnologias, voltadas para construção de ações coordenadas, o que traria um ganho de eficiência, as quais foram abrigadas em novas propostas de governança metropolitana.

No que diz respeito ao tema planejamento territorial e uso do solo, disse que todas as propostas foram aceitas, sendo que a maioria diz respeito a diretrizes que foram abrigadas, complementadas às diretrizes do macrozoneamento já proposto.

Dentre estas, algumas ajudaram a criar duas propostas: uma delas, de governança, e outra, de estratégia de criação de um sistema de áreas verdes e áreas protegidas, que também figuram no tema meio ambiente.

Citou outras propostas recebidas, que dizem respeito à função social da propriedade e dos imóveis ociosos, que, de certa forma, foram incorporadas às propostas já existentes.

No tema transporte e sistema viário, foram aceitas 16 contribuições, todas abrigadas em propostas já existentes, sendo 8 delas relativas a duplicação de trechos, anéis viários, contornos de

municípios, recuperação de marginais, segurança de trânsito, desvio das cargas perigosas, e que foram incorporadas na proposta 'promoção de ajustes no sistema viário metropolitano para mitigação dos conflitos entre tráfego rodoviário e tráfego local'.

Outro grupo de contribuições diz respeito ao transporte municipal e intermunicipal, as quais serviram para contribuir e expandir outras. Falou ainda sobre o recebimento de proposta que foi abrigada a uma já existente, que trata de estratégia de gestão da mobilidade regional e criação de um plano de mobilidade.

Lembrou que propostas do tema de transporte foram abrigadas também no tema de desenvolvimento econômico, pois tratam de transporte entre os equipamentos de turismo.

Sobre o tema meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, foram aceitas 20 propostas que tanto foram abrigadas em propostas já existentes quanto geraram novas propostas. Destacou, então, sete propostas relativas à gestão dos resíduos sólidos que serviram para aprimorar a proposta relativa ao meio ambiente já existente para elaborar um plano regional de resíduos sólidos para a região metropolitana.

Outras 7 dizem respeito a proposta de promoção da preservação e conservação dos fragmentos florestais nas unidades de conservação já existente. Sobre as novas propostas, ressaltou aquela que gerou uma estratégia de criação de um sistema de áreas verdes e protegidas, apresentada no tema do planejamento territorial e uso do solo, ao mesmo tempo em que contribuiu para a estratégia de ação metropolitana.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe reiterou que todas as reuniões ocorridas ao longo do processo participativo são gravadas e disponibilizadas na plataforma digital do PDUI da respectiva região. Mesmo as reuniões demandadas pelas prefeituras e secretarias individualmente pelo e-mail pdui@fipe.org.br são gravadas para prestação de contas da transparência deste processo para o Ministério Público.

Disse ainda que, com base nas gravações, são elaboradas as memórias das reuniões que também ficam disponíveis nas plataformas. No caso das oficinas regionais, algumas transcrições vieram em inglês, mas os áudios estão em português e todo esse material está disponível na plataforma digital para o acesso de todos.

A prefeita de Analândia cumprimentou a todos e disse que, infelizmente, devido ao problema técnico ocorrido, dos 34 slides apresentados, viram apenas os três últimos. Disse ter sido uma pena porque o assunto é de interesse do município e que gostariam de ter feito perguntas pelo chat.

Em resposta ao município de Analândia, a coordenadora da Unidade Regional lamentou o problema já que sua apresentação citou o grande número de propostas submetidas pelo município, muitas foram aceitas, outras específicas para Analândia, como, por exemplo, a construção de um mirante. Ainda que seja uma proposta local, foi aceita por refletir uma ideia que será aproveitada dentro de uma proposta de rotas turísticas, como a construção de mirantes, e que a contribuição de Analândia foi muito rica.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe esclareceu novamente os limites do PDUI, pois muitas demandas que necessitam obras, dependem de projeto, de estarem inseridas em uma política pública, e o PDUI não faz política pública, não projeto de obras e muito menos o Conselho que vai deliberar sobre as prioridades do que será proposto no PDUI, tem possibilidade de fazer uma lici-

tação. Disse ainda que para acontecer uma licitação no âmbito regional é necessária a constituição de um consórcio intermunicipal para determinado fim e, se esse consórcio tiver a participação do estado, um consórcio interfederativo, e o gasto que o consórcio deverá fazer terá que constar dos PPAs dos municípios e do governo do estado.

“O PDUI é um plano de diretrizes, cujo detalhamento e passo a passo é o cotidiano do funcionamento do Conselho, por meio das Câmaras Temáticas, que deverá dizer”, afirmou.

Citou ainda como exemplo que, de 100 propostas, são elencadas cinco para atuação nos primeiros cinco anos, e os municípios deverão elaborar um plano de intervenção, e apontar nos seus PPAs os custos e alocação para cada lei orçamentária para repasse ao consórcio, ou uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para determinado empreendimento regional.

Explicou que a SPE pode ter participação do privado, do público municipal e do estadual. Disse que o PDUI não faz intervenção, ele sinaliza desdobramentos de decisões que serão tomadas no âmbito do Conselho, informado pelos debates das Câmara Temáticas, constituídas ao longo do projeto.

Retomou a questão do mirante, dizendo que Analândia é um ativo ambiental da região, e pode ser que no plano de turismo que seja elaborado, inclusive junto com a Secretaria de Turismo, decidirem e descreverem o que caberá a cada município e os recursos poderão vir por tomada de crédito, ou de emenda parlamentar, de recursos vindos da própria secretaria, ou de outra forma em que as prefeituras decidam em prol do desenvolvimento econômico da região.

Outro exemplo citado foi o fato de possuírem ativo ambiental que interessa a todos. Existe a possibilidade de inserir Analândia em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), e, neste caso, o governo do estado transfere a prestação desse serviço em prol da questão ambiental, pagamento por estes ativos preservados.

São programas que existem e decisões de prioridades que são tomadas no âmbito do Conselho, e que o PDUI não hierarquiza diretrizes. “Quem decide são os prefeitos, os secretários de estado e a sociedade civil, que são informados pelos representantes das Câmaras Temáticas, constituídas a partir de deliberações do Conselho de Desenvolvimento Regional”, detalhou.

Lembrou ainda que os municípios podem solicitar, via e-mail, esclarecimentos mais detalhados, em especial, após a leitura dos documentos disponibilizados na plataforma digital.

O prefeito de Limeira cumprimentou a todos e disse que, devido ao problema técnico, praticamente todos os representantes de Limeira ficaram presos no link paralelo, e, conseqüentemente, perderam a apresentação. Disse que, para registrar, infelizmente, não faz ideia do que foi tratado na reunião, o que os impossibilitava de fazer qualquer questionamento.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe pediu desculpas em nome da equipe pelo contratempo, disse que o vídeo e a apresentação estarão disponíveis na plataforma digital do PDUI, e que a equipe fica à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou questão.

Disse que o importante, para além desta reunião de devolutiva, é que provavelmente os participantes não tiveram tempo para leitura e análise dos **Produtos 9 e 12** em que as questões apresentadas nesta reunião estão detalhadas, bem como a descrição da metodologia utilizada, documentos que também estão disponíveis na plataforma digital desde o mês de fevereiro.

O representante de Águas de São Pedro cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade de fazer parte desta reunião, e para fazer constar que grande parte do que foi apresentado já havia sido explorado em outras reuniões, que esta foi uma devolutiva, como disse a coordenadora técnica do Projeto-Fipe e que os colegas fiquem tranquilos.

Em relação ao material, disse que é muito rico e que ainda não haviam tido tempo para estudá-lo. Agradeceu novamente o trabalho de todos.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe agradeceu a colocação e pediu desculpas novamente pelo contratempo tecnológico, informou que a secretaria está passando por reformulações de TI, que na reunião de Ribeirão Preto também ocorreu um problema técnico, que são situações imprevisíveis e pede a compreensão de todos, que sempre que solicitado, é agendada reunião específica para esclarecimento das dúvidas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu à prefeita de Iracemápolis e presidente do Conselho e reforçou que todos os documentos, a gravação e a apresentação da reunião estão disponíveis na plataforma digital da região.

A prefeita de Iracemápolis cumprimentou a todos, agradeceu a apresentação e disse que vai encaminhar o material para sua equipe para que possam estudá-lo, e que logo tudo estará resolvido.

A vice-prefeita de Cordeirópolis também agradeceu a reunião e aos participantes, disse que o município pode participar de várias reuniões, que, em boa parte, o prefeito pode estar presente e que a equipe da prefeitura está envolvida neste processo importante do desenvolvimento do plano regional. A prefeitura de Rio Claro agradeceu a atenção dispensada pela equipe, disse que estão em processo de atualização do plano diretor em vigor, em um momento inicial de escutas públicas, pré-audiência pública para elaboração dessa proposta no executivo.

Disse que na reunião no dia anterior viram que existe compatibilidade entre a proposta do município com as diretrizes do que foi apresentado pela equipe da Fipe. Parabenzou pelo trabalho, pelo esforço empreendido, e que assim que tiverem os mapas elaborados, solicitarão outra reunião para verificar a compatibilidades.

A coordenadora Técnica do Projeto-Fipe agradeceu a participação e atenção de todos reiterando que o áudio e a apresentação e, posteriormente, a memória desta reunião estarão disponíveis na plataforma digital, e não havendo mais manifestações, encerrou a reunião.

A coordenadora da UR agradeceu a participação de todos, reiterou que as contribuições enviadas foram muito importantes, e que os municípios reconhecerão as suas propostas originais nas propostas estruturadas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos também agradeceu a presença de todos e falou da importância da interação por meio da plataforma digital, do acompanhamento do trabalho que está sendo realizado pela Fipe.

Disse que em breve, no mês de abril, a pedido do prefeito Luciano, ocorrerá a reunião do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, em que se pretende falar um pouco mais sobre o PDUI, se não for possível a apresentação do caderno final, ficará para a próxima.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Águas de São Pedro	Prefeitura	Assessor Jurídico
Analândia	Prefeitura	Assessora Especial
Araras	Secretaria de Habitação	não menciona
Araras	não menciona	não menciona
Araras	não menciona	não menciona
Araras	Secretaria de Assistência Social	Secretário
Araras	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Secretário
Araras	não menciona	não menciona
Araras	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário
Capivari	Prefeitura	Prefeito
Cordeirópolis	Prefeitura	Vice-prefeita
Cordeirópolis	Atendimento Social	Secretária
Ipeúna	Prefeitura	não menciona
Iracemápolis	Prefeitura	Prefeita
Iracemápolis	Coordenadoria de Meio Ambiente e Agricultura	não menciona
Leme	Centro de Promoção Social de Limeira (CEPROSON)	não menciona
Limeira	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Secretário
Limeira	Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Secretária
Limeira	Habitação	não menciona
Limeira	Desenvolvimento Econômico	Secretário
Limeira	Atendimento Social	não menciona
Limeira	não menciona	não menciona
Piracicaba	Sebrae	não menciona
Pirassununga	Direitos Humanos, Cidadania e Justiça	não menciona
Rio Claro	Arquivo Público e Histórico	Superintendente
Rio das Pedras	Prefeitura	Prefeito
Santa Maria da Serra	Prefeitura	Consultor
não menciona	não menciona	não menciona
Campinas	não menciona	não menciona
não menciona	não menciona	não menciona
São Paulo	Seade	não menciona
não menciona	não menciona	não menciona
não menciona	não menciona	não menciona
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SDR	

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	

REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, que aconteceu no dia 17 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temas abordados:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura municipal de Arapeí
- Prefeitura municipal de Caçapava
- Prefeitura municipal de Caragatatuba
- Prefeitura municipal de Cruzeiro
- Prefeitura municipal de Cunha
- Prefeitura municipal de Ilhabela
- Prefeitura municipal de Jacareí
- Prefeitura municipal de Jambuí
- Prefeitura municipal de Lavrinhas

Prefeitura municipal de Natividade da Serra
Prefeitura municipal de Paraibuna
Prefeitura municipal de Pindamonhangaba
Prefeitura municipal de Piquete
Prefeitura municipal de Potim
Prefeitura municipal de Queluz
Prefeitura municipal de Roseira
Prefeitura municipal de São José dos Campos
Prefeitura municipal de São Sebastião
Prefeitura municipal de São Paulo
Prefeitura municipal de Taubaté
Prefeitura municipal de Ubatuba

Abertura:

A abertura foi feita pelo assessor da Subsecretaria Assuntos Metropolitanos, que agradeceu a presença de todos que participam em seus municípios. Cumprimentou a equipe da Fipe em nome da coordenadora técnica do PDUI e agradeceu mais uma vez todo o trabalho que está sendo realizado.

Explicou que a reunião tem o intuito de apresentar o resultado do trabalho da equipe da Fipe em relação às propostas que foram elaboradas e encaminhadas a partir das oficinas regionais e das audiências públicas. “Inclusive, o prazo foi estendido para poder atender a todos os que pediram mais tempo”, disse.

Afirmou ainda que nessa reunião seria apresentada a análise das propostas que deverão compor o Caderno Final de Propostas. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora técnica da Fipe, que iniciou sua fala dizendo que o intuito da reunião é apresentar aos municípios as análises realizadas do conjunto de propostas que foram recebidas, via plataforma digital, tanto do poder público quanto da sociedade civil com relação ao Macrozoneamento e às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Informou que a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte encaminhou um número expressivo de propostas, muito mais da sociedade civil do que do poder público, em comparação com as outras regiões, que apresentaram mais propostas do poder público.

No entanto, esse volume de propostas apresentadas pela sociedade civil aglutinam um número estimado de 1/3 das propostas, mas ela se resume a uma mesma proposta, com pequenas diferenças.

“Trata-se de uma proposta relativa a um aspecto do litoral norte. No balanço que será apresentado vai aparecer um número enorme de propostas da sociedade civil, mas é a mesma apresentada por vários cidadãos, representantes de Organizações Não Governamentais”, esclareceu.

Feitos esses esclarecimentos começou a explicação do Balanço do Processo Participativo do PDUI retomando a fala do coordenador institucional do Projeto-Fipe durante as audiências públicas sobre o porquê está se fazendo o PDUI, qual é o seu escopo e quais são os conteúdos mínimos do Plano.

Explicou que o PDUI está sendo elaborado porque é uma exigência do Estatuto da Metrôpole, a Lei Federal que determina a elaboração do PDUI de forma conjunta e cooperada entre os entes federativos e com a participação da sociedade civil, cujos representantes a Fipe conseguiu identificar

nessa região com o apoio da equipe da Agemvale e das prefeituras municipais que nos enviaram uma relação de entidades dos seus municípios.

Antes de ser enviado para a Assembleia Legislativa (Alesp) para virar lei, o PDUI precisa ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento de cada Unidade Regional, que é composto pelos prefeitos, secretários de estado e sociedade civil.

Depois disso, o governo do estado envia a proposta para apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa. Na sequência da aprovação pela Alesp, as prefeituras terão um prazo para compatibilizar os seus planos diretores com as diretrizes do PDUI. “O Estatuto da Metrópole também diz que, a despeito de ser um plano de desenvolvimento urbano integrado, deve abranger no município as áreas rurais e as urbanas”, explicou.

O conteúdo que o PDUI minimamente tem que tratar são as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum, cujas leis de criação já estão ali estabelecidas, que são planejamento urbano, habitação, transporte, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, entre outros.

A perspectiva do macrozoneamento para essa unidade regional tem o caráter de sinalizar para as prefeituras quais são as diretrizes que devem ser observadas nos seus planos diretores, leis de parcelamento e uso do solo para minimizar desequilíbrios socioespaciais que essa região apresenta.

Nessas macrozonas, estão definidas diretrizes para parcelamento, uso e ocupação do solo para as articulações intersetoriais das políticas públicas para delimitação das áreas com restrição à ocupação em função do ativo ambiental que ela representa e daquelas áreas que precisam de programa de regularização fundiária.

O conteúdo do plano também apresenta um sistema de acompanhamento e monitoramento para avaliar a execução das propostas, à medida que elas vão sendo implementadas.

Seguiu mostrando o eixo mais urbanizado da região, os ativos ambientais que estão protegidos e o poderoso sistema viário, ainda que o eixo da Dutra seja o mais dinâmico, há na relação perpendicular ao Eixo da Dutra um sistema viário que permite interconexões das demais cidades, propiciando interação entre elas.

Na sequência da apresentação, disse que traria uma rápida lembrança sobre o que foi o processo participativo até agora e até onde irá. “Em outubro, foi realizada uma rodada de reuniões com os municípios por meio de oficinas regionais. No total, foram 15 reuniões nas 5 Unidades Regionais que estão sendo tratadas pela Fipe. No caso do Vale do Paraíba e Litoral Norte, foram 5, uma para cada unidade sub-regional, e a partir daí foi gerado um produto com o registro dessa discussão, com áudio e memória, que é uma síntese do que foi debatido nas reuniões e sugere que revisitem o **Produto 6**, que está na plataforma digital da região. Nessas reuniões, foram discutidos os documentos **Panorama Regional** e a **Leitura Unificada da Legislação Municipal**, que são o nosso olhar do plano diretor e leis de uso e ocupação do solo municipais, legislações urbanísticas em geral”, detalhou.

Destacou ainda que a equipe tentou compatibilizar para que fosse possível ver, por meio dos conceitos que estão por trás de cada instrumento municipal, como é que poderia ser feita uma leitura que compatibilizasse esses conceitos, como se eles fossem uma transposição do zoneamento municipal para um zoneamento unificado, o que permitiu que fosse usado como um dos elementos da proposta de macrozoneamento na versão preliminar que levamos para discutir com vocês nas oficinas regionais.

Lembrou que nesse momento foi enviada uma ficha técnica dessa leitura do plano diretor e da Lei de Zoneamento e a nomenclatura que a leitura unificada trazia para que todas as prefeituras pudessem conhecer e para ver se de fato tinham a mesma compreensão que estava sendo proposta nesse documento.

“Nem todos os municípios deram devolutiva e os que deram ou pediram sugestões de ajustes, foram feitos. Com isso, é importante registrar que essa leitura unificada passou por uma validação das prefeituras. Nós encaminhamos e a própria Agemvale também encaminhou para todas as prefeituras”, disse.

Disse que também foram realizadas reuniões específicas sobre demandas que foram feitas por algumas prefeituras. Deu destaque para as prefeituras de São José dos Campos e Jacareí, e que as coordenadoras poderiam lembrar de outras reuniões que foram chamadas. “Também foram realizadas reuniões com a sociedade civil para esclarecimentos sobre a proposta da Fipe. Essa foi a etapa das oficinas regionais”, disse.

Falou ainda do que aconteceu no mês de novembro quando foi realizada uma rodada com instituições do governo do estado para discutir com os setoriais, tendo como pauta exatamente o que foi discutido com as prefeituras e com a sociedade civil. “Foram realizadas reuniões com as Secretarias de Habitação, de Infraestrutura e Meio Ambiente, de Agricultura, de Desenvolvimento Econômico, de Transportes Metropolitanos, de Transportes e Logística. Ou seja, houve debates com secretarias e órgãos a eles vinculados, que tratam das políticas setoriais, do ponto de vista da ação do estado”, afirmou.

Lembrou que os debates podem ser consultados no **Produto 8**, disponível na plataforma digital, onde estão registrados o áudio dessas reuniões e as memórias.

O passo seguinte foram as audiências públicas, no final de janeiro, que aconteceram no formato híbrido. No caso do Vale do Paraíba e Litoral Norte, aconteceram em fevereiro. “Foram 5 reuniões presenciais, com restrição de número de pessoas presentes em função do momento sanitário por causa da pandemia de Covid-19 e com transmissão on-line por meio do canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional, onde foi possível a participação mais ampla de outras pessoas. A memória e o áudio dessas audiências estão registrados no **Produto 11** para conhecimento e avaliação”, informou.

Explicou que nessas audiências públicas foram distribuídos formulários próprios para que a sociedade civil e o poder público apresentassem propostas porque precisávamos dos registros das propostas para a realização das análises.

“Neste momento, estamos debatendo os resultados de análise das contribuições no âmbito das Câmaras Temáticas do PDUI. Para tanto, foram convidadas as prefeituras e a sociedade civil, com a diferença de que, para as prefeituras foi solicitado aos prefeitos que indicassem representantes de 7 temas: planejamento territorial e uso do solo; meio ambiente, saneamento, recursos hídricos, transporte, desenvolvimento econômico e atendimento social, ou seja, os temas que o PDUI deve cobrir”, revelou.

Informou que boa parte das prefeituras indicou técnicos que hoje estão aqui representando suas prefeituras, no âmbito da Câmara Temática do Plano.

Nessa reunião será apresentado o retorno da análise sobre as propostas recebidas e como elas contribuirão para que a equipe da Fipe pudesse avançar na construção das propostas estrutu-

radas que vão fazer parte de um caderno que será um anexo da Lei do Plano. Essas propostas constam do **Produto 12**, que mostra o caminho percorrido.

“Agora estamos na fase de reescrever as propostas que estavam no **Caderno de Insumos Para Estimular o Debate das Audiências Públicas**. Após as audiências públicas, esse caderno virou um produto chamado **Propostas Preliminares** que é o **Produto 10** e que está na plataforma digital da RMVPLN para consulta”, disse.

Na reunião de hoje da Câmara Temática, vamos mostrar quais foram os aproveitamentos, destacar alguns e como isso foi feito, assim como vamos apresentar as justificativas daquelas propostas que não foram aceitas.

Tudo isso passou por critérios objetivos e, para conhecer a metodologia de análise, com os critérios que foram usados para essa devolutiva que estamos fazendo hoje, é preciso consultar os **Produtos 9 e 12**.

O próximo passo será uma reunião em abril com o Conselho de Desenvolvimento Regional para apresentar o **Caderno Final de Propostas**. Assim que tiverem conhecimento será feita a minuta de lei com seus anexos sobre o macrozoneamento e as suas diretrizes e as propostas estruturadas das FPICs, para ser deliberado, provavelmente a partir de julho, pelo Conselho de Desenvolvimento Regional, e assim que for aprovado, o governo do estado encaminhará esse anteprojeto de lei para a Assembleia Legislativa apreciar e aprovar a Lei do PDUI.

Ressaltou que essa foi a rodada de discussão de documentos gerados e de como o processo participativo se deu, o que e com que segmentos a equipe da Fipe interagiu. “Essa explicação é para retomar um pouco daquilo que boa parte de vocês participou”, disse.

Destacou que a criação da plataforma digital teve como objetivo criar um canal de comunicação que desse transparência ao processo de desenvolvimento do PDUI, disponibilizando notícias, agendas de reuniões, documentos que eram produzidos e entregues à Secretaria de Desenvolvimento Regional para aprovação e todo material que foi usado nas oficinas regionais, nos grupos de trabalho, nas audiências públicas, além dos formulários, conforme já foi falado.

“Disponibilizamos, desde o início, um e-mail de contato para atendimento das demandas específicas de quem estava acompanhando o processo de construção do PDUI e, com isso, nos sentimos muito confortáveis por estarmos com um canal de transparência e de interlocução para essa construção compartilhada”, disse.

O passo seguinte será apresentar a devolutiva de todas as propostas que foram apresentadas ao longo do trabalho e registradas nos formulários. Cada proposta recebeu um número e a ela foi atribuído o tema em que ela se inseria, o subtema que ela tratava e o enunciado da proposta.

Ao consultar o **Caderno 9**, poderão ver que essa identificação pode ser considerada um ID de cada proposta. Feita a identificação, a etapa seguinte foi ver se a proposta se enquadrava nos critérios adotados.

“Os quatro primeiros critérios eram determinantes, em função daquilo que está no Estatuto da Metrôpole, ou seja, ser uma proposta de abrangência regional, e não uma proposta para atender um município. Ter aderência aos temas do PDUI colocados no início dessa reunião, para ter concordância com os temas gerados nas análises feitas que estão nos **Produtos 5 e 7**, que é o

Panorama Regional e o **Diagnóstico**, que recupera a proposta preliminar do Macrozoneamento. Depois, as análises foram mais refinadas, a partir da avaliação da existência de intersectorialidade com alguma outra proposta”, explicou. Citou como exemplo as propostas do sistema viário, que estavam ali para atender dinâmicas do desenvolvimento econômico ou propostas de habitação, estavam ali para resolver problemas de assentamentos em lugares inapropriados ambientalmente, o que tem a ver com o uso e ocupação do solo.

Explicou que tudo foi analisado para identificar se as propostas apresentadas guardavam alguma intersectorialidade e, a partir disso, procurou-se saber se a proposta se tratava de uma estratégia de ação ou de um plano de ação, porque é isso que o PDUI vai focar.

“Então ele vai apresentar diretrizes, estratégias de ação e quais são os planos de ação que o Conselho de Desenvolvimento Regional deverá desenvolver a partir da aprovação do PDUI. Continua explicando o balanço e diz que o item 7 da apresentação trata da incorporação ao macrozoneamento e os 3 últimos itens mostram desmembramentos. Se a proposta foi desmembrada, se a recebemos integralmente, ou se foi feita uma substituição”, destacou.

Explicou, ainda, que esse processo aconteceu porque muitas propostas vieram com um tema que se desmembrava em vários subitens, o que podia ser visto na apresentação da coordenadora do PDUI da RMVPLN.

“Às vezes, o número da proposta aparece com desdobramentos para A, B, C, D, E etc. até os vários desmembramentos identificados das várias subpropostas que foram incorporadas numa determinada proposta identificada com um único número. Por essa razão, estamos considerando se ela era passível de desmembramento ou não”, afirmou.

Explicou que o critério 9 identifica se a proposta foi recebida integralmente e o 10 é um critério de substituição porque, às vezes, a proposta poderia atender especificamente, frente à sua redação, aqueles princípios da aderência do PDUI ou da concordância com temas gerados, mas ela nos suscitou a possibilidade de ser apresentada como uma nova proposta porque não estávamos atentos para aquele tema.

“A partir dessa classificação, temos como resultado as propostas que foram aceitas, as não aceitas e as aceitas parcialmente. Boa parte se deve aos desdobramentos porque a pessoa faz uma proposta e às vezes tem temas que não dizem respeito ao PDUI, então ela é parcialmente aceita porque alguns desses critérios não se enquadravam naqueles 4 iniciais”, disse.

Na sequência, apresentou os critérios de análise das propostas recebidas de forma mais abrangente. Continuou apresentando o quantitativo do balanço das propostas recebidas. A região recebeu 225 propostas, sendo que 186 vieram da sociedade civil e 39 vieram do poder público. Desse conjunto, 11 foram aceitas integralmente, 58 foram aceitas parcialmente e 156 não foram aceitas. Boa parte dessas não aceitas tem a ver com as repetições da mesma proposta.

A seguir, a coordenadora técnica passou a apresentação para a coordenadora do PDUI da RMVPLN para expor o detalhamento do balanço das propostas recebidas por tema, desdobrando um pouco esse quantitativo, mostrando quais foram as propostas e a identificação delas.

A íntegra da apresentação está disponível na plataforma digital em <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/> A coordenadora do PDUI da RMVPLN fez a apresentação do balanço das propostas recebidas e após a apresentação foi aberto o debate.

A coordenadora **técnica**-Fipe sinalizou que aguardava o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos para abrir o debate e aproveitou para esclarecer uma dúvida de uma arquiteta que não localizou no **P12** o conteúdo da sua proposta.

A coordenadora esclareceu que no **P12** tem o número da proposta e que no **P9** é possível identificar qual é a proposta, e explicou que as propostas estão numeradas para que todos possam ver o processo de como elas migram ao serem apresentadas, analisadas e incorporadas.

Perguntou aos participantes se tinham alguma dúvida sobre a apresentação e avisou que, assim que terminasse a reunião, o PowerPoint estaria disponível na plataforma digital para todos revirem com calma esse resumo da análise.

“A análise completa está nos **Produtos 9 e 12** e é muito importante olharem porque ali estão as explicações metodológicas do percurso adotado tecnicamente para fazer essas análises. Mas, de qualquer forma, estamos abertos a ouvi-los”, avisou.

O representante do Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis cumprimentou a todos e disse que encaminharam uma proposta e que, pelo que estava entendendo, a mecânica de como fazer as propostas não estava muito clara no site e disse que para eles o prazo foi muito exíguo porque ficaram sabendo da existência desse processo na audiência pública do dia 7 de fevereiro.

“Tivemos apenas uma semana para elaborar. Foi encaminhada uma proposta bastante ampla e estou tentando entender, olhando para o **P9**. Acredito que vocês sabem qual proposta eu estou falando. Vocês disseram que vieram várias do Litoral Norte, essa era bastante ampla sobre o processo de participação e controle social, que ao nosso ver foi extremamente deficitário. Ainda continuamos com algumas propostas quanto ao enquadramento de certas áreas dentro do PDUI, ou seja, não mencionamos aqui o ZEE, mas usamos ele como apoio para explicar o porquê consideramos o enquadramento de um número de áreas, particularmente na parte Norte do município como áreas de consolidação urbana, era um enquadramento errôneo. Não respondia nem ao que diz o ZEE e muito menos às características existentes nesses territórios. Fizemos algumas propostas e reclamamos a respeito da não inclusão de algumas comunidades tradicionais. Elas existem, e o fato delas nem sequer serem mencionadas nos chamou atenção, especificamente, a Aldeia Indígena Renascer, a Aldeia Guarani e o Quilombo da Fazenda Picinguaba. Gostaria de entender e pergunto se vocês dividiram essa proposta ampla e quais os números atribuídos a elas? Porque, do jeito que foi apresentado, nós não conseguimos identificar se foi aceita, se foi aceita parcialmente ou rejeitada”, questionou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN agradeceu o envio de um conjunto grande de propostas, que foram desmembradas para poder dar um encaminhamento para cada uma delas. Explicou que, na questão das comunidades tradicionais e dos quilombos, o próprio Fórum fazia menção de que em alguns deles não havia uma delimitação espacial.

“Aproveitando a oportunidade para conversar entre as audiências, que se encerraram no dia 4 de fevereiro e esta reunião de hoje, 17 de março, nós tivemos uma reunião com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, porque ali estava também citado, se não me engano, na mesma proposta, que alguma dessas comunidades teria uma questão com a Fundação Florestal. Nós, inicialmente, colocamos aquelas que conseguimos localizar nos mapeamentos e que estão citadas no Macrozoneamento. Colocamos na macrozona mais restritiva que é a macrozona de preservação ambiental, porém, ao comentarmos com a SIMA, eles fizeram uma observação que consideramos

pertinente sobre o trabalho de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Norte, quando uma comunidade quilombola do município de Ubatuba pediu para que a área deles não fosse incluída na zona ZEE que agora é ZEEC, costeiro, para distinguir do estadual e não tivesse na zona mais restritiva que é a Zona 1, o ZEEC vai de 1 a 5, porque eles queriam ter a oportunidade de fazer alguma atividade e não ficar em uma condição muito engessada. Como não encontramos um mapeamento dessas comunidades que você cita, e vocês mesmo apontam que algumas não têm esse mapeamento, estamos encaminhando a retirada dessas comunidades dos territórios quilombolas e terras indígenas do macrozoneamento para inseri-las no tema das Funções Públicas de Interesse Comum. Terão o mesmo tratamento, o mesmo reconhecimento e evitamos errar em não considerar uma e não outra. Isso foi o que pensamos, especificamente, na análise dessa proposta relativa às comunidades tradicionais”, explicou.

A coordenadora técnica-Fipe disse que o representante do Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis queria identificar o número da proposta dele e como foi classificada, ao que ele respondeu que havia entendido que a coordenadora tinha feito um pedido pelo site de como saber os números das propostas referentes ao que foi solicitado porque, segundo explicou, ao olhar no **P9**, uma das partes que para eles era muito importante é a questão da atribuição de uma série de microáreas, em torno da área da região metropolitana que são áreas grandes, mas que estavam incluídas em áreas de Uso de Consolidação Urbana.

“Como uso urbano, existe uma série de áreas no extremo norte do município de Ubatuba. Então, estamos falando de áreas que são extremamente preservadas, algumas habitadas, mas com pequenas vilas, não dá para considerar aquilo uma área de consolidação urbana, porém, elas estão inseridas exatamente nessa Zona de Consolidação Urbana. O ZEE delas é Z2 ou Z3 e, em alguns casos, não poderia nunca ser classificada assim porque uma entra em conflito com a outra porque teria uma área de consolidação urbana dentro de uma Z2 do ZEE. É contraditório e não vou falar os nomes das áreas porque para vocês não faz sentido, mas elas são inteiramente áreas rodeadas por áreas de uso sustentável e, de repente, aparecem essas pequenas manchas que para nós chama muito atenção porque são sempre próximas às praias e onde há um grande interesse de desenvolvimento imobiliário. Então, para nós, isso nos pareceu bastante chocante e nós expressamos isso naquele documento, mas não consigo identificar se essa parte da proposta foi encaminhada ou não. O que eu entendi da sua resposta é que vocês encaminharam a proposta para que seja revista de forma geral a situação das comunidades tradicionais e o próximo representante que vai falar é diretamente um representante de comunidades tradicionais. Eu acredito que ele vai insistir nessa questão”, enfatizou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN complementou que a proposta é que as comunidades tradicionais sejam tratadas na nova proposta do PDUI de uma outra forma, para que não se incorra no erro de deixar algum desses territórios de fora.

“Vamos fazer uma nova redação, que apresentaremos na reunião de abril, contemplando essa questão das terras indígenas e dos territórios quilombolas, cuja delimitação espacial não temos”, disse.

O representante do Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis pediu desculpa pela interrupção e enfatizou que, no caso da demarcação, a delimitação existe, ela só não está titulada. “O desenho existe, o que não existe é a oficialização desse desenho, via demarcação, mas ele já está em vários processos específicos, um reconhecido pela Funai, e no caso do Quilombo e da Fazenda Picinguaba existe um conflito na titulação com a Fundação Florestal. O desenho existe”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) esclareceu que a fonte da equipe foi o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), que tem os relatórios técnicos e científicos dos territórios quilombolas, o Sistema da Fundação Seade, o GeoSeade, e a base de dados Emplasa/IGC, e propôs marcar uma reunião com as entidades envolvidas com esse tema para avaliar uma forma mais apropriada de abordar a questão das comunidades tradicionais.

“Com relação às divergências com o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do litoral norte, também por conta das propostas de vocês e de outras entidades do litoral, fizemos essa mesma reunião com a SIMA e estamos fazendo uma revisão para que o nosso macrozoneamento regional esteja em sintonia, considerando todas as zonas e as diretrizes do ZEEC. Eles fizeram uma proposta que nós estamos incorporando e apresentaremos na reunião de abril que deve atender exatamente essa demanda de vocês, as Zonas 2 e 3 estarão na nossa macrozona do Uso Sustentável”, afirmou.

Disse, ainda, que, provavelmente, a avaliação preliminar veio de alguma informação que foi mapeada pela equipe dos planos diretores municipais. “Muitos deles são muito antigos, anteriores ao Zoneamento Ecológico Econômico de 2017. No litoral, só São Sebastião já fez a sua atualização e adaptação ao ZEEC-LN”, explicou.

O Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Parati, Ubatuba se apresentou como o Caiçara de Ubatuba e disse que representava o Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Parati, Ubatuba, que é um movimento social formado para resolver as questões quilombolas e indígenas nessas 3 cidades e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras que existem do Paraná até o litoral Sul Fluminense.

Disse ser biólogo, escritor, trabalha na Fundação Oswaldo Cruz em um programa institucional de apoio ao Fórum das Comunidades Tradicionais, chamado Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, e começou dizendo que, fazendo eco a algumas questões levantadas anteriormente, primeiro, sob o ponto de vista comunitário de povos tradicionais caiçaras, quilombolas, indígenas, não via os caiçaras citados e isso no estado é recorrente, nunca citam os caiçaras que são povos tradicionais e estão no Decreto nº 6040 de 2007.

Levantou ainda que toda atividade, de qualquer natureza, feita em território tradicional, tem que ter a consulta livre, prévia e informada da Comissão 69 da Organização Internacional do Trabalho. Observou que o processo participativo em si, que o estado sempre propõe e impõe, na verdade, não é considerado por eles um processo participativo, amplo, abrangente e democrático.

“Esse debate não chegou às comunidades tradicionais a não ser alguns dias antes da audiência pública de Caraguatatuba, da qual não conseguimos participar por problemas com a Internet que, muitas vezes, não chega aos povos tradicionais. Ele próprio que mora em Camburi, na divisa dos estados de São Paulo e Rio em um quilombo, que é uma comunidade caiçara, teve dificuldade de acesso”, disse.

Afirmou que não estava desmerecendo o trabalho de ninguém, obviamente, nem fazendo nenhum tipo de acusação pessoal, mas essas são lacunas que o estado sempre incorre. Citou como exemplo o que aconteceu na rodada de debates quando se diz que propõe participação de comunidades tradicionais, são colocadas associações comunitárias que é diferente de movimento social.

“Mais uma vez, fomos excluídos do Gerenciamento Costeiro (Gerco) em 2017, tanto quanto em

2006. O plano diretor de Ubatuba está defasado e agora está sendo feito um trabalho de pressão em cima da prefeitura para que ele seja revisado. Então, se pensa num macro em cima de um micro que não existe. Nada é efetivado, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Conselho da Cidade, não está efetivado, a não ser pela luta do próprio Fórum de Políticas Públicas que está buscando essa construção junto à prefeitura. Mas, dentre essas colocações que faço em relação aos povos tradicionais, tem a questão do Gerco onde foram colocadas algumas áreas, até mesmo de Z4, que não corresponde à realidade. O processo participativo, diálogo com as comunidades é diferente. O tempo é diferente. Nós não tínhamos sequer tempo para colocar essas propostas, embora se diga que está desde dezembro na plataforma, nós, enquanto movimento e nossos parceiros da Fundação Oswaldo Cruz, não tivemos acesso a essa informação”, disse.

Disse não saber quando começou a circular a informação entre grupos, se é uma semana antes da audiência pública e as propostas não se constroem sem o conhecimento do todo, é preciso analisar. “Como somos um movimento social, não existe uma única voz que decide, então é preciso um tempo hábil e é por isso que o tempo das comunidades é diferente. Muitas vezes, o estado, comodamente, usa quando fala do caiçara que o indígena tem o marco legal da demarcação de terra, o quilombola quer a titulação do território, têm 4 km em Ubatuba e nenhum deles está titulado, embora estejam reconhecidos”, destacou.

Continuou dizendo que o desenho dessas áreas, embora não haja oficialidade por morosidade do estado porque o Itesp e o Incra têm todos os documentos, mas, essas duas instituições não aparecem no território há mil anos para dar satisfação de todos esses processos.

“Os caiçaras não têm um marco legal, mas ocupam de Caçandoca, citando a realidade de Ubatuba, até o Camburi. Todas as praias são caiçaras. Claro que o Centro, Itaguá e outras áreas urbanas consolidadas são realmente diferentes de Ubatumirim, onde há 30 anos se briga para fazer um condomínio, são áreas que são territórios tradicionais caiçaras, tanto na praia quanto no sertão. O sertão de Ubatuba é caiçara, e o de Puruba também. Inclusive fui lá, agora de manhã, para fazer um trabalho de regulamentação das fossas previsto na Resolução nº 89 da SIMA. Foi uma luta também dos povos tradicionais. É uma comunidade que existe, mas, nada disso consta nos mapas”, disse.

Prosseguiu dizendo que, enquanto movimento, o fórum estava fazendo um trabalho de cartografia social, que é uma condicionante da Petrobras que se eximiu de executar. Disse que, tecnicamente, se chama Projeto de Caracterização do Território Tradicional (PCTT), que foi batizado como **Projeto Povos**, que é justamente uma cartografia social de Angra, Paraty, Ubatuba, mas, na realidade do Estado de São Paulo, só em Ubatuba já fizemos do Camburi até a Barra Seca, que fica ao lado do Centro.

“Essa cartografia social prevê muito mais que uma cartografia geográfica, porque não é limitadora do território, mas uma questão histórico-social porque os conflitos estão sendo levantados, portanto, acho importante e ressaltar para concluir que as lacunas desses processos todos, seja do Gerenciamento Costeiro (Gerco), seja do PDUI, que estamos estudando, sejam resolvidas, ainda que ficamos sabendo há muito pouco tempo para poder exercer uma participação consistente. Os movimentos sociais não têm CNPJ, mas são representantes de uma área muito mais abrangente do que uma associação ou de uma comunidade. Nós representamos os povos caiçaras através da Coordenação Nacional Caiçara, assim como os quilombolas têm a Comunidade Nacional de Quilombolas, e ambos não sabiam desse processo”, destacou.

Destacou que o fórum das comunidades abrange esses três povos e, por isso, quis ressaltar a importância de eliminar essas lacunas de participação nesses processos. Citou como exemplo o Quilombo da Fazenda Picinguaba, que ficou fora, embora tenha a sua delimitação geográfica, definida pelos quilombolas muitas vezes muito aquém do que era realmente o território tradicional histórico.

“A pressão faz com que as pessoas definam de maneira menor do que é realmente. O próprio Camburi é assim, o que é muito perigoso para as nossas comunidades. Para finalizar o debate sobre a questão dos caiçaras, pergunto: como ficam os caiçaras nessas questões todas, se eles estão de ponta a ponta de Ubatuba, em áreas mais consolidadas, como algumas praias citadas, inclusive a prefeitura já tem nove praias sob sua administração”, questionou.

Contou a experiência pessoal de que a praia onde vive, uma Unidade de Conservação de Uso em Proteção Integral e outras como Ubatumirim, Prumirim, Félix, não são praias em áreas consolidadas urbanas. “Elas têm os condomínios incrustados, através da intromissão dos anos 70 com muita especulação imobiliária, mas são povos e comunidades tradicionais caiçaras que nunca são citados, como hoje. Gostaria de saber como fica a situação das caiçaras e seus territórios”, insistiu.

Considerou que as lacunas de participação popular foram um pouco respondidas, mas não de forma suficiente. “Tem o problema da internet, embora os nossos movimentos tenham acesso, porém, os prazos são curtos e a falta de comunicação envolvendo tantas questões técnicas a serem estudadas. Lembro que nós temos vários técnicos em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, geógrafos, biólogos, advogadas, temos um corpo técnico muito bom, participando de conselhos, como da Marinha, no Parque Estadual e Nacional da Bocaina também. Então, a gente destaca e pede atenção para a não inclusão real dos nossos povos e comunidades tradicionais nesses processos”, enfatizou.

A representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Parati, Ubatuba pediu esclarecimentos de como encaminhar o agendamento da reunião.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) respondeu que a reunião pode ser agendada para a próxima semana, e sugeriu que a solicitação fosse encaminhada para o e-mail pdui@fipe.org.br e na sequência será disponibilizado o agendamento.

“Esse esclarecimento já tinha sido sinalizado para a pessoa que solicitou, via chat, porque temos que prestar conta de toda atividade que fazemos sobre as demandas, inclusive para o Ministério Público, razão pela qual solicitamos que seja encaminhado oficialmente pelo e-mail”, destacou, e ainda esclareceu que o PDUI tem uma limitação para várias das questões apresentadas pelo representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Parati, Ubatuba.

A coordenadora esclareceu na oportunidade que, quando o trabalho foi iniciado, em agosto de 2021, foi elaborado um mailing list para identificar quem seriam os interlocutores da Fipe no processo participativo, seja das secretarias de estado do governo de São Paulo, seja no âmbito das prefeituras de cada unidade regional e da sociedade civil.

“Além disso, foi solicitado às prefeituras que indicassem os representantes da sociedade civil que eles se relacionavam mais facilmente. Portanto, esse mailing list é fruto dessa pesquisa, não só pela internet, mas também de indicação de prefeituras e algumas ONGs. É um mailing amplo atualizado continuamente. Estamos dando publicidade das audiências públicas e temos a clipes do Vale do Paraíba que foi divulgado inclusive na TV e em vários sites das prefeituras”, disse.

Ressaltou ainda que a clipagem é a comprovação da realização dos eventos para se prestar conta para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e dela para os órgãos de controle dessa ampla divulgação feita do processo participativo, das oficinas regionais e das audiências públicas. Observou que eles tiveram tempo de ler os documentos porque fizeram propostas que inclusive já foram incorporadas. “Recebemos propostas de quem faz parte do nosso mailing e de pessoas e entidades que não faziam parte e foram incorporados ao nosso mailing após as rodadas de debates, portanto, tem presença de novas instituições e de novas pessoas de prefeituras que não participaram de todos os processos anteriores. Ou seja, esse mailing list é complementado à medida que novas pessoas e instituições vão aparecendo nas rodadas de discussão, revelando a capilaridade do mailing. A atualização é permanente e o agendamento das reuniões sempre divulgados. A cada reunião, novas pessoas e instituições se apresentam e são sempre bem-vindas”, disse.

Lembrou ainda que todas as reuniões estão na plataforma digital e, após esse esclarecimento, voltou para o debate sobre o PDUI.

Afirmou que lidar com a população tradicional, seja ela quilombola, indígena ou caiçara, lidar com a pauta de representatividade, não é escopo do PDUI, e que a equipe reconhece os territórios demarcados oficialmente para aquilo que, oficialmente, se reconhece como direito.

Esclareceu que o PDUI não tem poder para demarcar áreas, sejam de caiçaras, sejam de quilombolas, sejam de indígenas, que isso extrapola a competência desse instrumento de planejamento que é o PDUI, e que era importante que ficasse claro porque está sendo reivindicado a participação de territórios que são de caiçaras.

A coordenadora enfatizou que esse não é o foco do PDUI, que não pode trazer para si uma competência que é do município e é estabelecida na Constituição Federal.

“O que o PDUI faz é um macrozoneamento regional, portanto, ele não particulariza município, ele dá diretrizes para que os municípios, ao reverem os seus planos diretores, do ponto de vista de impactos territoriais, observem as diretrizes que o PDUI está colocando, assim como, por exemplo, para a macrozona de uso sustentável, coloca-se uma diretriz que onde tem ativo ambiental ou ativo patrimonial e cultural as ocupações façam relatórios de impacto ambiental e de impacto de vizinhança, para que possam proteger esses ambientes”, explicou.

Destacou que a equipe técnica da Fipe não tem poder de controle de regulação que o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento e a Lei de Parcelamento do Solo têm, já que são instrumentos de competência do município, portanto, a macrozona de uso urbano consolidado, no caso do Vale do Paraíba, de uso sustentável e de proteção ambiental é ampla o suficiente para englobar mais de um município.

“Ela não está particularizando o município, então é isso que precisa ficar claro para não parecer que podemos sobrepor a legislação municipal. O que podemos fazer é dar diretrizes para a reformulação e, do mesmo jeito, não podemos reconhecer territórios de populações específicas, porque essa é uma atribuição de um segmento da estrutura institucional que não é a Secretaria de Desenvolvimento Regional, por meio do PDUI”, esclareceu.

A secretária de Planejamento Urbano e Uso do Solo de Pindamonhangaba cumprimentou a todos e informou que esteve presente na reunião em Taubaté e lá foi feita a revisão do plano diretor da cidade, cujo projeto de lei foi aprovado na época.

“Quando apresentamos para vocês ainda era o plano de 2006, então, primeiramente, agradecemos pelas nossas considerações serem aceitas. Verificamos que foi considerada a questão da regularização fundiária e a questão do corredor verde, que foi aceito parcialmente. Mas, queremos entender um pouco mais como seria isso porque temos um terminal rodoviário que está prestes a ser finalizado e, com isso, achamos muito válido esse corredor verde passando por Pindamonhangaba”, disse. Acrescentou que existiam duas questões que não ficaram claras, se foram aceitas ou não: Smart Cites e a manutenção das estradas vicinais. “Ontem, em São José dos Campos, teve a certificação de Cidade Inteligente, e Pindamonhangaba será a próxima a ter o certificado junto à ABNT, diante de todas as questões de conectividade e tecnologia que temos investido no município, então, nós gostaríamos de só brifar essas considerações, nesse momento tão importante de discussão do PDUI”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) comentou sobre a proposta da área de interesse metropolitano do corredor verde metropolitano de transportes e explicou para quem não conhecia que foi uma proposta que surgiu nas reuniões, no ano passado, com o objetivo de aproveitar a faixa da linha de alta tensão que margeia a rodovia Dutra, para projetar um corredor de transporte metropolitano que vem de Jacareí e vai até Aparecida, com a possibilidade de ir além, mas, tem um problema de transposição depois de Aparecida.

“Na verdade, algumas propostas foram colocadas nessa condição de aceitação parcial, para avaliarmos onde ficaria, sub judice, para avaliar agora nessa etapa que nós estamos começando a partir da reunião de hoje para um refinamento, detalhamento, aprimoramento do **Caderno Final de Propostas**. Vamos avaliar como encaminhar essas propostas. Dizer que está aprovada, dá a impressão de que Pindamonhangaba vai estar nessa conexão. Achamos importante muitas delas, mas, colocamos nessa condição para fazer uma avaliação de como encaminhar essas demandas”, explicou.

Sobre a questão das estradas vicinais, disse que a manutenção é uma proposta bastante importante e uma demanda de vários municípios, e está sendo considerado avaliar nessa próxima etapa.

A coordenadora Técnica-Fipe esclareceu para a secretária que, com relação ao corredor, existe no Caderno de Insumos o prolongamento do corredor de São José até Aparecida e essa proposta já estava contemplada.

“Estar contemplada como uma proposta estruturada no PDUI não significa que ela seja implementada de imediato, porque o Conselho de Desenvolvimento Regional, depois que o PDUI estiver pronto, vai ter que definir as prioridades das escolhas de empreender em cada proposta, porque tudo isso vai impactar no orçamento dos municípios e no orçamento do governo do estado. Então, se o Conselho de Desenvolvimento Regional decidir que a prioridade das propostas apresentadas no PDUI é o corredor, estou falando como hipótese, terá que criar uma Câmara Temática de Transporte, negociar, inclusive com a Secretaria de Transporte Metropolitano, porque a EMTU vai ter que fazer parte. E aí vocês vão decidir quem vai financiar o projeto, porque a operação pode ser da EMTU, mas o projeto pode ter recursos dos municípios, ou de crédito que os municípios tomem junto ao BNDES, para poder empreender”, disse.

Lembrou mais uma vez que o PDUI apenas dá a diretriz, propondo uma articulação metropolitana para separar o trânsito rodoviário do trânsito metropolitano, do ponto de vista de transporte coletivo e faz uma articulação para vários fins, para melhorar o acesso à infraestrutura de saúde, educação, lazer da região, que não só usando o eixo da Dutra.

“Para isso virar a implementação é preciso lembrar que eu falei que uma das questões que nós vamos falar é sobre como implementar? Então, no documento final nosso, tem a governança para a implementação, ou seja, o que é preciso para que aquilo aconteça.

No PDUI não podemos criar despesa no orçamento do estado, porque a despesa tem que ser compartilhada e para isso ela tem que ser uma decisão dos municípios e do governo do estado e ambos precisam incluir nos respectivos PPAs para que possam fazer frente a essa despesa”, disse.

Sobre cidades inteligentes, disse que essa é uma política do município e não uma política regional. “Cada município pode querer ter uma política de incorporação tecnológica na prestação dos serviços, do controle de tráfego, da iluminação, cidades inteligentes, tem várias vertentes, mas isso é uma política que tem que ser adotada pelo município e no âmbito do PDUI, não se pode impor despesa para o município isoladamente”, esclareceu.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos cumprimentou o prefeito de Jacareí e passou a palavra para ele.

O prefeito Jacareí agradeceu o convite, cumprimentou todos os participantes e apresentou duas preocupações. Uma delas foi sobre o critério definido pela equipe. O prefeito disse que, embora como diretrizes e demarcar todas as zonas, mapeando-as tanto de uso urbano, como de proteção, observa que, ao fazer essa demarcação, leva em consideração a demarcação legal.

No entanto, segundo ele, há uma deformidade muito grande no tempo e no instrumento entre todos os 39 municípios.

“É preciso pensar numa válvula de escape para a revisão municipal dessas demarcações. Se elas ficarem no PDUI, atrasadas no tempo e não atualizadas de acordo com o uso efetivo, essa diretriz será um impedimento para discussão e será um grande instrumento por parte de opositores para neutralizar essa revisão no âmbito municipal. Ou nós definimos e permitimos uma relativa margem de expansão dos usos não restritivos, ou definimos, de forma mais restritiva possível no aspecto geográfico, as zonas de proteção para deixar margens de relativa liberdade dos municípios mexerem de acordo com seus interesses e de acordo até com o uso legal, mas, não em conformidade com a lei, quando os planos não estão atualizados, por exemplo, aqueles municípios que não têm planos diretores atualizados, sobretudo, o papel que o plano do estado vai exercer de neutralizar essa discussão e criar um impedimento político legal e um argumento bastante forte para a neutralidade dessa discussão no âmbito municipal. Esse é o primeiro aspecto que precisamos estudar com mais carinho e tentar encontrar uma solução que dê essa margem de atualização das leis dos planos diretores, sem que o Plano de Desenvolvimento seja um instrumento inibidor ou impeditivo desta revisão permanente por parte dos municípios”, disse.

Outro ponto destacado por ele foi aproveitando a recente legislação federal, que praticamente transfere para os municípios as regras de uso e margem de proteção das beiras dos nossos rios, o Rio Paraíba e os seus afluentes, é preciso fazer um capítulo específico definindo minimamente essas margens num plano regional.

Com isso, segundo o prefeito, no plano regional, levando em consideração as margens do Rio Paraíba, que já estão num processo de total uso urbano, as que ainda estão situadas em zonas rurais ou zonas que não estão, ainda em uma ocupação e também os demais rios que formam a Bacia

do Paraíba e Paraitinga da região humana como um todo, porque, se deixar para cada município definir, haverá relações divergentes, conflitantes.

“Vamos usar as margens dos nossos rios como uma espécie de mecanismo de guerra, de interesse de exploração econômica em imagens que devem ser preservadas. Então, me parece que a legislação regional deve exercer um papel, mais do que uma diretriz determinante para os municípios. São esses 2 pontos que me parece que precisamos refletir um pouco mais, antes de fazermos essa discussão no Conselho de Representantes da Região Metropolitana”, ponderou.

A coordenadora técnica-Fipe esclareceu que, com relação às questões levantadas pelo prefeito, não se pode usurpar competência municipal enquanto PDUI para legislar sobre matéria urbana.

“Essa competência de dizer qual é o uso e qual é a taxa de ocupação e qual é o zoneamento do município, quem tem que fazer isso é o município. O que o macrozoneamento do PDUI faz é olhar para o território, ver a regulação incidente de diferentes naturezas, sejam as urbanísticas, sejam as ambientais e de outras naturezas. Olhar para esse território e ver qual é a dinâmica demográfica, econômica, social e ambiental, e fazer uma proposta de macrozoneamento, incluindo os conflitos que foram identificados nos limites do município”, destacou.

Acrescentou ainda que, na definição da localização de aterros sanitários, o município pode escolher colocar no limite do seu município, com impacto no município vizinho.

“Aí podemos definir uma diretriz para essa questão, mas não apontamos no PDUI onde esses aterros sanitários deverão ficar. Mas, chamamos atenção que a localização não pode impactar ativos ambientais, culturais e patrimoniais do município vizinho se ele está no limite. A mesma coisa, se o município vai criar no seu plano diretor uma zona industrial ou de desenvolvimento econômico, permitindo atividades poluentes, isso nem passa na Cetesb. Mas enfim, está no seu plano diretor. A gente chama atenção para este problema que o plano diretor e o zoneamento devem tratar. Então eu só queria registrar que nós não podemos, através do PDUI, usurpar as competências constitucionais com relação à legislação urbanística que são do município, sob pena do PDUI ser arguido da sua inconstitucionalidade”, enfatizou.

A coordenadora disse ainda que esse é um primeiro aspecto já que, com relação às áreas de preservação das margens, existe uma lei federal, então o PDUI não pode legislar em um assunto que não é competência do estado sobre ocupação de margens de cursos d’água.

“São esses limites que eu gostaria de esclarecer, e esclarecer um pouco as demandas específicas que a prefeitura de Jacareí fez através dos seus técnicos, no que diz respeito ao macrozoneamento, para ficar esclarecida essa defasagem temporal que o senhor se refere. O PDUI, segundo o Estatuto da Metrópole, deve ser revisto de 10 em 10 anos.

Então, os municípios que ainda não têm plano diretor, e que são muitos no Vale do Paraíba, terão 3 anos para fazer, a partir do PDUI, e aqueles que ainda estão fazendo ou que fizeram recentemente, podem olhar e avaliar as nossas diretrizes, como Pindamonhangaba, por exemplo, que acabou de aprovar o seu plano diretor e na conversa que fizemos com a prefeitura não há nenhuma contradição do que estamos propondo e aquilo que está no plano diretor aprovado recentemente. Quando fizemos a análise para apresentar essa proposta de macrozoneamento, Pindamonhangaba não tinha plano diretor, e com esse plano diretor, refizemos a leitura unificada e comprovamos

que o que estávamos propondo não era incompatível e nem prejudicaria a versão atual do plano diretor de Pindamonhangaba”, acrescentou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) esclareceu ao prefeito e aos demais presentes que foi realizada uma reunião na semana anterior com a participação do prefeito e que eles tinham feito a proposta pela plataforma e reiteraram na reunião reencaminhando toda a documentação.

“A equipe fez uma avaliação técnica de tudo. Essa proposta diz respeito ao fato de que o município de Jacareí está hoje trabalhando com o plano diretor municipal de 2003. Não sou da área jurídica, mas foi legalmente impedido para poder continuar trabalhando com o plano diretor de 2013, ou seja, de 10 anos anteriores, impedido pela Justiça, por algumas razões específicas. Então, houve a solicitação para que avaliássemos a possibilidade de incorporar esse plano diretor de 2013 na nossa avaliação da documentação da ação direta de inconstitucionalidade. Verificamos que, ainda que tecnicamente, algumas daquelas áreas visivelmente, numa avaliação muito preliminar, através de imagens de satélite e de apoio de técnicos sobre o município, na região já existem ocupações urbanas. Mas, a ação legal mira, especificamente, a questão da exploração mineral, a questão de várzea e a questão da urbanização de áreas dos reservatórios, Jaguari e Santa Branca, e pelo nosso entendimento, na nossa avaliação também pudemos contar com uma avaliação jurídica disso de que nós estaríamos impedidos de poder adotar o plano diretor de 2013 por conta dessa ação direta de inconstitucionalidade que foi julgada procedente em 2018”, expôs.

Dessa forma, a coordenadora disse saber que a prefeitura de Jacareí está conduzindo um processo de revisão e atualização que, de uma certa forma, foi impactado com a pandemia e há um calendário deste ano já com uma agenda bastante intensa de trabalhos para poder encaminhar o plano diretor para a Câmara Municipal para aprovação.

“Vale registrar que o município de Jacareí tem, basicamente, duas grandes macrozonas na nossa proposta preliminar, que são as macrozonas de uso sustentável e de consolidação da urbanização. Na verdade, essa macrozona de uso sustentável, como foi comentado pela coordenadora técnica, no que diz respeito ao Litoral Norte, são diretrizes gerais. O macrozoneamento do PDUI definiu diretrizes gerais em um nível regional, e ela permite sim usos urbanos. Sempre exemplifico com uma área de proteção ambiental, uma APA. Eu tive a experiência de trabalhar na criação e implantação da Área de Proteção Ambiental de Campinas, que pega 1/3 do município onde tem condomínios urbanos, núcleos urbanos, indústria, mineração, ou seja, tudo isso é possível dentro de uma APA. Então a nossa macrozona de uso sustentável tem uma característica semelhante”, afirmou.

Explicou ainda que, para quem não teve oportunidade de ler as propostas preliminares das diretrizes, ela é bastante flexível, permitindo todos esses usos que já estão hoje lá, no entendimento da equipe.

“Então, não seria uma camisa de força para o que já existe lá consolidado. Boa parte dessas demandas está nessa macrozona. Aliás, toda ela está nessa macrozona de uso sustentável, sendo que a macrozona de consolidação urbana está mais restrita às áreas urbanas do plano diretor de 2003, não é? Era esse comentário que eu queria fazer a respeito disso. O macrozoneamento não é uma camisa de força do PDUI para que as prefeituras elaborem os seus planos diretores municipais. Ele orienta essa grande função, como previsto no Estatuto da Metrópole”, reforçou.

O prefeito de Jacareí disse que a sugestão dele é que, nesse prazo dado de 3 anos, a equipe da Fipe coloque algum dispositivo que incorpore à macrozona regional as modificações feitas legal-

mente nos municípios, incorporação automática porque, dessa forma, os municípios poderiam retirar do plano o caráter permanente estável nos 10 anos de revisão do próprio plano.

“Como é o primeiro, e existem vários municípios que não têm plano atualizado, esse prazo inicial de 3 anos poderia ser um prazo dado aos municípios para adaptarem, atuarem ou fazerem essa modificação dos planos diretores municipais e essas modificações serem incorporadas ao plano estadual”, sugeriu.

A coordenadora técnica-Fipe esclareceu mais uma vez que não estão sendo feitos parâmetros urbanísticos na macrozona. “Estamos dando diretrizes para que os parâmetros urbanísticos sejam definidos pelas prefeituras através dos seus planos diretores e zoneamento”, enfatizou.

O prefeito de Jacareí disse ter entendido, inclusive foi o capítulo que ele mais leu porque tem interesse específico, mas ressaltou que entre o que está no papel e o que é interpretado pelos diversos atores, inclusive aqueles que não participam do processo de revisão, há uma distância muito grande.

“Então é só para vocês avaliarem a possibilidade desse prazo de 3 anos ser um prazo, inclusive para os municípios que não têm verem a possibilidade de incorporação ao plano regional naquilo que evidentemente, for espaço de compatibilidade entre os dois planos”, insistiu.

A representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba disse não ter ficado claro para ela e queria falar sobre quatro questões. Uma é que não ficou claro como localizar a proposta enviada por eles no **P9** porque não conseguiu localizar as propostas enviadas pelo fórum.

Outra questão vai no sentido do que foi colocado pelo prefeito de Jacareí sobre o plano não poder fazer nenhuma regra urbanística porque é função do município. Segundo ela, isso gera uma confusão e citou como exemplo o fato de existir áreas definidas pelo PDUI como urbanas consolidadas e ser conhecido que não é uma área urbana consolidada.

Ela exemplificou o que acontece no município de Ubatuba, que está em plena renovação do plano diretor. “Essa área definida pelo PDUI e pelo macrozoneamento vai ser considerada urbana porque o PDUI e o macrozoneamento assim definiram. Então, acho que o que o prefeito de Jacareí coloca tem razão de ser, porque existe, muito embora seja uma diretriz, existe a obrigatoriedade do cumprimento dessas diretrizes estaduais”, disse.

Para ela, o município vai ser obrigado a considerar esse macrozoneamento na hora de fazer o seu plano diretor, mesmo que o plano estadual não defina o plano diretor, por certo ele dá diretrizes que o município tem que obedecer.

“Então, fica uma situação bastante complicada. Essa questão das APPs, óbvio que o plano nem poderia fazer isso, mas, eu acho que essa legislação ainda vai ter muita contestação judicial, mas, na realidade, como o prefeito falou, vai existir uma determinação, uma diretriz, para que se siga esse macrozoneamento. Por exemplo, se para nós aqui em Ubatuba uma área que nós não consideramos como consolidada urbana citar isso no macrozoneamento, a prefeitura vai utilizá-la para transformar em uma área consolidada, coisa que de fato não é”, disse.

Por isso, disse, querer uma explicação melhor com relação à competência desse plano porque isso vai gerar muita confusão. Outra situação colocada sobre as comunidades tradicionais é que a equipe técnica está levando em consideração as áreas tituladas, mas, segundo ela, existem de fato áreas delimitadas.

“Então esse macrozoneamento já vai começar desatualizado, porque temos que considerar essas áreas de alguma maneira porque, de fato, ela está delimitada, está ocupada pelas comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas ou indígenas. Precisamos criar um mecanismo para inserir de fato, porque existe uma luta de muitos anos dessas comunidades para conseguir delimitar e agora a luta para conseguir titular. E aí vem um macrozoneamento que ignora a existência desse processo longo e contínuo de luta para delimitar o que foi delimitado, mas não foi titulado. É preciso pensar numa alternativa com relação a isso”, cobrou.

E, por último, quis falar sobre a Macrozona de Ubatuba, que foi criada em 2015 na lei que criou a região metropolitana, que também determinou a criação do Conselho.

“Foi criada a macrozona que determinou a criação do Conselho e nós estamos, neste momento, discutindo exatamente o plano, só que ainda não existe um Conselho onde as entidades possam participar, o que seria muito mais fácil para atuarmos enquanto sociedade civil, de forma organizada, com tempo, com propaganda suficiente, avisos para que as comunidades possam participar, se realmente o Conselho existisse. Então, temos que ter um retorno com relação a isso, porque se existe uma determinação da criação deste Conselho, onde a sociedade civil, o poder público e todos os entes possam participar de forma muito mais regular. Não ter esse conselho, para mim, é uma situação *sui generis*”, destacou.

Disse ainda que entendia a dificuldade de comunicação, mas ressaltou que o grupo não sabia quem a prefeitura de Ubatuba indicou como representante da sociedade civil. “Ficamos muito à mercê da indicação do poder público, então, eu acho que é preciso constituir esse conselho para que a sociedade possa participar ativamente com tempo, se preparando para cada uma dessas reuniões”, enfatizou.

A coordenadora Técnica-Fipe disse que, na questão do reconhecimento das áreas quilombolas e indígenas não demarcadas, ainda que tenha um mapa sobre elas, ainda não estão legalizadas.

“Quem tem competência para fazer isso é o governo federal e, automaticamente, na hora que elas são reconhecidas, a estratégia nossa é de que elas sejam incorporadas e reconhecidas como tal, nas macrozonas onde elas estão identificadas. Nós tratamos disso da mesma forma que tratamos as áreas protegidas legalmente, quer pelo estado, pelo governo federal, nós reconhecemos isso no macrozoneamento, mas não delimitamos a área de proteção ambiental, nem área de APP, nada disso, porque extrapola a competência do PDUI. Então, na medida em que esses espaços quilombolas e indígenas vão sendo demarcados oficialmente, isso vai entrando na base de dados do governo do estado e tem uma diretriz dentro do PDUI que eles são reconhecidos como tal, dentro das macrozonas onde eles se localizam”, explicou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos aproveitou a presença do prefeito de Jacareí para dizer que a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos tem a função de fazer a Secretaria Executiva dos Conselhos, que no Vale do Paraíba pertence à Agemvale.

Agradeceu em nome Secretaria de Desenvolvimento Regional a participação da representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba, e disse que todas as colocações são pertinentes e que seriam cuidadosamente avaliadas, e sugeriu que ela aproveitasse a presença do prefeito de Jacareí para criar uma câmara temática no âmbito do Conselho para discutir mais a fundo o tema.

Ainda pediu a ajuda do prefeito para levar ao presidente do Conselho essa proposta, que é um tema extremamente relevante e polêmico. Informou que faz parte do Conselho ZEE, pela SDR, e gostaria de propor que o prefeito de Jacareí encabeçasse esse pedido de criação da Câmara Temática no âmbito do Conselho.

A coordenadora técnica-Fipe complementou a fala do assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos para a representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba, lembrando que o Conselho de Desenvolvimento Regional existe.

“O prefeito de Jacareí que aqui está faz parte. O que hoje não tem ainda é a representação da sociedade civil no Conselho, que é uma exigência do Estatuto da Metrópole, que é uma lei federal, mas o governo do estado está encaminhando para a Assembleia Legislativa uma revisão do Projeto de lei nº 760, que trata das regiões metropolitanas e da regionalização do estado para incorporar no Conselho representação da sociedade civil. Provavelmente, quando for deliberar sobre o PDUI no Conselho de Desenvolvimento Regional, em julho ou agosto, essa representação da sociedade civil já deve estar definida pelo Conselho e quem deve participar representando a sociedade civil, porque a nova lei complementar estadual está incorporando a determinação da lei federal de que no Conselho precisa ter essa representação da sociedade civil. A lei nº 760 é anterior ao Estatuto da Metrópole e está sendo adequada à lei federal. Então, o Conselho terá assento para representantes da sociedade civil e o critério de escolha será dado pelos que hoje tem assento no Conselho. Então, não cabe aqui este trabalho de definir essa representação. É o conjunto de prefeitos e secretários de estado que vão criar critérios para escolha dos representantes da sociedade civil. Eu queria só lembrar isso. A minuta já está pronta e provavelmente o governador vai encaminhar, imagino que antes da sua desincompatibilização, a revisão da legislação 760, que trata da regionalização e da constituição da governança de região metropolitana e a obrigatoriedade de ter representação da sociedade civil no Conselho”, enfatizou.

Lembrou, ainda, que a reunião que acontecia naquele momento é uma câmara temática negociada pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos com o presidente do Conselho da Região do Vale do Paraíba. “Suponho que essa seja a primeira câmara temática que foi instituída no âmbito do Conselho, e, como ainda não temos a lei complementar estadual que incorpora os representantes da sociedade civil, nós adotamos porta aberta nestas reuniões da gt do PDUI para qualquer representação da sociedade civil – o que mostra a ampla participação de vocês na reunião de hoje”, disse.

A representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba agradeceu as respostas e disse esperar que o Conselho, com esse decreto que o governador vai enviar para a Assembleia, considere que a sociedade civil tenha ampla liberdade de escolha dos seus representantes.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos sugeriu fazer o encerramento da reunião, uma vez que ninguém queria se manifestar. Em nome da Secretaria agradeceu a presença de todos.

A coordenadora técnica-Fipe agradeceu a todos em nome do prefeito de Jacareí que se dispôs a participar de uma reunião técnica, a participação dos representantes das demais prefeituras e em nome da representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba agradeceu a participação dos demais representantes da sociedade civil.

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional agradeceu a presença de todos, do prefeito e dos demais representantes dos municípios que participaram.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Arapeí	Prefeitura	Assessora Especial
Arapeí	Conselho Municipal de turismo	Não menciona
Caçapava	Prefeitura	Não menciona
Caçapava	Prefeitura	Engenheiro Civil
Cruzeiro	Prefeitura	Prefeito
Cruzeiro	Prefeitura	Não menciona
Cruzeiro	Prefeitura	Chefe Setor Programas e Projetos
Cruzeiro	Secretaria de meio Ambiente	Não menciona
Cruzeiro	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural	Não menciona
Cruzeiro	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Diretora
Cunha	Prefeitura	Prefeito
Ilha Bela	Prefeitura	Não Menciona
Jacareí	Prefeitura	Prefeito
Jacareí	Departamento de Supervisão de Análise e Licença de Projetos de Edificações (UALPE)	Coordenadora
Jacareí	Secretaria de Governo e Planejamento	Não menciona
Jambeiro	Secretaria de Obras	Não Menciona
Lavrinhas	Secretaria de Obras	Secretário
Natividade da Serra	Prefeitura	Vice-Prefeito
Paraibuna	Prefeitura	Não Menciona
Paraibuna	Prefeitura	Não Menciona
Pindamonhangaba	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Secretária
Pindamonhangaba	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Não Menciona
Pindamonhangaba	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Não Menciona
Pindamonhangaba	Transporte/Trânsito	Não Menciona
Pindamonhangaba	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Não Menciona
Pindamonhangaba	Secretaria de Assistência Social	Secretária
Piquete	Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Obras Públicas	Não Menciona
Potim	Prefeitura/Planejamento	Não Menciona
Queluz	Secretaria de Assuntos Jurídicos	Secretário
Roseira	Prefeitura	Não Menciona
São José dos Campos	Prefeitura	Não Menciona
São José dos Campos	Prefeitura	Não Menciona
São José dos Campos	Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade	Não Menciona
São José dos Campos	Prefeitura	Engenheiro Ambiental
São José dos Campos	AgemVale	Diretor
São José dos Campos	AgemVale	Não Menciona
São José dos Campos	Parque Tecnológico	Não Menciona
São José dos Campos	Etec	Não Menciona
São José dos Campos	UNIFESP	Arquiteta/Urbanista Mestranda

Município	Instituição	Cargo
São Sebastião	Secretaria de Urbanismo	Não Menciona
São Sebastião	Prefeitura	Não Menciona
Taubaté	Secretaria de Planejamento	Gestora da Área de Plano Diretor e Gestão Democrática
Tremembé	Prefeitura	Gabinete
Ubatuba	Secretaria de Turismo	Não Menciona
Ubatuba	Terra&Mar	Não Menciona
Ubatuba	Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis	Não Menciona
Ubatuba	Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis	Não Menciona
Ubatuba	Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-ParatyUbatuba	Não Menciona
São Paulo	EMTU	Não Menciona
São Paulo	EMTU	Não Menciona
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)	Não Menciona
Jacareí	Diretoria de Habitação	Assessora Técnica
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
São José dos Campos	PM -Urbanismo e Sustentabilidade	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
Não Menciona	Não Menciona	Não Menciona
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Executiva
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora PDUI -RMVPLN
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Equipe Fipe	
São José dos Campos	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor
São Paulo	SSAM/SDR	

MEMÓRIA DOS GRUPOS
TEMÁTICOS DO GOVERNO
DO ESTADO DE SÃO PAULO -
2ª RODADA

Memória da segunda rodada de discussões com os Grupos Temáticos do Governo do Estado de São Paulo, realizada no período de 23 a 28/3/2022

Transporte e Logística
Infraestrutura e Meio Ambiente Transporte e Mobilidade
Habitação
Desenvolvimento Econômico e Turismo

Grupos de Trabalho Temáticos

GT – Transporte e Logística (2ª rodada)

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Transporte e Logística, que aconteceu no dia 23 de março de 2022

Participantes setoriais:

Secretaria de Logística e Transporte (SLT)
DER - Regional Rio Claro (DR13)

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença nas audiências públicas e, agora, no grupo técnico. Perguntou se todos os convidados do grupo técnico estavam presentes e deu início à reunião.

A coordenadora técnica do Projeto-Fipe respondeu que todos foram convidados e a técnica da Fipe perguntou à coordenadora como seria a apresentação das demandas que já estão sistematizadas.

A coordenadora respondeu que as dúvidas sobre transporte e logística seriam esclarecidas com os representantes da Secretaria de Logística e Transportes e que os técnicos da Fipe de cada região fariam exposição para que pudessem alinhar e estruturar as propostas aos programas e políticas de cada secretaria.

Acrescentou que, em reunião com as coordenadoras no dia anterior, pairaram algumas dúvidas em nível de detalhamento das propostas relativas à indicação de trechos e prioridades, sendo estas as questões a serem discutidas nesta reunião, e não proposta a proposta, apesar da questão transporte ser a maioria entre as propostas.

A técnica da Fipe disse que a questão dos acessos viários e do trânsito pesado dentro de municípios surge em todas as regiões e que poderia ser uma proposta geral de duplicação, de anéis viários. A coordenadora disse que a ideia é sempre uma proposta, a segregação do trânsito, de passagem no local e as prioridades de melhoria do viário, boa parte disso está sob responsabilidade das concessionárias, e que seria interessante discutir com o representante da Secretaria de Logística e Transportes sobre como encaminhar uma proposta que passa necessariamente por uma articulação de conversa com a Artesp e não com a Secretaria de Logística exclusivamente.

A técnica da Fipe acrescentou que, no tema transporte e logística, o que surgiu foi basicamente a questão de duplicações de rodovia, o trânsito, as vicinais, feitas pelo governo e mantidas pelos municípios.

A coordenadora disse que o Programa Vicinais do governo estadual decide anualmente quais vias serão recapeadas, dado que a competência do recape é do município, que não tem recursos. Disse não haver grandes problemas nesse ponto, sendo preciso apenas definir as prioridades junto ao Programa Vicinais para discussão no orçamento.

Sobre as rotas turísticas e ciclo rotas, a técnica da Fipe informou que foram significativas também nas propostas, e perguntou se o assunto seria tratado com a SLT.

Ainda sobre a questão das vicinais, outra técnica da Fipe disse existirem dois projetos: o “Melhor Caminho” do governo federal, que destina verbas para fazer as vicinais e um projeto do governo do estado no Vale junto com o Codivap, chamado de “Viva o Vale”, que entrou com obras nas vicinais. A técnica perguntou à coordenadora se a questão da discussão no orçamento se refere ao “Melhor Caminho”.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte esclareceu que o Programa “Melhor Caminho” é da Secretaria da Agricultura e o Programa “Novas Vicinais” de recuperação é do DER de São Paulo.

A técnica da Fipe quis saber se estavam falando só de recuperação de vicinais para escoamento de produção, pois São José dos Campos está trabalhando em um projeto chamado “Viva o Vale”, do Codivap, que o governador Dória fez no segundo semestre de 2021 e que os projetos e levantamentos estão sendo feitos pelo IPLAN.

Em complemento à fala de Cynthia Gonçalo, esclareceu que o Viva o Vale é um programa da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) que envia investimentos. Não é só da SDR, mas ela envolve todas as secretarias do governo e que o Programa Melhor Caminho, como disse Aguirre, é da Secretaria Estadual de Agricultura. Disse que desconhece programa do governo federal.

A técnica da Fipe informou que mudou de nome e que agora é denominado “Rotas Rurais” e o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que o Programa “Rotas Rurais” faz a perenização nas estradas rurais, melhora as estradas rurais para escoamento da produção.

O representante da secretaria de Logística e Transporte esclareceu que não tem pavimentação asfáltica, que é só uma melhoria, é perenização, e a técnica da Fipe colocou que houve muitas perguntas nas audiências sobre o programa Viva o Vale, e perguntou se o assunto seria discutido nesta reunião dos setoriais.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que o Programa “Viva o Vale” é um grande programa que reúne todas as secretarias, todas as ações que são feitas no Vale, por exemplo, a SDR tem os investimentos atuais em cada município e as demais ações com os programas de cada secretaria compõem o “Viva o Vale”, assim como o “Programa 2030” no Pontal do Paranapanema, e o “Vale do Futuro”, no Vale do Ribeira, são todas as ações determinadas pelo governador JD, de um programa para atendimento do Vale do Paraíba, por isso, “Viva o Vale”.

A coordenadora Técnica do Projeto-Fipe perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se a Pesquisa Origem e Destino (OD) de carga para o estado foi feita. O representante respondeu que sim, para o PAM-TL, e ela questionou se depois foi feita para todo o estado. O representante da secretaria explicou que ficou apenas na macrometrópole.

A coordenadora técnica do projeto-Fipe disse que essa OD da macrometrópole já ajuda porque tem Piracicaba, Jundiaí e Vale do Paraíba, e perguntou se teria para Ribeirão Preto e Franca. A

resposta foi que não existe. A coordenadora lembrou que, no período, trabalhou no consórcio do PAM-TL, e que nas discussões com o [BID] falou-se sobre novas metodologias, inovações tecnológicas, pois essa OD é muito cara e muito dependente da Polícia Rodoviária. Falou sobre a dificuldade para fazer a da macrometrópole.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse ser preciso autorização para cada trecho e a coordenadora perguntou se, nas tratativas entre a secretaria e o BID, foram discutidas novas metodologias para diminuir custos das pesquisas OD, pois essa era uma discussão em reuniões que participou.

Disse que financiaram 2017 para o metrô, mas queriam mudar radicalmente a metodologia, pois não estavam mais dispostos a financiar essa OD cara, como é a da região metropolitana.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que, sobre este assunto, não sabia ao certo e achava que não avançou, mas poderia checar e retornar com a resposta.

A coordenadora colocou que, no caso de Franca e Ribeirão Preto, em que a região metropolitana e a aglomeração urbana têm núcleos urbanos muito dispersos, e não têm uma concentração urbana como as demais áreas, sempre apresentam uma demanda de muitos municípios para melhoria dos acessos da população, que é uma população pequena. “Assim, para se pensar um plano metropolitano de transporte público, não a carga necessariamente, é importante ter uma OD para qualificar a demanda”, disse.

Acrescentou ainda que a proposta [do PDUI] é, não só ter um plano estruturante de transporte metropolitano, mas a perspectiva de se fazer uma OD, e como essa região tem uma economia ditada pela produção de commodities e do agronegócio, juntar a OD de transporte público com carga. “Essa é uma questão que caberia à Secretaria de Logística e Transporte discutir quais regiões, ou pelo menos para as regiões metropolitanas, se não para Franca, mas para Ribeirão Preto”, destacou.

A coordenadora lembrou ainda que a Fipe foi contratada para fazer o PDUI de São José do Rio Preto, que tem uma questão de logística importante, especialmente para Mato Grosso. Disse que essa perspectiva, de pensar um modelo de OD para as regiões metropolitanas, exceto São Paulo, que use novas metodologias, barateando custos, para pensar os tais planos metropolitanos de transporte.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que foi feita alguma coisa relativa à OD na região de Rio Preto, devido ao lote de concessão que estavam estudando no noroeste, que abrange a região onde hoje tem duas concessionárias: a TEBE e a Triângulo do Sol, cujos prazos estão expirando, e que, para fazer um novo lote de concessão, foi feita uma pesquisa de OD recente. A coordenadora questionou se foi feita para São José do Rio Preto. Ele disse que para São José do Rio Preto e região, com dados recentes.

A coordenadora técnica do projeto-Fipe colocou para o representante da Secretaria de Logística e Transporte que precisam discutir o alinhamento do PDUI com as possibilidades da SLT de que essa OD também fosse bancada pelas concessionárias, no caso de Ribeirão Preto, no caso de Franca, quais as estradas que estão concedidas.

“Essa conversa deveria passar pela Artesp sobre a possibilidade de que, para pensar um plano metropolitano de transporte público e logística, que tem a ver com a carga, que entrasse nos contratos, especialmente nas suas revisões, a possibilidade de ter essa OD patrocinada pelas concessionárias”, afirmou. Questionou se o representante achava isso possível em termos de proposta e

ele disse que levaria o assunto para a Artesp, pois os contratos novos têm revisão a cada quatro anos, e que pode ser que incluam na revisão, que é justamente o estudo de tráfego.

A coordenadora solicitou que a discussão fosse levada o mais breve possível, pois a equipe deveria concluir o trabalho da formulação das propostas até 10 de abril.

Um técnico da Fipe questionou o representante se, no caso de eventualmente se ter a participação das concessionárias, se seria possível incluir o transporte coletivo.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte explicou que o transporte coletivo está com a Artesp, só que não está vinculado ao contrato de concessão de obra rodoviária, que acha difícil incluir, mas que iria perguntar.

A coordenadora técnica do projeto-Fipe pediu ao representante da secretaria que perguntasse. “A dispersão, no caso de Franca, no caso de Rio Preto, pelo que estão vendo, essa questão do transporte metropolitano vai ser um problema, porque há uma concentração entre Mirassol e Rio Preto, mas o restante são municípios muito pequenos, que pensa não ter demanda para um sistema viário poderoso, a baixa demanda para transporte de caráter metropolitano coletivo é um pouco complexo de se viabilizar”, analisou.

Ela acrescentou ainda que, até para as demandas que vêm dos prefeitos, é preciso ter uma OD para apontar que não justifica a existência desse tipo de transporte, dada a demanda muito baixa, e que a tarifa não vai compensar a relação custo-benefício. “Desse modo, se mantém como transporte rodoviário, que talvez possa entrar nesse nível da concessão, porque esse tipo de transporte paga pedágio nas estradas”, disse.

Pediu ainda que na conversa com a Artesp o representante da secretaria pudesse ver essa perspectiva da mudança do transporte rodoviário com marginal para alguns trechos, como Mirassol, Rio Preto ou pelo menos os núcleos como José Bonifácio.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte complementou citando também Votuporanga, Fernandópolis, depois Jales, Santa Fé, e a coordenadora disse que haviam pensado uma subdivisão, inicialmente para adotar uma subdivisão regional com estímulos de fortalecimento de um subpolo, citando Tanabi, José Bonifácio, Nova Granada e Rio Preto (complementado por Marlon).

“Pensar pelo menos esse transporte coletivo que pode ser por marginais das rodovias para esses centros exclusivamente. E a OD é que vai dizer se essas conexões fazem sentido ou não”, afirmou. Disse ainda que talvez o representante da secretaria pudesse levar esse argumento para a concessionária, ser colocado como uma proposta e se viabilizar na renovação quadrienal dos contratos.

O representante do DER-Rio Claro quis entender o que tratava a reunião e a coordenadora técnica do projeto-Fipe explicou que a reunião tratava sobre projetos, programas e diretrizes para as regiões metropolitanas de Piracicaba, Ribeirão Preto, Jundiaí, Vale do Paraíba e Aglomeração Urbana de Franca.

“Sobre um conjunto de propostas recebidas durante as audiências públicas que precisam ser discutidas para o alinhamento com a Secretaria de Logística e com o DER, relativas às ações públicas nessa região, e ver se as propostas são viáveis e se estão alinhadas com a política setorial de transporte e logística”, explicou. Em seguida, acrescentou que a equipe precisava esclarecer dúvidas com relação a esses temas, sobre essa perspectiva de uma OD, não só de carga, mas

também de passageiro, para que se possa pensar um plano metropolitano de transporte público para essas regiões.

Dirigindo-se ao representante da Secretaria de Logística e Transporte, disse ainda que, nessa perspectiva de que se não houver demanda, os intervalos do transporte rodoviário poderiam ser mais bem regulados pela Artesp, para dar uma frequência do transporte rodoviário. “Esta pode ser uma das diretrizes que podem colocar como subproduto da OD”, sugeriu.

Convidou uma das técnicas da Fipe presentes na reunião para que fizesse suas considerações e colocasse as dúvidas que poderiam ser respondidas pelo representante do DER Rio Claro. A técnica iniciou colocando para os representantes da Secretaria de Logística e Transporte e do DER duas questões relativas às propostas recebidas e aos programas e projetos da Secretaria de Transporte e Logística, que devam ser abordados nas diretrizes do PDUI das regiões de Jundiaí e Piracicaba, no que diz respeito ao alinhamento e à compatibilização, como o PAM-TL, Hidrovia Tietê-Paraná e aeroportos.

Quanto às questões específicas de Piracicaba, colocou que tinham três propostas preliminares: 1) promover ajustes no sistema viário metropolitano para mitigar os conflitos do tráfego rodoviário com o tráfego local (questão que apareceu em todas as discussões nas oficinas regionais e nas audiências); 2) garantir a manutenção das vicinais; 3) promover a integração do transporte intermunicipal. Acrescentou, ainda, que a maioria das propostas vieram com demandas muito específicas, principalmente sobre a duplicação de trechos, anéis rodoviários, a recuperação de marginais, segurança no trânsito, propostas aceitas parcialmente para serem abrigadas na proposta de ajuste do sistema viário metropolitano.

Colocou que a dúvida maior é se podem e devem explicitar no plano essas propostas específicas que surgiram ou se incorporam apenas de maneira genérica. Citou como exemplo uma proposta do poder público relativa ao prolongamento da SP-133 Limeira-Cosmópolis, chamado de Rodoanel de Limeira, que essa rodovia, salvo engano, está a cargo do DER.

Outra proposta diz respeito à duplicação da Rodovia Wilson Finardi, a SP-191 Araras-Conchal; uma terceira diz respeito à redução de acidentes na SP-191. A quarta proposta fala sobre solução para o cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308, no quilômetro 41. Todas se referem a melhorias das rodovias. Isto posto, perguntou em que medida colocar essas questões no Plano: como uma demanda ou como diretriz geral, conforme consta na apresentação disponível na plataforma digital.

Explicou que, no caso dos prolongamentos, “estabelecer parceria para duplicar e manter em boas condições estradas e rodovias de acessos aos municípios que compõem a região”, deixam de forma genérica ou se colocam como: a exemplo de e explicitam; ou ainda a proposta “identificar os trechos prioritários de duplicação e soluções para melhorar a segurança da rodovia SP-191, com vistas a redução dos acidentes”.

Citou como exemplos duas propostas relativas a obras viárias para desviar os veículos pesados do interior dos municípios, que já possuem anéis viários previstos nas rodovias, disse que podem até deixar como uma diretriz: “engendrar esforços para solução das obras viárias”. Outras, como “melhorar a troca de informações entre concessionárias e municípios”, é uma diretriz que podem manter.

Falou ainda de uma outra proposta, que é “estabelecer parceria com o governo estadual para duplicar e manter boas condições das estradas e rodovias da região”, mais geral que não suscita

dúvidas. “Sobre a proposta mais específica relativa ao “asfaltamento de vicinais” foi dito nesta reunião que o programa existente trata muito mais da perenização, sem o asfaltamento”, disse.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte iniciou suas respostas pela questão de perenização, dizendo que é tratada pela Secretaria da Agricultura. “A parte de vicinais, pavimentação, é com o DER, que está com o maior plano de pavimentação de vicinais da história em andamento. São 7 bilhões investidos em obras no estado todo, mais de 5 mil quilômetros de vicinais estão sendo pavimentados, recuperados”, disse. Para ele, esta questão entraria como um item genérico, e que já existe um programa caminhando para a fase 9.

A coordenadora técnica do projeto-Fipe perguntou se, ao colocar manutenção, já está incluído no programa a pavimentação, seja asfalto ou não. O representante respondeu que sim, pois tem a estrada de terra, que está sendo pavimentada, e a pavimentada que estava em más condições e que está sendo recuperada. “A partir daí a manutenção é por conta do município, porque é um patrimônio municipal”, ressaltou.

Como o município não tem capacidade de manter o asfalto, periodicamente, a coordenadora explicou que o governo do estado faz o recape e o representante da secretaria acrescentou ainda que o governo faz o recape via convênio.

Com base nisso, a coordenadora técnica destacou que a diretriz da manutenção e da qualidade da vicinal já é suficiente para entrar no Programa Estradas Vicinais, e no pacote de concessões, inclusive, muitas vicinais são carregadas no pacote de concessão principal. O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que estão evitando colocar vicinal num programa de concessão. Explicou que tem algumas concessionárias que estão com vicinais, que há mistura de patrimônio estadual com municipal e administração privada, o que pode causar uma confusão no futuro.

A coordenadora chamou a atenção que a diretriz “manutenção e qualidade das vicinais” cobre o Programa Vicinais, que é do governo, e que não poderiam dizer se é asfalto ou se é brita.

A técnica da Fipe falou que as diretrizes dessa proposta seriam muito mais abrangentes, os próprios municípios se articularem para conseguir compartilhar equipamentos, a fim de conseguirem fazer a manutenção dessas vicinais – muito além do que reivindicar ao estado o asfaltamento. A coordenadora questionou o representante da secretaria se faz sentido esses municípios de região metropolitana criarem uma SPE, via consórcio municipal, para o asfaltamento e a manutenção dessas vicinais, pois na realidade, como foi colocado pela técnica sobre ter equipamentos, ou seja, a cada três anos os municípios acionam essa SPE para fazer o recape das vicinais daquela região, e eles põem dinheiro no consórcio.

Ele disse que seria bom, mas acha difícil, porque eles não conseguem se entender só com o consórcio de equipamento da Agricultura, no momento de definir qual é o município que vai ser atendido, qual será o primeiro, e que, dependendo da intervenção, quando chegar no último, já se passaram dois, três anos.

A coordenadora disse entender, mas perguntou por que o governo do estado não exclui o programa vicinais, já que nem deveria ter este programa? “Isso não é competência do governo do estado, é a condição econômica do município que leva o governo a ter esse programa”, disse.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte apontou que o item sobre os contornos rodoviários poderia ser um genérico. Disse que estão trabalhando num programa futuro de im-

plantação de vários contornos rodoviários, para tirar o trânsito de passagem do município. Sobre as propostas pontuais da SP-191, disse que, no contrato das concessionárias já existe uma programação de obras, que pode ser antecipado ou não, dependendo do volume de tráfego e do nível de serviço. Sobre essa questão, disse que teria que examinar os contratos da Intervias e da rodovia do Tietê, se essas intervenções estão previstas. Caso não estejam, para incluir a intervenção é necessário fazer um aditivo no contrato de concessão.

Outra técnica da Fipe também presente na reunião perguntou ao representante da Secretaria se no contrato de concessão existia alguma cláusula com controle do número de acidentes vinculado a algum reforço de investimento em locais mais perigosos.

Ele respondeu que existe o programa de segurança e o volume de tráfego. “Quando chega num determinado nível de serviço, a concessionária é obrigada a fazer intervenção, que é uma terceira faixa ou uma duplicação de um trecho”, explicou.

A técnica da Fipe disse que, nesse caso, não citariam, colocariam uma diretriz para ver junto à concessionária para priorizar ou não, explicitando a SP-191. O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que poderiam ser explicitados níveis de serviço com número de acidentes, que a intervenção poderia ser vinculada a isso. Citou como exemplo a instalação de uma indústria, que começa a ter muito movimento de caminhão, e que naquele lugar que não tinha absolutamente nada, começa a apresentar problemas de tráfego de passagem com os caminhões da indústria, podendo causar acidente.

Para entendimento, a coordenadora técnica-Fipe colocou que, nesse caso, a proposta fique mais ampla e se coloque alguns requisitos para a tomada de decisão da intervenção.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que sim, que contenha nível de serviço, que é algo mundial, e também, a questão de número de acidentes, e “o que vale para Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, vale para todas”.

A técnica quis saber sobre a outra proposta, que era do DER, sobre o prolongamento da SP-133, ao que o representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que precisava verificar se está no programa de obras.

A coordenadora disse então que, de qualquer forma, a orientação é de deixar uma abordagem mais geral, e que a Câmara Temática de Transporte e Logística deveria hierarquizar as demandas para apresentar à Secretaria para que ela possa contemplar no seu programa de investimento.

A técnica explicou que foi o que pensaram como proposta, de colocar mais geral, falar sobre a articulação com a Artesp e enfatizar a importância de estar em conformidade com a programação da secretaria, mas priorizando, reivindicando.

A coordenadora acrescentou, ainda, que é interessante ter essas duas variáveis para tomada de decisão, que são o nível de serviço e o número de acidentes, que esse é um parâmetro para a decisão da demanda. Então a técnica sugeriu a utilização de parâmetros técnicos para a hierarquização e para a formalização das demandas.

Outra técnica da Fipe presente quis entender o significado de ‘nível de serviço’ e o representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que se trata de um critério de medida de tráfego adotado mundialmente, que vai de ‘A’ a ‘F’, em que ‘F’ é totalmente congestionado, tipo Avenida

23 de Maio, e 'A' significa trânsito livre. "Por exemplo, no contrato da concessionária consta um que está no nível de serviços 'C', e, caso atinja o nível 'D', é obrigado a fazer uma terceira faixa, caso atinja o nível 'E', é obrigado a fazer a duplicação", explicou.

A coordenadora disse ser bem interessante esse nível de serviço, porque ele é por trecho da rodovia. O representante da Secretaria de Logística e Transporte citou como exemplo o trecho de São Paulo a Jundiaí, que próximo a São Paulo é um nível de serviço, próximo a Jundiaí é outro, e no meio é outro completamente diferente. A coordenadora lembrou que as 10 estradas que chegavam em São Paulo tiveram acesso ao estudo do nível de carregamento, que originou, inclusive, o PAM-TL, que chegaram a discutir muito isso com a Secretaria de Logística.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte questionou se a equipe tem todas as demandas que foram levantadas, e que gostaria de receber o material. "Eu vi que a maior demanda era transporte de passageiros", disse.

A coordenadora explicou que eram as propostas que foram levantadas pelas prefeituras nas audiências públicas, e que faria uma compilação dos trechos por região para encaminhar à secretaria. A técnica da Fipe disse que não falou sobre todas as propostas das duas regiões porque são ligadas não só a trechos de contornos de ligações, de transporte intermunicipal, como também à questão das ciclovias, em que há uma discussão grande e que há demandas de Jundiaí no sentido de fazer uma ciclovia ao longo na marginal ao Rio Jundiaí, ligando os três municípios com maior volume de tráfego: Jundiaí, Várzea e Campo Limpo. "Hoje, existe um trânsito de bicicleta pela marginal sem organização, que acaba sendo uma questão de segurança", sinalizou.

Disse, ainda, que para este tipo de proposta vão trabalhar na outra diretriz, que é de "promover a integração do transporte municipal", sugerir que tenha um plano de mobilidade para a região. "O plano que vai definir se é faixa, se é ciclofaixa, ciclorrota, de acordo com a característica técnica de cada pedaço, de cada demanda, ou de cada trecho.

A técnica da Fipe disse não ter mais questões, já que os assuntos para Jundiaí e Piracicaba são muito semelhantes, tanto a problemática como as demandas. "A questão da ciclovia também tem em Piracicaba. Outra demanda de Jundiaí, que é possível colocar como diretriz, diz respeito à criação de um Gabinete de Gestão Integrada de Transporte e Trânsito, questão ligada a um plano também de mobilidade na Câmara Temática", afirmou.

A coordenadora disse à técnica que a questão deve ter a precedência da Câmara Temática de Transporte, e que precisa ser deliberada no âmbito do Conselho, em que sentam a Secretaria de Transporte, de Transporte Metropolitano, e esse gabinete, que, sendo regional, vai ficar pendurado nessas duas estruturas, e não internamente aos municípios, que não têm capacidade de gerir esse órgão.

A técnica concordou ser mais adequado colocar tudo na Câmara Temática para que decida em que tipo de arranjo será feita essa gestão, e a coordenadora colocou que a Câmara Temática tem que fazer propostas que serão apresentadas no Conselho, em que sentam os secretários de estado, então eles é que vão dizer o que é viável. Pediu que o representante do DER Rio Claro, por ser da regional de Piracicaba, dissesse algo sobre as considerações da técnica da Fipe.

O representante do DER Rio Claro pediu desculpas pelo atraso, pois teve um contratempo na estrada, e solicitou um resumo da pauta, que foi feito pela técnica da Fipe. Ela explicou que a reunião era para dirimir algumas dúvidas sobre as propostas que entrarão no PDUI, tanto de Piracicaba,

como das diversas regiões, no que diz respeito ao transporte, ao sistema viário e às propostas preliminares, mais gerais, como, por exemplo, ajuste no sistema viário metropolitano para mitigar os conflitos do tráfego rodoviário com o tráfego local, garantir a manutenção das estradas vicinais, promover a integração do transporte intermunicipal.

Ela explicou que, nas audiências públicas, surgiram demandas muito específicas, como por exemplo, no caso de Piracicaba, a demanda específica de duplicação, prolongamento da SP-133; duplicação da Wilson Finardi, da acesse SP-191. A dúvida é em que medida essas propostas vindas das prefeituras devem ser incorporadas e citou que na opinião do representante da Secretaria de Logística e Transporte deveria ser colocada como uma diretriz mais genérica de “garantir, incentivar, ou promover o contorno dos municípios”, ou ainda melhorias no sistema viário, sem citar explicitamente os trechos.

No caso das vicinais, as quais já estão cobertas por programas do estado, apresentar proposta para ‘garantir a manutenção’. “A orientação foi colocar as propostas de diretrizes gerais sem explicitar esses trechos que foram demandados nas propostas recebidas do poder público nas audiências”, explicou.

O representante da DER Rio Claro questionou o que seria o ‘genericamente’ colocado pela técnica da Fipe sobre rodovias. “As demandas da SP-133, administrada pelo DER. Sobre a SP-191, Wilson Finardi, é administração da concessão, que, apesar de serem todas do estado, são administradas por secretarias diferentes”, explicou. E disse não saber se é possível tratar genericamente. A técnica colocou que poderiam ser feitas diretrizes de dois tipos: uma diretriz que diz respeito ao que é de administração do DER, como, por exemplo, “envidar esforços para soluções...”

A coordenadora sugeriu classificar na diretriz mais geral que as rodovias administradas pela concessão deverão ser tratadas na revisão periódica dos contratos, e para as do DER, nos períodos de elaboração dos PPAs, pois, como vão desembocar na LOAS, já pode constar o trecho. “Assim, com essa distinção, o que está sob a competência de concessionária, as prioridades devem ser definidas nas revisões quadrienais dos contratos, e, no caso do DER, a alocação deve ser feita no período dos PPAs e LOAS para priorizar esses trechos. Perguntou a Danilo se pode ser dessa maneira, pois a proposta continua genérica, mas especifica estes aspectos”, explicou. O representante do DER Rio Claro disse que poderia ser desta maneira, sem problemas.

Finalizadas as dúvidas de Jundiaí e Piracicaba, a coordenadora passou a palavra para a apresentação de Ribeirão Preto e Franca.

O técnico da Fipe envolvido no trabalho dessas regiões disse que parte das dúvidas levantadas anteriormente tinham uma interface grande com as dúvidas de Franca e Ribeirão Preto, e que foram parcialmente respondidas. “Das propostas recebidas, e que têm aderência com as competências do DER, foram muito mais ligadas a estradas vicinais e à duplicação de alguns trechos de rodovia, em especial para Franca. No caso de Ribeirão Preto, as propostas não explicitaram nenhuma característica específica. De forma mais genérica, poderia entrar como uma diretriz, talvez pela região ter uma boa estrutura de rodovias duplicadas. Para Franca, surgiram algumas demandas para duplicação de alguns trechos. Citou a proposta que pede a duplicação da SP-345, entre Franca e São Joaquim da Barra, conforme mapa apresentado e disponível na plataforma digital da região”, disse.

Segundo ele, esse trecho, salvo engano, estava sob a responsabilidade do DER, e seria um trecho importante do ponto de vista da região, porque, aparentemente, ela conectaria, por meio de

uma estrutura melhor da rodovia Anhanguera, que é totalmente duplicada desde Ribeirão Preto, atravessando toda a Aglomeração Urbana de Franca, indo até Uberaba, e teria capacidade de articulação com a rodovia Cândido Portinari. São Joaquim da Barra é uma subcentralidade urbana, para a Aglomeração Urbana de Franca, junto com Ituverava.

Como esse trecho não é duplicado, perguntou se existe viabilidade, se existe alguma discussão nesse sentido da duplicação, ou se seria uma extensão do contrato de concessão junto à Artesp. Perguntou, ainda, se eventualmente existe essa demanda para duplicação, ou se seria possível colocar como uma diretriz para duplicação das rodovias consideradas mais relevantes para a região.

“Outra questão diz respeito à pavimentação ou recuperação de estradas vicinais, de abrangência regional. As demais propostas dizem respeito a estradas vicinais específicas, e a equipe não tem parâmetros para dizer quais são as estradas prioritárias para pavimentação, por isso estão sendo consideradas como diretriz para a região”, relatou.

Salientou que na região de Franca as estradas vicinais têm papel importante para o deslocamento dos caminhões entre a usina e os canaviais, daí o grande número de propostas para recuperação de estradas vicinais.

O técnico perguntou se, dentro do Programa “Novas Estradas Vicinais” do governo do estado, essas estradas estão beneficiadas ou se parte das que estão no programa estão na região de Franca, como em Rifaina-Pedregulho via Taquari, Franca-Batatais, a estrada vicinal de Restinga, entre outras.

Disse que observou na apresentação do Programa “Novas Estradas Vicinais” que existe uma metodologia para priorizar quais as estradas que receberiam pavimentação e melhoria de recapeamento, e que um pontos aderentes ao PDUI diz respeito às vicinais que fazem ligação com municípios, pois, se existe alguma vicinal que atualmente não esteja pavimentada, mas que tem o papel de interligar alguns núcleos urbanos, e que pudesse fortalecer algumas subcentralidades, talvez fosse prioridade no recapeamento.

Perguntou se existe uma base de dados que indique quais as estradas vicinais estão ou que serão beneficiadas pelo programa do governo do estado, tanto em Franca, como em Ribeirão Preto, e se há algum estudo do DER que sugira quais as estradas prioritárias para pavimentação, considerando que as estradas vicinais são de responsabilidade das prefeituras, mas que, diante das dificuldades, recorrem ao governo do estado.

Quis saber, também, como o DER vê essa questão das estradas vicinais em Franca e Ribeirão Preto. O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que o Programa “Novas Vicinais” chegou até a fase 8, e que em todas as fases teve vicinal da região de Ribeirão Preto e Franca. Disse que teria que separar por fase e levantar todas as vicinais que já foram licitadas ou estão em licitação.

A coordenadora do projeto-Fipe comentou que o fato de saber que tem é ótimo, porque está no radar de prioridade, mas que decidiram com os representantes da SLT e do DER que farão uma diretriz genérica, e que o plano de mobilidade e logística é que vai definir as prioridades, segundo as demandas elencadas no plano.

Adiantou que a equipe vai passar as informações para o representante da Secretaria de Logística e Transporte, para que a Secretaria conheça essas demandas vindas das audiências públicas, mas que elas não se transformam automaticamente em uma proposta estruturada, específica,

para esse ou aquele trecho. Disse que o técnico da Fipe listou os critérios que esse trecho de duplicação da SP-345 Franca-São Joaquim da Barra já está contemplado no segundo parâmetro de capilaridade, que faz ligação com as SPs, as vicinais que possam irrigar para aumentar a demanda desse trecho de São Joaquim da Barra para Franca, porque ali não é uma SP, mas as vicinais que estão ali no conjunto para duplicação podem ser objeto de aumento do carregamento que leve à justificativa da duplicação desse trecho.

Reiterou que essas questões são muito específicas, e que estão no programa vicinais, não cabendo ao PDUI aprofundar, e que, conforme foi discutido na primeira etapa com Jundiaí, há perspectiva de que essas prioridades de pavimentação e manutenção de vicinais sejam discutidas no âmbito do plano de mobilidade.

O técnico da Fipe concordou com a coordenadora de que a questão vira uma diretriz dentro de uma proposta estruturada para melhoria do sistema viário, fazendo esse comentário de uma diretriz para melhorar as estradas vicinais, considerando aquelas mais prioritárias, ao que a coordenadora complementou dizendo que precisa estar no âmbito do programa do governo do estado. Em relação à SP-345, o técnico perguntou se explicita, dentro da proposta estruturada, a duplicação, considerando a importância dessa rodovia para a articulação urbana regional da Aglomeração Urbana de Franca, pois não tem informação sobre pesquisa origem e destino e outras. Disse que poderia ver pelo volume de cargas.

A coordenadora complementou dizendo que o PDUI tem a perspectiva de melhorar o ordenamento territorial, olhando a possibilidade de criar uma rede de centralidades naquela região que promovam certo equilíbrio entre os acessos a bens e serviços, e como São Joaquim da Barra é um subcentro na região, para reforçar a rede de centralidades, é importante explicitar a duplicação desse trecho da SP-345 como elemento de fortalecimento da subcentralidade.

“Assim, essa questão seria colocada dentro da proposta de transporte e logística com essa função”, esclareceu. Disse, ainda, que não estão priorizando, necessariamente, a duplicação, mas falando da importância da duplicação para o fortalecimento, o que, em sua avaliação, parece não ser um problema porque isso também tem uma certa hierarquia de prioridades, mas que é um indicador para que o tomador de decisão, que é a Secretaria de Logística e Transporte, veja a questão como um elemento importante para tomada de decisão.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse concordar com o argumento da coordenadora.

A coordenadora ainda perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se poderiam colocar com a menção da importância da duplicação do trecho como elemento de fortalecimento da rede de centralidades, com o objetivo de melhorar o equilíbrio do ordenamento territorial da região, e ele disse que sim.

O técnico da Fipe perguntou se, no caso desse trecho ser eventualmente duplicado, existia a probabilidade do DER, ou da concessionária, que já responde por parte do trecho, cuidar dessa duplicação, e se existe a possibilidade de um contrato adicional para extensão da concessão.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que hoje ficaria a cargo do DER, porque a inclusão de trecho em contrato de concessão tem que passar pela aprovação da PGE, que não é tão simples incorporar trechos.

Sobre a questão de duplicação, o representante do DER Rio Claro disse que era preciso analisar tecnicamente, mas poderia deixar como duplicação e que, tecnicamente, haverá um estudo para ver se cabe duplicação no trecho, pois, às vezes, pedem duplicação e o Volume Diário Médio (VDM) da estrada não requer a duplicação.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse que a observação de Danilo foi importante, e que podem colocar na diretriz uma observação para avaliar a possibilidade de duplicação, considerando a viabilidade técnica da via. Falou para o técnico que era melhor especificar que proposta tem que passar por alguns procedimentos – e chamar a atenção que essa duplicação só deverá passar por avaliação técnica da condição da via para que ela, de fato, possa ser duplicada e cumprir a função de estimular a centralidade ou adensar a subcentralidade de São Joaquim da Barra.

A técnica da Fipe colocou que a diretriz pode destacar a importância de melhorar essa via pelo aspecto da centralidade, e as condições para eventual duplicação, que essas possibilidades são uma boa saída. O representante da Secretaria de Logística e Transporte complementou dizendo que pode ser que uma terceira faixa possa resolver.

Sobre as propostas que foram levantadas e aprovadas de Ribeirão Preto e Franca, o técnico disse que eram estas as dúvidas e agradeceu as considerações dos representantes da Secretaria de Logística e Transporte e do DER, “que foram esclarecedoras”.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que, olhando os cadernos de vicinais, encontrou 32 delas na região de Ribeirão Preto e Franca, e que pode listá-las por região e enviar para a equipe.

A coordenadora disse que o representante da Secretaria de Logística e Transporte vai encaminhar as vicinais que estão previstas neste pacote, que estão previstas no programa dessas cinco unidades regionais que estão trabalhando, e que a equipe Fipe vai encaminhar as demandas resultantes das audiências públicas para que o novo pacote possa contemplar as estradas vicinais que eventualmente não estiverem previstas.

O técnico da Fipe disse imaginar que parte das estradas que foram citadas nas propostas já devam estar previstas nesse programa “Novas Vicinais”, ao que o representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que algumas delas já estão em andamento. O representante do DER Rio Claro complementou dizendo que algumas delas já estão concluídas.

A técnica da Fipe começou sua apresentação dizendo que todo o levantamento das informações, das propostas e dos debates das audiências públicas, foi organizado em tópicos, e esclareceu que AIM é Área de Interesse Metropolitano, que são recortes do território da região metropolitana que serão alvo de projetos estratégicos para o desenvolvimento da região.

Em relação à área de transporte e sistema viário, a primeira questão apresentada diz respeito ao Corredor Verde Metropolitano de Transporte VLP, que segue junto com a faixa da linha de alta tensão marginal à Rodovia Dutra, e que será implantado entre Jacareí a Aparecida. Perguntou se esta é uma proposta que está alinhada com as diretrizes do estado ou até mesmo com o PAM.

A segunda questão apresentada era sobre o Centro de Logística, como previsto no PAM, no entroncamento das rodovias Carvalho Pinto e Tamoios, e da mesma forma perguntou se a questão está alinhada com as diretrizes de planejamento do estado.

Sobre o trem regional, citou o novo marco das ferrovias e indagou se de alguma maneira esse projeto pode contribuir para sua implantação ou se há alguma articulação, algum planejamento de fomento às ferrovias, em especial na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Em relação à Rodovia Carvalho Pinto, de Taubaté a Cachoeira Paulista, perguntou se o DER ou a Artesp entendem que a questão está alinhada, e se tem alguma articulação com a Rota da Fé ou outras rotas de planejamento do sistema viário para a região.

Sobre a manutenção das estradas vicinais, perguntou aos representantes da SLT e do DER se pode ser estudada a implantação de pedágios em alguns locais, a fim de inibir o uso indevido das vicinais. Perguntou se, para a região do Vale do Paraíba, há previsão de asfaltamento de estradas que conectam alguns municípios às rodovias.

Em relação à mitigação de conflitos entre o tráfego rodoviário e o tráfego local, especificamente do Litoral Norte, Caraguatatuba, Piquete e Vale do Paraíba, quis saber se existia algum planejamento pelo estado. “Nos moldes do contorno da Tamoios-Caraguatatuba, a questão pode ser incluída como uma proposta no PDUI da região?”, questionou.

E sobre o sistema aquaviário para conexão de diferentes localidades do Litoral Norte, a exemplo das ferrovias, perguntou se seria possível a inclusão da questão como diretriz do PDUI na área de transporte e sistema viário para a região metropolitana. Perguntou, ainda, se existia alguma estratégia para mitigar ou ordenar o tráfego de turismo, assunto muito abordado nas audiências públicas da região, como a proposta de um corredor cidadão de transporte, principalmente para inibir o fluxo intenso de veículos na alta temporada para o litoral. O mesmo ocorre, também, na rota da fé, de turismo religioso, que tem uma série de mitigações necessárias para evitar acidentes na alta temporada, quando o trânsito é intenso.

Sobre as demandas da área rural para o escoamento dos produtos, com o fortalecimento do turismo regional, perguntou se existe alguma iniciativa neste sentido, como integração com rotas rurais, Programa Cidadania no Campo, por exemplo.

Como última questão, perguntou se existe alguma diretriz ou iniciativa por parte do governo do estado relativa ao uso da tecnologia no âmbito das cidades inteligentes nas rodovias, sistema de transporte, iluminação pública, materiais alternativos aos produtos derivados de combustíveis fósseis, e se é possível incluir como diretriz de mitigação ambiental.

Finalizou suas considerações dizendo que foram estas as questões levantadas nas audiências públicas e nas propostas recebidas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte iniciou suas colocações dizendo que, sobre o uso de tecnologias, existia alguma coisa sendo pensada pelas empresas de ônibus na questão de conectividade, mas não diretamente ligada às cidades inteligentes, que seria mais uma questão operacional delas.

Sobre a questão da iluminação, informou que não está sob a responsabilidade da Secretaria de Logística e Transporte, e adiantou que estão sendo elaborados programas de concessão buscando carbono zero, de modo que todo programa de concessão, agora, todas as rodovias estão sendo pensadas nesse sentido.

A técnica da Fipe perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte o que seria esse programa carbono zero das concessões, resumidamente, e ele respondeu que, para dar essa

resposta, teria que falar diretamente com alguém da Artesp, porque no edital do Rodoanel tem essa previsão.

A coordenadora técnica do projeto-Fipe perguntou se a questão do carbono zero já consta na concessão da Tamoios. “No que diz respeito ao Vale do Paraíba, a rodovia Carvalho Pinto, que é uma concessão antiga da Ecovias, não está dentro desse programa carbono zero, só na revisão. E a Tamoios também, só na revisão da concessão”, informou.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que, quanto à Carvalho Pinto, só na revisão da concessão e que a Tamoios sim, que a concessionária se adiantou e partiu para um programa próprio, até por questão ambiental, pois a obra da Serra exigiu várias adaptações na questão de construção e operação.

Sobre os contornos de Caraguatatuba e São Sebastião disse, ainda, que vão mais 22 meses, que estão defasados na obra da Serra, mas que o trecho inicial de Caraguatatuba até a chegada da nova Tamoios está sendo priorizado para escoamento, porque a Serra é via de subida e toda a Tamoios antiga será para descida.

Sobre as demandas das áreas de turismo, disse que trabalharam junto à Secretaria de Turismo com algumas rotas que estão sendo definidas pela secretaria como rota cênica, e que, nesta rota, a participação da SLT, via DER, diz respeito a alguma adaptação de sinalização, pois existem locais que são observatório de pássaros, mirantes, que exigem segurança para usuários da rodovia e para usuários do aparelho turístico.

Sobre o tráfego de turismo, disse que nada foi pensado, além das rotas cênicas, a Rota da Fé foi desenhada pelo DER, que, em 1998, percorreu esta rota inteira para fazer a marcação nos postes, que está bem sinalizada, e o objetivo era tirar o peregrino da Dutra para que pudesse caminhar com mais tranquilidade, mas, ainda assim, as pessoas ainda caminham pela Via Dutra.

Sobre o sistema aquaviário, disse que já se tentou estudar várias questões, mas para a Baixada Santista, para uso de hidrovias, mas que esbarram naquelas pontes que já existem, tanto na Anchieta como na Imigrantes, cuja altura é insuficiente para a passagem de embarcação. Já no litoral norte, disse que desconhece estudos dessa natureza.

Sobre o contorno de Caraguatatuba, no Litoral Norte, disse que haverá a recuperação da BR-101 e da SP-55, que, da divisa do Rio de Janeiro até Ubatuba, a BR-101 é federal, e de Ubatuba a Bertioga é SP-55, com alguns trechos de BR-101.

Sobre a manutenção das vicinais, disse que existem várias estradas contempladas, em todas as fases já lançadas como pavimentação e recuperação.

O representante do DER-Rio Claro observou que, sobre o item manutenção de estradas vicinais, a jurisdição é municipal, e que a decisão de colocação de pedágio é do município, por meio de lei municipal que estabelece ou cria pedágio.

Em relação aos pedágios, a técnica da Fipe colocou que a proposta era mais no sentido de pôr o pedágio na rodovia para evitar que ele use a vicinal como rota de fuga e sobrecarregue a vicinal.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que no contrato de concessão não tem previsão de colocação de pedágios. Sobre a questão do trem regional, disse que, por enquanto, o que está sendo estudado e mais avançado é o de São Paulo-Jundiaí-Campinas, com

futura extensão para Americana. Para um segundo estudo, São Paulo-Sorocaba e São Paulo-São José dos Campos, mas que esses estudos estão bem atrasados, e que adiantado está o Intercidades para Campinas.

Em relação à questão do trem regional, informou que foi elaborada uma minuta de projeto de lei, já encaminhada para a Casa Civil, que estaria seguindo para a Alesp naquela semana, esclarecendo que o objetivo é a criação de um departamento ferroviário na Secretaria de Transporte para trabalhar essas *shortlines*, que interligarão trechos existentes com trechos abandonados.

Sobre a criação do departamento ferroviário na Secretaria de Transporte, a coordenadora técnica do projeto-Fipe colocou que estão criando um aparato dentro do estado para rever, estudar, planejar a questão, e que a seu ver, não faz sentido colocar no PDUI, pois o plano tem previsão de revisão para daqui a 10 anos.

Disse, ainda, que será melhor aguardar a viabilização do projeto de lei e estudos, para inserir a proposta dos trens regionais e sistemas ferroviários nessas regiões metropolitanas para a revisão do PDUI, a fim de evitar expectativas, pois, até onde se lembra, dos estudos feitos na OD do PAM-TL, a relação custo-benefício não se viabilizava no sistema do Vale do Paraíba, e que, nessa sequência, Sorocaba era uma dúvida, mas tinha resultados um pouco melhores do que o Vale. No caso de Sorocaba não financia a tarifa possível e não sustenta esse sistema ferroviário. Sugeriu que não entrassem nessa temática neste PDUI, e sim na época revisão, daqui a 10 anos.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte perguntou à coordenadora sobre o trem São Paulo-Campinas, e ela respondeu que o São Paulo-Campinas-Jundiaí foi colocado, tem como proposta para essa questão um projeto em ajuste, e a técnica da Fipe disse que esta questão pode ser citada em uma diretriz de articulação.

A coordenadora colocou que, no caso especificamente para a região de Campinas, ficou decidido a estação central, pois no projeto original tinham as estações norte, sul e a central, o que acabava por encarecer o projeto. Informou que o projeto foi revisto e que agora só tem a estação central, e que provavelmente no PDUI de Campinas a questão pode aparecer, mas no de Jundiaí, certamente.

Sobre a colocação do representante da Secretaria de Logística e Transporte de que os estudos estão atrasados, a técnica da Fipe perguntou se existe a perspectiva de serem retomados ou avançar em alguma medida nos próximos anos, incluindo a Região do Vale do Paraíba.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse achar que sim, que estudos existem, mas como foi citado pela coordenadora da Fipe, a conta não fecha. Daí afirmar que vai ter o São Paulo-São José é muito difícil.

A coordenadora acrescentou que a Secretaria de Transporte vai criar um departamento ferroviário para repensar outro modelo, que não necessariamente esse da articulação macrometropolitana, que pode ser até um trem mais barato, de articulação intra-regional.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que estão pensando em algumas pequenas ligações usando a hidrovía, pequenos ramais ferroviários interligando um ramal ferroviário existente ou a hidrovía, para fazer a multimodalidade.

A técnica da Fipe disse que a informação do representante da Secretaria de Logística e Transporte é muito importante para a questão da hidrovia na região de Piracicaba que havia colocado anteriormente.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que a hidrovia ficou parada quase um ano e foi retomada há 10 dias por problema hídrico.

A coordenadora recuperou sua participação na elaboração do PAM, em que colocavam para essa ferrovia, que tem a possibilidade de chegar até Americana, uma interligação com a hidrovia em Piracicaba, um pouco mais para cima de Piracicaba. “Algo de estudos de viabilidade que estão no horizonte do PAM-TL, essa perspectiva de pequenos trechos que façam essa articulação, importante até para aumentar as metas do Porto de Santos”, disse.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte reforçou que toda ferrovia é federal e que, mesmo com o departamento em funcionamento, para dar uma autorização terão que consultar um federal antes. A coordenadora complementou que essa malha é a mais rentável e promissora da malha paulista.

A técnica da Fipe disse que o fato de ter esse departamento na Secretaria de Transporte e o Marco da Ferrovia inibem os municípios que querem retirar os trilhos, que o ideal é fazer melhorias do que retirar para depois arrumar local para recolocar.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que Jacareí é um bom exemplo, pois, se tivesse esse ramal hoje, poderia ser reativado, pois faz conexão com a Carvalho Pinto, a Dutra, a SP-66, e a técnica complementou que retiraram uma parte, não tem mais ligação com São José. Falou sobre o ganho para o futuro, pois todos pedem para o governo federal, que não tem planejamento e autoriza a retirada dos trilhos, que, ao passar para o município, retira os trilhos e transforma em faixa, no caso, de rodovias.

A coordenadora reforçou que, neste PDUI, não tratarão dessa questão ferroviária, em função da mudança de gestão dentro da Secretaria, que o tema fica por conta do PPA.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte falou que o centro de logística está muito ligado à questão da Tamoios e ao Porto de São Sebastião, apesar do porto estar no estudo de desestatização ou privatização do governo federal, é um embate sobre o que tem que ser ressarcido para o estado de São Paulo relativo aos investimentos feitos e não amortizados ainda.

A coordenadora disse que, com relação ao ordenamento territorial, além do macrozoneamento existe a possibilidade de indicarem algumas áreas com algumas finalidades específicas, que, no caso do Vale do Paraíba, gravaram como área de interesse metropolitano, com a peculiaridade de articulação do Parque Tecnológico, e colocando essa área de entroncamento como uma área de interesse metropolitano para um centro logístico. Perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se fazia sentido a indicação dessa área como área de interesse metropolitano.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que fazia sentido, e, se referindo a um item apresentado, disse desconhecer a utilização dessa faixa de alta tensão marginal à Dutra, e que teria que estudar o assunto.

A técnica da Fipe disse que São José dos Campos tinha visto a possibilidade de implantar esse corredor até Aparecida. O IPLAN colocou como projeto e deve ser inaugurado agora. Disse já

existir o corredor verde na cidade com um ramal, VLP, todos sustentáveis, num modelo de troca do IPTU atrasado com a faixa de transmissão. O VLP já está em obras. Como já existem estudos feitos, incorporaram isso até Aparecida.

“Sobre a rota da Fé mencionada pelo representante da Secretaria de Logística e Transporte, pensou-se em incorporar nessa linha verde uma faixa para ciclovia e para essa rota da fé, com vistas a retirar os romeiros da Dutra, devido aos acidentes e diminuir o trajeto. A ideia era segregar e fazer algo sustentável e levar até Aparecida”, detalhou.

Disse ainda ser uma marginal, e que os municípios podem usar o IPTU nos moldes de São José. Perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se a questão é do âmbito da EMTU ou do DER.

A coordenadora explicou para a técnica que esse é um tema a ser discutido na reunião com a Secretaria de Transporte Metropolitano e com a EMTU do dia seguinte, pois esse assunto dizia respeito a um corredor urbano regional, multimodal e multifuncional, que está sendo proposto no PDUI, e que também tem a função de fortalecer a centralidade de Cruzeiro e Guaratinguetá.

A técnica da Fipe disse que esse centro logístico tem uma ligação muito forte com o Porto, como foi dito pelo representante da Secretaria de Logística e Transporte, e também, com o aeroporto de São José, que agora foi municipalizado e concedido, e que essa linha verde também faz a ligação com o aeroporto de São José.

A coordenadora explicou que o trecho tem função urbana, uma função de reforço de centralidade e, também, de segregar o trânsito local regional de passagem que a Dutra faz.

“Assim, esse tema é mais uma discussão para a EMTU e, eventualmente, até com a CPTM, que podem fazer um VLT, como eles estão fazendo agora o *people mover* no aeroporto, interligando o ramal da CPTM aqui em São Paulo, e que podem explorar a questão do corredor verde como diretriz do PDUI na reunião com a CPTM”, sinalizou.

A técnica ficou de enviar o projeto ao representante da Secretaria de Logística e Transporte, e a coordenadora disse à equipe que também aguarda o envio das prioridades de demanda de trecho das vias concedidas e das vias DER para que possa encaminhá-las ao representante da Secretaria de Logística e Transporte como um pacote único.

A coordenadora agradeceu aos representantes da Secretaria de Logística e Transporte e do DER por atenderem as demandas de esclarecimento e de alinhamento, que, conforme falou anteriormente, o PDUI deve estar muito alinhado às políticas de quem tem competência setorial. Adiantou que voltarão a falar brevemente sobre o PDUI de São José do Rio Preto, que inicia agora. Pediu aos dois representantes que enviassem a OD de Rio Preto para que possam explorar os dados de centralidades da região.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que quem fez foi o consórcio Fipe e Logit, para os estudos da quinta rodada.

A técnica da Fipe esclareceu que a Logit fez o plano de mobilidade do município de Jundiaí, que entregaram o relatório recentemente, e perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se a equipe teria acesso ao material da OD de carga.

A coordenadora informou que as ODs de carga de Jundiaí e Piracicaba estavam no PAM-TL, e o representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que enviaria o material. Afirmou,

GT – Infraestrutura e Meio Ambiente

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura e Meio Ambiente, que aconteceu no dia 24 de março de 2022

Participantes setoriais:

Planejamento Ambiental - SIMA
Centro de Planejamento Territorial - SIMA
Área de Petróleo, Gás e Mineração -
Petróleo, Gás e Mineração
Recursos Hídricos
CPLA
Saneamento
Centro de Gerenciamento de Informações Saneamento

Abertura:

A coordenadora do PDUI das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba-Fipe abriu a reunião informando que nesta rodada de debates seriam apresentadas as dúvidas que resultaram do trabalho de análise das propostas recebidas nas audiências públicas. Explicou que a equipe está na fase de redação das diretrizes e que, portanto, é importante discutir com os setoriais do governo do estado para dirimir essas dúvidas. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora do PDUI da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) para dar início à apresentação. A apresentação em PowerPoint está disponível para consulta na plataforma digital do PDUI: <https://pdui.sp.gov.br/>

Antes de apresentar as questões da região, a coordenadora do PDUI da RMVPLN agradeceu por todas as contribuições da SIMA ao PDUI de forma geral e, em especial, ao Vale do Paraíba e Litoral Norte. Explicou que faria a apresentação dos pontos para o debate, que estão complementados com alguns mapas.

Iniciou dizendo que apresentaria quatro propostas relativas ao Macrozoneamento Regional para avaliar e validar conjuntamente. Lembrou que tiveram uma reunião em meados de fevereiro com a SIMA, quando combinaram como ficaria um refinamento do macrozoneamento do PDUI para a sub-região do Litoral Norte, uma correspondência mais direta em que cada uma das zonas do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEEC-LN) migra para uma determinada macrozona do PDUI.

Disse que foi combinado que a Z1AEP (Áreas Especialmente Protegidas), mais restritiva, até a Z5, menos restritiva, do ZEEC-LN passam a corresponder a cada uma das três macrozonas do PDUI – da mais para a menos restritiva.

A coordenadora explicou que a macrozona de proteção ambiental é a mais restritiva; a de uso sustentável com restrição intermediária e a de consolidação da urbanização, menos restritivas. Assim, a equipe Fipe propõe que a Z40D (zoneamento terrestre), uma zona intermediária do ZEEC-LN, com uma taxa de utilização de 40%, fique na macrozona de uso sustentável, por entender

que tem mais aderência a essa macrozona, lembrando que ela é uma macrozona que permite usos urbanos, sendo um pouco mais restritiva e menos adensada do que a macrozona de consolidação da urbanização, que, para o litoral, reflete mais as áreas urbanas mais adensadas das centralidades locais.

Seguiu explicando que a equipe percorreu cada uma dessas Z40D e fez uma avaliação das imagens de satélite para ver a ocupação atual de cada uma delas, o que resultou nessa indicação.

Comentou, ainda, que a representante da SIMA encaminhou um questionamento, demonstrando preocupação se isso não teria algum impacto nas outras zonas, Z2 e Z3, que também estariam nessa macrozona.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN informou que a equipe Fipe estava fazendo um refinamento das diretrizes para encaminhar para a SIMA. “A avaliação é que não haveria prejuízo às demais zonas do ZECC-LN que comporiam a macrozona de uso sustentável do PDUI”, disse.

Antes de dar continuidade, perguntou se alguém desejava fazer algum comentário. Esclareceu que continuaria comentando os outros pontos e, na sequência, outro técnico da Fipe apresentaria os mapas para os pontos 1 e 2 da apresentação.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR cumprimentou a todos e justificou a ausência do assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e da diretora da Sabesp, que tiveram eventos no Palácio dos Bandeirantes. E, ela própria, por falta de conexão entrou atrasada na reunião. Aproveitou para reforçar que a ideia do debate é alinhar com a equipe da SIMA as propostas que estão sendo trabalhadas em relação às contribuições que vieram das audiências públicas.

Disse ter pego a parte final da questão do macrozoneamento, mas, para além do macrozoneamento, o objetivo é alinhar com as propostas que vieram sobre Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN deu continuidade à apresentação, se referindo à segunda proposta a respeito das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) que estão mapeadas pelos planos diretores de Ubatuba e São Sebastião, inseridas em Z1 e algumas poucas em Z1AEP (que, pela avaliação, não estão ocupadas).

Propôs que as ZEIS já ocupadas que estejam em Z1 fiquem na macrozona de uso sustentável e que as ZEIS não ocupadas permaneçam na macrozona de proteção ambiental, que é a mais restritiva.

Enfatizou que o macrozoneamento regional do PDUI é de grandes diretrizes gerais regionais, que orientam a elaboração e a revisão dos planos diretores.

Citou a terceira questão que foi comentada na reunião com a SIMA da demanda que veio de entidades do litoral relativa às comunidades tradicionais.

“Tínhamos, inicialmente, colocado aquelas comunidades que têm o território demarcado, identificado nas bases do IGC (antiga Emplasa) e do GeoSeade, alguns territórios indígenas e quilombolas de Ubatuba e São Sebastião, que, na proposta preliminar do macrozoneamento apresentada nas audiências, foram colocados na macrozona mais restritiva do PDUI que é a de Proteção Ambiental. A partir dessa reunião, em que vocês relataram que no processo do ZEEC do litoral de 2017 houve solicitações de algumas comunidades quilombolas de não permanecer na zona mais restritiva, e, também, por conta das propostas vindas das entidades de inclusão de outras

de terras indígenas, territórios quilombolas e mesmo de comunidades caiçaras, que não temos o mapeamento da localização no território”, registrou.

A coordenadora disse que a proposta era retirar do macrozoneamento essas que foram identificadas para não “pecar” por não considerar outras que, eventualmente, a equipe não possua o mapeamento.

“Nossa proposta seria tratá-las como uma diretriz de Função Pública de Interesse Comum que reconheça essas comunidades tradicionais e que suas demandas sejam acolhidas por uma Câmara Temática do Conselho Metropolitano. Isso foi discutido na reunião da semana passada da nossa Câmara Temática do PDUI, com a presença de entidades que reiteraram essas demandas que elas tinham feito na plataforma do PDUI. Então, estamos encaminhando dessa maneira para que sejam tratadas numa Câmara Temática relativa à importância dessas comunidades, até para a questão ambiental que já sabemos e que é de conhecimento de muitos, e para a questão do patrimônio cultural da região”, explicou.

A última questão sobre esse tema do macrozoneamento diz respeito a propostas que foram feitas por entidades do litoral, especificamente de Ubatuba e São Sebastião, da Praia Vermelha do Sul e da Praia de Maresias, solicitando que as áreas identificadas por elas tivessem um zoneamento mais restritivo do que aquele estabelecido pelo ZEEC-LN de 2017.

“Algumas faziam referência ao ZEEC-LN de 2004. A equipe Fipe encaminhou pela ‘Não Aceitação’, pois entendemos não ser escopo do PDUI fazer esse tipo de alteração. “Indicamos encaminhamento à própria SIMA e à prefeitura para avaliarem a pertinência dessa solicitação, no âmbito da revisão do ZEEC do Litoral Norte e dos respectivos planos diretores”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR comentou sobre os dois pontos levantados na reunião da Câmara Temática, que contou com a presença em peso da sociedade civil.

“Com relação à questão quilombola, colocamos para eles que consideraríamos como diretriz os territórios demarcados legalmente, porque tem territórios quilombolas que estão reconhecidos, mas não demarcados legalmente, e eles queriam que fossem introduzidos. Respondemos que isso não é competência nossa, mas da Funai, do Instituto de Terra, e que não é o PDUI que sai demarcando área de quilombola, indígena e caiçaras, portanto, elas seriam retiradas da área de proteção, porque a proteção está dada pelo reconhecimento legal dessas áreas, e que teria uma diretriz que, nas macrozonas onde tivesse territórios demarcados de indígenas e quilombolas seriam reconhecidos como tal”, afirmou.

Portanto, explicou, as áreas estariam sujeitas às regras próprias dessa demarcação. “Também queriam que demarcássemos ou reconhecêssemos as áreas caiçaras, e dissemos que não, já que a função do PDUI não é antropológica, é de ordenamento territorial, então esse não era o fórum para atender essa demanda. Com relação ao macrozoneamento, a solicitação dessas duas praias já foi discutida exaustivamente com a SIMA, com a CPLA especialmente, e mantivemos nossa posição de que são as diretrizes do ZEEC que podem alterar isso. E no plano diretor do município, que tem competência para ser mais restritivo do que aquela regra mais geral que é o que o ZEEC trata”, enfatizou.

Então, a coordenadora do PDUI da RMVPLN passou a palavra para que outro técnico da Fipe fizesse a apresentação dos mapas. O técnico explicou que o mapeamento era ilustrativo porque

ele passava dessa contraproposta, a partir do momento que foi feita uma proposta pela SIMA de agrupamentos, e que o mais primordial em cima disso não é o agrupamento, mas sim a utilização da base do ZEEC 2017 para composição do macrozoneamento do Litoral Norte como um todo que cria essa homogeneidade, para não ficar preso a questões que foram levantadas durante a devolutiva da SIMA, que são conflitos existentes entre planos diretores e, assim, uma utilização de uma base única de zoneamento com base no ZEEC.

“Em um primeiro momento, a proposta da SIMA veio norteada pelo agrupamento do que ela considera como macrozona de consolidação da urbanização com as zonas Z4, Z40D, Z5 e Z50D, que são zonas de ocupação dirigida com essas subdivisões da Z4 e da Z5, uma macrozona extremamente restritiva que compõe a Z1 e a Z1 AEP esse agrupamento dos dois e uma macrozona de uso sustentável que seria Z2 e Z3”, disse.

O técnico acrescentou que todo esse agrupamento foi feito em função da definição que foi proposta como utilização de macrozonas regionais para o Vale do Paraíba inteiro, o que faz com que ela tenha similaridade com o plano.

Continuou detalhando o segundo mapa. “Nesse primeiro momento, a proposta da SIMA vai ficar bem ilustrativa porque mostra exatamente essa subdivisão dessas zonas, conforme propusemos e identificamos no decorrer desta leitura, que é a subdivisão de Zona terrestre 4 porque elas tinham algumas especificidades interessantes”, afirmou.

Ele explicou que, quando se analisava a ocupação diretamente sobre imagem satélite, ela tinha essa diferenciação, principalmente quando ela é colocada juntamente na zona de ocupação da urbanização. “Essas zonas foram feitas a partir de um levantamento em toda a costa do litoral; Z40D que estão em rosa no mapa e destacado em alguns pontos. Elas têm essa característica de estarem próximas de áreas consolidadas, e vai existir essa diversidade de localização na costa. Propomos um novo ordenamento, que seria a manutenção das Z1 e Z1AEP para zona de proteção e de preservação ambiental; numa segunda zona, que são as zonas de uso sustentável, teria essa alteração que seria a adição do Z2, Z3 e mais Z40D nessas zonas de uso sustentável; e então, a zona de urbanização da consolidação ficaria somente com a Z4 e Z50D para todo o litoral norte”, explicou.

Disse que era uma alteração muito difícil de ver no mapa, município por município, e identificar essas alterações, mas seria uma proposta fechada no sentido do que foi acertado com a representante da SIMA e acredita que existe possibilidade de ser viável adotar essa classificação de macrozona de uso sustentável para a Z40D.

“Então, propusemos uma redação melhor do texto da diretriz para deixar claro que essa Z40D tem essa permissibilidade de ficar como zona sustentável, embora tenha características urbanas”, disse.

Nesse sentido, o técnico afirmou que não foi considerado um problema em um primeiro momento porque, de certa forma, colocar Z40D do ZEEC 2017 como uso sustentável seria uma forma de reforçar o papel da prefeitura na revisão do plano diretor e de manter essa ocupação de até 40%, que é, segundo o decreto, descrita segundo os parâmetros do ZEEC 2017.

“Então, nesse sentido, não estaríamos considerando nenhum problema sobre essa classificação, mas isso pode ser mais bem discutido com a SIMA para ver essa adequação, de forma que fique homogêneo para todo o Litoral Norte. Esse é o primeiro problema que levantamos”, expôs.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR esclareceu que a forma como o PDUI apresenta o macrozoneamento traz um conceito que tem diretrizes gerais. “No caso da zona sustentável, ela incorpora o uso urbano e o uso rural. Nesse contexto, as diretrizes de percentuais de ocupação das Z40D estarem nessa zona de uso sustentável entra como uma diretriz para revisão do plano diretor”, explicou.

Ela prosseguiu dizendo que, quando se coloca o conceito, a diretriz geral da zona e a diretriz para o plano diretor, é preciso incorporar já a diretriz que está no ZEEC como uma diretriz para informar a revisão do plano diretor, de forma que ele adote os parâmetros do ZEEC de 2017.

“É preciso fazer diretrizes gerais, diretrizes para a revisão do plano diretor e diretrizes para parcelamento. Nessa hierarquia, quando estivermos escrevendo a diretriz para plano diretor precisamos colocar uma diretriz para usar o parâmetro da zona Z40D do ZEEC nessa zona de uso sustentável, especialmente para o litoral, podendo olhar se isso também se rebate para as demais zonas de uso sustentável”, detalhou.

O técnico da Fipe agradeceu o esclarecimento e disse que ficou mais claro porque, até então, estava sendo proposta uma diretriz única.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR ainda complementou dizendo que os territórios das metrópoles paulistas são heterogêneos, portanto, é passível de uma diretriz específica que precisa ser identificada, sob pena de prejudicar outros territórios.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial da SIMA colocou que a preocupação da secretaria indica ser super viável a proposta de passar a Z40D para essa macrozona de uso sustentável porque, em termos de característica de ocupação, a característica visual, inclusive da imagem de satélite, a Z2 e a Z40D são muito similares.

“A preocupação é somente com relação à redação das diretrizes porque, em termos das características de usos e atividades, são zonas diferentes. Então, aquilo que falávamos da Z40D, além de ela permitir o parcelamento do solo, que não é permitido nas Z2, ela possibilita o desenvolvimento de algumas atividades de baixo impacto ambiental. Atividades náuticas, turísticas, que não estão previstas nas Z2. Então, pode-se designar alguma diretriz para essa macrozona de uso sustentável, que seria a dinamização de pequenas indústrias, por exemplo, é uma diretriz que não seria aplicável a toda a macrozona de uso sustentável, o que também não seria um problema, porque isso seria aplicável onde outras legislações permitirem”, disse.

Ela alertou que é preciso ter cuidado com a expectativa que está sendo criada sobre o território, mas, em um primeiro momento, em uma análise preliminar, é adequado.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse considerar interessante, se houver uma decomposição das diretrizes, “porque, olhando um pouco as diretrizes do Caderno de Propostas tem algumas legislações citadas expressamente, por exemplo, a Lei da Mata Atlântica, que deve estar na macrozona de preservação ambiental ou de uso sustentável, citou ainda áreas prioritárias para preservação, segundo decreto federal”.

“Então, se nas diretrizes a redação fizer reconhecimento do gerenciamento costeiro, talvez isso fique equacionado. Esse reconhecimento pode vir nessa diretriz que a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR falou, de orientação de parcelamento do solo, o que foi feito para o macrozoneamento está bem encaixado.

“Não estamos recomendando nada muito distinto uma coisa da outra. O nosso urbano mais ameno e o rural estão ficando na macrozona de uso sustentável, o nosso mais conservado na preservação e o nosso mais urbano na consolidação. Então, acho que ficou muito razoável assim, já que tem que fazer um “de para” e são mais de 5 versus 3”, disse.

Acrescentou serem as 5 zonas com subdivisões. “Acho que fica bem mais tranquilo e talvez a questão dos quilombos, porque eu me lembro bem porque fui um dos que teve que descer lá para conversar com o pessoal para fazer os enquadramentos dessas áreas. Vou abrir o caderno depois, mas eu lembro que tinha uma parte que falava alguma coisa de uma descrição gráfica. Composição gráfica da macrozona tinha uma nomenclatura parecida”, destacou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN respondeu que é imagem, composição gráfica.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA chamou atenção para unidade de conservação, terra indígena. Ele disse concordar com a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR que é preciso que o quilombo seja registrado. “Trabalhamos no Gerco-Gerenciamento Costeiro, assim, só com aqueles reconhecidos pelo Incra, Itesp e Fundação Palmares, que são capazes de fazer o registro, e, talvez isso possa ajudar, porque aí ele não vira uma tipologia de zona. A gente só faz o encaixe no macrozoneamento, ele não vira uma zona em si, mas, podem estar no que está sendo chamado de composição gráfica e daí fiquem mais apaziguados”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN observou que, no ZEEC, eles estão nas zonas citadas. “Não sei se todos, mas acredito que sim, a grande maioria lá está na Z1, Z1 AEP”, confirmou.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA complementou que no Quilombo da Caçandoca eles estão numa Z3, em Ubatuba. Ele explicou que, de Caraguatatuba para Ubatuba, tem uma entrada maior para o mar.

“Essas manchas no mapa mais fortes, que são de uso sustentável, marrom se não me engano, é aí a Caçandoca. Eles pediram isso porque queriam ter a produção rural deles e a venda do produto rural para não ter problema com o licenciamento, então foi uma solicitação no meio da conversa. Eles chegaram a pleitear até ser Z4OD, no sentido de poder ter uma expansão de razoável e até, de repente, o beneficiamento ser um pouco mais sofisticado, mas, com a história do parcelamento do solo nas Z4, eles também recuaram porque estavam com receio de divisões internas dentro deles, aí a Z3 foi a saída para eles”, explicou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN acrescentou que de qualquer maneira, a equipe não vai mudar a proposta como estava explicitado na proposta preliminar. “Na revisão do macrozoneamento nós não iríamos explicitar esses territórios na composição gráfica, mas, de qualquer maneira, como estamos absorvendo integralmente o ZEEC, eles estarão implicitamente naqueles territórios que o ZEEC de 2017 reconheceu”, sintetizou.

A técnica da Fipe perguntou ao coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA se a Caçandoca já está demarcada pelo governo federal, ao que ele respondeu não lembrar. Disse que foi até o local conversar com eles, acompanhado pelo Ministério Público, e foi uma sequência de reuniões com as comunidades tradicionais, mas não sabe se ficou a impressão de que sim porque tinha o desenho do território que é só a Z3 um pouco maior – e acrescentou que a coordenadora do Centro de Planejamento Territorial da SIMA poderia esclarecer.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial disse que ia falar exatamente isso porque nem todos os quilombos estão grafados como Z3. “O que fizemos foi reconhecer, na verdade, as atividades das comunidades tradicionais a partir da Z1, onde eles estariam possibilitados de exercer suas atividades, foi só evidenciar isso. No caso da Caçandoca, eu posso verificar, mas parece que já tem território reconhecido, mas não necessariamente a nossa delimitação está igualzinha ao limite do território quilombola. Colocamos a Z3 onde eles solicitaram para prática da roça nos terrenos que eles julgavam interessante manter como Z3, não fizemos a delimitação específica com relação aos territórios, só para deixar claro”, destacou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR pede um esclarecimento e diz que, na realidade, o que vai ser feito no PDUI é reconhecer os territórios legalizados e dizer que eles estão sujeitos às regras das legislações que incidem no território.

“As legislações federais, estaduais e municipais que incidem sobre o território deles, porque no ZEE costeiro ele põe uma regra que pode explorar atividade agrícola. Provavelmente, no plano diretor, eles também poderão ter uma regra de taxa de ocupação que, a despeito de ser território indígena ou quilombola, tem que ter uma regra de uso e ocupação do solo para aquilo, caso contrário, acontece como a gente vê, o índio vende a terra para a mineradora explorar a mineração, como se vê na Amazônia, nos arrozeiros no Pará. Então, essa regra da atividade econômica que eles exploram ou que eles delegam para terceiro, não está no PDUI, e a gente vai colocar como diretriz de que reconhecemos os territórios legalizados e que eles estão sujeitos, nesse território, às regras incidentes dessas funções que lhes cumpre, seja da regra federal, estadual ou municipal, porque quem vai ditar ocupação desse território por uso é o município”, enfatizou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN anunciou que, a partir daquele instante, o tema seria ZEIs, que ainda não tinha sido apresentado para a SIMA. “É muito importante a gente estar de acordo com essas propostas que já foram enunciadas, e agora o técnico passa a apresentar em mapa”, anunciou.

O técnico da Fipe começou dizendo que, se em um primeiro momento o uso da base do ZEEC já foi evidenciado, havia outros elementos em mãos que foram parte da leitura extraída dos planos diretores, por exemplo, as ZEIs que se sobrepõem sobre a base do ZEEC.

“São dados levantados dos planos diretores e que, em alguns casos, vão estar sobrepostos sobre a Z1. Porém, identificamos pelo menos 4 ou 5 casos de ZEIs que estão adentrando a zona mais restritiva que é a Z1AEP. Isso ainda é uma dúvida e não avançamos muito nesse sentido. Estamos ainda fazendo essas primeiras leituras, mas, ao nosso ver, seria a criação de duas diretrizes para ZEIs que estariam classificadas como sustentável e outras como urbano. Vamos especificar que são ZEIs em processo de regularização as que estão em áreas mais restritivas, seria um problema em São Sebastião, no mapa 1, uma circunferência próxima a Z1 é uma ZAEP que estaria ocupada”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN falou que o critério de verificação é se ela está em processo de ocupação ou não. “A gente adotaria essa leitura de manter a base do ZEEC e desconsiderar essa ocupação. Ou seja, tudo o que está dentro de Z1 e do Z1AEP vamos adotar os critérios do ZEEC e não levaríamos em conta”, disse, e pediu que o técnico continuasse explicando que os próximos mapas seriam exemplos.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN colocou ainda que, pela imagem de satélite a ocupação deve ser antiga, anterior ao ZEEC, porque o ZEEC faz esse recorte, então já devia estar lá. “No mapa está como Z2 uso sustentável, o que é Z1AEP vai ser mantida como macrozona de proteção ambiental”, pontuou.

Destacou que, em conversa anterior com o técnico, tinha entendido que aquelas que estão com uma ocupação mais expressiva, ainda que, em leitura de imagens satélite, com ocupação irregular, baixa renda mais expressiva em Z1 e não Z1AEP. Perguntou para a SIMA se avaliam que haveria possibilidade de classificá-las como uma macrozona de uso sustentável.

O técnico da Fipe complementou que isso seria um ponto dentro das mais restritivas que vocês têm. “Ficaria como fragmentos de uso sustentável que são referentes às ZEIs”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN observou que, por exemplo, São Sebastião tem um plano diretor que foi feito recentemente, foi aprovado no meio do ano passado e eles mandaram esse mapeamento desses núcleos que eles fizeram a partir de uma avaliação *in loco*.

“Então está bem próximo da realidade. No mapa tem uma área não ocupada como ZEI, dentro da Z1AEP, que manteríamos como proteção ambiental, mas tem outra que, se ela estiver com uma ocupação identificada em imagens de satélite em Z1, a nossa dúvida é como classificá-la, porque manter na macrozona de preservação ambiental não está de acordo com a ocupação atual”, afirmou.

Apontou no mapa outro caso que não teria problema porque a ocupação está em Z2 e vai para uso sustentável. A coordenadora do PDUI da RMVPLN citou, ainda, que o mapa mostrava outras áreas que não estão ocupadas e que seriam mantidas em macrozona de preservação ambiental.

O técnico da Fipe complementou dizendo que são alguns exemplos de delimitações extraídas do plano que tem esse conflito de sobreposição com áreas de uso sustentável e área mais restritiva. Disse que isso é um exemplo de São Sebastião, chegando em Bertioga.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN perguntou se não seria o caso de comentar que perceberam uma ocupação rarefeita e que seria mantida na macrozona de preservação ambiental, e continuou explicando que se aplica entre o limite de São Sebastião, Caraguatatuba, que dão indícios de quase nada de ocupação, e aí seria mantida a regra, que é a restrição para esses locais de ZEIs. Continuou explicando que tem um caso mais emblemático em Ubatuba, que consta no mapa anterior, que é exatamente uma delimitação de ZEIs que extrapola tanto o limite sustentável, contrário mais restritiva, e aí sim, é aquele critério de manter base das ZEIs, mas com o entorno respeitando os limites restritivos do ZEEC.

“A dúvida da equipe da Fipe é com essa sobreposição de diferentes elementos que seria fora do ZEEC, que é uma leitura do ordenamento territorial da prefeitura”, disse a coordenadora do PDUI da RMVPLN.

Para complementar o que estava sendo apresentado pelo técnico da Fipe, outra técnica da Fipe presente na reunião comentou: quando a prefeitura faz uma ZEI ou ela coloca ZEIs no plano porque vão fazer um conjunto ou alguma outra coisa, geralmente, ela delimita no plano diretor, e daí a lei do plano diretor tem a lei das ZEIs que vai descrever as atividades.

“Tudo porque estamos respeitando o plano diretor. Então eu não sei se a SIMA viu isso. Mas se é tão recente assim, eventualmente seria o caso de verificarmos na lei das ZEIs do plano diretor de São Sebastião, porque é estranho ter uma ZEI totalmente desocupada, no meio de uma mata. Eventualmente, tem alguns programas do governo para construção de casa que é preciso estar em ZEIs. Talvez seja o caso de ir atrás disso para termos certeza, porque estamos falando com a Secretaria do Meio Ambiente e é importante respeitar o direito das gerações futuras”, disse.

Acrescentou ainda que só se coloca no plano diretor aquilo que hoje já existe, ou que por algum motivo vai ter que existir. Por isso, disse achar que poderia olhar isso, principalmente São Sebastião. “Em Ubatuba, onde o plano é mais antigo, mas geralmente tem que fazer no plano uma lei de ZEI. Talvez seja interessante verificarmos e passarmos para os representantes da SIMA porque é estranho a prefeitura colocar uma ZEI que vai ter casa, que é de interesse social, e a gente colocar essa mesma área na proteção ambiental – onde não pode construir casa de maneira alguma”, analisou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que, antes da SIMA esclarecer, tem uma dúvida: essa zona gravada como ZEIs no plano diretor de São Sebastião, no ZEEC ela é Z2?

A coordenadora do PDUI da RMVPLN respondeu que é Z1 e a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR perguntou se o plano diretor atual já teria desrespeitado o ZEEC. A coordenadora do PDUI da RMVPLN respondeu que seria essa a leitura da equipe da Fipe.

Sobre a dúvida da coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR, a coordenadora do Centro de Planejamento Territorial esclareceu que não. Disse que tem um dispositivo no Decreto ZEEC-LN 2017, que é o **Artigo 65**, que diz: *As disposições deste decreto não se aplicam:*

I - a empreendimentos de utilidade pública, habitações de interesse social promovidas pelo poder público e a equipamentos públicos de interesse social;

“Ou seja, empreendimentos de utilidade pública e interesse social podem se localizar em qualquer zona”, afirmou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR comentou que eles criaram uma excepcionalidade para ocupação de interesse social e interesse público.

O coordenador de Planejamento Ambiental respondeu “exatamente”. E explicou que o que ocorreu no Litoral Norte ocorre também na Baixada Santista. “Era uma reclamação histórica, em especial da CDHU, que toda vez que eles procuravam terras, elas tinham alto valor e que eram circunscritos a procurar terra em Z4, Z 40D, por não conseguirem usar as terras de Z3, Z2 e Z1. O que acontecia é que o Zoneamento Ecológico Econômico costeiro do estado criava um constrangimento para o próprio estado fazer alguma atividade no projeto litoral sustentável, por exemplo, para investimento casado, de segurança pública, meio ambiente, habitação, teve dificuldades de achar terras em valores viáveis, porque a Z2 não permitia habitação, interesse social não permitia o investimento e muitas das ocupações que teve ao longo do tempo foram nas bordas do parque”, destacou.

Disse, ainda, que são as áreas que os proprietários iam largando mão da zeladoria e eram fruto de ocupação. “Às vezes, a CDHU conseguia tirar as pessoas de lá, que era o melhor cenário e levar para um outro lugar, mas, às vezes, o cenário estava tão consolidado que tinha uma reurbanização de favela. Algumas pessoas ficavam e outras saíam. Só que, para ficar, para a CDHU poder empreender, eles tinham problema porque não conseguiam depois passar pelos processos de licenciamento. Na Baixada Santista, que já enfrentava esse problema há muitos anos, em especial pelas franjas de São Vicente, Cubatão, Santos Continental, Guarujá, houve esse dispositivo que fazia mais pressão para o zoneamento, para utilidade pública e interesse social. A utilidade pública sempre é uma tradição no meio ambiente, então se vai fazer infraestrutura de energia e transportes sempre tem essa excepcionalidade, e a Baixada Santista carregou a pressão social por conta das favelas e da urbanização”, afirmou.

Acrescentou que, ao se fazer a revisão do gerenciamento costeiro do litoral norte, o ZEEC-Litoral Norte, em 2017, trouxemos esse dispositivo da Baixada Santista que já estava sendo válido lá desde 2013. “Então, esse discurso que estamos fazendo aqui, para mim tem um caráter mais, entre aspas, simbólico, orientador, do que é que a gente está querendo ou não no território, porque na hora de empreender ele vai advogar esse dispositivo e vai conseguir empreender. É óbvio que ser numa Z1AEP não faz sentido, creio que é erro de escala. Não faz sentido marcar ZEIs dentro de uma área de parque porque, quando for licenciar, a Cetesb vai dizer que não, nessa área você não pode fazer dentro do parque, mas da Z1 para frente, pelo ZEEC do Litoral Norte, ele vai poder empreender com HIS (Habitação de Interesse Social) em qualquer lugar”, ressaltou.

Lembrou, ainda, que teve uma crise muito grande dos ambientalistas com a prefeitura porque ela gravava ZEIs em tudo quanto é lugar. “Na época, no litoral norte, no gerenciamento costeiro do ZEEC, eles fizeram o mapeamento e tentaram circunscrever aquilo que eles estavam colocando como ZEIs, bem nas áreas mais ocupadas. É o que eles mostraram para nós e falaram publicamente, mas o ZEEC não se ocupou de gravar as ZEIs, até porque elas são mutáveis. Ao longo do tempo, o ZEEC vale por 10 anos e as ZEIs a prefeitura pode criar outras daqui a 2 anos, por exemplo”, explicou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse entender que o coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA está certo porque, na realidade, a secretaria recepcionou diferentes assuntos. “Não é só as ZEIs porque quando você fala de interesse público, aterro sanitário é de utilidade pública, hospitais, entre outros. Então, tem vários outros equipamentos. Agora, no que diz respeito às ZEIs, eu queria ouvir, para chegarmos numa posição comum, já que ontem estávamos discutindo e não tinha nada a ver com o litoral, mas eu estava pensando muito mais no que está acontecendo na região de Piracicaba, que são condomínios em área rural. Então, a gente estava propondo uma orientação de que o parcelamento deveria ter padrões diferenciados para essas áreas rurais, ou de expansão, para assegurar, minimamente, a condição de baixa densidade dessas áreas”, analisou.

A coordenadora contou que, em reunião com a equipe, surgiu a questão de como tratar o assunto considerando as demarcações e gravações dos planos diretores e ZEIs nesses limites de áreas fragilizadas que é o caso do limite da Serra do Mar.

“Tem um porém em relação ao que discutimos para a zona de expansão, porque ZEI não dá para fazer em tamanho maior para garantir estabilidade, ao contrário, ZEI sempre tem aquela perspectiva de ter o lote de 125 m², o que leva uma densidade muito maior no parcelamento. Tem alguma saída que a gente possa pensar como diretriz para essas áreas de ZEIs que têm a ver com o plano diretor nesses aspectos que estão trazidos aqui para o litoral?”, questionou.

A coordenadora propôs, então, discutir internamente com a equipe e depois passar para a SIMA. A técnica da Fipe destacou ser importante falar que é esse dispositivo citado pela representante da SIMA no plano diretor de São José dos Campos, que tinha um dispositivo no artigo para utilidade pública que dava uma salvaguarda.

“E esse dispositivo, tendo condições de ZEIs, é importante porque, se uma área for colocada na zona de consolidação da urbanização, a área é valorizada, daí a pessoa não consegue fazer ZEIs porque a área está extremamente valorizada. Por isso, o dispositivo é comum. Toda vez que se faz um plano diretor, a cada 10 anos, esse dispositivo é usado para não deixar a área valorizada e ter condições de colocar em ZEIs, os próprios programas governamentais de construção de casas e, dessa forma, harmonizar as ZEIs”, destacou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN propôs fechar a discussão sobre as ZEIs sugerindo manter a correspondência das zonas do ZEEC e as macrozonas do PDUI, citando esse dispositivo nas diretrizes das macrozonas, o que permite às prefeituras fazer esse tipo de demarcação.

Disse que ainda havia mais dois slides da apresentação para discutir sobre propostas para mudanças climáticas, saneamento e mineração. Em mudanças climáticas, trata-se de proposta relativa ao ZEE do estado, de incorporar o conjunto de mapeamentos e cartas síntese ao PDUI. No caso, está sendo proposto especificamente para esse tema dos estudos climáticos, mas disse que vale a pena discutir a viabilidade com a SIMA ainda que o ZEE do estado não tenha sido concluído. Disse que isso foi discutido no âmbito do grupo interno de macrozoneamento das equipes regionais do PDUI para incorporar no monitoramento, no planejamento das ações e dos projetos do plano e ter como base essas diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do estado. A coordenadora do PDUI da RMVPLN continuou a exposição dizendo que a segunda proposta dizia respeito à questão das áreas de inundação e a terceira das áreas de escorregamento, que propõe incluir no PDUI como diretriz de preservação das planícies, das áreas de várzea, planície de inundação, recuperação de matas, que são diretrizes gerais, muitas delas já presentes em outras leis.

Acrescentou ainda que, no tema do saneamento, existe uma proposta relativa a resíduos sólidos e questionou se existia alguém, entre os presentes, na equipe da SIMA, que trabalhasse com isso, para ajudar na definição daquilo que é possível em termos de novos modelos, com uso de novas tecnologias para gestão dos resíduos sólidos, não só no seu tratamento final, mas também na questão da regionalização dos aterros na região.

Disse haver, especialmente no litoral norte, uma intensa circulação de resíduos, e essa é uma proposta da sociedade civil, com especial interesse para o litoral porque todo o resíduo sólido urbano do litoral sobe a Serra, à exceção da porção sul de São Sebastião que vai para a região da Baixada, mas o restante todo sobe a Serra para ser depositado no Vale.

Por último, no tema da mineração, a coordenadora do PDUI da RMVPLN destacou as contribuições dadas pelos representantes do IPT e da SIMA: uma diretriz de criação de uma Câmara Temática que trate desse tema, com a participação dos agentes públicos e do setor produtivo com um conjunto de ações que o representante do IPT relacionou.

“Ou seja, atualização do mapeamento considerando o que já existe; ordenamento territorial geomineiro e o zoneamento ambiental do Vale; desassoreamento de trechos do Rio Paraíba e reservatórios, favorecendo o escoamento da água, minimizando problemas de cheias e proliferação de plantas aquáticas; utilização de cavas exauridas como reservatórios para projetos de geração de energia solar flutuante; produção de proteína por meio da criação de peixes”, destacou.

Destacou, ainda, um planejamento de projetos de parques lineares com reflorestamento, espécies nativas em trechos das margens do Paraíba. “Isso foi uma proposta também da sociedade civil de criação de uma Área de Interesse Metropolitano (AIM), além daquela que havíamos proposto do Parque Linear do Paraitinga”, revelou.

Finalizou a apresentação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e abriu para as considerações da SIMA.

A técnica da Fipe perguntou se a resolução Conama 307, que fala do plano de gerenciamento de resíduos da construção civil está em vigor ainda. “Todas as cidades são obrigadas a ter esse plano

de gerenciamento e a logística reversa que estava dentro dessa resolução 307. Podemos colocar no Plano porque já tem na legislação federal ou caiu por terra?”, questionou.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse que iria fazer um comentário rápido porque essa parte é muito importante também, e que o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração e o assessor técnico da Coordenadoria de Saneamento/SIMA também poderiam ajudar.

Sugeriu que a coordenadora do PDUI da RMVPLN e a técnica da Fipe compilhassem o que tem no plano sobre resíduos e mandassem para a SIMA analisar como é o litoral, porque é um desafio que tem um constrangimento de áreas para continuar com a política de aterros.

“Até Santos já está vivendo isso e já está partindo para a recuperação energética, o que é uma briga enorme com a sociedade civil. Então, acho que, para o litoral norte, podemos pensar um pouco e ver como é que eles estão tratando. Mas a orientação é da regionalização – que estamos dando para todas as regiões do estado – porque os municípios não conseguem resolver esse problema sozinhos, então, a diretriz está perfeita”, afirmou.

Disse, ainda, que seria bom dar uma olhada porque seria possível usar como base o Plano Estadual de Resíduos. “Nós temos uma linha específica de trato com resíduos de construção civil e, também, do trato regionalizado. A incumbência dos municípios e dos grandes geradores ainda continua valendo, mas, mandem para nós avaliarmos. Pode incluir também esgoto, drenagem e tudo mais. Podemos fazer junto com o pessoal do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos. Acho que basicamente é isso”, resumiu.

Sobre mineração, antes que o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA falasse, quis saber qual a ideia das diretrizes para os planos diretores da questão da recepção. “Esse tipo de redação já está OK porque eu estou imaginando que essa redação não só está boa para o PDUI, como podemos absorver para o ZEE São Paulo estadual, em especial para as áreas que já têm uma tradição de mineração”, disse. Para reforçar o assunto Programa de Resíduos Sólidos, o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA retomou um pouco o que o coordenador de planejamento ambiental/SIMA havia falado.

“Tem uma comissão muito ampla, com mais 7 equipes temáticas, da qual a mineração faz parte de uma delas, de aproveitamento de resíduos e rejeitos de mineração com aproveitamento socioeconômico, tem também resíduos de saneamento e uma série de outras atividades. Está bastante convergente, respondendo à pergunta anterior com relação ao acompanhamento desse setor. Está bem condizente com os planos de ações de cada setor já com um cronograma definido, então, se aliarem e gerirem esse plano que já foi definido eles estão cheios de ações que estão sendo acompanhadas”, sinalizou.

Ressaltou que o mais importante, além de todas as demais, é a regionalização, que é fundamental para viabilização desse aproveitamento. “É o que o governo do estado vem fazendo. Já tem vários convênios sendo assinados com vários comitês de vários municípios, sendo integrados a esse processo, que pega todos os tipos de rejeitos que são resíduos”, disse.

Disse que, falando de uma forma genérica de rejeitos ou resíduos, eles estão sendo muito atendidos dentro plano, e isso vai ao encontro do que está sendo feito no PDUI, que vai dar um reforço muito grande, tanto para o próprio PDUI como para o ZEE.

“Isso é bastante importante, é um dos grandes gargalos dos municípios porque é uma coisa muito complicada e complexa. O objetivo é não ter mais aterro e todo o material ser reaproveitado,

com uma política regional de aproveitamento desse material, a nível de matérias físicas mesmo, como causa da mineração, argila, e outra coisa para tijolo. Aproveitar, ainda, para biomassa, que está sendo muito aceita no interior. As usinas de biomassa são muito bem aceitas na região do sudoeste que tem cana-de-açúcar. Participei de uma reunião do Consema que tem uma dificuldade imensa com usinas de biomassa, e nessa região isso é um problema bastante grande, com uma demanda da população muito forte. Eles têm uma sociedade organizada importante e eles têm uma série de restrições com relação a isso, mas, enfim, tem a política, tem o programa, tem a viabilidade financeira, e tecnicamente isso já está consolidado”, disse.

Sobre mineração, disse que dentro da proposta da SIMA foi colocado, e que ela atende muito ao que é pensado dentro da secretaria, em termos não só das restrições – que tem que haver – e que tem uma legislação que integra a mineração, municipal, federal, estadual e, também, a sociedade porque a licença social é muito importante e vale para o setor industrial.

Explicou que a licença social não é formal, mas é muito importante como link de articulação com a sociedade. “Nessas propostas de recuperação de parque linear, de recuperação de áreas, está colocada a importância da participação municipal nesses parques, porque eles é que estão lá e sentem a dificuldade. Então, nessa discussão de qualquer tipo de projeto no PDUI, é importante ter essa informação para que isso não seja também um projeto de governo, só de estado discutindo com empreendedores, sem a participação muito próxima do governo municipal. E é isso que está nesse documento que nós propomos”, apresentou.

Destacou que isso dá uma convergência do planejamento de uma região metropolitana com a participação efetiva da mineração. “Por isso, uma Câmara Temática de Mineração e de Recuperação de Mineração atende bastante não só o setor produtivo, mas a sociedade como um todo e, principalmente, a sociedade executiva e legislativa dos municípios”, destacou.

Por achar que os municípios ficam ausentes, defende seu envolvimento nessa atividade. “Acho que municípios e empreendedores ficam muito ausentes dos municípios. Então, esse link empreendedor, o município tem que ser muito forte para poder ter uma atividade satisfatória. Nessa documentação, incluímos para vocês analisarem, mas eu acho que, em princípio, atende muito bem. Eu diria que esse tipo de colocação é bem geral e atende o estado em todas as áreas”, ponderou.

Ressaltou que em 450 municípios do Estado de São Paulo tem mineração, por isso, é algo muito importante. “A mineração que nós estamos falando é um bem de utilidade pública e social e, também, está na Constituição, inclusive nessa nova resolução”, sinalizou.

“Antes era só agregado, hoje é toda a mineração. No nosso caso é agregado, é híbrido e está dentro de uma particularidade bastante social, na construção de casas e de toda a nossa estrutura social. Então, eu acho que atende bem nesse primeiro momento e atende bem para o estado como um todo em qualquer região”, opinou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a equipe Fipe está replicando essa proposta com as diretrizes e ações, especialmente na região de Jundiaí, Piracicaba, ainda que ela não tenha o peso que tem no Vale do Paraíba. “No caso de Piracicaba até tem, já que o polo cerâmico é mineral, mas, Jundiaí tem pouco, contudo, estamos replicando nas regiões onde essa atividade tem alguma expressão econômica, então ela não está só restrita ao Vale do Paraíba. Quando você fala do estado, estamos lidando aqui com cinco regiões e pelo menos em três delas essa proposta está descrita”, disse.

O assessor da coordenação de petróleo, gás e mineração disse que corrobora com as falas dos outros representantes da SIMA, seja com relação ao que é preciso considerar no PDUI, áreas de zoneamento que permitam as novas tecnologias para o tratamento de resíduos – e tem uma série delas sendo licenciadas e já licenciadas pela Cetesb.

Sobre as usinas no interior do estado, destacou, particularmente, a área de petróleo e gás que, no caso de São Paulo, as reservas são marítimas, não têm reservas em terra, mas seria importante que o zoneamento do litoral permitisse essas atividades, que não gerassem um tipo de restrição. “Apesar de a gente saber do conjunto de iniciativas nos parques, entre outros, tem uma janela finita de oportunidades que o estado deve aproveitar para monetizar essas reservas”, analisou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN questionou o assessor da coordenação de petróleo, gás e mineração da SIMA sobre qual a atividade permitida pelo zoneamento do litoral – e ele respondeu que é de petróleo e gás.

“Nas nossas reservas na Bacia de Santos e na área do Litoral Norte, só que não cria restrições, até inclusive de operações que são a transferência de óleo cru ou derivados entre embarcações, na plataforma marítima”, explicou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN complementou dizendo que “parece que o nosso macrozoneamento do PDUI não cria nenhuma restrição a essa atividade”.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba-Fipe disse que outras técnicas da Fipe apresentariam as questões das Regiões Metropolitanas de Piracicaba e Jundiaí.

A técnica da Fipe começou dizendo que a equipe trouxe algumas dúvidas sobre questões ambientais que fazem interface com o macrozoneamento, e que estão sendo propostas algumas questões específicas em relação às propostas recebidas.

A primeira dúvida foi sobre o macrozoneamento, especificamente a macrozona de preservação ambiental que foi desenhada para o macrozoneamento da Região Metropolitana de Jundiaí.

“Ela foi definida a partir da vegetação nativa que está inserida na Zona de Conservação da Vida Silvestre das APAs de Jundiaí e Cabreúva. Não existe esse desenho produzido, mas, a legislação das APAs deixa clara essa importância da vegetação que seriam consideradas, como as Zonas de Conservação da Vida Silvestre, e queríamos ver com a SIMA se o tratamento foi correto e se faz sentido manter como um desenho mesmo essa macrozona, desses maciços, porque a gente percebe que ela fica fragmentada no território, justamente por envolver a vegetação. Então, o primeiro ponto é ver se faz sentido manter dessa forma, justamente por conta dessa fragmentação que a macrozona acaba apresentando no seu desenho. E essa dúvida é específica do macrozoneamento na macrozona de preservação ambiental”, explicou.

Disse ter trazido duas propostas preliminares de diretrizes que estão vinculando as macrozonas dentro do macrozoneamento, exceto a macrozona de preservação ambiental, e muito também no sentido do que o Vale apresentou.

Dessa forma, a técnica gostaria de validar as diretrizes com os representantes da SIMA, se são suficientes e se não são, como a equipe poderia trabalhar com elas de uma forma coerente.

“A primeira seria manter as áreas de mineração ativas, com controle ambiental, promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas e garantir a disponibilidade de matérias

primas minerais, conciliando a atividade de mineração com o controle da qualidade ambiental, de acordo com os regulamentos dos processos de licenciamento”, elencou.

A outra técnica destacou que essas propostas são para além da Câmara Temática, que tem aquelas diretrizes mais específicas da SIMA. “Essas diretrizes seriam para todas as macrozonas, excetuando a de preservação ambiental”, disse.

A coordenadora do PDUI das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba-Fipe complementou que aquele detalhamento estaria no âmbito das FPICs, com uma proposta de criação da Câmara Temática. A outra dúvida apresentada pela técnica da Fipe foi mais específica. Ela quis saber como a equipe poderia abordar o ZEE do estado no ordenamento territorial, para serem observados quanto à elaboração dos planos diretores uma diretriz mais geral. A dúvida é nesse sentido: “Deixamos com essa redação mais geral, ou criamos diretrizes mais específicas para absorver o ZEE dentro do ordenamento territorial?”, questionou.

A coordenadora do PDUI das RMs de Jundiaí e Piracicaba-Fipe lembrou que, como foi dito pelo coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA, a ideia é que na introdução do ordenamento territorial sejam elencados vários planos, inclusive o ZEE e várias legislações, que deverão ser alinhadas e obedecidas, digamos assim, como o PDUI.

Nesse sentido, a pergunta feita pela técnica da Fipe é que se isso seria suficiente “ou se vocês teriam alguma orientação para se colocar, além dessa proposta geral de alinhamento com o ZEE, alguma diretriz específica mais concreta, não tão específica”.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou que a questão é que a nova versão do ZEE ainda não virou lei e a equipe não tem como dizer se usa essa diretriz, como é o caso do ZEEC. Por isso, a opção foi essa de reconhecer os regramentos ambientais no ordenamento do território, observando o conceito das macrozonas.

“A menos que vocês já tenham as diretrizes formuladas e que algumas se repliquem aqui, ainda que isso não tenha virado lei pelo ZEE. É a chance de já estar como diretriz no PDUI porque não sabemos nem quando o PDUI e nem quando o ZEE vão virar lei”, ponderou.

A técnica da Fipe levantou uma dúvida em relação à FEENA-Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade de Rio Claro. “Nós temos o desenho delimitado da FEENA, só que, observando a legislação, ela tem uma zona de amortecimento já expressa na legislação, e a gente gostaria de saber se vocês têm essa Zona de Amortecimento delimitada. Se ela estiver delimitada, se é do conhecimento de vocês, o Shapefile para disponibilizar para aproveitarmos no nosso ordenamento territorial, nas nossas análises, esse foi o bloco de macrozoneamento”, indicou.

Continuou a apresentação dizendo que entraria no bloco das diretrizes das FPICs e sinalizou que a equipe tem uma dúvida porque acabou inserindo uma diretriz sobre as Cuestas da APA de Corumbataí nessa proposta estruturada, que é de promover a preservação e conservação dos fragmentos florestais e das unidades de conservação.

“Recebemos essa proposta de um representante da Fundação Florestal, que sugeriu que essa proposta fosse incluída no sentido de refletir sobre a produção de estudos específicos que precisam ser elaborados para entendermos a fragilidade dessas áreas de Cuestas da APA Corumbataí, e que estão sujeitas à ocupações distintas que ocorrem na área. A proposta veio ao encontro do que precisamos entender e ter estudos mais claros do que pode e não pode”, disse.

A técnica explicou ainda que a diretriz preliminar de realizar estudos específicos das áreas de Cuestas da APA Corumbataí foi colocada para compreensão das suas fragilidades e proposição de usos compatíveis que assegurem a sua proteção.

“Queremos ver com vocês, também, se esse é o melhor lugar para tratar as cuestas. Se nessa proposta mesmo ou se devemos só tratar as cuestas nas macrozonas ou em estratégias como a estratégia de risco, a estratégia de gestão de parques que estão no ordenamento territorial”, questionou. Outra dúvida sinalizada pela técnica foi sobre a proposta estruturada que é como se poderia inserir o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), porque não foi apresentada uma proposta clara e objetiva que trouxesse a nomenclatura do pagamento por serviços ambientais.

“Esse é um instrumento que sempre foi tocado de maneira direta ou indireta, nas audiências e nas oficinas. Foi um tema bastante recorrente e acreditamos que seria importante colocá-lo nessa proposta. Trouxemos um exemplo de diretriz, que seria promover instrumentos de sustentação socioeconômica dos ativos ambientais, contemplando, entre outros, a remuneração e a compensação financeira das áreas protegidas”, explicou.

Disse que o grupo técnico entende que, indiretamente, o PSA estaria tratado nessa diretriz, mas, queriam a confirmação se faz sentido colocar exatamente o instrumento de Pagamentos por Serviços Ambientais na redação. Além disso, o grupo queria inserir em outras diretrizes, seja no ordenamento territorial, onde ele também está citado em alguns momentos.

“Como de fato a gente pode trazer esse instrumento para o PDUI para não causar conflito com o estado, pensando no âmbito de aplicação do Pagamento por Serviços Ambientais”, disse. Uma outra proposta recebida, e que virou uma proposta estruturada, é promover a articulação de instrumentos interfederativos e institucionais para proteção e recuperação da fauna silvestre. “Recebemos essa proposta que vai ao encontro também na região de Piracicaba envolvendo alguns municípios e alguns municípios da RM de Campinas. O Ministério Público tem um inquérito civil para acompanhar essa questão da fauna silvestre na região”, disse.

Lembrou que, em 2017/18, no momento em que o PDUI estava sendo elaborado na região, o Ministério público solicitou que essa questão fosse inserida no PDUI, e convocou a participação de alguns grupos de trabalho para discutir isso com os municípios. Enfim, a inserção dessa proposta voltou a ser solicitada novamente.

“Só que entendemos que essa questão da proteção e da recuperação da fauna silvestre está muito atrelada a ações específicas do estado, ações específicas com os seus centros de recuperação e de acolhimento dos animais. Enfim, a gente queria entender com vocês qual seria a melhor opção, como poderíamos resolver a questão da proteção e da recuperação da fauna num âmbito de uma política regional”, afirmou.

A técnica da Fipe destacou que a equipe queria entender quais seriam as diretrizes que o grupo poderia colocar para que não houvesse novo conflito com essas ações mais específicas que são do estado na região. “Nós podemos até fazer uma reflexão inicial, se de fato é importante que isso continue no PDUI. Se faz sentido ter essa política regional. Por último, não menos importante”, considerou.

Outro tema foi sobre a questão do esgotamento sanitário. Ela disse que foram recebidas propostas tanto para Piracicaba quanto para Jundiaí em relação ao esgotamento sanitário. Explicou que são propostas que vão em questões bem específicas.

“Novamente surgiu a nossa preocupação de não deixar essas obras constando no plano, já que estamos falando de um plano de diretrizes, de orientações para a atuação dos municípios. Então, queremos ver com vocês, e, principalmente, com a Sabesp, quem tiver presente aqui, representando a Sabesp, qual seria a melhor abordagem para uma proposta estruturada, uma vez que não envolvemos obras na previsão de metas. Há necessidade de interação com a instância executora da política. Nós até discutimos um pouco nesse sentido e pensamos em deixar a redação dessa proposta estruturada para o Conselho de Desenvolvimento criar uma Câmara Temática para acompanhar e coordenar metas vinculadas ao saneamento para região com os municípios, para o atingimento dessas ações e metas, evitando conflitos com a atuação das concessionárias e com os serviços autônomos, ao invés de colocar, por exemplo, a previsão de obras ou de metas muito mais específicas”, explicou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a representante da Sabesp não pode participar, mas, ficou acertado com ela que todas as questões que eram afetas à Sabesp seriam enviadas a ela por e-mail, e que, depois, ela marcaria uma reunião para nos dar retorno. Passou a palavra à SIMA.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA propôs que precisam de um prazo para receber o material e fazer os ajustes. Comentou que essas duas regiões têm especificada a APA de Jundiaí, Cabreúva e Cajamar, e que, nesse exato momento, está tendo questionamento de um dos municípios, em especial Jundiaí, com relação ao zoneamento atual dela, que é um zoneamento feito por decreto há tempos. Tem um questionamento de uma revisão, por isso, disse que, dependendo do que for escrito, vêm junto as diretrizes e é possível direcionar para aquela região.

“Tendo em vista que esse zoneamento da APA é um zoneamento do modelo antigo, então ele tem efeito de licenciamento, por exemplo, a Zona de Vida Silvestre é uma zona restritiva”, explicou.

Diante disso, o coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA pediu a gentileza de recepcionar esse material dos técnicos porque iria falar com a gestora da APA. “Temos tido algumas reuniões porque o prefeito de Jundiaí veio falar com o secretário e, inclusive, é um tema meio sensível, por isso é preciso tratar dele adequadamente. Acho que é importante para nós também. Se para vocês não tiver problema, eu agradeço e recepciono o material”, sugeriu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que enviaria o material, mas que combinou com as equipes coordenadoras que no dia 10 de abril é preciso estar com essas propostas todas na versão zero. “Se a gente mandar hoje e você retornar até 4 de abril, no máximo dia 5, para que elas possam construir juntas, e passar para mim essa versão de cada uma das regiões até o dia 10 – que é o deadline delas para mim. Então, mandaremos hoje ou amanhã de manhã”, comprometeu-se.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA aceitou a proposta de prazo e pediu para colocarem o e-mail deles no chat para envio do material. Disse que uma dessas regiões está sem zoneamento porque ela foi acrescida ao longo do tempo e ficou sem zoneamento, por isso, é importante dar uma olhada mais detalhada.

Ele disse, ainda, que as questões relativas à mineração podem ser comentadas pelo coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA. Sobre a Zona de Fauna Silvestre, acredita que pode ser feito na linha do que a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR propôs.

“Temos defendido que o ZZE não pode, neste momento, ser tratado como uma política porque está em processo de elaboração. Isso está corretíssimo, mas, acho que a gente pode fazer um

trabalho, que é pegar os temas que são mais candentes nessa região e que a gente já fez a reunião regional e não houve contestação, e apontar para vocês as diretrizes que fazem sentido e que houve já um consenso do tipo, realmente esse assunto para essa região não está legal e aí podemos trazer as diretrizes do ZEE, que também tem natureza parecida com o PDUI, que são diretrizes de orientação”, sinalizou.

Para ele, talvez, seja melhor fazer uma aproximação entre os dois instrumentos a partir dos textos, porque aconteceu a reunião, houve um bom acolhimento sobre as questões que estão em discussão. “E podemos pensar no PDUI e a mesma lógica com relação à mudança climática que foi proposta no Litoral Norte, que é assumir também as projeções e fazer a equiparação do ZEE com o macrozoneamento da região de Piracicaba e Jundiaí e, por último, o pessoal de fauna está fazendo para nós um descritivo melhor das diretrizes de fauna de caráter regional para o ZEE. Está se buscando soluções regionais, porque é muito penoso essa história do MP de que todo município tem que ter um centro de recuperação”, disse.

Para ele, é possível aproveitar esse trabalho que o departamento de fauna está fazendo, porque nessa região o Ministério Público pressiona muito para soluções para a fauna, atropelamento etc. “Podemos checar com eles uma redação que seja viável para o PDUI, e que o governo sustente, porque temos muito problema com centros de fauna, em processos de compensação de empreendimento. O problema desses lugares para os gestores de fauna é a rotina”, disse, e propôs olhar com cuidado o que já está sendo feito para o ZEE.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial/SIMA complementou dizendo que foram considerados alguns indicadores, da forma que era justamente na tipologia de empreendimentos que estariam disponíveis no território, pensando em toda a cadeia da gestão da fauna silvestre. Com relação aos atropelamentos de fauna silvestre, disse que é um dado que se obtém na Secretaria de Transporte porque as concessionárias são obrigadas a emitir esses dados.

“Então, o nosso documento do zoneamento já tem diretrizes considerando esses quesitos de distribuição de empreendimentos e formas de atropelamentos”, afirmou. Disse que a equipe poderia olhar porque contém informações para colaborar na elaboração da diretriz.

Sobre o PSA, o coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse que acabou de sair um decreto com o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, que é possível consultar pela internet. Destacou, também, que a SIMA tem uma equipe que está trabalhando no programa – o pessoal que cuida das nascentes.

“Acredito que, de imediato, se o PDUI cita, ele faz referência a esse decreto. Ele já está alinhado com o que São Paulo está dizendo que vai ser o PSA no Estado de São Paulo. Podemos dar uma olhada, mas, já tem essa saída imediata porque o decreto acabou de sair. Podemos encaminhar esse decreto para vocês e aí já tem uma solução”, apontou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR ressalta que a questão é se essa diretriz que está sendo proposta está consistente, ou se a SIMA gostaria de uma especificidade maior. “Fizemos a redação de uma diretriz que não nomeia, na realidade, o PSA, mas, faz referência, de repente, ao que você está dizendo”, explicou.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse achar bom e que iria ver se as metrópoles vão operar com fundos, se vão ter recursos para isso. “Pode ser uma saída para os municípios

com caráter metropolitano porque o grande problema para nós, em PSA, é desenhar o programa e tudo mais e depois fazer a rotina do recurso, porque a gente consegue apoio com fundo internacional”, ponderou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse ser por isso que é importante nomear o programa na governança. “A partir daí, é possível captar recursos internacionais de fundos que apoiem esse tipo de atividade”, disse.

Explicou que estaria na governança da proposta. “Para cada proposta dessa temos um box para falar quais são os agentes envolvidos para governança e possíveis fontes de financiamento”, explicou.

Segundo ela, existem vários fundos internacionais nesse sentido, então, pelo que entendia da fala era importante que fosse nomeado o PSA enquanto um programa legal, reconhecido dentro do governo do estado, para que ele possa, no PDUI, se valer desse programa.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba-Fipe concordou que é possível até deixar a diretriz mais ampla, mas pode ter uma diretriz específica, dado que o decreto foi aprovado e que tem o alinhamento necessário com essas normas.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse concordar com a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR de conseguir que isso seja uma função regional que tenha fundo e recurso. “Para a SIMA, é excelente porque obter recurso é que é o problema”, disse.

Se comprometeu em receber e analisar o material produzido pela equipe da Fipe e dar o retorno na data combinada.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial/SIMA observou que tem outro ponto sobre a zona de amortecimento porque é possível consultar os gestores da Fundação Florestal para identificar o shapefile referido da zona de amortecimento porque ela é delimitada, inclusive o memorial descritivo está on-line. “Verificamos se já existe essa informação territorializada para passar para vocês”, afirmou.

O coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA reforçou o que foi colocado pela técnica da Fipe, que colocou como macrodiretrizes para mineração. “Está bem assim, dentro de uma estrutura mais ampla, porque nessa região tem um dos maiores polos de mineração para cerâmica da América Latina, então é muito importante. Talvez aquele detalhamento, que foi colocado lá no Litoral Norte, é bem interessante, aquelas atividades de recuperação de área, a participação municipal nos corredores e de recuperação de parques, em algum momento colocar nessa faixa tem uma série de conflitos de uso do solo, e a mineração é uma delas, além de outras”, destacou.

A técnica da Fipe respondeu ao coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA dizendo que colocaria isso em todas as macrozonas, com exceção da de preservação ambiental.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR reforçou que são aqueles princípios que foram apresentados pela coordenadora do PDUI da RMVPLN, que foi a sugestão do coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA e seria replicado para Jundiaí e para Piracicaba. “Então, é preciso pegar o que foi feito para o Litoral Norte e trazer para essas duas regiões”, orientou.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba-Fipe disse que a ideia é essa, já que, no detalhamento, a técnica da Fipe questionou se coloca no próprio macro-

zoneamento como diretriz, dentro das macrozonas, ou se coloca como uma diretriz no texto das políticas de uso do solo. “Mas tudo bem, ele será contemplado”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concordou que é bom ter nas macrozonas, porque isso reforça a observação de quem olha o plano diretor e quem olha a lei de zoneamento, e também, nas propostas estruturadas, quando se fala de planejamento e uso territorial. Disse ainda não ter importância que isso se repita, porque existem duas ordens de proposta de diretrizes.

“Uma que aparece na proposta estruturada e, no nosso caso, isso vai aparecer na temática do planejamento territorial e uso do solo, e uma outra de ordenamento do território”, destacou.

URs Ribeirão Preto e Franca

A técnica da Fipe começou a falar sobre o macrozoneamento de maneira bem rápida e, depois, outros técnicos iriam complementar. Começou sua apresentação usando o exemplo de Ribeirão Preto, mas iria falar sobre as duas unidades regionais: Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Aglomeração Urbana de Franca, cujo trabalho está sendo desenvolvido conjuntamente.

Destacou que, nessas duas regiões, é um campo completamente diferente do que foi apresentado até agora. “Na experiência que tivemos com os PDUs de São Paulo e Sorocaba, anteriormente, partíamos de uma legislação já sistematizada, muito testada e consolidada, principalmente na área ambiental. Quando chegamos nessa região, que para gente era muito nova, tomamos um susto com a falta de cobertura vegetal, com a falta de Unidade de Conservação e com uma área em que a terra agrícola é muito valiosa. Então, tem uma outra lógica”, disse.

Ela explicou que, logo nas primeiras análises, foi possível perceber a importância do Aquífero Guarani na zona de amortecimento. “Conhecíamos a importância até internacional, mas no nosso caso ele se tornou o nosso objeto de trabalho. Toda a equipe começou a entender assim. Por exemplo, em Ribeirão Preto 100% do abastecimento são poços que se abastecem do Aquífero Guarani e então, de cara, percebemos, do ponto de vista regional, que o Aquífero Guarani é extremamente relevante”, disse.

A técnica lembrou que na primeira reunião com a SIMA foi levada essa ideia e que foi aprovada. Logo em seguida, a equipe recebeu o shape do trabalho do IPT, que trabalha com um buffer de 2 km em torno daquela área de vulnerabilidade, que é o que tem no banco de dados da SIMA.

“A partir daí, começamos a trabalhar com esse buffer e tentar um diálogo com as prefeituras, sobretudo Ribeirão Preto, que já incorporou em toda a sua legislação de ordenamento de uso e ocupação do solo a relevância do Aquífero e como tratar a proteção desse Aquífero, e, ao mesmo tempo, conseguir ter um ordenamento urbano de uma preservação de 100%, que é inviável. Demorou um pouco, mas, felizmente, conseguimos um contato bem forte. Eu e outro técnico da Fipe fomos para lá na semana passada, fizemos reuniões e acertamos o macrozoneamento de Ribeirão Preto”, disse.

Ela explicou que não foi usado o polígono do IPT. A opção foi adotar as zonas de uso especial, que é a zona que o município de Ribeirão Preto trava, que é a zona sem o buffer que é de proteção do Aquífero. A técnica especificou que Ribeirão Preto avançou muito em toda a legislação, inclusive na lei de uso e ocupação do solo.

“Agora, o nosso desafio mudou. Começamos a raciocinar que esse é o desafio que a gente tem agora. Temos que entender quais são os municípios que estão 100% nessa macrozona do sistema do Guarani. E quais são aqueles que eles têm 100% do seu núcleo nessa zona do Aquífero. Começamos a fazer essa análise, a técnica da Fipe já começou a produzir esse material para termos um quadro mais realista do que vamos encontrar, porque com Ribeirão Preto está completamente acordado. Abraçar essa proposta do macrozoneamento fortaleceu muito a proposta. Seria muito complicado não contar com o apoio deles, mas, os outros municípios, a maioria deles são municípios pequenos que não se manifestaram e que não percebem o alcance do que é o PDUI e do que esse instrumento pode, no futuro, impactar na ocupação do território”, apresentou.

Diante disso, a técnica da Fipe disse que o desafio da equipe agora era fazer o que se avançou com esse contato com Ribeirão Preto. Ela explicou que a equipe não iria delimitar nessa macrozona o que é urbano e rural porque existe o entendimento de que a legislação sobre uso e ocupação do solo é competência do município, mas nós, a equipe, entendemos que é preciso conceituar e ter diretrizes claras para cada uma das situações.

“Então, o que que avançou de Ribeirão Preto é que a zona deles especial é um trecho do município, então eles têm todo o restante do município sem essa restrição. Estamos pensando agora por similaridade. Isso me lembra muito a legislação de proteção aos mananciais, por isso, achei que precisava de uma ajuda nas diretrizes para pensar no conceito da macrozona, não só diretrizes pré-existentes do urbano consolidado, núcleos urbanos, a gente vai ter diretrizes que liberam isso bastante naquela zona deles. Eles têm muitas diretrizes para novos parcelamentos e diretrizes para áreas rurais, então, a gente acabou organizando nesses três eixos. E a base da proposta da lei de uso e ocupação do solo de Ribeirão é um estudo do potencial de fragilidade do shape que eles fizeram, inclusive acho que foi um contrato com uma consultoria da Fipe”, destacou. A técnica disse que será proposta a extrapolação desse estudo para toda a macrozona para se fazer um plano estratégico de ocupação desse território. “Acho que é muito similar às leis específicas, mas ela não trata disso, então isso é um outro desafio. A gente ia ter diretrizes que, conceitualmente, deixam muito claro qual é a situação, mas que estão detalhadas a ponto de entrar na seara do município, na competência do município, de legislar sobre uso e ocupação do solo. Com relação ao macrozoneamento é isso. Acho que foi um avanço. Particularmente, fiquei contente de termos conseguido emplacar nessa macrozona. Acho que ela vai ser um exemplo para o resto do estado, inclusive porque pega uma área grande no ZEE”, afirmou.

Completo que gostaria de ver o que foi pensado pelos representantes da SIMA para a zona do Sistema do Aquífero, se tem algumas diretrizes específicas que podem ser incorporadas no macrozoneamento.

Passou a palavra para os técnicos da Fipe que iriam falar sobre as FPCIs.

A técnica da Fipe começou dizendo ter entendido que a equipe da Fipe deve fazer um documento compilando todas as dúvidas para ser enviado para análise, tanto da SIMA quanto da Sabesp. Continuou dizendo que faria uma apresentação geral, já que algumas dúvidas vão ao encontro do que foi apresentado anteriormente, porque receberam muitas propostas com relação a obras ou propostas muito específicas de elaboração de dispositivos, coisas que normalmente vão trazer custos e que são muito específicas e que deveriam ter algum estudo de viabilidade econômica e técnica.

“Ficamos com um pouco de receio de colocar isso no PDUI, até por conta dessa especificidade, que o plano não tem esse caráter”, justificou.

Na questão da drenagem, tem muito o problema da insuficiência dos dispositivos relacionados à microdrenagem, sendo que nas discussões internas da equipe surgiu a questão de até que ponto é possível tratar da microdrenagem.

“A macro faz mais sentido, quando se pensa regionalmente, mas a micro é muito local, porque está relacionada às obras de galerias, bocas de lobo, enfim, ficamos com receio de como tratar esse tema. Deveríamos tratar? Ou como tratar? Pensando primeiro no Plano de Saneamento Básico, que é da SIMA, de repente, como ainda não tem material disponível com relação a isso, tentar entender como vocês veem essa questão da microdrenagem em âmbito regional. Como, no âmbito do PDUI, poderíamos tratar, ou não tratar, a microdrenagem, e tentar trazer mais para a questão do macro e trabalhar mais nas infraestruturas verdes. Seria essa dúvida com relação à drenagem”, apresentou.

Outro ponto levantado pela técnica foi sobre o abastecimento de água e o esgotamento sanitário que, segundo explicou, fica muito em volta do que é apontado nos planos municipais de saneamento. Segundo a técnica, existe a falta do cadastro técnico das redes de abastecimento de esgotamento.

Por isso, ela disse que existe uma deficiência para o planejamento e a identificação de quais são os gargalos que devem ser atacados e, principalmente, como o PDUI poderia tratar disso regionalmente, levando em conta que são regiões que têm prestadores locais e regionais como a Sabesp. “É muito diferente porque não tem a Sabesp ali predominando, normalmente ela aparece em metade dos municípios. Então, como tratar essas questões que estão muito ligadas às concessionárias, às prestadoras de serviço, que demandariam delas esforços de investimentos nessas áreas? E como, ao mesmo tempo, o PDUI conseguiria tratar dessas questões mais técnicas?”, questionou.

Outra questão apontada foi sobre a relação aos estudos de energia elétrica, redução de energia elétrica nas estações de tratamento. Ela quis saber se existe o link com a matriz energética e o quanto é importante essa questão de energia elétrica e os estudos de redução da energia dentro das estações de tratamento.

“Tem algo, no nível estadual, tratando dessa questão? No caso de controle de perdas, de maneira mais específica, a implantação que se fala nessa proposta de macromedição termoelétrica já diz que são tecnologias de ponta no sistema de monitoramento das redes, mas também entendo que não seja para o PDUI trazer essa proposta da maneira como está. De repente, uma diretriz mais geral, mostrando que é necessário monitoramento do funcionamento dos sistemas hidráulicos e elétricos, a fim de ter uma redução, ou se isso também pode estar dentro de um programa de redução de perdas regional?”, perguntou.

A técnica ainda levantou questões com relação a resíduos, e disse que a equipe tem a compreensão de que os resíduos devem ser tratados de maneira regional e que a população e os órgãos municipais também entendem dessa maneira.

Ela disse que já existe o entendimento de que é preciso compartilhar tanto as estruturas quanto a demanda por aterros – e tem várias propostas sobre isso –, mas muitas focam na disposição final, que seriam os aterros. Por isso, ela disse que outra questão é sobre a compostagem, que é muito fraca nessas duas regiões.

“Em Franca, não tem nenhuma usina de compostagem, pensamos em diretrizes para fomentar essas estruturas compartilhadas que atendam um conjunto de municípios, e definir exatamente quais são e sua localização, quais municípios fariam parte. Pensamos que deveria ser feito por meio de um estudo, como um Plano de Gestão Integrada Regional. Seria mais uma proposta para trazer para o PDUI. As duas regiões não possuem. Mas aí fica a pergunta: como podemos trazer de maneira mais emergencial que não só a elaboração de um plano?”, destacou.

Disse, ainda, que a equipe entende que, talvez, seja possível trazer essa diretriz de trabalhar com estruturas de infraestruturas compartilhadas – e remeter algumas delas à definição de um melhor diagnóstico e tratamento em um plano futuro.

Ela ponderou que, na região, surge – e foi até falado pelo coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA – com relação à geração e ao aproveitamento do lixo, e citou como exemplo a atividade agrícola na região, que é muito forte, da biomassa dos resíduos da cana, e como o estado vem trabalhando nisso, porque é preciso ver a viabilidade técnica, econômica e ambiental.

“Entendemos que, na região, é uma demanda muito forte, mas, como também foi falado, não seriam conceitos, mas teriam impasses para isso. E, também, como poderíamos, de uma maneira mais geral, incentivar o aproveitamento de resíduos e da biomassa advinda da produção da cana? E saber se o estado também já tem alguma coisa com relação a isso voltada para essas regiões”, quis saber.

Ainda comentou sobre uma proposta bem específica – que foi muito discutida entre a equipe da Fipe –, que foi a aquisição de trituradores de galho, que os municípios têm de compartilhar com os aterros e usinas de compostagem e, também, além de estruturas de um triturador de galho, de um triturador de materiais de construção civil.

“Então, também, trazer para o PDUI algo mais geral, não citar quais, nem como seria feito esse compartilhamento. Uma coisa para se pensar também é como trazer esse grande problema? Levantar não só os locais, mas também essa infraestrutura necessária para o processamento”, disse.

Outra proposta é com relação a estudos que barateiem os gastos que os municípios possuem, porque vai muito ao encontro de soluções compartilhadas com os consórcios.

“Hoje, tem a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp), que está caminhando no sentido de fazer toda a gestão de um convênio com alguns desses municípios para definir a taxa. Seria uma tarifa? São coisas que estão caminhando para ajudar os municípios a terem mais recursos para a gestão dos seus resíduos. Então, até que ponto a gente consegue entrar nesse assunto no PDUI? Isso é uma coisa que me veio agora olhando aqui com relação à deficiência encontrada com relação às pesquisas que existem para diagnóstico de resíduos. Tanto os SNIS como o Índice de Gestão de Resíduos (IGR), infelizmente, apesar de serem ótimos instrumentos, os municípios não respondem muito, não têm muita decisão, e a gente vê que isso é um grande empecilho para conseguir fazer essa gestão compartilhada, porque precisamos entender, de maneira geral, o que está acontecendo e não temos muitas das informações necessárias. O que o PDUI poderia trazer a mais para tentar incentivar que esses municípios participem desses diagnósticos? O IGR é supercompleto, mas, tem baixíssima participação. Então, o que a gente poderia fazer? Cabe ao PDUI fazer isso?”, perguntou.

A última questão apontada pela técnica foi sobre a matriz energética. Disse ter visto uma notícia com relação a um protocolo de intenções que foi feito entre a SIMA e a Associação Brasileira de

Geração Distribuída sobre implementar programas e projetos com relação à geração distribuída. Lembrou uma reunião com a SIMA em que a equipe verificou que o grande enfoque na questão das energias renováveis, no caso, mais fortemente da energia solar.

“Queremos saber se tem algum documento que a gente possa também trazer para o PDUI com relação a isso, e, de maneira mais geral, que tipo de diretrizes podemos inserir, além dessa questão do aproveitamento da biomassa – que eu acho seja algo que tem que estar presente para essas duas regiões – que esteja em consonância com o que o estado está pensando para a diversificação da matriz energética?”, perguntou.

O técnico da Fipe complementou dizendo que, na área de meio ambiente, foi identificado como desafio o fato de, em muitos casos, já existirem esses programas e essas estruturas estaduais e municipais, e o desafio da equipe Fipe é trabalhar nessa ligação entre o que é municipal e o que é estadual.

“Como trabalhar de forma complementar esses programas que são do governo e estão sendo incentivados e desenvolvidos nos municípios foi o grande desafio de fazer propostas. Os pontos interessantes que a gente nota nessas duas regiões, ressaltados nos diagnósticos e nas propostas recebidas, têm relação ao baixo índice de cobertura vegetal das regiões, inclusive, nas diretrizes do ZEE, são áreas de salvaguarda da biodiversidade e até de enfrentamento às mudanças climáticas precárias”, analisou.

O técnico apontou que as propostas vieram para criar estratégias para essa realidade. “Pensamos na reserva legal das propriedades porque verificamos que dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) apontam que tem muitas reservas legais definidas, mas quando a gente vê é de forma regional. Elas estão pouco florestadas, então ainda não há um tratamento nessa reserva legal para que ela cumpra essa função. A linha assumida foi trabalhar a proposta de incentivar essa recomposição da reserva legal. E aí vem uma questão que não sabemos se no estado tem algum tipo de incentivo nesse sentido”, expôs.

Outra questão levantada por ele foi o baixo índice de unidades de conservação nessas regiões, com pequenos parques e mais nada. “Não verificamos áreas, como nas regiões maiores, e aí uma estratégia talvez seja trabalhar com a criação de unidades de conservação menores, como as RPPNs, que são, teoricamente, mais fáceis de serem aplicadas e desenvolvidas e, também, com uma estratégia nesse sentido, de modo estadual”, sugeriu.

Continuou dizendo que um terceiro ponto seria o enfrentamento de alguns eventos de queimadas, que nos últimos anos foi bastante drástico na região, tendo surgiram diversos comentários a respeito.

Destacou que, tanto na audiência pública quanto nas oficinas regionais, a proposta foi de prevenção e enfrentamento. “Sabemos que já existem alguns programas estaduais de combate a esses eventos, e o que foi trazido pelos participantes era muito no sentido de fazer algum tipo de enfrentamento e monitoramento dessas regiões, em nível regional, com brigadas que seguem essa lógica regional, e de distribuição de equipamentos e infraestruturas de combate ao fogo. Foram esses três questionamentos que destacamos”, disse.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA sugeriu fazer, da mesma forma, quanto as dúvidas e questões anteriores: da SIMA recepcionar, analisar e devolver no prazo combinado. Comentou, ainda, que, quanto ao macrozoneamento, o Sistema do Aquífero Guarani foi um gol que

a equipe Fipe fez porque tem uma discussão longa de como fazer a proteção do uso do solo do sistema das áreas de recarga.

“Em algum momento, ajudou a gente a tratar a questão da água subterrânea no ZEE, então aí vocês dão um passo maior do que o nosso nessa mesma escala, mas vocês desceram degraus e se aproximaram do fenômeno ao criar essa macrozona que, para nós, é genial. Então, podemos recepcionar esse material para uma análise mais aprofundada”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR esclareceu que enviaria essa proposta da macrozona com algumas diretrizes que estão sendo propostas, sejam para os usos urbanos, como para usos rurais, e, eventualmente, alguma estratégia com relação a essas questões que foram tratadas pelo técnico para essa macrozona do Aquífero Guarani, de aumentar a cobertura vegetal e algumas estratégias que o ordenamento territorial do PDUI tem que contemplar.

Disse ainda que encaminharia para a SIMA um pacote completo no que diz respeito a diretriz e estratégia e, eventualmente, a técnica da Fipe pode olhar se tem alguma Área de Interesse Metropolitano (AIM) para um projeto mais amplo. Afirmou não saber se caberia nessa região.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA concordou, e disse que eles podem analisar sob as nomenclaturas e as redações que a Fipe está trabalhando, para dar um apontamento para a pessoa responsável na SIMA.

Afirmou que o abastecimento no estado é muito dependente de água subterrânea e que, às vezes, mais do que ficar exclusivamente na macrozona de proteção do Aquífero, talvez até definir diretrizes gerais do ponto de vista de uso da água – porque é o que tem sido pouco acompanhado.

“Mesmo áreas que estão fazendo uso de água subterrânea estão sofrendo com o rebaixamento do lençol e estão com dificuldades. Isso pode ser superlegal para vocês e, para nós, foi ótimo. Da drenagem, talvez, se alguém da Infraestrutura puder ajudar, porque estamos trabalhando um pouco em não negar as obras que são de engenharia civil da drenagem, mas tentar incentivar, em especial nas áreas que ainda estão sendo ocupadas, as soluções baseadas na natureza. Isso é uma coisa que a representante da Sabesp, em um debate há alguns anos, falou do bom tratamento dos cursos d’água municipais, tentando ações novas de recuperando de córregos e rios. É sempre inteligente porque as obras de drenagem tradicionais têm alto custo e a solução regional é complexa, porque tem a história de piscinões, desapropriações e tudo mais, porém, não sou especialista, estou só falando um pouco em torno do combate. Acho que, indo nessa linha, é sempre interessante, entendendo talvez as áreas que já tenham sofrido com enchentes e acompanhando o curso de suas bacias, e imaginar ocupações que possam ser mais amigáveis a isso. E aí toda a diretriz de aumento de permeabilidade, manutenção de vegetação, sempre ajuda na recuperação de áreas de proteção mais do que aquelas saídas de canalização e piscinões, que, volto a dizer, não está descartado se são territórios que estão ainda sendo ocupados e expandindo”, analisou.

Continuou dizendo que o bloco de resíduos é grande e que na região tem consórcios. “Temos incentivado as soluções regionais. Acho que muito do que foi falado, no final das contas, é muito objeto de planos regionais de resíduos porque a gente acaba dando diretrizes antecipadas do tipo da pirólise”, disse.

Acrescentou que a compostagem é a melhor saída, depois que foi estudado todo o processo. “Isso é sempre objeto de um plano, porque aí você vai ver se o que tem na mão é suficiente para fazer

compostagem em caráter regional, porque a compostagem depois do volume que ela ganha tem que ter área rural para absorver isso. E é preciso ter toda a lógica de certificação para saber se aquilo pode ser reutilizado como enriquecimento de produção agrícola e tudo mais. A própria pirólise – que a gente está sempre chamando, mais genericamente, de recuperação energética de resíduos – pode ser várias técnicas e ela é uma das saídas obviamente, as reciclagens, logística reversa, isso tudo faz parte do grande cardápio. Então, talvez, seja o caso de nessa região olharmos o material que a nossa equipe tem de resíduos, que é a mesma que vai olhar o do Litoral Norte no SIRS e passar para o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA e para o assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA para olharem um pouco essa região”, sugeriu.

Acrescentou ainda que, se existe um grupo falando de soluções na ponta é porque o problema existe, como existe em qualquer lugar do estado, e, talvez, por ser metrópole, o plano regional seja a grande alternativa para encarar o problema regionalmente e dentro do estudo, via saídas efetivas.

“Senão a gente se adianta e já dá uma possível saída, quando na verdade, é preciso olhar o processo como um todo. Fizemos algo que foi um salto qualitativo que é a reforma do ICMS ambiental – o ICMS ecológico virou ICMS ambiental – que vai, a partir do ano que vem, dar recursos para resíduos sólidos, para gestão de resíduos, e esses recursos vão ser de acordo com informações que os municípios vão passar para nós”, explicou.

Ele acrescentou que as informações estão dentro do Índice de Gestão de Resíduos (IGR), que passa a ser um pouco mais interessante porque, se não for preenchido, não ganha recurso de ICMS. “É o enfrentamento que os municípios sempre têm receio, de criar a taxa do lixo, que foi meio valorizada aqui no estado de São Paulo e acabou sendo queimada. Ela agora voltou a ser obrigatória pela Política Nacional de Saneamento, mas, em especial, o estado de São Paulo vai ter dinheiro através do novo ICMS ambiental, que vai dar dinheiro para a gestão do resíduo, então vai entrar recurso, a despeito de fazerem a taxa ou não”, destacou.

Nesse sentido, disse que, dentro da lógica de um tratamento regional dos resíduos, como está sendo falado, é preciso ter informação e monitoramento. “É preciso ter dinheiro. O estado está entrando com o dinheiro, precisa de informação e planejamento. Podia ser um bloco só do tema resíduos”, sugeriu.

Disse, ainda, que tentava pensar em outras saídas para o que foi falado de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), queimadas na unidade de conservação, e deu razão ao que foi apresentado pelo técnico da Fipe. “Nessas regiões, os fragmentos são muito pequenos e a criação de grandes unidades nessas regiões está meio fadado ao fracasso, não faz muito sentido. A não ser que sejam unidades de gestão do tipo monumento natural, APA, mas, mesmo assim, é meio complicado”, ressaltou.

Afirmou ainda que fazia sentido o tratamento por RPPN, até Monumento Natural Estadual (Mona), que pode ter escala menor e mantém a propriedade privada. Nesse sentido, poderia existir uma redução na resistência, mas ele disse achar que vai partir de uma lógica, talvez do que foi feito em Campinas, em que foram os corredores de conectividade de Campinas onde a proposta é ter uma área estratégica – não lembrou o nome – mas era uma área metropolitana estratégica de conectividade.

“Para Ribeirão Preto é que eu me lembro um pouco melhor. Penso que faz todo sentido ter uma estratégia regional, que você faça a composição de reserva legal e APP, dialogando com uma solução baseada na natureza, para drenagem que possa ter uma lógica de corredores. E aí isso

pode ter RPPN no meio; pode ter Mona, APP, reserva legal ou parque municipal. Pode ser uma estratégia que tire partido da conectividade e dar lógica para a continuidade. Por último, a questão das queimadas, vocês também pegaram legal porque a gente também identifica o aumento de queimadas nessas regiões, aliás, em geral, sejam também do agronegócio dos grandes plantios que tem Operação Corta-Fogo que é muito fiduciária, muito lastreada na parceria com os proprietários, prefeituras, bombeiros. Então, é uma rede e faz todo sentido o enfrentamento regional. Podemos passar, se vocês já tiverem alguma coisa escrita, para a nossa área que cuida do corta-fogo e ver o que eles estão pensando para a região, aliás, a gente aprimorou a visão, porque fizeram uma parceria com o ICMBIO para fazer uma capacitação do uso do Corta-Fogo. Tem coisas que precisam entrar em São Paulo, que são inovadoras e, talvez, estratégias funcionais façam todo o sentido. Isso também é lição de casa para uma análise maior da equipe da SIMA”, expôs.

A técnica da Fipe quis retomar o assunto dos resíduos porque o governo tem interesse, obviamente, na solução regional para resíduos sólidos. Além do ICMS ambiental, a técnica quis saber se faltava uma regulamentação, e que outros tipos de incentivo o governo estava pensando para o consórcio de resíduos sólidos urbanos.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA respondeu que não faltava mais regulamentação porque saiu uma nova lei e o decreto regulamentador saiu na sequência. “O que acontece é que o decreto e a lei deram um prazo para implementação, então só deve começar a ser pago a partir do ano que vem. Estamos fazendo os acertos com a Fazenda, mas já está tudo redondo, não está faltando nada para o ICMS ambiental entrar em vigor”, explicou.

Sobre a segunda questão levantada, ele disse que a secretaria tem incentivado os consórcios com termos de parceria entre eles, e o governo do estado onde é oferecida ajuda técnica aos consórcios para fazer planos regionais e a pensar na região. “Então, isso é a primeira ajuda que a gente tem dado, a segunda, e no último ano a gente está tentando viabilizar recursos para os planos. Nessa lista estão os cerca de 20 consórcios que estão como nossos parceiros, estamos viabilizando recursos pela Secretaria de Governo para os planos regionais de resíduos”, esclareceu.

Disse, ainda, que existe um consórcio dos municípios da Alta Mogiana e parcela dessa região que está nesse consórcio é parceiro. “Então, provavelmente, eles devem estar recepcionando recursos para ter plano regional lá. E a terceira questão é que, recentemente, também neste ano, a Secretaria de Governo está viabilizando recursos que estão sendo gerenciados via fundo para repasse de materiais de equipamentos de uso regional para reaproveitamento de resíduos de construção civil e equipamentos para as cooperativas que são mini cooperativas de reciclagem”, detalhou. Afirmou ser possível fazer um placar para levantar em que regiões metropolitanas isso acontece.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR cogitou que esse levantamento poderia ser para as cinco regiões em estudo, inclusive a técnica da Fipe havia comentado sobre os equipamentos para tratamento da reciclagem dos galhos de árvore.

“Podemos nomear enquanto diretriz para organizar a cadeia que poderá contar com esse fundo. No PDUI, a gente não tem que tratar da política em si, mas podemos indicar quais são as possibilidades de mobilização de programas e recursos para que isso se viabilize”, explicou.

A coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA começou dizendo que gostaria de complementar o que foi dito pelo coordenador de Planejamento Ambiental em relação aos resíduos e aos recursos hídricos. “Quanto à gestão de resíduos, ela deve ser tratada pelo estado inteiro, de forma unifor-

me, porque existem diretrizes da secretaria dentro desse comitê de integração de resíduos que trabalham a regionalização e alternativas energéticas”, enfatizou.

Destacou ainda existirem cinco ou seis temas que são gerais para o estado inteiro e citou como exemplo, se precisar de um triturador de galhos ou compostagem. “Então, é ter um plano que estabeleça as diretrizes da região vinculado aos consórcios, ou a qualquer que seja, e que esse plano defina o que é prioritário sem entrar no detalhamento”, destacou.

Sobre recursos hídricos, disse que, do mesmo jeito que foi dado destaque para áreas de várzea e de nascentes de rios, dar um destaque nas recomendações e diretrizes para a área de recarga do Aquífero Guarani dependente do zoneamento. “Essa área de recarga deve ser tratada com carinho”, disse.

Ainda perguntou se a equipe consultou o Plano de Bacia do PCJ, que trata de várias questões relacionadas com recurso e, também, a gestão de território, para ver se não tem alguma incompatibilidade com relação ao que estava sendo colocado na reunião.

A técnica da Fipe disse que não sabia se tinha ficado claro, mas a macrozona do Sistema do Aquífero Guarani é para as duas unidades regionais, Franca e Ribeirão Preto. “Inclusive Franca tem uma zona de escarpas, tem uma área cenicamente muito bonita. Pode ter algumas diretrizes interessantes, e uma outra coisa para reforçar é que não se trata de uma APRN, é uma macrozona, que vamos andar no fio da navalha porque de um lado tem a competência do município e do outro, o interesse regional. Então, a gente tem que ser muito preciso nas diretrizes para não gerar até inconstitucionalidades, entrando na competência do município, mas também não ficar genérico demais”, enfatizou.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba-Fipe respondeu à coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA, dizendo que, em princípio, sim, estão fazendo as diretrizes alinhadas com as diretrizes do Plano de Bacias do PCJ.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou para os técnicos da Fipe como era importante a orientação dada pela coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA. “Muito pertinente. Disse que não é especialista na área ambiental, muito menos em saneamento ambiental, mas conhece o limite do PDUI, então, acha que essas diretrizes gerais têm esse caráter amplo para os municípios de modo geral, no caso particular das unidades regionais que estão sendo tratadas. É a perspectiva de organização regional que esses serviços, decorrentes de um plano mais geral, devem ter. Então, essa colocação inicial que a coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA faz sobre resíduos sólidos está de acordo e sempre estou dando esse alerta para vocês”, ponderou.

A técnica da Fipe disse que a discussão foi esclarecedora e que, na ânsia de colocar o carro na frente dos bois e tentar trazer alguma coisa mais emergencial, mas, por conta de resíduos, até por não ter esse diagnóstico e todas as informações muito bem reunidas e conhecidas, faltam instrumentos para conseguir estabelecer boas propostas, por isso, disse, é que o estudo precisa ser feito.

Pensando na governança do PDUI, a técnica da Fipe perguntou se o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos participaria, por exemplo, dessa gestão da governança no PDUI. “Poderia ter isso? É possível porque ele é um comitê que faz toda gestão dos planos e não sei até que ponto ele poderia participar da governança, conforme foi citado”, comentou.

A coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA sugeriu uma conversa com o pessoal do Comitê para saber da forma da atuação desse comitê junto aos municípios, como difusor das ações do estado.

“Existe um programa prioritário do estado de resíduos sólidos e, dentro desse programa, tem diretrizes e objetivos a serem atendidos. Então, o comitê faz essa gestão, junta todo mundo para que seja implementado. Eles estão viabilizando a formação de consórcios para fazer gestão de resíduos sólidos. Existe uma outra ação dessas alternativas energéticas que o assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração participa e ele poderia até falar como é que está sendo feito. São diretrizes gerais para o estado, que estão sendo estimuladas por esse comitê. Então, acho que valeria uma conversa com eles para poder ter uma ideia mais geral e quais são os temas e como eles estão trabalhando, não lembro agora”, disse.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA observou que poderia até ouvir o comitê, mas não sabia se fazia sentido citar no PDUI uma coisa que seria mais uma norma. “O comitê foi criado dentro da secretaria para unir todo mundo que trata de resíduos na secretaria, é uma organização interna de trabalhos. Tanto que acabamos de dar posse a novos membros da Comissão Estadual de Resíduos Sólidos, com representantes de outras secretarias que atuam com resíduos, saúde, agricultura, com uma representação mais ampla no governo do estado. A representação externa dele é uma apresentação política de articulação e nem sabemos se ele será perene”, justificou.

Acrescentou ainda achar que as diretrizes que estão no plano e que o SIRS toca, são os grandes eixos da política de rede estadual. “Essa lógica da regionalização, a partir de planos, acho que isso vai fugir agora. A representação, posso checar, mas acho que ele tem um caráter muito interno”, ponderou.

A coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA complementou dizendo que citar essas linhas de trabalho com o comitê é importante para ter, até em um processo de mudança de governo, uma linha de trabalho, que é importante para o estado consolidar essas linhas no PDUI, independentemente de ter o comitê, de ter comissão estadual, que são arranjos políticos, vão lá dizer administrativos para executar esse trabalho.

“Acho que o importante é a execução do trabalho em si, independente da estrutura que está sendo construída em cada governo, em cada momento”, defendeu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR perguntou se a equipe tinha mais alguma dúvida e ressaltou que a colocação da coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA era importantíssima sobre a observação do coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA de que as estruturas são frágeis e podem mudar.

Questionou ao assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA se queria colocar alguma questão com relação ao que foi dito e se haviam percorrido todas as questões levantadas pela equipe de Franca e Ribeirão Preto.

Agradeceu a colaboração mais uma vez. “A reunião foi muito produtiva com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que está sempre muito disponível, e essa interação com o projeto da SDR e nós, pela Fipe, que estamos trabalhando tecnicamente com vocês, só fortalece as pautas regionais, não só naquilo que vocês estão tocando, mas do compromisso de uma outra instituição do estado que é a Secretaria, também com essa diretriz de atuar mais regionalmente nessas questões até minimizar os custos de empreender sobre vários aspectos, tanto no PDUI, como as questões de infraestrutura demandam”, enfatizou.

Ressaltou que tem sido muito produtivo e que, em nome do coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA, agradecia a toda sua equipe e à equipe da Secretaria de Infraestrutura, porque

GT – Transporte e Mobilidade

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Transporte e Mobilidade, que aconteceu no dia 24 de março de 2022

Participantes setoriais:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)

Abertura:

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da equipe Fipe, contratada para fazer este trabalho, a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR agradeceu aos representantes presentes, “que dedicaram uma parte preciosa de seu tempo para que possam, em conjunto, alinhar as propostas que vão para os cinco PDUIs”.

Informou que já haviam sido realizadas reuniões com a Secretaria de Logística e Transporte e com a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente, e que, na semana seguinte, aconteceriam reuniões com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, da Habitação e da Agricultura e Abastecimento, que são os temas centrais tratados no PDUI, e cujas propostas recebidas do poder público e da sociedade civil devem estar alinhadas com as políticas setoriais do estado, para terem um elemento de aglutinação e convergência de investimentos futuros e não de conflito dentro das políticas setoriais em si.

Reiterou que, como já era sabido por todos os presentes, o PDUI é um plano de diretrizes, portanto, ele dá orientação sobre o ordenamento territorial, a fim de minimizar desequilíbrios socioespaciais.

“Para tanto, a vertente utilizada visa induzir, estimular ou até fortalecer uma rede de centralidades nesses territórios, pois, como é sabido por todos os presentes, Franca e Ribeirão Preto, por exemplo, são duas regiões mononucleares: a função de Franca e Ribeirão Preto não conta com uma rede de cidades com capacidade de dar sustentação a esse equilíbrio regional que o PDUI busca. Assim, estão sendo criadas algumas propostas na área das funções públicas de interesse comum, e mesmo no macrozoneamento, que fortaleçam os prováveis subcentros, de forma a ter uma certa centralização nesses territórios, evitando assim, grandes deslocamentos, grandes custos para prover essas infraestruturas de deslocamento”, explicou.

Explicou que esta é a lógica da construção adotada para o PDUI, especialmente nessas unidades regionais que têm uma fragilidade de identificação de uma rede de centralidade.

“Assim, as políticas vão no sentido de não só apontar algumas possibilidades, mas ter projetos estruturantes ou propostas que possam, de fato, induzir ou fortalecer essas questões”, acrescentou.

Discorreu sobre o longo processo participativo em que ocorreram as oficinas regionais com as prefeituras e com a sociedade civil e, na sequência, a primeira rodada com os grupos de trabalho

setorial, as audiências públicas, ocasião em que uma série de propostas foi encaminhada pelas prefeituras, pelos próprios prefeitos que, ao contrário da região Metropolitana de São Paulo, estiveram presencialmente nas audiências públicas – em algumas cidades, quase que 100% dos prefeitos compareceram – e pela sociedade civil, sendo a grande maioria das propostas vindas das prefeituras.

Mencionou como exceção a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, cujas propostas vindas da sociedade civil representaram 2/3, e boa parte delas ligadas às questões ambientais e de ocupação do território, decorrentes das características e do nível de organização da sociedade civil do Litoral Norte.

Dando prosseguimento à explanação sobre o processo participativo, informou que, na semana anterior à reunião, foi apresentada uma devolutiva para as prefeituras e para a sociedade civil das propostas que foram incorporadas, o motivo pelo qual nem todas foram incorporadas integralmente, das que foram parcialmente incorporadas e das que não foram aceitas.

Explicou, ainda, que nessa devolutiva às prefeituras foi apresentado o conjunto de critérios estabelecidos para a análise das propostas. Além disso, foi mostrado o resultado de como as contribuições entraram nas propostas preliminares que foram apresentadas nas audiências públicas, e que, quando acontecia a reunião, estão na fase de refinamento com setoriais do estado, para que possam, de fato, estarem alinhados, a fim de não gerar conflitos entre as propostas e as políticas setoriais.

Em seguida, pediu à integrante da equipe Fipe que fizesse suas colocações a respeito das regiões de Jundiaí e Piracicaba, lembrando que, por atuar nessas regiões, a CPTM poderia fazer sugestões, pois seriam levantadas sobre intermodais dos trens regionais que poderão chegar até Piracicaba.

Disse saber que a proposta agora vai até Campinas com a perspectiva de prolongamento até Americana, mas o fato é que a hidrovia tem um papel muito importante para a economia de São Paulo e articular essa carga com trem intercidades no futuro é uma perspectiva promissora.

A técnica da Fipe deu início às considerações falando sobre as várias propostas que foram recebidas após as audiências públicas das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba sobre o tema de transportes e sistema viário.

Revelou que foram feitas demandas de duplicação de anéis viários, de recuperação de marginais e, no que diz respeito aos transportes, foram feitas propostas voltadas à integração dos transportes municipais e intermunicipais, além de questões relativas a ciclovias intermunicipais, interligação dos diferentes modos e melhoria do transporte público.

Disse que, como proposta preliminar para esse tema do transporte público, haviam elaborado uma proposta para promover a integração do transporte intermunicipal e que, nessa proposta maior, queriam incorporar as questões recebidas relativas ao transporte.

Outra questão abordada foi sobre o trem intercidades e a questão ferroviária ligada principalmente a Jundiaí.

Falou sobre um outro grupo de propostas que abordava a possibilidade de operação da EMTU nessas duas regiões, ou em parte desses municípios, a fim de melhorar a qualidade dos ônibus e de linhas e, conseqüentemente, os deslocamentos da população, proposta essa enviada pela sociedade civil.

Destacou que, em Jundiaí, a questão da integração é muito forte, já que todos os municípios têm ônibus, transporte municipal e intermunicipal, mas a demanda é relativa à qualidade desse transporte.

“No caso de Piracicaba, apresentou uma proposta do poder público sobre a possibilidade da EMTU melhorar o sistema digital das informações sobre transporte para divulgação no *Google Maps*, assim como ocorre nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto”, disse.

Em relação a essas demandas, pediu aos representantes da STM que falassem sobre a existência de programas ou projetos da Secretaria de Transportes, ou de diferentes setores ligados aos transportes metropolitanos, que devam ser abordados nas diretrizes do PDUI dessas duas regiões, tanto quanto ao alinhamento e compatibilização como sobre a EMTU operar em parte ou no todo, na região de Jundiaí.

Destacou, na sequência, a proposta que constava no caderno preliminar de propostas de “promover a integração do transporte intermunicipal”, tendo como diretrizes preliminares, também constantes do caderno, “estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal”, e, para tanto, elaborar um estudo que organizasse as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal, e analisar a integração entre eles, considerando os diferentes modos de transporte.

Enfatizou, também, a demanda de incorporação, interligação e integração dos diferentes modos em alguns trechos de Piracicaba e, principalmente, em Jundiaí, Várzea e Campo Limpo, já que existe um movimento grande de bicicletas que circulam pelas marginais, trazendo riscos aos usuários. Outra diretriz diz respeito a “qualificar a rede de mobilidade existente, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios”, pois nem sempre existe essa articulação.

Colocou que outra diretriz inicialmente pensada diz respeito a incentivar a diversificação e a utilização de diferentes modos de transporte, buscando aumentar o potencial de sustentabilidade do sistema, pensando no incentivo no modo não motorizado, como bicicleta.

“Como governança para essa implementação, a proposta é a criação de uma instância metropolitana, uma câmara temática ou um grupo de trabalho para discussão e acompanhamento dessas questões”, disse.

Pediu, então, que os representantes fizessem suas considerações a respeito desse tema sobre a operacionalização. Quis saber se, inicialmente, essa câmara coordenaria a elaboração de Plano de Mobilidade Regional e como se daria essa articulação: se com o setorial do estado – e em que medida a participação do setorial se daria na elaboração de um plano de mobilidade regional –, já que a questão que se quer enfrentar é justamente a integração do transporte intermunicipal para melhorar as condições de acesso a trabalho, estudo, lazer, uma vez que nessas regiões existe uma troca muito grande e deslocamentos muito intensos.

A título de exemplo, apresentou os objetivos inicialmente definidos para essa estratégia da gestão da mobilidade, que relaciona tanto as questões de transporte e sistema viário como o planejamento e o uso do solo, que tem como grande objetivo a articulação dos atores dos diferentes níveis de governo para pactuar esse plano de mobilidade regional, buscando sempre o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes em toda a região.

Além disso, outro objetivo seria interligar o sistema de infraestruturas regionais já existentes e previstas, potencializando esse desenvolvimento, pois sabem que esses sistemas existem, mas nem sempre estão articulados e interligados.

Por fim, pediu aos representantes que fizessem suas considerações, contribuições, a fim de auxiliar na formulação das propostas para esse tema.

O representante da CPTM iniciou suas contribuições lembrando que está em processo de andamento, coordenado pela Secretaria, a publicação do edital para concessão da implantação e operação do sistema de ligação expressa, que chamam de serviço expresso ligando Barra Funda-Jundiaí-Campinas. “Esse seria o serviço expresso e estender uma linha nos conceitos metropolitanos parando em todas as estações de Jundiaí a Campinas. Com isso, nós teríamos um serviço dentro da Região Metropolitana de São Paulo, terminando em Francisco Morato, e um outro a partir de Francisco Morato, chegando em Campinas, que são serviços diferentes”, explicou.

Disse que já existe bastante informação no material da consulta pública. “Estamos firmando os convênios com os municípios, no sentido de mitigar os impactos mínimos no entorno das estações, e, por causa de algumas intervenções de obras já previstas, esse é um aspecto do serviço de transporte que já está em processo de encaminhamento dentro do governo de São Paulo e junto aos municípios”, afirmou.

Sobre a questão da integração, disse que existem no mínimo três considerações que devem ser abordadas: a primeira é a física, que pode ser através de um terminal e não necessariamente de um terminal, mas de um ponto qualificado de transferência de linha. Explicou que é muito comum um terminal de ônibus enorme localizado em frente a uma área transformada em área de forma mais nobre, dificultando a integração com outros modos, mas que esse aspecto, de uma forma mínima, está sendo tratado em todas elas, não necessariamente com o conceito de terminal de ônibus.

Outro ponto destacado pelo representante da EMTU foi operacional: os intervalos. Destacou que isso vai muito do plano municipal de circulação, de estimular a atratividade, que, no caso de Jundiaí para São Paulo, estimula, mas já existe um serviço, e de Jundiaí para Campinas vai existir uma demanda, mas que, de modo geral, com as estações localizadas em pontos antigos da cidade, a própria estrutura urbana e viária também já permite essas integrações.

Disse perceber que, de modo geral, não é discutido, ou dada uma ênfase, na política tarifária. Enfatizou que é preciso definir a política tarifária e eventuais subsídios. “Hoje, a legislação de mobilidade já permite, no caso dos municípios também, e que em alguns deles já existem, não haverá avanço na integração tarifária. Haverá uma integração, o ônibus vai passar perto da estação, o deslocamento do ponto de ônibus ou do terminal de ônibus até a estação pode até ser qualificada, no entanto, a tecnologia de embarque e de validação das passagens podem não estar integradas devido à falta de definição de uma política tarifária, daí a pergunta recorrente de quem vai pagar a conta”, alertou.

Enfatizou ainda que, se não passar por essa discussão, continuarão lendo em todos os materiais elaborados, a questão da integração, repetidamente, mas que na hora de pagar a conta não desponta uma solução que atenda os diversos interesses. Disse achar que se avançarem nessa questão tarifária, a integração vem de uma forma ou de outra.

Sobre o comentário da integrante da equipe da Fipe sobre as linhas de ônibus na região de Jundiaí, disse que quando foi secretário na cidade a grande discussão, por isso a atratividade da EMTU, na verdade, é porque o serviço é regado por algumas linhas junto à Artesp e quem oferece os serviços em Jundiaí é a Rápido Luxo Campinas.

Disse que há uma insatisfação coletiva quanto ao serviço prestado, uma questão que tem que ser abordada nesse PDUI. Citou Jundiaí como exemplo e disse que, mesmo que venham a implantar todo esse eixo de transporte interligando estas regiões, criando uma facilidade de deslocamento e até mesmo de empregabilidade pela facilidade de deslocamento, o tempo de viagem, deslocamento é menor.

“Algumas cidades podem abastecer outras regiões com muito mais facilidade, existe a transversalidade, ou seja, sair dessa estação e chegar, por exemplo, no centro produtivo, no centro industrial, em Jundiaí, por exemplo, que não fica próxima à estação, assim como Vinhedo”, pontuou.

E reiterou ainda ser preciso um plano de integração que atenda a esses deslocamentos, caso contrário, ele deixa de ser atrativo, continua sendo o fretado mais atrativo do que a porta a porta. “As empresas até podem oferecer um fretado que vá até a estação ou trabalhar com linhas municipais que deem um pouco mais de celeridade e compense o tempo, porque o tempo não pode ser calculado só em função do transporte sobre trilhos ou só sobre ônibus na viagem do cidadão”, disse. Em resposta à questão abordada pela técnica da Fipe, disse existir projetos, que eles estão caminhando, que a integração da questão dos ônibus é o desejo de todos que trabalham com transportes, mas a equação financeira ainda não se deu por resolvida em todos os locais.

“A legislação de mobilidade permite o subsídio, e a maioria dos municípios já deve ter seus planos de mobilidade desenvolvidos”, disse. Assim, é preciso integrar, assim como o plano de mobilidade local integra o plano diretor local, e que cabe integrar agora esses planos diretores entre si, e os de mobilidade entre si, e não fazer um outro diverso, caso contrário nunca será implantado. Citou como exemplo São Paulo, porque é exatamente autonomia e autoridade do município sobre a estrutura viária.

Disse que, em síntese, essas são as questões mais relevantes. Segundo o representante da CPTM, o que falta para a integração é a definição de uma política tarifária, como trabalhar as tarifas, custos, integração com subsídios às políticas setoriais, por zona, quilométrica, o sistema sobre pneus é misto, por zona e quilométrico, é única.

“Os próprios conceitos de falar que não vamos fazer isso porque os mais humildes trabalham nas franjas das regiões metropolitanas”, disse. Para ele, cabe uma atualização desses entendimentos, até porque a Região Metropolitana de São Paulo tem uma característica, a de Campinas tem outra, a de Jundiaí tem outra, Ribeirão Preto, Sorocaba, todo esse interior também, com as suas particularidades.

Disse ainda que foram essas as suas contribuições, pediu desculpas por deixar a reunião, pois tinha outro compromisso e se colocou à disposição para o que fosse necessário.

A técnica da Fipe apontou que poderia ser usado como uma diretriz e a coordenadora técnica do projeto Fipe pediu ao representante da CPTM que aguardasse para que fossem colocadas duas questões: se essa linha citada, que é diferente da linha expressa, esse trecho de Jundiaí a Campinas, é como se fosse uma extensão do serviço de Francisco Morato a Jundiaí.

O representante da CPTM disse não chamar de extensão, que na verdade é um serviço sobre trilhos na mesma faixa de domínio atual, em que existirão trilhos para carga separados, trilhos para o trem expresso em algum trecho e, de Jundiaí a São Paulo, serão trilhos específicos, e de Jundiaí a Campinas, vai acontecer o compartilhamento do serviço expresso com o serviço metropolitano, pois o volume de paradas, a quantidade de paradas é muito pequena.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse ter entendido, que é, basicamente, manter esse serviço metropolitano, de Francisco Morato até Campinas, parando em todas as cidades, ao que o representante da CPTM concordou.

Sobre a política tarifária, ponto importante para o PDUI, especificamente, o aspecto da integração nessa questão, disse que existem duas possibilidades: ao fazer uma proposta dessa integração, sempre se olha como está a governança da questão, e nas diretrizes colocadas para o plano diretor e para a lei de parcelamento e uso e ocupação do solo, é possível dizer que parte dos ganhos imobiliários poderiam ir para um fundo que fizesse a compensação do subsídio da tarifa na versão integrada.

Disse não saber se isso é muito ou pouco, que será necessário um estudo, mas já ter a possibilidade de que parte dos ganhos imobiliários dessas cidades que se beneficiarão da integração, e mesmo dos usos de logística, uma vez que os funcionários vão se locomover para o trabalho, poderiam ser um *fundring* para subsídio da tarifa na forma de integração.

“Desse modo, há a possibilidade de colocar, não só a criação de uma Câmara Temática em que as prefeituras decidam qual será o modelo nessa possibilidade de modelo de integração e definir como vão subsidiar e qual a origem de recursos”, afirmou.

Afirmou ainda que, em termos de diretriz, é uma possibilidade para se colocar no PDUI, já constando na diretriz que a integração é fortemente dependente do modelo de integração tarifária a ser adotada, que não é o PDUI que vai dizer, mas que vai colocar como central para o modelo de integração. Perguntou se isso fazia sentido como proposta.

O representante da CPTM colocou que estão misturando o modelo francês com o modelo espanhol, mas vai ter a cara do Brasil. Disse que essa condição de buscar esses fundos, não é distante, mas é para os municípios.

Afirmou, ainda, ser uma forma de tentar trazer uma discussão sobre os subsídios porque o ganho imobiliário pode até aparecer ser maior, na oportunidade de uma outorga, por exemplo, na oportunidade de se ter um ganho direto, em uma construção, em uma melhoria física de algo no entorno, algo dessa natureza.

“É difícil qualificar, por exemplo, em uma cidade, se não for por uma operação urbana, que no caso de Jundiaí já está aprovada, a existência das operações urbanas dentro do plano diretor, ela não garante o subsídio, que é difícil trazer isso para o subsídio a ser montado, mas é preciso existir alguma forma de garantir o subsídio. É preciso trabalhar muito bem as informações dos ganhos indiretos, pois, se não é feita uma relação dessa com a integração, e o benefício é tirar carro da rua, organizar melhor o trânsito, se tem as perdas dos acidentes, as perdas econômicas, de circulação, tempo de circulação, que normalmente não é materializado ou quantificado na boca do caixa”, expôs.

Por isso, disse ser difícil materializar esses ganhos e o custo com a boca do caixa porque na boca do caixa não se faz a conta de quanto vai deixar de gastar, mas somente a conta do que se tem para gastar.

Afirmou ser preciso explorar a questão de alguma forma para manter a questão do subsídio e viabilizar a integração que não é tanto na implantação como uma outorga no ganho de obra, pois esse ganho vem para criar um outro investimento de uma facilidade, mas o subsídio...

A coordenadora técnica da Fipe disse que não estava falando sob a ótica da concessão do serviço, em cima do ganho imobiliário do IPTU mesmo. O representante da CPTM afirmou que esse ganho é difícil e não é permanente.

A coordenadora técnica da Fipe colocou que é uma decisão política, não é que seja difícil, e que prefeito não gosta de fazer isso. “O secretário municipal também não, porque ele tem as prioridades da alocação na saúde e que para ele isso não é central, mas nada impede que se diga que para viabilizar a questão da integração tarifária, da política tarifária de integração, é fundamental sob pena de não se viabilizar”, alertou.

O representante da CPTM disse que está perfeita a colocação. Segundo ele, é a dificuldade e acha que tem que ser potencializada, esclarecida, e trabalhar no sentido de viabilizar.

A título de confirmação, a coordenadora técnica da Fipe perguntou ao representante da CPTM se, nesse caso da diretriz, deve ser dito que a política tarifária integrada é um elemento determinante da integração de serviços municipais com caráter regional. O representante da CPTM disse que sim. A técnica da Fipe quis saber se essa questão entraria como um adendo da diretriz já que a diretriz da integração pressupõe três níveis de integração, sendo que esse nível da política tarifária é determinante para que haja.

A coordenadora técnica da Fipe colocou ser mais do que fundamental. “É determinante, pois sem ele não se viabiliza a operação”, disse. A técnica da Fipe perguntou se isso poderia entrar no PDUI como uma diretriz, quando se tratar dessa proposta de integração do sistema como um detalhamento. O representante da CPTM respondeu que sim.

Sobre as estações citadas pelo representante da CPTM, a técnica da Fipe disse que seria interessante indicar, por exemplo, a principal estação e seu entorno para ser uma área de interesse metropolitano, estação dessas linhas que estão se concretizando do trem intercity e do expresso, pois, dentro do plano, existem áreas de intervenção, áreas indicadas em que poderiam ocorrer as operações urbanas que transformem esse espaço, por se tratar de um espaço de caráter metropolitano.

O representante da CPTM disse acreditar que sim, mas essas propostas precisam estar articuladas ao plano diretor, caso contrário pode ocorrer um eventual conflito no primeiro momento. Ele explicou que, ao se articular com o plano diretor local, a proposta é viável.

A coordenadora técnica da Fipe lembrou que, pela lei federal, o PDUI deve indicar as áreas de interesse metropolitano e as diretrizes do macrozoneamento para que os municípios façam a revisão de seus planos diretores dentro de três anos.

“Assim, ao colocar um entorno, claro que isso vai passar por avaliação de qual o raio do entorno da estação para que seja uma área de interesse metropolitano, e que os municípios estabeleçam nos seus planos diretores os instrumentos capazes de viabilizar a questão – a operação urbana é um deles – mas é possível fazer transferência de potencial construtivo de outras regiões para essa, com o ganho imobiliário nesse adensamento do entorno”, explicou.

Disse, ainda, ser uma exigência que se faça recomendações de ajuste para os planos diretores municipais em função do ordenamento metropolitano, não dá a taxa de ocupação, que é determinada na lei de uso e ocupação do solo, não dá os parâmetros numéricos, mas chama a atenção para a revisão dos parâmetros numéricos em função dessas macrozonas e dessas diretrizes de planejamento territorial regional.

A técnica da Fipe complementou dizendo que existe essa potencialidade e que o assunto precisaria ser discutido, principalmente, com o município de Jundiaí. O representante da CPTM disse ser uma boa proposta e que tem espaço para avançar.

Sobre as considerações feitas pelo representante da CPTM sobre a região de Jundiaí, o representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos disse ser ampla o suficiente para abarcar o conjunto das demais regiões metropolitanas que serão tratadas nesta reunião. Diante disso, pediu ao colega se poderia falar especificamente sobre o status de projetos de trens para as demais regiões.

O representante da CPTM disse que há cinco anos a CPTM elaborou um plano para os trens regionais que envolvia cerca de 3.000 quilômetros dentro do estado e 100 estações, aproximadamente, que avançava por todo interior de São Paulo.

Disse que, como uma diretriz do setorial, deveria se considerar esse material, que, pelo tempo passado, pode ter sofrido revisões das avaliações, mas que não perde no sentido indicativo. Informou que o material deve estar disponível na CPTM ou na STM.

O representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos disse que o tema foi muito bem lembrado e que está disponível no site da STM, e que, caso não esteja, podem compartilhar com a equipe Fipe. O representante da CPTM agradeceu a equipe e se colocou à disposição para o que fosse necessário.

Após as considerações, a coordenadora técnica do projeto Fipe convidou os representantes da EMTU para fazerem suas colocações sobre as questões apresentadas.

O representante da EMTU cumprimentou a todos dizendo que estão ansiosos, como empresa, para assumir as várias regiões metropolitanas criadas ultimamente.

Disse que as linhas de Ribeirão Preto, criada há alguns anos, ainda não foram passadas para a EMTU, mas que certamente estão olhando para os territórios, para as regiões metropolitanas, inclusive a participação da equipe da EMTU nesta reunião não foi apenas por causa da região de Jundiaí e do Vale do Paraíba, mas também dessas novas regiões metropolitanas.

Afirmou que o intuito é melhorar e a questão da integração mencionada pelo representante da CPTM é fundamental, que é algo bastante difícil, porém, é possível, se houver desejo político e, lógico, resolvendo a questão de quem vai pagar essa integração, que necessitam entendimentos e que a EMTU estará à disposição para estudar a questão.

“Nós temos também nas outras regiões metropolitanas, nas quais já atuam, um trabalho que é muito interessante e importante para as regiões, que é o Sistema Viário de Interesse Metropolitano (SIVIM), a identificação, o catálogo das vias principais, vias que têm de alguma forma interesse metropolitano, sejam elas utilizadas pelos ônibus metropolitanos ou não, mas é um instrumento que serve, tanto para a EMTU, quanto para os municípios apontarem onde deve haver um investimento que seja factível para todos os municípios envolvidos na região metropolitana”, afirmou.

Afirmou que assim que a EMTU assumir as regiões, pretendem desenvolver um SIVIM para cada uma das regiões metropolitanas. Colocou que, do ponto de vista do planejamento estratégico, seria isso, além das pesquisas de origem e destino, outro instrumento muito importante para se conhecer os deslocamentos, o que permite traçar planos, além de ser um instrumento importante para o serviço de transporte público, fornecer subsídios importantes para as prefeituras elaborarem estudos de deslocamentos locais.

Ele colocou a EMTU à disposição das prefeituras e das regiões metropolitanas, e disse que, na medida em que assumir o papel do gerenciamento de transporte público, as equipes estarão dispostas e abertas para conversar.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se a EMTU já assumiu o Vale do Paraíba e Jundiaí. O representante da EMTU respondeu que Vale do Paraíba sim, mas Jundiaí não, e que a última que assumiram foi a região de Sorocaba.

Informou ainda existir um termo de referência de Origem-Destino (OD) pronto, mas que, por questões internas, não foi possível concretizar. Segundo ele, o termo de Sorocaba já está desenvolvido; o de Ribeirão Preto está em elaboração; para a região de Campinas, uma revisão, uma nova pesquisa OD, e para a Baixada Santista já consta do PPA.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou, a título de confirmação, se Jundiaí, Piracicaba e Franca não estavam inclusas, já que são outra região, que estão no aguardo do orçamento da EMTU. O representante da EMTU disse que Jundiaí não está.

Outra técnica da Fipe presente na reunião quis saber sobre o Vale do Paraíba e o representante da EMTU respondeu que, para o Vale do Paraíba, foi feita uma pesquisa recentemente pela STM e que já gerenciaram o serviço nessa região.

Disse que hoje a EMTU gerencia cinco regiões metropolitanas: São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba. “As regiões que faltam para que a EMTU assuma, são: Ribeirão Preto, Jundiaí, Piracicaba e Franca”, informou.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou para qual dessas regiões há previsão de orçamento para pesquisa OD e o representante da EMTU respondeu que no PPA estão previstas Campinas, Baixada Santista e Sorocaba, e, fora do PPA, já estão elaborando termo de referência para a região de Ribeirão Preto, que assim que a EMTU assumir a gestão dessa região querem ter o termo de referência pronto para a execução da pesquisa.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se a OD de carga e passageiro que foi feita em 2017 ou 2018, no âmbito do PAM-TL, se ela é útil para essa questão da integração, se é suficiente para essa possibilidade de pensar um plano de mobilidade, olhando aquelas demandas, porque é provável que, de lá para cá, a demanda deve ter diminuído pela crise econômica, de desemprego.

O representante da EMTU respondeu que, por ser macrorregional, a EMTU, institucionalmente, não atende, não cuida das linhas que passam de uma região para outra, e que hoje esse desenho está com a Artesp, que essa pesquisa é importante para suas linhas.

Revelou ainda que a EMTU usa como ferramenta de estudo, de contribuição, mas que necessitam ter um retrato da mobilidade interna às regiões metropolitanas que por enquanto é o foco de atuação da EMTU.

Disse não saber como ficará o desenho institucional, se a EMTU vai gerir também essas linhas intrarregionais já que pode ser que os serviços da EMTU passem para a Artesp, ou se transforme numa agência, e que, dependendo do formato institucional futuro, possa gerir essas linhas que estão além das regiões metropolitanas.

Uma das técnicas da Fipe presentes na reunião pediu que o representante da EMTU falasse como são oferecidas as concessões da EMTU nas regiões metropolitanas, considerando que, no Vale do Paraíba, a frequência de ônibus é muito baixa e a tarifa relativamente elevada, como por exemplo de Cruzeiro a São José dos Campos, e que existem regiões, como no Vale do Paraíba, em que o serviço já existe e que há reclamação relacionada a integração, horários e, principalmente, preço das tarifas. “Existem regiões que estão esperando a atuação da EMTU, como Ribeirão Preto, por exemplo”, disse.

O representante da EMTU respondeu que os serviços prestados pela EMTU como gerenciadora, são no geral de excelência quando comparados com outros gerenciamentos que são realizados, quando se fala de fiscalização, ela é intensa nas linhas e nos ônibus. Disse que todos os ônibus são verificados por equipes que vão nas garagens e checam cerca de 400 itens em cada um dos veículos.

Afirmou ainda que a fiscalização é feita à noite e que um veículo, ao apresentar algum problema, só é liberado após os reparos necessários. Colocou que, além dos veículos da frota regular do sistema seletivo e comum, são feitas vistorias na frota do fretamento, e que esse é um diferencial dos serviços da EMTU, quando assume uma região metropolitana.

Sobre a questão da concessão, disse que, quando a EMTU assume uma região metropolitana, ainda não existe uma concessão daquele sistema, como por exemplo Sorocaba e Vale do Paraíba, que ainda não têm uma concessão regendo os serviços.

Disse que, embora os serviços de fiscalização e inspeção da EMTU sejam os mesmos para uma concessão ou para uma permissão, a concessão é um instrumento legal mais forte, pois oferece condições de exigir e cobrar mais das operadoras.

“Assim, somente quando se consegue colocar uma concessão em pé em uma região, como no caso do Vale do Paraíba, é que haverá um instrumento legal, mais preciso, mais contundente para a melhoria dos serviços, até porque não é simplesmente mudar de permissão para concessão, a regra de concessão é mais apertada”, ponderou.

A técnica Fipe perguntou então se hoje é permissão no Vale do Paraíba, ao que o representante da EMTU respondeu que sim e explicou que existe a previsão de que uma das metas internas do plano de negócios, na estratégia longo prazo da EMTU, de fazer a concessão das regiões de Sorocaba e Vale do Paraíba ainda este ano.

Enfatizou, também, que é uma previsão e que não pode afirmar quando vai sair dessa concessão. Em relação à região de São Paulo, disse que ficaram mais de 15 anos tentando fazer a concessão da área 5-essa região é dividida em cinco áreas –, e que, para surpresa de todos, essa concessão saiu no ano passado, uma manobra inteligente com participação da EMTU e da STM, que trabalhou nesse sentido, e que também estão desenvolvendo a parte da concessão do Vale do Paraíba e de Sorocaba. A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se Campinas está concedido e o representante da EMTU respondeu que estão concedidas Campinas, Baixada Santista e São Paulo. “São três regiões concedidas, sendo uma delas dividida em 5 concessões, faltando apenas

duas para concessão, e que, tão logo assumam as demais regiões, iniciarão um processo, mas que antes é necessário contatar as empresas, verificar quais são as linhas, verificar todas as documentações, para depois iniciar os trâmites para efetivar a concessão”, disse.

A técnica da Fipe perguntou se na permissão a atuação da EMTU é mais limitada e ele afirmou que sim, pois não se tem um instrumento legal. Citou como exemplo um trabalho desenvolvido junto com a Agência Nacional de Transportes Públicos (ANTP) para fazer o monitoramento relativo aos resíduos produzidos nas garagens das empresas, como o tipo de resíduo, como é o descarte, as emissões, consumo de energia, tratamento de água, esgoto, dentre outros.

“O controle desses dados pela EMTU só é possível por meio de um instrumento de concessão, e não por instrumento de permissão”, explicou, e acrescentou ainda que existe no instrumento de concessão ferramentas de controle, inclusive, para melhoria de serviços ligados à área ambiental – quer a população enxergue ou não.

Em relação à questão da frequência do transporte no Vale do Paraíba, disse que não é ideal, não se consegue pegar um ônibus a cada 15 minutos e que cada região metropolitana tem uma característica de deslocamento, de conurbação, que exige que se façam estudos e análises específicas.

“A região do Vale do Paraíba é uma região muito grande e não tão adensada, que é uma outra questão, pois a EMTU não poderia exigir, por exemplo, partidas a cada meia hora de cada um dos municípios para cada um dos outros destinos porque o sistema não se pagaria nunca, seria necessário ter uma tarifa muito alta, porque os ônibus acabariam fazendo viagens com muito poucas pessoas, esses passageiros não pagariam a viagem e, lógico, não podemos quebrar a empresa, até porque a EMTU não tem o subsídio das viagens, elas são pagas com a tarifa dos usuários”, descreveu.

Disse ainda que tem condições de verificar a saúde financeira não só das empresas, mas de linha por linha, e saber quais são as linhas deficitárias e quais não são, e a EMTU procura fazer um equilíbrio, dentro de uma empresa ou de uma região, onde as linhas que são superavitárias pagam a diferença das linhas que não se pagam, para que o operador acabe operando linhas que não dão lucro, a fim de manter um certo padrão de serviços por meio daquelas linhas que têm uma lucratividade mais alta.

A técnica da Fipe colocou que, no caso de São Paulo, tem tarifas diferenciadas de ônibus diferenciados e perguntou se isso não acontece nas outras regiões, se tem um tipo só de veículo.

O técnico da EMTU respondeu que não, e explicou que dentro do transporte regular existem dois serviços: o comum e o seletivo, sendo o comum aquele ônibus mais parecido com o ônibus da ligação municipal, e o seletivo tem um nível de conforto um pouco maior.

“Em São Paulo, existem algumas outras qualificações, que seria o serviço aeroporto, o serviço por aplicativo da Metra chamado UBUs na região do ABC, cuja tarifa é mais alta. Isso existe em São Paulo, até porque tem a característica da região que permite esse adensamento”, ressaltou.

Disse ainda que em regiões metropolitanas que possuem linhas muito longas, como na Baixada Santista, onde existem linhas de 90 km e não se consegue fazer com que o usuário que se desloca entre São Vicente e Santos pague o mesmo que um passageiro que vá de Peruíbe até Santos porque não é possível cobrar o mesmo valor já que seria injusto.

Afirmou que, para isso, existem os seccionamentos tarifários, em que nas linhas muito grandes e, principalmente, aquelas pendulares, os passageiros embarcam no ponto inicial e desembarcam no ponto final. “Pelo sistema de transporte é o pior tipo de serviço sob o aspecto da rentabilidade. Quanto mais a linha tem um sobe-desce, melhor o aproveitamento dos ônibus, são linhas mais rentáveis”, explicou.

Disse ainda que a característica de muitas das regiões metropolitanas mais distantes de São Paulo, como é o caso do Vale do Paraíba, é a de pendularidade, então o índice de linhas deficitárias é muito maior, daí uma tarifa maior, porque precisa cobrir uma longa distância e a tarifa precisa pagar todo o combustível, os motoristas, os cobradores, quando tem.

A técnica da Fipe perguntou se ele compete também com ônibus intermunicipal, o ônibus de linha, como por exemplo São José dos Campos-Jacareí em que a EMTU deve ter o permissionário fazendo, mas deve ter também uma empresa de uma outra empresa intermunicipal que faz essa mesma linha.

O representante da EMTU disse que não porque dentro das regiões metropolitanas todas as ligações que são feitas entre municípios internos são controladas e gerenciadas pela EMTU.

“O que a EMTU não controla seria, por exemplo, ônibus que sai de São Paulo até São José ou até Jacareí, pois está passando de uma região para outra, e quem gerencia isso é a Artesp”, explicou.

Disse ainda não existir esse tipo de concorrência com linhas intermunicipais dentro de uma região metropolitana. “Em suma, dentro de uma região metropolitana, as linhas intermunicipais são da EMTU”, enfatizou.

A título de confirmação, a coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se o que era da Artesp antigamente, nas regiões em que a EMTU opera, passou tudo para EMTU.

“Em relação ao subsídio cruzado entre as linhas deficitárias e as linhas superavitárias, mencionadas, perguntou se a permissão é para uma única empresa ou são várias, porque deve ser complexo fazer isso com empresas diferentes”, disse.

O representante da EMTU respondeu que fazem isso dentro de uma concessão. “No caso da permissão, fazemos esse confronto dentro de uma empresa operadora, e no caso de uma concessão, fazemos dentro da concessão e que a concessão normalmente é composta de vários operadores, e entre esses operadores, e lógico, os operadores, os donos das empresas também querem que as suas linhas tenham equilíbrio, assim a EMTU também faz essa divisão”, detalhou.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse que entendeu esse subsídio cruzado, mas que sua questão estava exatamente na permissão. “Por exemplo, existe uma permissão que opera cinco linhas, sendo uma rentável, e entre elas se faz uma compensação, que é isso que a EMTU fiscaliza. Em outro exemplo, se duas permissões diversas, A e B, com cinco linhas cada, sendo que a permissão A possui duas linhas rentáveis, a compensação de A não entra na permissão B”, expôs.

O representante da EMTU respondeu que não, e a coordenadora técnica do projeto Fipe disse que, na questão colocada pela técnica da Fipe, ela provavelmente só se resolverá com a concessão, pois a operação para melhoria do serviço só será possível se tiver uma concessão, porque dada a intensidade de carregamento muito baixa no Vale do Paraíba, se não vai aumentar a frequência e, portanto, a oferta da melhoria do serviço, porque se não vai ser muito mais deficitário, e talvez

nem essa linha, que compense as outras, pode se viabilizar. A técnica da Fipe agradeceu os esclarecimentos e o representante da EMTU disse que ficaria à disposição.

A coordenadora técnica do projeto Fipe pediu que um técnico da Fipe fizesse suas considerações sobre Ribeirão Preto e Franca.

O técnico da Fipe cumprimentou a todos e disse que parte considerável das dúvidas sobre essas duas regiões foram respondidas, e que iria apresentar algumas demandas de Ribeirão Preto e de Franca, que são parecidas com o que está acontecendo nas outras regiões.

Apresentou algumas propostas recebidas da sociedade civil e do poder público e disse que gostaria de saber se elas têm aderência às políticas públicas e os serviços oferecidos pela STM, EMTU e CPTM.

Destacou que surgiram várias demandas a respeito do transporte intermunicipal, cerca de 70% das propostas aprovadas se referem à melhoria no serviço do transporte intermunicipal coletivo, pela estruturação do serviço em nível metropolitano e cobranças pelo funcionamento da EMTU na região de Ribeirão Preto em especial.

Em relação à região de Franca, apresentou três propostas, quais sejam, a criação de um plano de transporte regional a fim de atender as demandas, principalmente dos municípios de menor porte ou carentes do transporte intermunicipal.

“Nessa região existem vários municípios que não têm esse tipo de transporte”, disse. Destacou ainda que em Ribeirão isso ocorre em menor intensidade já que a maioria dos municípios tem os serviços de transporte municipal e intermunicipal, e a maior cobrança em Ribeirão Preto é pela questão do trânsito e da estruturação do transporte metropolitano.

Para ilustrar, apresentou um mapa de mobilidade e acessibilidade regional. Disse que o mapa foi feito com base nos dados da pesquisa do IBGE feita nos municípios. Diante das demandas, perguntou se existe algum levantamento da STM que avaliasse as deficiências na oferta de transporte público na Aglomeração Urbana de Franca e na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Outra questão colocada foi sobre a pesquisa Origem e Destino, mencionada nesta região, em que já existe um termo de referência para Ribeirão Preto, e perguntou se existe alguma discussão em andamento para a Aglomeração Urbana de Franca, quais seriam as fontes de financiamento dessa pesquisa OD, como se daria, como tem sido feita nas outras regiões, como Sorocaba, por exemplo.

Uma outra dúvida diz respeito à questão da integração tarifária do municipal e intermunicipal, com eventual operação da EMTU nessas regiões. Outra questão se refere às demandas de Franca para o transporte de estudantes universitários, se existe algum serviço ou algum tipo de cooperação para oferta desse serviço, se existe a possibilidade de um diálogo para viabilizar ou melhorar esse serviço aos estudantes da região, e quais seriam as possíveis fontes de financiamento.

A coordenadora técnica do projeto Fipe reforçou as considerações apresentadas pelo técnico e acrescentou que, no caso de Franca, especialmente, mas que também ocorre em Piracicaba e Ribeirão Preto, as universidades, em especial as privadas, estão muito na entrada dessas grandes cidades, e os prefeitos estão disponibilizando transporte para esses universitários.

Disse que essas demandas vieram tanto da sociedade civil como dos prefeitos, mas o PDUI não resolve essa questão porque a política de transporte metropolitano que, a partir de uma OD, vai conseguir pensar o que é adequado para determinada região.

Afirmou, ainda, que foram apresentadas algumas demandas para que os representantes presentes tenham uma visão dessas demandas que apareceram nas oficinas regionais e nas audiências públicas e que a reunião tinha como um dos objetivos dar um retorno para os parceiros setoriais.

Disse ainda que a questão central apresentada pelo técnico da Fipe é que a previsão nas diretrizes do PDUI de uma pesquisa OD é fundamental para pensar um plano de mobilidade, contribui no momento da discussão do orçamento do estado.

Afirmou ainda que, segundo a Secretaria de Logística e Transporte, as concessões feitas das SPs são revistas a cada quatro anos e uma das demandas diz respeito ao prolongamento de uma estrada de São Joaquim da Barra, em que parte é concedida e parte não.

“Para o equilíbrio da rede de cidades, São Joaquim da Barra ser um subcentro é importante do ponto de vista do ordenamento territorial. O fato de ter uma SP que faz a ligação dele com Franca e a possibilidade de duplicação seria outra, mas para saber se existe demanda, uma OD é necessária”, disse.

Acrescentou que a sugestão da SLT é que, na revisão dos contratos de concessão, se fizesse uma pesquisa OD mais ampla para avaliação da duplicação que será colocada na diretriz.

“As duas secretarias se unirem nesses contratos de concessão de estradas SP para pensar uma OD de carga e passageiro, em que a de carga atenda às concessionárias já contratadas e que ajude a financiar passageiro e transporte público. Eu só estou dando aqui coisas que nós acertamos com a Secretaria de Logística e Transporte. Propostas, inclusive por eles, não por nós. A gente só levou o problema e ele sugeriu, então, que a gente colocasse. Essas foram as sugestões da SLT”, acrescentou.

O representante da EMTU colocou que a pesquisa OD é fundamental antes de qualquer proposta para conhecer os deslocamentos. Disse que a EMTU tem algumas propostas em algumas regiões de se construir sistemas estruturadores, como na região de São José, em que desenvolveu um trabalho de melhoria do eixo entre Jacareí e São José, ligando à Pindamonhangaba, em que se concentram as maiores ligações na região.

“Com relação à Franca e Ribeirão Preto, percebeu-se que as demandas das regiões metropolitanas são a atuação da EMTU”, disse.

Com relação à questão das universidades, disse que também tiveram solicitações da Universidade Federal da região do ABC para criação de linhas, questões envolvendo interesses do município em relação a essas linhas, interesse da universidade e certo desinteresse dos operadores metropolitanos em função daquilo que mencionou sobre serem linhas não rentáveis e que, por estes motivos, é importante que se pense numa forma ou faça alguma proposição para ter algum tipo de subsídio, alguma fonte de financiamento que seja externa, pois a lei não prevê que o governo pague pelo transporte, mas que a questão deve ser aprofundada.

Citou o LIGADO, serviço prestado pela EMTU que faz a ligação entre alunos com necessidades especiais de porta em porta, ou seja, de casa à terapia ou centro educacional e que acaba sendo estendido para essas novas regiões.

Explicou que a EMTU recebe um repasse por meio da Secretaria da Educação, e que nada é cobrado dos usuários, mas tem que ser mantido esse tipo de serviço. “No caso de uma universidade, seja federal, estadual ou mesmo privada, poderia haver algum mecanismo nesse sentido, quer seja com

outra Secretaria, ou de um financiamento externo, pensar, por exemplo, no uso das redes sociais para divulgação, no marketing, a fim de chamar a atenção de fontes de financiamento alternativas”, disse.

A técnica da Fipe apresentou algumas questões que foram discutidas no GT de Transporte e Logística, mas que gostaria de ouvir as considerações do grupo da STM, EMTU e CPTM.

Em relação à área de transporte e sistema viário, a primeira questão apresentada diz respeito ao Corredor Verde Metropolitano de Transporte-VLP, que segue junto com a faixa da linha de transmissão marginal à Rodovia Dutra, e que será implantado entre Jacareí a Aparecida. Perguntou se esta seria uma proposta alinhada com as diretrizes do estado ou até mesmo com o PAM-TL.

A segunda questão apresentada disse respeito ao Centro Regional de Logística, como previsto no PAM, no entroncamento das rodovias Carvalho Pinto e Tamoios, conectado ao aeroporto de São José dos Campos e ao ramal ferroviário de carga, e da mesma forma perguntou se a questão está alinhada com as diretrizes de planejamento do estado.

Sobre o trem regional, citou o novo marco das ferrovias e indagou se de alguma maneira esse projeto pode contribuir para sua implantação ou se há alguma articulação, algum planejamento de fomento às ferrovias, em especial na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Sobre a proposta de segregação de cargas pela MRS, perguntou se já houve renovação da concessão.

Em relação à mitigação de conflitos entre o tráfego rodoviário e o tráfego local, especificamente do Litoral Norte, Caraguatatuba, Piquete e Vale do Paraíba, quis saber se existe algum planejamento pelo estado, nos moldes do contorno da Tamoios-Caraguatatuba. “A questão pode ser incluída como uma proposta no PDUI da região?”, questionou.

Falou sobre a proposta de corredores de transporte para atender as demandas da atividade turística para melhoria de trânsito, de transporte de interesse coletivo, como diretriz para ônibus, veículos de transporte de mercadorias e serviços. Perguntou se existe a ideia de ordenar os corredores de transporte de acordo com a finalidade e se existe alguma estratégia de ordenamento do tráfego de turismo, como o corredor cidadão de transporte, para amenizar ou ordenar o tráfego intenso na alta temporada para o litoral e, também, na Rota da Fé, do turismo religioso, que também tem uma série de mitigações necessárias, a fim de evitar acidentes na alta temporada de trânsito intenso.

Questionou também se existe alguma diretriz ou iniciativa por parte do governo do estado relativo ao uso da tecnologia no âmbito das cidades inteligentes nas rodovias, sistema de transporte, iluminação pública, materiais alternativos aos produtos derivados de combustíveis fósseis, e se é possível incluir como diretriz de mitigação ambiental.

Sobre o hub de ligação de veículos, perguntou como colocar a integração desse sistema que atenda o Vale como um todo como diretriz do PDUI a fim de fazer algo intermodal, ter ônibus para o litoral especificamente, que aumente na alta temporada, que se tenha acesso a ônibus direto para os equipamentos do Vale da Fé, como Rota Fácil, Sem Parar, se existe previsão de integração de modais, incluindo, além da ferrovia e rodoviária, mas também ciclovias.

Perguntou, ainda, se há previsão de linhas que atendam às pequenas cidades, cidades mais distantes, como Cunha e Natividade da Serra, que trouxeram essa dificuldade e os desafios de locomoção metropolitana, além da questão de terem ônibus mais confortáveis e acessíveis às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Quis saber, também, se existe previsão de colocar ônibus alternativos abertos no litoral no período de temporada ou se há previsão de instalação de empreendimentos remunerados nas paradas para criar centralidades e evitar o mercado informal de rua.

Finalizou suas considerações dizendo que foram estas as questões levantadas nas audiências públicas e nas propostas recebidas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse que essas questões são para a EMTU e a STM, e que algumas questões relativas ao trem foram esclarecidas pelo representante da CPTM.

O representante da EMTU disse que, como são muitas questões interessantes, se sentiria mais confortável se pudesse ler e estudar com mais calma para poder dar as respostas.

A coordenadora técnica do projeto Fipe colocou que, assim como trataram com a SIMA, a equipe pode enviar o material com as demandas do Vale do Paraíba para que a STM e a EMTU pudessem estudar com mais detalhes. Contudo, devido ao prazo de entrega das propostas estruturadas para a SDR, teriam que dar uma devolutiva do que é pertinente, do que pode ser uma diretriz até o dia 4 de abril.

Destacou que não precisariam responder tudo agora, mas que uma questão importante para a equipe diz respeito ao corredor verde, que é a continuidade porque existe a perspectiva de segregar o trânsito metropolitano da Dutra, cuja concessão revista agora, é federal, e nem podem pensar marginal para BRT, não tem espaço, mas que estão usando como ponto de partida do corredor que foi estruturado pela prefeitura de São José dos Campos, sendo um interesse que as demais prefeituras avaliassem, inclusive todo de desapropriação poderia ficar a cargo das prefeituras, nos mesmos moldes de São José: sobre as dívidas do IPTU.

Diante disso, perguntou se faz sentido gravar essa área como área de interesse metropolitano, lembrando que, no PDUI, esse tipo de área exige um projeto em que as regras são colocadas a posteriori, e o fato de se gravar essa área implica que, para as prefeituras licenciarem empreendimentos, devem consultar as demais prefeituras.

“Então, é quase que uma reserva ou uma antecipação de reserva para que se viabilize no futuro algo nessa perspectiva de corredor de transporte metropolitano”, disse.

Sobre a questão de linhas para o turismo, o representante da EMTU disse que há muitos anos a EMTU fez um trabalho relacionado a linhas turísticas na Baixada Santista, trabalho que também foi pensado para São Paulo, relacionado a algumas linhas turísticas com circuitos que abrangessem, por exemplo, o Museu do Ipiranga, Embu das Artes, região do ABC e Paranaíacaba, com formato de pagamento diferenciado.

Disse ser interessante pensar nessa questão de um atendimento turístico, tanto para a área do planalto, quanto para a área do litoral da região. Com relação ao corredor verde metropolitano, da faixa de linha de transmissão marginal à rodovia, falou rapidamente sobre o projeto da EMTU, chamado de Trivale, que liga Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Tremembé e Pin-damonhangaba, cuja ligação não usava o eixo da Dutra.

Disse que a ideia era justamente tirar da Dutra, em especial de Jacareí até São José dos Campos, por uma questão de segurança, ou seja, passar os passageiros por uma área interna do município, desenvolvendo urbanisticamente essa área interna, melhorando o viário.

Colocou que o atendimento à rodovia precisaria continuar, até porque existem inúmeras universidades, indústrias e empregos ao longo da rodovia Dutra, mas que a maior parte de ligações, as das pessoas, seria feita internamente ao município, e que a proposta desse corredor verde é justamente, pelo que entendeu, voltar para as margens da Dutra, o que não vem ao encontro do projeto da EMTU e teriam que repensar essa ligação.

Com relação ao VLP, disse que sistemas estruturadores necessitam de uma demanda razoável para que o sistema se pague. Na identificação do trecho Jacareí-São José dos Campos, sugeriram que fosse feito em BRT, embora soubessem que a demanda existente hoje não seria suficiente para esse sistema, mas que a aposta era fazer um sistema estruturado de primeira qualidade para atrair pessoas, o desenvolvimento regional no entorno desse eixo, e que ao longo do tempo ter a demanda necessária para manter o sistema.

Disse acreditar que essa proposta do VLP é nessa linha do BRT, e que também precisam pensar em algo que agregue valor e que tenha uma demanda que hoje provavelmente não existe em todo o eixo da Dutra, ou pelo menos no eixo principal da Dutra.

Afirmou que uma característica da região do Vale identificada pela pesquisa OD é a de ter uma única centralidade, que até foi proposital que a região não se chamasse Região de São José dos Campos, mas sim Região do Vale, porque São José, embora seja talvez o maior município, não é o principal polo de atração, ele divide a região entre mais de um polo, e que esses polos estão ao longo do eixo da Dutra.

Por este motivo, disse que vale a pena se aprofundar antes de tratar da questão do transporte, mas que antes é necessário ter um plano para o desenvolvimento regional e depois definir qual tipo de transporte é mais adequado, lembrando que, no caso do Trivale, tiveram longas conversas com Jacareí e São José, em que Jacareí dava apoio e São José era contra, pois tinha outro plano.

“Na mudança de gestão das prefeituras, o cenário mudou, Jacareí tem reservas e São José os chamou para melhorar ou compartilhar o projeto, mas que a questão não foi adiante”, revelou.

Disse que é uma boa hora para repensar o projeto e que tão logo receba o material da equipe Fipe, fará uma leitura mais acurada e dará uma devolutiva à equipe.

Sobre o VLP, a técnica da Fipe disse que o projeto era caro, muito difícil devido aos trilhos e surgiu essa proposta do BRT, que também não foi adiante. “Retomaram o projeto do VLP, feito na prefeitura de São José dos Campos em 2003, com uma linha chegando até Aparecida, com o objetivo de tentar resolver o problema da grande quantidade de ônibus parados ou quebrados na Dutra, o que traz um risco à população, e dinamizar a questão turística na região, pois hoje os turistas do caminho da fé chegam pelo aeroporto de São José dos Campos e pegam os ônibus para Aparecida, Guaratinguetá, Frei Galvão, Cachoeira Paulista e Canção Nova”, ponderou.

Falou ainda sobre a incorporação, nesse corredor verde, de uma faixa para ciclovia para essa rota da fé, com vistas a retirar os romeiros da Dutra devido aos acidentes e diminuir o trajeto. A ideia era segregá-los e fazer algo sustentável para levar até Aparecida.

Disse que é uma marginal e que os municípios podem usar o IPTU nos moldes de São José. “É um projeto possível de se pensar que está sendo colocado na concessão”, afirmou, e acrescentou achar que a tendência é de gerar demanda, não só para Aparecida, como para outros locais.

Ficou de enviar todo o material do projeto para que o representante da EMTU pudesse estudá-lo e quem sabe conseguissem colocar a questão como diretriz no PDUI.

Uma técnica da Fipe questionou a outra técnica se a ideia é que Jacareí e São José dos Campos dividam o custo dessa linha e ela respondeu que hoje a linha sai de São José muito próximo da divisa de Jacareí, pega toda a área do campo, que é uma área de baixa renda, mas que já estava bastante organizada e bastante adensada, e vai até a zona leste de São José. “Jacareí não entrou, pois é questão de transporte intermunicipal, que é tratado pela EMTU”, explicou. Disse ainda que algumas cidades podem executar com recursos próprios e outras não têm.

O representante da STM cumprimentou a todos, falou da satisfação de encontrar tanta gente conhecida e que está nesse projeto, “o que é uma garantia, uma segurança da mesma qualidade que tiveram no PDUI da Região Metropolitana de São Paulo, com a expertise e o conhecimento adquirido para este trabalho”, disse.

Relembrou que, como foi mencionado no início da reunião, o PDUI tem a característica de ser um documento que alinha um conjunto de macro diretrizes, ou seja, ele tem de fato uma visão de uma proposição mais estratégica de linhas mestras que oriente um conjunto de outros instrumentos que vão se desdobrar.

Disse que na apresentação foi bastante explorado pelos representantes da CPTM e da EMTU projetos específicos que a STM tem desenvolvido ou estruturado, e alguns que surgiram e que talvez ainda não estejam amadurecidos o suficiente para que possam dar uma resposta no momento, mas que esse encaminhamento proposto pela coordenadora técnica do projeto Fipe os atende, que a expectativa para a reunião era conhecer as demandas que foram recolhidas durante as audiências públicas para que pudessem internalizar nesses outros instrumentos que a STM tem que são os programas, PPAs. Disse que, no próximo ano, iniciam o PPA 2024-2027 e que, certamente, este conteúdo será um insumo bastante rico.

Afirmou ainda entender que essa fase de refinamento das propostas e o alinhamento com as políticas setoriais poderão fazer nesse tempo exíguo e que no que diz respeito a esse conjunto de macro diretrizes que foi enumerado no início das apresentações, disse parecer pouco provável que alguém vá divergir desse conjunto de macro diretrizes que aparecem sempre, como “buscar uma integração fortalecida, assegurar a sustentabilidade, ter uma governança integrada nessas regiões, promover mobilidade e desenvolvimento regional”.

Disse que, no conjunto dessas macro diretrizes, não há como divergir e não achava que houvesse barreira da parte da STM, de que isso apareça no plano como diretrizes que devam orientar um documento. Reforçou a questão da integração, que é o problema que historicamente se enfrenta em São Paulo: a dificuldade de equacionamento da integração tarifária, que passa pela questão de tecnologia para viabilizar essa integração tarifária, assim como passa pela questão de como bancar custos, como assegurar subsídios, com indicação de eventuais fontes, de eventuais mecanismos de compensação.

Com relação aos projetos da STM para as diversas regiões, disse que a EMTU tem mais detalhadamente alguns deles, como foi exposto, e sobre a questão dos trilhos, reiterou a referência feita sobre o estudo dos trens regionais. “É um estudo já com alguma idade, não é tão atualizado, mas é a referência que teria para pelo menos ser um referencial para eventual consulta”, reiterou.

No que diz respeito a uma colocação feita sobre qual o plano da STM para auxiliar os municípios, informou que, no portfólio de projetos previstos, assim como estão realizando o PITU 2020-2040, para a Região Metropolitana de São Paulo, é também atualizar o PITU da Região Metropolitana de Campinas e realizar os PITUs das demais regiões metropolitanas.

Disse que, para este ano, inclusive, já tinham um recurso previsto para iniciar, simultaneamente, o PITU de São Paulo e o de Campinas, contudo, a pré-condição para esse trabalho são as ODs, insumos básicos, quer para toda análise, quer para simulações que deveriam ser feitas, como bem colocado pela EMTU, sobre a necessidade de que essas ODs sejam realizadas para as diversas regiões metropolitanas.

Explicou que a OD é uma pré-condição para que avancem com o PITU. Diante do exposto, disse que a STM tem planos, projetos e previsão no PPA de que possam realizar os PITUs para as demais regiões, como estão fazendo para São Paulo.

Chamou a atenção para a felicidade do representante da EMTU quando a equipe do PDUI trouxe as demandas pelo papel que a EMTU tem nas diversas regiões. “Fica claro ao ver uma exposição do domínio que a EMTU tem sobre esse assunto, do risco ou da perda que é não ter esse ator, de fato atuando nas regiões, e que essa demanda que os municípios expressam deixa muito bem delineado pela excelência do trabalho prestado”, disse.

Como depoimento pessoal sobre a apresentação de Ribeirão Preto, disse que sua cidade, Cássia dos Coqueiros, é uma daquelas que não tem absolutamente nada de serviço e pediu licença para fazer uma correção no slide, em que o município aparece com a legenda verde, que, pelo que entendeu, significa que tem algum tipo de serviço, mas não tem nenhum, é uma cidade minúscula.

Disse que exemplificava porque esse mecanismo citado de compensação de uma linha deficitária por uma linha superavitária é o tipo da coisa que poderia ser aplicada em Cássia dos Coqueiros, mas efetivamente não é. Disse que chegou a fazer gestões em apoio ao prefeito no sentido de conseguir reverter a questão, mas simplesmente não há mecanismo, não há uma pré-disposição do operador para assumir esse tipo de coisa, que, de fato, deve ser mesmo uma linha deficitária, porque, como não é o único município, tem outros tantos, mas de qualquer forma, é um problema que certamente existe.

Reiterou que, recebendo esse material, além das contribuições todas que já foram feitas durante a própria reunião, poderão complementá-las, e dizer que o PDUI dessas regiões é visto com muita expectativa, para usar como insumo básico do PITU, que vão realizar em algum momento. Reforçou a importância desse plano como subsídio fundamental para que possam utilizar como uma base sólida e consistente. Parabenizou a todos pela qualidade do trabalho.

A coordenadora técnica do projeto Fipe agradeceu a equipe da ST e as instituições afiliadas que participaram da reunião para colaborar com a construção do PDUI. Quanto aos materiais, disse que concentrará o envio para os representantes da EMTU e da Secretaria Estadual de Transportes para que conheçam, ainda que não sejam todas absorvidas no PDUI, porque não serão já que muitas foram rejeitadas, pois fogem do escopo do PDUI, e uma das justificativas é que isso é competência da política setorial e, portanto, é o setorial que tem que definir.

Sobre as questões do Vale do Paraíba, ficaram de ser respondidas com mais atenção pelo representante da EMTU e dar um retorno até o dia 4 de abril para que possam finalizar a estruturação da proposta já com a análise crítica do setorial.

Reforçou ainda que o representante da EMTU, em sua análise, pode orientar qual proposta está mais para diretriz, se algo é ação e o melhor é não colocar, porque tudo o que compromete, melhor não colocar, mas tudo que preserva a possibilidade de acontecer no futuro deve ser colocado, até para salvaguardar projetos futuros, incluindo o que foi dito pelo representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos sobre os projetos da STM e que gostariam que fossem colocados como diretriz dentro do PDUI, para já reforçar que essa foi uma discussão feita, não só com Transporte e Logística, como com a SIMA, e que farão com a Habitação na próxima segunda-feira, assim já carregam no PDUI alguns temas a serem assumidos por diferentes planos do governo. O representante da EMTU colocou que nem todas as questões listadas a EMTU tem condições de responder, que existem questões que não cabem à EMTU e que vai pontuar qual delas.

A coordenadora técnica do projeto Fipe colocou que as questões preparadas são para o Transporte Metropolitano, que tem questões para a EMTU, e questões que poderão ser para a CPTM, e que ele terá condições de dizer, para as questões que claramente não são de competência da EMTU, se a área de planejamento da STM tem alguma avaliação ou proposição.

O representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos disse que, assim como mencionado, parece que talvez tenha questões da própria logística, que, de qualquer forma, imagina, que como tiveram reunião com a Logística, eles também devem estar fazendo a avaliação desse material.

A coordenadora técnica do projeto Fipe respondeu que sim e revelou que estava enviando o material faltante de uma das regiões.

O representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos perguntou se ainda tinha mais alguma questão, pois teria que se ausentar para um compromisso.

Sobre a pesquisa OD da Região Metropolitana do Vale do Paraíba de 2015, que não abrangeu São José dos Campos, a técnica da Fipe perguntou se é recente e o representante da EMTU respondeu que a OD de 2015, feita pela STM, realmente não incluiu os dados recentes de São José dos Campos, porque já haviam feito a pesquisa interna.

Então, foi feita uma adaptação do banco de dados da cidade com a pesquisa metropolitana, o que não é o ideal, mas acabou tendo resultados conflitantes, e quando pegaram, foram feitas as atualizações. Disse que o ideal é fazer uma pesquisa OD a cada 10 anos, mas não há equipe suficiente para coordenar todas essas pesquisas.

Disse que foi feito um cronograma de atualização das pesquisas e constatou-se que existem três regiões na fila, que São José dos Campos ainda não foi colocado, não foi mencionado no PPA de 2023, porque não estava no radar dos 10 anos, mas que, à medida em que avançam, provavelmente, ficará para o próximo PPA e que deverão ter recursos para tanto.

Não havendo mais questões a serem colocadas, a coordenadora técnica do projeto Fipe encerrou a reunião, agradecendo aos representantes da STM, EMTU e CPTM e se comprometendo a enviar todo o material para a análise técnica.

GT – Habitação

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Habitação, que aconteceu no dia 28 de março de 2022

Participantes setoriais:

Superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU
Gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU
Gerência de Pesquisa Habitacional (técnica)/CDHU
Gerência de Pesquisa Habitacional (técnica)/CDHU

Abertura:

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR agradeceu a parceria e explicou que a equipe da Fipe havia finalizado a etapa de recebimento e de análise das propostas vindas do poder público e da sociedade civil, cuja devolutiva foi encaminhada nas reuniões das Câmaras Temáticas.

Disse que o processo participativo foi um sucesso, com a participação de mais de 1.500 pessoas, inclusive prefeitos, além de secretários municipais, deputados, técnicos e sociedade civil, nas oficinas regionais, audiências públicas e grupos de trabalho.

Acrescentou que o objetivo da reunião é apresentar as dúvidas que resultaram do trabalho de análise do conjunto das propostas recebidas, e captar as sugestões da equipe técnica da Habitação para o **Caderno Final de Propostas**.

A apresentação em PowerPoint está disponível para consulta na plataforma digital do PDUI: <https://pdui.sp.gov.br/>

A apresentação foi iniciada com as questões levantadas para as regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba.

A coordenadora do PDUI das RMs de Jundiaí e de Piracicaba-Fipe disse que a técnica da Fipe faria a apresentação, mostrando a estrutura do plano e onde se encaixam as questões relativas a habitação, e que, se for necessário, é possível abordar algum detalhe.

A técnica começou sua apresentação contextualizando as propostas do PDUI, que estão sendo agrupadas em dois itens principais: um é o ordenamento territorial e o outro são as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPCIs).

Explicou que, dentro do ordenamento territorial, existem três níveis de aproximação de território. “Tem as macrozonas, que vão dar as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo, que contemplam o território inteiro de cada unidade regional, com as estratégias para ação metropolitana, que por sua vez vão focar em espaços mais específicos-que contemplam dados mais dinâmicos referentes a cada setorial-e tem, ainda, as áreas de interesse metropolitano, que são pontos específicos para os quais serão propostos projetos específicos, como instrumentos urbanísticos especiais”, afirmou.

Explicou que, no caso dos PDUIs de Piracicaba e Jundiaí, estão sendo propostas três macrozonas: urbana, ambiental e rural ou de uso sustentável, dependendo da região. Para as estratégias para

ação metropolitana, estão sendo propostas: uma para gestão de riscos, outra para enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional, uma para rotas turísticas, para mobilidade regional, e outra para áreas verdes e áreas protegidas que não estão sendo contempladas na macrozona ambiental.

“Nessa última, são referidas as áreas ambientais que hoje já têm lei. Nas Funções Públicas de Interesse Comum tem quatro grandes grupos: planejamento territorial e uso do solo/habitação; desenvolvimento econômico e atendimento social; meio ambiente, saneamento e recursos hídricos; e transporte e sistema viário regional”, descreveu.

Ressaltou que foi dado destaque para as estruturas onde as propostas relacionadas à política habitacional estão concentradas. “No caso de Piracicaba e Jundiaí, essas propostas estão concentradas na macrozona de interesse urbano e na de interesse de uso rural ou uso sustentável, dentro das estratégias para ação metropolitana, aquela que vai tratar do enfrentamento da precariedade e da informalidade habitacional. No caso das FPCIs, elas estão na macrozona de planejamento territorial e uso do solo/habitação”, destacou.

Na sequência, apresentou diretrizes formuladas para essas estruturas e as principais dúvidas sobre elas, bem pontuais. Solicitou ao pessoal da CDHU que analisassem a formulação de diretrizes na íntegra, para ver se estão coerentes com as estratégias da política habitacional do estado, se é possível incluir alguma outra orientação ou referência de programas ou projetos da Secretaria da Habitação, considerando que se tem a oportunidade de dar para os municípios as diretrizes de uso e ocupação do solo para os seus planos diretores.

Em seguida, apresentou as diretrizes para as macrozonas de interesse urbano e de interesse de uso rural. A dúvida mais específica é com relação à macrozona de uso rural, cuja diretriz é utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso como forma de controlar e coibir loteamentos irregulares em áreas não urbanas – que são programas destacados no **Panorama Regional** e no **Diagnóstico** –, principalmente na região de Piracicaba, que tem muitos municípios com loteamentos irregulares nas áreas rurais, principalmente, de interesse específico, que são precários nas áreas de condomínio.

Destacou outra dúvida sobre fazer ou não uma diretriz para regularização de interesse específico na macrozona de uso rural, e se deveria tratar de uma diretriz para moradia do trabalhador rural, porque, no Plano Estadual de Habitação, na parte que fala de Rio Claro e Piracicaba, tem um destaque para a questão da moradia do trabalhador rural, e a equipe Fipe quer entender se existe alguma orientação nesse sentido.

Sobre a estratégia de enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional, está sendo proposta uma gestão integrada dos municípios metropolitanos. Apresentou as principais diretrizes aliadas à regularização fundiária.

A técnica da Fipe explicou que a dúvida era sobre o licenciamento dos núcleos urbanos informais de interesse específico. Aproveitou ainda para reforçar que, no PDUI, essas diretrizes estão dispostas na Lei Federal nº 13.465, que diz, entre outras coisas, que a legislação dos municípios precisa garantir que as despesas decorrentes da execução da infraestrutura essencial ocorram por conta dos beneficiados e não por conta do estado e, se houver necessidade, solicitar estudos técnicos e adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental para osponentes nesses assentamentos.

Na sequência, foram apresentadas as diretrizes para a FPIC Planejamento Territorial e Uso do Solo/Habituação, que são mais amplas que as de macrozoneamento, e para a estratégia de ação e enfrentamento da precariedade, que são mais específicas e territoriais. “A equipe não tem nenhuma dúvida, mas mandará para a equipe da habitação analisar”, disse.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU perguntou se a equipe tem estudos de riscos específicos.

A técnica da Fipe respondeu que está sendo feito dentro da estratégia para gestão de riscos ambientais e que a proposta é tratar desses levantamentos de tudo que existe disponível no site da Defesa Civil do Estado, levantamentos de setorização. Disse que, na Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais (CPRN), existem as cartas de suscetibilidades, alguma coisa no DataGeo sobre perigo e que a proposta é fazer uma compilação de todos esses estudos.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU perguntou se foi feito um levantamento no Instituto Geológico (IG), porque a CDHU teve um trabalho com eles na época do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM/Habituação), há dois anos, e eles mesmos colocaram a dificuldade de usar os dados deles porque, na habitação, por conta da escala, não daria para usar. A CDHU, na época do SIM, se pautou um pouco nos municípios que disponibilizaram o que havia de melhor, alguma carta geotécnica específica para a região etc.

Disse, ainda, que tinha devolvido a pergunta para saber se vocês têm esse levantamento atualizado porque o que estava no DataGeo... “Eles mesmos recomendavam para usar com cuidado, tendo em vista a escala. Sempre tem dificuldade, por exemplo, Peruíbe teria que ser removida inteira pelo DataGeo”, afirmou.

Explicou que esses são dados que, se pautar nessa escala para fazer política habitacional, vai ser bastante equivocado. “O próprio instituto reconhece a necessidade de ter um outro *approach*. Na época do ZEE, o CDHU cruzou novamente com eles e foi tomado muito cuidado na elaboração da carta de gestão de riscos”, afirmou.

Considerando que se passaram dois anos e as pessoas devem ter trabalhado, disse que acreditava que deve ter um pouco de atualização. “Por isso, é importante saber se vocês têm um levantamento mais atual ou se continuamos usando aquelas escalas”, disse.

A técnica da Fipe respondeu que, com relação ao IG, continua na mesma escala, não teve contato específico com eles, mas que a equipe acompanhou as questões de levantamento de riscos pelo DataGeo.

Disse que, com relação a esses levantamentos, a equipe acreditava que são os dados antigos e que a escala não funciona para planejamento nas escalas municipal e regional.

“No caso das estratégias, estamos focando nas cartas que têm uma escala mais apropriada e na setorização de risco, porque muitos municípios têm levantamentos atuais de setorização de riscos, na Defesa Civil, e alguns municípios também possuem essas cartas. É preciso levantar município por município, mas essa estratégia tem esse intuito de criar uma Câmara Temática, juntar os municípios para que eles forneçam esses dados e trabalhem em conjunto”, destacou.

A coordenadora do PDUI das regiões metropolitanas de Jundiá e Piracicaba-Fipe complementou que, nas próprias diretrizes da estratégia, será colocada essa questão dos dados – que têm que

ser usados com cuidado – e que é uma decisão do próprio Conselho de Desenvolvimento de como trabalhar com eles.

Disse ser possível colocar na diretriz a dificuldade de se usar esses dados na escala mais ampla, para serem utilizados diretamente para os programas. Afirmou que era importante esse destaque.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU ressaltou a importância de ter um sistema de informação, e disse que, bem ou mal, o IGC assumiu, no caso do CDHU, o SIM, e que estão trabalhando ativamente na Baixada Santista para as gestões atuais dos municípios atualizarem as informações sobre habitação.

Enfatizou a importância de um sistema único de informações para o PDUI, para ser alimentado pelos novos levantamentos, e disse achar importante nessa diretriz estabilizar um sistema de informações e a troca de informações.

A técnica da gerência de pesquisa habitacional/CDHU complementou a fala da gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU, dizendo que tem trabalhado com uma base de informações bastante heterogênea sobre risco, com informações mais precisas na Baixada Santista, que são levantamentos mais robustos sobre os assentamentos precários, e nos outros municípios da região metropolitana também, com informações mais instáveis e com informações da Pesquisa Municipal Unificada da Fundação Seade.

Disse concordar com o que foi colocado pela gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU, que é importante para se avançar em informações mais homogêneas e consistentes, para se pensar num planejamento mais abrangente, cruzando essas informações com a bases de dados disponíveis sobre riscos, tentando aproveitar os mapas na escala que se trabalha.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou para a gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU e para a técnica da gerência de Pesquisa Habitacional (técnica)/CDHU que está sendo escrito no **Caderno de Propostas** sobre o sistema de informações e na medida que o SIM (Sistema de Informações Metropolitanas), que foi construído em 1967 pelo Grupo Executivo de Planejamento (Gegran) até a extinção da Empresa Paulista de Planejamento (Emplasa) se dissolveu, o IGC assumiu essa atribuição e a alimentação está sendo feita conforme demanda.

“A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU acabou de dizer que eles estão estruturando para a Baixada Santista. Diante dessa desmobilização do SIM Emplasa, e olhando a gestão pública que é muito fragmentada com relação a vários aspectos, inclusive de articulação de política e de sistemas de informações também, estamos definindo o que seria um sistema de informações voltado para o monitoramento dos projetos, e que seja decidido no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional que, na gestão metropolitana é a autoridade metropolitana”, destacou.

Afirmou, ainda, que não é possível já desenhar o sistema e colocar para ser assumido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, uma vez que a estrutura do Estado mudou. “Agora tem o IGC e o DataGeo, que são dois sistemas com mandato para fazer isso, e robusto e paralelamente tem um sistema, que tem que ser checado se existe ainda, que é o SIGA (Sistema de Acompanhamento de Projetos Estruturantes Prioritários do GESP), da Secretaria de Planejamento, que controla os projetos e orçamentos e que tem indicadores que se balizam para monitoramento de projetos e não para elaboração de projetos”, disse.

Esclareceu que são duas coisas muito distintas: “quem vai elaborar projetos dentro do PDUI será a secretaria setorial porque ela faz política, faz o programa e o projeto e põe no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para poder executar”.

Disse que a Câmara Temática vai discutir com a secretaria setorial essas demandas de enfrentamento conjunto – até para definir a prioridade por onde começa na região.

“No **Caderno de Proposta** está se propondo que o Sistema de Informação Metropolitano, seja lá onde ele ficar, tem que ter características que deverão ser descritas pela equipe e os projetos que são definidos pelos setoriais, são os próprios que irão monitorar esses projetos e não esse sistema de acompanhamento e monitoramento que é a autoridade metropolitana quem faz”, disse.

Acrescentou que, a rigor, as instituições sempre têm internamente os seus controles, mas o que importa é o controle do orçamento e, para ser executado pelo orçamento pelo setorial, ele tem que ter um projeto com começo, meio e fim.

“Isso está sendo descrito para não fazer uma proposta que trombe com as agências que hoje estão cuidando, de forma diferenciada, de sistemas únicos de informação – que não serão homogêneos nunca. Mas que tenha a possibilidade de ter uma base de dados que compatibilize essa heterogeneidade frente às estruturas estabelecidas de controle e aos sistemas de monitoramento do Estado, seja do DataGeo, do IGC ou da Secretaria de Planejamento e Fazenda”, destacou.

Reiterou que estão sendo definidos os requisitos fundamentais que esse monitoramento deve ter e o sistema de informações também.

“Estamos propondo que isso possa ser feito por um Observatório Metropolitano, que faça o acompanhamento desses bancos de dados, que poderiam ficar vinculados às universidades públicas que têm essa perspectiva”, disse.

Admitiu, ainda, que isso ainda é muito frágil porque, ainda que as universidades tenham muita capacidade técnica, o estado, enquanto estrutura, nem olha para elas. “Os técnicos sim, vão buscar as informações para análises que a universidade faz. Mas, como gestor desse Observatório, nem sempre. O exemplo é o Observatório da Metrópole do IPPUR, que tem informações analíticas importantes, bases de dados poderosas”. O Rio de Janeiro, exemplificou, fez uma cartografia e adotou um sistema que não tem nada a ver com o que está lá – e sem análise”, considerou.

Disse haver muita disfunção de estrutura de gestão de controle e que a equipe Fipe está sendo muito cuidadosa. “Na proposta, estamos sugerindo a estruturação de um sistema que tenha alguns aspectos que devam ser observados para monitoramento, respeitando os sistemas que já estão implantados no estado”, completou.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU disse para a técnica da Fipe que, quanto às dúvidas, não sabe se consegue ajudar. Com relação ao interesse específico, a Habitação não tem tratado e nem o Programa Cidade Legal, apesar de que, no SIM, a CDHU mapeou e continua mapeando o interesse específico.

“Os municípios têm tratamento diferenciado, então, é uma diretriz que deve ser colocada, por causa da importância do interesse específico. Tem muito risco na Baixada Santista, em área de interesse específico, e do ponto de vista do planejamento não dá para não olhar. Do ponto de vista do Estatuto da Cidade, só tratamos de interesse social”, explicou.

Destacou que não existem ações sobre o interesse específico e que, inclusive, o Programa Cidade Legal tentou ter e foi questionado judicialmente. Sugeriu, então, fazer uma aproximação com o Cidade Legal para verificar como está o tratamento atual, mas a CDHU não tem jurisdição. Sobre o trabalhador rural, disse que houve um programa, em um período recente da Casa Paulista, sobre moradia de habitação rural e que, nessa última gestão, inclusive com a paralisação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a atuação foi bastante pequena, nada computado recentemente.

“Era uma diretriz vinculada ao Minha Casa, Minha Vida. É uma demanda legítima que em um determinado momento teve uma atuação”, disse.

A técnica da Gerência de Pesquisa Habitacional/CDHU complementou dizendo existir uma diferença. “Uma coisa é uma diretriz de moradias em áreas rurais, e a CDHU já fez programas com assentamentos, e identificou em pequenas propriedades a necessidade de substituição de moradias. Outra coisa é o trabalhador rural que hoje vive em área urbana”, definiu.

Nesse sentido, então, ela diz que os empreendimentos da CDHU para interesse social, principalmente nas cidades pequenas e médias, atendem o trabalhador rural que tem uma inserção urbana. “Essa diferença tem que ser considerada”, disse.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU acrescentou que um programa específico para trabalhador rural a CDHU não tem. Informou que a Casa Paulista teve durante um período e que hoje é tratado para fazer análise dos distritos que têm muito a ver e a CDHU que constrói em distritos, sub judice, avaliando, mas constrói.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR pediu para entender sobre a fala das técnicas da CDHU, e reforçou que a pergunta é se cabe uma diretriz para moradia de trabalhador rural. Concordou que o trabalhador rural vive em área urbana, portanto, uma diretriz para trabalhador rural parece que não cabe, dentro dessa lógica de que ele vive na área urbana.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU acrescentou que, no Plano Estadual de Habitação, isso nunca foi tratado de uma maneira apartada.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concluiu que essa diretriz não cabe, e continuou dizendo que uma coisa são moradias em áreas rurais, como que foi citado, e que havia alguns programas junto com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Perguntou qual é o desenho desse programa. “A dúvida é que, quando se coloca uma diretriz introjetada por eles, como um dever do estado, e não é onde os problemas aparecem, ela deve ser no sentido do enfrentamento e não da continuidade. Senão de remoção, do enfrentamento para contornar uma situação que se tornou ilegal, mas que não será rotineira ou não faz parte da política de habitação do estado”, disse.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU respondeu que não colocaria porque não consta no Plano Estadual e que a ação com o Itesp é muito antiga. Disse que hoje, em toda a parte de regularização fundiária a habitação não entra.

“Quem entra é o Itesp que faz o trabalho de regularização. O Programa Cidade Legal também não entra”, disse. Sugeriu ainda não fazer destaque para essa questão.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concluiu que, como não está na política habitacional e a CDHU não quer entrar nessa questão, a equipe Fipe pode desconsiderar essa diretriz.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU colocou que, dependendo do território em questão, tem diferenças. “Uma coisa é falar do Pontal do Paranapanema, nos assentados. Nesse sentido, a CDHU teve programas junto com o Itesp, estudos recentes para assentados rurais, que não é o caso dessas localidades”, afirmou.

Acrescentou que chegaram a estudar módulos nos locais onde eles já estão e têm uma condição de vida muito precária. Afirmou que, mesmo o programa que o Casa Paulista tinha era o Minha Casa, Minha Vida para o trabalhador rural, que era vinculado a cooperativas e outras organizações que existiam para a produção em que a moradia entrava junto, não é o caso.

“Então, para essas regiões metropolitanas não cabe uma diretriz para moradia para trabalhador rural. Cabe prever que toda a demanda tem que ser atendida, tanto a urbana como a rural, com soluções que devem ser estudadas caso a caso”, afirmou.

Citou que a gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU falou em moradias em distritos, mas não se sabe o quanto essas moradias têm essa destinação. “Não cabe uma diretriz específica nessas regiões. Em outras regiões pode ser estudado, mas sempre vinculado a uma outra ação de outro setorial, ou que seja da política para as áreas rurais”, apontou.

A técnica da Fipe considerou que as dúvidas tinham sido solucionadas e que, no caso do PDUI, é possível pensar em uma diretriz mais ampla, no sentido de dar uma orientação para a área rural e para a área urbana, extrapolando a questão da regionalização. Lembrou, ainda, que o PDUI cobre todas as questões de habitação, não só de assentamentos precários e informalidade.

A coordenadora do PDUI das RMs de Jundiaí e de Piracicaba-Fipe disse concordar com a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU de que todas as demandas devem ser atendidas e analisadas e qual é a melhor política a ser feita. “É uma questão a ser feita pelo Itesp”, sinalizou.

Aglomeración Urbana de Franca e Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A técnica da Fipe começou a apresentação de Franca e de Ribeirão Preto simultaneamente porque as equipes são as mesmas para as duas regiões, cujas características são muito parecidas. Disse ter levado para a reunião propostas que surgiram e que chamou a atenção o número pequeno de propostas recebidas.

“Foram 3 em Franca e 1 ½ em Ribeirão Preto. Ou seja, não é um tema que cause preocupação para eles. Isso também apareceu nas audiências públicas”, revelou.

Disse que, no final, falaria sobre as diretrizes para a CDHU tomar conhecimento do que foi recebido.

A primeira proposta de Ribeirão Preto fala da *“necessidade altíssima de casas populares. As indústrias do cigarro de palha, da cachaça e da cerveja artesanal da região atraem mão de obra informal, que, devido à situação de informalidade, não consegue acesso a habitação popular disponível na cidade”*.

A técnica disse não saber se existe habitação popular disponível na cidade e que é uma proposta vinda do poder público, o que chama mais atenção no sentido de que há um desconhecimento do problema e da situação.

Continuou dizendo que as questões a serem enfrentadas estão ligadas ao mapeamento e à identificação dos assentamentos precários, aglomerados subnormais, favelas e áreas de risco com habitação precária. “Necessidade de se conhecer, devido à grande heterogeneidade das situações, o tipo de intervenção necessária para a execução de ações corretivas”, apontou.

Segundo a técnica da Fipe, ainda em Ribeirão Preto, a meia proposta é da sociedade civil e fala em “priorizar a ocupação de vazios urbanos e adensamentos urbanos ao longo de eixos de mobilidade, priorizando assim áreas com infraestrutura urbana”.

Esclareceu que a outra parte dessa proposta fala da ocupação de áreas de outra natureza, indústria, por exemplo. Apontou as questões a serem enfrentadas que são: identificar as necessidades habitacionais e a disponibilidade dos municípios; levantar as possíveis fontes de financiamento; a elaboração de um Plano de Habitação e identificar os “vazios urbanos”.

Duas propostas que apareceram em Franca são semelhantes: “Implantar um plano de habitação específico para as regiões centrais das cidades da região, já dotadas de infraestrutura e equipamentos”.

Acrescentou que também se refere a vazios urbanos e que as questões a serem enfrentadas são: identificar as necessidades habitacionais e a disponibilidade dos municípios; levantar possíveis fontes de financiamento e identificar e qualificar as áreas centrais e vazios urbanos.

Para ela, o que se observa nas duas unidades regionais é o total desconhecimento do que está acontecendo, em que pese Ribeirão Preto ter uma Cohab que trabalha especificamente com habitação de interesse social. A técnica não sabia dizer se o pessoal da Cohab compareceu às audiências públicas.

Apresentou outra proposta do poder público que coincidia com a primeira proposta de Ribeirão Preto: “necessidade de construção de conjuntos habitacionais nos municípios da região”.

Colocou que, novamente, as questões a serem enfrentadas são identificar as necessidades habitacionais e a disponibilidade dos municípios; verificar se há investimentos previstos na região; identificar a melhor distribuição de unidades habitacionais pelo território da AUF; levantar as possíveis fontes de financiamento.

Apresentou, na sequência, as diretrizes básicas do PDUI para Habitação na Aglomeração Urbana de Franca e na Região Metropolitana de Ribeirão Preto e as diretrizes das macrozonas de interesse urbano.

Fez um destaque para uma das diretrizes sobre promover a urbanização e a regularização fundiária, que nas audiências públicas não teve eco. “Parece que eles não têm esse problema e como a equipe não tinha dados do Programa Cidade Legal, onde os municípios têm um papel ativo, tem que se fazer uma campanha de conscientização”.

Alertou que é preciso traçar uma diretriz específica para isso e ainda esclareceu que para essas regiões a equipe não tinha dúvidas. “O que preocupa é a questão do SIM, que já foi abordado, porque é fundamental ter um sistema de acompanhamento e monitoramento dessas questões, e em ambas as regiões fica claro que a equipe terá que fazer uma diretriz de identificação do problema que talvez seja fazer um Plano Regional de Habitação”, afirmou.

Sobre a questão de mapear os assentamentos precários, a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que uma das grandes vantagens é fazer o módulo do SIM

Habitação, que foi toda a discussão que houve, não tanto do sistema, mas de quais são os dispositivos para identificação disso no território.

“Isso é, inclusive, uma preocupação de outros estados, a busca de fazer essa identificação do fenômeno antes de qualquer coisa. Isso a CDHU viveu na própria Baixada Santista, municípios que têm isso, mas estavam vendo só pelo viés da regularização fundiária ou cartorial, que não identificavam esse problema. É muito mais um trabalho de base”, sinalizou.

A técnica da Fipe complementou dizendo que tem observado que o trabalho das Secretarias Municipais de Habitação está acontecendo apenas para regularização fundiária, até porque eles não têm recursos. “É só isso que o pessoal tem feito”, disse.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que a regularização fundiária tem sido feita, mas, com compromissos de urbanização. Ela revelou que é preciso conjunto. “A CDHU recebe pleitos diariamente, porque não tem a identificação do problema”, enfatizou. Sobre o sistema de informação, disse que não é possível propor um grande sistema, mas que as instâncias regionais podem fomentar, no seu âmbito, articulação de informações para começar a construir a base de planejamento regional.

“Aí, é importante o monitoramento dos projetos do setorial, mas, numa visão se os principais problemas da região estão sendo enfrentados ou não, caberia à região. Como já existe a metodologia e o IGC já está com essas bases de informação, valeria a pena deixar isso registrado como proposta para as regiões”, disse.

A técnica da Fipe afirmou que em Franca e Ribeirão a questão de áreas de risco não apareceu. “Não foram recebidas propostas”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR chamou atenção, face à vivência da CDHU com isso, para o fato de essas duas regiões, Franca e Ribeirão Preto, terem uma urbanização muito contida nos seus núcleos centrais. Exceto Ribeirão Preto e Franca, os demais municípios são de classe média e, provavelmente, habitação não é uma questão a ser enfrentada.

“No mapeamento que fizemos dos assentamentos subnormais, ou com algum nível de precariedade, isso aparece em Ribeirão Preto que é o lugar mais urbanizado. Ou seja, a temática da precarização habitacional é própria da densidade urbana, do dinamismo urbano que traz junto uma economia forte, mais centralizada, mas traz a pobreza que fica pendurada naquilo que ela não consegue se encaixar no mercado formal de todas as naturezas, começando por trabalho e acabando na habitação. Não se encaixa em lugar nenhum”, analisou.

Ela disse, ainda, que esse problema não aparece porque, de fato, ele não é o principal problema dessas duas regiões. “Aparece em Jundiaí, Piracicaba, nos municípios que têm essa dinâmica porque essa demanda por conjunto habitacional é política. Todos os prefeitos querem dizer que entregaram casas populares e chamam o governador para entregar as chaves”, disse.

Observou, ainda, que essa demanda de conjunto habitacional não é objeto de diretriz nessas duas regiões por ser uma questão localizada e, no caso de Franca e Ribeirão, muito de Franca e pouco de Sertãozinho e o resto não tem esse problema.

“Na macrozona de interesse urbano, a diretriz é fortalecer a ocupação nas áreas de vazios urbanos, porque elas também estão na periferia, e quando a política habitacional vai ao encontro da

habitação, quando a prefeitura não doa o terreno, ele é sempre o terreno mais barato, nunca é no vazio urbano”, disse.

Reforçou que a escolha não está na lógica do planejamento urbano, está na escolha financeira de quanto será o produto que vai atender aquela população que tem renda. “Então, não dá para atrelar a política de interesse social com vazio urbano porque ela não será nunca observada, não será objeto da política porque a política tem uma outra lógica.

O preço do produto tem que caber naquela faixa de renda que está dando, e o preço da terra é uma parte importante desse custo e que, portanto, não é vazio urbano. Se ali fosse ZEI e ZEI depreciasse o valor. Já vimos que em São Paulo isso não acontece”, enfatizou.

A técnica da Fipe esclareceu que foi colocado para dar uma resposta à proposta recebida e que foi colocada a identificação de vazios urbanos.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR explicou que a equipe atrelou isso à política habitacional, e que o PDUI não deve impor isso como uma regra porque isso inviabiliza. Colocou, ainda, que, embora não conheça profundamente, já estudou de 1964 até 1990 que todas as políticas habitacionais são ditadas pelo preço do produto e que a escolha do local tem a ver com o preço da terra e não com dote.

“Isso é uma teoria que vem de fora para uma sociedade com uma renda muito mais homogênea do que a gente e que é de outra natureza. Então, temos que tomar muito cuidado, sob pena de penalizar essa população de nunca ter atendimento porque o preço não vai ser compatível com a sua capacidade de renda. Mas, de alguma forma, mapeamos essas áreas precárias com as informações que estavam disponíveis”, disse.

Explicou que toda a análise contida no **Panorama Regional** e no **Diagnóstico** foi em cima do mapeamento, com dados que a equipe da Fipe teve acesso.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU afirmou que, na verdade, passaram à Fipe os dados que tinham dessa base híbrida, consolidando as áreas de risco passadas pelos municípios com informações de favelas e aglomerados subnormais.

“Da maior parte dessas regiões deve ter vindo do levantamento prévio para o Censo, feito com dados para a Covid-19. Temos uma indicação de números passados para vocês. Isso não dá a localização, dá apenas uma referência de fenômenos identificados. Quanto ao preço da terra nessas regiões, inclusive para a questão da produção agropecuária e para o agronegócio, é altíssimo”, destacou.

Explicou que, para os perímetros dos municípios ficarem mais contidos e não ter espraiamento é porque o valor da terra tem um valor para outra produção.

“Então, não é terra de ninguém, sabemos dos municípios dormitórios, antigos boias-frias e na própria região de Ribeirão Preto tem municípios com problemas sociais elevados”, analisou.

A coordenadora disse ainda não saber a situação atual e como isso se apresentou no trabalho do PDUI. “Prever a provisão habitacional é importante e, se for mantido o modelo de contar com a doação de terreno para implantação de conjunto habitacional, a regra acaba sendo o valor, mas se existirem outras diretrizes que apoiem que essa localização seja melhor, é importante não usar o vazio, mas uma diretriz de localização que aproveite as infraestruturas urbanas existentes”, dis-

se. Sugeriu ver alguns municípios que são cidade dormitório e que são voltados para a produção agrícola, se ainda existem e como estão.

A técnica da Fipe disse ter dúvida sobre usar vazios urbanos e sugeriu tirar esse termo das diretrizes e substituir por localização de áreas com melhor infraestrutura urbana. Explicou que são diretrizes mais amarradas, porque vazio urbano é um termo que está desgastado e tão sem diretriz acoplada ao termo, por isso é melhor ser mais preciso e não usar vazios urbanos.

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A técnica da Fipe começou dizendo que boa parte das propostas já foi discutida, e se preparou para apresentar a proposta de estratégias de enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional.

“Esse tipo de desenho já foi apresentado para as regiões de Piracicaba e Jundiaí com propostas recebidas das audiências públicas”, disse. O problema:

“Presença de assentamentos precários e loteamentos irregulares, principalmente aqueles localizados em áreas afastadas dos centros urbanos e em áreas de risco, em especial no Litoral Norte, Campos do Jordão, São José dos Campos, Jacareí e Taubaté.”

Proposta:

Ações que devem ser coordenadas por uma Câmara Temática Metropolitana que trate do tema habitacional, com papel de articulação e apoio técnico para a implementação de programas/projetos, integrando-os às demais funções públicas de Interesse comum, em especial, as estratégias de ações de gestão de riscos ambientais, alinhadas às diretrizes e estratégias da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC, Lei nº12.608/12) e aos planos regionais de habitação e de gestão de riscos ambientais.

Apresentou, na sequência, as ações necessárias que seriam definir critérios regionais de reconhecimento e enfrentamento das necessidades habitacionais; promover a aplicação dos instrumentos relacionados ao cumprimento da função social da propriedade do Estatuto da Cidade, em articulação com a política habitacional do ESP; definir diretrizes que orientem os municípios para que, na revisão de seus Planos Diretores e Leis de Uso do Solo identificar assentamentos precários, áreas desocupadas localizadas em regiões com infraestrutura urbana, imóveis subutilizados, no sentido de subsidiar ações de urbanização de assentamentos precários e de produção de HIS; orientar ações de regularização fundiária, tais como: adoção de projeto padrão para região de esgotamento sanitário, em parceria com a concessionária e com o órgão ambiental estadual, e mapeamento de núcleos urbanos informais.

Apresentou um mapa do diagnóstico do PDUI que identifica essas áreas, lembrando que, no tema dos assentos precários, olhando no mapa, percebe-se uma grande mancha em Santa Branca. “Isso diz respeito ao perímetro do setor censitário que é o problema que existe no trabalho do CEM, realizado em 2013 para o plano metropolitano, contratado pela Secretaria da Habitação”, disse.

Explicou, ainda, que, no mapa, também existe a identificação das ZEIs que foram feitas a partir das informações das prefeituras municipais e os aglomerados subnormais de 2019, do levanta-

mento do IBGE, e os domicílios em áreas de risco que foram identificados a partir de dados de várias fontes, dando uma ideia da dimensão de domicílios em área de risco.

Encerrou a apresentação e abriu a palavra aos participantes.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que essa é uma região com situações de risco muito sérias. Tem Campos do Jordão, tem a questão da serra e a questão do litoral.

Lembrou que, quando estava em estruturação uma captação de recursos com o BID, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, nesse programa havia um módulo de preparação de um sistema como o SIM, para habitação, para ser feito o mapeamento para assentamentos precários e isso deveria ser trabalhado profundamente na política de desenvolvimento urbano e habitação.

“Isso estava articulado com a Secretaria do Meio Ambiente, que estava montando um trabalho de monitoramento das ocupações e das tendências de ocupação das áreas de risco. Essa região merece um destaque para esse problema, merece pensar em instrumentos de acompanhamento e merece pensar em soluções que contemplem a regularização fundiária, a estruturação urbana e a recuperação ambiental de uma forma integrada”, destacou.

Lembrou que, recentemente, em visita a São Sebastião, pôde ver como é assustador que, nesse período, com a precarização das condições sociais e com os polos de turismo, como essa ocupação tem se expandido. “Portanto, deveria ter um destaque para um planejamento de médio a longo prazo, articulando as políticas públicas”, sugeriu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe questionou se no Programa da Serra do Mar tinha a perspectiva de ter um sistema de monitoramento da habitação.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU disse que não na Serra do Mar. “Tinha um financiamento que foi suspenso e o próprio governo não deu continuidade, que é o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, é o Serra do Mar 2, com o objetivo de estender essas ações, e, se não acontece com recursos do BID, deveria acontecer numa gestão regional”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe perguntou se no Serra do Mar 1, esse sistema foi pensado, ao que a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU respondeu que não, só para o Serra do Mar 2.

Perguntou se esse instrumento não chegou a ser configurado, e a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU respondeu que não chegou a ser configurado, mas, como o SIM foi estruturado para a Baixada Santista. “Ele é um parâmetro ótimo para dar sequência para o Litoral Norte”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe perguntou se a Secretaria de Habitação, junto com o IGC, está dando prosseguimento ao SIM da Baixada Santista.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU disse que, como isso já foi internalizado no próprio Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista e na Agem, e, como ela que tinha contratado o trabalho da Emplasa, isso está continuando pela iniciativa da Agem e a CDHU tem acompanhado. “Eles estão retomando o mapeamento, partindo da mesma base. A Agem tem o protagonismo e sempre chama a Habitação para acompanhar”, afirmou.

Disse, ainda, que a CDHU trabalhou para a Baixada Santista para verificar como esses dados subsidiariam um plano de desenvolvimento regional para a região, enfocando a habitação, não de uma forma genérica, mas de uma forma territorializada considerando os morros, as palafitas, e isso já está gerando projetos de intervenção, como o projeto Vida Digna, lançado agora. Destacou, ainda, que a Secretaria da Habitação está trabalhando em parceria com a Agem.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe quis saber como ficou o sistema montado do SIM Habitação na relação da Emplasa com a Secretaria da Habitação. “Ficou dentro do CDHU? Teve continuidade? Continua sendo alimentado?”, questionou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU disse que a CDHU contratou a Emplasa para o SIM da Região Metropolitana de São Paulo e que, no caso da Baixada Santista, a Agem contratou a Emplasa com o apoio da CDHU para o desenvolvimento.

“Na Baixada, a Agem está prosseguindo junto com o IGC e como ele está precisando reconfigurar todo o sistema, isso está mais devagar. Uma iniciativa da Habitação era retomar para a RMSP, mas não aconteceu ainda”, revelou e acrescentou ser uma questão de tempo para ser retomado.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional encaminhou para o governo uma nova proposta de governança metropolitana para as regiões metropolitanas.

Afirmou considerar frágil e temerária, porque vai desestruturar todo o processo a que a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU se referiu, porque vão acabar com as agências, criar uma grande agência e diretorias regionais no lugar das agências.

Avaliou que, se hoje as agências já são frágeis do ponto de vista gerencial e orçamentário, dá para imaginar o que será essa perspectiva centralizadora.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU concordou dizendo que tanto a Agem como a AgemCamp têm iniciativas. A coordenadora técnica do Projeto Fipe concordou dizendo que é o histórico e o amadurecimento dessas instituições que as fortalece. “Quando estão dando respostas positivas, serão desmontadas com uma nova lógica”, sintetizou.

Disse que se preocupa quando essas descentralizações da ação setorial acontecem e ficam dependentes dessa descentralização porque ela tende a ser desmontada.

“Não se sabe o que vai acontecer no próximo governo, que pode mudar radicalmente para o bem ou para o mal, considerando que hoje essa situação é ruim e pode piorar”, disse.

Disse que tem defendido, cada vez mais, que os setoriais sejam fortalecidos. Citou como exemplo o que acontece no PDUI. “Se colocarmos no PDUI que as questões centrais são essas, o sistema de habitação e o sistema de meio ambiente precisam estar preparados para desenhar a política de enfrentamento, conversando na Câmara Setorial Temática de Habitação, de Transporte, de Meio Ambiente”.

Afirmou ainda sempre achar que desmobilizar um segmento setorial, como a Secretaria de Habitação, enquanto política setorial, quem define a política é a secretaria de estado e tem os agentes executores, que no caso é a CDHU quem executa a política habitacional.

Retomou o assunto do SIM e demonstrou preocupação com a fragilidade institucional que se está tendo com as agências. Informou que o governador deixará a proposta assinada para mandar para a Assembleia antes de sair do governo do Estado.

“Esse sistema todo que está mostrando resposta, por meio das agências, pode não acontecer. Sabendo disso, estamos propondo um sistema que seja muito mais centralizado na pauta metropolitana, seja ela qual for”, revelou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que, pensando na experiência da CDHU na Baixada Santista, a riqueza do trabalho foi a prévia agregação dos municípios da região, que participavam dessa discussão, não só os profissionais da área de habitação, como também os da área de desenvolvimento urbano e, no caso de Santos, participavam profissionais que tinham uma visão macro.

Revelou ter receio porque, ao se transformar apenas no setorial, primeiro a descontinuidade existe, e a parte da visão mais integrada demandaria uma outra estrutura de um porte e de uma capilaridade maior.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que quem deve resolver é a Câmara Temática de Habitação, composta por secretários e técnicos da prefeitura, que avaliam o problema e levam para ser discutido junto com o estado e com a população. “As Câmaras Temáticas continuam previstas no modelo novo”, assegurou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU disse que o fato de não ter uma agência acompanhando o trabalho continuado pode ficar muito circunstancial, porque os coordenadores dessas câmaras se revezam entre os municípios e não possuem uma estrutura de suporte para executar o trabalho no passo a passo e numa discussão técnica.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse ser preciso esperar a aprovação dessa nova lei, e que, à medida em que as agências vão ficando conhecidas e respeitadas, elas vão se fortalecendo, e voltar para trás é ver o que aconteceu com a desestruturação da pauta e da temática metropolitana no Governo do Estado de São Paulo.

Avaliou, ao final, que as dúvidas pendentes foram equacionadas. Agradeceu e disse que espera que a equipe Fipe coloque diretrizes firmes que possam auxiliar nas prioridades da política habitacional do estado para essas regiões, e que, depois que o **Caderno de Propostas** estiver formatado será enviado ao CDHU para conhecimento.

“O Caderno e o macrozoneamento serão entregues para a Secretaria no final de maio e ele estará publicado nas plataformas de cada região. No início de maio, essas propostas serão apresentadas para os prefeitos e secretários de estado que participam do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano para um conhecimento prévio, porém, no próximo ano a composição mudará com o novo secretariado estadual, porém, uma das etapas do projeto PDUI é essa, para que os conselheiros conheçam o que está sendo proposto para cada região”, explicou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais-CDHU pediu que as diretrizes de habitação sejam encaminhadas à CDHU antes da publicação para que pudessem dar ciência à Secretaria da Habitação e à diretoria da CDHU.

Colocou que darão início, este ano, à preparação do novo PPA (Plano Plurianual de Investimentos) e têm um desafio que é a atualização do Plano Estadual da Habitação que tem um horizonte de 2023. “Portanto, é importante ir alinhando a visão regional e a setorial”, disse.

A técnica da Fipe questionou ainda sobre a continuidade do SIGA (Sistema de Acompanhamento de Projetos Estruturantes Prioritários do GESP), pela Secretaria da Habitação.

GT – Desenvolvimento Econômico e Turismo

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Econômico, que aconteceu no dia 28 de março de 2022

Participantes setoriais:

Desenvolve SP

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) Secretaria Estadual de Turismo

Abertura:

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da equipe Fipe, contratada para fazer este trabalho, a coordenadora técnica do projeto agradeceu aos representantes presentes e explicou que a equipe da Fipe já havia finalizado a etapa de recebimento e análise das propostas recebidas do poder público e da sociedade civil, cuja devolutiva foi encaminhada nas reuniões das Câmaras Temáticas.

Esclareceu que marcaram presença no processo participativo prefeitos, secretários municipais, deputados, técnicos e a sociedade civil, nas oficinas regionais e audiências públicas. Destacou que o objetivo da reunião era apresentar as dúvidas que resultaram do trabalho de análise do conjunto das propostas recebidas, verificar se estavam consistentes e captar sugestões que os parceiros pudessem indicar para haver um alinhamento do projeto PDUI com as políticas públicas setoriais do governo do estado de São Paulo.

Agradeceu, ainda, a colaboração e a parceria e passou a palavra para que a técnica da Fipe fizesse a apresentação das propostas e dúvidas que surgiram na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Explicou que a equipe da Fipe apresentaria as questões a serem debatidas por meio de um PowerPoint que estará disponível para consulta na plataforma digital do PDUI: <https://pdui.sp.gov.br/>

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A técnica da Fipe começou a apresentação destacando que o eixo de desenvolvimento econômico recebeu muitas propostas, foi muito significativo, com algumas frentes que convergiam com o que já tinha sido discutido e outras com alguns detalhes e especificidades interessantes que seriam apresentadas durante a reunião.

Alertou para dois slides com três grandes eixos que estão relacionados a três propostas de diretrizes que a equipe está considerando colocar no **Caderno de Propostas** e, no segundo slide, alguns setores do desenvolvimento econômico que foram mais destacados que pediram um olhar mais específico da equipe na elaboração do PDUI.

Como primeiro destaque, Programas de Inclusão Produtiva e Empreendedorismo. A técnica explicou que foram encaminhadas muitas propostas solicitando formatação e estímulo de parcerias

com instituições locais para um programa que pudesse olhar para a inclusão produtiva e para o empreendedorismo nas diversas vertentes.

“Assistência técnica, não só em gestão, mas, para a praticidade técnica do empreendimento, cursos e orientação em inovação, olhar de acesso ao mercado, acesso a capital para micro e pequenas empresas e empreendedores individuais. Se isso for colocado nas diretrizes do PDUI, como é possível criar um programa que possa olhar para isso de uma maneira ampla, ou seja, com começo, meio e fim? Desde que surja a ideia do negócio até escoar o produto ou o seu serviço para que se possa fomentar a micro e pequena empresa e os empreendedores individuais”, questionou.

Seguiu a apresentação do segundo eixo que, segundo a técnica, também veio com muita força depois das audiências públicas: Programa de requalificação urbana e fomento às micro e pequenas empresas.

Destacou que dizia respeito à relação da qualificação urbana com o fomento das micro e pequenas empresas da região. Primeiro, um grande destaque para muitas propostas pedindo para a equipe olhar com mais atenção para a população envelhecida.

“Como o espaço urbano pode ser preparado para que a população acima dos 60 anos não fique alijada desse processo de desenvolvimento econômico? Que seja possível integrar, de alguma maneira, com as demandas das micro e pequenas empresas regionais e como é possível fazer um fomento de inclusão desses profissionais, considerando a tendência etária para toda a região metropolitana que surgiram nas apresentações das audiências, no próprio Panorama Regional e no Diagnóstico. Outro ponto é para o PDUI indicar a realização de parcerias com empresas, por meio parcerias políticas de governança social, ambiental e corporativa (ESG), e se o governo também pode estimular para que essas empresas apadrinhem financeiramente a recuperação e a expansão de áreas verdes para uso público, fazendo uma correlação com a iniciativa privada?”, questionou.

Como terceiro ponto, a dinamização do polo de alta tecnologia regional. A técnica explicou que já se sabe que isso nasce em São José dos Campos, porém, a tecnologia se espalhou em diversos municípios. “Pindamonhangaba, por exemplo, foi um município que trouxe muita força nessa temática. A equipe tem uma proposta nesse sentido e precisa saber quais diretrizes o PDUI deve estabelecer para que essa atividade de importância estratégica para a economia do estado e da região possa ser impulsionada?”, indagou.

Afirmou que São José já foi a maior da América Latina, não é mais, mas, ainda tem uma relação muito forte. Então, como é possível fomentar mais e, também, se o PDUI pode indicar quais ações que levam a um maior adensamento da geração de conhecimento e inovação tecnológica e, conseqüentemente, impactos positivos na geração de empregos qualificados.

Falou ainda sobre a questão da qualificação profissional, geração de empregos e geração de empregos mais qualificados para absorver mão de obra qualificada, evitando a fuga de profissionais para outras regiões do Estado de São Paulo, muito apontada nos debates.

Destacou, por fim, cinco eixos mais setorializados, mais detalhados, para se debater sobre o desenvolvimento econômico da região.

Eixo Petróleo e Gás. “A região tem forte processo de extração, então, de que forma o governo está visualizando, existe alguma intenção para que possamos indicar estímulo e fomento, não só agregação de valor da cadeia de petróleo e gás, mas também, pensar na qualificação profissional, para

que a mão de obra local possa ser absorvida nessa capacitação na cadeia de petróleo e gás?”, provocou. Eixo Turismo. Disse que o turismo foi um processo muito falado, solicitado e detalhado nas audiências públicas e nas propostas recebidas, desde a sinalização nas rodovias, por exemplo, na Rota da Fé, turismo do Litoral Norte, pensando nas vias, na recuperação do patrimônio natural e arquitetônico de maneira geral, para fomentar o turismo.

“Enfim, como podemos detalhar a cadeia de turismo para impulsionar, como vetor de desenvolvimento econômico? Um outro eixo sobre atividades rurais foi o do ecoturismo, que é um vetor de turismo que dá para juntar com as estâncias, com agropecuária, agricultura. Como se pode converter em um processo de turismo para atrair de maneira qualificada e, conseqüentemente, qualificar profissionais para isso e a mão de obra ser absorvida pela população local”, disse.

Eixo Mineração. Outro eixo que foi bastante discutido e a técnica perguntou quais seriam as ações que o PDUI poderia indicar para o desenvolvimento da mineração já que a atividade vem sendo expulsa da região?

“Ações de melhoria da organização da atividade, estudos de tendências, orientações para agregação de valor na cadeia: recuperação de áreas de exploração mineral, melhoria na imagem do setor perante a sociedade. O aspecto ambiental é um ponto vulnerável quando se fala em mineração, principalmente, com atritos com a sociedade civil etc.”, afirmou.

Eixo Atividades Rurais. Outro ponto que, segundo a técnica da Fipe, foi muito falado porque a região tem uma riqueza e biodiversidade muito valorizadas e, ao mesmo tempo, um foco de muita atenção da população, seja dos prefeitos, seja da sociedade civil.

“Então, como podemos fomentar o desenvolvimento da cadeia de produtos florestais? Banco de sementes, cursos profissionalizantes e eventos de acesso ao mercado (exposições, feiras); elaboração de diagnóstico e fomento a produtos e produtores agrícolas regionais; estímulo à criação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vocacionais?”, questionou.

No Eixo Qualificação Profissional foi observada uma demanda do mercado bem diferente do que está sendo ofertado no território. De acordo com a técnica da Fipe, foi um ponto delicado na conversa com as prefeituras. “Seja pelas escolhas que as prefeituras fazem dos setores econômico, seja pelos diversos programas e políticas públicas de qualificação e de capacitação profissional”, salientou.

Por isso, ela questionou como seria possível convergir para o que de fato a demanda pede hoje, mas, considerando o desenvolvimento do futuro do trabalho e mercados que virão. “O que estamos fomentando quando olhamos para outras cadeias produtivas, como mineração, turismo, petróleo e gás? Como podemos convergir essas variáveis de desenvolvimento econômico para um processo de qualificação profissional que consiga trazer geração de renda para a população da região metropolitana? Com destaque para o estímulo à ampliação de oportunidade de estágio e aplicação da lei de aprendizagem, Jovem Aprendiz, para enfrentar o primeiro emprego, as primeiras experiências laborais dos jovens”, destacou.

A técnica disse que essas são as dúvidas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. “É bastante coisa, mas é importante a equipe saber como estão sendo tocadas essas temáticas para que se faça um PDUI alinhado com as políticas setoriais”, sinalizou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico destacou a importância para o PDUI dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e disse que a Secretaria está com edital para a criação de um arranjo produtivo de turismo na região de Campos do Jordão.

“Já está reconhecido provisoriamente, mas o processo do edital está na fase de recursos. Farão parte desse APL os municípios de Santo Antônio do Pinhal, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, Monteiro Lobato e Pindamonhangaba”, disse.

Afirmou ainda julgar importante porque, quando se fala em APL, muda muito o olhar para a região. Disse que a secretaria trabalha muito com APLs e que já existe o APL de Turismo e está trabalhando bastante com APLs voltados para o setor agro em reflorestamento e recuperação de matas. Sugeriu pegar um bom exemplo para ver quais são as ações que poderão entrar no PDUI.

Comentou que houve uma reunião com o APL agroecológico, que não trabalha exatamente nessa região, mas tem um produtor de Natividade da Serra, e eles trabalharam bastante com produtos nativos da Mata Atlântica, que são o cambuci e a uvaia, e a secretaria colocou-os em contato com um grupo que está querendo criar um APL da gastronomia artesanal. O movimento já existe, só falta pedirem o reconhecimento. “Seriam queijos, geleias e charcutaria. São produtores rurais que atuam com preservação”, afirmou.

A representante da secretaria disse considerar um movimento bom que está acontecendo na região. Lembrou que, na última reunião com a equipe Fipe, foi falado sobre os APL TI voltado para o agro, que já foram reconhecidos e têm uma atuação importante na região. “É uma região difícil para trabalhar porque existem diferenças marcantes. São José do Campos é top em TI, em comparação com Potim e Aparecida, que não têm nada”, comparou.

Afirmou ter conversado bastante com o pessoal do Sebrae sobre o desenvolvimento do artesanato nos municípios menores e que a Secretaria fará uma ação específica sobre artesanato. Destacou que Potim é bem forte em cestaria e que eles têm mercado consumidor, não têm problema com a venda do produto, mas, em contrapartida, têm problema na produção por falta de mão de obra.

“Não é uma capacitação possível num curto prazo, principalmente na área de TI, porém, quanto à cestaria, é um produto que tem muito mercado em São Paulo, mas falta ao produtor a taboa, mas têm um produto de qualidade”, analisou. Sugere que é uma ação para a equipe considerar. “Tem Cunha, que também se encaixa nesse nicho do artesanato”, completou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe colocou que, na diretriz para o desenvolvimento econômico ligada ao empreendedorismo, a diretriz do PDUI é que esses segmentos identificados com potencial e que fazem parte de APLs deverão entrar nos programas da Secretaria de apoio e fomento a essas atividades. “A dúvida é saber se Potim faz parte de um APL”, expôs.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que não faz parte de um APL, e que a SDE trabalha com eles só com artesanato da Sutaco. “São ações independentes. Cunha é um APL e a secretaria trabalha com eles, também na Sutaco. A maioria é separado”, esclareceu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que o PDUI deverá ter uma diretriz para as atividades que fazem parte de APLs reconhecidos pela secretaria e outras que se enquadrariam em programas organizados por ela. “Isso precisa ficar claro para o empreendedor não achar que é um APL só porque ele tem mercado”, enfatizou.

A técnica da Fipe complementou dizendo que existem ainda os setores que precisam ser tratados de maneira específica, como a mineração e o turismo e, outros, como a cestaria, entrariam no arcabouço maior de qualificação, de um programa de gestão, empreendedorismo, inovação, enfim como fazer seus produtos serem sustentáveis. Por exemplo, o artesanato poderia se encaixar um pouco no turismo e, também, no macro de desenvolvimento econômico.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe quis saber se, quando se imagina as rotas turísticas, quais os produtos diferenciados dessa rota que estariam sendo trabalhados do lado do empreendedorismo pela SDE e do lado da rota turística pela Secretaria de Turismo?

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico concordou com a observação e disse que, quanto ao APL de Turismo, conversará com a Secretaria de Turismo porque o artesanato está diretamente ligado ao turismo.

Sobre a mineração, disse ser possível pegar o mapeamento feito para o Vale do Ribeira, que teve uma vertente sobre mineração, que pode ajudar bastante, e pediu que a representante do IPT se manifestasse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que a equipe fez uma reunião com representantes do IPT e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e eles enviaram um texto que seria a proposta estruturada para ser colocada nas áreas de mineração nas regiões em estudo do Vale do Paraíba, Jundiá e Piracicaba. Disse que, além do texto, foi debatido novamente durante a reunião do GT da SIMA. Esclareceu que, portanto, a equipe tem uma proposta desenhada a partir dos inputs enviados pelo governo do estado.

A representante do IPT disse que conversou com os representantes citados pela coordenadora, mas que o IPT tem outros estudos específicos para o Vale do Paraíba com relação a mineração, que são mais específicos e completos do que o que foi feito para o Vale do Ribeira. Colocou-se à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe esclareceu que as reuniões foram específicas sobre o Vale do Paraíba, Jundiá e Piracicaba, e que o texto foi elaborado para o Vale, para o Polo Cerâmico de Piracicaba e para mineração em Jundiá.

A técnica da Fipe perguntou para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico se é viável, da mesma maneira que no Vale do Ribeira que tem a proposta de um APL de mineração, acontecer o mesmo no Vale do Paraíba.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que nunca conversou com o pessoal do Vale do Paraíba para saber sobre a interação do grupo, mas disse ser possível agendar uma reunião com eles para provocá-los no sentido de criar um APL. “Muitas vezes, eles não têm maturidade para isso”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe ressaltou que o assunto é importante já que 60% da produção de areia do Vale do Paraíba vai para a construção civil da Região Metropolitana de São Paulo, e existe problema de regulação por parte das prefeituras.

“Tem sempre um problema institucional da operação, que tem a ver com as prefeituras que não querem porque essa produção irriga a economia da Região Metropolitana de São Paulo”, destacou.

Disse, ainda, não saber se isso ajuda ou atrapalha na criação de APL já que, na realidade, é uma atividade que tem ônus para a região. “É uma atividade importantíssima para a Região Metropolitana de São Paulo, e quando se institui um APL é preciso avaliar os impactos e os benefícios que isso tem, do ponto de vista do desenvolvimento econômico daquela região ou de mercados, não necessariamente, é um APL porque tem fonte primária, mas o mercado dela é fora, como é o petróleo no mundo, por exemplo”, destacou.

A técnica da Fipe perguntou para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico se, quando fala do grau de maturidade para criar um APL, se está se referindo aos areeiros, mineradores. “Quem são eles?”, perguntou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que é o grupo de empresários. “Não importa se são prestadores de serviço, não interessa se são empresários. O importante é eles estarem unidos porque sem interação, não adianta, qualquer ação que se faça fracassa. Se estiverem unidos, a maturidade vai melhorando ao longo do tempo, mas, algum trabalho conjunto eles precisam ter. Seria o Sindiareias”, enfatizou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe comentou ser o mesmo sindicato que atua tanto no Vale do Paraíba como em Jundiá e que, do ponto de vista da articulação interna da cadeia, estão bem organizados. Por outro lado, disse não saber se também estão em Piracicaba porque lá a atuação é com cerâmica.

Outra técnica da Fipe participante da reunião complementou dizendo que eles enviaram uma super proposta para o PDUI. “Participaram de tudo, estiveram na audiência pública e mandaram um documento enorme pela plataforma digital”, sinalizou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que avaliava se a equipe ficar no limite do PDUI, que tem diretrizes, incorporar essa proposta estruturada que foi definida em conjunto pela equipe da Fipe e o governo do estado, atende, segundo o que foi dito pelos representantes do IPT e da SIMA, em reunião anterior, ao segmento de desenvolvimento econômico.

A técnica da Fipe quis saber da representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico como está a evolução da fruticultura que está sendo lançada em São Bento do Sapucaí. “A SDE está trabalhando nisso?”, questionou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que a secretaria vem trabalhando bastante com os APLs agro, principalmente com a Secretaria da Agricultura, que está dando um super apoio e, de repente, foi possível conquistar um bom avanço nessa parte de APL agro. “Na região de Taubaté tem APL de apicultura e o APL Agroecológico, que abrange a sustentabilidade, está avançando, inclusive já conseguiram pegar mais áreas da Mata Atlântica”, revelou.

Disse, ainda, que a SDE pretende fortalecê-los para eles se estruturarem melhor e fazer com que ganhem mercado para o principal produto deles que é o cambuci. “Porém, não adianta eles crescerem muito porque não possuem um grande mercado consumidor. A SDE está trabalhando com eles para aumentar o acesso ao mercado e depois continuar desenvolvendo todo o processo, aumentando os produtores. O objetivo é fortalecer, cada vez mais, a iniciativa deles de preservação. Eles atuam, também, na região de Salesópolis e Paraibuna, mas estão limitados quanto ao acesso ao mercado”, explicou.

Acrescentou ainda que a SDE está trabalhando para apresentar para a indústria, feiras, e isso também para o APL de Gastronomia. “Na parte da preservação, a SDE não consegue atuar, mas consegue fortalecer o processo de venda dos produtos”, disse.

Quanto à qualificação de mão de obra, a representante da SDE disse que a discussão é enorme e que existe uma distância muito grande entre o que o mercado demanda, o que os estudantes querem e o que a SDE enxerga. “Toda vez que é feito um mapeamento, é feito no passado, com números oficiais de cinco anos atrás, de uma pesquisa com estudantes para saber o que eles querem. Agora, muitos apontam a área de TI, mas não necessariamente tem um mercado consumidor de mão de obra atrelado a isso”, destacou.

Segundo ela, o que dá para fazer quando o PDUI estiver pronto, com as demandas mapeadas, é conversar com a equipe de Ensino Técnico da SDE para a montagem de cursos. Ela contou que, no Vale do Ribeira, a reclamação da Unesp é que eles capacitam as pessoas e como não tem capacidade para absorção dessa mão de obra, os estudantes saem da região e vão, principalmente, para o Sul.

“Com esses dados não conseguimos fazer essa análise de tendência. Então, é preciso saber qual a demanda da região para que os cursos sejam montados a partir dessa demanda ou, se o objetivo for só para a pessoa ter emprego, ok. Para atrelar todas essas variáveis é muito complicado”, disse.

Por isso, sugeriu que a Fipe avalie o que é necessário e apresente para a SDE estruturar na grade da Coordenadoria de Ensino Técnico. “A SDE não tem condições de avaliar tendências e, muitas vezes, as prefeituras acabam atrapalhando muito porque levam demandas que não têm nada a ver com a região”, destacou.

A técnica da Fipe questionou se existe alguma intenção do governo de olhar para o desenvolvimento das capacidades e das habilidades futuras porque, quando se fala do futuro do trabalho, olha-se para a precarização, mas também se olha para programas de estímulo de profissões que não estão voltadas para o futuro, que ficam mais no presente, e o olhar acaba ficando um pouco para o passado. “Existe alguma intenção de olhar mais para as habilidades do que para as técnicas?”, questionou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse existir muita discussão sobre isso na SDE porque é preciso fazer uma análise de tendências. Citou como exemplo curso de costureira, que nunca vai deixar de existir. “Porém, sabe-se que a costureira que hoje faz uma roupa simples, não conseguirá, daqui a 5 anos, fazer as roupas cujos tecidos tecnológicos vão demandar muito mais. Vai ter que fazer um aprimoramento. Por outro lado, sabemos, por exemplo, que caixas de supermercado com a opção que já existe de máquinas que o próprio consumidor usa, a tendência é essa profissão diminuir drasticamente. A SDE já está levantando quem pode fazer esse mapeamento e uma análise de migração, tipo, qual é a profissão que mais se aproxima de caixa de supermercado. A discussão existe, mas, na prática, ainda não ocorreu nenhuma contratação”, revelou.

A técnica da Fipe quis saber como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vê o setor de Petróleo e Gás. “Como que imagina que esse setor possa trazer uma produtividade maior para a região porque o que se vê hoje é uma concentração de royalties em Ilhabela e, basicamente, não existe um usufruto de toda essa extração de petróleo e gás para a região como um todo. Existe algum estudo nesse sentido?”, quis saber.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que a SDE não tem nenhum estudo ou ação a respeito, apenas muita reclamação do preço do gás, vinda das indústrias e sugeriu uma conversa com um representante da SIMA.

Outra técnica da Fipe presente na reunião disse que o representante da SIMA indicado perguntou se teria alguma diretriz do PDUI que seria restritiva à atividade do setor na região e perguntou sobre o Polo de Alta Tecnologia.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que existe o Polo de TI e os APLs, que são complementares, mas, são ações diferentes. Colocou ainda que a região está se desenvolvendo muito tecnologicamente, mas a SDE não tem nenhuma ação específica para isso. “A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia trabalha com os parques tecnológicos, incubadoras e APLs, por exemplo, três dos APLs são geridos pelo parque Tecnológico de São José dos Campos, que é uma superpotência, mas a SDE não tem nenhuma ação específica para isso. Entram no mesmo pacote dos APLs e dos parques tecnológicos”, afirmou. Acrescentou ainda que a técnica da Fipe diz ser uma pena porque já tem empresas como a Avibras que já pediu recuperação judicial e vai sair da região. A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico informou que eles procuraram a secretaria há dois anos porque tinham um problema de falta de energia elétrica e funcionavam 100% no gerador porque a companhia elétrica não tem interesse em levar energia para a empresa. “Então, o governo, também dificulta a vida das empresas”, pontuou.

A técnica da Fipe perguntou sobre os novos parques tecnológicos que estão surgindo em Guaratinguetá, dentro da Faculdade Engenharia da Unesp. Estão montando um parque para atender a população e escoar a produção com tecnologia embarcada. Quis saber se o estado trabalhava junto com a Unesp. “Ainda tem o Sistema Paulista de Parque Tecnológico?”, perguntou e ainda sugeriu que a outra técnica buscasse um novo contato para apresentar as propostas do PDUI para verificar o que eles poderiam incluir de conteúdo.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico confirmou que a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia cuida desse setor, inclusive com apoio financeiro, além da parte técnica. “São José dos Campos é referência para todos os demais parques”, sinalizou.

O representante da Secretaria de Turismo disse que o turismo, no Vale do Paraíba, é muito interessante e muito problemático na visão global. “Tem lugares muito importantes que recebem um fluxo grande do Litoral Norte, Aparecida, a própria Serra da Mantiqueira, Campos do Jordão e municípios pequenos que poderiam receber uma parte desse fluxo e acabam não aproveitando”, descreveu.

Lembrou ainda que existe o turismo passando pelas Rodovias Dutra, Ayrton Sena, com ótimos emissores de turismo, mas, não é aproveitado pelo conjunto como um todo. “Tem uma riqueza muito grande porque, além dos fluxos estruturados, dos patrimônios histórico e ambiental, das praias, ou seja, muitos segmentos de turismo numa mesma região”, disse.

Explicou que o turismo é um segmento transversal, citando como exemplo a sinalização do Caminho da Fé, que passa pelo artesanato. “É muito abrangente e necessita de orientação da Secretaria de Transportes. Quanto à Rota Gastronômica, ela envolve a agricultura familiar e os locais podem ser aproveitados, ainda que não seja só ligada ao turismo. Hoje, o motivo da viagem tem mais a ver com a rota gastronômica do que com o local em si”, revelou.

Disse, ainda, que a secretaria tem o Projeto da Rota Cênica e da Serra da Mantiqueira e se pretende transformar o percurso em rota cênica e não apenas num local que liga dois atrativos, mas fazer com que o próprio caminho seja o atrativo, é um projeto que está sendo implantado. “Quanto ao litoral, tem uma dinâmica muito interessante porque, independente do que ele oferece, vai receber um fluxo gigantesco. Não há necessidade de promover o turismo no litoral, automaticamente, nos finais de semana fica lotado. É importante impulsionar o turismo cultural porque na região chove bastante”, enfatizou.

Ele revelou que a Secretaria tem ações construídas, por exemplo, Eletivas do Turismo, que seria a criação de uma disciplina nas escolas porque a região tem muitas estâncias e esses municípios recebem uma verba para ajudar na infraestrutura.

A questão de crédito foi desenvolvida em conjunto com a DesenvolveSP. “A Secretaria também tem uma parceria com o Sebrae para a realização de Aquaventura. Acabamos de fazer um seminário de certificação e capacitação de empresas para ecoturismo e turismo de aventura. Uma questão que precisamos estar atentos é o Lavandário em Cunha, que é pontual, mas é um atrativo que acaba se destacando mais que a cerâmica, embora ela seja uma referência da região”, enfatizou.

Disse, ainda, que o Vale tem muito a ver com o turismo e que ele está em vários projetos da Secretaria, principalmente o Litoral e a Serra da Mantiqueira. “Quanto ao Caminho da Fé, temos muitos problemas, principalmente com romeiros que vão a pé e sofrem vários acidentes. Além disso, tem muitos problemas em Aparecida que, urbanisticamente, é muito ruim. As construções não têm padrão. Tem a basílica, mas hoje perdendo a visibilidade da Rodovia Dutra por causa de construção de prédios que tiram a cenografia do local. Então, tem, além de Aparecida, o Frei Galvão, em Guaratinguetá, a Canção Nova, em Cachoeira Paulista, que são núcleos que atraem um turismo religioso muito grande”, disse.

Acrescentou que é preciso que os núcleos sejam organizados e mais integrados. “Hoje, tem 12 milhões de pessoas que vão até a Basílica de Aparecida e só ficam na feirinha – que tem muitos produtos chineses – e vão embora, sem gerar nada para o município. É preciso verificar uma forma de aproveitar tudo o que existe na região”, defendeu.

O representante da Desenvolve SP disse existir uma parceria com a Secretaria de Turismo para crédito turístico e que já foram colocadas várias questões, mas poderia passar para a equipe um detalhamento maior.

Afirmou que eles têm as linhas de crédito para as empresas e para os municípios. Para os municípios existe uma linha de crédito para infraestrutura – porque não se faz turismo sem infraestrutura.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse existir muita falha na cadeia, em especial em infraestrutura, e sugeriu que, ao estruturar a cadeia, é preciso fazer menção à infraestrutura, dizendo que tem programas do governo que apoiam essa falha da cadeia do turismo.

A técnica da Fipe falou das regiões metropolitanas de Piracicaba e Jundiaí. Ela começou sua apresentação dizendo que muitas coisas já foram ditas e que só iria pedir algumas especificidades dessas regiões.

Avisou que tinha duas ou três questões sobre desenvolvimento econômico e que foram recebidas muitas propostas nas audiências públicas sobre empreendedorismo, em dois aspectos: a criação

de programas metropolitanos de fomento ao empreendedorismo, a partir de experiências municipais bem-sucedidas e a oferta de assistência em gestão e inovação para as MPEs. “Há iniciativas da secretaria relacionadas a estes objetivos que devam ser incluídas nas diretrizes?”, perguntou.

Perguntou ainda quais seriam as iniciativas da SDE relacionadas a esses dois pontos. Disse que a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico já havia falado bastante dos APLs, que abrigam um pouco disso, mas queria saber se tinha alguma coisa específica para essas duas regiões que pudesse complementar o que já foi dito.

Levantou ainda outro ponto sobre a Economia de Baixo Carbono, porque foram recebidas propostas a respeito e a equipe queria saber se existiam programas ou linhas de financiamento para apoiar as empresas na transição para a economia de baixo carbono que merecessem ser citadas.

“Há segmentos produtivos que a SDE tenha selecionado como prioritários para serem incluídos ou mencionados? (se pertinentes no tecido produtivo metropolitano)?”, perguntou.

Continuou sua exposição e disse que um terceiro ponto que foi recebido como um dos grandes desafios para a ação integrada de municípios é a execução de procedimentos em conjunto, como lançar editais de licitação ou realizar compras conjuntas. “Há experiências que mereçam ser destacadas? Há manuais ou sistemas já desenvolvidos que possam ser indicados como referências?”, questionou.

Disse ter três questões e que muito já foi falado sobre os APLs que na Região de Piracicaba tem muitos, como o Vale, e que a equipe está tratando de maneira muito parecida, respeitadas as especificidades de cada região.

Sobre turismo, disse que, tanto na RMP como na RMJ, a implantação de rotas turísticas integradas irá demandar apoio para diagnóstico detalhado dos atrativos e equipamentos turísticos, além de investimento em infraestrutura de uso coletivo (sinalização, ciclorrotas, mirantes etc.). “Há algum programa ou mecanismo que deva ser incluído nas diretrizes para que estas ações estejam alinhadas com a política estadual de turismo?”, perguntou.

Perguntou também se, ao se considerar o Decreto nº 65.603/2021, que autorizou a implementação dos roteiros denominados Rotas Cênicas em São Paulo, é pertinente incluir diretriz propondo a realização de estudos sobre a viabilidade de implantar circuito neste formato nas RMP e RMJ?

Quis saber sobre a existência de programa de qualificação de mão de obra no setor de turismo formatado, que possa ser indicado como parâmetro na diretriz sobre o tema incluída na proposta de desenvolvimento da indústria do turismo nas RMP e RMJ? Essa questão apareceu muito nas propostas recebidas das duas regiões.

A técnica da Fipe disse que a oferta de curso nem sempre dá suporte às necessidades reais das regiões e, como o turismo é um ponto forte que foi destacado, a equipe tinha uma estratégia para criação de uma rota turística, por isso gostaria de saber se a Secretaria de Turismo tem formatado algo específico para qualificação de mão de obra para o setor de turismo. Seja hotéis ou mesmo para os empreendimentos do próprio setor público.

O representante da Secretaria de Turismo disse que as duas regiões – Piracicaba e Jundiaí – são extremamente importantes porque existem vários emissores no entorno, com sedes regionais maiores que muitas cidades do estado. “Em Jundiaí tem circuito turístico das frutas, é o primeiro

circuito turístico do estado, criado por lei e a organização deles é muito interessante. De certa forma, tem trabalhos muito fortes em Piracicaba, na região da Serra de Itaqueri, que envolve Brotas, Águas de São Pedro, São Pedro que são locais bem estruturados”, sinalizou.

Sobre a rota turística disse que, inicialmente, foram feitos um estudo e um levantamento de tudo que cabe numa rota turística: rota cênica, gastronômica, cicloturismo que está crescendo muito. Para criar uma rota cênica é preciso fazer um estudo para saber se o caminho é cênico. A rota gastronômica, as duas regiões têm muito. “Os municípios precisam ajudar solicitando à secretaria a criação dessas rotas por meio de projetos que são enviados para a Secretaria de Transporte e Logística implantar”, disse.

A técnica da Fipe perguntou então se quando for fazer uma solicitação, se é possível citar os exemplos de rotas já existentes.

O representante da Secretaria de Turismo disse que sim porque são programas que existem na Secretaria.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe afirmou ser importante na proposta, ao fazer o levantamento das rotas turísticas com as suas classificações dadas pela política setorial de turismo, incorporar a avaliação da condição da infraestrutura viária, que é atribuição de outra secretaria porque esse programa é fortemente dependente da intersetorialidade.

“Como no PDUI se fala das questões transversais, a política de estruturação de um plano de turismo para a região passa pela identificação dos diferentes ativos e rotas, segundo as classificações da própria Secretaria de Turismo, dos programas, com as articulações necessárias feitas por outras secretarias, como é o exemplo da Secretaria de Transporte e Logística, e mais do que isso, o objetivo tem a articulação do desenvolvimento econômico que passa pela qualificação da mão de obra e pelas fontes de financiamento da DesenvolveSP. Então, é preciso elaborar uma proposta estruturada que seja robusta, que revele a intersetorialidade dela, e que exija ações de diferentes níveis setoriais do governo para deixar claro que o plano exige uma intersetorialidade muita grande”, destacou.

O representante da Secretaria de Turismo disse que as rotas exigem uma atuação grande da Secretaria de Transporte e Logística, por causa da sinalização das rodovias. “Vários municípios fizeram projetos, receberam recursos e, quando foram colocar a sinalização na estrada, tiveram uma série de dificuldades por falta de adequação ao modelo correto”, alertou.

Explicou ainda que, quando a sinalização é interna, o município resolve, mas quando é na rodovia tem que ter aprovação da Secretaria de Transporte.

Sobre a mão de obra, devido à dificuldade, foi feito um evento com a participação da academia, do pessoal do transporte aéreo e não se conseguiu chegar num consenso, ninguém conseguiu definir claramente o que precisa. Inclusive, teve uma baixa grande de cursos de turismo no estado nos últimos anos. “A secretaria vai liberar alguns cursos para os municípios de interesse turístico, mas não é para o grande público”, revelou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que a SDE não tem nenhum programa de apoio municipal ao empreendedorismo, mas reconhece que poderia ter pelo menos um manual. “Existe a Coordenadoria de Empreendedorismo que trabalha junto com Sebrae, é a mesma coordenadoria que trabalha com o Banco do Povo, mas não tem nenhuma atuação voltada

para o município”, reconheceu. A representante se propôs a montar um manual de orientação para os municípios.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que, como a SDE tem um programa de empreendedorismo com a capacitação feita pelo Sebrae, quando o programa é estruturado é possível pedir o desenho dessa capacitação para esse segmento.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que muitos dos cursos que são dados são muito genéricos. “Se uma pessoa quer se profissionalizar em alguma atividade, tem o curso sobre todo o processo de gestão”, explicou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe destacou que é preciso, a partir da infraestrutura hoteleira existente na região, ampliar a capacitação para aqueles segmentos que são falhos na cadeia.

“Mas, é a referência de quem começa a procurar porque sabe que pode ser implantado. Essa é uma parceria possível para o PDUI, pode ser uma estratégia que se pode sugerir, especialmente para Piracicaba que tem a referência de capacitação hoteleira, não para todo segmento, mas pode ampliar parcerias com o próprio Sebrae”, disse.

Ela explicou ainda que se o plano consegue mapear as falhas da cadeia e superá-las com infraestrutura, por meio dos programas comentados pelo representante da Secretaria de Turismo. “A secretaria entra com parceria via Sebrae para capacitação dessa mão de obra para suprir as falhas da cadeia especialmente, é uma coisa muito robusta para a região”, analisou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico lembrou que o Centro Paula Souza tem uma capacitação voltada para turismo e ficou de passar quais são os cursos oferecidos.

A técnica da Fipe disse ser importante ver as falhas na cadeia para formar uma mão de obra para ficar na região. “Nos debates do PDUI, essa questão do atendimento ao turista foi levantada pelos técnicos. Os municípios menores não sabem como se organizar para fazer esse atendimento”, disse.

Acrescentou ainda que o produtor rural precisa de orientação para colocar o produto dele ou sua fazenda no circuito gastronômico, mas, ele não sabe como se colocar nessa cadeia.

A representante do IPT comentou que, no Vale do Paraíba, no Vale Histórico, no Vale da Fé, o IPT está trabalhando para o Plano de Desenvolvimento Econômico e o produtor rural quer entrar no circuito turístico, mas não sabe como se preparar para atender o turista e nem o que ele pode vender. “Foram levantadas muitas produções artesanais que poderiam ser exploradas para visitação, mas não conseguem. É uma situação parecida com Piracicaba, os cursos específicos para o dia a dia são essenciais”, defendeu.

O representante da Secretaria de Turismo comentou que o Senai faz cursos de recepção do turismo rural, mas, o grande problema do turismo é legal porque se a pessoa começa a trabalhar com turismo tem que emitir nota, ter um CNPJ. Daí tem uma discussão com a Secretaria da Agricultura que está trabalhando com isso. “Tem a questão do empregado rural que não pode trabalhar com turismo. Essa questão legal tem que ser considerada quando for fazer alguma proposta para o estado todo”, alertou. A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico complementou dizendo ser importante trabalhar os APLs porque em vários deles é possível trabalhar com turismo rural. “Em Casa Branca e Jaboticabal existem APLs bem estruturados. Em Salesópolis tem apiário e recebem muita gente”, elencou e assumiu o compromisso de mapear os APLs

rurais que já existem. A coordenadora técnica do Projeto Fipe citou o exemplo da região de montanhas do Espírito Santo, que é de atividade rural e o turismo cresceu nos últimos 15 anos com a venda de produtos. “Lá tem uma característica grande de migrantes e o pessoal local passou a desenvolver produtos de alimentos para atender essa demanda. Continuam produtores rurais, plantam muito café, mas, fazem geleias, fazem um embutido chamado socól. Cada um faz o seu produto e todos comercializam numa lojinha de beira de estrada que tem um CNPJ próprio. Então, o problema é a organização do empreendimento com o subproduto, que pode não ter a ver com a produção principal de agricultor. É uma produção pequena, só para atender os turistas porque, cada vez mais, aumenta o fluxo”, disse.

A técnica da Fipe disse ainda que no Espírito Santo também tem circuito que é possível visitar as fazendas com alimentação diferenciada e com café gourmet. A coordenadora técnica do Projeto Fipe concluiu que essa cadeia estruturada de turismo possibilitou a realização de eventos internacionais.

O representante da Secretaria de Turismo comentou que teve oportunidade de conhecer e admira a organização. Disse que, para o produto agregado, o selo que é importante. Quanto ao CNPJ, é necessário para quem quer trabalhar com hospedagem na área rural, quando oferece opção para café colonial, passeios a cavalo, pernoite no local. “Se o produtor de uma determinada mercadoria vende-a numa loja, não tem nenhum problema com criação de um novo CNPJ. Só quando usa a própria propriedade com hospedagem”, explicou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que, quanto ao baixo carbono, a SDE vai lançar um Programa de ESG, voltado para a instalação de indústrias. “Com os programas de APLs e com os Polos de Desenvolvimento, será lançado um edital totalmente voltado para projetos de sustentabilidade, para minimizar os impactos ambientais”, explicou.

Ela acrescentou ainda que o edital prevê redução de carbono, reaproveitamento de água, energia solar entre outros. “Esse projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, totalmente vinculado ao ZEE. A pontuação vai estar ligada ao número de itens que o projeto atende e, também, ao impacto na região. Por exemplo, uma região que tem escassez hídrica, se fizer um projeto que minimize a utilização de água, pontua mais”, detalhou.

Acrescentou ainda que poderá participar qualquer APL reconhecido e os Polos de Desenvolvimento Econômico e será aportado R\$ 490 mil por projeto. “O edital está bem amarrado com o ZEE e deve sair ainda no primeiro semestre de 2022”, adiantou.

Quanto aos consórcios municipais para venda conjunta de produtos, disse que a SDE tem uma parceria com o Sebrae e acha que é a melhor forma de viabilizar. “Dentro da SDE não existe nenhum programa que preveja isso”, confirmou.

Comento ainda que houve um evento recente, em Piracicaba, organizado pela Secretaria da Agricultura, com a participação da SDE e do APL da Cachaça que está em fase de organização para pedir o reconhecimento.

O representante da Desenvolve SP disse existir linhas de crédito para as empresas e para os municípios e para os quais eles têm uma linha de crédito para infraestrutura e que não existe um diferencial entre uma região e outra. “A proposta é a mesma”, afirmou.

No caso da Aglomeração Urbana de Franca e da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o técnico da Fipe apresentou um conjunto de propostas ligadas às ações, porque é preciso definir diretrizes do particular para o geral para o PDUI. Disse que a apresentação das propostas seguia a forma como foram recebidas.

Primeira proposta

“Formalizar termos de fomento ou cooperação com instituições de ensino técnico e superior para a criação e manutenção de pesquisas aplicadas destinadas aos municípios da AUF”.

Disse que a discussão é sobre como aproximar as instituições de ensino superior e de pesquisas do cenário de desenvolvimento econômico da região. “Tem a ver, também, com o incremento e investimento em pesquisa e inovação nessas regiões”, disse.

A dúvida, segundo o técnico, é como fazer o financiamento, quais são as principais fontes de financiamento. “É preciso alinhar essa proposta com as Secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Econômico”, disse.

Segunda proposta – Aumento de emprego e renda

“Ampliação de programas que auxiliem empreendedores como: Empreenda Mulher e Bolsa Empreendedora nos municípios da AUF”. Colocou que, embora os convidados já tenham falado bastante sobre empreendedorismo, interessa destacar a questão de gênero e apontou questões a serem enfrentadas:

- Quais atividades podem ser previstas para o curto e médio prazo;
- Possíveis fontes de financiamento;
- Quais outras iniciativas podem ser juntadas às propostas que visam o apoio ao empreendedorismo e pequenos negócios em uma escala regional;
- Ressalta a importância de se ter o apoio ao empreendedorismo em escala regional.

Terceira proposta – Geração de emprego e renda

Necessidade de ampliar o Programa “Via Rápida”, que oferece capacitação gratuita para os cidadãos que buscam ingressar no mercado de trabalho ou abrir seu próprio negócio. Assim como nas outras propostas, existem questões a serem enfrentadas:

- Possíveis fontes de financiamento.
- Quais atividades podem ser previstas para o curto e médio prazos?

Destacou a importância de se criar diretrizes e propostas estruturadas voltadas ao empreendedorismo e à empregabilidade em escala regional, articulando todos os municípios ou um conjunto de municípios dentro dessas regiões.

E como quarta proposta: “Plano de Contingência aos produtores rurais, visto que estes são comumente afetados pelas secas e geadas, além de incêndios como as ocorrências mais recentes”. Neste item, as questões a serem enfrentadas são as possíveis fontes de financiamento.

A quinta proposta também versa sobre empregabilidade e gira em torno da “Criação de uma frente de trabalho que sistematize as vagas de trabalho ofertadas na região e faça o atendimento e cadastro dos indivíduos que estão à procura de emprego, a fim de conectar a população às vagas”.

Explicou que a ideia geral dessa proposta é como, no âmbito regional seja possível conectar as pessoas que procuram emprego com as vagas disponíveis. “Existem várias iniciativas e é preciso saber como integrar a essas propostas”, alertou.

Questões a serem enfrentadas:

- Possíveis fontes de financiamento.
- Quais atividades podem ser previstas para o curto e médio prazos?

Como **sexta proposta**, o técnico da Fipe apresentou a “Elaboração de estudos a respeito de possível viabilidade da piscicultura”. Ele esclareceu que é muito ligada à Secretaria de Agricultura, mas, como os APLs do Agro já foram muito tratados, a ideia é a diversificação dos produtos, aumento da rentabilidade dos proprietários rurais, disse que o assunto já foi tratado na discussão sobre Turismo Rural. Afirmou ainda que no setor agro, na região, apenas se recorda do APL da cafeicultura da Alta Mogiana.

Questões a serem enfrentadas:

- Para a formatação do projeto, é possível a utilização de recursos do Fundo AUF, mas existe alinhamento com projetos da Secretaria da Agricultura?
- Como transformar a proposta em indicação mais geral para a diversificação de produtos e aumento da rentabilidade das propriedades rurais?

Como **sétima proposta**, ele apresentou o “Estudo da oferta de mão de obra nos núcleos regionais dentro da região metropolitana, através das análises técnicas por parte das indústrias e serviços atuantes na região, de modo a estabelecer nichos capazes de conectar indústrias à mão de obra de qualificada das ETECs da região”.

Apesar das questões já terem sido debatidas na reunião, ele enfatizou ser importante saber como enfrentar a seguinte questão:

- Possibilidades de colaboração entre o Centro Paula Souza e o Conselho de Desenvolvimento da região para aprimorar as informações a respeito da demanda pelos cursos técnicos.
- Destacou a importância de se ter quais são as demandas atuais e futuras dos jovens e das empresas da região. “Essa demanda foi trazida muitas vezes, o descompasso entre o ensino técnico e as demandas da região”, enfatizou.

Como **oitava proposta** apontou o “turismo, patrimônio histórico e cultural” e destacou que muitas propostas sobre esse tema foram recebidas para a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Aglomeração Urbana de Franca. Destacou como questões a serem enfrentadas:

Como apresentar a possibilidade da criação de um plano de turismo regional no PDUI e quais devem ser os conteúdos mínimos a serem estipulados?

- Possíveis fontes de financiamento para o plano e posteriormente para as ações planejadas?
- Quais as possíveis formas de incentivo à adoção de RPPNs: Reserva Particular do Patrimônio Natural pode ser adotada por este plano?
- Como articular o plano de turismo aos planos municipais de cultura, inventários do patrimônio histórico e cultural e outras ações correlatas?

Disse que, embora muitas questões já tenham sido respondidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Agricultura e DesenvolveSP, a equipe recebeu muitas ações pontuais e querem saber como passar do específico ao geral e criar ações e diretrizes regionais.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico esclareceu que a SDE tem mais APLs na região, além do da Alta Mogiana. “Ribeirão Preto tem agricultura de mandioca, agronegócio, bioenergia, cafeicultura, cerveja artesanal, saúde, mobiliário”, citou.

Disse, ainda, que trabalha muito em parceria com a Secretaria da Agricultura e não tem nenhum trabalho com piscicultura na região. “Tem um em processo de reconhecimento em Santa Fé do Sul que pode ser usado como exemplo”, citou. Disse que a SDE fez um convênio com a prefeitura de Cajati para fazer um piloto de tanques não profundos de bagres. Disse que não é um APL, mas poderia ser usado, se for o caso, na região. Complementou dizendo que existem alguns estudos da Unesp para limpeza dos tanques.

O técnico da Fipe disse imaginar que essa proposta de piscicultura tem a ver com um grande frigorífico de peixe na Região de Franca, pois poderia haver um interesse em complementar a cadeia. A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico se comprometeu a pesquisar e dar um retorno.

Além disso, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que, com relação ao empreendedorismo e empregabilidade, o mais fácil e rápido são os municípios se juntarem e mandar um ofício ou agendar uma reunião na secretaria para levar a demanda de um curso. Sugeriu a entrega pessoalmente porque facilita o diálogo, mas, é preciso estar atento para, na demanda, estar colada a necessidade da região.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe esclareceu que o PDUI não pode sugerir isso para os prefeitos. “A questão apresentada pelo técnico da Fipe é da possível organização, a partir de uma avaliação do conjunto dos municípios que é encaminhado no âmbito das decisões do Conselho de Desenvolvimento, chamando a secretaria que responde por isso para montar uma proposta conjunta”, destacou.

Ela ainda lembrou que quando coordenou o Plano de Ação da Macrometrópole (PAM). Foi feito um diagnóstico por setor da demanda, da qualificação para os prefeitos não encaminharem pedidos que não sejam regionais.

“Esse estudo, na época, foi passado para a SDE para ela poder confrontar a demanda com as necessidades da região. No caso do PDUI, tem dois objetivos com essas capacitações. Primeiro é aumentar o nível de desenvolvimento econômico dessas regiões e o segundo é promover uma

série de centralização da oferta desses cursos. Nas oficinas regionais e nas audiências públicas, tudo está concentrado no município sede, em especial em Franca e Ribeirão Preto, mas também, em Piracicaba”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse existir um modelo do Paula Souza de descentralização e que o objetivo é fortalecer, através do Conselho, as demandas pulverizadas, de forma regional, para montar não só os cursos, mas, onde eles devem se localizar para fortalecer o equilíbrio de uma rede descentralizada e menos concentrada, como se vê hoje.

“Portanto, o PDUI não pode incorporar essa solução como se estivéssemos dando o caminho das pedras para os prefeitos. Pode ser uma estratégia de ação do ponto de vista do desenvolvimento econômico que é ter a clareza do perfil de demanda, da qualificação para o Conselho poder negociar com o Paula Souza e, para isso, tem várias ações que precisam ser mapeadas com o quantitativo da demanda que esses segmentos econômicos têm. Isso é muito mais uma proposta estruturada, é muito mais uma estratégia de ação para ter uma interlocução de uma ação com o Sistema Paula Souza”, enfatizou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico concordou que o Conselho é quem deva organizar isso porque ele irá racionalizar a organização. “Não dá para ter uma escola em cada lugar, A SDE e a Sutaco precisam muito porque, às vezes, a região tem apenas um artesão cadastrado”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe complementou que tem um custo alto para tratar uma demanda pequena e quando é organizada em determinado lugar, se fortalecendo o local que está sendo sediado, acaba sendo um prestador de serviços para um contexto regional que não só o município sede dessa região.

O representante da Secretaria de Turismo disse que Franca e Ribeirão são regiões bem fortes no turismo. “Ribeirão Preto, como polo emissor, tem um bom poder aquisitivo e muita coisa em seu entorno. Sobre a empregabilidade em turismo, tem questões legais que precisam ser consideradas. Os APLs que existem na região são perfeitos e conseguem agregar muito”, indicou.

Segundo ele, o Plano de Turismo Regional é muito importante ter e a secretaria já orientou muitos casos. Disse ainda que agora tem num projeto de apoio aos planos regionais e já fizeram um Plano Estadual de Turismo. Afirmou ter trabalhado muitos anos num plano de regionalização do turismo e, nessa região, a dificuldade maior foi política. “Os municípios brigavam entre si e não pensavam no turismo para o coletivo. É importante a participação da iniciativa privada por causa da descontinuidade administrativa do governo municipal e a Secretaria de Turismo tem como apoiar”, revelou.

Quanto ao financiamento, disse que é com a DesenvolveSP, que tem várias linhas de crédito e existe o programa. Comentou ainda que não via muito o turismo ligado às RPPNs, e não vê como é possível incentivar. Disse ainda ser muito ligado ao Meio Ambiente. “A não ser que se transforme num atrativo turístico, mas, é preciso ver como o turismo pode ser desenvolvido, respeitando a legislação ambiental. A região só tem o Parque Furnas que é estadual. A maior parte dos municípios da região são estâncias ou de interesse turístico. Todos são obrigados a ter um Plano Municipal de Turismo e um Conselho Municipal de Turismo. Nesse Conselho, é obrigatório ter representante municipal de Cultura, educação e meio ambiente, além de turismo. Em tese, o Plano de Turismo tem que ser aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo, que tem representantes integrados. A grosso modo, o turismo ou é cultural ou é natural”, sintetizou.

Comentou que na AU de Franca tem uma orla, de Guaíra, Igarapava, Rifaina e Nilópolis, que tem turismo náutico que não apareceu na apresentação. “É importante porque é um diferencial na região. Inclusive a Secretaria de Turismo tem um projeto de estruturas náuticas no espelho d’água do Rio Grande”, destacou.

O técnico da Fipe disse que a ideia é fazer uma diretriz para as duas regiões para fazer um Plano de Turismo Regional com cada região, de acordo com as suas particularidades. “Como a equipe precisa criar uma diretriz para o PDUI, a dúvida é como criar uma diretriz com conteúdo mínimo. Qual é o conjunto de informações que deve conter o plano, quais as diretrizes e como articular cada uma delas? A dificuldade é como colocar no PDUI a orientação para que o Conselho de Desenvolvimento recomende aos municípios nesse período de 10 anos”, afirmou.

Disse ainda ser possível fazer proposta que recomende a elaboração de um Plano de Turismo para cada uma das regiões. “É interessante poder usar o modelo de Piracicaba, que já está implantado, de acordo com a política estadual”, afirmou.

O representante da Secretaria de Turismo indicou que, em Piracicaba, o pessoal da Serra do Itaqueri tem um plano feito pelo Senac de Águas de São Pedro que virou referência para todos os planos regionais. Se comprometeu a arrumar, caso a equipe de Piracicaba não tenha. “O Vale do Ribeira também tem um plano regional muito interessante. O Estado de São Paulo não tem um modelo”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que a equipe da Fipe vai verificar os programas e linhas de crédito turístico da DesenvolveSP. “Isso fica como lição de casa para a equipe”, colocou. Perguntou ainda se existia mais alguma questão pendente. Como não havia mais nada a ser esclarecido, agradeceu aos participantes pela colaboração e informou que o projeto está na reta final, fechando o Caderno de Propostas, e que no final de abril será apresentado para os secretários de estado e pelos prefeitos em uma reunião do Conselho de Desenvolvimento de cada região para eles tomarem conhecimento prévio, antes da proposta de minuta de lei do PDUI chegar para a aprovação deles em julho.

“Eles poderão concordar e discordar, mas a época é de um processo eleitoral com mudanças que ocorrerão, mesmo que continue o mesmo partido e isso pode mudar as linhas de ação. Enfim, o projeto está nesta etapa e vamos seguir trabalhando com a institucionalidade que se tem hoje, dentro do Conselho de Desenvolvimento Regional”, explicou.

O representante da Desenvolve SP esclareceu ainda que a DesenvolveSP pode focar no programa de Desenvolvimento Turístico. “Ela tem várias linhas para o setor público, mas, em princípio é preciso registrar que é o programa turístico que está recebendo esse tipo de financiamento”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe afirmou ser ótimo que a DesenvolveSP tenha uma linha de apoio ao setor público para infraestrutura porque o setor privado brasileiro é muito movido pelas iniciativas do setor público. “Como a Desenvolve tem essa linha, é importante que a equipe do PDUI separe isso na nossa proposta. Então, o setor privado tem essa fonte e o setor público tem uma fonte para esses resultados. É importante constar no PDUI para deixar sinalizado que são créditos diferentes”, alertou.

Antes de encerrar, o técnico da Fipe quis esclarecer mais uma dúvida com os representantes das Secretarias de Turismo e Desenvolvimento Econômico sobre quem financiou os planos de turismo de Piracicaba e do Vale do Ribeira.

Equipe Técnica

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovena Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiaí e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M. Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda –
coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni A. Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável
Ricardo Ferreira

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro